REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(*) DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões

ANO LXVIII – SUP. "A" AO Nº 92 – TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 20/06/2013, para corrigir a numeração do Suplemento.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102,108)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2013..... 4

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de maio de 2013..... 56

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2013..... 83

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2013..... 97

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de maio de 2013..... 116

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2013 141

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2013..... 163

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2013..... 188

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2013..... 230

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2013 247

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2013 261

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de maio de 2013..... 281

1.1.4 – Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de abril de 2013 (Realizada em conjunto com a 13ª reunião da CRE)

1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2013..... 289

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2013..... 321

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2013 334

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2013 357

1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de abril de 2013..... 361

1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de maio de 2013 (Realizada em conjunto com a 20ª reunião da CAE)

Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de maio de 2013 (Realizada em conjunto com a 23ª reunião da CAE)

1.1.7.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

Ata da 2ª Reunião, realizada em 26 de março de 2013..... 423

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 424

1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2013..... 434

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2013..... 439

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2013..... 469

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves e Alfredo Nascimento. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Vital do Rêgo e Luiz Henrique. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 18ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu, para seu conhecimento, o Aviso nº 21 de 2013, de 29 de abril de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao primeiro trimestre de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; e o Ofício Circular nº 10/2013, de 9 de abril de 2013, do Presidente da Câmara Municipal de Penápolis – SP, que encaminha cópia do Requerimento nº 109/2013 em apoio à Reforma Tributária com adoção do imposto único para todos os Estados. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral. Em 24/4/2013, a Comissão aprovou Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. Em seguida, aprovou o relatório, ressalvados os destaques, favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25,26, 29, 30 e 31 nos termos da Emenda nº 33 (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 7, 12, 21, 22, 24, 27, 32, 34, 37 e 39. Serão apreciadas, nos termos regimentais, as Emendas destacadas, nºs 1, 9, 10, 11,15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão submete à apreciação dos membros acordo de procedimentos para votação das Emendas destacadas. A Comissão aprova o acordo, com voto contrário do Senador José Agripino. Usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, relator da matéria, José Agripino, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles, Vanessa Grazziotin, Wilder Morais, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Alvaro Dias, Sérgio Souza, Inácio Arruda, Pedro Taques, Lúcia Vânia, Waldemir Moka, Humberto Costa, Ivo Cassol, Ana Amélia, Jayme Campos e Cyro Miranda. São lidos e apreciados os Requerimentos de Destaque para Votação como Emenda Autônoma de partes das Emendas nºs 15, 36 e 40. A Comissão aprova os Requerimentos, resultando as partes destacadas nas Emendas nº 43, de autoria da Senadora Ana Amélia, nº 44, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e nºs 45, 46 e 47, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Foram apresentados, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, Requerimentos para retirada das Emendas nºs 36, 38, 40 e 44. Colocados em votação, a Comissão aprova a retirada das Emendas nºs 36, 38, 40 e 44. Foram apresentados e aprovados pela Comissão os Requerimentos para preferência de votação das Emendas nºs 28, 42, 43 e 46 sobre as demais emendas. Colocado em votação nominal a Emenda nº 47, a Comissão a rejeita por dezesseis votos contrários, nove votos favoráveis e nenhuma abstenção. Colocada em votação nominal a Emenda nº 28, a Comissão a aprova por quatorze votos favoráveis, onze votos contrários e nenhuma abstenção. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 17 e 45. Colocada em votação nominal a Emenda nº 46, a Comissão a rejeita por dezesseis votos contrários, sete votos favoráveis e nenhuma abstenção. Fica prejudicada a Emenda nº 15 ressalvada sua parte que deu origem à Emenda nº 43. Colocada em votação simbólica a Emenda nº 42, a Comissão a aprova. Votam

vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Alvaro Dias e Eduardo Suplicy. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 9 e 41. Colocada em votação nominal a Emenda nº 43, a Comissão a rejeita por treze votos contrários, dez votos favoráveis e nenhuma abstenção. Fica prejudicada a Emenda nº 10. Colocada em votação simbólica a Emenda nº 1, a Comissão a rejeita. Votam vencidos os Senadores Cyro Miranda e Vanessa Grazziotin. A Comissão rejeita, também, em votação simbólica, as Emendas nºs 11, 30 e 35. Portanto, são incorporadas a Emenda nº 33, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), a Emenda nº 28, renumerada como Emenda nº 2-CAE, e a Emenda nº 42, renumerada como Emenda nº 3-CAE. A Comissão aprova, ainda, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Em 24/4/2013, foi concedida vista coletiva. Em 29/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 30/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 6, 7 e 8, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e a Emenda nº 9, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 7/5/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 10, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e nºs 11, 12 e 13, de autoria do Senador Wilder Morais. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 254 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 604 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo (Emenda nº 2) que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da insenção do IPI, na aquisição de automóveis", tendo como relator Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física", e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física", tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, ter-

minativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 549 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 26 de 2013, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer seja convidado o senhor Aguinaldo Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para prestar esclarecimentos sobre a existência de um esquema de empresas de fachada, controladas por ex-servidores do Ministério, que atuavam em contratos para construção de casas populares destinadas às faixas mais pobres da população no âmbito do Programa 'Minha Casa Minha Vida'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 26 de 2013-CAE. São apreciados, ainda, os seguinte itens extrapauta: **Item 11**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 27 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa, que requer, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para promover exposição sobre os programas desenvolvidos no âmbito do Ministério. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 27 de 2013-CAE. **Item 12**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 28 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, que requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 386 de 2012 – Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências", com a participação dos seguintes convidados: representante da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf); representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); representante do Ministério das Comunicações; representante da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom); representante da Associação Brasileira da Indústria Gráfica Nacional (Abigraf); e o Sr. Alcides Jorge Costa, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 28 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Aviso nº 21, de 2013, de 29 de abril de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao 1º trimestre de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Ofícios diversos.

Ofício Circular nº 10, de 2013, de 9 de abril de 2013, do Presidente da Câmara Municipal de Penápolis, São Paulo, que encaminha cópia do Requerimento nº 109/2013 em apoio à reforma tributária com a adoção do imposto único para todos os Estados.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

Chamo o Relator Delcídio do Amaral para sentar-se à mesa.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 1, de 2013
– Não Terminativo -

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte

Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Observações:

1. Em 24/4/2013, a Comissão aprovou Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. Em seguida, aprovou o relatório, ressalvados os destaques, favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31 nos termos da Emenda nº 33 (*Substitutivo*)*, e contrário às Emendas nºs 7, 12, 21, 22, 24, 27, 32, 34, 37 e 39;*

2. Serão apreciadas, nos termos regimentais, as Emendas destacadas, nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42.

Foram apresentados requerimentos para a votação com emenda autônoma de parte das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42.

Senhores, primeiro, eu queria conversar aqui sobre a organização dos nossos trabalhos. Por este ser um tema fundamental no debate da nossa Federação, e a gente sabe que aqui os Senadores são representantes dos Estados, a gente quer fazer o debate da forma mais tranquila possível. A gente quer garantir que todos os temas sejam discutidos. Então, a gente está propondo uma forma de encaminhamento de discussão, inicialmente, em cima de seis blocos: Zona Franca de Manaus, Projeto Produtivo Básico, gás natural, comércio intrablocos, condicionalidades para vigência da Resolução e informática.

Como é que nós estamos querendo organizar? Trabalhando em cima do art. 313, II, do Regimento Interno, que permite a apresentação de destaques para votação com emenda autônoma da parte de emendas, foram apresentados cinco destaques para votação com emenda autônoma.

Sobre a Zona Franca de Manaus...

Foi entregue a todos os senhores aqui esse acordo de procedimentos.

Então, no item 3, sobre a Zona Franca de Manaus será encaminhada e votada a emenda autônoma de autoria do Senador Eduardo Suplicy, fruto de destaque de parte da Emenda nº 40. Essa seria a primeira votação.

Sobre o Projeto Produtivo Básico, serão encaminhadas e votadas a Emenda nº 17, de autoria do Senador Luiz Henrique, a Emenda nº 28, de autoria do Senador Agripino Maia, e a emenda autônoma de autoria do Senador Eduardo Suplicy, fruto de destaque de parte da Emenda nº 40.

Terceiro, que é o item 5, sobre gás natural, serão encaminhadas e votadas a parte remanescente da Emenda nº 15, de autoria da Senadora Ana Amélia, e a emenda autônoma de autoria do Senador Eduardo Suplicy, fruto de destaque de parte da Emenda nº 40.

Item 6, que seria a quarta votação, sobre comércio intrablocos, será encaminhada e votada emenda autônoma de autoria da Senadora Lúcia Vânia, fruto de destaque de parte da Emenda nº 36.

Sobre as condicionalidades da Resolução, serão encaminhadas e votadas a Emenda nº 9, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, a Emenda nº 41, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e a Emenda nº 42, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Sobre informática, serão encaminhadas e votadas a Emenda nº 10, de autoria do Senador Sérgio Souza, e a emenda autônoma de autoria da Senadora Ana Amélia, fruto de destaque de parte da Emenda nº 15.

Isto totaliza seis votações, em que a gente teria espaço para discutir os temas mais importantes que foram abordados por praticamente todas as emendas.

Após essas votações – aqui estão as questões polêmicas –, serão submetidas a voto as demais emendas na ordem de apresentação: Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, Emenda nº 11, do Senador Ricardo Ferraço, Emenda nº 30, de autoria do Senador Inácio Arruda, Emenda nº 35, de autoria do Senador Cyro Miranda, parte remanescente da Emenda nº 36, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e parte remanescente da Emenda nº 40, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, tudo que não for prejudicado nas primeiras votações.

Em relação à Emenda nº 38, de autoria do Senador Francisco Dornelles, será votada sua retirada a pedido do autor.

Para que possamos viabilizar esse acordo, a Presidência propõe a votação e a aprovação, em bloco, dos requerimentos de destaque para votação como emenda autônoma das proposições mencionadas acima: emendas autônomas do Senador Eduardo Suplicy relativas à Zona Franca de Manaus, a gás natural e ao Projeto Produtivo Básico, emenda autônoma da Senadora Lúcia Vânia relativa ao comércio intrablocos, emenda autônoma da Senadora Ana Amélia relativa à informática. Os demais requerimentos de destaque seriam apreciados separadamente.

Para que esse acordo de procedimento guarde a legitimidade necessária, a Presidência vai submeter esse acordo à apreciação do Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... permaneçam...

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É para melhor entendimento. Eu não estou entendendo exatamente o procedimento que V. Exª sugere. Por aqui, nós vamos votar parte de emendas; nós não vamos votar, numa única votação, a totalidade da emenda. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos votar por assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos votar por assunto?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Existe, na verdade, esse destaque para votação de emenda autônoma. Então, vamos, primeiro, discutir a questão da Zona Franca. O Senador Eduardo Suplicy fez um destaque de parte da emenda dele. Esta vai ser a primeira discussão aqui: o relatório do Senador Delcídio e esse destaque de emenda autônoma do Senador Eduardo Suplicy.

Vencido esse assunto, nós vamos para o segundo tema, que é o Processo Produtivo Básico, que está ligado ao comércio. Há uma proposta de se aumentar o percentual de 4% para 7% no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

É dessa forma que estamos organizando o debate.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vão ser seis votações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Agripino Maia. Depois, falará o Senador Eduardo Braga.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de, antes de ouvir o Plenário, ouvir o Relator com relação a essa proposta, porque, na verdade, o que se está propondo é uma sistemática diferente daquela que preconiza o inciso II do art. 246 do Regimento, que prevê que "as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem dos artigos da proposição emendada, guardada a sequência determinada pela sua natureza, a saber: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas". Ou seja, isso é o que fala o Regimento.

V. Exª está propondo uma sistemática diferente, está propondo isso ao Plenário por deliberação. Acho que é muito importante nós ouvirmos o Relator com relação à proposta de V. Exª. O Relator se sente confortável? Porque ele vai ter de emitir opinião, ele vai dizer se é favorável, se é desfavorável.

Eu gostaria de ouvir a opinião do Relator com relação a esse fato, que, na verdade, contraria o Regimento no que diz respeito à ordenação de votação de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É claro! Vou passar, então...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, complemento a colocação feita pelo Senador Agripino, para trazer, talvez, um esclarecimento sobre o procedimento proposto por V. Exª.

Aqui, quero dizer que é importante que esse acordo de procedimento, Sr. Presidente, seja sancionado pelo Plenário, até para que não se estabeleça precedência, para que, aqui, não estabeleçamos um procedimento inusitado para as votações, até porque, pelo que entendo, a intenção do acordo de procedimento é estabelecer como emenda autônoma algumas das apresentações que estão elencadas como subemendas nesses temas apresentados pela Presidência ao Plenário.

Concordo com o Senador Agripino no sentido de que é importante ouvirmos o Relator, para que haja a divisão dos temas em blocos, para que saibamos os blocos que são de emendas destacadas e qual o parecer sobre cada um desses temas, sobre cada uma das emendas.

Segundo, é preciso estabelecer, Sr. Presidente, preferência para a votação dessas emendas, para cada tema. V. Exª estabeleceu, no caso da Zona Franca, a preferência para a Emenda nº 40 ou para a emenda autônoma apresentada sobre a Emenda nº 40.

Deve ficar claro o procedimento, para que não se estabeleça um precedente importante nesta Casa. Por isso, submeter ao Plenário esse acordo de procedimento é absolutamente acertado, ouvido, obviamente, o Relator.

Complementando a colocação do eminente Senador Agripino, quero dizer que, neste caso, o art. 313 do Regimento determina o que se permite destacar para votação como emenda autônoma. Isso está exatamente no art. 313 do Regimento, Sr. Presidente.

Portanto, é importante ouvirmos o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar a palavra ao Sr. Relator, eu só esclareço, Senador José Agripino, que estamos querendo adotar esse procedimento para que, de fato, haja o debate sobre os temas. Esse é um tema que não divide partidos, mas que divide Estados. E a gente quer que ele seja bem discutido. A gente tomou como base o art. 313 do Regimento, que permite destacar para votação como emenda autônoma parte da emenda.

Agora, o meu espírito é este aqui, Senador Agripino: a gente não quer nenhuma lógica de "tratorar", de passar por cima, de votar em bloco. Neste assunto aqui, cada Parlamentar tem de ter o direito de defender sua posição. E, se for derrotado, ele tem de deixar claro que defendeu sua posição.

Ao tomar essa decisão, quero que o Plenário, na verdade, tome a decisão. A minha preocupação foi só uma: garantir este espaço de debate o mais democrático possível, entendendo a complexidade do tema no debate federativo.

Com a palavra, o Relator, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria cumprimentar o Presidente, Senadoras e Senadores.

O meu entendimento sempre foi o entendimento de se seguir o Regimento Interno. Pelo menos ao longo dos dois anos em que presidi a Comissão de Assuntos Econômicos, eu sempre pautei todas as votações pelo Regimento Interno da Casa. Mas fui comunicado hoje pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que regimentalmente pode vir a conduzir um entendimento com relação a abordagem dos vários temas por blocos, e, evidentemente, se esse foi o acordo feito, não me cabe aqui fazer nenhuma consideração contrária.

Agora, gostaria de registrar aqui a minha preocupação com relação à questão de emendas autônomas. Nós precisamos ter muito cuidado com essa abertura que está sendo dada, até em função de outras votações que teremos.

Portanto, no meu ponto de vista – e eu defendi isto –, nós deveríamos seguir o Regimento, artigo por artigo, discutindo os destaques, sem deixar de dar liberdade para que cada Senador ou Senadora coloque suas posições democraticamente em função da complexidade do tema.

Mas hoje fui comunicado pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que nós vamos abordar por blocos, e o meu entendimento é que cada emenda, por bloco ou por assunto, uma vez votada, as outras são consideradas rejeitadas.

Portanto, eu vou procurar trabalhar dentro desse entendimento conduzido pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu entendo que a proposta que V. Exª faz é perfeitamente regimental. Ela encontra total amparo e abrigo no Regimento Interno, no art. 313, quando o Regimento permite destacar para votação com emenda autônoma parte de emenda, parte de subemenda, parte de substitutivo. Isso é absolutamente regimental. Não existe nada de inusitado a ponto de suscitar maior perplexidade, na minha opinião.

A par disso, Sr. Presidente, o procedimento que V. Exª sugere é o procedimento que melhor permite o ordenamento da discussão e da deliberação nesta Comissão. Quer dizer, destacarmos aquelas questões que são realmente as questões que todos aqui sabem. Todos: os Senadores, a galeria, os funcionários, os jornalistas. Todos sabem que são as questões polêmicas, as questões sobre as quais nós devermos decidir. Então, é também função do Presidente da Casa, do Presidente da Comissão ordenar os trabalhos de tal modo que a deliberação possa se dar de maneira produtiva, de maneira objetiva.

Por isso eu saúdo a proposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Não havendo mais...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu acho que as opiniões estão divididas. Eu entendo que quem tem o dever e o direito de ordenar os trabalhos é V. Exª. É claro, é evidente. Agora, essa é uma matéria tão polêmica, que envolve tantos interesses legítimos dos Estados, que eu acho que o Plenário, já aqui consultado, deveria se manifestar com relação à proposição, se V. Exª concordar, claro; se V. Exª concordar entre a sistemática que V. Exª propõe e a sistemática defendida pelo Relator, que há meses vem trabalhando nessa matéria e que se supõe que deva entender muito bem qual é a melhor forma de se deliberar e de se votar em torno principalmente das questões polêmicas.

Se V. Exª acatar, eu gostaria que V. Exª ouvisse o Plenário com relação ao encaminhamento do Relator, que consultei para saber se ele estava de acordo

com a proposição de V. Exª ou se ele teria uma outra preferência. Ele manifestou ter uma outra preferência. Então, eu acho que o Plenário deveria, portanto, manifestar-se sobre a preferência do Relator e a preferência do Presidente, se V. Exª concordar com este meu encaminhamento, claro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu concordo.

Senador José Agripino, primeiro, quero dizer o seguinte: esse encaminhamento que propus tem amparo regimental.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Claro! Não duvido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Art. 313, inciso II, parte de uma emenda.

Aqui é uma decisão que o Plenário vai tomar. Na verdade, meu encaminhamento deixa todas as votações de forma muito clara. Aqui, não. O encaminhamento que defende o Relator, derrubando-se uma emenda, não se vai discutir especificamente cada um daqueles pontos. Acho que esse é um direito dos Senadores pela complexidade do tema. Mas eu aqui...Isso não é para este Presidente um cavalo de batalha, por isso queria colocar, aqui no plenário, em votação o meu encaminhamento. Se não for aprovado meu encaminhamento, vamos imediatamente para outro encaminhamento, discussão emenda a emenda dos Srs. Senadores.

Vamos colocar em votação o procedimento encaminhado por esta Presidência.

Os Srs. Senadores que concordam com esse encaminhamento queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos colocar em votação o requerimento do Senador Francisco Dornelles.

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Emenda nº 38, apresentada ao PRS nº 1, de 2013.

Senador Francisco Dornelles.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a retirada queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos ao primeiro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pergunte se ninguém mais quer retirar destaque para facilitar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou colocar em votação os requerimentos das emendas autônomas, para irmos para a primeira discussão sobre a Zona Franca.

Requeiro, nos termos do art. 313, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação como emenda autônoma da seguinte parte da Emenda nº 15, que foi oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013.

[...]

§2º Nas operações e prestações interestaduais com mercadorias e bens produzidos na Zona Franca de Manaus, em conformidade com o Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, a alíquota será de doze por cento, ressalvados:

I – os bens de informática, produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que trata a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, hipótese em que serão aplicadas as seguintes alíquotas:

a– onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

b– dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

c– nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

d– oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;

e– sete por cento a partir de 1º de janeiro de 2018.

II – a remessa para área de livre comércio situada em outra Unidade da Federação, hipótese em que serão aplicadas as alíquotas previstas nas alíneas "a" a "e" do inciso I."

Senadora Ana Amélia.

Vou ler todos os requerimentos, para aprovarmos os requerimentos de emenda autônoma e vamos entrar na primeira discussão.

Requerimento da Senadora Lúcia Vânia.

Requeiro, nos termos do art. 313, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação como emenda autônoma da seguinte parte da Emenda nº 36, que foi oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013.

[...]

§ 2º Nas operações interestaduais referentes às mercadorias e aos bens comercializados, especificamente entre os Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as alíquotas serão:

a) Onze por cento no período de 1. de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

b) Dez por cento no período de 1. de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

c) Nove por cento no período de 1. de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

d) Oito por cento no período de 1. de janeiro da 31 de dezembro de 2017;

e) Sete por cento a partir de 1. de janeiro de 2018."

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Requeiro, nos termos do art. 313, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal destaque para

votação como emenda autônoma da seguinte parte da Emenda nº 40, que foi oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013.

[...]

§ 2º Em se tratando de mercadorias e bens produzidos em conformidade com o processo produtivo básico nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo, a alíquota nas operações interestaduais efetuadas pelo próprio estabelecimento fabricante situado nessas três Regiões e no Estado do Espírito Santo e destinadas às Regiões Sul e Sudeste será de:

I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

IV – oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;

V – sete por cento a partir de 1º de janeiro de 2018.

§ 3º Caso inexista Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, será considerado produzido na região o produto resultante de industrialização nas modalidades de transformação e montagem, assim definidas pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, observada disciplina a ser editada pelo Confaz.

Senador Eduardo Suplicy e Senador Aloysio Nunes.

São cinco destaques de emenda autônoma.

Quarto, dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes também.

Requeiro, nos termos do art. 313, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação como emenda autônoma da seguinte parte da Emenda nº 40, que foi oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013.

[...]

§ 4º Nas operações interestaduais com gás natural:

I – originadas nas Regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo, a alíquota será de 7%.

II – nas demais situações:

a) onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

b) dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

c) nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

d) oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;

e) sete por cento a partir de 1º de janeiro de 2018.

Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes.

E o último destaque, também dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes.

Requeiro, nos termos do art. 313, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação como emenda autônoma da seguinte parte da Emenda nº 40, que foi oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013.

[...]

§ 5º Ressalvada a remessa para área de livre comércio situada em outra unidade da Federação, hipótese em que serão aplicadas as alíquotas nos termos previstos nos incisos I a VIII do caput, nas operações interestaduais promovidas por estabelecimento fabricante localizado na Zona Franca de Manaus, relativamente aos bens e mercadorias por ele produzidos em conformidade com os respectivos processos produtivos básicos, serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

IV – oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;

V – sete por cento a partir de 1º de janeiro de 2018.

Em votação os cinco requerimentos de destaque de emenda autônoma.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos ao primeiro ponto, a discussão do...

Eu preciso do requerimento. Eu preciso do requerimento da Zona Franca de Manaus, que é o primeiro.

Vamos entrar, então, na primeira discussão, que é o requerimento de emenda autônoma dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira, sobre a Zona Franca de Manaus.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wilder.

Eu quero anunciar que há um telão na Sala 3. Quero anunciar também a presença do Governador do Estado do Amazonas, a quem quero convidar para a Mesa, Omar Aziz, e do Prefeito de Manaus, o nosso Senador Arthur Virgílio, também aqui presente, com a representação de deputados e secretários do Estado do Amazonas, de secretários de vários Estados do País, do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, e vários outros, do Presidente

do Confaz, o Trinchão. Então, eu queria chamar tanto o Governador do Estado, Omar Aziz, como o Prefeito, que é o nosso Senador, para se sentarem à mesa.

Então, vamos começar a discussão da emenda...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, hoje, nós temos um manifesto, assinado por um terço de todos os governadores do País, no jornal de maior circulação, que é a *Folha de S.Paulo*, falando contra a unificação do ICMS. Isso assinado por vários governadores. Eu sei que houve uma discussão com vários secretários de Fazenda, mas não houve uma discussão com o setor produtivo. E esse manifesto não foi assinado só por governadores, mas também por força sindical...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O assunto está superado. Nós estamos em processo de votação já. Vamos discutir essa emenda agora, que é a emenda apresentada pelos Senadores Aloysio Nunes e Eduardo Suplicy. Vou ler a emenda e passar para o Relator. Esse é o parágrafo...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está superado, já estamos em processo de votação.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, isso não é questão de ordem. Essa questão de ordem está superada. Não acolho essa questão de ordem, porque já estamos em processo de votação. Já estou lendo e vou passar ao Relator.

Dê-se ao § 5º do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 01, de 2013, na forma da Emenda nº 40 a seguinte redação:

§ 5º Ressalvada a remessa para área de livre comércio situada em outra unidade da Federação, hipótese em que serão aplicadas as alíquotas nos termos previstos nos incisos I a VIII do caput, nas operações interestaduais promovidas por estabelecimento fabricante localizado na Zona Franca de Manaus, relativamente aos bens e mercadorias por ele produzidos em conformidade com os respectivos processos produtivos básicos, serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

IV – oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;

V – sete por cento a partir de 1º de janeiro de 2018.

Com a palavra o Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para discutir a matéria.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro ao Presidente: essas emendas já foram por mim rejeitadas na última reunião. Portanto, até por uma questão de velocidade no processo, eu não preciso nem ser perguntado. Por isso é que elas foram destacadas. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Suplicy, autor do destaque.

Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela condução dos nossos trabalhos em uma reunião de tamanha importância. Cumprimento o Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza. Prezado Senador Delcídio do Amaral responsável pelo parecer, cumprimento-o. Cumprimento também o Governador Aziz, o Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, que, há pouco, conversou comigo. Também recebi hoje a visita dos Senadores Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin, nosso Vagner, Presidente da CUT, o Superintendente da Suframa, ex-Senador João Pedro, que manifestaram o quão importante é o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus para os trabalhadores, para o conjunto de empresários. Quero também cumprimentar o Secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, que tem acompanhado...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero lembrar que o tempo é de cinco minutos. Com tantos cumprimentos, Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Assim como recebi e ouvi os representantes da Zona Franca de Manaus, também ontem em São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin reuniu dezenas de empresários e lideranças sindicais de todas as centrais sindicais, prefeitos Deputados Federais. Todos manifestaram a sua preocupação com a decisão que estamos por tomar.

Em relação à manutenção da alíquota de 12% para a Zona Franca de Manaus, se, de um lado, avaliam alguns que ela é importante para a sobrevivência daquele polo industrial, por outro lado, é importante ressaltar que a Zona Franca tem acesso a incentivos federais conforme o texto para a discussão elaborado pelo nosso tão importante consultor, do ponto de vista

da qualidade do seu trabalho, Ricardo Miranda. Esses incentivos, baseados no IPI, no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, são custeados por todo o Brasil, inclusive por Municípios pobres, já que reduzem os repasses do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados.

O estudo mostra que 32,5% dos benefícios tributários concedidos à Zona Franca não são custeados pelo Governo Federal, mas pelos próprios Estados e Municípios. O resto do Brasil já paga pela existência da Zona Franca de Manaus. Será que faz sentido manter outro benefício a ser pago por outros Estados, qual seja a manutenção da alíquota de ICMS em 12%?

O custo total dos benefícios tributários federais para a Zona Franca foi estimado em R$17,8 bilhões em 2011, de acordo com o texto de Ricardo Miranda. O montante destinado à Zona Franca é maior do que o total dos benefícios tributários concedidos a todos os Estados do Nordeste, que atingiu R$14,1 bilhões em 2011.

Há que se também questionar a sustentabilidade não em termos ambientais da Zona Franca de Manaus, pois o Polo de Manaus exporta relativamente pouco, apenas 2,95% do seu faturamento, e suas cadeias produtivas têm tido pouca integração com o restante da economia brasileira. As empresas da Zona Franca de Manaus importaram US$10,2 bilhões no exterior, enquanto importaram do restante do País apenas US$7,2 bilhões.

Os defensores dos que avaliam que seria importante 12% para a Zona Franca afirmam que ela é fundamental para a sua sobrevivência. Entretanto, conclui-se que há uma clara dependência da Zona Franca da concessão de incentivos fiscais. Essa concessão não tem prazo de duração...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... o que não seria adequado. Deveria haver um prazo para que a Zona Franca pudesse superar as restrições iniciais e se tornar independente dos incentivos.

Manter a alíquota interestadual do ICMS em 12% não mudará essa dependência, poderá até reforçá-la. O que seria adequado, tal como no exemplo dos incentivos fiscais dados para o Nordeste brasileiro com respeito à indústria automobilística, é que eles possam ter o incentivo, sim, mas com uma perspectiva de diminuição gradual, até para que possa então a Zona Franca de Manaus, mais e mais, incorporar progresso tecnológico e também prover possibilidades, como não tem ocorrido, de a própria massa de salários dos trabalhadores da Zona Franca de Manaus tenha um crescimento tal como de outras regiões do País, e não como tem sido, que hoje é mais baixo.

Assim, Sr. Presidente, a nossa emenda foi assinada por todos os Senadores de São Paulo, da Região Sul, da Região Sudeste. E eu espero que todos os Senadores possam considerá-la positivamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Olha, pessoal, a Mesa, no mesmo espírito do encaminhamento original, vai abrir, pela importância do tema, para que os Srs. Senadores possam encaminhar por cinco minutos. Vou ser rigoroso no tempo.

Nós já estamos em processo de votação. Estamos criando essa liberalidade, porque sabemos da importância de que os Senadores dos Estados envolvidos tenham voz neste tema.

Então, por cinco minutos, Senador Eduardo Braga, para encaminhar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar V. Exª, cumprimentar e saudar o Governador do Estado do Amazonas aqui presente, Governador Omar Aziz, o Prefeito da cidade de Manaus, Senador Arthur Virgílio, aqui presente, na pessoa de quem quero cumprimentar as demais autoridades que estão participando desse importante debate na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas, Sr. Presidente, primeiro, quero discordar do encaminhamento apresentado pelo ilustre Senador Eduardo Suplicy, tendo em vista, Sr. Presidente, que a renúncia fiscal brasileira, a bem da verdade, não é a apresentada pelo eminente Ricardo Miranda no estudo apresentado pelo Senador Suplicy.

A bem da verdade, a renúncia fiscal da Região Sudeste, no ano de 2012, alcançou R$70,65 bilhões, o equivalente, Sr. Presidente, a 48,4% do total da renúncia fiscal brasileira – fontes do Ministério da Fazenda. Enquanto que a Região Norte como um todo, incluída aí a Zona Franca de Manaus, teve 26,02%, aliás, R$26,02 bilhões de renúncia fiscal, equivalendo, portanto, a 17,8%.

A indústria paulista, a indústria do Estado de São Paulo, que compete no eletroeletrônico com o polo industrial, possui incentivos fiscais internos em São Paulo que desequilibram qualquer competitividade brasileira. Ao contrário do que disse o eminente estudo do Ricardo Miranda, aqui apresentado pelo nosso Senador Suplicy, para que os Srs. Senadores possam ter uma ideia, a relação entre o ICMS arrecadado *versus* o PIB nacional brasileiro é da ordem de 7,18%, enquanto que, no Amazonas, a relação entre o ICMS arrecadado e o PIB do Estado do Amazonas

é de 9,28%, o que demonstra claramente que não há, ao contrário do que pretendem alguns, o estabelecimento de um desequilíbrio na carga tributária. Não há, portanto, renúncia fiscal que desequilibre no Estado do Amazonas. Há, no entanto...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio. Quero anunciar ao Plenário que na Sala 3 há um telão. O plenário está muito cheio. Eu peço silêncio. Está com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, Sr. Presidente, não é verdade também que, com relação à questão salarial, a Zona Franca de Manaus não tem criado uma relação positiva.

A geração dos postos de trabalho na economia amazonense, Sr. Presidente, tem no Polo Industrial de Manaus seu principal motor. Os dados de 2012 mostram a qualidade do emprego gerado no polo industrial. A média salarial de 90% do total dos trabalhadores do polo industrial é de R$1.732,00, o que equivale a 2,56 salários mínimos, Sr. Presidente. Srs. Senadores, isso significa uma importante distribuição de renda.

Senador Suplicy, V. Exª, que teve um papel importante na renda mínima e na segurança da renda mínima neste País, deve reconhecer que esse valor de 2,56 salários mínimos por trabalhador no distrito industrial é uma das melhores médias na indústria brasileira, o que mostra que há um equilíbrio absolutamente necessário.

Nós do Polo Industrial do Amazonas, da Zona Franca de Manaus e do Amazonas, defendemos a indústria brasileira, defendemos a geração de empregos no Brasil, defendemos a competitividade nacional, defendemos o enfrentamento da exportação de emprego para a China.

Enquanto isso, indústrias de componentes localizadas no Estado de São Paulo importam componentes da China para produção de bens de informática no Estado de São Paulo, com incentivo fiscal paulista.

Ora, nós só poderemos competir com uma indústria nacional, não apenas no Polo Industrial do Amazonas, mas no polo industrial de outros Estados, se nós tivermos competitividade. E está provado, Sr. Presidente, não apenas nas questões ambientais, seja nas questões de emprego e renda, seja na questão do desenvolvimento, seja na questão do equilíbrio federativo, que o Polo Industrial e a Zona Franca de Manaus são um bem para o Brasil.

Dizia o Presidente Lula que só não defende o Polo Industrial de Manaus e a Zona Franca quem não os conhece.

Portanto, esta Casa, que sempre foi a Casa da Federação, que sempre respeitou as desigualdades para que nós possamos avançar sobre elas e diminuí-las neste País, para que possa haver um equilíbrio no desenvolvimento econômico, para que o Brasil diminua essas desigualdades, é fundamental que haja políticas de desenvolvimento, como a que nós estamos estabelecendo nessa resolução.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é contrário à emenda apresentada pela Bancada do Estado de São Paulo, exatamente por acreditar que todos nós defendemos o desenvolvimento para todo o Brasil e para a indústria nacional e a geração de empregos para os brasileiros de todo o território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra, o também autor do destaque Senador Aloysio Nunes.

Depois, falará o Senador Romero Jucá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, a Senadora Vanessa Grazziotin, em discurso no plenário, ressaltou o fato de que esta discussão que estamos travando hoje transcende as fronteiras partidárias.

Vejo aqui presente meu querido amigo, meu companheiro, meu precioso companheiro Arthur Virgílio. Tenho com Arthur Virgílio em relação a esse ponto não um desentendimento, mas um entendimento diferente. Concordo com o Senador Arthur Virgílio, com o Governado Omar Aziz, com os nossos companheiros Deputados do Amazonas e também com o Senador Eduardo Braga em defender a existência da Zona Franca de Manaus. Não quero questionar aqui, meus amigos, a renúncia fiscal que permitiu que a Zona Franca se transformasse, hoje, num importante polo gerador de empregos, como bem ressaltou o nosso Líder Eduardo Braga. Não, não discordo de modo algum disso! Não quero colocar em questão este ponto, Senador: a importância da Zona Franca, da sua manutenção e do seu progresso. O problema, no nosso entendimento divergente, é que a Zona Franca quer mais! Aí é que está a diferença!

A resolução, tal como foi formulada pelo Relator Delcídio do Amaral, estabelece como regra geral duas alíquotas, embora se desejasse, segundo a primeira posição do Governo, a unificação. Mas vamos lá! Nós temos duas alíquotas: 7% e 4%. Por que a Zona Franca tem de se manter com 12%, quando, nos demais Estados em que havia a alíquota de 12%, essa alíquota vai cair para 7%? O que justifica isso?

A Zona Franca quer mais em detrimento de outros Estados, não apenas do Estado de São Paulo. A Zona Franca vende para o Estado de São Paulo. Sai da Zona Franca para o meu Estado uma produção importante, um fluxo de comércio importante de 48%. Mas para

outros Estados também há um fluxo de comércio muito importante vindo da Zona Franca. Por que a Zona Franca terá esse atrativo a mais para investimentos?

Essa alíquota, como todos nós sabemos, não será cobrada cheia. É uma alíquota teórica, que será objeto de incentivos, os mais diferentes. E quem vai pagar a conta são os Estados destinatários dessas mercadorias, pois vão ter de honrar os créditos.

Então, quero que a Zona Franca permaneça como está, com seus incentivos fiscais, com o trabalho do seu povo, com o apreço de todos nós, com a sua proteção, inclusive, constitucional, mas não vejo por que, em outros Estados em que, hoje, a alíquota é de 12% e que praticam suas políticas de desenvolvimento regional mediante ICMS com essa alíquota, a alíquota venha a cair para 7%. E, na Zona Franca, a alíquota se mantém em 12%? Isso não é racional, não é razoável, ainda mais quando – aí sim, nós estamos falando de desindustrialização, meu caro Líder Eduardo Braga – esse tratamento privilegiado se estende a Zonas de Livre Comércio. A Zona Franca é um polo industrial, mas as Zonas de Livre Comércio são regiões de montagem. No contexto da economia brasileira, quando estamos vivendo uma destruição da indústria nacional, esse é um prego a mais no ataúde da indústria brasileira.

Então, Sr. Presidente, em nome da equidade, proponho que se dê à Zona Franca de Manaus o mesmo tratamento que está sendo dado aos outros Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e ao Espírito Santo, ou seja, alíquota de 7%. Doze por cento são um diferencial muito grande. É de 5% em relação aos demais Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; e é de 8% em relação aos Estados do Sul e do Sudeste. É muita coisa! É muita coisa! É desigual, é desestimulante, é um tratamento que, no meu entender, contraria a lógica da Federação e a lógica do próprio projeto de resolução, tão bem relatado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá, próximo inscrito.

(*Soa a campainha*.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador, eu não vou me estender em fornecer números, mas quero apenas fazer um registro que considero importante.

Primeiro, discordar do Senador Aloysio Nunes. A Zona Franca de Manaus não quer mais. A Zona Franca de Manaus quer manter o que tem. Efetivamente, hoje, é um projeto de país. Nós estamos aqui discutindo a Amazônia, uma logística diferenciada, uma estruturação que foi feita durante anos, para que se gerassem os empregos necessários, e, em 2009, criaram-se as Áreas de Livre Comércio, que não têm efetivamente vantagem para produtos comerciais, mas, sim, para produtos industrializados com matéria-prima local.

Portanto, nós não estamos construindo outras Zonas Francas nas Áreas de Livre Comércio e, sim, dando uma pequena condição de industrialização com produtos locais às áreas no Acre, em Roraima, no Amapá e em Rondônia. Portanto, em Estados que têm extrema dificuldade de geração de emprego e de desenvolvimento.

Então, nós estamos aqui defendendo a manutenção de um modelo que se consagrou para o Brasil. Essa é uma decisão política de país. Desenvolver a Amazônia é uma decisão política de país; fazer com que nós tenhamos emprego, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente. O que é cobrado do mundo todo e do restante do Brasil à Amazônia tem que ser dado também em questões diferenciais, para que nós tenhamos o desenvolvimento e o emprego necessário.

A Zona Franca é um modelo vencedor, é um modelo que agrega produto, é um modelo que gera empregos. Portanto, nós vamos votar a favor da manutenção não de vantagens a mais, mas na manutenção do modelo que existe hoje, que dá competitividade às indústrias que estão instaladas na Amazônia.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador Romero Jucá.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero dizer, Presidente e colegas Senadores, que me sinto à vontade para participar deste debate, porque pertenço a uma região que ainda padece de um grande descompasso no seu processo de desenvolvimento e que, para desenvolver a sua indústria, utilizou-se, no primeiro momento, do modelo que foi consagrado com as superintendências regionais de desenvolvimento, que correspondeu à primeira geração de incentivos fiscais do País.

O que havia à época? Primeiro, a renúncia fiscal era da União. Não se fazia política de desenvolvimento regional com ICMS, que não é um imposto vocacionado para política de incentivos. Infelizmente, ao longo do tempo, a União foi se retirando da sua missão, que era a de atuar para corrigir esse desequilíbrio, e os Estados entraram, a meu ver, de maneira compreensível, num primeiro momento, e terminaram por produzir aquilo que hoje se conhece como guerra fiscal.

Esse modelo está rigorosamente esgotado. Nós criamos na área do ICMS um ambiente caótico para a operação das empresas: base de cálculos distinta, empresas incentivadas que passam a ter uma imensa

vantagem em relação às empresas preexistentes. Em suma, criamos um caos nesse modelo, de forma, a meu ver, descontrolada e perigosa, que enveredou por esse modelo de concessão de incentivos através do ICMS.

Eu conheço a Zona Franca de Manaus. Eu conheço bem o Polo de Duas Rodas. Sei da importância que essa indústria tem para o desenvolvimento dessa região. Assisti, por exemplo, ao processo de crescente integração e verticalização dos processos produtivos lá no Amazonas. Sei da qualidade dos empregos que são gerados, mais de cem mil empregos diretos. Mas entendo que não há razão para ampliar os incentivos que hoje são oferecidos à Zona Franca de Manaus.

Vejam, ninguém aqui está propondo suprimir os incentivos que são dados na esfera de tributos federais, que de resto estão vigorando, de acordo com o regime da Zona Franca, mas não é razoável imaginar que o diferencial das alíquotas interestaduais de ICMS se amplie agora.

Nós só tínhamos, hoje no Brasil, duas alíquotas interestaduais: 7% e 12%. Por essa proposta, nós aumentamos a assimetria. Passamos a ter 7%, e o Nordeste sai – a minha região – de 12% para 7%, o Sudeste cai de 7% para 4%, e a Zona Franca fica em 12%. Por que ampliar esse diferencial do ICMS? Por que ainda oferecer a essa região o incentivo a continuar a praticar uma guerra fiscal? E esse incentivo é dado pelo tamanho da própria alíquota: quanto maior a alíquota, maior a possibilidade de concessão de incentivos.

Então eu jamais me alinharia numa proposta que fosse destrutiva da Zona Franca, que pudesse por em risco a existência desse modelo. Mas não me parece razoável que se amplie esse diferencial, que se acentuem as assimetrias, porque de resto, o que essa proposta da Resolução nº 1 preconiza é a necessidade de começarmos a construir um modelo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) –... no Brasil que enseje a tributação no destino, que é o modelo que todos nós desejamos e que é o mais perfeito do ponto de vista, vamos dizer, da operação econômica.

Para que isso ocorra, no entanto, nós precisamos de um modelo de transição. Como chegar à tributação no destino da melhor forma? Indo progressivamente, reduzindo as alíquotas interestaduais de ICMS. Portanto, se é isso que nós desejamos, não há razão para o Nordeste admitir a redução, para o Sudeste poder experimentar uma redução nas alíquotas vigentes e a Zona Franca ficar ainda no mesmo patamar de 12%.

Eu não sei, meu caro Relator, se seria própria essa minha consideração, mas eu acho, eu não gostaria de ver aqui nesta tarde uma proposta vencedora e uma perdedora. Se há algo razoável que se pudesse aqui propor, como um tércio, seria admitir ainda uma alíquota diferenciada para a Zona Franca de Manaus, mas que fosse 9%. Por que 9%? Porque ela manteria o mesmo diferencial que tem hoje em relação à Região Sudeste. Ou seja, ela conservaria os mesmos 5% que correspondem ao diferencial atual. Se isso não for possível, no entanto, eu quero dizer aos companheiros que vou defender a existência de apenas duas alíquotas, 4% e 7%.

Era essa a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Srs. Senadores, nós temos ainda – e eu estou encerrando agora as inscrições –inscritos o Senador Antonio Carlos Rodrigues, a Senadora Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Alvaro Dias e Sérgio Souza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Inácio Arruda.

Encerradas as inscrições.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – E José Agripino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – José Agripino.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Senador Wilder também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero acrescentar à fala do nobre Senador Aloysio e quero passar os dados da Receita Federal. Comparando-se a renúncia tributária por região com a arrecadação prevista de 2012, verifica-se que a Região Sudeste possui uma renúncia tributária de apenas 14,6% de sua arrecadação. A Região Norte possui maior percentual de participação da renúncia em relação à sua arrecadação: 159,4% – era para acrescentar à sua fala, Senador Aloysio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado pela síntese, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa*)

O som da Senadora Kátia Abreu não está funcionando, equipe da Secretaria. Peço a alguém da Secretaria para resolver o problema do som da Senadora Kátia Abreu.

Senador Inácio Arruda, dá para trocar de lugar com a Senadora Kátia Abreu? É o mesmo.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria apenas de reforçar...

Sr. Presidente, eu não consigo falar desse jeito. Gostaria de ser ouvida, é importante para mim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio ao Plenário. Senadora Kátia Abreu, com a palavra.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar aqui as palavras do Senador Armando Monteiro. Assim, como o Estado do Senador Armando Monteiro, o meu Estado se encontra nas mesmas condições dos demais Estados, que estão sendo e aceitos a redução das alíquotas.

Quando o Senador Romero Jucá fala que 12% são dos Estados da Amazônia, eu quero colocar uma vírgula, porque o Tocantins é Amazônia, o Pará é Amazônia, o norte de Mato Grosso é Amazônia, e nós estamos excluídos dessa questão de uma Zona Livre de Comércio. Nós não temos essa prerrogativa. E isso não significa que eu concorde com ela, que eu gostaria e estou lamentando não tê-la. Não, Sr. Presidente, o que for bom para o Brasil tem que ser bom para o Tocantins, o que for bom para o Brasil tem que ser bom para todos os Estados, e essa terceira opção de uma alíquota é simplesmente jogar por terra todas as nossas esperanças de ver essa bagunça arrumada, uma casa de cachorro louco que é o ICMS neste Brasil. Nós não teremos outra oportunidade tão cedo!

Quando criticamos o Governo pela falta de competitividade do Brasil em detrimento dos outros Estados, as pessoas só pensam em estrada, só pensam em ferrovia, só pensam em porto, que são quesitos importantes, mas o sistema tributário brasileiro está afundando as empresas do Brasil, está criando uma guerra pessimista, fratricida entre as indústrias. Eu estou cansada de ver cadeias de grandes empresas irem para o meu Estado, enquanto as pequenas que estão lá há anos e anos, amargando, desde o início do Tocantins, não são privilegiadas com essas alíquotas, Sr. Presidente.

Quero dar exemplo aqui das grandes cadeias de supermercados, que todos nós queremos nos nossos Estados, mas, quando elas chegam, paparicadas, carregadas no colo, com um diferencial extraordinário de impostos, esquecem-se das micro e pequenas empresas, os supermercados que são fechados pelos bairros do meu Estado e de todo o Brasil. Não é justo, porque, quando, aqui, Aloysio Nunes Ferreira diz que a alíquota de 12% está sendo aumentada, é verdade. Partindo do princípio, o número fixo não está sendo alterado, mas a proporcionalidade e o percentual... É uma aberração que isso seja aceito.

E quero repetir o meu respeito não só ao Amazonas. Eu sou brasileira! Todos os Estados do Brasil merecem o nosso respeito e a nossa consideração, mas não podem merecer privilégios diante de Estados que estão na mesma ou pior condição.

Eu quero citar que o IDH do Amazonas, dado de 2006, publicado em 2010, é 0,78; o do meu Tocantins é 0,75. Sr. Presidente, não podemos aceitar! Esta Casa representa o Estado brasileiro acima de tudo! Eu não preciso lembrar ninguém disso porque todos sabem. Continuar com os impostos federais – ninguém está fazendo aqui nenhum reparo com relação à Zona Franca de Manaus, que foi um avanço importante para uma região importante, mas o meu Tocantins, o Nordeste brasileiro, o Centro-Oeste brasileiro também são importantes! Os Estados do Sul e do Sudeste também são importantes para o País! Não vamos poder assistir com nossa consciência tranquila a um deslocamento industrial para uma região em detrimento de outra, Sr. Presidente!

Então, eu gostaria aqui de declarar o meu voto para que nós possamos ficar, no mínimo, com duas alíquotas. Na minha opinião, o Brasil precisa, num futuro próximo, ter uma alíquota só, mas, se não é possível nesse momento, se o Governo brasileiro não tem condições de dar o aporte suficiente de fundos para compensar essa situação, nós, pelo menos, precisamos minimizar essa situação. E falo com muita tranquilidade. Não sou do Sul, não sou Sudeste, sou brasileira, mas sou tocantinense. Meu Estado está ali na vizinhança e será um dos mais prejudicados, junto com o Estado do Pará, por essa alíquota de 12% para os demais Estados.

Então, eu peço aos colegas que reflitam sobre isso. Ninguém quer prejudicar ninguém. A proposta de Armando Monteiro é superlouvável. Vamos manter a proporcionalidade. Agora, reduzir o Tocantins, o Nordeste brasileiro, o Pará, o Centro-Oeste de 12% para 7% e ver, assistir os demais Estados vizinhos continuarem com 12% é lógico que é um aumento de benefícios a que nós estamos assistindo explicitamente, Sr. Presidente.

Então, eu quero aqui deixar o meu apoio, o meu voto com relação à permanência de duas alíquotas. Todos os Estados vão perder, todos os Estados são importantes e os que mais estão perdendo são aqueles que estão no Centro-Oeste, que estão no Nordeste, principalmente, com os IDHs mais baixos do País e o meu Estado, Tocantins, e o Pará.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero iniciar a minha fala, primeiro, abordando duas questões centrais que têm sido levantadas aqui por aqueles contrários à diferenciação do ICMS interestadual para a Zona Franca de Manaus. Em primeiro lugar, por que uma alíquota diferenciada, Sr. Presidente? Porque é a Zona Franca de Manaus, só por essa razão. Zona Franca de Manaus... Senador Armando, eu ouvi V. Exª com muita atenção mesmo porque aprendo muito com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio ao Plenário. Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada. Muito obrigada.

Então, veja, inclusive, o Senador Armando, que disse que o que está acontecendo é que nós estamos ampliando benefícios. Não é isso que está acontecendo. Nós estamos somente mantendo o *status quo* da Zona Franca de Manaus. Vejam os senhores e as senhoras, o que propõe a emenda do Senador Suplicy: levar o ICMS da Zona Franca de Manaus para 7% e, portanto, igualar a todas as regiões do Brasil fora o Sudeste e o Sul do Brasil.

Isso, em outras palavras, Sr. Presidente, é acabar com a Zona Franca de Manaus.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço, novamente, silêncio ao Plenário. Na sala 3 há um telão, quem quiser se dirigir até lá...

Senadora Vanessa Grazziotin está com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Isso, Sr. Presidente, é acabar com a Zona Franca de Manaus. Senador Armando, quando V. Exª propõe que o ICMS da Zona Franca fique igual ao de todo o Norte e Nordeste, em outras palavras, estamos falando em acabar com a Zona Franca de Manaus, mas a emenda que nós vamos votar... eu ouvi a proposta alternativa de V. Exª e o projeto não é terminativo nessa Comissão. O projeto termina no Plenário da Casa. Mas o que nós vamos votar agora, Senador Armando, é a emenda apresentada pelo Senador Suplicy, que acaba com a Zona Franca, a partir do momento em que iguala a situação dela às demais unidades da Federação.

Segundo mito: a Zona Franca de Manaus produz uma grande isenção, uma grande renúncia tributária no Brasil. Eu não quero repetir os dados que foram falados aqui. Eu não vou, Senadora Kátia, discutir o IDH do meu Estado com o do seu Estado. Acho que nós temos que nos juntar, Senadora Kátia. Estado do Tocantins, Estado do Acre, do Pará, do Amazonas, do Ceará, da Bahia, Pernambuco, para discutir a diferença dos nossos IDHs em relação ao IDH de São Paulo, porque o que nós queremos é chegar à mesma condição a que eles já chegaram.

Vamos pegar um exemplo: nós temos uma lei, uma lei de informática, que vale para o Brasil inteiro. Para onde foi a indústria de informática? Para o Amazonas, que todo mundo reclamava e que, aliás, nós enfrentamos uma guerra fiscal contra São Paulo? Uma guerra ilegal, inconstitucional. Não foi para o Amazonas. A indústria de informática está em mais de 70% em São Paulo. Em São Paulo, é lá que está a indústria. A indústria de informática está lá, não está em Pernambuco, não está no Amazonas, não está nem no Paraná, Senador Sérgio; está lá no Estado de São Paulo.

Mas eu não quero lutar contra São Paulo. Não! O que nós queremos é somente ter a condição e os meios de chegar aonde São Paulo já chegou, com o nível de desenvolvimento que tem.

Outra coisa: quem pode imaginar, Srs. Senadores, um Estado brasileiro que, apesar... E não estou falando só do Amazonas. A Zona Franca não é só do Amazonas. Ela pega grande parte da Amazônia brasileira. Como pode ameaçar o Brasil um modelo que participa com 1,6% do PIB, uma região que, apesar de ter 60% do território brasileiro, como tem a Amazônia – só o Amazonas tem 1,5 milhão quilômetros quadrados dos 8,5 milhões do Brasil –, sequer tem estradas para se chegar até lá?

Ontem, eu ouvi, no plenário, um Senador, colega nosso, dizendo o seguinte: "Eu sou revendedor de motocicleta e não entendo por que as motocicletas ficam em cima de uma barcaça uma semana para chegar ao Estado para serem comercializadas." Sabe por quê? Porque, se não for assim, nós não teríamos nada lá. Terra sem ninguém é terra sem dono. E a Amazônia é maior riqueza deste País. Zona Franca não é um projeto do Amazonas, não é um projeto da Amazônia, é um projeto de País.

Nós não queremos nada mais do que temos hoje, Senador Armando. Nós vamos sentar para discutir isso. Não tem problema. Falei isso para o Senador Aloysio ontem. Vamos sentar. Não queremos nada mais, mas não podemos perder o que temos. E a emenda do Senador Suplicy tira muito, sim, da Zona Franca de Manaus, Senador Armando! Tira muito da Zona Franca de Manaus.

E mais: a legislação brasileira orienta a Zona Franca de Manaus – o Senador Delcídio sabe disso. Quem regula a Zona Franca de Manaus é o Governo Federal, porque para lá só vão as fábricas que o

Governo Federal deixa ir. São os Ministérios da Fazenda, de Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio que aprovam, necessariamente, um PPB para que as indústrias cheguem lá. Então, nós não somos ameaça para ninguém, absolutamente ninguém.

Eu vou dar um exemplo do que estou dizendo: há anos nós brigamos, Senadora Ana Amélia, para aprovar um PPB para a indústria Adidas produzir calçado de alto rendimento, tênis para atletas de alto rendimento, que nenhum Estado do Brasil produz. Até agora o PPB não foi aprovado e não o será. Sabe por quê? Para não permitir qualquer ameaça que seja ao polo calçadista do Rio Grande do Sul e do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora, já passou muito tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estou concluindo.

Então, vejam: nós temos um polo com setores de produção muito claro: duas rodas, eletroeletrônico. É isso. Nós não somos ameaça para ninguém.

E vamos parar de falar de renúncia fiscal! O Brasil enfrenta uma crise econômica que é internacional. E a desoneração que o Governo Federal está dando, só este ano, vai chegar a R$53 bilhões. Para quem? Para a indústria automobilística, para a indústria branca. Onde estão essas indústrias? Grande parte delas está no Estado de São Paulo.

Então, estou pedindo aqui o apoio do Nordeste e do Norte. Primeiro, vamos primeiro dar uma sinalização – sim à Zona Franca – e, depois, vamos sentar para ver. São 12%? São 12%. Ganha mais a Zona Franca? Vamos discutir. Estamos abertos ao debate. Não queremos ter nada mais. Queremos, sim, a Zona Franca continuando a existir para ajudar o Brasil e, principalmente, a preservação da Floresta Amazônica, que, repito, é o maior patrimônio – o Senador Sérgio sabe disso – que tem o nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin, muito obrigado.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Governador, Prefeitos, caros colegas, Santa Catarina tem o maior carinho pela região do Amazonas, por Manaus. Várias indústrias catarinenses se deslocaram para lá, onde estão instaladas. Para confirmar isso, nós temos, inclusive, no Amazonas, uma Senadora catarinense, a grande Vanessa Grazziotin. Então, o nosso carinho é muito claro.

Agora, nessa questão que já vem há tempo sendo discutida...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nessa questão que já vem sendo discutida há meses na Casa, houve casos, nos últimos dias, por exemplo, em que empresas catarinenses que estão no Nordeste já têm nos dito que, se prevalecer esses índices de 12%, 7% e 4%, nós que somos catarinenses e fomos ao Nordeste, dessa maneira, teremos que sair do Nordeste e irmos para o Amazonas. Não há como ficarmos no Nordeste. Várias delas que têm origem no meu Estado de Santa Catarina, que estão no Nordeste já há anos, também, dessa maneira, não há como competir e querem ir para Manaus.

Então, é uma questão colocada. Parece-me que a questão levantada, aqui, pelo Senador Armando Monteiro e por outros colegas, tem procedência, e precisamos tentar harmonizar. E tem mais uma: o que se debate muito, nos últimos dias, aqui? Que o Governo Federal propõe criar um fundo de compensação. Os Estados que, porventura, venham a perder, ou as regiões que venham a sentir dificuldades, esse fundo de compensação do Governo Federal que está sendo debatido...

(*Soa a campainha*.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...seria para tentar contornar, para que nenhuma região...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio a todos. Há um orador na tribuna.

Senador Casildo Maldaner, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...para que nenhuma região sofra os prejuízos e, naturalmente, se, por acaso ficar demonstrado que a Amazônia venha a ter prejuízos, esse fundo que vem sendo acenado pelo Governo Federal deve entrar em operação. Acho que é isso que temos que defender e ninguém quer o prejuízo de ninguém. O que queremos é que haja condições de convivência entre todos os Estados da Federação.

Acho que essa espécie de unificação de duas alíquotas, para não diferenciarmos demais, é o caminho a percorrermos. Acho que o Nordeste também comunga com essa tese; o Centro-Oeste comunga com essa tese; e acho que precisamos fazer isto: se houver prejuízos, o fundo com o qual o Governo acena deve estar aí. O Governo Federal, aliás, tem que ter a função de regular, de compensar, de procurar ver que nenhuma das regiões sofra prejuízos, que deve haver uma função harmônica de convivência.

Essa é a tese que quero deixar, aqui, subscrita, em nome de nós, catarinenses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

Volto a pedir silêncio e informar que há um telão na sala nº 3. Esta sala está muito cheia e temos que ter tranquilidade para o debate dos Srs. Senadores.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado do Amazonas, Secretários aqui presentes, há poucos dias, fizemos aqui uma votação do FPE e os Estados da Amazônia tentaram trazer para a discussão a questão da reserva legal.

Afinal de contas, os territórios da Amazônia estão impedidos em 80% do seu uso, de uso de solo, e, em nenhum momento, percebemos, na discussão que existe, qualquer tipo de compensação para os Estados que seguram o que dizem ser o maior patrimônio do País, que são as florestas. Então, as discussões vão vindo, as votações vão andando e, em nenhum momento, conseguimos colocar isso em pauta e dizer: "Olha, quem ou como a população brasileira vai compensar os Estados amazônicos pelo grande serviço ambiental que eles prestam para o Brasil e para o mundo?"

E vamos sendo levados de roldão nessa história, a ponto de nessa reforma tributária que estamos fazendo, a exemplo de outras, fatiada, sempre vai se deixando essa discussão para um lado e vamos perdendo a discussão.

O que há nesse cartaz – vou pedir para o Senador Alfredo levantar, porque não vou pegar por motivos óbvios –, o que está escrito aqui e esse símbolo que está aqui é o que, efetivamente, pode acontecer no Amazonas, ou melhor, os 20% hoje permitidos para o desmatamento do Amazonas podem, efetivamente, acontecer se eles perderem a competitividade com o resto do Brasil. Não duvidem disso, porque vai acontecer.

Dizer que, nos solos da Amazônia ou nos solos do Amazonas, não existem solos bons para a pecuária, para a agricultura, é um ledo engano. Existem, e muito bons, inclusive uns dos melhores do País se encontram no solo da Amazônia brasileira. Então, quando me refiro a isso, estou dizendo o seguinte: vamos olhar a coisa no conjunto, como um todo. Eu não consigo entender como é que uma Zona Franca de Manaus vai sobreviver nas mesmas condições que outros Estados da Federação brasileira.

Eu, Senador Jayme e Senador Pedro, somos de Cuiabá, de Mato Grosso, e o povo já acha que Cuiabá é longe para caramba; mas, de Cuiabá a Porto Alegre e de Cuiabá a Manaus, ainda é mais perto 70km ir a Porto Alegre. Então, imaginem a distância que Manaus... O Amazonas está sem estrada, com avião caro, com uma navegação deficiente. Como é que esse Estado vai competir para manter as florestas e manter o *status quo* que está lá, com a renda que está lá?

Portanto, é por isso que defendo, junto com o Governador Eduardo Braga– à época, nós percorremos boa parte do mundo – que a Amazônia brasileira deveria, sim, ser preservada, mas tinha que ter compensação para que lá ficasse do jeito que está. E as compensações nunca vieram. Não vieram para o Pará. Não vieram para Mato Grosso. Não vieram para o Amazonas. Não vieram para o Amapá. Não vieram para Roraima, nem para o Acre, nem para o Tocantins. Não vieram para ninguém! Para nós, até hoje, sobrou simplesmente o ônus de manter aquilo que está lá, em nome da população do Brasil, em nome da biodiversidade do mundo.

Mas, na hora de discutir, São Paulo não quer, o Rio Grande do Sul não quer, Santa Catarina não quer. Mas todo mundo quer os benefícios do meio ambiente que nós queremos.

Então, eu chamo atenção aqui: vamos olhar para o Brasil como um todo. Sacrifícios estão sendo feitos na Região Amazônica. Sacrifícios estão sendo feitos na Região Centro-Oeste, em nome de um acordo.

Eu disse, há poucos dias, quando fizemos a votação do FPE e eu, o Senador Jayme e o Senador Pedro tomamos a decisão: mesmo o Mato Grosso perdendo, nós somos companheiros. Porque sabíamos que nós avançamos mais que outros Estados e podíamos ceder. Mas, nesse ponto específico, nem o Amazonas pode abrir mão dos 12% nem o Centro-Oeste pode abrir mão dos 7% que estamos reivindicando. Caso contrário, nós vamos intensificar cada vez mais no Centro-Oeste, produzindo milho, soja, algodão, mandando para São Paulo, Santa Catarina, para que lá façam as integrações, façam as suas fábricas, e nós ficamos com pouco emprego e pouca renda.

Então, quero chamar atenção aqui: minhas colegas e meus colegas Senadores, vamos olhar o Brasil como um todo. Não comecem a particularizar cada uma das coisas, senão a guerra estará estabelecida.

Eu vou acompanhar o Estado do Amazonas e o Centro-Oeste nesta votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agora, com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh; Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; Governador Omar Aziz; Prefeito Arthur Virgílio; eu quero aqui colocar o que já...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... a posição que já fiz em reuniões anteriores da CAE.

Todos nós brasileiros somos a favor do Amazonas, da Zona Franca de Manaus. Ninguém é contra. Ninguém está aqui para defender ou não defender a Zona Franca de Manaus. Pelo contrário, já foi dito aqui, e nós concordamos: a Zona Franca foi um projeto de País, que deu os resultados a que o Brasil todo assiste, e tem que ser mantida. E é mantida constitucionalmente.

Eu lutei aqui, na ocasião, com o Senador Delcídio, com o Senador Eduardo Braga, com o Senador Romero Jucá, no atendimento de uma emenda que apresentei. A emenda tão somente igualava em 12% a alíquota de ICMS nos Estados da Região Norte, para não fazer essa diferenciação, como bem colocou aqui a Senadora Kátia Abreu, com relação aos demais Estados.

Parece-me que o Senador Delcídio não entendeu a emenda que fiz, porque, em um comentário que ele fez comigo, ele disse que eu queria estender a Zona Franca de Manaus também ao Pará, porque levava os 12% nas relações comerciais do Pará com o resto do Brasil.

Em momento nenhum a emenda que apresentei tinha essa pretensão. A emenda que foi apresentada apenas defendia a isonomia do Pará em relação aos demais Estados daquela região, numa troca de comércio em 12%, mantendo a competitividade.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, já foi dito aqui por vários Senadores que me antecederam que o Pará é um Estado, como eu tenho dito, que é tratado como um patinho feio da Federação, porque ele é isolado.

Agora mesmo, foi colocada a emenda do Senador Jucá que atende aos Estados da região e retira o Estado do Pará dessa isonomia. Por quê? Porque não temos Zona de Livre Comércio.

E olha que tentamos, por diversas vezes, tramitar projeto nessa direção, para que fosse criada Zona de Livre Comércio também no Estado do Pará, que precisa ter apoio dos Senadores, como está lembrando o Senador Arthur Virgílio. Não tenho dúvida disso.

Mas, lamentavelmente, não sei se o Governo Federal tem uma visão diferenciada na região para o Estado do Pará. A nossa base produtiva tem 40% desonerada, em função da Lei Kandir, ou seja, o Estado do Pará tem que atender às necessidades da sua população como um todo apenas tributando 60% da sua base. É impossível atender nessas condições. Daí porque a renda *per capita* do Estado é uma das piores do Brasil, a terceira no sentido contrário da menor para a maior. Então, o Estado é tido como rico. Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio ao Plenário. Há um orador na tribuna, Senador Flexa Ribeiro. Se continuar desse jeito, vou ter de pedir o esvaziamento desta sala, porque na sala 3 há um telão. Peço a compreensão de todos.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Todos os indicadores do Estado do Pará nos levam, lamentavelmente... gostaríamos de estar aqui festejando por não estarmos necessitando do tratamento diferenciado que a Constituição nos garante. Lamentavelmente, é uma obrigação do Governo Federal ter política industrial. Nós não temos. Não se está conseguindo extinguir a guerra fiscal com o nível de 4% das alíquotas interestaduais. Estamos criando agora três degraus: 12%, 7% e 4%.

Então, aqui, repito, não somos contra a Zona Franca de Manaus, muito pelo contrário, queremos dar todo nosso apoio. Mas não podemos isolar o Estado do Pará, em uma região que merece um tratamento diferenciado da Federação.

Nesse caso, quero aqui concordar com o Senador Armando e a Senadora Kátia ao dizerem, Senador Arthur Virgílio, Governador Omar Aziz, que estamos ampliando talvez não o incentivo, mas a diferença de alíquota. Quando estudei matemática, 5 não era igual a 8. Estamos trabalhando de 12% para 4% e de 12% para 7%. A proposta do Senador Armando é sensata, manter o diferencial de alíquota que existe hoje, que é de 5%. Lamentavelmente, não temos uma proposta aqui, um destaque, uma emenda que possa trazer uma nova alíquota de 9% para nivelar no que hoje temos. Nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª poderá apresentar no plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, essa é uma discussão que vai continuar, eu sei que não terminamos a discussão aqui na CAE, vamos levá-la ao plenário. Mas o que podermos avançar aqui, evidentemente V. Exª, Presidente Lindbergh, sabe muito bem disso, já vai como indicativo para o plenário. É importante que se discutam aqui exaustivamente todas essas questões.

No caso do Estado do Pará, não podemos perder, já perdemos receita orçamentária com a diferenciação do ICMS, agora não podemos perder aquilo que é mais importante para todos nós paraenses, que é a competitividade regional. Isso vai nos isolar mais na Federação brasileira do que hoje já estamos isolados.

Em função de todos esses argumentos e não sendo contra a Zona Franca, vou acompanhar as alíquotas de 7% e 4%.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, ainda há muitos escritos. O próximo é o Senador Cristovam Buarque. Faço um apelo por-

que vamos ter, ao menos, cinco votações importantes e vamos seguir. Temos que encerrar isso hoje, porque a Medida Provisória nº 599 tem prazo. O Relator Senador Walter Pinheiro está querendo colocá-la em discussão ainda esta semana. A medida provisória expira em 6 de junho. Faço o apelo, nos próximos itens de pauta vou dar a palavra apenas ao autor e, depois, colocar em votação. Neste item ainda há muitos inscritos.

Quero passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, mas quero fazer o apelo aos Srs. Senadores para que sejam econômicos, o debate já amadureceu muito. Peço essa gentileza.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, creio que vou falar rápido, apenas para que meu voto não seja escondido, nem sem uma manifestação.

Quero dizer que gostaria de estar discutindo aqui uma coisa muito mais ampla do interesse nacional, que é uma política fiscal completa. Uma política que levasse em conta aquilo que se busca com uma política fiscal. Primeiramente, simplicidade. A nossa é complexa! E esse projeto não está reduzindo a complexidade.

O segundo é a equidade, como não tratar diferentemente os que forem iguais. O terceiro é a progressividade, de beneficiar os que mais precisam. O quarto, a capacidade de a política fiscal levar a um desenvolvimento, mas desenvolvimento não é só produto. E aí, com todo o carinho que tenho pela Zona de Manaus, mas vale para São Paulo também, eu pergunto: quantas patentes a gente conseguiu nesses 40 anos da Zona Franca? Quantas patentes conseguimos com os 70 anos da indústria automobilística em São Paulo? Quase nada! Os automóveis são dos mesmos nomes de sempre, estrangeiros. Nós temos 165 milhões de telefones celulares. Nenhum é brasileiro! Nem um único; pode até ser montado aqui.

Eu gostaria de ver aqui uma discussão nesse sentido, do interesse nacional, do interesse do desenvolvimento no sentido científico e tecnológico e não apenas no aumento da receita fiscal. Além disso, o ideal seria eliminar essa guerra fiscal, que não vai ser eliminada com esse projeto.

Eu voto, portanto, meio constrangido, mas eu me sinto obrigado a votar pelo interesse local. Eu gostaria de votar, sim, pelo interesse nacional. Mas, quando analiso o interesse do Distrito Federal, a emenda do Senador Suplicy traz vantagens. Eu não gostaria, Governador do Amazonas, de votar nesse sentido restrito à unidade que eu represento. Eu queria votar como Senador da República, que representa uma região. Eu vou votar como Senador da região no Brasil e, por isso, vou votar na posição do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Agradeço pelo tempo da exposição.

Senador Alvaro Dias, V. Exª, se puder falar no mesmo espírito...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de destacar que não se trata de ser contra tudo, mas nós estamos errados. Os procedimentos adotados para essa reforma são incorretos. Nós vivemos sob a égide de um presidencialismo muito forte e o Executivo está ausente, praticamente ausente, lavando as mãos nesse debate. Caberia à Presidência da República convocar os governadores e discutir um entendimento entre as unidades da Federação, e isso não se faz.

O País cobra um novo modelo tributário, porque o nosso é antiquado, superado, retrógado. O País cobra a rediscussão do sistema federativo, porque o desequilíbrio é brutal, e nós estamos aqui discutindo pontualmente questões, jogando um Estado contra o outro, pretendendo acabar com uma guerra fiscal e promovendo a guerra entre as unidades da Federação, na busca da preservação de seus direitos, na luta pelos seus legítimos interesses.

Portanto, estamos errados. O correto seria interromper esse processo. O correto seria anular o que já fizemos e recomeçar, recomeçar com bom senso, recomeçar atendendo ao sistema que nos rege. Porque o Governo, quando age dessa forma, não governa; desgoverna. Não organiza; desorganiza. Nós estamos desorganizando o sistema tributário nacional. Nós estamos estilhaçando o sistema federativo. Estamos errados, sim, Sr. Presidente, e temos que fazer essa autocrítica.

Eu repito: deveríamos interromper esse processo e recomeçá-lo do zero, para que não se discuta aqui o interesse eminentemente local, mas se discuta o interesse nacional. É preciso que se coloque à frente dos nossos objetivos o projeto de Nação. Nós estamos, repito, estilhaçando o sistema federativo.

Eu entendo, Sr. Presidente, que não haverá recuo, é obvio. Nós apenas fazemos a manifestação muito mais no sentido do desabafo do que na esperança de obter resultados. Nós vivemos sob a égide de um modelo promíscuo neste País, um modelo em que o governante lava as mãos para as questões essenciais e sustenta a sua popularidade com métodos escusos, especialmente com o tal balcão de negócios que estabelece o aparelhamento do Estado para a preservação do seu projeto de poder, ignorando a existência e a responsabilidade de um projeto de nação.

Sr. Presidente e Sr. Relator, nós temos que nos concentrar em três questões essenciais. Nós sabemos

que a tarefa do Relator não é fácil, mas nesta fase adiantada, nós focamos em três questões essenciais que interessam ao Sul do País, ao Sudeste do País, porque nós estamos cansados de ouvir aqui que o que se faz é defender o emprego, é defender a receita de Estados mais pobres. O Paraná, por exemplo, quando tive a honra de governá-lo, aplicava, investia 23% em média do total da receita pública; e, nos últimos governos, consegue investir apenas 5% do total da receita pública. Portanto, o Estado está empobrecendo, está perdendo receita. Não podem perder empregos.

Nós já dissemos aqui que a manutenção desse texto significa a evasão de empregos do nosso Estado e a redução da receita do nosso Estado, que já está extremamente limitada e comprometida.

Portanto, nós estamos pedindo bom senso. Estamos pedindo que foquemos no projeto de nação. E o que estamos pretendendo são três pontos, destacamos três pontos: as saídas a 7% do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Espírito Santo, com destino ao Sul/Sudeste devem restringir-se às saídas do fabricante de mercadorias e bens produzidos em conformidade com o processo produtivo básico. Ou seja, é preciso identificar a natureza da empresa remetente para estancar a sangria das batalhas entre os Estados na atração de centros de distribuição.

A guerra fiscal do comércio, a parte mais perversa do fenômeno, a que não gera empregos, a que apenas permite ao Estado que concede benefício comercial apropriar-se de receita à custa do empobrecimento da vizinhança.

Nós estamos pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Esse é o próximo ponto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato. Já estou me antecipando para não falar depois e pedindo a aprovação da Emenda nº 45, que é de autoria do Senador Aloysio e do Senador Suplicy. Esse destaque objetiva manter a alíquota diferenciada de 7% apenas para a saída do fabricante do PPB para viabilizar que essa alíquota mais elevada seja utilizada como fator atrativo industrial das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, e o Espírito Santo; ou seja, operação realizada por estabelecimento comercial deve ter alíquota de 4% e não de 7%. Caso não seja identificada a natureza do remetente ao fabricante, haverá enorme complexidade, que identificará, ao longo de toda a cadeia produtiva e comercial, o que de fato o PPB ...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – São dez minutos já.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estou terminando.

Continuando, das Regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e o Espírito Santo, que acabam misturados com as produzidas no restante do País, requerendo um complexo controle, como já está acontecendo em relação à Resolução do Senado nº 131, relativa ao estancamento da guerra fiscal na importação.

Em síntese, alíquota de 7% para vendas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo, com destino ao Sul, Sudeste, Espírito Santo, desde que seja para o fabricante do PPB.

Sr. Presidente, é evidente que, nesta discussão, há uma paixão regional, mas deveria estar à frente da paixão regional a paixão pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, eu volto a fazer um apelo... O próximo inscrito é o Senador Sérgio Souza, a quem eu pediria que fosse econômico e tentasse falar em três minutos.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de saudar o Secretário da Fazenda do meu Estado, Deputado Luiz Carlos Hauly, que tem muito nos amparado e nos ajudado a defender as causas do meu Estado, porque é esta a função de todos nós: defendermos a nossa unidade federativa, mas também sermos um Senador da República Federativa do Brasil.

Sem querer contestar qualquer número aqui apresentado – eu acho que temos muitos – eu citaria um único: o Paraná é o 5º Estado na contribuição para a Receita; no entanto, ele é o 20º no recebimento *per capita* da Receita no Brasil. Então, dá para ver uma discrepância muito clara.

(*Soa a campainha*.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas eu quero fazer uma ressalva, Sr. Presidente, se for possível, no sentido de dizer que quem tomou a iniciativa, neste caso, foi o Governo Federal, que encaminhou, no final do ano passado, para o Senado Federal, o projeto de resolução assinado pela Presidente Dilma, encaminhado pela Chefe da Casa Civil. E encaminhou também uma medida provisória para criar o fundo de compensação àqueles Estados que, eventualmente, venham a ter perdas na capacidade de investimentos. E aí serve para todos.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é fazer uma seguinte análise: como é hoje o ICMS interestadual? São 12% para todo o Norte, para o Centro-Oeste e para o

Nordeste – 12% para todo mundo. É essa a regra colocada hoje em prática no Brasil. No Sul e Sudeste, 7%.

Então, isso quer dizer o seguinte: que há uma competitividade igualitária no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, todos com 12%.

Então, o que é que se está fazendo? Está se reduzindo para 7%, segundo o texto aprovado e ressalvados os destaques. No texto original encaminhado pela Presidente Dilma, viria para 7%, até 2022, nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, a partir de 2025, todo mundo com 4%.

Então, traria uma igualdade entre todos os Estados. Mas já foi modificado e bastante esse texto. Então, repito, era 12% para o Centro-Oeste, para o Norte e para o Nordeste e 7% para o Sudeste e para o Sul.

Como é que está ficando isso hoje, no texto aprovado, ressalvados os destaques? Está sendo aprovado, Senador Moka – está aprovado, ressalvados os destaques –, 7% para o seu Estado. O seu Estado competia de forma igualitária com a Zona Franca de Manaus, só com relação ao ICMS; nos demais impostos ninguém está mexendo. O Estado do Pará, o Estado de Goiás, o Estado do Tocantins, o Estado de Pernambuco, o Estado do Ceará, o Estado de Rondônia, Senador Raupp, todos eles competiam, na questão do ICMS, de forma igualitária. Os Estados do Sul, não, havia diferenças.

Agora, mantém-se o Estado do Amazonas, a Zona Franca de Manaus com 12%. Sabe o que é que vai acontecer em Rondônia? O cidadão vai produzir lá na Zona Franca de Manaus, porque 5%, neste mundo globalizado, é muito, é uma diferença muito grande. Por 5% as empresas vão sair do Nordeste e vão produzir na Zona Franca, porque é muito.

Então, o que nós estamos fazendo para acabar – e aí encerro, Sr. Presidente – com a guerra fiscal é todo mundo ceder um pouquinho. O Sul e o Sudeste estão cedendo. Sai de 7% vem para 4%. O Centro-Oeste e o Nordeste e parte do Norte estão cedendo. Sai de 12% vem para 7%. Por que temos que dar um privilégio tão somente à Zona Franca de Manaus? Isso vai gerar desemprego no Estado do Paraná, não tenha dúvida. Empresa do setor de informática já avisou a todos os Senadores daquele Estado que vai demitir cerca de cinco mil pessoas na capital do meu Estado nos próximos anos se ficar dessa forma.

Então, faço um apelo aos Srs. Senadores: vamos votar em favor do Brasil e não somente em favor da Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agora com a palavra o eloquente tribuno do Ceará, Senador Inácio Arruda.

Faço um apelo a V. Exª quanto ao tempo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E já anuncio a V. Exª que tenho que defender também a Paraíba, porque, infelizmente, os Senadores da Paraíba estão nos outros Estados e não estão presentes aqui hoje. Então, temos que ampliar a defesa desse Estado vizinho, irmão nosso.

Eu vejo, Sr. Presidente, meu caro Governador do Estado do Amazonas, Prefeito de Manaus, nosso colega durante muitos anos aqui no Congresso Nacional, que conhece bem essa controversa tributária brasileira desde a Lei Kandir até hoje. Muitos aqui conhecem.

Eu anunciei aqui de brincadeira que esta Resolução deveria ser denominada de Resolução Calabi, não pelo silêncio nos bastidores do nosso Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, mas pela ampla articulação que o Estado de São Paulo tem patrocinado aqui no Senado Federal em relação a essa matéria, mostrando o seu peso, mostrando a sua força.

Esse é o problema central da matéria, não é o Estado do Amazonas, não, porque nós somos solidários. O Nordeste é solidário com o Estado do Amazonas. E é solidário com a Região Amazônica, que nós precisamos preservar para nós, brasileiros. Não é preservar para os americanos, para WWF e companhia limitada, não. É para nós, brasileiro, a sua riqueza, o seu potencial.

Acho que é correta a atitude do Governo em relação ao Estado do Amazonas. E acho que devemos examinar com o cuidado, com a cautela, o que estamos fazendo aqui e agora ao discutir essa alteração. E ia dar nisso mesmo no que está dando aqui, porque uma alteração dessa monta tem que ser trabalhada com zelo e com cuidado pelo Governo Federal. Com zelo e com cuidado!

Ouvi aqui muitos Secretários de Fazenda, do meu Estado e de muitos Estados que aqui vieram, do Confaz. Mas talvez uma matéria como esta tivesse que ser tratada pelos governadores, aqui no Senado, num diálogo aberto, tranquilo, sem esse apressamento, sem esse açodamento, porque o que está acontecendo aqui é isto: uma pressão fortíssima e a União, a rigor, quando interveio, interveio a favor do mais forte e não do mais fraco.

Por isso é preciso termos atenção, termos cuidado. Claro que queremos reduzir carga tributária, claro que queremos diminuir a pressão tributária no Brasil, mas não podemos deixar de destacar a Região Norte do País, a Região Nordeste do Brasil e o Centro-Oeste e algumas regiões do Centro-Oeste, porque outras já conseguiram se desenvolver, já estão num patamar mais elevado.

Esse cuidado, Sr. Presidente, temos que ter.

Eu considero que votar esta matéria nesses termos em que estamos fazendo aqui não vai ajudar o

Brasil. Não vai. Vai prejudicar o Estado do Amazonas ou o Estado do Ceará e parte do Nordeste. Isso não ajuda o Brasil.

Sinceramente, desde o início, discordei desse encaminhamento, votei contra essa proposta de resolução porque considero que ela, neste momento, não nos ajuda e não vai nos ajudar a chegar à equação tributária que estamos querendo, porque, se se deprimir ainda mais algumas regiões, disse-nos aqui Casildo, as empresas querem sair do Ceará para o Estado do Amazonas. E eu digo a S. Exª: não querem. Mas sairão do Ceará de volta para o Sul e para o Sudeste. E vão nos largar. Esse é que é o problema central. O resultado final vai ser esse porque para Manaus vão as empresas com as quais o Governo Federal trabalha...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... discute, e vão ou não para lá. Mas, para sair do Ceará, não há essa garantia, saem a qualquer hora, vão embora.

Então, eu tenho uma discordância em relação ao mérito dessa matéria, quanto à maneira como ela está sendo encaminhada. No mérito processual, porque é lógico que nós queremos redução tributária – processual, como diria nosso colega Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro que nós queremos solução para esse problema – é a parte da Paraíba, meu caro Senador Lindbergh. Nós queremos reduzir carga tributária; nós queremos mais competitividade; nós queremos mais inovação para um país que não tem um automóvel e é o quarto maior consumidor de automóveis do mundo; que tem que importar trilho da China, da Coreia, o que é uma vergonha para os brasileiros – está importando trilho e mandando ferro para lá! Não tem celular, não tem nada nessa área, e não é por conta de questão tributária não, não foi por conta de questão tributária, porque nessas nações todas há conflitos tributários, há regiões autônomas – vá aos Estados Unidos ver o que é a questão tributária lá, vá a Europa ver o que é a questão tributária lá!

Eu, sinceramente, não gostaria de votar contra os nossos amigos da Amazônia. O nosso voto é solidário à região para que possamos encontrar uma convergência que ajude o País inteiro e não uma parte do País. Eu respeito muito o Estado de São Paulo, nós tivemos que sobreviver...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...no Estado de São Paulo, mas sinceramente, hoje, votada esta matéria, o principal beneficiário dessa matéria é o Estado de São Paulo, que deveria, ao contrário, trabalhar para desconcentrar o seu peso e a sua riqueza no plano econômico nacional e não aumentar ainda mais a concentração.

Por isso, nós somos solidários à Região Amazônica, solidários ao Estado do Amazonas, porque é uma maneira de encontrarmos maior equilíbrio na discussão do ICMS aqui na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Renovando meu apelo em relação ao tempo, passo a palavra ao Senador José Agripino.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu só quero agradecer as palavras do meu Líder Inácio Arruda. É por isso que ele é Líder do PCdoB, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso, a bancada do PCdoB unida!

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu ouvi aqui muitos argumentos, todos respeitáveis e que devem ser considerados. Eu tenho um voto definido, eu talvez nem precisasse manifestar a minha opinião, porque não sou do Amazonas, eu sou do Nordeste, eu não me vejo diretamente envolvido nessa questão do ponto de vista pontual, mas eu acho que é minha obrigação passar a este Plenário o meu sentimento, que é muito mais de narrar fatos e constatações.

Sr. Presidente, eu vivi, como Prefeito de Natal e como Governador, o nascedouro da Zona Franca de Manaus e do programa de incentivos do Nordeste, Senador Pedro Taques. No Nordeste, a coisa começou com o 3.418, depois evoluiu para o art. 5º e para o art. 9º. Senador Lindbergh, os incentivos fiscais do Nordeste de hoje levaram o processo de retomada de crescimento da Região à estagnação.

Há muitos anos, eu fui à Zona Franca. Eu gosto muito de som, e eu fui a Manaus movido pela Zona Franca para comprar equipamento Kenwood e Akai, amplificador e toca-discos. Naquele tempo, o incentivo fiscal se voltava para o eletrônico. Eu voltei a Manaus recentemente – o que me fez ir à Zona Franca de Manaus foi comprar equipamento importado –, eu voltei à Zona Franca agora e perguntei: cadê aquela Zona Franca? Loja tal, loja tal, não lembro mais o nome das lojas. E a resposta: “Não existem mais. O que existe hoje aqui é uma fábrica da Honda, é uma fábrica da Samsung, que vendem, não para quem vai lá, mas para quem está em qualquer parte do Brasil, a televi-

são Samsung pelo preço internacional ou a motocicleta Honda pelo preço internacional".

O que é que eu depreendo, quais são os fatos e as constatações?

Sr. Presidente, o Brasil e o mundo todo falam na questão do desmatamento da Amazônia, é um tabu, é um bicho sagrado. De quem é a responsabilidade? Da União? É. Mas quem é que toma conta? É o poder local. Enfraqueça o poder local para ver o que vai acontecer, para ver se não vai aumentar de 3% para 4% ou para 5% o desmatamento da Amazônia.

Então, acho que é preciso que se aja aqui com sentimento de brasilidade. As fábricas que foram para a Amazônia, para a Zona Franca, a Honda, por exemplo, Senador Pedro Taques, poderia ter ido para o Uruguai! Não é para outro Estado do Brasil, é para o Uruguai! E, de lá, ser vendido para o resto do Brasil. Mas foi para a Zona Franca por questões particulares da Zona Franca. O modelo da minha região fracassou, é preciso que se renove, e o modelo da Zona Franca de Manaus está vivo, está vivo e atuando. E eu não vou votar e correr o risco de enfraquecer uma coisa que deu certo.

É só isto: o meu voto é para agradar aquilo que deu certo, e, em nome do que deu certo, vou votar a favor da emenda que beneficia a Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado pela síntese. O Senador José Agripino falou em três minutos.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, vou ser mais econômico que o Senador Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mudei de opinião, vou alargar um pouco. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não! (*Risos.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exª e o Senador Delcídio, pelo esforço abissal de chegarmos a este momento. Só que este momento mostra, retrata o fracasso de um país, o fracasso de um país como nação – como nação! Enquanto estamos discutindo, aqui, sobre Zona Franca de Manaus, Mato Grosso, Sul, Sudeste, outros países, no sentido sociológico, estão discutindo a organização mundial do comércio, dominação de mercado internacional.

Conto um caso, Sr. Presidente: fui a um curso, nos Estados Unidos, debater com o professores constitucionalistas e perguntei a eles: como os senhores debatem aqui a questão da Federação? Eles disseram: "Nós não queremos mais saber disso. Queremos dominar o mercado internacional. Queremos que os nossos produtos cheguem ao mercado internacional a preços competitivos, não queremos exportar emprego." É isso que eles estão discutindo.

E nós estamos discutindo, aqui, Zona Franca de Manaus, ICMS, FPE, de forma fatiada, como se fosse um salame. Aliás, nós produzimos salame, mas não produzimos celulares. Não produzimos celulares! Não discutimos conhecimento, tecnologia, inovação; não discutimos isso, estamos discutindo, aqui, o fracasso de um país. Esse fracasso vai ter que ser resolvido de acordo com a Constituição.

E já encerro, Sr. Presidente. O art. 3º da Constituição faz um compromisso, a nossa Constituição é compromissária com o futuro. E, para que tenhamos um compromisso com o futuro, precisamos acabar com as desigualdades regionais, e, para isso, precisamos tratar os desiguais de forma desigual, sim, porque, senão, não teremos um compromisso com o País, o compromisso de futuro da sociedade brasileira.

Melhor seria, Senador Armando, que o sistema não tivesse a complexidade que possui hoje. Melhor seria que tivéssemos uma simplificação do ICMS, o que todos gostaríamos, com alíquota única, quem sabe. Mas isso não é possível hoje, não é possível hoje.

Seria possível se aqui estivéssemos discutindo a Federação como um todo, e não discutindo dessa forma. E estamos num dilema, Sr. Presidente: eu sou Senador da República, represento o Estado de Mato Grosso aqui, mas devo defender os interesses nacionais também! Como eu fico para resolver esse dilema? A Constituição, neste conflito entre pensar em resolver a complexidade do sistema e pensar em Estados, em regiões que estão há 500 anos sendo tratados de forma diferenciada, fico com o tratamento desigual dos desiguais, Senador Aloysio.

E eu posso falar que oficiei, trabalhei, em 12 Estados da Federação – 12 Estados! –, e não acredito que, aqui, haja alguém que já tenha trabalhado em 12 Estados da Federação. Já fui Procurador do Estado São Paulo, defendendo os interesses do Estado de São Paulo, no Supremo Tribunal Federal, e o Senador Aloysio, em um determinado momento, foi meu chefe ali, como Vice-Governador. Mas já oficiei também em Manaus, sei a dificuldade da logística, sei a necessidade do tratamento da população que fica a quantos quilômetros de Manaus? Quantos quilômetros? Sei que Confresa, Senador Maggi, fica a mais de 1.300km de Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pedro, o Eduardo Braga, também foi seu chefe em Manaus, não é?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não foi chefe. O Senador Maggi não foi Procurador-Geral da República.

O Senador Eduardo Braga? Não, não fui Procurador do Estado do Amazonas, não tive a honra, fui lá como Procurador da República, em 12 Estados da Federação. Mas, se houver um concurso para lá, posso fazer, e será uma honra ser Procurador desse belíssimo Estado!

(*Soa a campainha*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já encerro, Sr. Presidente, dizendo que vou votar com o art. 3º da Constituição. O art. 3º determina tratamento desigual dos Estados, para que nós tenhamos a superação dessas desigualdades regionais, que são históricas. O Estado de São Paulo, os Estados do Sul e os do Sudeste, desde 1500, mais especificamente desde 1534, são tratados de forma diferenciada. E V. Exª sabe, Senador Aloysio, que o Pedro Taques morreu esfaqueado na Praça da Sé, como líder do partido dos Camargos contra os Pires. V. Exª sabe disso!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas o seguinte: é que alíquota de 12% para a Zona Franca...

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se a galeria pudesse ficar em silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A alíquota de 12% para a Zona Franca consagra uma desigualdade também em relação ao Nordeste e aos demais Estados do Norte. Este é que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estão encerrados os cinco minutos, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vou votar com o art. 3º da Constituição.

O ideal seria simplificarmos o sistema. Mas esse ideal não é possível agora. Portanto, vou votar contrário à Emenda do Senador Eduardo Suplicy e votar favoravelmente ao relatório.

Aqui, temos de reconhecer o nosso fracasso como Senadores da República e como políticos, porque não tivemos a compreensão do momento histórico por que passa o Brasil. E o Poder Executivo deveria, sim, atuar para que nós tivéssemos um debate sobre o pacto federativo de forma integral, não como salame.

Sr. Presidente, encerro dizendo que vou votar com o relatório e tendo orgulho de ter sido Procurador do Estado de São Paulo, mas hoje eu sou Senador da República e devo defender a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Governador do Amazonas, que aqui se encontra. É uma honra tê-lo aqui conosco. Cumprimentar, com muito carinho, o ex-Senador Arthur Virgílio, nosso companheiro; o Piauilino e, em seu nome, cumprimentar todos os Deputados; a Bancada do Amazonas: Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga e Alfredo Nascimento.

Sr. Presidente, vou ser bem rápida, porque já foi dito tudo aqui. Eu quero apenas dizer que o meu voto é favorável ao Amazonas, contra a Emenda do Senador Suplicy. Faço isso pelo não desmatamento, pelo isolamento do Amazonas, pela tristeza e dificuldade que tem aquele povo para viver ali.

Portanto, essa diferenciação feita em boa hora pelo relator dessa matéria é justa e, sem dúvida nenhuma, representa justiça.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Senador Wilder Morais.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento se o Senador me permitir? Apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Só para esclarecer. Por exemplo, agora, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Blairo e alguns outros deram apoio à continuidade da Zona Franca.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Certo.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Nesse apoiamento, nesse relatório está incluída a criação de zonas livres novas e todos as estão apoiando, como Acre, Roraima, Amapá e Rondônia? Apenas para esclarecer. Eu gostaria que o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Relator vai falar por dois minutos assim que acabar.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – O.k. Eu gostaria desse esclarecimento, Senador: se nós estamos falando apenas da Zona Franca ou nós estamos falando de uma ampliação de Zona Franca na região da Amazônia?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, ouvindo atentamente todos os colegas Senadores e como disseram os Senadores Alvaro Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Pedro Taques, uma reforma fatiada, uma reforma, vamos dizer, desse tamanho, que está envolvendo... Hoje os Governadores já fizeram um manifesto muito forte no jornal *Folha de S.Paulo*, um terço dos governadores já estão discutindo por estarem sendo pressionados.

Hoje está aqui presente de novo o presidente da Dial Nacional, demonstrando que vai haver desemprego total nos Estados em desenvolvimento.

Será que cabe a nós seguirmos nessa velocidade e não debatermos esse tema um pouco mais, como já foi pedido pelos colegas, Presidente, para que discutamos mais? Ou a gente vai ver esse desastre acontecer, ou nós vamos ver essa contramão do desenvolvimento, como disse o colega Pedro Taques, enquanto os países desenvolvidos estão falando em desenvolvimento, em alcançar o maior número de exportação do mundo nós estamos discutindo coisas internas que vai desindustrializar o nosso Estado.

Eu votei contra o início do projeto e mantenho a mesma ideia. Por quê? Eu acho que não vai ter ganho nem político e nem industrial nessa reforma fatiada como está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado Senador Wilder.

Senador Moka, abre mão Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não vou poder.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Fica para a próxima.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu vou dar uma média entre o meu pronunciamento e do Inácio Arruda. Vai ficar uma média normal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Já vai ser alta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero apenas mostrar: Distribuição regional da indústria de transformação:

1970 – O Norte era 0,8; Nordeste 5.7; Sudeste 80.7; o Sul 12%; o nosso Centro-Oeste 0.8.

1990 – Norte 3.1; Nordeste 8.4; Sudeste 69.3; Sul 17.4; Centro-Oeste 1.8.

2010 – Norte 4.8; Nordeste 9.3; Sudeste 60.3; Sul 21% e o Centro-Oeste 4.6%.

É disso que nós estamos falando.

E aí o que me choca é o seguinte, na hora do Código Florestal todo mundo, Senador Blairo Maggi, nós temos que preservar a Amazônia. Como é que preserva a Amazônia? Tirando as coisas de lá? Nós que representamos, nós temos consciência sim. É verdade isso. E Amazônia só tem esse percentual porque tem a possibilidade de ter a Zona Franca de Manaus, senão não teríamos mais aquilo lá.

Então eu voto de forma coerente. Vou votar de forma coerente, preservando a Amazônia e pedindo justiça ao Centro-Oeste. Nós não podemos tratar os Estados dessa forma, desiguais... Não pode, não é possível isso. Ou nós vamos abrir mão de tudo isso? De todo esse esforço Senador Delcídio? E aqui é meu adversário político, mas nós temos que lembrar que o Senador Delcídio fez um esforço muito grande, matéria foi exaustivamente debatida. E nós só estamos votando dessa forma porque não houve outro jeito. Esse foi o melhor caminho encontrado. Ou votamos dessa forma ou não votamos nem isso nessa matéria. Então voto, com a maior tranquilidade, preservando os empregos do meu Estado e preservando a nossa Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente..**.**

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Senador Kátia, deixa...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Um esclarecimento. É da maior importância...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Mas você faz...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não, Sr. Presidente, nós precisamos esclarecer as coisas aqui. Quando o Senador Moka fala que vota pelo Amazonas e pelos empregos de Mato Grosso do Sul, ele também está falando de 12% para o gás natural de Mato Grosso do Sul. E o que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Mas vai ter uma outra votação...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – E o que vai ficar o Mato Grosso, o que vai ficar o Tocantins, o Pará? Como é que nós vamos trabalhar esses outros Estados que estão sendo prejudicados, porque como está sendo colocado aqui, parece que o foco é só o Amazonas. E não é. Nós temos Roraima que está ganhando 12; Acre ganhando 12; Rondônia ganhando 12; Amapá 12; o gás natural ganhando 12. E o resto?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – O gás natural não é nesse ponto. Vai ter outro item. O relator vai explicar isso logo após encerrada as falas.

Olha, depois de encerradas as inscrições, cinco Senadores, Senador Humberto, Senador Ivo Cassol, Senadora Ana Amélia, Senador Jayme Campos e Senador Ciro Miranda pediram a palavra. Eu vou conce-

der por um minuto, só para haver declaração desses Senadores.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador Lindbergh, é impossível defender um argumento em um minuto. Eu me proponho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Dois minutos, três minutos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...a tentar ser o mais econômico possível...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Ao falar em um minuto V. Exª entendeu que eu quero síntese...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Pede a ele o tempo que ele usou com o *royaltie* para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Inicialmente eu acho que é preciso que alguém aqui restabeleça a verdade no que diz respeito a esse debate que nós estamos fazendo hoje. Alguns companheiros aqui que falam em parar tudo que está sendo feito, recomeçar, que nós estamos desorganizando o sistema tributário brasileiro precisam lembrar que o debate sobre a necessidade de uma reforma tributária vem de longa data. Foi no Governo da Presidenta Dilma, no governo do Presidente Lula que nós começamos a fazer, efetivamente, esse debate. Se nós não fizemos globalmente, se estamos fazendo de forma retalhada, é porque a estratégia de fazer uma discussão global, que foi lançada em vários momentos lá atrás, não deu certo, falhou. E nós já temos algumas coisas importantes. Nós modificamos a legislação tributária que tratava da tributação de produtos importados, nós temos esse debate sobre ICMS, nós temos o Governo fazendo uma série de desonerações, inclusive de obrigações sociais, que, tudo indica, serão definitivas. Então, nós estamos fazendo, sim, uma reforma. Acho importante ressaltar isto.

Quero dizer que eu respeito e sinto a forte consistência dos argumentos que foram feitos aqui a favor da emenda do Senador Suplicy, em particular o que foi dito pelo Senador Aloysio e o Senador Armando Monteiro, mas entendo que, apesar disso, nós temos que preservar o que a Amazônia tem hoje. Até reconheço que nós estamos ampliando. Eu sou até favorável a que se faça uma discussão em plenário sobre a ideia do Senador Armando Monteiro, de nós termos não doze, mas nove. Podemos discutir essa questão, mas acho que não deveríamos nivelar no mesmo patamar o Amazonas, a Zona Franca de Manaus e as demais regiões do País. Primeiro, porque nós temos alguns anticorpos para enfrentar as eventuais perdas que os Estados vierem a ter. Por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento Regional, o fundo das compensações para as perdas do ICMS e o que vários falaram aqui, que é uma situação, em termos de vantagem competitiva, extremamente desigual do Amazonas, da Zona Franca de Manaus, em relação aos demais Estados e a preocupação que temos... Sempre estamos falando em desenvolvimento sustentável. Mas como se faz esse desenvolvimento sustentável? Acho que muita gente pensa que é recolhendo a borracha nas seringueiras. Não é assim, gente! Hoje, nós temos que discutir uma proposta global, que promova desenvolvimento, industrialização, e, como tal, essa proposta preserva. E eu não acredito nessa ideia de que vai haver fuga de indústrias e investimentos para a Zona Franca de Manaus. Por quê? Porque, até hoje, o que ainda pesa como vantagem competitiva é ter mercado. O Sul e o Sudeste têm. É ter qualificação de mão de obra. O Sul e o Sudeste têm mais do que qualquer outra região no Brasil. A infraestrutura e a logística. O Sul e o Sudeste também têm mais do que qualquer outra região do Brasil. E nada disso o Estado do Amazonas, a Zona Franca de Manaus tem.

Por isto, quero aqui justificar o meu voto nessa proposta. Além do mais, isso é uma Resolução do Senado Federal. Ela pode ser mudada. Se nós identificarmos, com o passar do tempo, que tem havido uma fuga de investimentos do Nordeste, do Sul, do Sudeste para o Norte, é perfeitamente possível nós discutirmos outra situação.

Por isto, quero me associar àqueles que vão votar com o Relator, a quem eu elogio pelo trabalho sério que fez.

Obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que o que estamos discutindo aqui não é só o Amazonas; nós estamos discutindo os Estados da Amazônia. Ao mesmo tempo em que discutimos o Código Florestal, nós servimos de pulmão para o Brasil afora e para o mundo afora. E se nós, hoje, não tratarmos com uma atenção especial, nós vamos ter dificuldade lá na frente. Exemplo: Manaus. Se tirar o polo industrial de Manaus, a maioria daquele povo vai para Juquira. Vai derrubar, vai desmatar. Não tem outro caminho. É sobrevivência. Ao mesmo tempo, quando temos outros Estados incluídos, em Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, nós temos 95% preservados. E quando estamos dando estímulo

e incentivo, é para o produto que vai ser produzido no nosso Estado para poder industrializar lá, na questão de Rondônia, do Amapá e outros Estados.

Então, nós precisamos ter a consciência de que nós, que fomos, no passado, incentivados a ocupar a Amazônia para não a entregar, nós precisamos, ao mesmo tempo, preservar o que já existe hoje e dar consistência para ficarmos mais fortes e sermos competitivos mundialmente. Caso contrário, as indústrias saem de lá e não vão para outros cantos do Brasil, mas para outros países afora, e eles vão perder milhares de empregos. Portanto, sou a favor não do Amazonas, mas da Amazônia, porque são os demais Estados da Amazônia que estão sendo contemplados, juntos, acompanhando o nosso Líder Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, é muito difícil, com a pressão, a organização e a mobilização da Zona Franca de Manaus, fazer qualquer argumentação. Porque demonstraram aqui, com a presença de todos os segmentos políticos, a Bancada federal, a Bancada do Senado, a representação de trabalhadores, o Governador, o Prefeito, e, para não dizer o mais importante de todos, o Líder do Governo, que, a estas alturas, já dever ter até o escore da votação. O competente e guerreiro Senador pela Zona Franca de Manaus, Eduardo Braga. Não apenas a Zona Franca de Manaus ganha um incentivo, Tabatinga também. Na aprovação do substitutivo do Senador Delcídio do Amaral, também Tabatinga, agora como área de livre comércio, entra com os benefícios de 12%. Assim como vários outros Municípios, pela sabedoria de outro ex-líder da região, que é o Senador Romero Jucá.

Então, eu queria dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria que o Amazonas ajudasse o meu Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, que o apoiamos. E firmamos um acordo com o Governo do Estado. Essa não é uma questão apenas nacional. Fui eleita por eleitores e eleitoras do Rio Grande do Sul para defender o Rio Grande do Sul. E aqui estão Senadores de todos os Estados para defenderem seus Estados. É o que está na Constituição. A questão nacional é importante e relevante, mas estamos aqui como Senadores de cada Estado. E parece até que, nesta discussão, a eficiência e o desenvolvimento estão sendo penalizados. Porque crescemos, porque fizemos coisas que não foram feitas em outras regiões. No FPE, o Estado do Amazonas passa de 2,79 para 4,41. O Rio Grande do Sul passa de 2,35 para 1,81. Está perdendo no FPE.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É claro que essa, Governador, não é uma questão para ser trazida agora. Eu quero apenas salientar a necessidade de que haja, para acabar com a guerra fiscal, uma política mais adequada, mais justa. Por isso eu me associo à proposta do Senador Armando Monteiro em relação à questão. Se todos estão cedendo, nós fazemos isso.

Eu queria apenas dizer que a Bancada do Rio Grande do Sul vota a favor da Emenda nº 40, do Senador Eduardo Suplicy, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que faz oposição política ao meu partido lá. Ontem, em um café da manhã, estivemos reunidos com o Governador Tarso Genro e a Bancada para apoiar as teses defendidas aqui pelo Secretário Odir Tonollier e sua equipe da Secretaria da Fazenda. Essa é uma questão que interessa ao Rio Grande do Sul, à República do Piratini.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

E agora, por um minuto, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu vou ganhar o mesmo tempo que os demais Senadores, até porque é regimental.

Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado do Amazonas, Sr. Prefeito Arthur Virgílio, demais colegas e Senadores aqui presentes, ouvi atentamente o debate, que foi amplo e nos permitiu, naturalmente, fazer aqui um exame de consciência. Na verdade, toda essa desorganização na questão tributária brasileira já vem se arrastando há algum tempo. Nós temos que dar um basta em tudo isso. Entretanto, neste momento, é quase impossível.

Mas eu não poderia deixar de manifestar aqui o meu apoio ao Estado do Amazonas. Até porque sou de uma região vasta do Brasil, que é a Região Centro-Oeste, e temos participação também na Amazônia brasileira, que, lamentavelmente, meu prezado e caro amigo Senador Armando Monteiro, tem sido penalizada nos últimos tempos. Pagamos muito caro por estamos em uma região e em um Estado carentes de tudo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Desde saúde, educação, infraestrutura, etc. No Estado do Amazonas, o que resta é apenas a Zona Franca de Manaus e sua valorosa população. Um povo sofrido. Eu confesso que teria dificuldade de morar ali por ver aquelas pessoas que margeiam todos os dias, em barcos, com uma navegabilidade precária.

Neste caso aqui, é claro e natural que o ideal seria termos uma pacificação e termos os números ideais na questão tributária.

Mas, como é impossível que aqui se debata de forma democrática um projeto que certamente será duradouro, quero manifestar aqui de público, Sr. Presidente, o meu apoio à proposta de permanência dos 12% para o Estado do Amazonas, que vai contemplar a Zona Franca de Manaus, porque sou brasileiro e, acima de tudo, quero ver aquela vasta região do Brasil, que, hoje, lamentavelmente, tem uma política ambiental perversa, que nos tem penalizado, Senador Alfredo, sobremaneira e, com isso, não tenho dúvida alguma de que o voto meu e o do Senador Blairo Maggi – o Senador Pedro Taques já manifestou – serão também apoiando não só o Estado do Amazonas, em relação à Zona Franca, mas, sobretudo, apoiando três valorosos Senadores: Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin e o nosso Líder Eduardo Braga.

Esse é o meu apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Último inscrito, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, muito obrigado por me dar a prerrogativa de falar.

Ouvi atentamente todos, e uma coisa só me calou fundo: foi o que o Senador Pedro Taques falou, porque nós nos batemos nas desigualdades.

Senador Alfredo, Senadora Vanessa, Senador Eduardo, o que eu não quero para mim não quero para vocês. O mesmo arrazoado que tem para Manaus tem para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste. As mesmas dificuldades que nós vamos passar, caso seja aprovado o 7 por 4, os senhores também passariam. Então, eu não quero, quero ser justo, é questão de coerência. Manaus não pode ficar sem a Zona Franca. Isso é líquido e certo.

Então, voto pela manutenção dos 12, como também gostaria que todos os senhores encarassem da mesma maneira o problema que têm o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que, com sete por quatro, não sobrevivem.

É somente isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou passar para o Relator. Peço também que seja breve. E vou encaminhar a votação nominal, já para economia processual.

Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, rapidamente, só para destacar que essa reforma proposta é um grande avanço, pois, em outras tentativas, como disse aqui o Senador Humberto, anteriores, de governos anteriores, principalmente os Estados menos desenvolvidos não abriram mão do ICMS em 12%. Hoje aceitam 7%, e 4% para as demais operações. Isso demonstra pensamento federativo, ao contrário do que muitos dizem.

Mais de 94% das operações estarão em 4% – 94% das operações –, portanto, o que tem sido alardeado aí é sofisma, não corresponde à realidade. Essa é a proposta que está sendo discutida. E, consequentemente, isso atende o Sudeste e o Sul, dando uma pequena margem nos 7% às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Espírito Santo, pelas razões todas aqui expostas, e eu vou citar especificamente a questão da logística, que é totalmente diferenciada e dificultosa, especialmente do Centro-Oeste para cima.

Quero também aqui registrar, Sr. Presidente, a questão da Zona Franca de Manaus, que é um projeto de País, que é um modelo no sentido de preservar a Amazônia, que é a nossa maior riqueza. Como disse o Senador Moka, que diz que é meu adversário político, mais ou menos, como disse...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, nós ainda... V. Exª sabe que começo de cantiga é assobio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Portanto, para nós que sempre nos preocupamos com a preservação da Amazônia, o que está sendo proposto pela emenda do Senador Suplicy é um contrassenso. Então, existe um preço a pagar pelo País, por um modelo que foi pensado lá atrás para o Amazonas, e eu não poderia também deixar de destacar aqui que, prevalecendo a proposta de 7% – os números da Suframa são claros –, nós pularíamos para um aumento de carga tributária de 24,12, com um nível de crédito de 55, chegando a um nível de 100%, com 83,33. Portanto, são uma absoluta falácia os argumentos que estão sendo utilizados aqui.

Por último, que é outra versão do quem não leu e não gostou, eu queria registrar aqui o §6º do meu parecer:

Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus [Senador Eduardo Braga]*, em conformidade com processo produtivo básico previsto no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá/Santana, no Amapá, de Brasiléia, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre, e de Tabatinga, no Amazonas, em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União e atendidas as condi-*

ções previstas nos arts. 26 e 27 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, a alíquota será de doze por cento.

Portanto, essa outra falácia de franquias ou de zonas francas, isso é, mais uma vez, o discurso de quem não leu e não gostou. Que me desculpem algumas pessoas que se posicionaram nesse sentido. O texto é absolutamente justo e, acima de tudo, respeita a legislação e traz essa decisão para o Governo Federal, como disse aqui, inclusive, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Vamos colocar em votação. Vamos fazer votação nominal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a emenda do Senador Eduardo Suplicy...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já estamos em votação.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu não entendi, Sr. Presidente.

Não, não está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas aí me desculpe. Eu não posso parar a votação para que haja o entendimento completo de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, talvez o meu raciocínio seja mais lento que os demais, mas eu preciso de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Aí, paciência, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu gostaria que ele pudesse explicar e que o senhor tivesse a mesma paciência que teve quando o senhor discutiu os *royalties* do seu Estado. Eu quero entender o que estou votando. Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu gostaria que as questões...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Senador Delcídio, eu gostaria de entender o que nós estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas, Senadora, nós não podemos parar a votação aqui para que V. Exª entenda isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, nós estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu chamo V. Exª para conversar aqui com o Relator, porque tenho que colocar em votação. Vão ser, no mínimo, cinco votações nominais.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – E entram os 12?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Alguém auxilia a Senadora Kátia Abreu, explica essa questão a ela.

Vamos colocar em votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Vamos a voto, Sr. Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu quero saber se estou votando a emenda do Jucá, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Nós estamos votando o relatório e a emenda... Aliás, o destaque do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estamos votando a Emenda nº 47, do Senador Eduardo Suplicy, Senador Aloysio Nunes e outros Senadores.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já foi entregue cópia a todos os Senadores, e estamos discutindo essa emenda há mais de duas horas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E o senhor tem a obrigação de esclarecer aos seus colegas, Presidente. Não pode tratar desse jeito. O senhor tem a obrigação de explicar, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu tenho o maior respeito por V. Exª, Senadora Kátia Abreu. V. Exª está sendo injusta.

Vamos colocar em votação a emenda.

Quem concorda com a emenda do Senador Eduardo Suplicy vota "sim". Quem concorda com o texto do relatório vota "não", "não" à emenda.

Vamos começar.

Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – "Não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, infelizmente, a Secretaria me diz aqui que o art. 132, §8º, diz que "o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quórum." É o Suplicy, exatamente. Ele não vota nesta emenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nesta não?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nesta não. Eu fui informado pela Secretaria da Mesa agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu apenas quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Registre a sua posição.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – O meu é "sim".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...V. Exªs, Senador Lindbergh Farias, Senador Sérgio Souza e Senador Delcídio Amaral, porque hoje eu, que estou no Senado desde 1991 e sempre fui titular nesta Comissão de Assuntos Econômicos, quero dar o meu testemunho de que foi um debate do mais alto nível e respeitoso entre Senadores de todos os Estados. Eu não sei o resultado, que será equilibrado. Isso, inclusive, poderá levar a novos passos, mas, de qualquer maneira, quero cumprimentar a Comissão de Assuntos Econômicos pelo nível respeitoso do debate entre todos nós, ainda que em algumas vezes tivéssemos aqui divergências até entre pessoas de mesmo Partido e até de regiões, mas meus cumprimentos a V.Exª e a todos da CAE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Prosseguindo a votação, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto: "não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto "sim", com a Emenda do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg não está.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimentando o Relator, voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto "não".

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Voto "não", voto com o Relator, o Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto com o Relator Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não."

Senador Roberto Requião, ausente.

Senador Vital do Rêgo, ausente.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto "não", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique, ausente.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto "não" à Emenda e voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não."

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Voto com o Relator, o Senador Delcídio Amaral. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não."

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Voto "sim", principalmente pela injustiça com meu Estado, Tocantins, e outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto: "sim".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não", com o Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não."

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto: "não".

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto "não". Voto com o Relator, o Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Alfredo Nascimento.

Houve uma substituição do Líder. O Senador Gim Argello enviou um ofício colocando o Senador Alfredo Nascimento como titular, em seu lugar, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Voto com o Relator, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto: "não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos aos suplentes.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto "não".

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto "sim", com os destaques do Senador Suplicy, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço, ausente, está em missão oficial fora.

Senador Eunício Oliveira, ausente.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o Relator, com o Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Clésio Andrade, ausente.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em nome do Senador Paim, Simon, em nome do Rio Grande, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto "sim".

Encerrada a votação.

Foi rejeitada a Emenda: 16 votos NÃO e 9 votos SIM.

Rejeitada a emenda.

Temos mais quatro votações, que são votações nominais, aqui. São votações que podem ser nominais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

A Senadora Lúcia Vânia retira o requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Emenda nº 36 ao PRS Nº 1, de 2013, de minha autoria.". "Requeiro, também...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Requeiro também, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Emenda autônoma nº 44, da minha autoria, ao PRS nº 1/2013.".

Ficam, então, mais 4 votações e quero aprovar e votar esse requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam esses dois requerimentos de retirada de pauta, da Senadora Lúcia Vânia, permaneçam como estão.

Aprovados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia e Senador Romero Jucá.

Eu queria, antes, esclarecer, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, como vamos conduzir daqui para frente.

Peço silêncio.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio ao Plenário.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Teremos votações muito importantes, e eu quero citar quais são essas votações. Nós vamos entrar no próximo ponto, que é relativo ao projeto produtivo básico, tem relação ao qual há um pedido de preferência.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio.

Vamos ter votações importantes. Vamos votar informática agora. Quero dizer que não acabou, não acabou.

O próximo ponto qual é? Sobre projeto produtivo básico. Nós temos três emendas, mas há um requerimento de preferência para a emenda do Senador José Agripino – é aquela que fala do projeto produtivo básico. Há uma proposta, que é do Senador José Agripino, de aumentar para 7% para o comércio. Há outra proposta, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Aloysio

Nunes Ferreira, que coloca outros termos. Essa é a próxima discussão.

Como nós vamos fazer? Vai falar aqui, neste ponto, o Relator, o autor do requerimento, José Agripino, e um representante do Estado de São Paulo, o Senador Eduardo Suplicy ou o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Depois, vamos colocar em votação.

Em seguida, teremos a discussão sobre gás natural. Nós temos a Emenda Ana Amélia... Teremos a fala do autor, um para contraditar, e vamos colocar em votação. Teremos a discussão de condicionalidades também e, por fim, informática, onde temos duas emendas, uma do Senador Sérgio Souza e outra da Senadora Ana Amélia. Vai falar o autor e um Senador para contraditar antes de colocarmos em votação.

Então, eu queria, imediatamente... Senadora Lúcia Vânia e Senador Romero Jucá, permitam-me entrar na discussão da Emenda nº 28 passando a palavra para o Senador José Agripino.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Antes de S. Exª falar, Sr. Presidente, eu preciso dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia para dar uma explicação a respeito da retirada de suas emendas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de chamar a atenção dos nossos Pares aqui para o fato de que, ao retirar esta emenda, nós estaremos apoiando a emenda do Senador Agripino, que é mais completa e que atende o relatório. Portanto, para nós é importante equalizar a alíquota do comércio com a indústria e agricultura, e a emenda do Senador Agripino, nessa direção, é mais completa do que a minha.

Assim, nós, do Centro-Oeste – chamo atenção aqui –, e todos os nossos companheiros que desejam recompor ou equalizar a emenda do comércio com a indústria e a agricultura em função da importância dessa emenda para a nossa Região, pedimos o voto "sim" à emenda do Senador Agripino.

Cumprimento o Relator e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu quero colocar em votação no plenário o requerimento de preferência à emenda do Senador José Agripino.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a preferência para o Senador José Agripino, vou passar a palavra para S. Exª e, depois, passarei para um Senador de São Paulo. Esses Senadores falarão sobre a Emenda nº 45. Só quero registrar que nós vamos votar a Emenda nº 28, do Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta emenda é fundamentalmente desburocratizadora e faz justiça. Nas operações e prestações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo destinadas às regiões Sul e Sudeste você cai de 11% até 7% entre 2014 e 2018. Ou seja, a se manter o pensamento vigente no relatório, o que é indústria e agricultura é 7%; o que é comércio e serviços, não. Então, para desburocratizar e para uniformizar procedimentos e manter critério de justiça, sete e quatro vale para indústria, agroindústria, comércio e serviços – uniformiza-se tudo. É uma emenda que tem conquistado a simpatia e o apoio de muitos dos senhores Senadores e para a qual peço apoio, o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes...Senador Alvaro Dias, é o Senador Alvaro Dias, que vai defender a emenda nº 45.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu fui claro aqui sobre como vai ser o processo? Nós vamos votar... Nós já votamos a preferência.

Peço silêncio aos Srs. Senadores, às assessorias aqui, aos secretários, peço licença ao nosso Presidente do Confaz, Trinchão. Nós temos que ter um clima para conduzir os trabalhos.

O Senador Alvaro Dias vai falar, depois nós vamos votar a Emenda nº 28. Ela sendo aprovada, os outros estão prejudicados. Ela sendo rejeitada, aí nós passaríamos às outras emendas, à Emenda nº 45.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, serei rápido, até porque já explicitei as razões dessa emenda quando falei anteriormente.

Embora seja firme a nossa convicção de que a alíquota unificada seja a melhor solução para o País, concordamos com a proposta de assimetria de alíquotas interestaduais na faixa de 4% e 7%. E a proposta de entendimento nacional.

A emenda de autoria do Senador Aloysio e do Senador Suplicy respeita esse entendimento, mas procura aperfeiçoar a ideia meritória de que devemos prestigiar o empreendimento industrial, que gera emprego, renda e qualidade de vida para a população de nossos Estados dinâmicos, mas ainda em fase de desenvolvimento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, procuramos especificar, de forma adequada, que a alíquota de 7% se estenda de fato aos produtos industrializados naquelas regiões. Para tanto, aproveitamos o entendimento

do nobre Relator, de que quando existente o processo produtivo básico especificado pela União, identifica claramente a origem industrial do produto que terá esse tratamento diferenciado. Na ausência de especificação de PPB, propomos a adoção do processo de industrialização nas modalidades de transformação e montagem, para suprir essa lacuna, que mais caracteristicamente tem vínculo com a geração de valor adicionado que se transformará em renda, impostos e lucro que sustenta o investimento produtivo.

A presente proposta também prevê que o Confaz estabeleça disciplina para admitir as modalidades de transformação e montagem com a finalidade de evitar controvérsias entre os Estados e para dar segurança jurídica aos contribuintes envolvidos.

É esta a defesa que fazemos da proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Nós vamos votar agora.

Eu peço silêncio. Eu peço silêncio aos senhores e às senhoras.

Nós vamos votar agora a emenda do Senador José Agripino. Está claro do que se trata: Emenda nº 28, que estende os 7%...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, queremos ouvir a posição do Relator. (*Pausa.*) Quero ouvir a posição do Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Favorável, evidentemente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, até por uma questão de coerência, porque eu rejeitei a emenda, a minha posição é contrária, mas compreendo os argumentos muito bem elencados aqui pelo Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Ou seja, é uma manifestação constrangida, mas com uma manifestação positiva por debaixo do pano.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Porque eu já percebi, Senador Agripino, que eu já dancei nesta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, vamos colocar em votação.

Eu vou começar fazendo uma votação simbólica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Acordo intrablocos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou começar fazendo uma votação simbólica. Quem quiser votar e pedir verificação...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Romero Jucá acha que é melhor votar nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é melhor votar nominal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos votar nominal, economia processual. Vamos votar nominal.

Então, vamos começar a votação. Quem vota a favor da emenda do Senador José Agripino, vota sim. Quem vota com o texto do relatório, vota não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Texto do relatório defendido pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na verdade, se esta emenda for aprovada, as outras ficam prejudicadas. Se esta emenda for rejeitada, nós vamos apreciar a emenda que o Senador Alvaro Dias defendeu.

Então, quem vota a favor da emenda do Senador José Agripino vota "sim", quem vota com o relatório, com o que está escrito no relatório, vota "não".

Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto "não", sofrivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "não". Aliás, voto "sim", contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Rodrigo Rollemberg.

Ausente.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu lamento não votar com o Relator dessa vez. Voto "sim", Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...sofrida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Lamentando, profundamente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto "sim". "Não" (*Fora do microfone.*). Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Roberto Requião.

Ausente.

Senador Vital do Rêgo.

Ausente.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

Ausente.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Voto "sim", Sr. Presidente, para ficar menos ruim para o Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto "sim".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

"Não".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto "sim", com muito prazer, discordando do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino. Voto conhecido. "Sim". Ah, o autor não vota. Autor não vota. José Agripino.

Senador Jayme Campos.

Ausente.

Senador Armando Monteiro.

"Sim".

Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Em homenagem ao Agripino, que é autor da proposta, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto "não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ricardo Ferraço.

Ausente.

Eunício Oliveira.

Ausente.

Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pedindo desculpa ao Relator por contrariá-lo, eu vou votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Clésio Andrade.

Não está.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em nome dos Senadores gaúchos, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Tenho mais um Suplente de Jayme Campos.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não". Vamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente. Não, não faltou, mas o Senador Blairo

diz que entendeu o meu voto diferente do que era a minha ideia. Eu votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Votou "sim"?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu entendi "não".

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Votei "sim", eu disse. Meu voto é "sim", com o José Agripino, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, eu mudo. Nós... Aí deu 14 a 11.

Então, Senador Cristovam muda o voto. Voto "sim".

Foram 14 votos SIM, 11 votos NÃO.

Aprovada a Emenda do Senador José Agripino, prejudicadas as Emendas nº 17 e nº 45.

Nós vamos, agora, para o outro item.

Nós vamos para o outro item, sobre gás natural. Tem um requerimento, tem duas emendas autônomas, da Senadora Ana Amélia e do Senador Eduardo Suplicy. Tem um requerimento de preferência para a emenda da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não, é retirando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ah, a Senadora Ana Amélia está retirando.

O requerimento de preferência, Senador Eduardo Suplicy.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de preferência do Senador Eduardo Suplicy permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Com a palavra o autor, Senador Eduardo Suplicy e vou conceder a palavra ao Relator para contraditar.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o gás é o único item contemplado com alíquota de 12% como produto no substitutivo. Por que será esse tratamento diferenciado? Se o problema é a perda de arrecadação do Mato Grosso do Sul, a solução mais adequada é a compensação somada a um período adequado de transição. Não faz sentido criar uma distorção econômica para dar conta do problema.

O gás é um insumo de extrema importância para o processo produtivo, e não deveria sofrer, já na origem, tal ônus.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio a todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Emenda nº 40 é mais razoável porque prevê uma alíquota de 7% para o gás, dando ainda um período de transição, até 2018, a partir da alíquota atual de 12% no caso das operações originadas das regiões menos desenvolvidas em direção às mais desenvolvidas. Na direção oposta, a alíquota já partirá dos 7% como acontece no substitutivo.

Até 2017 será possível encontrar soluções mais adequadas para a perda da receita do Estado de Mato Grosso do Sul. O ideal, portanto, seria que todas as mercadorias estivessem sujeitas a uma única alíquota de ICMS nas operações interestaduais.

Contudo, considerando-se a relevância do gás natural para arrecadação de alguns Estados...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio.

Senador Eduardo Suplicy, espere um pouco.

Peço silêncio a todos. Agora faltam três votações. Portanto, peço que tenhamos tranquilidade. Espero, em mais 30 ou 40 minutos, encerrar a reunião.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o ideal, portanto, seria que todas as mercadorias estivessem sujeitas a uma única alíquota de ICMS nas operações interestaduais.

Contudo, considerando-se a relevância do gás natural para arrecadação de alguns Estados, em especial Mato Grosso do Sul, é que se admite uma trajetória de redução, terminando na alíquota de 7%. Além disso, elimina-se a diferenciação entre o gás nacional e o importado, conferindo tratamento isonômico ao produto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, essa disposição do substitutivo é uma disposição, me perdoe meu querido amigo Delcídio do Amaral – V. Exª, que trabalha por isso há muitos anos, desde o tempo em que ainda era Diretor da Petrobras –, mas é uma disposição *ad hoc*. É uma disposição – se me perdoe, aqui não há nenhum caráter pejorativo o que eu vou dizer, porque V. Exª também é adepto da escola jesuítica, que consagrou os casuísmos como argumentos especiosos para justificar teses difíceis –, é uma emenda eminentemente casuística, porque visa a excetuar do conjunto das mercadorias do Brasil, o gás, para aplicar-lhe uma alíquota de 12%. Ela constitui fonte de receita para o Estado de Mato Grosso do Sul? É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, vou interrompê-lo para chamar a atenção para que haja silêncio.

Os autores das emendas, o autor Eduardo Suplicy falou, o Senador Aloysio Nunes está falando. É importante para o esclarecimento dos Srs. Senadores. Eu queria ressaltar isso, Senador Aloysio Nunes. É importante, didaticamente, explicar as razões da emenda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Então, eu diria, repetindo, que é uma emenda que tem o caráter casuístico no bom sentido, no sentido jesuítico, porque pensa no conjunto dos produtos dos bens e serviços produzidos no Brasil, que é o gás natural. Por quê? Porque ele constitui uma fonte de receita para o Estado de Mato Grosso do Sul pelo fato de o gasoduto que vem da Bolívia passar pelo território do Mato Grosso do Sul e, por isso, o Estado cobra 12% de um produto que se destina as outras regiões. Uma parte ao Mato Grosso do Sul, é verdade, mas também se destina as outras regiões do País. Agora, é custo Brasil.

O gás é cada vez mais um insumo importante na produção. É o gás natural. A manutenção dessa alíquota, *ad perpetuam rei memoriam*, ela acrescenta custo ao Brasil, à produção brasileira, que nós queremos diminuir para que este País possa desenvolver. Então, eu não vejo razão para essa exceção que se faz ao gás natural. Prejuízos à arrecadação advirão? Advirão. Mas é por isso que, exatamente por isso, que o Governo Federal propõe compensações sob a forma dos Fundos que estão agora... cuja constituição está hoje pendente de deliberações do Congresso Nacional.

Então, se há perda, a lógica do processo, globalmente concebido pelo Governo Federal, da qual essa resolução é uma peça, deve haver a necessária compensação, mas não impor esse custo ao conjunto da produção brasileira em nome da arrecadação do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka, para contraditar, pois contrário à Emenda.

Os Senadores têm chegado aqui para pedir esclarecimento sobre a matéria. É preciso prestar atenção na apresentação do Autor, Eduardo Suplicy, e Senador Aloysio Nunes foram muito didáticos. Para contraditar (contra a Emenda), Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu começaria dizendo que a própria Constituição Federal e, mais recentemente, a Resolução nº 13, trata o gás natural à parte. Essa é a argumentação. Não é um produto. Ele já é tratado de forma diferenciada. Agora, o que representa em termo de arrecadação? Isso é verdade e nós não vamos esconder: são 15% a arrecadação do Mato Grosso do Sul. Mas, dizem: "Isso vai ser compensado." Como foi compensado na Lei Kandir...

Então, essas questões precisam... Nós estamos votando aqui o que é possível ser votado. Agora, o que representa isso para São Paulo: o gás importado: 0,7%. Então, será que é justo isso? Na verdade, nós estamos, então, tirando a sobrevivência de um Estado em detrimento de um acordo... E outra coisa, o gás não traz guerra fiscal para ninguém! Então, esse é outro argumento que tenho de usar. Qual?... Apenas e tão somente... Os argumentos que eu posso colocar aqui, além – insistindo – que essa arrecadação é fundamental para meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Senador Delcídio do Amaral pediu para fazer uma consideração rápida.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só para fazer um registro para fazer coro às palavras do meu aliado político, Senador Moka. (*Risos.*) Quero só registrar que essa discussão não é só do Mato Grosso do Sul. Por intermédio de emendas do Senador Cyro Miranda e da Senadora Lúcia Vânia, nós estendemos... Este Substitutivo atende todo o Brasil, ficando 12,7%, como hoje, atendendo Estados do Sudeste, Nordeste, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Portanto, o Substitutivo ampliou, por intermédio de emendas apresentadas, o texto inicial e atende à maioria das regiões brasileiras e Estados brasileiros, futuros produtores também.

E, por último, essa é uma discussão, Senador Pedro Taques, meio complicada sob o ponto de vista legislativo, porque, na Resolução nº 72, nós já separamos o gás natural boliviano. Portanto, votar contra é votar contra a Resolução nº 72 que já foi aprovada aqui. Então, sob o ponto de vista regimental e legislativo, não há dúvida nenhuma: a 72 já liquidou essa fatura.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos passar à votação.

Quem vota com a emenda do Senador Eduardo Suplicy e Senador Aloysio Nunes vota "sim"; quem vota com o relatório vota "não".

Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, novamente, é o Autor da emenda, não vota.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Não", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Ausente.

Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Ausente.

Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – "Não", Sr. Presidente, acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Ausente.

Roberto Requião.

Valdir Raupp está aqui. Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Ausente.

Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Ausente.

Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – "Não", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Ausente.

Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a coerência, "não", como o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – "Não", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Vou acompanhar o relator, ainda mais que ele corrigiu do Mato Grosso agora, senão faria um desvio para São Paulo por lá. Voto não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Tem mais algum suplente nesse bloco?

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A Senadora Kátia Abreu saiu fula daqui, porque nós sentimos que Goiás, que é mãe de Tocantins, negociou com Mato Grosso do Sul – Goiás negociou, Mato Grosso negociou – eu só vejo que a expectativa nossa é aquela proposta havida no plenário do Armando Monteiro, senão Santa Catarina, meu Deus do céu... Fico com o "sim" nesse voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "não", Sr. Presidente, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto conhecido.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Sim", Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Sim".

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadores Gim, João Vicente Claudino, Eduardo Amorim e Vicentinho Alves não estão presentes. Aqui já é a suplência.

Foram 16 votos NÃO; 7 votos SIM.

Rejeitada a emenda do Senador Eduardo Suplicy.

Próximo item, sobre as condicionalidades – calma que todos vão entender –, as condicionalidades da resolução. Temos algumas emendas, mas há um requerimento do Senador Humberto Costa pedindo preferência para a Emenda nº 42, do Senador Francisco Dornelles.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de preferência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Peço aqui, antes de defender, Senador Francisco Dornelles, que V. Exª explique didaticamente essa Emenda nº 42.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, a emenda é quase de redação. Ela estabelece que a necessidade de convalidar os incentivos fiscais é somente para aqueles incentivos que foram contrários à

Constituição. Aqueles incentivos que não foram contrários à Constituição não precisam ser convalidados. Esse é o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou passar a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral, para falar sobre essa Emenda nº 42, do Senador Francisco Dornelles.

Quero dizer que também existe a Emenda nº 9, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e a Emenda nº 41, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Foi dada preferência a esta do Senador Francisco Dornelles. Todas tratam do mesmo assunto.

Eu queria que V. Exª explicasse, esclarecesse e se pronunciasse sobre a emenda do Senador Francisco Dornelles.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vou ser muito rápido, como é o Senador e Ministro Dornelles.

A emenda do Senador Dornelles aperfeiçoa e coloca data no texto do substitutivo, coloca prazo, que é uma preocupação de todos os Estados.

Portanto, eu entendo como absolutamente pertinente a proposta do Senador Francisco Dornelles. Assim, sou favorável à proposta dele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu pergunto se algum Senador é contra a emenda do Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

O Senador Aloysio Nunes e a Senadora Ana Amélia levantaram o braço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu lamento discordar do nosso mestre Francisco Dornelles, porque eu considero que nós estamos, ao aprovar esta emenda, exorbitando das competências que o Senado tem para emitir projetos de resolução, uma vez que, no meu entender, a Constituição é clara quando define a competência do Congresso Nacional para, mediante lei complementar, legislar sobre esse assunto. Creio que uma Resolução do Senado não poderia fazê-lo.

Penso também, Sr. Presidente, que não se pode convalidar aquilo que é nulo. Aquilo que é produzido em contrariedade com a Constituição é nulo! Pau que nasce torto morre torto! Não tem jeito. Não há como convalidar, porque foi considerada nula, inconstitucional, foi considerada uma norma produzida em desconformidade com a Constituição.

Penso que há outros mecanismos para atingir esse mesmo resultado: novas deliberações do Confaz, certo perdão nos créditos, desistência de ações no Supremo. Há outros mecanismos a serem acordados no âmbito do Confaz.

Por essa razão, Sr. Presidente, compreendendo que a fixação da data – como diz V. Exª, meu prezado Senador Delcídio do Amaral – já é algo importante, porque fecha a possibilidade de, para o futuro, novos incentivos serem dados em desconformidade com a lei complementar que fixa a unanimidade do Confaz, creio que essa fixação da data é importante, mas, no meu entender, existe uma inconstitucionalidade nessa matéria.

Por isso é que, com o coração sangrando, voto contra a posição do Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acho que poderíamos, neste ponto aqui, fazer uma votação simbólica.

Os Srs. Senadores que concordam com a emenda do Senador Dornelles permaneçam como estão.

Então, vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a emenda do Senador Francisco Dornelles permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes, da Senadora Ana Amélia, do Senador Alvaro Dias e do Senador Eduardo Suplicy.

Estão prejudicadas as Emendas nº 9 e nº 41.

E, na votação anterior, quando foi rejeitada a Emenda nº 46, do Senador Eduardo Suplicy, ficou prejudicada também a Emenda nº 15.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a 41, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agora nós vamos para a informática. Há duas emendas sobre informática: uma emenda do Senador Sérgio Souza e uma Emenda autônoma nº 43, de autoria da Senadora Ana Amélia, fruto de destaque de parte da Emenda 15.

Há um requerimento do Senador Sérgio Souza, pedindo preferência à Emenda autônoma nº 43, da Senadora Ana Amélia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu me baseio no art. 334 do nosso Regimento Interno.

Nós tivemos um extenso debate aqui e votamos a matéria relativa à Zona Franca de Manaus, cuja alíquota, pela aprovação, ficou em 12% diferenciado.

Mesmo essas emendas tratando de um segmento específico, elas tratam especificamente da Zona Franca de Manaus. Especificamente da Zona Franca de Manaus! Não é uma questão da informática em geral: elas dizem respeito à Zona Franca de Manaus.

Então, Sr. Presidente, baseada no art. 334, quero solicitar a V. Exª para que considere prejudicadas, porque, se o ICMS seria de 12% ou não, este Plenário já decidiu. Decidiu para todos os segmentos. O que é a emenda dos nobres Senadores? Um é baixar para 7% no setor de informática. Nós já votamos uma emenda anterior que prejudica esta, Sr. Presidente; e, outro, para que se volte a igualar, ou seja, a diferenciação da Zona Franca, nós já votamos.

Então, quero solicitar a V. Exª que, com base no art. 334, considere a emenda prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia e, depois, decidirei a questão de ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria contraditar a Senadora Vanessa. Nós estamos apresentando um destaque a este Projeto-Geral, o PRS 1, cuja relatoria é do Senador Delcídio do Amaral. É um direito que cabe aos representantes da região apresentar esta emenda para defender contrato específico na questão relacionada à questão específica da informática. Eu queria dizer que tenho preocupação enorme, Presidente e Relator, com uma questão relacionada à pesquisa e desenvolvimento também embutida na Lei de Informática: os Estados... Se não for votada e não for aprovada esta emenda ou este destaque, terão dificuldade: vão reduzir os investimentos em pesquisas e desenvolvimento, Sr. Presidente.

Eu penso que é preciso não reconhecer o que a Senadora Vanessa está solicitando com relação a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa, essa brava Senadora do Estado do Amazonas, guerreira... Eu não vou acolher essa questão de ordem, Senadora Vanessa Grazziotin, porque entendo que é um tema específico. Nós estamos conduzindo esta reunião com muita tranquilidade. Então, não vou acolher... Foi aprovado no acordo de procedimento...

Eu vou colocar agora em votação o requerimento do Senador Sérgio Souza em que dá preferência á emenda da Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª vai colocar em votação o Requerimento de preferência ou em votação a emenda do Senador Sérgio Souza, porque, se votarmos a emenda do Senador Sérgio Souza, obviamente que haverá prejudicialidade da próxima.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª está certo. O problema é que tem um requerimento do Senador Sérgio Souza em que pede preferência para a Emenda nº 43, da Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, nós vamos, então, votar preferência da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ana Amélia. E passaria para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Que prejudica a dele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Que prejudica a dele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os Srs.Senadores que concordam com o

requerimento do Senador Sérgio Souza permaneçam como estão.

Está aprovado.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia. Primeiro, peço a V. Exª que fale, didaticamente, sobre a emenda e, depois, a defenda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Didaticamente, Presidente?

Quero dizer, simplesmente, que a Zona Franca de Manaus tem uma incidência de ICMS sobre os bens de informática de 12%. A emenda pretende, gradativamente, a partir de 2014, reduzi-la a 1% até chegar aos 7% em 2018.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Silêncio!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Alguma dúvida sobre isso, Senador Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Da minha parte, nenhuma dúvida. V. Exª tem de perguntar ao Plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas eu queria lhe dizer, Sr. Presidente... Quero também argumentar sobre Estados, que não são só os das regiões Sul e Sudeste, mas da região Nordeste do Brasil que tem grande relevo nessa indústria de informática e, inclusive, com grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, como é no Estado de Pernambuco, do Ceará, da Bahia e outros tantos, como o Estado do Paraná, do Senador Sérgio Souza, e o Rio Grande do Sul.

Pela Lei Estadual do Estado do Amazonas, os fabricantes de bens de informática, a automação e telecomunicações não recolhem ICMS. Portanto, não haverá de se falar em perda de receita tributária para o Estado do Amazonas no caso de mudança das alíquotas propostas que serão graduais a partir de 2014 quando passará de 12% para 11%, de 11% para 10%, para 9%, para 8%, e para 7% em 2018. Por outro lado, com a alíquota de 12%, a cada ano, as operações oriundas da Zona Franca de Manaus gerarão maior crédito – e aí está o grande problema –, em função compensação frente à alíquota aplicável às demais operações interestaduais sujeitas à regra geral do art. 1º do PRS em discussão.

A fixação da alíquota interestadual de 7%, a partir de 1º de janeiro de 2018, para bens de informática e para remessa para áreas de livre comércio. Objetivo dessa emenda: contribuirá para preservar o equilíbrio competitivo entre as Regiões do Brasil na produção de bens de informática e na geração de recursos aplicados em pesquisa e desenvolvimento, PID, proporcionado pela Lei 8.387, de 1991, à Lei da Informática 8.248, de 1991. E ressalte-se que esse equilíbrio foi duramente conquistado ao longo dos anos.

A propósito disso, o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia tem um grande interesse na aprovação dessa emenda, para assegurar, porque é com esse recurso que... Polos tecnológicos importantes em vários Estados, como no meu, no Rio Grande do Sul, dependem desses recursos da Lei da Informática. Não aprovado esse destaque, os investimentos serão prejudicados.

Só no caso do Rio Grande do Sul, foram R$76 milhões, fundamentais para o polo tecnológico do Estado, para o Tecnopuc, para a Unisinos e tantos outros que ali funcionam.

Eu queria dizer que a defesa desse destaque tem sentido, sim, para preservar uma igualdade, um tratamento e sobretudo a geração de emprego. Mas sublinho, Senador Lindbergh Farias, a importância e a relevância disso para a questão de pesquisa em desenvolvimento.

Fala-se muito em inovação tecnológica, fala-se muito em educação. E nós, se não aprovarmos essa emenda, para a qual eu peço a acolhida dos Srs. Senadores, reconhecendo a força política que o Estado do Amazonas e a Zona Franca de Manaus têm – essa reunião está provando isso – que essa emenda, pelo menos essa, tão singela, acabe sendo acolhida pelos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para contraditar, o Senador Eduardo Braga.

Eu vou dar apenas a palavra para o Senador Sérgio Souza, que também foi autor de uma emenda, mas apresentou requerimento de preferência. V. Exª... É melhor – a gente tem quórum aqui – colocar logo em votação.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

Primeiramente, para dizer que discordo quanto à forma, porque aprovamos um acordo de procedimento e o respeitamos. No entanto, nós sabemos que já votamos a diferenciação dos 12% para os produtos produzidos no Polo Industrial de Manaus e nas áreas de livre comércio. Portanto, regimentalmente, essa seria uma matéria já vencida. Pelo acordo de procedimento, estamos mais uma vez avaliando a questão dos bens de informática.

Vamos, portanto, ao mérito dos bens de informática. Não é verdade que apenas o Estado do Amazonas tem lei estadual que renuncia ICMS. Todos os Estados possuem. Vamos falar a verdade! O Estado de São Paulo possui, com um agravante, sobretaxou durante

anos os produtos dos outros Estados para entrar no maior mercado doméstico brasileiro, o mercado do Estado de São Paulo. Esta, sim, é uma guerra federativa, nas fronteiras dos nossos Estados.

Também não é verdade que o Estado do Amazonas não faça um esforço com os produtos de informática em PID. Ao contrário. O programa de PID do Polo Industrial de Manaus é 25% maior do que o do Estado do Paraná; é 25% maior do que o Estado do Rio Grande do Sul. É 25% maior do que o Estado de São Paulo. Por quê? Pela lei de informática.

O Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa na lei de informática para a Zona Franca é de 5% do faturamento, enquanto nos outros Estados é de 4%. Portanto, este um ponto percentual, Sr. Relator, é equivalente a um acréscimo de 25% no volume de investimento em ciência e tecnologia.

A argumentação aqui apresentada funciona ao reverso. Funciona no sentido de fortalecer a diferenciação já aprovada por esta Comissão. Reforça a definição desta Comissão e deste Senado de que o Projeto do Polo Industrial de Manaus é um projeto nacional, é um projeto para fortalecimento da descentralização industrial. É um projeto para viabilizar o fortalecimento de uma nova fronteira não contra o Rio Grande do Sul, não contra São Paulo, não contra o Paraná, mas para gerar empregos no Brasil *versus* a exportação de empregos para a China. Produtos e componentes chineses de bem de informática invadem a nossa indústria.

E aqui quero fazer um desabafo, Sr. Presidente. A Abinee não defende uma indústria brasileira; defende a importação de componentes chineses com incentivo fiscal. Isso, sim, é um crime contra a geração de emprego no Brasil. Isso, sim, ofende a nossa equação de geração de emprego e renda e desequilibra a nossa competitividade.

Portanto, Sr. Presidente, para contraditar, encaminhando o voto contrário ao pedido de destaque e à emenda apresentada pela Senadora Ana Amélia. Esse é o encaminhamento que fazemos em nome da Bancada do Amazonas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Sérgio Souza.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um registro.

Eu acho que o debate parlamentar deve ser feito. Agora, ele deve observar certos limites. Essa defesa candente que o nosso Senador Eduardo Braga faz é justa, na contraposição das posições, mas não lhe autoriza aqui a desqualificar uma entidade de representação empresarial que é nacional e que, de resto, não está colocada aqui no debate.

Portanto, eu quero registrar o meu protesto por essa manifestação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ...que não corresponde ao nível de civilidade que tem presidido o debate.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Art. 14, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Art. 14, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, eu passo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Armando Monteiro deve ter visto o material, o documento, o panfleto que a Abinee está distribuindo em todos os gabinetes, com exceção dos nossos, do Estado do Amazonas. Aquele, sim, atenta contra o Estado do Amazonas, contra a instituição Governo do Estado do Amazonas, ao dizer, de forma mentirosa, que nós não atuamos em P&D.

O Senador Eduardo Braga acaba de falar que, por lei, nós temos a obrigação de aplicar um percentual em P&D, pesquisa e desenvolvimento, muito mais do que São Paulo, Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha o quórum, pessoal. Vamos lá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito mais do que São Paulo, Senadora Ana Amélia.

Eu já falei sobre informática. Mais de 70% estão em São Paulo, e a Abinee defende que permaneça lá, inclusive importando insumos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, com base no art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, porque foi citado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, como Senador da República, como representante do povo do Estado do Amazonas nesta Casa, eu quero repudiar a posição, sim, da associação brasileira da indústria nacional de

bens de informática, que, lamentavelmente, é importadora de componentes chineses, roubando o emprego do trabalhador brasileiro, além de faltar com a verdade na exposição dos seus argumentos.

Portanto, o meu voto de repúdio à manifestação dessa associação aos senhores membros deste Parlamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O último a falar, neste item, é o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Bom, pelo tom, o assunto é bastante relevante. Eu acho que devemos dar a importância necessária.

Senador Eduardo Braga, eu tenho aqui, em minhas mãos, um relatório dos investimentos feitos em P&D por Estados brasileiros. O Estado de V. Exª investiu, nos últimos cinco anos, R$533 mil, enquanto... Esses são os dados que eu tenho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Perdoe-me, meu caro...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Depois que eu terminar, V. Exª...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mas esse número não é verdadeiro; ele é mentiroso. Lamento informar isso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele não concedeu o aparte, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Está dando como fonte o MCT, Governo do Brasil. Está aqui: Ministério da Ciência e Tecnologia; é o que está ao final do documento como fonte.

E aí diz: o Estado da Bahia investiu R$104 milhões; Ceará, R$205 milhões; Distrito Federal, R$101 milhões; Pernambuco, R$284; Paraná, R$ 160; São Paulo, R$1,2 bilhão. Esses são dados fornecidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, veja só: esses Estados não terão mais esses investimentos. Não terão! Não vão mais fazer esses investimentos, porque havia, no Brasil – V. Exªs se lembram disso –, computadores feitos nos quintais das residências brasileiras. Era assim. Entravam lá pela Ponte da Amizade e se espalhavam por todo o Brasil.

O Governo brasileiro, numa lei própria de incentivo à informática fez uma diferenciação para este produto, inclusive que foi ressalvado na Resolução nº 13 aprovada por esta Comissão no ano passado, no inciso II do §4º, dizendo que os bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos nas leis já referidas pela Senadora Ana Amélia seriam ressalvados. Agora, estamos incluindo uma outra resolução. Quanto à questão da informática no Brasil, para fazermos frente às importações dos produtos de informática que vêm a um preço no Brasil três, quatro vezes mais caro do que no resto do mundo... Este celular, que é produzido na China, comprado no Brasil a R$2,5 mil, R$3 mil, você compra nos Estados Unidos ou na Europa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O mesmo aparelho, produzido no mesmo local na China, pela metade do preço com que se compra no Brasil.

Agora para fazermos frente a situações como estas, o que fizemos no Brasil? Leis específicas, nós não estamos querendo aqui, de forma alguma, retirar qualquer benefício da Zona Franca de Manaus, muito pelo contrário. O que queremos aqui, Srªs e Srs. Senadores, é manter os empregos no Nordeste brasileiro, no Centro-Oeste brasileiro, no Sudeste brasileiro e no Sul brasileiro. O que vocês acham que vai acontecer, por exemplo, com a Positivo Informática – faço questão de citar o nome – que tem computadores no gabinete de todos Senadores lá do Estado do Paraná? Vai fechar, sabe por quê? Porque gera um crédito a partir do momento em que se vende do Amazonas, gera-se um crédito de 12%. A loja do resto do Norte brasileiro, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul vai comprar do Amazonas com crédito de 12%. Na hora em que ela vender para o consumidor vai vender com 12%. Ela vai pegar o crédito, a carta de crédito de 12% do Amazonas e vai entregar ao Governo do Estado do Ceará, por exemplo, com 12%. Agora, se comprar do Paraná, virá com um crédito de 4%. Sabe o que ela terá que fazer? Terá que pagar a diferença de 8%, terá que pagar lá no Estado do Ceará a diferença de 8%. E aí vou produzir onde? Vou produzir no Paraná? No Rio Grande do Sul? Em São Paulo? Ou vou produzir no Estado do Amazonas?

Então, Senador Eduardo Braga, Senadora Vanessa Grazziotin, todos os Senadores que têm defendido os empregos do Amazonas, o que estou pedindo aqui? Vamos defender os empregos do Paraná, do Centro-Oeste, do Nordeste brasileiro e também do Sul. É isso que eu quero, proteger os empregos, porque não tenham dúvida, qualquer empresa brasileira que esteja fora da Zona Franca de Manaus ou dessas exceções apresentadas não será competitiva com uma diferença na alíquota de 8%.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Senador. Para concluir.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu peço, então aos Senadores – também fazendo um pe-

dido especial ao Relator, Senador Delcídio do Amaral – porque não é uma questão setorial... Pode até ser, mas também há a questão do gás. Nós já abrimos uma exceção setorial para o gás natural. Eu estou pedindo uma exceção para mantermos o que já preconiza a legislação brasileira, inclusive mantido na Resolução nº 13 do Senado Federal aprovada no ano de 2012.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, vamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim.

Apenas para corrigir a informação. Fonte: Governo Federal. P&D na Zona Franca de Manaus entre 2003 e 2012: R$740 milhões, Sr. Presidente.

Vamos colocar em votação. Quem vota com a emenda da Senadora Ana Amélia, defendida pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Sérgio Souza, vota "sim". Quem vota pela rejeição, pela manutenção do relatório, vota "não". Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela manutenção do relatório, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Vota "sim".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "sim".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Antônio Carlos Rodrigues. (*Pausa.*)

Ausente.

Vamos para os suplentes.

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Antônio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Clésio Andrade não está.

Senadora Ana Amélia, autora.

E aqui como está? Tem mais algum?

Senador Ciro Nogueira e Senador Benedito de Lira não estão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador João Vicente Claudino.

Senador Eduardo Amorim.

Senador Gim.

Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

13 votos NÃO, 10 votos SIM.

Rejeitada a emenda.

Está prejudicada também a Emenda nº 10, do Senador Sérgio Souza.

Estamos na última parte da reunião, agora é só para encerrar.

Esses cinco assuntos que nós votamos abordam 98% de todo o tema. Temos agora a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, nº 11, do Senador Ricardo Ferraço, nº 30, do Senador Inácio Arruda, nº 35, do Senador Cyro Miranda, e a parte remanescente da nº 40, do Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sugiro, como nós já analisamos quase 100% das emendas, e até analisando essas que faltam, a minha proposta é que votemos em bloco as Emendas faltantes, nºs 1, 11, 30, 35, 36 e 40.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, quero que mantenha o mesmo procedimento. Vamos votar destacadas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Além do Flexa, mais alguém quer votar destacado?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço apoio, porque nós discutimos aqui, durante toda a manhã e a tarde, sobre tratar os desiguais de forma desigual. A emenda que eu fiz é exatamente para que o Pará seja tratado da mesma forma que os outros.

Peço apoio dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Delcídio do Amaral fez uma sugestão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Foi feita uma sugestão a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sugestão não acatada, Sr. Relator.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Inclusive em função das preocupações de V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Votei com V. Exª na questão do Mato Grosso do Sul...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Inclusive vão ser refletidas na Medida Provisória nº 599...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... e espero que V. Exª vote com o Pará no destaque que fiz.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A minha posição é de rejeição de todas as emendas faltantes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pessoal, agora, se nos concentrarmos, vamos votar com rapidez.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para apresentar sua emenda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr. Relator, Senador Delcídio, a emenda que apresentei vem ao encontro de todos os pronunciamentos que aqui foram feitos, todos eles, de que tem que se tratar os desiguais de forma desigual.

Não é possível, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que o Pará seja diferenciado dos demais Estados

da Região Norte, não pode ser dessa forma. Lamento que o Senador Delcídio mantenha o seu parecer contrário à emenda. A emenda apenas diz que, nas trocas comerciais entre os Estados do Norte, e aí, para todos eles, a alíquota será de 12%. Não prejudica o restante do Brasil porque é só intrablocos, só na Região Norte.

Então, faço um apelo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, para que possam corrigir essa injustiça que foi praticada pelo Relator com o Estado do Pará. Lamento que o Senador Delcídio não tenha entendido, ao longo de toda a discussão, e mantenha o seu parecer contrário.

Peço que os Senadores acompanhem pela aprovação dessa emenda que traz tratamento isonômico do Estado do Pará com os demais Estados da Região Norte.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria só registrar o seguinte. Até pelos argumentos aqui apresentados, nós já estabelecemos claramente a tendência a 4 e o 7 e 4, com as duas com Zona Franca de Manaus e gás em 12%. Portanto, essa emenda bate de frente ou contraria aquilo que este Plenário já consolidou e aprovou. Portanto, ela está prejudicada. Essa é minha proposta. Por isso que votei contra, até porque o Senador Walter Pinheiro me comunicou aqui que vai, em função do Pará e do respeito que tenho pelo Estado do Pará – tenho muito respeito pelo Estado do Pará e devo muito na minha vida ao Estado do Pará –, nós, junto com o Senador Flexa Ribeiro, vamos encontrar um texto que, mais do que nunca, venha ao encontro dessas preocupações que o Senador Flexa Ribeiro anteriormente citou, e vamos agora trabalhar na Medida Provisória nº 599. O que não pode é contrariar o que nós já aprovamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou colocar em votação, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, nós não estamos contrariando o que nós já aprovamos. Nós estamos estendendo o tratamento isonômico que foi dado aos outros Estados da Região Norte ao Estado do Pará, contrário ao raciocínio do Relator. Nós não estamos indo contrariamente ao que aprovamos, mas ampliando apenas para o Estado do Pará, de forma justa, o tratamento que foi dado aos outros Estados da Região Norte.

É bom que se esclareça isso para que o Relator não possa trazer informações aos demais Senadores e Senadoras de uma forma equivocada. Nós não estamos indo contra o que aprovamos, estamos ampliando ao Estado do Pará, de forma justa, o que foi dado aos outros Estados da Região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, só para os senhores entenderem o encaminhamento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É outra assertiva equivocada. Não foi estendido para os outros Estados. O que o Senador Flexa está comentado aqui é que está misturando aos áreas de livre comércio com os Estados. São coisas muito diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, o quórum está...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, aí eu vou ter que ficar numa discussão com o Relator, porque o Relator sofisma quando diz que não foi estendido a todos os Estados, porque a economia desses Estados em relação às zonas de livre comércio corresponde a 90%.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, deixe-me esclarecer como vai ser a votação. Nesse caso, será uma votação simbólica: "Os Senadores que concordam com o relatório – não é com a emenda – permaneçam como estão". Vou encaminhar desse jeito.

Relatório, não; a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Quem for a favor do relatório permaneça como está. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que são favoráveis ao texto que está no relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Rejeitada a Emenda nº 1, do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Votação nominal! Assim é...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, estou... Qual foi o problema?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu estou pedindo votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem que ter apoiamento de três Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Apoiamento: Senador Cyro, Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não tem apoiamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como não?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não tem, só o Senador Cyro Miranda levantou o braço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Vanessa. Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está rejeitada a Emenda do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos agora à Emenda nº 11, do Senador Ricardo Ferraço.

Eu só quero falar aqui, e vou passar para o Senador Delcídio, que o Senador Ricardo Ferraço militou muito nesse tema. Em relação ao comércio, a emenda do Senador José Agripino teve preferência, mas quero ressaltar o papel do Senador Ricardo Ferraço, que está em missão oficial fora do País, mas, com certeza, foi um dos que militou pela inclusão do comércio nos 7%, só que essa emenda dele é muito mais ampla. Toca em outros aspectos.

Vou passar para o nosso Relator, Senador Delcídio Amaral, dar o seu posicionamento sobre o restante da emenda do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero só registrar aqui a legitimidade do Senador Ferraço, mas sou contrário porque esse assunto para mim já está ultrapassado pelas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Da mesma forma, quem concorda com o texto que está no relatório permaneça como está. (*Pausa.*)

Rejeitada a Emenda nº 11.

Emenda nº 30, do Senador Inácio Arruda.

Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Também já suplantada por todas as discussões aqui e aprovações feitas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores que concordam com o que está no texto do relatório do Senador Delcídio Amaral permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Rejeitada a Emenda nº 30, de autoria do Senador Inácio Arruda.

Emenda nº 35, de autoria do Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, vou ser derrotado, mas não quero retirar essa emenda. Quero fazer uma defesa desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pode fazer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Me baseei no que a Presidente da República... Quando veio o projeto original, e ele falava quatro e quatro, ela punha o prazo até 2024. Depois, ela, como houve um acordo nosso de sete e quatro... Mas o acordo do prazo não veio do Governo. O prazo original da Presidenta da República era até 2024, quando era quatro e quatro. Fizemos um acordo de sete e quatro. Então, estou mantendo, menos ainda, o prazo, pedindo, para que essa transição tenha apenas quatro anos mais. Só não posso aceitar que o Governo concorde ou não concorde. Acho que temos que fazer essa votação aqui.

Então, peço ao meu amigo, Senador, de coração, esse ídolo de todos nós aqui, um mestre, que entenda que isso iria suavizar. Depois de tudo o que foi feito, seria apenas um pequeno prêmio que nós poderíamos, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, receber por esses três anos e meio a mais. Na verdade, são três anos e meio. Então, Senador Delcídio, peço essa compreensão, até pautado no que a Presidente colocou, que foi 2024. Sei que era quatro e quatro, mas, como fizemos sete e quatro, estou reduzindo ainda dois anos. Na verdade, são três anos a mais. Isso vai dar um alento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Relator.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, concordo com... V. Exª é uma pessoa muito sensata, mas essa transição foi objeto de muitas negociações e chegamos ao ponto ótimo, depois de discutir com todos os Secretários de Fazenda do Brasil, 27 Secretários de Fazenda. Portanto, a minha posição é pela manutenção do meu relatório da transição determinada pelo relatório apresentado, e aprovado já o texto básico, na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos colocar em votação.

Da mesma forma, os Senadores permaneçam como estão se concordarem com esse aspecto do texto do relatório do Senador Delcídio. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Rejeitada a Emenda nº 35, de autoria do Senador Cyro Miranda.

O último pedaço agora, que é a parte remanescente da Emenda nº 40, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Foi a parte que não foi destacada.

V. Exª mantém, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tendo em conta tudo o que se passou, o próprio parecer do Senador Relator, Senador Delcídio Amaral, queria fazer aqui um apelo final.

Quero, primeiro, reiterar o cumprimento pela excepcional qualidade desta reunião presidida por V. Exª. Tivemos um debate de enorme importância para a Nação brasileira.

Houve um momento aqui que o Senador Armando Monteiro mencionou a possibilidade de um entendimento que ainda poderá se dar no plenário, e V. Exª reiterou isso. Faço um apelo aqui a todos. Inclusive conversava há pouco com o Senador, hoje Prefeito, Arthur Virgílio, de Manaus, que considerou que talvez fosse possível chegarmos a um entendimento em plenário, próximo

daquela proposição que o Senador Armando Monteiro colocou. Quem sabe, em vez de 7% ou 12%, podemos chegar a 9%, uma posição de bom senso.

Tendo em conta o grande equilíbrio que aconteceu no debate, nos argumentos, quem sabe possamos chegar até a um consenso.

Eu pergunto a V. Exª: o procedimento de votação, agora, em plenário depende de requerimento de urgência aqui? E, para ser apreciado, o projeto, então, na próxima semana, em plenário? Eu faço essa pergunta, porque é importante.

Com respeito ao restante da Emenda nº 40, se o Relator avaliar que não está de acordo, então, eu vou abrir mão da votação da mesma.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós agradecemos, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de responder a V. Exª, eu passo para o Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência para a matéria, até para que ela possa ser discutida no plenário e receba...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, é que não acabou ainda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...requerimento de urgência. No momento antes de encerrar a votação, eu gostaria de requerer urgência na matéria para o plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está bom, mas, antes disso, temos de votar a retirada dessa parte remanescente da Emenda nº 40, já que o Relator...

Os Srs. Senadores que concordam com essa retirada do Senador Eduardo Suplicy permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Retirados.

O Senador Romero Jucá pede urgência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Quero dizer aos senhores que o Senador Walter Pinheiro pediu para avisar que hoje vai haver reunião sobre a Medida Provisória nº 599, no Plenário nº 3. O entendimento, que tenho acompanhado, é que essa discussão vai acontecer ao mesmo tempo da votação da medida provisória no plenário do Senado Federal. É esse o acordo que eu presenciei, ou seja, vai para o plenário e vai haver uma discussão em conjunto com a medida provisória. Hoje, o Senador Walter Pinheiro, com certeza, vai encaminhar a data de votação do relatório, para poder votar na Câmara e no Senado Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria fazer uma sugestão a V. Exª, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Aqui, no Senado, nós vamos votar concomitantemente a medida provisória e a resolução, mas seria importante uma reunião coordenada por V. Exª com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Delcídio e com o Deputado Federal Eduardo Cunha, Relator da lei complementar, para que nós uniformizássemos o texto, para que, no plenário do Senado, ao votarmos a resolução e ao votarmos a medida provisória, tenhamos também as informações da lei complementar sobre a convalidação dos investimentos que serão convalidados através dos três quintos do Confaz. Então, eu queria sugerir a V. Exª que, ainda nesta semana, pudesse coordenar uma reunião junto com o Deputado Eduardo Cunha, o Senador Walter Pinheiro e o Senador Delcídio e aqueles que tiverem interesse, no sentido de fecharmos os três textos e de, efetivamente, termos uma posição acerca do que está sendo discutido na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem.

V. Exª será atendido. É isso que temos de fazer agora. Faremos isso, nesta semana.

Quero dizer, Senador Romero Jucá, que acho que tivemos aqui – quero passar isto para o nosso Relator, Senador Delcídio Amaral – um dia muito produtivo. Esta Comissão de Assuntos Econômicos, como muito bem falou o Senador Eduardo Suplicy, deu prova de maturidade, fez um debate de altíssimo nível. Sabemos que há posições conflitantes entre os mais diversos Estados. Agora, nós conseguimos atuar com celeridade e, ao mesmo tempo, tranquilidade, fazendo as discussões. Então, quero parabenizar este Relator, Senador Delcídio Amaral, que, com sua habilidade, contribuiu para esse clima aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes, quero dizer que foram aprovadas as Emendas nºs 28 e 42; rejeitadas as Emendas nºs 1, 11, 30, 35, 43, 46 e 47; prejudicadas as Emendas nºs 9, 10, 15, 17, 41 e 45; retiradas as Emendas nº 36, 38, 40, 44.

Antes de passar para o Senador Eduardo Suplicy, passo a palavra para o Senador Delcídio Amaral, parabenizando-o já pela aprovação de seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, eu queria agradecer os Senadores e Senadoras pelo debate altamente qualificado, meu caro Líder do Governo, Senador Eduardo Braga. Um debate de alto nível, em que cada Senador procurou defender os interesses do seu Estado, sem coloração partidária, mas, acima de tudo, compromissado com o Estado que cada um de nós aqui representa. Avançamos muito. Quantas vezes, Senador Romero Jucá, tentamos fazer uma reforma que agora, com esta resolução, começamos dar os primeiros passos, que abraça praticamente 70% da reforma tributária tão esperada pelos brasileiros.

Portanto, avançamos democraticamente, debatendo com clareza, com lealdade, com convicção aqueles interesses que passam pelos Estados de cada um de nós, mas, acima de tudo, olhando a Federação, olhando o Brasil.

Demos um passo importante, não poderia deixar de destacar também a serenidade e o equilíbrio com que o Senador Lindbergh Farias conduziu uma reunião tão difícil. Quero aqui registrar, Senador Lindbergh que, apesar de eu defender uma votação através do que o Regimento determinava, entendo que V. Exª fez, com a sua assessoria, um bom trabalho. Essa proposta se tornou um consenso hoje, pela manhã, com o Líder Eduardo Braga e com o Senador Walter Pinheiro e, portanto, não tenho dúvida, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos hoje foi histórica. No meu ponto de vista, esta é a reforma econômica mais importante do Governo da Presidenta Dilma. Quero aqui registrar também que essa história não para aqui: nós temos a Medida Provisória nº 599, relatada pelo Senador Walter Pinheiro; nós temos o Projeto de Lei nº 238, relatado pelo Líder Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados. E eu não poderia deixar de lembrar aqui que a medida provisória trata dos fundos, pouca gente falou das compensações e até isso foi previsto no projeto que estamos discutindo e que levou à aprovação dessa resolução. O Fundo de Desenvolvimento Regional prepara o País ou as regiões que precisam efetivamente se desenvolver, de tal maneira que diminuamos as desigualdades regionais, o Fundo de Desenvolvimento Regional vai cumprir um papel fundamental para reduzir os desequilíbrios. Mas temos pela frente a Medida Provisória nº 599, que trata dos fundos; temos o 238, que trata da unanimidade do Confaz, dos três quintos, e nós tivemos o cuidado, inclusive, de colocar na resolução esses projetos de tal maneira a dar tranquilidade aos governadores, a dar tranquilidade e segurança aos Estados e, ao mesmo tempo, no 238, a discussão sobre a dívida dos Estados, tudo um mesmo pacote. Portanto, estamos discutindo aqui temas variados, que vão praticamente convergir numa votação final no Senado Federal. Lembro aqui que o comércio eletrônico é também outro tópico fundamental para garantir essa isonomia, esse equilíbrio no recolhimento do ICMS. Aqui, ao contrário do que alguns disseram, estamos buscando o entendimento, é a engenharia do possível e não criando – entre aspas – uma "guerra", quase uma "guerra" civil, como alguns anunciaram. Muito pelo contrário, a guerra civil é a guerra fiscal que lamentavelmente levou o Brasil a essa situação e, fruto disso, à votação pela inconstitucionalidade dos incentivos através do Pleno do Supremo Tribunal Federal. Demos um passo incontestável na busca de um Brasil melhor, de um Brasil que, inclusive, com essas novas propostas que vêm ao encontro – porque 94% do Brasil, Senador Eduardo Braga, vai ficar nos 4% de alíquota e somente 6% vão ficar diferenciados... Isso tem que ficar muito claro, porque o discurso era um discurso de destruição, de que estávamos desconstruindo. Nós não temos que desconstruir aquilo que já foi demolido, principalmente pelos problemas que cada Estado enfrentou quando levou seus incentivos à aprovação no Confaz.

Portanto, é uma grande vitória. O nosso trabalho não para por aí. Nós temos grandes desafios para tentar fechar, ao longo deste mês de maio, todas essas propostas que vão ser fundamentais.

E, mais uma vez, agradeço aos Secretários do Confaz que me orientaram; ao Secretário Jader, do meu Estado do Mato Grosso do Sul; à minha assessoria, através do Diogo; pelo trabalho sem limitação de tempo, pelo trabalho determinado ao longo de todos esses meses, de todas essas semanas.

Muito obrigado.

Agradeço, Senador Lindbergh Farias, meu Presidente, pela atenção, pelo carinho e pela confiança que sempre destinou ao meu trabalho.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Senador Delcídio.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu queria passar a palavra, rapidamente, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Francisco Dornelles, que já haviam pedido a palavra.

Eu queria dizer, antes, Senador Delcídio – o Senador Delcídio está sendo festejado aqui –, que, ao encerrar essa agenda federativa, Senador Eduardo

Braga, esta Comissão de Assuntos Econômicos vai entrar numa outra pauta federativa ligada aos Municípios: a discussão sobre o ISS, Projeto de Lei do Senado nº 386. Fomos procurados pela Frente Nacional de Prefeitos, e a próxima audiência pública vai ser sobre esse tema. Essa agenda, que vai se estender aos Municípios, será no próximo dia 13.

Muito obrigado a todos os senhores, ao nosso Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, rapidamente, ao nosso grande Senador Francisco Dornelles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Presidente Lindbergh Farias, quero, primeiro, tornar clara essa definição para que todos saibamos. Tendo sido aprovada a urgência da apreciação dessa matéria e tendo em conta que a pauta está trancada, pela informação dos Líderes, a previsão é de que essa matéria seja apreciada em plenário na próxima terça-feira. Isso significa que poderá haver um diálogo, um esforço entre todos nós. Quem sabe possamos chegar a um consenso, tendo em conta o equilíbrio das posições e a proposta formulada pelo Senador Armando Monteiro para, quem sabe, chegarmos ao consenso da alíquota de 9% em vez de 12% ou de 7%. E aí todos poderemos votar consensualmente para que, assim, a família das 27 unidades da Federação efetivamente possam chegar ao melhor entendimento possível no interesse da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o nosso grande Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, esta reunião me deu um ensinamento muito importante. Os jovens têm cada vez que estar mais presentes no processo decisório do País.

Quando V. Exª ousou apresentar um novo caminho de procedimento, eu achei que não iria votar essa matéria nunca, achei que isso não chegaria ao fim jamais. E V. Exª provou isso com a sua ousadia, deu uma lição para todos nós e conseguiu um debate profundo, altamente democrático.

Eu quero parabenizar V. Exª pela competência e pela decisão tomada em relação aos procedimentos.

A minha palavra, em seguida, volta para o Senador Delcídio do Amaral. V. Exª apresentou um relatório brilhante, e as pessoas que viram e ouviram o seu relatório acharam que foi um trabalho de um dia, de dois dias, mas foi um trabalho que V. Exª construiu durante toda a sua vida, porque, quando V. Exª realmente mergulha num assunto e apresenta uma matéria, todo mundo sente que ela vai ser trabalhada com seriedade, com profundidade, com bom senso. O trabalho que V. Exª fez não foi de um dia, dois dias; foi um trabalho que representa a credibilidade de V. Exª em toda a sua carreira.

De modo que quero cumprimentar V. Exª. Foi um dia importante na Comissão de Assuntos Econômicos, de uma maneira extremamente democrática. Eu até falava, numa brincadeira que eu fiz com o Senador, que outrora, no passado, quando nós tínhamos situação como essa, em vez de se discutir amplamente, o Presidente falava: “Chama o Pires, chama o Pires que ele resolve”. E hoje se discutiu, num debate amplo, aqui, num debate democrático, num debate em que todos tiveram condições de apresentar os seus argumentos e que eu espero que, como V. Exª disse, grande parte das transações, praticamente, serão sujeitas a 4%, abrangendo quase 95%, não é isso? O que é extremamente bom.

A V. Exªs, Presidente Lindbergh, Senador Delcídio, os meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles. V. Exª sabe da honra que tenho de ser liderado, porque sou liderado por V. Exª. Tenho aprendido muito com V. Exª aqui no Senado Federal. O Estado do Rio de Janeiro lhe deve muito. Então, fico muito agradecido com as palavras de V. Exª, e tenho certeza de que o Senador Delcídio do Amaral também, porque V. Exª é um professor para a gente aqui.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Embora nós, catarinenses, soframos com isso, eu não poderia deixar de apreciar a desenvoltura de V. Exª. Embora jovem, conseguiu dar nó em pingo d’água. E, ao lado de V. Exª, esse articulador que é Delcídio do Amaral.

Quando eu vi que no negócio do gás podia entrar um pouco de água e favorecer os outros Estados, o Delcídio vai e chama Goiás e chama o Mato Grosso e distribui o gás meio de graça para eles. Antes disso, porém, fizeram uma negociação bem articulada com os Estados que compõem a Amazônia, e aí não teve jeito. Aí, convenceram o Nordeste de que tem que ter outra perspectiva.

Vem agora o Senador Walter Pinheiro com a MP 599, para tentar criar as compensações. E estamos ficando nessa.

O que nós sofremos hoje, nós catarinenses, não há a menor dúvida. Nós catarinenses, nós, do Rio Grande do Sul, do Paraná. Ficamos na expectativa. Essa proposta do Senador Armando Monteiro, quem sabe, ainda vem minimizar um pouquinho, mas não

temos como não reconhecer a articulação, Delcídio, de V. Exª, na condução. Vamos tentar buscar um pouco para harmonizar o entendimento dos Estados, quem sabe, no Plenário, dentro daquela proposta do Senador Armando Monteiro e nessa agora do Senador Walter Pinheiro, da MP 599.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelas palavras.

Passo a palavra para o Senador Walter Pinheiro, que tem uma missão agora. Ele é o Relator da Medida Provisória nº 599 e vai conduzir esses próximos passos e entendimentos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui, da primeira parte, Senador Delcídio do Amaral, até, fazer minhas as palavras do Senador Casildo, pela maestria do Senador Lindbergh na condução da Comissão, pela costura que V. Exª fez, unindo o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, não contra o Sul, mas até para chamar o Sul a fazer a costura de caráter nacional. Acho que esse foi o objetivo.

É óbvio que quando tratamos de uma matéria como essa, Senador Delcídio, numa Federação de 27 Estados, é bom lembrar que esses Estados tiveram, ao longo dos anos, política de desenvolvimento completamente diferencia – não quero usar a expressão desigual, mas poderia usar com todas as letras. Essa política diferenciada concentrou, durante anos e anos, os investimentos e até as oportunidades de desenvolvimento. Consequentemente, toda e qualquer mexida agora trama contra esses que, no passado, – aí me refiro aos métodos – foram corretos para um desenvolvimento de nação, mas que agora precisam ser ajustados para o desenvolvimento de toda a Nação. Até para irmos tentando superar os níveis de desigualdade ainda existentes no Brasil. Não tem como superar, nessas questões das desigualdades regionais, da pobreza, senão botando o dedo na ferida do desenvolvimento econômico.

Essa é uma parte e é uma parte que é bom todo mundo salientar. Aqui eu ouvi até muitos discursos falando que tinha que haver um pacote, que reforma feita aos pedaços não funciona. Essa defesa de reforma em bloco eu assisto inclusive há muitos anos no Congresso Nacional e nós não conseguimos fazer.

Portanto, estamos agora em uma etapa em que nós já avançamos no ICMS importação; já avançamos no comércio eletrônico aqui no Senado, falta a Câmara votar do outro lado; já avançamos no FPE, falta a Câmara votar do outro lado; já avançamos aqui na negociação com o governo na compreensão dessa unificação. E, portanto, agora nos resta seguir essa sequência levando a plenário essa matéria, mas votando antes, ou no Projeto de Lei Complementar ou na Medida Provisória, as condições para que possamos aplicar o Projeto de Resolução. Aí me refiro à Compensação e ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Portanto, são duas peças fundamentais, Senador Casildo, para aplicarmos isso aqui, inclusive até com a emenda que V. Exª patrocinou permitindo a entrada das agências de fomento, para que essas agências de fomento também tenham a possibilidade de atuar enquanto autônomos, para que cada Estado, Senador Casildo, possa decidir o seu desenvolvimento econômico.

Portanto, essas condições devem ser dadas a partir dessas duas medidas que constam da Medida Provisória: o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional. Então, é importante que a gente complete a obra.

Senador Lindbergh, há, por parte do Governo, um acordo para que essa resolução seja apreciada em plenário, em conjunto com a outra medida, para que não paire no ar nenhuma dúvida acerca da real intenção do Governo Federal e muito menos as condições. Nós não estamos tratando de governantes. O Governo, ou melhor, o Estado perpassa governantes. Então, é importante que a gente aprove regras que, independentemente do governante, nos deem a certeza de cumprimento.

Há uma desconfiança muito grande, Senador Casildo, de todo mundo do que se processou na Lei Kandir. Mas há uma diferença em relação à Lei Kandir, a qual terminava em 2006 e foi postergada, mesmo com o seu término determinado por lei. Mas não determinava essa lei a base de cálculo. Portanto, o Governo nunca fez a base de cálculo de perda dos Estados, ou melhor, a aferição dessa perda. Agora, nós estamos colocando efetivamente que é preciso ter todo um critério rigoroso na avaliação e no cálculo da perda e todas as condições para que essa perda seja aportada na peça orçamentária obrigatoriamente, para que não tenhamos nenhuma dúvida, para que os próximos governantes não aleguem queda na arrecadação ou coisa do gênero. Portanto, nós tenhamos a compensação já colocada na peça orçamentária, assim como o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Mais uma vez parabéns pela condução desse processo, Senador Lindbergh e Senador Delcídio, mas nós precisamos completar a obra com as garantias para que de uma vez por todas o País possa conviver pelo menos com a igualdade na busca de investimentos, na busca de desenvolvimento econômico local, para que as nossas regiões parem de andar com o pires na mão, ou que nós estabeleçamos o resto da vida uma

guerra fiscal; mas que a gente tenha política de desenvolvimento econômico e não política fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Hoje à tarde, Medida Provisória nº 599, às 15 horas.

Eu tenho aqui um requerimento que já foi lido e tem dois requerimentos que estão extrapauta que quero ler e pedir à Comissão também pela urgência, para que sejam votados hoje.

O requerimento que já foi lido é o do Senador Alvaro Dias.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, de 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Aguinaldo Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para prestar esclarecimentos sobre a existência de um esquema de empresas de fachada, controladas por ex-servidores do Ministério, que atuavam em contratos para construção de casas populares destinadas às faixas mais pobres da população no âmbito do Programa "Minha Casa Minha Vida".

Observações:

1. Em 30/4/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os dois outros requerimentos. Um é igual a esse, que é o do Senador Humberto Costa, também convidando o Sr. Agnaldo Veloso Borges para promover exposição sobre programa desenvolvido no âmbito dos Ministérios.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último requerimento é sobre a discussão do ISS, que nós vamos começar na próxima segunda. Quando eu falei da pauta federativa, esse é um desdobramento. Esse é um assunto que interessa a todos os prefeitos do Brasil e nós vamos votar agora esse requerimento, que foi assinado pelo Senador Armando Monteiro

REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – CAE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2012 – Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências", com a participação dos seguintes convidados:

– representante da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais **(***ABRASF***)***;*

– representante da Frente Nacional de Prefeitos **(***FNP***)***;*

– representante do Ministério das Comunicações;

– representante da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação **(***BRASSCOM***)***;*

– representante da Associação Brasileira da Indústria Gráfica Nacional **(***ABIGRAF***)***;*

– Alcides Jorge Costa, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo **(***USP***)***.*

Autoria: Senador Armando Monteiro

A reunião será realizada na próxima segunda-feira, dia 13, às 19 horas.

Os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficaram adiados os demais itens da pauta, do item 2 ao item 9.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 106, de 2013 – Complementar
– Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. Em 24/4/2013, foi concedida Vista Coletiva;

2. Em 29/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia;

3. Em 30/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 6, 7 e 8, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e a Emenda nº 9, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2012
– Não Terminativo -

Acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 604, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2004
– Terminativo -

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE, rejeitando a Emenda apresentada pelo Senador Hélio Costa;

2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ;

3. Em 30/4/2013, foi concedida Vista ao Senador Luiz Henrique.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2004
– Terminativo -

Dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

ITEM 7
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2007
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.
Autoria: Senador Papaléo Paes

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2008
– Terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2010
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008 com a Emenda nº

1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao PLS nº 375/2008 e contrário aos PLS nº 340/2007 e PLS nº 92/2010.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2008 – Terminativo -

Altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Neuto De Conto

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2011 – Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os senhores.

Parabéns, Senador Delcídio do Amaral.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 45 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (20ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (17ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 8 DE MAIO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Ana Amélia, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Casildo Maldaner, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eunício Oliveira, Fernando Collor, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, Ivo Cassol, José Agripino, José Pimentel, Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Jayme Campos, Alfredo Nascimento, Blairo Maggi Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Lobão Filho, Jader Barbalho, Walter Pinheiro, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais e Vicentinho Alves. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a política de investimentos, desenvolvimento e fomento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais, para a Infraestrutura, dentro da visão do setor público e da iniciativa privada, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros; 18 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros; e 25 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias; e aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura nºs 12 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro e outros; e 18 de 2013, de iniciativa do Senador José Pimentel, tendo como expositor o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição do Sr. Luciano Coutinho, usam da palavra os Senadores Ana Amélia, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Delcídio do Amaral e Kátia Abreu. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à comissão a dispensa da leitura da ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu,

Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **LINDBERGH FARIAS**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 17ª Reunião da Comissão de Serviços da Comissão de Infraestrutura.

Pauta: Audiência pública.

Assunto. Finalidade: Debater a política de investimento, desenvolvimento e fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e debater os modelos, os instrumentos, as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais para a infraestrutura, dentro da visão do setor público e da iniciativa privada.

Requerimentos de realização de audiência: Requerimento nº 4/2013, do Senador Eduardo Suplicy e outros; Requerimento nº 2/2013 do Senador Armando Monteiro e outros; Requerimento nº 18/2013, da Senadora Ana Amélia e outros; Requerimento nº 25/2013, do Senador Lindbergh Farias; Requerimento nº 18/2013, do Senador José Pimentel.

Convidado: Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O convidado já se encontra à Mesa, no plenário da Comissão. De acordo com o art. 99, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará exposição pelo tempo que for conveniente, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Eu peço a esta Secretaria que avise – há várias Comissões funcionando em conjunto na quarta-feira, Presidente Luciano Coutinho. E vários Senadores pediram para anunciar quando fosse iniciar essa reunião. Peço, então, à Secretaria que reforce o aviso aos membros desta Comissão que estão participando de outras Comissões. Estão acontecendo agora a reunião da Comissão de Assuntos Sociais e outras, da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra, o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Passo a palavra diretamente ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Exmº Senador Lindbergh, meus caríssimos Senadores Cristovam, Pimentel e Delcídio, senhores profissionais da imprensa aqui presentes, é uma grande satisfação estar presente mais uma vez à Comissão de Assuntos do Senado e à Comissão de Infraestrutura. Sempre que convidado, tenho comparecido com muita satisfação e sempre o farei, quando convido a esta Comissão.

Farei uma breve exposição do desempenho...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente, peço licença para pedir à Secretaria para aumentar o volume do áudio.

Obrigado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Devo falar mais alto? (*Pausa*.)

Bom, eu gostaria de, outra vez, saudar os Senadores e os profissionais de imprensa aqui presentes e dizer da minha satisfação e alegria em participar mais uma vez de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. E reitero o meu compromisso de aqui sempre comparecer quando convidado, o que tem sido em meu mandato como Presidente do Banco uma constante. Sempre tenho participado aqui quando convidado.

Farei aqui uma exposição abrangente sobre o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com ênfase também na questão de infraestrutura, uma vez que reunimos aqui as duas Comissões.

Quero saudar o Senador Dornelles. *(Pausa.)*

E dou início à minha exposição.

Farei de início uma rápida rememoração do BNDES em sua configuração atual, o desempenho recente, uma avaliação de efetividade de suas políticas e uma discussão de perspectivas futuras de infraestrutura e de financiamento de longo prazo, temas essenciais para o desenvolvimento da economia brasileira.

O BNDES está organizado neste momento como um banco público, que pertence 100% à União Federal. Ele está vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A instituição tem em sua estrutura três subsidiárias integrais: a BNDES Participações, que funciona como um banco de investimento – e eu explicarei com mais detalhes o funcionamento do BNDESPar –; a Finame, a empresa que operacionializa toda a comercialização de equipamentos, máquinas, bens de capital por meio do sistema bancário, em todo País; e o BNDES Limited, que é um braço internacional do BNDES, sediado em Londres, que está em processo de desenvolvimento e estruturação.

O Banco tem sete diretorias e uma Vice-Presidência. As diretorias têm as suas atribuições distribuídas desta forma: A Diretoria 1 tem a missão de coordenar a infraestrutura. Eu não sei se temos um sinalizador

eletrônico. Temos aqui, na Diretoria 1, infraestrutura. É uma diretoria que, embora tenha duas áreas, tem áreas muito importantes pelo peso dos projetos. E há uma iniciativa nova de reforçar, por orientação do Governo, a presença e a participação da diretoria internacional em relação ao fomento e ao apoio da América Latina e da África.

Este quadro, na verdade, mostra a distribuição de tarefas e a amplitude e a relevância da atuação do Banco.

Eu quero também sublinhar que temos desenvolvido uma atuação muito forte em relação ao setor agropecuário brasileiro, em relação à agricultura brasileira, dedicando uma diretoria com foco importante no desenvolvimento da agricultura, do agronegócio brasileiro.

São pontos, digamos, de relevo, que se somam ao papel tradicional do BNDES de apoiar o desenvolvimento da indústria, dos serviços, da infraestrutura no País.

A missão do Banco, consignada em seu planejamento estratégico, está aqui exposta: é a de ser uma instituição que promove o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia, gerando empregos e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais. É uma instituição fundada em quatro valores essenciais: ética, espírito público, excelência profissional e compromisso com o desenvolvimento do Brasil. Esses valores fundamentais têm sido objeto de um trabalho intenso de discussão, num momento em que o Banco tem uma transição de gerações. Hoje quase 2/3 do quadro técnico do Banco são muito novos e muito jovens, porque os fundadores do BNDS já estão em fase de aposentadoria. Então, essa revisita aos valores essenciais da instituição tem um particular relevo neste momento.

O planejamento estratégico do banco está estruturado. Há cinco anos consecutivamente, ele se transformou em uma ferramenta operacionalmente muito útil. E, na sua versão recém-aprovada pelo Conselho de Administração, tem como grandes diretrizes a expansão do revestimento em infraestrutura, o fortalecimento da competitividade das empresas do sistema empresarial brasileiro, a contribuição ao processo de inclusão produtiva e social, com inovação e sustentabilidade ambiental e descentralização, apoio ao desenvolvimento regional.

Do ponto de vista de sua estrutura financeira, as diretrizes principais são: diversificar os instrumentos e ferramentas financeiras; manter e fortalecer a estrutura patrimonial; e aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos da instituição, mais eficiência na obtenção de resultados.

Em termos de processos internos, temos um conjunto de iniciativas de aumento da eficiência e redução de prazos na aprovação de projetos. Estamos concluindo um processo de integração da plataforma de tecnologia de informação do Banco para torná-lo ainda mais eficiente. E queremos também aperfeiçoar os nossos processos de interlocução e prestação de contas à sociedade, daí porque agradeço, Senador, mais uma vez a oportunidade de estar aqui na CAE, no sentido de tornar o Banco ainda mais transparente e mais – Senador Armando Monteiro, meus cumprimentos –, e mais aberto ao diálogo com várias dimensões da sociedade brasileira. E, internamente, desenvolver as competências e aperfeiçoar ainda mais a invejável capacidade profissional da instituição.

O Banco continua sendo o maior provedor de crédito de longo prazo para o Brasil. Dois terços do crédito de longo prazo para o Brasil são diretamente associados ao BNDS. Ele tem um *funding* estável em boa medida providenciado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2800 empregados. E é um Banco que funciona com várias modalidades: a operação direta, que representa a metade; e a operação indireta, por meio da rede bancária, a outra metade.

É um Banco que tem, no passado recente, mostrado um notável aumento das suas operações para micro e pequenas empresas. E eu vou abordar esse ponto.

Temos também buscado ampliar o apoio à exportação brasileira, especialmente na modalidade pós-embarque, exportação de equipamentos e bens de capital. É um Banco que está se preparando para aperfeiçoar a técnica de *project finance* pela necessidade de infraestrutura. É um Banco que tem dentro de si uma subsidiária de investimento, que é a BNDES-Par, sobre a qual eu vou também discorrer. E também fundos não reembolsáveis importantes, de apoio à cultura – o BNDES é o maior apoiador de patrimônio histórico e acervos culturais no Brasil –; ao programa de redução de pobreza extrema, com foco nas regiões, mais pobres de baixo IDH; ao Fundo Social, por meio do apoio à inclusão produtiva; e à inovação tecnológica. São essas as principais linhas.

A nossa estrutura de capital, de *funding* está aqui detalhada. A origem dos nossos recursos é: Tesouro, FAT, retorno dos nossos investimentos, captações no exterior, emissão de debêntures. Ainda temos um pedaço de PIS/PASEP.

O Banco tem, nós últimos anos, ampliado – e não só o BNDES, mas as outras instituições financeiras federais –, mas o BNDES tem tido um desempenho relevante. O volume de ativos do Banco fechou o ano de 2012 totalizando R$715 bilhões na carteira total de ativos de estoque de empréstimos concedidos

mais o estoque de operações de mercado capitais, se credenciando como uma das grandes instituições de desenvolvimento no mundo.

Tem sido uma instituição lucrativa. Nos últimos anos, um lucro em torno de R$8,7 bilhões/ano. Tem sido uma instituição lucrativa nos últimos anos. Tem contribuído, revertendo esse lucro para a União, para a sociedade brasileira, remunerando o seu acionista, o Tesouro Nacional.

É um Banco que tem uma excelente carteira de crédito, que se compara de forma muito favorável ao restante do sistema financeiro. A carteira de crédito compreendida entre níveis duplo A e C. Portanto, a carteira de crédito de boa qualidade fechou 2012 no sistema BNDES representante 99,1% da carteira, percentual bastante superior à média do Sistema Financeiro Nacional, de 92,4%, e bastante superior à média das instituições financeiras privadas, de 90,5%. E apresenta percentual também superior às outras instituições financeiras públicas.

A participação de créditos com *rating* degradado é muito mais baixa em relação ao sistema financeiro, mostrando a excelência, o cuidado da gestão dos recursos por parte do quadro técnico da instituição e também ressaltando a qualidade dos filtros de controle na concessão de crédito na instituição.

Como eu disse, a instituição funciona diretamente. O BNDES contrata diretamente com as grandes empresas. Operações abaixo de R$20 milhões são feitas pelo Sistema Financeiro. Não é. O BNDES tem um quadro de funcionários relativamente restrito e não teria a capacidade, salvo se multiplicássemos de maneira extraordinária o número de funcionários, de realizar o volume de operações sem delegar uma parcela relevante das operações de menor porte ao sistema de crédito privado e ao sistema de crédito público, aos bancos públicos, com que o BNDES mantém uma estreita parceria operacional.

Como eu disse, o processo de concessão de crédito no banco passa por um conjunto de análises e de comitês – são comitês representativos de todas as áreas, especialmente o comitê de crédito, o comitê de enquadramento. Então, aqui, são equipes distintas que analisam a pertinência do enquadramento ou o enquadramento e a concessão de crédito, a análise do projeto à diretoria. São equipes distintas, e isso providencia um conjunto de filtros que asseguram a alta qualidade no processo de concessão de crédito na instituição.

Quero falar um pouco agora do desempenho histórico recente da instituição em termos...

Aqui, nós temos na barra azul o volume de aprovações ao fim de cada ano.

No fim do ano passado, concluímos em valores nominais um estoque de projetos aprovados na escala de R$260 bilhões, superando o pico que havia sido alcançado em 2010.

Se nós olharmos aqui em valores constantes em moedas de 2012, para que seja uma comparação mais economicamente correta, nós vemos que estamos comparando um estoque de projetos aprovados muito fortes, depois de uma ligeira redução em 2011 em função do desaquecimento da economia.

No segundo semestre do ano passado, houve uma firme recuperação de consultas e de aprovações de projeto, o que já começa a se manifestar em 2013 com uma aceleração do financiamento aos investimentos, apontando para uma recuperação da economia brasileira e dos investimentos, sobre o que eu me deterei com maior profundidade logo a seguir.

Comecemos com a infraestrutura, que é um dos endereços aqui, já que a reunião da Comissão de Infraestrutura tem acontecido aqui na audiência conjunta.

Aqui estão às operações diretas do BNDES – não incluem as operações indiretas; aqui são as operações diretas.

Nós vemos que as operações diretas... E aqui nós temos as energias na base – hidroeletricidade, energias renováveis, distribuição e transmissão. Nós vemos aqui um crescimentos dos desembolsos e dos investimentos em energia, e eu quero assegurar aos senhores que, em 2013, nós teremos outro aumento dos desembolsos para as diferentes formas de energia.

Há também, e já o iniciamos, um processo de aumento dos investimentos em infraestruturas logísticas – ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Estão aqui na parte superior da barra e já mostram, em 2012, um processo de expansão. Nós esperamos, em 2013, já mostrar um outro avanço e fecharmos o ano de 2012 com quase R$25 bilhões desembolsados para infraestrutura. A nossa expectativa é a de que, em 2013, alcancemos R$30 bilhões de desembolsos diretos para infraestrutura e, em 2014, algo em torno de R$34 bilhões, por enquanto. A tendência é a de que esses números cresçam, porque a expectativa é a de que os leilões de concessão ao setor privado das infraestruturas rodoviárias, portuárias, aeroportuárias e de ferrovias possam mobilizar o investidor privado para uma onda robusta e duradoura de investimentos em logística, extremamente necessários para ampliar a eficiência da economia brasileira e trazer ganhos sistêmicos de produtividade para o País.

Então, a trajetória dos investimentos e dos financiamentos em infraestrutura será certamente crescente. E a nossa carteira de consultas, hoje, já aponta para dois saltos consecutivos nos próximos dois anos, sen-

do provável que, especialmente em 2014 e 2015, esse processo de impulso ascendente se mantenha.

O banco, como uma grande ferramenta do Governo Federal para seus programas, mostra a sua aderência e alinhamento ao plano Brasil Maior, apoiando o desenvolvimento da indústria brasileira e apoiando o conjunto de setores importantes, como mecânica, bens de capital – está aqui a barra vermelha –, sistemas intensivos em trabalho, indústrias intensivas em trabalho, indústrias intensivas em escala, sendo basicamente aqui os insumos básicos –, siderurgia, química, petroquímica –, insumos da construção civil, os sistemas de agronegócio e os sistemas de serviços incluindo comércio e logística, que têm também crescido.

Olhando o desembolso por setores de atividade, eu quero sublinhar que o volume cresceu. Aqui está a distribuição. O volume cresceu. Na distribuição, são relevantes o aumento de comércio e serviços, uma redução relativa da indústria e uma manutenção de infraestrutura e de agricultura.

De fato, a economia brasileira, nos últimos anos, tem mostrado um crescimento forte em serviços. Os serviços têm sido grandes geradores de emprego. E temos diante de nós uma agenda de recuperação da competitividade da indústria brasileira, que é uma agenda muito cara ao País. O banco reflete esses processos em curso na nossa sociedade.

Eu queria aqui saudar alguns Senadores que chegaram após a minha fala e que eu não pude saudar. Eu queria rapidamente saudar as Senadoras presentes: Senadora Kátia, Senadora Vanessa.

Quero sublinhar agora o desempenho do banco em relação às pequenas e microempresas. O banco, através de vários instrumentos, desembolsou, no ano passado, R$50 bilhões para micro. pequenas e médias empresas, mantendo um desempenho que nos orgulha muito, com um crescimento muito expressivo do volume de operações: quase um milhão de operações de crédito para empresas de pequeno porte, beneficiando 260 mil pequenas empresas.

Quais são as ferramentas?

Primeiro, o Programa de Sustentação do Investimento, um programa federal importante que oferece um crédito com taxas muito reduzidas, taxas equalizadas, para comercialização de máquinas e equipamentos, através das linhas tradicionais, Finame, via rede bancária. Essas linhas têm uma característica importante. Elas são acessíveis a todos as empresas do País e têm propiciado uma verdadeira renovação da base de equipamentos da pequena empresa brasileira, necessária ao aumento de ganhos de produtividade. Chegam também ao pequeno agronegócio, porque o financiamento a máquinas agrícolas através da linha PSI ganhou grande expressão nos últimos dois anos. Então, dois terços do PSI têm-se endereçado a pequenas empresas. Por isso, o mérito desse programa. Esse é um programa que beneficia pequenas, médias e grandes, mas ele está aberto e as pequenas empresas têm tido um acesso muito importante ao PSI, tanto que o PSI, em 2012, realizou R$25 bilhões para pequenas empresas.

Outra ferramenta muito importante é o cartão BNDES, sobre o qual vou falar que, no ano passado, desembolsou R$9,5 bilhões.

Há outro programa muito relevante que é Progeren, que é um programa de capital de giro repassado através da rede bancária, com a liderança importante do Banco do Brasil, que repassou R$5,3 bilhões para pequenas empresas.

Além do que eu já mencionei, há os programas agrícolas, que também estão embutidos aqui e, em parte, no PSI.

Sobre o cartão BNDES. Nós temos hoje 574 mil cartões emitidos e esperamos continuar aumentando o número de cartões emitidos, na medida em que novos bancos vêm aderindo à utilização do cartão BNDES. Desde a sua existência, o cartão já repassou às pequenas empresas R$32,4 bilhões. Eu quero sublinhar que a operação média do cartão BNDES é uma operação típica de R$14 mil. Então, nós estamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM.) – Quando foi criado o cartão?

O SR. LUCIANO COUTINHO – O cartão foi criado em 2005. Na verdade, ele só ganhou impulso a partir de 2007. E, nos últimos quatro anos, concentra-se a maior parte desse desempenho.

Como eu dizia, a operação média é uma operação de R$14 mil. Nós estamos falando de uma operação de uma pequena empresa. Eles estão fazendo um pequeno saque, para investir, usar capital de giro, comprar matéria-prima, treinar seus trabalhadores.

Agora, de janeiro a fevereiro, desembolsamos R$1,4 bilhão. Incluindo o mês de março, nós estamos em cerca de R$2,3 bilhões. Então, temos 216 mil produtos cadastrados por 48 mil fornecedores. Temos buscado ampliar o número de fornecedores locais e regionais, para que o cartão, quando usado no Nordeste, compre no Nordeste; e,quando usado no Norte, possa comprar de fornecedores na região.

O cartão hoje já abrange quase todo o Território nacional, estando presente em 96,4% do Território nacional. Nosso objetivo é chegar a 100%.

Veja, Senadora, que, em 2005, quando foi criado, ele era pequenininho. Desde 2007, ele ganhou um grande impulso.

O cartão tem sido uma ferramenta muito importante, em que o BNDES, que não dispõe de uma rede de varejo, utilizou da tecnologia de informação como forma de chegar à pequena empresa. É um orgulho muito grande que temos.

Quero sublinhar outros aspectos importantes, que são compromissos nossos, como o nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental e com a eficiência energética. Temos buscado apoiar energias renováveis e eficiência energética. Estamos comprometidos em aumentar essa participação.

Estamos fortemente comprometidos com o processo de apoio à inovação tecnológica, especialmente a pesquisa e o desenvolvimento nas empresas brasileiras. No ano passado, desembolsamos R$2,2 bilhões para inovação tecnológica. Neste ano, pretendemos ultrapassar R$3,3 bilhões em inovação tecnológica.

Temos mantido o nosso compromisso com a distribuição regional dos créditos do BNDES. Em 2012, nós mantivemos, para as duas regiões mais pobres do Brasil, a Região Norte e a Região Nordeste, cuja renda *per capita* está bem abaixo da renda nacional, 22% do nosso desembolso. Temos lutado muito, especialmente, para nos manter em linha com o compromisso que assumi com a Bancada nordestina, há quatro anos, de pelo menos desembolsar no Nordeste a participação que o Nordeste tem no PIB. Nós temos lutado para manter e queremos ultrapassar isso na medida em que a região se desenvolva. Esse processo tem sido feito e tem sido feito num contexto em que o conjunto está crescendo, o bolo está crescendo.

Então, é um desafio que nós temos sido capazes de honrar. Também me dá muita satisfação, até como nordestino, ter conseguido cumprir esse compromisso assumido com a nossa Bancada.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Presidente, pela ordem.

Presidente Luciano Coutinho, eu gostaria de saber, com essa divisão regional, quantas empresas foram atendidas e qual o volume de recursos para cada uma dela, por favor, se houver condições de aqui apresentar.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Teríamos, sim.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com relação à agroindústria, eu gostaria de ver a divisão entre grandes, pequenas e médias, os volumes que estão sendo financiados e quantas empresas foram beneficiadas, por favor – se há aqui, nas telas.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senadora, eu não tenho esse número disponível para tela, mas eu pedirei à minha equipe aqui que providencie, para que possamos lhe dar essa informação ainda no decorrer desta reunião. São informações mais detalhadas.

O que eu posso lhe dizer é que a Região Centro-Oeste tem tido um expressivo crescimento em função do excelente desempenho da nossa safra. Nesse trimestre, ela liderou o crescimento.

Eu vou pedir para abrir o número de empresas e a distribuição por...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Das regiões.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Por tamanho. Está certo.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Por região.

O SR. LUCIANO COUTINHO – E por região.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Porque a minha é a Região Norte.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Vamos pedir esse dado.

Por exemplo, por dados que eu recordo de cabeça, Senadora, em várias regiões mais pobres do País – o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste –, tem ocorrido um processo de aumento da bancarização e aumento do acesso das pequenas empresas ao crédito. E o cartão BNDES tem sido uma ferramenta muito importante para atender às micro e pequenas empresas. E o PSI, de outro lado, tem sido um programa muito relevante para chegar às pequenas empresas que querem comprar equipamento isoladamente. Então, eu tenho certeza de que nós temos números satisfatórios de melhoria do desempenho para pequenas empresas.

Eu quero lembrar o seguinte: no BNDES, se nós tirarmos infraestrutura, com exceção de pequenas centrais hidrelétricas, infraestrutura, estruturalmente, é de grande empresa. É uma ilusão achar que há infraestrutura com pequena empresa. É grande empresa.

Exportação. Infelizmente, no Brasil – é um dado estrutural do Brasil; não é do BNDES –, 96% das exportações estão concentrados em grandes empresas. Então, se eu tiro dos dados do BNDES a exportação, a infraestrutura e também a indústria de base, que é grande empresa por essência, e eu faço para o resto o quanto foi de crédito à pequena *versus* grande, a participação da pequena é ainda mais expressiva, graças a essas ferramentas.

Então, se nós fizermos uma avaliação inteligente, separando o BNDES, em função do peso que a infraestrutura precisa agregar ao País e das indústrias de capital intensivo, ele nunca poderá deixar de ser um banco para grandes empresas. Seria ilógico. Mas isso não nos absolve da missão de buscar chegar à pequena empresa – e nós temos nos empenhado muito nessa direção – e buscar chegar à agricultura.

Nós temos reforçado e dedicado uma diretoria aos agronegócios. Estamos num processo agora de revisão

e de reforço. Quando eu apresentei aqui a estrutura do banco, eu sublinhei dois avanços importantes que estamos fazendo no presente: o reforço à atuação do banco na América Latina e na África, inclusive, por meio da exportação; e o reforço às operações e à estrutura de operação junto ao setor agropecuário.

Aqui, a exportação de bens e serviços. Desculpe. A exportação pós-embarque, mostrando o desempenho acumulado. O BNDES é o principal. Aqui, essa queda é do período de crise, em 2009, e o BNDES tem sido o principal suporte à exportação de bens de capital no País.

Há um destaque importante à exportação de aeronaves. Até 2008, a Embraer financiava a grande maioria das suas exportações por meio do mercado, porque o mercado estava funcionando. A crise bancária, infelizmente, encurtou, durante um período, o crédito de longo prazo de fontes privadas no mundo. Retomou um pouco, mas não voltou à elasticidade e à facilidade que existiam antes da crise de 2008.

Então, hoje, nós temos apoiado e diversificado operações de exportação de aeronaves, e esperamos, no futuro, que o banco possa, na medida em que o Brasil desenvolva uma indústria naval e de *offshore* competente, competitiva, e desenvolva outros setores de bens de capital mais competitivos, continuar suportando a exportação de bens de capital, porque o BNDES também tem o papel de agência de crédito à exportação dentro do seu processo.

Aqui, são alguns exemplos de apoio à exportação de projetos, na América Latina e na África, em que é mais incipiente e tem começado a ganhar corpo. Temos uma atuação na América Latina e no Caribe. Essa operação vem crescendo. Há uma carteira conjunta, e essa carteira conjunta de projetos de consultas soma cerca de US$23 bilhões, US$24 bilhões. É uma carteira importante de projetos.

E eu quero sublinhar que esse apoio à exportação, de nossa parte, sempre envolve a criação de empregos no Brasil. Nós estamos apoiando a geração de exportação de bens e serviços brasileiros, para a concretização de projetos no exterior. Uma vez que o *funding* do BNDES é um *funding* que vem do FAT e vem do nosso Tesouro, nós temos obrigação de gerar empregos no País.

Muitas vezes isso é criticado, como se o BNDES estivesse apoiando iniciativas no exterior, sem nenhum ganho para o País. Não é verdade. Essas iniciativas produzem um grande ganho e mobilizam, inclusive, um grande número de pequenas empresas que fornecem para as grandes cadeias fornecedoras. A exportadora, em geral, é grande empresa, mas ela tem aqui...

E é importante a demanda que tem crescido, a partir da África. A África é um continente de grandes oportunidades, e o Governo brasileiro e o Banco têm recebido crescentemente demanda de financiamento de projetos. E, em função da competitividade das nossas empresas, nós temos vencido concorrências e temos ganhado oportunidades de exportação, o que nos incumbe, portanto, de priorizar e tornar a nossa estrutura mais forte para dar apoio a essa política de interesse nacional.

Quero falar agora sobre o volume de operações no ano passado. No ano passado, nós realizamos R$156 bilhões de operações. Essas operações foram assim distribuídas: 63% para grandes empresas; 32% para micro, pequenas e médias empresas; 5% para médias grandes. Sendo que, em número de operações, quase 1.990.000 operações, arredondando, 96% do número das operações, foram para micro, pequenas e médias empresas, um volume pequeno.

Isso reflete aquilo que eu explicava. Os grandes projetos de indústria de base e infraestrutura, naturalmente, são grandes, são muito grandes. Então, isso é natural em economia. O que eu quero dizer é que esse percentual, historicamente, é um percentual muito alto. Esse percentual sempre esteve em torno de 15% a 18%. Nós conseguimos dobrar e manter esse percentual, e estamos trabalhando para sustentar esse percentual nos próximos anos. Considero um grande feito ter conseguido ampliar esse potencial.

Quero mostrar aqui o desempenho nos últimos 12 meses, concluídos em março. Na verdade, temos o fechamento de abril. O fechamento de abril mostra também um impulso grande. Concluindo em março, nós estamos num processo de aceleração do investimento e do financiamento ao investimento. Os desembolsos do BNDES cresceram, nos 12 meses, até março de 2013, comparando com os 12 meses anteriores, 22%. Mas o que eu quero sublinhar é que o volume de aprovação de novos projetos, enquadramentos e consultas é um volume muito forte e muito indicativo da recuperação do investimento na economia.

Tínhamos, portanto, em março, 31 de março, um estoque de consulta de R$300 bilhões, enquadramentos de R$290 bilhões, e eu quero dizer que em torno de 80% desse enquadramento viram de fato aprovação, e temos um estoque de projeto aprovado de R$270 bilhões. Quer dizer, é um estoque que nos assegura, quase que no ano de 2013, um desempenho muito forte, neste ano de 2013.

Se olharmos o primeiro trimestre em termos de desempenho regional, era aquilo que eu explicitava para a Senadora Kátia, que infelizmente não está aqui agora. Por exemplo, no primeiro trimestre, houve um

forte crescimento de desembolso para a Região Centro-Oeste, e isso claramente tem a ver com o desempenho muito favorável da agricultura no Centro-Oeste nesse período. Mas mantivemos o forte desempenho em relação às outras regiões, com crescimento expressivo, e mantivemos o peso, por exemplo, das regiões menos desenvolvidas.

Outra vez, o desempenho de micro e pequenas empresas no trimestre tem-se mantido como muito positivo. Eu não vou detalhar – estamos nos referindo ao primeiro trimestre do ano, para micro e pequenas empresas. E aqui também, em relação ao programa PSI e ao programa Progeren. Esses programas mostram uma manutenção, no primeiro trimestre do ano, do bom desempenho obtido ao longo de 2012 para o capital de giro a pequenas empresas e para o financiamento de máquinas e equipamentos a pequenas empresas.

A abertura desses desembolsos mostra um desembolso expressivo, no trimestre, para a indústria, uma recuperação do desembolso para a indústria, um desembolso forte para a infraestrutura, distribuído nas diversas modalidades de infraestrutura, um desembolso forte para a indústria, um desembolso muito forte para a agropecuária – outra vez aqui nós vamos depois providenciar para a Senadora a abertura desses dados por tamanho de empresa, mas mostra que o crescimento foi expressivo;– e também desembolsos importantes para os Estados da Federação, dentro dos programas de apoio aos Estados e do programa Proinvest.

Se nós olharmos para o setor demandante, olhando a venda de máquinas, na Finame, PSI por setor demandante, nós vamos ver um indicativo de reativação do investimento a partir de várias áreas. Primeiro, da infraestrutura de transporte comprando caminhões e máquinas, da própria indústria de transformação, que eu vou mostrar na próxima página, comércio e serviços, e agropecuária.

Na agropecuária, há aqui uma ampliação forte da venda de tratores e máquinas agrícolas, uma venda importante de caminhões e bens de capital para setores de comércio e serviços e setores de infraestrutura de transportes.

Olhando a indústria de transformação, nós vemos que a venda de bens de capital para fins industriais mostrou, no primeiro trimestre, um número bastante expressivo e distribuído entre várias indústrias. Há bens de capital de uso misto, caminhões e ônibus, mas há um volume expressivo de bens de capital que nos motiva a vislumbrar uma recuperação do investimento, que eu vou mostrar mais adiante com outros gráficos.

Uma palavra muito rápida aqui sobre a comparação do BNDES com outras instituições no mundo. Esses dados são de 2011. Eu vou encurtar aqui. Esse é um dado importante e mostra o seguinte: em total de ativos, o maior banco de desenvolvimento do mundo é o China Development Bank. O segundo maior banco de investimento do mundo é KFW alemão.

Aliás, a Alemanha tem um conjunto de bancos de desenvolvimento invejável, porque tem o banco de desenvolvimento federal e tem os bancos de desenvolvimento estaduais. É um sistema de bancos de desenvolvimento espetacular na Alemanha. KFW...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nós já tivemos, no passado.

Bom, nós vemos aqui, pelo total de ativos que o KFW tem e pela carteira de crédito, que é superior. Aqui está em dólares. A de 2011 é superior, embora o BNDES, nos últimos anos, tenha uma taxa de crescimento mais alta, e o nosso desembolso anual seja maior que o do KFW e parelho com o banco chinês, em termos de desembolso, mas em termos de tamanho, estoque, nós estamos crescendo, somos uma instituição relevante, mas é preciso ter noção.

Nós somos, porém, uma instituição muito eficiente. Ela não é a maior, mas ela é a mais lucrativa, há um retorno sobre ativos, e a que tem uma inadimplência muito baixa – fechamos o ano passado com uma inadimplência de 0,14%. E temos uma eficiência por número de funcionários. Claro que o número de funcionários é proporcional ao tamanho do banco, mas nós somos uma instituição enxuta. Em termos de número de funcionários, é uma instituição eficiente.

O KDB é o Korea Development Bank. É uma instituição importante. Aqui, estamos pelos quatro mais importantes.

Um outro ponto de comparação: a carteira de crédito total sobre PIB dos bancos. E nós vemos aqui que a carteira do BNDES é parelha ou um pouco abaixo da carteira que é a barra azul, a carteira sobre PIB. Quando comparamos a carteira do BNDES sobre a carteira de crédito total do País, nós vemos que o BNDES tem um peso relativo mais alto do que os outros. Mas eu costumo dizer: não é que o BNDES seja grande, mas o crédito de longo prazo de fontes privadas no Brasil é pequeno, quando comparado com outras economias.

Por exemplo, o sistema de crédito na China, por vários outros bancos, é muito... A China tem 200% de crédito sobre PIB. O Brasil tem 50%. A Alemanha tem 150% de crédito sobre PIB – a gente tem 50%. Então, esses países têm um volume de crédito muito mais alto.

Então, o BNDES aparece como sendo o maior, mas, em termos relativos, ele é um banco grande, relevante – nós devemos tomar em conta as suas devidas proporções. Ele é uma ferramenta importante. E a nossa agenda aqui é de fazer crescer o crédito privado.

Essa que é a nossa agenda positiva, sobre a qual eu quero falar um pouco mais.

Eu vou falar rapidamente sobre a BNDESPar. A BNDESPar é uma empresa promotora do desenvolvimento do mercado de capitais, das boas práticas de governança. Ela foi pioneira na criação de fundos de *venture capital* e *private equity* no Brasil. Ela é pioneira em produtos novos, índices de carbono eficiente, no mercado de capitais, a criação de produtos que ampliaram o mercado de capitais. Ela é uma fortalecedora da boa governança com estímulo ao novo mercado, e o estímulo das pequenas empresas ao mercado de capitais. E, mais recentemente, a nossa grande prioridade é apoiar o mercado de títulos privados de longo prazo, em parceria com o BNDES, para desenvolver o financiamento privado.

Eu já mencionei que a BNDESPar tem várias modalidades de atuação, por participação acionária, ações, debêntures. É uma empresa extremamente flexível e tem como critério funcionar como uma empresa de mercado. A BNDESPar é uma empresa que tem todo o conjunto de instrumentos de fomento à inovação, desde os fundos de capital semente, e aqui é um fundo super bem-sucedido. Nós estamos caminhando para o segundo e terceiro fundos de capital semente. Temos, portanto, todo um elenco de fundos. Temos uma carteira de ativos que representam uma participação importante nos ativos totais do banco. É uma empresa que tem sido, e esse é um ponto muito importante, não bem compreendida.

A BNDESPar gera os seus próprios resultados. Ela não usa nenhum centavo de dinheiro do Tesouro Nacional ou do FAT. A BNDESPar gerou R$25 bilhões de caixa nos últimos anos e ela realiza investimentos – obviamente, quando a Bolsa está mal, a gente não vende, não realiza, quando a Bolsa melhora, a gente vende e realiza. Ela é uma empresa lucrativa e geradora de caixa e que trabalha em termos de mercado, com critérios de mercado. Ela é uma empresa de mercado de capitais, moderna, que tem outra lógica. Muitas vezes, a gente vê editoriais equivocados falando que se está beneficiando terceiros com o dinheiro público. Não; esses são retornos obtidos pela atuação desse braço de investimento que é a BNDESPar.

Hoje a carteira total está valorizada – no fim do ano passado. Aqui, obviamente, há impactos de perda, porque há uma participação importante da Petrobras, da Vale, da Eletrobras, na carteira da BNDESPar. Também como agente público ela portadora da posição do Estado brasileiro nessas empresas, e a redução relativa de valor afetou a valoração de mercado, mas ela tem uma carteira expressiva e tem o apoio direto a 200 empresas. Obviamente esse apoio gira: à medida que as empresas amadurecem, a BNDESPar vende para investir em outras empresas e ela tem patrocinado fundos de investimentos com o mercado de capitais. Então, é uma empresa que tem um papel muito dinâmico no mercado de capitais.

De maneira muito rápida, há participação na geração de empregos. O BNDES tem tido um papel relevante na geração de empregos. O BNDES tem tido um papel relevante no apoio à formação de capital, e nós estamos em um momento em que a formação de capital vai começar a inverter, e é sempre assim. Nós, em geral, antecipamos: quando a gente cresce... Aqui, por exemplo, em 2009, a formação de capital estava caindo, o BNDES acelerou e, logo em seguida, a formação do capital retornou. Nós esperamos que, nesse primeiro trimestre, os próximos dados já mostrem uma forte recuperação da formação de capital antecedida pelo papel do BNDES.

Aqui, outra vez, o investimento agregado brasileiro em máquinas e equipamentos. Em grande medida, o BNDES tem um papel relevantíssimo no suporte ao investimento no Brasil. Aqui, aquele fato que já mencionei, o forte crescimento dos enquadramentos no segundo semestre de 2012, que antecede... Aí é um indicativo importante da formação do capital. Daí a nossa expectativa que, nesse primeiro trimestre, os números venham amostrar uma forte recuperação da formação de capital no Brasil.

Vou concluir, Senador. Aqui há dados de mostras de aumento da demanda de infraestrutura. Tenho uma série de dados conjunturais interessantes. Aqui, temos aumento do investimento. Aqui, estão as linhas de crédito. Aqui, o aumento do investimento público nos últimos dois anos. Nós esperamos, em 2013, que o aumento do investimento nas principais fontes públicas aumente ainda mais. Aqui, estão as condições de crédito para o programa de logística, que já foram anunciadas e eu posso detalhar se houver curiosidade. Também o nosso papel no apoio às empresas de logísticas, e a recuperação da produção industrial no trimestre.

O IBGE anunciou ontem e eu queria sublinhar aqui. Este número aqui é a indústria agregada, que inclui a indústria de transformação e inclui a indústria extrativa mineral. A indústria extrativa mineral caiu 5%, a indústria de transformação subiu 1,5%. Aqui está indústria agregada. A indústria extrativa mineral caiu por paradas programadas da Petrobras e por um arrefecimento de produção mineral da Vale. Então, na verdade, são fatores conjunturais. O relevante é a recuperação da indústria de transformação no trimestre.

Aqui, uma importante recuperação nesse trimestre da produção dos índices de produção de bens de ca-

pital. Ainda uma recuperação insuficiente da produção de bens duráveis, que nós esperamos recuperar. Mas temos elementos para indicação de recuperação da produção industrial e alguns indicadores interessantes. Por exemplo, a recuperação da produção de ônibus e caminhões, nós já estamos nos aproximando do pico que tivemos em 2010.

Temos os índices aqui de recuperação muito fortes, não só de bens de capital para transporte, mas também de bens de capital em geral. O consumo aparente de bens de capital, neste trimestre, mostra uma força muito expressiva indicadora de que a nossa expectativa de evolução da formação do capital fixo no primeiro trimestre é muito forte. Anualizado, isso vai dar uma taxa de 20%; um crescimento muito forte.

A nossa expectativa, para o ano, de crescimento da produção de bens de capital distribuída entre equipamentos de transporte e máquinas é de 11%, um crescimento mais modesto da construção e dos investimentos agropecuários com um crescimento da formação de capital de até 8% neste semestre. Com isso, nós esperamos que, em 2012, o Brasil recupere o peso do investimento sobre o PIB.

Nós vimos em uma trajetória ascendente, essa trajetória foi cortada pela crise **L**ehman Brothers, foi feita uma recuperação, houve uma redução modesta, moderada, então, nós estamos em caminho de recuperar a formação de capital sobre o PIB este ano. Essa nossa expectativa se baseia na nossa carteira de consultas, que é muito forte. Nós temos uma expectativa de R$4 trilhões de investimento – aqui, não é só BNDES, inclusive a construção residencial –, mas há uma expectativa muito forte de investimento no quadriênio 2013/2016, totalizando quase R$4 trilhões.

Finalmente, para concluir, esperamos ajudar o desenvolvimento do financiamento privado de longo prazo. Aqui, está a posição do Brasil em debêntures. Nós estamos muito aquém do potencial, tanto em relação ao total do crédito sobre o PIB como em relação ao total de debêntures sobre o PIB. Nós temos um mercado de capitais, um mercado acionário vibrante, mas precisamos desenvolver o mercado debêntures de longo prazo. Essa é uma agenda-chave para o desenvolvimento de infraestrutura.

Esperamos, Senadores, que a participação do mercado privado através de debêntures contribua de forma expressiva ao longo desse ciclo de investimento para compartilhar com o BNDES a carga crescente de financiamento de longo prazo de que o Brasil vai precisar. Nós precisamos financiar uma escala de investimentos. Nós vamos precisar agregar ao PIB mais quatro pontos de investimento ao ano. Isso significa mais R$170 bilhões/ano a mais de investimento, e a capacidade para financiar esse grande acréscimo de investimento requer o desenvolvimento no País de mecanismos de compartilhamento com o Banco de Desenvolvimento, que não pode continuar sendo a principal e única fonte de financiamento de longo prazo. Então, nós entendemos essa agenda, somos copartícipes e ativos promotores e parceiros dessa agenda com o setor privado.

Por aqui, concluo a minha exposição, pedindo desculpas por ter me alongado além do previsto.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho, e passo a palavra, primeiro, aos autores de requerimento.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, mas eu pretendo dividir em dois blocos de Senadores. Temos nove Senadores inscritos. Então eu faria um primeiro bloco com a Senadora Ana Amélia. Depois, também, outro autor de requerimento, Senador Armando Monteiro; depois, outro autor de requerimento, Senador José Pimentel; depois, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Dornelles. Deixaríamos, então, o segundo bloco com o Senador Delcídio do Amaral, Senadora Kátia Abreu, Senador Cristovam Buarque e Senador Casildo Maldaner.

Passo a palavra para a primeira oradora inscrita, autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, eu quero cumprimentá-lo pelas iniciativas nesta Comissão que V. Exª está presidindo sucedendo um também talentoso colega Delcídio do Amaral. Eu queria cumprimentar o Senador – pode ser futuro Senador – Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, pela exposição feita.

Senador, eu tenho sempre uma visão muito regional. Acho que os gaúchos talvez tenham uma perspectiva muito bairrista. Lendo aqui o portal do BNDES, não encontrei praticamente nada do Rio Grande do Sul; em compensação encontrei quatro pedidos de empréstimos, Senador Casildo Maldaner, para Santa Catarina. Santa Catarina tem para Laguna, para um centro histórico, R$4,7 milhões; um projeto de apoio tecnológico na agricultura de R$3,1 milhões, de uma empresa privada de tecnologia. Há, também, uma parceria de acordo de cooperação na área da mobilidade urbana e R$3 milhões de financiamento do Governo de Santa Catarina com o BNDES.

Então, a questão que eu lhe coloco é a seguinte: o que está acontecendo em relação ao Rio Grande do Sul? Esses empréstimos são falta de iniciativa do Governo do Estado ou mesmo do setor privado, que não

está figurando aqui? Então, em relação ao Rio Grande do Sul, se V. Exª tem outras informações a me oferecer.

Ainda falando sobre o meu Estado, na última sexta-feira, no dia 3, mais de 373 empresas e instituições científicas e tecnológicas de 16 Estados, de 5 regiões do nosso País, inclusive o Rio Grande do Sul, se cadastraram no Inova Energia – V. Sª falou sobre isso. Trata-se de um projeto muito importante em parceria com a Finep e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estimular a inovação no setor elétrico. A demanda para o setor é de mais de R$12,3 bilhões, quatro vezes mais que o orçamento previsto para o programa. Qual será o critério para filtrar esses projetos até o próximo dia 23 de maio, e os que as empresas e centros de pesquisa do meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde temos polos tecnológicos importantes de inovação como a Unisinos e a Tecnopuc podem fazer para garantir acesso a esses recursos nessa segunda etapa?

Eu queria, também, saber de V. Exª: o ex-Ministro, meu amigo, Delfim Netto disse, hoje, em uma entrevista ao jornal *Valor Econômico*, que o Brasil tem condições de crescer entre 3% e 3,5% ao ano, mas essa expansão não está contratada pelo Governo nem pelo setor privado. Eu lhe pergunto: quais os planos do BNDES para estimular essas contratações e garantir crescimento econômico robusto, ainda já neste ano e em 2014?

O BNDES aprovou, ontem, R$300 milhões para a primeira usina de etanol de segunda geração no Brasil. Qual é a estratégia do banco, em 2013/2014, para o setor de etanol, considerando o atual cenário econômico? Nós estamos vendo, também, Presidente, uma situação de inflação de certo modo preocupante em relação ao impacto da inflação sobre os investimentos. Eu queria saber se há a estimativa de uma redução diante desse quadro da preocupação se a inflação poderia ser inibidora nesse processo.

No dia 15 de abril, o senhor anunciou que o BNDES apresentou um volume de R$37,2 bilhões de desembolso, no primeiro trimestre de 2013, com alta de 52%, na comparação com o mesmo período de 2012. Quais as razões que o senhor aponta para esse desempenho? Essa tendência vai ser mantida ao longo deste ano?

Finalmente, eu queria dizer que gostei e apreciei de ver aqui no portal do BNDES uma operação, uma parceria do BNDES com o sistema de crédito cooperativo. As cooperativas de crédito são muito importantes no sul do País e, particularmente, no Rio Grande do Sul. O sistema Sicredi, Crehnor e outras cooperativas que operam. Então eu queria saber como isso vai se expandir.

Finalmente, entre as fontes de recursos do BNDES mostradas por V. Sª, eu queria saber qual é o peso que foi obtido mediante a emissão de títulos da dívida mobiliária do Tesouro Nacional e dos recursos captados no exterior; se existem fontes não convencionais e se V. Exª pode detalhá-las.

São as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo para o Senador Armando Monteiro, que também é autor de um requerimento na Comissão de Infraestrutura. Esta é uma audiência conjunta das duas comissões.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria saudar o Presidente Luciano Coutinho e dizer que é uma satisfação poder contar hoje com a sua presença aqui. Tenho, rapidamente, um conjunto de observações e, a partir delas, eu gostaria de ouvir do Presidente uma posição.

Nós sabemos, hoje, que o Brasil tem uma situação de preocupação em relação ao investimento. Quer dizer, foi demonstrado aqui na exposição do Presidente Luciano que a taxa de formação bruta de capital se situa entre 18%, 19%, o que não dá uma impulsão, uma força propulsora para que o Brasil cresça de forma sustentável a taxas mais elevadas.

Evidentemente, o desafio para elevar o investimento é elevar a poupança do País. Estruturalmente, essa questão da poupança esbarra em uma série de problemas, dentre eles a constatação de que hoje, com essa elevada carga tributária de um lado e com uma baixíssima capacidade de investimento do setor público que, de algum modo, utiliza os recursos que são transferidos do conjunto da sociedade, via tributos, para, de algum modo, sustentar os gastos de custeio, que são sempre crescentes e, neste Governo, especialmente nesse último período, a política fiscal vem sendo identificada como uma política expansionista em relação inclusive aos gastos de custeio, como o Presidente Luciano, que, além de tudo, é um economista que conhece e estuda os problemas do País, como o Brasil poderá, efetivamente, aspirar um crescimento, vamos dizer, que se alinha um pouco ao ritmo dos países emergentes que estão aí cada vez mais ganhando importância na economia internacional, se estruturalmente nós temos essa dificuldade? Por outro lado, imaginar que a poupança externa pudesse ser uma fonte complementar significativa da poupança é algo que, de algum modo, também não está assim no horizonte.

Mesmo quando o Brasil tem anos muito positivos em relação ao ingresso de investimento estrangeiro direto, isso representa algo pouco relevante se considerarmos, por exemplo, que o Brasil precisa investir

mais de 20% do PIB. Só isso representa quase algo equivalente a US$450 bilhões por ano. Quando o IED é muito bom, isso representa 60%, 50%. Portanto, a poupança externa não tem ou não teria a força para complementar essa poupança. Então, eu sei que o desafio é encontrar novos mecanismos de financiamento ao investimento de prazo longo, como aqui já foi referido.

Essa questão da infraestrutura, que é tão desafiadora em relação à necessidade de modelarmos, por exemplo, a questão do *project finance*, que é e tem sido, no mundo inteiro, o modelo para financiar a infraestrutura. Então, a primeira questão é esta: como o Brasil poderia, com esses constrangimentos estruturais, elevar a taxa de investimento de forma mais significativa em um horizonte de um decênio, por exemplo?

A segunda questão diz respeito à indústria, a questão da indústria. Houve um interessante debate agora por ocasião do aniversário do *Valor* e o economista Bacha disse que a indústria precisa de um plano real, na medida em que ele identifica que a indústria de transformação no Brasil vem – e os dados são preocupantes – perdendo fôlego.

Veja, por exemplo, o déficit da balança de manufaturados. Se tomarmos, por exemplo, o período de 2006 até 2013, é impressionante como o déficit de manufaturados se elevou no Brasil, de algo como US$6 bilhões para US$94 bilhões num período curto. Então, a economia brasileira ainda é uma economia fechada, mas há um fortíssimo crescimento do coeficiente de importação nessa área das manufaturas.

O Presidente Luciano Coutinho sempre foi um estudioso da economia industrial. Indago – e há uma questão do esforço que precisamos promover na inovação, e o BNDES tem tido um papel muito importante nisso – como impulsionar a agenda da inovação, considerando que quem tem que ter protagonismo nessa agenda é a empresa brasileira, mas evidentemente esse processo não prescinde de instrumentos e de políticas de fomento e, então, o BNDES terá sempre um papel central.

Finalmente, a última questão diz respeito a essa crítica recorrente de que – e agora vendo aqui essa composição do *funding* do Banco Central, do BNDES – os recursos do Tesouro já representam quase 50% do *funding*. E há um dado interessante aqui: esses créditos que são concedidos às instituições oficiais representavam menos de 1% do PIB em 2008 e agora representam 9,2% – quase 10% – do PIB.

Nesse aspecto, alguns analistas exprimem uma preocupação: a solidez fiscal em face dessa dependência fica, em grande medida, atrelada também ao desempenho desses ativos e do retorno desses empréstimos em certa medida, porque, se os empréstimos não retornam, o banco não pode pagar ao Tesouro, pois isso está numa conta de empréstimos extraordinários. Portanto, isso pode afetar a própria solidez fiscal. Então, a responsabilidade do banco e das instituições oficiais é muito grande, levando em conta essa dimensão.

Seriam essas as questões. Ao final, Presidente, gostaria de adicionar algo que tem sido recorrente neste debate que é essa questão da eleição dos campeões, ou seja, a ideia de que alguns grupos nacionais foram identificados como *players*, e o BNDES teria – vamos dizer – de forma um pouco desproporcional apoiado essas empresas, sem que muitas dessas operações tivessem resultado e aumento de capital fixo, ou seja, de aumento da capacidade instalada do País. Algumas operações se destinaram mais à consolidação e reestruturação empresarial, não representando necessariamente um aumento do capital fixo e da capacidade instalada do País.

Eram essas as questões. Agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Antes de conceder a palavra à próxima inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin, anuncio que está presente o Deputado Federal Carlos Roberto, do PSDB de São Paulo.

Senadora Vanessa Grazziotin

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero, Presidente Lindbergh, cumprimentar o nosso querido Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

Primeiro, destaco a evolução do banco. É preciso que esses dados estejam mais claros porque ultimamente o que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, Senadora, pode falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, eu abro mão. Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, depois da fala da Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas é que primeiro são os autores do requerimento. Para mim, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, eu peço desculpas, mas, quando inseriram aqui, inseriram só os três. De fato, V. Exª é autor do requerimento. Depois da Senadora Vanessa, eu passo a palavra ao Senador Cristovam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para mim, não há problema, Senador Cristovam. O senhor pode falar. Então, está bom. Vamos lá. Vou ser breve até em homenagem a V. Exª, Senador Cristovam.

Enfim, a gente tem ouvido muitas críticas, Presidente Luciano, ao BNDES, principalmente em relação à concentração da aplicação dos recursos, porque, na realidade é isto: o BNDES trabalha não só com recursos públicos, mas do trabalhador, da trabalhadora brasileira. Então, eu considero lógico que o banco procure o caminho de levar o financiamento para os pequenos, o que, de fato, vem fazendo. Eu penso que esse dado é relevante. Uma das maiores conquistas foi esse cartão do BNDES. É um cartão que não tem burocracia nenhuma. E aqueles que têm direito ao cartão são os pequenos e os microempresários. Vejo nisso uma conquista. Chegar aos níveis de 32% de desembolso para pequenas e microempresas não é pouca coisa. Eu penso que é uma conquista muito importante para a Nação brasileira e para os trabalhadores, aqueles que buscam, por via própria, encontrar o seu sustento. É um avanço sem dúvida nenhuma.

Outra crítica que a gente ouve – o senhor abordou muito bem – em relação aos financiamentos no exterior, inclusive requerimentos para saber quanto o Brasil gastou em Angola, investiu em Angola, na Venezuela. Eu tive a oportunidade, Presidente Luciano, de, semana passada, em Cuba, visitar a obra do Porto de Mariel, que também foi visitada por outros Senadores, inclusive o Senador Inácio Arruda, que aqui está. Trata-se de uma obra patrocinada não na totalidade, mas em grande parte, como o senhor mostrou ali na lâmina, pelo Governo brasileiro. E a gente sentiu, primeiro, como são importantes essas relações do Brasil com outras nações. Em segundo lugar, como isso gera benefícios para o país onde o recurso está sendo aplicado e para o próprio Brasil.

Segundo informações da Odebrecht, que é a empresa que constrói, a cadeia de geração de emprego no Brasil, Senadores, chega a mais de 130 mil. Todos os equipamentos utilizados na obra saem do Brasil. Isso é obrigação, de acordo com o contrato assinado. E eu penso que o resultado disso, Presidente Luciano, nós estamos colhendo. O que o Brasil conquistou, no dia de ontem, não foi pouca coisa: a Presidência da Organização Mundial do Comércio. E com que voto nós conseguimos e nós conquistamos essa presidência? Fruto da nossa política externa, da qual o BNDES faz parte. Portanto, quero cumprimentá-lo, assim como ao Governo, por essa iniciativa que eu considero muito importante.

Agora, Presidente Luciano, eu senti falta, na sua exposição, de o senhor falar, nem que fosse rapidamente, sobre o Fundo Amazônia, que é um fundo que o BNDES gera, é um fundo que tem recursos importantes canalizados para uma região de igual forma importante, que é a Região Amazônica, a qual necessita, como o Brasil todo, mas de forma especial, de encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável, porque nós estamos tentando romper com a lógica: ou desenvolve ou não toca. Nós queremos desenvolver com preservação. E o Fundo Amazônia pode dar uma grande contribuição. Então, queria que o senhor falasse um pouco e fizesse uma avaliação do desempenho do Fundo Amazônia.

Cumprimento-o também pelo fato, porque o fundo legalmente permite, do investimento não só no Brasil, mas nos países que compõem o bioma Amazônia. O primeiro projeto eu acho que foi aprovado recentemente. Eu tive a oportunidade de estar com o senhor. Gostaria que o senhor falasse isso. Isso é muito importante. São notícias boas para o Brasil.

Por último, queria que o senhor falasse mais, além do cartão, essa medida que, sem dúvida nenhuma, democratiza a liberação dos recursos em todo o território nacional, quais as outras medidas, Presidente Luciano, que o BNDES vem adotando no sentido de ampliar o desembolso de financiamentos para as regiões menos desenvolvidas do Brasil, para o Norte, para o Nordeste e para o Centro-Oeste, porque, enquanto o Nordeste – o senhor não mostra essa lâmina, mas a gente tem este quadro aqui – pegou 13% dos recursos, a Região Sudeste ficou com quase 50%.

Então, que medidas estão sendo adotadas? Eu sei que estão sendo adotadas. Esses índices se estão assim hoje, há 15 anos, eles eram bem piores. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Eles eram bem piores. Então, que medidas, que iniciativas estão sendo adotadas para melhorar o nível de regionalização desses desembolsos?

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigada, Senadora Vanessa.

Eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, nós não podemos trazer aqui uma figura com o passado de acadêmico, de político e com o papel tão importante de presidente de um dos bancos do mundo sem fazermos perguntas na maior quantidade possível. Queremos aproveitar a presença dessa figura que nós admiramos tanto pelo seu passado e pelo seu presente no banco.

Algumas perguntas que eu preparei eu já tinha – por isso que assinei a convocação – e outras podem vir da apresentação. Eu queria depois ler algumas matérias para ver como é que o presidente responde alguns comentários da mídia, até porque é uma opor-

tunidade de responder pela televisão às críticas que são feitas. Então, eu vou ler as perguntas.

Primeira. Nós não podemos ficar limitados apenas ao lado quantitativo do PIB, mas também ao lado qualitativo do PIB. Qual é o impacto dos empréstimos do BNDES sobre a qualidade futura do PIB se aproximando de um PIB com produtos de alta tecnologia, baseado na economia do conhecimento? Esta pergunta pode ser feita de maneira bem direta: quantas patentes já nasceram dos empréstimos do banco?

Segunda. O banco, como qualquer outro, é uma atividade de risco. Com qual grande risco ou quais os riscos – não precisam ser grandes, porque presidente de banco não pode falar em grandes riscos de jeito nenhum – atualmente nos cenários de futuros o BNDES trabalha? Tanto o risco do ponto de vista de secarem as fontes nacionais, porque privadas, e internacionais, com a continuidade da crise, como também de risco para os beneficiados dos empréstimos.

Aqui aproveito a colocar uma que tem a ver com a apresentação e que foi o Senador Armando Monteiro que me chamou a atenção. A inadimplência com o BNDES é muito pequena. Mas a pergunta é se a inadimplência dos beneficiados com os bancos intermediários também é pequena. Agradeço ao Senador Armando e não sei por que ele não fez a pergunta.

A outra que eu teria o Senador Armando Monteiro perfeitamente, de uma maneira muito melhor, indagou, que é o problema que pode cair nas finanças públicas diante do comprometimento com o BNDES.

Outra é uma boa oportunidade, eu acho, para o presidente falar: quais são os resultados que se espera do BNDES Limited, que está em implantação? Eu sei que não há resultado, mas o que espera com essa estruturação, com a qual eu tenho a maior simpatia – devo dizer?

Outra pergunta dentro da apresentação diz respeito a isto que nós temos que nos orgulhar e parabenizar, Luciano, que é o aumento dos ativos, que multiplicou por cinco vezes, entre 2003 e 2012. Mas, quando a gente vê a apresentação do lucro, só aumentou 2,5%. Será que é porque estão amadurecendo ainda? Eu vou até citar os números: em 2003, a ativa era R$152 bilhões; em 2012, R$715. A evolução do lucro foi, em 2005, R$3,2; em 2012, R$8,2. Dava para a gente imaginar que haveria *pari passu* o aumento, a não ser que seja uma questão do período de maturação.

Mais algumas. Eu faço tantas perguntas em homenagem ao tamanho da figura que nós temos aqui e não só por ser pernambucano.

O Presidente Luciano mostrou um mapa que me impressionou muito, um expressivo mapa de apoio às exportações, relacionado com aeronaves e com infraestrutura. Especialmente o de aeronaves me impressionou bastante. A minha pergunta talvez seja mais ao economista Luciano: quando a gente pode ter um mapa desse com áreas do conhecimento, como já são as aeronaves, mas na área de telecomunicações, na área de informática, na área de que hoje somos usuários?

Ontem, eu falava aqui, em audiência com o Presidente da Anatel, Senador Lindbergh, que o Brasil tem em torno de 200 bilhões de telefones como este e não há um único criado no Brasil. A gente não percebe isso. Eu botei no Twitter: “E a gente não liga para isso”, e entenderam “não liga” do ponto de vista da comunicação, mas é não liga do ponto de vista da preocupação.

Estou terminando.

Há outra pergunta ao economista e companheiro de luta que, acho, pode nos ajudar: qual é a falta que o senhor, como Presidente do BNDES e como economista, pode dizer que sente da falta de uma boa educação de base no Brasil?

Eu faço a pergunta tendo em vista que esta é também uma audiência da infraestrutura. Eu tenho insistido – insistido não; falei para o Presidente Collor, e ele aceitou – em termos uma reunião – e tenho certeza de que o Senador Armando vai apoiar – para discutir educação na Comissão de Infraestrutura, porque, enquanto discutimos educação na Comissão de Educação, ninguém dá bola, mas, quando a gente começar a discutir na Comissão de Infraestrutura, vai dar. Então, é uma pergunta ao Luciano: qual é a falta que a educação de base faz hoje na dinâmica da economia brasileira?

Outra pergunta tem a ver com o que ouço e leio: qual é a real exposição do BNDES ao grupo X? Existe ou não existe uma exposição perigosa? É hora até de o Presidente falar.

Mais uma. Esta o Senador Armando já fez melhor do que eu. É quando o senhor coloca – e nós sempre discutimos aqui – a necessidade de aumentar o investimento, em que estamos esbarrando. O Senador Armando já fez apresentação.

Finalmente: nas operações que dizem respeito à energia alternativa e inovação, eu queria saber qual é o procedimento dessas operações. Como uma operação, no documento de contrato, encaminha para as fontes alternativas de energia? É procurando financiar novas empresas de fontes alternativas, empresas de criação e produção do equipamento? Como a gente sabe que o destinatário vai usar esse dinheiro casado com inovação e com energias alternativas? Quero dizer que gostei muito de ver e vi que está aumentando a participação dos bancos de maneira que, para mim, foi até surpreendente.

Finalmente, alguns comentários sobre algumas notas que vejo na mídia. Uma que diz que banco es-

tatal nunca emprestou tanto, mas boa parte de seu crédito barato, em vez de estimular inovação, serve para grandes grupos fazerem mais do mesmo. Isso está na revista *Exame*.

Outra é: o BNDES já emprestou a uma companhia que é campeã de perder dinheiro, que é a LBR – também está na *Exame*.

Eu vou pular muitas coisas de que eu gostaria de ouvir para não tomar mais tempo.

Outra diz respeito à expansão do frigorífico JBS no exterior; o BNDES comprou R$3,5 bilhões de debêntures da companhia. A *Exame* é muito dura, quando ela diz: "O despossuído contribuinte brasileiro virou coproprietário da maior produtora de carne bovina no mundo." Quero saber se é verdade isso e se é positivo. Talvez seja positivo.

Mais uma: comparamos muito com a Coreia, e uma revista, acho que a *Exame* também, faz uma comparação lembrando que, na Coreia, eles não davam empréstimos, algumas décadas atrás, para setores que não fossem realmente de alta tecnologia, de inovação. Cita até que a Samsung, que então era do setor têxtil, não recebia financiamento. Só começou a receber quando a Samsung foi orientada para o setor de eletrônica. E isso – está na revista *Exame* – deu resultados, porque essa participação dos bancos, obviamente coreanos, foi somada a um fortíssimo investimento em educação.

Eu creio que, com isso, cada empréstimo de banco estatal a uma grande empresa é possivelmente uma captação a menos no mercado de títulos; se é verdade ou não. E tem outras coisas. Falar de mastodontes. Mas eu creio, Presidente, que eu já fiz diversas perguntas. Mais do que deveria talvez.

Quero dizer da minha satisfação de tê-lo aqui. Meus parabéns pela a apresentação que foi feita, que deixa a gente com orgulho de uma instituição como o BNDES, mas com tanto orgulho que a gente fica preocupado. A gente fica preocupado e desejando melhora. Mais ou menos como a gente trata os filhos da gente: com orgulho, mas com preocupação. O BNDES é um produto filho do Brasil. Do Brasil que cresce, do Brasil que mostra sua cara. Por isso é que temos que fazer tantas perguntas para tentar ou responder aos críticos ou ter uma resposta a nós próprios. E muito obrigado por ter aceitado o convite.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Eu passo a palavra imediatamente para o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Luciano Coutinho, eu, inicialmente, queria cumprimentá-lo pela política que vem adotando na exportação de mercadorias e serviços através de créditos feitos a governos e empresas do exterior.

A segunda questão que eu quero levantar é o relacionamento do BNDES/FAT/DRU. Os recursos do PIS/Pasep hoje se destinam ao FAT. E 40% ao BNDES. Então, 40% da arrecadação do PIS-Pasep seria do BNDES. A DRU está tirando 20% do PIS/Pasep. O que significa que, dos recursos do PIS/Pasep, em decorrência da DRU, 8% deixam de ir para o BNDES. Ora, no momento em que a União retira 8% da arrecadação do PIS/Pasep do BNDES, ela entra no mercado tomando dinheiro e empresta dinheiro ao BNDES. Então, um dinheiro que pertencia ao BNDES a custo praticamente zero – porque há uma remuneração pequena do FAT –, a União está tirando esse recurso do BNDES e, por sua vez, entrando no mercado emprestando dinheiro ao BNDES. Não está na hora de fazer uma modificação nesse caminho financeiro, desvinculando os recursos do PIS-Pasep da DRU?

A segunda questão que eu queria dizer a V. Exª é a seguinte – eu vou fazer essa pergunta a um dos mais competentes economistas do País, embora não seja diretamente ligada ao BNDES, mas aproveitando a sua presença aqui para nos dar uma aula sobre o assunto. Os números apresentados pelo Banco Central mostram um déficit na balança comercial do primeiro período de US$5 bilhões, quando o ano passado nós tivemos, durante o ano, um superávit de US$20. Considerando o déficit da conta de rendas e serviço, nós tivemos no trimestre um déficit de US$25 bilhões. No mesmo período do ano passado, o déficit foi a metade, e todo ele coberto pelos investimentos diretos. Esse ano, com US$25 bilhões de déficit e somente US$13 de investimentos diretos, ficou um buraco grande, coberto pelas contas financeiras. Como o Prof. Luciano Coutinho vê o quadro externo no ano de 2013? Como ele está vendo o desenrolar, principalmente num momento em que a queda de taxa de juros também pode encolher o investimento financeiro? Nós estamos esperando um déficit na balança de pagamentos em decorrência desses fatos?

E a última pergunta. Eu não poderia deixar de passar a sua presença aqui para nos dar uma aula: como é que o senhor está vendo as pressões inflacionárias no País? O quadro é difícil? O quadro é complexo? De onde estão vindo essas pressões? Como elas podem ser administradas? Qual a perspectiva sua e do banco para a inflação no ano de 2013?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles, muito obrigado.

Eu passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. Aí vou passar direto ao Presidente. Faltam poucos.

Só estavam inscritos o Senador Casildo Maldaner e o Senador Delcídio, que não está aqui agora, neste momento. Então vou passar para o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caro Presidente Luciano e demais colegas, praticamente, o que eu tinha ideia de colocar os colegas levantaram. A própria Senadora Ana Amélia, os Senadores Cristovam, Armando Monteiro e agora o Ministro Francisco Dornelles levantaram questões que estão embutidas, de uma forma ou outra, nessas ideias que eu estava querendo analisar.

Apenas para ser pontual, Presidente Luciano, quanto à demonstração do quadro, eu fiquei olhando mais nitidamente que o BNDES, em relação a outros bancos no mundo, teve, segundo a exposição, um lucro, um resultado que, embora não seja o maior, foi o mais destacado em relação ao KfW, ao CDB etc. Inclusive, a inadimplência do BNDES tem sido de 0,14, a do KfW 0,35, a do CDB 0,40. Para o resultado do BNDES ser melhor em relação a esses outros bancos grandes do mundo, tem alguma coisa a ver em função dos custos dos recursos? Vamos supor, muitos falam que o juro no Brasil é um dos mais altos no mundo. Isso é que tem ajudado o resultado? Ou é em função da inadimplência ser menor? Ou as duas coisas que ajudam o resultado? Apenas para dar essa clareada.

E, no mais, eu acho que está embutido no questionamento que os colegas já fizeram algum ajuste que poderia, aqui, suscitar.

No mais, quero cumprimentá-lo. Inclusive, ainda há poucos dias, em Santa Catarina, foi levantado, pelo Senador Luiz Henrique, que é uma coisa rara no Brasil – uma delas é o nosso Prof. Luciano.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Eu chamo o Senador Delcídio do Amaral, que é o último inscrito. Ele está aqui na sala da Comissão. Seria o último.

Senador Delcídio do Amaral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Nós vamos, daqui a 15 dias, inaugurar, colocar aqui a foto do Senador Delcídio do Amaral. Vamos fazer uma solenidade em homenagem ao brilhante Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vou tirar uma fotografia arrumando um pouco meu visual, com uns retoques, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª é chamado Antônio Fagundes do Senado Federal. (*Risos.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O rei do gado. (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar nosso Presidente, Senador Lindbergh, nosso Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Presidente Luciano, eu, primeiro, gostaria de registrar o papel que o BNDES tem desenvolvido no desenvolvimento do Brasil. Muitas vezes mal interpretado; muitas vezes questionado. E os números que foram apresentados aqui são extremamente sadios – inclusive, comparando o BNDES com outros bancos de desenvolvimento, como KfW, o Banco de Desenvolvimento lá da Coreia do Sul também –, a relação de empregados, o papel que o BNDES representa na economia brasileira, *vis-à-vis*, também, o desempenho de outros bancos de desenvolvimento que tem um percentual, sob ponto de vista de operações, muito maior que o BNDES pratica. Pra mim, são importantes as afirmações com relação ao papel que o BNDES desempenha na infraestrutura, na logística do Brasil.

Ao contrário do que alguns pensam, a carteira do BNDES é solidamente associada a grandes projetos e, portanto, a grandes empresas. Não poderia ser diferente, apesar das iniciativas do BNDES – está aí o cartão BNDES, o BNDES olhando também para as pequenas empresas. Mas o BNDES é fortemente ancorado em grandes companhias. E não pode ser diferente. Senador Lindbergh Farias, para fazer infraestrutura logística de rodovia, de ferrovia, de porto, de aeroporto, não pode ser empresa pequena – com todo o respeito que eu tenho pelas companhias pequenas, que geram emprego e cumprem um papel importante. Mas essa logística mais pesada, como também as indústrias de base, que foram citadas aqui pelo Presidente Luciano Coutinho, realmente o papel do BNDES vai ser ressaltado especialmente no que se refere a projetos com esse tipo de perfil.

E quero também, Presidente Luciano Coutinho, concordar com V. Exª no que se refere não só a essas operações da indústria de base e infraestrutura, mas de exportações. Isso não é negócio para pequeno. Isso nos leva a desenhar ou a construir grupos que tenham organização, que tenham competitividade, especialmente para disputar os mercados lá fora.

Portanto, eu acho que as iniciativas que o BNDES tomou em setores importantes da nossa economia são absolutamente necessárias. Ocorreram distorções, ou podem ter ocorrido distorções, ao longo dessa implantação, mas o mérito é absolutamente louvável. A gente tem vários setores aí que precisavam de se reorganizar, com o potencial que o Brasil tem, para que eles realmente se projetassem. Eu vou dar um exemplo específico: o setor de carnes, muito questionado.

Podem ter ocorrido distorções, mas evidentemente o Brasil não podia brincar numa área sensível. Em outras áreas também.

Portanto, o BNDES tem feito um trabalho excepcional. E foi uma bela notícia esta questão de uma diretoria internacional olhando negócios lá fora. Eu fui agora recentemente à África e vi a empatia que muitos países africanos têm com o Brasil – ao Sudão especificamente. E o papel que o Brasil pode desempenhar, porque os chineses estão tomando conta da África. Eu acho que o BNDES, a Embrapa…

E outro sofisma é dizer que o BNDES está gerando emprego lá fora. Muito pelo contrário. As empresas que estão fazendo essas obras são empresas brasileiras. Eu fui agora recentemente à Colômbia, aí foram citadas, inclusive, obras de gasodutos lá no Peru, Camisea, obras na América Central, em vários países. Isso é absolutamente procedente, porque, atrelado a isso, vem as empresas de construção, vem as empresas de engenharia – melhor dizendo –, vem as empresas de equipamentos. Portanto, é uma falácia dizer que isso é para gerar emprego lá fora, porque esses projetos todos estão atrelados a indústrias brasileiras.

Eu queria só fazer essas observações e parabenizar o Presidente Luciano Coutinho, a despeito de dificuldades, que são naturais, principalmente num banco do tamanho do BNDES e com o papel que o BNDES tem. Claro que ele é passível de discussões, debates, divergências, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que ele está cumprindo seu papel e prestando um serviço absolutamente relevante para o País.

E encerro, Presidente Luciano Coutinho, também registrando a elite que o BNDES preparou sob ponto de vista de banco. Os funcionários do BNDES, a diretoria do BNDES é uma extremamente competente. E, portanto, eu acho que o Brasil, em função dos seus desafios, está muito bem. Está muito bem atendido. Não chegamos ao modelo alemão, mas nós estamos muito bem atendidos pelo quadro do BNDES e pelo que o BNDES tem feito hoje pelo país e pelo que fará.

Como disse o Presidente Luciano Coutinho, nós temos de aumentar quatro pontos percentuais nos investimentos. Só para registrar, as estatísticas dizem que os investimentos estão caindo no Brasil; nós estamos em quarto lugar, com R$65 bilhões, pelos números que foram aqui demonstrados.

Mais uma vez quero registrar, Presidente Luciano Coutinho, a alegria de tê-lo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, em reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Francisco Dornelles precisa de um minuto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, confirmando e ratificando o que acaba de ser dito pelo Senador Delcídio do Amaral, essa política do BNDES e do Governo brasileiro de exportar serviços através de créditos dados a países estrangeiros já teve ontem e anteontem uma grande consequência política, que foi a eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, que é o cargo mais importante na diplomacia do comércio internacional. A sua eleição por países do terceiro mundo já foi uma decorrência desta política seguida pelo Governo de priorizar o relacionamento com esses países por meio de créditos de exportação dos bens e serviços.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A gente ia passar para o Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho, mas chegou... Não, eu posso passar para ele e, ao final... Entendeu?

Mas antes de passar, Presidente, eu – ser Presidente da CAE é uma tarefa desafiadora, mas acaba também nos limitando muito no debate – queria deixar uma pergunta ao Presidente do BNDES, o Prof. Luciano Coutinho, que nós respeitamos e admiramos, sobre a sua avaliação do cenário econômico internacional e as perspectivas de recuperação da nossa economia em 2013. É uma pergunta simples. Não sei se a resposta é tão simples.

Agradeço a todos. Vamos passar, imediatamente, ao Presidente do BNDES. Mais à frente, passarei a palavra à Senadora Kátia Abreu.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas muito qualificadas, pelo reconhecimento e pelo elogio feito à excelência dos quadros técnicos da instituição. Eu realmente considero um privilégio para o País a qualidade da instituição Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a qualidade dos seus técnicos. Para mim, é uma honra ter tido a oportunidade de presidi-lo.

Queria começar respondendo às várias questões da Senadora Ana Amélia.

Primeiro, Senadora, em relação ao Rio Grande do Sul, tivemos, no ano passado, um valor expressivo de desembolsos, incluindo o setor público e o setor, totalizando R$9,3 bilhões de desembolso ao Estado do Rio Grande do Sul, em função da pujança de sua economia, da recuperação da sua base industrial.

O Rio Grande do Sul tem uma base industrial em autopeças, em máquinas agrícolas, tem um polo petroquímico, tem uma indústria mecânica importante, tem uma indústria expressiva de mobiliário, tem uma indústria processadora de alimentos extremamente importante. Há vários segmentos importantes de bens de capital no Estado do Rio Grande do Sul. A reação

no segundo semestre e, especialmente, o bom desenvolvimento da agricultura, a recuperação da venda de máquinas agrícolas favoreceu o bom desempenho.

Nesse primeiro trimestre de 2013, já desembolsamos R$3,5 bilhões para o Rio Grande do Sul, um crescimento de 113% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Aí, há um peso importante apontando para o crescimento ao longo do ano. Há um peso importante da recuperação da venda de máquinas agrícolas, de implementos agrícolas, em que o Rio Grande do Sul tem uma participação importante, e também da produção de ônibus.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Uma parte pelo Finame, uma parte operações diretas.

Em relação às operações com o Estado do Rio Grande do Sul, temos tido uma posição bastante ativa do Governo estadual. Os Programas PEF I e PEF II foram concretizados, estão totalmente desembolsados; executamos também um contrato da linha BNDES Estados de R$ 1 bilhão, já contratado, com desembolso de R$284 milhões; há um empréstimo importante para ampliação do saneamento à Corsan, de R$415 milhões, com desembolso já em andamento; e, finalmente, no Programa Proinveste foram contratados R$775 milhões com o Estado do Rio Grande do Sul, através do Banco do Brasil, com desembolsos em andamento.

Resumindo, são contratos que totalizam R$2,9 bilhões para o Estado do Rio Grande do Sul, voltados para saneamento ambiental, infraestruturas logísticas, redes viárias, estradas, especialmente na parte mais carente do Estado, educação e segurança. Há um conjunto de iniciativas do Governo.

A Senadora mencionou Santa Catarina. Santa Catarina também tem uma carteira expressiva, mas uma parcela dessa carteira expressiva teve um efeito específico, que foi a mudança da legislação de ICMS em relação aos incentivos fiscais de importação portuária.

Nós fomos um canal para a composição dos interesses dos três Estados, os quais tiveram de abrir mão dos seus incentivos. Eu, com alegria, faço isso, porque, com isso, estou colaborando para o ajustamento de uma séria distorção que o País tinha, que era um sistema de subsídios à importação. Isso resultou em empréstimos especiais no Programa Propae para os Estados do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Goiás.

Esses programas estão implementados, razão específica por que, neste momento, Santa Catarina tem uma carteira de empréstimos de grande escala, mas o Rio Grande do Sul não está mal. Além disso, Senadora, temos nos preocupado muito em promover atividades intensivas em inovação tecnológica no Rio Grande do Sul, Estado que tem uma cultura inovadora, tem empresários arrojados no campo das novas tecnologias.

Recebemos com muita alegria essa forte demanda dentro do programa Inova Energia, da qual o BNDES faz parte. O BNDES e a Finep são agentes de um grande programa de Governo. Recebemos uma extraordinária demanda de R$12 bilhões; separamos R$3,5 bilhões. Recebemos uma demanda muito grande. Nós vamos examiná-la. Todas as grandes empresas brasileiras e internacionais do setor elétrico apresentaram demandas. Estamos muito animados. Vamos olhar com critérios estritamente técnicos – são comissões técnicas em que estão presentes cientistas, tecnólogos, pessoas das instituições de financiamento que têm conhecimento a respeito – e vamos selecionar os melhores projetos.

Se nós encontrarmos um grande número de projetos com grande mérito, a minha propensão é aumentar o orçamento, porque acho que, se o Brasil precisa de algo de maneira crítica, é de inovação tecnológica; acho que para inovação tecnológica não devemos poupar esforços. Mas é natural que recebamos uma grande demanda e que essa depuração procure selecionar aqueles projetos que tenham mais consistência ou que correspondam a necessidades mais urgentes e mais prioritárias para o País. Então, vamos olhar – não seremos só nós –, vamos participar das comissões técnicas, juntamente com os diversos Ministérios e especialistas encarregados. É uma avaliação estritamente técnica, até porque nos incumbirá, depois, financiar e queremos ver resultados.

A senhora falou do etanol de segunda geração. O BNDES e a Finep patrocinaram um programa de R$3 bilhões de projetos de inovação em etanol de segunda geração, atraímos empresas brasileiras que estão coordenando projetos de inovação com parcerias internacionais extremamente relevantes. Espero que o Brasil possa dar um salto qualitativo e dominar as tecnologias para o etanol de segunda geração, o que pode significar um aumento de 40% a 50% na capacidade de produzir, usando a palha e usando os resíduos. Então, poderemos dar um salto de capacidade em etanol, sem plantar nada mais, ampliando o potencial enorme dessas tecnologias. É uma aposta que fazemos com muita convicção.

Temos também, Senadora, parcerias com cooperativas de crédito. Como disse – aqui aproveito para falar com a Senadora Kátia Abreu –, reforçamos a nossa cooperação com as cooperativas, os nossos programas de apoio às cooperativas; nós queremos aperfeiçoar a nossa capacidade de crédito às cooperativas. Estamos reforçando a nossa parceria com os

bancos e com as agências estaduais de fomento, que conhecem de perto o sistema cooperativo.

Creio que a senhora perguntou também sobre os impactos da inflação. Como a senhora falou de inflação, o Senador Dornelles e o Senador Delcídio, eu gostaria de fazer uma avaliação única de inflação.

Senadora, temos um enorme apreço pela capacidade tecnológica. A senhora falou da Unisinos e da Tecnopuc. O BNDES está presente lá, apoiando projetos não só em tecnologias altamente avançadas de desenvolvimento de semicondutores e de informática. Além da presença do Ceitec, há iniciativas junto à PUC com a iniciativa privada, com tecnologia de ponta para o desenvolvimento dos semicondutores dedicados e iniciativas em automação e *softwares* de empresas privadas de ponta do Rio Grande do Sul, que devem ser preservadas. Isso é importante.

Até aqui se discutia ontem que, no equilíbrio no federativo, muitas iniciativas em tecnologias avançadas em várias regiões do País não sejam abruptamente deslocadas por uma modificação de tratamento tributário, incluindo outros setores. Então, é preciso atentar para isso.

Creio que respondi todos os seus pontos. Estou à disposição para...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sobre as fontes de recursos externos...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Fontes de recursos externos. Mais ou menos 10% das fontes do BNDES são fontes de mercado, fontes em...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dez por cento?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Dez por cento.

Fontes obtidas pela emissão de debêntures no País e capitação de recursos no exterior. À medida que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E os títulos imobiliários do Tesouro?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Como?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dos recursos totais dos títulos...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Os empréstimos do Tesouro ao BNDES representam hoje metade do *funding* do sistema. Foi esclarecido. Nós temos feito prestação de contas trimestralmente ao Senado Federal da utilização desses créditos do Tesouro Nacional ao BNDES. Tem sido feita a prestação transparente de contas desses recursos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesses recursos está o dinheiro do FAT também, Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Parcela do FAT. Nas nossas fontes, o FAT representa hoje 23%; o Tesouro Nacional, 49%; o PIS/Pasep, antiga parcela anterior, 5%, depois via FAT. Nós temos, aí, depois, a emissão de debêntures, a emissão de captações no exterior e a contratação de empréstimos no exterior também a entidades multilaterais de crédito.

Esperamos que a taxa de juros possa vir a cair depois do controle do ciclo inflacionário no momento, porque o Brasil tem conseguido buscar uma convergência – estou falando a longo prazo. A longo prazo, à medida que consigamos convergir a taxa de curto prazo com a taxa de longo prazo, o BNDES poderá buscar recursos no mercado numa escala muito maior do que o faz hoje, graças à robustez do seu balanço e da sua excelência.

Segundo, o BNDES hoje já busca nos mercados, inclusive no mercado internacional, recursos em moeda estrangeira. A aplicação, porém, de recursos em moeda estrangeira é limitada pelo fato de que não queremos criar descasamentos cambiais no País. Não consideramos saudável, por exemplo, emprestar em moeda estrangeira para infraestruturas que faturam em reais, porque isso pode submeter a empresa a descasamentos de moeda.

Mas, à medida que a grande cadeia de petróleo e gás, que é uma cadeia dolarizada, cresça, nós poderemos emprestar mais em moeda estrangeira. Uma das razões para termos uma subsidiária no exterior, Senador Cristovam, é facilitar a captação de recursos no exterior para apoiar determinados setores que operam com moeda estrangeira no País. Ou para financiar exportação, exportações a partir do Brasil. Então, temos uma estratégia de *funding* adequada ao perfil de necessidades do investimento no País.

Senador Armando, obrigado pelas perguntas. V. Exª fez perguntas muito difíceis. As primeiras são perguntas mais gerais.

Compartilho com V. Exª que tem sido um grande objetivo do Governo buscar ampliar a participação do investimento sobre o produto nacional. Hoje, esperamos chegar a recuperar 19% e chegar a 23% ou 24% nos próximos anos. Significa agregar quatro ou cinco pontos de percentagem ao ano de novos investimentos ao País.

Isso significa também um grande desafio de aumentar a poupança nacional. Se formos financiar com poupança externa esse acréscimo, o nosso déficit em conta corrente que é hoje de 2% do PIB, ou um pouquinho mais de 2%... O déficit em conta corrente corresponde a um financiamento externo implícito, a uma tomada de dívida ou de capitais externos. Se, em tese, todo o acréscimo de investimento fosse financiado por poupança externa, o nosso déficit em conta corrente subiria de 2% para 6% do PIB, o que é algo insensato, porque exporia a economia brasileira às vicissitudes das mudanças de capital no mundo. Então, é um im-

perativo para o desenvolvimento nacional aumentar a poupança doméstica e aumentar a base doméstica de financiamento de longo prazo.

Bom, dito isso, de onde virá a poupança nacional?

Basicamente de três fontes fundamentais. Primeiro, das próprias empresas, e é no desenvolvimento de um sistema empresarial saudável e rentável, que realiza lucros, porque o reinvestimento de lucros é, em qualquer economia de mercado, uma das principais fontes de financiamento dos investimentos. A média internacional é em torno de metade; entre um terço e metade. Nós estamos no Brasil entre 35% e 40%, mas acredito que, num ciclo de crescimento, a realimentação e o crescimento dos lucros empresariais são um fator muito saudável para o financiamento dos investimentos. É uma forma de criar poupança. Ao desenvolver o sistema empresarial e gerar lucro, nós estamos criando poupança para o País, e é uma forma inteligente de se criar poupança.

A segunda fonte de criação de poupança vem no estímulo ao desenvolvimento da poupança familiar, especialmente através dos poupadores institucionais, e me refiro aos fundos de pensão e aos fundos de seguro. Precisamos manter e ampliar os incentivos à formação de poupanças por parte das classes médias mais altas e das classes altas, e também criar incentivos para que as classes médias emergentes possam participar do sistema de poupança, até porque o sistema de poupança está associado à compra da casa própria e a outros mecanismos de financiamento.

Em terceiro lugar, é importante e fundamental aumentar a capacidade de poupança do setor público, e aqui compartilho os esforços do Governo de tornar mais eficiente a operação do Estado, para que ele possa, sendo mais eficiente, não gastar menos, mas gastar mais em investimento, gastar melhor; gastar com mais eficiência.

Temos de lembrar também, Senador, que uma forma importante de gerar poupança é a capacidade de o sistema de crédito adiantar no tempo a formação de poupança através da transformação de depósitos e de crédito em poupança.

Por que a China consegue ter níveis de poupança de 45% a 50% do PIB? Não é que a família chinesa ou o Estado chinês faça uma poupança prévia desse tamanho. É que, na China, cresceu fortemente o crédito de longo prazo realizado por seus grandes bancos públicos. A China tem oito ou nove grandes bancos públicos. Além do China Development Bank, há vários. Há o Industrial and Commercial Bank of China, o China Construction Bank, o Agricultural Bank, o Bank of China Limited (BOC), que não o banco central chinês. Enfim, há vários grandes bancos, que transformaram a base de depósitos em empréstimo de longo prazo. A diferença do sistema bancário chinês é que ele é um grande emprestador de longo prazo. Esse empréstimo de longo prazo alavancou investimentos; é como se tivesse sido feito investimento com financiamento doméstico de longo prazo, que obviamente transfere para o futuro o pagamento dessa poupança, que vai ter de ser diferido para o futuro, porque, obviamente, esses créditos terão de ser honrados, terão de ser pagos. Então, é uma forma de antecipar a poupança.

Acredito que temos uma grande tarefa, que é ajudar a desenvolver um sistema de crédito privado de longo prazo, junto com o BNDES, para acelerar a formação de poupança doméstica de maneira que possamos, sim, financiar uma ascensão dos investimentos, especialmente investimentos de longo prazo para infraestrutura, e a infraestrutura tem uma característica especial: ela demanda prazos de maturação de projetos de 15 anos, de 20 anos, de 30 anos. Quando estamos falando de uma grande hidrelétrica, quando estamos falando de uma ferrovia de grande escala, estamos falando de 30, ou até 35 anos, de prazos de concessão e de amortização dos projetos que demandam créditos de longa duração. Esse, portanto, é um papel de criar uma finança de longo prazo no País, que precisa ser construída.

Creio que o aperfeiçoamento do *project finance* é uma ferramenta importante e, nesse caso, o que temos de carente aqui é ter um sistema mais adequado de garantias, para uma série de imprevistos, especialmente nas etapas de construção de projetos que precisam ser aperfeiçoados.

Então, Senador, aqui temos uma belíssima agenda para o desenvolvimento do País, à qual temos buscado contribuir com sugestões ao nosso...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, permita-me, em cima deste tema... Estou totalmente de acordo com sua análise, sua visão, mas não acha que a atual política econômica do Governo, de buscar incentivar o crescimento pelo aumento do consumo vai contra tudo isso? Quando a gente vê os gastos públicos voltados inclusive para aumentar o consumo através de uma folha crescente.

Segundo, o incentivo à venda de automóveis, de outros produtos, o que traz um bem-estar no presente, sem dúvida alguma, vai dificultar o futuro por uma redução da poupança.

Dito de outra maneira, a sensação que a gente tem é de que a política do Governo vai contra essa visão de aumento da poupança, e está comprometida, fez uma opção, pelo consumo imediato.

Eu não quero obrigar o Presidente a responder a isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, eu responderei com tranquilidade.

Senador, primeiro, o crescimento do consumo desacelerou. Há um processo de desalavancagem das famílias. Houve um ciclo de endividamento familiar forte em 2008, 2009 e 2010. Esse processo está num ciclo de desalavancagem. É um processo de desalavancagem lento. O consumo caiu, a velocidade do consumo já caiu. A velocidade de concessão de crédito às pessoas físicas, às famílias, pelo sistema bancário, em função do aumento da inadimplência, se reduziu. Na verdade, o ciclo de inadimplência começou a ser digerido, a inadimplência voltou a cair, mas não retornamos ainda a um ciclo de crédito ao consumo, como tivemos. Então, acho que, nesse sentido, estamos numa coisa moderada.

Em relação ao controle de gastos, gastos correntes, gastos de custeio, o Governo tem mantido um controle bastante razoável dos gastos com pessoal no setor público. O percentual relativo de gastos com pessoal está sob controle, assim como os gastos com o sistema previdenciário. De maneira que não vejo...

Acho que temos de buscar, e o Governo está empenhado nisso, melhorar o desempenho em relação aos investimentos públicos, o fato que está em curso. Não vejo da mesma forma que exista um... E, mais do que tudo, e nós veremos isso quando o IBGE anunciar... Tenho certeza absoluta de que nós vamos ver, já imediatamente, neste primeiro trimestre, uma inequívoca recuperação dos investimentos como fator propulsor do crescimento do Brasil.

Os investimentos já voltaram a liderar o crescimento brasileiro. Então, acredito que este debate está olhando pelo retrovisor e não está olhando para frente.

Esperamos ver uma recuperação muito forte dos investimentos.

Bom, o Senador Armando Monteiro fez várias perguntas sobre a indústria, que eu não vou responder. Depois, mandarei para ele, mas fez uma questão importante, em que, depois, o Senador Cristovam também tocou, que é o seguinte: haveria risco nos empréstimos ao BNDES para o Tesouro Nacional? A minha resposta é, com toda convicção: não!

Primeiro, pela capacidade e excelência do BNDES na sua concessão de crédito, com inadimplência baixíssima. Segundo, pelos resultados. Quando o BNDES apoia a formação de capital e amplia, por exemplo, a infraestrutura, amplia a capacidade produtiva, ele está ajudando a ampliar o PIB, ampliar a arrecadação e ampliar o desenvolvimento e a criação de empregos. Então, o efeito para as próprias finanças públicas ao longo do tempo é extremamente positivo. E não há risco de que esses ativos que o BNDES venha a formar, ativos de baixa qualidade, em função do rigor da aplicação com que o banco funciona... Dessa forma, a concessão de créditos com recursos públicos é tratada com extremo rigor.

Isso é absolutamente distinto das operações de mercado da BNDESPar. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, como já tentei explicar. A BNDESPar é uma empresa de investimentos, que gera receita, gera lucro e faz investimentos. Na grande maioria das vezes, com grandes resultados. Tem sido uma grande geradora de lucro para o banco. Pode incorrer em perdas. É natural. Não somos infalíveis, embora sejamos uma instituição reconhecidamente muito boa, inclusive e principalmente, nos resultados de banco de investimento.

O BNDES é uma banco de desenvolvimento múltiplo; um banco de crédito de longo prazo; é uma agência de exportação; é um banco de fomento a pequenos negócios, através do cartão; é um banco de financiamento à agricultura, à formação de capital fixo na agricultura; é um banco, hoje, de apoio aos serviços; é um banco e tem também um banco de investimento dentro dele, que atua com critérios de retorno de mercado. Então, nesse sentido, ele é um banco também qualitativamente distinto dos outros bancos, porque, por exemplo, o Banco da China é muito grande, mas, basicamente, é um emprestador de longo prazo para a infraestrutura. É quase um monobanco. Já o KfW é mais um banco diversificado. Mas o BNDES é um banco que tem múltiplas especializações. Não vejo risco e queria agradecer as perguntas.

A Senadora Vanessa fez perguntas muito importantes. Acolho as suas sugestões. Precisamos mostrar mais o nosso papel como financiador às pequenas empresas, ao impacto importante do financiamento externo. V. Exª havia levantado o mesmo que o Senador Dornelles. O papel do BNDES como agente de exportação do Brasil para esses serviços é muito relevante para a política externa brasileira, e nós somos aqui um instrumento público. O banco é um banco 100% do Tesouro Nacional. Então, somos uma ferramenta do Governo brasileiro.

O Fundo Amazônia é, para nós, motivo de grande orgulho. Já comprometemos o Orçamento da primeira rodada, estamos agora buscando novas doações, Já comprometemos mais de 600 milhões do fundo. Fizemos, Senadora, com muito orgulho – V. Exª foi uma das patrocinadoras da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação **Amazônica**) –, iniciativa com países da Região Amazônica: Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, as Guianas. Quer dizer, fizemos um grande convênio da grande Amazônia, pelo qual iremos, através do recurso do Fundo Amazônia, prover para toda a região

serviços de controle e sensoriamento por satélite para controle do desmatamento, não só na Amazônia brasileira, mas em toda a Amazônia sul-americana. Esse convênio está implementado, foi assinado na Rio+20 e, agora, os recursos estão sendo desembolsados, os serviços estão sendo prestados, concretizando essa iniciativa de cooperação com a América do Sul.

Temos também, Senadora, planos de desenvolvimento para o Norte e Nordeste; especialmente em relação à Região Norte, precisamos olhar logísticas que tornem essas regiões mais competitivas. No caso da Amazônia, precisamos dar uma atenção – estamos mobilizados, até por orientação da nossa Presidenta – para agregar ao programa de logística um grande programa de hidrovias. Na Região Amazônica, é chave e pode ter um papel indutor muito relevante para o desenvolvimento da região

O Senador Cristovam fez muitas perguntas importantes. Quero agradecer as perguntas.

O Senador me fez um desafio de falar sobre o impacto qualitativo da atuação do banco, e digo que essa pergunta é muito bem-vinda porque é o que eu tenho dito muito dentro do banco nas nossas regiões de planejamento: que precisamos olhar menor quantidade e mais qualidade.

Precisamos ter mais apoio à inovação, induzir cada vez mais o setor privado a inovar. Temos feito isso com muita parceria. Temos que apoiar mais a sustentabilidade socioambiental, porque as coisas são casadas – a sustentabilidade e a inclusão social. Essa é a dimensão qualitativa, e temos de desenvolver ferramentas mais sofisticadas, temos de desenvolver nossa capacidade de, usando tecnologia de informação, como chegar ao microempreendedor individual. É o nosso cartão, cartão muito voltado para a pequena empresa. Nós temos que pensar em como chegar mais perto, usando tecnologias.

O Senador me perguntou também o que nós esperamos com o BNDES internacional, com o braço internacional. Esperamos três coisas. Montamos um escritório em Londres com três objetivos. Primeiro: captar recursos e ter uma política de captação de recursos à medida que a gente tenha mais espaço para financiar em moeda estrangeira e conseguir recursos com *spreads* mais baixos e taxas mais baixas para as nossas linhas. Segundo objetivo: preparar uma equipe para gerir ativos de interesse do Brasil no futuro. Esperamos que, no futuro próximo, com a exploração bem sucedida do pré-sal, o Fundo Social, que em parte será em moeda estrangeira, em parte em moeda nacional, precise ser gerenciado. E alguém precisa se candidatar para ter um *accept management* competente. Então, eu quero ser uma das alternativas. Não a única, mas que o BNDES esteja preparado para ser uma alternativa para gestão de recursos, gestão de riqueza, gestão de patrimônio de interesse do País no exterior. Terceiro: nós precisamos também ter uma ponte de interlocução para atrair capitais e atrair investimentos principalmente para o grande ciclo de investimentos em logística no País, que vai precisar da liderança das grandes operadoras brasileiras, mas deve ter, por que não, o apoio de investidores, inclusive de investidores institucionais estrangeiros, que têm uma perspectiva de investimento de longo prazo. Os fundos de pensão, os fundos de seguro no mundo inteiro estão à cata de oportunidade de retorno alto. Então, esses são os objetivos que mais do que justificam que o banco tenha uma janela de interação internacional pequena, integrada às suas políticas. Essa é razão pela qual essa operação foi desenvolvida.

O Senador perguntou aqui em relação à inadimplência dos bancos intermediários. Nós temos uma preocupação muito grande e controlamos a inadimplência junto com os bancos intermediários. Por isso, nós temos certamente uma baixíssima inadimplência na nossa operação direta e também na nossa operação indireta, porque os bancos em parte assumem boa parte dos riscos. Mas eu queria sublinhar o seguinte: nós criamos uma ferramenta que está em desenvolvimento muito auspicioso, chamado Fundo Garantidor de Investimento. Nosso Elvio Gaspar, que foi diretor da instituição, foi um dos que moveram a criação desse Fundo Garantidor. Esse Fundo Garantidor está hoje, em parceria com os bancos privados, sendo uma ferramenta mitigadora de risco de inadimplência e uma ferramenta mitigadora de custo dos empréstimos às pequenas empresas nas operações do BNDES. E nós esperamos que o FGI e esse fundo possam se transformar numa ferramenta de grande escala que contribua para a redução do custo de crédito nas linhas de repasses especialmente quando os bancos repassam linhas de capital de giro às quais eles agregam *spread* às vezes não desprezível, que nos interessa reduzir.

Muito bem.

O Senador também perguntou por que proporcionalmente os lucros do banco não cresceram tanto. Eu quero dizer o seguinte: deliberadamente, Senador, nós viemos reduzindo os *spreads* do BNDES. Os *spreads* do BNDES já são mais baixos, há muitos anos já eram incomparavelmente mais baixos em relação ao *spread* do sistema bancário brasileiro como um todo. O BNDES já trabalhava com *spreads* na ponta muito baixos. Esses *spreads* objetivo do banco, que eram lá há cinco, seis, sete anos em torno de 3%, estão hoje em 1%. Quer dizer, nós reduzimos substancialmente os *spreads*.

Nós queremos fazer mais volume com *spread* mais baixo, porque, como banco de desenvolvimento, nossa função é, sim, dar lucro, é ser um banco lucrativo, mas não faz sentido também a gente ser fora do gráfico e, sendo um banco de desenvolvimento, ser um banco excessivamente lucrativo. Nós temos obrigação de transmitir para a sociedade e para o empresariado créditos a custos os mais baixos possíveis baseados na nossa eficiência. E nós temos sido um vetor que colaborou para a redução do custo do crédito Brasil por meio dos nossos repasses e por meio da nossa política de cooperação com o sistema bancário.

Então, essa é uma das razões. É a principal razão. A nossa carteira de crédito cresceu muito. Mas o nosso *spread* deliberadamente foi reduzido, o que significa que o banco continuará sendo um banco lucrativo. Nós vamos neste ano voltar a fazer um lucro expressivo, mas nós sempre temos essa atenção.

O Senador fez perguntas muito importantes em relação ao futuro. Por que é que o Brasil tem uma *performance* impressionante na exportação de alta tecnologia em aeronave e não tem em outro setor de tecnologia. Realmente, essa é uma parte da historia da grande crise brasileira, a crise brasileira de hiperinflação nos anos 80, de diversos planos de estabilização e, depois, as dificuldades para consolidar o próprio Plano Real, com muita vulnerabilidade externa, com muitas crises. Nós tivemos a repetição de crises cambiais no Brasil, muita dificuldade.

O Brasil só se estabilizou e pôde crescer de maneira sólida depois que acumulou aqueles 200 bi de reserva, que hoje são 380 e que deram um colchão de proteção ao País e que nos deu horizonte para crescer. Esse é um fato recente. Esse é um fato de 2004 para cá. O longo período das duas décadas perdidas, das duas décadas e meia que o Brasil perdeu, de 1980 a 2004, esse foi um período difícil para o Brasil, quando, infelizmente, nós retrocedemos em função da alta instabilidade etc. e tivemos retrocesso em muitos segmentos que antes eram promissores em altas tecnologias. Nós tínhamos indústrias promissoras em equipamentos de telecomunicação, tínhamos indústrias iniciando em equipamentos de informática, nós tínhamos indústrias importantes em bens de capital especializado e tivemos retrocessos históricos. Está na hora de reconstruir. Nós precisamos reconstruir uma base industrial moderna, da terceira revolução industrial. Temos agora que enfrentar o desafio de fazê-lo num mundo onde a concorrência é ainda mais acirrada em função da crise internacional, Então, o desafio é maior. E num momento em que todas as economias no mundo estão empreendendo políticas de fomento industrial disfarçadas ou não, algumas envergonhadas, mas são políticas industriais bastante proativas no mundo inteiro. Então, o nosso desafio aumentou.

Mas eu tenho a convicção e a confiança de que o Brasil tem oportunidades extraordinárias se soubermos conjugar as nossas fronteiras de crescimento. Poucos países têm um conjunto de oportunidades como o Brasil. Mas nossos problemas são ao mesmo tempo oportunidades.

Fazer um grande programa de investimento em infraestruturas gera necessidade de bens de capital e equipamentos. Fazer um grande programa em logística gera necessidade de material ferroviário, necessidade de caminhões, necessidade de equipamentos, que são oportunidades. Fazer um grande programa de investimento em energias, inclusive em energias renováveis, inclusive energia eólica, que tem sido destacada no nosso desenvolvimento recente, nos dá oportunidade de desenvolver aqui bases produtivas locais de fornecimento de bens e serviços, de bens de capital.

Então, com relação aos nossos programas e grandes programas de investimento nas logísticas, nós devemos olhar quais são as consequências para tirar proveito de suprir a partir do País equipamentos em bases competitivas, porque não é o nosso objetivo onerar com equipamento caro, mas, sim, utilizar em bases competitivas. Poucos países têm a oportunidade de ter uma fronteira de investimento em óleo e gás como nós temos. Por que não tirar proveito e usar de maneira inteligente conceitos flexíveis inteligentemente, conceitos progressivos para maximizar oportunidades de suprir a partir do Brasil bens, serviços, engenharia, equipamentos produzidos no Brasil, competitivamente para a cadeia de óleo e gás? Por que não fazê-lo? É uma grande oportunidade. Isso envolve sistemas de automação, isso envolve equipamentos, isso envolve tecnologia de informação.

Temos um grande desafio de melhorar a saúde. E temos hoje a faculdade de usar o poder de compra do sistema público, do sistema SUS, para poder comprar a custo mais baixo medicamentos, biofármacos, equipamentos de diagnósticos, testes, radioterapia produzidos no Brasil. Por que não fazê-lo? Temos oportunidade no complexo industrial da saúde.

Temos oportunidade, sim, em desenvolver tecnologias de telecomunicações e informação, de retomar. Perdemos muitas empresas. Mas nós estamos apostando em empresas brasileiras, em atrair empresas estrangeiras também para produzir no Brasil e retomar a produção que nós perdemos. Já tivemos produção expressiva de aparelhos de telefonia no País. Precisamos retomar.

Ou seja, Senador, eu acredito que nós temos muitos potenciais de remobilizar, de revitalizar, de

conservar o que nós temos da nossa indústria e de revitalizar a nossa indústria em torno da oportunidade. E isso requer um trabalho paciente, um trabalho continuado, um trabalho persistente de fomento e de desenvolvimento tecnológico.

E aí V. Exªs têm inteira razão quanto à necessidade da formação de recursos humanos. A base de educação é essencial. E eu diria que, no caso brasileiro, temos um tremendo desafio no que diz respeito ao estamento intermediário. Nós temos que melhorar no ensino superior e voltar o nosso ensino superior mais para as ciências exatas, ter mais engenharias, mais tecnologia e alargar essa base. E temos que alargar, no meio do funil, a formação de ensino técnico profissionalizante.

E daí eu quero registrar as grandes iniciativas do Governo, como o Pronatec, que é um programa nacional de ensino técnico, que quer multiplicar. E, nosso direto âmbito, mas sob a orientação do Governo, especificamente da nossa Presidente, nos estamos junto com o sistema Senai financiando o sistema Senai para que ele dobre de tamanho nos próximos ter anos. É uma iniciativa de grande escala, para dobrar o número de vagas e instalar em todos os Estados do País centros de tecnologia para dar assistência técnica à indústria e centros de inovação tecnológica feitos diretamente em parceria com o setor empresarial. Estamos abertos a expandir essa agenda.

Então, eu não tenho a menor dúvida de que essa é um agenda essencial para o Brasil, até porque, aí respondendo a uma outra questão que tem a ver em parte com inflação, uma das tensões importantes de custo sobre a indústria brasileira foi o aumento de salários. O aumento de salários é bem-vindo. Ele aumenta a distribuição de renda. É um fator dinâmico. Mas a demografia brasileira mudou muito rapidamente. A taxa de natalidade, a taxa de crescimento de população ativa caiu rapidamente. A pressão sobre o mercado de trabalho é crescente. Então, é absolutamente imperativo que o Brasil consiga retomar ganhos de produtividade muito mais altos e persistentes ao longo do tempo. Para obter ganhos de produtividade mais altos e persistentes, é preciso combinar iniciativas: mais automação, mais tecnologia de informação nas estruturas das empresas e mais qualificação do trabalho. Então, essa é uma agenda imperativa, é uma agenda imprescindível para o País, e o esforço de educação é um esforço indissociável do desenvolvimento do País. Então, nesse sentido, nós temos uma visão totalmente convergente.

Bom, sobre alguns pontos específicos, Senador, o senhor fez menção... Nós temos exposição ao grupo X, mas é uma exposição tranquila, porque está nos ativos de alta qualidade e tem excelentes garantias. Não temos preocupação em relação a isso. Já manifestei isso em outros momentos.

Em relação às críticas mencionadas, quero dizer que há uma incompreensão muito grande do papel da BNDESPar. Como já expliquei, a BNDESPar gera seu próprio caixa, gera seus próprios resultados. Ela não usa um centavo de dinheiro subsidiado, nem dinheiro do Tesouro, nem dinheiro do FAT. Ela opera a critérios de mercado. Ela faz investimentos e tem feito investimentos extraordinariamente rentáveis. Uma vez na vida pode acontecer um insucesso. Faz parte da vida.

Foi feito, no caso específico, um investimento, que, aliás, não fizemos sozinhos, fizemos junto com investidores profissionais de mercado que nos trouxeram esse investimento... Aliás, foi em um período muito curto em que vários investidores importantes, não vou nomear, mas muitas empresas importantes entraram no setor de laticínios visando a expectativa de permitir um *up grade* no setor.

Aliás, esse é um setor que demanda uma atenção de políticas. É um setor que tem grandes cadeias no Brasil inteiro. A Senadora Kátia conhece. É um setor pulverizado no País. É um setor que demanda muito mais atenção. Deveria ter mais atenção. No mundo inteiro, a cadeia de laticínios é apoiada por políticas de subsídios públicos maciços, na Europa, e essas cadeias se estruturaram combinando grandes empresas integradoras com grandes cadeias fornecedoras familiares, com padrões de qualidade dos produtos extraordinários. Estamos muito aquém.

No nosso caso, o que nos motivou foi ajudar a produzir um salto de qualidade na organização dessas cadeias. Acho que o mérito nesse caso é importante até, porque os produtos lácteos são um componente importante da cesta básica brasileira e importante para melhoria da qualidade e do custo da nossa...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de pedir permissão, se fosse possível, aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu, deixe-me só falar o seguinte. Ele está respondendo um a um. Tem o Senador Francisco Dornelles, que é o próximo e que está esperando há um tempo. Depois que respondesse a eles, eu passaria para V. Exª e, depois, a gente encerra com o Presidente. Eles estão esperando há muito tempo. O Senador Francisco Dornelles está aqui desde o começo e é o próximo a ter as questões respondidas.

Sei que o Presidente está fazendo questão de responder ponto a ponto. Está sendo uma oportunidade muito boa para esta Comissão. Quero falar depois da riqueza dessa audiência pública aqui, mas, se

pudermos, Presidente, ganharmos uma velocidade, agradeceria.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Vou abreviar. Desculpe, Senador.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Presidente, é porque...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu também provoquei a Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Estou com quase 60 laticínios me aguardando para uma reunião. Quando o senhor falou em laticínios, me atrevi a pedir para falar porque também preciso levar uma palavra para eles a respeito das perguntas que quero aqui fazer.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Leve a minha palavra de alento. Tenha certeza de que esse é um setor a que eu, pessoalmente, dou muito valor. Acho que o País precisa apoiar essa cadeia.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Vou aguardar para fazer as minhas considerações.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Para concluir, o desenvolvimento de grandes empresas de expressão internacional do País é parte do desenvolvimento de qualquer país.

Infelizmente, no Brasil, pelas 2,5 décadas perdidas, retrocedemos nas áreas de intensivos em tecnologia e não tivemos oportunidade de desenvolver empresas, com o exemplo, infelizmente, solitário da Embraer. Não é culpa de ninguém. Foi uma longa conjuntura de alta instabilidade por que o País passou que destruiu empresas nessa área. Mas os setores competitivos de *commodities* conseguiram ultrapassar esse período, até de uma maneira darwiniana.

Uma vez brinquei: Como escolhe? A gente não escolhe. Temos empresas que se destacaram pelo seu desempenho. Passaram por um período difícil e saíram dela como empresas líderes. Essas empresas foram apoiadas. Até brinquei: Sabe como a gente escolhe? Tem um consultor inglês que a gente contratou e que é espetacular. Ele escolhe para mim. Ele perguntou: "Quem é?" É o Charles Darwin.

Na verdade, são empresas sobreviventes. São empresas que, por um processo de seleção natural, tiveram a capacidade de ultrapassar um período muito difícil da economia brasileira, que foram essas 2,5 décadas perdidas, com crises de instabilidade. Essas empresas puderam se habilitar a esse processo.

Infelizmente, o universo de promoção dessas empresas é restrito. Não temos, infelizmente, outras áreas. Vamos construir para o futuro. Acho importante construir para o futuro, porque a internacionalização faz parte do mundo moderno. Em muitos segmentos, a competição é global, o jogo é global e quem não tiver empresas capazes de jogar esse jogo fica alijado e se torna apenas um consumidor de produto.

O Senador Dornelles fez uma provocação muito interessante. Agradeço, Senador.

Não é muito racional a incidência da DRU no PIS/Pasep, porque tem esse problema. Não sei da dificuldade de abrir uma exceção. Talvez a resistência venha da dificuldade de ter uma exceção, mas considero racional a sua sugestão. Quero agradecê-la e vou levá-la como sugestão.

Compartilho também da preocupação com um eventual crescimento do déficit externo, do déficit em conta corrente. Acho que o Brasil não deve deixar uma expansão muito forte do déficit em conta corrente. Nesse sentido, há uma agenda importantíssima de recuperação de competitividade da indústria e dos setores exportadores brasileiros. Precisamos dar importância, e temos lutado nesse sentido. O Governo criou o programa Reintegra, criou vários estímulos e várias iniciativas de redução de custo, de redução de custo de logística, de redução de custo de folha de pagamento, todos voltados para o aumento da capacidade exportadora e competitiva do País. É uma agenda extremamente relevante.

V. Exª também fez uma pergunta importante sobre a conjuntura inflacionária, aliás, outros Senadores também o fizeram. Acho que a conjuntura inflacionária brasileira é uma matéria específica de atribuição do nosso Presidente do Banco Central, do nosso Ministro da Fazenda, mas primordialmente do Presidente do Banco Central, de maneira que falo com muito cuidado a respeito disso.

Quero dizer que tenho absoluta convicção na capacidade de o Banco Central brasileiro manter sob controle a inflação. O próprio mercado já espera que, nos próximos meses, no segundo semestre, a inflação declinará. O mercado espera uma inflação de 5,7%, declinando dos níveis de 6,5%, hoje, para 5,7%. Isso é uma expectativa de mercado. Dependendo da eficácia das políticas, dependendo de uma contribuição mais positiva da safra agrícola e dependendo da conjuntura internacional, a desinflação brasileira pode ser melhor do que está. Que não paire a menor dúvida da disposição firme do Governo, sob o comando da nossa Presidenta, de que a inflação não escape do controle, de que a inflação seja mantida sob controle. Quero apenas reiterar aqui a minha confiança de que isso será efetivado e que esse é um ponto essencial para o crescimento de qualquer economia. A compreensão disso é inteiramente clara no Governo brasileiro.

O Senador Casildo perguntou sobre...

Também a mesma pergunta, Senador: de onde vem o resultado do BNDES? Não é do juro alto. É em

grande medida da eficiência, porque conseguimos, mesmo reduzindo o *spread*, manter um nível elevado de resultados. No ano passado, R$9 bilhões ou R$8,2 bilhões ao ano foram resultados expressivos e, percentualmente, entre bancos de desenvolvimento, se comparam de maneira favorável.

O Senador Delcídio fez várias perguntas relevantes. Quero agradecê-lo. Acho que, de fato, vamos trabalhar para o desenvolvimento das infraestruturas.

Senador, desculpe-me. Estou à disposição. Quero agradecer mais uma vez.

A Senadora Kátia saiu. Eu estava com os dados dela aqui. Não sei se é o caso de, depois, algum assessor...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pode depois entregar.

O Senador Delcídio ainda está aí, Presidente. Tive que esperar as respostas. Os Senadores estão desde o começo. O Senador Francisco Dornelles tem um horário fixo de almoço, às 13h. Ficou até as 13h30 esperando, em respeito ao Presidente. *(Pausa.)*

Só tem a última do Senador Delcídio Amaral.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Ao Senador Delcídio, quero agradecer...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acho que ele aspira à Presidência do BNDES porque ele foi...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aspiro a uma outra coisa. É no meu Estado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Queria agradecer, Senador, as suas excelentes perguntas.

O Brasil tem a sua frente um grande desafio, além de energia e das indústrias de base: o programa de investimento em logística.

O Programa de Investimento em Logística vai ser apoiado por uma série de linhas especiais para rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. O BNDES está preparado para oferecer... As taxas já foram anunciadas, foram mostradas aqui na nossa apresentação. O BNDES está preparado para ajudar a financiar esse esforço, junto com outros bancos federais e junto com a emissão de debêntures de infraestrutura, que são incentivadas. Estamos buscando, através de iniciativas dos mercados internacionais, com *hold show*, mostrar essas oportunidades para investidores estrangeiros.

Queria sublinhar aqui que o Brasil tem uma série de vantagens. Primeiro, os gargalos representam demanda reprimida, o que significa que o risco de demanda das rodovias ou de aeroportos é muito baixo. Existe uma demanda pré-existente. Segundo, temos operadoras logísticas competentes. Temos um conjunto de empresas, que nesse momento estão um pouco especializadas em operar rodovias pedagiadas, em operar determinados nódulos logísticos, se requalificando e se repensando como empresas de logística integrada. Elas querem operar em todos os modais. Temos algumas poucas grandes empresas que já têm *performance*, já sabem como operar e podem ser líderes nesse processo de apresentar-se aos investidores internacionais como liderança brasileira para articular consórcios que possam disputar esses leilões de maneira muito ativa.

A nossa expectativa é que os leilões para as rodovias que virão no segundo semestre, os leilões para os aeroportos, os futuros leilões para os portos sejam muito disputados. Os leilões para alguns trechos ferroviários de maior densidade de carga, que serão os primeiros colocados à disposição, atrairão investidores. De nossa parte, estaremos de um lado oferecendo financiamento de longo prazo junto com outros bancos públicos e junto com o mercado e de outro lado nos interessa a agenda de fortalecer a estrutura de capital dos empreendedores privados. Então, essa é uma dupla agenda que temos para o setor de logística.

V. Exª também sublinhou o mérito da defesa de que o BNDES apoie a internacionalização de empresas brasileiras. Já falei sobre isso mostrando que o Brasil tem empresas com mérito e valor importantes que devem ser sublinhados, primeiro, pela oportunidade de ter centros empresariais de decisão no País de empresas de expressão internacional, de expressão global; segundo, pela possibilidade de desenvolver centros de inovação e desenvolvimento de marcas brasileiras a partir dessas empresas – isso é um ativo importante –; terceiro, pela possibilidade de encorpar e fortalecer os fluxos de exportação, porque é sempre importante lembrar que hoje o comércio é liderado pelo investimento direto, comércio e investimento caminham juntos, o comércio não mais caminha só através da exportação clássica; e, quarto, ainda pela possibilidade da criação de valor com empregos de alta qualidade, com desenvolvimento de novos produtos, porque a internacionalização expõe a empresa à exigência de mercado de qualidade de desenvolvimento tecnológico benéfica para o próprio consumidor brasileiro. Esses são alguns dos méritos dessa política. Esperamos que ela...

Várias economias internacionalizaram suas empresas. A economia americana internacionalizou maciçamente as suas empresas depois da Segunda Guerra Mundial. As européias se internacionalizaram nos anos 60. Nos anos 70, foi a grande onda de internacionalização de empresas japonesas. Nos anos 80, foi a vez das empresas coreanas. Nos anos 90 e primeira década desse século, vieram as empresas chinesas. Agora, temos as empresas da Índia se internacionalizando.

O Brasil, como quinta economia do mundo, é natural que projete empresas de porte internacional. Isso, na verdade, não é algo que o BNDES fabricou. É uma consequência natural do desenvolvimento empresarial brasileiro. Todas essas operações foram feitas junto com o mercado, muitas vezes por iniciativa do mercado, não por iniciativa nossa. É, sem dúvida, nenhuma uma faceta natural do amadurecimento da economia brasileira o desenvolvimento brasileiro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só para registrar, na minha fala aqui...

Essa tela sobre indústria financeira brasileira, muito espaço para avançar a questão das debêntures, que o senhor citou. Temos um grande caminho pela frente. Essa relação debêntures/PIB é ínfima, se compararmos com a de outros países. Ao mesmo tempo, na relação créditos/PIB, o Brasil está bem para trás. Portanto, temos uma grande avenida pela frente.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se me permite, Presidente, inclusive em conversas e debates aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, diversos setores empresariais falavam na necessidade da simplificação das debêntures. Não sei se há um processo de estudo no Governo sobre o tema.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim. Estamos analisando, junto com o setor privado, iniciativas para a padronização. Estamos empenhados em fortalecer, para o investidor estrangeiro, garantias. Estamos estudando a possibilidade de criar condições mais seguras para o investidor estrangeiro, especialmente aquele investidor institucional que não é propenso a correr muitos riscos, especialmente no período de construção dessas infraestruturas. Com a infraestrutura tendo sido instalada, desempenhando e gerando de receita, vira quase uma renda fixa, mas, no período de construção...

Nós temos experiência de ter patrocinado mais de 400 projetos grandes de infraestrutura no Brasil. Sem dificuldade, o BNDES sabe como fazer isso. Estamos analisando cláusulas que protejam o investidor estrangeiro, cláusulas *cross default*, estamos analisando e temos feito uma interlocução muito ativa, inclusive no exterior, com investidores interessados, porque eu acredito que esse mercado vai ser a grande via de participação do financiamento privado de longo prazo; antes do crédito bancário, virão as debêntures.

O Governo, através da Lei nº 12.431, oferece incentivos importantes, zerando imposto de renda para essas debêntures. Então, são debêntures já incentivadas, e nós temos todo interesse, essa agenda, em ouvir o mercado e simplificar e facilitar a emissão desses papéis.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente, eu quero agradecer...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu vejo que V. Exª já parte para o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria só lhe cumprimentar, Presidente, já disse ontem que, embora jovem, é articulado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero dizer ao nosso mestre Luciano que nós tivemos, na verdade, uma aula hoje profunda. Só que foi uma aula, eu diria, Delcídio, em que não houve recreio. Começou às 10h e agora são 13h35, não houve recreio, mas uma aula extraordinária. O professor Luciano foi duro e todos nós, os alunos aqui, em uma situação... Mas vale a pena! O Brasil ganha, nós ganhamos com esse debate, com essas questões nacionais principalmente no campo da economia e do desenvolvimento. Foi muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo, eu queria encerrar falando sobre isso. Sou Senador aqui há dois anos e quatro meses nesta Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria saber só os prognósticos do Presidente Luciano...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A minha resposta ele não... (*Risos.*)

O SR. LUCIANO COUTINHO – (*Fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Os prognósticos da economia, uma vez que ele tem uma opinião muito abalizada sobre esses sistemas também.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, Senador, para ser muito econômico, a nossa expectativa é assim: a economia americana vai marchar moderadamente este ano, em torno de 2%. Poderia ser melhor, mas a pressão que os republicanos exercem e manietam um pouco a iniciativa do governo não permite um crescimento mais firme, mas vai crescer. A China desacelerou, mas é um crescimento que vai estar entre 7,5% e 8%. Nós temos que olhar isso com muito cuidado, porque ela tem um impacto importante sobre o preço das nossas *commodities*, pode ter um impacto aqui importante, mas vai crescer e ela é um dos fatores importantes para o nosso futuro. O Japão está em um processo muito interessante de recuperação, está praticando uma política monetária muito agres-

siva de expansão de moeda e crédito para recuperar algum crescimento. A área de estagnação no mundo vai continuar sendo a Zona Euro, é uma área mais difícil onde os problemas continuam se resolvendo com muita lentidão, mas eu não antecipo nenhum grave acidente na Zona Euro, que signifique um repique de volatilidade, de crise. Acho que os problemas vão devagar, mas vão tendendo a se resolver dolorosamente, mas vão tendendo a se resolver.

Nesse contexto, a expectativa é que o comércio internacional melhore um pouco. Não é brilhante, mas eu quero lembrar que, no ano passado, o comércio internacional foi fraquíssimo, no ano anterior também. Isso prejudicou o nosso desempenho exportador. A nossa expectativa é que haja alguma melhora no comércio internacional. O comércio internacional crescendo em torno de 4,5%. Lembremos que antes da crise crescia 14%, 15% ao ano. Que cresça 4,5%, 5%, vai ser de bom tamanho, melhora um pouquinho as nossas perspectivas.

Para o Brasil, eu estou confiante que estamos recuperando o ciclo de investimentos, que vamos ter um crescimento de 3,5%, pelo menos, este ano. Vamos lutar muito, nós, para dar consistência a um ciclo de investimentos duradouro que seja capaz de fazer subir a taxa agregada de investimento do País, levando, nos próximos anos, o investimento a liderar o processo de crescimento no Brasil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E inflação, Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO – A inflação (...)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com o Banco Central.

O SR. LUCIANO COUTINHO – É, com o Banco Central e vai ser colocada sob controle.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, eu agradeço muito Presidente.

Eu estava falando antes aqui, Senador Delcídio, que eu estou nesta Comissão há quase dois anos e meio e difícil ter havido uma audiência pública em que o expositor discorreu não só sobre o BNDES, sobre a economia, sobre o Brasil. Dá um grande orgulho, como Presidente desta Comissão, ver um servidor público com essa capacidade, um grande intelectual. Eu lamento que alguns Senadores da oposição, que colocam sempre o BNDES no centro dos seus debates e discussões não tenham vindo e aproveitado esta oportunidade. Mas, como nada acontece por acaso, talvez tenham ficado inibidos de participar deste debate com V. Exª.

Eu quero parabenizá-lo. Recomendo à Secretaria a reproduzir as notas taquigráficas, que quero entregar a todos os Senadores desta Comissão, porque, de fato, foi uma exposição muito rica e muito vasta sobre vários aspectos do nosso País. Esse imperativo de aumentarmos os nossos investimentos passam pela poupança nacional. V. Exª aqui discorreu aqui com profundidade, então, agradeço muito.

Antes de iniciarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião conjunta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico que amanhã, dia 9, às 9h, será realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a apresentação do relatório das atividades de 2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em atendimento ao disposto na Resolução do Senado Federal nº 4, de 2013.

Comunico que na próxima...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Exª é quem vai presidir essa audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não vou, não. Quem vai presidir é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Mas se V. Exª quiser novamente...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu respeito a hierarquia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É que o Presidente Lindbergh tem um roteiro no Rio e...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não; estarei aqui, mas não vou...

Na próxima terça-feira, vamos ter reunião deliberativa às 9h30 e, às 11h, vamos ter audiência pública com a Presidente da Petrobras, Srª Maria da Graças Foster; na próxima terça-feira, às 11h.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2013, ÀS 19 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e vinte e um minutos do dia treze de maio do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença

dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 386 de 2012 – Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências", em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 28 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, tendo como expositores o Sr. Ricardo Almeida, Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf; o Sr. Roberto Bertoncini, Secretário de Finanças de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitos; o Sr. Edmundo Machado Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom; e o Sr. Fábio Arruda Mortara, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira da Indústria Gráfica Nacional – Abigraf. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, José Pimentel, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy. A Presidência concede a palavra, ainda, ao Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros, Secretário Adjunto de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto/finalidade: instruir o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2012 – Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências".

Requerimento de realização de audiência: Requerimento nº 28, de 2013, do Senador Armando Monteiro. Reunião destinada a instruir a seguinte matéria: PLS nº 386/2012, do Senador Romero Jucá.

Convido a tomar assento à mesa Ricardo Almeida, Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), representante da Abrasf.

Muito obrigado.

Roberto Bertoncini, Secretário de Finanças de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitos.

Edmundo Machado Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM).

Sr. Fabio Arruda Mortara, Presidente da Abigraf – Associação Brasileira da Indústria Gráfica Nacional.

De acordo com o art. 99, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra será concedida na ordem de inscrição.

Está presente aqui o Senador Armando Monteiro, Relator desse importante projeto, de autoria do Senador Romero Jucá.

Com a palavra o Sr. Ricardo Almeida, Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf).

O SR. RICARDO ALMEIDA – Sr. Presidente, nobres integrantes desta mesa, Senador Armando Monteiro, demais presentes, colegas do âmbito municipal, da Abrasf, das Procuradorias, auditorias fiscais e municipais, em primeiro lugar, quero homenagear o Senador Lindbergh Farias por essa convocação e o requerimento do Senador Armando Monteiro.

É de fato um projeto de lei de grande importância para os Municípios, afinal de contas, a Lei Complementar nº 116 completará, neste ano de 2013, dez anos de vigência, e vigência com grande sucesso. É uma das poucas leis tributárias do Brasil que aumentou a arrecadação significativamente para os Municípios sem aumentar carga tributária, procurando maior igualdade fiscal, procurando racionalizar e criar novos instrumentos de fiscalização. A lei, então, correspondeu bastante bem àquelas expectativas dos Municípios e de todos os setores que dialogaram previamente à veiculação desse projeto à época, também no Senado Federal e, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

Acontece, Senadores, que essa lei, apesar de todas as suas virtudes, ainda precisa ser aprimorada, não só para trazer respostas à guerra fiscal que ainda existe em relação a determinados Municípios, sobretudo no entorno das metrópoles, mas também para acompanhar o avanço da tecnologia, que é muito nítida, sobretudo no âmbito das comunicações – na tecnologia de informação, na parte de computação em nuvem, para citar aqui um exemplo dos mais atuais. E o projeto de lei também coloca itens de maneira muito clara após intensos debates com diversas administrações tributárias e outros setores que atuam nesses segmentos de tecnologia, inclusive de tecnologia de ponta.

Portanto, nesses aspectos, nos itens que procuram atualizar a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, o propósito do projeto, Senador, é simplesmente não aumentar carga tributária, mas também alcançar determinadas atividades que, enfim, por conta da própria desatualização ou incapacidade de a lei complementar ou de a lei federal ter novidades no seu dia a dia, poder, então, dar tratamento tributário específico a essas distintas atividades. Então, todos os itens que estão ali contemplados têm essa vocação, esse propósito de trazer depois desses dez anos uma atualização.

Há, também, Senador – se me permite – um tema importante, bastante polêmico e que gostaríamos de sublinhar: o propósito dos Municípios – temos procurado assessorar, conversar, buscar, sobretudo, um diálogo – é de pacificar essa polêmica.

Durante a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 89, que recebeu um substitutivo em 2002 e se converteu na atual Lei Complementar nº 116, teve na sua tramitação final retirada do seu texto a revogação do item que tratava da tributação das sociedades uniprofissionais. Hoje, vejam que há um embate muito grande no País, sobretudo com o setor médico, não só porque tem sido autuado, muitas vezes à luz da jurisprudência do STJ, que não vem considerando boa parte das clínicas, hospitais, laboratórios e outros como sociedades uniprofissionais, mas, sim, como empresas. Então, hoje, boa parte do setor médico pede para ser tributado com alíquotas baixas, ter possibilidade eventualmente de ingressar no Simples, para que possa ter, então, um tratamento, sobretudo com segurança jurídica.

Isso vale para outras sociedades uniprofissionais, porque a lógica da Lei Complementar nº 116 foi muito clara ao trazer não mais o profissional, porque isso é um resquício que remanesce na nossa legislação, do imposto sobre indústrias e profissões, que é praticamente um imposto medieval, um imposto sobre corporações de ofício. A lei complementar trouxe não mais a profissão – advogado, psicólogo, contador –, mas trouxe a atividade: advocacia, psicologia, medicina. A lista de serviços é muito clara.

Então, a proposta neste aspecto visa, aí sim, a respeitar a segurança jurídica, não aplicar retroativamente essa nova disciplina, caso venha a ser aprovada, como aconteceu, por exemplo, em mudanças jurisprudenciais, em que as sociedades de advogados foram surpreendidas com um passivo tributário da noite para o dia, mas dar, portanto, tempo suficiente para que essa norma seja absorvida, e os advogados, sociedades médicas, todas as sociedades hoje consideradas uniprofissionais tenham condições de repassar esses custos. Lembro que a alíquota máxima do ISS é de 5%. Então, a proposta tem essa perspectiva. As discussões travadas no âmbito da Abrasf também todas dentro desse contexto de diálogo e de pacificação dessas relações, mas não pode ser justificada a permanência desse modelo de tributação que é, sem dúvida, ultrapassado e com o qual o nosso sistema tributário não pode mais conviver.

Acho que esse diálogo é possível, essa proposta pode vir nesse sentido, buscando o atendimento de todas as partes envolvidas.

O outro ponto relevante, além da atualização dos itens, é a questão da guerra fiscal. Aí, as homenagens ao Senado Federal, a Casa da Federação, em procurar desenvolver instrumentos – e não é por outro motivo que o projeto se inicia nesta Casa – de apaziguar a guerra fiscal, até para que a guerra fiscal do ISS, que teve uma medida muito salutar para minimizá-la, que foi a alíquota mínima do ISS adotada no art. 88 do ADCT, que deu uma resposta importante, e outras iniciativas feitas pelos Municípios, sobretudo pelas capitais, em reduzir não só as fraudes absurdas e simulações, mas algumas discussões que vêm deprimindo a base econômica de tributação do ISS em todo o País. E isso ocorre por concorrências muitas vezes desleais com outras empresas e outros estabelecimentos que corretamente recolhem seus impostos, beneficiando-se de verdadeiros paraísos fiscais, que, infelizmente, ainda existem dentro do Brasil. E também até para que a guerra fiscal que ainda sobrevive em relação ao ISS não atinja as raias dos debates e das discussões que atingiram o ICMS.

Assistimos hoje a uma guerra fratricida, no âmbito do ICMS, que esperamos seja pacificada por instrumentos de solução e equalização dessas questões. O projeto em relação ao ISS também vem nesse sentido.

Uma das questões que eu gostaria de ressaltar – sei que o tempo é breve, procuro respeitar o tempo ao máximo – é a transferência da competência tributária para o ente tributante, o ente municipal onde está si-

tuado o tomador do serviço. Essa possibilidade não só deriva da tributação sobre o consumo, que pode eleger tanto o prestador quanto o tomador do serviço, ou seja, a origem ou o destino, como critério de definição do local de ocorrência do fato gerador como também como um critério de justiça, um critério de equalização tributária no âmbito da Federação. Dessa forma, aqueles Municípios que estão reiteradamente editando leis e praticando fiscalizações tributárias que admitem alíquotas inferiores à alíquota mínima constitucional – pelo projeto de lei, agora, alíquota também da lei complementar, alíquota mínima de 2% – poderão exercer a competência tributária que a própria Constituição estabelece e comete para a esfera municipal. Assim, os Municípios, como um todo, não perderão base econômica de arrecadação por essa competição desleal que vulgarmente se tem chamado de guerra fiscal.

Então, o projeto tem uma proposta inteligente, uma tentativa de solucionar isso. É simples no seu mecanismo, não procurou mecanismos complexos que, por exemplo, as diretivas da Comunidade Europeia trouxeram para o IVA Serviços. Ele simplesmente transfere na medida em que a lei municipal que estabelece alíquotas mínimas é considerada nula.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO ALMEIDA – Portanto, esse é um ponto importante que eu gostaria de remarcar além dos outros já destacados.

Agradeço a atenção e a oportunidade de me dirigir a esta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, agradecemos ao Ricardo Almeida, Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais. Passo imediatamente a palavra ao Sr. Fabio Arruda Mortara, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira da Indústria Gráfica Nacional.

O SR. FABIO ARRUDA MORTARA – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Antes, registro a presença do autor desse importante projeto, Senador Romero Jucá.

O SR. FABIO ARRUDA MORTARA – A quem aproveito para cumprimentar, Senador Romero Jucá. Cumprimento também o Relator, muito próximo da nossa indústria, Senador Armando Monteiro. Srs. membros da mesa, em especial, Dr. Roberto Bertoncini, Sr. Presidente da Abrasf, senhoras e senhores, preparamos eslaides que vou apresentar nos nove minutos e cinquenta segundos restantes para tornar a apresentação bem objetiva. Vou falando "próximo" e você muda, está bem?

A Abigraf é uma associação fundada em 1965. Estamos localizados nesses Estados marcados em amarelo no mapa do Brasil. A Abigraf nacional, que tem 22 regionais, tem sede em São Paulo.

Próximo.

A indústria gráfica brasileira tem uma produção industrial de cerca de R$30 bilhões, tem um déficit comercial crescente, emprega 220 mil pessoas, mais do que a indústria automobilística, por exemplo, em 20 mil gráficas. O porte médio da indústria gráfica é de uma indústria pequena, e representa 2,3% da indústria de transformação.

Próximo.

O perfil das nossas indústrias: como eu disse, somando-se os 80% de micro aos 18% de pequenas é pequena indústria.

Próximo.

A questão do conflito tributário: o nosso setor vem sofrendo há décadas com essas dificuldades. É uma questão extremamente grave, que afeta nossa indústria. Chamamos, como você usou agora há pouco, de conflito tributário. Nos Municípios, o ISS está baseado no entendimento de que qualquer atividade gráfica se enquadra no conceito de prestação de serviços, ainda que seja indústria independentemente do objeto, do resultado e do destinatário da contratação.

Nos Estados, o pagamento Imposto de Circulação de Mercadorias, ICMS, sempre que a atividade gráfica produzir bens que serão utilizados para posterior processo de comercialização.

Eu exemplifico. Esse papel-carta aqui foi impresso por requerimento do encomendante. É um produto gráfico e é ISS.

Esta embalagem deste biscoito aqui é um produto gráfico e é ICMS.

Essas são as distinções.

Este cartão de visita, ISS. E assim por diante.

Isto aqui é embalagem, ICMS.

Há inúmeros exemplos desse tipo.

Tal situação, se não ocorrer, provoca sérios danos à indústria gráfica, que se vê que diante de uma dupla exigência tributária, de um conflito tributário.

Próximo.

Nós temos hoje interposto, por meio da CNI, ainda na gestão do Senador Armando Monteiro, uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal, por solicitação nossa, que recebeu esse número 44.311, em que se defende que o ISS incida em casos de prestação de serviços gráficos e que o ICMS incida no caso em que a atividade gráfica envolve fornecimento de bens.

Outra entidade, que é a Associação Brasileira de Embalagem, a Abre, também ingressou com ação semelhante. É outra ADI junto ao Supremo, e já houve

uma liminar deferida. Esse é um precedente importante que a gente traz a esta Casa. Já há um deferimento de uma liminar junto ao Supremo Tribunal Federal.

Próximo.

O nosso sonho é o fim do conflito tributário na indústria gráfica. Ou seja, desde 2003 a gente vem lutando com isso no Congresso e defende o que está escrito aí, que a confecção gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria e zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados de qualquer forma a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. Quer dizer, tudo o que não seja bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e de instrução, que seriam tributados pelos ICMS, todos os demais devem... E nós apoiamos plenamente este projeto. O Senador Romero Jucá conhece profundamente essa questão também da tramitação anterior aqui nesta Casa. Então, essa é a nossa posição.

Obrigado. Em cinco minutos, está apresentada a nossa posição. Acho que é isso. Eu agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Agradeço muito ao Sr. Fabio Arruda Mortara a objetividade da exposição e passo a palavra ao Sr. Edmundo Machado Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM).

O senhor tem dez minutos.

O SR. EDMUNDO MACHADO OLIVEIRA – Boa noite, Senador Lindbergh Farias, Senador Armando Monteiro, Senador Romero Jucá, obrigado pelo convite. Na presença desses, eu cumprimento outros Senadores presentes, os colegas.

Eu não fui tanto esperto quanto o nosso amigo da Abigraf e queria fazer um pequeno comercial da BRASSCOM. Mas rapidamente. Nós somos uma associação com oito anos de idade, reunimos não todas as empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação, mas as principais empresas com peso relevante no PIB brasileiro. Somos cerca de 40 associados. Aqui são as grandes companhias das áreas de *software* e serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de comunicações. Nós representamos uma atividade hoje que tem um peso relativo de 5% do PIB brasileiro. Junto com comunicações, esse peso é extremamente relevante, mais de 8% do PIB. Na nossa atividade empregamos, 1,2 milhão de pessoas no Brasil no desenvolvimento de *software*, prestação de serviços, uma atividade extremamente relevante e importante para a economia.

Analisando o projeto, eu vou começar pelas partes que consideramos positivas e depois analisar os riscos que ele tem.

A parte positiva está nos arts. 4º e 5º, que acrescentam responsabilidades muito claras para a Administração Pública quando ela faz uma provisão indevida de benefício tributário, benefício fiscal, utilizando o ISS para tanto. Então, fazendo um reforço na Lei de Responsabilidade Fiscal, criam-se as condições adequadas para o bom cumprimento da Lei Complementar 116, exatamente com o intuito de evitar a guerra fiscal.

Para as empresas, nós não estamos preocupados em defender aqui menos ou mais imposto; nós estamos preocupados em defender a tributação justa e adequada.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. EDMUNDO MACHADO OLIVEIRA – Sim, sem dúvida.

E inclusive os 2%, que é uma medida extremamente salutar.

Então, ao estabelecer essa regra que "constitui ato de improbidade administrativa a concessão ou aplicação indevida do benefício financeiro ou tributário" – e também há "improbidade administrativa na omissão em conceder, aplicar ou manter esse benefício" – e ao criar a penalidade, isso tudo é um reforço importante, e também há uma flexibilidade, porque, no art. 8º, ele oferece um prazo de carência de dois anos para adaptação à lei. Está justo, está perfeito, está adequado.

Qual é o problema seguinte? Uma proposta que tem que ser mais bem analisada, porque aqui nós achamos que há riscos de penalização das empresas. É uma proposta a ser retirada ou mudada e está nos arts. 1º e 2º, na combinação deles, propondo a reformulação vazamento na alíquota mínima de 2% do ISS por todos os artifícios que estão nominados.

Qual é a primeira dificuldade? A primeira dificuldade é que é muito difícil você determinar o local da origem do serviço, e, portanto, é difícil provar se a empresa tem ou não tem direito ao serviço.

Vou dar um exemplo: uma empresa pode originar o desenvolvimento do *software* na cidade de São Paulo e fazer a implantação desse *software* na cidade do Rio de Janeiro. Como é que você vai classificar que ele, a cidade de São Paulo, está ou não está cumprindo a legislação, ao fazer essa cobrança que pode ser originada no tomador também. Então, você tem aqui um risco de dificuldade – e a tecnologia é extremamente móvel nesse sentido, e a prestação de serviços também – para incluir diversas formas e não caracterizar

nitidamente que ela é exclusivamente originária do Município e ponto.

A segunda questão é que isso pode levar a um aumento de disputa entre os Municípios, porque um Município que indevidamente, por certo, ou não, esteja promovendo essa tributação, pode alegar que há uma invasão de competência da tributação desse Município. Portanto, temos um risco importante aqui.

Sobre a imprecisão nos serviços listados, que é o item seguinte, nós tomamos como exemplo o que o assessor da Secretaria de Finanças das capitais justamente disse, que é a computação em nuvem. Computação em nuvem é um conceito novo. E é importante que a gente entenda esses conceitos. Há uma tentativa adequada, uma tentativa de descrever o que é no texto, na Exposição de Motivos, mas, se você tomar a classificação de plataforma como serviço, é um erro, porque era uma cessão, que é igual a uma locação, e que não envolve a prestação de serviço. Então, na computação em nuvem, você tem dois conceitos. Um, por exemplo, é o SaaS, que é o *software* como serviço – *Software as a Service.* Aí você tem uma clara configuração de prestação de serviço através do *software*. Você tem intervenção humana, você tem a prestação de serviço de uma empresa para outra. O.k. a tributação. Mas, quando se trata de uma plataforma, a plataforma é um ser fixo lá: é um computador, é um bem inamovível que você está lá... Ele é simplesmente um meio de tráfego. Você não tem uma prestação de serviço com ele que altera, que traz um valor para a empresa. Ele é um meio, a prestação em si do serviço está no *software* e a mesma coisa com uma infraestrutura como serviço, as comunicações que levam àquele servidor.

Na seguinte, você tem também uma imprecisão no serviço de Estados, no acréscimo do item 1.10, que lista o acesso à rede de computadores, inclusive à Internet. Ele está inadequado, porque ele já é hoje classificado como comunicação. Com isso, você tem uma atribuição definida na legislação do ICMS, portanto, incide o ICMS nessa atividade. Nós não seríamos contrários a manter nessa lei complementar, mas desde que você faça um parágrafo dizendo que deve-se excluir a incidência do ICMS na atividade para incidir apenas os ISS. Mas aí é aquela história do Garrincha, precisa-se combinar com outro ente federativo.

Na concessão de cessão de direito de uso o acréscimo do item 1.13, estabelece uma cessão temporária do arquivo de áudio, vídeo e imagem, inclusive *streaming*, e ela trabalha com o conceito da cessão de direito de uso, só que ela não configura o fazer ou o prestar serviços. Portanto, a cessão dessa categoria não deveria levar à tributação de ICMS. É diferente quando você faz o desenvolvimento de um *software* customizado para um dado cliente que envolveu um serviço diretamente, então cabe aí a incidência do ISS.

Há um problema de inconstitucionalidade na listagem. Ela faz a listagem dos pontos 3.06 e 3.07 classificando a locação empresarial de bens móveis e imóveis. Você tem uma declaração de inconstitucionalidade pelo STF da cobrança de ISS sobre a locação de bens móveis no Decreto Lei 406/68. Então, nós achamos que é indevido, inapropriado, fazer essas duas listagens.

E, por fim, para evitar uma bitributação...

(*Soa a campainha*.)

O SR. EDMUNDO MACHADO OLIVEIRA – ... há uma precisão a ser feita no art. 9º, na conclusão dele, incluir o item listado como 17.25 na parte que é conclusiva desse artigo que diz que quanto ao art. 3º, aí você acrescenta isso... Por quê? Porque nessa atividade, que é a de propaganda, veiculação de anúncios, etc. via Internet, ela já está sendo classificada como atividade de comunicação, portanto, está levando ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Vamos passar a palavra agora ao Secretário de Finanças de Porto Alegre, Sr. Roberto Bertoncini, representando a Frente Nacional de Prefeitos.

O SR. ROBERTO BERTONCINI – Boa noite, Senador Lindbergh Farias; boa noite, Senador Armando Monteiro; boa noite, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só quero registrar que estamos numa audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2012, Complementar, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal e dá outras providências.

O autor deste projeto é o Senador Romero Jucá; autor do requerimento, Senador Armando Monteiro, que é o Relator deste projeto.

Passo a palavra ao Secretário de Finanças de Porto Alegre, Sr. Roberto Bertoncini.

O SR. ROBERTO BERTONCINI – Boa noite, Senador Lindbergh Farias; boa noite, Senador Armando Monteiro, Senador Romero Jucá, Autor do projeto, Senador José Pimentel. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a iniciativa do Senador Romero Jucá em propor esta matéria ao Senado, porque os Municípios brasileiros vêm enfrentando já há algum tempo situações bastante difíceis no que se refere às suas finanças. O aperfeiçoamento dessa Lei Complementar nº 116 com certeza vai proporcionar aos entes federativos ganhos de arrecadação capazes de nos auxiliar

– nós gestores municipais – a enfrentar os desafios que são cada vez maiores.

A Lei nº 116, publicada em 2006, completa, neste ano, dez anos de vigência. Muitas coisas aconteceram nesse período de dez anos, principalmente no que se refere aos avanços havidos na tecnologia da informação, com novos aparelhos, novos equipamentos de informática.

A nossa Lei nº 116 fala de *softwares* utilizados em computadores. Na verdade, hoje existem *tablets* que a Receita Federal classifica como computadores, mas nós temos dificuldade de enquadrá-los como computadores. Esses equipamentos não existiam em 2003 – os *tablets* são de 2009, 2010 para cá. Então, hoje há uma dificuldade para se fazer a tributação dos aplicativos desenvolvidos para esses equipamentos. A mesma coisa ocorre com os *smartphones*, equipamentos que não existiam em 2003 e que hoje estão amplamente difundidos na população, que tem uma série de produtos à sua disposição – há uma série de *softwares*, de aplicados sendo utilizados. E esses produtos não têm sido objeto de tributação por falta de uma previsão legal que nos permita impor o tributo sobre esses serviços de desenvolvimento de aplicativos.

Nesse sentido, o projeto de lei vem em boa hora, porque, além de trazer essa atualização, propõe uma redação que permite o enquadramento futuro de avanços de tal forma que ela não fique defasada no tempo. Isso é bastante importante, porque, nessa área de tecnologia, os avanços são significativos de um ano para outro.

Outro avanço importante no projeto de lei é em relação às gráficas. Há uma discussão muito forte entre os Municípios, entre os Estados, sobre a tributação incidente sobre o serviço das gráficas. E, efetivamente, o setor produtivo acaba sofrendo mais com isso, porque, afinal de contas, não sabe se deve recolher o Imposto Sobre Serviços, se deve recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Imagine a dificuldade do empresário, diante de um impasse desses, em decidir para quem vai recolher, de quem ele vai levar a menor multa. É mais ou menos isso que ocorre para se decidir a quem vai ser feita a arrecadação do tributo.

Então, essa proposta desenvolvida, apresentada pelo Senador Romero Jucá, deixa, de uma forma muito clara, muito transparente, a competência tributária dos Municípios, a competência tributária dos Estados, resolvendo o impasse, como disse o Dr. Fabio, que já vem de décadas.

Há outro avanço que entendemos importante no que se refere à locação empresarial. Entendemos que a proposta está perfeitamente adequada à Constituição Federal; não há, nesse sentido, nenhuma inconstitucionalidade na nossa compreensão da matéria. Hoje, o serviço de locação empresarial, seja de bens móveis, seja de bens imóveis, não sofre nenhum tipo de tributação.

Outro avanço da proposta do Senador Romero Jucá é em relação às sociedades profissionais – o Dr. Ricardo já teve a oportunidade de se manifestar sobre isso –, em que a capacidade contributiva é levada em consideração para a tributação do ISSQN, o que, hoje, está muito longe da realidade quando se tributa com um valor fixo o trabalho de determinadas categorias profissionais. Então, a tributação com base na capacidade contributiva é um grande avanço da proposta trazida no Projeto de Lei 386.

Para os Municípios, como eu disse, o acréscimo de arrecadação que essas alterações podem proporcionar vem ao encontro da necessidade que esses entes federativos têm de aumentar as suas receitas próprias. Nós sabemos que a União, quando vai fazer uma determinada política econômica, lança mão muitas vezes de redução de alíquotas, de tributos ou de contribuições que têm repartição com os Municípios. Acaba impactando na receita obtida pelas transferências, no caso específico dos Municípios, do FPM. Então, para nós, o fortalecimento da nossa capacidade de arrecadação de receitas próprias é fundamental para que possamos, lá no Município, lá na nossa cidade, lá na nossa capital, desenvolver as nossas políticas de atendimento na área da saúde, na área da educação, na área de segurança e infraestrutura.

Nas capitais, hoje, temos esse debate, pelo menos numa parte significativa delas, das obras que estão sendo feitas para a Copa do Mundo. E muitas capitais, como Porto Alegre, acabaram contraindo operações de crédito para fazerem obras de mobilidade urbana. Essas operações de crédito vão ter que ser pagas. Na verdade, foram empréstimos feitos com recursos em condições bastante vantajosas, mas que os Municípios vão ter que honrar com esses compromissos assumidos junto ao Governo Federal, junto à Caixa Econômica Federal, junto ao BNDES.

Então, o fortalecimento para os Municípios da sua capacidade de gerar receita própria é fundamental para que possamos atender às demandas sociais que são cada vez maiores. O ISS, como principal tributo próprio dos Municípios, tem um papel fundamental a ser desempenhado. Para nós, a atualização da lei é essencial para manutenção do equilíbrio fiscal, manutenção da capacidade de investimento e manutenção da saúde econômica e financeira dos Municípios.

Sr. Presidente, era isso. Fico à disposição dos Senadores para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Secretário de Finanças de Porto Alegre, Roberto Bertoncini.

Vou abrir a palavra aos Senadores.

O primeiro inscrito é o autor do projeto, Senador Romero Jucá.

Antes, Senador Romero Jucá, devo dizer que esta Comissão de Assuntos Econômicos está entrando com força no debate da guerra fiscal. Tivemos a votação nesta Comissão da reforma do ICMS. Saiu daqui e foi para o plenário. E queremos entrar com força nesse debate do ISS, que envolve prefeitos de todos os Municípios do Brasil.

Em relação ao ICMS, Senador Armando Monteiro e Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, vou tentar – e acho que cabe a todos os Parlamentares – construir algum acordo para o Plenário do Senado. Nós não podemos perder esse esforço em relação à reforma do ICMS.

Na verdade, o quadro que está instalado hoje de guerra fiscal paralisa novos investimentos. Há uma grande insegurança jurídica, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que aquilo que não foi aprovado pelo Confaz é inconstitucional. Se não conseguirmos construir, Senador Romero Jucá, agora, um entendimento, nós podemos perder esse grande esforço. E estaremos abrindo mão de uma prerrogativa nossa, estaremos jogando tudo nas mãos do Supremo.

Eu inclusive liguei para alguns Líderes, estou tentando. Acho que é um caminho aqui. Se conseguimos em relação aos bens de informática baixar o percentual da Zona Franca de Manaus para 9%, porque, na verdade, era 12% contra 7%, a diferença era 5%; agora, caindo para 4%, você traz para 9% na verdade, fica a mesma diferença de 5%. E restabelecer um acordo que foi feito pelo presidente do Confaz, os representantes do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste em relação ao comércio, ficando 7% apenas para produtos industrializados e agropecuários, até porque isso não beneficia a maior parte dos Estados do Nordeste. Em cima desses dois pontos, acho que é possível talvez costurar um acordo quase que consensual em relação à reforma do ICMS.

Quanto ao tema aqui do ISS, quero parabenizar o Senador Romero Jucá pela profundidade do projeto. Acho que esse projeto também enfrenta a guerra fiscal. Há três Municípios no Brasil fazendo isenções e prejudicando 99% dos Municípios brasileiros. É um projeto que atualiza a Lei Complementar nº 116, de 2003 – e houve tantas mudanças neste País –, que simplifica e separa o que é ICMS, ISS. Então, é um projeto muito importante.

O que é que eu quero fazer em relação a esse projeto? O Senador Armando Monteiro é um Senador desta importância, quero que os senhores saibam disso, do peso que ele tem nesta Comissão de Assuntos Econômicos e no Senador Federal, do respeito que todos têm pela sua capacidade. É o Relator desse projeto, e vou pautar na reunião do dia 21 desta Comissão de Assuntos Econômicos. Deve haver, pela complexidade do tema, vista coletiva. E nós devemos votar – e eu quero votar – no dia 28. Em sendo aprovado, há um requerimento de urgência para ir direto ao Plenário. Essa matéria não vai passar por nenhuma outra comissão.

O Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, tem construído uma pauta de diálogo positiva com vários setores e de objetividade, para aprovação de temas. Imaginem os senhores se nós entrássemos, no começo de junho, com esse projeto aprovado para tramitar na Câmara dos Deputados?

Então, eu peço aqui também o empenho dos senhores prefeitos nessa mobilização, para que a gente consiga, com rapidez, votar nesta CAE e no Plenário do Senado Federal. É esse o calendário que nós queremos obedecer aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Com a palavra, o autor do projeto, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. debatedores, primeiro quero agradecer as palavras de V. Exª, Sr. Presidente, e dos debatedores que aqui se pronunciaram sobre o projeto e fazer algumas observações. Primeiro, dizer que, para minha satisfação, esse projeto não poderia estar em melhores mãos do que nas do Senador Armando Monteiro, para relatar a matéria. É um Senador preparado, um Senador que se preocupa com o País, vê todos os ângulos importantes da questão econômica. Portanto, acho que estamos tranquilos, com a certeza de que o Senador Armando Monteiro vai melhorar esse projeto.

Na verdade, há alguns anos, eu fui aqui o Relator do PLC 116, esse Projeto de Lei Complementar que funciona hoje sobre o ISS. Então, essa é a vantagem de a gente ter muito tempo de Casa, porque, na verdade, a gente vai ajudando a construir a história. Quando aprovamos esse projeto, foi um avanço, porque era uma guerra fiscal deslavada, não havia limite de alíquota, o serviço era feito num canto e declarada noutro. Era uma situação muito complicada e nós conseguimos avançar. Aprovamos uma lista de serviços que estão aqui, até hoje, vigendo.

E, como foi dito aqui no debate, o País mudou, nós avançamos. E houve mecanismos também, de certa forma, de tentar burlar a equidade tributária que

se previu no Projeto de Lei Complementar 116, porque não havia penalidade. Efetivamente, o que se viu foi que, mesmo havendo o projeto de lei complementar, prefeituras, cidades, começaram a fugir do limite mínimo e começaram a fazer isenções diminuições, abatimentos e outros tipos de mecanismos, fundos, fundos que devolviam. Enfim, criando mecanismos que faziam com que nós tivéssemos também, no caso do Município, a implantação de guerra fiscal.

Esse projeto foi discutido, debatido com a Associação de Prefeitos. Na verdade, não é um projeto simplesmente da minha autoria. É um projeto que levou em conta a necessidade. Todos os itens colocados aqui foram debatidos com as prefeituras, os problemas foram apontados pelas prefeituras ou por segmentos produtivos, como no caso a Abigraf, que, na época, colocou a questão que também está aqui referenciada no projeto.

Então, nós temos aí uma tarefa que é modernizar e, efetivamente, melhorar o sistema tributário municipal, para dar suporte o que foi dito aqui pelo secretário. As atribuições dos Municípios cresceram avassaladoramente, o FPM tem decaído ao longo dos anos – é outra discussão que temos que fazer também –, é a base de arrecadação do FPM, que é Imposto de Renda e IPI, que tem sido dado no sentido de desonerar a produção, o que é legítimo, mas, na verdade, ao se fazer isso, impacta-se, de um ano para outro, o orçamento de um ente federado que não está sendo ouvido, que tem seu orçamento previsto, que tem seu plano plurianual de investimentos, que tem o seu custeio. Na verdade, de repente, ao se conceder o IPI dos automóveis, está-se mexendo em grande parte da arrecadação dos Municípios, principalmente os Municípios que precisam de mais recursos, que arrecadam menos receitas de outras naturezas.

Na verdade, esse projeto procura, de certa forma, fazer justiça. E aí quero referenciar um ponto, que foi tema, inclusive, da eleição americana. Quanto cada um deve pagar de imposto? O candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos pagava menos Imposto de Renda que a secretária, por conta de abatimentos.

Nós estamos aqui tratando das questões dos prestadores de serviço, dos profissionais liberais, que hoje, efetivamente, em grande parte, não pagam nada de imposto, porque a taxa, muitas vezes, é simbólica e não sofre reajuste. Há um problema político e não se mexe. Termina-se criando uma situação de não recolhimento de imposto de uma categoria, que é um serviço que tem crescido. Na economia do Brasil, o setor industrial tem regredido e o setor de serviços, crescido. Na verdade, se não se tributar o setor de serviço, vai haver, efetivamente, no futuro, uma situação desproporcional no sistema arrecadatório.

São pontos que estão para a discussão. Eu não quero entrar no mérito. Eu acho que cada um colocou muito bem a sua ótica. Inclusive as questões colocadas pela BRASSCOM levantam alguns temas sobre as quais é preciso que o relator se coloque. Eu só acho que vamos ter de enfrentar a questão da tecnologia, porque é daí para mais. Na verdade, a lei tem de prever o que há agora e tem de prever o que vai haver daqui a dois, três, quatro, cinco anos, porque, só daqui a dez anos, nós vamos discutir outra lei complementar. Não é fácil aprovar uma lei complementar nas duas Casas, que diz respeito a uma questão tributária como esta de ISS. Então, acho que vocês podem ajudar muito. E o Relator também vai se debruçar, assim como todos nós vamos nos debruçar, no sentido de vislumbrar o futuro e preparar o processo tributário para o futuro de tecnologia que nós vamos ter, sob pena de ficar completamente desatualizado.

Eu queria agradecer e parabenizar a Comissão pelo debate, pelo calendário. Eu acho que é importante votarmos essa matéria. Lembro que essa matéria, ao ser aprovada, ainda vai para a Câmara. Nós vamos ter dois anos para que a lei seja, efetivamente, posta em prática. Então, na verdade, há um hiato grande. Nós estamos falando de uma lei que vai funcionar no final do mandato dos atuais prefeitos, para os novos prefeitos. Então, há aí um *gap*, uma distância que precisa ser discutida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois é.

Vamos ter de correr com essa votação no Senado, mas, estando nas mãos do Senador Armando Monteiro, não tenho dúvida de que será um trabalho feito excepcionalmente, e ele vai apresentar as contribuições necessárias.

Eu queria parabenizar a todos e agradecer as referências.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, autor do projeto.

Eu passo a palavra para o Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, eu quero saudar os nossos expositores e parabenizar o Senador Romero Jucá pela iniciativa desse projeto de lei. Na verdade, ele é fruto de um trabalho da Frente Parlamentar, também das cidades acima de 200 mil habitantes que estiveram, algumas vezes, aqui, na Casa, e particular-

mente do setor da indústria gráfica, que também traz essa matéria ao debate desde os anos 1990.

Eu lembro que, na Comissão de Finanças e Tributação, por volta de 1999, 2000, quando discutíamos, nosso Senador Romero Jucá, esse projeto de lei que resultou na 116, esse tema já estava presente. O Deputado Luiz Carlos Hauly, o nosso Relator, aqui, Senador Armando Monteiro, havia outro Deputado nosso, por Minas Gerais, Carlos Melles, um núcleo de Parlamentares se debruçaram sobre esse tema e tivemos acordo com os governadores da época a respeito de uma determinada lista a que V. Exª faz referência aqui. Não conseguimos evoluir no setor gráfico.

Essa matéria tem estado presente na discussão de 2003 para cá. Lembro muito bem que, na aprovação do Simples Nacional, em dezembro de 2006, fizemos outro longo debate sobre essas questões e achamos por bem, na Lei Complementar nº 123, tratar das micro e pequenas empresas – o Senador Armando Monteiro também foi um grande colaborador dessa discussão. Com relação às médias e grandes empresas, não tivemos unidade naquele momento para evoluir.

Agora, acredito que temos uma possibilidade muito maior, até porque, nos fundamentos da economia, lá em 2003, tínhamos uma taxa Selic de 26,5% ao ano. Hoje, ela está em 7,5%, com o meu protesto, porque acho que 7,25% seria bem razoável. Mas há um segmento que acha necessário voltar a provocar desemprego no Brasil, e aí resolveram enfrentar o aumento da taxa Selic para que isso se materialize. Sobre isso, é bom registrar que todas as vezes em que o Banco Central aumenta a taxa Selic, ele é independente. Agora, quando ele diminui a taxa Selic, diminuindo a lucratividade dos bancos, aumentando o resultado do setor produtivo, aí não, ele não é independente.

Uma leitura interessante esta: quando premia banqueiro é independente; quando premia a economia nacional, quando premia a geração de emprego, o fortalecimento da nossa economia, aí ele não é independente. Mas este é um debate que precisamos fazer, para que possamos compreender a questão. Portanto, aqueles fundamentos, lá de 2003, hoje, estão mais vantajosos para a sociedade brasileira.

Lembro-me de que, quando aprovamos o Simples Nacional, apresentaram-nos uma relação de perda de recursos do ICMS e do ISS, e nós tínhamos um conjunto de dados de levantamento, seja pelo Sebrae, seja pela Fundação Getúlio Vargas, de que isso iria aumentar a arrecadação do ICMS e também do ISS. Os fatos, hoje, comprovam a nossa tese: nenhum Estado e nenhum dos 5.565 Municípios perderam receitas por conta do Simples Nacional. Muito pelo contrário: aumentaram as suas receitas significativamente.

Nós também enfrentamos, a partir de 2008, por conta da crise internacional, um reflexo da nossa economia. Tínhamos o seguinte cenário: poderíamos manter a carga tributária da indústria, diminuindo a sua produção, que diminuiria a sua comercialização e o repasse do ICMS para os Municípios, a parte que lhes cabe.

O Presidente Lula, com a sua sagacidade e a sua visão de mundo, resolveu discutir com a sociedade brasileira uma proposta que aumentasse o consumo, diminuindo o IPI e os juros e, ao mesmo tempo, garantisse a compensação dos Estados e dos Municípios, através do aumento das vendas. Através do ICMS, havia a compensação dessa diferença.

É verdade que os Municípios e os Estados perderam FPE e FPM, mas é verdade também que eles ganharam no ICMS, compensando essa diferença e, ao mesmo tempo, garantindo o mundo do emprego, o consumo e a nossa produtividade.

Hoje, chegamos a um estágio em que a dívida pública externa brasileira, através do setor produtivo brasileiro, do esforço do empresariado e dos trabalhadores e da produtividade, ao lado do Governo, conseguiu encontrar um equilíbrio nas contas externas, pagando as nossas dívidas e tendo certo saldo que nos permita ter uma transição.

Resolvemos também estimular a importação de máquinas e equipamentos para trazer inovação tecnológica para a nossa indústria. Por isso, a balança comercial brasileira tende a diminuir o seu resultado. A balança comercial, como todos nós sabemos, será superavitária, com já o foi nos últimos anos, e, no setor de serviços, tende a ter um desequilíbrio. Queremos cobrir isso através do investimento direto, que é feito no Brasil.

No que diz respeito à dívida pública interna, ali, em 2002, quando todo o processo de consolidação da dívida pública interna terminou, ela foi a 59% do Produto Interno Bruto, saindo de 28,5%, e a nossa carga tributária saiu de 29% para 34,5%. Essa dívida pública interna caiu para 35%, 35,2% do PIB, e a carga tributária continua na casa dos 34%. Portanto, precisamos reduzir a carga tributária, para devolver ao setor produtivo e à sociedade brasileira esse aumento de carga que exigimos dela na época em que a dívida pública interna cresceu.

Qual é o grave problema? É que os entes do Pacto Federativo têm uma demanda muito forte e querem se apropriar dessa diferença de saldo que temos hoje, por conta da queda da dívida pública, e manter a carga tributária em 34% e não devolver à sociedade algo em torno de 29% e 30%, que queríamos chegar em 2022 com ela nesse patamar, nesse processo de desoneração.

É dentro desse debate que vem a questão do ICMS. Chegamos à conclusão que é o momento de simplificarmos esse processo. A proposta que aprovamos não o simplifica, porque a ideia era ter uma alíquota única num processo. Aí daqui a 20 anos, poderia ser 30 anos, para simplificar o processo e, ao manter alíquotas diferenciadas, lamentavelmente essa simplificação não acontece. Aí, o custo de gestão da questão tributária encarece muito as nossas empresas.

Com relação à segunda questão, o nosso Presidente, Senador Lindbergh Farias, levanta com muita precisão. Temos um conjunto de incentivos fiscais, de 1989 para cá, que não tem a unanimidade do Confaz, já foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal e vai trazer uma insegurança jurídica muito forte para as empresas em especial das Regiões Norte e Nordeste, a minha região.

A nossa Presidente Dilma e o Ministério da Fazenda resolveram construir uma saída organizada para esse grave problema: a União colocaria meio trilhão de reais na mão dos 27 Governadores para resolver esse grave problema da guerra fiscal, como chamamos, e da simplificação. Lamentavelmente, os setores foram num outro sentido. Compreendemos isso. Por isso, o Governo entende que não faz sentido pegar meio trilhão de reais do contribuinte brasileiro e as coisas continuarem do mesmo jeito: três alíquotas; a carga tributária sem uma perspectiva de redução no futuro, não teria redução neste momento, mas criava as condições, e o custo fiscal para a empresa continua o mesmo, porque a parafernália de leis estaduais, de decretos com três faixas, será muito maior do que com duas faixas, como temos hoje.

Portanto, estamos chegando a um impasse. É por isso que a reunião da Medida Provisória nº 599, que seria amanhã, às 11 horas, foi cancelada. Ou seja, a medida provisória que criava o Fundo de Compensação e o Fundo de Investimento Nacional vai perder a sua eficácia antes do final do mês de maio.

Lamentavelmente, estamos chegando a esse estresse no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado pela fala, Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso.

Passo a palavra para o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quero cumprimentar o Presidente Lindbergh Farias e os representantes das entidades que foram convidados para participar desta audiência. Creio que o conjunto das exposições foi extremamente elucidativo e importante para o debate, porque é necessário que haja uma ampla audiência dos setores interessados, que interferem nessa questão.

Quero começar, reconhecendo que o Projeto do Senador Romero Jucá atende a uma demanda concreta: atualizar a Lei nº 116, que está defasada e ainda não considerou, à época, o comando constitucional daquela Emenda nº 37, que terminou evidentemente ensejando e criando as condições para que uma guerra fiscal também se instalasse nessa área.

Então, tenho certeza de que é oportuno e importante fazer a atualização dessa lista de serviços.

No entanto, não nos escapa também à compreensão que o Brasil tem um problema já grave de carga tributária. Temos uma carga tributária que, a meu ver, não se coaduna com a realidade de um país de renda média. É por isso que o Brasil é uma economia hoje condenada a crescer pouco, porque a sociedade brasileira carrega uma sobrecarga, que, no nosso caso, tem um agravante, Senadores Romero Jucá e José Pimentel: os recursos extraídos da sociedade são transferidos ao setor público, se considerarmos o déficit nominal acrescido ao tamanho da carga, que consome quase 40% do que se produz no Brasil, e o mais grave é que esses recursos não têm permitido uma ampliação do investimento público, que é o gasto de boa qualidade, que tem caráter reprodutivo.

A sociedade é penalizada com essa enorme extração de poupança; isso se transfere para o setor público, que, por sua vez, investe pouco, porque, no Brasil, os gastos de custeio, os gastos correntes, crescem sempre a taxas superiores à do produto da economia. Portanto, cada vez mais, o Brasil fica condenado a crescer pouco. O setor privado é quase unicamente o responsável pela formação da poupança, que é pequena e, portanto, não permite que o Brasil amplie o investimento. Sem ampliar a taxa de investimento, não vamos poder crescer de forma mais significativa.

Então, essa questão do ISS não escapa, evidentemente, a essa consideração, que é o tamanho da carga tributária. Temos de partir da premissa, Senador Lindbergh Farias, que essa base toda é hoje, de alguma forma, tributada, mas entendemos que o setor de serviços – e temos de reconhecer isso –, no Brasil, é, de certo modo, subtributado.

Quando cheguei ao Congresso Nacional, em 1998, tive o privilégio de integrar aquela Comissão Especial da Reforma Tributária, que foi presidida pelo nosso companheiro Germano Rigotto, o ex-Governador, cujo Relator era o Deputado Mussa Demes, o saudoso Mussa Demes. Aquele projeto de reforma tributária que veio a ser aprovado na Comissão Especial, quase que por unanimidade, Senador Romero Jucá, preconizava algo que eu considero muito correto: incorporar

a base de serviço ao ICM. Isso ensejaria, inclusive, a possibilidade de redução das alíquotas do ICMS, na medida em que ampliaríamos a base e que, portanto, poderíamos reduzir a sua alíquota. É evidente que haveria um critério para poder redistribuir e repartir isso, de modo a contemplar os entes municipais.

Mas não tenho dúvida de que o projeto é oportuno. Devemos constatar que a esmagadora maioria dos Municípios brasileiros não tem base própria de arrecadação, dependem exclusivamente de transferências intergovernamentais. É preciso, portanto, que, olhando o futuro, sobretudo considerando que o setor terciário vem ganhando cada vez mais importância na economia, que os Municípios passem a ter bases próprias de tributação, desde que não haja uma sobreposição, e, mais do que isso, que não se consagre uma situação de grande elevação da carga, o que seria inaceitável.

Com relação a alguns pontos específicos do projeto, quero logo colocar a minha inteira concordância com a questão do setor gráfico. Conheço essa distorção. Ela é antiga. É algo absurdo. O setor é penalizado de forma absolutamente indevida. Portanto, essa questão me parece fundamental.

A outra é a questão da guerra fiscal que se instalou nessa área. Vejam que na área de *leasing*, por exemplo, nós temos um exemplo do nível de distorção que essa situação criou. Quatro Municípios no Brasil se apropriam de toda a receita do *leasing* praticamente. Então, isso dá a medida da distorção.

No entanto, eu tenho algumas preocupações em relação a algum efeito do projeto na área da construção civil, por exemplo. Quer dizer, permitir que alguns Municípios ofereçam ao setor da construção civil a possibilidade de uma taxação menor, reconhecendo que esse setor não se presta à chamada guerra fiscal pela sua própria característica... Você edifica onde efetivamente há uma demanda. Pelas próprias características do setor, isso não se presta à questão da guerra fiscal. Então, é preciso ter cuidado, porque tudo que temos feito ultimamente vai na direção de desonerar o setor da construção civil. Lembrando que esse setor entra de forma muito expressiva no cálculo da formação bruta de investimento no Brasil, porque, no cálculo da formação bruta de investimento, você tem os itens: bens de capital, máquinas e equipamentos, e a construção de uma maneira geral. Então, onerar o setor da construção vai um pouco na contramão dessa tendência, que é desonerar o investimento etc.

Por outro lado, há alguns serviços que seriam alcançados também. Por exemplo, a área de saneamento ambiental. Nós precisamos muito de investimento nessa área. Será que é razoável também elevar a tributação nessa área? No que diz respeito aos serviços uniprofissionais, isso produzirá um impacto expressivo, essa tributação ou a mudança abrupta na tributação. O impacto disso, exatamente, nós conhecemos? Isso, de algum modo, reflete na inflação? Teria alguma sensibilidade nessa questão da inflação, de forma direta ou indireta?

Bom, são questões que, a meu ver, têm de ser de alguma forma consideradas. Mas nós vamos procurar aqui, sobretudo considerando o prazo tão exíguo que o Presidente Lindbergh nos oferece para matéria tão complexa...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a competência do Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O risco de produzirmos um relatório que não contemple efetivamente toda a complexidade desse tema é grande. Mas, como eu confio muito na Comissão e tenho certeza de que os companheiros que a integram sempre oferecem uma contribuição importante ao aperfeiçoamento das matérias, eu creio que isso poderá diminuir muito o risco de que esse nosso relatório venha a produzir alguma situação, vamos dizer, que precisasse ser mais bem contemplada.

Bom, de qualquer modo, eu quero me congratular com o Senador Romero Jucá, por essa iniciativa. Acho que esse projeto é importante, como também, na pauta do Senado, hoje, são todas essas questões federativas e que afetam o Pacto – e o Senador Lindbergh lembrou muito bem a questão do ICMS, que é um teste de fogo para esta Casa. Seria uma imensa frustração, se nós não conseguirmos lograr um entendimento que torne essa saída razoável e que consagre um avanço efetivamente.

O pior cenário é continuarmos a ter um sistema complexo, que ainda oferece incentivos à chamada guerra fiscal, porque na medida em que ainda tenhamos uma assimetria grande nas alíquotas, nós podemos estar oferecendo mais incentivo, mais combustível a essa guerra fiscal. Portanto, é imperioso que se possa chegar a um denominador minimamente razoável. E eu quero fazer minhas as suas palavras de que o Senado precisa encontra esse ponto.

Senadores que aqui estão, pela sua importância e peso nesta Casa, o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, que tem um processo muito importante nesse processo, o Senador Suplicy, que trouxe uma preocupação legítima com a situação do Estado de São Paulo e do Sudeste, já que essa assimetria de alguma forma, num primeiro momento, penalizaria um pouco a Região Sudeste ou mais fortemente, eu acho que precisamos encontrar realmente esse denominador.

Eu espero que essa contribuição possa ser de alguma forma ampliada à medida que encontremos

aqui na discussão do ISS também uma fórmula que permita um avanço substantivo neste tema.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Antes de passar ao último Senador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, eu quero fazer um registro aqui.

Muito se fala às vezes da baixa qualidade da nossa representação parlamentar. Os senhores presenciaram, neste debate aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, três Senadores que fizeram falas – o Senador Romero Jucá; depois, o nosso Líder do Governo no Congresso; depois, o Senador Armando Monteiro – extremamente profundas. O Senador José Pimentel discorreu sobre a economia brasileira. O Senador Romero Jucá participou, foi o Relator aqui deste projeto de lei complementar há dez anos. O Senador Armando Monteiro.

Eu queria registrar isto: o alto nível deste debate que está acontecendo hoje neste Senado Federal e grandes quadros, homens públicos que nós temos neste Senado Federal. Eu como jovem Senador, não tão jovem, mas um Senador que está aqui no meu primeiro mandato do Senado Federal, digo que tenho, nesta Comissão de Assuntos Econômicos e aqui, aprendido muito. Então, hoje é um dia que a gente deve realçar. Sempre se fala ao contrário, não é, Senador Romero Jucá? É difícil destacarem momentos como estes que aconteceram aqui na fala dos Srs. Senadores.

Eu passo ao último Senador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por estar utilizando a tribuna do Senado, eu peço desculpas por não ter ouvido a apresentação dos Srs. Ricardo Almeida, Roberto Bertoncini, Edmundo Machado de Oliveira e Fabio Arruda Mortara. Mas eu quero dizer como considero extremamente importante para o Brasil a indústria gráfica. Avalio que é muito importante que possamos nós aqui no Senado, dada a contribuição do Senador Romero Jucá, autor da proposta, e do Relator Armando Monteiro, que conhecem tão bem os problemas de tributação, encontrarmos o caminho adequado de racionalização neste projeto do ISS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

E gostaria, Sr. Presidente Lindbergh Farias, de transmitir a V. Exª que considero muito importante a palavra que aqui colocou, agora reforçada pelo Senador Armando Monteiro, do esforço para chegarmos a um entendimento com respeito à votação.

Até pergunto ao Líder José Pimentel se está confirmada para amanhã a votação em plenário relativa ao ICMS ou para que dia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, ela não está nem pautada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ainda não está pautada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Há um requerimento de urgência aqui da Comissão que falta ser aprovado no plenário para, depois, ela ser pautada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pergunto para estamos conscientes de quando será esse passo. O Senador Armando Monteiro já informou que vai apresentar uma proposta conciliadora.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para fazer uma observação, Senador Suplicy. O projeto de resolução, apesar de ter sido votado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, primeiro, vai precisar ser ajustado no plenário. Depois, ele só deverá ser votado no plenário no momento em que nós tivermos o texto do processo da medida provisória, desta ou, como disse o Senador Pimentel, se a posição do Governo for deixar caducar esta medida provisória, de outra medida provisória ou do projeto de lei complementar, que efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – De que o Senador Armando Monteiro também é o Relator, o 106.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... crie os fundos que vão dar equilíbrio e inclusive a convalidação dos incentivos e outras questões mais. Então, na verdade, mesmo já tendo saído da Comissão, o projeto de resolução, no meu entender, deve aguardar outras peças do quebra-cabeça se encaixarem para efetivamente nós temos a condição de votar essa matéria no plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que a minha assessoria ouviu as exposições e eu mesmo vou estudar para poder contribuir com o autor e o Relator dessa matéria.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós vamos encerrar agora com duas falas rápidas de dois minutos do Secretário Adjunto da Prefeitura de São Paulo, Antônio Paulo de Medeiros, que está aqui. Agradecemos a sua presença. O Prefeito Fernando Haddad ligou para falar sobre esse projeto, Senador Suplicy, e o está acompanhando atentamente. E, depois, o Sr. Edmundo Machado Oliveira, que também vai fazer uma intervenção de dois minutos sobre algumas preocupações sobre o tema.

Com a palavra o Sr. Antônio Paulo de Medeiros.

O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Boa noite a todos os presentes.

Eu gostaria de cumprimentar, em especial, os senhores integrantes da Mesa; os representantes da Abrasf; os Senadores Romero Jucá e Armando Monteiro; o nosso Senador Eduardo Suplicy e, em especial, parabenizar o senhor, Senador Lindbergh Farias, por estar encarando temas tão importantes e caros a nossa gestão fiscal responsável e que são fundamentais para os Estados e Municípios: o ICMS e ISS.

Eu gostaria de registrar apenas dois pontos – imagino que eles englobem praticamente todo esse projeto de lei – que são muito importantes à Prefeitura de São Paulo e, entendo, a todos os Municípios que gostariam de trabalhar de uma forma tranquila e em cooperação com os demais Municípios.

Em primeiro lugar, é a questão da guerra fiscal. Nós não temos o intuito de tributar quem está trabalhando em outros Municípios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fique tranquilo. A campainha disparou por engano.

O SR. ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – O.k. Obrigado.

Nós não temos o intuito de tributar quem está trabalhando em outros Municípios ou quem está em outros Municípios. Não. Queremos simplesmente atuar em alguns Municípios que estão descumprindo o que está na Constituição Federal.

Com relação a diversos outros setores que hoje não estão sendo tributados pelo ISS, o que nós gostaríamos é que esses setores fossem tributados, da mesma forma que todos os demais setores da sociedade brasileira.

Muito obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Eu agradeço a participação de V. Sª.

Passo a palavra ao Sr. Edmundo Machado Oliveira, que é o Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM).

O SR. EDMUNDO MACHADO OLIVEIRA – Rapidamente, Senador Lindbergh, nós temos aqui um exercício muito relevante a fazer entre custo, justiça tributária e segurança jurídica.

A BRASSCOM se orgulha de ter sido a associação que colocou na agenda do País a questão da desoneração da folha, com conceito da mudança da base de tributação da folha para a receita, para atender aos dois problemas de custo e de justiça no nosso setor.

Qual é o problema de custo? O problema de custo é que o Brasil, como pôde presenciar o Presidente Lula pela voz direta da Presidente Kirchner, estava perdendo negócios não só para a Índia, na área de serviços de *software* e tecnologia de informação, mas para a Argentina e hoje para a Colômbia, México etc. Se há uma área que é sensível, porque não há fronteira, não há aduana, etc., etc., é a tecnologia da informação, onde os custos relativos pesam e são feitos por fibra ótica.

Nesse sentido, a segunda mudança que nós fizemos visa à justiça tributária, porque nós queríamos evitar a informalidade no setor da tecnologia da informação, que é largamente praticada por empresas, fazendo manipulação sobre a folha. E isso impedia a existência de empresas sadias, no Brasil, de empresas capazes de abrir capital, crescer e se desenvolver, etc.

Bom, se quisemos a justiça tributária no nosso próprio setor, queremos também que os Municípios assim o tenham. Não há contradição. Agora, é preciso ter cuidado na elaboração das emendas, para que não tenha o efeito reverso ao que se pretendeu, e, na mesma questão, da atualização da lista, para que não haja bitributação com ICMS e ISS.

Então, nós estamos inteiramente à disposição para colaborar na elaboração. E queremos fazer exatamente este alerta: de que aqui temos uma área extremamente sensível, que cresce e que precisa ser tributada adequadamente, mas é preciso ser considerado também um contexto que não é só de cidades ou de país, é um contexto global. A computação em nuvem vai ser o grande elemento que distribui essas coisas: se o Data Center vai ser feito no Brasil, se vai ser feito no Chile, ou se vai ser feito no México. Pode-se perder a arrecadação de ISS, porque ela foi para outro lugar. No máximo, vai-se ter isso como IOF ou como Cide depois etc.

Então, nós precisamos pensar o futuro, Senador. O senhor tem inteira razão. A tecnologia evolui de uma forma extremamente rápida. Nós precisamos ir aos fundamentos também do que, no nosso arcabouço legal, já existe: o que é cessão de uso, o que é realmente uma transformação, através de uma prestação de serviço, etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado aos senhores.

Eu só quero registrar um ponto que considero importante, antes de encerrar.

Esse projeto de lei fala de uma alíquota mínima de ISS de 2%. Volto a dizer: hoje, alguns poucos Municípios estão fazendo guerra fiscal e prejudicando todo o País. O Município de Barueri cobra 0,8% de ISS.

Há um ponto interessante, no art. 4º, que, na verdade, fala em responsabilização por improbidade do gestor.

Vejam:

Seção II-A – Dos Atos da Improbidade Administrativa Decorrentes da Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário

Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, no sentido de conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõe o caput e o §1º do art. 8-A, da Lei Complementar nº116, de 31 de julho de 2003.

Esse é um ponto extremamente importante neste debate.

Senhores, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã começará às 9h30. O primeiro item da pauta é o Plano Nacional de Educação, cujo Relator é o Senador José Pimentel. Vamos começar no horário. Há um segundo projeto, também muito importante, que regulamenta a gorjeta aos garçons. Esse vai ser o segundo item da pauta. E às 11 horas, amanhã, vamos começar outra reunião, com a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster.

Então, amanhã, vai ser um dia importante na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 19 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 43 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2013, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, e, eventualmente, do Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 19ª, 20ª e 21ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu, para seu conhecimento, o Aviso nº 22 de 2013, de 24 de abril de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.421/2012-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**- Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto, acatando parcialmente as Emendas nºs 42, 45, 47, 49, 55, 58, 65, 66, 67, 69, 71, 72 e 75 a 80, nos termos do Substitutivo que apresenta (Emenda nº 81), e contrário às Emendas nºs 1 e 2, 38 a 41, 43, 44, 46, 48, 50 a 54, 56, 57, 59 a 64, 68, 70, 73 e 74. Em 1º/11/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza. Foram realizadas, em 29/11/2012, dua audiências públicas para instrução da Matéria. Em 5/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 02, de autoria do Senador Inácio Arruda. Em 12/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 38, de autoria do Senador Inácio Arruda. Em 17/12/2012, foram apresentadas as Emendas nºs 39 a 70, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Em 18/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 71, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 20/12/2012, foram apresentadas as Emendas nºs 72-80, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e José Pimentel. É solicitada vista pelos Senadores Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2**- Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares", tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto e contrário às emendas nºs 4 e 6. Em 30/4/2013, foi concedida Vista Coletiva. Em 13/5/2013, foram apresen-

tadas as Emenda nºs 4 e 5, de autoria da Senadora Ana Amélia. Em 14/5/2013, foi apresentada a Emenda nº 6, de autoria da Senadora Ana Amélia. Na mesma data, a Senadora retirou a Emenda nº 5, de sua autoria. Anunciada a Matéria, o Presidente, Senador Lindbergh Farias, passa a Presidência ao Senador Jayme Campos para que possa relatar a matéria. Usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, relator da matéria, Ana Amélia, Waldemir Moka, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Suplicy, Vital do Rêgo, Roberto Requião, Blairo Maggi, Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 4 e 6, de autoria da Senadora Ana Amélia. Aprova, ainda, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria, com votos vencidos dos Senadores Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Pedro Taques e Ricardo Ferraço. **Item 3**- Projeto de Lei do Senado nº 254 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Blairo Maggi. É solicitada vista pelos Senadores Armando Monteiro e Antonio Carlos Rodrigues. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 44 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para modificar a vedação prevista no art. 42 na execução do orçamento do último exercício do mandato do prefeito municipal", tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 549 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**- Projeto de Lei do Senado nº 604 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo", tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**- Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**- Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da insenção do IPI, na aquisição de automóveis", tendo como relator Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**- Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física", e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física", tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. A apreciação da matéria é adiada.

Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que "altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 29, 30 e 31 de 2013. O Requerimento n° 29 de 2013, de iniciativa dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa, requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde", com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar; representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; senhor Francisco Roberto Balestrin, representando a Associação Nacional de Hospitais Privados; e senhor Gonzalo Vecina Neto, Superintendente do Hospital Sírio Libanês (filantrópico). O Requerimento n° 30 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, requer seja realizada audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2010, que "cria o Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Conacon) e dá outras providências", com a participação dos seguintes convidados: representante do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia (Conacen); representante do Ministério de Minas e Energia (MME); e representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). E o Requerimento n° 31 de 2013, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que requer seja realizada audiência pública para discutir o PLS n° 102 de 2007 - Complementar, que "dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências", tendo como convidados o senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, o senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, e o senhor Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, Murilo Portugal Filho, que poderão ser substituídos por seus respectivos representantes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; – Senador **Jayme Campos**, Presidente Eventual.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 19ª, 20ª e 21ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento:

Aviso do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 22, de 2013, de 24 de abril de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC-021421/2012-9, bem como do relatório e do voto que o fundamentam.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2012
- Não Terminativo -

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relator: Senador José Pimentel.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu vou querer pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É antes ou depois da leitura?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Depois da leitura.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, esse parecer foi apresentado no mês de dezembro e foi aberta vista coletiva em dezembro.

A função desta Comissão é tratar da adequação financeira e orçamentária.

O projeto, quando veio da Câmara, não tinha adequação financeira nem orçamentária porque não havia fontes para se chegar aos 10% do Produto Interno Bruto.

Em seguida, o Poder Executivo editou a Medida Provisória nº 592 para viabilizar a questão orçamentária e financeira.

Essa medida provisória, em face da queda do veto aos *royalties* e da ida ao Supremo Tribunal Federal, que concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da lei que tratava dos vetos aos *royalties* de petróleo, perdeu a sua validade agora, no início do mês de maio.

Para superar essa questão orçamentária, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei nº 5.500 com o mesmo teor, vinculando os *royalties* da partilha de 3 de dezembro de 2012 para cá.

Como é um projeto de lei para resolver a questão da adequação financeira e orçamentária, esta é a principal mudança a que procedi: estou incorporando o PL nº 5.500 ao PNE, exatamente para resolver essa questão da adequação financeira e orçamentária.

Foi apresentado, após o nosso parecer, um conjunto de emendas, em especial pelo nobre Senador Cristovam Buarque e também pelo Senador Randolfe. Essas emendas apresentadas foram acolhidas no todo ou em parte, nos exatos termos das metas e das estratégias que vieram da Câmara. Ou seja, tudo aquilo que tinha identidade com as metas e estratégias que vieram da Câmara eu acolhi.

Por que fiz isso? Porque essa matéria de mérito sobre as metas e as estratégias é de competência da Comissão de Educação, mas, como eu tinha, e tenho, o maior respeito pelos nossos pares, em especial pelos Senadores Cristovam Buarque e Randolfe, que trabalharam bastante nesse tema, para simplesmente não dizer que aquelas emendas eram de mérito e a competência era da Comissão de Educação, eu acolhi todas as que tinham identidade com o que veio da Câmara. E esse tema será objeto de discussão na Comissão de Educação.

A Meta nº 20, que trata da vinculação dos 10% do Produto Interno Bruto para financiamento da educação, é aqui onde há a grande diferença com o texto da Câmara. E esse texto já foi apresentado lá em dezembro e, portanto, não tem alteração para este momento.

A Câmara aprovou que os 10% do PIB se destinavam a financiamento público em educação pública. Essa redação não tem sintonia nem tampouco identidade com o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal. Ali, a Constituição determina que os 10% dos recursos do PIB que estamos vinculando se destinam ao financiamento público em educação. E por que o legislador deu essa redação na Emenda 59, de 2009? Porque o setor público tem alguns programas que são executados pela rede particular de educação. Aqui se encontram o ProUni, que é um sistema inteligente que o Estado Nacional construiu, em que a rede particular cede vagas e, em contrapartida, tem a redução de tributos. Nós temos, hoje, em torno de 1,3 milhão alunos na rede particular através do ProUni.

O segundo grande programa, que é o Fies, financiamento de alunos que estão na rede particular e não têm recursos para pagar, também ficaria inviabilizado com essa redação "financiamento público em educação pública".

O terceiro grande grupo é o Programa Ciência sem Fronteiras, viabilizado por recursos do Tesouro e com essa redação "financiamento público em educação pública" também não seria mantido.

E o quarto programa seria o Pronatec. Inclusive o Pronatec foi votado, recentemente, na Comissão Mista e também no plenário da Câmara Federal e está na Ordem do Dia de hoje para ser votado, em que ele é executado pelo Sistema S e, como nós não tivemos condição de dar conta da demanda, foi incorporado também à iniciativa privada no Pronatec.

Portanto, Sr. Presidente, as grandes mudanças que nós fizemos são exatamente essas. E eu faria um apelo aos nossos pares para que pudéssemos concluir esta votação na CAE nesta reunião e deixar o mérito das estratégias e das metas para a Comissão de Educação – e as emendas apresentadas, quase todas elas, dizem respeito a esse item – e ali nós faríamos o grande debate de mérito das metas e das estratégias, que é competência exclusiva e conclusiva da Comissão de Educação.

Isso não quer dizer que a gente não faça a discussão, que nós fizemos aqui. E o nosso parecer incorporou um terceiro ponto, que diz respeito a um compromisso que nós assumimos no plenário do Senado Federal quando estávamos tratando da educação na idade certa, em que parte dos nosso pares, com o olhar para a Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, corretamente, defende que a alfabetização seja aos 6 anos de idade. O ensino infantil de 4 a 5 anos já está consolidado.

Eu assumi o compromisso de que nós teríamos um processo de adequação, de maneira que, até o quinto ano, permaneceriam os 8 anos e, do quinto ano em diante, caria para 7 anos e, ao final do PNE, estaria de 6 anos, como forma de viabilizar aquela votação já bastante discutida no plenário do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer é esse, concluindo com a apresentação de uma emenda substitutiva, que já tinha sido objeto de discussão lá atrás.

Então, em vista do exposto, o nosso voto é pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 38 a 41, 43, 44, 46, 48, 50 a 54, 56, 57, 59 a 64, 68, 70, 73 e 74; pela aprovação parcial das Emendas nºs 42, 45, 47, 49, 55, 58, 65, 66, 67, 69, 71, 72 e 75 a 80; e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, incorporando as alterações oferecidas no relatório lido nesta Comissão em 11 de dezembro de 2012, nos termos da seguinte emenda. E publicamos a emenda na última quinta-feira, e é exatamente como termino aqui de relatar, Sr. Presidente, deixando claro que as emendas de mérito que tratam das metas e estratégias, estou deixando que a Comissão de Educação possa analisá-las, porque é lá que o mérito deve ser tratado.

É esse, Sr. Presidente, nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, ontem nós comemoramos 125 anos de uma lei que foi aprovada em todo o Parlamento em cinco dias e sancionada no mesmo dia pelo Poder Executivo, a Lei Áurea, que aboliu a escravidão. Mas aquela lei tinha, se não me engano, 125 palavras. Esta tem 30 mil, esse relatório – não a lei, o relatório. O relatório tem 30 mil. Não dá para aprovarmos, a meu ver, da maneira apressada como nós estamos fazendo, sobretudo depois de adiarmos por dois anos a necessidade dessa lei. Não vai ser a questão de algumas horas que vai, Senador Pimentel, mudar o atraso que nós estamos diante da sociedade brasileira por não temos aprovado ainda o PNE.

Além disso, esta Comissão precisa começar a se afirmar na análise de assuntos como infraestrutura, e aí infraestrutura do ponto de vista físico, logístico e também intelectual.

Esta Comissão, portanto, não pode abrir mão da prerrogativa de analisar com cuidado o impacto que o nosso Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos vai ter sobre a economia brasileira. Sei que o mérito é da Comissão de Educação, mas não é mais. Na sociedade do consumo, educação é uma questão também de economia, e em economia é preciso usar uma lente cuidadosa para analisar tudo aquilo que for proposto para a educação.

O relatório do Senador Pimentel foi lido em dezembro, mas não foi debatido. Esse que chegou agora nos foi entregue 48 horas úteis antes do debate. Como eu moro no Distrito Federal, até tive um pouco mais de tempo. Mesmo assim, eu sou Senador do DF e gasto meu fim de semana visitando as bases também, como vocês fazem nos Estados de vocês. Não tive tempo de ler com cuidado. Mas, num passar de olhos, vi que muitas das emendas que coloquei foram até acatadas parcialmente, mas lá dentro, Senador Pimentel, é tão diferente... Vou citar só uma: a determinação de que os pais do Bolsa Família deveriam ir à escola dos filhos e que todos os pais deveriam comparecer mudou. Em vez de colocar como condição do Bolsa Família, entrou como incentivo. É só para dar um exemplo.

E o que faz com os 10% do PIB? Joga para 2022, ou seja, o governo que sucederá o próximo governo. Mas, pessoalmente, minha preocupação maior não é ser 10% ou 7%. Diferentemente dos outros que são militantes da educação, minha preocupação é que o PNE que veio da Câmara não diz como aplicar os 10%, e ele continua sem dizer como aplicar. Não diz, Senador Moka, se o dinheiro vai ser largado de helicóptero no quintal da escola, se vai chegar para melhorar as atuais escolas ou se vai criar um novo sistema educacional, que é o que eu, pessoalmente, tenho defendido. Não vejo como darmos um salto no Brasil melhorando por dentro o atual sistema. Temos que criar um novo sistema que vá substituindo o atual.

Então, tudo isso faz com que muitos... O Presidente disse que eu tinha bastante tempo aqui para falar, fez o gesto com a mão. Vou ler um documento que chegou, elaborado por um conjunto de entidades, chamado Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem envolvido Ação Educativa; ActionAid Brasil; CCLF – Centro Cultura Luiz Freire, de Pernambuco; Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, do Ceará; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que representa, ainda que não tenha todos eles filiados, quase 3 milhões de trabalhadores em educação; a Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança e do Adolescente; o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Veja que eles conseguiram unir a União Nacional dos Conselhos Municipais e a União dos Dirigentes.

O que diz esse documento datado em Brasília, de 13 de maio? Leio, Senador:

Após 143 dias, o relator do Plano Nacional de Educação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador José Pimentel (*PT/CE*)*, apresentou seu novo relatório sobre a matéria. De 17 de dezembro de 2012 a 09 de maio de 2013* [data em que o novo relatório foi apresentado], *a educação pública brasileira aguardou ansiosamente pelo parecer, na esperança de ver serem mantidas conquistas importantes no texto aprovado na Câmara dos Deputados.*

Eu acrescentaria: feitas modificações que possam melhorar aquele projeto, até porque esse é o papel do Senado.

Adicionalmente, ansiava por aperfeiçoamentos no texto das metas 4, 7 e 19, e suas respectivas estratégias.

No entanto, embora o relatório do senador Pimentel tenha melhorado na forma, em aspectos conceituais e práticos retrocede. [Essa é a opinião de um conjunto de entidades, inclusive próximas do Partido do Governo, próximas de todos nós.]

A nova redação da meta 4, que trata, principalmente, da inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, traz retrocesso conceitual. Ao ressalvar a inclusão em "casos específicos atestados por laudo médico competente, validado pelos sistemas de ensino", se equivoca em dois aspectos: em primeiro lugar, o direito à educação é um direito humano e constitucional, não pode ser ressalvado em quaisquer hipóteses. Em segundo lugar, retoma um paradigma superado em todo mundo: aquele que trata a deficiência como doença, correndo-se o risco de medicalização da educação.

Esse parágrafo é muito grave, Sr. Presidente.

Diferente de todas as demais metas e tópicos do PNE, a melhor redação da meta 4 foi aquela proposta pelo Ministério da Educação, no texto original do plano, encaminhado em dezembro de 2010 ao Congresso Nacional. Tanto é assim, que as redações tanto da meta, como das estratégias, não receberam propostas de alteração por parte da sociedade civil. Portanto, e somente nesse caso, é preciso retomar o texto original [que não foi].

Na meta 5, diferente do correto texto da Câmara dos Deputados, que serviu de referência ao PNAIC) *Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa*), *a proposta [...]* [do Senador] *Pimentel é trabalhar com a idade das crianças e não com o ano letivo correspondente ao ciclo de alfabetização. O ideal é congregar ambos. A lei do PNAIC, bastante recente, determina a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade e ao final do 3º ano do ensino fundamental. É um tema polêmico, mas que vem sendo debatido desde 2003 no Brasil.*

A menção ao 3º ano é necessária, pois a gestão dos sistemas de ensino não se orienta pela idade dos alunos e sim pelos anos letivos contados dentro de um ciclo ou etapa da educação básica. [...]

Sem retomar importantes questões pedagógicas e cognitivas, adiantar desse modo uma meta intensamente negociada, provavelmente, não terá significado prático. É melhor garantir a alfabetização plena aos 8 anos de idade e ao final do 3º ano do ensino fundamental, tal como já foi estudado e estabelecido pelo PNAIC, do que alfabetizar rápido e mal todas as crianças até o 6º ano de idade, inclusive correndo-se o risco de se escolarizar a educação infantil.

Quero, inclusive, dizer, Senador Pimentel, que estou lendo aqui, mas não concordo muito com a maneira como está aqui. Acho que a alfabetização tem de ser, sim, possível, salvo exceções, até os 6 anos de idade.

Na meta 11, das mais de 2,2 milhões de matrículas de educação profissional a serem criadas, segundo projeções do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do PNE na Câmara dos Deputados, foi determinado que metade delas, cerca de 1,1 milhão, fosse de responsabilidade do Poder Público. Já na meta 12, também pelo texto da Câmara dos Deputados e, novamente, conforme as estimativas do deputado paranaense, das quase 6 milhões de matrículas a serem criadas no ensino superior, 40% deveriam ser públicas (2,4 milhões).

Em nota, conforme informa matéria publicada [...] no jornal O Estado de S. Paulo, o Ministério da Educação afirma que com as medidas, o relatório [...] [do Senador] Pimentel protege "programas vitais, que promovem a inclusão, como o Ciência sem Fronteiras, o programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)."

Na letra fria do texto, não é disso que se trata.

Volto a insistir, para os que estão nos assistindo, que estou lendo um texto que recebi do Movimento de Defesa da Educação.

Em ambas as metas, 11 e 12, o texto do relator na CAE do Senado Federal substitui a expansão de vagas públicas (ainda que em número menor) por vagas gratuitas. Ou seja, não apenas amplia iniciativas como o ProUni e Pronatec, programas importantes, mas com características emergenciais e transitórias, mas compreende que toda a expansão de vagas se dará por eles, ou por iniciativas similares de parcerias público-privadas ainda não discutidas, o que é ainda mais preocupante e temerário, haja vista que o PNE é um instrumento do Estado brasileiro, com abrangência superior e anterior aos mandatos dos governos [atual e posteriores, dentro do prazo de dez anos].

Em outras palavras, especialmente o governo federal, mas também os governos subnacionais, serão desresponsabilizados de expandir a educação profissional e o ensino superior em estabelecimentos próprios, marcadamente aqueles que apresentam melhor qualidade e que têm sido centrais ao desenvolvimento do País. [...]

A desresponsabilização do Poder Público nas metas 11 e 12 acarretou consequências ao texto da

meta 20. Nesse caso específico, a redação da Câmara dos Deputados respeitava, corretamente, o princípio do financiamento público para a educação pública, a partir das projeções discorridas acima e outras, relativas à educação básica. Por lógica, o conjunto do Estado brasileiro só pode e deve projetar demanda de custos sobre os estabelecimentos de sua responsabilidade, ou sobre programas formalmente constituídos. Mas há outros problemas no que tange a sustentação financeira e de gestão do PNE, relativo ao mecanismo do custo aluno-qualidade inicial (*CAQi*)*, como será visto mais à frente.*

Antes e em primeiro lugar, no texto proposto pelo relator [Senador Pimentel] *na CAE do Senado, foi extraída a meta intermediária que determinava que o investimento público em educação pública deveria alcançar um patamar equivalente a 7% do PIB até o 5º ano de vigência do PNE. Qualquer plano sério exige metas intermediárias, mas isso foi ignorado. Ademais, com essa mudança,* [por coincidência] *a presidenta Dilma Rousseff ou qualquer outro/a candidato/a que vença o pleito em 2014 ficará desresponsabilizado de ampliar o financiamento da educação pública, deixando todo dispêndio de recursos para seu sucessor. Ou seja, a meta mais debatida e estratégica do PNE,* [10% do PIB para a educação,] *se for mantido o texto [...]* [do Senador] *Pimentel, tende a ficar inviável.*

Esse ponto é muito importante. Volto a insistir que a minha preocupação é menos com a percentagem do PIB na educação e mais com o que fazer com esse percentual na hora de investir na escola.

Seguindo a sequência do texto, para fazer jus às perigosas mudanças nas metas 11 e 12, o investimento público de 10% do PIB menciona apenas o termo "educação", permitindo a transferência de recursos públicos para estabelecimentos privados, sem qualquer delimitação sobre os programas a serem beneficiados, nem os necessários critérios de transitoriedade. Com isso, se prevalecer o texto [...] [ora apresentado], fica aberta uma porta de saída de recursos públicos, que ao invés de fortalecer as escolas e universidades públicas, pode ser determinante para seu enfraquecimento.

E eu diria mais: em vez de ficar definindo quanto para a educação de base, onde está o nosso grande problema, e para o ensino superior, pode levar tudo para aquele setor que tiver mais força na hora da elaboração do Orçamento. E a gente sabe que é o ensino superior.

Ainda no tocante à meta 20, o relator desobrigou o poder público, especialmente a União, de implementar o mecanismo do CAQi. O texto da Câmara dos Deputados exigia a implementação do CAQi após dois anos de vigência do PNE. Já na redação [...] [do Senador] *Pimentel, o texto apenas obriga o Ministério da Educação a "definir" o CAQi no mesmo prazo.*

Ou seja, o Governo fica obrigado a definir o custo e não a implantar o custo, Senador Inácio Arruda.

Não se trata de uma mudança pequena. Ao contrário, é muito grave. O CAQi é a principal referência para garantir a boa gestão dos recursos do PNE. Criado em 2007 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação [que assina este documento], esse mecanismo determina quanto deve ser aplicado, por aluno ao ano, para as escolas públicas garantirem, ao menos, um padrão mínimo de qualidade, conforme critérios determinados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (*LDB*) *e considerando valores diferenciados para cada etapa da educação básica.*

É um instrumento tão sério [o Custo Aluno Qualidade Inicial] *e reconhecido pela comunidade educacional que além de ser aprovado pelos delegados e delegadas da Conferência Nacional de Educação* (*Conae/2010*) *e constar do documento referência da Conae/2014, foi incorporado e normatizado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação* (*CNE*)*.*

No entanto, infelizmente, o parecer e a proposta de resolução que normatizam o CAQi, por ora codificado como parecer CEB/CNE 8/2010, aguarda homologação do MEC desde maio de 2010; ou seja, se encontra congelado no ministério há três anos.

E como é que a gente quer aqui apressar em três horas a aprovação de um plano que vai ser executado e definir as regras da educação brasileira pelos próximos dez e que já foi elaborado há dois anos e meio?

Em outras palavras, gravemente, o texto de Pimentel, ao ignorar a séria falta de homologação por parte do MEC, concede ainda mais dois anos para a pasta desconsiderar o trabalho realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o voto dos milhões de participantes da Conae/2010, além da própria deliberação da Câmara dos Deputados, onde o mecanismo foi amplamente debatido e apoiado. E o pior: não define qualquer prazo para a implementação desse importante instrumento. Mais uma vez, o Poder Público fica desresponsabilizado.

E é daí que decorre um grave erro de lógica, pois a estratégia 20.8 diz que a União deverá complementar recursos aos Estados e Municípios que não alcançarem o valor o CAQi. No entanto, não é possível haver complementação de recursos por meio de um mecanismo que sequer tem prazo para implementação. Assim, segundo o próprio texto do relator, a União ficará mais uma vez desresponsabilizada de cumprir com sua obrigação constitucional, determinada pelo artigo 211 da Constituição Federal de 1988, de colaborar técnica

e financeiramente com os demais entes federados, de forma supletiva. [Estou terminando, Sr. Presidente.]

Para piorar o quadro, infelizmente, diferente do ocorrido em outras metas e estratégias, não há no relatório qualquer justificativa para as alterações nos tópicos que tratam do mecanismo do CAQi.

A rede da CNDE [e agora eles começam a fechar o documento] *espera que os* [senhores e senhoras] *senadores e senadoras – especialmente, o próprio relator da matéria na CAE, senador José Pimentel – aprovem um texto de PNE capaz de confirmar e aperfeiçoar as conquistas estabelecidas na Câmara dos Deputados.*

Eu chamo atenção para o verbo "aperfeiçoar". Eles não estão pedindo aqui pura e simples aprovação, até porque com isso, sinceramente, eu não ficaria satisfeito.

Faltam dois parágrafos.

É preciso que o texto do Senado [Federal] *amplie as conquistas, com celeridade* [sem dúvida alguma]. *E isso não será possível aprovando-se um texto incapaz de responsabilizar seriamente o Estado brasileiro por meio de mecanismos concretos e objetivos de fortalecimento da educação pública, que é a educação de todos e todas, para todos e todas.*

[Finalmente:] *O Brasil precisa de um "PNE pra valer!"* [entre aspas, como 'slogan']. *E nós, rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, vamos trabalhar incansavelmente por esse objetivo, cumprindo com nosso papel mobilizador, articulador, analítico e propositivo, certos de que teremos uma boa interlocução com todos os senadores e todas as senadoras.*

E um "PNE pra valer!" é um PNE que respeite as deliberações da Conae/2010.

Eu só acrescentaria "e aperfeiçoe", porque já faz tanto tempo, e muitas coisas aconteceram, que a gente pode melhorar.

Por essas razões, Sr. Presidente, lendo este documento e pelas minhas considerações iniciais, eu quero pedir vista do relatório do Senador Pimentel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, para uma questão de ordem. Art. 403, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Questão de ordem. Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Excelência, eu quero arguir o art. 132 do Regimento Interno em questão de ordem, que diz o seguinte:

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

§1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º.

Ocorre, Sr. Presidente, que, de fato, o ilustre Senador Pimentel fez a leitura do seu relatório em reunião passada. Só que o relatório que o Senador Pimentel lê agora tem profundas modificações em relação ao primeiro relatório. Senão, vejamos: há a inclusão do Projeto de Lei nº 5.500 sobre a questão dos *royalties*, que acho, inclusive, meritória, mas que necessita de um debate mais aprofundado; há uma alteração concreta nas Metas 11 e 12 do texto anterior; existe uma alteração na Meta 20 e existe, concretamente, na nossa avaliação, uma mudança na fórmula de cálculo sobre o investimento de 10% do Produto Interno Bruto em educação, além de, nosso entender, existirem alterações nas metas numéricas do PNE.

Diante disso, Sr. Presidente, diante da necessidade de um debate mais aprofundado, diante da necessidade iminente de concordar ou discordar ou apresentar voto em separado às modificações, que considero profundas, apresentadas pelo Senador Pimentel, é que requeiro a V. Exª o pedido de vista, e creio que é o mesmo pedido do Senador Cristovam Buarque, portanto, seria vista coletiva, para que nós possamos ter o tempo necessário para o debate da matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, toda a fundamentação da adequação financeira e orçamentária deste Plano Nacional de Educação estava na Medida Provisória nº 592. Esta medida provisória, como eu já registrei, perdeu sua validade em face da não solução por parte do Supremo Tribunal Federal naquela liminar que suspendeu sua tramitação.

Em face disso, o Executivo editou o Projeto de Lei nº 5.500, nos termos da medida provisória, e, para garantir adequação financeira orçamentária, esse projeto de lei foi incorporado no Plano Nacional de Educação. Portanto, essa é a razão de ter trazido para cá o PL nº 5.500 nos exatos termos da medida provisória e do que ele previa.

A segunda questão: nós não entramos no mérito das metas e das estratégias porque isso é competência da Comissão de Educação. As emendas apresentadas pelos nobres Senadores Randolfe e Cristovam Buarque, naquilo que dialogavam com o texto que veio da Câmara, eu as acolhi, naquilo que divergia, eu não as acolhi, porque a competência é da Comissão de Educação. Quanto ao texto aqui lido, isso é natural, porque o texto, as pessoas fazem de acordo com seu interesse, mas, na Meta 20, em dezembro, quando eu

o apresentei, estava mantido o CAQi e o CAQ, que é o Custo Aluno-Qualidade, onde será levada em conta toda essa preocupação que o Senador Cristovam aqui levanta. E se mantém a mesma redação na tese de hoje.

A grande divergência política que há diz respeito à destinação dos 10% do PIB. A Câmara aprovou que os 10% são destinados a financiamento público da educação pública, e isso não tem amparo constitucional. O inciso VI, do art. 214, determina que a vinculação dos recursos do PIB se destinem a financiamento público de educação, e o legislador, ao fazer isso, tinha uma grande preocupação: a viabilização dos programas que interessam ao Estado nacional, a exemplo do ProUni, do Ciência sem Fronteiras, do Fies e do Pronatec.

O Pronatec está sendo discutido numa medida provisória que já foi aprovada na Comissão Mista, já foi aprovada no plenário da Câmara Federal e está na Ordem do Dia de hoje. Portanto, esta redação que está aqui é a mesma redação que o Pronatec incorporou e que veio para cá.

Portanto, não há nenhuma mudança, e o meu apelo a todos nós é que possamos votar aqui hoje para, em seguida, ir à Comissão de Educação, que é a Comissão de mérito, onde esse debate vai acontecer com muita profundidade. Que resolvêssemos a questão da adequação financeira e orçamentária, que é a que me proponho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, primeiro, o Senador José Pimentel sabe o respeito que tenho por S. Exª, pelo belíssimo trabalho, mas vou, neste caso, acolher a questão de ordem proposta pelo Senador Randolfe Rodrigues, por ter havido mudança no relatório.

Concedo, imediatamente, vista coletiva. Colocamos este como ponto inicial da pauta da reunião na próxima terça-feira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vista coletiva, então, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Sim, foi concedida a vista coletiva.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010
- Não Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Passo a Presidência ao Senador Jayme Campos, para que eu possa relatar esse projeto.)*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Lindbergh Farias para proferir o seu relatório em relação à matéria de que é Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senhores, eu já li o relatório. Eu quero explicar bem rapidamente. Meu parecer é pela aprovação do relatório, com a rejeição de duas emendas, que são emendas importantes da Senadora Ana Amélia. Mas opto pela rejeição dessas duas emendas e quero aqui resumir didaticamente a essência desse projeto.

Lá atrás, no passado, antes do cartão de crédito, os 10% funcionavam de forma muito tranquila. Era um recolhimento opcional – e continua sendo opcional com este projeto de lei. A pessoa que ia a um restaurante passava os 10% para os garçons.

Com o cartão de crédito hoje, mais de 80% das contas são pagas com o cartão de crédito, e a verdade é que, na maior parte dos estabelecimentos – isso varia de estabelecimento para estabelecimento –, nós podemos dizer que há uma média de retenção entre 40% a 60%, e é distribuído para os garçons algo em torno de 40% a 60%. Ou seja, uma parte a empresa retém, e distribui essa outra parte.

Por isso, surgiu este projeto do Deputado Gilmar Machado, projeto muito equilibrado, que autoriza o estabelecimento a reter 20% e distribuir os 80% obrigatoriamente a todos os servidores. Esse é um ponto importante, porque organizaria a distribuição desses recursos.

Mas há um ponto que considero ainda mais importante, que é o recolhimento à Previdência Social, problema que existe hoje no setor.

Quando falo garçons, não são apenas garçons. Estamos falando de todo o setor de hotelaria – hotéis, pousadas, similares – e todo o setor de alimentação preparada, para diferenciar de padaria e supermercados: restaurantes, bares e similares.

Há um problema grave hoje, porque quando o garçom se aposenta, ele leva para a aposentadoria um valor muito menor do que ele ganha no seu dia a dia. O impacto na família é muito grande. Então, a partir deste projeto também, aquele valor passa a considerar-se remuneração e conta para a Previdência Social.

Acho um projeto... O Senador Randolfe era o Relator inicial; depois de uma conversa comigo – agradeço muito –, cedeu essa relatoria. Temos conversado com todos os setores envolvidos. Volto a dizer aos senhores que é um projeto muito equilibrado. Conversei com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que

quer também a discussão e votação deste projeto no plenário do Senado Federal o mais rápido possível.

Então, é este o meu parecer, pela aprovação deste projeto, com a rejeição das duas emendas apresentadas pela eminente Senadora Ana Amélia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já foi dado vista, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sim, já foi concedido vista.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vista e revista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista e revista, conforme o Senador Inácio.

Na verdade, a esta matéria, no dia 15/3/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 4 e 5, de autoria da Senadora Ana Amélia. Entretanto, no dia 14, foi apresentada a Emenda nº 6, também de autoria da Senadora Ana Amélia. Em 14/5/2013, foi apresentado ofício da Senadora Ana Amélia para a retirada da Emenda nº 5, da sua autoria. E, nesse caso, consulto as Srªs e Srs. Senadores se alguém quer mais...

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – A matéria está em discussão. Para discutir, estão inscritos o Senador Lindbergh, Senador Randolfe e o Senador Cristovam, Ministro Dornelles e Senador Rollemberg. Também estão inscritos Senadores Eduardo Suplicy e Senador Moka.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu queria cumprimentar o Relator pelo esforço que fez, nosso Presidente Lindbergh Farias, em matéria de alto alcance social, regulamentando uma relação entre a categoria dos garçons e os clientes que são servidos por eles. Não há duvida da necessidade de fazer uma regulamentação sobre isso. Lei boa é a lei que é equilibrada, que não vai representar, digamos, um peso adicional para um lado ou para outro. Então, as emendas que apresentei são as que recebi do Rio Grande do Sul, dos empregadores do setor hoteleiro, especialmente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, que também conversaram com o Senador Lindbergh Farias acerca da possibilidade de compensar algumas questões, inclusive em medida provisória que trata da desoneração da folha.

Não foi possível compatibilizar isso, mas penso que a responsabilidade assumida pelo Senador, essa defesa do equilíbrio da lei, atendendo às entidades empregadoras, tornará a legislação adequada à categoria não só dos garçons, mas de todos aqueles cozinheiros, copeiros, enfim, dos que trabalham na prestação desses serviços tão relevantes. Então, eu quero cumprimentar o Relator.

Entendo as razões da recusa das emendas, mas, na regulamentação da matéria, estarei junto ao Senador Lindbergh Farias para montarmos e criarmos um clima que seja extremamente harmonioso. Quero cumprimentar também a mobilização que a categoria dos garçons fez durante a tramitação dessa matéria, que, por várias vezes, tramitou aqui. Penso que a votação em caráter de urgência que o Relator está propondo, com apoio do Presidente Renan Calheiros e desta Comissão, é o caminho adequado para essa demanda tão relevante e de tanto alcance social, meu caro Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, no sentido da mobilização, acho que é um projeto bem debatido. Acho que o Senador Lindbergh fez um grande trabalho. Recebi, do Mato Grosso do Sul, muito explicado, com detalhes até do relatório...

Quero parabenizar pela organização e voto favoravelmente, cumprimentando o Relator e o meu amigo autor, Deputado Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem de inscrição, Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só para destacar que, caso eu tivesse sido Relator, Senador Lindbergh, o parecer não teria a propriedade que teve o de V. Exª, acatando na íntegra o que veio da Câmara. Quero cumprimentar V. Exª. Esse é um projeto que faz justiça a uma classe de trabalhadores – eu diria que se equivale ao que votamos recentemente, ou seja, à PEC das domésticas – porque consolida o que é direito. E o que é direito tem que ser consolidado, não pode ser facultado, como é hoje para esses trabalhadores.

Não só quero manifestar meu voto favorável ao parecer de V. Exª, Senador Lindbergh, como também quero sugerir à Comissão e aos Líderes aqui presentes que, aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, viabilizemos a urgência necessária para que ele venha a ser aprovado pelo Plenário, dispensando as demais Comissões, pela importância, necessidade e urgência da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem de inscrição, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Jayme, apenas quero parabenizar o Senador Lindbergh pelo parecer. Com muita satisfação, votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cristovam. Com a palavra o Senador e Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh, não votaria contra o relatório apresentado por V. Exª, mas quero apresentar aqui algumas questões que, no meu entendimento, podem prejudicar os garçons.

Criou-se um esquema burocrático para fiscalização do pagamento de serviços que pode levar as empresas a proibir esse tipo de cobrança, porque você vai ter dentro de uma empresa a fiscalização do INSS, a fiscalização do Município, a fiscalização do Estado, porque esse montante está sendo considerado praticamente quase uma receita bruta da empresa.

Além disso, queria dizer o seguinte: a gorjeta tem uma característica de pessoalidade. É o montante que aquele que recebe o benefício, que é bem servido, que recebe o serviço, paga àquele que presta o serviço. Na maneira como foi o parecer, vão receber a gorjeta pessoas que não prestaram o serviço ou até que prestaram mal o serviço. Mas isso é uma característica pessoal.

E ainda mais, estabeleceu-se a mesma regra para uma grande rede de hotéis do Rio e para uma microempresa, empresas do Simples, que vão estar realmente sujeitas a um aparato burocrático muito grande.

De modo que o receio que eu tenho é que os garçons sejam prejudicados e que as empresas simplesmente...

(Manifestação da plateia.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Deixem-me terminar. Não vou votar contra vocês, não. Vou votar... Mas quero dizer que vocês vão ser prejudicados, sim. O que eu acho é que uma empresa...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT. *Fazendo soar a campainha*.) – Isso é uma opinião... Permita-me, Senador...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O que eu acho é que uma empresa que vai ser obrigada a colocar como receita dela um percentual de faturamento está se criando uma participação do empregado no faturamento da empresa, com todas as implicações que existe sob o aspecto fiscal.

De modo que não votarei contra, principalmente porque estou vendo aqui os meus amigos garçons do Rio, mas quero dizer que a responsabilidade é muito grande e espero que V. Exª tenha considerado no seu parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, sobretudo pela capacidade e conhecimento que tem em relação à questão fiscal e tributária do nosso País, Senador Dornelles.

Prosseguindo. Silêncio, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pelo Regimento Interno, não podem se manifestar.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Jayme Campos, quero cumprimentar o autor desse projeto, Deputado Gilmar Machado, e o Relator dessa matéria, Senador Lindbergh, que demonstra grande sensibilidade, e dizer que vou votar esse projeto com muita alegria e com muito entusiasmo.

Eu me orgulho muito, Senador Jayme Campos, de ter sido o autor, como Deputado Distrital, da Lei do Corujão, a lei que garantiu ônibus no Distrito Federal a partir de meia-noite, que não existia. E quero fazer um registro aqui, aproveitando a oportunidade da presença do Senador Cristovam Buarque, à época governador, pois foi na sua gestão que esse serviço foi implementado de fato, efetivado e fiscalizado. Portanto, nós tínhamos o Corujão funcionando adequadamente. Infelizmente, os governos posteriores não cumprem a lei, não fiscalizam adequadamente e muitos dos nossos garçons têm uma dificuldade grande e esperam muito tempo nas paradas ou na rodoviária para poder ir para suas casas, porque os intervalos não são respeitados. E não são fiscalizados pelo Governo do Distrito Federal.

Mas aqui o Senador Lindbergh consegue construir uma fórmula que garante esse benefício, esse direito aos garçons e de uma forma, no meu entendimento, adequada e sem penalizar os patrões, porque permite o desconto de até 20% quando o pagamento é feito por cartão.

Portanto, Senador Lindbergh, quero cumprimentar V. Exª e manifestar a minha posição favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Rodrigo.

Com a palavra, o Senador Suplicy.

Gostaria de comunicar ao Plenário, às Srªs e aos Srs. Senadores, que há vários oradores inscritos e haverá, ainda, uma audiência pública com a presença da Presidenta da Petrobras. De maneira que espero que seja bastante sintetizada a participação de cada Senador e Senadora.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, quero cumprimentar o autor da matéria, Gilmar Machado, e o Senador Lindbergh Farias, pela qualidade de seu relatório e das ponderações aqui realizadas.

Quero ressaltar um aspecto, o fato de todos os empregados dos estabelecimentos passarem a receber essa contribuição é algo muito importante. O Senador Francisco Dornelles mencionou que, às vezes, a gorjeta decorre da atenção que o garçom dá diretamente ao cliente. Mas, na medida em que esse garçom prestar serviços da maneira mais adequada e que possa até significar a boa vontade do cliente em lhe dar a gorjeta, sabe perfeitamente o garçom que todos aqueles que trabalharam na cozinha, em todo o apoio destinado a que seja bem servida aquela refeição, a qualidade da refeição, isso significa um sentimento de solidariedade dos garçons para com todos que trabalham no restaurante, no bar, no hotel e assim por diante.

Então, acho que esse entendimento, que o Relator Lindbergh Farias acaba de me esclarecer que é isso mesmo, é um ponto muito importante. Cumprimento a todos por essa decisão e voto favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, que inclusive já manifestou o seu voto.

Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente Jayme Campos, Srªs e Srs. Senadores, as ponderações do Senador Francisco Dornelles devem e merecem ser respeitadas pela experiência histórica, pela inteligência e principalmente pelo espírito público do Senador. Quando S. Exª manifestou suas preocupações também manifestou seu voto favorável a essa proposta que é histórica, Senador Lindbergh. V. Exª, quando avocou esse parecer, com o apoio do Senador Randolfe, sabia que estava dando um passo importantíssimo na sua biografia para marcar efetivamente um relatório que deixará, como outros tantos na história do Senado, um passo importante de realização pessoal e política.

É um parecer completo, sob o ponto de vista jurídico e de mérito. Jurídico porque essa matéria está bastante consagrada no Tribunal Superior do Trabalho. Já foi amplamente discutida, Sr. Presidente Jayme Campos, em diversas disposições, inclusive no Enunciado 354, recentemente publicado. De mérito, Srªs e Srs. Senadores, precisavam pacificar algo que já vem sendo injustamente cobrado desses profissionais a longo e longo tempo. Depois de consolidado o cartão de crédito, como bem disse o Sr. Relator há pouco tempo, esses profissionais vêm sendo penalizados, porque ao tempo em que a qualificação da prestação dos serviços dos garçons brasileiros, eu posso dizer isso, vem melhorando a cada dia, a cada dia o prejuízo para eles se torna maior, porque os empregadores não repassam os valores cobrados a título de gorjeta.

Por isso que o Deputado Gilmar Machado foi oportuno e V. Exª foi cirúrgico na apresentação de seu parecer. Parabéns e é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo. Não falou o médico Vital do Rêgo, falou o jurista Vital do Rêgo. Tem essa vantagem.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, pela ordem de inscrição.

Senador Roberto Requião com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Realmente, Presidente, eu achei extremamente interessante essa formulação final do Senador Lindbergh. Inclusive eu vou sugerir aos meus amigos e companheiros do Bar Cervantes, lá no Leme, em Copacabana, que coloquem uma fotografia do Lindbergh na sala, como patrono dos nossos garçons.

Na verdade, o Senador e o autor inicial da proposta não mexem com a gorjeta – o *pourboire*, o rabé, a propina. Eles estão estabelecendo uma parceria no faturamento da empresa – não no lucro, mas no faturamento muito mais do que no lucro –, o que não impede que o usuário do serviço venha a dar individualmente para quem vier a servi-lo uma gorjeta, porque é uma participação societária, participação no faturamento da empresa.

Esta tese sempre me fascinou: a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. No caso, é mais do que nos lucros, é no faturamento. O valor de 10% não é tanto. No mundo inteiro a gorjeta ou o *pourboire* ou o rabé oscila em torno de 10%, 18% e 20%.

Então, eu acho interessante. Ela se acrescenta a essa política nacional de melhorar salários dos trabalhadores de uma forma geral. E eu quero cumprimentar o Lindbergh e o propositor inicial da matéria, o Deputado, e insistir aos meus amigos lá do Cervantes, que, na minha opinião, é um dos melhores do Brasil, que eu frequento desde a juventude: uma fotografia do Lindbergh na sala de recepção dos garçons.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, ainda o Senador Pedro Taques faz uma sugestão aqui, que é bem brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Que, diante da fotografia do Lindbergh, o cliente pede uma pinga e joga um pouco no chão para o santo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, ou melhor, o Senador Blairo Maggi.

SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente Jayme Campos, demais colegas Senadores, eu participei, na reunião passada, das discussões aqui desta matéria. E até havia dito que talvez fizesse alguma emenda, alguma sugestão nessa lei. Como ela vai passar ainda pela Comissão de Meio Ambiente – eu espero que a gente não leve direto para o plenário –, nós queremos, como Comissão de Defesa do Consumidor, também fazer discussões necessárias a esta matéria e lá, na Comissão, apresentar algumas mudanças que possamos fazer.

Inclusive, o Senador Rodrigo Rollemberg já me solicitou aqui e, ao chegar à nossa Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, ele será o relator desta matéria. Lá nós faremos, então, as devidas alterações, se é que devemos fazê-las.

Enfim, não tenho nada mais a acrescentar aqui na discussão, só dizer que estamos esperando que ela chegue à CMA para que a gente possa fazer as discussões lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, na ordem de inscrição, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vê-se que o Senador Blairo Maggi já abriu um pouquinho a mão. Isso é muito importante, uma conquista aqui da nossa Comissão.

Mas eu queria cumprimentar o Gilmar Machado pela iniciativa, hoje prefeito da sua cidade, no interior de Minas Gerais, que tomou esta iniciativa e busca fazer uma correção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu queria um esclarecimento de sua parte.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quer colocar mais uma foto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu entendi que, no início do seu pronunciamento, V. Exª afirmou por meios indiretos que o nosso Senador Blairo Maggi é conhecido por não dar gorjeta?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Abriu a mão aqui, neste caso. Você veja que não se enrica facilmente neste País, não, entendeu? Há um esforço físico também.

Então, eu quero cumprimentar o nosso colega Gilmar Machado, com quem militamos muitos anos na Câmara Federal, pela iniciativa. Acho que é um reconhecimento. O Senador Lindbergh, o Senador Randolfe Rodrigues, que articularam e atuaram em conjunto nesta Comissão.

Acho que a gente vai avançando. São coisas, às vezes, simples, que a gente não observa, que podem ter uma repercussão muito positiva para uma categoria. Acho que este é o caso da matéria que nós estamos discutindo sobre a questão da gorjeta no Brasil. E quero agregar: uma parte significativa desses profissionais saiu lá do Nordeste, especialmente do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba. Isso é 90%! Sobram 10% para fluminense e paulista, de garçom, no Brasil. O restante é gente do norte, é gente simples do povo. Comparo mesmo. Acho que há essa correlação com o que votamos há pouco sobre a questão dos empregados e empregadas domésticas no Brasil. Acho que vamos dando uma solução aos problemas simples que, às vezes, consideramos que nem tivessem...

(*Soa a campainha*.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... que ser tocados, mas que precisam ser examinados.

Então, meu caro Lindbergh, meus parabéns pelo trabalho que V. Exª desenvolveu. Acho que é justa a reivindicação do Senador Requião de que a sua foto esteja estampada lá no Leme e, ao lado da foto, podia colocar "com apoio do Senador Inácio Arruda, do Senador Requião"; e, quem sabe, ele não vá reivindicar, também, o apoio do Sérgio Cabral, que passou, aqui, por essa Comissão do Senado da República. Acho que é uma questão justa.

E a minha opinião, Senador Blairo, é uma matéria que está bem discutida entre nós, está muito bem discutida. Colocaria, para V. Exª, se não era o caso de já tratarmos de discuti-la no plenário do Senado, diretamente. Se houver alguma emenda e reparo a fazer, podemos fazer, inclusive, lá, no plenário do Senado. Então, o Senador Randolfe já fez um pedido nesse sentido, gostaria de reforçar, Sr. Presidente, para que já pudéssemos aprovar um requerimento de urgência dessa matéria, para que possamos apreciá-la no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Inácio Arruda.

Consulto se há mais algum Senador que queira discutir a matéria.

A matéria está em votação, ou seja, o relatório...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, pedi a inscrição para falar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra assegurada, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Imaginei que o senhor estivesse feito a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Desculpe-me.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não poderia deixar de falar também, cumprimentar o Deputado Gilmar Machado pela iniciativa e Senadores que contribuíram para que essa matéria pudesse ter um trâmite célere aqui. E quero dizer que assino embaixo em todas as intervenções já feitas, Sr. Presidente, mas, em especial, aquela que entende que, para essa área de alimentação, de restaurantes, estamos inaugurando um novo tempo e que espero, Sr. Presidente, que possa ser em todas as outras áreas da produção e de serviços, porque, como o Senador Requião – às vezes, temos muitas discordâncias, mas outras tantas concordâncias – concordando plenamente com o que ele disse aqui, encanta-me o fato de ver trabalhadores se sentirem, não só se sentirem, serem corresponsáveis, porque, de fato, serão, daquele estabelecimento ou daquele negócio.

Quando aprovamos, aqui, um determinado percentual que, na prática, vai funcionar como participação e distribuição no faturamento da empresa, efetivamente estamos construindo empresas onde os trabalhadores se dedicam mais, porque se sentem partícipes dela. Não somente o garçom, aquele que está no dia a dia com quem vai a um restaurante para jantar, para almoçar, mas também quem está na cozinha, ajudando no preparo da comida, da louça que vai ser utilizada. Todos eles merecem isso.

Quero dizer que é com muita alegria que voto favoravelmente a esse projeto de lei, cumprimentando todos aqui, os trabalhadores presentes, através do Antônio, que vem lá do longínquo Estado do Amazonas, para participar de um momento tão importante e histórico para esses trabalhadores.

Obrigada, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha*.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sem deixar de registrar, além do Ceará que fiz registro, a turma do Macapá, que está ali, meu caro Randolfe, com seus cartazes, esperando que V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Vou ter uma foto abaixo da do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queria discutir, está em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Embora seja uma votação, aqui, não nominal, quero declarar meu voto a favor, mas deixando claro a todos os garçons aqui presentes, que tenho receio de que a aprovação dessa medida venha a prejudicá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa é a opinião sábia do Senador, Ministro da Fazenda e tantos outros cargos que ele ocupou, que é o Ministro Dornelles.

Temos até que fazer uma reflexão, depois, pela sua experiência, é do Estado do Rio de Janeiro, competente, grande homem público deste País aqui.

Em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e pela rejeição das Emendas nºs 4 e 6. (*Palmas.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Antes de concluir aqui, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem para reforçar o pedido do Senador Randolfe, que solicita requerimento de urgência, para que a matéria já possa ser apreciada diretamente no plenário da Casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Nos mesmos termos, Presidente. Nos mesmos termos, reiterados pelo Senador Inácio Arruda, a possibilidade de requerimento de urgência para seguir direto para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu comunico aos Srs. e Srªs Senadoras aqui presentes que o Senador Randolfe e o Senador Inácio Arruda estão solicitando que seja votado o requerimento em caráter de urgência.

Esta matéria vai para o plenário do Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senhores, eu queria até esclarecer, a gente teve a reunião aqui há algumas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Primeiro, quero agradecer a todos os Srs. Senadores essa importante votação, esse apoio. Eu queria tranquilizar o Senador Francisco Dornelles, agradecer pelo voto, as ponderações desse importante Senador; dizer, inclusive, que a gorjeta não passa a ser obrigatória, continua a ser opcional, mas o fato é que, se for dada a gorjeta ou pagar a taxa de serviços, ela deve ser distribuída daquela forma. Então, isso é importante esclarecer. Não estamos introduzindo nada de novo. Já há recolhimento à Previdência da outra parcela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E a jurisprudência do TST tem sido muito clara quanto a isso.

Senador Francisco Dornelles, em relação à Comissão de Fiscalização, nós estamos estudando uma regulamentação bem apropriada, para que incida sobre a base territorial do sindicato, porque a gente acha que não tem possibilidade de cada pequena empresa ter uma comissão de fiscalização. Estamos tendo todos os cuidados do mundo.

Esse pedido de urgência se justifica, porque o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, fez uma reunião com todos os Presidentes de Comissões, para discutir algumas propostas para serem tratadas como prioritárias.

Eu tinha conversado com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre colocar o requerimento de urgência em votação na tarde de hoje e votarmos no plenário no dia 21.

Então, eu peço a palavra para apoiar, na verdade, os requerimentos dos Senadores Randolfe Rodrigues e Inácio Arruda.

É uma pauta que está sendo acertada e construída também com a Presidência do Senado a partir de uma reunião que houve com todos os Presidentes de Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Lindbergh Farias.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes, para concluir, Senador Blairo Maggi, eu convido a participar da Mesa, a nos darem a honra, os Senadores do México, Jesús Casillas Romero e o Senador Luis Sánchez Jiménez, Vice-Presidente da Mesa Diretora, para nos darem a honra. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos.

Por favor.

Antes de concluirmos a votação, com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

V. Exª está com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de fazer minha justificativa, eu quero cumprimentar o Vice-Presidente da Mesa Diretiva do Senado do México, o Sr. Senador Luis Sánchez Jiménez e também o Senador Jesús Casillas Romero.

Sejam bem-vindos aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Presidente, só para encaminhar, não sei se é para encaminhar, mas há um pedido de urgência para levar para o plenário esta matéria. Eu queria argumentar contra. Eu, como disse antes, acompanhei as discussões na reunião passada, me programei para que nós pudéssemos fazer as discussões lá na Comissão de Controle e Fiscalização, que é a Comissão de Defesa do Consumidor. E esta é uma matéria que tem tudo a ver com a questão do consumidor. E nós vamos ficar alijados dessa discussão, desse processo, tanto eu quanto os demais colegas daquela Comissão.

E também o Senador Vital conversou comigo e disse que gostaria de fazer essa discussão também pela Comissão de Constituição e Justiça, de que V. Exª é o Presidente.

Então, eu gostaria de argumentar ao contrário e de fazer aqui um compromisso com os garçons, com aqueles que estão trabalhando nesta lei no sentido de que faríamos isso com bastante urgência. Em uma semana, nós terminamos o processo lá na Comissão de Fiscalização e Controle, e depois ela segue normalmente para o plenário.

Eu gostaria de fazer essas considerações para que não levássemos diretamente para o plenário esta matéria, que é importante, mas que não vejo a urgência urgentíssima, como está-se colocando aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aqueles que não concordam manifestem-se.

Com os votos contrários dos Senadores Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Pedro Taques, Armando Monteiro e Antonio Carlos.

Vamos contar.

Favoráveis: Eduardo Suplicy.

Humberto Costa com o requerimento de urgência?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou fazer o seu gosto, Senador Ricardo Ferraço.

Mas dá para visualizar muito bem aqui.

Apoiam o requerimento os Srs. Senadores, quem fica com o requerimento de Inácio e de Randolfe: Eduardo Suplicy.

Consulto Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pela urgência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Humberto Costa, Randolfe.

Senador Ministro Dornelles, V. Exª acompanha Randolfe e Inácio Arruda?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Voto com o Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vota contrário.

V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto a favor da urgência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da urgência. Vota com Inácio Arruda.

Como vota o Senador Lindbergh Farias? (*Pausa*.)

Também favorável.

Senador Armando? (*Pausa*.)

Contra a urgência.

Senador Ricardo Ferraço, V. Exª como vota?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto na forma em que a Comissão de Assuntos Sociais, a de Defesa do Consumidor e a de Constituição e Justiça possam deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se eu entendi bem, V. Exª também vota contra o regime de urgência?

Muito obrigado.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não quero deixar esquentar meu chope. Com a urgência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a urgência.

Como vota o ilustre Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não bebo chope, mas bebo outras coisas mais fortes que o chope, mas gostaria de ver este projeto debatido na Comissão de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª é contra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Contra o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Contra o regime de urgência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu tenho que registrar uma vez mais, ganhar mais a simpatia dos garçons.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mais do que favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, esse requerimento nem precisaria estar sendo votado. O Senador Lindbergh colocou uma proposta extraída das reuniões que tivemos com o Presidente da Casa, em que se decidiu que, dentro do possível, no processo de valorização das comissões, todas as comissões, nas matérias de interesse convergentes, seriam ouvidas.

Antes de tudo, gostaria de saudar os nossos colegas os Senadores mexicanos: *muy encantados*.

Todavia, este projeto interessa muito a todos nós. E, quando o Senador Lindbergh me consultava a respeito da necessidade de acelerar a sua votação, eu fui francamente favorável, tanto é assim que já me manifestei com o meu voto.

Entendo que o Senador Blairo Maggi, entendo que o Senador Pedro Taques, que, já em nome dos colegas da Comissão de Justiça, queria a consulta da Comissão de Justiça a respeito da matéria. O assunto merece uma discussão. E aí proponho que, com a Mesa Diretora, nós estipulemos um prazo para votarmos essa matéria em plenário, um prazo limite mínimo. E esse prazo limite mínimo era o prazo que as comissões teriam para votar esta matéria, que seria no máximo de 15 dias. Feito esse prazo, a urgência estaria, Sr. Presidente, estabelecida. Nós conseguiríamos dar às comissões o necessário valor na apreciação da matéria e com a presteza e a rapidez que o processo merece.

Por isso, estou com o Senador Blairo Maggi, imaginando que as comissões terão um prazo de no máximo 15 dias para entregar o projeto pronto.

Esse é o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluída a votação.

Como Presidente, eu aqui não poderia votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Exª contou o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Peguei o seu voto, sim senhor. Está registrado com letras garrafais!

Mas eu também quero manifestar o meu voto. Primeiro, cumprimento o Senador Lindbergh.

Para vocês entenderem a importância deste projeto que S. Exª está relatando, ele me ligou em Cuiabá

ontem, pedindo que eu estivesse aqui hoje, como membro titular desta Comissão, para apoiar o seu relatório.

Aqui, eu tenho de me manifestar, dizendo que o Senador Lindbergh Farias, a partir de hoje, é o patrono não só dos garçons do Estado do Rio de Janeiro, mas sim de todos os garçons do Brasil!

Com certeza esta lei vai beneficiar muito.

É um moço competente, um valoroso Senador da República, que bem representa o seu Estado do Rio. Entretanto, tem a simpatia de todos nós, particularmente, porque está defendendo aqui uma classe de trabalhador que muitas vezes não é reconhecida.

Particularmente, o Senador Jayme Campos, do Estado do Mato Grosso, reconhece o devido valor que cada um dos senhores e das senhoras têm.

De forma que quero aqui, meu prezado e valoroso, meu futuro Governador do Estado do Rio de Janeiro, dizer que seu relatório é meritório e tem aqui também o meu apoio.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Jayme Campos, se V. Exª me permite, faça uma homenagem ao Alemão, o garçom do Chopão, o restaurante mais tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E do Chiquinho também.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Chiquinho também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que é meu conterrâneo, da minha cidade, lá do Chopão, que inclusive está se aposentando agora. E o velho Arlindo, que foi garçom por muitos anos em Várzea Grande.

Quero dizer a V. Exª que o seu relatório vai ficar registrado nos anais das associações dos garçons de todo este imenso País.

Voto também favoravelmente a esse regime de urgência. Eu não precisava votar. Eu sei que eu não voto para efeito da contagem.

Como vota do Senador Alvaro Dias? V. Exª favoravelmente ao regime de urgência?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluída a votação. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Encerrada a votação (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um , dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito.

Aprovado.

Oito a sete.

Favorável ao requerimento de urgência. (*Palmas.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr.Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos.

Está concluída a votação.

Está aprovado requerimento do regime de urgência.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos.

V. Exª está com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – O senhor não computou o meu voto. Eu sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Computei. Por sinal, escrevi ainda muito bonito aqui: Senador Antonio Carlos, Estado de São Paulo.

Está concluída a votação.

Aprovada.

Está de parabéns o Senador Gilmar Machado, como também está de parabéns o Senador Lindbergh Farias. (*Palmas.*)

Convido V. Exª para assumir a Presidência. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Encerrado o item 2.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os trabalhadores aqui presentes e solicitar, Senador Lindbergh, de V. Exª que, se possível, seja pautado o Projeto de Lei nº 63, de 2011. O Relator é o Senador Cyro Miranda. O projeto é de minha autoria e trata do pãozinho francês, Sr. Presidente.

Peço que seja pautado esse projeto, cujo relatório está pronto para esta Comissão poder analisar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Farei isso. Atenderei V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de pedir a V.

Exª que, antes de encerrar esta reunião, pudesse dar conhecimento à Comissão de requerimento de nossa autoria e do Senador Humberto Costa, solicitando audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais, para analisar e instruir matéria de interesse desta relatoria no Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a presença do capital estrangeiro na saúde brasileira.

É um projeto que merece, desta e de outras Comissões, destaque e avaliação profunda. Para isso, nós estamos solicitando o representante do Ministério da Saúde, o da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o do Conselho Federal de Medicina, o do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o da Associação Nacional de Hospitais Privados e o da Superintendência de Hospitais Filantrópicos.

É um requerimento que faço em parceria com o Senador Humberto Costa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, a Presidenta da Petrobras, Maria Graça Foster, já chegou aqui.

Antes de ler os requerimentos, nós vamos apreciar o item nº 3, Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2002, cujo Relator é o Senador Roberto Requião.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2012
- Não Terminativo -

Acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Depois desse item 3, vamos ler os requerimentos, encerrar a reunião e iniciar outra reunião depois, com a nossa Presidenta da Petrobras.

Com a palavra, o Relator, Senador Roberto Requião.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, a preocupação do Senador Blairo Maggi, ex-governador como eu, é clara e absolutamente legítima. Por quê? Porque se refere à responsabilidade solidária da Administração Pública em relação às terceirizações. Se o terceirizado não cumpre as suas obrigações sociais, elas remanescem para o Poder Público.

O Senador Blairo Maggi fez uma proposta interessante de se estabelecer, na licitação, um seguro para cobrir a provável e suposta inadimplência. Eu gostaria, no entanto, de analisar sob a perspectiva de quem já foi governador. Por exemplo, eu assumi o Governo do Estado do Paraná, que tinha mais de 10 mil veículos, que eram segurados. Rapidamente, eu percebi que o Estado era um autossegurador de sua própria frota. O número de veículos era tão grande que o pagamento do seguro seria, necessariamente, muito mais custoso do que a cobertura de uma infração ou de um acidente.

Então, na linha de pensamento do Senador Blairo Maggi, eu estou sugerindo um substitutivo ao seu projeto, estabelecendo a obrigação de o Poder Público fazer uma retenção de 30 dias do valor das obrigações sociais. Isso seria interessante, até porque o valor das obrigações sociais estaria com uma ampla clareza. Nós saberíamos, exatamente, o custo das obrigações sociais de uma terceirização. E, a cada mês, o prestador de serviços de terceiros apresentaria ao Poder Público municipal, estadual ou federal ou às empresas públicas o comprovante do recolhimento das suas obrigações sociais, quando, então, o Poder Público liberaria a parcela seguinte para essas coberturas.

Isso evitaria, de forma definitiva, sem custo algum, a possibilidade de o Poder Público se tornar responsável por aquilo que o terceirizado não pagou. Ora, de qualquer forma, o importante é que a escala do serviço de terceirização é tão grande, que o seguro serviria só para aumentar o custo da terceirização. Seria mais um custo embutido nesse processo.

E essa proposta que nós fazemos, que já foi distribuída aos senhores, foi retirada de pauta numa das últimas reuniões, resolve o problema dessa maneira. E nós não teríamos mais, em hipótese alguma, o problema da responsabilização da Administração Pública em relação à inadimplência de empresas terceirizadoras de serviços. Eu acho que na essência a proposta é essa.

Eu pedi para ela sair de pauta, numa das últimas reuniões, para poder conversar com o Senador Blairo Maggi, mas coloco novamente os meus argumentos: que a escala é tão grande que o seguro se torna absolutamente desnecessário. E esse pequeno mecanismo de fiscalização que eu proponho resolve definitivamente o problema.

Enfim, a minha posição é exatamente essa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Blairo Maggi, o autor do projeto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, caríssimo Senador Roberto Requião, eu ouvi atentamente e li as argumentações do Senador Roberto Requião. E tanto o substitutivo do Senador Roberto Requião quanto o que eu apresentei originalmente se destinam à mesma finalidade, que é isentar ou tirar a responsabilidade do Estado, do ente, na questão do pagamento de encargos sociais não recolhidos pelos terceirizados.

E esse é um problema bastante grande e sério para a Administração Pública. As empresas terceirizadas não vão recolhendo, e isso para a previdência e os outros custos que há, e quando chega ao final, fica responsável o governo, a prefeitura ou as empresas públicas pelo recolhimento disso.

Então, pensando também nos problemas que tive como governador de Estado, de fazer esse enfrentamento, de depois sair cobrando e não encontrar mais a quem cobrar, foi que nós propusemos essa alteração no sentido de um seguro. De fato, é um seguro. Ele vai ao banco, toma uma fiança bancária, apresenta ao governo, para que ele possa recorrer, buscar o recurso no final da prestação do serviço.

Concordo com o Senador Requião que vai encarecer um pouco, mas todo controle tem seu custo.

E o que vai fazer uma melhoria também, Senador Requião, nessa questão, numa exigência de uma carta de fiança ou de qualquer seguro que nós vamos contratar, é que as empresas que vão se apresentar para os serviços nos governos ou nas empresas já terão que ter passado por um rastreamento, por uma fiscalização por parte do banco que vai dar a ele a carta-garantia.

Então, é mais uma maneira de o Estado, a prefeitura, as empresas públicas se livrarem das famosas "empresas pastel" – pasta e celular. Ele monta um negócio bonito, chega à licitação, ganha e depois não tem como fazer nada, vai começando a montar a sua empresa depois disso. Então, junto com a carta de fiança ou seguro que estou propondo, eu acho que vamos colocar o sistema bancário, as empresas que dão seguro-garantia a fiscalizar também e exigir mais transparência, exigir mais responsabilidade daqueles que estão prestando serviço ao Estado.

Nós não deixaríamos a decisão simplesmente para o setor do governo, da análise que há. Ele já viria com uma pré-classificação. Ora, se eu não tenho crédito num banco para tomar uma carta de fiança – embora vá custar alguma coisa –, eu também não posso ser responsável de fazer serviço para um ente federado ou um governo ou qualquer outra empresa.

Então, eu gostaria aqui, com todo o respeito que tenho ao Senador Requião, de defender o meu ponto de vista do projeto original aqui colocado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pedido de vista do Senador Armando Monteiro.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Também gostaria de pedir vista coletiva, como o Senador Armando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista coletiva.

Passo agora à leitura dos requerimentos, para encerrar a reunião e começarmos imediatamente uma nova reunião, com a Presidenta da Petrobras.

Requerimento.

REQUERIMENTO N° 29/2013

Requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência a saúde", com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar; representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; senhor Francisco Roberto Balestrin, representando a Associação Nacional de Hospitais Privados; e senhor Gonzalo Vecina Neto, Superintendente do Hospital Sírio Libanês)filantrópico);

Autoria: Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa.

Outro requerimento.

REQUERIMENTO N° 30/2013

Requer seja realizada audiência publica a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2010, que "cria o Conselho Nacional de

Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (*Conacon*) *e da outras providencias", com a participação dos seguintes convidados: representante do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia* (*Conacen*)*; representante do Ministério de Minas e Energia* (*MME*)*; e representante da Agência Nacional de Energia Elétrica* (*Aneel*)*.*

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Outro requerimento.

REQUERIMENTO N° 31/2013

Requer seja realizada audiência publica para discutir o PLS n° 102, de 2007 - Complementar, que "dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e da outras providencias", tendo como convidados o senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, o senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, e o senhor Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, Murilo Portugal Filho, que poderão ser substituídos por seus respectivos representantes.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Vamos votar esse requerimento, Senador Francisco Dornelles, já na próxima reunião. Já está lido e, na próxima reunião, votaremos esse requerimento de V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (23ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (18ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 14 DE MAIO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Ana Amélia, Antonio Carlos Rodrigues, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Inácio Arruda, José Agripino, José Pimentel, Kátia Abreu, Luiz Henrique, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Waldemir Moka e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Clésio Andrade, Lobão Filho, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Fernando Collor e Alfredo Nascimento. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir a política de desinvestimentos da Petrobras, que prevê a venda de ativos da companhia no exterior, e as causas do recente aumento do preço da gasolina no País, bem como debater perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 1 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia; 14 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros; e ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 6 de 2013, de iniciativa do Senador Wellington Dias, tendo como expositora a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras. Após a exposição da convidada, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Wellington Dias, Humberto Costa, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Flexa Ribeiro e Luiz Henrique. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **LINDBERGH FARIAS**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A presente audiência pública destina-se a discutir a política de desinvestimentos da Petrobras, que prevê a venda de ativos da companhia no exterior e

as causas do recente aumento do preço da gasolina no País, bem como a debater perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados, de acordo com os requerimentos:

- RQE 1/2013, Senadora Ana Amélia;

- RQE 14/2013, Senador Humberto Costa e outros;

- RQI 6/2013, Senador Wellington Dias.

Convidada: Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras.

Peço ao Senador Humberto Costa que traga a nossa Presidente da Petrobras ao plenário desta Comissão. (*Pausa.*)

A convidada já se encontra no plenário da Comissão.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: a convidada fará a sua exposição; em seguida, abriremos para interpelação dos Senadores e das Senadoras inscritos; a palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Com a palavra, a nossa Presidenta da Petrobras, Srª Maria das Graças Silva Foster.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom dia a todos os senhores. Bom dia à Mesa. Bom dia ao Senador Lindbergh. Bom dia ao Senador Sérgio Souza. É uma oportunidade estar aqui com vocês, mais uma vez participando das Comissões.

Eu gostaria de fazer o seguinte comentário: ao longo desses últimos três meses, eu tenho acompanhado as oratórias dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras sobre o segmento de energia no Brasil, mais especificamente da Petrobras, sobre a nossa empresa.

Então, eu procuro, na minha fala, já abordar alguns assuntos que têm sido colocados algumas vezes, sistematicamente, pelos senhores e senhoras em sua oratória.

Onde está o Rafael, que está passando para mim os eslaides?

Bem, então, nós vamos falar especificamente sobre produção de petróleo, sobre os planos da Petrobras para este ano de 2013, sobre investimentos e desinvestimentos de nossa empresa, entre outros.

Passando, Rafael, por favor.

Então, o desempenho da Petrobras no primeiro trimestre de 2013; perspectivas para 2013; o plano de negócios; a Petrobras e seus pares. São desempenhos de empresas de igual tamanho da Petrobras no mundo.

Trago este quadro-resumo, que foi apresentado ao mercado de forma bastante rápida. O nosso lucro líquido do primeiro trimestre de 2013 foi de R$7,7 bilhões. Tivemos um lucro operacional de R$9,8 bilhões e uma geração de caixa, ou *Ebitda*, de R$16,2 bilhões.

Um resultado positivo que tivemos neste primeiro trimestre foi o indicador extremamente importante para uma empresa que investe como a Petrobras. Quanto à dívida líquida, tivemos uma redução nesse valor de endividamento pelo *Ebitda*, pela geração de caixa.

Conforme havíamos previsto no início deste ano de 2013, quando comentamos e apresentamos ao mercado o resultado de 2012, tivemos no quarto trimestre de 2012, em relação ao quarto trimestre de 2011, uma redução de 4% na nossa produção. Nós produzimos, neste primeiro trimestre, 1,91 milhões de barris de petróleo por dia.

Tivemos uma produção doméstica que cresceu. A área de produção e exploração da Petrobras entregou mais gás para atendimento ao mercado térmico e não térmico 1% a mais. Nós atingimos 63,5 milhões de metros cúbicos/dia, ou seja, duas vezes toda a capacidade de importação de gás que temos da Bolívia.

Batemos o recorde duas vezes neste ano na produção do petróleo do pré-sal. Hoje a nossa produção gira no patamar de 300 mil barris de petróleo/dia do pré-sal do Brasil. Batemos o recorde no dia 17 de abril, com 311 mil barris de petróleo por dia.

Neste ano de 2013, nós já lançamos duas novas unidades estacionárias de produção: a cidade de São Paulo, no dia 5 de janeiro e a cidade de Itajaí. E, mais recentemente, a cidade de Parati já se encontra na locação, com previsão de início da produção de óleo novo: 28 de maio deste ano. Até o final do ano, serão mais quatro novas unidades.

Nós temos descobertas recentes extremamente importantes na seção arenosa do pré-sal, na Bacia de Campos, no pré-sal, e na Bacia de Campos, no pós-sal.

Nós temos um recorde diário de processamento de óleo. Estamos usando as nossas refinarias com muito mais eficiência: 2,15 milhões de barris de carga fresca processada nas nossas refinarias.

Tivemos, neste trimestre, dois ajustes de preços extremamente importantes e um atendimento a uma demanda de 88 milhões de metros cúbicos/dia, fora consumo de Petrobras.

Geração de energia elétrica: entregamos gás para a geração de 9.325 megawatts de térmica a gás natural.

Redução de custos operacionais através do Procop.

Ganho de eficiência operacional com mais 34 mil barris de petróleo/dia. E, nos últimos dois meses, tivemos uma valorização do nosso valor de mercado em torno de 26%.

Eu mostro a vocês, no próximo eslaide, a nossa produção, que, neste primeiro trimestre, foi de 1,91 bi-

lhões de barris de petróleo por dia. Por que não mais? Porque é necessário fazer as paradas programadas. Paradas programadas são obrigatórias e são compromissos que nós temos com a ANP, com o Ibama e com a norma brasileira NR13.

Tivemos perda programada da produção de óleo por conta dessas paradas. Nós saímos de sistemas temporários de produção para sistemas definitivos, e você tem uma redução natural. Além disso, existe um fato que é inexorável: é o declínio natural da produção de petróleo. Esse declínio da nossa produção, de 10% ao ano, está exatamente de acordo com as métricas internacionais para produções semelhantes às produções que nós temos em reservatórios semelhantes, na Bacia de Campos, Santos, Espírito Santos e outras.

Como eu disse aos senhores, no Sudeste do Brasil, a nossa produção no pré-sal atingiu 311 mil barris por dia. Eu costumo dizer que o pré-sal, as descobertas não são as realidades mais recentes. Nós temos feito descobertas sistematicamente. E o que é realidade e cresce a cada dia é a nossa produção do pré-sal. E é importante ressaltar que nós descobrimos o pré-sal em 2006. E hoje, sete anos depois, temos 311 mil barris de petróleo/dia produzidos desse pré-sal.

Na Bacia de Campos, nossa Bacia de Campos do Brasil, essa mesma produção levou 11 anos e, na porção americana do Golfo do México, para produzir 300 mil barris de petróleo por dia, levamos ou o mercado levou 17 anos. No Mar do Norte, nove anos.

Nós vamos estar em 2017, portanto quatro anos à frente, produzindo um milhão de barris de petróleo no pré-sal; e, em 2020, serão mais de dois milhões de barris.

Nós temos superado sistematicamente desafios tecnológicos. E, mais do que isso, a nossa superação hoje, em termos de tecnologia, trata muito mais da redução de custos pelo saber fazer em águas profundas, que é um *expertise* da Petrobras e das empresas que também operam conosco.

Nós tivemos uma redução de 70 dias no tempo necessário para a perfuração de poços no pré-sal. Se em cada um dia de sonda na perfuração o custo total gira em torno de, pelo menos, US$1 milhão por dia, quando se reduzem 70 dias, é um aumento de competitividade muito grande que nós temos.

No Nordeste do Brasil, a nossa produção no ano de 2013 ficou, no primeiro trimestre, em linha com o ano de 2012. Foram 132 mil barris/dia produzidos no Nordeste. O nosso investimento no Nordeste, em 2012, foi de R$6 bilhões. Em 2013, foi de R$5,9 bilhões.

Campos antigos do Nordeste continuam ativos e em produção, como o Canto do Amaro, Carmópolis, Estreito, Siririzinho, Araçás, Serra e Buracica, na Bahia.

Um outro resultado também extremamente importante que nós tivemos neste primeiro trimestre foi uma redução com poços secos. Poços secos, poços subcomerciais, custos com geologia, custos com geofísica fazem parte da atividade exploratória. Mudamos a nossa política exploratória; criamos uma política exploratória; estamos trabalhando fortemente para minimizar os impactos decorrentes de poços secos.

Lembro aos senhores que, em 2012, nós tivemos R$7,1 bilhões em poços secos. Neste primeiro trimestre, R$1,2 bilhão em poços secos, por conta dessa mudança grande que fizemos na política exploratória da Petrobras, trabalhando em áreas de maior prêmio, de menor risco. É difícil achar esse ponto entre o maior prêmio e o menor risco, mas é o que estamos fazendo.

É importante ressaltar que, neste primeiro trimestre, nós não tivemos poços secos no pré-sal. Nossa taxa de sucesso nos levou, neste primeiro trimestre, a que não fosse necessário dar baixa em poços secos no pré-sal.

Esse eslaide seguinte mostra as nossas atividades exploratórias. Nos últimos 17 meses, nós tivemos 54 descobertas na Petrobras. A nossa taxa de sucesso no pré-sal é de 82%. Se colocarmos o pré-sal, o pós-sal, as atividades em terra, as atividades em terra, as atividades no mar, somar tudo, temos a maior taxa de sucesso exploratório de empresa que atua em atividade *offshore.* São 64% de taxa de sucesso. Esse é um número extremamente alto, e as nossas reservas são de 19,3 anos.

Tivemos todas essas descobertas, e o trabalho agora é um trabalho investigativo, que leva tempo para que a gente possa declarar a comercialidade daquelas atividades que demonstram resultado econômico positivo para a companhia.

Nesse trimestre, batemos também sucessivos recordes de refino. Estamos utilizando muito melhor o *hardware* da nossa empresa nas atividades de refino. Isso significa que, depois de investirmos tanto e continuarmos investindo nas nossas refinarias, as nossas unidades juntas operam de forma otimizada, e é por isso que, sem nenhuma nova refinaria ainda, temos batido recordes sucessivamente.

Hoje, a nossa capacidade de refino é de, na média do primeiro trimestre, foi de 2,12 milhões de barris de petróleo por dia, óleo processado nas nossas refinarias. Elas são mais flexíveis. Nós investimos pesado em logística, para administrar melhor as cabotagens que fazemos. Então, colocamos, em relação ao primeiro trimestre de 2012, mais 180 mil barris de petróleo por dia sem nenhuma nova refinaria, tão somente com investimentos em flexibilidade e trabalhando melhor

de forma integrada esse *hardware*, ou seja, essas refinarias do País.

Nós temos uma utilização acima da média mundial. O FUT, que chamamos de Fator de Utilização da refinaria, sempre acima de 90%.

Nós tivemos, como comentei anteriormente, dois importantes aumentos de preço de combustível no Brasil esse ano, diesel e gasolina. Nós ainda não temos uma exata paridade com os preços internacionais, mas estamos mais próximos. Dissemos sempre que temos tido uma convergência maior.

Nesse gráfico, em verde, foi quando tivemos combustível mais caro aqui no Brasil do que fora; e, no rosa, são perdas. Combustível mais caro fora com preço menor aqui no Brasil, mas um consumo extremamente grande, que nos favorece em termos de escala. Na ponta, os senhores observam, no mês de março de 2013, uma convergência maior entre os preços internacionais e os preços nacionais.

Por que é importante a gente buscar a convergência de preço? Porque a indústria de petróleo é uma indústria dolarizada. Por exemplo: pagamos as participações governamentais em dólar por barril, dólar do dia, *branch* do dia. Então, é importante que tenhamos essa convergência de preço. Setenta e quatro por cento da dívida da Petrobras está em dólar. Então, o *hedge* natural das nossas operações, de qualquer companhia de petróleo do mundo, é o câmbio. É preciso que a gente tenha essa convergência também em relação ao câmbio. E esses dois aumentos nos ajudaram muito.

O lucro operacional do quarto trimestre de 2012 foi de R$5,7 bilhões. Já o lucro operacional desse primeiro trimestre foi de R$9,8 bilhões. Tivemos 72% de lucro operacional. Por conta de quê? Por conta de ajuste de preço e por uma melhor operação na companhia.

Nós operamos o nosso parque de refino, operamos as nossas térmicas com uma eficiência muitíssimo alta. Então, maiores preços, menos despesas com prospecção. Nós tivemos uma redução, como mostrei aos senhores e senhoras, bastante relevante no que se refere a poços secos também. Então, tudo isso trouxe par nós uma vantagem muito grande no que se refere ao lucro operacional.

O lucro líquido ficou exatamente em linha, o quarto trimestre com o primeiro trimestre deste ano, porque, no quarto trimestre do ano passado, tivemos dois eventos que favoreceram o lucro do quarto trimestre passado. O primeiro deles: o maior pagamento de Imposto de Renda e contribuição sindical; tivemos juros sobre capital próprio e dividendos pagos o ano passado, e, por isso, paga-se menos Imposto de Renda; e menor resultado financeiro também.

No primeiro trimestre deste ano – no próximo eslaide, Rafael –, nós tivemos investimentos de R$19,8 bilhões. Foi o investimento da Petrobras nesse primeiro trimestre deste ano. No ano passado, na média, no primeiro trimestre de 2012, nós tivemos R$18 bilhões. Metade do nosso investimento deste ano, um pouquinho mais, foi exatamente na área de exploração e produção.

Esse eslaide seguinte mostra que nós temos feito um acompanhamento muito forte do resultado físico e do resultado financeiro. O físico e o financeiro têm que andar juntos.

A nossa refinaria Rnest em Pernambuco teve uma excelente realização física. Nós temos hoje 73% de realização física, 73,4% do previsto, e o realizado, 73,1%.

Temos feito uma gestão muito forte em cima do investimento, a realização financeira, uma programação de US$11,93 bilhões até março. E nós tivemos uma realização de US$11,75 bilhões.

Esse é um trabalho muito forte. Essa refinaria tem uma importância enorme para a Petrobras e o primeiro trem de refino dela parte em março de 2014.

Aqui os senhores têm a vista da refinaria, uma vista mais aérea e uma outra da lateral, também aérea, que mostram o progresso físico dessa refinaria.

As nossas perspectivas para o ano de 2013.

No que se refere à área de exploração e produção, nós teremos, neste ano de 2013, a entrada de sete unidades estacionárias de produção. Em toda a história da Petrobras, nós nunca tivemos a entrada de sete unidades estacionárias de produção na Bacia de Campos, na Bacia de Santos, na Bacia do Espírito Santo. E isso significa para nós uma capacidade adicionada de 820 mil barris por dia.

São sete unidades. Duas já estão instaladas. A terceira vai produzir o primeiro óleo já no dia 28 de maio deste ano. Ela já está ancorada na alocação. E as outras quatro unidades estacionárias de produção entrarão gradativamente, ao longo deste ano. Hoje é dia 14 de maio. Nós temos ainda sete meses e meio do ano para concluir a instalação dessas outras unidades estacionárias de produção.

É um grande desafio, mas nós acreditamos que concluiremos essa grande tarefa, que é construir no Brasil e implantar tão bem essas unidades nos nossos campos de produção *offshore*.

Em 2013 haverá um consumo, que já está acontecendo, ainda maior de diesel e de gasolina: diesel, este ano, cresce 5% em relação ao ano passado e gasolina, 3,2%. Essa é uma demonstração forte do crescimento e da capacidade de consumo do cidadão brasileiro. E o que é mais interessante: não são picos. Há quatro anos aumenta de forma intensa a entrega de diesel e de gasolina para o mercado.

O que vai acontecer este ano, e já está acontecendo? Pelo melhor uso do nosso parque de refino, nós vamos produzir mais diesel e gasolina sem colocar outra refinaria neste momento, apenas utilizando melhor. E já estamos fazendo isso desde o ano passado. Nós vamos produzir mais diesel, mais gasolina, vamos importar menos, o nosso custo médio fica menor; e o nosso resultado, maior.

Esta é uma grande ação: ter mais consumo no País, ter condição de produzir mais diesel e derivados aqui. Isso não é promessa, está acontecendo. Isso sai no balanço da Petrobras a cada trimestre. E nós informamos à ANP todo mês.

Então, a nossa capacidade de produção realmente é muito maior.

No que se refere ao gás natural, todos os mercados de gás natural estão crescendo este ano. É absurda a quantidade de gás para o mercado termelétrico. Estamos, há meses e meses, com praticamente todas as térmicas despachadas e atendendo com 96%, 98% de eficiência o Operador Nacional do Sistema Elétrico. Então, é um desempenho acima da média mundial.

O mercado de fertilizantes também cresce este ano, assim como o mercado térmico e o mercado não térmico.

A oferta de gás. O E&P, gás doméstico, gás nacional, o E&P nos entrega, na média do ano, mais três milhões de metros cúbicos/dia. Estamos tirando 30 milhões da Bolívia e vamos continuar tirando os 30 da Bolívia. E GNL: nós temos sete milhões de metros cúbicos/dia em Pecém e 14 milhões. Agora passamos para 20 na Baía de Guanabara. Nós tínhamos um terminal de 14, ele já opera com 20 milhões há alguns meses. Então, também é um crescimento de oferta de gás.

Plano de negócios da companhia. Aí, o horizonte é de cinco anos.

Então, eu falei para os senhores do resultado dos três primeiros meses, o que nós planejamos para o ano de 2013, e agora para esse intervalo 2013-2017.

Investimentos da Petrobras: US$236,7 bilhões nestes sete anos. Prioridade número um: produção de petróleo e gás. Na sequência, as novas refinarias. Mais gás, mais energia elétrica, mais fertilizantes. A área internacional tem a sua importância nacional para nós, porque o investimento nos países vizinhos é extremamente importante, principalmente nos países vizinhos.

Investimento em E&P: US$140,7 bilhões. Só em E&P, nesses cinco anos. E é de longo prazo. Há 12 anos a Petrobras investe forte na área de exploração e produção. Mais fortemente depois de 2006, do pré-sal. Nós conseguimos, com investimento de longo prazo nos ativos, investimento de longo prazo em pesquisas e desenvolvimento, desenvolver e dar musculatura para o segmento petróleo e gás, que é constituído pela área de E&P, pela área do abastecimento, o gás, energia, movimentação de combustíveis, chegando até a ponta, na distribuição.

Nós vamos sacar dessa cadeia, para focar na área de exploração e produção, do desenvolvimento da produção e a produção de petróleo e gás, e a movimentação de tudo isso. Hoje, nós temos, só na Petrobras, em lâmina d'água maior do que dois mil metros, 41 sondas de perfuração. Nenhuma empresa operadora no mundo tem os números que a Petrobras tem, mas já tem e é produzindo, não é o que vai fazer; é o que já está fazendo. São 41 sondas de perfuração para lâmina d'água maior do que dois mil metros. Barcos de apoio são 361 e passam para 568. Acabamos de contratar mais 26 barcos. Plataformas de produção, nós temos 50. São 50 plataformas de produção, e chegaremos a 84. Várias delas estão em construção, os senhores verão. E outras jaquetas para águas mais rasas.

O que acontece com esse investimento de longo prazo de Petrobras? Acontece a recuperação objetiva, fotografada e medida, da indústria naval *offshore* no Brasil. Não é que vai ficar. Já é o que nós estamos colocando aqui. E quando os estaleiros na China, Japão, Noruega, Cingapura e outros veem os contratos que a Petrobras faz objetivamente – porque não é que vai fazer, mas o que está fazendo –, os estaleiros entendem que o conteúdo local no Brasil é para valer, é de verdade, é política comercial da Petrobras e é política do Governo Federal. E nós seguimos à risca esse conteúdo local, de forma rastreável e demonstrável.

Então, nós temos aqui diversos estaleiros que vieram para o Brasil colocar dinheiro, isoladamente, atuando no Brasil ou em parceria com empresas, grandes empresas brasileiras. Dessa forma, todos os estaleiros mostrados aqui não têm mais capacidade, com a dimensão que têm hoje, neste momento, para mais ofertas, para receber mais ofertas de Petrobras. Acontece que, até o final deste ano, sete unidades saem de estaleiros. Três já saíram, mais uma, a P-63 sai agora em junho, e vão abrindo espaço para outras contratações. Essa é a realidade absoluta.

Nossa curva de produção é um grande desafio. Nós sairemos dos dois milhões de barris de petróleo/média que nós temos tido – 2011, 2012, e trabalhamos forte para manter em 2013 esses dois milhões de barris de petróleo por dia – e vamos chegar a 4,2 milhões de barris de petróleo por dia, de petróleo e líquidos, ou 5,2, se considerarmos o gás.

E eu queria mostrar para vocês a situação daquelas sete unidades estacionárias de produção, que entram agora em 2013.

A primeira delas, a cidade de São Paulo, está trabalhando, como a gente costuma dizer, na locação, desde janeiro de 2013. Conteúdo local: 57%. Cidade de Itajaí, desde 16 de fevereiro, já trabalhando. Conteúdo local: 60%. Cidade de Paraty, o primeiro óleo, dia 28 de maio de 2013. Conteúdo local: 60%. Papa-Terra, P-63, sai do estaleiro no dia 30 de maio de 2013. Conteúdo local: 46%. A P-55 sai do estaleiro entre junho e julho de 2013. Conteúdo local: 50%. Parque das Baleias, projeto. Conteúdo local: 58%. Aqui eu estou falando de todo o projeto. Papa-Terra, P-61, TLWP, 8 de agosto, também indo trabalhar.

Então, isso aqui não é história. Isso aqui é fato consumado, está lá. E essa é a nossa produção que nós vamos fazer este ano. Evidentemente, quando se começa a produzir, não se entra com a capacidade total da unidade, há um degrau, um *ramp-up* e, gradativamente, se vai enchendo a plataforma.

Então, o nosso potencial tem sido muito grande no pré-sal. Plataformas de que a gente tinha a perspectiva de precisar de seis poços, perfuramos e completamos os seis poços, nós temos topado a plataforma já com quatro poços. São poços que chegam a dar 25 mil barris por dia, 30 mil barris por dia. Mas nós consideramos no pré-sal uma média de 15 mil barris por dia.

Vocês lembram como foi a nossa curva de produção. Então, aumenta a produção de petróleo, aumenta a nossa capacidade de refino também. Nós vamos chegar a 2020, quando nós tivermos com 4,2 milhões de petróleo por dia sendo produzidos, com uma capacidade instalada de refino de aproximadamente três milhões de barris de petróleo por dia.

O que já está entrando agora, as refinarias que estamos construindo? A RNEST, primeiro trem em novembro de 2014; segundo trem da RNEST em maio de 2015. Também é uma realidade. Se vocês estiverem em Pernambuco, convido vocês a visitarem a RNEST.

Comperj: o primeiro trem no Rio de Janeiro será em abril de 2015. E agora em julho deste ano, nós temos a perspectiva muito forte de começar já a preparação para os processos licitatórios da Premium I e da Premium II. Nós acreditamos que esse resultado que está muito próximo de ser levado à Diretoria da Petrobras deverá ser um resultado positivo. Nós estamos fazendo uma série de simplificações na Premium I, do Maranhão, e na Premium II, do Ceará, de forma a torná-las competitivas.

E aí, no abastecimento, já mostrei para os senhores e senhoras a RNEST.

À direita, nós temos um complexo petroquímico Suape bem ao lado da nossa refinaria de Pernambuco, onde já se está produzindo o PTA. Nós vamos começar a produzir o POY mais tarde, provavelmente em 2015; e o PET, um pouco antes. Então, já partiu o nosso complexo petroquímico Ipojuca.

Na refinaria, nós já começamos a dar carga também. A casa de força já está energizada, e partimos agora, gradativamente, por despertar para comissionar essas refinarias passo a passo, de tal forma que, até o ano que vem, em novembro, nós já estaremos com o primeiro trem partindo.

Muito em breve, em junho deste ano, um terminal muito importante na Baía de Guanabara, que é o terminal da Ilha Comprida, em que vai haver um processamento e uma entrega de GLP muito importante para o segmento da indústria no Rio de Janeiro. E a melhoria gradativa que nós temos feito nas nossas refinarias e, no caso específico, na Refap – apenas um exemplo –, em que nós vamos começar a produção do *diesel* S-10.

Vocês se lembram do formato da curva de produção, o formato da nossa capacidade de refino, e há uma forma semelhante também na nossa capacidade de produção de fertilizantes.

Nós temos a Fafen-BA, a Fábrica de Fertilizante da Bahia, a Fábrica de Fertilizantes de Sergipe; nós fizemos a recente aquisição, há seis meses, da Fábrica de Fertilizantes de Araucária, que era da Vale. E nós estamos construindo a fábrica de fertilizantes, a maior da América Latina, em Mato Grosso do Sul, no Município de Três Lagoas, onde produziremos ureia e amônia. E, ainda, um projeto com grandes perspectivas de viabilidade econômica, no Espírito Santo, que é o Complexo Gás-Químico, que vai processar quatro milhões de m³ de gás, vai produzir fertilizantes e outros produtos químicos.

Aqui, um exemplo, com algumas fotos. Nós temos, à esquerda, a nossa fábrica do Mato Grosso do Sul. É uma vista aérea, muito distante; a gente não tem uma percepção boa do que já está instalado em termos de equipamento. Todos os equipamentos foram comprados, todos os equipamentos foram recebidos, os grandes equipamentos dessa fábrica, e daremos partida nessa fábrica em setembro de 2013. Essa fábrica é um sonho antigo, de muitos anos. São pelo menos oito anos de planejamento dessa produção que está acontecendo agora.

Temos mais gás liquefeito para entrar no Brasil. Serão mais 14 milhões de capacidade na Bahia. Esse gás a gente começa a receber em setembro de 2013. Também é um investimento com um nível de realização bastante alto. A unidade de sulfato de amônia, um fertilizante que a Petrobras, que o Brasil importa, hoje, e que nós produziremos – esse sulfato de amônia – em Sergipe, com inauguração em outubro de 2013.

E a nossa térmica no Rio de Janeiro, com capacidade de geração de 530 MW, também uma térmica importante para a segurança energética. São 530 MW, em uma térmica que vai trabalhar em ciclo fechado, processando dois milhões m³/dia de gás.

Para tudo isso é preciso dinheiro. São muitos investimentos! O ano passado foi o ano que a Petrobras mais investiu em um ano: US$43 bilhões de investimento só no ano passado. Neste ano, nós vamos fazer um pouco mais: serão US$45 bilhões. E é preciso que nós sejamos financiáveis.

Então, o nosso planejamento financeiro: usos e fontes.

Nós temos usos, considerando o investimento comprometido, já comprometido em obras iniciadas, de US$207 bilhões. É o que temos de ativos em construção hoje, em investimentos em Capex. Com as amortizações de US$39,8 bilhões, chegamos a um total de US$246,9 bilhões. Um fluxo de caixa operacional, após pagamento de dividendos, de US$165 bilhões. Captações: nós temos captações previstas de US$61,3 bilhões, uma média de US$12 bilhões/ano.

E os senhores viram, hoje, nos jornais que nós fizemos uma megacaptação ontem de US$11 bilhões no mercado de capitais. Foi a maior captação, abaixo apenas da Apple, que foi feita também no início deste mês. A Apple fez uma captação de US$17 bilhões. A nossa captação deste ano no mercado de capitais foi com juros menores do que os contratados no ano passado. Então, esse volume atingiu US$11 bilhões, com custo médio ponderado de 3,79. Prazo médio de dez anos. Operação dividida em seis tranches, como nós chamamos, com vencimentos que variam, como nós chamamos, de curto prazo, de 2016 a 2043; e o *closing*, o fechamento dessa operação se dá até o dia 20 de maio.

Então, essa informação aqui é extremamente importante, porque demonstra a confiança que o mercado de capitais tem na Petrobras e no Brasil, certamente. Então, nós tivemos uma oferta de US$45 bilhões e captamos US$11 bilhões. E isso demonstra a confiança que o mercado tem no que a Petrobras faz, demonstra confiança no portfólio do que nós faremos até 2020 – só posso falar até 2020; não posso abrir a partir de 2020 – e demonstra, fundamentalmente, a confiança que o mercado de capitais tem no Brasil. Então, são três elementos importantes: o Brasil, a confiança no corpo técnico da Petrobras e na sua liderança, através do seu Conselho de Administração, e a grande confiança no nosso portfólio, na nossa capacidade de empreender e de realizar, porque ninguém empresta dinheiro para quem não gera receita. Eles querem emprestar dinheiro para quem está investindo; não para quem está apenas endividado. Isso faz uma diferença muito grande.

Captações, usos de caixa em torno de US$10 bilhões e a necessidade de desinvestimentos. A necessidade de desinvestimentos é muito importante porque uma empresa que faz 60 anos no dia 3 de outubro tem um portfólio que lhe foi extremamente importante em determinado momento da sua história. Hoje, ele é menos importante, pois existem outras grandes oportunidades. E o pré-sal – está ali destacado em vermelho, em 2006 – mostrou outra capacidade de investimento da nossa companhia. Nós fizemos alguns desinvestimentos em 2010, fizemos desinvestimentos em 2011, fizemos, em 2012, US$3,4 bilhões em desinvestimentos, principalmente trabalhando garantias, troca de garantias que a Petrobras tinha, troca de notas por garantias em petróleo. Nós fizemos essa realização em 2012 e em 2013, nós também já fizemos US$300 milhões ou US$0,3 bilhão de desinvestimento em ativos, principalmente na área de exploração e produção.

Aí nós olhamos a Pesa argentina. A Pesa argentina está na nossa carteira de desinvestimento. A diretoria da Petrobras não tomou posição em relação à Pesa. Existem comissões que estão em negociação com algumas empresas, no plural, na Argentina, e a diretoria da Petrobras não tomou qualquer posição em relação à Pesa. Nós temos um trabalho muito forte feito, não temos prazo para tomadas de posição na Pesa e não temos pressa.

No segundo eslaide, nós falamos da Refinaria de Pasadena. Ela esteve, até cerca de um mês ou 40 dias atrás, na nossa carteira de desinvestimentos. Pelo que pagamos quando fizemos a aquisição, em 2006, todos os outros custos que decorreram de 2006 até 2012, não haveria propostas, neste horizonte que nós vivemos, de 2012... As refinarias, nos Estados Unidos, estão saindo de margens negativas... Após a crise de 2008 e 2009, as margens... Aqueles dois eslaides ali debaixo são muito importantes. Quando veio a crise, em 2008, as margens médias das refinarias nos Estados Unidos passaram a ter valores negativos. O consumo caiu muito. O preço do petróleo caiu, mas o consumo também caiu. Então, ficamos, de 2008 a 2010, não só Pasadena, mas a grande maioria das refinarias nos Estados Unidos, trabalhando com margens negativas. O que aconteceu em várias das refinarias, principalmente aquelas que estão processando óleo leve, como é o caso de Pasadena, é que essas refinarias voltaram aos patamares de margens que tinham no início, quando foi feita a aquisição ou antes da crise. Naquela época, antes da crise, margens de US$4,3, e hoje, margens médias de US$3,9.

Por que isso? Primeiro, porque o mercado vem recuperando alguma capacidade de consumo nos Estados Unidos e, segundo, principalmente por conta do óleo produzido não convencional, o *tight oil*.

Existe uma sobreoferta de óleo nos Estados Unidos hoje, porque os Estados Unidos consomem 18,8 milhões de barris de petróleo por dia e produzem um pouco mais de 8,5 milhões de barris de petróleo por dia. O que acontece é que as refinarias estão na costa, e esse óleo vem do mar evidentemente, para a cabotagem e para atender às refinarias. Aconteceu o advento da produção do óleo não convencional, e o fluxo está se dando no sentido contrário: está se produzindo no centro dos Estados Unidos, com as refinarias na costa. Então, há perda de valor desse petróleo que chega às refinarias, porque não há logística para isso ainda. O movimento é o contrário.

E aí a gente tem capturado boas margens na nossa Refinaria de Pasadena e também nas outras várias refinarias que ficam no entorno de Pasadena. Não dá para se vender agora. É o momento de recuperarmos algumas das margens negativas que tivemos por um longo período.

Há outro ponto extremamente importante: quando nós compramos a Refinaria de Pasadena, em 2006 – chamo a atenção dos senhores para aquele ponto que ali é apresentado –, a média verificada, naquele ano de 2006, nas refinarias semelhantes à Pasadena, atingiu US$9.734 por barril. Nós pagamos por Pasadena US$7,2 mil por barril à época da aquisição.

Então, essas são algumas informações sobre Pasadena. Poderemos passar outras informações sobre Pasadena se os senhores assim quiserem.

Para terminar, falo rapidamente da Petrobras e de seus pares, das *majors*, das grandes companhias, como a nossa.

Nós comparamos o ano de 2002 com o ano de 2012. A nossa produção de petróleo, nesse período de 13 anos, cresceu 44%. Falo da produção de petróleo da Petrobras. Querendo ou não, neste momento, o que acontece é declínio. Em todos os postos do mundo, em qualquer parte da Terra, há um declínio. Isso é inexorável. Então, nós fomos capazes de crescer e de repor o consumo. Crescemos 44%. A produção da Petrobras cresceu 44%.

Com todo o respeito ao talento e à capacidade empreendedora de todas as empresas que vou citar daqui para frente, vou mostrar estes dados públicos que estão nos balanços destas empresas: a Exxon perdeu 1% nesse mesmo período, teve uma redução de capacidade de produção; a BP, 5%; a Shell, 18%; e a Chevron, 1%. Nós crescemos 44%.

É importante dizer – os senhores podem ver aquela barra azul-escura e a mais clara – que nós temos as nossas reservas: 85% de petróleo e 15% de gás. O petróleo é muito mais valorizado em toda a sua história do que o gás natural. Ainda que eu seja uma profunda admiradora do gás, o gás tem um valor, uma liquidez menor. As nossas reservas são de petróleo.

Agora, nós vamos olhar a produção de 2011 e de 2012 dessas mesmas empresas. Houve uma queda – isso é barril de óleo equivalente – de 1% na nossa produção; na Exxon, de 6%; na Chevron, de 2%. A Shell fez +1%; a BP, -4%.

Completando o *slide*, Rafael, inclusive com a parte inferior, nós olhamos a produção em relação ao último trimestre: nós tivemos uma queda na produção de 2%. A produção da Exxon, que tinha caído 6% na média do ano, cresceu 2%. Na Chevron, a queda foi de 1%. Na Shell, o percentual foi de +4%; e, na BP, de -3%.

Então, é muito difícil e não é adequado comparar o desempenho mês a mês, trimestre a trimestre, porque nenhuma dessas empresas tem sete Unidades Estacionárias de Produção para entrar agora.

Quanto ao nosso lucro líquido, nós crescemos em dólar 2%, quando comparamos o quarto trimestre com o primeiro trimestre de 2013. O lucro líquido da Exxon caiu 5%, e o da Chevron, 15%. A Shell teve 23% de crescimento; a gente não estudou o balanço para poder entender esse crescimento, que pode ter sido provocado pela aquisição ou por fatos não recorrentes. E, na BP, houve 942% de aumento. A gente olha esse dado isoladamente, porque a BP fez uma grande venda no valor de US$12,4 bilhões, o que corresponde à participação em gás que ela tinha na Rússia.

Já terminando, indo para os três últimos *slides*, vemos o valor de mercado da Petrobras. Nós, hoje, ocupamos a quinta posição, estamos na frente de empresas das quais antes estávamos atrás, como a Ecopetrol, por exemplo. E eu digo isso com todo o respeito à Ecopetrol, que é uma brilhante empresa. Nós estamos à frente, de volta, da Total; e passar, andar um pouco mais para frente é só uma questão de tempo.

Nesses dois meses, as nossas ações tiveram uma valorização de 26% – nesses dois meses. Um Plano de Negócios e Gestão mais consistente, realista, simplificado, objetivo; um melhor primeiro trimestre; e uma evidência do nosso crescimento da produção. Porque é evidente: as sete plataformas, não é que nós vamos fazê-las, não; elas já existem e estão indo para alocação.

Produção maior. Creio que essa – no próximo *slide* – é uma grande evidência. Aquilo ali são três unidades de produção praticamente concluídas. E nós estamos aqui, em frente ao Estaleiro Rio Grande, no

Rio Grande do Sul: P-63, P-58 e P-55. E a nossa curva de produção, muito em breve, atingirá 2,5 (em 2016) milhões de barris/dia, 2,75; 4,2 milhões de barris de petróleo por dia, em 2020; e, em gás, 5,2 milhões de barris de petróleo por dia.

Esse é meu último *slide*, e tenho muito prazer em ler esse *slide* aqui para os senhores, porque essa foi uma classificação que veio ontem à noite para nós. Nós já sabíamos, desde sexta-feira, mas veio ontem à noite. A Petrobras está entre as empresas mais bem avaliadas, em gestão e governança, pela Standard & Poor's, que é uma agência de *rating*.

A Petrobras informa que publicou o relatório Management and Governance Credit Factors, com sua avaliação sobre gestão e governança de mais de 300 empresas da América Latina. Essa Avaliação de Gestão e Governança é parte integrante do processo de avaliação de *rating* da agência. Das 310 empresas avaliadas, apenas 7 receberam a classificação de "forte" em gestão (*strong*); 106 foram classificadas como "satisfatórias"; 195 como "moderadas"; e 2 como "fracas". A Petrobras está entre as empresas que obtiveram a classificação "forte" (*strong*), a melhor avaliação possível.

Na escala mundial, a S&P, que é a agência de *rating*, classifica 3.868 empresas em relação a gestão e governança. Desse total, no mundo, apenas 8% receberam a classificação de "forte".

Termino, assim, a minha leitura, a minha fala aqui, e vou ficar à disposição dos senhores.

Mais produção, mais refino, mais gás, mais fertilizantes este ano e no próximo; uma entrada a custo menor no mercado de capitais, US$11 bilhões; e uma classificação dessas, um reconhecimento desses da agência. E a agência coloca que essa avaliação é extremamente importante para a manutenção do grau de investimento da nossa companhia, a Petrobras.

Senhores, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço a exposição da presidente da Petrobras, Srª Maria das Graças Silva Foster, e passo a palavra, imediatamente, à primeira autora de requerimento, Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, permita-me. V. Exª fará por bloco os questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso, farei por bloco. Existem 12 inscritos, e pretendo fazer dois blocos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Doze, não; treze.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é que a Senadora Vanessa Grazziotin não está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Dois blocos de seis?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dois blocos de seis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Começo com a Senadora Ana Amélia, autora do primeiro requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, Senador Sérgio Souza, cara Presidente Graça Foster, é um prazer recebê-la aqui nesta Comissão.

Começo com o final da sua fala Sou do Rio Grande do Sul, Senadora do Rio Grande, com muito orgulho, e a senhora fez referência ao Polo Naval de Rio Grande. Eu queria saber, dentro desse plano, se as encomendas e os projetos vão continuar e se não há nenhum problema. Hoje, fala-se na necessidade de engenheiros. Há algum problema? Essa escassez de mão de obra pode, de alguma maneira, comprometer os projetos de investimento no Polo Naval de Rio Grande?

Já que estamos falando no Rio Grande do Sul, também mencionei, quando a senhora esteve aqui da última vez, a questão da Termelétrica de Uruguaiana, que está paralisada. Foram paralisadas em abril as atividades, por problemas de transporte de gás, que vem da Argentina. Eu queria saber, Presidente Graça Foster, se existe alguma negociação entre Petrobras, Ministério de Minas e Energia, para transformar essa usina em binacional. Há negociação, há perspectiva para isso, ou isso é apenas sonho de gaúcho ou da região da fronteira?

A senhora festejou aí a questão da arrecadação de US$11 bilhões dos títulos corporativos da dívida, os *bonds*, no mercado externo, a uma taxa de 4,375% ao ano. Eu queria saber se a senhora acredita que esse sucesso se deve já a esta informação, porque os investidores sabem antes da gente as coisas, dessa avaliação da *Standard & Poor's*, que acaba de divulgar em primeira mão aqui na CAE.

É claro que a imprensa hoje fala sobre a segunda maior emissão do ano, a quinta maior da história, e, considerando a indústria de óleo e gás, que está em plena capacidade no mundo e que as ações de petróleo de empresas brasileiras estão perdendo valor no mercado – a OGX perdeu 63% de seu valor de bolsa, com queda de R$8,6 bilhões, o segundo maior tombo neste ano –, qual é a expectativa de que essa emissão para a Petrobras amplie a capacidade de investimento da nossa empresa?

Há pouco tempo, esteve aqui no Rio de Janeiro o Presidente da similar da brasileira Petrobras, que é

a empresa estatal norueguesa Statoil – que a senhora deve conhecer –, Helge Lund, e ele disse que, digamos, o princípio lá observado é competição e eficiência. Graças a isso, eles exigem atingir lucratividade, garantindo bons resultados à economia do País e cada vez mais impostos arrecadados pelo Estado norueguês.

No caso da Petrobras, a competição tem sido um valor inabalável, como acontece com a sua similar norueguesa? Qual é a sua avaliação sobre o atual modelo vigente no mercado mundial?

A senhora fez algumas referências à questão dos ativos da Petrobras – falou de Pasadena. A razão desse requerimento que eu fiz em janeiro à Comissão de Assuntos Sociais é que eu estava passando pela Argentina e li nos jornais de lá que a Petrobras estaria vendendo os seus ativos da Argentina. E, depois, havia outras relações. Eu queria saber, do conjunto geral, quando isso vai acontecer; qual é a *deadline* que tem a Petrobras para isso.

E, também, uma explicação, mais uma curiosidade jornalística, Presidente Graça: hoje, vendo uma matéria sobre os leilões que vão acontecer na ANP, apareceram fotos cedidas pela Petrobras, que o jornal Bom Dia Brasil citou, e aparece uma torre de petróleo com uma bandeira que parece a bandeira da Bolívia. Então, eu queria saber que bandeira é aquela que não é a bandeira brasileira naquilo; que foto é aquela, porque me chamou a atenção esse aspecto.

Eu queria, também, repetir à senhora uma pergunta que eu lhe fiz quando aqui esteve da última vez. Eu tenho umas poucas das Petrobras, mas estou alarmada com a perda, com a desvalorização dessas ações. E, aí, de novo, com a mesma preocupação com os acionistas minoritários, com aqueles que usaram o Fundo de Garantia nessas ações. O que eu devo fazer? Qual é o conselho que a senhora dá para os investidores?

Finalmente, recebi uma pergunta da Federação Única dos Petroleiros, a FUP, que lhe pediu uma audiência, no dia 9 de abril, para falar sobre os planos de desinvestimentos da Petrobras. A federação dos petroleiros vem questionando os cortes feitos pela empresa, que, segundo a federação, estão impactando nas condições de trabalho e de segurança da Petrobras, bem como projetos de geração de emprego e renda. Os dirigentes da FUP citam, por exemplo, o desinvestimento nos campos de produção terrestre, que estaria causando desemprego e esvaziando economias em áreas da Região Nordeste do País – do Rio Grande do Norte e da Bahia.

Eu queria que a senhora, se puder, avaliasse essas críticas da federação e dissesse se existe algum plano ou intenção da Petrobras de contratar, no exterior, em curto prazo, sondas de perfuração.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Wellington Dias, que também é autor do requerimento na Comissão de Infraestrutura.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a Drª Graça e a sua equipe. Aliás, eu vi aí na sua fala, com a emoção da leitura dessa última avaliação, que coloca para a Petrobras as condições do aumento do grau de investimento, a senhora dizendo que é mérito do Conselho, é mérito do quadro dos que fazem a Petrobras. E, conhecendo, como eu conheço V. Exª, posso dizer também, de uma mulher, Presidenta da Petrobras – é V. Exª.

Eu, no início deste ano, às vezes, ficava olhando aqui nesta Casa determinados pronunciamentos ou, por meio das redes de televisão, determinadas críticas. E a impressão que eu tinha é que a gente estava falando de uma empresa inimiga do Brasil, uma empresa para que a gente desejasse o pior ou torcesse pelo pior do Brasil. Eu, como um simples brasileiro, não compreendia uma empresa, na conjuntura mundial em que nós estamos, dar um lucro de R$21 bilhões, com a quantidade de investimentos que faz, e alguém ousar dizer que era uma empresa que estava quebrada, uma empresa que estava mal gerida, enfim.

Por essa razão é que eu considero importante a exposição feita aqui neste instante.

Eu acabo de receber aqui da minha equipe que está acontecendo o leilão da Agência Nacional de Petróleo. E eu aqui também comemorando, porque, meu querido Lindbergh e meus colegas Senadores e Senadoras, os 14 lotes da Bacia do Parnaíba já foram licitados, juntamente com os outros 6 lotes do lado do Maranhão, o que demonstra uma... Já me adianto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou ver o Senador Wellington Dias mudando de posição em relação aos *royalties*.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já me adianto ao Senador Lindbergh e aos nossos queridos outros Senadores do Espírito Santo que a minha posição, pensando no Brasil, é exatamente a mesma, de a gente encontrar um caminho para uma distribuição justa de gás e petróleo – aliás, em mar e em terra.

Por quê?

Pelo orgulho simples. Eu sei que, para quem já vive na Bahia, quem já tem essa tradição no Ceará, no Rio Grande do Norte, é muito simples. Mas nós estamos falando de regiões como o Piauí, o Maranhão.

Há algum tempo... Todo mundo sabe do nosso esforço, e sou sempre grato ao Presidente Lula, que apostou nessa pesquisa. Eu era Governador, quando em 2004, convencemos o Presidente a reabrir o processo de investimento em pesquisas e pela Bacia do

Parnaíba. Os primeiros volumes maiores de investimento, R$84 milhões, à época, na Bacia do Parnaíba e, a partir daí, para todo o Brasil, praticamente. Esse dinheiro ia todo... Era um dinheiro para pesquisa, ficava todo contingenciado. Ali, se abria esse processo de aposta.

Poder ver um piauiense, da minha terra, no momento em que uma dona de casa estiver na cozinha queimando o gás para fazer a comida, ou um taxista para movimentar o seu táxi, ou um caminhoneiro acelerando uma carreta, e poder dizer: "É gás, é gasolina, é óleo diesel do meu Piauí." Então, isso é algo que realmente marcará profundamente a nossa história.

Mas o que mais eu queria destacar aqui de tudo o que se disse: primeiro, V. Exª já veio aqui em 2012. É isso que, lamentavelmente, eu acho que já vivenciei; já estive no Parlamento na oposição, mas muitas vezes a gente precisa ter o cuidado para, pelo simples ímpeto de oposicionista, não esquecer os fatos, a realidade.

V. Exª esteve aqui no começo do seu mandato, e aqui já dizia da conjuntura que seria 2012; já dizia da necessidade das manutenções; já colocava a questão do preço da gasolina, do óleo diesel; já prevenia o Brasil para os desafios de 2012. E, depois, veio para colocar os de 2013, aqui no início deste ano. Era isso que me impressionava. Aquilo que parecia uma novidade era a Presidenta da Petrobras que tinha vindo aqui ao Parlamento, para colocar essas posições.

O que nós temos?

E eu cito apenas este fato que V. Exª acabou de lembrar aqui ao ver a confiança não apenas de investidores brasileiros, mas do mundo, nessa aposta, que foi feita há pouco, na busca de recursos no mercado. Ou seja, eu acho que esse é o maior exemplo, com taxas abaixo de quatro pontos percentuais para investidores que apostam no longo prazo: 10 anos, 15 anos, e até 1943, como foi colocado aqui na apresentação.

Então, o que quero aqui, nesse ato... Acho que, por isso, tive aqui essa iniciativa. E senti a necessidade da presença da Drª Graça Foster aqui, nesta Comissão, porque eram colocados temas da economia.

Aqui, não posso deixar de fazer um depoimento. Quando tratei com a nossa Presidenta da Petrobras, ali no pico daquele debate, eu ouvi uma frase só – era um sábado, e a senhora me atendeu – para a pergunta "Por que não foi feito o reajuste no preço do combustível como era cobrado, muitas vezes, por bons e por maus interesses?" E a sua resposta foi que a Petrobras está no Brasil e que os maiores clientes da Petrobras são o povo brasileiro. Então, o aumento da inflação não interessa à Petrobras. O aumento da inflação não interessa, não porque a Petrobras seja boazinha. Não interessa também do ponto de vista negocial. É a sua base de clientes que sofre e isso, também atinge os negócios.

Então, uma gestora, uma empresa do tamanho da Petrobras, como vemos aqui, com a importância que ela tem no mundo, no Planeta, com o conhecimento que tem, com a capacidade de investimentos que poucas empresas no mundo têm, ter também esse olhar para o povo brasileiro é algo que não posso deixar de destacar aqui.

E não posso, politicamente, também deixar de lembrar como encontramos a empresa lá atrás. Todo o desenho era feito para atrofiar a Petrobras – essa era a realidade. Na crise de 1999, eu era Deputado Federal, e era uma crise em que o juro subia para 49%. Naquele desespero do governo brasileiro da época, o que se colocava ali, inclusive em carta compromisso, era privatizar a Petrobras, privatizar o Banco do Brasil, privatizar a Caixa Econômica Federal.

Se olharmos o papel dessas empresas – Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Econômica, junto a BNDES e tantos outros –, nesse momento da conjuntura mundial para aquilo que o Brasil enfrentou, e enfrentou de forma diferente do mundo, vemos como foi correto fazer o caminho de volta a partir de 2003. E não era fácil, porque muita coisa já havia andado. Não era fácil!

Sei do tamanho do desafio e, hoje, aqui, mais uma vez, faço questão de repetir: está colocada uma conjuntura em 2013, pelo que vimos aqui, em que várias plataformas, para poder seguir um conjunto de regras de segurança, etc., que estiveram em manutenção, voltam, mas mais lentamente, à atividade.

Qual é o lado bom?

Pelo que vejo, a fase mais desafiadora passou. Nós estamos, desde 2008, aguardando as regras do Congresso Nacional, e sem leilões, como o que estamos realizando hoje. Por isso, citei aqui: desde 2008, 2009, 2010, 2011.

Em 2013 é que voltamos a ter leilões para gás e petróleo, com uma novidade: com a condição, inclusive, de ter o gás do xisto dessa região que, de novo, tem a Bacia do Parnaíba, tem a Bacia do São Francisco, que são dois exemplos simbólicos e importantes para Pernambuco, Bahia e outras regiões do Brasil.

Então, na verdade, o que quero aqui é mais do que fazer uma pergunta. Faço exatamente fazer um agradecimento por esta capacidade que tem de trocar pneu com o carro andando. Sei que uma direção da Petrobras é desafiada a fazer isso num momento como este. Assim, o que eu queria, aqui, era mais examinar dentro dessa perspectiva.

V. Exª colocava, ali, até 2020, uma possibilidade de alcançarmos algo em torno de 4,3 milhões de

barris/dia, com base naquilo que já está licitado, já está na mão.

A perspectiva que é colocada para alcançarmos aquele patamar de 6 milhões, mesmo com o atraso... Lá atrás, havia uma possibilidade de, em 2020, 2022, nós termos atingido 6 milhões. Qual é a perspectiva colocada hoje, considerando que esse patamar nos coloca, Senador Lindbergh, numa condição extraordinária, que é a do Brasil passar a ter a condição, com as refinarias, etc, de ter o controle, com o novo modelo?

Nós estamos comemorando, também, nesses leilões, tanto na área do pré-sal como nas áreas estratégicas, o novo modelo, que foi encabeçado pelo Presidente Lula. É bom dizer aqui que esse modelo foi combatido, mas sustentado pela Presidenta Dilma, das novas áreas da partilha.

Eu acho que tanto essa sinalização dos investidores na Petrobras, como o resultado do leilão mostram que estamos no caminho certo. Muitos diziam que nós não haveria interessados nessa área.

Então, o que eu quero, aqui, é exatamente ver quais as perspectivas que temos a partir desses novos leilões. Meu querido Armando Monteiro, homem da indústria – e quero encerrar com isso –, hoje, dentro do contexto internacional, precisamos ter muitas medidas tomadas, muitas vezes internamente, pela dependência de gás – e o Brasil já viveu isso. Olha só o que nós vivenciamos, há pouco tempo, nas relações com os nossos fornecedores. E também na dependência de petróleo. Graças a Deus, a gente depende, hoje, muito menos – a gente viu, aqui, pelo gráfico – e a gente vai passar não só a ser independentes; mais ainda, exportadores. Ou seja, isso nos coloca numa condição, também, dentro do nosso balanço de pagamentos, de ter uma pressão interna em determinadas outras cadeias produtivas ou em outros setores da economia que nos permita olhar, cada vez mais, para o interesse do povo brasileiro.

Por isso, ressalto a importância desta audiência hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Wellington. Eu vou, agora, estipular um tempo – são muitos Senadores inscritos – de 5 minutos.

Passo a palavra para o último autor de requerimento, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srª Presidenta da Petrobras, Drª Graça Foster, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a primeira questão que me causa espécie e que é um indicativo, vamos dizer, da força com que nós estamos conseguindo mostrar o que, de fato, acontece no Brasil, é a ausência, nesta Comissão, dos Parlamentares – dos Senadores mais críticos em relação às atividades da Petrobras; em relação a uma série de coisas.

Eu entendo que a exposição de V. Sª se antecipou a uma série de questões que nós poderíamos, aqui, perguntar: temas como o comparativo do lucro líquido da Petrobras; a questão dessa capacidade de captação de recursos a um custo tão baixo, demonstrando a confiança que existe na própria Petrobras; a resposta em relação à questão dos preços. Enfim, eu queria somente falar, aqui, em relação a dois temas a que V. Sª se referiu muito *en passant,* ou a que talvez não se tenha referido, mas que permearam muitos discursos aqui no plenário desta Casa.

Um deles é a questão da queda do valor das ações da Petrobras. Isso aqui foi um verdadeiro carnaval de discursos, de manifestações, de colocações em relação à capacidade de a empresa ser gerida.

Eu pergunto a V. Sª como analisa o comportamento dessas ações, já levando em consideração que quem investe na Petrobras não investe hoje para tirar o dinheiro amanhã. Trata-se de um investimento de mais longo prazo.

E o outro, que também foi objeto aqui de vários discursos inflamados, é o crescimento do número de servidores da Petrobras, que, por volta do ano de 2002, era de aproximadamente 45 mil e hoje é de 85 mil.

Muitos argumentam que, com a queda da produção, ou o não crescimento na medida em que se esperava, e o aumento do número de funcionários, nós estaríamos tendo uma situação contraditória de estar produzindo menos com mais gente. Aí vem todo aquele discurso do aparelhamento. Enfim, eu gostaria que V. Sª se pronunciasse também sobre esses dois temas.

E parabéns! Nós ficamos aqui muito confiantes na gestão da Petrobras, na certeza de que esses discursos contra a Petrobras vão se tornar cada vez mais rarefeitos, porque, a julgar pela exposição que V. Sª fez, nós vamos ter um ano de 2014 muito bom para a Petrobras, o que é muito bom para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa, que falou no tempo, com poder de síntese.

Conhecendo também o poder de síntese do Senador Eduardo Suplicy, passo a S. Exª a palavra pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Lindbergh Farias, Srª Presidente Maria das Graças Foster, eu fico pensando aqui que os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e outros ainda têm a chance de vir aqui formular pergun-

tas, porque eu realmente fiquei muito positivamente impressionado por sua exposição.

Mais uma vez, aqui, a senhora mostra uma capacidade de conhecimento e de assimilação de fatores tão complexos, correspondentes a tudo que é hoje a Petrobras. E, com muita segurança, mostrou uma evolução muito positiva das perspectivas da Petrobras, de seus resultados de exploração de petróleo e de gás, mostrando um caminho para o futuro muito importante e significativo.

Eu acho que todos aqueles que estão tendo a oportunidade de assistir à sua exposição hoje vão sentir-se muito confiantes de que temos na Petrobras, hoje, uma administração extremamente séria e competente. Inclusive, a senhora nos dá a informação da *Standard* & Poor´s, que colocou a Petrobras como tendo uma administração de qualidade mais forte dentre todas as grandes empresas internacionais.

Assim como o Senador Humberto Costa aqui colocou, agradeço se V. Sª puder responder, ainda que eles não tenham aqui formulado as perguntas, relativamente a essas questões sobre o excessivo número de servidores hoje contratados na Petrobras. Se puder nos dizer exatamente que tipo de contribuição estão esses servidores, em maior número hoje, efetivamente dando, para que os resultados sejam os melhores possíveis. E que a Petrobras não é, digamos, um instrumento de um partido político que estaria utilizando a empresa para propósitos que não seriam os da melhor administração.

Eu gostaria de lhe pedir uma avaliação sua, como Presidente da Petrobras, a respeito do tema sobre o qual o Congresso Nacional vem tomando decisões nesses últimos tempos; ou seja, como serão utilizados os recursos advindos da exploração do petróleo, sobretudo do pré-sal, em benefício da população brasileira?

Na sua visão, quais as suas recomendações ao Congresso Nacional, à Presidenta Dilma, diante da percepção que tem a respeito?

Inclusive eu já mencionei à senhora que gostaria que pudessem a Petrobras, o Governo e o Congresso Nacional brasileiro conhecer as experiências positivas que têm acontecido.

Eu estive, na semana passada, no congresso norte-americano da renda básica. Aqui trouxe e vou lhe dar o trabalho de Karl Widerquist e Michael Howard, Exportando o Modelo do Alasca*,* adaptando o fundo permanente do Alasca para uma reforma em torno do mundo, além da 7ª edição de meu livro que acaba de sair *Renda de Cidadania: A Saída É Pela Porta,* e os dois trabalhos que mais recentemente fiz, inclusive em Nova Iorque na semana passada, e outro em setembro, em Munique, a respeito deste assunto.

Gostaria que a senhora possa estudar tanto o caso do Alasca como um aqui registrado pelo Prof. Hamid Tabatabai, do Irã, que mostra uma evolução muito interessante ocorrida nestes últimos três anos, em que o Irã – é possível que tenha acompanhado – cobrava um preço muito baixo dos combustíveis para a população – a gasolina, o óleo, etc. –, resolveu acabar com aquele preço tão baixo, tornando o preço mais compatível com o que ocorre no mercado internacional. Mas, em compensação, o Irã resolveu prover toda a população com US$40,00 mensais, o que é equivalente a um dividendo igual para todos. Essa é uma experiência muito interessante que guarda relação com a do Alasca, que, depois de 31 anos pagando um dividendo igual a todos os seus habitantes – hoje 700 mil –, fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Então, encaminho a senhora esses subsídios. Quem sabe depois, já que pretendo um dia fazer uma visita à Petrobras, dialogaremos sobre esses temas.

Meus cumprimentos pela exposição, que nos deu tanta confiança hoje pelos resultados que a Petrobras vem obtendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Ricardo Ferraço, cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh, Srª Presidente da Petrobras, Drª Maria das Graças Foster, outros oradores que me antecederam já o fizeram, mas eu faço questão de também lhe render homenagens, porque V. Sª, seguramente, está levantando, sacudindo a poeira e dando a volta por cima.

A nossa Petrobras vem de um período de extraordinários desafios, alguns superados, tantos outros em fase de superação, e a liderança de V. Sª à frente da Petrobras neste momento tem sinalizado com clareza aquilo que me parece ser também a característica e a identidade de V. Sª: a sinceridade, a franqueza, a forma direta clara e transparente de fazer os enfrentamentos. Acho eu que não cabe outro posicionamento à frente de uma companhia como esta.

Então, quero cumprimentá-la, porque os dados do primeiro trimestre, ainda que não sejam, para usar uma linguagem popular, “nenhuma Brastemp”, já sinalizam uma virada, acima inclusive daquilo que o mercado estava sinalizando.

Pergunto a V. Sª: quais são as reais intenções da Petrobras no Complexo de Açu? A imprensa noticia, dia sim, outro também, entendimentos e negociações da Petrobras com o Complexo de Açu. Pergunto a V. Sª quais são as reais intenções da Petrobras com o Porto de Açu.

Eu também gostaria que V. Sª pudesse falar um pouquinho sobre a falta de simetria que nós observamos, ao longo desse período, entre não apenas os prazos, mas os orçamentos das nossas refinarias.

Os desencontros foram efetivamente muito contraditórios. E tudo isso nos leva a uma série de incertezas em relação aos novos prazos que foram e que estão sendo repactuados nos novos planos de negócio que V. Sª apresenta ao País.

Tudo indica que, no mês de novembro, nós teremos leilão e que, nesses leilões, nós teremos possivelmente os primeiros lotes do novo sistema de partilha. E, no sistema de partilha, a Petrobras, obrigatoriamente, estará participando de todos os lotes com, pelo menos, 30% do seu capital.

Qual é a opinião de V. Sª em relação à mudança do regime de concessão para o regime de partilha? E como está preparada a Petrobras para se fazer presente, justificando esses investimentos que todos nós aguardamos com muita expectativa? Salvo melhor juízo, essa rodada deverá ocorrer no mês de novembro de 2013. A Petrobras, de novo, estará diante de um novo desafio no novo regime de partilha.

E dizer a V. Sª que fiquei um pouco triste, porque, ao ver V. Sª falar sobre tantos projetos e tantos investimentos da Petrobras, não vi V. Sª falar de um projeto que é muito caro ao meu Estado, ao Estado do Espírito Santo.

Um protocolo entre o meu Estado e a Petrobras foi assinado em 2007 para que nós pudéssemos, a partir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A data prevista para o início das obras seria em 2012, ou seja, um protocolo assinado com o nosso Estado em 2007 para que o início das obras se desse em 2012, e a operação de uma fábrica de fertilizantes pudesse iniciar-se em 2015. E eu senti falta, na apresentação de V. Sª, do planejamento da planta de fertilizantes no Município de Linhares, no Norte do Estado, Município grande produtor de petróleo e grande produtor de gás.

A pergunta que faço a V. Sª: este protocolo assinado com o meu Estado saiu do GPS, saiu do radar do programa de investimento da Petrobras?

Eu gostaria que V. Sª pudesse falar sobre esse que é um projeto em relação ao qual nós temos uma expectativa muito grande, até porque esse projeto pode ser o núcleo de um polo gás-químico. Nós temos uma extraordinária expectativa em razão da capacidade instalada da unidade de Linhares em produção de gás.

E a última pergunta, Sr. Presidente, é como a Drª Maria das Graças, com a experiência que tem, com a visão que tem, vê a entrada do gás de xisto no mercado.

Informações deram conta de que o grande aumento de oferta desse gás no mercado americano fez cair os preços de US$9,00, em 2008, para US$3,00 na atual conjuntura. No Brasil, o produto está cerca de cinco vezes mais caro e custa entre US$12,00 e US$16,00 – gás de xisto com gás natural.

O jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje dá conta, inclusive, de importantes empreendimentos que estariam estudando a sua relocação para outros países em função da necessidade de preços mais justos. Qual é o impacto do gás de xisto sobre o pré-sal brasileiro? Como é que isso pode impactar a nossa realidade na visão de V. Sª?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente, V. Exª está conseguindo um feito nesta audiência, sendo elogiada até pelo Senador Ricardo Ferraço.

Eu passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, eu queria cumprimentá-la pela transparência e firmeza que têm caracterizado a sua gestão na Presidência da Petrobras.

Quero mostrar minha total concordância com a política adotada, de conteúdo nacional, que aliás tem sido fundamental para a consolidação da indústria naval do País, e a minha concordância também com a linha adotada na política de desinvestimento, principalmente a solução dada em relação à Refinaria de Pasadena.

Hoje, Srª Presidente, é um dia muito importante para nós.

Está sendo realizado, no Norte e no Nordeste do País, o leilão de vários campos, de vários lotes de petróleo, e todos eles pelo regime de concessão. Nós adotamos, há cinco anos, o regime de partilha; e, cinco anos depois, continuamos na concessão.

De acordo com informações da Presidente da ANP, R$2 bilhões será o montante arrecadado, através de bônus de assinatura, fora a participação especial. É um regime transparente e fácil.

A primeira pergunta.

A Petrobras participou e ganhou vários campos; do que ela não desejou participar, não participou; não foi obrigada a colocar 30% em lotes que ela não desejava. De modo que foi um sucesso enorme o que ocorreu e o que está ocorrendo hoje.

O fato de, cinco anos após a adoção do regime de partilha, o leilão estar sendo feito pelo regime de concessão, é o reconhecimento do Governo de que a adoção de partilha foi um erro? Que nós deveríamos ter mantido o regime de concessão transparente, fi-

nanceiramente positivo? Por que cinco anos depois da partilha ainda está sendo adotado o regime de concessão?

E, agora, a última questão que eu queria levantar.

Hoje existe o subsídio ao consumo de gasolina no País. Eu não vou entrar no mérito do subsídio – se o subsídio deve ser concedido ou não deve ser concedido, porque eu acho que a análise do subsídio tem de ser feita dentro de um campo mais amplo, no campo financeiro e econômico. Entretanto, eu acho que o subsídio deveria ser dado pelo Governo, e não pela Petrobras. O Governo deveria dar, de forma transparente, o subsídio, através de uma conta-petróleo, em que ele daria à Petrobras o montante correspondente ao subsídio que ela está dando ao setor privado.

De modo que eu não vejo que caiba a uma empresa conceder o subsídio. Eu acho que ele devia ser transparente, medido, pesado e dado pelo Governo através de uma conta-petróleo.

São essas as questões que eu queria colocar para a senhora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós temos ainda quatro inscritos.

Seria o caso de fazermos logo as questões e fechar? (*Pausa.*)

A Senadora Ana Amélia tinha sido a primeira inscrita.

Então, concedo a palavra à nossa Presidente da Petrobras, a Srª Maria das Graças Foster.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora, com o compromisso de que serão falas breves, vamos encerrar este bloco.

A primeira pergunta vai ser logo a de V. Exª. Eu agradeço.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente Graça Foster, primeiramente, cumprimento V. Exª e destaco minha admiração pela Petrobras e minha admiração pela gestão de caráter nacional de V. Exª.

A minha divergência é com a quebra do monopólio estatal do petróleo, ocorrida nos anos 90, que considero um gravíssimo erro, um crime de lesa-pátria, no meu entender. O meu interesse é a Petrobras cada vez mais forte, cada vez mais brasileira e cada vez mais sendo a empresa responsável pela exploração de nossas maiores riquezas, das riquezas do nosso petróleo.

Como já foi dito aqui, está ocorrendo, neste momento, o 11º leilão, a 11ª rodada de licitações do leilão da ANP. Reitero que eu gostaria que não existisse uma agência em que tivéssemos somente a Petrobras.

Bem, mas, dessa primeira rodada, dentre os Estados e regiões, não é só o do Delta do Parnaíba, do Senador Wellington Dias. Também, dos 289 lotes, há o lote da Foz do Rio Amazonas, que está na costa do meu Estado, o Amapá. E o Amapá vivenciará, então, com isso, o início da produção petrolífera. E um conjunto de questões nos atormentam, e eu venho trazê-las a V. Exª.

Devido, então, à comprovação de petróleo nessa área, denominada, como já disse, Foz do Rio Amazonas, nós temos uma preocupação no Amapá, porque tivemos duas tristes experiências de exploração mineral, que trouxeram terríveis impactos para a região: a exploração na região de Serra do Navio e no sul do Amapá, na região do Vale do Jari. Então, é normal que nós estejamos preocupados com os impactos econômicos dessa exploração e conformados com essa exploração.

Por isso, eu lhe trago algumas perguntas. A primeira é uma pergunta e o meu desejo: a Petrobras está participando desse lote do leilão, do chamado lote Foz do Rio Amazonas?

A segunda: a senhora saberia qual a potencialidade produtiva desta área, denominada Foz do Rio Amazonas, porque, salvo melhor juízo, dos 289 lotes, possui a maioria dos lotes para a exploração?

Ainda sobre a futura exploração na costa amapaense: com a experiência produtiva e de grande êxito que a Petrobras tem – por isso eu gostaria da manutenção; era meu desejo que não tivesse ocorrido a quebra do monopólio nos anos 90 –, eu lhe pergunto qual seria e qual será o impacto produtivo na economia local, na economia amapaense, de um empreendimento como este?

A seguinte: como foi resolvido, em outras regiões em que a Petrobras participou da exploração, o recrutamento de mão de obra? E como foi resolvida a questão do fornecimento de insumos para a exploração em outras regiões? Essas são perguntas mais específicas sobre a eventual futura exploração na costa amapaense, Drª Graça.

Eu lhe pergunto ainda: segundo o último Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, lançado recentemente pela ANP, em termos de produção de petróleo, o setor privado abocanha 8,3% de tudo que é produzido, com destaque da participação de três multinacionais – a Chevron, a Shell e a Statoil. A 11ª rodada não aprofundará esse caráter que eu denomino de desnacionalização? É a pergunta que lhe faço.

Ainda o mesmo relatório mostra que, em diversas áreas, há uma parceria da Petrobras com grupos estrangeiros. Como são conciliados os interesses nacionais produtivos e os interesses dessas matrizes, dessas

empresas estrangeiras? Eu trago, como exemplo, a participação da Petrobras. A Petrobras participa com 40% em Camumu, na Bahia, com a norueguesa Statoil, e com a americana Shell, na Bacia de Campos. Como a sua vinda aqui coincide com o 11º leilão, eu acho que seria importante o questionamento sobre a conciliação dos interesses da Petrobras com as multinacionais.

E a última e definitiva, Senador Lindbergh Farias. A Lei nº 9.530, de 97, a lei que lamentavelmente quebrou o monopólio estatal da Petrobras, direciona os dividendos pela Petrobras ao seu principal acionista, a União. Esses dividendos, presentes na Lei nº 9.530, são destinados também para amortização da dívida pública. Eu lhe pergunto quanto isto, o que foi destinado de dividendos da Petrobras para amortização da dívida pública, representou no último ano?

Agradeço-lhe e reitero minha admiração pela gestão de caráter nacional de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Bom, Presidente, eu quero me inscrever nesse outro bloco, que é um bloco menos copioso nas intervenções. E acho que isso é imperativo, porque há companheiros aqui que estão já com fome, e a nossa palestrante também deve ser poupada dessas...

Presidente, muito rapidamente, para me congratular com a sua exposição. Acho que foi uma exposição ampla e, a meu ver, muito esclarecedora sobre vários aspectos.

Eu queria, rapidamente, encaminhar-lhe algumas questões. Primeiro, destacar que a Petrobras é tão importante para o País que as suas operações de alguma maneira estão conectadas com questões macroeconômicas que são extremamente sensíveis ao País.

A primeira delas, e mais importante, é a questão do investimento, da formação bruta de capital, que, em última instância, é o que vai condicionar, no futuro, as perspectivas de maior aceleração do crescimento do País.

O Brasil é um País hoje que tem uma propensão a crescer pouco, porque investe pouco. E investe pouco porque tem uma taxa de poupança baixa.

De qualquer modo, a Petrobras tem uma importância fundamental nesse processo, porque ela responde isoladamente por quase 15% da taxa de formação bruta de capital fixo no Brasil. O Brasil deve estar investindo US$350 bilhões/ano, ou seja, algo como 17% a 18% do PIB, e só a Petrobras está investindo US$45 bilhões ou US$50 bilhões.

Então, é fundamental a manutenção desse programa, evidentemente. E os números que foram hoje trazidos nos tranquilizam, sobretudo quando identificamos a capacidade de autogeração, de geração que o próprio fluxo de caixa da companhia está possibilitando. A Petrobras está gerando quase US$30 bilhões/ano de geração bruta de caixa, o que é algo muito importante, mas eu queria lhe indagar, já que estou mais tranquilo em relação à manutenção desse programa de investimento e mais ainda quando, com muito sucesso, a Petrobras faz uma captação de quase US$11 bilhões, o que praticamente já garante neste ano a necessidade de capital de outras fontes. Então isso é muito importante.

E eu queria só, da Presidente, uma avaliação sobre, como, além da Petrobras, o setor de petróleo e gás poderá ajudar essa ampliação da taxa de investimento do País; ou seja, os outros *players,* considerando a perspectiva dos leilões, de todo o investimento em prospecção, que estão aí programados. Qual é a avaliação que a Presidente faz dessa participação do próprio setor como um todo, considerando a participação das outras empresas além da Petrobras?

A segunda questão que está conectada também com uma questão macroeconômica sensível é o déficit da balança comercial do Brasil neste ano, que, no primeiro trimestre, alcançou US$5,1 bilhões. Curiosamente, a Petrobras é responsável por esse déficit, porque, no primeiro trimestre, só a Petrobras teve um déficit nas suas transações comerciais de US$7,3 bilhões; ou seja, todo o déficit da balança comercial brasileira foi fruto do déficit da Petrobras. O déficit da Petrobras foi inclusive superior a isso e, portanto, deu uma contribuição para essa situação.

As exportações da Petrobras caíram 40%, e as importações cresceram 50%.

Isso em decorrência, presume-se, não apenas da estagnação da produção, mas também de algum registro atrasado das importações em relação, por exemplo, ao ano passado.

Então, eu queria saber da Presidente que perspectivas para a reversão desse quadro nos colocam este ano uma preocupação para o País? O Brasil deve ter um déficit em transações correntes importante este ano. Poderá ir além de US$80 bilhões, o que significa que, pela primeira vez, o ingresso de investimentos estrangeiros não vai possibilitar a cobertura desse déficit em transações correntes, que é também afetado evidentemente pela balança comercial; é o resultado da conta da balança comercial, da balança de serviços e da conta de rendas.

Tenho mais duas perguntas, Presidente, muito rapidamente. A uma o Senador Ferraço já se referiu, mas eu queria sublinhar aqui uma preocupação com essa questão da competitividade da indústria brasileira e como o gás é um elemento fundamental, é um insu-

mo básico e tem um peso no custo de produção, especialmente de alguns setores na nossa base industrial.

Considerando essa nova realidade do mundo, o gás do xisto, que está possibilitando inclusive um processo de relançamento da indústria em algumas áreas, como nos Estados Unidos, e considerando que o problema hoje do Brasil é certo risco de desindustrialização, como a Presidente vê esse papel, essa questão estratégica do preço do gás nesse horizonte?

E, finalmente, já que todos aqui puderam falar dos seus Estados, eu não poderia deixar de endereçar a ela também uma preocupação em relação a Pernambuco, Quando a Presidente se referiu às três plantas petroquímicas que, .junto com a refinaria Abreu e Lima, formam esse complexo petroquímico lá de Ipojuca, indago sobre a unidade que vai produzir POY. Qual é a previsão de entrada, já que ela vai possibilitar a produção de filamentos de poliéster, o que significa que vai propiciar maior integração com a indústria, com a base econômica já existente no Estado, especialmente o setor têxtil e de confecções de Pernambuco.

Eram essas as perguntas. Eu agradeço a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente e Presidente Maria das Graças Foster, eu fiquei escutando, fiquei analisando, e os colegas abordaram praticamente os diversos aspectos que a Petrobras enfrenta, ou o Brasil. E, dentre os questionamentos, eu observei o do Senador Dornelles. Inventaram a tese de que, se é preciso manter um preço mais estabilizado dos derivados de petróleo, como até agora a Petrobras vem arcando com isso, por que não o Governo como um todo? É uma política de Governo, uma política nacional. Embora a Petrobras seja nossa, seja nacional, é do Brasil.

Mas nesse questionamento dos subsídios, se fosse o próprio Tesouro Nacional a suportar, como a tese do Senador Dornelles, que o Ministro Dornelles levanta, eu entendi como simpática. Por quê? Pela exposição da Presidente, o quadro vem mudando, inclusive a produção vem reformulando – é possível isso. Mas pela importância que temos, pela importância que o Brasil tem, porque ainda tem que aumentar os seus derivados, a produção dos derivados, e para que a própria Petrobras tenha a capacidade de cada vez mais perseguir, eu achei simpática essa tese do Ministro Dornelles.

Imitando o Senador Armando Monteiro, falo também de uma questão do nosso Estado, que é Santa Catarina Os jornais de hoje estão dizendo, estão registrando, que estamos consumindo em torno, a nossa SCGás, que trabalha o gás no nosso Estado, 2 milhões de m³/dia, de gás. Nós temos lá, pelo que registra a imprensa hoje, uma demanda de mais 150.000 m³/dia. E são cerca de 60 empresas na fila, na espera. Há um registro também de que temos os poços de exploração lá no Estado, de Tiro e Sidon, distantes cerca de 210km da costa catarinense, produzindo na base de 2 milhões de metros cubicos por dia – é o consumo catarinense por sinal – mas que, por falta de condições de trabalhar esse produto, essa refinaria, ele é reinserido, praticamente quase todo ele. Então, como é que nós poderíamos atender essa demanda catarinense?

Será que não seria através de uma regaseificação para Santa Catarina? Eu acho que é um grande pleito, é uma grande solução, que teríamos lá para atender a essa demanda, para tentar até interiorizar também esse produto, que é o gás.

E, dentro dessa linha também do Ministro Dornelles, se os subsídios fossem atender, nós teríamos mais para atender o petróleo, os derivados, o diesel, o próprio gás, a gasolina e também os fertilizantes, porque hoje fertilizantes no Brasil, todos nós sabemos, é uma questão fundamental, fundamental para a economia geral do País.

E, para finalizar, um comentário. A questão de regaseificação em Santa Catarina, no Porto, pela logística, não só por isso, é uma demanda. O Senador Luiz Henrique, que aqui está, nós, os três Senadores, o Fórum Parlamentar Catarinense vem pleiteando também pela logística dos cinco portos que o Estado detém, pela capacidade técnica, pelas faculdades de Engenharia de Petróleo que estão sendo formadas pela Universidade Estadual, por tudo o que ali se encontra. É um grande pleito não só a regaseificação, mas a possibilidade de um dia chegarmos a uma refinaria para ajudarmos o Brasil a refinar a sua produção, compartilhar isso. É um dos caminhos que temos que perseguir, Presidente.

São as observações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Lindbergh Farias, Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente, Drª Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, Srs. Senadores.

Primeiro, quero parabenizá-la, Drª Maria das Graças. Mesmo na oposição, acompanhamos o noticiário, e há um sentimento unânime de que a entrada de V. Exª à Presidência da Petrobras trouxe uma melhora substancial à gestão da companhia, que é de todos nós, é um patrimônio dos brasileiros.

Pergunto: V. Sª poderia dar um entendimento aos Srs. Senadores, de como recebeu a Petrobras quando assumiu a Presidência? A companhia estava aparelhada pelo Governo nos seus postos de comando, de importância, que levou *ao débâcle,* reconhecido por todo o Brasil?

Uma das minhas perguntas, Drª Maria das Graças, já foi feita pelo Senador Dornelles e pelo Senador Armando Monteiro.

Quero aqui também festejar a retomada dos leilões. Lamento apenas que tenha passado tanto tempo a paralisação dos leilões em função da mudança de concessão para partilha, o que veio diminuir substancialmente a possibilidade de aumento da produção.

O que vimos é que a produção tem caído ao longo desses anos, está diminuindo no Brasil, e hoje o Brasil tendo de importar combustível.

Pergunto a V. Sª: como fizeram os Senadores Dornelles e Armando, pergunto: qual o motivo da paralisação dos leilões? Houve o reconhecimento de um erro estratégico da mudança para a partilha das concessões, tanto que se volta ao modelo das concessões?

E quero aqui festejar que este leilão atende também a um anseio enorme do Estado do Pará, que tem já, por pesquisa, definido a existência de óleo na costa do Pará. Esperávamos há muito tempo a oportunidade de o petróleo ser explorado. Tenho certeza de que agora, com o leilão, vamos ser atendidos, como disse aqui o Senador Randolfe. A foz do Rio Amazonas, que atende ao Pará, ao Maranhão, ao Amapá, vai ser contemplados com esses leilões.

Quero também perguntar: V. Sª se referiu, na sua exposição, à aquisição da Refinaria de Pasadena. Pergunto: V. Sª disse que houve queda nos ativos àquela altura. Mas, em 2005, essa refinaria foi adquirida pelo grupo Belga por menos de US$50 milhões; em 2006, a Petrobras adquiriu 49% dessa refinaria, pagando US$400 milhões e investiu mais US$450 milhões na refinaria. Em seguida, por um acordo lá adiante, comprou os outros 50% por US$900 milhões. Pergunto a V. Sª: se V. Sª estivesse à frente da Petrobras naquela altura, V. Sª concordaria com a operação? Esse é um ponto que precisa ficar muito bem definido para todo o Brasil. Como gestora reconhecida por todos, V. Sª autorizaria essa aquisição na condição que foi feita, ou foi mau negócio Petrobras e, por consequência, para o Brasil?

Queria perguntar também a V. Sª o seguinte. A Petrobras adquiriu 49% da Brasil PCH, com treze PCHs. Essa empresa tem problemas ambientais, tributários, problemas de toda ordem, problemas esses reconhecidos pela própria empresa de consultoria Trevisan. V. Sª tem conhecimento desses problemas? De que forma vai poder esclarecer para todos nós essa aquisição?

Por último: V. Sª acumula há um ano a diretoria internacional da Petrobras. Essa diretoria não tem tanta importância para a empresa já que está sendo acumulada pela presidência há tanto tempo? Se não tem importância, deve ser extinta. Tendo importância, por que não foi nomeado ainda um diretor para ocupá-la?

Mais uma última, Presidente Lindbergh. A Petrobras está importando gasolina, me parece que a quase US$900 o metro cúbico. Existe alguma refinaria privada nacional com possibilidade de vender gasolina para a Petrobras e que a Petrobras possa adquirir? Qual o volume que está sendo importado da Argentina?

São essas as perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – PB) – O último inscrito é o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero pedir escusas por não ter estado nesta Comissão durante a exposição da ilustre Presidente da Petrobras porque estava envolvido numa audiência pública da subcomissão que se dispõe a produzir o marco regulatório para as terras raras, para que o Brasil tenha uma legislação a respeito desse assunto.

Eu não vou fazer perguntas, porque já o fizeram suficientemente meus colegas que me antecederam, mas eu quero ressaltar aqui a presença da Presidente da Petrobras para dizer que a sua presença à frente da nossa grande empresa deveria representar um paradigma, ou seja, que as nossas estatais todas, principalmente aquelas que têm maior envolvimento técnico, deveriam ser presididas e dirigidas por quem, como a Presidente Graça, tem muitos anos de carreira, longa vivência no setor e competência reconhecida.

Eu não tenho dúvida de que a classificação que foi outorgada a Petrobras pela Standard & Poors reflete muito isto: a confiança na gestão da empresa, representada por S. Sª. De modo que quero cumprimentar V. Sª pela forma firme, pela forma competente e lúcida e com visão de futuro pela qual está gerindo aquela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – PB) – Muito obrigado.

Eu passo imediatamente a palavra para a nossa Presidente da Petrobras Maria das Graças Foster.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, obrigada a todos. Eu vou procurar ser bastante direta nas respostas, dentro do possível.

Prezada Senadora Ana Amélia, nós, no Rio Grande do Sul, estamos terminando obras extremamente importantes: a P-55, que vai para Roncador Módulo III; a P-58; a P-63. São unidades importantes que es-

tão sendo terminadas e há muitas outras que estão no início de sua construção. Nós temos oito cascos que estão sendo construídos no Rio Grande do Sul, mais três sondas de perfuração, mais a integração, construção de módulos. Ou seja, é um polo naval hoje extremamente demandado e só com os ativos que temos hoje, com os blocos, com as áreas que já estão com a Petrobras e que fazem parte da nossa curva de produção, o Rio Grande do Sul tem muitos anos já de ativos contratados. Além disso, à medida que vão saindo, vão entrando novas licitações e, como têm uma maturidade muito grande na confecção, eles acabam entrando com mais competitividade. Então, tem um número realmente relevante de contratações no Rio Grande do Sul, de um polo naval que há seis anos não existia. Então, dá muito orgulho ver o crescimento desse polo, porque uma coisa é estar no Rio de Janeiro, pois já é uma honra ter-se resgatado a indústria naval no Rio de Janeiro, mas criar-se um polo naval num Estado em que não se tinha nada é fantástico.

Então, parabéns à competência dos gaúchos, no Rio Grande do Sul.

Com relação à Térmica Uruguaiana, a única relação da Petrobrás com a térmica é via Sulgás, porque temos oferecido gás natural liquefeito. Então, nós contratamos o gás e, através da Sulgás, abastecemos com duas cargas a Térmica Uruguaiana. Não há nenhuma tratativa da Petrobras em relação a torná-la binacional – pelo menos da Petrobras. Não sei se o Ministério de Minas e Energia vem conduzindo essa atividade.

Com relação à captação que fizemos, foram US$11 bilhões, e nós tivemos uma oferta no mercado de capitais de US$45 bilhões. Então, foi realmente um reconhecimento muito grande à Petrobras, e o custo médio dessa captação foi de 3,79%; quer dizer, ele foi abaixo dos pouco mais de 4% hoje comentados em alguns encontros com alguns colegas. Foi melhor: 3,79%. Pegando-se os volumes e os prazos e ponderando tudo isso, 3,79% de taxa.

Olha, aquela matéria da Statoil norueguesa com relação à lucratividade eu considero um excelente modelo. A Statoil é uma empresa que tem uma *performance* muito boa; é parceira da Petrobras em várias atividades e funciona de uma forma extremamente profissional. E eu tenho certeza de que temos de ser medidos pelo desempenho. Temos um prazo, um período, para "performar" e temos de desempenhar bem.

Na Petrobras, temos uma carreira. Entrei como estagiária e passei por todos os níveis na hierarquia da companhia, todos os níveis gerenciais, e sempre vi na nossa empresa que aqueles profissionais que vão caminhando em direção não só à parte gerencial, mas às consultorias técnicas, eles são medidos pelo desempenho, e acho importantíssimo que a gestão também seja medida pelo desempenho. Então, concordo de forma bastante... Há muita sintonia entre o que disse o Presidente da Statoil e a percepção que tenho de valor para uma gestão.

Com relação à PESA (Petrobras Argentina S. A), na Argentina, nós temos, sim, uma proposta na mesa; discussões com algumas empresas na Argentina, e nenhuma decisão tomada. Não tenho data limite, não tenho *dead line*, não tenho prazo. A qualquer hora, um dos dois pode sair da mesa; não há vinculação alguma ou obrigação entre as partes.

Com relação à foto que a senhora viu hoje no Bom Dia Brasil – a minha equipe não dorme em serviço; também são medidos pelo desempenho –, ou seja, a bandeira da plataforma que a ilustre Senadora comentou. A matéria do Bom Dia Brasil diz que a margem equatorial nordeste guarda semelhança com a costa africana. Nesse momento, aparece uma plataforma na África com uma bandeira que parece ser de Gana. Um comentário: essa imagem não foi cedida pela Petrobras; essa especificamente.

Então, as ações. A senhora perguntou o que eu recomendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois é: amarela, verde, tem vermelho. Bom, espero não ter errado as cores aqui. Desculpem-me os países se errei.

Com relação às ações da Petrobras, realmente as empresas de petróleo em geral, mas especialmente as que investem tudo o que Petrobras investe – US$45 bilhões por ano –, um crescimento que dobra de tamanho, saindo de 2 milhões de barris de petróleo, vai chegar a 4,2 milhões daqui a sete anos, com áreas concedidas, com locações definidas... Não é uma projeção. Existe,evidentemente, um desafio de prazo muito grande, porque a Petrobras não faz sozinha, a Petrobras trabalha com milhares, dezenas de milhares de pessoas. Então, eu dependo do desempenho dos outros e do nosso, evidentemente.

Mas, então, quem compra ação da Petrobras hoje, para vender amanhã, tem ganhos muito localizados. O que sugiro é que comprem ações da Petrobras por tudo que eu apresentei aqui. Porque, se o mercado de capitais reconhece, vê segurança em nós, pela nossa gestão, pelos nossos ativos, e eu estou dizendo que vamos produzir 4,2 milhões de barris por dia porque tenho as locações definidas; não é um planejamento. O planejamento do depois de 2020, a gente não coloca, porque não está na hora de colocá-lo. Mas temos esse planejamento em algum nível. Mas, para daqui a pouco, para daqui a sete, oito anos, a Petrobras dobra

de tamanho em produção. E recomendo que comprem ações da Petrobras.

A FUP, desde o dia 9 de abril – e vou perguntar aqui ao meu chefe de gabinete e ele vai me responder depois: por que você não colocou a FUP ainda na minha agenda, 9 de abril? Eu recebo constantemente a FUP, frequentemente a FUP.

Eu mostrei o investimento no Sudeste, a produção no Sudeste, a produção no Nordeste do Brasil e disse que nós vamos produzir, neste ano, 132 mil barris de petróleo por dia no Nordeste e que o investimento deste ano é de R$5,9 milhões, exatamente o mesmo que nós investimos no ano passado. Então, não há desinvestimento no Nordeste de forma alguma.

Nós temos um trabalho grande no Nordeste na busca de melhores áreas. Eu estou aqui acompanhando o leilão, e eu não vou falar, porque, se eu falar um bloco errado, amanhã isso dará uma confusão no jornal. Mas eu estou acompanhando muito de perto. Nós fomos bastante seletivos, estamos sendo muito seletivos, e o Nordeste está no nosso radar. Então, a gente não está saindo do Nordeste na área de exploração e produção.

Contrato...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Permita-me, Presidente.

O lote Foz do Rio Amazonas também?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, se eu estiver errando, corrijam-me rapidamente, mas nós acabamos de ganhar seis blocos na foz do Amazonas, a Petrobras. Então, além de ela estar, nós ganhamos. Não sei se você fica feliz ou triste com isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Não, fico feliz, e muito.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Além de estar, nós ganhamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Ficamos muito felizes.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, eu tenho aqui também Barreirinhas, Bacia de Barreirinhas: dos seis blocos que disputamos, levamos quatro, inclusive os dois blocos principais que nós priorizamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Da foz do Rio Amazonas foram quantos?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não tenho quantos; eu tenho quantos ganhamos: seis blocos na foz do Amazonas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – E V. Exª saberia informar qual a capacidade produtiva?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, a gente não dá esse tipo de informação, ainda mais no dia em que o leilão está aberto. Aí é que a gente não pode falar. Mas eu espero que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu espero que o ilustre Senador tenha ficado satisfeito com a nossa vitória. Com todos os desafios que existem, nós estamos muito felizes por termos ganhado essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Que bom! Obrigada.

Prezado Senador Wellington...

Senadora Ana Amélia, eu respondi as suas perguntas ou deixei alguma de fora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ah, com relação a outras empresas; não é isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só sobre as ações. A senhora me tranquiliza? Posso ficar com as ações? Vão valorizar depois desse negócio todo? Eu quero saber. (*Risos.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não. Eu estou recomendando à senhora que compre, que compre ações da Petrobras. Recomendo a todos. As ações estão num valor bastante baixo e o mercado já vem reconhecendo isso. E a gente está trabalhando muito forte para produzir mais.

A gente sabe que o investidor não titubeia, ele chega e penaliza. Então, nós estamos com uma produção no mesmo nível de 2011, no mesmo nível de 2012, com um esforço gigante para manter 2013 igual a 2012, mas nós sabemos que, na hora que a rampa começar a subir, que o petróleo começar a chegar ao tanque, que as refinarias entrarem, fertilizantes chegarem – e já estão chegando, porque já vão entrar –, não tenham dúvida de que as nossas ações serão mais bem valorizadas, adequadamente valorizadas; hoje não estão.

Com relação ao ilustre Senador Wellington Dias, nós tivemos, como eu disse, a captação de 11 bilhões, uma oferta de 45 bilhões. Nós tínhamos uma previsão, no Plano de Negócios e Gestão 2011-2015, que os seis bilhões de óleo equivalentes já estariam sendo feitos em 2020 e, como nós anunciamos há um ano e três meses, foi postergada essa produção de seis bilhões. Essa produção em óleo equivalente será de 5,2 bilhões, ou seja, existe um *delay*, um atraso na curva, já anunciado no ano passado, em 2012. O que estamos dizendo agora é que serão 5,2 bilhões, confirmando, de óleo equivalente.

Perspectivas para os novos leilões? A gente torce para que tudo aconteça muito bem nessa 11ª rodada e que tenhamos a partilha anunciada em novembro e

o primeiro leilão do *shale gas*, do gás não convencional, a partir de outubro deste ano.

A queda no valor das ações é o que é colocado, Senador Humberto Costa. Se a gente não produziu o óleo, o mercado bate. Em certo ponto, ele faz, e a gente reconhece perfeitamente. Temos um imenso respeito pelos nossos investidores, os minoritários – devemos disciplina ao controlador e respeito, evidentemente –, um grande respeito pelos investidores minoritários. O negócio é esse, é uma empresa de capital aberto, e entendemos que, se cair a produção, o mercado penaliza. Tivemos um afastamento muito grande, em determinado momento, dos preços no mercado internacional, no mercado doméstico, e novamente o mercado penaliza.

Com relação aos empregados, o senhor me perguntou, o que me deixou muito satisfeita porque tenho indicadores aqui. Dois ou três Senadores me fizeram a mesma pergunta. O histórico de investimentos da Petrobras. No ano de 2002, o investimento da Petrobras foi de US$6,5 bilhões. Passamos, logo em 2007, para US$23 bilhões; em 2009, US$35 bilhões, e estamos mantendo, em 2010, em 2011 e em 2012, essa faixa dos US$43 bilhões por ano, uma taxa de crescimento de 21,5% de crescimento ao ano.

Uma empresa que cresce a essa taxa de investimento está investindo principalmente na área de exploração e produção. Uma empresa que tem 40 sondas em lâmina d'água para mais que 2 mil metros, que está construindo 38 unidades estacionárias de produção/plataformas do ano de 2012, 2013, até 2020, refinarias, complexos da indústria têxtil, complexo de gás químico, precisa de gente. Então, ela cresce. Nós temos muito mais atividades no mar, e essa empresa cresce.

Aí comparamos com os nossos pares, as grandes, as *majors*. Então, há um indicador que acompanhamos sistematicamente:, empresas com melhores indicadores de produção de petróleo por empregado. A Petrobras ainda tem mais um ponto, ela investe muito forte, mais do que essas investem. Então, a Chevron, campeã, tem 32,23 barris produzidos por empregado. A Exxon, 28,16; a Petrobras, 26,49; a British Petroleum, 25,86, e as outras estão bem abaixo, para eu não ficar lendo.

Ou seja, a Petrobras está muito bem dentro do primeiro quartil. Temos uma produção de petróleo menor do que essas e proporcionalmente um número de empregados também menor. Nós fazemos a gestão da melhor utilização desses empregados. Em 2010, foram 80 mil empregados; em 2011, 82; em 2012, 85 mil empregados. Devemos manter esse patamar de 85 mil empregados ao longo deste ano de 2013 também. As pessoas saem, entram outras, pedem demissão, vão trabalhar em outras empresas, são aposentadas, e muitos deles ficam. Então, sobre esse indicador, empregados, está respondido, Senador.

O ilustre Senador Eduardo Suplicy fez a pergunta sobre empregados, e eu já respondi a ele. O senhor estava sentado aqui ou estava ali?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estava aqui mesmo. É que o Armando Monteiro saiu daqui e estou mais visível.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Desculpe, eu estava procurando o senhor Então, quanto ao indicador empregados, está respondido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desde o primeiro instante.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu estou apreciando o seu acompanhamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, Drª Graça. Nessa relação barril produzido por empregado, os terceirizados estão computados?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não. São empregados da Petrobras. Oitenta e cinco mil empregados da companhia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E quantos terceirizados a Petrobras tem?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Aqui não há terceirizados e nem essas empresas têm. Essa conta é de empregados efetivos e de empregados com os quais temos o compromisso de contrato de trabalho. Todos os outros empregados terceirizados são empregados que têm uma função definida em um determinado intervalo de tempo. Não sei quantos empregados terceirizados, Senador, as outras empresas têm, porque muitas empresas contratam os serviços. Então, essa conta, esse compromisso...

Por favor, você tem esse valor hoje que está dentro do nosso plano de substituição? Você obtém para mim, me passa e eu respondo ao Senador até o final, para não dar um número impreciso.

O senhor me fez uma pergunta excelente: usos advindos do pré-sal. É muito petróleo que vem, nós vamos ser, só a Petrobras, 4,2. O Brasil, em 2020, vai chegar a cinco milhões de barris de petróleo por dia. Só petróleo, não estou falando de gás – os nossos sócios, os nossos parceiros.

Nós seremos exportadores líquidos de petróleo de fato. E a riqueza para o País é grandiosa. Não sei como funcionam os Prefeitos e os Governadores, os Ministros, os líderes do nosso País, não sei, mas, como cidadã, peço zelo na utilização. Zelo. Por quê? Porque quem faz uma captação como essa de ontem, de US$11 bilhões, quem tem US$60 bilhões para captar, como eu tenho – tenho que prover a diretoria da companhia – a minha utilização, o meu encaminhamento dentro

da Petrobras é que utilize a captação com zelo, com responsabilidade, trabalhando o físico e o financeiro, baixando os custos da Capex, baixando o Opex. Você tem que fazer com essa captação o máximo de recursos possível a favor da geração de receita da companhia. E o petróleo que vem dessas captações que a gente faz – porque o maior investimento que fazemos é na OIP – ela gera riqueza para o País no que se refere às participações governamentais que eu, como cidadã, não tenho o privilégio de saber como é que se gere dentro de uma prefeitura, dentro de um Estado. No entanto, como cidadã, recomendo o mesmo zelo que procuro ter com o minha diretoria na companhia.

Acabei me perdendo. Ricardo Ferraço, do Espírito Santo, que me faz a seguinte pergunta: Complexo do Açu, do Grupo X. Nós temos conversado sistematicamente com as empresas do Grupo X. Tudo que tem a ver com petróleo.

Conversamos com o Grupo X, com a OGX, com a OSX, com todas elas, sempre que há uma relação direta com os negócios de Petrobras. Então, são reuniões abertas, algumas se dão no meu gabinete com ata de reunião, outras tantas dentro dos vários níveis de hierarquia da Petrobras. E o que queremos do Grupo X, do Complexo do Açu especificamente? Queremos contratar serviços.

Não há previsão, nem discussão da colocação de nenhum dólar em investimento no Complexo do Açu e, sim, a utilização e a contratação de terminais e portos eventualmente que possam nos oferecer a preços competitivos.

Prazos e financiamentos. Não me lembro mais do que foi isso aqui.

Partilha e concessão. Olha, a Petrobras teve uma participação efetiva ao longo do processo de concepção do modelo de partilha. Portanto, eu acompanho o trabalho que a Petrobras teve à época. A concessão que está havendo hoje, esse leilão que está acontecendo, o décimo primeiro, é... O Brasil vai conviver com os dois modelos. Está previsto na lei: concessão e partilha.

Isso não é, definitivamente, um reconhecimento de que partilha não deu certo. Vai acontecer concessão e vai acontecer partilha. Existe uma diferença entre partilha e concessão do ponto de vista do que é que o Governo considera estratégico. São as áreas do pré-sal e outras áreas que ele venha a definir. Então, essas áreas, esses blocos, normalmente, eu não tenho certeza se todos, mas a grande maioria já esteve em licitações anteriores, são áreas consideradas como áreas que deveriam ser regidas pelo contrato de concessão.

Então, definitivamente, não há nenhum retorno à concessão porque a partilha não deu certo. Não é isso. No Brasil, a Petrobras vive três marcos regulatórios: concessão, cessão onerosa e, mais tarde, partilha, quando nós vamos, certamente, participar desse *bid* que vai acontecer, desse leilão que vai acontecer no final do ano.

No Espírito Santo, assinamos um acordo de confidencialidade em 2007, com vários itens, um deles o Complexo Gás-Químico de Linhares, que está em fase 2, dentro do grupo de avaliação de projetos. É um projeto grande, para produzir amônia, para produzir ureia, para produzir metanol, melamina, uma série de produtos químicos. São sete ou oito plantas integradas, e o que estamos fazendo agora é exatamente a integração de todos esses projetos que foram contratados por uma companhia estrangeira com muita experiência na integração de projetos. Então, ele está absolutamente dentro do prazo previsto, dentro do nosso plano, ele é parte do nosso Plano de Negócios e Gestão.

Ilustre Senador Dornelles...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele pediu desculpas porque ele tinha um almoço agendado com lideranças do PP e já são 13 horas e 40 minutos. Mas ele veio até a Mesa pedir desculpas por não poder ficar.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Perfeito. Perfeito.

Eu sei o quão atencioso ele é com relação à Petrobras.

Concessão e partilha, eu estou respondendo. Partilha vai acontecer e concessão já está acontecendo hoje.

Com relação a Pasadena, eu expliquei sobre Pasadena. O momento era completamente diferente do que foi em 2009, no momento da crise, quando as margens desabaram. O mercado consumidor sumiu, desapareceu, e voltou depois, muito lentamente. Compramos com um valor de dólar por barril abaixo da média das vendas de refinarias que foram feitas naquele momento.

Já começo aqui antecipando outra pergunta que foi feita sobre Pasadena, pelo Senador Flexa Ribeiro.

Eu digo, Senador, com todo respeito... Eu sou engenheira, e a pior coisa que tem é fazer avaliação de obra acabada, olhar para uma obra acabada e pensar "ah, eu não gostei daqui", "eu podia não ter feito isso ou não ter feito aquilo."

Na época em que a Petrobras fez essa aquisição, eu era Presidente da Petrobras Distribuidora. Naquele momento, o pré-sal não existia para nós, ainda não tínhamos o pré-sal. Muitos estudos já aconteciam há anos e anos, mas o pré-sal ainda não tinha surgido.

Então, quando olhamos para trás – se olharmos agora, com as crises que houve, e até hoje não sabemos exatamente se chegamos ao fundo dela, digo

em nível internacional, porque foi uma crise financeira muito forte – eu falo "poxa, será que eu precisava? Eu tenho, hoje, o pré-sal. Eu posso fazer refinaria aqui". Mas era a orientação da Petrobras em 2005 e 2003: crescer na área internacional e fazer refinarias fora, para, no crescimento de EIP fora do Brasil, com refinarias fora, podermos atender ao Brasil, inclusive. Então, se eu olho hoje, eu falava que talvez não tenha sido a melhor opção. Existem outros projetos assim, mas é diferente o momento de hoje, com a cabeça de hoje, com dados e fatos na mão, do que foi na época, em 2005. Então, essa é a diferença.

Apenas um ponto que o senhor colocou, que é uma boa oportunidade para que eu possa corrigir. Naquele momento, o valor exato pelo qual compramos a refinaria foi de US$360 milhões. Desses US$360 milhões, US$190 milhões, exatamente como o senhor disse, pagamos por 50% das ações. Por quanto foi vendido pelo grupo Astra nós nunca soubemos. O que temos é notícia de jornal. E essa diferença, de US$170 milhões, foi o estoque de petróleo que tinha naquele momento. Então, foram realmente US$190 milhões. E depois vieram diversas penalidades e participações que tivemos que pagar, mora, juros, pagando advogados e tudo mais, e chegamos ao valor da refinaria que todos os senhores conhecem, que aparece nos jornais – nós também já apresentamos esses números no *blog* da Petrobras há alguns meses, que é US$1,18 bilhão. Esse é o valor fechado, com todas as moras, com todos os juros que foram cobrados e tal. Olhar para trás e fazer uma avaliação não é próprio da minha natureza.

Bom, acho que eu respondi uma parte importante do senhor.

Com relação ao subsídio do consumo de gasolina. Como disse o Senador Wellington, nós somos os únicos hoje... Atendemos 95% do mercado no Brasil, todas as nossas refinarias, outras cargas, outros produtos químicos, e sabemos o efeito que a Petrobras tem no poder de consumo da população. Então, quem está construindo quatro refinarias – duas e vai fazer mais duas... Nós queremos esse mercado grande, queremos esse mercado consumindo muito para justificar esse investimento, justificar toda essa escala.

Nossa capacidade vai para três milhões de barris de petróleo e derivados. É muita coisa e nós queremos fazer sozinhos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Temos três milhões de capacidade de processamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A parceria com a Bolívia acabou?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A parceria com a Venezuela.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Desculpe: com a Venezuela.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, nós aceitamos a Venezuela na hora em que ela quiser chegar com um cheque de 40% do valor da refinaria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Sª disse: "Nós queremos fazer sozinhos".

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Essas todas que nós estamos fazendo nós estamos fazendo sozinhos. Agora, hoje, uma boa proposta de quem tem experiência em construir refinaria, uma boa proposta de quem quer comercializar conosco em bases competitivas... Por que não? Então, para as duas refinarias, existem possibilidades objetivas de termos parceiros, mas parceiros que entram junto conosco num primeiro momento. Esse é um ponto importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É preciso entrar junto conosco. Mas se a Venezuela vier, se a PDVSA vier, será muito bem-vinda, porque eles têm muita experiência em refino também, talvez mais até do que nós.

Bom, então agora vamos para a foz do Amazonas. O nosso Senador Rodolfo Rodrigues, que está aqui... Desculpe, Rodolfe Rodrigues... Aliás, Randolfe Rodrigues, peço desculpas pelo engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – A culpa é da minha mãe, que colocou nome internacional!

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu escrevi certo e li errado, porque a letra do nosso ilustre Senador é linda, a do Senador Lindbergh. É muito bonita, e eu copiei dele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Fique à vontade.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu copiei dele e escrevi...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Lamento desapontá-la, mas a letra é da Secretária!

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu escrevi Randolfe e li errado, me desculpe.

Foz do Amazonas: nós fechamos... Como é que nós conciliamos... Bom, recrutamento nós fazemos através do Prominp, através do Senai. Onde está a Petrobras estão os cursos Gerando o Futuro, que é a capacitação para fazer prova para o Prominp e, depois, há muitos aproveitamentos dentro das empresas que nós contratamos. Para fazer parte do sistema Petrobras tem que passar num concurso.

Então, nós fazemos uma capacitação local, regional. Não tenha dúvida: esses blocos que foram

postos em licitação e foram ganhos por nós e pelas outras empresas certamente vão trazer uma vitalidade maior dentro do segmento de petróleo no seu Estado.

O recrutamento é local.

Parceiros. Olha, parceiros nós temos vários. Sempre dá ciumeira quando eu cito um e não cito outro, mas nós temos BG, Repsol, Galp, temos alguns parceiros e bons parceiros. Nós somos operadores da maioria dessas parcerias independentemente de partilha – eu estou falando do que nós já temos assinado. E parceiro, para nós, tem que conhecer, tem que saber, tem que ter experiência fora para dividir conosco.

A Chevron, por exemplo, opera Frade, é uma excelente empresa. São empresas que estão no Brasil e fora do Brasil, nós estamos com eles fora do Brasil, eles estão conosco no Brasil. São as *majors*, as grandes empresas, que se juntam para fazer bons trabalhos. Então, como nós somos uma empresa com uma atenção toda especial no Brasil...

A ANP tem regras de conteúdo local, seja para a Petrobras, para a Shell, para a PB ou para a Exxon. Para quem for as regras são as mesmas, elas vão ter que seguir as mesmas orientações que a Petrobras segue com relação à indústria de bens e serviços.

Sr. Senador Armando Monteiro, foi colocado para nós que há uma estagnação da produção de petróleo. Não está mais aqui, mas vou responder com a mesma atenção a pergunta que me foi colocada.

Nos anos de 2011, 2012 e 2013, temos trabalhado para ficar em linha. Por que essa estagnação? Primeiro, há uma depressão natural. Tem que se fazer mais poços e entrar com mais unidades de produção. Todas as sondas de perfuração – 16 ou 20, acho que são 16 – que contratamos no ano de 2010, todas atrasaram, em 2009 e em 2010. E todas elas têm conteúdo local zero. Todas foram contratadas no exterior e todas essas sondas atrasaram 100 dias, 200 dias, 300 dias, um ano. Sem sonda, não se faz poço. Houve alguns atrasos em relação a algumas das nossas unidades de produção.

Então, temos feito uma gestão muito forte para que o físico e o financeiro andem juntos. Acho que esta é uma das atividades mais intensas da minha gestão: fazer com que as coisas materiais aconteçam. A outra é seguir o planejamento e ter disciplina de capital. São essas duas atividades que a Diretoria da Petrobras está empenhadíssima em resolver. É um trabalho muito desafiador colocar sete unidades de produção este ano, e vamos conseguir. Tenho fé de que vamos, pois trabalhamos muito para isso. Pode haver uma variação daqui para lá, temos muitas interfaces. Temos interface com a ANP, com o Ibama, com a Receita Federal, com a Marinha, todo mundo tem que dar anuência, todos têm que aprovar. Nós temos que atender às solicitações deles. Então, alguma divergência, alguma mudança de mais ou menos x dias, se eu falar qualquer dia, daqui a pouco, posso dizer que vai atrasar. Essa gestão é parte de nosso trabalho, o físico e o financeiro. E nossa produção de petróleo sai dessa posição, e nós voltamos a subir na curva.

Com relação à balança comercial, é passageira a situação de estagnação, usando palavras do nosso Senador, 11, 12, 13 dessa manutenção da produção. Na medida em que vamos produzindo mais petróleo, vamos melhorando a balança comercial. O Brasil está consumindo muito diesel, gasolina, nafta, consumindo mais tudo. Esse é o trabalho do Governo Federal, que haja mais consumo. Houve uma movimentação muito grande das camadas, novos consumidores surgiram e consumidores antigos puderam e passaram a consumir mais. Ficamos muito felizes com isso, porque quem investe isso tudo quer mercado. O que nós queremos é mercado. Se colocamos US$45 bilhões no Brasil é porque queremos mercado. Vejam bem, esse mercado está a 300 quilômetros da costa. Estamos a uma distância máxima do pré-sal a 300 quilômetros. E esse mercadão (Sul do Brasil, a Região Centro-Oeste, a Região Sudeste, que tem o maior PIB deste País) está de frente para essa grande produção. São parte desse mercado, e estamos de frente com nossa produção. Queremos, de fato, consumo.

É preciso buscar a convergência dos preços, sim, preços nacionais e internacionais. Por quê? Porque tudo que fazemos é dolarizado. No câmbio de hoje, na produção de hoje, estamos pagando participações governamentais. Então, é preciso que haja convergência. E o Governo tem demonstrado o seu papel, através do Conselho de Administração, conduzindo bastante bem a Petrobras nesse sentido. Não é fato que atrasamos na declaração das importações. Temos mais prazo para fazer a declaração de nossas importações junto à Receita e assim o fizemos. Utilizamos o nosso prazo.

Gás. Competitividade do gás. O preço do gás é diferente do preço do petróleo. Há gás de xisto nos Estados Unidos, com vários campos de gás, como Marcellus, Eagle Ford. Existe um custo de produção em terra e uma escala absurda que está sendo feita nesse trabalho de produção do gás. Essa grande escala e essa tecnologia nova implementada para produção desse gás confinado, gás de folhelho, esse gás que está preso dentro de rochas, que mantém esse gás preso dentro da rocha, é uma tecnologia que veio sendo desenvolvida, tecnologia que está de posse das companhias de serviços, e foi implementada nos Estados Unidos com enorme sucesso. E houve uma grande produção de gás.

Os Estados Unidos consomem em torno de 1,8 bilhão de metros cúbicos de gás por dia. Nós consumimos, quando muito, 80 milhões. Somos um país tropical. Essa é uma diferença também. Eles estão produzindo, hoje, 1,7, 1,75 bilhão de metros cúbicos/dia de gás no *shale gas*. Então, eles têm um preço de gás, Senador, muito baixo. E esse gás só se compara entre eles. Não há comparação entre o preço desse gás e o preço do gás produzido no pré-sal da Bacia de Campos. Nós pagamos U$14 dólares por barril das próprias cargas de GNL que os Estados Unidos reexportam. Poxa, mas o preço do gás lá é U$3! Mas, quando se compra uma carga que eles reexportam, nós, Petrobras, Argentina, Japão, outros países... A Coreia paga lá uns U$14, 15 por milhão de BTU. Então, o preço do gás é menor lá dentro.

O que acontece? Existe uma série de segmentos da indústria química e petroquímica que estão ressurgindo nos Estados Unidos. Este é um fato: você tem gás competitivo, você vai ter indústria química e petroquímica com maior competitividade. O que o Governo brasileiro fez? Aqui já estou respondendo as perguntas de um e de outro, dando uma misturada, para podermos terminar, porque vocês estão com fome. O Governo brasileiro, através da Agência Nacional de Petróleo, lançou e vai acontecer a 12ª rodada, que é convocação em gás em terra. E a Petrobras vai entrar firme nisso. Nós, Petrobras, temos um programa de exploração de gás em terra, que nós lançamos há uns seis meses. E, se esse gás em terra existir, efetivamente nós vamos produzi-lo. Só podemos produzir o que existe. Então, esse é o trabalho, em escala comercial, evidentemente.

Se as nossas estimativas se confirmarem como perspectivas e, depois, se mostrarem comerciais, nós vamos ter uma competitividade maior para o gás – eu entendo – em todo o País. Hoje, os preços são difíceis. Nós compramos gás da Bolívia por em torno de U$9 por milhão de BTU, porque é um contrato de gás que tenho com a YPF. E o preço de gás que nós vendemos para as distribuidoras fica nesse em torno de U$9 por milhão de BTU.

Santa Catarina quer mais gás. Nós queremos vender mais gás. Nós temos um projeto, que é a colocação de *loops* no gasoduto Bolívia-Brasil, que está no plano de negócios da Petrobras, para que possamos entregar mais gás no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, hoje, está no talo com relação à capacidade de escoamento de gás para o Rio Grande do Sul.

Saiu uma matéria hoje, que não é verdadeira – até pensei que o senhor, Senador, ia me perguntar –, de que a Petrobras quer desinvestir da SCGás. Isso não procede. A SCGás é uma das melhores distribuidoras de gás que temos, mais eficiente, dedicadíssima. Ela é campeã no desenvolvimento do mercado de gás. Então, isso não procede. Não estamos vendendo a nossa participação em SCGás. Isso aparece, assim, do nada. Mais gás, mais fertilizantes. É preciso que haja competitividade desse gás para que possamos fazer mais fertilizantes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, só dar uma boa notícia para a Senadora Ana Amélia: a bolsa brasileira está em alta de 0,73%, puxada pela Petrobras e pelo desempenho da empresa no início da rodada do 11º leilão. Então, a Senadora Ana Amélia pode ficar contente, porque as ações dela, pelo menos neste momento, estão bem valorizadas.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O senhor imagina eu aqui, e as ações... Poxa, vocês iam brigar comigo. Eu vou te contar. É um negócio... Eu acho que respondi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E puxada pela foz do Rio Amazonas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Resultado da boa exposição da senhora aqui perante o Senado.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Obrigada, Senador.

Eu creio que respondi...

Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso. Faltam algumas, Sr. Presidente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Isso. Senador Flexa Ribeiro, o que mais me preocupou no que o senhor colocou é esclarecer que não há erro, que são determinados *bids* em concessão e partilha em outros, e a importação de combustíveis. Eu também respondi ao Sr. Senador quando digo que trabalhamos pela convergência dos preços, não necessariamente a paridade imediata e absoluta, mas é preciso que haja convergência. E convergência significa também que se o preço internacional cai, o preço aqui dentro não pode ficar mais alto, não é? Porque também começa a entrar combustível mais barato, como aconteceu no ano de 2009, em que houve ganhos expressivos de venda de combustível aqui e começaram a entrar derivados de outros países no País, importação de outras distribuidoras aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, eu fiquei surpresa. Se existe uma coisa que eu vou responder aqui é que eu não sei responder essa pergunta sobre a questão dos danos. Nós temos 49% nas PCHs, e eu não tenho informação de danos ambientais. Eu não tenho. Pergunto até se posso depois

mandar um *e-mail* para o senhor e para a sua assessoria explicando essa questão, porque é uma resposta que eu não tenho para dar. Eu não sei responder.

Eu posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, pode.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, a senhora respondeu-me sobre o que fazer com os recursos decorrentes da riqueza do petróleo, inclusive do pré-sal, e da importância de que haja muito zelo na destinação, assim como V. Sª procura cuidar da Petrobras com tamanho zelo, como aqui demonstrou. Mas eu agradeceria se pudesse ir um pouco além disso, na interação conosco, que estamos aqui a decidir, e a Presidenta Dilma também, por exemplo, que, grande parte dos recursos do pré-sal sejam para a educação brasileira. Mas o que eu gostaria era da interação, tendo em conta sua experiência e conhecimento, de como outros países têm utilizado, por exemplo, os *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais como o petróleo.

Na sua avaliação, há algum modelo que poderia servir de boa lição para o Brasil? Quando eu encaminhei à senhora o livro sobre a experiência do Alasca, que também fala de experiências tais como as que estão acontecendo no Irã, também há um capítulo sobre como o Governador Jay Hammond, que criou a experiência de 31 anos, tão bem sucedida no Alasca, propôs que o Iraque seguisse caminho semelhante, e assim por diante.

Se preferir não responder agora, tudo bem. Então, eu gostaria de marcar um diálogo, uma visita minha à Petrobras para conversar mais aprofundadamente a respeito.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, eu preciso me preparar para apresentar um modelo. Eu acho que essa preparação pode vir de uma interação com o senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Então, a minha sala na Petrobras está aberta para o senhor. Quando o senhor estiver no Rio...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou fazer uma visita, uma calma visita à senhora para dialogar.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Então. Aí nós conversamos e eu aprendo um pouco com o senhor, para eu poder me manifestar adequadamente. Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Muito bem. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente Maria Graça Foster, agradeço e parabenizo V. Exª pela profundidade da exposição. V. Exª respondeu todos os questionamentos. E quero, assim como fizeram todos os Senadores, elogiar a sua capacidade e esta exposição. Estou convencido de que a Petrobras vai ter um grande papel no grande esforço nacional de retomada dos nossos investimentos.

Antes de encerrar a presente reunião, comunico aos Srs. Senadores que, no dia 21 de maio, terça-feira, às 15 horas, haverá reunião conjunta com a Comissão Mista de Orçamento e outras comissões do Senado e da Câmara, com a presença do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referente ao segundo semestre de 2012.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião conjunta. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos, do dia vinte e um de maio de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza e Cyro Miranda, e das Senadoras Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença o senhor Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador Geral da República, e o senhor Tiago Farina Matos, Diretor Jurídico do Instituto Oncoguia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é

dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a *debater a regulamentação da lei nº 12.732 de 2012 que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início*, em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2013 da CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **Deputado Federal Darcísio Perondi; Maira Caleffi**, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA); **Ricardo Salviano**, Defensor Público da União; **Jurandi Frutuoso**, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); **Patrícia Sampaio Chueiri**, Coordenadora Geral de Atenção a Pessoas com Doenças Crônicas (DARAS/SAS/MS). Às dez horas e doze minutos, assume a Presidência a Senhora Senadora **Ana Amélia**. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavancanti, Jayme Campos e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Evental, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jaime Campos,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 21/2013-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater a regulamentação da Lei nº 12.732, de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos. Entretanto, dependendo do andamento, poderá ser aumentado esse tempo.

Para tanto, quero convidar para compor a Mesa, já aqui presentes, os ilustres convidados.

Convido o Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); a Srª Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama); e Patrícia Sampaio Chueiri, Coordenadora Geral de Atenção a Pessoas com Doenças Crônicas, para fazer parte da Mesa.

Estamos aguardando apenas o Sr. Ricardo Salviano, Defensor Público da União, que não se encontra, mas chegará daqui a poucos minutos.

Por solicitação do nosso amigo Jurandi, nós vamos iniciar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sou favorável a que o senhor faça o atendimento, pois imagino que ele tenha solicitado para falar primeiro por compromissos. Imagino que tenha sido isso. Mas eu gostaria de lembrar, caro Presidente, e agradecer a V. Exª, que amanhã, 22 de maio, entra em vigor a Lei nº 12.732, de 2012. O paciente com câncer deve receber o primeiro tratamento gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde, em até 60 dias contados a partir do diagnóstico. É o tema que vamos discutir hoje e é o que determina a Lei nº 12.732, que entra em vigor amanhã.

Diante disso, eu queria dizer que, além da iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, que V. Exª presidiu com muita competência, dedicação e zelo até agora...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... e agora é comandada pelo nosso colega Waldemir Moka, que só não está aqui porque está no Mato Grosso do Sul para um evento na Assembleia Legislativa, de homenagem ao nosso colega Romero Jucá, promovido pela Assembleia, o que é compreensível. E a condução dos trabalhos nesta manhã está em ótimas mãos, caro Senador Jayme Campos.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade e também destacar, elogiando a iniciativa do Ministério Público Federal, que amanhã, às 14 horas, realizará uma audiência pública na Procuradoria Geral da República, para exatamente discutir a aplicação dessa lei e os problemas da assistência médico-hospitalar. Isso é público, é uma audiência pública, como diz o nome, e estão todos convidados, os que estão acompanhando esta audiência neste momento, a comparecer no Auditório Juscelino Kubitschek, na sede da Procuradoria da República Federal, às 14 horas, amanhã.

O tratamento de câncer, como se sabe, não pode ser adiado. Os Municípios, os Estados e a União são

obrigados a reduzir os riscos da doença, garantindo o acesso universal e igualitárias ações e serviços encarregados de promover a saúde dos brasileiros.

"Ao Ministério Público cabe zelar para que isso aconteça", destacou o Subprocurador-Geral da República Eitel Santiago de Brito Pereira, que é o Coordenador da Primeira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Então, amanhã, tal qual acontece neste momento aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, nesta audiência pública requerida por mim e agora presidida por V. Exª, haverá uma discussão também dessa lei, para assegurar a execução daquilo que determina que, a partir do diagnóstico com câncer, o paciente deverá receber do SUS o início do tratamento. E é o que nós vamos fazer aqui com esses especialistas, e já antecipo o agradecimento pela presença de todos.

E eu queria, por fim, Senador Jayme Campos, em solidariedade a V. Exª, por conhecê-lo... Eu até estranho, porque o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva é um jornalista de muita responsabilidade. Eu tenho com ele uma relação profissional de grande respeito. Eu tenho a impressão de que talvez nem tenha sido ele o autor da informação.

Veja só, nós teríamos que limpar todas as paredes de todas as comissões do Senado Federal, inclusive da Presidência do Senado Federal. E o custo desse retrato que vai ser ali aposto foi de R$22,00, pago pela assessora de comunicação numa loja aqui em Brasília.

Tudo bem falar quando o Congresso, quando o Legislativo comete falhas, comete equívocos, como aposentadoria por invalidez de pessoas que estão trabalhando. Nisso, tem que ser apurada a responsabilidade. Essas mazelas precisam ser apuradas. Agora, criticar que se está gastando R$22,00 para uma homenagem como prática da Casa, ex-Presidente...

Em qualquer prefeitura municipal, há o quadro de qualquer ex-prefeito, bom ou ruim. Está lá o quadro do prefeito que passou pela prefeitura. E é a história que estamos escrevendo desta Comissão, como de todas as outras do Senado Federal, como da Câmara e assim sucessivamente.

Lamento e vou sugerir ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, que é de Alagoas, do mesmo Estado do jornalista Cláudio Humberto, que envie uma cartinha ao jornalista informando sobre esta prática no Senado Federal.

Eu acho que se nós nos calarmos, nós consentiremos com uma injustiça, no mínimo uma injustiça, além de ser uma, digamos, inversão de valores em relação ao que foi publicado nessa matéria.

Então, a minha solidariedade, meu caro Presidente Jayme Campos. E faço isso como jornalista, por respeitar o jornalista Cláudio Humberto e saber que ele, certamente, fará um reparo a essa nota publicada hoje.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes de mais nada, agradeço a V. Exª a sua manifestação. Lamentavelmente, todos nós, políticos, estamos sujeitos às vezes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A chuvas e trovoadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Mas sujeitos a interpretações de forma errônea, caolha. Mas, neste caso, eu acho que o que vale para a pessoa é o trabalho que realiza, a sua biografia, a sua trajetória política. Particularmente, tenho minha consciência tranquila pelo fato de que já exerci...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E não foi o senhor que pediu a foto aqui. Não foi o senhor que pediu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato. Não fui eu que pedi a foto, como a senhora bem disse aqui. É uma coisa que se faz aqui tradicionalmente. Isso já existe aqui não é de hoje, já vem de alguns anos. É uma prática da Casa.

Imagine se fôssemos nos preocupar em descerrar, em homenagear todos os Senadores aqui que foram Presidentes da Comissão, e imagino que aqui já tenha havido mais de 200 ou 300 Presidentes... Mas o que fala mais alto é o trabalho que nós estamos realizando aqui na Comissão e, sobretudo, como Senador da República. Eu aqui represento o Mato Grosso e toda a sociedade brasileira e tenho procurado me esforçar no sentido de proporcionar um trabalho digno e, acima de tudo, respeitoso com a sociedade brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Todos nós somos testemunhas disso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª a sua manifestação.

E quero aqui também dizer que ontem o Senador Waldemir Moka me ligou – eu estava em Mato Grosso – me pedindo que viesse aqui impreterivelmente, que comparecesse a esta Comissão por volta das 9 horas para presidir esta audiência pública, pelo fato, como a senhora bem disse, Senadora Ana Amélia, de se encontrar no seu Estado, Mato Grosso do Sul, onde recepcionará o Senador Romero Jucá para homenageá-lo.

Então, não poderia faltar, até porque, além de ser um colega Senador, é do seu partido, S. Exª se sente lisonjeado com a sua presença em Mato Grosso e quer participar do evento em que ele estará ali recebendo uma homenagem, se não me falha a memória, da Federação da Indústria e do Comércio daquele Estado, Mato Grosso do Sul.

Dito isso, eu quero iniciar aqui a nossa audiência pública convidando a Drª Patrícia Sampaio, Coordenadora Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, para fazer a sua exposição por dez minutos. Evidentemente, se for necessário, poderemos prorrogar o seu tempo por mais cinco minutos.

Com a palavra V. Sª, Drª Patrícia Sampaio. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – V. Exª já falou o tempo, Presidente?

O SR, PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já, dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Bom dia a todos e todas!

Gostaria de agradecer o Senador pela oportunidade da presença aqui para falarmos um pouco sobre as ações do Ministério da Saúde para cumprir a lei promulgada no ano passado.

Então, tentarei falar, em dez minutos, sobre o que nós temos pensado em relação à questão do tratamento do câncer em 60 dias obrigatório.

Pode passar? (*Pausa.*)

Então, a gente vai começar com alguns dados sobre o câncer no Brasil: a magnitude do câncer.

A gente tem uma estimativa, em 2012, de 518 mil casos novos de câncer. Tirando 134 mil que são os cânceres de pele não melanoma (25%), o restante são os outros casos.

Internações por câncer. Também tivemos 518 mil, e o gasto total, só com as internações, foi de R$806 milhões.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aqui, é uma estimativa dos casos novos para 2012 em relação à incidência de câncer entre as mulheres, sendo o principal câncer o de mama, seguido, então, do colo do útero, do cólon e reto, glândula tireoide, traqueia e brônquios.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aqui, então, a incidência entre os homens. A principal é de próstata, com 60 mil casos; depois, traqueia, brônquios e pulmão, cólon, reto, estômago e a cavidade oral.

Aqui, então, é a taxa de mortalidade na população brasileira.

Essa primeira taxa está relacionada às doenças cardiovasculares, primeira causa de morte no Brasil, e o câncer, que é responsável, então, pela segunda causa de morte no País, seguindo, como disse, as doenças cardiovasculares.

Hoje, a gente tem 179 mil mortes no ano.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aqui, então, a mortalidade por tipo de câncer.

Olhando as mulheres, o câncer foi responsável por 12 mil mortes (15,3%); seguido, então, de traqueia e brônquios, cólon e reto, colo de útero e estômago.

Entre os homens, a principal causa de morte relacionada ao câncer é o câncer de pulmão, traqueia e brônquios, seguido, então, de próstata, estômago, cólon e reto.

Pode passar. (*Pausa.*)

Então, hoje, a gente tem habilitados 277 serviços no País todo, que são complexos e que realizam cirurgia, rádio e quimioterapia.

Essa é a distribuição nos Estados: 9 na Região Norte, 51 na Região Nordeste, 134 na Região Sudeste, 20 na Região Centro-Oeste e 63 na Região Sul.

Ainda temos uma disparidade, que é uma questão que a gente precisa avançar, a fim de saber como trabalhar com essa falta de equidade.

Pode passar. (*Pausa.*)

Além disso, no ano passado, em dezembro, a gente reviu toda a portaria que tratava dos procedimentos cirúrgicos oncológicos. A expectativa é que, com a revisão, exclusão de procedimentos antigos e inclusão e revisão de novos procedimentos, a gente tenha um aumento de 25%. A expectativa é de que a gente chegue a 120 mil cirurgias oncológicas no ano de 2013.

E a gente passou a classificar os hospitais habilitados como hospitais oncológicos em relação à produção de cirurgias ao ano: acima de 1000, de 600 a 999, e abaixo de 600 cirurgias. Quanto mais ele produz, ele ganha 20% a mais em cada procedimento.

Pode passar. (*Pausa.*)

Então, aqui, o aumento que a gente teve desde 2010: 13% no total de procedimentos. Um aumento de 25% se a gente olhar as mamografias (4,4 milhões); olhando quimioterapia, um aumento de 14,8%; e, no procedimento de radioterapia, um aumento de 17,3%, chegando a 9,6 milhões de procedimentos.

Pode passar. (*Pausa.*)

Então, o investimento, em 2010, no tratamento do câncer era de R$1,9 bilhão, olhando só a questão dos procedimentos, sem considerar a questão das internações. Em 2012, isso já pulou para R$2,4 bilhões.

Aqui são os 11 novos procedimentos que eu disse que a gente incluiu na portaria do ano passado, quando a gente reviu todos os procedimentos cirúrgicos.

Pode passar.

Aqui, então, são as três novas medicações que foram incluídas na Rename – Relação Nacional de Medicamentos. Para algumas dessas, estão sendo feitas, então, compras centralizadas e sua distribuição para Estados e para os prestadores, e o gasto total, já em 2012, foi de R$1,8 bilhão só com compra das medicações centralizadas.

Pode passar.

Além disso, a gente teve uma força-tarefa, desde o início de 2012, para rever a Portaria. Então, na sexta-feira passada, já saíram três portarias novas relacionadas ao cuidado da questão do câncer. Então, a gente reviu a PNAO, que era a antiga Política Nacional de Atenção Oncológica, que passou a se chamar, agora, Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC). Depois vou falar um pouco mais dela. Existe a minuta que regulamenta a lei dos 60 dias, que é a discussão hoje aqui no Plenário, Lei nº 12.732, a Portaria nº 876. A gente lançou, já está disponível para todos os Estados, um novo sistema de informação, o Sistema de Informação do Câncer. Eu vou falar um pouco sobre ele. E a portaria que regulamenta o Programa Nacional de Apoio e Atenção Oncológica, que é a 875 – saiu errado ali –, de 16 de maio de 2013. Além disso, a gente tem um plano de expansão da radioterapia, com edital de compra centralizada, de 80 novos aceleradores lineares.

Pode passar.

O que a política traz de novidade? Em relação à PNAO antiga, ela começa a olhar a atenção oncológica de forma mais integral, traz a questão das Redes de Atenção à Saúde e da integração de todos os níveis de atenção, desde a atenção básica, da ambulatorial especializada, da hospitalar... Começa a olhar isso e também traz... Isso aqui é muito parecido com a PNAO antiga, que é a questão dos princípios e diretrizes. A gente avançou em alguns deles, tratando, então, de todos eles, da prevenção, vigilância, cuidado e incorporação da ciência e da tecnologia de coisas novas, da questão da educação e saúde, da comunicação e saúde.

Pode passar.

Além disso, a política traz quais as competências de cada esfera de gestão em relação ao cuidado do paciente com câncer. Então, competência do Estado, do Município e da União. Isso é uma novidade, que não tinha na política antiga. E traz também as competências em relação aos pontos de atenção que compõem as redes. Então, qual é a competência da atenção básica, da especializada e da ambulatorial e hospitalar especializada. Isso é um passo de avanço que a nova política trouxe. A anterior tratava apenas dos princípios e das diretrizes no cuidado com o paciente com câncer.

Pode passar.

Aqui, então, eu falo um pouquinho da minuta de portaria que regulamenta a lei. A lei já traz a definição do que é considerado tratamento oncológico, o que é cirurgia, quimioterapia ou radioterapia, a gente traz a questão dos casos sem indicação de tratamento específicos, a questão do cuidado paliativo. Então, está descrito na minuta que regulamenta a lei, define, então, o início do prazo dos 60 dias do registro do diagnóstico no prontuário do paciente e cria uma comissão que vai monitorar e avaliar uma comissão no Ministério da Saúde, composta por membros da Secretaria de Vigilância, da Secretaria de Atenção, do Conselho Nacional de Saúde, que vai avaliar como está o monitoramento e a avaliação em relação à implantação do cuidado com o paciente em 60 dias. E traz ainda algumas exceções em relação ao prazo. Uma delas é a questão do câncer não melanótico de pele, porque, em geral, quando você faz o diagnóstico, já faz o tratamento da lesão... Então, não há necessidade. O câncer de tireoide, quando não tem nenhum fator de risco pré-clínico cirúrgico, se, por algum outro motivo, de alguma outra questão, que o paciente precise esperar para além dos 60 dias, isso é possível e não traz nenhum prejuízo. A gente tem uma nota técnica, inclusive, explicando essas exceções e, como eu já disse, nos casos onde o diagnóstico é avançado ou por limitação de idade do paciente não tem indicação específica de cirurgia, rádio ou quimioterapia.

Pode passar.

Então, aqui, dos dados que a gente tem hoje no registro hospitalar de câncer do Inca, que está presente nos 277 hospitais, hoje, 78% dos doentes diagnosticados em estágio inicial são tratados em até 60 dias. Destes, 52% são tratados em até 15 dias. Em estágio avançado, 79% já são tratados em 60 dias, 44% desses são tratados em 15 dias e, em criança e adolescente, 95% são tratados em até 60 dias.

Pode passar.

Então, aqui é o sistema novo, de que falei para vocês. A gente já tinha um sistema de informação que era separado, que era o Siscolo e o Sismama. O Siscan, que é o Sistema de Informação do Câncer, integra, então, o Siscolo e o Sismama, a gente passa, então, a ter uma base única, onde a gente pode olhar as informações, além de termos as informações relacionadas ao câncer de colo e ao câncer de mama, especificamente, que vão ser mantidas, vai haver uma tela mais geral, por onde a gente vai acompanhar o tratamento de qualquer tipo de câncer, onde a gente vai poder colocar a data do diagnóstico, do laudo anatomopatológico, para começar a contar os 60 dias, e a data de início do tratamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Então, a gente vai poder gerenciar o tempo de diagnóstico e de início do tratamento e adotar condutas quando não se cumprirem os 60 dias. Além disso, haverá uma padronização dos laudos e de solicitação anatomopa-

tológica, o que vai possibilitar que a gente compare os resultados. E a gente vai poder avaliar alguns serviços e programas que, hoje, já existem.

Pode passar.

Hoje, a gente já capacitou todos os Estados para o uso desse novo sistema de informação. Novecentos e quarenta e sete profissionais já foram capacitados. E, a partir de agosto, o repasse de recurso vai se basear nesse sistema de informação, no preenchimento dele.

Pode passar.

Há outra questão importante. No início deste ano, o Ministério reviu o cuidado, a atenção à pessoa tabagista, lembrando que o tabaco é um fator de risco muito importante para diversos tipos de câncer. A gente ampliou, então, a oferta do tratamento para todas as Unidades Básicas de Saúde, no que se refere não só ao tratamento cognitivo-comportamental, mas também ao acesso à medicação, que, antes, era restrito a um tipo específico de formação do Inca.

Pode passar.

Esse é o Pronon, o programa de que falei e que possibilita a isenção fiscal de até 1% para pessoas físicas e jurídicas que investirem em instituições de prevenção e combate ao câncer. A ideia do programa é captar e canalizar recursos especificamente para o cuidado oncológico.

Pode passar.

Quem pode participar desse programa hoje? Entidades beneficentes de assistência social, organizações sociais, organizações da sociedade civil, organizações de interesse público, desde que tenham experiência na área. Elas podem prestar serviços de atenção médica. Podem também fazer adequação de serviços médicos assistenciais e formação, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais e podem realizar pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais relacionadas ao câncer.

Esse programa tem um comitê gestor, que é composto por representantes do Ministério da Saúde, do CONASS, do CONASEMS e do Conselho Nacional de Saúde. A ideia é a de que esse comitê possa reavaliar as definições e as áreas prioritárias em que essas ações vão ser desenvolvidas, deliberar sobre projetos aprovados pela área técnica, definir os parâmetros de aprovação dos projetos e definir a sistemática de avaliação e de monitoramento do programa. Todos os projetos aprovados terão o desenvolvimento acompanhado e avaliado pelo Ministério da Saúde e pelos gestores locais envolvidos.

Temos trabalhado muito fortemente na ampliação dos serviços de radioterapia. Então, temos habilitado novos serviços relacionados à radioterapia. Existem 26 convênios em execução de obras e de implantação de novos equipamentos. Fizemos um levantamento, no início deste ano, com todos os prestadores do SUS, tanto os privados quanto os públicos e os da Administração Direta, em relação à possibilidade de haver o terceiro turno relacionado à radioterapia e o aumento do número de equipamentos, para podermos ampliar a oferta de radioterapia.

Pode passar.

Além disso, existe um plano de expansão da radioterapia no SUS. Há um plano, como eu já disse, de compra centralizada de 80 equipamentos radioterápicos: 39 deles são destinados à ampliação de serviços já existentes, e 41, à criação de novos serviços. O custo total desse programa é de R$506 milhões. Ele está dividido em quatro etapas: as duas primeiras etapas são focadas na ampliação dos serviços, para podermos ofertar mais rapidamente novos serviços de radioterapia; e a terceira e a quarta etapa, na criação de novos serviços.

Além disso, temos visitado todos os Estados. Já começou uma força-tarefa no início deste ano nas Regiões Norte e Nordeste. Já fomos para a Bahia, para o Amapá, para o Acre e para Roraima na última semana. Aqui está a programação das visitas, para se discutir a rede de atenção oncológica estadual.

Há um curso que vai começar no dia 1º de julho para a formação de 800 profissionais técnicos em radiologia. Sabemos que é uma questão crucial a URH. E, desde o ano passado, foram distribuídos para todas as Unidades Básicas de Saúde 50 mil cadernos tratando especificamente do câncer do colo e do câncer de mama.

Acho que era isso. Falei rapidamente das ações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Drª Patrícia pela belíssima exposição.

Quero convidar a fazer parte da Mesa o Dr. Ricardo Salviano, que é Defensor Público da União. Por favor, nos dê a honra de participar conosco da Mesa.

Quero registrar também a presença do ilustre Deputado Darcísio Perondi, grande lutador pela melhoria da saúde pública neste País. Seja bem-vindo à nossa Comissão, meu caro e ilustre Deputado.

Convido, para fazer uso da palavra, a Drª Maira, Presidente da Federação Brasileira das Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama. V. Sª está com a palavra por quinze minutos.

A SRª MAIRA CALEFFI – Bom dia a todos. É um grande prazer mais uma vez fazer parte de uma audiência pública nesta Casa. Em nome de toda a Femama e dos grupos de pacientes, eu gostaria de agradecer muito ao Senador Jayme Campos, que preside

esta reunião, e também, em especial, à Senadora Ana Amélia, que muito tem feito por toda essa causa do câncer em geral e, especificamente, até por motivos pessoais, pelo câncer de mama. Toda essa conjunção de esforços que nós temos feito aqui engrandece e salva muitas vidas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Governo, o Ministério da Saúde, por essa Portaria nº 874, que institui a Política Nacional para Prevenção e Combate do Câncer na Rede de Atenção à Saúde de Pessoas com Doenças Crônicas no SUS. Tenho 55 anos e já vi várias políticas nacionais na minha vida, durante essa trajetória de 30 anos de medicina, mas acredito que essa portaria pode ser um manual para muitos países. Ela é completa, ela vê o paciente como um todo e ela está dentro de toda uma política da ONU para essa nova fase que estamos vivendo, o câncer como uma das DCNTs integradas nos *goals* do milênio.

Isso nos deixa muito fortalecidos, como pacientes, como grupo de pacientes e como sociedade civil organizada, porque aqui nós queremos a mesma coisa. Sentimos que queremos a mesma coisa, só que nós estamos aqui para ajudar a Patrícia e o Ministro a tirar isso do papel. Isso, daqui para frente, vai ser um manual para todos nós – inclusive, eu acho que os legisladores, os executivos, os gestores, nós temos que saber de cor esse manual. Eu, como especialista na área de câncer, tenho certeza de que, se nós conseguirmos vencer tudo o que está escrito aqui, nós vamos mudar a mortalidade de câncer neste País.

Eu gostaria de passar o primeiro eslaide só para mostrar que, dentro dos 52 mil novos casos em mulheres, são mil mulheres por semana com o diagnóstico de câncer de mama neste País e mil mortes por mês. Então, só em mama, nós temos um problema de saúde pública como esse. Imaginem, nesse contexto todo que foi apresentado pela Drª Patrícia, se levarmos todos em consideração: são milhares e milhares de cânceres.

Próximo eslaide.

Na verdade, esse é o relatório do TCU de 2011 mostrando que a maioria são avançados. Se a maioria ainda chega avançada – isso é 2011 –, eu não entendo de onde vêm esses dados de que 78% ainda estão chegando em 60 dias. Eu não consigo entender de onde vem esse registro, nós não conseguimos localizar esse registro – talvez seja de algum hospital –, até porque os registros todos de câncer são muito falhos, com 30% ou 40% de falta de informação quando nós vamos para os registros hospitalares ou de base populacional.

Se nós ainda temos 53% de estágios avançados, segundo o TCU, com 10% de estágio 1, que é o estágio curável, nós temos muito a andar. E é por isto que essa política muito me agrada, porque nós não estamos fazendo a nossa parte, apesar de estar com um sistema todo aí. Nós só estamos qualificando e melhorando um sistema que já existia, uma portaria que já existia. Não é que este País não tivesse portarias anteriormente, ele tinha portarias, só que então não funcionavam, porque com 45% ou 53% chegando tarde, em estágios avançados, condenadas à morte, eu não consigo entender o que estávamos fazendo antes.

Próximo.

Na verdade, para os Senadores e quem não entende aqui de medicina, um tumor no estágio I é um tumor desse tamanho; um tumor no estágio III é desse tamanho, levando a mama e a vida embora. Para cada um milímetro de aumento do tamanho do nódulo, tem 1% de chance de cura. Esses são dados da Harvard. E isso acontece porque nós estamos chegando tarde.

Nos pacientes com um sintoma, com um tumor na mão, eles demoram, segundo publicações e casuísticas de hospitais, quatro a seis meses. Então, eu não entendo de onde vêm esses 80% chegando em 60 dias. Talvez seja aqui uma manobra de quando nós vamos começar a contar os 60 dias, que é nisso que eu quero chegar.

Próximo.

Uma paciente que tenha chance de estar com um tumor pequeno e uma que não teve a chance. E agora vem toda essa questão da reconstrução, e nesse ano nós já conseguimos evoluir bastante, graças a uma lei que foi aprovada no início desse ano.

Próximo.

O problema do câncer de mama – próximo – é que além de ser um problema de saúde pública, tem uma representação, hoje em dia, nacional, através de mais de 60 entidades associadas em 17 Estados brasileiros, e que busca uma resposta do Governo. Essa portaria é uma grande resposta. Eu estou muito impressionada com esse trabalho feito por especialistas, certamente. Não são cargos... são técnicos que fizeram isso. E agora faremos com que isso saia do papel, com a ajuda de todos os senhores.

Próximo.

Nós, em 2006, traçamos uma meta até 2015, em que gostaríamos de aumentar a cobertura mamográfica; por isso a lei da mamografia, em 2008. E nós pudemos ver, pela apresentação da Patrícia, o quanto isso já evoluiu; mas o Governo nunca diz o quanto ainda precisam evoluir esses milhões e milhões e milhões de mamografias. Quantos ainda nós temos que correr? Ainda estamos com 50%, 55% de cobertura. Não chega, em alguns lugares, a 30% de cobertura em alguns Estados e regiões mais remotas.

Cem por cento de certificação de prestadores de serviço. Ora, nós sabemos, pela voz do Ministro, que, a partir de março, os prestadores que não se integrassem no Programa Nacional de Qualidade em Mamografia não seriam ressarcidos. Isso não está acontecendo. Eles continuam sendo ressarcidos com péssima qualidade. Já existe um programa? Existe. Mas ele ainda não está efetivo.

Quando nós falávamos... Aqui eu quero começar a chamar atenção para a lei dos 60 dias. Quando nós falávamos, desde 2006, que o problema era o tempo e que nós queríamos ter uma lei como tem o Chile, que em 30 dias da primeira consulta a pessoa era vista e iniciava o tratamento, agora nós temos uma lei sancionada pela Presidenta Dilma que vem e diz que quando ela entrar no sistema começa a contar os 60 dias. Meu Deus!

A gente sabe que ela não consegue entrar no sistema por problemas de cobertura, de estratégia da Saúde da Família, porque não temos uma boa cobertura de PSFs. Ela não consegue penetrar no sistema e fica na fila. Depois, não consegue a biópsia. Depois, vai ter que ser registrada e conseguir uma consulta no UNACON, no CACON, porque esses ambulatórios especializados também não estão funcionando ainda. Está na portaria, mas ainda não estão funcionando.

Srª Senadora Ana Amélia, essa lei começa depois de amanhã! Amanhã! E nós estamos falando no futuro: vai começar, vai ser... Em agosto nós vamos não sei o quê. Vai começar. Não! Já começou! Eles tiveram seis meses para nos dizer como ela iria começar. E muito nos surpreende agora ver que os 60 dias só começam no momento em que ela é cadastrada no sistema, dentro de um hospital UNACON ou CACON, que está afunilado, com um gargalo dos maiores que existem. Então, acho que estamos aqui do mesmo lado.

Esses dias, o Sr. Ministro da Saúde disse: "Nós estamos do mesmo lado." Estamos sim. Nós estamos do mesmo lado! Mas 60 dias desse tempo em que vocês querem começar a contar não serve para nós. Queremos 60 dias a partir do tempo que ela está com o caroço na mama ou com uma mamografia positiva, com mamografia BI-RADS 5, coisa que o Sismama nunca identificou!

O Sismama nunca conseguiu... Esses sistemas de informação nunca conseguiram fazer uma busca ativa para buscar pacientes que estavam com uma mamografia, porque são caóticos, não têm treinamento, o sistema não funciona, não tem cobertura de rede de Internet. Então, é um problema.

Agora, nós vamos ter o Siscan. Perfeito. Mas não é porque nós queremos que o Governo tenha esse sistema de informação, nós queremos que os Municípios tenham essa paciente na mão para saber onde ela está.

O Estado. Meu Deus, quando a gente fala nos Estados... no nosso próprio Estado, Senadora Ana Amélia! Nós fizemos uma pesquisa. Através de uma parceria juntamente com a Famurs, nós conversamos, dentro de uma plenária, com todos os secretários municipais de saúde e prefeitos. Até final de março eles não sabiam da lei. Como tem tanta gente treinada? Quem são esses 947 profissionais treinados? E se diz que todos os Estados já foram treinados. Não. Só se foi o secretário do Estado, e ele não passou informação para os outros, porque os prefeitos não sabiam nem da lei! Eles e os secretários da saúde souberam da lei através da mídia. Foi o que, no Rio Grande do Sul, nos foi falado.

Próximo eslaide.

Nós precisamos saber, na lei dos 60 dias, que esse prazo máximo, contando do dia em que ela é inscrita, e perdendo 4 ou 5 meses até chegar lá, não serve. Nós precisamos fazer com que saia a regulamentação da regulamentação, porque esses 60 dias não podem ser contados a partir desse momento de inscrevê-la no sistema.

Próximo. A Femama considera o SUS um excelente sistema de saúde, no entanto, a operação não tem sido efetiva. E nós precisamos de uma estratégia melhor, porque estamos preocupados com todas as portarias maravilhosas e com esse estudo que vocês fazem de como isso aqui vai chegar na pessoa que tem câncer de mama, que está com um caroço na mão, que está tossindo sangue, que está com sangue saindo pelo reto e não consegue acesso.

Próximo.

Nós precisamos saber dessa parte que na portaria fala do rastreamento e diagnóstico precoce. A mesma questão já foi tratada em 2008. Nunca foi implantado um rastreamento organizado que busque a paciente que não vem. Qual é o prazo dessa coisa que vocês falam tanto: oportuna? O que é essa palavra "oportuna"? Confirmação diagnóstica oportuna? Oportuna para quem? Para o Governo? Para o Ministério? Ou para a paciente que está com o tumor crescendo?

Eu não entendo qual o prazo. Esse prazo precisa ser de 60 dias do momento em que ela às vezes, com recursos próprios, consegue um anatomopatológico na rede privada com o seu próprio dinheirinho, ou às vezes com um bingo, em que ela consegue o dinheiro para fazer essa biópsia, que a gente sabe que é tão difícil. Isso porque estou falando em mama. Tem biópsias ainda muito mais difíceis, que dependem de endoscopia e de colonoscopia, ou a própria próstata.

Estamos preocupados com a estrutura de uma área de tamanho proporcional. A Anvisa vai cuidar disso. Diz ali que é a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. A Anvisa está preocupada com os postos. A Copa vem aí. A Anvisa não tem perna para que coloquemos tudo isso ainda em cima da Anvisa. Ou vamos melhorar a Anvisa. A Anvisa reclama para os usuários que não tem pernas para fazer o que tem que fazer.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MAIRA CALEFFI – Então, precisamos falar sobre uma política de 2013 e 2014 que vem por aí e não às vezes baseados no referencial de conhecimento de 2004.

Próximo.

Isso tudo está escrito nessa portaria divulgada. A Femama, como sociedade civil, pode e tem feito muito mais do que conscientização. O papel do terceiro setor não está revisto. A única vez que aparece aqui, no documento, é quando falam que os movimentos sociais podem ajudar na comunicação, na conscientização. Não? Não. Os movimentos sociais querem mais, querem participar. Nós somos parte, a Femama é parte de um comitê de mobilização instituído pelo Ministério da Saúde. Faz um ano que ninguém nos chama para nada. Faz um ano que está encerrado, está blindado, e estou vendo que trabalharam bastante, mas não participamos de nada como usuários e como grupo de pacientes.

Então, queremos saber o papel do terceiro setor. Essa controladoria... Controlar, essa palavra... Como vamos fazer para saber para quem a paciente que está com um diagnóstico vai reclamar?

Próximo.

Já estou terminando. Gostaríamos, Senador Jayme Campos, de propor nesta Casa, nesta audiência pública, uma auditoria em todo o Brasil, em Estados e Municípios, sobre os registros hospitalares de câncer e os registros de base populacional. Sabemos que, de vez em quando, o TCU vem com uma bomba. O ano passado soltou uma bomba, houve o silêncio, e foi um ano para o Ministério da Saúde responder algumas perguntas que ele fez. Está para vencer esse prazo, e estamos vendo que, daqui a pouco, o Ministro dirá em plena televisão: "Não sei por que estão reclamando se 78% dos casos de diagnóstico precoce e diagnóstico tardio conseguem a tempo o seu primeiro exame?" Nesse caso, não estaríamos aqui. Precisamos de uma auditoria séria sobre esses registros hospitalares, sobre esses registros de câncer. E que a população tenha acesso, e que não esteja só lá, na mão do Inca, porque, se estiver, não conseguimos ver os números sem que estejam maquiados como tem acontecido.

Próximo.

Quando há protocolos? De que adiantam protocolos? As sociedades ditam os protocolos, as sociedades de especialistas falam, em seus protocolos baseados em evidências, e não são atendidos. O trastuzumabe levou dez anos para ser incorporado. Dez anos! E, quando foi incorporado, excluiu as mulheres metastáticas, excluiu as mulheres que teriam ainda uma sobrevida, uma melhora de sobrevida além de ter tido, já, uma recidiva.

Não entendemos quem é que faz esses protocolos. É claro que não é a Patrícia que faz os protocolos, ela não é especialista em oncologia. E em oncologia de tal câncer, porque cada um tem o seu câncer. Para isso, temos as sociedades. E não podemos aceitar isso.

Próximo.

Mais uma vez, se fala em tempo "oportuno" de novo. A pessoa é encaminhada oportunamente com suspeita de câncer. Oportunamente para quem, pergunto. Não é para a paciente.

Próximo.

Há todo um componente. Podemos deixar para as perguntas, mas vou lançar isto agora. A Patrícia vai me ajudar a entender. A paciente vai à rede básica, tem a suspeita, é "oportunamente" encaminhada, vai para uma rede especializada de ambulatório – não conheço, só dentro dos UNACONs e dos CACONs – e, depois, vai ter o diagnóstico definitivo no CACON. E, aí, é que começa a contar o prazo, ou seja, quando é registrada. Isso é muito tempo, gente! O câncer não espera.

Como o prefeito e o secretário municipal de saúde vão lidar com tudo isso nessas cidades em que ele não tem nem suporte para ter atenção básica?

Próximo.

A lei não está considerando o tempo entre a suspeita do câncer e o diagnóstico definitivo. Os pacientes com diagnóstico de câncer de mama sofrem atrasos em várias etapas do seu diagnóstico e tratamento. Em nosso meio, o maior atraso consiste no intervalo entre a mamografia e a biópsia. Aqui isso não está sendo considerado porque muito tempo depois ela vai ser registrada nesse Siscan.

Próximo.

Qual a garantia de que todo esse diagnóstico será registrado no paciente? Como está sendo agora do Sismama e no Siscolo, em que não conseguimos acompanhar os pacientes? Para aonde ela vai quando isso não for cumprido? Nós gostaríamos que também ficasse claro, nesta discussão aqui, para onde vai a paciente que está lá com a biópsia de câncer de mama e não consegue entrar no sistema. Para aonde ela vai?

Próximo.

Na Promotoria Pública? Na Ouvidoria, número 136, que está sendo superdivulgada, com todos aqueles números dando resposta? Na Defensoria Pública? Onde? Sabemos que há um desafio grande. O que disse o Ministro? Que o desafio é do Município e que todos são responsáveis, mas, gente, os pacientes sabem onde o prefeito mora, onde o secretário municipal mora. Então, estamos delegando para as esferas lá, de quem não tem como... E a pergunta que fica: e dinheiro para tudo isso? De onde vem o dinheiro para fazer essa coisa magnífica funcionar? De novo, vou falar: essa portaria é magnífica, é um compêndio. A própria ONU vai copiar isso de nós e vai achar – pior! – que estamos fazendo isso, mas não estamos fazendo nada disso. Isso é apenas onde queremos chegar.

Próximo.

Estou me despedindo dizendo que as pessoas dizem que faltam oncologistas no Brasil.

Próximo.

Não faltam oncologistas no Brasil. Em alguns lugares, segundo a SBOC, os oncologistas estão mal distribuídos. Aqui vem outra discussão no sentido de que faltam médicos. Gente, eles estão mal distribuídos. Houve ontem uma grande discussão em audiência pública aqui, nesta Casa, em que se falava desses médicos todos que estão sendo importados para cobrir a falta de médicos. Sabemos que há cerca de dois mil a dois mil e quinhentos oncologistas no Brasil, que dariam conta do atendimento. Mas estão mal distribuídos em razão da política do Governo de centralização no Sul e Sudeste.

Precisamos criar serviços de referência. O que um médico vai fazer lá na ponta, sem infraestrutura? É claro que ele não quer trabalhar, não há dinheiro que o faça trabalhar. Não é por dinheiro. O problema não é dinheiro, o problema é infraestrutura.

Próximo.

Gostaríamos de reforçar um recado, Patrícia, para o Ministro: somos parte desse projeto de melhoria, fazemos parte do comitê de mobilização social, e tudo isso aqui foi feito a portas fechadas, sem termos sido consultados em nenhuma ocasião. Aqui, somos representantes de pacientes.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª pela bela explanação aqui, na nossa Comissão.

Cumprimento e convido para fazer a sua exposição o ilustre convidado Dr. Jurandi Frutuoso, que é Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

V. Sª tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Com a palavra, o Dr. Jurandi.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Jayme Campos, Presidente desta audiência pública, a Senador Ana Amélia, que sempre está presente nos debates da saúde. Sempre que venho aqui, vejo-a aqui na mesa, presidindo, ou na bancada. Cumprimento o Deputado Perondi, que é um batalhador incansável nesse processo de melhoria do Sistema Único de Saúde; os meus companheiros de Mesa aqui presentes, a plateia, enfim, a todos.

No debate sobre essa lei, ouvindo as duas explanações anteriores, eu me recordo e me reporto aos anos todos em que estamos militando nesta Casa e neste País em busca de soluções que façam melhorar o sistema público de saúde brasileiro, ao ponto de podermos dizer para as pessoas, para a imprensa, para a população toda, para os usuários, que temos um sistema de saúde, na verdade, regular, eficiente, normal e que nos dá orgulho.

Eu queria separar um pouco da fala da Drª Maira, principalmente no final, em que, com razão, ela coloca toda a emoção, porque ela trabalha com um público que, na verdade, merece a atenção. Trabalhei também com câncer durante seis anos na Santa Casa de Misericórdia, e, por isso, sei do que estou falando. São pacientes carentes, muitas vezes, socialmente carentes, carentes de afeto, muitas vezes, e, principalmente, carentes de esperança, porque eles sabem que amanhã, talvez, eles não possam sorrir para sua família. Portanto, é um caso dramático de pacientes, e o sistema de saúde tem buscado aperfeiçoar sua atuação para que possa dar uma resposta mais adequada. Mas não posso, também, minha cara Maira, deixar de frisar – porque eu seria injusto comigo, com o sistema, com você, com qualquer um de nós que estamos aqui – que há uma evolução do Sistema Único de Saúde. A apresentação tem que apontar possíveis defeitos, obviamente, mas, em algum momento, tem que apontar também para algum tipo evolução que aqui aconteceu, nessas últimas décadas aqui no Brasil, em termos de Sistema Único de Saúde. Se não fizer isso, estamos sendo desonestos com nós mesmos.

Portanto, acolho a sua denúncia final, com todo o seu vigor, pela necessidade que tem que ser feita para que os gestores possam, na verdade, dar mais atenção à área; mas também tenho que frisar – já que, aqui, é uma audiência pública e transmitida – que também resta um pouco de orgulho daquilo que até aqui já foi feito.

Posto isso, vou agora para um tema que é a questão da Lei nº 12.732, que dispõe, na verdade, sobre o prazo para o início do tratamento dos pacientes diagnosticados e registrados com câncer no Brasil.

A senhora tem razão quando diz que a portaria passa essa ideia, ela aponta para o futuro, já que, sendo a normatização do sistema, terá que ser cumprida. Do contrário, pode gerar penas e pode gerar processos, etc., que podem, na verdade, prejudicar também aqueles que gerenciam o Sistema Único de Saúde.

Não digo que a portaria e a lei já dizem que, no presente, temos um sistema ideal, penso que apontam para o futuro, como caminho em busca da solução de problemas hoje existentes, para que amanhã se tenha um sistema ideal. Acho que é essa a minha interpretação. A lei foi aprovada, aqui, nesta Casa, e sancionada pela Presidente, e ainda vamos levar tempo, na verdade, para que ela tenha 100% dos seus artigos cumpridos. E aí a sua angústia e a minha também.

Por isso que posso, agora, caminhar um pouco, no sentido das suas preocupações.

Vou pular aqui, Senador, alguns eslaides que fiz, não vou mais dissertar sobre a lei, porque a Patrícia já o fez; e também só são dez minutos.

Temos questões relevantes que eu queria colocar aqui de maneira bastante clara. Por exemplo: sabemos que há uma concentração dos serviços nos grandes centros. A Região Norte, ali, no eslaide, muito claramente, tem nove serviços – falei da Região Norte, que compreende oito Estados, e tem nove serviços. Se você olhar para cá, para a Região Sudeste e Sul, dos duzentos e poucos serviços existentes no Brasil, 132, mais ou menos, estão colocados como serviço na Região Sul e Sudeste. Enfim, temos disparidade no Brasil.

Em 2012, foram criados serviços de mamografia móvel em carretas, para suprir a necessidade em áreas com dificuldade de acesso. Não sei dizer aqui, agora, Patrícia, se você já tem esse levantamento, qual efetivamente tem sido o impacto da implantação dessas carretas. Ela demonstra uma boa vontade de suprir essas áreas mais carentes, mas não sei qual é o impacto delas, hoje, no Brasil.

Foram criados e revisados procedimentos cirúrgicos e oncológicos com reajuste no final de 2012. Também foi outra ação tomada, feita pelo Ministério da Saúde, no sentido de atender os reclames até ali.

Foi anunciado e está em execução um plano de radioterapia até 2015, e temos que apostar que essa medida venha a atender essa deficiência que está aí posta pelo Brasil todo como alguns vazios assistenciais nessa área, que também gera filas, ansiedade e, às vezes, morte – às vezes, não! Muitas vezes.

A despeito de todas essas medidas tomadas pelo Ministério da Saúde, ainda há problemas. Há problemas de logística. Há problemas de medicamentos. A senhora acabou de citar um: a questão do trastuzumabe.

E aqui vai uma denúncia, Senador, pública, no ambiente ideal para fazer a denúncia: o trastuzumabe, comprado pelo Ministério da Saúde, de forma centralizada, sai por algo em torno de R$3.200. Comprado pelos Estados do Norte, Nordeste, Sudeste e até no Paraná, ele é vendido a R$7.400.

Gostaria de ouvir uma explicação sobre este fato: por que o mesmo medicamento, a mesma molécula vendida para o Ministério da Saúde sai por três mil e poucos reais e por que, vendida para os Estados, ele tem de ser mais que o dobro?

Faço essa denúncia aqui porque já tive uma oportunidade de conversar também com o Ministério da Saúde e com o próprio laboratório, procurando essa explicação, que eu não tenho. Estou entrando nessa área porque, futuramente, em breve tempo, talvez já na semana que vem, o senhor esteja aqui recebendo uma comissão do CONASS, para tratar desse assunto escabroso, que é a questão do medicamento, que, inclusive, cerceia os secretários do Norte, do Nordeste e de alguns outros Estados de comprar medicamentos, porque tem licitação de até R$50 milhões que são desertas, para poder criar o estado da emergência e da urgência, a fim de se poder comprar a qualquer preço.

Esse é outro tema que vamos ter de tocar. Eu queria tratar do trastuzumabe, certo? Isso leva à judicialização crescente.

Outro problema que temos aqui – e aí vai de encontro à nossa dificuldade dos Estados e Municípios de cumprir – é a questão da baixa capacidade do diagnóstico e a baixa qualidade também do serviço de diagnósticos existentes em muitos Estados do Brasil.

Por exemplo, laboratórios que realizam exames Papanicolau com baixa qualidade. É um trabalho que precisa ser feito e não vai de cara e de pronto atender à portaria, obviamente, mas vai ter que ser visto, até demandado por ela, e enfrentado para poderem qualificar-se, na verdade, esses diagnósticos e o tratamento até dos pacientes por radioterapia lá no CAF.

Tenho que admitir: o sistema evolui, mas ele tem problemas. Agora, também tenho de admitir que eles estão sendo enfrentados. A portaria e a lei são uma maneira de induzir, até de forçar, que isso seja superado num curto espaço de tempo, embora o paciente não possa esperar.

A questão dos valores da tabela de procedimentos também para diagnóstico clínico e cirúrgico: são defasados da tabela de média e de alta de complexidade, embora tenha sido recuperada um dia desses.

Então, partindo desse ponto, gostaria de fazer algumas observações, Patrícia e senhores presentes, Deputado Perondi, Senador Jayme Campos. São dez pontos. Vou ser bem rápido.

O financiamento para tratamento do câncer, conforme pactuação vigente, é do Ministério da Saúde. Então, é preciso que haja recursos orçamentários e financeiros federais, de forma a garantir a entrada de novos pacientes no serviço do SUS.

Aí, eu queria ver também a veemência da sociedade civil, que, muitas vezes, tem-se omitido em vir aqui abraçar o Deputado Perondi, na Comissão de Saúde ou na Frente Parlamentar da Saúde, e brigar ferozmente por mais recursos para o sistema. Muitas vezes, sentimo-nos sós.

É preciso também que se garanta a todos os Estados a plena utilização do Siscan, que está aí lançado e vai ser preciso utilizar para poder ter, na verdade, o controle, mais *feeling*, mais noção real do problema existente.

O terceiro ponto é a organização da assistência oncológica e a definição dos fluxos de referência. Eles são pactuados na CIB – Comissão Intergestores Bipartite, e a portaria e as portarias do Ministério da Saúde que saem para a publicação são feitas, elaboradas e revisadas pelos grupos técnicos do CONASS, CONASEMS e Ministério da Saúde e aprovadas na CID.

Elas não são portarias da vontade do Ministro ou do Ministério. Elas são portarias da vontade dos três entes que fazem a pactuação na CID dessas portarias. Portanto, boas ou ruins, elas são produtos, a seis mãos, dos dois Conselhos e do Ministério da Saúde.

Para os Estados que possuem grandes espaços territoriais, sem serviços especializados em oncologia, devem ser elaborados planos regionais mediante pactuação nas CIBs. Isso é outra questão, porque temos regiões com vazios existenciais, que precisam ter, em breve tempo, uma solução para elas.

Aí a solução para essas regiões de saúde vai ter de ser um trabalho pactuado entre esses gestores dessa região, para que se possa efetivar, na verdade, esse serviço mais eficiente.

Bom dia, Senador.

Quanto ao acesso ao medicamento oncológico, é preciso pactuar nova forma de repasse com uma compra centralizada. A compra centralizada que foi começada por nós, do CONASS, desde dezembro de 2007, lá em São Paulo, reivindicada ainda na gestão do Ministro Temporão, de mais ou menos 20 medicamentos, deu um impacto e uma redução de mais de 200 bilhões logo na implantação.

Acho que vamos ter de discutir novamente com o Ministério, principalmente quanto ao medicamento de câncer. Não dá para os Estados ficarem nas mãos de laboratórios e de fornecedores. Nós vamos ter que achar uma maneira de centralizar ainda mais essa compra, para que se possa, então, evitar que os Estados e os Municípios sejam aviltados na compra desses medicamentos.

Então, é urgente também que haja uma revisão do protocolo, por meio da Conitec. Quem decide a incorporação de medicamentos novos no Brasil é a Conitec. Esse espaço é muito bem definido e sabido. A Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias) é que senta para decidir quais medicamentos devem ser incorporados.

Essa é uma decisão desse grupo de pessoas dessa área, que decidem que medicamentos devem ser incorporados. Na compra do trastuzumabe, na cobrança da semana passada, temos uma resposta de que esse medicamento para a área metastática ainda não tem a evidência necessária, a fim de que se possa efetivar a compra.

Temos uma proposta para o Ministério da Saúde, que deverá ser feita amanhã. Não farei aqui, de público, porque não é correto. A reunião foi fechada. Não vou fazer em aberto, mas temos uma proposta para o Ministério da Saúde, a fim de que possa resolver-se essa questão, porque ela está sendo judicializada em todos os casos.

Portanto, se é judicializada e tem de ser entregue e dispensada, então, vamos ter de encontrar um jeito e uma maneira de poder atender, sem que gere mais prejuízo para o gestor e para os pacientes.

Quanto à questão de prescrição de opiáceos, alguns Estados têm; e outros, não. Penso que os Estados que não têm deverão organizar-se nesse sentido.

Então, tenho mais três pontos para colocar. Coloco?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Coloca.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – São somente mais dois pontos, e eu termino o que programei para dez minutos. Vou roubar aqui uns dois ou três minutos.

Assim, é preciso pôr em prática a Portaria nº 874, que saiu agora em maio, que trata da Política Nacional de Prevenção e Controle de Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS, com todos os seus componentes. Para isso, vai precisar haver uma ação conjunta, rápida, bastante consistente dos três níveis de Governo.

É óbvio que novamente vamos passar por questão de financiamento. Novamente, eu cobro: hoje à tarde, estaremos, mais uma vez, com o Deputado Perondi, num debate, lá na Câmara dos Deputados, discutindo financiamento.

O meu trabalho de mestrado, que concluí agora na UnB, foi exatamente sobre a atuação do CONASS na Emenda Constitucional nº 29. Confesso, Senador,

que terminei o mestrado, mas fiquei frustrado, por um simples detalhe: não houve apoio nesta Casa das grandes massas da população, para que ela fosse aprovada; não houve nunca uma direção do Governo central, dos últimos governos centrais, para aprovar a Emenda. Em hora alguma, eu vi...

Eu selecionei apenas 12.700 páginas de documento. Só isso. Em hora alguma, vi uma ação do Governo central, seja do Fernando Henrique Cardoso, seja do Presidente Lula, seja da Presidente Dilma Rousseff, orientando o Congresso, para que isso fosse, na verdade, resolvido. É por isso que levou aos movimentos de "vai e vem". Aprova na Câmara; cai no Senado. Aprova no Senado, cai na Câmara.

Nunca havia, na verdade, uma ação mais organizada. E isso só aconteceu porque não houve apoio popular. Digo sempre que o SUS é apropriado para o uso, mas não é apropriado para a sua defesa.

Portanto, encerro, dizendo o seguinte: tudo isso terá de ser, na verdade, implantado, mas teremos dificuldade de fazê-lo em tempo recorde. Vamos ter de fazer em médio prazo. Não tenho medo de dizer isso.

Agora, essa portaria, essa lei, vai ter de ser cumprida, porque não podemos ver, no caso do câncer, assim como num caso de urgência ou de emergência, as pessoas, muitas vezes, sacrificando as suas vidas, ou sendo sacrificadas, pois o sistema é incapaz de dar essa resposta.

Mas tenho de reconhecer, para terminar, Senador, que há um movimento, principalmente por parte dos gestores, dos ministros, dos secretários, dos prefeitos, dos governadores, etc., no sentido de melhorar o sistema cada vez mais.

Finalizando, Deputado Perondi, tenho medo, porque quando pego o sistema de saúde, que é subfinanciado, e as pessoas não assumem que ele é financiado, aí me parece que ele não é prioridade para quem assim se omite.

Então, sem querer culpar o financiamento, penso que essas medidas serão, na verdade, postas em práticas e teremos que lutar, dia a dia, para que elas sejam efetivadas no seu inteiro rigor. Aí, a lei será cumprida. Agora, num breve período de tempo, acho que ela não será cumprida. Não dá para não ser sincero quanto a isso. Vai ser uma luta do dia a dia, para que, na verdade, ela possa acontecer.

Agora, aqueles vazios assistenciais, principalmente no Norte, no Nordeste e em outras áreas que demoram no diagnóstico, no acesso e na resposta, aí é preciso ter uma ação especial, centrada principalmente onde houver a maior falta de equidade, mas só digo: há compromisso dos gestores em efetivá-la. Ela é a nossa bússola. Precisamos fazer um esforço imenso e gigantesco em tempo recorde para que ela possa, na verdade, acontecer em tempo recorde.

Obrigado. Desculpem pelo tempo excedido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Convido para fazer sua exposição o Defensor Público da União, Dr. Ricardo Salviano.

O senhor dispõe de dez minutos para a sua exposição, por favor.

O SR. RICARDO SALVIANO – Bom dia, Senador Jayme Campos. Agradeço o convite da Defensoria Pública da União para estar participando da audiência pública e cumprimento os demais integrantes da Mesa, os demais senhores e senhoras aqui presentes.

É com muita satisfação que a Defensoria Pública da União vem participar dos debates da implementação da Lei dos 60 dias. Essa lei demonstra a constante evolução em que se encontra o Direito Sanitário em nosso País.

É bom lembrar que o SUS foi concebido numa época em que os direitos não estavam totalmente garantidos à população. Com o passar dos anos, diversas medidas foram tomadas para garantir o acesso da população ao serviço de saúde.

Então, a política oncológica no País tem evoluído. Isso é um fato. Por isso, diante da pressão social, as normas têm sido editadas, como é o caso dessa lei. E a lei veio em boa hora, porque a sociedade tem pedido avanços na área oncológica.

Como bem lembrado pela Presidente da Femama, Maira Caleffi, muitos casos são diagnosticados de forma tardia. Então, muito embora o avanço da lei no sentido de que o tratamento seja feito a partir de 60 dias do diagnóstico, é importante lembrar que temos um problema grave na nossa política de atenção oncológica, que é o diagnóstico tardio das doenças de neoplasia.

Um relatório feito pelo Tribunal de Contas da União, em 2010, apontou, pela análise das APACs, que 60% dos pacientes atendidos apresentaram diagnósticos nos níveis 3 e 4, ou seja, níveis de estágio avançado da doença. Sessenta por cento dos pacientes já foram diagnosticados com tumor em estágio avançado da doença. O que isso significa? Que o diagnóstico tem sido retardado. É preciso que, além de o tratamento ter um tempo mínimo de começo, voltemos os olhos para o diagnóstico, porque, se este é tardio, vai haver um aumento elevado dos custos para fazer o tratamento, e isso encarece todo o sistema.

Então, é importante que, além do prazo de 60 dias para que se possa dar início ao tratamento, se estruture melhor os UNACONs, os CACONs, para que se possa fazer aí um diagnóstico precoce da doença.

Por exemplo, nos casos de neoplasias de brônquios e pulmões, essa pesquisa feita nas APACs, em 2010, constatou que o percentual de 88% dos pacientes diagnosticados já estavam em estágio avançado nos níveis 3 e 4. Então, essa questão do diagnóstico é muito preocupante no tratamento do câncer.

Outra questão é a ampliação dos UNACONs e CACONs. Seriam necessários, segundo levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União e relatório feito pelo Inca, 375 UNACONs e CACONs no País, ou seja, um UNACON e CACON para cada mil casos diagnosticados de câncer. Portanto, evidenciamos uma defasagem no número de UNACONs e CACONs para o adequado tratamento de câncer no País.

É satisfatória a notícia de que o Ministério da Saúde vai adquirir 80 aceleradores lineares para o tratamento de radioterapia, a serem implementados até o ano de 2015. Só que é necessário também que o tratamento seja o mais adequado para o paciente. Por exemplo, alguns países já adotam o tratamento IRT, que é um tratamento de radioterapia que atua de forma isolada. Ele reduz os efeitos colaterais nos pacientes. Então, esse tratamento é uma inovação tecnológica, e espero que o Ministério da Saúde esteja, de fato, tentando implementar esses aceleradores lineares no sentido de acompanhar a evolução da medicina, para atender adequadamente pacientes com neoplasia.

A questão do tratamento de IRT deve ser levantada junto à Agência Nacional de Saúde. Vai ser feita, agora, uma consulta pública que trata da inclusão de novos procedimentos para que os planos de saúde possam fazer o tratamento das doenças. E é preciso que o tratamento de IRT seja incluído junto ao rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde para que todos os usuários de planos de saúde tenham acesso a esse tratamento, que ataca o tumor do câncer de forma isolada e reduz os efeitos colaterais da doença.

Em contrapartida, vou falar sobre as iniciativas tomadas pela Defensoria Pública da União em defesa dos pacientes portadores de câncer. O trastuzumabe, medicamento de câncer de mama, demorou muito tempo para ser incorporado no nosso País. Foi uma longa luta, a Defensoria Pública da União ajuizou ação civil pública em diversos Estados pleiteando a incorporação dessa nova tecnologia. A partir de muita discussão, esse medicamento veio ser incluído no ano de 2012 para tratamento do câncer de mama.

Ocorre que, mesmo após sua incorporação, esse medicamento não tem sido aplicado para o estágio de nível avançado da doença, o câncer metastático. Por essa razão, a Defensoria Pública da União ajuizou uma ação civil pública do Distrito Federal, que tramita na Justiça Federal, para que esse medicamento, o trastuzumabe, seja fornecido inclusive para essas pessoas que estão em estágio de nível avançado da doença.

Conseguimos um parecer do Inca e de diversos hospitais no sentido de que seja alterada essa política pública e que a Conitec possa rever esse parecer e incorporar esse medicamento ao tratamento de câncer de mama. Essa questão está judicializada, mas isso não impede que ela seja resolvida pelo Ministério da Saúde, em âmbito administrativo, por seu Conselho. A Defensoria Pública da União, mais uma vez, pede que essa política seja revista pela Conitec que o trastuzumabe seja incluído o tratamento de câncer de mama em nível avançado.

São essas as pontuações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Ricardo, pela exposição.

Registro a presença do Subprocurador-Geral da República, que é também coordenador da Câmara Constitucional que fiscaliza a área de saúde do Ministério Público Federal, o Procurador Eitel Santiago de Brito Pereira.

Dr. Eitel, já no início da audiência, fiz um convite a todos para a audiência pública, amanhã, às 14h, no Auditório Juscelino Kubitschek da sede do Ministério Público, onde estará ocorrendo um debate idêntico a esse. Então, cumprimento também o Ministério Público por essa iniciativa, que segue o que estamos agora debatendo aqui.

Para conclusão desta audiência pública, antes das perguntas, passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, um dos líderes da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, da Câmara Federal e do Congresso Nacional.

Com a palavra, Deputado Darcísio Perondi, também pelo mesmo tempo de dez minutos.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Bom dia, senhores e senhoras, muito obrigado ao Senado pelo convite. A Senadora Ana Amélia foi o grande reforço da saúde brasileira quando aqui chegou, junto com o Senador...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Mozarildo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Mozarildo. Depois que ele votou contra a CPMF, esqueci o nome dele.

Agora, concordo com V. Exª, Senador Mozarildo.

A Senadora veio reforçar sobremaneira a nossa luta. Saúdo a Drª Patrícia, do Ministério da Saúde, competente, dedicada e sofredora; a Drª Maira Caleffi, nossa líder oncologista, nosso modelo de que devemos sempre resistir e sempre nos indignar; o Frutuoso, meu

companheiro de luta, médico e executivo do CONASS; e a Defensoria Pública.

Vamos adiante?

É o discurso e a prática. Há presidentes, executivos, secretários, governadores, prefeitos, Deputados e Senadores também, com um discurso durante a campanha e completamente outro depois que assume. A diferença entre a teoria e a prática é muito grande. Paulo Freire.

Adiante.

O SUS tem que ser de todos e para todos. Tenho um pouco de medo dessa importação de médicos. Temos que ter médicos por inteiro, que passem no exame. O SUS não é para pobre, é para todos nós.

Adiante.

Data que marcará o tratamento de câncer no Brasil: 23 de maio de 2013. Quando o Senador Osmar Dias, lá em 1997, pensou – há 16 anos, portanto, ele pensou bem à frente – na portaria... E agora vamos revisar a portaria e a lei, porque esse interregno de 60 dias é o tempo em que as mães se enrolam, mães, homens e mulheres se enrolam: é a consulta, é a biópsia, é o jogo de empurra.

Adiante.

Então, não sei se devemos comemorar.

Esses 60 dias é o tempo em que dobra, triplica o tumor de mama. O cidadão tem câncer de próstata...

Olha, a imagem que eu tenho é do Rio Grande do Sul, em que não há vazios. Essa é a imagem que estou mostrando. Mas, se viermos aqui para Brasília, para o Centro-Oeste, lá para cima, é um horror, é uma tragédia. E aí a responsabilidade não é só do Ministério, é como um todo: Ministério, secretários estaduais, prefeitos, ou seja, é um jogo de empurra enorme. As pessoas realmente sofrem.

Adiante.

O Frutuoso já colocou, a Drª Caleffi colocou, a Drª Patrícia também, com seu conhecimento e entrega: precisamos de estrutura, de treinamento, de pessoal.

Adiante.

A Conitec foi um avanço sim. Esta Casa, o Congresso respondeu rapidamente. Foi ainda na gestão do Temporão, foi sancionada pela Presidenta Dilma em março do primeiro governo dela, e a Conitec está ajudando. Melhorou sensivelmente – eu tenho conversado com os laboratórios – acelerou a incorporação. É óbvio que queremos mais, mas a Conitec foi um avanço sim.

Adiante.

A incorporação de tecnologia: é indiscutível que se precisa, como os antineoplásicos de uso oral.

Adiante.

Ela precisa ser revista. Ela foi regulamentada, mas ela precisa ser revista. A prefeitura não faz a biópsia, joga para o Estado; o Estado joga para a prefeitura; a prefeitura joga para o CACON – onde existe CACON! Onde há CACON ou UNACON, e o CACON não assume, porque é da prefeitura, aí dobra. Aí já dá 30 dias, 60 dias, 90 dias. Não estou falando do tratamento. Então, talvez tenha de ser a partir da suspeita. Vamos pensar numa revisão, Drª Patrícia.

Adiante.

Da judicialização todos sabem. Vamos adiante. Ela tem de ser enfrentada.

Pode passar.

O SUS faz muito com pouco. Eu sou um defensor apaixonado e intransigente do Sistema Único de Saúde. Faz-se muito com o dinheiro existente. Quando falar da saúde pública, temos sempre de falar dos avanços, e os avanços foram extraordinários. Se olharmos os atendimentos e os procedimentos de 2011, eles passaram de 4 bilhões. Não há, no mundo inteiro, um sistema universal com mais de 100 milhões de brasileiros, como diz o Ministro Padilha, que tenha o alcance do SUS. Nós dois estamos aqui defendendo o SUS em qualquer espaço. Não existe no mundo isso. Faz-se milagre com o dinheiro existente. Faz-se milagre com o dinheiro existente! Então, eu abomino quem afirma que é questão de gestão. É milagre! É evidente que, em relação à gestão, até na nossa vida pessoal e financeira, se olhar um pouco, melhora a gestão financeira – quando o dinheiro não é pouco, não é? Mas, realmente, melhora. É óbvio que a gestão anda junto – olho direito com esquerdo, perna direita com esquerda andam junto. Mas dizer que a gestão... E pior, Senador Suplicy, é que essa é a mentalidade do núcleo duro do Governo – não do Ministro Padilha, não do Secretário Helvécio, não da Drª Patrícia. Eles não têm essa visão, mas a visão do núcleo duro do Governo é a de que há dinheiro e o que falta é a gestão.

Adiante.

Aos 25 anos, o Sistema Único vive paradoxo: é gratuito e aberto a todos, mas tem menos dinheiro que a iniciativa privada gasta para atender menos gente. Nós fizemos mais que o plano privado. Em nenhum outro país é assim, segundo a OMS. A despesa estatal brasileira é um terço menor que a média mundial. Um terço menor! Ora, nós ganhamos de Salvador e Haiti, na América Latina. Para especialistas, o SUS exige mais verbas. Tem de dobrar, tem de dobrar, diz o Jatene, e é verdade.

Adiante.

Aí são os números. O Governo Federal, que é o primo rico dos entes federativos, nos últimos 20 anos, começou a diminuir a sua participação, e os Estados e os Municípios aumentaram. Estados e Municípios não suportam mais, tirando Minas Gerais e Rio Grande do

Sul que, vergonhosamente, não cumprem a Constituição. Há 25 Estados que estão cumprindo. Os Municípios também não suportam mais.

Adiante.

Aí está a participação. O vermelho é a União se omitindo, com os Estados e os Municípios subindo. Não melhora isso.

Adiante.

Aí parece que a saúde é importante. Olhem como subiu o gasto da previdência na participação no PIB, ao longo de 1995 a 2009, 2010. E o verde nosso ali é quase uma linha reta: 1,79% é a nossa participação desde 1995. Nós não conseguimos aumentar. E como a arrecadação do Brasil cresceu!

Adiante.

Aí o Executivo precisa tomar atitude. Optar pela saúde e educação.

Adiante.

Hoje, quem leu o jornal viu que uma medida provisória fará com que o Governo antecipe receitas de Itaipu de R$15 bilhões. O Governo vai antecipar receitas que Itaipu tem de repassar para o Governo de 12 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – A taxa Selic, que responde por 35% da dívida interna, que corrige a dívida interna, caiu substancialmente. O Governo começou a pagar menos juros da dívida. Não foi para a saúde. Essa redução dos juros da dívida em relação à taxa Selic é só um terço. Dois terços são a inflação e outros dados.

Se nós olharmos a desoneração fiscal do nosso Governo, Senadora Ana Amélia – mais meu e do Suplicy, PT e PMDB –, no ano passado, a desoneração fiscal foi de R$42 bilhões. Neste ano, vai passar de R$50 bilhões a desoneração fiscal, para montadoras, etc., etc. A economia não reage e não se tem dinheiro para a saúde.

É essa a visão que existe no nosso Governo, Senador Suplicy, e nós temos de nos indignar. Não se consegue colocar, e o Ministro Padilha sofre. O Ministro Padilha sofre!

Não sei como nós temos de chegar lá no núcleo do Governo; lá no Palácio, no núcleo duro do Governo, que passa por quatro ou cinco ministros.

Adiante. (*Pausa*.)

O Darcy Ribeiro tem uma frase assim: "A gente pode até se resignar, sem jamais perder a capacidade de se indignar". E não é só no nosso Governo, PT e PMDB, outros governos também, mas, nos últimos anos, aumenta o custo do SUS, a inflação está chegando, algumas áreas do governo controlam a inflação, mas, na nossa área, a da saúde, a inflação é dobrada. É mais do que dobrado o custo! E a remuneração não melhora!

Então, passa, sim, por financiamento. É óbvio que gestão dá; é o jogo de empurra, com avaliação, cobrança de resultados. O SUS peca, porque tem que avaliar melhor, tem que cobrar resultados, trabalhar com mais metas, mas passa por uma mudança de consciência do poder político brasileiro.

O Congresso tem se esforçado sim, e como tem se esforçado! Eu estou chateado com o Senado. Aquela vez, há dois anos, nós não conseguimos passar os 10%, aí o governo agiu e agiu pesadamente, mas a responsabilidade, a atitude é governamental. Isso passa pelo Governo Federal, principalmente, mas passa pelos governos estaduais e municipais.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Deputado Darcísio Perondi, pela valiosa colaboração, bem como aos demais expositores.

Eu queria registrar também a presença do Dr. Tiago Farina, que representa a Oncoguia, uma organização não governamental que atende e trata dessas questões relacionadas à saúde pública, em especial à questão do câncer.

Como sou requerente, peço licença ao Senador Mozarildo, que já está inscrito para fazer indagações, e ao Senador Suplicy, porque eu gostaria, de pronto, haja vista que as questões já me impactaram suficientemente, de fazer as minhas indagações aos senhores palestrantes, ao mesmo tempo em que agradeço as suas presenças, em nome do Presidente desta Comissão, Senador Waldemir Moka, cuja ausência já foi justificada, e do Senador Jayme Campos.

Eu queria que a Drª Patrícia, à luz do que expuseram e cobraram, em alguma medida, a Drª Maira e o Dr. Jurandi, bem como o Dr. Ricardo, da Defensoria, manifestasse o que pensa a respeito das cobranças que foram feitas aqui.

Queria também lembrar à Drª Patrícia que 50% dos tratamentos ou dos procedimentos oncológicos, no País, são realizados pelas Santas Casas, que vêm enfrentando, hoje, uma das mais agudas crises financeiras. O Governo disse que haveria uma renegociação, digamos, um perdão da dívida ou alguma coisa assim, o que, contudo, não resolve o problema do financiamento da continuidade. Eu queria saber, então, de V. Sª o que pensa sobre essas questões que foram levantadas aqui.

Ao Dr. Ricardo, já que a Defensoria Pública se envolveu tenazmente na questão da liberação dessa molécula que é usada no tratamento do câncer de mama, a fim de que ela fosse incluída no rol dos procedimentos de tratamento, que também a Defensoria,

da mesma forma, trabalhasse para que a Anvisa libere a lenalidomida para o tratamento de um outro tipo de câncer, o mieloma múltiplo, cujos registros apontam para a existência de cerca de 60 mil pacientes no Brasil. E, também, da mesma forma que, do ponto de vista médico, é assegurado que esse medicamento tem, sim, uma eficácia comprovada na melhoria da qualidade de vida desses pacientes, 80 países no mundo usam esse medicamento. E, no Brasil, a Anvisa não liberou o medicamento para o caso específico do mieloma múltiplo.

Então, eu queria, primeiramente, ouvir a Drª Patrícia a respeito do que disseram a Drª Maira Caleffi, o Dr. Jurandi e o próprio Dr. Ricardo, da Defensoria Pública da União.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Obrigada, Senadora.

Tentarei, então, dar um panorama geral sobre as colocações feitas por todos.

Primeiro, a gente precisa lembrar de onde parte o SUS. A gente fez uma opção, em 1988, por uma gestão descentralizada. Então, eu acho que a gente tem sempre que lembrar isso. A organização do SUS não depende só – e não estou querendo tirar a responsabilidade – do Ministério da Saúde. A gente precisa trabalhar para o fortalecimento das gestões estaduais e municipais. A gente precisa compartilhar essa responsabilidade. Ela já é compartilhada desde o seu início, em 1988.

Em relação a uma questão específica que a Maira trouxe em relação ao sistema de informação, registro que o Sistema de Informação do Câncer não vai ser de acesso só a UNACONs e CACONs, que são os ambulatórios e hospitais especializados no atendimento do paciente oncológico. Ele estará acessível na atenção básica e nos laboratórios. Então, quando o diagnóstico chegar às mãos de qualquer profissional de saúde nesses locais, já começa a contar o tempo, desde que seja registrado no sistema. A gente precisa ter de onde olhar para poder fazer essa conta. Então, eu acho que a gente dizer que só vai começar a contar quando o paciente chegar para o tratamento é um erro. Isso está colocado na Portaria nº 876.

Em relação aos outros registros de câncer, tem de haver um esforço conjunto. A gente precisa sentar com os prestadores, como a Senadora lembrou, com os filantrópicos e com as Santas Casas – eles não são maioria, são um pouco menos de 50% –, que são responsáveis pelos cuidados com os pacientes de câncer também, para tratar da questão do registro hospitalar de câncer, que é obrigatório para todos os 277 complexos. Infelizmente, a qualidade desses registros, hoje, ainda é muito baixa. Então, essa é uma luta de todos, não só do Ministério da Saúde, mas desde os meus colegas médicos, que precisam preencher direito o prontuário para a gente ter as informações. E isso passa pelo gestor do serviço de saúde, o prestador, que precisa valorizar a questão dos registros de informação, tanto o gestor municipal quanto o estadual. Então, essa é uma questão que a gente precisa avançar, tanto no registro hospitalar quanto no registro de base populacional do câncer.

Em relação à constituição dos protocolos clínicos do Ministério da Saúde, friso que todos eles são feitos baseados em evidências científicas. A Conitec é uma comissão que delega... E quanto à questão da incorporação de novas tecnologias pelo Ministério da Saúde, digo que ainda não há evidências suficientes para a incorporação do trastuzumabe para a questão do câncer avançado. Existem muitas controvérsias em relação a isso. Então, não se trata de trazer a informação, ela está dada e é isso. A gente precisa olhar as evidências com calma. Eu acho que a gente pode levar a questão novamente e reexaminar o uso do trastuzumabe para os estágios mais avançados, o câncer metastático. Mas ele foi incorporado para a grande maioria das coisas, daí por que a gente precisa relembrar isso nesse sentido. Hoje, as evidências não são suficientes.

Não sei se passou alguma coisa, mas, em relação à questão do financiamento das Santas Casas e dos prestadores filantrópicos, afirmo que isso ainda está em debate no Ministério. Não há uma solução para trazer, mas está lá; é uma questão que a gente precisa olhar, ainda porque a gente depende dos filantrópicos para ofertar o cuidado em várias áreas, não só na oncologia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui, Drª Patrícia, o Dr. Jurandi falou também dessa questão relacionada, digamos, à segurança das informações nos registros, como foi levantado pela Drª Maira também. E ele levantou uma outra questão, a qualidade dos exames. No caso, ele citou o Papanicolau. Nós ouvimos aqui, em audiência pública proposta por mim, os laboratórios de análises clínicas. E a situação é verdadeiramente complicada no setor. Há um decréscimo de qualidade provocado também pelo não reajuste das tabelas do SUS para esses exames clínicos, a saber: hemograma, R$4,11; glicemia, R$1,85 – e há 18 anos. Então, isso pode levar a uma situação também de comprometimento da qualidade, como relembrou aqui o Dr. Jurandi em relação ao Papanicolau, que é um exame preventivo para a mulher.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Nesse sentido, a gente já está trabalhando; já existe uma minuta de portaria. Como ela não foi publicada ainda, não posso... Tenho que trazer coisas concretas, não

é? Mas nós já temos uma minuta de portaria, já aprovada por CONASS, CONASEMS e por nós, que trata da qualificação dos exames citopatológicos.

A gente vai pagar de modo diferenciado, porque, para se ter qualidade no exame citopatológico, você precisa ter volume; o laboratório precisa fazer, no mínimo, 15 mil leituras de lâminas/ano. Então, o laboratório que estiver cumprindo alguns dos requisitos de qualidade, que estarão descritos no anexo dessa portaria, e estiver cumprindo o volume do número de exames vai ter um financiamento adequado. Então, a gente vai rever a tabela olhando o citopatológico.

Em relação aos outros exames de patologia clínica, quando a gente olha o valor isoladamente de um pouco mais de R$1,00 ou de um pouco mais de R$4,00, parece muito pouco, mas esse valor, quando o exame é feito em um laboratório de volume na patologia clínica, que é esse dos hemogramas e da glicemia, a tabela, quando se compara com o sistema privado, a gente vê que ela não está defasada. A gente tem uma defasagem muito maior nos exames de imagem, por exemplo, que é onde a gente precisa olhar. Para os exames de patologia clínica, pelo volume dos exames, eles não estão defasados. Há um GT no Ministério que está discutindo a questão laboratorial. Espero que a gente consiga ter, em breve, um resultado sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Patrícia, eu gostaria de saber quais são os Estados e os Municípios, se é que a senhora tem essa informação, contemplados com a ampliação dos serviços de radioterapia e qual é o montante de recursos estimados para a questão específica do câncer, em 2013, no orçamento do Ministério.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – A gente tem vários programas de expansão da radioterapia. O principal deles contempla aqueles 80 aceleradores lineares por meio de compra centralizada. Todas as regiões estão contempladas no plano de expansão. Eu posso mandar depois a lista certa dos Estados, para se saber como é que está a ampliação na primeira, segunda, terceira e quarta etapas, até 2015.

Além desses 80 aceleradores lineares, a gente ainda tem mais 26 convênios com prestadores para a compra de aceleradores lineares. Então, já temos uma soma aí de 106 equipamentos. Posso mandar a lista depois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Quanto à questão do IRT, nós temos que levar à Conitec para avaliação, a fim de se ter a incorporação ou não. Hoje, ela não está na tabela de procedimentos. Aí há toda uma questão técnica, mas isso está na agenda para levarmos à Conitec esse tema do IMRT e IRT.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para a senhora, finalmente, Drª Patrícia: as Portarias nºs 874 e 875, que tratam dessa questão, incluíram também uma deliberação desta Casa que determina que, na mastectomia, havendo condições clínicas, faça-se a reconstituição da mama no mesmo ato cirúrgico?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Não; nessas portarias não, que são portarias gerais. A ideia que a gente tem é que a portaria PNPCC, que é a de prevenção e controle do câncer, olhe o câncer como um todo. A ideia que a gente tem são linhas de cuidado específicas para os cânceres mais prevalentes. Então, a ideia é que a gente trabalhe nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não é mais barato para o País, considerando o orçamento, prevenir do que remediar, doutora?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Depende. Depende do tipo de prevenção. Essa é uma verdade na maioria das vezes, mas não em todas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Não necessariamente. Com o excesso, por exemplo, de exames de rastreamento, eu posso ampliar as chances de a pessoa ter câncer, a depender do excesso de radiação a que ela é submetida.

Então, essa máxima não é uma verdade para tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É que nós fizemos uma audiência pública, na semana passada, aqui, sobre a saúde do homem, e o primeiro índice de doenças são as cardiovasculares; a segunda, o câncer, tanto em homens como em mulheres, como a senhora apresentou aqui.

No caso dos homens, a grande questão é, exatamente, a falta de iniciativa deles, homens, em fazer o exame ou de não irem por falta de informação. Eles são levados, empurrados, pela mulher, pela namorada, pela mãe, pela irmã. Ou seja: isso é prevenção, como a mamografia é prevenção no caso das mulheres.

Então, é esse o sentido quando eu digo que é mais barato fazer essa prevenção do que fazer o tratamento.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – É isso que eu vou falar. A questão da mamografia... em nenhum momento eu me referi a câncer de mama. Eu disse que existem muitos cânceres, como o câncer de próstata, por exemplo, para o qual, hoje, não se tem nenhuma evidência de que é mais eficiente fazer o PSA. É preferível o paciente, no início dos sintomas, fazer uma prevenção secundária, ofertando a ele tratamento ou não. Fazer o PSA sem nenhum tipo de sintoma clínico, hoje não se tem nenhuma evidência de que isso é melhor, porque há chance de falso positivo e, daí, eu precisar fazer uma biópsia, ter efeito colateral dessa

biópsia ou ter outras coisas. A isso a gente chama de prevenção quaternária, em que o excesso da medicina é muito grande.

Por isso, estou dizendo que essa máxima não é válida para qualquer tipo de doença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom; então, só para esse ponto específico...

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Deixe-me só, Presidente, falar que, em relação à prevenção, o que mais mata o homem, hoje, é doença cardiovascular (AVC e infarto). A principal prevenção, no caso, é trabalhar a questão do tabagismo, da atividade física, da alimentação saudável. Isso, sim, é muito mais barato do que focar necessariamente em novas tecnologias de diagnóstico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom; pelo menos a senhora concordou em parte com a minha argumentação.

Como a Drª Maira pediu a palavra, ela que trata muito com essa questão da mamografia, informação e prevenção, e como aqui estão vitoriosas que já se submeteram a esse tratamento, especificamente, ouço a Drª Maira sobre esse aspecto da prevenção.

A SRª MAIRA CALEFFI – Nós não estamos fazendo apologia da mamografia em massa e, muito menos, exagerada. Nós estamos, exatamente, cobrando do Governo o que o Governo recomenda, ou seja, que se faça a mamografia de dois em dois anos a partir dos 50 aos 69 anos. E ele não o faz, porque precisa ter busca ativa. Então, nós estamos cobrando uma prevenção, Senadora Ana Amélia, nesse sentido: a prevenção de um mal maior, ou seja, diminuir esse diagnóstico tardio. Se o Governo fizesse isso, pelo menos, que é o que o Inca recomenda e que o Ministério da Saúde aceita, nós já teríamos curado muita gente.

Então, na verdade, aqui, nós não estamos no excesso. O que eu não entendo, às vezes, quando se fala em protocolo clínico, é que nós, por dez anos, como bem disse o Defensor Público, lutamos para se incorporar o trastuzumabe. No ano passado, não houve nenhuma evidência nova para que se dissesse sobre o trastuzumabe que: "Ah, agora nós temos evidência." Eram as mesmas evidências que o Governo vinha contrapondo e vinha dizendo que não havia evidências. E, agora, Drª Patrícia, a mesma coisa! Existem evidências, sim; é aquela evidência que o Governo não quer ver, porque ele tem que fazer uma escolha de Sofia. A paciente com doença metastática está duplamente discriminada: primeiro, ela chega tarde, porque o sistema não funciona; segundo, quando ela chega com a doença HER2 metastática, quando ela tem uma chance de sobrevida muito aumentada, ela não consegue porque ela também foi discriminada, aí, no protocolo clínico que vocês aceitam.

Então, há, de fato, a necessidade de uma auditoria de registros, porque nós não sabemos, Senadora, o tamanho do problema. Se a gente fizer uma auditoria – e isso está vindo do próprio Ministério da Saúde –, nós teremos uma desqualificação do sistema de registro nos hospitais, e nós estamos nos baseando... Talvez seja até melhor do que parece.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigado, Drª Maira.

Eu quero fazer uma pergunta ao Dr. Jurandi.

A Drª Maira, na exposição que fez, disse que ficou alarmada, quando se reuniu com prefeitos do Rio Grande do Sul, com a desinformação acerca dessa lei.

Eu queria saber, como o senhor representa os Estados, as Secretarias Estaduais de Saúde, o Conselho de Secretários Estaduais de Saúde, se, no âmbito dos Estados, essa informação e esse conhecimento, a capacitação e a habilitação para a vigência da nova lei já estão, digamos, encaminhados ou se estão aguardando a definição por essas portarias do Ministério da Saúde.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – Não, senhora. Os Estados têm como prática reunir, uma vez por mês, todos os Secretários Estaduais de Saúde na assembleia do CONASS. E, desde a discussão dessa minuta de portaria, que agora foi publicada, e desde a aprovação da lei, em dezembro de 2012, desde o início do prazo, em novembro, com a publicação da lei, a gente já vinha trabalhando a questão da informação para todos os Estados.

Quanto aos prefeitos, eu não tenho procuração para defendê-los, mas vou fazê-lo por questão de honestidade. É bom lembrar que o Brasil renovou 72%, mais ou menos, dos gestores municipais agora, há quatro meses, em janeiro. Ou seja, de cada 100 prefeitos, 72 são novos. E, aí, começo de gestão, mudança de secretários, atualização de informação, destravamento da máquina em alguns lugares, para que possa caminhar. Então, acho que esse é o motivo que levou ao retardo da informação em chegar a cada um deles. Ou seja, a eleição é em outubro, a lei sai em novembro, a posse é em janeiro e nós estamos em abril. Eu penso que, agora, eles já começam a se apropriar dessa informação com mais cuidado e mais zelo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Eu queria fazer uma pergunta ao Deputado Darcísio Perondi.

Não sou do núcleo duro do Governo, Deputado Perondi, não pertenço a esse núcleo, tenho uma atitude independente aqui e acho que ela é tão importante como a de V. Exª, que apoia o Governo, com o

seu partido. Contudo, a discussão é sobre um tema que transcende a questão partidária e a questão de ser oposição ou governo.

V. Exª contestou muito a questão da gestão. Eu li uma entrevista do Ministro Alexandre Padilha nas páginas amarelas da revista *Veja*, logo depois que assumiu, onde S. Exª mostrava que um procedimento que ele tomou na transparência das compras de medicamento no Ministério da Saúde resultou em uma economia substancial de recursos. Isso é gestão.

Aqui, o Dr. Jurandi Frutuoso disse que um medicamento para o tratamento do câncer de mama, se comprado pelo SUS, custa R$3.200; se comprado pelos Estados do Nordeste, custa R$7.500. Ora, se isso não é gestão e cuidado com o recurso público, então eu penso que é nessa categoria que se inclui controlar e buscar o melhor preço, com transparência, com licitações e com entendimentos até com os laboratórios. Não dá para explicar essa diferença! Eu acho escandaloso isso que o Dr. Jurandi trouxe: um mesmo medicamento ter preços tão diferentes, o que afeta o orçamento para a saúde.

E, finalmente, o Governo, que V. Exª fez questão de dizer que defende, apoia e que dele faz parte, definiu que todo dinheiro proveniente dos *royalties* do petróleo serão aplicados em educação. Então, eu pergunto a V. Exª se isso é justo, se esse é o caminho ou se, pelo menos, os 10%, aqueles da Emenda nº 29, que não foram assegurados, não poderiam estar nessa receita dos *royalties* do petróleo – pelo menos esses 10%. Ou, então, trabalharmos agora para que a lei da mineração, os *royalties* decorrentes da mineração fossem aplicados integralmente na área de saúde, assim como os recursos dos *royalties* do petróleo estão sendo aplicados em educação.

Essas, as minhas questões, e, assim, finalizo.

Muito obrigada.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – Srª Presidente, um esclarecimento rápido, para que não fique nenhum mal-entendido circulando aí para fora do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – ES) – Pois não.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – A compra pelos Estados do medicamento trastuzumabe por esse preço, de mais R$7 mil, não é por culpa dos Estados ou por má gestão; é pela imposição do laboratório. Isso é que é grave! E a senhora tem razão quando diz que o Ministério tem uma gestão eficiente em face dessa redução. O Ministério tem tomado várias medidas que são adequadas para qualificar a gestão. Agora, para a compra do trastuzumabe, o laboratório impõe um preço aviltante lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – ES) – Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍCIO PERONDI (PMDB – RS) – Isso começou na gestão do Temporão e continuou na gestão do Ministro Padilha, com a criação de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, comandada pelo competente Dr. Carlos Gadelha.

Há uma preocupação muito forte do Ministério da Saúde e do próprio Governo com relação ao complexo industrial da saúde, com as PDPs – Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo e transferência de tecnologia, para poder enfrentar essa dependência tecnológica grave que o Pais tem. Temos um déficit, na balança na área de medicamentos, da ordem de US$7 a US$8 bilhões. Isso o Governo está se esforçando para enfrentar, de modo a depender menos da ciência lá fora, que está lá na frente.

Então, o Governo está vendo que, como não dá para, imediatamente, nós termos a inovação tecnológica forte, como tem a Índia, a China, os Estados Unidos e a Europa, o Governo está olhando para o lado da transferência de tecnologia, a fim de diminuir essa dependência, como é o caso dessa medicação. Inclusive, na área de biológicos, o Governo está muito preocupado em fazer parceria.

O recurso do pré-sal pode render 20 bilhões por ano. Para a educação e para a saúde, não resolve. Eu acho que não pode ir só para a educação, ainda mais se continuar priorizando o ensino superior. É grave, grave a situação da primeira infância, do ensino fundamental e do ensino médio. Então, poderia ser dividido. Mas não resolve. Estamos gastando aí 3,5% do PIB na saúde pública e temos que gastar o dobro, sete, em torno de R$150 bilhões. Então, vamos desenvolver, lutar pelos 10% para a saúde e mais 10% – está lá a Comissão... *(Falha na gravação)...* e vamos ver se o Congresso tem autonomia, independência, coragem. E passa, sim, pela Base aliada do Governo, como nós tivemos no Código Florestal, por exemplo, tivemos na questão da Lei da Biossegurança e Transgenia, quando houve uma coragem maior e o enfrentamento a uma visão engessada que o Governo tem em relação à saúde. Houve. Eu espero que esta Casa possa ter, este ano ainda, tanto o Senado como a Câmara, independência, autonomia para enfrentar essa visão estreita, não do Ministério da Saúde, mas do Ministério da Fazenda, do Planejamento e aquele núcleo duro do Palácio do Planalto.

Eu acredito na sensibilidade da Presidenta Dilma. Às vezes, eu desanimo, mas lá no nosso Estado – não é, Senadora? – não está morto quem peleia. Nós estamos vivos, Drª Patrícia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Deputado Darcísio Perondi.

Antes de passar a palavra ao doutor, médico, nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico ginecologista e portanto conhece bem especialmente a saúde da mulher, eu queria aproveitar e registrar, como convidei para a audiência pública no Ministério Público Federal, amanhã, às duas horas – está aqui o Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira – que a Drª Maira lembra que dia 23 de maio, quinta-feira, ocorrerá a V Conferência Nacional de Primeiras-Damas do Município e, também Primeiras-Damas da Femama, para discutir esse tema no auditório do Tribunal Superior do Trabalho, assim como aconteceu já em outros eventos. Então, estão todos convidados também para, quinta-feira, 23 de maio, discutir essa questão no auditório do TST. Todos estão convidados.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite, Senador Mozarildo? Eu peço licença, pois tenho que votar matéria na CAE. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa e todos os participantes da audiência e cumprimentar o Deputado Darcísio Perondi pela defesa que fez do SUS. Estou solidário a essa causa. Permita-me, pois tenho que me ausentar para outro compromisso urgente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Suplicy, o seu celular foi recuperado?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Até agora não voltou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vamos fazer um apelo aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Faço um apelo porque preciso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Toda a memória das pessoas, inclusive o da Presidente Dilma, estava no seu celular.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando se perde o celular, para obter outro aqui no Senado, são descontados mais de R$600,00 do Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Olha aí o que o ladrão fez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas não tem jeito, não posso ficar sem celular.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se a pessoa que o levou quiser me devolver, eu vou agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E nós somos solidários, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Prefeito Fernando Haddad me disse que, se já tivesse sido instituída a Renda Básica de Cidadania, não haveria tantas pessoas querendo alcançar a sobrevivência através de roubos. Então, quem sabe, se logo for instituída, nós teremos muito menos ações dessa natureza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado e meus parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Bom, na verdade, eu não vou fazer perguntas. Eu quero fazer algumas considerações. Primeiro, eu fui Constituinte e acho que um dos marcos importantes na saúde pública foi, realmente, a instituição do SUS. Fui secretário de saúde do meu Estado por duas vezes. Portanto, eu sou um defensor do SUS. Agora, dizer que no SUS não falta dinheiro e não falta gestão é querer ir contra, inclusive, a CGU, que, no ano passado, disse que, nos últimos cinco anos, foram desviados, só da Funasa, R$500 milhões. A CGU, órgão do Governo.

No meu Estado, que é o menor Estado em termos populacionais do Brasil, uma operação feita no ano retrasado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Roraima. Trinta milhões de reais haviam sido desviados, comprando medicamentos por vencer, com prazo curtíssimo, dispensando licitação e fazendo novas compras de um mesmo grupo, vamos dizer assim, empresarial. Assim, não é nem má gestão, é corrupção no setor saúde. Estou falando em duas operações oficiais.

Quanto à CPMF – pena que o Deputado Perondi não esteja aqui –, eu realmente fui contra, e como médico, porque, quando ela foi instituída, o foi especificamente para a saúde, e depois se foram alargando as aplicações para a seguridade, etc., até para fazer caixa para o superávit primário. Então, no período de vigência da CPMF, nada melhorou na saúde pública. Os indicadores não mostraram melhoria.

Nós tivemos oportunidade de corrigir a CPMF. Foi uma contribuição, no meu entender, falaciosa, tanto no final quanto na origem, porque se dizia o seguinte: só pagaria quem tivesse movimentação bancária. Na verdade, na época, não era Bolsa Família, mas aqueles que viviam de bolsas de governo pagavam a CPMF, porque ela já vinha embutida desde a origem, na produção do alimento. Quando o vendedor vendia, já vinha com o imposto. O vendedor final também. Quando se comprava um quilo de arroz ou um quilo

de feijão, estava-se pagando CPMF, porque estava embutida no preço.

Então, eu realmente acho que tivemos uma oportunidade de ouro para fixar um percentual que o Governo Federal tem para aplicar na saúde, que foi a regulamentação da PEC 29. E aqui, infelizmente, nós não conseguimos aprovar, amarrando pelo menos 10%. Interessante que é amarrado para os Municípios, é amarrado para os Estados e não é amarrado para a União. Pode-se até alegar que, ao final, ao fazer-se toda a contabilidade, termine que a União aplique mais do que 10%. Mas nós temos que partir do mínimo estabelecido por lei para que ela aplique, senão a coisa vai continuar.

Eu acho que, em 25 anos de SUS – vai fazer agora em outubro, com o aniversário da Constituição –, se fizermos o balanço frio, é verdade que avançamos. Não tenho dúvida de que avançamos, mas avançamos muito menos do que deveríamos ter avançado. É preciso, de fato, que haja um mutirão. E não só, como foi dito pela doutora, do Ministério da Saúde, mas eu diria que é preciso quase uma força-tarefa.

Apresentei um projeto aumentando a pena para atos de corrupção na saúde e na educação. Acho que o Senador Paulo Davim foi mais adiante, ao considerar crime hediondo o crime de corrupção na saúde e na educação.

Eu quero dizer que temos que ter, realmente, um sistema mais eficiente, mais bem fiscalizado e, principalmente, mais bem acompanhado, não deixarmos na mão de Municípios, principalmente na minha Região Norte, que às vezes não têm sequer condições de ter um contador para fazer adequadamente uma prestação de contas, e na Região Amazônica toda. Eu sou de Roraima, nasci em Roraima. Eu conheço a Amazônia não é por ouvir dizer. É por ter nascido lá, vivido lá, exercido minha profissão lá. Precisamos fazer com que a gestão do SUS seja melhor e que a corrupção, de fato, seja banida desse sistema. Se essas duas coisas forem feitas, mais uma nova PEC 29, estabelecendo os 10% da União, obrigatoriamente, nós teremos, sim, um grande avanço.

Eu confio muito no Ministro Padilha, eu o conheço. Conversei com ele bastante sobre essas questões. Acho que ele está tomando medidas importantes. Ele tem uma boa equipe também. Espero que possamos fazer, de fato, esse acompanhamento e cobrar a melhoria desse sistema, que, como foi dito pelo Deputado Perondi, é, realmente, mais voltado para aqueles que são pobres, mas, na verdade, hoje em dia está atendendo, inclusive, clientes de planos de saúde, o que termina sobrecarregando mais a rede. A Senadora Ana Amélia falou da questão das entidades filantrópicas, como Santa Casa, beneficentes. Em muitos Estados, os hospitais universitários, à época, principalmente na época em que estudei, eram as Santas Casas. Então, é preciso, realmente, que também invistamos mais na qualidade desses hospitais que seriam conveniados com o SUS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti, que fala com a autoridade da sua especialização de médico.

Eu queria renovar aqui o convite para a V Conferência Nacional de Primeiras-Damas, da Femama, no dia 23 de maio, para discutir esse tema, no auditório do TST. De manhã ou à tarde?

A SRª MAIRA CALEFFI – Todo o dia, a partir das 9 horas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A partir das 9 horas. Estão convidadas todas as vitoriosas, as pessoas que estão aqui ligadas ao tema, no auditório do TST, dia 23, quinta-feira, em Brasília, para essa Conferência de Primeiras-Damas dos Municípios.

Também estão convidados todas as pessoas para, amanhã, às 14 horas, no Ministério Público Federal, no Auditório Juscelino Kubitschek, a audiência pública para tratar exatamente do aprofundamento dessa lei do ponto de vista da ação do Ministério Público Federal.

Eu queria agradecer muito a presença do Dr. Ricardo Salviano, Defensor Público da União. A DPU precisa também fazer a contratação daqueles concursados para ampliar o número de servidores nessa área, que são os defensores da sociedade, dos direitos que temos junto à União. Quero agradecer a sua presença também em relação a essa molécula, a esse medicamento. Vamos esperar que também seja intensificada em relação à lenalidomida.

Agradeço muito à Drª Patrícia Sampaio Chueiri, Coordenadora Geral de Atenção a Pessoas com Doenças Crônicas, do Ministério da Saúde, e, por seu intermédio, ao Ministro Alexandre Padilha, ao Dr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), bem como ao Deputado Federal Darcísio Perondi, que é médico e está também voltado à defesa da saúde. Agradeço ao Tiago Farina e a todos vocês que vieram participar desta audiência pública.

O que nós queremos aqui é que sejam assegurados os direitos ao cidadão brasileiro numa área tão relevante quanto essa, que é o tratamento do câncer, em 60 dias, que seja feito de forma eficiente e eficaz.

Muito obrigado a todos pela participação.

Está encerrada a presente audiência, agradecendo também ao nosso Presidente, o Senador Waldemir

Moka, e ao Senador Jayme Campos, que iniciou os trabalhos desta audiência pública.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia oito de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Pedro Simon, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 2/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira, destinado a "**Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, que 'Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas', de autoria do Senador Cristovam Buarque**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Doutor Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; Senhor Doutor Fernando Antonio Menezes da Silva, Diretor de Programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde; Senhora Beatriz Rodrigues Abreu da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes – ANMR; Senhor Doutor José Luiz Bonamigo Filho, Tesoureiro da Associação Médica Brasileira – AMB; Senhor Waldir Araújo Cardoso, Diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos – FENAM e Senhora Maria do Patrocínio Tenório Nunes, Secretária Executiva da Comissão Nacional de Residência Médica – Ministério da Educação – MEC**. Logo após, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Doutor Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira; Senhor Alceu Pimentel, Coordenador da Comissão de Assuntos Políticos do Conselho Federal de Medicina e Senhor Wilson Elias de Oliveira Júnior, Segundo Tesoureiro da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, Paulo Davim (não membro da CE) e Paulo Paim, um dos autores do Requerimento. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata de reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 2, de 2013-CECE, de autoria dos Srs. Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira para realização da audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 168, 2012, que institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados

em Medicina que obtiveram os seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Informamos que a presente audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro, que a retransmite para todas as Assembleias Legislativas e outras entidades.

Informo, ainda, que esta audiência está sendo transmitida pelo *site* da TV Senado, no endereço www.senado.gov.br/tvsenado.

Parabenizando pela iniciativa desta audiência o nobre Senador Paim, eu registro ainda as presenças do Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira; do Sr. Alceu Pimenta, Coordenador da Comissão de Assuntos Políticos do Conselho Federal de Medicina; do Sr. Wilson Elias de Oliveira Júnior, 2º Tesoureiro da Associação Nacional dos Médicos Residentes.

Os nossos convidados: são: Dr. Carlos Vital, Dr. Fernando Antônio Menezes, Drª Beatriz Rodrigues Abreu, Dr. José Luiz Bonamigo Filho, Dr. Waldir Araújo Cardoso e Drª Maria do Patrocínio Tenório Nunes, que nos abrilhantam com as suas presenças para instruir o PLS nº 168.

Passo inicialmente a palavra ao Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, pelo tempo de 10 minutos. Se necessário, nós o prorrogaremos.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Exmo Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão; igualmente ilustres membros da Mesa; Dr. Waldir Cardoso; Dr. Fernando Menezes, representando o Ministério da Saúde; Drª Maria do Patrocínio, representando o Ministério da Educação; Drª Beatriz Rodrigues Abreu, digna representante da Associação Nacional dos Médicos Residentes; Dr. José Bonamigo, o nosso representante da Associação Médica Brasileira; demais preclaros Deputados; autoridades; senhoras e senhores, é com satisfação que recebemos o convite para participar desta audiência, por tratar-se de matéria de relevante interesse humanístico, humanitário e, óbvio, muito pertinente às atividades desenvolvidas pelas associações e entidades médicas, como a Federação Nacional dos Médicos, a Associação de Residentes, a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e, naturalmente, o representante do Poder Executivo.

Nós gostaríamos de contextualizar o tema em pauta de análise com considerações sobre as nossas circunstâncias socioeconômicas. Nós temos hoje uma Nação que está posicionada entre a sexta economia do mundo dentre as maiores economias do mundo, mas que ocupa o 85º lugar no campeonato da desigualdade social, disputado por 187 países – um paradoxo –, sobretudo quando essa circunstância social nos enseja a visão de cenários, de luta pela sobrevivência de boa parte da população brasileira, com o agravo de luta pela sobrevivência em circunstâncias de mistanásia, ou seja, pela falta consciente de devida assistência à saúde pública.

Naturalmente que isso mostra o quanto meritocrática é a discussão que aqui está em pauta. Nós temos uma proposta, as entidades médicas que representam em torno de 400 mil médicos em atividade no País têm uma proposta para erradicação dessa chaga social, da desassistência na área da saúde a uma parte significativa da nossa população, àquela mais vulnerável, mais carente e que está localizada, em geral, nas periferias das grandes e nas regiões mais longínquas da Nação.

As entidades têm manifestado o seu firme e incondicional apoio às tentativas de universalizar o acesso da população à saúde; direito previsto na Constituição de 1988.

Assim ressalto, mais uma vez, a nossa preocupação com oferta de condições efetivas para o exercício da Medicina em benefício da sociedade, o que implica desenvolvimento de proposta concreta que viabilize a presença de médicos em todas as áreas consideradas de difícil provimento, inclusive nas periferias de grandes centros urbanos.

Para isso, de forma reiterada, nós temos apontado a necessidade de uma carreira de Estado, ao menos na atenção primária à saúde, para os médicos que atuam na rede pública, nos locais de difícil acesso e provimento com o objetivo de estimular a migração e a fixação desses profissionais, mas essa proposta não pode estar isolada de outras, como a de um aumento real da participação do Estado no financiamento na saúde, com a destinação de, no mínimo, 10% da receita bruta da União para o setor; de um apoio à tramitação e votação do PLS nº 174, de 2011, que instituiu a Lei de Responsabilidade Sanitária no Brasil, já que não há espaço político para se falar em reforma tributária, ao menos a Lei de Responsabilidade Sanitária, oferecendo, então, aos gestores e à sociedade mecanismos para assegurar a transparência na execução e fiscalização das políticas públicas de saúde, inclusive com a fixação de metas e a possibilidade de sanções àqueles que não as cumpram; e da criação de uma escola especializada na formação e na qualificação de gestores em saúde pública, para atuação no âmbito do SUS em suas três esferas, que os torne

aptos sobretudo a executarem o pouco orçamento previsto para essa assistência – nos últimos cinco anos, nós tivemos R$36 bilhões do orçamento da saúde não executado; no ano de 2012, tivemos R$11 bilhões não executados, porque não há como se fazer os gestores apresentarem projetos eficazes para terem essas verbas disponíveis e utilizadas, ou seja, é o desperdício do que já é muito pouco.

Em síntese, essas são propostas que eu acredito pressuponham e encontram guarida no bom-senso e, sobretudo, na sabedoria do Poder Legislativo deste País. Não podemos concordar com outras propostas alternativas às propostas que essas entidades médicas têm feito, porque tais propostas se configuram, em uma análise que não precisa ser tão vertical, mas em uma análise isenta, uma análise absolutamente pautada nas experiências de vida, inconsistentes e próprias de políticas de governo, mas não coerentes como política de Estado, e na saúde há que se ter políticas de Estado.

Com todo respeito e consideração ao autor do projeto, o pernambucano nobre, ao Senador Paim, de tantas lutas e vitórias, inclusive com apoio a reivindicações da própria classe médica, que merece toda nossa reverência, em síntese, a todos que fazem este Congresso, Câmara e Senado, o Poder Legislativo deste País, não podemos deixar de fazer a nossa análise crítica porque é exatamente nesse processo dialético de razões e contrarrazões que se estabelece um processo democrático, com transparência e verdade, como tem que ser feito.

É neste sentido que eu analiso um projeto de médicos, por exemplo, do estrangeiro como alternativa para essa assistência. Existem médicos no Brasil concentrados de maneira inadequada, mas suficientes à demanda assistencial nessas áreas, pelas experiências já vividas por esses médicos e transmitidas de par a par de que não se pode assumir responsabilidades com valores tão nobres e absolutos, como vida e saúde, sem as condições minimamente necessárias para esse exercício. Esses médicos não querem apenas estímulos, como salário digno, como carreira, ascensão funcional. Eles querem também, e sobretudo, no mesmo patamar de exigência, mínimas condições de trabalho, porque não concordam com uma pseudoassistência à saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Isso está no campo da objeção de consciência, que tem matriz valorativa jurídica na nossa Carta Magna.

Não se pode exigir de um egresso que, contrariamente à sua consciência, vá exercer a profissão numa área em que ele tenha convicção de que não pode assumir responsabilidades que são pessoais e intransferíveis, que ele tenha convicção de ser partícipe de um processo e de uma assistência ineficaz, de uma pseudoassistência, talvez trazendo mais riscos do que a própria desassistência, já que quem está desassistido vai lutar, procurar se deslocar para um centro mais próximo e ter um atendimento minimamente qualificado, mas, se ele pensa que tem uma assistência no seu local e se essa é uma pseudoassistência, está submetido a um risco maior.

Há médicos que têm objeção de consciência, e não são poucos. As experiências, repito, me trouxeram essa definição e esse convencimento.

Dessa forma, não seria o médico estrangeiro, e também não seria um serviço civil obrigatório, levando esses egressos para essas regiões sem condições de atendimento, a solução para os nossos problemas.

Por fim, sei que o meu tempo já esgotou, mas eu pediria ainda dois minutos para evidenciar como é realmente documental, por exemplo, a falência de programas como esse: importação, por exemplo, de médicos que vêm do exterior como, por exemplo, os cubanos, noticiados recentemente, antes de ontem, pelo Ministério das Relações Exteriores: 6 mil médicos, tragam os cubanos. Muito bem: 93% desses médicos cubanos – cubanos! –, 93% dos inscritos no Revalida, foram reprovados em 2011 e 94% desses médicos cubanos inscritos no Revalida foram reprovados em 2012. Um programa "governamental" de revalidação de diploma, elaborado por técnicos indicados pelo próprio Governo. Ora, senhores, não é com uma assistência de péssima qualidade que se fazem programas coerentes com a dignidade humana do nosso povo. Bom, em síntese, não é com um serviço civil obrigatório, contrariando, repito, a consciência dos médicos, que têm compromissos vocacionais, mas sabem das responsabilidades do mister que lhes cai sobre os ombros e se recusam a ir para essas áreas, que não perecem em condições nenhumas. Precisamos de referência, contrarreferência, transporte tempestivo, o mínimo de condição diagnóstica, hospitais que tenham alguma resolubilidade. Mesmo quando se trata de uma atenção primária. Isso não existe. É verdade. Encerro aqui dizendo que – e tomo emprestadas as célebres palavras de Martin Luther King: é claro que o grito dos inocentes não pode ter resposta no silêncio dos bons. Mas essas respostas não podem estar com um substrato em falsa assistência, em assistência desqualificada, em engodo, humilde parasita da ingenuidade humana, que infelizmente acomete percentual altíssimo – mais de 70% da população brasileira de analfabetos funcionais que merecem, mais do que outros, o nosso respeito e a nossa consideração.

É o que eu tinha a colocar em princípio e agradeço o tempo acima do estipulado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Vital, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, e em seguida passo a palavra à Presidenta da Associação Nacional dos Médicos Residentes, a Srª Beatriz Rodrigues Abreu da Costa.

A SRª BEATRIZ RODRIGUES ABREU DA COSTA – Bom dia a todos. Agradeço o convite. Cumprimento o Senador Cyro Miranda e os demais representantes das entidades médicas aqui presentes. Senhoras e senhores, para mim é uma honra estar aqui hoje num debate tão importante, para alguém como nós, residentes, que acabamos de nos formar. Então, eu começo com duas perguntas: por que os médicos? Por que só os médicos? E por que os recém-formados? Hoje nós sabemos o despreparo e a inexperiência que os recém-formados têm ao saírem das escolas médicas. E o estudante de medicina, ele já tem um trabalho social dentro da universidade, que vai desde o começo da universidade até o final do seu sexto ano. O estudante de Medicina estagia sempre em unidades básicas de saúde, hospitais públicos conveniados, sejam eles vinculados a universidades particulares ou públicas. Nos últimos dois anos da sua formação, o estudante de Medicina passa pelo internato, porque ele fica em dedicação integral com, pelo menos, oito horas semanais, fora os plantões de 12 horas, e dando um total de, aproximadamente, 4 mil horas de serviços prestados, integrais, à população. Na residência médica, ele já é formado, recém-formado, e ele está aprendendo a sua especialidade, seja ela clínica médica, medicina de saúde da família e comunidade, cirurgia, ortopedia, e ele é o que fica na linha de frente dos hospitais e postos de saúde também, porque quem faz medicina de família e comunidade atua nos postos de saúde sendo médico de família. Então, são 60 horas semanais, com uma bolsa de R$2.384, dando aproximadamente R$7 a hora da bolsa. Então, é quase um serviço voluntário, porque, hoje em dia, R$2 mil não pagam nem metade das contas do médico ou de qualquer cidadão. A gente precisa de livros, congressos, estudos.

E o que vemos na prática, hoje? O que vemos, na prática da assistência, é que os Municípios não têm condições mínimas, a maioria deles está em locais ermos e até nas periferias das grandes cidades, não têm condições mínimas de assistência à saúde. O médico vai para lá, fica três meses, recebe salário durante esse período e, depois, não recebe mais. Muitas vezes vemos que esses Municípios não retiram o médico do CNES e continuam ganhando.

Em alguns Estados da Região Norte, por exemplo, os Municípios ligam oferecendo o aluguel do seu nome: "Dr., o senhor não precisa ir. Pago "x" para você por mês, mas deixa o nome no CNES que a gente continua recebendo do Município".

Essas coisas são muito graves. E eu pergunto de novo: se a saúde é um conjunto de relações biopsicossociais e ela não se faz somente com o médico, por que só o médico? A saúde se faz com saneamento básico, com agentes de saúde, se faz com enfermeiros, dentistas, assistentes sociais, com advogados – principalmente, por exemplo, no caso daquelas crianças neuropatas cujos pais têm que parar de trabalhar para poder tomar conta do filho integralmente, porque o filho não come sozinho, não fala, não anda, precisa de cadeira de rodas, e um advogado é essencial para conseguir isso juridicamente. Isso dá condições de saúde, isso é promover saúde. Só que não se faz apenas com isso. Se faz também com pia para lavar as mãos, caneta para o médico escrever, papel, cadeira, remédio, local com a mínima infraestrutura, um aparelho de pressão, um estetoscópio... A saúde se faz com isso. Temos um exemplo disso na nossa diretoria: uma das nossas diretoras da NMR foi dar, acho que a 150 km de Belém, um plantão em um posto de saúde. Chegando lá, não tinha nem pia para lavar a mãos, era uma bacia com água para ela lavar as mãos, a cada paciente que examinava.

Essas são as condições que o médico não quer. Investimos na nossa formação e nos recusamos a dar meia assistência à população. A população não tem que estar pseudoassistida, tem que estar assistida integralmente, para isso fizemos um juramento, e o juramento de Hipócrates tem que ser seguido pelo médico. O que queremos é o mínimo de condições para trabalharmos e darmos à população a saúde que ela merece e da qual ela é digna.

Então, esse projeto de lei é de interesse não somente das entidades médicas, mas de todo cidadão brasileiro que hoje sofre com a desassistência, com a falta de incentivo real do governo na saúde. O que o Brasil precisa é de uma política de Estado apartidária, com uma política nacional de saúde que não meça forças, nem esforços e nem recursos para dar as mínimas condições para o médico e para a população, criando, além da infraestrutura adequada, um plano de carreira que incentive o médico a ir, desde o interior, da região menos populosa para a mais populosa. E com incentivos a médicos que escolheram essa carreira, que tiveram essa vocação – que são os médicos de família e comunidade – para atender a população ali. Minha especialidade é ginecologia e obstetrícia, não vou lá para o interior atender em clínica médica, porque não

é a minha vocação. Se eu tivesse condições e um local para atender de acordo, sem problema nenhum, mas a gente vai lá e fica sujeito à indústria que sabemos que hoje são dos processos médicos.

Você pode não ter educação nenhuma, pode não ter escolaridade, mas tem sempre alguém lá querendo processar o médico. E o médico, hoje em dia, se arrisca cada vez menos. Quanto menos condição ele tem, menos ele vai se arriscar. Então, o médico quer promover, sim, a saúde à população; não faltam médicos, faltam incentivos e interesse do governo em criar uma estrutura. E não digo o governo em vigor agora, digo política de Estado, que é o que a gente precisa. E vamos batalhar por isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Beatriz, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes; e agora, para sairmos um pouquinho da esquerda e irmos para a direita, passo a palavra à Drª Maria do Patrocínio Tenório Nunes, Secretária Executiva da Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação, MEC.

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes. Para não me alongar muito, cumprimento o Presidente da Mesa e agradeço a oportunidade de se discutir esse assunto. Cumprimento o Senador Paim. Acho de extrema valia que todos nós possamos nos olhar e conversar sobre um assunto dessa monta e dessa natureza.

Concordo em muito com o que os colegas que me antecederam já disseram e eu só queria fazer alguns reparos. Eu sou professora de Medicina, fica parecendo que nós formamos pessoas cada vez menos competentes na área médica. O que nós estamos falando é que a ética médica vem ganhando terreno e por isso os estudantes de Medicina parecem ser menos competentes; eles não são menos competentes. Até suponho que eles sejam melhores do que quando me formei, há 30 anos, ou há 40, ou há 50, como vários aqui na mesa – bom, 50, acho que não temos nenhum ainda. O que ocorre é que quando os meus colegas – porque eu sou muito mais nova que eles – se formaram, eles podiam e faziam cirurgias, senhores. Eles faziam apendicectomia, colecistectomia, remoção de vesícula como parte do seu processo de formação durante a graduação de seis anos. Nenhum deles, hoje, gostaria de ser operado por ele próprio quando foi estudante. Esse é um princípio ético: o que eu não quero para mim, eu não faço para os outros. É por isso que se tem maior cuidado com o desempenho das habilidades, e aí a residência médica assume um papel de extrema importância no aprofundamento dessas habilidades sob a supervisão.

Então, eu só queria fazer essa ressalva, para não parecer que, hoje, os jovens não têm essas habilidades. E eu gostaria de dizer – e convidar os Senadores e todas as pessoas aqui presentes – para que a gente começasse um debate também sobre o processo de ingresso dos estudantes nas faculdades, em especial, e no caso concreto, na faculdade de medicina. Creio que nós precisamos fazer uma conversa muito ampla. Já há mudanças substanciais que temos observado, mas falta, ainda, avaliar outras competências e habilidades chamadas humanas na literatura internacional para o exercício da profissão.

Muito bem. Muito do que está tratado nesse projeto – e considero que o que motivou é aquilo que o Dr. Vital já ressaltou, o interesse que todos nós temos em cuidar de toda a população, e nós sempre seremos parceiros nessas lutas – já está previsto. Muitos dos aspectos estão previstos nas diretrizes curriculares. As diretrizes curriculares nacionais foram editadas, publicadas em 2001 e elas preveem tudo isso que está previsto aqui nesse projeto. O que nós precisamos fazer? Fazê-las acontecer na prática. Não se trata só de falar de escolas de menos ou mais tradição. Todas as escolas têm dificuldades e não conseguiram ainda implementar plenamente as diretrizes curriculares nacionais. Então, convido todos nós para que façamos um olhar e uma ação mais objetiva sobre as escolas médicas, para que elas desenvolvam isso.

Está previsto, conforme o próprio projeto também já diz, que os estudantes, desde o primeiro ano, compareçam a atividade na atenção primária, e muitas escolas já desenvolvem isso. Qual é a vantagem em relação a esse projeto? Supervisão. Lembram a minha primeira fala sobre ética? Por que toda a sociedade reconhece a residência médica como um padrão ouro da formação de especialistas – e eu acrescento – e da introdução de jovens médicos na profissão? Por que há um mais experiente fazendo uma retaguarda desse médico, e não há maneira melhor de se iniciar na profissão. Na graduação, idem. Portanto, nós precisamos implementar, de fato, as diretrizes curriculares nacionais, conversar mais com as escolas médicas, fazer valer mais aquilo que já foi escrito – e muito bem escrito – e transformar as diretrizes curriculares em lei, porque elas são diretrizes, com força de lei, mas não são lei.

Eu queria repetir algo que julgo bastante importante: os programas de residência médica, nas áreas gerais, podem, em muito, atender a vários requisitos desse projeto, desde que se estabeleça infraestrutura, o que já foi citado pela minha colega que me antecedeu, e recursos humanos. Então, nós temos que trabalhar

mais e valorizar as áreas gerais. Por que os médicos hoje no Brasil preferem ser superespecialistas, e não clínicos gerais, como eu sou, ginecologistas e obstetras, principalmente obstetras, como a Beatriz – ela diz que é ginecologista, mas ela também é obstetra –, médicos de família? Porque a consulta médica que gera todos, todos os procedimentos médicos é superdesvalorizada em qualquer segmento de remuneração médica, público ou privado. O eletrocardiograma vale mais do que a minha consulta, e eu garanto a vocês que eu atendo só no serviço público; e demora mais de uma hora, se o paciente precisar, a minha conversa com ele. E como é que pode valer menos que um eletrocardiograma que me dá uma informação exclusiva e não do conjunto do que o meu paciente apresenta?

Então, nós precisamos, Senador Paim, Senador Cyro Miranda, valorizar os médicos das áreas gerais; implementar um projeto que valorize esses médicos. Não adianta a gente ficar colocando ataduras ou pequenos esparadrapos em uma situação crítica como essa que nós temos, ou seja, a desorganização do sistema de saúde no nosso País. Eu tenho um viés da Comissão Nacional e ousaria dizer isso.

Eu quero também reforçar algo que já foi dito aqui e sobre o que eu discuti também com o Secretário de Educação Superior. Por que só os médicos se para fazer saúde é preciso, acima de tudo, educação? Então, nós precisamos de um projeto também para levar os professores para o serviço civil obrigatório.

O indivíduo que tem educação tem mais saúde – podem ter certeza disso –, até porque ele busca mais acesso à informação. Nós precisamos de saneamento básico. Os meus alunos do 1º ano estão no Distrito de Saúde Escola do Butantã, São Paulo, e eles visitam as regiões que mais precisam, por onde eles estão distribuídos, e nós discutimos depois o que eles acham e pedimos a eles que escrevam o que aquelas pessoas precisam: saneamento básico, água, esgoto, lazer, cultura, porque saúde é tudo isso! Não é o estetoscópio, o esfigmomanômetro e a cirurgia; é, antes disso, lazer, cultura, educação, trabalho digno e bem remunerado para aqueles nossos futuros pacientes, porque, senão, eles se estressam muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o relator, que é o culpado de tudo, está aqui; sou eu.

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Perfeito.

Nós sabemos, e é por isso que eu agradeci muito o senhor por ter tomado essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer que o Senador Paulo Davim é médico e...

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – O Dr. Paulo eu o conheço; ele está sempre se relacionando com as entidades médicas e com o Ministério da Educação por meio da Comissão Nacional.

Recentemente, nós tivemos algumas discussões eletrônicas e por telefone, não é?

É um prazer encontrar o senhor aqui!

Muito bem; por último – e, aí, eu prometo que é o último mesmo, porque os colegas da mesa, que me conhecem há mais tempo, sabem que, se me deixar, eu fico muito tempo aqui falando –, eu gostaria que nós conversássemos seriamente sobre esse projeto de valorização da carreira médica, de um modo geral, e das áreas gerais, de um modo especial e urgente, porque, senão, nós sempre estaremos voltando aqui para conversar, falaremos coisas belas, mas não faremos aquilo...

Eu queria dizer a vocês que a minha família depende do Sistema Público de Saúde. Meu pai e minha mãe são atendidos no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; o plano de saúde deles é ter formado a filha médica em uma universidade pública. Então, eu sei exatamente o que ocorre. E queria dizer a vocês que eu não uso meu nome de professora lá para furar fila para a minha mãe fazer as coisas. Tanto isso é fato que, recentemente, eu fui chamada à disciplina de Oftalmologia para saberem por que motivo eu estava deixando a minha mãe ser operada de catarata por um médico R3 – e estava cheio de senhores e de senhoras na sala aguardando. Então, eu disse: "E esses senhores e essas senhoras?" "Ah, eles serão operados pelos residentes!" Então, eu disse: "Portanto, eles são pais e mães de alguém."

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Eu tenho que confiar naquilo que eu mais prezo, que é, além da graduação, a residência médica.

Muito obrigada a todos. Espero que possamos fazer outros encontros para dar sequência a tudo isso que nós estamos conversando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Maria do Patrocínio, Secretária Executiva da Comissão Nacional de Residência Média do Ministério da Educação (MEC).

Já falou o Senador Paulo Davim; o Dr, Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; e falou também a Drª Beatriz Rodrigues Abreu da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes.

Vamos, agora, passar a palavra ao Dr. Waldir Araújo Cardoso, Diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos.

V. Sª dispõe de 10 minutos.

O SR. WALDIR ARAÚJO CARDOSO – Obrigado.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Paulo Davim, os colegas da Mesa e todos os presentes e àqueles que nos assistem pela TV Senado.

A Fenam se sente muito honrada de estar aqui, de ter recebido esse convite e contribuir neste debate.

Inicialmente eu gostaria de reconhecer meritória a preocupação desta Casa, do Senado, do Senador Cristovam, com o problema dos vazios assistenciais no nosso País. É de conhecimento de todos a situação, a preocupação da Nação com a ausência de profissionais médicos e outros profissionais de saúde em vários Municípios, em cerca de quinhentos ou mil Municípios neste País, e o nosso Governo atual tem se debruçado sobre isso e tem apresentado algumas soluções que, a juízo das entidades médicas, não respondem adequadamente a esse problema. Um deles é o Provab – Programa de Valorização, entre aspas, "da Atenção Básica"–, importação de médicos estrangeiros, particularmente cubanos, anunciada recentemente, agora, na segunda-feira, a abertura indiscriminada e sem critérios de escolas médicas, cerca de sessenta ou setenta escolas no prelo para serem abertas, e aqui a proposta do serviço civil obrigatório. A nosso juízo, isso não resolve o problema.

Mas eu gostaria de me debruçar no mérito do projeto de lei, que nós entendemos que altera profundamente a grade curricular e o conteúdo programático dos cursos de Medicina das escolas públicas e daquelas privadas alcançadas pelo projeto, na medida em que determina que, por exemplo, no inciso II do art. 2º, programas de prestação de serviços de saúde – vejam bem, prestação de serviços de saúde – destinados especificamente ao exercício social da profissão em Municípios com menos de 30 mil habitantes sejam responsabilidade das instituições de educação superior públicas.

Portanto, a universidade, segundo o projeto, assume uma responsabilidade de prestação de serviço de saúde desses Municípios, e exige, no inciso III, experiências curriculares durante todos os períodos dos cursos que reproduzam – vejam bem, que reproduzam – as condições reais de trabalho em comunidades carentes e isoladas, que desenvolvam habilidades, entre outras, de percepção de problemas de saúde e de tomadas de decisão autônomas e eficazes que garantam os direitos da população.

Muito bom. Eu quero dizer que acho muito interessante isso, Professora Maria do Patrocínio. Entretanto, será que a universidade, será que isso, de certa forma, não fere a autonomia universitária? Será que a universidade terá recursos para custear isso, para fazer frente ao que a lei está determinando? É a pergunta que eu queria aqui deixar para o Relator.

Outro aspecto que eu queria levantar aqui é em algo que me preocupou muito, no inciso II, quando diz: Municípios com menos de 30 mil habitantes. Eu fiquei muito alegre e satisfeito porque nós temos cerca de 70% dos Municípios deste País com menos de 50 mil habitantes, ou 80, salvo engano. Trinta mil, muito bem! Agora, tem, Senador Paulo Paim, e/ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas. Aí não entendi mais, porque, se nós queremos levar médicos para áreas de difícil acesso, de difícil provimento, lá na minha Região Norte, este e/ou não me parece adequado aqui, neste momento.

Um aspecto muito importante, meritório, a meu juízo, no projeto, é o vínculo. Ele não poderia deixar de ser, cumpre a lei, determina. Veja que o projeto se preocupa com isto, que todos os que forem prestar este serviço civil obrigatório tenham vínculo, tenham os direitos trabalhistas.

Isso é importante por quê? Porque causa tanto espécie a esse sindicalista que vos fala, porque, lamentavelmente, Senador Paulo Paim, está generalizado no País que os médicos trabalham de boca. Os médicos da minha Região, mas não só da minha Região, do resto do Brasil, não têm sequer um vínculo empregatício, recebem diretamente na conta. Essa é uma denúncia que eu quero fazer nesta Casa, na sua presença e na presença do Senador Paulo Paim. É uma vergonha para este País o que se faz com os médicos brasileiros no interior do nosso País.

A outra questão que não está aqui são as condições de trabalho. Não há nada no projeto que exija que os Municípios tenham condições adequadas de trabalho. Isso é muito preocupante.

Outro aspecto, não menos importante, é a remuneração. A remuneração não é a principal motivação de um trabalhador – está muito bem comprovado. Entretanto, é importante para a subsistência do trabalhador. E aqui o projeto prevê que a responsabilidade da remuneração será das Secretarias Estaduais de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, que pagam, hoje, salários vergonhosos aos colegas médicos. Vergonhosos! No Município de Belém o salário do médico, o salário básico do médico é o salário mínimo. Com penduricalhos, chega a R$2.500,00, R$3.000,00. No Município de Belém! Posso falar da minha realidade. É isso que nós vamos oferecer a esses médicos que será obrigados a ir para essas cidades com 30 mil habitantes? São valores dessa monta?

Esse é o verdadeiro motivo por que não temos médicos no interior e não porque os médicos não querem ir para o interior.

Então, esses médicos poderão ser submetidos *data venia* a condições análogas à escravidão, porque são obrigados a ir trabalhar por uma remuneração que nem sabemos e em condições que não estão aqui previstas. Então, condições de trabalho e minimamente a definição de um patamar razoável de remuneração é preciso que conste desse projeto.

Após dois anos – o estudo da demografia médica do Conselho Federal de Medicina já mostrou isso–, os médicos que vêm e que vão para o interior, voltam para as capitais. Os médicos que conseguem revalidar, que vão para o interior, na primeira oportunidade, eles vêm para os grandes centros. É o que vai acontecer com esses profissionais: eles vão passar dois anos numa verdadeira extensão do curso de medicina para oito anos e, depois, eles vão para os grandes centros. Isso é fixação de médicos no interior? Nós vamos fazer o *turn over* de médicos a cada dois anos nessas populações de 30 mil habitantes.

A meu juízo, Senador Paim, isso é uma burla ao Sistema Único de Saúde, que pede, na atenção básica, um vínculo mínimo da equipe de saúde com a população, com a comunidade. Então, esse médicos irão lá prestar um serviço com toda a sua inexperiência em condições que nós desconhecemos, contando o tempo para voltar para o Rio, São Paulo, os grandes centros, fazer a sua residência e aí livres dessa obrigação.

É isso que nós vamos oferecer a nossa população? A população que deveria, pelo sistema de saúde, ser privilegiada? Porque a equidade faz parte dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde. Não acredito nisso. Não acredito que esta Casa queira isso para a população brasileira. Ela quer resolver o problema e isso é absolutamente meritório.

Por penúltimo, a questão de por que só os médicos. Essa pergunta já foi feita nesta sala.

Eu queria ir um pouco mais a frente: por que só os médicos? Porque a equipe de saúde não é só composta por médicos. A equipe de saúde é bem mais ampla, mesmo a equipe da atenção básica. Ela é composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Esse é o básico. Essa equipe é apoiada, com dois e três, por um núcleo de assistência que tenha especialistas, outros profissionais, como protecionistas, pediatras, ginecologistas.

Vamos levar, então, só os médicos para o interior? Por que só os médicos?

Por fim, eu queria, nesses 40 segundos que me restam, fazer coro com a Mesa e ponderar a esta Casa que precisamos resolver o problema definitivamente. E isso significa enfrentarmos os desafios de oferecer à população brasileira médicos de Estado, uma carreira médica que seja um instrumento de gestão, que seja um veículo de contínua formação desse profissional tão importante e que dê aos médicos perspectiva de futuro e à população profissionais efetivamente qualificados para atender as suas necessidades de saúde.

Era isso, senhores.

Senador Cyro Miranda, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Waldir Araújo Cardoso pela valiosa contribuição, como todos aqui têm dado.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Fernando Antonio Menezes da Silva, Diretor de Programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Sr. Presidente, em seu nome eu saúdo o Senador Paim, o Senador Paulo Davim, que, já em outra ocasião, nós discutimos um assunto semelhante, e os colegas da mesa, Bonamigo, Beatriz, Vital, Patrô e o Waldir. É importante que eu coloque em perspectiva algumas experiências vividas: eu fui médico – eu sou cirurgião – e fui, em 94, para o Estado de Roraima, convidado para criar o Serviço de Cirurgia Oncológica e comigo chegaram 30 médicos – um salário muito bom, condições de vida, eu diria, do ponto de vista de criação de filhos, excelente, mas 30 dias depois só restavam quinze e no final do dia só ficaram os casados. É isso que eu queria colocar: há uma experiência vivida, real, de um Estado que tem condições de receber, que recebe bem, mas que tem uma cultura muito forte ainda de dificuldade de provimento em algumas situações.

Eu queria, então, passar rapidamente, parece que... *(Ininteligível.)* que eu vou fazer uma apresentação de alguns dados que eu espero que contribuam para o debate. Essa é a visão que nós queremos trazer aqui. A primeira é que nós não estamos sozinhos neste debate. Óbvio, estamos sozinhos na solução: a gente demora mais para chegar a uma solução. As soluções já colocadas, isso são recomendações de políticas globais da Organização Mundial de Saúde, elas colocam para esse tipo de problema pelo menos quatro eixos – não são eixos isolados, são quatro eixos que se trabalham em conjunto: o primeiro eixo é o eixo da intervenção educativa. Tudo aquilo que a gente falou, a Patrô falou aqui da questão do currículo, das diretrizes curriculares, mas que colocam uma coisa a mais, colocam a questão do aluno, com cota específica para aluno proveniente de zona rural – isso é feito em alguns países, e não são países apenas subdesenvolvidos, não; tem países como o Canadá, que fazem isso: a Província do Quebec, ela tem uma cota de 60% para entrada no curso de Medicina de alunos provenientes de zonas rurais. Algumas experiências no Brasil existem, e existem experiências com indígenas,

lá em Roraima é um dos lugares, nós temos quatro indígenas por ano entrando no curso de Medicina. Nós temos outras formas: escolas de saúde fora das cidades principais, isso aí a gente vem tentando fazer no Brasil, melhorando a distribuição, a questão do rodízio clínico em zona rural, a questão de incorporar ao conteúdo do que é discutido no curso médico os problemas que são mais frequentes nas comunidades mais carentes e o desenvolvimento profissional permanente. Nós temos, no campo de vista da intervenção regulatória, a questão da ampliação da prática, do âmbito da prática, que é o *task shifting*, que alguns países já adotam há algum tempo, para fazer com que outros profissionais de saúde adotem outros papéis dentro da equipe. A questão dos diferentes tipos de trabalhadores, incluindo aí os estrangeiros, a questão do serviço obrigatório, está aí dentro da intervenção regulatória, e o pagamento do financiamento estudantil mediante o trabalho nas zonas rurais – a gente já faz isso com o FIES. Nós temos incentivos financeiros, foi falada aqui a questão do salário, e temos questões de gestão de ambiente, que dizem condições que também foram discutidas aqui, a questão da condição de vida, do ambiente de trabalho, etc.

Bom, eu quero colocar dois trabalhos que são considerados os mais importantes nesses últimos anos e que abordam a questão do serviço obrigatório, do serviço compulsório. Isso é um trabalho que está publicado. Vou deixar, inclusive, aqui as duas referências do trabalho completo. Ele faz uma pergunta no final: eles funcionam? E me desculpem o viés acadêmico. Nós procuramos sempre trabalhar com evidência – qual é a evidência que funciona e qual não funciona? –, porque senão a gente vai ficar trabalhando no campo da percepção de cada um, e fica mais complicado.

Então, esse trabalho é interessante porque mostra algumas coisas. Primeiro, ele mostra esse mapa, um mapa dos países do mundo que se utilizam, de alguma forma, de serviço compulsório, obrigatório. Vejam que é interessante, vou citar um por um, mas vê-se claramente que não são países pobres apenas. Está ali a Austrália, bem colocada, bem colorida ali; tem os países nórdicos lá em cima... Então, não são apenas países pobres que se utilizam disso, mas eles têm uma coisa em comum: são países que têm relação médico por mil habitantes baixa, com exceção do Brasil. E estou falando baixa como um fator de comparação, você compara um com o outro. E, qualquer que seja o parâmetro de comparação, se compararmos uma coluna com a outra, veremos que estamos na coluna dos que têm a menor relação de médicos por mil habitantes. E, mesmo alguns países do lado que tem mais, como a Austrália e o Reino Unido – vou mostrar para vocês o que o Reino Unido faz, em termos de serviço obrigatório –, adotam essa tática.

Coloquei, também ainda derivado desse trabalho, o que seriam os tipos de serviço obrigatório: aqueles que envolvem o contrato de trabalho – e aí contrato de trabalho é para o nativo ou para o estrangeiro, o médico estrangeiro, graduado no estrangeiro –, aqueles que têm incentivo – incentivos são de natureza educacional, que pode ser antes ou depois da graduação, e pode ser de retribuição, que é aquele do pagamento do Fies –; a questão regulatória, que é o licenciamento e avanço na carreira; a condição de vida e os incentivos combinados. E tem países que adotaram – e é importante se dizer – como políticas de Estado. Estou falando daquele conjunto de países que adotam isso como política de Estado e que têm isso há mais de dez anos, é fruto desse trabalho.

Um exemplo típico é o Fundation Program, do Reino Unido. O que é o Fundation Program? Após a graduação, todos os graduados, que são bacharéis, passam por dois anos dentro do NHS, do sistema único deles, para fazer um programa chamado Programa de Fundamentos, onde verão, dentro do serviço, a realidade do sistema. Aí eles são distribuídos, alocados em todo o país. Porque – pasmem! – há dificuldade de provimento também no Reino Unido. Eu descobri em uma visita recente que, em Londres, se você andar 200 km para o sul, você vai ter problema de provimento. Então, é uma medida que envolve uma obrigatoriedade, faz parte do treinamento, faz parte do avançar na carreira e é pré-requisito para entrada na especialidade. Sem isso, ele não entra no treinamento da especialidade.

E aí você vê coisas interessantes. Falamos muito que temos a dificuldade ainda de compreender porque os nossos números de médicos são tão baixos, mas acho que temos um quadro bem explícito disso. Temos, por exemplo, uma relação de ingressantes no curso de medicina por dez mil habitantes, que é aceito mundialmente, muito mais baixa que esses outros países. E temos também uma participação de médicos estrangeiros no mercado médico muito menor. É interessante que é um tabu no Brasil falar de médico estrangeiro. Em outros países, você tem 25%, 37% no Reino Unido. Inclusive – vou fazer uma lupa –, vejam aqui o exemplo do Reino Unido; vejam a participação do médico graduado fora, do médico estrangeiro e do médico fora da Europa, inclusive.

Então, temos um sistema complexo. Temos um sistema em que a formação profissional ocorre no setor público, mas que não regulamos nem a formação, nem a carreira, nem a estruturação das duas coisas combinadas. Os processos de avaliação não têm nada a ver com o que é o sistema de saúde e temos uma

série de outras características: desconectamos formação em carreira, o nosso especialista chega a um *status* muito jovem, fragmentamos o cuidar da saúde, temos especialidades, talvez, em excesso – não sei, é para se discutir isso – e temos uma série de outras condições que levam a esse quadro de distorção entre o que é médico e ingressante.

Por Estado, está aqui colocado que há Estado da Federação, como a Bahia, com 0.3 vagas de ingressante por dez mil habitantes. E temos um debate interessante, que é o debate do mercado de trabalho. O mercado de trabalho, do ponto de vista do médico, bastante aquecido, havendo uma inversão, entre 2001, 2002, em que o número de postos de trabalho supera o número de pessoas que saem da universidade, claramente, o que faz com que haja um aumento, representado pelas colunas, no salário real. Você tem um quadro completamente diferente na enfermagem, por exemplo, em que há um número de postos de trabalho muito menor do que o número de egressos. Então, isso tem, obviamente, um rebatimento em algumas discussões que a gente está fazendo hoje.

O Brasil é o único país do mundo que abre escola de Medicina com 20 vagas, enquanto a média, por exemplo, só para falar do Reino Unido, é 279; nos Estados Unidos é 189. Ninguém abre uma escola médica com o número de vagas que a gente abre, é por isso que a gente tem um número de escolas médicas excessivo, mas o número de vagas de ingressantes é pequeno. Isso tem que ser abordado.

Aí vem uma questão final, que eu queria colocar para vocês, que é a questão da estrutura. Existe uma estrutura contínua, em que há associação clara entre formação e carreira, com papéis definidos, existe o grupo definido, quem é responsável, que resulta num quadro mais ou menos organizado: o treinamento de GP ao médico da família; o treinamento de especialidade para estrangeiros; o treinamento nuclear para o nativo que treina para a especialidade e chega a especialista; e, por fim, o treinamento da posição sem treinamento. Temos um quadro no Brasil em que você tem o médico, após seis anos; você tem opções de treinamento na especialidade de residência médica; ou você pode fazer especialidade após um tempo de treinamento, passando por exames; e você tem um quadro mais ou menos como esse. Eu costumava dizer que isso é um quadro de bagunça, mas, na verdade, não é. Quem estuda teoria de complexidade, entende que isso é uma forma de auto-organização: os sistemas se organizam, se você não fizer nada, ele vai se organizar de alguma maneira. Mas essa é uma situação preocupante, é isso que temos hoje no País, porque tudo é possível.

Para finalizar, temos que começar a trabalhar com cenários. E um cenário, Senador, que acho muito interessante é um cenário que combine as questões de obrigatoriedade com o processo de formação e o processo de carreira. É importante que a gente dê um passo na direção da estruturação, da formação integrada da carreira, porque aí a gente está combinando estratégias diferentes e passando, talvez, por um modelo igual a esse, em que você tem uma escola, depois passa a ter dois anos, um ano na atenção básica e um ano na urgência/emergência – que é outro problema crônico no País –, e aí sim você entra no treinamento de especialidades. Mas isso são cenários.

Quero dizer que temos, para finalizar, uma dificuldade muito grande. Nós gostamos de diagnosticar bem os problemas, mas, na hora de colocar em prática algumas soluções, a gente termina por encontrar mais problemas.

Então, eu queria agradecer o convite e deixar aqui dois trabalhos que considero muito importantes para que a Comissão possa apreciar, trabalhos que abordam o tema especificamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Fernando Antonio Menezes da Silva, pelas suas ponderações e considerações.

Passo em seguida, e por último, a palavra ao Dr. José Luiz Bonamigo Filho, Tesoureiro da Associação Médica Brasileira.

O SR. JOSÉ LUIZ BONAMIGO FILHO – Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de estarmos aqui debatendo esse assunto, que é um assunto de extrema importância. Eu gostaria de agradecer também a hospitalidade do Presidente da Comissão, Senador Cyro Miranda, com quem já tivemos a oportunidade de aqui debater outros assuntos.

Eu começo a minha fala de uma maneira parecida com a que o Dr. Carlos Vital começou a dele. O Brasil, se olharmos para as nações do mundo, é um país muito rico. Nós somos, hoje, a 7ª economia, se não me engano, ainda porque, recentemente, fomos passados pela Inglaterra em função de uma disputa muito próxima que nós estamos tendo entre o 6º e o 7º lugares. Por outro lado, temos uma carga tributária elevada no Brasil.

Disso nós depreendemos que, se nós somos um país rico, se temos uma grande economia, com uma carga tributária elevada, o Poder Público dispõe de muito dinheiro no País. Essa é uma questão matemática, um fato. Se nós colocarmos isso em relação

à população e em comparação com outros países, veremos que é um fato.

Eu acho que o que falta é nós definirmos as nossa prioridades. E, infelizmente, a saúde, na nossa visão, não é uma prioridade. Fala-se em trem bala, gasta-se muito dinheiro com a construção e reforma de estádios de futebol para a Copa do Mundo – alguns dos quais serão utilizados depois, outros que, provavelmente, serão transformados em elefantes brancos –, sem falar em outras destinações.

Queria deixar isso como um pensamento para a mesa: temos recurso ou não temos? Por que, se somos um país rico – e somos –, precisamos utilizar de um recurso como o serviço civil obrigatório, como já se citou nesse projeto, ou um serviço civil, como o Waldir colocou muito bem, em que não estão definidas condições de trabalho e remuneração para o médico? Ou nós devemos contratar médicos a preço de mercado, ou devemos incentivar por intermédio de uma carreira, como seria mais natural?

Outra coisa que me chama a atenção nessa discussão – e é uma discussão que nós fazemos há muito tempo nas entidades – é que existe um aparente desconhecimento da realidade do estudante de medicina. Todo mundo que está nesta mesa poderia dar um testemunho – todos que são médicos, pelo menos – de que o internato, que são os dois últimos anos da faculdade, é dedicado integralmente à prática da medicina, sob supervisão, nas unidades de saúde, seja em hospitais ou postos de saúde. E o estudante, assim como o residente, depois da graduação, faz parte da força de trabalho do sistema público. E quem conhece e convive, porque tem um parente ou porque já esteve lá, sabe que, às vezes, é difícil distinguir um estudante de um residente.

O residente, para as pessoas que não sabem, tem uma carga horária, determinada por lei, de 60 horas semanais. O estudante de medicina, no internato, faz, pelo menos, 40 horas, afora os plantões. Isso varia um pouco de acordo com o estágio, mas, no mínimo, oito horas por dia, 40 horas por semana, ele cumpre, muitas vezes fazendo os plantões, muitas vezes evoluindo, nos finais de semana, os pacientes que estão internados na enfermaria ou que foram operados em urgência. E por aí vai. Essa é uma realidade que pode ser encontrada em qualquer hospital de ensino no País.

E a pergunta, combinando com aquilo que foi colocado pela mesa, é a seguinte: o que os estudantes de Direito, por exemplo, fazem com relação à Defensoria Pública no País? O que os estudantes de Engenharia fazem em relação às obras públicas no País?

Não me parece correto nem isonômico cobrar dos médicos, que já dão muito, porque, como acabo de relatar, essa é a realidade que qualquer um de vocês pode constatar procurando se informar em um hospital universitário. Então, por que os médicos, que já dão muito, têm que dar mais, ou seja, dar parte da sua carreira em condições que não estão bem definidas e claras e que, muitas vezes, são piores do que o que está proposto aqui? O que está proposto aqui, ainda, o Senador Cristovam Buarque propões contratação, apesar de não referir valores e condições de trabalho. Mas existem propostas tramitando nesta Casa de serviço civil obrigatório.

Então, queria colocar isso como também um ponto de atenção: os médicos já fazem muito. Fazem muito, sim, pela saúde pública, e não são só os alunos das universidades federais, os alunos das universidades públicas, em geral, estagiam sem serviço público.... Perdão, alunos das escolas privadas em geral estagiam em hospitais do serviço público, hospitais públicos e unidades básicas de saúde. Existem muitos convênios entre as escolas privadas e o serviço público. Então, quase a totalidade dos estudantes de medicina, nos últimos dois anos da faculdade, está praticando a medicina, teoricamente sob supervisão, mas muitas vezes, de maneira autônoma para procedimentos mais simples, substituindo trabalho médico no sistema público.

Eu tinha o relato de uma colega plantonista do Rio de Janeiro que publicou um texto belíssimo na internet, mas eu não vou gastar muito o tempo com esse foco, já coloquei alguns pontos, porque eu quero responder algumas colocações que o colega Fernando do Ministério da Saúde nos trouxe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIZ BONAMIGO FILHO – Posso transcrever.

O relato da colega, Senador, basicamente é um relato sobre uma cirurgia. É curioso pois ela estava num plantão e publicou às duas da manhã esse relato, não dessa noite, mas do dia anterior; ela relata que estava chegando ao plantão quando ouviu no rádio a importação dos seis mil cubanos, que é um projeto do Governo e, por isso, quase bateu o carro chegando ao hospital. Relata também que havia recebido uma mensagem, quase ao mesmo tempo, de uma colega dizendo que o plantão estava agitado, porque tinha uma cirurgia de apendicite marcada e entrou uma urgência, um baleado no abdômen e na perna, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado. E ela começa a relatar que havia seis cirurgiões envolvidos no procedimento, cirurgiões gerais, ortopedistas, neurocirurgião ou cirurgião do tórax – se não me engano –, tinha só uma circulante na sala, que é a pessoa que auxilia, os cirurgiões estavam instrumentando uns aos outros, porque

o SUS não paga instrumentador, não tinha sangue no hospital, não tinha fio...

Então, de novo, são realidades que nós que estamos na linha de frente conhecemos do dia a dia.

Assim, ela faz a pergunta – e o texto está muito bem escrito e é curioso como, provavelmente, de maneira intestina, escreveu com tanta clareza, durante o plantão, eu imagino – se também vamos importar fio de Cuba? Se vamos trazer sangue de Cuba para transfundir nos pacientes? Se vamos, depois da cirurgia, ao invés de deixar os pacientes em uma sala de recuperação pós-anestésica lotada, porque não tem vaga em UTI, vamos chamar a FAB para levar os doentes para as UTIs de Cuba?

Quer dizer, que sentido faz isso? Por que o foco tão intenso do Poder Executivo não só federal, mas também dos Municípios, em apontar como vilão do sistema o médico? E, especificamente, uma pretensa falta de médico. Quer dizer, vamos olhar o cenário como um todo; não é uma resposta simples, é um problema complexo – e aí volto ao início da minha fala: nós temos recursos. O País é rico, a carga tributária é alta, e nós precisamos levar isso até a população.

Para encerrar a minha fala, eu queria comentar algumas informações que o Fernando trouxe. O estágio na Inglaterra é supervisionado para esses médicos – aqui nós estamos falando em levar médicos recém-formados para o interior, para a população mais carente, para a população mais desprotegida com médicos sem residências, recém-formados, inexperientes.

Eu ouso dizer que nem médicos experientes, como os que estão nesta Mesa aqui, professores universitários, médicos que já tem mais de dez anos de formado, como é o meu caso, poderiam fazer alguma coisa nessas localidades, devido à falta de recurso, muito menos um médico menos experiente. Não há um tabu para entrada de médicos estrangeiros, Fernando – e eu repito aqui a frase que o nosso Presidente Florentino, da Associação Médica, diz sempre: "Queremos médicos de todos os países no Brasil, queremos americanos, queremos indianos, queremos bolivianos, uruguaios e argentinos, da mesma maneira que a Inglaterra e os Estados Unidos recebem, testando conhecimento, de forma teórica e prática". Não temos absolutamente – gostaria de deixar registrado isto, meu Presidente está aqui presente... A Associação Médica Brasileira quer médicos do mundo inteiro no Brasil clinicando, bons médicos, testados, porque, quando se fala aqui, graficamente, muito bonito no *slide*, que a Inglaterra tem mais de 30% de sua força de trabalho médica de estrangeiros, os Estados Unidos, mais de 20 a 25%, se omite o fato de que a prova é rigorosíssima, e é teórica e prática. Então vamos reproduzir essas condições aqui, vamos, sim, trazer os bons médicos. O Brasil tem condições econômicas de atrair esses médicos de vários países.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ BONAMIGO FILHO – Assim como médicos daqui saem para a Europa e para os Estados Unidos, existem médicos da América Latina e de outros países que devem ter interesse de virem para cá, porque o Brasil, mesmo nas condições que nós temos hoje, deve ser melhor de praticar Medicina do que em seus países de origem.

Então, queremos, sim, médicos qualificados; queremos médicos testados e bem preparados para atender nossa população.

Por último, o discurso de que o número de vagas por escola médica no Brasil é baixo. Esse é um novo discurso que o Ministério da Saúde está trazendo agora, que se justifica. Então, nós temos mais de duzentas escolas médicas no Brasil, porque, se compararmos com o que é feito no exterior, as nossas escolas têm poucos alunos. É verdade. Muitas escolas no Brasil têm trinta alunos por ano, quarenta alunos por ano. Vamos perguntar para quem abriu essas escolas. Uma o Fernando conhece bem, a Federal de Roraima, da qual ele foi Reitor, com 30 alunos. Começou e já expandiu. Abriu pequena porque não tinha onde treinar, porque não tinha professor, porque tinha pouco campo de prática. Algumas expandiram com qualidade; outras, não. Algumas nasceram sem nenhuma condição, e nós citamos, de maneira exaustiva já, o exemplo da Federal de São Carlos – uma cidade grande no interior de São Paulo, o Estado mais rico da Federação –, que abriu uma universidade federal sem hospital escola. Temos vários relatos, em São Paulo, na Associação Paulista de Medicina, no Conselho, de alunos peregrinando no Estado de São Paulo para conseguir um espaço para seu internato, que são esses dois anos a que me referi um pouco antes na minha fala e em que só se pratica na escola.

Então, nasceram escolas com baixo número de alunos porque, naquela época, ainda se tinha um pouco de vergonha e, porque havia pouco espaço para internar, se abriu com pouca vaga. Hoje, essa vergonha, em muitos lugares, já foi embora, porque se abre sem hospital e se expande vaga onde não há condição. É uma realidade nua e crua do nosso País.

Quando estamos em congressos e eventos com colegas estrangeiros, comentamos isso e ninguém acredita que há escola médica no Brasil que não tem onde ver paciente. Não tem paciente para examinar, não tem paciente para tratar e para fazer o que é mais importante, que é praticar a medicina fora dos livros,

depois da preparação extensa que se faz até chegar a esse estágio da formação.

Então, queria deixar essas palavras com vocês. É um problema complexo e estamos sensíveis. Reitero que a Associação Médica não se opõe a vinda de médicos estrangeiros, desde que qualificados. E gostaria de estender que nós também testemos os médicos formados no Brasil, porque as condições são muito ruins também. Então, precisamos, sim, testar e urge essa questão. Entendo que o Congresso tem se mostrado sensível a isso. Temos projetos de lei e já participamos de audiências públicas a respeito de fazermos um exame, e que seja o mesmo para os brasileiros, graduados aqui e fora e para os estrangeiros.

O mesmo exame para que possamos oferecer bons médicos para a nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. José Luiz.

O que enriquece realmente um projeto é esse debate, é a audiência pública que vai conscientizando, vai substanciando o relator. E hoje nós temos aqui o privilégio de contar com dois grandes Senadores nessa área, principalmente o Senador Paulo Davim, que é médico e tem interesse. Nós estamos construindo juntos um projeto que já está no fim e vou colocá-lo. E Senado Paulo Paim, que é afeito às necessidades do País, mas com um equilíbrio muito grande; não é qualquer projeto que o Senador Paulo embarca, sem discutir muito e, na grande maioria, ele termina sempre apresentando um substitutivo – essa da riqueza.

Antes de passar a palavra para o requerente, o Senador Paulo Paim, e depois para o Senador Davim, tenho algumas considerações.

Em relação a por que só médicos, é engraçado porque estou terminando de trabalhar um projeto, cuja relatoria eu gostaria de oferecer a um dos colegas, que envolve todas as profissões. Estou sendo assessorado, inclusive, por um Ministro do STJ que me despertou para isso. Estamos trabalhando,já estamos no fim. Evidentemente, o que se pensa é em devolver a faculdade à universidade ou faculdade pública um pouco do que ela deu, mas tem que haver critérios. As coisas não podem ser assim.

Eu tenho um relato do Dr. Fernando. Eu conheci um jovem que tinha acabado de fazer a residência e, contrapondo o Dr. Valdir, ele não recebia um baixo salário, ele recebia um salário de R$15,6 mil para ir para o interior. Foi para lá, voltou e negou. E ele precisava daquele dinheiro, inclusive porque era arrimo de família. E sabem por quê? Ele disse que não tinha experiência de um médico vivido no interior das décadas passadas que podia clinicar com o mínimo de exames: “Agora, eu vou para uma cidade onde não tenho uma ultrassonografia, como vou receitar?” Ele foi extremamente ético. E precisando.

Então, às vezes, não é só o salário. Na maioria das vezes, eu acho que nós nos batemos aqui, é a falta de condições.

Normalmente, se vai pegar os médicos que estão iniciando. Porque aqueles que já estão baseados,que já tem o seu consultório, a sua clínica, já estão mais adiantados e não têm essa preocupação em ir para o interior. Aqueles que precisam e o interior precisa são médicos com menos experiências.

Eu pergunto ao Dr. Fernando, que citou o Reino Unido e vários países, se as condições de trabalho são as mesmas. Eu não vou falar em salário. Mas as condições que oferecem no interior do Reino Unido e desses outros países mais adiantados são iguais? Eu acho que, se trouxermos um médico de fora do País para examinar a cidade aonde ele vai e os recursos que ele tem, eles nos iam chamar de loucos: como é que podem mandar um cidadão para lá? É questão de recurso; eu acho que a parte humanitária, a parte de doação, necessidade, tudo isso converge, mas falta – e aqui no Brasil, principalmente nós, que estamos na educação, recebemos um pedido de prefeituras, mas todos os anos, quando chega perto dos orçamentos, das emendas nossas, e os meus colegas estão aqui para dizer se isso é verdade ou não, mas pedindo: pelo amor de Deus, eu preciso consertar um tomógrafo que está há cinco anos quebrado. Então, são situações, assim, muito iniciais. Depois, trazer médicos de fora. Os senhores são doutores, todos os senhores explicaram, explanaram, eu acho que nós temos que redividir isso. Agora, eu tive uma informação do Cremesp na segunda-feira, e confirmada pelo Dr. Carlos Vital, de duas situações: um médico brasileiro que está em formação na Bolívia, quando ele forma, ele não pode ser médico na Bolívia – primeiro; os médicos formados em Cuba não podem ser médicos em Cuba – aí a gente vê aqui: eu distribuí aí para os senhores o que o Conselho Federal nos passou. Paraguai – Paraguai! – rejeita médicos cubanos: formação medíocre – aspas: “impede exercício da profissão no país”. A Bolívia, a mesma coisa. Como é que nós vamos receber esses médicos sem revalidar esses diplomas? O MEC criou um sistema extremamente sadio, rigoroso, em termos, porque nós temos que qualificar da nossa base para cima, não para pior. Então, o MEC está fazendo esse papel. Agora, de repente, esse exame não existe e nós vamos – aí, para mim, é resolver problema estatístico; é resolver problema estatístico. Vamos trazer, aí, seis mil cubanos, vamos por no interior e dizer assim: todos os municípios brasileiros têm, pelo menos, dois

médicos, ou um médico. Quer dizer, não é, nós não estamos resolvendo problema nenhum; nós estamos criando problemas seriíssimos. A nossa realidade hoje e que – esse é o projeto em que nós estamos no fim; o Senador Paulo Davim está me assessorando: é o da proficiência na Medicina. Eu fiquei horrorizado que, pelo sétimo ano consecutivo, o Cremesp promove isso até o ano passado de maneira não obrigatória, agora obrigatório, mas sem penalidade, porque não é lei. Mas os resultados – 48% – de um sextanista, não resolver problema básico, como saber qual é a solução ideal para uma criança recém-nascida, desidratada, não saber a composição, 88% não responderam. Problema respiratório: sessenta e poucos por cento. Quer dizer, isso está lá, é documento. Agora, nós estamos falando do Estado de São Paulo, onde a gente acredita que o nível é bem mais elevado. Por que é que São José do Rio Preto, cidade, aliás, onde eu nasci, tem três faculdades de medicina? O MEC tinha fechado, ou prometido, se comprometeu em não abrir novas universidades nem faculdades de medicina; abriu uma em Campinas, onde menos precisa. Agora, se nós não qualificarmos, nós precisamos continuar formando médicos, não fabricar médicos. Então, o País tem que resolver isso de uma maneira. Então, eu acho isso de uma complexidade e tantas nuances que nós temos aí pela frente: se falou em arrecadação alta do País, carga tributária, a gente bate o recorde todos os meses – todos os meses – e para onde vai esse dinheiro? Agora nós temos uma máquina inchada: se cria o 39º Ministério, se criam agências, se criam estatais, se aprovou há 15 dias, na CCJ, 7.800 empregos, faixa de R$12 mil, e o nosso problema? A doutora me disse aqui que na cidade do Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, onde ela clinica, o parto normal se faz...

Por favor.

A SRª BEATRIZ RODRIGUES ABREU DA COSTA – Numa maternidade que era para ser de alto risco, só pela deficiência e falta de maternidade no Estado – a maternidade foi fechada, inclusive, em um feriado – quando ela está muito superlotada, quem faz parto normal fica na cadeira os dois dias que temos que ficar, e quem faz cesárea ou é gestante já internada tem o direito de ficar na maca, por questões pós-operatórias. Isso devido à superlotação. É uma vergonha um Estado como o Rio de Janeiro estar em condições precárias de saúde, não só na minha especialidade, mas em todas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sem mais delongas, para não tirar, inclusive, a oportunidade e a prioridade do nosso relator, estamos vendo realidades diferentes dentro de casa. Acho que temos muita coisa para fazer e esta Casa, com esta audiência, vai propiciar uma discussão muito ampla, e acho que podemos chegar a uma contribuição que nem imaginamos.

Com a palavra o Relator Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, antes de me dirigir aos nossos convidados, vou pedir que o Senador Paulo Davim, que é médico, use a palavra primeiro, para que, depois de ouvi-lo, eu possa expressar a minha opinião sobre um tema grandioso. Estamos aqui tratando de vidas, vidas e vidas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar toda a Mesa e os ilustres convidados que vieram aqui jogar luz sobre um problema, sobre uma matéria de muita importância.

Começaria o meu comentário falando sobre uma viagem que fiz, semana passada, à Amazônia. Selva amazônica. Cheguei num pelotão de fronteira e fui visitar o departamento médico, a enfermaria. O general me acompanhou e me disse que não tinha médico lá. "General, o que está acontecendo? Não tem o serviço militar obrigatório?" E ele disse: "É, mas a gente convoca, eles entram na justiça e ganham." Serviço militar obrigatório. Então, acho que, neste debate, terá que se considerar também as questões jurídicas, além do ponto de vista filosófico.

No interior do meu Estado, que visito com regularidade, há escolas que não têm professores de matemática e português; delegacias sem delegados, com cabo tomando conta; faltam dentistas, juízes, promotores de justiça... E todos que se formam na escola pública também deveriam, por essa lógica, darem a sua contribuição ao serviço civil obrigatório.

Acho que o que está acontecendo no Brasil é que houve um despertar tardio de uma responsabilidade com a saúde – responsabilidade que foi dos governos – e, de repente, querem responsabilizar a figura do médico por tudo o que está acontecendo até agora. É o médico que não quer trabalhar. Chegam prefeitos e dizem: "Eu ofereci vinte mil no meu interior, não apareceu médico!" O que o médico quer é segurança jurídica. Não adianta ir para receber um mês e o outro não; não adianta ir para ser mais um dentro do tabuleiro político do prefeito. Não quer ir, porque qual é a perspectiva para esse profissional? O médico também tem casa, também tem filho, responsabilidades... Ele vai e qual é a perspectiva? Se enterrar no interior lá na fronteira? E os filhos dele? Qual é o pai e a mãe que não querem assegurar um futuro para todos os seus filhos? O médico também. Aí o governo, de repente, deu um *start*:

vamos ter que resolver esse problema da estatística; vamos botar médicos, custe o que custar!

Só um parêntese: o Congresso, há um mês, promoveu a segunda abolição, que foi com a PEC das domésticas. Mas agora não, vamos reeditar um gueto para jogar o segmento médico. Vai ter que ir, obrigatoriamente, sem se preocupar com as condições de trabalho, sem se preocupar com a remuneração desse profissional. Acho que estamos dando um passo atrás, quando, no Brasil, a gente sabe que avançou do ponto de vista de cidadania. Não é bem por aí. Jogam-se números: Estados Unidos, mais de 20%; Inglaterra... Nós não temos nada, absolutamente nada contra a vinda de estrangeiros. Podem vir.

Vou dar outro exemplo: uma colega minha, de faculdade, de turma, Paim, casou com um pastor. Médica, casou com um pastor e foi morar no Canadá. Ela tentou, por vários anos, a revalidação lá, não conseguiu. Mudou de profissão. Veio passar férias lá no Estado, com a maior saudade, passou seis anos, fez residência, tal, não passou no Canadá. É assim.

Um colega meu que faz medicina nuclear, tem dupla cidadania, nasceu nos Estados Unidos, o pai é brasileiro, mas estava prestando serviço para uma empresa lá. Ele terminou medicina no Rio Grande do Norte, muito preparado, fez residência médica em medicina nuclear e foi passar dois anos do Johns Hopkins, exatamente pelo fato de ser cidadão americano também. Quis ficar, vai fazer exame. Para ficar, tem que fazer a prova. É assim no mundo inteiro.

Tem 30% de médicos... Ora, prestem bem atenção! Em 1070, a Itália já tinha faculdade de Medicina! A Europa, toda a Europa tinha faculdade de Medicina antes de o Brasil ser descoberto.

A gente tem que lembrar que esses países têm medicina de excelência. É claro que, em todo serviço de excelência, gravitam em torno deles vários profissionais. Esse amigo que foi para os Estados Unidos e quer ficar lá, por quê? Foi porque a Medicina lá não prestava? Não, porque a Medicina é de excelência. Onde tem serviço de excelência, gravitam, em torno desses serviços, profissionais de toda parte do mundo. É claro que a Inglaterra vai ter muita gente de fora, é claro que os Estados Unidos vai ter muita gente.

Na verdade, não dá para se resolver um problema secular do dia para a noite, não dá! Essa discussão sobre vinda de médico estrangeiro, serviço civil obrigatório, na verdade... Eu disse ao Ministro semana passada: Ministro, não vou mais discutir isso, não, porque isso está desviando o foco do cerne da questão. Um País que investe 3,7% do PIB na Saúde nunca vai ter uma Saúde digna!

Eu sou da Base do Governo, eu defendo esse Governo, mas é verdade. O mundo inteiro investe uma média de 9,4% do seu PIB, é a média de investimento, no mundo, em Saúde. E o Brasil, 3,7%. Nós investimos menos *per capita*/ano, nós investimos US$420 *per capita*/ano, nós investimos menos do que a Argentina, do que o Chile, do que o Uruguai. Contra número, não tem argumento. Não adianta a gente investir pouco. Vão faltar leitos para essa gestante, o que a Beatriz acabou de dizer, faz o parto e fica dois dias sentada numa cadeira. Lá em Natal, está acontecendo parto no chão! A gente precisa é interiorizar a Saúde. As ações do Governo têm que ser capilarizadas, com respeito, ações verdadeiramente dignas. Aí nós vamos ter! Agora, acabar a carência da Saúde por decreto, por canetada, não vai. Triste do país que tem que submeter seus filhos ao serviço obrigatório por qualquer razão! Triste do país! Tem saída? Tem! É claro que tem!

Eu faço parte, eu sou Vice-Presidente da comissão que está discutindo o financiamento da Saúde, que tem o Senador Humberto Costa como Relator. Nós estamos chocados com os depoimentos que chegam aqui. Amanhã mesmo vai haver outra audiência. Não adianta vir com subterfúgios. Nós não temos dinheiro para a Saúde! Vamos pegar o médico e jogar no interior para fazer o que com a caneta e o estetoscópio?

Sou intensivista, trabalho em UTI, e faço cardiologia também. Adoro urgência. Fui treinado para isso. Agora, digo sempre: o urgentista, o intensivista é tropa de elite na Medicina. É tropa de elite! Na urgência, não há tempo de você folhear livro atrás de solução, não dá tempo de se consultar a Internet. É você, o paciente e Deus. Você tem que saber o que fazer, senão vai perder uma vida. E pegar pessoas sem essa habilitação, jogar para o interior, onde ele vai ser o parteiro, o urgentista, onde ele vai ser tudo, sinceramente, é colocar em risco.

Há um caso muito interessante de um médico do Rio Grande do Norte, intensivista, que foi para o interior para uma vaquejada, uma festa. De repente, um paciente teve um pneumotórax espontâneo. Quem é médico sabe o que é isso. Ele não tinha absolutamente nada, mas tinha a vivência, ele era experimentado em urgência. O que ele fez? Ele drenou o tórax com um equipo dentro de um frasco de soro e salvou a vida. Pergunto: será que um profissional recém-formado teria esse tirocínio? Será? A urgência exige capacidade e experiência. É como piloto de avião, em horas voo.

Então, meus amigos, fico muito preocupado com esse afã de resolver. Claro que queremos resolver. Qual é o médico, qual é o profissional de que não quer que a saúde do Brasil melhore, pelo amor de Deus? Todos nós queremos. Eu quero, eu quero, mas o caminho

não é esse não. O caminho é a discussão séria de uma carreira de Estado. Por que o Ministério Público tem carreira de Estado? Por que a tributação tem carreira de Estado? Por que a Magistratura tem carreira de Estado? Porque são prioridades para o Estado. Eu queria que a saúde fosse prioridade. O dia em que a saúde for prioridade, nós vamos discutir os elementos de uma carreira SUS, uma carreira de Estado. E aí vamos ter condição de fazer esse debate. O Governo vai ter que colocar os dez por cento. Não é possível, não é possível! Vamos entregar, logo mais, mais de um milhão e meio de assinaturas no documento do Saúde mais Dez. O Governo vai ter que colocar. Precisamos de dinheiro, saúde sem dinheiro não vai. Com dinheiro, com debate sobre essas questões, acho que vamos chegar lá.

No serviço militar obrigatório, o General me perguntou: o que eu faço? Respondi; olha, poderíamos conversar com o Ministro para que o serviço militar também fosse acoplado ao Provab. Seria um estímulo a mais para colocar médicos nas fronteiras do Brasil, nos pelotões de fronteira. Seria uma saída, presença médica. Portanto, é isso que tem que ser feito. Ademais, eu quero apenas elogiar a iniciativa do Senador Paulo Paim porque se trata de um debate muito sério que deve ser feito nesta Casa. Parabenizo-o pela iniciativa e agradeço a todos pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim,

Antes, faço uma ressalva no sentido de não crucificarmos só este Governo. O investimento em saúde é secular, de todos os governos. Um investe um pouco mais, outro investe um pouco menos, mas bem abaixo do suficiente.

Por gentileza, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, Agora são 12h10. Temos ainda compromisso com o plenário. Então, cumprimento a todos os nossos convidados. Esta audiência, de fato, aconteceu mediante uma provocação positiva que os Líderes do setor médico fizeram. Primeiramente, eu lhes disse que não sou médico e, consequentemente, a minha obrigação, como legislador que sou e gosto de ser, é ouvir, tanto da parte do Governo como da parte do autor do projeto, especialistas na matéria, que são os que atuam no setor de medicina.

De pronto, quero dizer que vocês devem ter notado a ausência do Senador Cristovam. Ele não está presente porque ficou descontente com a formação da Mesa. Segundo informação que a assessoria de S. Exª me passou, quatro são favoráveis a uma posição – não vou entrar no mérito – e dois contrários àquela posição. Então, segundo a alegação do Senador Cristovam, a Mesa ficou desigual. Consultei a assessoria – não é, Júlio? –, e o Júlio me disse que tudo foi encaminhado junto à assessoria do Senador Cristovam. Inclusive, há aqui o rascunho de um *e-mail* enviado. Enfim, todos sabiam qual era a formação da Mesa.

Estou aqui e fiz esse esclarecimento a pedido dele, com a maior tranquilidade. Acho uma pena ele não estar aqui, mas respeito, democraticamente, a posição dele.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Paim – interrompendo –, nós mudamos a data em função de que ele não podia na data anterior. Passamos para hoje por conta disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas me permitam falar rapidamente. E não vou fazer nenhum contraponto; estou aqui mais para ouvi-los.

Primeiro, as denúncias que ouvi aqui são da maior gravidade. Por exemplo: essa ação das prefeituras, que a Drª Beatriz colocou. Estão roubando o Erário público; é corrupção, é fraude, é desvio do dinheiro público. Mandam botar o nome lá e, simplesmente, "não precisa mais vir, mas deixe o nome aqui para a gente arrecadar". Isso é da maior gravidade e vai constar do meu relatório, porque isso não pode ser dito. E sei que V. Exª – "V. Exª" é um termo parlamentar –, que a doutora falou, com toda a responsabilidade, desse fato. E eu o colocarei aqui.

Outra questão que me preocupa – permitam-me dizer isso – é que, ao mesmo tempo em que estou ouvindo todas as falas aqui daqueles que são contra o projeto, eu sou leigo, mas a pergunta que eu tenho que fazer é esta – permitam-me fazê-la com a maior inocência do mundo: entre ter um médico não especialista e, mesmo com as condições não ideais, não ter um médico... Estou me colocando de onde eu vim; o meu berço, resumo aqui, é de pai e mãe que ganhavam um salário mínimo e dez filhos. Entre ter, com as poucas condições que o Governo nos dá, o Estado nos dá – o que devia ser uma política de Estado, de fato, os Governos nos dão –, ter um médico lá, que passou por uma escola pública, que se formou na escola pública usando – usando, no bom sentido – o dinheiro público... Tenho um irmão, o caçula da família. Nós, dez irmãos, nos cotizamos, e ele é médico. Então, eu me dou um pouco não de autoridade, eu me dou o dever de falar também isso. Daí a pergunta que faço: houve um acidente lá no interior ou alguém ficou mal de repente; entre um Paim da vida, que está falando para vocês dessa forma aqui, de quem não entende nada, e um médico recém-formado, qual é a opção que nós temos? Com certeza, seria um médico recém-formado, antes que um Paim da vida, lá no

interior, seja do Nordeste, do Rio Grande do Norte ou do Rio Grande do Sul.

Faço essa reflexão, entendendo toda a argumentação que vocês fizeram. É claro que eu entendo; a falta de estrutura, a falta de preparo, a falta de experiência. Mas eu me coloco também no lugar do nosso povo mais pobre e que precisa muito de um médico, de alguém que tenha o mínimo de conhecimento. E esse conhecimento, com cinco, seis anos, enfim, de faculdade e o seu estágio, lá no interior, ele pode nos ajudar muito. Mas sabemos que, aí, tem que haver um esforço muito grande.

Enfim, eu tenho claro que, em qualquer pesquisa que se fizer hoje, junto à população, e o Governo sabe disso, são três as questões fundamentais – para mim não importa a ordem, mas eu boto em primeiro lugar: a saúde, a educação e a violência. As pesquisas mostram isso. A preocupação da população é esta: saúde, educação e violência. Mas, se você chegar para um pai e uma mãe, em uma situação de desespero, o filho morrendo, o que eles vão dizer? É importante a educação ou a saúde? Claro que eles vão dizer que querem um médico ali. Embora, para terem um médico, vai ter que haver investimento em educação para haver um médico, senão, não haveria o médico. Mas é fato e é real. E a violência é fruto, enfim, da situação que todos nós enfrentamos, como vimos, recentemente, os últimos fatos na imprensa aí, de uma dentista, aquela que foi, recentemente, queimada, coisas como essa.

A pergunta que volto a fazer neste momento... Recentemente, por ocasião daquele incidente lá de Santa Maria, onde morreram 241 ou 251 pessoas, que eu acompanhei, eu solicitei uma audiência pública aqui – porque nós temos uma comissão especial que cuida, e eu sou relator também dessa matéria – para saber se foi falta de fiscalização, se foi falta de participação maior de engenheiros na elaboração do projeto. Os dados que me passaram foi que, se houvesse, no Brasil, hoje, mais 50 mil engenheiros, todos estariam colocados. Mas, quando eu falei com um representante do setor, líder dos engenheiros, aqui, ele também não via com muito bons olhos essa história de virem engenheiros do exterior para cá. Aí, tudo isso vou ouvindo e, é claro, vou guardando e refletindo com os senhores. Aqui é uma reflexão, com a maior ingenuidade e até honestidade. Entre termos mais engenheiros ou não termos engenheiros, como é que fazemos para que o País se desenvolva mais?

E claro que, na questão da medicina, é mais grave ainda! Estou falando aqui, como eu disse quando iniciei minha fala, da vida das pessoas, e vida é inegociável, vida não tem acordo. Vida, não existe você entrar no balcão e dizer "olha, eu faço... mas não faço". Tem que fazer, como você disse muito bem com esse exemplo do interior, ou a pessoa morre. Afinal, a pergunta que ainda faço no final: temos ou não temos médicos suficientes para atender o nosso interior?

Esses dias ouvi um relatório numa Comissão, e pena que ele não está aqui, do Senador Humberto Costa, que já foi Ministro da Saúde. Ele foi muito duro – você devia estar junto naquela reunião – quanto à questão de não termos médicos no interior. Isso é algo que temos que refletir, nós todos, e eu sei da dificuldade que aqui foi colocada, "mas por que só os médicos?". Eu concordo, inclusive, com essa pergunta. Os médicos têm que ir, mas também tem que haver toda uma infraestrutura mínima para assegurar, mas que vamos ter que começar a distribuir esses profissionais pelo interior, vamos ter que fazer isso acontecer.

Quero dizer, quanto ao meu relatório, que estou muito tranquilo porque não sou daqueles que se dizem dono da verdade absoluta e que ninguém vai me fazer mudar de opinião. O meu relatório está aqui em minha mãos, e o que eu poderia fazer aqui, ouvindo a opinião de todos os senhores, como existe uma Comissão Especial, é solicitar também um parecer, porque ali estão os especialistas. Eu não sou especialista, por mais boa intenção que eu tenha. Peço que essa Comissão também me dê um parecer sobre o projeto. Tenho certeza que vocês podem ajudar, como uma contribuição para meu trabalho final.

Também acho que não é possível, mediante tudo que foi colocado aqui, e nós sabendo dessa realidade... Claro que queremos 10% do PIB para educação, queremos 10% do PIB para saúde, queremos que todo o dinheiro dos *royalties* vá para a educação e, quem sabe, sobre um pedacinho também para a saúde, para valorizar e resolver mais o setor, mas eu quero dizer que, diante de tudo que ouvi, não acho que simplesmente devemos dizer: "Não, rejeito o projeto do Senador Cristovam." Eu acho que nós deveríamos construir, aproveitando o trabalho desta Comissão e tudo que vocês colocaram aqui... Não pensem que eu não ouvi. Eu ouço e vou guardando o que todos aqui falaram.E eu diria que o Senador Cyro Miranda, no seu subconsciente deu o caminho: como é que podemos construir um substitutivo, e não simplesmente dizer "sou favorável ao projeto", que seria mais fácil para mim, mas seria fugir da responsabilidade, por tudo o que eu ouvi aqui? E, para mim, todos estão cobertos de razão. Todos querem mais médicos, mas todos querem também uma estrutura melhor, querem a valorização devida dos profissionais.

E permitam que eu diga: falo muito da manutenção do trabalhador rural. Eu que trabalho muito nessa área, com os assalariados do campo e da cidade e da

Previdência, queremos que o trabalhador rural permaneça no campo. Agora, tem que dar estrutura para ele ficar lá, senão ele vem para a periferia da cidade. E vai mais ou menos nessa linha, se me permitem, desse exemplo bem chulo, como a gente fala no Rio Grande, bem chão de fábrica. Nós queremos que os médicos fiquem lá? Muito bem, vamos colaborar na infraestrutura para que eles possam, efetivamente, cumprir seu dever fundamental, que é salvar vidas.

Enfim, essa é minha reflexão, e procurei, nela, dar dois encaminhamentos. Eu pediria uma sugestão, inclusive do Senador Humberto Costa, que é também uma pessoa que ouço muito sobre esse tema, como ouço, naturalmente, o Senador Paulo Davim, que está incluído também, peço uma opinião sobre esse projeto e até, quem sabe, uma opinião sobre a construção de um substitutivo, que foi, indiretamente, quase que a primeira sugestão dada aqui pelo Senador Cyro Miranda. E que a gente possa construí-lo de forma coletiva, a Comissão, o Governo e os líderes do movimento.

Termino dizendo, Senador – permita-me, e V. Exª ajudou muito –: grandes projetos polêmicos dos quais fui relator só foram aprovados por unanimidade quando houve a grandeza das partes, dentro do possível, de construir o melhor para todos. Foi assim com o Estatuto da Juventude, com o Estatuto da Pessoa Deficiência, com o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, com a política do salário mínimo, com a questão dos autistas. E sou Relator agora do 122. Todo mundo sabe o que é o 122: o combate à homofobia. Há uma guerra instalada no País entre setores que são contra a liberdade de orientação sexual – estou resumindo, só para não entrar em detalhes – e outros que são a favor. Aceitei o desafio de ser o Relator, mas acho que ele só vai avançar, para combatermos o ódio, a intolerância e a violência contra aqueles que têm sua orientação, independentemente de julgamento, mediante uma grande construção.

Então, eu diria, para finalizar, que esse projeto, por tudo que ouvi aqui, não é assim, não. Não se trata de dizer "sim" ou "não". Isso merece calma, tranquilidade, paciência. É preciso ouvir o Governo, as lideranças médicas e uma comissão destinada a trabalhar esse tema.

Enfim, a minha preocupação é a mesma de vocês. Só quero somar, sem dizer que este ou aquele é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um fechamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Tenho a certeza de que, estando essa matéria nas mãos do Senador Paulo Paim, ele vai construir um substitutivo que vai contemporizar as partes. Depois do desafio do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Juventude e de tudo o que ele colocou aí, tenho absoluta certeza de que ele vai chegar a um substitutivo convincente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Para as considerações finais, vou lhes passar a palavra, pela ordem que tenho, que é diferente da primeira, concedendo três minutos para cada um dos senhores. Se acharem que precisam de alguma coisa a mais... É que já é meio-dia e meia, e muitos dos senhores têm compromissos. E nós ainda temos mais atividades. Mas é muito importante ouvi-los.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro, desculpe-me, mas eu também fiquei muito preocupado com o que o Waldir falou: nem CLT eles têm! Em resumo, é isso. Faz 70 anos a CLT, mas nem há os direitos básicos que a gente pede para os trabalhadores! É o que, aqui, o sindicalista também denuncia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, para que faça suas considerações finais.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Mais uma vez, reitero a satisfação e os agradecimentos pela participação nesta audiência, a qual atribuo à ação sempre profícua do Senador Paulo Paim nesta Casa.

Não posso também deixar de fazer os melhores elogios, pela lúcidas considerações e pelo conhecimento que tem sobre a questão de saúde, ao Senador Paulo Davim. Sem dúvida, uma das mais brilhantes opiniões já emitidas nessas questões eu tive a oportunidade de ouvir do Senador Paulo Davim.

Comecei minha fala, Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, referindo-me à objeção de consciência. E é exatamente essa objeção que, parece-me, transitou durante as falas que aqui me sequenciaram, em cima de pontos incontestáveis, como a ausência de condições de trabalho.

Cito o exemplo dado pelo Senador Cyro Miranda. Apesar de o jovem precisar de um numerário para a sobrevivência, ele, que é arrimo de família, diz: "Não posso ficar. Não tenho condições de assumir essa responsabilidade. Não serei um emblema. Não carregarei sobre os ombros a transferência – essa é responsabilidade do Estado –, fazendo mal ao cidadão. Eu não posso ter competência para atuar aqui sem as condições mínimas necessárias. E não tenho conhecimento para isso. Ética, é disso que precisamos". Esse jovem deu exemplo, Senador.

Trata-se de objeção de consciência. Quero saber se o serviço civil obrigatório vai ter guarida na Justiça. Um médico jovem egresso pode dizer: "Eu tenho objeção de consciência, magistrado. Eu não tenho conhecimento para trabalhar lá. Eu farei mal ao cidadão. A minha consciência não permite isso. Ela tem matriz valorativa e jurídica na Constituição Federal". Eu acho que a sentença os senhores poderiam também antever qual seria.

Muito bem! Mas avançamos.

O meu caro Prof. Fernando Menezes, que é meu conterrâneo, pernambucano, falou-me aqui sobre algumas questões acadêmicas muito importantes. Ele falou sobre o Canadá, sobre Québec.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Québec, Senador, eu também conheço. Québec tem um convênio com a França para médicos, mas os médicos franceses, ao chegarem a Québec, passam um ano sob uma tutoria dentro de um hospital. Eles só podem fazer uma parte dos atos de sua especialidade. Depois desse ano de comprovação da sua habilidade e competência, eles passam o segundo ano, sob a mesma supervisão, fazendo todos os atos de sua especialidade, para, depois, terem uma liberdade relativa do exercício profissional. Finalmente, depois de quatro anos, eles têm a autonomia plena para o exercício da profissão. Assim funciona no Canadá, em Québec.

Não temos tabu quanto a médicos estrangeiros, e o caro Bonamigo já deixou isso muito bem claro, inclusive citando palavras do Dr. Florentino, nosso Presidente da AMB, ali presente.

Tanto quanto a AMB, o Conselho Federal de Medicina não tem nenhuma objeção a médico estrangeiro desde que passe pelo Projeto Revalida e revalide o seu diploma. Agora, quero fazer uma denúncia aqui, Senador: o Projeto Revalida pode sofrer modificações. Da mesma forma que posso ter medidas alternativas como, talvez, uma medida provisória para trazer automaticamente, sem revalidação, esses médicos, posso também modificar esse projeto na sua essência, torná-lo muito menos rigoroso, muito mais fácil, diminuir sua complexidade, e, aí, perdemos a essência, perdemos o que hoje chamamos de Revalida e defendemos.

Acho que há projeto de lei nesta Casa que tenta fazer com que o Projeto Revalida esteja instituído em lei. Espero que esse projeto tramite o mais rapidamente possível mantendo a essência e a verdade do Projeto Revalida.

Bem, com evidências, caro Fernando Menezes, com todo o respeito, concordo, mas também sei um pouco acerca das questões metodológicas na área médica. Evidências, na área das questões de saúde, são nada mais, nada menos do que probabilidades. O Demônio de Laplace, ou seja, aquela teoria de que o homem poderia conhecer tudo a respeito de um fato ou de um processo morreu em 1930, quando foi criado o princípio da incerteza, que até hoje perdura. Se alguém pudesse conhecer tudo sobre algo, poderia prever o futuro. Não é assim que funciona na questão da saúde. Não temos evidências como certeza, só como probabilidade. Da mesma forma, um sistema de autorregulação, um sistema de alta complexidade, se autorregula, é verdade, mas, quando o caos é exagerado, ele se desintegra. Isso está na teoria do sistema de alta complexidade. Ele se desintegra, e é isso que está ocorrendo com nosso sistema de saúde, ou seja, está se desintegrando porque o caos é absoluto.

Bom, Senador, quero não ser muito delongado, sei que temos pouco tempo, mas, antes, nos Estados de Primeiro Mundo aqui citados, antes de qualquer coisa, antes de tudo, as condições efetivas de trabalho são prioritárias e antecedentes à alocação de recursos humanos – as que ocorrem no Canadá, na Austrália, Reino Unido, por exemplo.

Temos um financiamento já citado – não vou voltar a tecer comentários – e temos um número de vagas *versus* população, na condição de proporcionalidade e razão, ferramentas fundamentais no Direito e na área médica também, muito acima da China, dos EUA, da Índia. É só usar o critério da proporcionalidade número de vagas *versus* população. Estamos à frente de todos. Em número de escolas, temos 200. Por que não temos menos escolas com mais vagas, escolas qualificadas? Porque o Ministério da Educação autorizou uma série de escolas, sobretudo nos últimos anos, para o gáudio empresarial, sem condições de ensino. Por isso, temos 200 escolas, e não menos escolas com mais vagas e qualificadas. Isso foi política governamental – para satisfação, repito, para o gáudio empresarial.

Por que, então, temos a omissão do Estado na formação de recursos humanos? Não há vagas para todos os médicos e nem vai existir, com esse número de médicos em formação em residência médica. E, ai, graças à Associação Médica Brasileira, cumprindo um papel deixado em vacância pelo Estado, formaram-se e formam-se muito bem profissionais em especialização. Graças a essa ação das entidades médicas é que não temos hoje um caos muito maior e uma situação de muito maior dificuldade de assistência médica no País. Houve omissão do Estado, e, por isso, a AMB atuou. Não atuaria se o Estado tivesse cumprido o seu papel.

Bom, encerro, dizendo que reforma tributária, essa sim, é tabu, Fernando. Não se fala em reforma tributária, e sabemos o porquê. Mas Estados e Municípios empobreceram de 1988 para cá, com uma arrecada-

ção tributária crescendo em cima de contribuições de melhorias e não de impostos, porque impostos a União, por lei, divide com Estados e Municípios. Contribuição de melhoria não divide. Mas a União se desencarregou dos recurso humanos: tinha 44% dos recursos humanos em 1988 na área da saúde; hoje, não chega a 6% os que estão sob as expensas da União.

Finalmente, quero responder que concordo, Senador, com um mínimo de 10% da receita da União, mas que fique claro que não há sistema único no mundo – as experiências internacionais evidenciam – que não tenham 70% do seu gasto sanitário total bancado pelo Estado. No Brasil, isso não chega nem a 45%.

Respondendo ao Senador Paulo Paim acerca da questão que o senhor colocou – ter ou não ter o médico? –, eu diria de outra forma: a questão é ser ou não ser assistido.

Olhe, sem dúvida alguma, entre um egresso recém-formado, sem nenhuma condição de trabalho ou de ação, ou um Paim, um homem lúcido, capaz de ter a convicção de que a compreensão das coisas simples permitem compartilhar as razões da esperança, eu não teria dúvidas: eu preferia ter um Senador Paulo Paim em lugar desse egresso. Eu só teria uma reflexão a fazer: seria um imenso prejuízo que este Senado teria com a sua estada por lá. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um diplomata um homem desses!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Vital. Foi vital a sua intervenção no final.

Concedo a palavra, com muito prazer, para as considerações finais, ao Dr. Fernando Antonio Menezes da Silva.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – É sempre bom ser alguém que traz uma visão um pouco diferente, e acho que eu continuo assim.

O Senador Cyro colocou uma questão muito interessante, de processo de formação.

Senador, eu me formei, ou melhor, me graduei em 1979. Entrei na universidade em 1974. Não havia tomografia, não havia, ainda, estava no começo a ultrassonografia; uma série de coisas que hoje eu tenho como garantidas, Senador, não havia. E nem por isso eu deixei de ser médico.

Quando me graduei, Senador, que fui para a residência médica, não havia UTI – o que se falou da UTI, Senador, concordo plenamente. Não havia UTI, mas, nem por isso, Senador, nós deixamos de fazer cirurgias de esôfago, cirurgias que, naquela época, demoravam 8, 12 horas; nem por isso eu deixei de aspirar paciente, porque não havia... Quem era o residente fazia isso.

Então, acho que, às vezes, a gente perde a perspectiva histórica do momento em que a gente está, e a gente toma como garantido tudo o que a gente tem. O meu filho é de uma geração – tenho um filho com 12 anos – que tem isto aqui. Ele não sabe nem o que é um telefone comum. Então, acho que há uma perspectiva histórica do que é ser médico, que a gente às vezes esquece.

Há uma coisa interessante na minha vida. Eu saí daqui, Senador, para ir para o Reino Unido. Eu fiz o meu doutorado na Escócia, na terceira maior cidade da Escócia, que não tinha tomógrafo, Senador, mas que, nem por isso, não fazia medicina de ponta. Não havia tomógrafo. O tomógrafo chegava lá em uma espécie de caminhão. Hoje há, mas, naquela época – estou falando, aí, de 1990 –, alguns exames era feitos quando chegava. Questão de economicidade em saúde e outras questões maiores.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Então, é interessante que a gente coloque nessa discussão... Até por que a gente está dizendo que aquela pessoa que sai hoje de uma escola não tem condições de atender a população. Eu acho que a gente tem que rever um pouquinho. A gente pode até criar, talvez, uma discussão específica. Porque é isso que eu, às vezes, coloco em debate: a gente vai discutir algo e termina discutindo outras coisas.

Eu discordo, frontalmente, do exame único, no final do curso, como forma de determinar qualidade de egressos. E, aí, vem outro viés meu, sabe, Senador? Passei 2 anos na Holanda e posso mostrar, depois, estudos de acompanhamento – pode ser que o Brasil seja completamente diferente, fuja da curva – que dizem, claramente, o seguinte: quanto mais especialista você é, mais você esquece o básico, e a sua nota, o seu rendimento, em uma prova que é aplicada no final, cai. O que quero dizer com isso? Se você aplicar a mesma prova que é aplicada hoje, no final do curso, a mim, que estou com 35 anos, o meu rendimento vai ser menor do que o desses meninos que estão saindo. Isso significa que ele é melhor do que eu ou que eu sou pior do que ele? Não. Significa que temos um caminho de formação diferenciado. E é óbvio que uma pessoa que tenha condições, como eu, que sou cirurgião, que conheça como fazer uma drenagem toráxica, em um momento específico, será de maior serventia. Então, eu acho que a gente tem que discutir também a questão da formação – a Patrô colocou isso claramente.

Por último, eu diria que, de novo, dentro dessa discussão, é interessante verificar que a gente associa muito a parte econômica, que é importantíssima – quanto a recurso financeiro não há discussão –, mas

que países que utilizam maior recurso financeiro também utilizam outras estratégias. A gente tem que ver isso. Uma delas, o serviço civil.

E para finalizar: quando morei em Roraima, dizia-se que Roraima cresceria no dia que tivesse energia elétrica. Quando morei lá, Senador, de três em três horas faltava energia. Saí da Escócia para ir para Roraima. O que eu fazia na Escócia ainda hoje não se faz aqui no Brasil, mas nem por isso deixei de ser útil. Eu podia ter ido para casa chorar, mas resolvi tentar transformar a realidade, que é outra coisa que a gente esqueceu. Condições não aparecem, isso não é mágica. Condição a gente cria. Cria aqui, nessa discussão, e eu parabenizo o que está sendo discutido. Criam-se condições.

Ninguém está falando aqui em colocar um médico onde não tem condições. Ninguém está falando aqui em colocar médico... E se a gente definir... Porque outra coisa importante que foi dita aqui é da terminalidade do curso de Medicina, do processo de formação. É preciso ter coragem para abordar isso. Os outros países já definiram que o curso de Medicina não é terminal. Mas para a gente ainda é, tanto que a gente chama de médico.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Concluindo: temos que adotar, Senador, no meu modo de ver – e assim estamos trabalhando hoje dentro Ministério – soluções que tenham um caráter não único. Concordo com o que foi dito, são soluções complexas, mas que não possam prescindir de decisões que são decisões em que, apesar de falarmos de probabilidades, há uma probabilidade muito grande de dar certo. Isso está escrito. Há exemplo do que podemos fazer, evidência, podemos escolher o que vamos usar. Podemos discutir em cima de evidência, mas temos que trazer evidências.

Então, agradeço e me coloco à disposição, porque acho que esse é um debate que não acaba aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, claro que não.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro, se V. Exª me permitir, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu acho que V. Exª ia encaminhar dessa forma, mas, como Relator, como temos duas posições, digamos, simpáticas à ideia do projeto – não estou entrando no detalhe do projeto – e quatro diferentes, eu gostaria que a Drª Maria do Patrocínio, se possível, fosse a última a falar, porque eles são dois, então, que ela pudesse encerrar, porque, se houver alguma consideração que os nossos convidados façam... Que ela possa encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Na minha relação, está aqui que a Drª Maria do Patrocínio seria a última, então ela vai encerrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então me sinto contemplado, porque ela pode responder alguma questão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só um comentário rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Fernando, na verdade, você disse algo, mas aqui não se está falando em encaminhar médicos para lugares que não ofereçam condições, nós estamos discutindo o projeto, e o projeto não garante isso. O projeto é omisso.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Mas nós podemos...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Por isso estamos debatendo, esse debate é exatamente para isso, precisamos enriquecer o que está sendo proposto.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Perfeito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Porque se o debate é sobre o projeto, o projeto deixa o médico em condições péssimas, não se discute remuneração, nem condições de trabalho, enfim, não se discutem condições mínimas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

Passo, então, a palavra à Drª Beatriz Rodrigues Abreu para suas considerações finais.

A SRª BEATRIZ RODRIGUES ABREU DA COSTA – Agradeço mais uma vez por ter estado nesse debate. Para mim, foi muito enriquecedor, Senador, estar aqui e poder expor também a visão do médico recém-formado.

Quanto à questão de se formam médicos suficientes ou não, vou falar por mim: no Estado do Rio de Janeiro, formei em julho de 2007 e meu número de CRM é 83.440. Já estamos hoje, quase seis anos depois, em 98.000. São 14.600 médicos formados nesse curto período de tempo, mais do que o dobro dos que seriam importados de Cuba. Então, pergunto: faltam médicos? Formam-se poucos médicos por ano? Fica aí também para reflexão.

Acho que, no relato do Senador Cyro Miranda... Ela foi muito feliz, porque nenhum médico que se forme com conceitos éticos e profissionais – e isso é colocado no currículo das escolas médicas para que a formação tenha caráter humanístico, caráter ético,

profissional – vai se recusar a ir para uma região, desde que haja condições, desde que as condições sejam dadas para o médico ali.

Eu sou neta de um alfaiate e de uma professora primária, por parte de mãe. Sou neta de dois imigrantes portugueses, sou filha de português. Meus avós vieram para cá para tentar a vida, por causa da ditadura do Salazar, em Portugal. O meu avô era operário, e minha avó nem tinha o terceiro ano primário completo, trabalhava na lavoura em Portugal e veio trabalhar aqui. Meu pai foi expulso de sala de aula durante a faculdade, porque estava com o sapato furado. Então, a realidade era de necessidade. Eu moro no Rio de Janeiro em um subúrbio. Então, a necessidade que a população tem de ser assistida eu senti na pele, e é o que minha família sente e sentiu, necessitando do Sistema Único de Saúde também.

E digo do meu sofrimento de dizer para uma mãe, dentro de um grande centro, que seu filho vai morrer porque não há insulina. Ela é diabética, e seu filho pode morrer a qualquer momento ou pode ser malformado, pode parecer aquele geniozinho do Chamyto, ou seja, pode nascer com as pernas assim, neste nível, porque não há um remédio para a gente dar para ela.

(Soa a campainha.)

A SRª BEATRIZ RODRIGUES ABREU DA COSTA – Então, a minha resposta fica sendo a mesma. Acho que, se fosse para escolher entre o senhor e um médico para dar essa notícia para a mãe, eu escolheria o senhor, porque o senhor, com certeza, conseguiria meios de transferir ou de conseguir uma licitação.

Eu agradeço também. E queria ponderar, para terminar, que não se transforma uma realidade sozinho. A realidade do País é transformada pelo esforço de todos os cidadãos. Um médico sozinho não faz verão, Senador.

A Associação Nacional dos Médicos Residentes está aqui e sempre estará, para contribuir com esta Casa, em tudo o que for necessário, para modificar essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro, sei do adiantado da hora. Acho que o Dr. Fernando respondeu. Mas, quando eu fiz essa colocação, eu queria deixar bem claro que me preocupa muito também que, daqui a pouco, seja passada a impressão – e isto aqui está sendo transmitido, ao vivo, para todo o País – de que um operário metalúrgico tem mais condição de atender a um paciente acidentado no interior do que um médico recém-formado. Eu não queria que meu irmão que se formou ouvisse isso e que se passasse essa impressão. Ele é médico, e sei da importância, quando ele se formou e terminou seu estágio, do trabalho que ele fez no interior.

Só estou preocupado. Sei que a intenção não foi essa; foi até a de me fazer um carinho. Mas, de nenhum jeito – outros falarão; por isso, estou falando isto agora –, pode-se passar a impressão de que um médico recém-formado, com dois anos de estágio, no interior, com as mínimas condições que tiver, não vai saber fazer o atendimento de um paciente melhor do que um peão metalúrgico, que sabe muito é trabalhar com ferro quente forjado. Eu trabalhei na forjaria.

Sei que não é essa a intenção. Vocês viram bem a minha tranquilidade. Quero dizer que, aqui, aprendi muito. Foi importante estar aqui. Lamento o fato de o Senador Cristovam não estar aqui. A minha posição – chegou aqui o relatório – já é outra, é a de sair para trabalhar o substitutivo, ouvindo, cada vez mais, todos os senhores, porque, senão, daqui a pouco, vou me dar o direito de achar que sei tudo e vou fazer um relatório até pior do que aquele que fiz quando aqui cheguei.

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Eu pensei que o senhor ia praticar ilegalmente a nossa profissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só queria fazer esse esclarecimento.

Fiquem tranquilos. Todos foram muito felizes. Só me preocupei com a forma como a imagem pode ficar lá fora. Eu me dou muito bem com a juventude brasileira. Sou muito amigo, devido ao Estatuto da Juventude, de inúmeros jovens que são médicos. Gostaria que não se passasse a impressão de que um leigo sabe mais, na hora do atendimento. E estamos falando do atendimento de pessoas doentes ou acidentadas. Não estamos falando de outra região. Foi o que exemplo que dei do interior. Usei até o exemplo do trabalhador rural.

Eu queria fazer só esse esclarecimento, que, para mim, é importante. Fiquem muito tranquilos, porque saio daqui com a ideia de um substitutivo construído depois de ouvir todos sobre o encaminhamento final de um tema tão complexo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. De V. Exª nós não esperamos outra coisa, mas, sim, a ponderação. Tantas audiências o senhor fará quanto forem necessárias.

Concedo a palavra ao Dr. José Luiz Bonamigo Filho, para fazer suas considerações finais.

O SR. JOSÉ LUIZ BONAMIGO FILHO – Senador Paim, para tranquilizá-lo, eu queria dizer que me alinho às suas considerações. Mesmo um recém-formado faria um melhor papel do que um não médico.

Aprendi, nesta Casa, com o Deputado Darcísio Perondi, há alguns anos, que o bom é inimigo do óti-

mo. Essa era uma frase que ele falava muito. Todos queremos o ótimo, mas isso também não é possível. Não vai ser possível ter um Paulo Davim, um médico treinado em UTI, em emergências médicas para todos os brasileiros, infelizmente. Mas, segundo o que citei na minha fala, para a sétima economia do mundo e para um País com a carga tributária que temos também a discussão está mal posta, na minha opinião. Não temos que discutir serviço civil, temos que discutir serviço, contratado como serviço, remunerado como serviço e com condições de trabalho. Acho que o Brasil está em condições de fazer a discussão nesse nível. É um debate que está aberto, e, se o Ministério, o Poder Executivo e também o Executivo nos Estados e Municípios entenderem que se deve fazer o debate não apenas no nível do serviço, compra e prestação, mas que o serviço civil deve ser obrigatório de outras formas, vamos debater. Estamos abertos.

Com relação à questão do número e das condições, acabamos, às vezes, focando muito na situação do pequeno Município ou da região rural. O exemplo que citei aqui – o texto que o senhor pediu já foi enviado para o *e-mail* da Secretaria da Comissão é do rio de Janeiro, a segunda maior cidade do País. Quer dizer, estamos falando de condições de trabalho não é na zona rural. Estamos falando da capital de um Estado, de um Estado rico, um dos que se beneficiam mais dos *royalties* do petróleo, essa riqueza natural do Pais, e dos recursos advindos dessa riqueza. Falamos, como lembrou bem o nosso Presidente Florentino, que a falta de médicos ocorre não apenas na zona rural e nem na periferia. Dentro dos hospitais universitários federais, hoje, faltam médicos, por razões de restrições orçamentárias ou por razões burocráticas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ BONAMIGO FILHO – Então, são problemas de financiamento, mas também problemas de gestão que precisamos encarar de frente. Não é um desafio simples, mas registro que a realidade não está apenas lá longe, só nos rincões, nas pequenas cidades; está também dentro das capitais dos Estados mais ricos da Federação.

Encerrando com a questão do número, é um pouco difícil a estatística, mas Rio de Janeiro e Brasília, que são capitais e que têm a maior densidade de médicos por habitante, cerca de quatro ou mais de quatro – podemos remeter aos eslaides que o Dr. Fernando trouxe – são capitais muito mal classificadas segundo o índice que o próprio Ministério desenvolveu. Se não me engano, o rio de Janeiro é a capital pior classificada. Quer dizer, o número de médicos é uma simplificação nessa discussão. O Rio de Janeiro transborda médicos e tem uma das remunerações mais baixas para médicos entre as capitais brasileiras e não tem uma boa saúde pública. Então, o número de médicos e essa relação com a população absolutamente não é um indicador que nos dê uma mínima tangibilidade do que é o problemas da saúde pública no Brasil.

Obrigado novamente, Senador Cyro. Peço desculpas por ter excedido o tempo. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Somos nós que agradecemos, Dr. José Luiz. Em seguida, passo a palavra ao Dr. Waldir Araújo Cardoso, para suas considerações.

O SR. WALDIR ARAÚJO CARDOSO – Obrigado, Senador.

Inicio, lamentando a ausência do Senador Cristovam, até porque é uma pessoa cuja trajetória pessoalmente admiro. Tenho certeza de que, ao elaborar esse projeto, ele estava de acordo com a sua trajetória política. E, talvez, infelizmente, tenha perdido a oportunidade de debater, de nos ouvir. Ao mesmo tempo, agradeço, em nome da Fenan e pessoalmente ao Senador Paulo Paim, por cuja trajetória também tenho admiração, e gostaria publicamente de manifestar isso.

Nesse breve tempo, quero também me ombrear ao Bonamigo dizendo que também prefiro um médico do que outra pessoa. Fique tranquilo, não deixe sua pressão subir.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. WALDIR ARAÚJO CARDOSO – Mas eu queria fazer outra reflexão: ao mesmo tempo em que isso é verdade, não podemos seguir pelo raciocínio de que é melhor isso do que nada. Fazendo um contraponto ao Dr. Fernando, pessoa que admiro muito e por cujo conhecimento e trajetória acadêmica tenho muito respeito – temos que ouvi-lo com ouvidos bem abertos –, digo que a Medicina de 1979, 1980 era uma e hoje é completamente diferente. É verdade o que ele falou, entretanto, não podemos aceitar oferecer aquela medicina para os brasileiros. Aquela era uma época em que a maioria da população brasileira sequer tinha acesso a um posto de saúde. Nós não temos mais isso. A "crise" – entre aspas –, a dificuldade, os vazios assistenciais que hoje nós temos, isso é fruto da ousadia deste País de ter...

(Soa a campainha.)

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. WALDIR ARAÚJO CARDOSO – É a ousadia, Senador Paim, dos constituintes de terem aprovado um Sistema Único de Saúde. V. Exª foi constituinte. Então, o Brasil agradece isso e nos desafia, desafia a nossa geração a dar uma resposta a isso. E é esse o debate que fazemos aqui. Estamos fazendo um debate do que é melhor para a população brasileira.

Por isso, quero concluir agradecendo e louvando este momento que estamos vivendo. Acho que V. Exª já disse que nós vamos fazer o melhor. É um desafio que V. Exª faz às entidades médicas, faz à Comissão, faz ao Congresso Nacional, e é um desafio que a sociedade brasileira espera de nós. Nós precisamos garantir a presença de uma equipe de saúde, não só médicos, em todos os Municípios brasileiros. É esse desafio, que, com a sua história, tenho certeza de que V. Exª vai nos propiciar.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Waldir Araújo, pela sua contribuição. Certamente, será valiosíssima na apreciação e na mudança dos rumos dessa questão.

Pediu-me aqui a palavra, por 15 segundos...

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Isso. É muito rápido. É talvez até uma questão de ordem, para que haja uma oportunidade de um esclarecimento necessário.

Na verdade, nós recebemos um questionamento de caráter emblemático, e foi uma pergunta emblemática ter ou não ter um egresso ou um leigo. É óbvio que a resposta teria que ser dada em termos emblemáticos. E, de forma emblemática, eu coloquei que não seria a política da redução de danos aquilo que se busca, tenho certeza, nesta Casa e dentro das entidades médicas. Queremos uma assistência, a necessária. E foi nesse sentido que coloquei, naturalmente, a resposta, é óbvio. Mas, se eu fui entendido como um emissor de intenções de elogios ao Senador, isso também é muito bom, porque ele o merece.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Dr. Carlos, pela sua intervenção para que o Senador Paim ficasse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas vai sair daqui doutor. Nessa área, sim.

Concedo, então, a palavra, para finalizarmos, à Drª Maria do Patrocínio Tenório Nunes.

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Obrigada.

Eu queria também agradecer a oportunidade. Acho que temos que fazer mais encontros, e em uma frequência mais próxima, sobre esse assunto. Entendo que é um projeto e, como tal, aberto para discussão e para aprimoramento. Assim entendo.

O viés da educação nos faz acreditar que só se constrói ouvindo o contraditório, ouvindo as reflexões e entendendo, também, que há pontos que precisam ser mais bem desenvolvidos dentro desse assunto e de outros tantos que foram citados.

Por que outros tantos foram citados? Acho que o Waldir conseguiu reduzir um pouco isso, porque o desafio da educação e da saúde, no Brasil, possibilita que, sempre que tenhamos possibilidade de nos encontrar, coloquemos todos os problemas que ainda não estão solucionados ou estão encaminhados para que possamos falar.

E, aí, eu queria falar com o senhor – eu ia falar em separado, mas, já que abriram... Quanto ao exame de proficiência, nós temos também sugestões a dar para que ele se aprimore e envolva e responsabilize o aparelho formador, seja ele público, seja privado. Acho que isso é uma questão importante para que possamos conversar depois.

Tenho convicção de que, desses diálogos e dessas trocas de experiências, vamos construir e aprimorar projetos. Precisamos traçar planos – aprendi isso; também visitei as áreas de fronteira do Brasil, com o Ministério da Defesa, e aprendi muito com eles –, é preciso planejar muito, simular, para, daí, executar. É por isso que eles conseguem fazer...

Eu queria aqui render homenagens aos profissionais da saúde que estão nas Forças Armadas e atendem, de maneira muito apropriada, naquelas regiões. Acho que precisamos aprimorar esses e outros projetos, conversar mais, talvez juntar muitos deles, que têm pontos em comum e que estão sendo tratados de forma separada.

Nós acreditamos na educação como uma estratégia para melhorar este País, portanto, temos que considerar que tudo que está sendo feito não é em vão e que vamos avançar nessa discussão.

Vou reforçar aquilo sobre o qual já troquei ideia com nossa Secretário de Educação Superior. Nós acreditamos que para o bom exercício da Medicina é preciso também que outras profissões se incorporem, então, precisamos também conversar no contexto de quais são esses Municípios, o que eles têm e o que deixam de ter para que possamos fazer um planejamento mais apropriado. Acho que, se nos comprometermos hoje a dar continuidade a essa discussão, já sairemos daqui em outro patamar e melhorando o projeto inicial.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Maria do Patrocínio...

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Posso apenas fazer uma homenagem aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pode. Deve.

A SRª MARIA DO PATROCÍNIO TENÓRIO NUNES – Foi citada a cidade de Santa Maria. Santa Maria deve servir como exemplo. Ela não fica numa capital, fica no interior de um Estado. Os estudantes de Medicina, os médicos-residentes e os residentes

multiprofissionais deram um exemplo de cidadania e de competência no momento de crise por que a cidade passou. Os professores... Fiquei emocionada assistindo ao programa na televisão, sábado de manhã, que mostrou e entrevistou cada um, particularmente, dos colegas médicos e profissionais da saúde e de outras áreas que prestaram assistência, e é um exemplo para que sigamos. Planejamento. Santa Maria é um exemplo de planejamento e de que como a educação transforma um Município e, na verdade, um Estado e uma região.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Maria do Patrocínio.

Vejam a riqueza.

Quero agradecer a presença do Senador e ex-Governador do Piauí, que conhece muito da saúde e das necessidades de saúde porque vem de um Estado com uma necessidade muito grande de investimento nessa área.

Queria dizer ao Dr. Fernando que quando o senhor se formou pela grandiosa Universidade Federal de Pernambuco – e eu, inclusive, morei por dez anos em Recife – eram chamados catedráticos os professores, eram mestres. A gente, aliás, chamava, nos cursinhos, de mestre. E, naquela época, existia a cátedra. Infelizmente, hoje, por um desestímulo até financeiro, os grandes mestres se afastaram um pouquinho da vida acadêmica, e, com a entrada, que eu julgo um pouco desordenada, das faculdades... Quando me referi ao exame de proficiência, a ideia não é pegar o aluno, é pegar a faculdade, porque aquele aluno que é aprovado em todos os anos e não consegue resolver questões como essas, o problema não é dele, o problema é da faculdade. Ela tem que ser punida. Se fizermos hoje um exame de proficiência para os alunos da sua faculdade, certamente teremos um índice de aprovação altíssimo. Santa Casa, USP e por aí vai... Agora, quando se chega no interior do Goiás e se coloca uma faculdade sem ter um hospital do lado, como é que se vai formar um bom profissional? Então, é muito difícil a orientação que recebemos no passado e a orientação que nós recebemos hoje em algumas faculdades. Mais de duzentas faculdades, se não me engano duzentos e uma temos hoje, não é, Dr. José Luiz? A última foi em Campinas. Por enquanto. Vamos chegar a um numero de médicos... Hoje é 1,8 ou 1,9, vamos a 6 por mil daqui a alguns anos, não é isso? Na velocidade...

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Para chegarmos a 6 por mil, deveríamos ter hoje, dentro da escola médica, quase 100 mil estudantes. Nós não temos. Nem pensamos ter isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, mas eu digo: na linha que nós vamos, estamos caminhando para isso. De formação.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Não, pode ficar tranquilo, Senador. Não é essa ideia...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Foi a informação recebida, 6 mil médicos, como projeção de hoje. Não vai ser verdade porque vai se dar um freio no que estamos assistindo. Mas há uma realidade do passado e a realidade de hoje. E isso não é só na Medicina. O setor de Contabilidade veio nos procurar porque estão apavorados, pois se trata de uma faculdade que não tem necessidade de laboratório, de um hospital. A facilidade de se abrir uma faculdade dessas, como foi a de Direito, transformou tudo em um mercantilismo. Pego o exemplo de faculdades do interior de São Paulo – cito a cidade de Fernandópolis, perto de São José do Rio Preto – em que o número de vagas ofertadas é menor do que a demanda. Eles estão preocupados com quem pode pagar os R$7 mil. Isso nós não podemos permitir, seja o erro do contabilista, seja o erro do profissional de advocacia. E, principalmente, a gente foca o médico, porque ele mexe com vidas.

Então, alguma coisa precisa ser feita. Essas faculdades enganam o MEC. Na hora em que elas apresentam o seu projeto, o MEC é rigoroso na aprovação, é muito rigoroso, mas, depois, elas começam com artifícios. A única maneira é auditar a faculdade, a universidade, no que ela está oferecendo, no que ela se propôs fazer e no que ela está fazendo. Quem paga o grande pato é o aluno.

A gente vê, principalmente na área de administração de empresas – venho da área empresarial –, uma solicitação de empregos tremenda. O cidadão diz: “Tenho o diploma. Sou administrador”. O coitado era balconista e, com muita dificuldade, pagou aqueles R$400,00 ou R$500,00 por mês, com o sonho de que aquele diploma mudaria a vida dele. E ele sai de lá do mesmo jeito que entrou. Não é justo fazer isso, não é justo!

Então, acho que, quanto à riqueza do contraditório, na verdade, aqui, nós não estamos no contraditório. Todos nós temos um pensamento só, nós queremos fazer isso, sim, esse projeto. Mas qual é a melhor maneira de fazê-lo? Em que o Governo, os governos têm de colaborar também com isso? Repito: isso não é um problema só do Governo atual; isso é secular. É secular o olhar para a saúde, o olhar para a educação. E, realmente, desse movimento, vamos criar uma situação bem diferente.

Parabéns, Paulo Paim, meu amigo, pela iniciativa! Parabéns pelo que, hoje, nós aprendemos!

Eu também não sou da área, sou um aprendiz aqui. E saio daqui enriquecido, com a consciência de

que devemos fazer outras audiências com participações dos senhores e de outros setores, para que formemos um projeto que, realmente, venha a minimizar o problema.

O Senador Paulo Paim sempre fala isto: às vezes, a gente não faz o ótimo, mas, se a gente chegar ao bom, já terá sido um grande passo.

Com isso, eu agradeço, de coração, a presença de todos os senhores.

Convoco para terça-feira, dia 14 de maio, às 10 horas, a próxima reunião desta Comissão, destinada a ouvir o Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, sobre as diretrizes e prioridades do Ministério para o ano de 2013.

Muito obrigado a todos.

Tenham um bom dia!

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2013.

Às dez horas e sete minutos do dia quatorze de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Antônio Carlos Valadares, João Capiberibe, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 1/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, sobre os "Planos e Diretrizes do Ministério da Educação para os próximos anos". Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Lael Varella (DEM/MG); Senhor Deputado Federal Osmar Terra (PMDB/RS); Senhor Vereador Franco Cartafina (PRB/MG), do Município de Uberaba; Senhor Henrique Paim, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Senhor Jorge Araújo Messias, Secretário de Regulação de Ensino Superior (SERES/MEC); Senhor Paulo Speller, Secretário de Educação Superior (SESU/MEC); Senhor Marco Antônio de Oliveira, Secretário de Educação Tecnológica (SETEC/MEC); Senhor Romeu Caputo, Secretário de Educação Básica (SEB/MEC); Senhor Arnóbio Júnior, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC); Senhor Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Senhor Luiz Cláudio da Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep; Senhor José Carlos Wanderley Dias de Freitas, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Senhor Professor Agnaldo Menezes Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP e Senhor Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EAD. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cyro Miranda, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira (não membro da CE), Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Inácio Arruda, Wellington Dias e Cícero Lucena. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto revisado*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata de reunião anterior e aprovação dela.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião convoca, na forma de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013, da Comissão de Educação, de minha autoria e da Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, destinada a ouvir o Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, sobre as diretrizes e prioridades do Ministério da Educação para o ano de 2013.

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Ana Amélia, que acompanhe o Exmo Sr. Ministro para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Também solicito a presença do ex-Presidente desta Comissão Senador Requião. (*Pausa.*)

Registro também a presença dos Srs. Henrique Paim, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Sr. Jorge Araújo Messias, Secretário de Regulação da Educação Superior; Paulo Speller, Secretário de Educação Superior; Marco Antonio de Oliveira; Secretário de Educação Tecnológica; Romeu Caputo, Secretário da Educação Básica; Arnóbio Júnior, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino; Jorge Almeida Guimarães, Presidente de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ainda a presença do Professor Agnaldo Menezes Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares e do Sr. Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância.

É com muito prazer que recebemos não só o Ministro e ex-Senador, mas amigo, Aloizio Mercadante. Infelizmente, deveríamos ter o privilégio de ser a primeira Casa a recebê-lo em audiência pública, mas, por motivos mais do que justificáveis, teve que ir a Roma conhecer o novo Papa, não é, Ministro? Em seguida, também outros problemas que surgiram de última hora. Mas foi bom até, Ministro, porque, com isso, as coisas andaram ao seu tempo, temos novidades pela frente e vamos sair ganhando com a sua fala.

Com a palavra o amigo e Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Queria agradecer, Senador Cyro, com quem convivi alguns anos nesta Casa. É um prazer imenso retornar ao Senado Federal.

Peço desculpas, porque fui a Roma não só com a honrosa missão de ver a entronização do novo Papa, mas nós tínhamos lá uma série de audiências do Programa Ciência sem Fronteiras, que tem estado na pauta de todas as viagens internacionais, principalmente a países da OCDE.

Nós tivemos lá um encontro com o Presidente da Itália, Napolitano, nós já temos – mostrarei depois – o número expressivo de bolsistas na Itália, tivemos também encontro com o Presidente da Eslovênia, que é um país que tem excelência em matemática e em ciências exatas que quer entrar no Ciência sem Fronteiras e tivemos um encontro na FAO, com a direção da FAO. Vamos fazer agora, dias 19, 20 e 21 um encontro com Ministros de Educação da África, aqui na Bahia, em Salvador. Vamos discutir um conjunto de política. Especialmente no primeiro dia, serão os países da África portuguesa, e depois com os outros países. Inclusive, esse Programa de Merenda Escolar, um programa ao qual a FAO tem dado grande visibilidade internacional, fomos também aproveitar para organizar este evento no Brasil. Mas é uma honra retornar. Vou ser o mais objetivo possível para garantir um amplo debate nesta Casa.

Então, Senador, vamos à apresentação.

O primeiro tema que eu queria tratar é o da educação infantil, em homenagem ao Deputado Osmar Terra, que veio aqui hoje à nossa Comissão.

Nós tivemos uma evolução importante nas creches nos últimos dez anos, passamos de 9,4% de crianças na creche para 23,6%. No entanto, quando a gente olha os 20% mais ricos, 36,2%; os 20% mais pobres, 12,2%. E esse é um problema bastante importante, por quê? Porque essa faixa de zero a três anos é a faixa das habilidades não cognitivas e elas são fundamentais para toda vida educacional futura das crianças e, inclusive, o aprendizado, a razão e a abstração dependem desse momento da vida. O Heckman, que é um Prêmio Nobel de 2000, na Universidade de Chicago, estudou o problema das creches. Ele pegou dois públicos, jovens pobres que passaram pela creche e os que não passaram. Os que passaram tiveram numa vida adulta, do ponto de vista do trabalho, da vida familiar, menor propensão às drogas, à criminalidade, enfim. Então, hoje é consagrado o papel não só para as mães, mas, sobretudo, o papel para a formação do cidadão e o processo educacional.

Então, a nossa meta é chegar a 50% em 2016. O que nós fizemos? E aqui na pré-escola já estamos com 80%. Também há a diferença. A criança mais pobre, de uma família não letrada, fala em geral um terço do vocabulário da família letrada, e aquilo que ela não fala não aprende a ler e a escrever. Então, a alfabetização exige de nós aprimorarmos e ampliarmos o acesso às creches.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos antecipando o Fundeb para as novas vagas em todas as creches municipais. Aumentamos em 66,7% o valor da merenda. Pagamos 50% a mais do Fundeb quando a criança é do Bolsa Família, exatamente estimulando uma busca ativa do prefeito para essas crianças. E, no final do ano, o Congresso aprovou o RDC, o que nos deu um grande estímulo.

A mudança da LDB também – eu queria agradecer ao Congresso Nacional – transforma em obrigatória a presença na escola de 4 a 17 anos. Isso vai ser uma grande conquista. Nós já tínhamos reduzido para seis anos e, agora, para quatro, a partir de 2016. Então, são dois anos para universalizar a escola e para chegar a 50% das creches.

Próximo.

Hoje, como está a construção de creches? Nós temos 1.757 creches em planejamento; 2.859 em construção; 607 estão com mais de 80% construídos e serão entregues provavelmente ainda neste semestre; 2.252 com menos de 80% de construção. Quantas nós já entregamos? Foram 983 creches.

No ano passado, foi investido R$1,7 bilhão; neste ano, devem ser em torno de R$2 bilhões os investimentos nas creches. Nós temos 5.677; até o final deste mês, nós vamos contratar mais 3.288 creches. Então, nós vamos para quase 9 mil creches, 8,9 mil creches contratadas até o final de maio deste ano.

Próximo.

A creche é um padrão de excelência. O que o RDC permitiu? Nós fizemos os editais, com pregão eletrônico, nas cinco regiões do País. A menor redução de preço foi de 20% na tabela Sinapi do TCU. Hoje, houve uma forte redução. Há novos métodos construtivos, e as empresas vão ter que entregar as creches tipo C em até cinco meses e as tipo B em até sete meses.

Nós vamos ter, agora, creches pré-moldadas, todas testadas pela Fundação Falcão Bauer e pelo Inmetro, garantindo acuidade, temperatura, durabilidade do material, resistência. Tudo isso está planejado. Acho que nós daremos um salto extraordinário na velocidade de construção das creches. Por quê? Porque demorava seis meses para licitar, um ano e meio para construir. Agora, vamos entregar uma creche de cinco a sete meses e, no mínimo, 20% a 24% mais barata que o previsto na tabela do TCU.

Portanto, nós saímos da fase artesanal da construção civil para uma fase industrial. Acho que isso pode ser extensivo a outras experiências do MEC, e estamos trabalhando nessa direção.

Acho que o RDC deu uma grande contribuição. Alguns achavam que o RDC poderia levar a desperdício, mas não. Houve uma redução de 20% a 24% nos preços e uma redução de prazo de mais de dois anos. Portanto, estamos dando um salto extraordinário na construção de creches.

Próximo.

Saindo da creche e da educação infantil, passo à alfabetização na idade certa. Nós definimos... Hoje, 15,2% das crianças do Brasil não se alfabetizam até os oito anos de idade. Se há Estados – eu já disse isto aqui – como Paraná e Santa Catarina, com uma média de 5% apenas, existem Estados, como Alagoas, por exemplo, em que 35% das crianças não se alfabetizam até oito anos; Maranhão, 34%; Pará, 32%. Se pegarmos a Região Norte, o índice fica em torno de 28%; Nordeste, 23%. Então, nós precisamos de uma política para priorizar a alfabetização, e a creche e a pré-escola vão contribuir para isso.

Por que nós definimos até oito anos? Por exemplo, se Paraná e Santa Catarina estabelecerem sete anos, seguramente haverá todas as condições de se colocar isso como meta, mas o Brasil ainda não tem essa condição. Se, num Estado como Alagoas, em que uma entre cada três crianças não aprende a ler e a escrever, nós conseguirmos fazer com que todas aprendam até os oito anos, será uma grande mudança.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa fala em até oito anos. O que é o Pacto?

Próximo.

Nós temos hoje 7,980 milhões nestes três anos: 1ª, 2ª e 3ª séries; são 358 mil professores; e 5.393 Municípios aderiram ao Pacto em 27 Estados da Federação.

O que é o Pacto?

Próximo.

Nós estamos dando uma bolsa de formação de R$200,00 por mês, durante dois anos, aos professores, aos alfabetizadores que vão passar por essa formação. Temos 16.814 orientadores de estudo, coordenado por 38 universidades. Todo material pedagógico é estruturado para essas três séries, e toda a formação é feita com o mesmo material pedagógico no Brasil inteiro. Até março, 14 mil professores já tinham passado da formação inicial, isso melhorou muito. Estamos fazendo a formação em todos os Estados, entregando 60 milhões de livros, e vamos, agora, fazer uma avaliação universal, no segundo ano e no terceiro ano do ensino fundamental, para saber se a criança, efetivamente, aprendeu a ler e a escrever, no segundo ano, com sete anos de idade e com oito anos de idade. Então, temos duas oportunidades de uma avaliação externa para verificar o desempenho das crianças.

Próximo.

Em relação ao Ideb, vejam que avançamos muito nos anos iniciais. Estamos bem acima da meta, que era 4.6. Avançamos nos anos finais para acima da meta.

Estamos num quadro de estabilidade em relação ao ensino médio, o que é um mau indicador, pois, considerando o quadro que o Brasil tem de atraso histórico em educação, não evoluir acima da meta é um sinal de que temos graves problemas no ensino médio. É, aqui, inclusive, que se calcula o Pisa, que é onde está o nosso maior desafio e nosso maior problema.

O que estamos trabalhando em relação ao ensino médio?

Próximo.

Estamos, primeiro, expandindo fortemente, nos anos iniciais e finais, a educação em tempo integral. A nossa meta eram 30 mil escolas até 2014. Já atingimos, em 2012, 32 mil escolas em mais de 3.500 municípios. São mais de 5 milhões de estudantes. A nossa meta, agora, para este ano, é chegar a 45 mil escolas.

A educação em tempo integral tem sete horas de jornada escolar, três horas no contraturno, cuja metade tem que ser português, matemática e ciências – estamos reforçando estas matérias – e, de forma complementar, cultura, educação, cidadania, direitos humanos. Há uma série de outras atividades que as escolas podem optar para estimular a presença na escola, mas o fundamental é o reforço escolar em português, matemática e ciências.

Vamos, agora, introduzir, no Ideb, ciências como uma nova forma de avaliação, além da matemática, de português e do fluxo. Vamos melhorar o problema de ciências.

Próximo.

A outra questão é o esporte nas escolas e uma área de lazer. Já aprovamos e estão em construção 4.681 quadras poliesportivas cobertas, mas a nossa meta é chegar a 10 mil. Este ano, queremos entregar 3 mil. Também estamos fazendo RDC. Vamos chegar, agora, com método pré-moldado, pré-industrializado, para entregar as quadras numa velocidade muito maior, como fizemos com as creches, e, seguramente, com um preço mais barato e numa escala muito mais rápida, para poder acelerar esse processo. Então, qualquer escola pública que tenha um terreno para construir uma quadra poliesportiva, ou a 500m da escola, pode se credenciar junto ao MEC. Há uma quantidade que o município pode aderir.

Próximo.

Estamos fazendo este ano, também, o Atleta na Escola. É um programa do Ministério do Esporte, Ministério da Defesa e MEC. Vamos pegar as crianças de 12 a 14 anos.

Por que esse Atleta na Escola? Onde o Brasil popularizou o esporte, como é o caso do futebol, vôlei etc., somos muito competitivos, mas onde não estimulamos, não criamos uma cultura, especialmente no atletismo, não temos competitividade, e é muito saudável estimular as crianças a correrem e também a saltarem. Toda criança pula e corre. Então, queremos fazer isso organizadamente.

Temos 17 milhões de estudantes a faixa de 12 a 17 anos: de 12 a 14 anos, vão fazer uma prova de velocidade, 75m, e de resistência, 1.000 metros, e salto em distância; e de 15 a 17 anos, vão correr 100m de velocidade, 3.000 metros de resistência e salto em distância. Vamos medir em todas as escolas. Quantas escolas se inscreveram? (*Pausa.*)

Dois mil e oitocentos municípios já se inscreveram nessa olimpíada cuja primeira prova será feita em junho.

Estamos estimulando o atletismo. Vai começar na escola, no município, no Estado, mas, depois, vai ter uma prova nacional. Cronometrando o tempo, vamos selecionar os melhores atletas. Aqueles que chegarem à prova nacional vão para um treinamento especial.

Próximo.

No dia 9 de junho é a primeira etapa. Estamos estimando 20 milhões de escolas, 5 milhões de estudantes, mas vamos passar disso, porque 2.300 municípios já se inscreveram. Na etapa municipal ou regional, vamos classificar 14.440, e na etapa nacional, 648 jovens. A prova nacional vai ser em setembro e novembro. Dependendo da faixa etária, setembro; depois, de 15 a 17, novembro. Os melhores entre esses 648 vão para um programa especial de formação de atletas de elite. No ano que vem, vamos expandir as modalidades. Vamos começar com corrida e salto e, depois, ampliar as modalidades, estimulando mais esportes nas escolas. Então, as quadras e o Atleta na Escola.

Próximo.

Outro programa a que demos muita força é a educação rural, porque o Brasil é o terceiro país que mais produz e exporta alimentos no mundo e não tínhamos uma educação propriamente orientada para o campo. Então, todo o material didático, hoje, valoriza as raízes da terra, os saberes do campo, a vida, o universo simbólico do campo. Ao mesmo tempo, estimulamos fortemente o transporte escolar no campo. Compramos, nos últimos dois anos ano, 14.261 ônibus e 16. 500 ônibus. Nós adquirimos mais ônibus que toda a história do MEC. Isso ajuda na política anticíclica, é republicano, porque toda criança chega da mesma forma à escola. No campo, quando chove não passa ônibus, é aquela lama. São ônibus traçados e estamos garantindo segurança, velocidade e qualidade para as crianças estudarem.

Próximo.

Outro programa é o Pronacampo. A nossa meta é construir dez mil escolas em tempo integral. Nós já chegamos praticamente a esse universo. O material

didático que estamos produzindo é todo integrado. A maior dificuldade aqui é a construção de escolas rurais. Nós vamos fazer RDC aqui também. Nós não conseguimos construir em áreas remotas. Tem que ser pré-moldado, chegar e montar. Isso vai baratear, vai ganhar escala e velocidade para acelerarmos esse processo. Estamos fazendo a reforma nas escolas (5.752 escolas).

Há também as lanchas, bicicletas em áreas para poder acessar o ônibus rural. Então, temos feito um olhar bem especial para a educação no campo.

Próximo.

Outra questão são as crianças e jovens com deficiência na escola pública. Vejam que, em 98, tínhamos 43 mil crianças em escola pública. Hoje, nós temos 620 mil. Total de matrículas, 337 mil, se considerarmos as escolas especializadas. Hoje nós temos 820 mil. Então, houve uma grande inclusão nas escolas públicas.

Por que isso? Primeiro, porque permite que todas as crianças convivam com as pessoas com deficiência, aprendam a conviver, e as crianças com deficiência aprendam a conviver em sociedade. Uma criança que fala Libras não pode conversar só com quem fala Libras. Na vida, ela vai ter que lidar com situações em que ninguém fala Libras. Então, isso é parte de um aprendizado, é parte de convivência com a diferença, é parte de um processo educacional. Eu acho que nós temos que manter essa visão.

O que o Governo fez no Viver sem Limites? A dupla matrícula porque vinha caindo a matrícula nas escolas especializadas. Nós estamos revertendo isso. Agora pode matricular na escola pública e na escola especializada. Nós pagamos as duas matrículas. Uma criança com Down precisa fortalecer a musculatura porque ela tem um problema de deficiência genética. Então, ela tem deficiência de vocabulário, de musculatura, dificuldade para falar. Então, ela vai para a escola especializada.

A criança surda vai, no momento, para uma escola que só há crianças para conversar, para se sentir entre iguais, mas ela tem que ir para a escola regular, ela tem que ir para a escola pública, ela tem que aprender a conviver em sociedade. Nós temos que combater toda forma de discriminação e estimular ao máximo a presença plena dessas crianças na sociedade.

Próximo.

Veja o que aconteceu com o ensino superior. Em 2003, cinco mil crianças, cinco mil jovens haviam chegado à universidade. Hoje, são 23 mil crianças com deficiência que estão fazendo a universidade.

No dia 21 de março, vim aqui ao Senado Federal. Havia 17 jovens com Down que tinham entrado na universidade, muitos, inclusive, em cursos concorridos da universidade federal. Então, temos que fortalecer essa política de inclusão e isso tem dado um resultado espetacular. Vocês vejam como mudou o acesso ao ensino superior.

Próximo.

No ensino médio, como eu disse, a nossa maior dificuldade está aqui, a razão está aqui. O ensino federal é estável, o ensino privado é o mesmo número, o ensino municipal caiu. A sobrecarga está nos Estados, nas secretarias estaduais de educação. Num prazo de vinte anos, nós pusemos cinco milhões a mais de estudantes na escola pública, no ensino médio – cinco milhões! Essa inclusão massiva gerou um problema de qualidade, e nós temos um imenso desafio no ensino médio. Um porque esses jovens que estão na escola pública hoje carregam o Ideb do passado. Então, a escola vem evoluindo, mas eles pegaram uma qualidade com mais deficiência; e a política de inclusão em massa sobrecarregou as secretarias estaduais em todos os sentidos.

Então, nós estamos fazendo um grande pacto – a exemplo do que nós fizemos com a alfabetização na idade certa – com os 27 secretários de educação do Brasil, para estabelecermos novas formas de parceria e trabalho conjunto para fortalecer o ensino médio.

O que nós estamos trabalhando?

Próximo.

Primeiro, o seguinte: apesar de toda a inclusão, nós temos 970 mil jovens fora da escola. Nós precisamos trazer esses jovens para a escola.

Segundo, nós precisamos uma integração curricular, uma melhor articulação do currículo. Hoje nós temos no mínimo 13 disciplinas no ensino médio a 19 disciplinas. Então, o que acontece com esses estudantes? Eles têm uma dificuldade. Eles têm uma dificuldade de integrar o conjunto de disciplinas. No mínimo 13 disciplinas, em quatro horas, até 19 disciplinas. E toda a hora o Congresso está aprovando novas disciplinas, sem ter a segurança de se formarem os professores e gerando-se uma estrutura enciclopédica que não permite o salto. Então, você coloca cinco milhões a mais de estudantes nas secretarias estaduais de educação, aumenta o número de disciplinas, e nós não garantimos a qualidade naquilo que é essencial.

Como hoje o Enem é praticamente universal – nós tivemos 1,5 milhão de concluintes fazendo o Enem, nós estamos chegando ao Enem universal, com as disciplinas Matemática, Linguagem, Português e segunda língua, Ciências Exatas e Ciências da Natureza –, essas quatro áreas acho que vão permitir uma melhor articulação e integração curricular, um redesenho curricular.

Talvez, talvez – nós estamos discutindo isso com os secretários de educação –, nós possamos voltar ao

que nós tínhamos na nossa época, que eram três áreas de concentração: Humanas, Exatas e Biológicas e Saúde. Isso ajudava a organizar melhor o interesse do aluno. Ele tem que ter uma visão geral, mas ele pode ter uma concentração. É um dos temas que está em discussão com os secretários estaduais de educação.

Nós estamos fazendo também um programa com o Mozart, que foi diretor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Concentrar em áreas, integrar melhor Matemática, Português, Linguagem, Ciências Exatas e Ciências da Natureza. Se nós integrarmos melhor essas disciplinas, ou fizermos uma concentração nas áreas de interesse profissional – Humanas, Exatas e Biológicas e Saúde – em três áreas, nós vamos reverter essa visão enciclopédica que nós temos hoje, que dificulta o aprendizado. O nosso ensino médio é onde nós estamos com o maior problema, é onde é feito o teste do Pisa, é onde nós vamos ter mais problemas se nós não encararmos... Nós massificamos, mas criamos uma estrutura que prejudica o avanço em direção à qualidade.

Como eles estão olhando para o Enem – eu vou falar disso depois –, eu acho que ajuda nesse redesenho.

Outra coisa que nós estamos fazendo com o Mozart, que dirigiu o Todos pela Educação no MEC, um professor de Química que foi Secretário de Educação em Pernambuco, é o seguinte: é estimular a ciência, quem quer ser cientista e quem quer ser professor. Nós vamos pegar 10 mil bolsas do Pibid na área de Exatas: Matemática, Química, Física e Biologia, porque aí nós estamos com uma grande deficiência de demanda para o vestibular e de vocação profissional. E vamos começar a dar bolsas já no ensino médio, no primeiro ano do ensino médio, para 100 mil estudantes. Vamos começar com um programa de 100 mil.

Então, por exemplo: nós temos dois mil jovens que ganham medalha na Olimpíada de Matemática, mas só vão receber uma bolsa quando entrarem na universidade. No ensino médio, eles não têm nenhum estímulo. Então, nós queremos que esses jovens concentrem-se na Matemática e na Física e já comecem a focar o aprendizado nessa área. Haveria professores das universidades federais acompanhando esses jovens, e professores do ensino médio que seriam os articuladores desse programa; eles receberiam bolsas, iriam para os laboratórios das universidades. Ou seja, nós vamos estimular a vocação de cientista e professor desde o ensino médio.

E a ampliação do ensino médio profissional. Isto aqui é uma grande saída. O Pronatec está trazendo gente de volta para a escola e está permitindo fazer o ensino médio e o ensino técnico profissionalizante – ou subsequente, ou concomitante. E essa vocação profissional estimula o jovem a estudar mais e a se preparar para o mercado de trabalho.

Próximo.

Outro ponto que estamos fazendo no ensino médio é educação digital. Nós já distribuímos 644.443 *tablets*, todos os Estados do Brasil aderiram ao programa.

Todos os livros didáticos estão em PDF, ou seja, o professor, pela primeira vez, vai ter toda a coleção de livro didático da disciplina dele no *tablet* dele.

Estamos colocando a coleção dos educadores.

Há a Khan Academy, daquele professor que é um sucesso internacional, até o trouxemos ao Brasil. Estamos fazendo um programa do MEC de estudos com ele com a Fundação Lemann. A Fundação Lemann traduziu Matemática, Física, Química e Biologia. Então, ele vai receber as aulas do Professor Khan, são dez minutos de cada aula e os exercícios. O professor olha aquelas aulas antes de dar a aula dele, para ele se motivar, para ele se estimular, para ele ter mais interesse.

Educopedia do Rio de Janeiro e outros aplicativos que estão sendo construídos nos Estados. Estamos tornando tudo isso disponível para o professor poder usar melhor a Internet.

E um projetor – da última vez até apresentei aqui – digital que transforma a parede numa tela de Internet. Então, vai-se levar a Internet para a sala de aula e o *tablet* é um instrumento muito adequado para o professor baixar conteúdo, que é o que nós queremos, para preparar aula.

Nós compramos o *tablet* a R$273,00 ou R$278,00 de sete polegadas e R$430,00 de dez polegadas. Não há nada mais barato no Brasil que isso. Vi, por exemplo, a informação de que na Índia havia um *tablet* de US$21,00. Nós fomos atrás, não existe o *tablet* de US$21,00, isso era o que o professor pagava ou o aluno para terem acesso ao *tablet*. Custava US$65,00, eram duas fábricas que produziam e fecharam, porque não deu certo. Estão tentando agora um novo *tablet*. Não há disponível, foram 23 empresas, 400 lances no pregão eletrônico.

Problema. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não está aceitando... Nisso, Aloysio, você precisa ajudar. Inclusive, irei juntamente com o Herman ao Tribunal de Contas do Estado, já falei com o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Senador Aloysio poderia ajudar nisso também.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem colocado obstáculos à adesão das prefeituras às atas de preço. É muito mais barato comprar um ônibus como este do que fazer a prefeitura comprar um ônibus sozinha, não tem como! Quanto ao *tablet*, o Herman

falou: "Se eu tiver que comprar, vou pagar duas vezes mais do que vocês estão pagando, porque é escala nacional, pregão eletrônico e estamos indo junto." A Associação Paulista de Municípios também tirou uma moção, o Celso Giglio lá, na mesma direção. Então, todos os prefeitos, secretários de educação e nós estamos interessados em resolver isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E é uma resistência injustificada, porque, se fosse para encarecer, entenderia a preocupação, mas é para reduzir o preço. Por exemplo, aderir a uma outra prefeitura, tudo bem, mas um pregão nacional, que tem escala, economicidade, transparência, é muito mais barato e certificado pelo Inmetro...

Então, estamos fazendo um esforço grande na educação digital, começando pelo professor.

Próximo.

Formação de professores. Temos ainda uma grande deficiência. Vejam que 25% dos professores do Brasil só têm o ensino médio, 74% têm ensino superior – isso é principalmente na área rural – e muita deficiência em Química, Física e Matemática. Nós estamos estimulando muito essas áreas, nós estamos dando o Fies a todos os alunos de licenciatura. Se ele se tornar professor não paga nada do Fies, vai abatendo 1% ao mês e em oito anos ele abate integralmente a dívida, os professores têm acesso automático ao ProUni para qualquer curso que queiram fazer ligado às suas atividades. Estamos ensinando inglês aos professores do ensino médio, todos estão tendo acessos à senha – está aqui o Jorge Guimarães – do nosso Programa de Inglês sem Fronteiras, vou explicar depois. Mandamos 1,3 mil para estudarem em 19 universidades americanas para ensino da língua inglesa e multiplicar a experiência aqui no Brasil. Estamos com 75 mil bolsas de estudos para os estudantes de licenciatura fazerem estágio na escola pública, aprenderem a dar aula, viverem a experiência docente antes de serem professores. Na universidade aberta temos hoje 270 mil matrículas, estamos expandindo, queremos fazer 350 mil matrículas. Estamos fazendo parceria com algumas prefeituras, governo de Estado para ampliarmos os polos da universidade aberta. Então, um grande esforço na formação de professores.

Próximo.

Pronatec. Bom, já tivemos 2,5 milhões de matrículas, já chegamos a 3 milhões de matrículas, neste ano nossa meta era de 2,3 milhões, está indo muito mais rápido do que imaginávamos. A participação do Sistema S é espetacular, quero agradecer à Senadora Kátia, que se empenhou muito aqui no Senado. O Sistema S é um grande parceiro do Pronatec, o Senai, o Presidente Robson, o Rafael Lucchesi têm sido grandes parceiros do Pronatec e realmente os resultados são muito promissores.

Nós ainda temos, porque, para o estudante do ensino médio, concomitante ou subsequente...

E estamos cobrando, Senador, a garantia da gratuidade e que o acordo seja cumprido integralmente no sistema do Pronatec. Recebi o seu estudo, o seu parecer, e respondi inclusive na mesma direção. Acho que V. Exª recebeu a nossa correspondência. Naquilo que compete ao MEC, nós queremos garantir a gratuidade e o que foi acordado. Estamos fiscalizando isso, mas nós precisamos de parcerias. Inclusive, agora, com a nova MP do Pronatec, nós vamos expandir para o setor privado. Uma universidade de engenharia que queira oferecer um curso técnico profissionalizante vai ter todas as condições de fazê-lo, porque só a rede federal de ensino não consegue dar conta da demanda.

Próximo.

Está aqui a tabela do Pronatec, com todas as modalidades de bolsa. Se vocês quiserem...

Próximo.

Está aqui a expansão. Em quatro anos, o que nós fizemos em relação aos institutos técnicos federais? Nós tínhamos 57 mil matrículas e estamos com 734 mil. É uma expansão violentíssima, mas que não consegue atender a toda demanda do ensino técnico profissionalizante. E, como há um desemprego em torno de 5,7% – estamos próximos do pleno emprego –, ou nós melhoramos a formação tecnológica profissional, ou não teremos como continuar gerando emprego e aumentando a renda porque estamos aumentando o custo do trabalho. Então, nós temos que compensar a competitividade com juros, com redução de impostos, com mais logística, mas formando melhor os profissionais e dando grande ênfase a esse programa.

Todos os secretários de educação têm ajudado o Estado inteiro, o Brasil inteiro; praticamente todos os secretários municipais hoje contribuem.

Próximo.

Nós temos um portal específico de adesão ao Pronatec e fizemos um estudo com a CNI, olhando as cadeias industriais por microrregião para fazer a formação naquele mercado de trabalho a fim de adensar aquela cadeia produtiva. E estamos fazendo com a CNA a mesma coisa.

O Senador, na semana passada, levou lá os dados de toda a produção de grãos do Norte e do Centro-Oeste, que abrangem 52% da produção do Brasil.

Precisamos pensar como expandir, nos principais polos do agronegócio, da agricultura familiar, a formação profissional voltada para essas cadeias produtivas.

Então, nós estamos aprimorando o sistema de formação para obter ganhos.

Nós fundamos a Embrapii, que é um modelo da fundação Fraunhofer, junto com a Mobilização Empresarial pela Inovação, da CNI, e vamos mandar mil professores agora para serem formados na Fraunhofer e fazer o modelo dual, ou seja, ele trabalha estudando e estuda trabalhando; fica um tempo no chão da fábrica, um tempo no curso, e vai fazendo a formação dual para poder melhorar a competitividade e a formação.

Próximo.

Enem. Nós tivemos, no ano passado, 5,8 milhões de inscritos, e 4,3 milhões fizeram o Enem. Nós abrimos a inscrição ontem e já temos 942.988 inscritos. Estamos chegando, agora de manhã, a mais de um milhão de inscritos, no primeiro dia. É muito mais do que a última inscrição do Enem.

Nós já tivemos 9,8 milhões de inscritos com CPF único, ou seja, quase dez milhões de pessoas no Brasil já fizeram o Enem.

Bom, a escala do Enem é esta aqui: 600 mil pessoas trabalhando; 9.810 rotas de distribuição; 307 mil quilômetros percorridos em 1.632 Municípios; tudo isso com todo o sigilo e com todo o rigor. Há 32 batalhões do Exército participando – Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal – para garantirmos o acesso e a segurança. E, na gestão do Enem, há 3.622 pontos de atenção, *checklist*, para fazer toda a logística e toda programação do exame.

Próximo.

Esta aqui é a distribuição do Enem por faixa etária. Vejam: 9,8 milhões com um único CPF. Então, a concentração é entre 17, 18 e 19 anos e vai caindo; aqui são pessoas com mais de 30 – sobe porque pega toda a faixa. Mas é basicamente o pessoal concluinte do ensino médio que está fazendo o Enem hoje.

Próximo.

Vejam a logística de que eu falei. Nós tivemos que imprimir, no ano passado, 12,7 milhões de provas e 31,9 milhões de material administrativo, de *kits*. Nos Municípios, foram 15 mil locais de prova, e todos na rota; 566 mil pessoas trabalhando na certificação; 31 mil coordenadores foram certificados; capacitamos 566 mil coordenadores. Nós estamos ampliando a formação, hoje, de todo mundo que faz parte do Enem, e vai aumentar essa logística pela velocidade das inscrições que estamos recebendo. Provavelmente, vai haver mais gente neste ano.

Próximo.

Demanda específica de atendimento especial: 60 mil autistas; 6.486 pessoas com baixa visão; 938 cegos; 2.317 com deficiência auditiva; quase 10 mil com deficiência física; deficiência mental; déficit de atenção; dislexia; outras deficiências; surdez. Nós tivemos um jovem surdo e cego – você tinha que falar com ele só por toques na mão – que fez a prova do Enem. Então, 28.446 pessoas com atendimento especial. Além disso, nós tivemos aí 966 gestantes.

Estamos mudando este ano o serviço. Agora, além de ele se inscrever e dizer as suas deficiências, há uma central de telefone para ele ligar e descrever, com mais detalhe, o que ele precisa. Por exemplo: se gravidez, nós queremos saber qual é o mês da gravidez, se é gravidez de risco, porque até parto nós tivemos que fazer no último Enem.

Então a escala é essa: 4.200.000 pessoas, e vai aumentar provavelmente este ano; 67.000 sabatistas, que guardam o sábado. Um dia antes do exame o juiz disse que não podia abrir às 6 horas da tarde, tinha que ser 8 horas da noite. Agora, você imagina trazer o cartão de resposta da Amazônia – já estava tudo programado, nós tínhamos que trazer todos os cartões para depois serem avaliados – três horas depois, a complicação que é essa logística. De qualquer forma, fizeram exame 1.752 lactantes. Tudo isso foi assegurado do ponto de vista da logística do Enem.

Próximo.

O que fizemos em termos de avaliação?

Todos os supervisores tiveram uma formação presencial antes e depois da prova. Ou seja, antes da prova eles são formados, têm um curso de capacitação de 100 horas. Depois que divulgamos o tema, fazemos uma nova capacitação para aquele tema específico.

Fizemos encontros regionais para capacitação dos avaliadores e eliminamos 735 avaliadores do processo porque não preenchiam as condições que nós exigíamos.

Próximo.

Vejam o perfil do avaliador: 87% dos supervisores têm pós-graduação; 84% dos auxiliares; 66% dos avaliadores. Então, nós exigimos uma qualificação bastante importante. Hoje estamos fazendo um grande banco de avaliadores para melhorar especialmente a correção das redações.

Próximo.

Para todos os alunos que fizeram a redação, os 4.200.000, desta forma nós a devolvemos: com cada competência, com o comentário e a nota; com o gráfico de distribuição das notas e a sua classificação com a nota que ele tirou; e com um comentário com cada uma das competências e porque ele tirou aquela nota.

De 4.200.000 participantes, nós debatemos publicamente seis redações. O que foi debatido em redação são 6 redações. E quero chamar a atenção que seis é 0,00015%. Portanto é uma amostragem absolutamente não científica, sem nenhum critério de amostragem.

Nenhum outro vestibular devolve a redação. O SI&T nos Estados Unidos não devolve a redação, nem as questões, nem o gabarito; na China não devolvem; na Alemanha não devolvem; na Inglaterra não devolvem. O Brasil tem o exame mais transparente hoje em todo o mundo.

Agora, apesar de serem só seis redações, nós discutimos, do ponto de vista pedagógico, e aprimoramos o sistema para cada vez termos um Enem mais bem elaborado.

Próximo.

Vejam o que estamos mudando para o Enem deste ano.

Em 2011, eram dois corretores; mantêm-se dois corretores independentes para dar nota;

Em 2011, a discrepância da nota final da redação era 300 pontos; no ano passado, 200 pontos em mil; este ano, 100 pontos. Ou seja, se a nota dos dois corretores for inferior a 100 pontos, vai para um terceiro corretor. E se a discrepância em cada uma das cinco competências descritas, que se esperam dos estudantes, for inferior a 80 pontos, vai para um terceiro corretor independente. Então, há os dois aqui: 100 pontos ou 80 pontos por competência, um corretor independente. Se esse corretor independente não arbitrar a diferença, vai para uma banca final de três doutores para avaliar a nota final.

No ano passado, 22% das redações foram para o corretor independente. Com essa mudança, estamos imaginando que uma entre cada três redações vai para a banca ou para o corretor independente.

Próximo.

São dois corretores. Não havendo discrepância, a média aritmética; havendo discrepância por competência na nota final, vai para o terceiro corretor; não havendo discrepância, vai para a média aritmética; havendo discrepância, vai para banca. Esse é o sistema de correção.

Próximo.

O que é que nós estamos mudando este ano? Primeiro, quando havia uma inserção indevida no texto, descontávamos de 400 a 500 pontos. Então, nos dois casos que foram debatidos, que eram inserções indevidas, os estudantes foram descontados de 400 a 500 pontos. O que é que estamos acrescendo agora? Por exemplo, se ele está descrevendo a prova, ele foge ao tema e depois retoma ao tema, ele vai perder de 400 a 500 pontos. Só que, agora, se ele inserir um texto deliberado e desconectado do tema, a nota é zero, ou seja, se fizer um deboche, uma brincadeira, uma provocação. Foram dois casos em 4.4 milhões, mas não vai ter mais caso assim. Fez, é zero. Está no edital, claramente especificado, que não vamos mais aceitar nenhuma inserção deliberada e desconectada do texto.

A segunda mudança que havia é a norma culta. Uma redação extremamente bem feita, o que o edital dizia? É permitido que haja escassos erros de ortografia, da norma padrão, ou seja, escassos erros. Por que isso? Porque você pressupõe que a grande maioria dos jovens, como eu disse, entre dezesseis, dezessete e dezenove anos, não tem o domínio pleno da norma padrão. Então, ele ter um erro escasso é tolerado. Inclusive, no exame de USIT, o Pisa, em nível internacional, há uma tolerância em relação a erros escassos.

Só que, agora, nós estamos mais rigorosos em relação a isso. Os desvios gramaticais ou convenções serão aceitos com excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência. Então, o aluno tem que saber que, para tirar nota máxima, ele pode ter um desvio da norma escasso, excepcional, quer dizer, tem que ser excepcional e não haja reincidência. Na orientação dos corretores, eles vão ter que justificar a excepcionalidade, ou então não tem mais nota máxima. Então, sobre aquelas quatro redações que foram debatidas, nós aumentamos o rigor tanto na inserção deliberada desconectada quanto na norma culta. Nas duas questões, hoje, nós aprimoramos o rigor.

Próximo.

Outras ações que estamos fazendo: aumentando o guia do participante, aumentando o número total de avaliadores em 20%, porque vai haver a terceira avaliação; vamos aumentar a carga horária para formar os avaliadores, antes e depois. Nós fazemos o monitoramente, em tempo real, dos avaliadores. Antes, eram cinco parâmetros que avaliávamos. Por exemplo, se um avaliador começa a dar nota sempre discrepante do outro e quando vai para o terceiro corretor a escolha é o outro, ele é afastado *on-line*. Trezentos e cinquenta avaliadores foram afastados durante a avaliação. Nós monitoramos *on-line* cada correção.

Eram cinco parâmetros. Nós aumentamos, agora, para 33 parâmetros. O corretor vai saber que ele está sendo analisado por 33 parâmetros, para ver o desempenho dele *on-line*, como é que ele está trabalhando.

Próximo.

Isso aqui é o mapa dos corretores na etapa inicial. Isso aqui é o desempenho dele, isso aqui é a nota, as competências que nós analisamos. Antes, estávamos cortando na nota cinco. Agora nós vamos cortar na nota sete, em tempo real. Se o desempenho dele for abaixo de sete, ele já sai, no mesmo momento, do processo de correção. Então, é mais rígida também a formação, mais tempo de formação, mais competências a serem analisadas.

Próximo.

Aqui são os corretores independentes. A nota era cinco também, para ser cortado, agora vai ser sete. Estamos também monitorando, em tempo real, os corretores, eles sabem disso. Vão ser analisadas 33 competências. Nós estamos aumentando o rigor dos avaliadores e o rigor na redação.

Próximo.

Essa aqui foi a distribuição da nota final. Vocês vejam que, acima de novecentos pontos, teve 1,1%. Porque até isso se diz também: "não, o Enem está facilitando." Não, facilitando não, 1,1% teve acima de nove. Olha aqui o desvio. Abaixo de quatrocentos pontos, entre quatrocentos e novecentos, 25%. Abaixo de quatrocentos, nós temos aqui 25%. Então, a curva de Gauss é bem rigorosa e mostra que é um exame bastante rigoroso. Ainda assim com mais de quatro milhões de redações devolvidas, nós só discutimos seis redações. Nós aprimoramos ainda mais o sistema para nem isso permitir, espero, na próxima correção, porque sempre tem algum grau de subjetividade. Nós temos que ser o mais rigoroso e o mais preciso, para ter convergência na nota final.

Próximo.

Essa aqui é a expansão do ensino superior na última década. Nós aumentamos 150% as vagas nos ensino superior. Estamos com 6,739 milhões vagas.

Para qual aspecto eu quero chamar a atenção? Quatro milhões e duzentos mil jovens fazem o Enem. Um milhão vai entrar na universidade. Para 3,2 milhões, não há vagas. Por isso, o Pronatec é fundamental, o ensino técnico profissionalizante como opção. E isso depois que nós expandimos em 150% as matrículas. Nós temos de continuar expandindo com qualidade. Não é só expandir, é expandir com rigor. Tanto o setor privado, quanto o setor público são monitorados e são avaliados.

Próximo.

Por que houve essa expansão? Primeiro, o ProUni. Há 1,2 milhão de estudantes bolsistas do ProUni, e estamos com 880 mil do Fies, que é um financiamento em que ele tem de pagar a bolsa. Ele paga em duas vezes o tempo do curso mais um ano. Então, se ele fez um curso de quatro anos, vai pagar em treze anos, com uma taxa de juros de 3,4% ao ano. É uma bolsa subsidiada. Se ele for ser médico do SUS ou professor da rede pública, ele abate integralmente a dívida.

E o lado positivo, Cyro: 140 mil inscritos para Engenharia. Ou seja, houve um crescimento extraordinário das engenharias, e o Fies está ajudando a formar mais engenheiros, que é uma das grandes demandas do mercado de trabalho.

Próximo.

O Sisu vem se expandindo fortemente. Nós estamos imaginando este ano 3,8 milhões de inscritos. É a nossa projeção. Nós tivemos, este ano, 3.752 cursos Agora, para o próximo vestibular, isto aqui vai crescer, quer dizer, o aluno com a nota dele do Enem senta-se na frente da tela com 3.752 cursos no Brasil para escolher. Ele vê a nota de corte dele, e pode fazer a opção até o último dia.

Então, não é só quem tem dinheiro que faz o vestibular em dez Estados. Agora, não! Qualquer cidadão faz o Enem e pode disputar os melhores cursos no Brasil. É uma democratização fantástica. Por isso tem todo esse apoio a realização do Enem como regra republicana. E o Enem é o acesso ao ProUni, é o acesso ao Fies, é o acesso ao Sisu, é o acesso às cotas e é o acesso ao Ciência sem Fronteiras. Portanto, é a forma mais republicana e democrática de meritocracia para acesso ao ensino superior.

Próximo.

Vejam: aqui está caindo o Direito. Quer dizer, num ano de recessão e de hiperinflação, o Direito cresceu extraordinariamente no Brasil, mas caiu, e estão subindo as engenharias fortemente. Vê-se que praticamente nós dobramos o número de engenheiros. Nós tivemos este ano 220 mil inscritos em cursos de Engenharia. Nós formávamos 44 mil engenheiros, e tivemos, de matrículas novas, 220 mil. Então, está um crescimento muito grande. É a primeira vez na história.

Agora, onde está a nossa dificuldade? Aqui: Matemática, Física e Química. Por isso a necessidade daquele programa de formar cientistas, de estimular, de botar 100 mil bolsas desde o ensino médio, porque nós precisamos alavancar Física, Química e Matemática, as Ciências Exatas. Precisamos trabalhar este indicador aqui. Nós fizemos o Pró-Engenharia, a Engenharia foi embora, e nós temos que puxar agora Física, Química e Matemática.

Próximo.

A expansão das universidades federais vocês já conhecem bastante. Atrasou demais a votação das quatro novas universidades, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Nós precisamos urgentemente da aprovação, para podermos implantar as quatro novas universidades. E estamos expandindo 47 novos *campi*. A última foi aprovada nesta semana. Nós vamos agora – eu agradeço ao Congresso – começar a implantação. Nós estávamos em 114 cidades, estamos em 275 cidades.

Aqui nós temos a expansão. As preexistentes estão no amarelo. O verde é a expansão 2003/2010; o vermelho, 2011/2014. Houve uma interiorização e uma democratização do acesso às universidades.

Próximo.

Nós construímos, para fazer a expansão, três milhões de metros quadrados; 22 mil obras nós estamos administrando hoje, para assegurarmos a expansão da rede. É um desafio brutal, e praticamente triplicamos o número de alunos.

Próximo.

Outra questão fundamental: hoje, do corpo docente, 68,8% são doutores. Na lei da carreira, como se exigia que o ingresso na carreira fosse pelo início dela – houve uma lei –, nós tivemos que fazer uma adaptação na legislação. Nós demandamos à Casa Civil uma medida provisória, dizendo o seguinte: para entrar na rede federal, tem que ser doutor; para não ser doutor, o órgão superior do conselho universitário tem que aprovar casos excepcionais. Ou seja, não é graduação e mestrado: é doutorado. Nós queremos doutores dando aula. Então, já no início da carreira, só vai entrar doutor. Se for mestre ou graduação, vai ter que ter uma autorização especial do conselho universitário. Eu sei que vocês tiveram uma iniciativa muito positiva da Comissão – até nós pedimos, queríamos ter conversado, não foi possível –, mas colocaram pós-graduação. Estamos sendo mais rigorosos, quer dizer, tem que ser doutor, se não for doutor, se for mestre, com especialidade ou com graduação, tem que ser autorizado de forma especial pelo conselho universitário. Mas é o mesmo espírito do que foi feito aqui pela Comissão de Educação, na mesma direção.

Próximo.

Outra questão é a das cotas. Por que as cotas? Primeiro, porque 88% das matrículas de ensino médio são da rede pública, 88% dos estudantes são da rede pública. Garantir que em quatro anos metade das vagas nas universidades federais sejam da rede pública é bastante razoável. Segundo, em 1997 só 0,5% dos 20% mais pobres estavam na universidade ou tinham um diploma de ensino superior. Hoje, são 4,2%, graças ao ProUni. Nós vamos alavancar isso aqui, porque 47% dos 20% mais ricos têm diploma universitário no Brasil, está aqui a raiz, começa no berço a desigualdade e se reproduz na escola. Segundo, a questão dos negros, só 2,2% dos negros tinham curso superior em 1997, hoje já são 10%. Então, o critério racial e o critério de renda são necessários no Brasil. O que está mostrando a política de cotas? A diferença é muito pequena entre o cotista e o não cotista, vem diminuindo ao longo dos anos. E, no vestibular, tirando dos 3,7 mil cursos, uns 20 cursos em que a diferença for maior, principalmente indígena na Região Norte do País, a diferença é muito pequena. Nos cursos de alta concorrência não houve praticamente diferença entre cotista e não cotista. Por quê? Porque a média do ensino público é pior que a do ensino privado, mas o topo é muito bom. Como eles são muito mais, são 88% dos alunos, nós vamos ter ao longo dos anos excelentes alunos disputando e é uma grande motivação para o ensino médio saber que ele pode entrar em qualquer curso de qualquer universidade federal. Eu acho que é uma política exitosa. Evidentemente, quanto mais a gente aumentar o percentual, maior o desafio de qualidade. Temos que fazer inclusão social com excelência, nós temos que cuidar da excelência e vamos fazer um programa de tutoria, nós estamos terminando o programa de acompanhamento de todos os estudantes que entram na universidade pela cota. Além disso, uma bolsa assistência.

Próximo.

Estamos fazendo uma bolsa assistência de R$400,00 para aqueles que estão abaixo de 1,5 salário mínimo de renda *per capita* ou igual com uma jornada de mais de cinco horas. Quando é um indígena aldeado ou um quilombola que vivia na comunidade, a comunidade tem que atestar, a bolsa é maior do que essa, porque as dificuldades são muito grandes, são áreas de acesso remoto, é muito difícil. São casos específicos, mas toda nossa experiência leva a isso. Estamos aumentando muito a verba de assistência estudantil. Além da bolsa, moradia, alimentação, transporte e biblioteca, porque são estudantes de baixa renda que têm dificuldades de ficar na universidade se não houver... Agora, é um investimento que vai valer a pena, porque vai ajudar na distribuição de renda, vai ajudar a mudar o lugar dessas famílias na sociedade e na questão racial também, que é uma dívida histórica que temos.

Próximo.

Bom, quanto à avaliação dos cursos. Não vou entrar em detalhe, mas fechamos 200 cursos no ano passado. Por quê? Porque tivemos o CPC inferior a três e fechamos aqui mais 185 instituições. O que é... Se a tendência é negativa, tirou um e dois na avaliação, com tendência negativa, piorou ao longo do ciclo, não podemos reabrir o vestibular neste ano. Se a tendência é positiva, abaixo de dois, se ela apresentar um programa de revisão com ajustamento de conduta para aquelas deficiências, ela ainda poderá abrir. No ano passado foi engenharia, neste ano humanidades. Nós vamos fechar bem mais do que 200 vestibulares neste ano na nossa avaliação. Ou seja, queremos expandir, damos o Fies, damos o ProUni, só recebe Fies e ProUni quem tirar mais de três na nota e tem que expandir com qualidade, deve haver rigor e vamos aumentar o rigor na avaliação dos cursos.

Próximo.

É muito importante aprovar o Insaes. Nós precisamos ter uma instituição como existe na Alemanha, na Austrália, na Noruega, em Portugal, na Finlândia e

na Coréia, uma instituição que faz avaliação da rede privada. Não podemos ter a estrutura que temos no MEC para o tamanho da expansão que nós tivemos e o nível de concentração. Temos hoje instituições com um milhão de matrículas. Às vezes, como aconteceu no Rio de Janeiro agora, uma faculdade que um grupo comprou, não tem condições de manter, há 40 mil estudantes e se gera uma crise no sistema. Então, precisamos ter mais indicadores, e mais avaliação é muito importante.

Esse é um projeto para criar um Insaes, é uma autarquia que está lá na Câmara, não foi aprovada ainda. Só estou me antecipando, esperando que o Senado absorva com entusiasmo, porque é necessário para aperfeiçoarmos o processo de avaliação. Uma equipe de profissionais de carreira que faça a avaliação sistemática para que tenhamos prazo para abrir cursos, que não demore, que o empresário saiba exatamente quais são os indicadores, quando é feita a inspeção, como é feita, para melhorarmos a qualidade da supervisão e da regulação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É, universidades e cursos.

Próximo.

Em relação às vagas de medicina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É, só para a privadas. As públicas também têm que fazer o Insaes, têm que fazer o Enade, e se ela não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O Enade sim, o Insaes é para o setor privado. Pelo Enade, nós fechamos sete cursos públicos federais, não é? Nós fechamos onze vestibulares também das federais. Não há distinção. Se não teve o desempenho, fecha. Depois vai reabrir se apresentar um plano de trabalho. O rigor de qualidade é para o público e para o privado.

Em relação à questão dos médicos. Vocês vejam o seguinte: nós temos 1,8 médicos para cada mil habitantes, estamos muito abaixo da média dos outros países semelhantes ao Brasil – o Uruguai, a Argentina e outros, Portugal e Espanha. E em termos de oferta de ingressantes, estamos com 0,8, metade dos Estados Unidos, bem abaixo da Inglaterra, Austrália, mais ou menos o padrão do Canadá que importa médicos. Nós precisamos expandir a oferta de médicos.

O que mudamos no MEC? Antes o empresário da educação ia lá e apresentava um projeto. Não havia critério para definir o que abre e o que não abre. O que estamos fazendo agora? Vamos fazer editais públicos.

Próximo.

O que vão ser as chamadas públicas? Vamos ver primeiro se é uma região que precisa de faculdade.

Segundo, se há cinco leitos/SUS para cada estudante naquela região disponíveis; se há equipamento de pronto-socorro, de urgência e emergência; se há unidade básica de saúde e se há residência médica. Só vai abrir curso onde há condições de boas práticas da medicina, e preferencialmente onde faltam cursos de medicina no Brasil. Então nós vamos induzir a oferta para onde, no Brasil, há necessidade de cursos; para onde há condições de haver cursos para boas práticas de medicina.

Nós não vamos flexibilizar o exame de avaliação dos que se formam no exterior. Vai continuar havendo o Revalida; a única coisa que estamos pré-testando é para haver uma régua semelhante aos estudantes que nós formamos. Mas não vamos flexibilizar para reconhecer o diploma de ninguém, porque nós temos que trazer bons médicos; o Brasil precisa de mais médicos, mas de bons médicos. O critério é expandir com qualidade.

O que acontecia? Tínhamos lá vinte projetos para abrir uma faculdade de medicina na zona sul do Rio de Janeiro, mas não é ali onde há necessidade. Então, às vezes, a Baixada Fluminense, a Amazônia ou o interior do Nordeste precisam muito mais. Agora, para abrir vai ter que ter cinco leitos/SUS, pronto-socorro, urgência e emergência, unidade básica e residência médica. O edital é chamado público. Quem apresentar o melhor projeto pedagógico, o melhor corpo docente, o melhor preço e mais investimento na rede pública de saúde, leva a faculdade. Se não houver uma proposta privada, vamos para lá e vamos fazer. Aí o Estado faz onde não há o interesse privado. Mas tem que ter uma visão nacional e critérios públicos de expansão.

Em relação ao Direito, nós também suspendemos a política do protocolo, por quê? Não é possível 90% dos alunos que estão fazendo Direito serem reprovados na OAB. Ou há um problema no exame ou há um problema nos cursos. Nós chamamos a OAB, vamos avaliar os exames deles, e vamos reavaliar nossa política de expansão. Por quê? Uma das coisas que está faltando é o campo de prática para os advogados. Tem que ter um campo de prática, vamos exigir esse campo de prática para expansão dos cursos de Direito, a exemplo da Medicina. E ter uma sintonia, porque não pode o sujeito pagar quatro anos o curso de Direito e depois não ser um advogado. Tem que ter uma sintonia em relação à qualidade e avaliação.

Próximo.

A EBSERH. Nós criamos uma empresa 100% SUS, 100% pública para administrar os hospitais universitários. Primeiro, não há como privatizar uma coisa que é 100% SUS e 100% pública; não há também in-

teresse em terceirizar, porque já há terceirização nos hospitais universitários. O que nós estamos fazendo agora é ter um padrão nacional de qualidade.

Vou dar o exemplo do que aconteceu. Nós fizemos pregão eletrônico de R$1,391 bilhão e um pouco mais de um ano de trabalho. Nós economizamos R$477 milhões, 34% a menos de gastos com equipamentos de saúde. Por exemplo, para comprar um mamógrafo, 55% a menos; tomógrafo, 57%; arco cirúrgico, 67%; cama para parto, 52%; medicamentos antineoplásicos, 33%. Ou seja, houve uma redução brutal. Por quê? Pregão eletrônico, a gente compra para todos os hospitais no Brasil. Nós estamos informatizando todos os hospitais com o mesmo padrão. Então, na hora em que o médico receitou, já vai para o almoxarifado, já vai para Brasília, já começa a organizar o pregão eletrônico. Transparência, escala, eficiência, agilidade, e o resultado é este. Em menos de 1,4 bilhão, economizamos 500 milhões. Então, não tem como essa empresa não ser apoiada.

Um exemplo de informatização é o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, que é um espetáculo, totalmente informatizado. O hospital tem quarenta anos, é o padrão de excelência. O paciente entrou, o cadastro dele já está lá, todo o histórico dele, o médico receitou no *tablet*, já vai, todo o sistema se move. Acho que vamos dar um padrão para melhorar a qualidade do atendimento dos hospitais universitários e melhorar a formação.

Estamos reconstruindo os hospitais. No Piauí, o hospital universitário estava há 25 anos parado. Terminamos o hospital, estamos na fase de teste para abrir agora, plenamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, já começou a atenção básica e agora vai para a média e alta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Estamos progressivamente fazendo os testes, para ter total segurança de abrir com plenitude. Estamos reformando nove hospitais universitários, inclusive o daqui, da UnB, para dar qualidade a partir dessa gestão. O que estamos economizando aqui é mais investimento para melhorar o serviço.

Próximo.

Pós-graduação. Nós aumentamos 179% da pós-graduação, de 2004 para 2012.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vai, porque nós só temos como ampliar a medicina se houver hospital universitário. Então, a ampliação da rede pública vai exigir mais hospitais universitários, mas uma gestão mais centralizada, mais transparente e mais competente para formar bons médicos. Inclusive, a telemedicina. Estamos colocando rede de fibra ótica. Por exemplo, uma cirurgia num hospital pode ser assistida por toda a rede. Então, há uma telemedicina, que é a Rede Rute, para dar suporte à formação dos médicos nos hospitais universitários.

Olhem, nós tínhamos, em 2004, 302 pós-doutores. Temos hoje 3.663. Tínhamos onze mil doutores, temos 27 mil doutores. Tínhamos 16 mil médicos, temos 46 mil médicos. Estamos fazendo um grande esforço de expansão da pós-graduação, que é fundamental para dar suporte a toda a expansão da rede privada e da rede pública.

Próximo.

Está aqui o Ciência sem Fronteiras. Estamos com 41 mil bolsas já disponibilizadas. Graduação, doutorado sanduíche, pós-doutorado, doutorado pleno e atração de jovens doutores e pesquisadores seniores do exterior.

Próximo.

Olhem aqui, 8.378 bolsas para os Estados Unidos. Fizemos uma grande parceira com o MIT, com Harvard. Estamos nas melhores universidades. Estamos terminando agora, dia 7, uma grande parceria de pesquisa com o Reino Unido. O que é que estamos mudando agora? Estamos pegando os melhores centros do mundo e fazendo pesquisas estruturantes de parceria. Então, não só a gente manda o aluno doutorado, por exemplo, o pós-doutorado, mas ele vai para um campo de pesquisa que tem pesquisa aqui e lá, articulada. Isso com o MIT, Harvard, Cambridge etc. Isso vai melhorar ainda mais a formação porque, além da formação, vamos abrir um campo de pesquisa para esses profissionais que nós estamos formando.

Canadá, 4.385.

Agora, uma coisa que eu queria falar do Ciência sem Fronteiras. O Brasil importava alimentos nos anos 60. Nós mandamos mil pesquisadores para fora, para a agronomia, veterinária, biologia, trouxemos e fundamos a Embrapa, no início dos anos 70. Naquela época, nós tínhamos doze faculdades de agronomia e nove de veterinária. Hoje, nós temos quatrocentas de agronomia e trezentas de veterinária.

O Brasil, de importador de alimentos, com a Embrapa, com a ciência aplicada à produção, se transformou no terceiro maior produtor e exportador de alimentos no mundo. É o país que mais aumenta o excedente exportável de alimentos. Nós dominamos o Cerrado.

Então, o exemplo do Ciência sem Fronteiras é um impacto sistêmico na ciência e na pesquisa a longo prazo, porque nós vamos internacionalizar o conhecimento. Esses doutores, esses médicos, esses jovens estão tendo a possibilidade de viver os melhores ambientes acadêmicos do mundo e criar laços de longo prazo de pesquisa. Agora, o que é que fizemos? Nesse

edital, nós suspendemos Portugal. Por que suspendemos Portugal? Portugal tem bons centros, boas faculdades? Tem, mas nós tínhamos 35 mil inscritos para Portugal, porque os bons alunos pobres não dominam a segunda língua. Falamos: "Ninguém mais vai para Portugal. Vai ter que estudar segundo a língua, se quiser ir para o Ciência sem Fronteiras." Se precisar, ele vai ficar seis meses fazendo estágio de língua lá, mas vai começar a estudar língua aqui. Tem que dominar a segunda língua, especialmente o inglês, que é a língua da ciência internacional. Nós não podemos nos render à ideia de que vamos... Por exemplo, nós podemos até estudar, mandar para Portugal nos cursos que são de língua inglesa, mas nós não vamos nos render a esta questão. Vai ter que estudar a segunda a língua para entrar no Ciência sem Fronteiras.

Próximo.

O que nós fizemos? Fizemos o curso My English, que é da Cengage, do *National Geographic*, o melhor curso de inglês, até dois milhões de senhas. Temos 364 mil alunos cadastrados, 1,6 mil visitas. Abrimos aqui e agora para 1,3 milhão de professores do ensino médio de inglês e estamos criando cursos presenciais para 20 mil alunos. Somos o maior cliente do Toefl, no mundo, hoje. Estamos fazendo 500 mil exames para avaliar proficiência do inglês. Os que estão mais próximos da proficiência vão para curso presencial. Aumentamos em 20% a demanda de línguas no Brasil com o Ciência Sem Fronteiras. Realmente é um grande êxito do programa.

Temos viajado exatamente para conversas com os países. A Presidenta colocou isso como uma prioridade estratégica do Brasil e do Governo.

Próximo.

Bom aqui está o orçamento do MEC, e queria terminar com o tema do Orçamento, que é tema do PNE.

No nosso ponto de vista, o parecer do Senador José Pimentel é compatível com o critério da OCDE: investimentos em educação. A OCDE não fala em investimentos em escolas públicas, fala em educação. É o que a Constituição diz no art. 214, em educação. O que nós estamos dispostos, e o Relator também, a construir? Vamos definir o que é investimento público que não seja em uma escola necessariamente pública, como por exemplo, o Ciência sem Fronteiras. Se nós estabelecermos que só vale a verba para escola pública, eu não posso ter bolsa de estudo para mandar para as melhores universidades do mundo. Isso não entra no Orçamento.

Cito o ProUni. Construímos três milhões de metros quadrados. Estamos com 22 mil obras para administrar na expansão das universidades federais. O Estado brasileiro não consegue. Nós aumentamos em 300% as vagas, mas é 1,1 milhão vagas dos sete milhões de vagas. O setor privado tem um papel fundamental na expansão. O ProUni cria 1,2 milhão vagas. Nós vamos trazer tudo isso só para a universidade estatal? Nenhum país desenvolvido do mundo desenvolveu o ensino superior só com a estatal, nem a China! Por sinal, a China tem 80 mil doutores nos EUA, estudando, com bolsa de estudo o governo chinês.

Então, precisamos ter uma visão de que o setor privado tem um papel na expansão. Temos que garantir a qualidade e critérios, como, por exemplo, a bolsa.

O Fies, o subsídio do Fies não entra como gasto em educação? Nós vamos parar 840 mil bolsas? Mas os alunos vão pagar, isso vai se replicar, isso vai criar um fundo permanente. O Pronatec, nós não vamos ter um ensino técnico profissionalizante na escala que nós estamos fazendo de três milhões de alunos?

O conceito do Senador Pimentel permite esses programas. Então, o que nós poderíamos fazer de entendimento? Vamos manter esse conceito e definir o que é investimento em educação pública não necessariamente estatal.

Não precisa ser na escola estatal. É prioritariamente na estatal, mas não exclusivamente. Um curso gratuito em uma boa escola universitária é política púbica de educação.

Então, é essa mudança. Eu acho que ele foi responsabilizado pela mudança, mas não é o responsável pela mudança. Isso foi construído junto com o MEC. Começamos com o Fórum Nacional de Educação. Vamos definir, então, quais são essas mediações necessárias.

Termino dizendo que não basta o Congresso dizer que tem que ter uma meta do PIB. A Constituição já disse, art. 214. Tem que dizer de onde vai vir o recurso. Para o PNE, não virá um tratado de Kyoto, com o qual todos concordam, mas não conseguem cumprir. De onde virá o recurso para a educação? Só vejo uma fonte disponível hoje, que é substantiva e que vai crescer de forma exponencial na próxima década: os *royalties* do petróleo. Se nós pegarmos 100% dos *royalties*...

É evidente que a prefeitura precisa de infraestrutura, precisa de saúde, mas a educação tem o sentido de uma riqueza não renovável. Nós vamos, pelo menos, por essa década... Se o Brasil não resolver essa questão, não seremos um país desenvolvido. Nós podemos até acabar com a pobreza, estamos acabando, mas não seremos um país desenvolvido. A questão central é educação, ciência e tecnologia. Se nós colocarmos, por uma década, a prioridade de que o município, o estado e a União atinjam as metas do PNE...

Eu vou dizer claramente o que é o PNE. Hoje, para se chegar a 10% do PIB, é preciso cinco CPMFs. O Congresso vai criar cinco CPMFs? Não vai. Com

essa crise mundial, vamos aumentar a carga tributária? Não. Qual é a alternativa? Pegar o orçamento do Município, em que 25% são para a educação, e passar a 50% para a educação em 10 anos. Há como fazer isso? Diga-me: o prefeito tem como cortar 25% das outras áreas para colocar em educação? O Estado vai tirar da segurança pública, das estradas e da saúde para colocar 50% em educação? E a União vai pegar 18% da receita e passar para 36%? Então, não basta dizer que são 10% do PIB; tem de haver uma fonte substantiva. Isso aqui é uma referência. Não há nenhum país do mundo hoje com 10%.

Nós queremos chegar lá. O Brasil sabe que é por aí que vamos mudar a história. E estamos crescendo, fortemente, a expansão do PIB nos últimos anos – chegamos já a 6,1%, se considerarmos o investimento total, e a 5,6% se for o investimento direto. Estamos expandindo. Agora, a fonte real é o pré-sal, é o petróleo.

Acho que não deveríamos pulverizar os recursos. Porque a saúde é custeio; na hora em que o petróleo acabar, não há como manter a saúde. Agora, se nós investirmos em uma nova geração, pagando bem os professores – o que nós não pagamos –, com carreira realmente de valorizar a excelência – o que nós não temos –, com escola em tempo integral em todos os níveis, nós mudaremos a história do Brasil e teremos mais recursos para a saúde, para a infraestrutura, para tudo mais.

Então, faz todo o sentido nós definirmos, neste momento da nossa história... Seguramente, não serei o Ministro da Educação, mas o que vier, lá na frente, poderá entregar ao País um outro padrão de educação, porque esse salto quântico que nós precisamos só faremos se melhorarmos os recursos. Tem aumentado, e temos feito muita coisa, mas o salto quântico que o Brasil precisa fazer necessita de uma fonte nova e substantiva, e eu só vejo esta, que são os *royalties* do petróleo.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

A importância desta audiência pública e a importância da sua Pasta estão aqui hoje explicitadas por 17 Senadores, visto que temos outras audiências públicas de nível também extremamente importante.

Educação não se faz por decreto. A educação, o senhor falou aqui em investimento, investimento, investimento, e é investimento, sempre investimento.

Somos dois requerentes: a Senadora Ana Amélia e eu. Por uma questão de gentileza, *ladies first*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Sr. Presidente Cyro Miranda, caros colegas Senadores, Senadoras, caro Ministro Aloizio Mercadante, eu queria cumprimentá-lo pela exposição extremamente clara e objetiva a respeito dos temas que são fundamentais. Estamos aqui para ajudar.

Acompanhei aqui sua exposição e vou à última questão, da referência que V. Exª fez ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Quando a matéria da criação dessas empresas foi discutida, por incrível que pareça, algumas instituições, no meu Estado mesmo, o Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Santa Maria e do seu hospital universitário, eram contra. Aí, eu liguei para a presidente de uma associação das enfermeiras do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, a Maria do Carmo Rocha Laurent, perguntando. E o depoimento que ela me deu a respeito da importância, da relevância dessa alteração substantiva, substancial na forma das contratações era fundamental, e que ela era um exemplo da meritocracia aplicada no Hospital de Clínicas.

Então, eu queria apenas reafirmar ao senhor essa, digamos, convicção de que, realmente, foi um avanço grande. Era uma questão que alguns setores temiam, mas a prática está revelando o sucesso disso.

O senhor falou bastante sobre a questão médica. Hoje, o grande debate, no Brasil, é essa questão, que foi suscitada talvez mais pela polêmica da declaração do Chanceler Patriota, de importação de 6 mil médicos... Então, a forma apresentada é que tem criado problemas. O MEC... Nós aqui discutimos muito, nesta Comissão, um projeto do Senador Roberto Requião sobre a revalidação, no caso de pós-graduação. E discutiu-se muito, no caso do MEC, o projeto do programa do Revalida, que é para a área médica. E é muito bem feito esse trabalho.

Agora, aqui na audiência, V. Exª se posicionou sobre isso, mostrando a preocupação no sentido de exigir dos estrangeiros, na área médica, as mesmas exigências que se fazem, ou até maiores, aos profissionais médicos brasileiros. Isso me parece relevante.

Então, primeiro, eu lhe pergunto: não será mudado o Revalida? Segundo, se há, no MEC, uma possibilidade, digamos, de uma avaliação mais periódica dos médicos brasileiros? Hoje não é feita.

Falo também sobre essa iniciativa que teve V. Exª de anunciar a questão dos editais que vão considerar alguns critérios de atendimento no SUS, de hospital regional, essa coisa toda dos editais para os cursos de Medicina. Por quê? No caso do Rio Grande do Sul, embora seja um Estado com boas instituições comunitárias na área médica, mas há a região nordeste, que é Ijuí, a região do Deputado Osmar Terra, que estava aqui há pouco. Ijuí tem uma excelente universidade e

tem uma estrutura boa de atendimento, inclusive para residência médica. Queria saber se nesses editais está incluída a questão do curso de Medicina para Ijuí, que é na região nordeste.

V. Exª fez referência ao Fraunhofer, que é um instituto da Alemanha. Tive oportunidade de conhecer, como jornalista, e, de fato, Ministro, o Fraunhofer, na Alemanha, é uma zona de excelência. Coincidentemente, quando estive lá, o orientador técnico era um jovem brasileiro, baiano, que falava um alemão perfeito. Eu não entendi nada, mas ele falava muito bem.

Na área técnica do Ciência sem Fronteiras, o senhor está fazendo e o Governo brasileiro está tendo sucesso nesse programa. Os números estão ali das universidades, e melhores universidades.

Ciência sem Fronteiras, avanço e pesquisa em tecnologia é uma questão importante. Nós temos um setor que teve uma grande abertura, e V. Exª, quando estava no Ministério da Ciência e Tecnologia, teve um grande papel nisso. Foi o P&D para a área da informática. Está aqui, casualmente, o nosso Relator Eduardo Braga. Apresentei uma emenda à discussão do ICMS em que mantinha uma alíquota para o ICMS na área de informática em relação à Zona Franca de Manaus para compatibilizar a manutenção dos recursos para o P&D, que é uma matéria extremamente relevante. Vários Estados, o seu Estado São Paulo, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Bahia têm muitos investimentos, graças à Lei de Informática e também ao Programa de P&D. Queria saber do senhor se não compromete o fato de não ter havido uma alteração na lei do nosso Relator Eduardo Braga, futuramente, os investimentos em P&D nessa área da informática em que o Brasil tem um papel muito relevante?

Para terminar, Ministro Mercadante, recebi da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância uma indagação que achei muito pertinente: "Por que os mais de um 1,2 milhão alunos de educação a distância foram discriminados no acesso ao Fies, através da Portaria Normativa nº 01, de 22 de janeiro de 2010, no § 7º, do art. 1º?" e "Quando o Ministro pretende revogar esse ato, se é que isso vai acontecer, permitindo, então, o acesso dos alunos de ensino a distância, que, estatisticamente, são de renda mais baixa e precisam do Fies para garantir a conclusão do seu curso?"

Essas são as algumas das questões que trago a V. Exª porque o nosso Presidente também tem outras.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Vou fazer, como requerente, algumas perguntas, Ministro. Depois, o senhor dará, por gentileza, as respostas e nós faremos em blocos.

Vou economizar, até porque não quero abranger todos os temas, porque somos nove inscritos, e acredito que cada um vai abranger alguns temas. Vou ser bem econômico, uma vez que a Senadora também abordou alguns temas que estavam na minha pauta.

Ministro, primeiro, em relação aos *royalties*, o senhor tem apoio total, mas há uma preocupação muito grande nossa. O PL nº 5.500 não contempla após 31 de dezembro de 2012. Determina a utilização dos recursos do Fundo Social, mas somente os rendimentos. Muita gente ainda não entendeu. Eu não acho que seja tanto assim. E ainda fala que são 50% desses rendimentos. Por tudo o que foi explicitado por V. Exª aqui – investimento, investimento, investimento –, precisamos ter uma fonte perene. A educação é constante, e não há outro jeito. Como é que podemos avançar mais? O que nós podemos fazer. Eu acho que essa Casa tem o papel fundamental de apoio nesse caso dos *royalties*.

Ministro, vou-me deter a duas coisas. O PNE me preocupa só em um ponto, e conversei muito com o Senador Pimentel. Esse plano decenal deveria começar no dia 1º de janeiro de 2011. Não podemos implementar um plano decenal em sete anos. Foi sinalizado que esse plano decenal terá que entrar em vigor, os dez anos, a partir da sua publicação, porque senão vamos ficar com o plano de sete anos, e será inviável.

Vou me deter, aqui, no tema em que tenho, nesse momento, me especializado mais, que são os casos das faculdades. Sou Relator e estou fazendo, não deu para fazer um relatório, um substituto do exame de proficiência de Medicina. O Cremesp nos mostrou que, há sete anos, faz esse exame, e esse ano será obrigatório, sem penalidade, porque não é lei. Ficamos muito preocupados com o resultado: 48% dos formandos de Medicina estão totalmente despreparados em perguntas básicas. Para uma criança, com seis meses, com desidratação, 88% não sabem a formulação do soro. Não sabem diagnosticar um apêndice. Estamos vendo que o problema não é só do aluno, ou melhor, as universidades, as faculdades terão de ser penalizadas.

Ministro, foram abertas 201 faculdades de Medicina. No meu Município, onde nasci, São José do Rio Preto, e do meu querido amigo Aloysio, temos três faculdades de Medicina. Não é necessário! Em Fernandópolis, do lado, tem uma faculdade de Medicina com os piores índices. Não há um hospital à altura do lado. Essa preocupação começou com o exame da Ordem dos Advogados. Hoje, só 18% dos alunos conseguem. Não é uma reserva. Mas há faculdades que, há mais de cinco anos, não aprovam um aluno na Ordem.

Estamos querendo, nesse projeto, receber a colaboração do Ministério para que façamos uma puni-

ção. O estudante entra, é aprovado, faz o curso e, de repente, não é médico. Queria ver a ótica do Ministério.

E, também, as nossas grades estão sendo revistas? O senhor nos deu, aqui, uma ideia muito boa. Não somos objetivos! Um aluno que vai para a Administração, fica estudando Biologia, fica estudando uma série de matérias.

Tenho um caso rápido, só para ilustrar, Ministro. Quando eu fazia o primeiro ano de Engenharia, tive um colega de Londrina. O pai dele era cafeicultor. Ao final do primeiro ano, o pai dele quebrou e ele teve que sair da escola. Ele virou para mim e falou assim:

Cyro, estou perdido, não tenho nada, minha família perdeu tudo. Eu fiz [na nossa época] quatro anos de primário, quatro anos de ginásio, três anos de científico, no nosso caso, um ano de cursinho e, naquela época, não sei bater máquina, não sei o que é uma promissória. Sabe o que vou ser? Contínuo!

Só para explicitar um pouco de tudo que já foi dito nessa história do ensino, principalmente do ensino profissionalizante.

Ministro, acho que as demandas são muitas. Ouvimos muita coisa, principalmente nessa área médica, que nos preocupou, dos médicos cubanos, e tivemos do Cremesp e do Conselho Federal de Medicina duas indicações: os médicos que fazem Medicina, em Cuba, não podem exercer a Medicina em Cuba, eles têm que ter um curso de especialização; os brasileiros que fazem Medicina, na Bolívia, não podem exercer a Medicina, na Bolívia. Então, temos que ter o exame de proficiência, Ministro, rigoroso, como a Senadora Ana Amélia falou, no mínimo, um padrão nosso, porque não conseguimos entrar em nenhum país sem fazer um exame. Nos Estados Unidos e no Canadá, além de ser aprovado, tem que fazer um estágio de um ano para adaptação.

São essas as considerações e passo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

Só acrescentaria, Ministro, que, quando falei da informática, do P&D, só teria uma curiosidade de como está o plano da distribuição de *tablets* para os professores do ensino médio, que é um programa ambicioso do Ministério.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Antes, pediria aos nossos assessores que, por gentileza, fizessem silêncio, para que pudéssemos ter um aproveitamento melhor nessa audiência.

Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro, agradecer a intervenção da Senadora Ana Amélia, em relação à EBSERH, empresa de gestão dos hospitais universitários no País.

Há uma ação contrária do Ministério Público dizendo que ela permite a terceirização, mas a terceirização já existe em todos os hospitais. Estamos fazendo o contrário, estamos criando um padrão de contratação, de avaliação, de acompanhamento, que é uma decisão do TCU. O TCU fez um acórdão exigindo a mudança de procedimento.

E a segunda questão, que eu acho que realmente é o tema que incomoda hoje, é você pegar R$1,4 bilhão de pregão eletrônico e economizar R$500 milhões. Tem gente que perdeu e está contra. Agora, é muito importante que a gente continue com esse processo, porque, se nós informatizarmos todos os hospitais com padrão de qualidade que tem o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, nós vamos ter uma outra medicina universitária.

Se nós avançarmos na Rede Rute, que é telemedicina, nós vamos ter um outro padrão de formação, porque, se você trouxer um especialista para fazer um tratamento ou uma cirurgia e o aluno da Amazônia, do Nordeste, poder acompanhar em qualquer hospital do Brasil, você tem uma outra qualidade, você vai ter uma sala de aula *on-line* de toda a rede hospitalar, além de melhorar a qualidade de atendimento na ponta, porque isso vai servir também ao SUS na minha visão.

Então, nós estamos muito empenhados, e fico satisfeito com o depoimento da enfermeira, que é exatamente o que nós queremos – melhorar a carreira, melhorar a remuneração, ter um padrão nacional, informatizar o sistema, comprar com mais transparência com o pregão eletrônico.

Não sei se vocês viram aquela matéria do Fantástico que mostrava, num departamento de um hospital universitário no Rio de Janeiro, o tipo de balcão de negócios que tinha entre quem estava licitando e as empresas que estavam contratando e comprando. Como é que você acaba com isso? É um pregão eletrônico, transparente, nacional, que compra para toda a rede e que deu nisso, uma economia de 34% em um ano de trabalho.

Então, eu acho que é uma briga que vale a pena e eu tenho certeza de que o Brasil vai reconhecer no futuro essa questão.

Em relação aos editais e o Nordeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, se tiverem cinco leitos SUS, se tiver pronto-socorro, emergência e urgência, se tiver Unidade Básica de Saúde, se tiver residência e não tiver a faculdade de Medicina, vai ter. O critério é único, republicano. Nós já temos 49 Municípios no Brasil selecionados para esses editais. Eu não tenho aqui de cabeça, mas nós vamos oferecer para todos, e o setor

privado vai continuar investindo, porque o Estado não tem condições de fazer toda a faculdade necessária. Onde ele não quiser, nós vamos entrar, mas tem que ter um campo de prática. O que não pode ter é isso que o Senador Cyro colocou, a canibalização.

Você começa a criar a universidade, é o que estava acontecendo, em muitas regiões, porque o projeto, a universidade, se ela é nota 4, nota 5, em termos de avaliação médica, ela tem direito de abrir a faculdade. O CNE aprovava, o Conselho Nacional de Saúde também. Mas nós não avaliávamos o campo de prática. Acabou isso, não pode ter duas faculdades disputando o mesmo paciente ou o mesmo leito.

Então, o critério é pensar o Brasil, onde há necessidade, onde tem condições, onde tem campo de prática para formar bons médicos.

Em relação ao Fraunhofer, a Alemanha é um dos poucos países do Ocidente que conseguiu enfrentar a competição industrial da China. Por quê? Porque tem qualidade, baixo custo e melhor qualidade, e uma das instituições fundamentais foi a Fraunhofer, porque, é o que nós estamos fazendo na Embrapi, que é a Embrapa da indústria.

O que que a Embrapi vai fazer? É uma estrutura muito enxuta, ela vai pegar os laboratórios e instituições que já existem no Brasil e só vai pagar pela demanda da indústria, por inovação. Ou seja, a indústria tem que entrar com um terço, o instituto com um terço e a Embrapi entra com um terço do recurso. Agora, só paga por inovação e a demanda, porque a estrutura que nós temos no Brasil hoje é uma estrutura ofertista.

Tem um monte de institutos de pesquisas, um monte de acadêmicos fazendo tese, doutorado, mestrado, e, um dia, a indústria vai lá e bate na porta e fala: "Eu estou precisando disso aqui." Isso não funciona. Os países que estão conseguindo ser competitivos eles vão atender à demanda do chão da fábrica. Quer dizer, traga aqui uma empresa que tenha uma demanda concreta, é uma peça, é um processo, é uma máquina, e nós vamos financiar uma pesquisa para resolver isso, e não, simplesmente, para publicar artigo, porque o nosso critério de produção científica é só publicação de artigo. Nós temos que mudar. Por isso que a gente não faz patentes.

E por isso que nós temos que olhar as cadeias produtivas e colocar o que nós temos na área de Ciência e Tecnologia que possa ajudar a produção a dar um salto para a gente ter competitividade, e o melhor modelo é a Fraunhofer.

Por isso que nós queremos mandar mil professores dos institutos federais fazerem essa formação na Fraunhofer, e o Sistema S também vai mandar uma parte importante.

Em relação ao Ciência sem Fronteiras, são só as áreas tecnológicas, as Engenharias, as áreas tecnológicas, e Saúde, entra aí Tecnologia da Informação, porque o problema do Brasil não são as Humanidades. Nós temos um programa de bolsa para as Humanidades, na área de antropologia, sociologia, política, ciências sociais, economia, administração. O resto das bolsas está lá, mas o foco do programa Ciência sem Fronteiras, e 25% provém de dinheiro privado, é para formar onde temos deficiência: o atraso tecnológico, científico e a competitividade sistêmica do Brasil. Por isso que o foco é esse.

Em termos de tecnologia da informação, disponho-me a sentar-me e a conversar. Temos todo o interesse, porque temos que manter o P&D nessa área.

O que estamos discutindo, inclusive com o MCTI, vincular uma parte do P&D a pesquisas de educação. Por exemplo, estamos construindo no MEC uma plataforma para fazer a Universidade Livre. O que seria Universidade Livre? Em todas as universidades federais, os professores serão estimulados a colocarem os seus cursos nessa Universidade. Todos os seminários financiados pela Capes terão de ser colocadas na Internet para essa Universidade Livre. E qualquer um pode entrar e assistir. Não são cursos certificadores, como a Universidade Aberta, o Ensino a Distância. Porém dá acesso à produção de conhecimento para que qualquer estudante possa assistir a uma aula, a um curso, a um seminário. Isso em qualquer lugar do Brasil por qualquer cidadão.

Somos instituições públicas, produzimos para o público, não temos interesse em ter a propriedade desse conhecimento. Nós queremos democratizá-lo e colocá-lo acessível. Por exemplo, se as empresas que fazem P&D ajudarem a desenvolver essa plataforma, será um grande ganho para o Brasil. Assim como colocar à disposição todo o conteúdo digital pedagógico.

Então, o MEC está muito interessado na lei de P&D.

Em relação ao EAD – Educação a Distância, e ao Fies.

Estamos querendo abrir duas novas modalidades de Fies: pós-graduação, que não consta, e ensino a distância. Mas precisamos aprimorar o marco regulatório do ensino a distância. O Insaes, inclusive, era uma forma de termos mais segurança. Como a gente garante o ensino com qualidade, pois temos que fiscalizar a presença do desse estudante, o seu desempenho. Você tem que ter alguns critérios, porque senão o sujeito simplesmente se matricula, pega o financiamento e você não acompanha. Quando ele está na escola de forma presencial, tem como você controlar.

Não temos ainda essa segurança, mas estamos trabalhando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Olha, o problema do Fies é a velocidade de expansão. Estávamos no início do ano, quando cheguei no MEC, acho que tínhamos menos de duzentas mil matrículas. Nós estamos hoje com mais de 850 mil, em um ano. A velocidade é uma coisa espantosa. É muito bom, mas temos ter perna para abrir para pós-graduação e para o EAD, perna fiscal.

Estamos estudando. Eu me comprometo até o final do mês em lhe dar uma resposta objetiva sobre o marco regulatório, como fazer.

Senador Cyro, duas coisas: primeira, o projeto de lei não trata da repartição dos *royalties* entre os entes federativos, se pode ou não mexer para trás. Por quê? Porque há uma liminar da Ministra Cármen Lúcia que suspendeu esse debate. O Congresso não tem mandato para se tirar ou não do Rio de Janeiro, quanto é para o produtor, quanto é para o consumidor, etc.

O Governo não tem como tratar desse assunto. Nós, inclusive, alertamos que se judicializaria o tema se o Congresso não fizesse essa mediação. Está parado o processo.

Porém, a decisão da Ministra Cármen Lúcia não impede a vinculação para frente. E, se depois para trás puder mexer, voltamos a discutir. O que o Senador Pimentel inclusive já fez foi vincular ao art. 214 da Constituição, que diz que tem que ter verbas vinculadas ao PIB, os *royalties* futuros, ou seja, para cumprir aquelas metas do art. 214, que a Constituição aprovou em termos de educação no Brasil, estamos dizendo os *royalties* são a principal fonte de financiamento, que é o que vai garantir aumentarmos o percentual vinculado ao PIB no futuro.

Em relação ao Fundo Social é um debate que o Congresso pode mudar, evidentemente. Mas qual a ponderação? Acho que esse leilão que haverá agora mostrará a força do pré-sal e do petróleo no Brasil. Há 65 empresas e 20 países inscritos. Seguramente será o maior leilão que já tivemos. Essas empresas e esses países vão disputar as novas concessões.

Acho que até o segundo semestre, o Brasil recupera a autossuficiência do petróleo e começa a aumentar o excedente exportável. O que pesou na balança comercial aqui foi a manutenção não programada dos equipamentos da Petrobras.

Vamos ter uma expansão segura, vamos ser um grande produtor exportador.

O que aconteceu com os países que pegaram o petróleo e o jogaram todo no consumo imediato do país? A doença holandesa. Nos anos 1970, Celso Furtado escreveu um livro que falava que a Venezuela é o primeiro país da América Latina que pode virar um país desenvolvido e romper os limites do subdesenvolvimento, ou não. Olhando 40 anos depois, eu acho que a visão dele foi muito interessante, porque ele mostrava o risco da doença holandesa. Você aprecia demais a moeda, e faz tempo que o Brasil está tentando evitar isso, ainda mais nesse mundo do *quantitative easing*, da expansão monetária nos Estados Unidos e em vários países do mundo, que estão depreciando a moeda deles e apreciando a nossa. Nós precisamos evitar a apreciação da moeda. Se você pegar toda a riqueza do petróleo e jogar na economia imediatamente, vamos viver a doença holandesa.

Se você olhar Iraque, Irã, Arábia Saudita, Venezuela, são países que não resolveram a questão do desenvolvimento. Quem resolveu bem? A Noruega, que criou um fundo soberano, fez uma poupança de longo prazo e internaliza uma parte dessa poupança.

Então, a proposta do Governo: todos os *royalties* de concessão e *party royalties*, 100% para educação; e metade do rendimento do fundo social, que é o regime de partilha.

Se se vai fazer uma escadinha, como se vai fazer, podemos discutir, mas a ideia é preservar uma poupança estratégica de longo prazo, um fundo soberano, para evitar a doença holandesa, se esses prognósticos de crescimento da produção de petróleo vierem. Mas é um debate que eu acho que o Congresso vai aprofundar, e nós temos tempo para fazer isso.

Com relação à área da medicina, eu quero tratar de dois assuntos. O primeiro deles é a corporação médica.

A corporação médica tem o papel de defender a sua corporação, e isso é muito legítimo, mas vivemos em um país em que temos 350 mil médicos e temos 850 mil jornadas de trabalho, ou seja, os médicos estão trabalhando duas jornadas e meia.

Então, quando aparece uma matéria dizendo que o médico não estava no SUS ou não estava no pronto-socorro, etc., pode ter certeza de que, se você fizer uma avaliação mais rigorosa, isso vai aparecer, porque faltam médicos no Brasil. Temos 1,8 médicos – há pessoas que falam que é 1,9 médicos – para cada mil habitantes. A média de Portugal, Espanha – a Europa toda, etc –, é o dobro do Brasil.

E, se olharmos o número de ingressantes em faculdades de medicina – não o número de faculdades, porque você tem alguns países cujos territórios são pequenos –, veremos que há muito mais oferta de vagas em medicina do que no Brasil.

Temos mais faculdades porque temos um território continental. Mas o que interessa é o número de oferta

de matrícula. Nós temos 0,84%; os Estados Unidos têm 1,6%; e 25% dos médicos nos Estados Unidos vêm de fora. São médicos importados. Apesar da oferta, 25% são estrangeiros que trabalham em medicina. No Brasil, nós não temos, praticamente, estrangeiros trabalhando, mesmo porque não queriam vir par cá. Agora há muita gente querendo vir.

Então, nós temos de ter uma visão estratégica. E qual é a visão estratégica? O Brasil terá de aumentar a formação de médicos. Faltam médicos no Brasil, especialmente em cinco especialidades, uma das quais a pediatria. Tem de haver um estímulo específico, porque os médicos não querem mais fazer pediatria, porque, além da criança, os pais telefonam a qualquer hora do dia, de noite, de madrugada, ainda mais pai de primeira viagem, que, basta a criança espirrar, para ele ligar cinco vezes para o médico e tal. Eles não querem! Então, há um problema cultural e há de haver um estímulo específico. Outros são anestesistas, obstetras, ginecologistas. Temos déficit em algumas carreiras.

Então, nós temos de fortalecer a residência nessas áreas e aumentar a oferta.

Temos 450 cidades no Brasil em que não há médico-residente algum. Nenhum médico! São cidades do interior, estão na Amazônia, no Nordeste. Mas nós não vamos resolver isso? Não vamos responder?

Como há poucos médicos, o mercado está muito aquecido, e todos querem ficar em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal; e o interior do Brasil fica sem a assistência necessária.

Então, a política de expansão das novas matrículas vai olhando uma visão de Brasil, e os campos de prática, onde há cinco leitos... o critério.

O Professor Adib Jatene tem uma tese que eu acho que vocês poderiam discutir – e nós estamos abertos à discussão. Ele acha que – não para aqueles que já estão na faculdade, mas para os novos médicos que entrarão no futuro –, ao terminar a formação, os médicos teriam de ficar dois anos trabalhando no SUS.

É exatamente isso que V. Exª falou. Quer dizer, o médico tem de lidar com aquela situação na ponta do sistema – saber o que é o ser humano, as dificuldades –, porque isso enriquece a sua formação. Com tutoria, com acompanhamento, mas teriam de ter uma experiência na rede SUS.

Eu acho a proposta dele muito interessante como uma política de formação futura dos médicos. É muito interessante o debate do Professor Adib Jatene.

Nós estamos abrindo exatamente com critérios para a frente. Por isso que acabamos com a política que eu chamei de balcão. Ou seja, apresentava-se um projeto – é nível quatro, cinco –, nós autorizávamos, só que não se olhava o campo de prática: se havia leito SUS, se havia pronto-socorro, se havia residência. E assim estamos criando uma deformação no País.

Então, estamos trabalhando, e tudo o que vier...

Sobre o exame do Revalida, é o que V. Exª disse: há um número imenso de brasileiros que foram estudar na Bolívia. Paciência! O MEC não vai resolver essa questão "baixando o sarrafo" para que todos possam virar médicos no Brasil, se nós temos um padrão de exigência: aqui nós temos de ter leito SUS, temos de ter formação; temos de ter rigor; aqui há o Enade; há avaliação.

Agora, isso quer dizer que nós estamos fechando a entrada de novos médicos? Não! Onde há bons médicos, eles vão fazer o exame, vão passar e ai nós teremos médicos.

O que o Ministério da Saúde está discutindo é uma outra questão. O que ele está discutindo é: nas áreas onde não há médicos, remotas e isoladas, não há médicos, por que não trazê-los, por um prazo determinado, temporário, com tutoria, sem direito ao registro definitivo no país – eles não podem trabalhar na iniciativa privada, não concorrem com aqueles que se formaram aqui –, com tutoria – a universidade tem que acompanhá-los por um prazo determinado – e vinculados às necessidades do SUS? Porque os prefeitos, os governadores, hoje, não conseguem contratar para algumas especialidades. Pode pôr o salário que for, que o sujeito não vai para o interior da Amazônia, não vai para o interior do Nordeste, o prefeito não tem como pôr e a cidade não tem médico. Nós estamos vivendo uma situação que o SUS, o Ministério da Saúde, está propondo.

O que o MEC não fará? Nós não vamos flexibilizar o Revalida para sair reconhecendo diploma de quem entrou. Segundo: não pode vir trabalhar no Brasil um médico que não tem o registro no seu país, evidente. Mas, se for temporário, com um registro vinculado a só trabalhar no SUS, nas áreas remotas para onde forem designados, enquanto nós estamos aumentando a oferta de médicos para poder suprir a nossa demanda futura, eu acho que é um programa que a gente deveria discutir, principalmente porque, hoje, Espanha e Portugal têm um volume muito grande de médicos que estão querendo vir para o Brasil, são bem informados e não há mercado de trabalho lá. O desemprego da juventude é 60%.

O Primeiro-Ministro de Portugal foi para a televisão, dizendo: "Olha, saiam, porque não vai ter trabalho." Eu fui para a Espanha, e precisam ver o nível de manifestação: de cada cinco médicos do sistema público de Medicina da Espanha, quando cinco saem, eles contratam um novo. Cinco se aposentam para se contratar um novo.

Então, há uma oferta, totalmente de recursos humanos estratégicos, que nós poderíamos usar, durante um período, enquanto a crise lá se revela, e depois eles voltam para o país deles.

Então, é um pouco isso que está sendo discutido, mas não haverá uma liberação, nós não vamos aceitar médico sem registro, sem formação e muito menos vamos baixar o Revalida para dizer: "Não, coitadinhos dos estudantes que foram estudar na Bolívia!"

É clara a regra no Brasil. Eles foram, sabedores de que era assim. E a LDB diz que só uma universidade pública pode reconhecer o diploma. O que nós fizemos foi criar um acordo de todas as universidades federais para ter um único exame nacional de qualidade de certificação. E vamos manter o rigor!

Então, não haverá como fazer.

Por último, em relação ao exame do Cremesp.

Nós mandamos uma carta para o Conselho Federal de Medicina e para os Conselhos Regionais, dizendo o seguinte: "Me digam de quantos médicos vocês cassaram o diploma?". Se isso é tão grave quanto eles estão dizendo e se isso não for simplesmente – e acho que não o é, espero que não o seja – para a gente não discutir que o Brasil precisa de mais médicos, porque o número de faculdades não mascara o dado. O dado é: olha a matrícula que está faltando; olha o número de médicos por habitante que está faltando. Não adianta eles usarem qualquer outro... Vamos discutir os dados da Organização Mundial de Saúde, que estão aí, públicos, e a gente pode discutir. Então, se faltam médicos no Brasil, e eles estão dizendo – e pode ser que eles tenham razão: "olha, tem faculdades que não estão formando bem os médicos, e nós vamos fechar os vestibulares." Fechamos há um mês a Faculdade de Medicina, em Belo Horizonte, mesmo antes da avaliação. Então, vamos fechar.

Para o que nós temos de olhar nessa discussão? Qual é a política que nós estamos sugerindo em relação a esse tema?

Eu mandei, olhem: "Me digam de quais médicos vocês cassaram o diploma e qual é a origem da Faculdade, para tomarmos providência?" Eu não recebi ainda a informação, mas estamos aguardando. Digam-me o seguinte: "Quais os diplomas que vocês cassaram – porque é a função deles cassar –, me mandem aqui a informação e qual é a origem da faculdade para a gente colocar sob supervisão?" Porque, por exemplo, se houver alguma faculdade em que muitos médicos estão com os seus diplomas cassados e punidos pelo Conselho Federal ou pelo Conselho Regional, nós vamos analisar. Nós estamos aguardando a informação.

Agora, estamos abertos a melhorar o Enade, estamos totalmente abertos a aprimorar o Revalida e acho muito importante esse trabalho que V. Exª está fazendo e que contará com todo o apoio do MEC: dedicaremo-nos a isto, a tentar aprimorar a avaliação e a melhorar o sistema com essas premissas.

Nós não vamos flexibilizar, para quem quer que seja, a aprovação de médicos que não tenham qualidade, e esse é o objetivo fundamental do MEC.

Sobre o currículo, muito importante. Como eu disse, em relação ao ensino médio, 86% da rede são dos Secretários Estaduais de Educação. Se nós não tivermos um pacto – a exemplo da Alfabetização na Idade Certa – com os secretários estaduais, para a gente construir uma política de comum acordo, não vai avançar. Não basta simplesmente o MEC lançar uma proposta. Nós estamos dialogando com o Consed e tentando construir um entendimento com eles.

A exemplo dos *tablets*. Foi uma forma que nós construímos com os secretários. Dos 650 mil *tablets* que foram já, 450 mil são do MEC, e o resto são eles que estão contratando. Nós estamos distribuindo os *tablets*, estamos formando os professores, botando aquele conteúdo digital, estamos discutindo essa questão, a possibilidade de concentrar por áreas.

O Enem, todo mundo acha que vai ser universal, os secretários estão totalmente de acordo. Gerou uma motivação nova, porque o aluno, hoje, termina o ensino médio e fala: "Eu posso entrar na cota, eu posso pegar o Fies, eu posso pegar o ProUni e posso pegar o Ciência Sem Fronteira. Eu vou fazer o Enem." Da hora que nós começamos para agora, nós já passamos de 1 milhão; mais uns 100 mil alunos se inscreveram aí nessas duas horas aqui, no Enem. Quer dizer, no primeiro dia, nós estamos passando de mais de 1 milhão de inscritos. Então, nós vamos bater esse recorde aí. Tivemos 4,2 milhões de participantes e, este ano, nós vamos ter mais. Comparado com a velocidade das inscrições, é muito superior.

Então, nós estamos totalmente focados em fazer um grande entendimento com os secretários de educação, de redesenho curricular, estímulo aos professores e melhoria do ensino médio. É um tema prioritário. Inclusive a Câmara tem uma Comissão que está trabalhando esse assunto também. Acho muito interessante o Senado se envolver, porque é um grande ponto de estrangulamento que nós temos no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só para fundamentar, no Brasil nós temos só 50% de vagas para residência. Esse é um problema.

Segundo, quando a gente fala em interiorizar o médico, nós tivemos um depoimento aqui muito rico, de um médico recém-formado, arrimo de família, que recebeu uma proposta de R$15.600,00 para ir para o interior,e declinou. Era ele, o estetoscópio, o paciente

e Deus. Ele falou assim: "Eu não tenho condição, eu não tenho armas." Ele não tinha um aparelho, ele não tinha ultrassonografia. Ele não tinha nada. Quer dizer, ele falou, "Eu vou sair daqui e vou ser crucificado no dia seguinte." Quer dizer, então o problema não é só de levá-lo para o interior. O que é que se vai fazer? É a situação.

E em relação também ao que eles colocam muito, sem defendê-los, mas é que, nesse exame de proficiência que eles estão fazendo, não obrigatório, estão pontuando o que está acontecendo de uma época para cá nas faculdades particulares, que estão cobrando R$7.500,00, por mês, não conseguem muitas vezes nem preencher as vagas. Então, acontece o seguinte: você tem 100 vagas, 99 candidatos, e todo mundo aprovado. É quem tem dinheiro. Então esse é que é o fundamental, não entramos ainda naquele campo dos que estão com processos no Conselho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Quero só ponderar uma coisa: em relação à residência, V. Exª tem toda razão. Faltam residências. Então, nós não abriremos mais um curso de medicina se não houver residência. Primeira condição. Isso já está... nós paramos a abertura, só faremos com residência.

Segundo, estamos estimulando exatamente nas cinco áreas em que há maior carência de médicos, que são as que eu falei, para as quais vamos dar um estímulo especifico: pediatria, anestesia, ginecologia, obstetrícia, etc., que são as áreas de maior carência no sistema.

Agora, há uma parte da discussão aqui que tem que fazer com o Ministério da Saúde, e não com o MEC. Eu só estou aqui dando... Eles que cuidam dessa parte, não é o MEC. Mas o Ministério da Saúde fez um concurso nacional, um edital, uma chamada nacional, o Provab. Eles conseguiram contratar 4 mil médicos, que vão receber um salário de R$8 mil, para ir para essas áreas aonde ninguém quer ir. Porque o primeiro atendimento quem faz é o médico, que faz o diagnóstico, que toma as primeiras providências, os primeiros-socorros, é o primeiro atendimento. Então, eles estão fazendo um esforço grande para reverter essa situação, estão pagando R$8 mil, e o médico vai pelo SUS às áreas críticas do País. É isso que é o esforço.

Agora, por último, a nossa formação... Insisto: não haverá um único curso de medicina que não tenha, no mínimo, cinco leitos SUS, que tenha residência médica, que tenha pronto-socorro, que tenha unidade básica de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro.

Passamos agora para o segundo bloco.

A Senadora Kátia Abreu; depois o Senador Aloysio Nunes Ferreira; e o Senador Ataídes Oliveira.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Boa tarde, Sr. Presidente. Obrigada pela presença, Ministro.

Queria registrar aqui a presença do Vereador Franco Cartafina, de Uberaba, que está no seu primeiro mandato e visita nossa Casa no dia de hoje. Seja muito bem-vindo.

Ministro, os *royalties* para educação, ciência e tecnologia, meu voto, meu apoio, meu trabalho. Eu acho que reserva estratégica tem que ser transformada em reserva estratégica de conhecimento. Então, eu acho que educação, ciência e tecnologia deve ser a nossa persistência no gasto dos nossos royalties.

O Pronatec Rural nós inovamos com empreendedorismo. A abertura do MEC foi total para que a gente pudesse fazer o que fosse melhor para o nosso setor. Nós já fizemos, ano passado, quase 30 mil vagas, e esse ano praticamente dobrando. Obedecendo as especialidades regionais, treinando os rapazes e moças do segundo grau nas áreas onde há maior demanda do agro no Brasil. Agricultura de baixo carbono, irrigação, agricultura de precisão, açúcar e álcool, pecuária, floresta, enfim, isso tem trazido bastante resultado.

E as escolas técnicas, como o senhor disse aqui agora há pouco, junto com os parques tecnológicos também especializados nas áreas que agora há pouco acabei de dizer. Principalmente nas plataformas das ferrovias que estão sendo licitadas, estão sendo concessionadas agora. Essas plataformas deverão se transformar também num ponto de apoio de formação de mão de obra e de inovação. Agradeço a abertura que V. Exª deu à CNA e ao Senar para que nós pudéssemos trabalhar nesse sentido.

O BNDES não é da sua alçada, do seu ministério, mas o BNDES deveria, inclusive, adotar um critério de empréstimos para as indústrias junto obrigatoriamente também para inovação. As indústrias precisam ter dinheiro de investimento, de custeio, mas obrigatoriamente em inovação. Não há mais possibilidade do número de patentes que este País não tem em comparação a outros.

No setor rural, Ministro, rapidamente algumas sugestões de acordo com a minha experiência. Não sou uma especialista, mas temos tentado dedicar muito tempo à área da educação, justamente por acreditar que nada vale a pena se nós não investirmos pesado na educação brasileira em todos os níveis.

Escola de alternância, Escola Rural de Alternância. Nós temos uma experiência que nós já adotamos há três anos no Tocantins – a CNA e o Senar adotaram – pela qual as crianças ficam uma semana na escola e uma semana em casa, hospedadas, moram. Porque o

transporte escolar é útil, Ministro, mas, quando passa a ser mais de 30km de ida e 30km de volta, em estrada de chão, as crianças ficam mais dentro do transporte escolar, comendo poeira e passando fome, do que em condições de realmente aprender.

Então, eu acredito que, em relação a essas escolas que hospedam as crianças, que se divida por sexo, enfim, gênero. Não sei como poderia ser, mas, em relação a essa que nós estamos trabalhando, só de meninos, nós fizemos uma inovação interessante, que já tínhamos colocado para o MEC, ainda com o Ministro anterior, que é o Professor da Família. Naquela semana em que a criança fica em casa, ele recebe a visita do professor da família para fazer as tarefas, inclusive numa agregação com a família importante, que é também observar se os pais são alfabetizados, se há adultos na família que não leem. Então, o professor da família acaba fazendo uma interação com todos, e não só com o aluno. Para o campo brasileiro, há lugares em que as crianças precisam ir de barco, têm que atravessar rios, as distâncias são enormes. Temos a experiência da Fundação Bradesco, em vários lugares do País, inclusive no Tocantins, onde as crianças moram 24 horas, formam-se e depois voltam para as casas. Então, no campo, não existe uma receita única, existe o internato total, existe o semi-internato, que é a escola de alternância, onde ele poderia produzir muito mais, e a escola viva, que nós chamamos, a escola em Monte do Carmo – a escola viva está à disposição para uma visita nesse sistema do professor da família.

Com relação à placa do Enem. Há muito tempo, entrei na Comissão de Educação – eu acho que uns três ou quatro anos atrás –, havia um projeto de lei, se não me engano da Senadora Lúcia Vânia, que sofreu aqui até um constrangimento por parte...– desculpa, do Ideb, desculpa –, um corporativismo contra a fixação da placa do Ideb. Quer dizer, isso é um estimulo e uma obrigação com o dinheiro público de transparência, não é mais a vontade do professor ou do diretor que vai fazer essa placa estar lá, é o contribuinte. O contribuinte é aquele que está com seus filhos na escola. Eu tenho o direito de saber se a escola do meu filho é boa, se não é boa, e unir as forças para transformá-la numa escola boa. Ninguém quer fazer caça às bruxas, ninguém quer crucificar ninguém. Vamos fazer uma ampla transparência também nas escolas do Brasil.

Eu encaminhei ao Governador Siqueira Campos uma matéria na Veja, inclusive, em que saiu duas páginas falando sobre a obrigatoriedade e o quanto é importante esta aplicação da placa. E o Governador Siqueira Campos, de Tocantins, determinou que empreendesse a norma imediatamente, aplicando e colocando as placas nos lugares.

Uma coisa que me incomoda profundamente, Ministro. Eu acho que está tudo dentro dessa questão da escola, lá na ponta, lá no interior do Brasil, como é o meu Estado do Tocantins. Ainda existem indicações de diretores de escolas por políticos locais. Ministro, ninguém merece. Os alunos não merecem. Os pais não ficam nem sabendo disso, que são indicações políticas. Os pais confiam na escola. Confiam que em tudo está havendo isenção e que tudo está sendo feito como manda o figurino. Ninguém sonha que há Deputado, Senador, Federal, Estadual, Vereador, indicando diretor de escola.

Eu não sei como seria a receita para modificar esse quadro. Eu apenas abomino esse quadro. E isso acaba criando um constrangimento para nós, políticos que somos contra a ideia, porque você acaba recebendo uma pressão de pedidos. Porque todo mundo faz, você também é minha Senadora, tem que fazer e me ajudar a ser indicado. Então, a gente tem que resistir muito com relação a isso e explicar a situação. Se você não indica, vem outro e indica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É, então, curso de seleção. Poderia haver uma avaliação a distância. Essa avaliação poderia ter senha por professor, ela poderia ser feita... Desculpe, professor não, diretor da escola. “Mas importantes são os professores!” Claro que são importantes! Mas o chefe, aquele que direciona a política, que é o coordenador, tem que ser melhor do que todos os professores. Ele não pode estar aquém. E nós estamos vendo isto muito: coordenadores e professores que são mais competentes do que muitos diretores. A coisa está invertida por conta, ainda, de uma indicação bizantina, de coisa do século passado.

Então, eu acho que o MEC poderia tomar essa providência. Pode parecer uma coisa pequena, mas não é, Ministro. Isso é da maior importância para elevar o nível das escolas do Brasil.

Por último, quero dar o meu apoio total aos médicos estrangeiros. No Tocantins, nós tivemos essa experiência com os cubanos. Eu vi a matéria na revista *Veja,* do CRM contra. Corporativismo em saúde alheia, não, Ministro! Corporativismo em saúde alheia, não! Quatrocentas cidades sem médico equivalem a quase 10% das cidades do Brasil, e, no meu Estado, com certeza, há várias que não têm médicos, porque não querem ir. E os cubanos, ao contrário. Tem médico cubano ruim? Tem, mas tem inglês também, tem alemão, tem italiano,...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Brasileiro.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – ...brasileiro. Há gente ruim em todo lugar.

Então, isso não pode ser avaliado por baixo, e que uma indicação de "não-sei-quem" vai impedir os médicos cubanos. Ao contrário. Eles adoram ir para o interior. Eles preferem o "interiorzão", cidade miúda, pequena. Mas não quero exclusividade. É claro que não tem que ser só cubanos. Pode ser quem quiser vir para o Brasil.

E sou radicalmente contra também, Ministro, não deixá-los clinicar na área privada. E quem é que vai controlar isso? Nós vamos acabar encontrando uma ilegalidade, o que pode dar, inclusive, em expulsão dos médicos daqui. Então, ninguém vai dar conta de controlar mercado. Os médicos virão para trabalhar no SUS. Mas se eles quiserem trabalhar em uma clínica e puderem complementar salário, por que não? Por que essa reserva de mercado?

Eu acho que, nessas coisas, Ministro, bom seria se nós tivéssemos 2,5 médicos por mil habitantes. Mas a realidade é: não tem. E um médico desses leva de cinco até oito anos para terminar sua formação, uma formação espetacular. Nós temos que abrir, sim: médico português, espanhol, cubano, principalmente de língua portuguesa e espanhola, para que o interior possa compreendê-lo melhor. Então, quero dizer que sou totalmente a favor.

E encerro dizendo que terei que me retirar. Tenho uma reunião sobre o Plano Safra agora ao meio-dia, mas a minha assessoria vai ficar aqui toda para ouvir as respostas, que me interessam muito.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Mas só tenho um índice: 94% dos cubanos que prestaram o Revalida foram reprovados nos últimos três anos, mais ou menos por aí. Então, eu acho que nós não fazemos reserva...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Onze por cento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Onze por cento apenas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Onze por cento foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, isso de todos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não, não, dos cubanos. Os dados foram inclusive publicados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Dos cubanos? Bom, mais ou menos isso. Tudo bem, então...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É está mais ou menos igual à OAB também: onze por cento apenas aprovados. Então, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas esse exame é feito pelo MEC. O Revalida é um exame extremamente sério, não é pelo Conselho.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Tudo bem, e não estou nem criticando. Não acho que tem que haver médico ruim. Acho que tem que haver médico treinado, médico avaliado, mas nós precisamos contar com médicos estrangeiros. Não significa que, porque é estrangeiro, são médicos ruins. Ninguém quer uma saúde que não seja de qualidade para os brasileiros, especialmente para os tocantinenses.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srs. Senadores, meu caro Ministro, eu acompanhei a sua exposição com muito interesse. Em alguns pontos, realmente, quero manifestar minha total concordância quanto ao ponto de vista que o senhor externou aqui em relação à necessidade de termos currículos mais focados; contra essa multiplicação abusiva de disciplinas que o Congresso aprova; o seu entusiasmo pelos *royalties* do pré-sal para a educação – aliás, já manifestado pelo senhor, quando Senador, por ocasião da votação do projeto de lei de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Tasso Jereissati –; a ideia de que a educação pública não é necessariamente estatal; enfim, vários pontos que mereceram total aprovação e concordância da minha parte.

Mas, de repente, Ministro, houve uma ducha de água fria – perdoe-me – em relação a uma questão que o senhor mencionou incidentalmente, mas que eu queria focar na minha intervenção. Ela diz respeito à lei que foi aprovada aqui, no Senado, depois de tramitar durante duas sessões deliberativas apenas. Ela chegou aqui, na quarta-feira, vinda da Câmara, e, na terça-feira seguinte, foi votada. O requerimento de urgência não passou por nenhuma Comissão, não passou pela Comissão de Educação, foi para o Plenário direto – refiro-me à Lei nº 12.772.

No bojo dessa lei, de autoria da Presidente da República, que passou seguramente pelo seu crivo, encontramos, no §1º do art. 8º, que trata do ingresso na carreira do magistério superior das universidades federais, a seguinte norma: "No concurso público de que trata o *caput*, será exigido o diploma de curso su-

perior em nível de graduação." Quer dizer, foi abolida a exigência que havia, já na Lei de Diretrizes e Bases, da pós-graduação – seguramente, um erro cometido, um erro de avaliação!

Não sei se houve pressão sindical, porque esse projeto foi destinado a encerrar uma greve que durava muito tempo, mas o fato é que o Governo cometeu uma barbeiragem e induziu o Senado a uma barbeiragem! Isso passou por nós. Tomei conhecimento disso, depois de receber manifestações indignadas de professores de universidades federais, inclusive de filhas minhas, professoras doutoras.

Em razão disso, apresentei um projeto de lei com o objetivo de restabelecer aquela exigência de pós-graduação. E esse projeto passou pelo exame da Comissão de Educação, em que recebeu um parecer da Senadora Ana Amélia, que incorporou mais duas emendas que constam de uma manifestação, no Conselho Superior da Capes, sobre a citada Lei nº 12.772, que suprime a exigência de 20 anos de experiência ou obtenção de título de doutor, para ingresso no cargo isolado de professor titular livre, e que dá uma nova redação ao artigo que trata de outras retribuições pecuniárias percebidas pelo professor com dedicação exclusiva, submetendo essa possibilidade a uma autorização da própria instituição a que está vinculado o professor, segundo regras da própria instituição.

Esse projeto foi aprovado aqui, na Comissão, em decisão terminativa. Acontece que, na undécima, chega um recurso patrocinado pelo Líder do Governo, pelo Líder do PT. Aliás, protocolado, estranhamente, sem papel timbrado e sem Sedol, o que me parece estranho – estranho –, porque se usa Sedol até para telegrama de voto de congratulações ou voto de pesar, e esse veio sem Sedol, para que o projeto fosse submetido ao Plenário. Eu nunca recusei assinatura em requerimentos para submeter projetos ao Plenário.

Mas o problema, Ministro, é que o senhor diz o seguinte: "Nós seguramos para baixar uma medida provisória." – e o senhor diz isso aqui no Senado! Quer dizer, é uma coisa que realmente me choca, porque se pediu à Casa Civil, para elaborar uma medida provisória – ora, isso, já de cara, derruba o critério de urgência da medida provisória. Pediu à Casa Civil, para elaborar uma medida provisória, para corrigir um erro, e um erro, aliás, do Governo e do Congresso também – é bem verdade!

Pergunto a V. Exª: por que não, em vez de baixar medida provisória, que pode demorar quatro meses, para tramitar? Porque essa é a regra, só se aprova na última hora e, muitas vezes, a Liderança do Governo pede à oposição, como aconteceu semana passada. Que abramos mão de certos interstícios, para aprovar projetos do interesse do Governo, em nome de interesses mais gerais do País!

Semana passada, fizemos isso, Líder. Por que não aprovar urgência para esse projeto, para que ele não fique parado eternamente diante de uma pauta também bloqueada, o tempo todo, por medidas provisórias, para que seja feita emenda que V. Exª imagina que deva adequá-lo à finalidade que o Governo espera atingir e, depois, aprovar na Câmara? Não se trata de um projeto, de uma MP dos Portos, que recebeu aqui seiscentas e tantas emendas, que quase deixou doido o Líder do Governo e que, ainda na Câmara, recebe uma MP dos Portos que foi classificada, aliás, com outro substantivo por outro Líder da Base governista – é uma coisa simples! Não, "Vamos baixar a medida provisória."

Convenhamos, Ministro, o senhor foi Deputado, foi Líder de Bancada, foi um bom Deputado e um bom Senador, nesta Casa, que é sua, convenhamos que essa não é a melhor linguagem. No mais, quero cumprimentá-lo, fiquei satisfeito pelo restabelecimento da sua saúde, sabendo que foi uma coisa somenos. Vejo o senhor em grande forma aqui, nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. O Ministro pede para responder as duas e...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É muita coisa, vou tentar ser bem objetivo. Em relação à Senadora Kátia Abreu, de fato, fizemos uma excelente parceria com o Pronatec, em relação à CNA. Eles têm o foco na questão do empreendedorismo e estão fazendo acordo com o Sebrae, agora, para 1,5 milhão de matrículas. Terão uma carga horária específica para o empreendedorismo em todo o Pronatec, porque é uma orientação profissional que, hoje, motiva muito a juventude. (*Pausa.*)

Fale que ligo daqui a cinco minutos! – é a Presidenta, mas, agora, está difícil. Explique que já vou, senão, o Aloysio vai-me criticar de novo, aqui, se eu parar para atender o Executivo. (*Risos.*) Estou aqui, no Legislativo, já ligo e falo com ela, daqui a uns minutinhos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ministro, o senhor sabe que a crítica é construtiva, no sentido de aprimorar as relações entre o Legislativo e o Executivo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Totalmente construtiva!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E, para resolvermos mais depressa um problema. É mais rápido do que a medida provisória...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixe até eu inverter. Como a Senadora Kátia...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Como o senhor sabe, o art. 14 continua funcionando. Citou, não há jeito! (*Risos.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vou inverter a ordem, vou direto à questão do Senador Aloysio, só para dizer o seguinte: primeiro, acho que houve um erro mesmo. O que aconteceu ali? A LDB iria ser votada, o Orçamento, tinha que se votar a questão do funcionalismo, houve uma série de mudanças em relação ao funcionalismo, foi a velocidade de aprovação na Câmara e no Senado. Como havia uma lei que dizia – uma lei nova que o Congresso aprovou – que o ingresso na carreira tem que ser no início do processo, a redação que o Ministério do Planejamento fez foi aquela. Acho que prejudica todo o esforço que mostrei aqui – 68% dos professores, hoje, são doutores –, todo o nosso esforço, aumentamos em 179% a pós-graduação e queremos, no mínimo, doutores para dar aula; então, a correção era essa.

Fizemos um grupo de trabalho – consultamos a Academia Brasileira de Ciências, a SBPC, o Conselho Superior da Capes, a Andifes, o Conif –, para construir um texto de comum acordo, tratando da questão dos 20 anos para o titular livre, o problema dos pesquisadores e o problema do ingresso na carreira. O Presidente da Comissão – pelo menos foi o que a assessoria me informou – colocou, na noite de segunda-feira, esse ponto na pauta. E, no dia da votação, ligamos, pedindo – não sei qual era a Senadora que estava aqui, a Ana Rita, que pediu: "Peça vista para a gente fazer um acordo no texto." –, e não foi concedida vista, foi votada a matéria.

Qual era o acordo que nós queríamos propor? Porque estudamos, juridicamente, com profundidade, este tema: como é que compatibilizamos a lei que exige que o ingresso da carreira seja pelo início com a titulação – temos um problema de urgência. Qual é a urgência? É que os concursos, se for mantida a lei como está, imagine que, em cada concurso de uma universidade, todos os alunos de graduação, mestrado... É inviável!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Escola Paulista de Medicina já está com este problema: com concurso na rua, um edital na rua, e não consegue mais fazer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Hoje, está havendo uma reunião da Andifes, e eu estava pedindo, para assinar, hoje, a medida provisória. Por que a medida provisória? Para entrar em vigência imediatamente.

Deixe-me somente ponderar: eu vou reconhecer aqui, publicamente – coisa que nunca fizeram comigo, porque vivi, durante muito tempo, no Senado, e, a semana retrasada, tive outro projeto clonado, fui clonado várias vezes, aqui. Tinha um projeto de 2003, que dava isenção... Mas, nem como Ministro, pude sancionar a lei, juntamente com a Presidenta.

Mas era um projeto que dava isenção para os vestibulares. Exatamente o texto que eu propus, há oito anos, e o Deputado apresentou e aprovou. Houve uma época em que fui clonado, no dia da votação – um negócio fantástico! Era aquele projeto de...

É o seguinte, quando há um menor envolvido...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Poderia até clonar, mas que desse o crédito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O mesmo debate que está havendo agora: redução da maioridade penal. Propus o seguinte: quando houver um menor de idade na quadrilha, os adultos terão o dobro da pena, porque muitas vezes se alicia devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e isso resolveria parte do problema. Era a minha sugestão.

O meu projeto tramitou anos aqui. No dia de votação no plenário, um Deputado apresentou o mesmo, no plenário de lá, e a Câmara votou, antes, só para dizer que tinha votado. Então, acho que se deveria acabar com essa disputa e reconhecer-se a autoria!

Estou reconhecendo, publicamente, aqui, a contribuição que o Senador Aloysio Nunes deu para essa matéria, ao apresentar um projeto que corrigia um erro que o Executivo e o Congresso cometeram pelo problema do prazo da votação e por essa lei se exigia o início da carreira. O que eu queria propor, no texto, que você tinha apresentado? É o seguinte, o concurso é para doutor, não para pós-graduação – doutor.

É preciso, no mínimo, Doutorado, para fazer concurso para universidade federal. Qualquer outra exceção tem que ser aprovada pela instância superior, invertemos a lógica. Quer dizer, começa pelo doutor – então, era esse o acordo que fechamos.

Também houve um mau entendimento da Oposição, porque o Governo não gosta de aprovar projeto da oposição, o que é um erro. Acho que é necessário aprovar a autoria e reconhecer a iniciativa. Já vi um debate, dentro do Governo, você tem o mérito de ter feito a proposta, e reconheço publicamente.

A medida provisória tem só uma razão: a urgência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A urgência?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – A urgência é a seguinte: porque os concursos estão parados, ela entra em vigência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tive notícia, agora mesmo, da...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Mas eu proponho...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) –... Escola Paulista de Medicina de que um concurso está em crise...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Se for possível fazermos um acordo na Câmara, será o seguinte: apensamos a medida provisória ao seu projeto e faz-se a tramitação e a autoria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não faço questão de autoria, só quero resolver o problema.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu quero reconhecer, porque eu fui vítima, tanto na base, como na oposição, durante anos, dessa coisa. E o Executivo adora não reconhecer a autoria do Congresso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ministro, eu agradeço o cavalheirismo de V. Exª. Eu não faço questão da...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, é ainda mais do que isso, é uma convicção profunda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O bom é que vai resolver o problema.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O papel do Congresso é a autoria da lei. O Executivo tem obrigação de reconhecer se há um projeto que começou antes e valorizar aquela iniciativa. Nós queríamos propor urgência urgentíssima e chegar num acordo, mas, como não houve esse entendimento, nós recorremos à medida provisória, que tem eficácia imediata, para não parar com os concursos.

Eu proponho, na tramitação, que, se for possível, apensemos ao seu projeto e aprova-se o projeto. E, faz-se a medida provisória, para dar vigência já imediatamente aos concursos. Havendo acordo...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministro, não é possível regimentalmente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pode-se fazer uma emenda de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª pode fazer, na mensagem, já a menção, aí, fica resolvido. O crédito...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Mas pode fazer a emenda...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu, por mim, fico satisfeito, resolvendo-se o problema – fico satisfeito resolvendo-se o problema –, meu caro xará.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E reconheço, aqui, totalmente a autoria intelectual do Senador Aloysio, que teve a nossa mesma preocupação. Talvez, porque ele seja xará, pensa muito parecido conosco, apesar de fazer esforço para pensar diferente, porque é o papel da oposição. Mas pensa muito parecido nos temas mais relevantes da educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministro, só uma explicação. Eu presidi a sessão, naquele dia, e a Senadora Ana Rita chegou atrasada, já estava em votação o projeto. Nós tínhamos sete semanas em que não conseguimos quorum, para aprovar uma medida, um ato terminativo. Então, naquele momento, o pessoal falou: "Mas é uma brincadeira, nós já estamos votando!" – por isso que não voltei atrás.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu vou propor, daqui para frente, um canal vermelho – esqueçam... Eu sou um Deputado que já amassei muito barro e sei o valor que tem um mandato, a importância que tem na vida, e eu respeito a autoria intelectual e as iniciativas legislativas. Sempre que o Presidente ou o Parlamentar tiver qualquer problema, é só ligar, conversamos e chegamos a um acordo de entendimento; sobre isso, nós não faremos, vamos reconhecer o mérito e as iniciativas – qualquer problema é só ligar e avisar! E pode ter certeza de que a motivação é pública.

Em relação à Senadora Kátia Abreu, deixe-me só retomar. Nós ampliamos os cursos, e ela fez um trabalho muito interessante sobre os eixos de exportação, a infraestrutura logística que está sendo construída e a expansão futura do Pronatec, tanto dos institutos técnico-federais como dos *campi* das universidades. No caso da agricultura, há foco nesses novos desafios de uma agricultura moderna e profícua.

Em relação ao PNE que o Senador Cyro colocou, tem que ser o prazo de dez anos – nós temos de garantir que seja para os próximos dez anos! E há muita coisa para conversar sobre o CNE. Fiquei feliz com o pedido de vista de hoje, quero me sentar com os Senadores envolvidos, para chegarmos a um entendimento – há vários pontos que a Undime levantou, há vários temas a serem apresentados.

A apresentação é só para dizer que o processo tem que andar, demorou demais na Câmara. O PNE teve mais emendas que a Constituinte, e ainda fizeram audiências públicas em todos os Estados no Brasil. Então, foi um ano e meio de tramitação na Câmara – atrasou demais o projeto, e não foi o MEC, temos interesse em fazer o mais rápido possível.

Poderíamos fazer uma reunião com os Senadores que têm interesse na matéria para discutir. O MEC se dedicará integralmente à tramitação do PNE. Vamos pegar as sugestões da Undime, que questiona, por

exemplo, o alvará médico, e também questionamos a questão da inclusão das crianças com deficiência.

Há vários pontos a ajustar no texto, como essa questão do que é investimento público não estatal. Precisamos qualificar isso, para não ficar em aberto, precisamos chegar a um entendimento. Acho que estamos abertos ao diálogo e ao entendimento: quando houver divergências, vocês vão votar e resolver.

Sobre a questão de inovação ao BNDES, a Presidenta lançou um programa, o Inova Empresa, de R$32 bilhões, para inovação, isenção fiscal e crédito – é um programa muito amplo. A Embrapi vai mudar a história da inovação no País. E espero que consigamos fazê-lo o mais rápido possível!

Escola de alternância, estamos construindo algumas escolas rurais exatamente com alojamento de aluno e professor, que são áreas distantes, não sei se 30km – seria necessário ver e realizar um estudo melhor, temos que estudar essa alternativa. Há crianças que moram a 100km da escola, principalmente na Amazônia – não pode, tem que haver um modelo diferente, distinto. Acho que poderíamos trabalhar essa proposta, estamos abertos.

Em relação à placa do Ideb – é um tema das redes –, o Goiás já fez, o Secretário da Educação esteve comigo, o Governador Perillo já fez no Estado; Tocantins já fez. É uma discussão das redes, e o MEC não tem instrumento para impor uma rede e colocar uma placa na porta da escola, nem deve! O sistema é federativo e temos que respeitar isso, mas esse é um tema que ajuda essa discussão da maior transparência possível.

Temos total interesse em chegar a um acordo com relação às grades curriculares. E, na questão da expansão, eu já... Ah, na questão dos diretores, pegamos a Fundação Joaquim Nabuco, que é a única fundação do MEC em Pernambuco e estava muito focada nos temas de Pernambuco, Recife, e estamos fazendo, hoje, uma articulação melhor da Fundação com a educação em geral, no Brasil.

Uma das prioridades é formar gestores da educação: diretores, administradores de escola e coordenadores pedagógicos. A nossa ideia é ter uma formação e uma certificação. A certificação tem que ser feita junto com as redes, prefeitos e governadores, mas, se houver a certificação...

Não é só problema de indicação política, às vezes é problema de eleição. Elege-se, por exemplo, o professor mais simpático, mas ele não é necessariamente o melhor gestor. Faz toda diferença, em uma escola, haver um bom diretor, um bom coordenador pedagógico, um bom administrador.

Então, a ideia é fazer um curso nacional para diretores e gestores e uma certificação nacional. O método de escolha democrático como vai ser em cada instituição as redes vão definir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Mas há que ter no mínimo, ou uma carreira específica, em algumas... A certificação é por que algumas têm carreira. Podemos até caminhar nisso, mas, se houver uma certificação, tem que ser feito o curso de diretor...

Por exemplo, estamos fazendo um acordo com Harvard que tem um excelente programa de curso de gestores em educação. Estamos fazendo essa parceria, para trazer essa metodologia e aprimorar o nosso processo de formação. Vamos fazer com a Fundação Joaquim Nabuco, para começar, no Nordeste, mas a ideia é, depois, em cada Estado, em cada região, haver um centro de formação de diretores e gestores pedagógicos – a ideia é unificar e padronizar.

São Paulo tem uma excelente experiência, que é uma carreira específica, mas nem todos os Estados têm a mesma visão. Pelo menos, a formação e a certificação e, se possível, uma carreira seriam um grande salto para o sistema educacional no Brasil. Estamos totalmente de acordo!

Só quero explicar uma questão, voltando, acho que deveríamos ter uma audiência com o Ministério da Saúde para esclarecimentos. Mas volto a dizer, no caso desse programa, os médicos viriam com prazo determinado e com registro provisório, e só trabalhariam com tutoria e exclusivamente na rede SUS, exatamente para percorrer essas brechas. Não é uma importação de médicos, porque, para trazer médicos, para trabalhar no mercado ou em qualquer outra área, têm que passar pelo Revalida.

Esse negócio de o sujeito abrir uma faculdade de Medicina na Bolívia... Faz um curso que não tem campo de prática de Medicina e, depois, simplesmente, revalida-se o diploma – nós não faremos!. Ao contrário, nós suspendemos essa ideia dos projetos, para garantir qualidade, é expansão com qualidade.

Então, tem que haver um campo de prática, tem que haver cinco leitos, SUS, tem que haver urgência e emergência, tem que haver residência médica, tem que haver unidade básica. A partir daí, é que vamos expandir a rede. Então, é uma coisa temporária, por isso que eu acho que vale a pena trazer aqui o Ministro Padilha, para fazer esse debate – tenho certeza de que ele vai enriquecê-lo.

Em relação à questão... Já reconheci aqui a iniciativa parlamentar do Senador Aloysio, espero fazê-lo várias vezes e trabalhar sempre em parceria. Se nós conseguirmos tirar um pouco a educação da disputa política eleitoral e trabalhar de forma republicana, como temos conseguido, o Brasil vai ganhar muito! Eu

já, inclusive, deixei bem claro que o meu compromisso é este: trabalhar pela educação dessa forma, vou-me dedicar, exclusivamente, a essa agenda!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro.

Vamos fazer, agora, o último bloco. É bom, não é, Senador Aloysio Nunes, ter um ministro com essa atitude republicana? É confortável!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É bom, sobretudo, o fato de saber que o problema está resolvido, vai ser resolvido muito rapidamente!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E vamos fazer de comum acordo. Proponho que, qualquer que seja a solução, o relator da matéria seja o Senador Aloysio Nunes, vou pedir ao Presidente da Câmara e do Senado, porque é uma forma de autoria – o senhor terá relatado a matéria e resolveremos de comum acordo. Acho que é assim que nós temos que trabalhar e acho que o Líder do Governo também se empenhará nessa direção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Ministro.

Nós vamos, agora, para um bloco só. Agora, o Senador Ataídes Oliveira, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Eduardo Braga, o Senador Inácio Arruda e o Senador Cícero Lucena.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, primeiramente, quero fazer um registro. Na quinta-feira próxima, dia 16, vai acontecer aqui um treinamento sobre os programas e ações do Ministério da Educação, o FNDE, com a presença de V. Exª. Eu quero comunicar que 80% dos nossos prefeitos já se encontram em nossa capital. Eu vou ter o prazer de estar presente e 80% dos nossos prefeitos já estão aqui.

Sr. Ministro, é sabido que a educação é a base de uma nação. Eu cheguei nesta Casa como empresário, sou um principiante, mas temos nesta Casa um doutor em educação que admiro muito que é o nosso brilhante Senador Cristovam Buarque, que não se encontra aqui. Com ele, eu tenho aprendido muito.

Percebo, Sr. Ministro, que, tanto quando estive em seu gabinete, como hoje, pelos números, V. Exª não tem medido esforços para resolver este grande problema do nosso País que é a educação e, enquanto não investirmos pesado, com competência e sabedoria em educação, nós jamais iremos sair dessa situação em que nosso País se encontra. Eu percebo que o Governo é assistencialista. Eu admiro Bolsa Família, bolsa estudo – eu admiro! –, mas não basta, Ministro, não basta dar o peixe! – nós temos que ensinar o nosso povo a pescar!

Eu percebo que esse é o caminho que V. Exª tem trilhado. Esta pasta, eu quero ratificar, está em boas mãos, mas para a educação tem que haver dinheiro – todo o dinheiro para a educação, eu percebo, ainda é pouco! Mas, além da educação, tem que haver...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu posso só atender um pouquinho aqui? É a Presidenta, deve ser alguma coisa urgente. Peço licença a vocês por um minuto. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Enquanto aguardamos o nosso Ministro Aloizio Mercadante atender o telefonema da Presidenta, eu queria enaltecer o trabalho de V. Exª à frente desta Comissão, trazendo ao debate um dos Ministros mais importantes do Governo, o que cuida da pasta da Educação. A educação é fator fundamental para o desenvolvimento do nosso País e a pregação que ele faz semelhante a que todos nós fazemos de que os recursos provenientes dos *royalties* do pré-sal deveriam ser aplicados na educação significa um projeto de preparação do Brasil para enfrentar o futuro.

E, como ele demonstrou, o país que, se assenhoreando de recursos naturais, não teve essa preocupação, não conseguiu chegar ao seu pleno desenvolvimento, a exemplo da Venezuela.

Nós apresentamos aqui, nesta Comissão, um relatório ao Projeto de Lei de autoria do Senador Inácio Arruda, propondo 50% para educação. A Presidenta Dilma foi mais generosa e seu Ministro mais generoso, ao propor 100% para educação.

Portanto, quero aproveitar este ensejo, já que eu tenho um outro compromisso, para parabenizar V. Exª e felicitar o Ministro por defender essa tese edificante, pensando no futuro do nosso País, dos nossos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Valadares pela intervenção muito oportuna.

Seguindo, com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Dando continuidade, então, Sr. Ministro, eu disse que educação tem que ter dinheiro, e muito dinheiro. Mas tem que haver vontade e competência. Eu percebo que vontade e competência V. Exª tem. E em relação ao dinheiro, eu espero que os *royalties* do petróleo venham contribuir ainda mais.

Nós temos esse salário-educação de 2,5% da folha, mas isso significa ainda muito pouco.

Vou, com certeza, Sr. Ministro, ler com muito carinho todos esses números colocados aqui por V. Exª e que estão aqui nas Perspectivas da Educação no Brasil.

Já até conversamos a respeito um dia, Ministro, e eu gostaria de retornar a esse assunto. Essa parceria do Pronatec com o Sistema S me preocupa horrores, preocupa-me muito.

Eu não quero indagar, quero fazer uma colocação. É sabido que o Sistema S, composto pelo Sesi, Senai e outros, tem, hoje, aplicado no mercado financeiro algo em torno de R$8 bilhões. Sabemos também que esse Sistema S deve arrecadar este ano, no mínimo, R$18 bilhões. Sabemos que o Sistema S está aplicando, investindo pesadamente no mercado financeiro, no mercado imobiliário e no mercado comercial com cursos. Sabemos também que não há transparência no Sistema S. Sabemos também que a gratuidade, mesmo com esse mundo de dinheiro em caixa, nesses últimos anos, desabou. Segundo o TCE – V. Exª falou que está com uma parceria...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – TCU, desculpe. Temos os dados aqui do TCU e V. Exª disse que tem uma parceria agora com o Sebrae. E o TCU disse que, só no ano de 2012, a gratuidade do Sebrae não ultrapassou 5%: 4,9%. E o Sebrae deve ter, hoje, aplicado no mercado financeiro, algo em torno de R$2,5 bilhões. O Senar, segundo o TCU, disse aqui que houve uma redução, no exercício de 2010 para 2011, de 65,76% na queda da gratuidade.

Pois bem, Sr. Ministro, sabemos também que as Confederações – CNI, CNA, CNT – recebem repasse dessas entidades, que hoje ultrapassa R$1 bilhão. E, curiosamente, elas não prestam contas a ninguém, nem mesmo ao TCU. Estão isentas de prestação de contas, apesar de o art. 70 da nossa Carta Maior, no seu parágrafo único, determinar que precisa ter uma prestação de contas. O interessante é que esse R$1 bilhão deveria estar na atividade fim, deveria estar capacitando nosso trabalhador.

Pronatec. Essa ideia é brilhante! Ela é maravilhosa! Mas a minha indagação é: e se o MEC não colocasse esse Sistema S para executar a sua verdadeira finalidade e usasse esses R$8 bilhões que se encontram em banco, essa arrecadação enorme, aplicando-a diretamente na sua atividade fim que são os cursos profissionalizantes, em vez de o Pronatec colocar dinheiro em cima desse Sistema?

Eu vejo aqui, Sr. Ministro, com todo respeito e carinho que tenho por V. Exª, que a Agência Estado, no mês de abril, noticiou R$405 milhões do MEC a entidades do Sistema S. Trinta dias depois, dia 13/05, portanto agora, esta semana, o chamado Sistema S recebe mais R$692 milhões; ou seja, de 30 dias para cá, R$1 bilhão. Aí eu volto lá atrás, porque temos de saber usar esse dinheiro.

Essa parceria com o MEC me preocupa muito. Mas nós temos aqui uma Medida Provisória nº 593, que já passou pela Câmara e deve ser votada aqui ainda... está no plenário, que estende – graças a Deus – mais essas parcerias. E eu espero que realmente, Líder, ela seja aprovada, para aumentar mais essas parcerias.

A minha indagação, Excelência, é se esse Sistema S, com tudo isso que o TCU disse, é um parceiro adequado para essa parceria de cursos profissionalizantes? Essa é a minha indagação. Eu ouvi V. Exª, logo no início, dizendo que tem fiscalizado e é uma preocupação de V. Exª.

E há outra pergunta que eu gostaria de fazer, mas a Senadora Ana Amélia sabiamente fez, que é sobre a educação a longa distância, que V. Exª já respondeu. Portanto, eu fico só com essa indagação: será que o Pronatec tem que empurrar esse rio de dinheiro público em cima desse rio de dinheiro público?

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Passaremos, agora, a palavra ao Senador Eduardo Braga.

Antes, eu queria registrar e agradecer a presença do Deputado Federal Lael Varella, do DEM de Minas Gerais. Muito obrigado pela presença. E dos Srs. Luiz Ricardo Costa, José Carlos Wanderley Dias de Freitas e Binho Marques.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministro, primeiro, quero cumprimentá-lo pela apresentação feita na abertura desse debate, que mostra claramente que o Governo tem um diagnóstico muito claro com relação ao sistema educacional no País. E é fundamental a demonstração de um diagnóstico, para que, a partir do diagnóstico,tenhamos um projeto, um compromisso com decisão e vontade política, gestão e recursos.

Portanto, todas as premissas da boa política pública para a educação estão estabelecidas na apresentação que V. Exª ainda há pouco fez aqui, a nossa aqui à nossa Comissão.

Eu quero aqui, publicamente, Ministro, dizer que presidi a Comissão de Ciência e Tecnologia quando V. Exª era Ministro da Ciência e Tecnologia. Tivemos inúmeras oportunidades de fazer alguns avanços em políticas públicas. O Ciência sem Fronteiras, por exemplo, foi um deles, de que participamos intensamente.

Outras ações na área da ciência e da tecnologia também ocorreram.

E é importante deixar claro aqui, meu caro Senador – o Brasil nos assiste neste momento –, que educação para a mãe é a qualidade de ensino para o seu filho. A expectativa que ela tem de poder preparar o seu filho para o futuro. Para isso, nós precisamos de qualidade na gestão, de um bom projeto, a partir de um importante diagnóstico, de vontade política e da participação de todos, da forma mais abrangente possível. Se é necessário haver mais transparência em determinados setores, como é o caso do Sistema S, que se estabeleça isso, mas o Sistema S também já foi responsável pela formação de milhares e milhares de técnicos neste País. A transparência é importante, eu acho que a indagação é pertinente, mas vale a pena aqui destacar que o Sistema S contribuiu e contribui, até hoje, em vários rincões do nosso País, para a qualificação profissional de nossos jovens.

Eu queria aqui destacar exatamente o que significa uma experiência de quando a vontade política, diante de um projeto e de uma gestão, apresenta resultados e com rapidez. Em 2011, na Comissão de Ciência e Tecnologia, V. Exª, fazendo uma apresentação como Ministro da Ciência e Tecnologia, mostrava claramente a deficiência que o Brasil tinha em Engenharia. Ora, nós estamos em 2013. Dois anos depois, Senador, o Brasil consegue, pela primeira vez, ultrapassar o número de engenheiros matriculados *versus* o número, por exemplo, de advogados, que há muitos no País. O Brasil precisa de Engenharia. Foi diagnosticado, estabelecido um projeto, concentrados recursos do Fies, 140 mil bolsas do Fies foram destinadas à Engenharia.

Resposta: a rede de ensino brasileira, a rede universitária, teve capacidade para assimilar rapidamente um aumento, dando uma resposta importante. Esse é apenas um emblema do que eu quero dizer, porque demonstra claramente o que significa quando existe vontade política, gestão, projeto e um diagnóstico correto.

Outra questão que eu acho que aqui ficou muito clara: o diagnóstico correto com a educação infantil no País. O Brasil não está apenas cuidando de formar mestres, doutores, engenheiros etc. que vão formar novos brasileiros. Nós estamos cuidando de dotar nossas crianças de condições de alfabetização e desenvolvimento psicomotor para que sejam cidadãos por inteiro. Que possamos formar cidadãos que amanhã estejam inseridos no mercado de trabalho. Agora, nós vivemos a realidade de um país continental, Ministro, o senhor sabe disso. Inúmeras vezes, tivemos oportunidade de debater sobre o tema.

Acho que direcionar os novos recursos do pré-sal para a educação é uma medida patriótica, é estratégica, apoio-a com fervor nesta Casa. Foi um dos grandes acertos da Presidenta Dilma e de V. Exª perceberem que não podemos cometer os mesmos erros que outros cometeram, que devemos acertar naquilo que outros acertaram, como é o caso da Dinamarca, e não cometer os erros que outros cometeram, desperdiçando recursos públicos oriundos de uma fonte que não é renovável. É um recurso natural que não é renovável. No caso, o petróleo, um recurso fóssil, não é renovável. E se nós investirmos em ciência e tecnologia, formação de recursos humanos, educação, nós criaremos um ciclo virtuoso para a economia brasileira. Defendo isso com absoluta tranquilidade no Senado e em inúmeras áreas.

E quero, agora, apresentar algumas perguntas ao nobre Ministro, fazendo essas ressalvas. Parabéns, o diagnóstico está correto, a formatação do projeto está correta. Mais do que isso, a demonstração da articulação da vontade política do Governo em torno do tema em busca de recursos e a obsessão pela qualidade na gestão.

Quero, emblematicamente, destacar mais um exemplo. Até V. Exª chegar ao Ministério da Educação era comum, seja no Enade, seja no Enem, seja no Ideb, termos sempre denúncias quanto a possíveis falhas de vazamento em relação ao tema. V. Exª chegou, fez um choque de gestão, aprimorou a fiscalização, o controle, e nós passamos quebrando recordes em vários cursos dessa feita, demonstrando que aprendemos a tecnologia de fazer um curso da magnitude do que estamos fazendo hoje, das provas que estamos fazendo hoje no Ministério da Educação, servindo como referência nacional. Isso é muito importante, até para que a gente possa medir a referência.

Portanto, emblematicamente, dois grandes aspectos a que nós demos resposta. Demos resposta na Engenharia e demos resposta nas provas de Ideb, Enem, Enade etc. que estamos fazendo.

Quero aqui destacar uma outra questão que já foi pincelada aqui: a Lei de Pesquisa e Desenvolvimento, a famosa P&D.

Como V. Exª sabe, a Lei de Informática estabelece 4% do faturamento para investimento em pesquisa e desenvolvimento em nível nacional, mas, no que tange ao Polo Industrial de Manaus, não são 4%, mas 5%. Portanto, o Amazonas e o Polo Industrial de Manaus têm nada mais nada menos do que 20% a mais de obrigação. Absolutamente correta, porque, se quisermos vencer o *gap* que existe em ciência e tecnologia em relação a outros centros, é preciso investir mais. E já que o Polo Industrial de Manaus possui benefícios

fiscais, nada melhor do que cobrar do empresário mais recursos e mais investimentos na área de desenvolvimento e pesquisa.

De 2003 a 2012, foram investidos em P&D pelo polo industrial de Manaus R$740 milhões, uma média de R$70 milhões/ano.

Bem, feita essa observação, eu queria adentrar em algumas questões que reputo fundamentais. Eu queria dividir a questão da saúde em dois aspectos. Um deles seria a vinda temporária, por tempo certo, dos médicos estrangeiros, para dar uma resposta imediata e de curto prazo.

Ministro, a média brasileira é de 1,8 por habitante. Mas, em Tabatinga, Ministro, que V. Exª conhece, essa média é bem diferente. No Norte, é de 1,01 para cada mil habitantes. Mas, em Tabatinga, lamentavelmente, esse número cai para menos que 0,7. Mais do que isso: os médicos que fazem parte desta estatística de 0,7 são médicos que estão nas Forças Armadas, que são obrigados a cumprir turno das Forças Armadas, que têm impedimento legal de receber complementação salarial pelo SUS, portanto, não conseguem fazer a dupla jornada. E V. Exª mostrou, com absoluta clareza e cartesianamente, quando disse que o Brasil tem 350 mil médicos e o Brasil tem 850 mil jornadas de trabalho. Mais do que isso: além dessas jornadas de trabalho, nós temos os turnos de profissionais de saúde que estão nessas regiões de fronteira na condição de militares.

Portanto, em pleno século XXI, quando o Brasil já discute nanotecnologia, quando o Brasil já invade várias fronteiras dos países desenvolvidos, é inimaginável que um cidadão brasileiro que paga seus impostos, que preserva e conserva um dos maiores patrimônios da nossa Nação, que vive com tamanhas intempéries na Amazônia, não tenha direito a um médico. Ora, isso não é justo! Isso não é justo com os brasileiros. Agora, também não é justo achar que nós devemos escancarar a entrada no mercado brasileiro para médicos estrangeiros.

Sou daqueles que vão além, Ministro Mercadante. Já disse isto à nossa Presidenta, já disse isto da tribuna do Senado, já disse isto ao Ministro da Saúde e em vários meios de comunicação: esses médicos deveriam vir com um CRM provisório, e um CRM provisório geograficamente definido. Ou seja, de seu dizer: "o senhor vai ter CRM para trabalhar no SUS de Tabatinga. Se o senhor sair de Tabatinga e for para Tefé, o seu CRM não vale". Por quê? Porque, se nós colocarmos ele com um CRM genérico, provisório, ele, no outro dia, sai de Tabatinga e vem para os Municípios mais próximos. E nós estamos citando Tabatinga, porque a revista *Veja* citou Tabatinga; e nós estamos citando Tabatinga porque a *Carta Capital* também citou Tabatinga.

E veja, meu caro Ministro, V. Exª cita cinco especialidades...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Mais da metade é cearense.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mais da metade não sei. Muito mais da metade são de índios que vivem lá. Os cearenses não conseguiram sobrepor essa população.

Eu quero apenas dizer aqui, de forma muito clara, que eu tenho filha médica, tenho parentes médicos, e não é patriótico, não é humanitário deixar esses brasileiros, em pleno século XXI, sem assistência médica.

Ministro, eu fui governador, eu construí hospitais, dotei hospitais de centros cirúrgicos, de equipamentos de diagnóstico de ponta, implantei a telemedicina, com diagnóstico a distância na nossa universidade, fiz um esforço gigantesco, mas nós não temos recursos humanos, não temos médicos, não temos obstetras, não temos ortopedistas. Se nós tivermos um acidente de largas proporções no interior da Amazônia, nós não temos ortopedistas, não temos anestesistas, nós não temos nenhuma formação de recursos humanos nessas áreas.

Por que, então, não estabelecer uma legislação específica temporária, geograficamente delimitada, que determina que no CRM daquele profissional deve estar expressa a validade para o Estado do Amazonas no Município de Tabatinga? Se ele sair de Tabatinga, já não é mais válido o CRM e ele fará prática ilegal de medicina.

Agora, Ministro, eu vejo muita gente dizer assim: "Ah, porque tem qualidade, porque não tem qualidade..." Muito bem; hoje, no interior do Amazonas, os principais médicos que lá atendem não são brasileiros, não têm CRM; são bolivianos, colombianos ou peruanos que exercem a Medicina de forma ilegal dentro do território brasileiro, com a conivência do Poder Público. Por quê? Porque o pior médico de todos é a ausência do médico.

Nós falávamos, ainda há pouco, sobre o índice de aprovação dos cubanos no exame de revalidação dos diplomas, o nosso Revalida. Meu caro Presidente, com todo o respeito, o nosso Revalida tem que sofrer uma grande e profunda reformulação no modo como ele é aplicado, para que ele não sirva como bloqueio corporativista daqueles que não querem abrir o mercado. E nós não queremos abrir o mercado; o que nós queremos é atender aqueles que estão excluídos, em regiões para onde os médicos brasileiros não vão. Eu tive inúmeras experiências nesse sentido.

Portanto, meu caro Ministro, para concluir esta etapa, eu apenas queria lembrar que o Provab con-

tratou 4 mil médicos. Para o meu Estado, Presidente Cyro, foram contratados 46; desses 46, mais de 16 para as cercanias de Manaus, para a região metropolitana, para atender áreas indígenas. Portanto, para atender o interior do Estado mesmo, não foram 30, quando nossa demanda, hoje, é de quase 500 médicos, nas diversas especializações.

Eu reconheço que nós estamos avançando; reconheço que o Provab é um avanço, é um esforço do Ministério da Saúde; reconheço que há o enfrentamento correto na melhoria do número de residências. Contudo, Ministro – e nós já conversamos sobre o tema residência médica quando eu estava presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia –, ainda é muito pouco o que aumentamos na residência médica.

O Brasil forma 15 mil médicos por ano e não oferece a esses 15 mil médicos sequer 8 mil vagas de residência médica. Portanto, todos os anos, da totalidade de médicos brasileiros formados em universidades brasileiras, quase a metade não tem acesso à residência médica, e nós temos a rede SUS instalada em todo o País. Portanto, este diagnóstico é o de que 50% dos nossos médicos não têm residência médica, com o SUS funcionando em vários desses Estados.

Ministro Mercadante, com essa sua capacidade de gestão, com dinamismo de diagnóstico, com vontade política, poderia ser dada uma resposta de curto prazo. Ou seja, trazer esses médicos estrangeiros não ilide, não impede os brasileiros de entrarem em residências médicas específicas voltadas para atender a essas regiões isoladas. Assim, nós daríamos uma grande resposta.

Por fim, para encerrar, quero dizer que V. Exª apresentou essa bolacha, essa *pizza* no relatório feito por V. Exª. Fiz questão de pedir o texto colorido, para que nós pudéssemos identificar.

Aqui, está dito: "Ensino superior. Vagas de Medicina. Expansão do ensino médico nas universidades federais: 1.615 vagas." A expansão na Região Centro-Oeste, pelo que está dito aqui, é de 19%, com 270 vagas; na Região Nordeste, é de 42%, com 615 vagas; e, na Região Norte, é de 21%, com 310 vagas. O que quero dizer com isso? Nem vou citar as Regiões Sul e Sudeste, porque lá não está o nosso problema. Na Região Norte, há o menor índice, a menor relação médico/habitante por lotes de mil. Há universidades federais, por exemplo, em Tabatinga. Há uma unidade da Ufam em Tabatinga, mas lá não há o curso de Medicina. Há uma unidade da Ufam no interior do Amazonas, em outros Municípios, mas não há cursos de Medicina.

Se nós abríssemos residência médica nessas universidades federais e direcionássemos os nossos médicos para fazer residência lá, com o acompanhamento de professores, de mestres e de doutores, eu não teria dúvida, Ministro, de que, em dois anos, V. Exª começaria a dar respostas importantíssimas aos seres humanos brasileiros que, lamentavelmente, hoje, não têm acesso à Medicina.

Isso não impede, não proíbe, não exclui a vinda de médicos estrangeiros, meu caro amigo Cyro Miranda. Nós precisamos garantir aos brasileiros o acesso à saúde de qualidade. Por isso, defendo de forma aberta... Eu bato palmas, com entusiasmo, para a coragem do Governo da Presidenta Dilma em enfrentar certos corporativismos, em nome de salvar vidas de seres humanos brasileiros que não escolheram nascer no interior da Amazônia e do Amazonas, na região do Juruá e do Purus, no Alto Solimões, no Alto Rio Negro. Eles não pediriam para nascer com certidão de nascimento de Letícia, eles não pediriam para ser colombianos. Eles são brasileiros, e, hoje, muitos deles são obrigados, em função dessa situação injusta, a se registrar na Colômbia, porque não têm como se registrar no Brasil.

A última colocação, Sr. Presidente, é relativa à questão do PLS nº 123, de 2013. A questão de mestres e doutores é fundamental efetivamente para o ingresso na carreira de professores.

Mas volto para a realidade brasileira. Se nós abrirmos um edital para contratar professores com mestrado e com doutorado nas universidades federais no interior da Amazônia, creio que vamos ter muita dificuldade de encontrar mestres e doutores que estejam naquela localidade.

Portanto, deixar a excepcionalidade para que o Ministério da Educação possa, em casos específicos, criar regras específicas é outro acerto da proposta que V. Exª está encaminhando através da medida provisória. É preciso haver, sim, mecanismos para responder a um Brasil diferente, a um Brasil que está crescendo, que está evoluindo, que está avançando, mas que, infelizmente, ainda não consegue ter as mesmas condições de políticas públicas na educação, na saúde, na área social do resto do Brasil. É preciso dar essas condições às regiões perifericamente isoladas.

Muito obrigado.

Mais uma vez, cumprimento, com entusiasmo, pelas ações na área da educação, o Governo da Presidenta Dilma, bem como V. Exª, por sua gestão no Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Eu só queria comunicar aos três últimos questionadores ou orientadores do nosso encontro que o Ministro terá de se ausentar em aproximadamente 30 minutos, no máximo, porque ele embarca às 2 horas e já são...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É o encontro da Undime.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É o encontro da Undime.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É o Encontro Nacional da Undime.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – E ele está aqui conosco desde às 10 horas da manhã. Então, eu vou pedir objetividade, continuando dentro do processo democrático.

Passo a palavra a palavra, Senador...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. O Ministro poderia nos responder esses dois questionamentos primeiro? Poderia ser, Sr. Presidente?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Melhor, logo todos, senão os demais não vão falar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Se tiver a rapidez, nós vamos conseguir a resposta de todos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Prometo que vou usar só a metade do tempo do Ataídes, na média com o Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, Senador Inácio Arruda, o seu tempo é de três minutos, Senador.

As respostas podem ser mandadas por escrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nosso colega Aloizio Mercadante, Ministro de Estado, um Parlamentar destacado, eu acho que a sua atitude aqui demonstra respeito para com a oposição e à iniciativa parlamentar. Não é só o fato de ser oposição. E eu já peço apoio para uma matéria minha que trata do Fundo Social do Pré-sal, que está tramitando há um longo tempo. V. Exª sabe que nós conseguimos aprovar essa matéria ainda nos últimos momentos do Governo do Presidente Lula. Houve um veto. O Presidente Lula até me disse: "Eu vetei esse negócio constrangido, porque a gente precisava ter um entendimento maior sobre a matéria." Nós reapresentamos, está tramitando e, por sorte, a matéria está com vista na mão do Líder do Governo, que deverá devolver brevemente, hoje, mais ou menos daqui a meia hora, antes de encerrar a reunião... (*Risos*.) Ele deverá devolver para a Comissão de Assuntos Econômicos, com o apoio do Ministro, é o que estou esperando, porque é uma matéria muito importante, muito positiva, é um debate grande.

É muito estratégica a área que V. Exª está. Quer dizer, o nosso desenvolvimento, quer dizer um país continental como o Brasil, como V. Exª citou, que não tem um automóvel, e é o quarto maior mercado de automóvel do mundo. Não tem um automóvel nosso. Não tem um celular nosso. O avião nosso, da Embraer, nós ainda temos uma turbina que nós compramos... Você pode comprar tudo do exterior, tudo. Agora nós podemos comprar tudo e, se quisermos, também podemos fazer, porque temos inteligência para isso; temos formação, preparo, porque a nossa academia está nos oferecendo isso. E a base disso é a educação infantil, é o ensino fundamental.

Ali no Ceará, V. Exª o tem visitado, está sendo feito um esforço grande não só para a expansão da Universidade Federal, que reúne novas universidades, a Universidade Federal do Cariri... Imagine que a Universidade Federal do Cariri também começou no final do Governo Lula e ainda está tramitando aqui no Congresso Nacional; não conseguimos aprová-la definitivamente no Congresso Nacional. Então há um esforço na área tecnológica, Pronatec...

Com consciência, qualquer um põe a mão na cabeça e diz: "Puxa vida, nós estamos avançando e estamos dando passos inclusive largos no nosso País nessa área." E considero que não há saída para nós se não nos esforçarmos. Agora, não vamos parar as outras coisas. Quer dizer, com o carro andando, você vai trocando o pneu, vai consertando, vai conformando.

Qual o nosso dilema aqui? Os recursos. Porque nós não podemos fazer demagogia com uma coisa que é estratégica para o desenvolvimento, a garantia dos recursos. Nós fomos buscar essa fonte, o pré-sal, descoberta do povo brasileiro. Vamos ao pré-sal, Fundo Social do Pré-Sal. Depois vimos que isso era insuficiente. Tínhamos que ir para os *royalties*. Então o Governo Federal já tomou a iniciativa e agora os Governos Estaduais, os Governos Municipais, que têm direito de definir como deve gastar os seus recursos, mas esmagadoramente estão sendo convencidos de que têm que investir na educação. Mesmo assim, nós ainda não alcançamos a nossa meta.

Há um debate muito grande, no Brasil, que temos encontrado muita dificuldade. Imposto sempre é um negócio muito trágico, porque, se fosse bom, era dádiva e não imposto, não é? Mas, miseravelmente é imposto. Realizamos um debate muito grande aqui sobre a questão da tributação das grandes fortunas. Nós não conseguimos caminhar. Há um bloqueio muito grande nessa área. Boa parte dos países desenvolvidos têm tributação sobre grandes fortunas. Infelizmente nós não conseguimos nada ainda, mas é uma matéria que está tramitando, inclusive que saiu do Senado, foi para a Câmara, houve um parecer muito importante, interessante da Maria da Conceição Tavares sobre essa matéria, mas ela está parada na Câmara Federal. Acho que essa seria também uma fonte que nós pode-

ríamos buscar na educação. Eu acho que nós temos que jogar tudo, tudo o que a gente puder.

As grandes nações hoje desenvolvidas, daquele grupo de tigres asiáticos apostaram em quê? Em educação, formação, ciência, tecnologia. Quer dizer, áreas que V. Exª domina porque passou pelos dois Ministérios. Recentemente esteve no de Ciência e Tecnologia e agora está no Ministério da Educação. Acho que nós temos que jogar tudo aqui. O PNE é isso. O PNE é essa mira. Nós estamos discutindo o PNE e mesmo que a gente possa fazer alterações, no pedido de vista, eu acho que nós temos que mirar o que é mais estratégico. E depois há os nossos interesses particulares; há uma coisa aqui; há uma coisa ali que alguém quer corrigir; o debate sobre se é público ou privado o investimento. Mas eu acho que nós estamos indo corretamente.

Proporia um debate para ver como nós vamos examinar... No caso da formação superior, porque acho que nós temos que começar ali, educação infantil. Se a gente começar a botar PHD para dar aula em educação infantil... Talvez a gente devesse inverter; ou seja, em vez de se exigir professor com PHD na universidade, deveria ser professor com PHD em educação infantil. Aí começaríamos a dar uma alavancada, porque nós iríamos ter uma qualidade extraordinária na formação básica do nosso povo. Isso seria um grande esforço.

Ensino fundamental, o ensino tecnológico para o ensino médio. Esse novo debate eu acho que está correto. Acho que o Senado deveria também se envolver com o debate do novo currículo do ensino médio no nosso País, que já está sendo debatido na Câmara.

O papel, Ministro, das universidades estaduais, porque elas têm 45% aproximadamente, hoje, das vagas no ensino superior. Acho que a gente deveria examinar como tratar as universidades estaduais; como colocá-las num sistema de formação superior nacional. Quer dizer, você tem as universidades federais, você tem as universidades estaduais e as universidades municipais. Como dar a isso um tratamento mais equânime, porque eu considero um esforço grande... O meu Estado, por exemplo, tem três universidades estaduais e é um esforço grande do Ceará, que é um Estado ainda pobre, que luta tenazmente para se desenvolver, para crescer e manter essas três universidades. Então, eu acho que a gente teria que encontrar um mecanismo, inclusive, para poder ajudar a Paraíba, porque esse Estado criou um mecanismo muito positivo para financiar isso.

Eu fiz uma proposta também de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... anistiar um conjunto grande de alunos que buscaram outra graduação, por exemplo, foram se graduar em Direito, mas eram oriundos das escolas de Engenharia no País. Largaram a Engenharia, foram, por exemplo, para a Petrobras ou foram para a Vale do Rio Doce ou foram para o sistema elétrico como técnicos e depois se graduaram normalmente em Direito, porque era um curso que virou uma coqueluche nacional, todo mundo tinha ... Não havia desenvolvimento, não havia progresso, então, você precisava ir para essas áreas. Hoje nós estamos invertidos. Eu propus uma anistia, ou seja, que a gente pudesse anistiar quem abandonou por essa razão de trabalho, quem foi jubilado, quem... Que o MEC pudesse examinar isso. Essa é uma proposta que está em tramitação aqui no Congresso Nacional. Quer dizer, se a gente pudesse resolver também esse problema, chamar essas pessoas que já concluíram dois anos, três anos de curso, quatro anos; se eles têm condições de se adequarem, e se as universidades puderem receber esses alunos, acho que essa seria uma questão muito importante.

Outro tema que nós temos trazido aqui ao debate e que está ligado à questão do PNE, que é o problema do professor em três escolas. É o problema da jornada de trabalho, que V. Exª levantou para os médicos, mas que também há para os professores, professores da rede de ensino fundamental e básico, do nosso País, e médio. Eles dão aulas em três escolas e é humanamente impossível que eles deem uma aula boa, uma aula de qualidade desesperadamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda, perdoe-me ...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pode perdoar, porque eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – ... senão eu não vou ter tempo de passar ...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro! Da próxima vez vamos limitar o tempo no começo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – No começo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Cada um tem um limite. Por quê? Para não prejudicar os colegas que têm interesse...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas é que a limitação agora é do nosso Ministro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, mas também para o Ministro não ficar cinco, seis horas em cada debate, se você limitar o tempo de cada colega que vai falar no início.

Então, são questões... Eu vejo isso como uma questão chave. Vejo que V. Exª está no canto certo, porque entende o que é a questão de desenvolvimento do País, o que é a questão da soberania.

E por último, só o problema da nossa integração. O Brasil, com o seu PNE, com o seu plano de formação superior, tem que buscar um esforço com os nossos vizinhos. Bolívia? Nós a queremos no Mercosul. Equador? Nós o queremos no Mercosul. Colômbia? Nós a queremos no Mercosul. Venezuela? Já está. Já há a Argentina, o Paraguai e Uruguai. Nós precisamos fazer um entendimento sobre a formação e qualidade das escolas desses nossos países para que a gente possa ter um currículo próximo, senão igual, porque há diferenças nessas regiões, mas pelo menos um currículo que permita o trânsito entre nós. Já é possível contratar profissionais de outras categorias. Podemos contratar argentinos, podemos contratar uruguaios, paraguaios. Quando chega na hora da Medicina, fica aqui essa celeuma aqui no nosso País.

Acho que, talvez, a gente tenha que se adequar mais, buscar... É um esforço do qual o MEC participa. V. Exª participou do Mercosul, presidiu a nossa representação, esteve na mesa do Parlamento do Mercosul, sabe que há um esforço, uma tentativa, nessa área de educação, para a gente encontrar um caminho mais adequado de trânsito profissional na área da formação superior. Acho também que é um ponto que nós devemos destacar, colocar, em nosso debate, inclusive em relação ao PNE: se a gente abre também as nossas portas. O Brasil que tem que abrir mais aqui na nossa região. Nós queremos trazer espanhóis, queremos trazer portugueses, queremos trazer europeus. Podemos também – claro que não temos essa quantidade de profissionais prontos em nossa região – incentivar a nossa região a formar mais em áreas que também interessem ao Brasil e vice-versa. Acho que é um caminho positivo que o MEC pode reforçar, porque já sei que vem conduzindo.

Vou encerar para atender ao apelo dos nossos colegas, mas espero, Sr. Ministro, que a gente consigo aprovar com rapidez, também, o nosso PNE.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passarei a palavra ao Senador Wellington Dias e, em seguida, ao Senador Cícero Lucena. Peço-lhes bastante objetividade em função do adiantado da hora.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Serei breve.

Meu querido Ministro, nosso colega Senador, é um prazer muito grande ver o seu entusiasmo com o que faz.

V. Exª passou pela experiência de ser Ministro da Ciência e da Tecnologia, ampliou os investimentos nessa área da pesquisa, da ciência e da tecnologia, mas acho que precisa encontrar uma forma de ampliar lá embaixo, já nos primeiros momentos da educação, essa cultura da pesquisa.

Queria parabenizar a forma como V. Exª traz, com toda a precisão... Isso nos ajuda. Esses dias, ficou parecendo que vamos fazer um programa para trazer médicos de apenas um país, que seria Cuba, o que mostra, inclusive, um grande preconceito, enfim, e um tanto de outras coisas juntas.

Hoje, estive aqui com o Presidente da Associação de Prefeitos do meu Estado, do Piauí. Ele mostrava a dificuldade que encontramos lá, em mais ou menos 120 Municípios, de termos um médico dando conta dos atendimentos. É claro que a prioridade é o médico brasileiro, mas acho que a gente precisa pensar no ser humano. V. Exª tem toda a razão e todo o nosso apoio aqui.

Quero chamar a atenção para duas cosias que o fórum dos Municípios, recentemente, trouxe. O programa de creche é um programa ousado. Já estamos aí com 4.500 contratadas, mais 1.500 em fase de contratação. Estamos com 700 realmente entregues. Acho que é preciso ter uma operação com os Municípios, de cobrança, para que a gente possa agilizar o cumprimento da execução. O problema, nesse caso, é mais ver onde é que está a trava para algumas que já foram conveniadas e não iniciaram.

O outro é em relação ao programa de analfabetismo. Ainda ontem a gente fazia um debate aqui no plenário da Câmara. Trago aqui a experiência que vivenciamos num Estado que tinha muitos analfabetos. Ainda hoje tem, mas era cerca de 1/3 da população com mais de 15 anos. Hoje tem em torno de 19%. É o Piauí. Há necessidade de a gente ter um cadastro dos analfabetos. Tenho sustentado essa defesa, mas os Estados não o fazem sozinhos. É para que a gente possa saber verdadeiramente quem são aqueles em quem, cientificamente, não é possível mais fazer alfabetização. Muitas vezes têm uma deficiência mental grave, enfim, continuam como sendo uma pendência. É preciso apostarmos, realmente, naqueles que têm maiores condições.

Por último, falarei em relação a uma política de educação para os povos indígenas. Acho que a gente avançou pensando na América, no Mercosul, pensando na população afrodescendente, mas acho que é preciso olhar para o povos da origem do Brasil. É preciso ter um modelo de ensino técnico que leve em conta a cultura indígena, um modelo de ensino superior que leve em conta essa cultura indígena. Então, são esses pontos.

Queria parabenizar V. Exª. Sua fala, aqui, deixa-nos entusiasmados e confiantes no futuro da educação, na área de educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Para exercer a democracia, passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, por um minuto.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu poderia encerar minha participação apenas fazendo um convite ao Ministro para que ele voltasse outra vez, mas, aproveitando este instante, gostaria de dizer que muito já foi esclarecido aqui. Eu não tive a felicidade de acompanhar toda a explanação do Ministro, mas, pelos pronunciamentos dos demais Senadores, vimos que muitas ações estão avançando, evoluindo e sempre com a visão que devemos ter de que nada é perfeito e que se precisa aprimorar. Penso que isso é uma consciência muito importante.

Por isso mesmo, Ministro Mercadante, é que, defensor que sou da aplicação dos recursos do pré-sal na área da educação, já apresentei um projeto, porque o senhor, como economista também e como agente público, sabe que nada melhor do que você ter meta, porque, ao estabelecer metas, nós, então, vamos estabelecer etapas, ter o planejamento de etapas a serem cumpridas. Então, nós apresentamos o projeto de algo que eu considero, além de tudo o que já foi dito aqui, fundamental para a nossa educação: a educação de tempo integral. Então, nós apresentamos uma meta para que, até 2022, isso seja atingido, porque eu tenho certeza absoluta de que é um desejo de V. Exª, de todos nós termos essa educação de tempo integral. Portanto, aproveitamos parte desses recursos que fosse estabelecida para a meta do tempo integral.

E, por falar em meta, nós também consideramos que seja fundamental algo que já vem sendo feito – não é inovação minha, não é proposta minha, não quero ser pai da criança –, estabelecendo como meta a questão da universalização dos *tablets*, para que a meta seja estipulada. E há projeto também nosso para 2023, porque dá para fazer planejamento, passa a ser não uma proposta, um programa de um governo, mas um compromisso de uma nação com algo que nós consideramos importante e não vai caber, neste momento, eu falar sobre a importância do *tablet* e do tempo integral. Creio que faz parte da consciência de todos nós.

Gostaria de dizer, também já avançando nisso, que apresentamos uma proposta de redução dos custos, a exemplo do que feito com o equipamento dos *tablets* que o Governo já adotou também no conteúdo. Nós temos reduções de tributos na área impressa, na área dos livros didáticos. Então, por que, nos conteúdos educacionais, não termos a redução para que isso seja mais acessível ao público de modo geral e reduza os custos do próprio Governo na sua contratação? Então, há projeto nosso nessa iniciativa.

Eu tinha uma preocupação em relação a isto: o Ministério, ao fazer o registro de preço de um determinado equipamento, que isso não limitasse que outros equipamentos pudessem eventualmente ter o seu desenvolvimento e também o mercado pudesse ser enriquecido com opções. Mas eu tive informação recente que, mesmo em convênios feitos com prefeituras ou com o Estado para a aquisição do *tablet*, as prefeituras ou o Estado podem adquirir outro *tablet* que não aquele do registro de preço, desde que tenha as mesmas condições técnicas e não tenha preço superior. Eu penso que isso é um processo democrático, se é que isso efetivamente está existindo. Portanto, eu considero que seja importante ter o registro de preço de determinada marca, de determinado equipamento com as suas características técnicas, mas permitir, em convênios outros, que outras indústrias, outros fornecedores, desde que atendidos os preços e a qualidade, possam também ter a chance de oferecer o seu produto.

Por fim, trazendo, inclusive, essa visão que o Ministério tem adotado, a preocupação com a creche. Não vou perder tempo em dizer da importância dessa decisão da creche, até porque é a base de um ensino de qualidade futuro. Existe em andamento no Ministério uma licitação que me traz um problema mais grave, Presidente – permita-me, só para concluir. Na abertura da construção das creches, foi visto primeiro – e não estou recriminando o Ministério; pelo contrário, eu penso que ele está vivendo esse problema, inclusive por informações que tive, adotando medidas que devam ser adotadas – o menor preço, e, quando foram ver, a qualidade do produto desse menor preço, por ela ser algo correto, que é buscar a industrialização da construção, não tinha qualidade que viesse a atender a instalação de uma creche. Inicialmente era produto sujeito à questão dos inflamáveis, de resistência, isto ou aquilo, embora o Ministério tenha dado prazo a essa empresa para que modificasse os produtos com as suas devidas certificações. Mas, sem dúvida nenhuma, vai-se esbarrar no fator de ter sido o menor preço. Isso é um problema, e a minha sugestão é que, da mesma forma do *tablet*, seja feita a necessidade industrial, a exigência técnica, mas que permita mais de um fornecedor, porque, assim, nós vamos ter o compromisso de atingir a meta preestabelecida.

Estou vendo creche aqui em cinco meses, em dez meses, em oito meses, na explanação de V. Exª, que, com certeza, uma empresa só hoje no Brasil não atende 2.000 creches no prazo que vocês estão estabelecendo.

Era só, além de renovar o meu convite para outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Ministro Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom, retomar uma nova audiência, é só marcar a data. Pelo menos eu mato a saudade do Plenário, do debate. É bem agradável, principalmente a qualidade das discussões, que a gente sempre traz novos elementos para pensar, para corrigir, para melhorar.

Primeira questão, Senador Eduardo Braga delegou o crédito de ter melhorado a gestão e eficiência do Enem. Esse crédito não é meu; esse crédito é de uma equipe que vem trabalhando ao longo dos anos, que vem aprendendo com os erros, altamente competente. Cito aqui pelo menos o Paim, Secretário Executivo, Luiz Cláudio, do Inep, que se dedicaram, desde o início, a essa tarefa e é exatamente o planejamento estratégico que nós fazemos, e hoje está chegando a 3.600 itens de 11 módulos de gestão, que permite a gente sempre estar atento e debatendo e também aprendendo com os problemas.

O exemplo que eu falei: nós debatemos seis redações em um universo de mais de quatro milhões de participantes, devolvemos todas as redações, mas, apesar de serem somente seis, elas inspiraram alguns ajustes, como ampliar o número de corretores, reduzir a discrepância de 200 pontos para 100 pontos, mudar o edital naquelas inserções indevidas; quando é deliberado e proposital, a nota é nula e não simplesmente o desconto de 400 a 500 pontos. A nota máxima, a excepcionalidade, que está dito agora, não é mais "erros escassos", mas, sim, "erros excepcionais e não repetidos" do desvio da norma padrão, e os corretores vão ter, agora, 33 competências para serem avaliados *on-line* e vão ser orientados, inclusive, a justificar, por exemplo, essa excepcionalidade.

Acho que é um processo permanente de aprimoramento. Nós somos o segundo maior concurso público do Planeta. Portanto, não é fácil organizar um concurso. Eu disse: no primeiro dia para agora de manhã, são mais de um milhão de inscritos, mais de um milhão de inscritos. Só na hora que eu sentei aqui, foram mais de 200 mil que se inscreveram; 200 a 300 mil inscritos só durante a audiência que nós aqui estamos. Então, provavelmente, vamos ter um número ainda maior de participantes.

Em relação, ainda, ao Senador Eduardo Braga, em relação à questão dos médicos, o que está sendo estudado, como ainda não é um projeto concluído – eu acho que vale a pena fazer esse debate –, é o seguinte caminho. Primeiro, teremos uma política estruturante para aumentar a oferta de médicos no Brasil. Competência: MEC. Qual é a política estruturante? Vamos ampliar o número de vagas nos cursos de Medicina e especialmente as residências. Nós já estamos criando mais 10 mil vagas de residências no País. Todas as universidades federais terão que ampliar, inclusive na Região Amazônica, porque há um déficit no sistema de residência.

Para criar essa expansão, nós estamos vendo os indicadores regionais: onde há necessidade maior de ampliação e que tenha campo de prática para a Medicina. Repito: no mínimo cinco leitos SUS, emergência, urgência, pronto-socorro, unidade básica de saúde e residência médica. Se não houver essas condições, não será aberto. Nós vamos fazer editais públicos – já há 49 cidades identificadas, que preenchem essas condições –, nós vamos fazer os editais públicos, se o setor privado comparecer, muito bem; se não, o Estado fará. E vamos continuar ampliando o número de vagas e abrindo novos cursos na rede pública para poder atingir.

Agora, demora de seis a oito anos para ter o novo médico. Como há um déficit de oferta de médicos e um déficit de oferta de vagas, nós temos que ampliar as vagas e fazer uma política de transição. O que é a política de transição? Trazer médicos de fora, que tenham registro no seu país de origem. Portanto, não basta ter se formado, tem que ter o registro. Trabalhariam temporariamente no Brasil por um prazo de até três anos, com o registro provisório. Trabalhariam sob tutoria das universidades federais – haverá supervisão e tutoria, como é o caso de um residente; ele vai ter tutoria – e eles trabalhariam exclusivamente no SUS nas áreas de carência de oferta de médicos. Então é um programa que está sendo discutido, pode ser aperfeiçoado, mas muito cuidadoso.

O Revalida vai continuar a existir. Para ele ter um certificado pleno, ele tem que passar no Revalida. Nós não vamos flexibilizar o Revalida. O reconhecimento vai ser feito com rigor. O que nós estamos buscando no Revalida, com o Inep, é calibrar o exame para que ele tenha o padrão que se espera de um bom profissional de Medicina nos cursos. Então, é essa a concepção. Eu acho que ela está sendo bem desenhada e cuidadosa. Acho que ela reflete as preocupações que foram expressas aqui, especialmente pelo Senador Eduardo Braga.

O Provab. Os quatro mil médicos que estão sendo contratados pelo Provab, além do salário de R$8 mil para irem para as áreas críticas dos SUS – as periferias das grandes cidades e áreas em que não há presença de médicos, principalmente Amazônia e Nordeste –, eles terão também um bônus para fazer

a residência. Então, é um estímulo! Quer dizer, além do campo de prática que ele vai ter, ele vai ter um bônus para acessar a residência, o que motivou muitos jovens a aderirem ao programa. Por isso, a expansão da residência é fundamental para esse programa continuar a se expandir.

Com relação ao Senador Inácio, primeiro, quanto à questão do petróleo, os *royalties* do petróleo, a gente compartilha totalmente o mesmo entendimento. Há que se avaliar a questão do Fundo Social do Pré-Sal. É um tema mais amplo que o MEC, é uma discussão geral de governo, mas eu me disponho a ajudar a encaminhar para ver a participação de V. Exª nessa agenda que é muito importante e muito estratégica.

No Programa Alfabetização na Idade Certa, o Ceará foi o grande inspirador. Penso que a Secretária de Educação Izolda é extraordinária, isso desde Sobral e, depois, como Secretária de Estado. O Governador Cid Gomes mostrou, no Nordeste, uma das regiões em que havia os piores indicadores, que é possível, através do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Nós fizemos um pacto nacional agora dando bolsa para os professores, criando novos monitores (16 mil monitores), 38 universidades, material pedagógico, avaliação externa, que o MEC fará com sete/oito anos. Nós vamos, a médio prazo, melhorar bastante o processo de letramento de nossas crianças.

Eu concordo integralmente que a luta de 100% dos *royalties* para a educação, além do Congresso Nacional, os prefeitos e governadores podem demonstrar isso. Eu fui ao Congresso da UNE, lá em Pernambuco, e disse: "Por que vocês não fazem uma carta para cada prefeito que está sendo eleito e para os governadores?" O Prefeito de Recife e o Governador de Recife foram ao Congresso da UNE, receberam a carta e encaminharam o projeto para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Municipal. E outros estão fazendo isso...

A gente começa um movimento nacional para mostrar que realmente é um grande salto que o País precisa dar, pelo menos para a próxima década. Pode ser que, no futuro, a gente trabalhe outras agendas, mas, neste momento da histórica do Brasil, essa é a questão central a ser resolvida para entrarmos no caminho do desenvolvimento.

Com relação à educação infantil... Ponha para mim o segundo quadro.

Este é o quadro... Onde está o Senador Wellington? Nós estamos com 5.677 creches contratadas; entregues e concluídas, nós temos 983; em funcionamento, 683. Vamos concluir, com mais de 80% de execução, 607 neste semestre. Em execução, 2.252, e vamos contratar mais 3.288. Então, são quase nove mil creches sendo contratadas. Qual era o problema que nós tínhamos: seis meses para licitar e um ano e oito meses para construir. O que nós fizemos? Fizemos o pregão eletrônico para contratar empresas que, com métodos industriais, todos os certificados pela Instituto Falcão Bauer, que é especialista no assunto, e pelo Inmetro, garantir acuidade, acústica, temperatura, resistência e todas essas condições. A redução de preço na tabela Sinapi, do TCU, foi em torno de, pelo menos, de 20% a 24%. Os leilões foram feitos por regiões e descentralizados. São várias empresas que ganharam esses pregões.

As creches tipo C, até cinco meses para construir; creches tipo B, até sete meses para construir.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ministro, a informação é a de que foi uma só...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não, não. Não!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É bom checar essa informação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não, não. Não há risco. Inclusive, eu já vi o material. Em uma, por exemplo, o material é PVC com concreto. Ela faz o módulo, apresenta... São placas de PVC com concretagem feita na área. A outra é com lã de vidro. É o sistema que se faz nas plataformas de petróleo. É o sistema de lã de vidro com sanduíche que tem um equipamento tipo isolante acústico. É um material muito flexível. São doze carretas para construir. O outro método construtivo são armaduras, é um aço, quase um alumínio, e tem um chapisco de cimento por fora, tem um isolante dentro e por dentro tem um sistema de gesso. São métodos construtivos diferentes, todos os certificados previamente. São várias empresas, não é uma empresa só. Realmente, é uma coisa nova. A escala é muito grande. Agora, quem escolhe o método construtivo é o prefeito. O prefeito, se quiser manter o método construtivo tradicional, pode fazer. Se quiser aderir ao pregão, ele adere. A escolha é do prefeito.

Nós estamos agora começando o processo de contratação, porque vamos contratar mais 3.500 creches. Acho que, com isso, nós teremos um grande salto em relação ao método construtivo. O Senador Cícero é da área, conhece. Seria interessante depois fazermos uma discussão, pedir ao pessoal para apresentar. Se quiser, inclusive, pode discutir aqui, trazer os métodos construtivos. Eu estou levando para a Undime. Pedi para as empresas, inclusive, apresentarem todos os padrões de construção, o material, mostrando para o Secretário de Educação como é feito esse método construtivo.

O Brasil vai ter de passar por isso. Nós vamos sair da Era Vitoriana, em que se construía colher, cimento e tijolo, e vamos passar para a escala industrial, digital,

que são módulos digitais e construção pré-moldada de alta velocidade. Inclusive porque o mercado de trabalho, a construção civil, está saturado, não tem mão de obra disponível. Ou a gente passa, para aumentar a produtividade, a evoluir no método de construção ou não tem como fazer.

O que estava acontecendo com a creche? Nós não tínhamos velocidade para apresentar essa solução. Desde quando entrei no MEC, eu li uma matéria do Demétrio, que está aqui, que falava exatamente isso. Fomos estudar o assunto para tentar resolver. Foi feito no jornal *O Globo*, ele fez uma matéria mostrando a questão das creches. Estamos conseguindo entregar porque passamos seis meses licitando e um ano e meio construindo. As creches estão entrando agora. Vocês já viram? Entregamos novecentas e pouco e vamos entregar mais umas duas mil, mas não atingiríamos a meta se não mudássemos o método construtivo.

Em relação à educação infantil, nós temos também outra preocupação, que é a formação dos profissionais que vão trabalhar nessas creches, porque a velocidade de expansão é muito rápida. Então, estamos trabalhando intensamente isso com a rede para formar profissionais competentes, capazes de fazer.

As universidades estaduais, Senador Inácio Arruda, representam 9,2% do sistema público. Estamos expandindo as federais numa velocidade muito mais rápida. De qualquer forma, estamos abertos a encontrar formas de parceria. Realmente, o MEC... Estamos com três milhões de metros quadrados de área construída, 22 mil obras, para sustentar a expansão do sistema, fora essa nova expansão que está vindo, que são quatro universidades – repito aqui que o Congresso precisa aprovar, porque a gente não consegue implantar se não aprovar –, 47 novos *campi*, além do instituto técnico federal. Queria entrar na questão do Pronatec.

Põe para mim lá na frente, Pronatec. Pode avançar. A próxima.

Veja a expansão dos institutos. Quero falar ao Senador Ataídes. Nós tínhamos, em 2008, 57.366 matrículas nos institutos técnicos federais, nas escolas técnicas federais. Hoje, nós temos 734.653 mil matrículas. Quer dizer, nós expandimos em quase 700 matrículas, partindo de um patamar de 57 mil. É um esforço extraordinário o que estamos fazendo! Agora, não há tempo para imaginar que o ensino técnico profissional vai ser feito só pelos institutos federais.

O Brasil não tem esse tempo. Por que não tem esse tempo? Porque estamos numa crise econômica internacional grave. A Europa está crescendo menos 0,6% este ano. A China está com a menor taxa de crescimento dos últimos 13 anos. O Japão e a Rússia entraram em recessão. A economia americana está se recuperando, o que é bom, porque é a maior economia do mundo. Mas, o quadro geral é de recessão. O desemprego médio na Europa é de 12,5%. Em alguns países é de 27%, como na Espanha. Quarenta por cento dos jovens, em média, na Europa, estão desempregados, chegando a 60%.

O Brasil está com uma taxa de desemprego de 5,7%. Nós somos o país do mundo que mais reduziu o desemprego nos últimos cinco anos, segundo o FMI. Estamos com a menor taxa de desemprego da nossa história. O que representa isso? Lá, Europa, Ásia e os Estados Unidos também, que é quase o dobro a taxa de desemprego deles, está em torno de 8%, eles estão reduzindo o custo de trabalho com desemprego, arrochando salários e reduzindo direitos sociais. Está aumentando a competitividade e reduzindo o custo trabalho. Nós estamos aumentando emprego e renda e melhorando a distribuição de renda. Nós estamos num outro caminho. Nós temos que compensar a competitividade.

O que o Governo vem fazendo? Reduziu juros, reduziu impostos, o Simples, o Super Simples aí, o imposto sobre a folha de pagamento, o IPI, estamos reduzindo os impostos, estamos reduzindo o preço da energia elétrica para ganhar competitividade, porque uma das soluções é a desoneração da folha de pagamento, que é muito importante. Um dos fatores da recuperação americana, por exemplo, é o chamado *shale gas*, eram US$11 a US$12 o milhão de BTU de gás, está em torno de 3,5 milhões, por isso que se não reduzirmos o custo de energia não temos como competir.

Estamos fazendo um grande esforço hoje nos portos. Espero que o Congresso contribua para reduzir o custo portuário. Nós temos que abrir para o investimento privado, não temos condições de continuar com os custos que temos nos portos hoje, porque é na veia a competitividade das nossas exportações. Estamos fazendo um pacote de parceria público-privada para a infraestrutura, mas um dos fatores fundamentais é a qualificação da força de trabalho. Ou os trabalhadores melhoram a sua formação, aumentam a sua produtividade ou não temos como continuar aumentando a renda do trabalho acima da produtividade a médio prazo. O Brasil tem que focar nessa questão.

Expandimos em 150% as vagas do ensino superior, no entanto, no ano passado, de 4.200 milhões estudantes e participantes que fizeram o Enem, só tem vaga para um milhão no ensino superior; 3.200 milhões não têm como entrar, porque não tem vaga no ritmo que estamos expandindo, que é o maior ritmo da nossa história.

Qual é a alternativa? É o ensino técnico profissional. Por isso que o Pronatec, em pouco mais de

um ano, já gerou mais de 3 milhões de matrículas. Há um índice de desistência alto, principalmente entre as famílias do Bolsa Família e dos desempregados, que são obrigados a fazer; menos no ensino tecnológico, é o pessoal do ensino médio, esse fica e faz. Mas em que o Sistema S tem ajudado? O Sistema S hoje, as vagas que nós contratamos é gratuidade, a gente paga pela matrícula, R$10,00/ano, faz o curso, paga todos os professores, infraestrutura, alimentação etc. para o aluno fazer. Então, nós temos hoje mais ou menos, deixa eu pegar aqui direitinho para dar o dado exato: nós pagamos R$10,00 hora/aluno, para gerir todos os custos, é a remuneração por matrícula; já foram realizadas 411 mil matrículas do Bolsa Formação. A nossa meta é chegar a 900 mil. Então, o Sistema S hoje, com recursos próprios, eram 50% de vagas gratuitas, até 2014 terão de ser 2/3 das matrículas.

Nós fizemos um trabalho de estudar toda essa questão com a FGV, inclusive o levantamento de dados que você me mandou eu lhe mandei uma carta dizendo que eu recebi e que iríamos verificar. Pedi ao nosso pessoal da CGU para olhar especificamente a gratuidade, para a CGU entrar nisso, acompanhar todo o Sistema S, como está o índice de gratuidade. A tabela que nós temos do momento é que tínhamos, em 2009, 41% de gratuidade do Senai; 2010, 38%; 2011, 49%, a nossa meta para este ano é de 59%. Nós estamos fiscalizando e aumentando a gratuidade. Do Senac eram de 25%, está em 43% e a nossa meta este ano é de 45%. Nós estamos fiscalizando para chegarmos a 2/3.

O trabalho de V. Exª ajuda o MEC nessa questão. Eu sei que é um tema difícil, é uma luta dura, mas ajuda. V. Exª tem toda a razão. Como existem dados, elementos que V. Exª colocou para a discussão, o MEC parou para analisar, perdi o nosso auditor da CGU que estava lá, foi promovido, virou Secretário de Combate à Corrupção, fez um trabalho tão bom no MEC que foi promovido.

O Ministro Jorge Hage mandou um excelente auditor, o Bessa, que está com essa missão de olhar o Sistema S junto com a CGU. Além disso, o TCU este ano vai fazer uma auditoria especial com todos os tribunais de contas nos Estados no ensino médio, olhando tudo no ensino médio; é uma auditoria sistêmica. Nós temos colaborado intensamente com o TCU, porque temos todo o interesse nesse trabalho, e aí nós vamos ter um diagnóstico ainda mais detalhado sobre o sistema Pronatec e sobre toda essa parceria com o Sistema S. Então, nós estamos trabalhando, estamos empenhados, a FGV está estudando e nós vamos monitorar isso com todo, todo cuidado.

Deixa só eu concluir aqui, eu já volto.

Em relação ainda ao Senador Inácio. Quanto à integração do Mercosul, nós vamos ter uma reunião agora dos Ministros de Educação, lá em Montevidéu. Estamos trabalhando com doze temas, um deles é o Arco Sul, a integração curricular.

É importante destacar o seguinte: reconhecimento de diploma, pela LDB, quem faz não é o MEC, é só uma universidade pública. Por isso é que nós fizemos o acordo das universidades públicas, seja no Revalida, seja em outras áreas, são as universidades que têm que trabalhar. O que estamos fazendo no Arco Sul é verificar se a grade curricular, a carga horária e a qualidade do curso são compatíveis para ter o reconhecimento recíproco – esse é outro princípio da diplomacia.

Portugal e Espanha também pediram, estão fazendo as engenharias... É o seguinte: reconhece aqui, reconhece lá. No passado, os nossos dentistas eram os melhores dentistas de Portugal, porque dentista em Portugal fazia curso de Medicina para depois fazer a especialização, e os nossos começavam no campo da prática desde a Odontologia, eles engoliram o mercado em Portugal. Foram quase seis anos para eles reconhecerem o diploma.

Então, é reciprocidade. Nós estamos pegando as melhores escolas de Engenharia de Portugal e da Espanha, trabalhando com as nossas universidades federais – Andifes e Crub, que é o conselho deles – para reconhecer reciprocamente. Os engenheiros podem vir para cá e ter reconhecido seu diploma; os nossos vão para lá e têm seu diploma reconhecido. Hoje somos nós que estamos recebendo, amanhã não sabemos o que pode acontecer. Então, tem que ter reciprocidade, é um princípio básico da diplomacia.

Em relação à questão do Wellington, das creches: eu já mencionei o que estamos fazendo.

O Senador, na questão, das residências... Eu já falei: nós estamos criando 10.662 novas vagas de residência no Brasil, todas as universidades federais estão com metas de ampliação das residências médicas a cumprir. Então, nós queremos avançar. Como eu disse, o Provab tem que fazer a residência.

Em relação ainda ao tema dos *tablets*... Não, Senador Cícero.

Em relação à educação indígena, Senador Inácio, nós estamos com o Márcio Meira, que era o presidente da Funai, trabalhando só num programa de educação indígena. É uma coisa bastante complexa: educação bilíngue, as condições das escolas, valorização da cultura. Nós demos uma bolsa maior para os alunos que são aldeados e que entram na universidade pública pela cota indígena – a bolsa é maior porque os custos são maiores, eles vivem em áreas remotas.

Estamos trabalhando, em São Gabriel da Cachoeira, a possibilidade de fazer uma universidade indígena. É muito complexo o tema, porque envolve o diálogo de duas culturas. Você tem a cultura tradicional, os valores, as tradições que têm de ser preservadas, e a cultura que nós podemos levar para promover soluções na saúde, na engenharia, na agricultura, para melhorar as práticas. Então, é esse diálogo que está sendo... Nós estamos trabalhando com um projeto já há três anos, ele vem sendo discutido e nós o estamos amadurecendo para fazer uma experiência pioneira em São Gabriel da Cachoeira, que tem a maior população indígena do Brasil.

Em relação à escola em tempo integral, Senador Cícero. Nós tínhamos a nossa meta para 2014: 30 mil escolas. Já a cumprimos no ano passado. Quer dizer, não é escola em tempo integral, é ensino integral, porque a infraestrutura das 200 mil escolas não comporta escola em tempo integral. Nós precisamos de tempo. Nós temos que dobrar a infraestrutura e o custeio – você tem que botar médico, alimentação etc. –, então, vai demorar um tempo. Não se fará sem mais recursos, e acho que esse é o caminho da educação de qualidade.

Todos os países desenvolvidos que deram um salto pagaram bem os seus professores – o Brasil tem que melhorar muito para chegar lá – e investiram em escolas em tempo integral, que é um salto extraordinário. Então, estamos fazendo o que é possível, que é, no mais, educação... Educação em tempo integral, sete horas, três horas a mais de jornada e metade dessas três horas – é uma nova diretriz que nós definimos – tem que ser para português, matemática e ciências. Uma hora e meia é para atividades complementares, cultura, esporte, cidadania, direitos humanos e tudo mais. Então, estamos totalmente de acordo.

Em relação aos *tablets*. Nós já distribuímos, estão em processo de distribuição 644 mil *tablets* com todo um ecossistema digital, acesso a Khan Academy, a toda a Educopédia, objetos pedagógicos que estão na Internet para melhorar a qualidade da aula, com projetor digital – no ensino médio, que é a nossa prioridade. Nós queremos, depois, estender para as outras e começar pelo professor.

Por que pelo professor? Porque os professores são, como nós, seres do século XX, analógicos em sua origem. Alguns são imigrantes digitais, outros são analfabetos digitais, é um processo de aprendizagem com a tecnologia. Os jovens são nativos digitais. Os celulares hoje, olhe um jovem, por exemplo; olhe o pulso dele: ele não usa relógio, ele usa o relógio digital – você está porque você já é velho –; então, eles não usam mais relógio. A comunicação toda é feita em rede social. O Facebook é uma coisa do cotidiano deles e todo esse outro mundo, então, nós temos que aprender a utilizar tudo isso a favor da educação.

É um erro imaginar que a educação tenha que ter como único objeto pedagógico a lousa, que é uma coisa do século XVII; século XVIII, na realidade Nós estamos no século XXI, a educação digital é parte do salto que a gente pode dar na universidade, tanto que metade das vagas do ensino superior na OCDE é e ensino à distância. E hoje Harvard, MIT, todos estão oferecendo curso semipresencial. No Brasil, 14% só das matrículas são da educação à distância.

Então, nós precisamos avançar na educação digital em todos os níveis. Nós estamos começando pelo professor por prudência. Nós temos aquele Programa Um Computador por Aluno, nós fizemos uma experiência em vários Municípios; temos 27 grupos de pesquisa para corrigir todos os problemas porque não se pode sair distribuindo máquina sem saber o que vai fazer. A máquina é só a torneira. Você tem que ter o cano, que é a banda larga, e nem todas as escolas têm – está melhorando, mas muitas têm ainda uma banda lerda, precisa de mais banda para suportar os equipamentos –, você precisa ter a caixa d'água, que é o conteúdo digital. Então eu estou totalmente de acordo em desonerar conteúdo digital, pela lógica. Vamos trabalhar juntos – quer dizer, não sei como é que é a posição do Governo; tudo o que é desoneração passa por Fazenda, Tesouro, Receita etc. Em relação ao MEC, nós estamos abertos a trabalhar este projeto e discutir. Tudo o que permitir estimular o conteúdo digital nós vamos dar um salto.

Um dos projetos que nós estamos fazendo no Mercosul é exatamente compartilhar o conteúdo pedagógico digital. E na Organização dos Estados Ibero-Americanos, a OEI, nós estamos trabalhando também em parceria. Já temos dois mil objetos pedagógicos, por exemplo: corpo humano, mapas, esqueleto, tabela, tudo isso nós já usamos na Internet e estamos colocando no *tablet* para o professor melhorar a aula dele. Eu acho que essa é uma grande solução para a gente desenvolver no futuro.

Então, eu vou pedir desculpas, porque eu tenho que embarcar, já estou atrasadíssimo; eu tenho que ir para a Bahia...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Só a anistia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – Só um segundo; cinco segundos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Anistia. A ideia de anistiar os alunos que interromperam seus cursos no passado, a gente podia discutir alguns critérios e ver como fazer, mas eu acho que, se for possível retomar o curso e estudar, o que o MEC quer é que todo mundo

estude. Quanto mais estudar, melhor. E se isso ajuda a trazer de volta esses alunos, eu acho que merece ser discutido, Senador Inácio; podemos sentar e discutir.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – Ministro, é só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB –GO) – Já passou um segundo. (*Risos*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – (*Risos*) O Pronatec é louvável e, administrado pelo MEC, por V. Exª, tem toda a minha admiração. Com toda vênia, esses números que V. Exª apresentou do Sesi sobre gratuidade não coadunam...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não é Sesi não; é Senai e Senac.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – Senai e Senac, não coadunam com os números do TCU.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Por isso é que nós estamos contratando a FGV e pedindo para a CGU entrar para auditar. Nós temos todo o interesse em fiscalizar isso e garantir que seja cumprido o acordo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – Perfeito. E a minha preocupação, Ministro, é que o Pronatec chegando com esta ação tão brilhante, tão extraordinária, o Sistema S pegue então esses seus bilhões de reais, guarde-os, aplique-os no mercado financeiro e ainda por cima deixe essa responsabilidade da gratuidade com o Pronatec; comece então a cobrar...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não há riscos, Senador. Eu vou dizer o seguinte: nós vamos estar juntos nessa briga. Até 2014, eles vão ter que garantir 3/4 das matrículas.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – Eu sei que V. Exª...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Nós vamos estar juntos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO) – Eu sei que V. Exª está atento e eu agradeço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E vamos estar juntos nisso, continue fiscalizando porque já está ajudando muito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministro, nós sabemos que não basta definir as prioridades para a educação, é importante; mas o maior desafio é garantir que, estabelecidas as metas, essas sejam rigorosamente cumpridas aqui no Brasil. Portanto, em nome do Senado, nós lhe agradecemos; queremos ser o grande contribuidor para a sua gestão e dizer aqui que V. Exª é unanimidade. Nós queríamos apenas indagar o seguinte: teremos grande chance de tê-lo até o fim deste mandato no Ministério?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Espero. Se depender de mim, eu espero, mas esta é uma pergunta que V. Exªs têm que fazer para a Presidenta. Enquanto ela permitir que eu esteja lá, estarei muito empenhado. E demonstrei isso agora, porque havia em várias lideranças e na militância uma grande expectativa de que eu pudesse disputar o governo de São Paulo e eu disse que ficarei – é o que ela também quer que eu faça – no Ministério da Educação. Acho que é uma demonstração dupla. Primeiro, de que aquilo que é prioridade a gente tem de demonstrar com atitudes o nosso compromisso. Segundo, que a educação tem de sair do palanque, não dá certo se transformarmos o Ministério num palanque eleitoral. Tem de estar isento, republicano, trabalhando com todos os Secretários de Educação, com os Secretários Municipais e com o Senado. Por isso que vejo nesta Comissão, em V. Exª, como Presidente, a chance de uma grande parceria. Criticar o que estiver errado, sugerir políticas, corrigir as nossas deficiências, mas trabalhar junto para aquilo que vai mudar a história da educação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro. Nós não vamos perguntar para a Presidenta, vamos fazer um apelo à Presidenta para que o senhor continue, porque há muito tempo não víamos o MEC andar com essa velocidade. As intenções sempre foram boas, uns caminharam mais, outros menos, mas o senhor está caminhando com objetividade, o que é necessário. Tive no meu Partido um dos grandes Ministros, mas o senhor está suplantando esse Ministro. Parabéns.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Muito obrigado, Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Isso está gravado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Está gravado, mas os meus elogios a V. Exª também estão sendo gravados, são públicos. V. Exª sabe que, desde quando estava na Casa, tenho imenso respeito pelo seu mandato, pelas suas atitudes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Antes de encerrar a presente audiência, agradeço a presença de todos e convido-os para amanhã, às 10 horas, nesta Comissão, ouvirmos a Prof. Jonilda Alves Ferreira, numa audiência pública. Aliás, Ministro, essa é a professora dos alunos medalhistas na Olimpíada Brasileira de Matemática. Nós a traremos aqui com os seus oito alunos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA

54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia quinze de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador João Capiberibe**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, Vital do Rêgo, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 3/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores João Capiberibe e Vital do Rêgo, destinado a "**Ouvir a professora Jonilda Alves Ferreira e seus alunos medalhistas na Olimpíada Brasileira de Matemática**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Jonilda Alves Ferreira, Professora da Escola Municipal Cândido de Assis Queiroga; Senhora Mônica Gardelli Franco, Diretora de Formulação de Conteúdos Educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC e os alunos: Wanderson Ferreira de Almeida, Medalhista de Prata, 8º Ano; Kaisy Alves de Oliveira, Medalhista de Bronze, 8º Ano; Danielly Mendes da Silva, Medalhista de Ouro, 7º Ano; João Pedro Gonçalves Souza Soares, Medalhista de Ouro, 7º Ano; Laura de Almeida Gomes, Medalhista de Ouro, 7º Ano; Thaissa Coelho Farias, Medalhista de Ouro, 7º Ano; Míriam Laurentino Silva Medeiros, Medalhista de Ouro, 7º Ano; Heweline Lucena Santos, Medalhista de Prata, 7º Ano; Igor Almeida Gomes, Medalhista de Bronze, 6º Ano e Mariano Lucena Linhares, Medalhista de Bronze, 6º Ano**. Logo após, a presidência solicita a anuência do plenário para convidar a compor a mesa o Senhor Claudio Landim, Diretor Adjunto do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – Impa, entidade autora do projeto da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas. A proposta é acatada. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Deputada Federal Nilda Gondim (PMDB / PB); Senhor Leonardo Pessanha, Assessor de Imprensa do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – Impa; Senhor Maurício Almeida Prado, Coordenador-Geral de Tecnologias da Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Senhora Eliane Santana de Almeida, Professora de Paulista – PB. Finda a apresentação da expositora, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Vital do Rêgo e João Capiberibe, autores do Requerimento e os Senhores Senadores Ana Amélia, Ana Rita e Cícero Lucena. Logo após, quebrando o protocolo regimental, a presidência passa a palavra à Deputada Federal Nilda Gondim (PMDB/PB) e à professora Eliana Santana de Almeida. Neste momento, o Senhor Senador Cícero Lucena solicita o apoio desta Comissão para o lançamento do Anuário Brasileiro da Educação Básica, o que é aprovado. **Item Extra-Pauta: Requerimento nº 19/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia e Cícero Lucena, que requerem "... nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, iniciativa do Movimento Todos pela Educação e da Editora Moderna, que reúne os principais indicadores educacionais de todo o país". O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Presidente, Senador João Capiberibe, faz a leitura do seguinte **Comunicado**: "Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de posse do Professor Paulo Rogério Araújo Guimarães no cargo de Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, a ser realizada no dia 16 de maio, quinta-feira, às 11h, na Sala de Atos, 9º andar, edifíciosede do Ministério da Educação, em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Convite vai ao arquivo. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Capiberibe, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e

publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **JOÃO CAPIBERIBE**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Vital do Rêgo.

Senhores e senhoras, havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende o Requerimento nº 3, de 2013, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Vital do Rêgo, para realização de audiência pública destinada a ouvir a Profª Jonilda Alves Ferreira e seus alunos medalhistas, aqui presentes, na Olimpíada Brasileira de Matemática.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. (*Pausa.*)

Profª Jonilda Alves Ferreira, professora da Escola Municipal Cândido de Assis Queiroga. O Wanderson é medalhista, este campeão aqui à minha direita. A Kaisy, também é medalhista, do 8º ano. Os dois eram do 8º ano. Agora, 9º. Monica Gardelli Franco, seja bem-vinda!

Peço anuência às Srªs e aos Srs. Senadores para quebrar o protocolo e convidar para compor a Mesa o Prof. Landim, que é o Diretor Adjunto do Impa, Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, e o promotor do evento. É o instituto que promove esse evento.

Como estou na Presidência desta reunião, com muito orgulho de todos os jovens que estão aqui, eu passo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador João Capiberibe, primeiramente, minha homenagem, em nome do povo paraibano, a V. Exª, à sensibilidade de V. Exª. Eu corri para me acostar a V. Exª quando, vendo a pauta dos trabalhos da Comissão de Educação, vi um requerimento de V. Exª, do Amapá, tratando da Paraíba, mas tratando, acima de tudo, do Brasil, tratando dos excluídos, tratando da educação. Como era do meu Estado, a vitória do meu Estado, como fazia parte das minhas origens, vim depressa, porque a pressa, neste caso, é amiga da perfeição. A perfeição está exatamente neste momento, Sr. Senador Capiberibe, de estar vivendo a emoção de receber aqui jovens paraibanos, meninos paraibanos, medalhistas paraibanos, acompanhados dessa sacerdotisa professora.

No último dia 25 de março, fiz, em plenário, um pronunciamento sobre a educação brasileira. De modo geral, foi um discurso bastante crítico, em que apresentei dados que mostravam o atraso na educação brasileira em relação a outros países.

Falei na nossa baixa taxa média de escolaridade, de nossos fracassos recorrentes no teste de peso, do nosso nível insatisfatório dos nossos conhecimentos, dos quase quatro milhões de crianças que estão fora da escola. Enfim, falei dos vários desafios que temos de enfrentar para melhorar a educação em nosso País, mas tive o cuidado de encerrar o discurso com uma nota de esperança. A esperança de que acordemos para o fato de que, sem educação, não há futuro. A esperança de que passemos a valorizar mais o nosso professor. A esperança, meus caros colegas, meu caro Senador, de que a adotemos e multipliquemos experiências de magistérios bem sucedidas no Brasil e em outros países.

É com muita honra, portanto, que recebemos hoje, no Senado Federal, a responsável, na minha opinião, por uma revolução silenciosa no ensino da matemática em nosso País. A Comissão de Educação dá boas vindas à Profª Jonilda Alves Ferreira e a seus alunos que conquistaram medalhas em várias edições da Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas. Todos eles provenientes da pequena cidade paraibana de Paulista, de apenas 13 mil habitantes.

Apenas na edição de 2012 da Olimpíada, os alunos de Paulista conquistaram 22 prêmios, concorrendo com mais de 19 milhões de alunos da rede pública de todo o País. Conquistaram 22 prêmios, concorrendo com mais de 19 milhões de alunos da rede pública de todo o País. Desses 22 prêmios, 13 foram conquistados por alunos da Profª Jonilda, e resultados semelhantes vêm sendo alcançados não é de hoje. Os alunos de Paulista vêm conquistando prêmios na Olimpíada desde 2005.

É claro que tenho motivos para admirar de forma especial a professora e os seus alunos. Eles são meus conterrâneos, nascidos na minha querida e sofrida e seca Paraíba, que todos nós sabemos é um Estado que sofre problemas causados pela estiagem, pela falta de recursos, pela falta de infraestrutura, pela pobreza quase extrema.

Saber que o interior paraibano é capaz de produzir professores como a professora homenageada e alunos como essas crianças, jovens que estão aqui, me enche, nos enche, enche a todos nós de orgulho,

mas acima de tudo, Sr. Senador, senhoras e senhores, nos enche de esperança, esperança de que o exemplo da professora se espalhe pelo Brasil e que nos transforme em verdadeiros vencedores.

Nesta audiência de hoje, queremos ouvir a professora, os alunos. Não apenas nós, mas o Brasil quer saber o segredo desse sucesso. Como ela conseguiu criar um núcleo de excelência no ensino da Matemática, essa disciplina exigente e desafiadora em pleno sertão paraibano? Quais os métodos? Quais as teorias? Como aplica as teorias e os métodos no magistério? Será que os métodos que a professora aplica ao ensino da Matemática podem ser estendidos e aplicados às outras disciplinas? Será que esses métodos podem ser reproduzidos em outras escolas, em outras cidades, em outros Estados? Será que podemos treinar outros professores com os métodos empregados pela Profª Jonilda?

Essas são apenas algumas perguntas cujas respostas pretendemos descobrir com o depoimento da Profª Jonilda.

Queremos também, é claro, ouvir os alunos, a experiência a contar de cada um deles, como venceram a Olimpíada de Matemática, tentar entender as suas experiências diferentes de tantos milhões de alunos deste Brasil.

Estamos aqui, portanto, buscando caminhos. A professora é uma dessas brasileiras que têm muito a ensinar à Paraíba, ao Brasil. Que o depoimento da paraibana e dos seus alunos marque o início de um novo capítulo na educação brasileira.

E eu agradeço de forma penhorada, em nome do meu Estado, e aqui, certamente, falo em nome dos Senadores Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena, companheiros do Senado, que por motivos justificáveis não estão nesta reunião. Mas tenho a honra de poder representá-los neste momento.

E quero dizer ao Senador Capiberibe muito obrigado pela iniciativa e agradecer à Comissão ter apoiado nosso requerimento conjunto para trazer esta experiência única, inédita à Comissão de Educação do Senado Federal.

Que tenhamos todos uma excelente experiência, uma verdadeira olimpíada de aprendizado no Senado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Eu queria declarar aqui, diante de cidadãos e cidadãs da Paraíba, diante da Profª Jonilda, que é digna da nossa atenção, do nosso respeito, que a Paraíba está muito bem representada nesta Casa.

Na verdade, a assinatura desse requerimento foi conjunta. O Senador queria ver seus conterrâneos de sucesso, porque esta é uma audiência pública fundamentada numa agência positiva, no sucesso da educação de um pequeno Município da Paraíba, o Município de Paulista, com pouco mais de doze mil habitantes, que traz aqui exemplo sobre o qual o Senador Vital do Rego já colocou várias questões. É possível beber nessa fonte e distribuir para o resto do País?

Eu acho que a intenção desta audiência pública, Senadora Ana Amélia, é exatamente estudar esse fenômeno da Profª Jonilda e dos seus alunos lá do interior da Paraíba.

Nós precisamos estudar, e temos um representante do MEC presente a esta audiência exatamente com o objetivo de saber – nós precisamos saber. É certo que demos passos fantásticos na educação pública brasileira. Nós universalizamos a educação, o ensino fundamental, estamos partindo para a educação infantil, devemos chegar à creche, à pré-escola, e universalizar também. Mas discute-se muito a qualidade da educação.

Eu acho que aqui temos uma fonte de pesquisa para descobrir como vamos avançar na qualidade, porque a demonstração que a Paraíba, esse pequeno Município, e que a professora nos dá é de que é possível, sim, ter qualidade na educação. É isso que nós precisamos descobrir.

O que vocês fizeram lá é objeto da nossa curiosidade, mas de uma curiosidade no sentido de reproduzir a qualidade da educação que vocês estão desenvolvendo lá na Escola Municipal Cândido de Assis Queiroga para o resto do Brasil. Nós universalizamos, agora queremos qualidade.

Eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia. Eu queria também destacar a presença da Senadora Ana Rita.

Só para apresentar a Senadora Ana Amélia aos nossos jovens: Ela é Vice-Presidente da Comissão de Educação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Vital do Rêgo e o Senador João Capiberibe, que está presidindo esta reunião, pela iniciativa.

A palavra que V. Exª usou foi de muita propriedade: agenda positiva. As palavras podem comover, mas os exemplos são muito mais eficazes para mostrar à juventude brasileira a importância que tem a educação.

Eu queria, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os alunos que ganharam esse campeonato, mas cumprimentar, sobretudo, essa professora. A professora é o elemento essencial na motivação dos alunos a terem desempenho adequado ou tão elogiado, tão meritório quanto esses que tiveram em uma área que é um tabu para a maioria das crianças, Profª Jonilda.

Eu fiz o curso magistério – na minha época chamava-se curso normal – e sei a diferença que faz um professor comprometido com a educação; comprometido não só em transmitir os conteúdos restritos àquela matéria, mas um compromisso de mudança de atitude diante da vida e de comportamento na convivência social e democrática.

Assim, o seu papel é um papel extremamente importante, e a senhora merece os méritos desse resultado que deixa a nós, Senadores, extremamente felizes por ver num Estado como a Paraíba, sofrendo agora os horrores e as agruras e a tristeza da seca inclemente, que, em uma pequena cidade de poucos habitantes, cuja comunidade vive com muitas dificuldades, traz resultados em uma área que, como eu disse, é tabu para a maioria dos jovens de nosso País.

Ao cumprimentá-la, eu queria cumprimentar todos os professores da sua escola, os da comunidade desse pequeno Município paraibano e os alunos todos que ganharam esse prêmio. Vocês devem continuar! O Brasil precisa de gente assim, precisa de gente vitoriosa naquilo que está fazendo, que é a educação, em uma área tão especializada quanto esta. Parabéns a todos e especialmente aos colegas que trouxeram aqui esses jovens e essa professora para que nós, com justiça, os homenageássemos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, do Estado do Espírito Santo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT –ES) – Bom dia a todos os alunos aqui presentes, às alunas, à Profª Jonilda, à Monica, do MEC. Enfim, cumprimento todos os que estão à Mesa, o Claudio. Quero dizer da nossa alegria de poder estar aqui. A Jonilda é professora da escola de onde os alunos vieram.

Eles são seus alunos, não é isso, Profª Jonilda? E receberam a medalha da Olimpíada Brasileira de Matemática. Na verdade, são cinco medalhas de ouro. É isso? Então, eu quero parabenizá-la e parabenizar também os alunos e as alunas. É uma alegria poder recebê-los aqui.

Muitas vezes nós fazemos audiências públicas para discutir problemas e buscar soluções para os problemas. E hoje estamos em uma audiência pública de reconhecimento de um trabalho tão importante que a professora faz, e os alunos são merecedores desse reconhecimento, porque são vocês que são o fruto dessa aprendizagem. Por isso, conseguiram receber as medalhas de ouro em um campeonato, em uma Olimpíada Brasileira de Matemática. E Matemática não é para todo mundo; não é todo mundo que se sai bem em Matemática. Matemática é uma disciplina que é difícil. Então, mais do que isso, o mérito é muito maior.

Mas também quero destacar aqui como é bom receber vocês da Paraíba, porque eu estive na Paraíba no ano passado em função da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar a violência contra a mulher, e nós acompanhamos toda aquela situação do estupro coletivo que aconteceu na Paraíba. E, felizmente, os profissionais tanto da Polícia Civil quanto do Poder Judiciário, do Ministério Público fizeram um bom trabalho – do sistema de justiça e também de segurança pública de lá. Fizeram um bom trabalho e, num espaço muito curto de tempo, todos foram a julgamento e todos foram condenados, dando uma demonstração para o Brasil da importância de que, quando se faz um trabalho integrado, comprometido, sério, um trabalho sério – foi um trabalho muito sério feito pelos profissionais –, rapidamente se dá uma resposta à sociedade, dando um basta à impunidade. E isso serviu de exemplo para o Brasil.

Então, apesar de ser uma notícia triste como aquela, o resultado, o desfecho foi importante, pela demonstração dada ao Brasil, a toda a população brasileira do compromisso, da seriedade com que os profissionais conduziram aquela ação.

Pedi para falar para justamente parabenizar vocês e para dizer que o Estado da Paraíba serve de exemplo para o Brasil nesse aspecto e do comprometimento da nossa Profª Jonilda.

Parabéns, Jonilda, pelo seu trabalho.

Parabéns a todos os meninos e a todas as meninas, aos adolescentes e às adolescentes que estão aqui pelo esforço que vocês fazem. E parabéns à família de vocês. Possivelmente, vocês se dedicaram e também tiveram o apoio da família, tiveram o comprometimento da família na educação de vocês, que, com certeza, terão um futuro muito bom, um futuro promissor. É só continuar nesse caminho, continuar estudando, continuar fazendo o que vocês estão fazendo, dando exemplo a tantos jovens de hoje. Muitos que gostariam de poder estudar nem sempre têm acesso às escolas. Possivelmente, muitos alunos moram em lugares distantes e têm dificuldade de frequentar uma escola. Outros, que têm a possibilidade de estar na escola, em função de outras questões, começam a trilhar caminhos que não trazem a dignidade humana.

Então, parabéns para vocês, sucesso nessa caminhada, professora e toda a sua escola.

Profª Jonilda, parabéns pelo seu trabalho.

É um prazer recebê-los aqui hoje, recebê-las também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Vamos atender à expectativa que nós mesmos criamos, de ouvir essa experiência de sucesso.

Passo a palavra à Profª Jonilda Alves Ferreira.

A SRª JONILDA ALVES FERREIRA – Bom dia a todos.

Primeiro, agradeço a Deus por estarmos aqui. Agradeço ao Senador Vital do Rêgo pela feliz iniciativa de nos trazer aqui. Parece que estamos vivendo um sonho, tudo isso que estamos passando. Eu até já mostrei a eles aonde chegamos. Eu sempre me refiro a eles como nós, porque estudamos juntos. A gente têm um relacionamento professor/aluno muito bom. E é tudo muito novo o que está acontecendo. É um trabalho que a gente vem fazendo há bastante tempo, e agora, em 2012, com a brilhante premiação que tivemos, passamos a mostrar o nosso trabalho. Eu trouxe um pouco da nossa história, trouxe uns eslaides para mostrar como é feito o nosso trabalho lá, que não é fácil.

Matemática, para mim, é uma disciplina em que sempre me destaquei na escola. Sempre lutei com muita garra, com muito amor por essa disciplina como professora, usando métodos mais práticos para atrair esses alunos, para que eles gostem dessa disciplina. Eu sofria muito quando eu me dirigia à sala de aula e ouvia o aluno repudiando a aula porque era de Matemática. Eu dizia a mim mesma que tinha de mudar isso, que eu precisava mudar isso. Eu gosto dessa disciplina, eu tenho de mostrar a esses alunos o que de bom ela pode trazer para eles. Foi um trabalho sério, houve muitas tentativas para atrair o aluno, porque tenho uma percepção de que, se você gosta do que faz, você faz bem feito. Se você não gosta, é impossível sair um trabalho bem feito. Então, passar esses alunos, fazer com que eles gostem da disciplina era o meu maior objetivo.

Vou começar a mostrar o desempenho nas Olimpíadas. Todas as edições estão aí, e Paulista foi premiada em todas as edições. Começando em 2005 até 2008, nós só tivemos menções honrosas, eu até já estava acostumada que não ia sair medalha. Em 2009, graças a Deus, surgiu a primeira medalha de bronze. Foi aí que despertou que era possível. É possível. Vamos, a gente vai conquistar mais ainda. E os alunos, a Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas...

Eu tenho que parabenizar o Impa, que é o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, por essa ideia, por esse projeto, que, na nossa cidade, funcionou e funciona. Mesmo com o interesse dos alunos em aprender Matemática e participar das Olimpíadas, tenho que parabenizar sempre, porque, a cada dia, o nosso grupo está aumentando.

Nós tivemos, em 2010, a primeira medalha de ouro, que foi desse rapazinho aqui, fruto meu, ele é meu filho. No sexto ano, com nove anos de idade, quando começou, ele disse que queria participar das Olimpíadas e queria passar, não importava a premiação. Ele disse: "não importa a premiação, eu quero passar nas Olimpíadas de Matemática". Eu fiz um trabalho com ele, dediquei exclusivamente a ele um horário, e ele conseguiu o ouro. Então, como eu tinha feito todo esse estudo com ele e tinha dado certo, eu disse: "Vou estender a mais alunos". A gente sempre trabalhava, tirava algumas aulas mesmo, próximas à Olimpíadas, para trabalhar umas aulas específicas. Então, como eu tinha feito o trabalho com ele e deu certo, resolvi estender a mais alunos. Aí a gente intensificou um pouco.

Em 2011, ele ganhou ouro novamente, uma prata, três bronzes e doze menções. Nós tivemos 17 aprovados no Município.

Em 2012, está aí o que conseguimos. Foi um trabalho cansativo, divertido, tenso, porque a gente passou do período da primeira fase para a segunda, de preparação para esses meninos. Agora, há todo interesse de estudar, de assistir às aulas. A gente tinha um horário, e eles estavam lá todos os dias. Então, foi uma preparação muito grande. Não foi à toa, não foi milagre, de jeito nenhum. Foi muito trabalho, foi muito esforço, muito estudo, muita preparação. E chegamos a esse resultado aí: cinco ouros, duas pratas, três bronzes e doze menções honrosas.

Vou começar na nossa escola, porque, dos 22 aprovados, 13 foram da minha escola, dessa escola aí. Tenho algumas imagens feitas pelo nosso querido Leonardo, que é assessor de imprensa do Impa, que nos visitou e presenteou com algumas imagens que ele fez.

Aí estou eu, com o Wanderson, em frente à nossa escola. Esta é a entrada da nossa escola.

A Obmep 2010, em que a escola Cândido teve uma medalha de ouro e uma menção honrosa. Está aqui o meu pequeno com a Presidenta. Nós fomos bater lá, no Rio de Janeiro, buscá-la.

Olhem, em 2011, como aumentou: medalha de ouro, uma de prata, aqui está a Kaisy, que tirou medalha de prata; Maria Eduarda, Leonam, medalha de bronze; temos a Danielly, que está aqui, que tirou menção honrosa, Luciclaudio, Janielly, Savio Gomes, Rafael e Rute.

Aqui lá, de novo, no Rio de Janeiro. O Wanderson foi lá para buscar a medalha dele. Estivemos lá, junto com a equipe dos coordenadores de João Pessoa e de Campina Grande.

Em 2012, a foto não está aí ainda, mas nós vamos lá se Deus quiser. Nos dias 18 e 19 de junho, com certeza, iremos buscar esses cinco ouros.

Temos aqui as 10 medalhas, eles estão todos aqui. Danielly, João Pedro, Laura, Miriam, Wanderson, Igor e Kaisy. Esses dez medalhistas estão aqui.

Aqui são algumas fotos da nossa escola, no dia em que a equipe da Universidade Federal de Campina Grande nos visitou, juntamente com o Leonardo, que estava lá.

Aí estão os 13 alunos premiados, foram esses da minha escola, a Escola Cândido.

E aqui o trabalho. A motivação como fator determinante no processo educacional. Eu escolhi uma frase de Luís Alves: "O aluno é como uma pequena semente, que deve ser plantada e cuidada para germinar e dar bons frutos. O professor é como agricultor, que vê na semente a esperança que proverá as necessidades da sociedade". Muito bacana essa frase. Tem tudo a ver com a motivação de toda a equipe de educação, para fazer com que os alunos tenham um bom desempenho.

Algumas metodologias que eu utilizo para atrair o aluno, para fazê-lo gostar das aulas de Matemática. Eu coloco teoria e prática, quando eles aprendem a vivenciar o que está estudando. Certo? Então, antes do conteúdo, ele já vivencia. Quando eu vou aplicar o conteúdo, eles já sabem a utilidade dele, já sabem de tudo aquilo que a gente está falando. Eu levo os alunos a fazerem as aulas práticas à feira livre. Levo 35 alunos para a feira livre, viu gente? Vamos a farmácia, pizzaria, posto de gasolina. Para aulas de geometria, coloco-os para medir a escola, calcular o perímetro, a área. Levo-os à cozinha da escola, para fazerem bolos, para trabalhar proporção, grandeza diretamente proporcional. Então, eles passam a gostar de um jeito, e eu posso utilizar depois o lado mais técnico, a teoria a que eles se dedicam a estudar e conseguir bons resultados, até mesmo nas Olimpíadas, que precisam de um estudo mais delicado, mais preparado.

Então, o objetivo que eu tenho é que eles gostem do que estão fazendo. Certo? Aprender a gostar de Matemática é o primeiro passo para se conquistar um bom resultado na disciplina.

Olhem nós na feira. Nesse trabalho, eles tinham uma meta de conseguir comprar essas frutas com um valor x em dinheiro. Depois, eles fizeram uma salada de frutas. Depois, a gente trabalhou em sala o que foi gasto, calculamos a quantidade de copos de salada que eles fizeram. Esse trabalho eu sempre faço com as turmas. Eles fazem com muito gosto, se divertem mesmo. Eles fizeram direitinho, viu?

Olha aqui na pizzaria. Aí é aula de fração. Porque eu ia ensinar o aluno, por exemplo, um meio, ensinava fração, olhava para trás, e estavam os alunos sem entenderem o que eu estava falando.

Então, primeiro, vamos aprender o que é fração. Depois, a gente vê o conteúdo. Eu ainda dizia a eles: se não aprender, não come. E eles assistem direitinho às aulas e aprendem realmente. E depois saboreiam.

Aqui, no posto de gasolina, a gente estava trabalhando os números reais. Esse trabalho que a gente fez foi mais intenso, porque eles fizeram até um questionário, entrevistaram o proprietário do posto sobre segurança do trabalho, qualidade do combustível. Fez-se todo um trabalho, completo. Então, esses alunos vivenciam, eu o coloco para vivenciar a Matemática.

Aí tem alguns objetivos, a importância das aulas práticas, juntamente com as aulas teóricas, certo? Entendemos que elas são referências para o ensino da Matemática na medida em que desperta no professor um olhar mais criterioso no desenvolvimento das aulas, nas metodologias utilizadas ao conteúdo que está sendo aplicado, à necessidade de cada um dos seus alunos. Deve-se, analisar a teoria, a prática aplicada ao ensino, buscando um possível facilitador na aprendizagem da Matemática.

Eu acho importantíssimo ter aula prática no ensino da Matemática. Ensinar Matemática subsidiado por aulas práticas produz resultados satisfatórios, para além do que se espera de uma aula puramente teórica em Matemática.

E aí é um desejo que eu tenho. É ver a Matemática sendo ensinada não como uma ciência exata, que sabemos que ela é, com cálculos prontos, mas sim que todos os professores ensinassem aos alunos a escrever Matemática, a desenvolver o raciocínio lógico, do jeito que é necessário nas provas das Olimpíadas.

Com certeza, essa forma de ensinar e de aprender poderia ser uma referência para o ensino da Matemática na escola. Por que esse desejo? Porque eu aprendi Matemática com o cálculo pronto. Eu vou resolver isso aqui, deu aquele resultado e pronto. E quando eu fui fazer, a minha intenção era melhorar, eu procuro sempre melhorar a minha metodologia, e quando eu fui fazer licenciatura em ciências exatas, com habilitação em Matemática, o curso exige essa metodologia de escrever, e eu sofri muito com isso, para aprender. Certo?

E a partir do momento que eu comecei a aprender, eu já fui repassando para os meus alunos. E quando eles chegam, os alunos chegam ao sexto ano, que é onde começa a preparação para as Olimpíadas, é difícil para eles aprenderem a escrever, a desenvolver, porque faz aquele cálculo, mas depois tem a justificativa. Então, por que isso é importante? Nas Olimpíadas de Matemática, é exigido isso. É muito importante porque o aluno só justifica se ele conhecer.

Então, para isso é necessário que ele estude e pratique, certo? Então, esses meus alunos que estão aqui, eles já sabem fazer isso. Então, há o trabalho com eles na escola como há o curso que eles fazem em Campina Grande, que é o programa de iniciação científica, que é dessa maneira.

Então, o que eu penso é: nas séries iniciais, a partir do momento em que o aluno vai começar a aprender Matemática, se ele já aprendesse escrevendo, justificando, colocando o seu próprio raciocínio, seria bem mais fácil para a gente quando ele chegasse lá no sexto ano. Certo?

É importante ele aprender isso, a justificar, a partir do momento em que ele está dizendo o que ele sabe. Certo? Então, é essa a importância que eu acho.

Aqui nós temos alguns responsáveis pelo sucesso nas Olimpíadas e no processo de ensino aprendizagem lá do nosso Município. Está aí o pessoal lá de Campina Grande, lá da Universidade Federal, na festa lá de Paulista onde homenagearam os alunos premiados, na festa foram os "craques da Matemática". Esses meninos foram batizados com esse nome por William Bonner e Patrícia Poeta. E está aí o Leonardo.

Tudo bem, Leonardo? Você está aí? Foi lá no dia? Certo!

Esse pessoal é o responsável pelo ensino-aprendizagem. Com o material adquirido por meio do Programa de Iniciação Científica, eu trabalho esses alunos. Eles ajudam muito nesse processo, nesse sucesso que está acontecendo conosco.

Aqui nós temos a equipe de professores. Os professores de Matemática, nessa primeira foto. Na outra, toda a equipe de professores das escolas; o pessoal da administração, e peças importantíssimas, que são os pais. O apoio dos pais no ensino-aprendizagem dos alunos é importantíssimo.

Aqui algumas aulas, aulas na minha casa. Eu os reúno lá, e estudam bastante. Essa foto debaixo foi tirada quando a equipe da Rede Globo esteve lá. A gente estava nessa aula. Eles filmaram tudo. Aqui, as aulas do preparatório para as Olimpíadas. Essa aula, no cantinho aqui, foi uma aula feita no supermercado. Essa foto foi tirada pelo pessoal da Rede Globo.

Aqui foi o primeiro ano do PIC. Eram três alunos, certo? Aqui é na universidade. A gente ia. Acompanhei esses alunos durante todo o curso. A todas as aulas eu ia com eles, às aulas presenciais, e dava suporte em casa. Eram só três alunos, depois aumentou. Olhem só a turminha aí! De ônibus, todo mundo muito feliz. Depois, estavam todos dormindo. E assistindo às aulas lá em Campina Grande. A gente sai de Paulista às 4h e só retorna às 20h30min. Eles passam o dia na universidade, estudando. Até falo para eles que entraram na universidade precocemente. Então, quando eles já estiverem cursando o curso superior, não vão estranhar mais. Pensamos em solicitar um polo para Paulista. Eles mesmos vieram dizer a mim que não, que não fizesse isso. "Não faça isso porque a gente quer mesmo é ir e ter a experiência que a gente está tendo lá".

E aí são os prêmios. Recebendo lá na universidade. Essa aí é a turma deste ano. Este ano temos 21 alunos lá estudando.

Aqui deixo esta mensagem:

Só desperta a paixão de aprender quem tem paixão de ensinar. Quando mais escuto, mas alta se faz ouvir a minha voz. Quando mais estou disposta a receber com simpatia o que vem de meus alunos, mais tenho para oferecer-lhes. Riqueza material não faz parte dos meus objetivos. Sou uma caçadora de tesouros dedicada, em tempo integral, à procura de novas oportunidades para os meus alunos usarem seus talentos, buscando sempre descobrir o seu potencial, às vezes enterrado sob o sentimento de fracasso. Sou a mais afortunada dos trabalhadores. Um médico pode trazer uma vida ao mundo e um só momento mágico. A mim é dado cuidar que a vida renasça, a cada dia, com novas perguntas, melhores ideias e amizades mais sólidas. Um arquiteto sabe que se construir com cuidado sua estrutura pode durar séculos. Um professor sabe que se construir com amor de verdade sua obra, com certeza, durará para sempre. Sou uma pessoa que luta, todos os dias, juntamente com muitos colegas que amam a sua profissão, contra a pressão de pessoas insatisfeitas, a negatividade, o medo, o conformismo, o preconceito e a ignorância. Mas tenho grandes aliados: a inteligência, a curiosidade, o apoio dos pais, a criatividade, a fé, o amor e o riso. Agradeço aos pais que me honraram ao me confiarem seus filhos, que são sua maior contribuição para a eternidade. Assim, tenho passado rico em recordações, tenho um presente desafiador, cheio de aventuras e alegrias, porque me é dado passar todos os meus dias com o futuro. Sou uma professora e agradeço a Deus por isso todos os dias de minha vida.

Muito obrigada.

Recebi o convite e tenho muita honra de estar aqui, mostrando o nosso trabalho. Mas é um trabalho que a gente faz com muita dedicação, com muito amor realmente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – A gente fica um pouco sem palavras. É muito emocionante ouvir o que acabamos de ouvir. É uma metodologia que a professora desenvolveu da simplicidade, do cotidiano, da educação com satisfação, com prazer.

É dessa escola fantástica que a gente precisa.

Quero registrar a presença, primeiro, do Senador Cícero Lucena, que representa do Estado da Paraíba, que representa também esse sucesso que vocês estão trazendo aqui. S. Exª está aqui presente conosco.

Quero também registrar a presença de Leonardo Pessanha, assessor de imprensa do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada; de Mauricio Almeida Prado, Coordenador-Geral de Tecnologias da Educação, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; de Eliene Santana de Almeida, professora de Paulista, que está aqui conosco também. Seja bem-vinda, professora.

E, claro, registramos a presença da Deputada Federal Nilda Gondim, a quem recebemos com muita satisfação, também da gloriosa Paraíba.

Aliás, tenho uma simpatia muito grande pela Paraíba. Tanto é que, neste ano, passei dez dias de férias na Paraíba. Foram dez dias. Eu a escolhi por ser um Estado muito bonito. O povo da Paraíba também tem uma simpatia única.

Vamos, então, ouvir o promotor desse grande evento, que vai nos falar sobre essa grande promoção, o Prof. Claudio Landim.

O SR. CLAUDIO LANDIM – Muito obrigado.

Eu preparei uma apresentação, que talvez pudesse ser projetada. (*Pausa*.)

A minha intenção é apresentar a vocês esse projeto da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas. (*Pausa*.)

Bem, essa Olimpíada é divida em duas fases. Na primeira, todas as escolas podem se inscrever. Neste ano, inscreveram-se 47 mil escolas. Isso totaliza um número de mais de 18 milhões de alunos inscritos.

Quanto à prova, nessa primeira fase, os alunos são divididos em dois níveis. No Nível 1, são alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental; no Nível 2, 8º e 9º; e, no Nível 3, o Ensino Médio.

Então, na primeira fase, que é aplicada nas escolas – neste ano vai ser aplicada no dia 04 de junho –, é uma prova de múltipla escolha, com 20 questões. Ela é corrigida pelos professores a partir de um gabarito que a Olimpíada manda para cada escola. Então, cada escola aplica, corrige e seleciona 5% dos seus alunos que vão participar da segunda fase. Então, participam dessa segunda fase aproximadamente 800 mil alunos de todo o Brasil.

Nessa segunda fase, são problemas. Questões discursivas, de seis a oito, que são aplicadas em centros. São nove mil centros. Isso envolve 46 mil fiscais, e, neste ano, ela será aplicada no dia 14 de setembro, um sábado.

Primeiro, há uma correção regional. O País é divido em 70 regiões, e em cada região há uma banca regional que corrige. Dessa primeira correção, que envolve mil professores, são selecionadas 18 mil provas, que são mandadas para o Rio de Janeiro, onde se faz uma segunda correção por 80 professores.

E é a partir dessa segunda correção que são distribuídas as medalhas. Neste ano, vamos distribuir seis mil medalhas. Em ouro, serão 500. Serão 200 no Nível 1, como vocês podem ver. Duzentas no Nível 2 e cem no Nível 3. Novecentas medalhas de prata e 4.600 medalhas de bronze. Além disso, até 4.200 menções honrosas.

Há um projeto em andamento com a Capes, que vai estender o número de medalhistas, até atingir dez em 2015, como indica este quadro.

Além de premiar alunos a Obmep premia também professores, escolas e secretarias municipais de educação.

Bom, o objetivo dessa prova dessa Olimpíada, um deles, é detectar alunos que tenham talento para matemática. Então, isso significa que as provas, as questões vão ser elaboradas para detectar o aluno que tem capacidade de raciocínio, que tem capacidade de abstração. Ela não quer medir se o aluno estudou Matemática, se ele se aplicou. Ela quer medir se ele tem talento, se ele tem o dom para Matemática.

Então, as perguntas como essa que eu tirei de um prova da primeira fase não vão exigir conhecimento nenhum formal de Matemática, conhecimento nenhum formal.

Há um dado que está apresentado no plano, em duas dimensões, e a pergunta é saber qual é o único dado desses cinco que, ao ser desdobrado para formar então o dado em três dimensões, vai ter as suas faces de tal forma que, se você somar os números de duas faces opostas, vai somar sete.

Então, você pode ter estudado Matemática a vida inteira e você não vai ter adquirido nenhum conhecimento que permita você resolver essa questão. Isso coloca no mesmo patamar alunos de escolas não tão boas com alunos de escolas seletivas, como Pedro II e colégios de aplicação.

Então, não vou pedir aqui para um dos nossos alunos resolver essa pergunta, mas não é uma pergunta difícil.

Bom, nós temos tido sucesso nessa detecção de alunos talentosos. Então, trouxe aqui cinco exemplos. Eu talvez não tenha tempo para descrever todos.

Esta é a Tábata. Tábata foi medalha de prata em 2005, medalha de ouro em 2006. Ela foi imediatamente detectada por uma escola particular como uma aluna talentosa, recebeu bolsa integral, participou de outras

competições internacionais, olimpíadas de matemática, olimpíadas de astrofísica e, no ano passado, ela foi admitida na USP e, depois, para seis universidades americanas com bolsa integral. Então, ela está hoje estudando em Harvard com bolsa integral, ela que saiu de uma escola de São Paulo, de Vila Mariana.

Este é o Ricardo Oliveira, de Várzea Alegre. Ele tem amiotrofia espinhal. Então, ele só pode ir à escola, pela primeira vez, aos 17 anos de idade. Ele ia levado pelo pai em um carrinho de mão, porque ele não tinha como se locomover. Bom, o Ricardo foi medalha de ouro já na primeira educação de que ele participou, em 2006, e repetiu esse feito em várias ocasiões, inclusive neste ano, quando ele recebeu uma medalha de ouro. E virá, então, receber sua medalha no Rio de Janeiro, na cerimônia do dia 19 de junho.

Bom, porque ele passou, fez vestibular este ano, não podia se afastar da cidade, porque depende da família para viver. Mas vai fazer Mecatrônica Industrial a partir do semestre que vem no Instituto Federal de Educação, em uma cidade próxima a Várzea Alegre.

Bom, só mais um terceiro exemplo. Este é Gerson. Foi o 1º tetracampeão da Obmep. Era um aluno que estudava à noite. O pai era vidreiro, a mãe, dona de casa. Ele passava o dia trabalhando para ajudar a família. Ele não sabia que tinha talento para Matemática, os professores não sabiam, a escola não sabia. Então, ele participou da Olimpíada, foi classificado para a segunda fase e tirou uma medalha de ouro. E aí descobriu. Foi para ele – ele nos conta – uma surpresa, porque ele não sabia que era bom em Matemática. Na escola, ele era um aluno médio. Pois bem, a partir daí ele começou a estudar. Nessa escola noturna em que ele tinha aulas, às sextas-feiras, ele conta que durante um ano, teve aula apenas em seis sextas-feiras do ano, porque em todas as outras os professores faltavam. Bom, o Gerson continuou participando, estudou por conta própria, foi o 1º tetracampeão, passou para Engenharia na USP e hoje recebe uma bolsa da Obmep para poder se dedicar exclusivamente aos estudos. Então, ele não precisa mais trabalhar, para participar, para ajudar a família.

Maria Clara, por exemplo, é de Pirajuba, Minas Gerais. É a primeira menina de uma escola – menino ou menina – estadual pública que representou o Brasil numa Olimpíada Internacional. Então, a Obmep está permitindo revelar alunos talentosos, fornece uma formação em Matemática a esses alunos talentosos, e eles estão podendo, agora, competir, em pé de igualdade, com alunos de escolas particulares para representar o País nas olimpíadas internacionais.

Então, ela representou o Brasil em duas ocasiões. Em 2011, quando ela tirou uma medalha de bronze, em Amsterdã; em 2012, em Mar del Plata, onde ela tirou uma menção honrosa. Ela foi multicampeã na Olimpíada e agora está fazendo Medicina.

Aliás, o desempenho – eu quero registrar aqui – do Brasil nas Olimpíadas Internacionais de Matemática é excelente. Nós estamos à frente de países com tradição, como a França, a Inglaterra, a Alemanha. Só estamos atrás de países asiáticos, que investem muito na preparação dos seus alunos para a Olimpíada Internacional.

Bom, então, este é um dos primeiros objetivos da Olimpíada: detectar alunos talentosos e fornecer a eles uma formação, uma boa formação em Matemática. Um segundo objetivo é, como nós estamos vendo aqui com a Profª Jonilda: estimular professores a preparar os seus alunos para a Olimpíada, a ensinar Matemática de uma forma um pouco mais divertida.

Então, nós temos vários exemplos: o Prof. Antonio Amaral, do Município de Cocal dos Alves, no Piauí. Desde 2005, da primeira edição, começou a preparar os seus alunos, e vocês vejam que os resultados não demoraram a chegar. Ele tem, todo ano, campeões, medalhistas de ouro ou medalhistas de prata na Olimpíada.

A mesma coisa acontece com o Professor Luiz Felipe, da Escola Municipal de Francis Hime, lá do Rio de Janeiro, que também tem um programa parecido com o da Jonilda, para a formação de alunos para a Olimpíada.

A Jonilda, eu não preciso apresentar a vocês.

Em Coité do Noia, um Município rural de Alagoas, a Profª Claudiene também se investe na preparação dos seus alunos e tem obtido resultados importantes. Ela teve duas medalhas de ouro na edição de 2011.

Então, isso faz com que o impacto da Olimpíada não se restrinja a esses alunos talentosos, que são detectados nas premiações. Foram feitos dois estudos independentes. O primeiro, vocês estão vendo aqui, encomendado pelo CGEE, que é o Centro de Gestão em Estudos Estratégicos; e o segundo, pelo Itaú Social. Então, foi dirigido por professores da Fundação Getúlio Vargas e da USP. Esses dois estudos verificaram um impacto da Olimpíada no ensino da Matemática. Para fazer isso, eles compararam o desempenho dos alunos das escolas que participam da Obmep com o desempenho dos alunos das escolas que não participam da Obmep na Prova Brasil. Então, há vários fatores que podem melhorar ou piorar o desempenho de um aluno na Prova Brasil. Então, tirando todos os outros fatores socioeconômicos que podem impactar no desempenho, eles verificaram que a participação da escola na Obmep vai melhorar o desempenho de seus alunos na Prova Brasil.

Então, isso significa que a Obmep tem um impacto, na verdade, em todas as escolas e não apenas nos alunos medalhistas. Eu tenho conversado com professores em todo o Brasil, e eles contam a importância de uma menção honrosa – e são 46 mil menções honrosas que são distribuídas a 15 mil escolas, todo ano, que recebem, que têm um aluno, pelo menos, premiado com uma menção honrosa –, o impacto que vai haver em toda a escola a concessão de uma menção honrosa a um aluno daquela escola. Então, a Olimpíada tem um impacto, na verdade, em todas as escolas.

Bom, qual é a estratégia de formação que nós temos? Nós oferecemos a todos os alunos medalhistas – este ano, seis mil alunos – um programa de um ano. Esses alunos recebem uma Bolsa de Iniciação Científica Júnior, que, atualmente, está no valor de R$100, durante 12 meses, para participar desse programa. Nesse programa, eles têm dez encontros presenciais em 168 polos distribuídos pelo País e, além desses dez encontros presenciais, 15 encontros virtuais. Então, eles entram na Internet, entram num fórum que foi criado para eles. Lá, são colocados problemas, que eles devem resolver. Eles resolvem. Tendo dúvida, eles podem fazer perguntas aos colegas ou aos professores que estão lá para responder. Então, isso é uma forma de ensino à distância que tem funcionado muito bem.

Aqui, há um mapa com a distribuição dos polos pelo País. Estamos presentes em praticamente todos os Municípios do País. Só há 33 Municípios onde a Obmep não é realizada. Nós produzimos apostilas para esses alunos e banco de questões para ajudar os professores a prepararem seus alunos em matemática e para as provas das olimpíadas. Todos os anos, são publicados uma apostila e um banco de questões.

Há vários projetos que visam a estender essa formação para todo o País. Primeiro, atingir o aluno através de seus professores. Então, vamos, a partir deste ano, oferecer oficinas de matemática aos professores para motivá-los e tentar ajudá-los a levar problemas de matemática da Obmep à sala de aula. Essas oficinas são simplesmente para mostrar a conexão entre os problemas que são propostos e a grade curricular do programa de matemática das escolas.

Criamos clubes de matemática em fevereiro deste ano. Já foram inscritos 317 clubes, também através da Internet. Esses alunos se inscrevem e, uma vez inscritos, têm acesso, via Internet, a um fórum. Nesse fórum, são organizadas gincanas, são oferecidos desafios de matemática. Os primeiros a resolverem esses problemas ou a ganharem as gincanas recebem pontos e vão ganhando estrelas. Isso permite a eles passarem a ser tutores de outros alunos de matemática. Então, já há 317 clubes, com dois mil e tantos membros. Isso foi lançado recentemente, em fevereiro, e nossa expectativa é a de que esse número aumente muito.

Temos agora o projeto de plataforma de ensino à distância. A ideia é colocar todo o currículo de matemática, supondo apenas que o aluno saiba as quatro operações, e ensinar a ele toda a matemática até o Enem em vídeos de dez minutos, porque nós verificamos que é o tempo que o aluno consegue ficar prestando atenção na Internet. Então, esses vídeos já estão sendo produzidos e vão ser disponibilizados via Youtube nos portais do MEC, do Impa e da Capes, de tal forma que todo aluno tenha acesso a essas aulas. Os professores poderão também visionar esses filmes para prepararem suas aulas nesses assuntos. Nós estamos, além disso, criando aplicativos. Isso vai permitir, por exemplo, que o aluno que tenha aprendido a somar fração vai, com esse aplicativo, poder testar seus conhecimentos e verificar se ele realmente aprendeu. E há apostilas que acompanham essas aulas filmadas.

Para isso, é muito importante que todos os alunos, que todas as escolas tenham acesso à Internet. Então, é todo um programa de ensino à distância, mas é preciso, para que esse programa possa ser aplicado, que os alunos tenham, através de suas escolas, um bom acesso à Internet, para que eles possam baixar vídeos, baixar aplicativos e entrar, eventualmente, em fóruns em que eles possam tirar dúvidas.

A Obmep dá um retrato do ensino de matemática no País. Vejam aí a proporção de medalhistas de ouro por inscritos na segunda fase. Nós temos Minas Gerais, de longe, na frente de São Paulo, seguidos por Santa Catarina, Espírito Santo e por aí vai. Então, através dos medalhistas, há um retrato do ensino das escolas públicas do País.

Como eu disse, há, essencialmente, 19 milhões de participantes. O número de escolas tem crescido ano a ano. Já estamos com 47 mil escolas e presentes em praticamente todos os Municípios. Como eu disse, só não estamos presentes em 33 Municípios.

Eu vou passar, porque já vi que o meu tempo se esgotou.

Eu só queria salientar algo. Sabem que, em toda instituição pública, em todo órgão público, o grande temor é o TCU. Pois bem, o TCU fez, há três anos, em 2010, uma auditoria em cima de organizações sociais. O Impa é uma organização social. Em sua conclusão, o processo pede para dar conhecimento à seguinte boa prática observada na gestão da Associação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada: é um exemplo de economicidade na aplicação dos recursos públicos e de retorno social, ao difundir o conhecimento e incentivar o estudo da matemática em todos os níveis, com a re-

alização anual da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas

Então, vamos dizer, é o carimbo da boa gestão do Impa e da Obmep do dinheiro público, que é dado pelo MEC e pelo MCTI, que propiciam a organização dessas olimpíadas.

Agradeço o convite e encerro por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Agradecemos o Prof. Claudio Landim, que é o Diretor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, que promove as Olimpíadas de Matemática.

Eu quero parabenizá-lo pelo sucesso desse certame, dessa iniciativa.

Agora, passamos a ouvir a palavra de um digno e admirável representante da Paraíba, nesta Casa, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu quero iniciar agradecendo o Presidente por não ter me passado a palavra após a Jonilda ter terminado a sua explanação, pois eu estava, como todos, tomado de muita emoção, por conhecer a realidade da nossa terra, do nosso Estado e por ser um dos admiradores desse trabalho que vocês fazem e que, sem dúvida nenhuma, representa aquilo que está dentro do que você leu para nós, até com a humildade de saber que existem outros companheiros iguais a você, que buscam se doar e trabalhar para dar a sua contribuição na formação de um País mais justo, mais humano e mais solidário.

Então, o meu depoimento é um sincero agradecimento, eu não digo nem na condição de Senador, mas na condição de cidadão paraibano.

Eu também sou do Sertão da Paraíba – costumo dizer que sou um caboclo do Sertão da Paraíba – e lá, Senador João Capiberibe, na minha época – hoje está um pouco melhor –, a nossa grande primeira olimpíada era sobreviver até os nove anos. Quem conseguia escapar da mortalidade infantil estava pronto e preparado para o mundo. E agora, graças a Deus, esses jovens aqui reconhecidos, frutos desse seu esforço, Jonilda, com tantos outros que possam estar te ajudando, são uma demonstração clara de que podemos renovar a nossa esperança e a nossa confiança num amanhã melhor.

E ao dar esse testemunho e reconhecer isso, eu quero também dizer o quanto sei da importância da Matemática. Eu sou um verdadeiro apaixonado pela Matemática. Eu sou igual a essas crianças que hoje estão aqui premiadas e reconhecidas e a tantos outros que não tiveram a oportunidade de participar disso, mas que também sabem da importância da Matemática.

Eu costumo brincar, Presidente, que ainda hoje eu não uso máquina de calcular. Eu tenho a capacidade e a felicidade de ter me aprimorado na matemática e de resolver as contas de cabeça, como se diz na Paraíba. Então, eu tive a chance de usá-la, por exemplo, ao fazer o vestibular para Engenharia Civil e, depois, para Arquitetura, tendo passado nos dois vestibulares. A Matemática foi fundamental! A Matemática tinha um peso especial na área para que fiz opção. Por exemplo, no vestibular de Engenharia Civil, eram 40 questões e, quando eu cheguei à 40ª questão, eu tinha resolvido 36 e só tinha pulado as quatro, porque eu sabia que demoravam um pouco mais. Então, isso é fruto da contribuição de alguns professores, de um esforço também e da paixão pela Matemática, que me abriu as perspectivas, os horizontes, a lógica na vida, e me proporcionou trilhar esse caminho, que – eu tenho certeza absoluta – foi bastante facilitado por esse conhecimento.

Eu quero dar o meu testemunho e reconhecer a importância desse trabalho da Olimpíada que o Governo e as entidades estão promovendo. Que nós possamos estimular, cada vez mais, a atingir as metas estabelecidas por esse modelo e também, se possível, adotá-lo em outras matérias em que eventualmente a educação brasileira esteja precisando.

Crente como sou, pois acredito que a justiça se busca exatamente através da educação, é que nós temos projetos apresentados aqui no Senado. A Matemática me ensinou a ter meta e a estabelecer objetivos. Nós temos projeto em que se estabelece, por exemplo, que o Brasil deverá atingir a educação em tempo integral até 2023. Também temos projeto pelo qual o *tablet* deverá ser disponibilizado pela escola pública para todos os alunos deste País.

Como existe a meta que o Professor Cláudio disse, ontem mesmo tivemos uma audiência pública com o Ministro Mercadante, que já iniciou esse processo da forma que deveria ser iniciada. Em primeiro estágio, aos professores e, depois, avançar para todos os alunos, porque temos a questão de estrutura tecnológica em termos de ter Internet disponível em todas as escolas deste Pai. O *tablet* é fundamental, inclusive porque vai chegar a muitas casas que, eventualmente, não teriam chance de ter um computador, vai democratizar a informação, vai proporcionar a melhor competição e, consequentemente, poderemos, através da educação – e uma educação moderna, em que o Brasil não pode ficar atrás – avançar cada vez mais para o País justo a que me referi anteriormente.

E posso dizer, Senador João Capiberibe, que só uma pessoa com a sua sensibilidade para proporcionar exatamente esta homenagem, juntamente com os oito

Senadores que subscreveram, porque tenho certeza absoluta de que este exemplo aqui dos craques que foram nominados, desses jovens vencedores de Paulista, é o exemplo dos craques do bem, daqueles que reconhecem a capacidade individual, que valorizam e que exemplificam o procedimento. Então, temos na pessoa da Professora Jonilda esta dedicação, esta simplicidade, que mostra que nem sempre se conquistam as coisas de forma mais difícil ou mais complexa; pelo contrário, a simplicidade, por si só, escancara a porta de um aprendizado mais amplo e também da ampliação do conhecimento. Então, permita-me cumprimentar todos que participam desse projeto, os que são da Paraíba, os que são do Brasil, porque, sem dúvida nenhuma, é algo que devemos estimular e incentivar na Matemática e também em outras matérias.

Nossos jovens de Paulista, sei o quanto, bem como ela, deve ser difícil enfrentar isso! Só tendo uma Jonilda para que cuide e que possa apoiar, incentivar e estimular, para que eles possam ter, através da Matemática e das demais matérias, a chance e a oportunidade de vencer na vida e ser um vitorioso, que já o são, mas também nas fases futuras das suas vidas.

Então, o que tenho a dizer: "Meus parabéns!" A senhora deu, hoje, não apenas uma aula sobre a importância da Matemática, mas uma alma para todos aqueles que têm coração e que acreditam que cada um pode fazer a sua parte. Cada um de nós podemos ser o beija-flor que tenta apagar o incêndio da desigualdade deste País. Parabéns e que Deus proteja a todos!

Eu gostaria, Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – ... só de fazer um registro que me foi pedido por telefone pelo Senador Cássio Cunha Lima, lamentando a sua ausência nesta reunião, em função de estar representando o Senado na coincidência da data, num debate sobre petróleo, na Cidade de Campina Grande.

Era o registro que queria fazer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr; Senador.

Vamos ouvir a Deputada Federal Nilda Gondim.

A SRª NILDA GONDIM (Bloco/PMDB – PB) – Bom dia a todos!

Quero, primeiro, cumprimentar o Senador João Capiberibe, que foi muito feliz, juntamente com o Senador Vital do Rêgo, em apresentar esse requerimento e em acolher e receber a nossa Profª Jonilda e os seus alunos. Quero cumprimentá-la e parabenizá-la, pois a senhora é realmente um exemplo, um exemplo para ser seguido, não só na Paraíba, mas no Brasil, pela lição de vida que dá, por investir na educação. O maior investimento que o Brasil pode oferecer aos professores, aos alunos e ao Brasil mesmo é a educação, que é o mais importante mesmo.

Então, parabéns, Jonilda, você, vindo de onde está vindo, do sertão da Paraíba, onde estamos passando por tantas carências, por tanta seca e por tantas dificuldades, numa escola modesta, simples, humilde e que não oferece esse conforto e esse modernismo que outros alunos têm nas escolas privadas. Então, maior exemplo não pode dar a senhora e todos os seus alunos, exemplo que realmente deve ser seguido por todos.

Você está de parabéns! A Paraíba está de parabéns! Nós, que fazemos parte desta Bancada, o Cícero, o Vitalzinho, o Senador Cássio – nós somos uma bancada grande: são cinco Deputados Federais do PMDB, são 12 Deputados representantes – somos felizes, porque a Paraíba, que vive em certas dificuldades e é um Estado reconhecidamente pobre, oferece ao Brasil esse estímulo que a senhora está oferecendo. Parabéns!

Cumprimento o Dr. Cláudio, que faz muito bem ao investir na educação e fazer esse trabalho tão bonito e reconhecido por todos.

Parabéns a todos! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe; Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Deputada.

Imagino que, para a representação paraibana, deve ser motivo de muito orgulho. Eu confesso que eu fico emocionado em testemunhar este momento. Mais tarde eu vou explicar a razão da minha emoção.

Eu passo a palavra à Drª Mônica Gardelli Franco, Diretora da Secretaria de Formulação de Conteúdos Educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que tem muita afinidade com o que estamos presenciando.

Por favor.

A SRª MÔNICA GARDELLI FRANCO – Muito obrigada, Senador.

Eu estou emocionada também, como o senhor.

Primeiro, bom dia a todos! A gente quebra todos os protocolos num momento destes. Eu estou bastante emocionada, porque eu falava logo cedo que sou filha de escola pública. Eu me alfabetizei em escola pública. Penso que muitos de nós que estamos aqui tivemos essa trajetória. As oportunidades que me foram oferecidas na vida para eu me tornar o que eu sou hoje e poder estar à frente de algumas ações do Ministério da Educação todas foram iniciativas públicas. Se não tivesse havido em algum momento algum financiamento, alguma bolsa, eu talvez não estivesse

nesta condição. Portanto, eu sei da importância que é a educação pública para a nossa Nação.

Escutando a Profª Jonilda, como professora que fui, tentando destacar da fala dela o que está por trás do sucesso da experiência, a primeira coisa que eu consegui identificar foi que o professor tem que gostar dos seus alunos como se fossem seus próprios filhos. Ela verbalizou isso aqui, quando disse: "Comecei a trabalhar com o meu filho e meu filho se destacou. Então, eu pensei que eu poderia levar essa experiência, essa dedicação que eu tive com o meu filho para todos os alunos e o resultado apareceu imediatamente".

A segunda coisa da fala dela que me chamou atenção foi o fato de ela ter dado concretude a uma disciplina que nós temos, de alguma maneira, sempre que trabalhar de forma muito abstrata, e por isso ela não faz sentido no nosso cotidiano. O Prof. Cláudio é Especialista em Matemática, e eu sou especialista em alfabetização.

A origem da Matemática é de interpretação da realidade do mundo. Ela nasce para explicar fenômenos do mundo, ela nasce para explicar fenômenos da realidade das pessoas que estavam ali com dificuldades, com problemas, a Matemática nasce para dar essa resposta. Quando a Profª Jonilda relaciona parte da realidade para trabalhar com os seus alunos, ela resgata essa compreensão e, então, é como se um botãozinho virasse na nossa cabeça e a gente dissesse: "Ah!" Então, tudo vira Matemática. A gente consegue ver a Matemática presente na nossa realidade, no nosso cotidiano, e isso, com certeza, facilita a realidade, o nosso cotidiano, e isso, com certeza, facilita a compreensão dessa disciplina que, às vezes, é tratada de forma tão abstrata.

O terceiro ponto que eu vi o reconhecimento, pela Profª Jonilda, de que o espaço escolar, de fato, é um espaço que interfere na vida de seus alunos; e de acreditar nisso. E, aí, eu fecho na quarta ação, falando da valorização e do reconhecimento do trabalho que é feito dentro desses espaços.

Por isso, eu estou muito feliz de estar representando o MEC neste momento. O MEC é parceiro do Impa. Na verdade, o Impa, junto com o MCTI, cuida de toda essa logística, de toda essa mobilização e pensa nas ideias que, de fato, podem impactar a escola, e o MEC aporta recursos financeiros para essa iniciativa acontecer, mobiliza recursos. Ele até chamou o TCU ali no final, porque é grande o volume de recursos para mobilizar avaliadores, todo esse material, enfim, toda a ação para alcançar os cerca de 20 milhões de alunos, um terço da população de alunos que nós temos hoje. Hoje, nós temos 60 milhões de alunos nas escolas, e essa é uma iniciativa que alcança um terço dessa população.

Então, eu fico muito feliz de estar neste momento na diretoria que cuida de iniciativas com essa natureza. Nós temos outras iniciativas, outras olimpíadas, que buscam justamente valorizar o que está acontecendo nas nossas escolas. Eu, especialmente, tenho defendido muito que nós sejamos mais proativos na difusão das coisas boas que estão acontecendo nesses espaços escolares, porque, chegando ao Senado, eu ouvi de várias pessoas: "é uma agenda positiva"; "que gostoso"; "nós vamos estar aqui num momento bacana de comemoração e de reconhecimento de que coisas boas estão acontecendo".

Infelizmente, o tema educação é um tema que recebe sempre, por parte de quem não está dentro da educação, muitas críticas. A escola pública é muito criticada, os professores das escolas públicas são muito criticados; por consequência, os alunos das escolas públicas sofrem com isso, porque são os incapazes, são aqueles que não têm condição mesmo. Essa visão é muito prejudicial dentro desses espaços. Então, a gente precisa fazer um esforço de trazer luz às coisas bacanas que estão acontecendo – e estão acontecendo! – para a gente reverter um pouco ou diminuir um pouco essas críticas, em função de que, se a gente pensar que ninguém quer estar num espaço desses, que ninguém quer ser professor de um espaço desses, isso diminui o entusiasmo tanto de alunos quanto de professores de trabalhar nessas condições ou de vivenciá-las. E esse é o único espaço que nós temos para revolucionar e para promover o desenvolvimento do nosso País. Então não adianta acabar com esse espaço, não adianta falar que a escola pública deveria acabar, que as escolas não devem mais existir.

Hoje nós temos 60 milhões de alunos nessas escolas. E eu costumo fazer uma conta mágica: eu falo que, se cada aluno impactar duas pessoas pelas ações que acontecem dentro dessas escolas, uma população de 180 milhões de pessoas que estão em torno da escola é impactada. Elas estão sendo impactadas por essas ações, elas conhecem os professores, elas sabem o que acontece na escola. E, aí, eu acho que a gente consegue fazer a grande transformação que a gente deseja.

O Ministério da Educação está muito empenhado nisso, tanto em subsidiar escolas e professores com ferramentas ou com conteúdos – falando um pouco mais da minha diretoria – adequados para trazer a melhoria da qualidade do ensino e, também, está muito empenhado em subsidiar essa escola com recursos técnicos, tecnológicos e de valorização dos espaços escolares.

Agora, acho que esse momento é um momento bem bacana de percebermos que, dentro de um espaço do Governo Federal, como o Senado, há espaço para trazermos o que de bacana está acontecendo e levar isso de forma a contaminar e a dizer que a escola pública tem as suas dificuldades, há um trabalho sendo feito e que esse trabalho já, de alguma forma, está apresentando os seus resultados.

Então, agradeço muito o convite ao MEC. Estou, de fato, muito emocionada de poder estar aqui com os alunos. Eu sinto muita falta deles, porque estou há dez anos fora da sala de aula. Então, quando eu tenho a oportunidade de estar perto de alunos eu saio sempre energizada desses espaços.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Profª Mônica. Depois de dez anos fora de sala de aula, não perde, continua professora.

Senadora Ana Rita, eu imagino a ansiedade para falar depois de ouvir essas experiências. Mas, daqui a pouco, nós vamos ouvir dois craques da matemática aqui.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, eu vou ser bem breve, porque nós queremos ouvi-los.

Eu gostaria apenas de fazer alguns registros, porque, na hora em que eu falei, eu ainda não tinha tido a oportunidade de ouvir a professora, ouvir a Mônica e também o Cláudio.

Primeiro, acho que uma experiência como essa precisa realmente ter visibilidade. E é claro que a experiência da Profª Jonilda deve se somar a tantas outras boas experiências que acontecem nas mais variadas cidades brasileiras, o que, muitas vezes, não é conhecido nem pelo conjunto dos professores brasileiros, muito menos pela sociedade brasileira.

Eu acho que ficaria uma sugestão, Profª Mônica, de talvez o MEC produzir – não sei se já faz isso – algo, um CD, alguma coisa com essas experiências positivas e distribuir para as escolas, porque isso também vai animando os professores e outras professoras que também enfrentam as suas dificuldades, outros tipos de dificuldades e que, muitas vezes, se encontram sem esperança de que a educação possa dar um resultado mais efetivo, por inúmeras razões que eu não vou ficar aqui levantando.

Mas há uma coisa na Profª Jonilda que me chamou muito a atenção e que a Professora Mônica já falou também. Primeiro, acho que parte muito da pessoa da Profª Jonilda. Ela começa o texto dela dizendo algo que me chamou a atenção, porque vale para qualquer profissional; não só para o educador, mas também para outro tipo de profissional.

Eu sou assistente social, e é bom lembrar que hoje, Senador João Capiberibe, é o Dia do Assistente Social. Eu quero, depois, fazer uma homenagem aos nossos colegas assistentes sociais.

Mas a professora começa o seu texto falando assim: "Quanto mais escuto, mas alto se faz ouvir a minha voz. Quanto mais estou disposta receber com simpatia o que vem de meus alunos, mais tenho para oferecer-lhes." Não vou ler o texto todo, mas há um valor pessoal muito grande, que também faz essa diferença e que contagia os alunos.

Eu quero dizer que eu me lembro de todas as minhas professoras e alguns professores. Na época eram mais mulheres do que homens, de todos os meus primeiros anos de estudo, desde o primário. Na minha época era primário. Depois, você tinha que fazer uma prova de admissão para fazer o ginásio, para depois entrar no segundo grau. Era assim. Eu me lembro de todos e de todas as professoras, de cada um, e eu tenho uma lembrança muito positiva de uma grande maioria. Então, isso faz um bem muito grande para os alunos, porque os professores também – possivelmente, eles vão falar daqui a pouquinho – devem comentar sobre isso.

Eu só queria fazer esse destaque. Eu acho que o MEC poderia pensar numa forma de fazer uma divulgação dessas experiências positivas, porque ela parte da prática para a teoria. Ela parte da realidade, vivenciada pelos alunos, pela comunidade, para ensinar matemática aos alunos. Quando a gente fala de teoria e prática, muitas vezes nem todos conseguem trabalhar isso muito bem, o que ela faz perfeitamente bem.

Então, parabéns, Profª Jonilda, e parabéns, mais uma vez, aos alunos que aqui estão. Queremos ouvi-los agora.

A SRª MÔNICA GARDELLI FRANCO – É super bem-vinda sua sugestão.

O MEC tem uma tevê – não sei se vocês sabem – que é a TV Escola. Eu sou responsável por ela. Até por solicitação do Ministro Mercadante, a TV Escola está ganhando mais fôlego justamente com a intenção de não só subsidiar professores com materiais de apoio em sua prática, mas subsidiar com referências. Então, com certeza, a Profª Jonilda será uma das professoras que participarão de programas na TV Escola para a gente divulgar experiência dela.

A gente está ampliando agora a distribuição da TV Escola para chegarmos não só a todas as escolas, mas a todos os lares. As tevês a cabo já estão carregando nossa tevê. A NET, que é uma grande operadora de tevê a cabo, já começou a carregar a TV Escola para poder justamente fazer essa divulgação, o que

é uma das iniciativas que a gente tomou em prol da valorização da qualidade de educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe; Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Professora; obrigado, Senadora Ana Rita.

Vamos ouvir a experiência do medalhista de ouro. São três medalhas de ouro e, agora, medalha de prata: Wanderson Almeida.

O SR. WANDERSON FERREIRA DE ALMEIDA – Quero agradecer, primeiramente, a Deus por me permitir estar neste momento. Também quero agradecer a todos vocês, Senadores e Senadoras e Diretores e Diretoras, principalmente ao Senador Vital do Rêgo, por nos convidar a esta audiência.

Dentro de muitos problemas do Nordeste, incluindo a seca e a estiagem, esconde-se o aprendizado. O aprendizado que é dado por uma professora, uma professora dedicada que luta muito. Luta porque ela acredita em nós. Ela, mesmo dentro de todos esses problemas, continua. E ela só consegue fazer isso porque ela tem uma virtude em seu coração: a virtude da confiança. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Passo a palavra para Kaisy Alves de Oliveira, medalhista nas Olimpíadas de Matemática.

A SRª KAISY ALVES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos aqui presentes.

Eu queria começar dizendo que a fórmula desse sucesso é o compromisso, o foco, o esforço que vem de Jonilda. Muito obrigado, Jonilda, por nunca medir esforços para nos ajudar, por mostrar que a única riqueza que a gente pode manter é o conhecimento, e que a gente precisa de mais Jonilda neste Brasil. Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito bem!

Mais alguém? Algum Senador? Senador Lucena? Senadora Ana Rita?

Professora, a senhora pode se manifestar. Nós estamos quebrando aqui todo o protocolo, até porque esta é uma sessão muito especial.

Eu tive a satisfação e a alegria de presidir esta reunião. Vou explicar uma das razões que me emociona ver é essa metodologia, porque, na verdade, o que me parece é uma metodologia da educação, fundamentada... Claro que são vários fatores que nos levam ao sucesso, mas eu acho que essa metodologia da prática da matemática é um fator determinante, porque estimula – pelo que eu senti – os alunos e torna a construção do conhecimento algo palpável, necessário na vida das crianças, na vida de todos.

A experiência do posto de gasolina e a experiência da feira mostram uma ciência com pé no chão, algo concreto que serve de imediato. Não é uma construção que vai servir para o futuro; é um conhecimento de uso imediato. O que vocês aprendem na pizzaria ou na feira é algo que faz parte da vida do cotidiano dos alunos e de todos nós.

Acho que essa é uma educação agradável, os alunos gostam. A professora repetiu aqui que os alunos gostam dessa metodologia. Comparo um pouco com a metodologia desenvolvida por Paulo Freire, que era fundamentada na necessidade do cotidiano, nas necessidades da vida.

Vivi uma experiência: fui alfabetizado com uma cartilha que tinha uma consoante e duas vogais. E eu acho que essa cartilha ajudava muito na alfabetização dos alunos. E tinha uma frase que os professores usavam muito, que talvez alguns aqui que sejam meus contemporâneos – se é que tem alguém aqui – conheçam. A frase era: Ivo viu a uva.

Sou da Amazônia. Nasci na margem do rio e vivi na margem do rio até os sete anos de idade. Aí é que fui para a cidade me alfabetizar. E tinha uma enorme dificuldade porque não tinha ideia do que fosse a uva. O Ivo era fácil de entender, mas a uva para mim era quase impossível imaginar o que seria. Era algo muito distante. Claro, terminei alfabetizado, senão não estaria aqui. Mesmo com a frase "Ivo viu a uva", terminei aprendendo a ler e a escrever. Mesmo com essa dificuldade que saltava da minha realidade, algumas palavras facilitavam a vida do professor. Na palavra "uva" há uma consoante entre duas vogais. Eu imagino, não sou professor, que deve facilitar enormemente a construção das palavras e até o reconhecimento das letras.

Mas cresci com isso, observando esse contraste na educação. E achava a escola de uma chatice infernal. Achava a escola muito chata. Houve uma época em que eu ia porque havia um estímulo muito grande da minha mãe. Quando ingressei na vida pública, e tive oportunidade, tentei mudar os currículos. Todas as vezes sentei para conversar, discutir e entramos em alguns ciclos de mudanças curriculares e até de Filosofia da educação. Não sou professor, tenho uma profissão que não tem... Eu tive. E chegamos a construir uma metodologia, uma filosofia que juntava a experiência dos alunos, o que os alunos traziam de casa, com o conhecimento universal, o conhecimento que deveria ser construído com eles, e também fundamentada no ambiente desses alunos. E fizemos uma experiência muito interessante em uma escola muito isolada na foz do Rio Amazonas.

Quando vocês olharem... Vocês são bons de Matemática. E de Geografia, como é que vocês andam? Também são bons de Geografia?

Está faltando um mapa para nos situarmos.

Na foz do Rio Amazonas, há um conjunto de ilhas, um arquipélago, onde fizemos a primeira experiência de construção desse método. Todo o material didático era recolhido da natureza. Não havia produtos da indústria, tudo era recolhido da natureza e o conhecimento era construído usando um pouco a feira, a pizzaria e, como lá não tem posto de gasolina, não tem nem carro... Imaginem, um arquipélago na foz do rio! Ainda bem que não chegou carro por lá. Essa metodologia terminou fazendo com que esses alunos tivessem um destaque muito grande e um aprendizado acelerado, porque estavam muito estimulados. Primeiro, eles passaram a ter orgulho de sua comunidade, porque desconheciam a história local, a cultura, e tudo isso foi incorporado nessa mudança curricular. Foi uma experiência de muito sucesso na época.

Por isso, eu e o Senador Vital do Rêgo tivemos esta ideia de trazê-los aqui. De meu lado, eu tinha curiosidade, e o Senador Vital do Rêgo, como representante da Paraíba, imaginou. Eu disse: "Vamos fazer!" Fizemos, vocês vieram aqui e a Profª Jonilda nos deu uma aula. Eu entendi. Não sei, porque o professor tem toda uma metodologia de construir, de juntar essas...

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Ela nos deu uma aula de amor e doação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe; Bloco/PSB – AP) – Como é Deputada?

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Foi uma aula de amor e doação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Amor, doação e criatividade. Percebi que vários fatores levaram ao sucesso.

Por isso, já que não temos mais ninguém que queira...

Senador Cícero Lucena, eu já ia encerrar. A professora também quer falar.

Professora Eliana, V. Sª tem a palavra.

A SRª ELIANA SANTANA DE ALMEIDA – Obrigada.

Bom dia a todos! Eu me emocionei com o discurso dos meninos, porque sabemos o quanto eles são esforçados, o quanto a Profª Jonilda é esforçada. Para nós, é uma honra estar aqui nesta solenidade. Só temos a agradecer a todos que fizeram com que chegássemos até aqui.

Sou uma educadora, sou uma professora nata, sou uma apaixonada e já vou parar por aqui, senão me emociono mais. De qualquer forma, quero agradecer e parabenizar a todos pela ideia. Agradeço também pela forma com que nos receberam. Aqui nós estamos sentindo-nos bem à vontade, apesar de estar um pouco emocionada. Mas isso faz parte, pois sabemos do sacrifício que fazemos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigada, professora. Isto é que vale à pena, a emoção das coisas boas da vida, como estamos presenciando nesta manhã.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, falei sobre a importância da Matemática na minha vida, comentei com a professora e agora vou tornar público.

Exatamente por conhecer um pouco mais de Matemática, no terceiro ano científico, à época tinha essa denominação, ensinei Matemática a Laura Emília, que é minha esposa há 34 anos, e ela me ensinou Português. Então, a Matemática me deu a mulher com quem hoje ainda sou casado.

Presidente, este é um fato histórico para nós, que estamos tendo a oportunidade de aprender, de nos emocionar, de viver esse instante. Parabenizo, mais uma vez, V. Exª e o Senador Vital do Rêgo. Vamos ter o DVD de toda esta reunião, que será encaminhado a cada aluno que aqui se encontra presente e disponibilizado para a escola. Então, faço uma pequena sugestão – dois já falaram – para que cada um tenha a oportunidade de dizer o seu nome para que fique guardado o registro para a sua história.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Excelente, Senador! Boa lembrança!

Então, vamos lá, vamos começar. Vamos começar ali pela minha direita.

Você pode usar o microfone.

A SRª DANIELLY MENDES DA SILVA – O meu nome é Danielly Mendes da Silva e tenho 13 anos.

Ganhei medalha de ouro nas Olimpíadas de 2012.

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DE SOUZA SOARES – Meu Nome é João Pedro Gonçalves de Souza Soares, tenho 12 anos e ganhei medalha de ouro, na Edição de 2012.

A SRª LAURA DE ALMEIDA GOMES – Meu nome é Laura de Almeida Gomes e tenho 12 anos. Quero agradecer pela oportunidade de estar aqui representando a nossa pequena cidade e quero agradecer à Jonilda por ter sempre nos ajudado em todo esse caminho.

Eu ganhei medalha de ouro no 7º ano, em 2012.

A SRª THAÍSSA COELHO FARIAS – Meu nome é Thaíssa Coelho Farias e tenho 12 anos. Eu também recebi Medalha de Ouro, na Edição 2012.

A Jonilda sabe que eu gosto de falar. Então, eu só quero agradecer aqui a todos vocês e a ela também, porque este ano eu tive o privilégio de me tornar aluna dela, o que eu não era antes. Recebi medalha de ouro em outro colégio. Então, realmente tive essa oportunidade e estou muito grata a ela e a todos vocês aqui que me deram essa oportunidade.

Obrigada.

A SRª MIRIAM LAURENTINO SILVA MEDEIROS – Meu nome é Miriam Laurentino Silva Medeiro, tenho 12 anos e ganhei Ouro na Obmep 2012.

Jonilda, no 6º ano eu fiz a Obmep e não tive sucesso. No 7º ano, eu queria, mas eu não me esforcei e eu sei que isso tem um preço. Não é só você querer; você tem que se esforçar para isso. E você fez com que eu me esforçasse. E com esse esforço, eu ganhei Ouro na Obmep e pretendo ganhar com você muitos outros nesses próximos anos e neste ano também. Eu só tenho que agradecer pelo que você faz por mim e por todos os seus outros alunos.

Obrigada.

A SRª HEWELINE LUCENA SANTOS – Meu nome é Heweline Lucena Santos, tenho 12 anos e ganhei medalha de prata na Obmep 2012.

O SR. IGOR ALMEIDA GOMES – O meu nome é Igor Almeida Gomes, tenho 11 anos e ganhei medalha de bronze, na Edição 2012.

O SR. MARIANO LUCENA LINHARES – O meu nome Mariano Lucena Linhares e ganhei medalha de bronze, na Edição 2012 da Obmep.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, a pedido dos Senadores, quero registrar a informação de que nós estamos apoiando o Anuário Brasileiro de Educação Básica. Esta Comissão está apoiando isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberiibe. Bloco/PSB – AP) – Pois não, Senador.

Submeto ao Plenário a solicitação do Senador Cícero Lucena, do Senador Cyro Miranda e Senadora Ana Amélia de apoio desta Comissão ao lançamento do Anuário Brasileiro da Educação Básica. (*Pausa.*)

Como todos os Senadores concordam, o requerimento está aprovado.

É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 19, de 2013 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, iniciativa do Movimento Todos pela Educação e da Editora Moderna, que reúne os principais indicadores educacionais de todo o país.

Autoria: Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia e Cícero Lucena.

E agora eu quero pedir a todos os Senadores que estão aqui presentes, a todas as Senadoras e aos jovens para fazermos uma fotografia.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta reunião, agradecendo...

A Secretaria está me passando um último comunicado antes do encerramento.

Comunico aos Srs. e Srªs Senadoras o recebimento de convite do Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de posse do Prof. Paulo Rogério Araújo Guimarães, no cargo de Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, a ser realizada no dia 16 de maio, quinta-feira, às 11h, na Sala de Atos, 9º andar do Edifício Sede do Ministério da Educação em Brasília.

Os Senadores que desejarem cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O comunicado vai ao Arquivo.

Muito obrigado.

Portanto, não havendo nada mais a tratar, eu agradeço por essa lição, Profª. Jonilda.

O que eu pude observar dos alunos que não é apenas uma professora, mas a Jonilda, uma amiga, uma companheira, uma pessoa que é admirada por vocês. Assim sendo, nós, daqui para frente, também seremos seus admiradores.

Muito obrigado.

Obrigado a todos que vieram contribuir. Profª Mônica, o Dr. Claudio Landim, enfim, todos os que participaram desta reunião.

Dou por encerrada a reunião. (*Palmas*.)

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Paulo Bauer,

Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e João Capiberibe, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 17/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Cyro Miranda, destinado a debater "**O Sistema Educacional Finlandês**". Como expositora, comparece à Audiência Pública a **Senhora Jaana Palojärvi, Diretora de Relações Internacionais do Ministério da Educação, Ciência e Cultura da Finlândia**. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Satu Mäki-Lassila, Conselheiro do Ministério da Educação, Ciência e Cultura da Finlândia; Senhor Jari Luoto, Embaixador da Finlândia no Brasil; Senhora Salla Sammalkivi, Conselheira da Embaixada da Finlândia, Senhora Raisa Ojala, Intérprete; Senhor Professor Agnaldo Menezes Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP e Senhor Professor Fernando Franco Ferreira, Presidente do Centro de Estudos de Atletismo. Finda a apresentação da expositora, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Inácio Arruda, Cícero Lucena e Cristovam Buarque. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Inácio Arruda, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Após as considerações finais da expositora, o Senhor Presidente Eventual, Senador Inácio Arruda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **INÁCIO ARRUDA**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo numero regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 17, de 2013, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater o Sistema Educacional Finlandês.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe a convidada para tomar assento à mesa, a Srª Jaana Palojärvi.

Por meio do Requerimento nº 17, de 2013, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem realizado, nos últimos anos, ações que possibilitam a troca de experiência e o conhecimento dos sistemas educacionais que são referências no mundo, como é o caso da Finlândia.

Reconhecida pela excelência do seu ensino e bem avaliada pelos organismos internacionais de educação, a Finlândia se destaca como um das nações de melhor desempenho estudantil e menor desigualdade entre suas escolas, entre outros notáveis avanços no seu sistema educacional.

Esses avanços devem-se em grande parte às reformas educacionais empreendidas na última década.

Neste momento, em meio aos debates e processos de deliberação do Plano Nacional de Educação, as reflexões sobre exemplos bem-sucedidos na educação podem agregar subsídios a melhor instrumentalizar este Colegiado para a discussão que vamos empreender sobre o futuro de nossa educação e, consequentemente, de nossas gerações.

Esse é o requerimento.

O Plano Nacional de Educação hoje está sendo votado na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse Plano de Educação Decenal, que estava na Câmara dos Deputados, foi encaminhado no início do ano para o Senado e vai ter tramitação em mais duas Comissões: Assuntos Econômicos, CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e é terminativo nesta Comissão, que vai julgar o mérito.

O Plano Decenal vai ser de uma importância muito grande para o País, porque nele estará contido o que nós imaginamos que seja a verdadeira revolução no ensino nacional.

Eu gostaria também de comunicar, registrar e agradecer a presença do Conselheiro do Ministério de Educação e Cultura da Finlândia Satu Mäki-Lassila; Jari Luoto, Embaixador da Finlândia no Brasil; Salla Sammalkivi, Conselheira da Embaixada da Finlândia; Raisa Ojala, intérprete.

Também informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro, que transmite para todas as assembleias legislativas e outras entidades.

Passo a palavra para a Diretora Executiva Jaana Palojärvi, para que, no tempo que for necessário, fazer as suas considerações e para, depois, termos um debate profícuo nesta manhã.

Agradeço também a presença da Senadora Maria do Carmo, que sempre nos prestigia em todas as nossas reuniões da Comissão de Educação e é sempre a primeira a chegar.

Seja sempre bem-vinda. Obrigado.

Senador Requião, gostaria muito de poder contar um instante com ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor poderia começar um pouquinho?

Com a palavra, a Diretora Jaana Palojärvi.

A SRª JAANA PALOJÄRVI (*Tradução com profissional habilitado*.) – Muito obrigada, distintos Senadores, Exmºs Senadores, eu estou muito honrada por ter esta oportunidade de falar com vocês, representando o nosso Ministro neste lindo prédio do Senado, sobre a educação na Finlândia.

Este assunto é muito importante, e nós gostaríamos de agradecer a vocês a interação com o nosso País.

Eu realmente espero que esta cooperação possa continuar entre Brasil e Finlândia no âmbito parlamentar, no futuro.

Gostaria de compartilhar com vocês uma pequena história do estado de bem-estar social finlandês e a séria confiança que temos, como uma nação pequena, na importância da educação e na importância de educar a nação inteira.

A base do nosso modelo de bem estar social foi criada quando nosso país ainda estava se recuperando dos horrores e perdas da Segunda Guerra mundial. A Finlândia era pobre, mas ansiosa para se reerguer uma base firme para o seu povo. Faltava dinheiro, mas estávamos enriquecidos por uma visão de um estado seguro e trabalhador.

Nosso forte compromisso com os direitos econômicos, sociais e culturais básicos, incluindo o direito à educação, está evidente em nossa constituição. Então, como resultado, a Finlândia foi um dos primeiros países a introduzir o salário-família. Agora, 70 anos depois, somos um país em que a segurança social é dada a todos, e os valores da equidade, da justiça social e da solidariedade formam o âmago do modelo.

A igualdade de gênero é uma norma em nosso país. Nós estabelecemos, nos anos 70, uma educação universal e gratuita. E, também nos anos 70, nós fizemos enormes mudanças no nosso sistema de educação. E a base dessa mudança, nos anos 70, foi garantir a igualdade e a equidade para todo o nosso povo.

Senadores, eu venho de um país muito pequeno, com poucos habitantes se comparado a este enorme país, a este vasto país coberto de grandes desafios, mas a única possibilidade para a Finlândia sobreviver no futuro é aproveitar todos os cérebros humanos que nós temos. Não temos quase nenhum recurso natural, mas temos 5,5 milhões de cérebros humanos, e esse potencial humano é muito importante para nós. Então, tem sido essencial garantir toda essa capacidade de recursos humanos que nós temos.

Assim, nos anos 70, nós criamos um novo modelo universal e gratuito de educação, livre de custos em todos os níveis, desde a educação básica até a universidade. Até hoje, as universidades da Finlândia não cobram; são gratuitas. E, na educação primária, embora tenhamos escolas particulares, estas não cobram da população da Finlândia. Nós acreditamos que a educação gratuita é um modelo a perseguir.

Não é uma questão de dinheiro. A Finlândia garante 6% do nosso PIB para a educação, e, num longo processo de compromisso com a educação, conseguimos construir um modelo que tem realmente funcionado com muita eficiência. Não demanda tantos recursos, mas realmente providencia qualidade para todas as crianças na sociedade.

Mas o nosso sistema enfrenta desafios hoje, como muitos outros sistemas. Primeiramente, as diferenças de renda. Embora a Finlândia, tradicionalmente, apresente taxas menores de desigualdade, a crise econômica tem nos afetado e, claro, isso acaba gerando problemas para os nossos jovens e crianças.

Para falar do problema de bem estar, precisamos de políticas integradas, o que demanda a igualdade. Por isso, nosso programa de dois anos garante o bem estar social e o bem estar como uma prioridade para ser levada em conta em qualquer política social que é construída – e é claro que isso inclui as políticas da educação.

Exmos Senadores, o nosso futuro é criado por meio da educação diariamente. O bem estar da sociedade da Finlândia, até agora, tem sido baseado em conhecimento e competência. Nós acreditamos ser essa a nossa redenção no futuro: a qualidade da nossa educação.

Srªs e Srs. Senadores, como eu comentei, em nosso sistema todos os estudantes têm o direito a uma boa educação gratuita. Nós acreditamos que o acesso à educação e o estudo continuado depois da educação integral não podem ser comprometidos devido à má qualidade da educação básica. Portanto, o corpo docente, em todas as instituições locais de educação, deve ser qualificado e competente.

Outro aspecto chave no sistema da Finlândia é que não existem ruas sem saída. Então, por qualquer caminho de educação que for escolhido é possível você garantir um nível superior de educação. Não existe um bloqueio. Por exemplo, se você escolher uma educação de nível secundário, técnico, é possível você, depois, entrar na educação superior na academia das universidades.

Bom, na Finlândia, a educação é muito valorizada e nós temos a sorte de trabalhar no campo da educação em um país que respeita e promove a educação. Educação de alta qualidade e bons governadores, que têm respeito pelos direitos humanos, garantem um Estado constitucional. No coração de qualquer política de educação, temos um plano de educação e desenvolvimento. Esta é a chave da Finlândia: nosso plano de desenvolvimento de educação em pesquisa.

Esse documento é adotado e refeito pelo governo a cada quatro anos e direciona a implementação dos objetivos da política de educação e pesquisa estabelecidos no programa do governo. O plano de desenvolvimento cobre todas as formas de educação, desde a infância até a idade adulta, assim como a pesquisa conduzida nas universidades e nas politécnicas. Atualmente, o foco está no combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão e na promoção do desenvolvimento econômico sustentável e no emprego em uma economia pública estável.

Caros membros Senadores, eu gostaria de continuar falando um pouco sobre o nosso sistema de educação básica.

A ideia de transformar o ensino para a vida inteira numa prática tem sido o elemento chave na nossa política. Como parte disso, nós criamos um sistema unificado de educação, começando com as creches. Isso cria as condições necessárias para um crescimento e desenvolvimento equilibrados para uma criança. Na Finlândia, nós temos nove anos de educação obrigatória. Começa com sete anos de idade. Todas as escolas seguem esse marco, um marco curricular. Mas o currículo final é construído nos municípios e finalizado em cada escola, em conjunto com o coordenador e os professores da escola.

A funcionalidade do sistema de educação da Finlândia é muito baseada na confiança. Todos confiamos nos professores para fazerem o seu trabalho, o município confia nos professores e nos coordenadores para garantir um alto nível de educação nas escolas e nós, no governo central, confiamos que os municípios também estão fazendo o seu papel na educação para desenvolver a educação e para seguir também as leis e as normativas montadas pelo governo central.

Nós não temos, como governo, escritórios regionais trabalhando com os negócios diários da educação. Então, os escritórios do governo central são muito soltos. Eles apoiam os municípios no trabalho que os municípios fazem, mas não resolvem as coisas. Nosso sistema de educação é flexível e está baseado no apoio aos atores. Então, nós acreditamos fortemente no apoio, não no controle. Então, nós não guiamos ou controlamos os municípios ou as escolas, nós os apoiamos.

Também o uso da pesquisa e dos descobrimentos é essencial para a educação. Nossa política de educação acessa o que nós conseguimos alcançar. Uma política de sucesso de educação garante...

Bom, nós começamos nos anos 70, há uns quarenta anos. Desde os anos 70, da década de 70, temos seguido esse marco, independentemente do governo. Nós tivemos governos esquerdistas e governos de direita, mas as decisões que foram tomadas há 40 anos foram seguidas independentemente do partido que assumiu o governo. Então, nós conseguimos uma estabilidade. E temos compromisso de longo prazo com essas decisões. Isso tem sido importante. Acho que temos muita sorte de, na Finlândia, haver esse compromisso de longo prazo.

Nós acreditamos que nosso sucesso pode ser demonstrado, por exemplo, no estudo do Pisa e em alguns diferentes estudos internacionais, o que tem feito com que as escolas integrais da Finlândia sejam bem conhecidas no mundo inteiro. O estudo internacional Pisa não mede apenas qualidade, mensura também a diferença entre os desempenhos das escolas e analisa a diferenciação de desempenho de aluno para aluno.

Como descrevi mais cedo, uma das bases do sistema de educação na Finlândia é a garantia de oportunidade igual para todos os alunos, independentemente do *background* desses alunos. Na prática, o que representa isso? Independentemente da escola em que a criança se alistar, a criança receberá a mesma oportunidade. Isso, provavelmente, pode parecer

idealista demais para vocês. Mas nós podemos medir essa política através da diferença, da variação do desempenho das crianças, dos alunos, individualmente, nas escolas.

Então, vamos falar da diferença de qualidade entre escolas na Finlândia. É isso que o Pisa mede. As escolas na Finlândia não têm apresentado grandes diferenças, estando elas numa área rural ou numa área urbana, na capital. Há áreas em que há escuridão por dois meses e que ficam cobertas por neve. Às vezes, as crianças, para chegarem à escola, percorrem de 30Km a 40Km. Mas, mesmo em condições tão precárias, as diferenças entre uma escola numa área urbana e uma escola numa área rural são muito pequenas.

É claro que não enfrentamos a desigualdade social que vocês enfrentam. A Finlândia é um país muito mais homogêneo. Mas o clima nos traz muitos desafios. As distâncias, por causa da neve, trazem muitos desafios, que devem ser trabalhados.

Como é de se perceber, estou repetindo muitas vezes a palavra "igualdade", porque isso é fundamental na nossa política de educação, porque é isso que rege a nossa política. Em minha opinião, este é um desafio que todos os políticos, todos os criadores de política enfrentam no mundo inteiro: não podemos trabalhar o suficiente para alcançar a igualdade.

Senhoras e senhores, bons ambientes são muito importantes para a aprendizagem. Bons métodos de ensino e ambientes de aprendizagem são essenciais para um aprendizado adequado. Atualmente, nossas escolas têm o desafio de encontrar métodos mais comunais na vida escolar.

A educação infantil é muito importante, pois os pilares são construídos para a vida futura. O ensino obrigatório cria a fundação para a continuidade dos estudos e uma postura positiva para aprender e também ajuda os jovens a participarem plenamente da construção da sociedade.

Nós conseguimos manter nossas crianças na escola através da educação básica. O nível de abandono é muito baixo: 99,7% chegam a receber seu diploma final, depois dos anos obrigatórios. Depois dos anos obrigatórios, na idade da juventude e da adolescência, os jovens tomam decisões muito importantes que vão afetar o resto de suas vidas. Nesse ponto, é claro, há o risco de abandono escolar, depois da obrigatoriedade.

Às vezes, diversas dificuldades de aprendizagem ou problemas sociais aumentam o risco de isolamento. A escola deve evitar o isolamento da sociedade. Nós vemos que a escola deve ajudar a criar cidadãos socialmente responsáveis, que se importam com os outros, que sejam membros ativos da sociedade. Portanto, a educação tem algo preciso para estimar: uma sociedade que respeite a humanidade, a democracia e a justiça social.

O sistema de nível superior finlandês consiste de dois setores complementares: as escolas politécnicas e as universidades. A missão das universidades é conduzir pesquisas científicas e fornecer instrução e pós-graduação baseada nelas. As escolas politécnicas treinam os profissionais em resposta às necessidades do mercado de trabalho e conduzem pesquisa e desenvolvimento que apoiam a instrução e promoção do desenvolvimento regional.

Também uma parte importante do apoio aos alunos é o Subsídio Monetário Estudantil, uma renda paga para cada aluno de nível superior pelo período de vários anos.

Bom, nós estamos vivendo um momento muito interessante na área de política para a educação superior na Finlândia. Nossa política ainda é muito fragmentada. Muitas universidades da Finlândia se juntaram para criar entidades mais fortes nos últimos anos. As escolas politécnicas também estão em reforma forte no momento. Na Finlândia, o sistema de escolas técnicas é razoavelmente novo. As primeiras começaram a trabalhar há uns vinte anos. E, no ano 2000, todas as escolas técnicas trabalhavam de forma permanente. Hoje, no momento, ainda estamos vivendo tempos interessantes. As escolas politécnicas também estão numa grande fase de reforma. Elas precisam melhorar a qualidade de impacto das suas operações. Então, estão numa reforma em prol disso. E também haverá uma reforma sobre as estruturas de ensino até 2015, com o objetivo de melhorar a entrada no ensino superior. Por exemplo, os candidatos de primeira vez terão melhores chances de serem admitidos. Na Finlândia, é cada vez mais importante acelerar a movimentação dos estudos para a vida profissional. Nossa população está envelhecendo rapidamente na Finlândia. E nós precisamos de uma força de trabalho muito forte, o que pressiona o sistema de educação para ser eficiente e para providenciar profissionais habilitados e que tenham as habilidades necessárias, o mais rápido possível, para entrarem no mercado de trabalho, porque a nossa população está envelhecendo.

Outro problema para a Finlândia, outra questão é que, para fazer funcionar esse sistema, precisamos de professores competentes. A profissão do professor tem sido e ainda é muito valorizada na Finlândia, e eles têm muita sorte. Eu seria muito feliz se eu levasse um pouco do crédito por isso. Mas eu não posso levar o crédito por isso. Isso faz parte da nossa história, é histórico. O professor é valorizado na Finlândia, como processo cultural histórico.

A Finlândia não tem problema de candidatos. O treinamento de professores finlandeses, o número de candidatos às vezes chega a oito ou dez vezes mais do que a necessidade. Então, nós podemos tirar um em cada dez aplicantes para ser um professor universitário, por exemplo. Então, nós conseguimos escolher os melhores alunos para serem os professores do futuro.

Uma pergunta que me é feita muitas vezes é: por que essa profissão de professores é tão popular na Finlândia? Eles certamente não recebem tão bem. Não recebem tão mal, mas recebem um salário médio em nível acadêmico. Bom, primeiro, um ponto forte é que eles são muito valorizados. Outro ponto forte do nosso sistema é o diploma de nível superior. Todos os professores na Finlândia têm que ter um mestrado, todos têm que ser mestres. Então, precisam ser mestres em Pedagogia; e os professores que vão ensinar a partir da 7ª série precisam ter um mestrado em sua área e mais um ano de estudo pedagógico.

Também temos boa qualificação para os professores e conhecimento sólido de matérias. Então, é uma mistura entre estudo teórico e prático, baseados na pesquisa.

Para concluir, os nossos professores são independentes, são profissionais acadêmicos independentes, são responsáveis até pelo próprio material de ensino. Eles são responsáveis por avaliar seus alunos. Eles são responsáveis por tomar parte na criação do currículo daquela escola. Eles fazem parte da criação do currículo.

Senhoras e senhores, para fechar o meu discurso, eu gostaria de parabenizá-los pelo magnífico programa Ciência sem Fronteiras. É uma ferramenta enorme para abrir as portas para o mundo. Para nós, é incrível ver quanto contato Brasil-Finlândia já existiu em todos os níveis: estudantes, pesquisadores, instituições e órgãos de financiamento de pesquisa. Diversas universidades finlandesas têm acordos de cooperação de longo prazo com contrapartes brasileiras. Dez entre 14 das nossas universidades e nove das 25 escolas politécnicas têm cooperação com contrapartes brasileiras. Nesse estágio, acho que podemos ficar muito satisfeitos.

No entanto, acho que ainda é importante apoiar ainda mais cooperações estratégicas e de longo prazo. Essa é uma das metas da nossa delegação. Temos uma grande delegação visitando o Brasil neste momento, uma comissão grande. Esta é uma das razões para a nossa delegação estar visitando o Brasil: queremos estabelecer bons contatos com o Brasil para as nossas instituições de ensino superior. E temos, na Finlândia, um interesse enorme sobre o Brasil no momento. Nós podemos ver em todos os níveis da educação, mas queremos trabalhar com o Brasil especialmente na educação superior.

Senhoras e senhores, o ambiente global em mudança está se tornando cada vez mais internacional. Hoje e ainda mais no futuro, precisaremos de jovens competentes, que sejam capazes de se comunicarem com especialistas de todo o mundo, que estabelecerão boas redes e que estarão dispostos a ver e ouvir outras perspectivas. Somente dessa forma poderemos ter certeza de que nosso mundo, de fato, tenha um futuro que podemos sonhar em deixar para nossos filhos.

Obrigada pela sua atenção. Estou à disposição para ouvir seus comentários e muito feliz para responder suas perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Jaana.

Nós acabamos de ter um relato do sonho brasileiro. É evidente que as dificuldades do Brasil são completamente diferentes das dificuldades da Finlândia. Vocês têm a neve como principal problema. E eu acredito que haja um programa de ensino em casa, ensino no lar, porque há épocas em que a locomoção é muito difícil. Em compensação, aqui, no Brasil, nós temos as diferenças sociais, um País continental, de mais de 8 milhões de metros quadrados. As nossas dificuldades, às vezes, a nossa preocupação é como transpor.

O que aqui nós ouvimos da Finlândia, que é um país que chama a atenção não só pelos bons resultados, mas por apresentar um modelo diferente do dos outros líderes do ranking – China e Coreia do Sul –, é que, no lugar de toneladas de exercícios e de um ritmo frenético de estudo, na Finlândia há pouco dever de casa, e a maior preocupação é com a qualidade dos professores e dos ambientes de aprendizado; não há avaliações periódicas padronizadas de alunos e docentes, que não recebem remuneração por desempenho; todo o sistema escolar é financiado pelo Estado. A Finlândia tem a melhor educação do mundo. Lá todas as crianças têm direito ao mesmo ensino, seja o filho do empresário, o filho do garçom ou o filho de qualquer classe social. Todas as escolas públicas estatais eficientes e profissionalizadas. Todos os professores são servidores públicos, ganham razoavelmente bem e são estimulados e reconhecidos. Nas escolas, há serviços de saúde alimentação, tudo gratuito.

Na Finlândia a Internet é um direito de todos. A Finlândia se destaca em tecnologia mais do que os Estados Unidos da América.

Na Finlândia, sim, se paga bastante imposto: 50% do PIB. O país dá um banho nos Estados Unidos da América em matéria de educação e de não corrupção.

Na Finlândia se incentiva a colaboração, e não a competição.

Difícil o Brasil chegar perto do modelo da Finlândia? Mas qual é o modelo que devemos perseguir?

Que possamos colher bons frutos com esta audiência de hoje.

Eu perguntaria a Srª Jaana, no ensino fundamental e no ensino médio dessas crianças, qual é a importância da parte vocacional antes de dirigir a criança para o seu ensino profissionalizante. Qual é o índice de mestrado nos estudantes graduados? Também em relação aos professores, eu gostaria de ter um comparativo: qual é a renda *per capta* da Finlândia e quanto percebe um professor na Finlândia nos seus diferentes níveis?

O SR. INÁCIO ARRUDA. (Bloco/PCdoB – CE) – Já está ficando sem fôlego com tantas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não. Ela está anotando aqui (*risos*.)

Nós aqui queremos hoje retirar um aprendizado das potencialidades que nós temos. Sabemos que na década de 70 a Finlândia fez uma revolução no ensino. Esta é a revolução que nós precisamos fazer aqui no Brasil.

Eu teria uma série de outras perguntas, mas tenho os meus colegas Senadores também com outra quantidade de perguntas. Então, eu deixo essas primeiras para que a senhora nos responda. Depois, passaria para o primeiro inscrito, o Senador Inácio Arruda, o Senador Cícero, o Senador Eduardo Amorim e a Senadora Maria do Carmo.

A SRª JAANA PALOJÄRVI (*Tradução por profissional habilitado.*) – Espero que tenha entendido tudo o que você falou e espero que tenha anotado.

Falando sobre a participação da educação nos níveis, temos, sim, na educação básica, 100% de todos os professores de todas as idades participando na educação.

Então, 100% da educação básica – começa com sete anos e dura nove anos a parte obrigatória – participam disso e 99,7% finalizam.

Antes disso, nós temos a educação infantil, primária, que começa praticamente depois da maternidade, quando a criança tem 11 meses, e a maioria das crianças estão no jardim, que não são escolas exatamente. É mais um apoio para o crescimento da criança. Nós não esperamos que as crianças sejam capazes de ler ou de escrever ante de 7 ou 8 anos de idade.

O último ano da educação primária, que começa com seis anos, não é obrigatória, é opcional. Porém, aproximadamente quase 100%, 98%, 99% das crianças participam desses anos pré-primários também.

Depois de 9 anos de educação básica obrigatória, com 15 anos de idade, as crianças têm 3 opções: elas podem continuar a educação secundária. Cinqüenta e dois por cento das crianças estão escolhendo a educação secundária de três anos. Quanto ao treinamento vocacional, 45% dos jovens e crianças estão escolhendo a educação de três anos, vocacional. E isso também conduz à educação superior

Então, depois da educação básica vocacional, pode-se continuar para as universidades ou escolas politécnicas.

Dois por cento dos jovens e crianças que não se deram tão bem na educação básica, que estão vendo que não estão conseguindo chegar a nenhum lugar porque as notas no certificado final não estão muito boas, podem ter o ano voluntário, como chamamos. Dois por cento dos jovens e crianças estão escolhendo essa opção para prepará-los melhor para as outras educações vocacionais ou as secundárias.

Nós estamos perdendo uma porcentagem pequena de crianças nesse nível. Alguns deles estão continuando um pouquinho mais tarde, outros não estão. Mas uma criança já é muito porque isso é caro para a sociedade quando estamos perdendo crianças nessa idade. Estamos muito preocupados com isso, estamos muito preocupados com os meninos jovens porque eles estão sendo problema. Como nós podemos atraí-los a continuar o caminho na educação?

Na educação superior, no momento, temos 1/3 dos jovens tendo uma graduação na educação superior. Hoje, no total, 2/3 dos jovens estão continuando na educação superior ou na politécnica ou nas universidades. A partir dos que continuam na educação superior, 60% estão indo para a politécnica e 40% estão indo para as universidades.

Então a renda *per capita* na Finlândia, eu acho que a minha colega tem um valor melhor, é de US$ 47.000. E o salário dos professores, em uma média acadêmica na Finlândia, comparando com outros países da União Européia, eles está dentro da média da União Europeia também. E o salário do professor de sala de aula começa nos professores de primeira à sexta série, os que ensinam todas as disciplinas. Esse salário inicial para um professor jovem é de €3 mil, e isso aumenta se você tem mais experiência, você recebe mais.

O Professores de disciplinas específicas recebem mais, eles recebem €3,4 mil no momento, e isso também vale para a educação secundária, e aumenta um pouquinho. Então, a média seria mais ou menos €3,6 mil ou €3,7 mil. Logicamente, os professores universitários ganham mais.

Eu não sei se respondi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Estou satisfeito sim.

Agradecendo-lhe, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, que é do glorioso Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós somos do Nordeste, é uma das áreas do País em que temos maiores deficiências ainda no sistema educacional. Mas especialmente no nosso Estado estamos vivendo uma situação distinta onde as crianças estão aprendendo mais e onde há um investimento muito grande por parte do governo local na educação, tanto na educação primária como na educação secundária e técnica juntas. E o Brasil também está vivendo situação mais favorável na área da educação. Acho que as escolas politécnicas brasileiras estão crescendo intensamente, construídas pelo Governo Federal. E os governos locais, estaduais, também são chamados a investir mais na formação técnica da sua população.

A senhora já nos respondeu quase tudo, nos deu informações técnicas muito interessantes a respeito da Finlândia. Mas o que eu queria examinar e queria que ficasse mais claro para nós o problema da carga horária de trabalho dos professores, porque no Brasil, infelizmente, os professores exatamente da educação primária, que é a mais, digamos assim, importante, têm que dar aula em três escolas e, às vezes, em locais muito distantes um do outro. Então, eles tomam seu dia correndo atrás das escolas e podem deixar de correr atrás dos alunos, porque estão correndo atrás das escolas para poder aumentar o seu salário.

Na Finlândia, o professor dá aula em apenas uma escola ou ele também dá aula em múltiplas escolas simultaneamente? Saber isso para nós é muito importante, porque estamos debatendo, neste ano, aqui na nossa Comissão, e vamos debater o Plano Nacional de Educação para um prazo de dez anos e todas essas questões estão no debate conosco.

Vejo que aqui também há o problema salarial dos professores na educação básica. Essa média de €3 mil... No Brasil, acho um piso salarial como esse de €3 mil já ajudaria a mantermos um professor em uma única escola e não em três ou mais escolas. Para nós é muito importante essa questão do professor.

A senhora enfatizou muito que o professor tem muitas responsabilidades, como a de avaliar o aluno, o currículo também é discutido no local, é discutido na municipalidade, na localidade. Então, o papel do professor é muito grande na Finlândia. Talvez, por isso, seja muito querida a profissão de professor. Então, para isso, esse problema da carga horária é fundamental.

Eu gostaria de saber como é a carga horária de trabalho dos professores, a jornada de trabalho dos professores na Finlândia, se em uma ou três escolas.

A SRª JAANA PALOJÄRVI (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigada. Essa é uma ótima pergunta.

Na Finlândia, depende se nós estamos falando de professores básicos ou de professores de assuntos direcionados. Se começarmos com esses professores que dão todas as aulas de todas as disciplinas, da primeira a sexta série, vou começar dizendo que, na Finlândia, um dos paradoxos do nosso sistema de educação é que os dias escolares são muito curtos, os mais curtos do mundo. Então, nós não somos tão ligados a horas e a quantidade de horas-aula ou de horas em sala de aula.

Nas escolas, para primeira e segunda série, são quatro horas por dia. São quatro horas na escola por dia, na primeira e segunda série. Depois, na nona série, mais ou menos, são de seis a sete horas por dia. É claro que as escolas...

As horas de aula para os professores seguem o mesmo ritmo. Então, no começo, os professores dão aula apenas em uma escola. Então, o dia deles é comprometido para estarem dando aulas. Eles dão mais ou menos quatro horas de aula por dia e depois eles têm uma carga horária para preparação da próxima aula do dia seguinte.

Eles são responsáveis por criar os testes, as provas. Nós não temos provas nacionais na educação básica. Então, o professor desenha, cria a prova dele, cria a avaliação dele de acordo como ele quer avaliar o aluno. Então, planejamento é uma coisa que leva tempo para eles.

Também, para trabalharem junto com os colegas, estamos enfatizando muito a educação especial, na Finlândia, na educação para remediar, para evitar *drop out* ou desistências. Então, o professor, na sala de aula, é o primeiro a indicar se o aluno está tendo problemas. E, se esse aluno está tendo problemas, esse professor deveria devotar um pouco do tempo pessoal dele, para trabalhar com seus colegas, para garantir que aquele aluno problemático esteja recebendo atenção. Então, o trabalho, a carga horária compreende o tempo de aula e o também o tempo de estudo.

Também, bom, as férias de verão são muito demoradas na Finlândia. Na Finlândia, existe uma piada de que é bom ser um professor em junho, julho e agosto, porque eles têm ótimas férias de verão. Antes, eram dois meses, mas agora são quase três meses de férias de verão, em que eles recebem salários completos e não têm responsabilidade nenhuma. Então, talvez isso seja um dos atrativos para os professores também. Mas também muitos dos professores participam de treinamentos voluntários, por exemplo, durante

as suas férias de verão. Então, isso é esperado deles, mas não é obrigatório.

Os professores de sala de aula sempre vão dar aulas apenas em uma escola, sempre vão trabalhar apenas com uma sala.

Agora, depois da 6ª série, os professores especializados em sua matéria talvez trabalhem mais do que em uma escola. Mas, por exemplo, geralmente, com matérias optativas, como Filosofia, Psicologia. Então, provavelmente, um professor de uma matéria como essa daria aula em várias escolas, diferentes aulas, como Filosofia, Psicologia, porque esse assunto não é obrigatório, é optativo, então os professores têm que dar aulas em mais escolas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só para completar a pergunta do Senador Inácio, eu perguntaria quantos alunos em sala de aula há na Finlândia, para fazermos uma comparação.

A SRª JAANA PALOJÄRVI *(Tradução por profissional habilitado.)* – – Bom, varia, mas a média não é muito boa. Usar médias não é muito bom, porque não nos dão uma boa ideia. Mas, em média, temos mais ou menos 18 alunos na educação básica, até a 6ª série. Depois, da 6ª à 9ª série, temos mais ou menos 24 alunos em sala de aula. Mas as salas de aula menores na Finlândia podem chegar a ter oito alunos. Essa é a sala de aula menor que há na Finlândia, no momento. E a maior sala de aula que nós temos na Finlândia... É claro que há escolas onde, talvez, nas áreas mais rurais, haja um ou dois alunos em certa faixa etária, então, talvez, numa sala de aula, haja alunos de diferentes faixas etárias, de diferentes aulas, também, nessas escolas muito pequenas. Talvez você tenha uma criança de 1ª série e de 3ª série no mesmo grupo, nessas escolas rurais. Mas nas escolas grandes, nos centros urbanos, às vezes, podemos chegar a 30 alunos. Trinta poderia ser um número muito comum de alunos.

Nosso governo atual tem se esforçado muito, está muito preocupado com o tamanho das salas de aula. Nós também descobrimos... Nossa pesquisa apresentou um programa para incentivar os Municípios que estão cuidando bem da educação. Então, por exemplo, nós fazemos incentivos aos Municípios, para que eles reduzam o tamanho da sala de aula. Então, nós oferecemos orçamento extra e bônus para os Municípios que reduzem o número de alunos. Nós queremos, no máximo, salas com trinta alunos. Mas é um desafio muito grande para os professores.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Eu gostaria de me inscrever para o próximo concurso de professor na Finlândia. *(Risos.)*

Com a palavra, o nosso Senador Cícero Lucena, também nordestino, da Paraíba.

Estiveram aqui, recentemente, com os melhores alunos das Olimpíadas de Matemática, jovens.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado.

Eu quero dizer da satisfação de tê-la aqui nesta Comissão, trazendo a experiência de que todos nós temos conhecimento. Sem dúvida nenhuma, pretendemos e temos o compromisso de aprimorar a educação do nosso País como um vetor, algo importante e fundamental para uma busca de uma melhor justiça social em nosso País.

Eu gostaria de dizer – e aí o Presidente Inácio Arruda já fez referência – que também aqui no Brasil é fundamental o trabalho, a dedicação e a vocação do professor para que nós possamos atingir a meta que desejamos na área da educação, a exemplo do que foi citado, de que uma professora, no interior do Estado da Paraíba, tem conseguido a cada ano elevar o índice na matéria Matemática, conquistando várias medalhas de ouro e de bronze para os alunos desse interior, com um modelo simples e dedicado que ela tem implantado naquela cidade da Paraíba.

Pois bem, eu tenho um projeto em que nós estabelecemos uma meta. O Prof. Cristovam vai ter oportunidade de falar depois de mim. Ele é a maior autoridade na área de educação em nosso País, por já ter sido Ministro, Governador, professor, reitor, e um apaixonado por essa área. Mas me permita transmitir um pouco das nossas preocupações.

Então, nós temos um projeto que estabelece...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – E pelo que sei também andou pela Finlândia.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com certeza. Não sei se aprendendo ou ensinando.

Mas eu tenho um projeto em que nós tratamos especificamente da questão do tempo integral nas nossas escolas ou educação de tempo integral, e eu gostaria de ouvir essa experiência na Finlândia: que carga horária tem e como é aplicada, porque aqui temos um sentimento de que precisamos ocupar parte desse tempo com a área pedagógica, mas também com atividades culturais, atividades esportivas, e, consequentemente, manter os nossos alunos estimulados para que se mantenham nas escolas.

Então, gostaria de ouvir um pouco mais sobre a experiência da Finlândia nessa questão de manter os alunos nas escolas. Ainda temos, como já foi respondido, a preocupação com a valorização do professor no sentido de que os professores têm níveis superiores, têm mestrado e, em determinado nível, passa até por

doutorados, que é algo que nós consideramos importante e fundamental.

Para a senhora ter ideia, eu fui Prefeito, há cerca de dez anos, da capital do meu Estado e, naquela oportunidade, cerca de 50% dos professores das crianças não tinha nível superior. Foi, inclusive, um projeto nosso, um esforço nosso, em parceria com as universidades, para que déssemos a chance de treinar e qualificar esses professores da melhor forma possível, que é exatamente transformando-os em pessoas formadas, com nível superior, o que, consequentemente, traria melhor qualificação e melhores ensinamentos.

Então, gostaríamos de ter, também, a informação que já tivemos em termos de salários, em termos de dedicação praticamente exclusiva em uma escola. A senhora já respondeu ao Senador Inácio, mas nós gostaríamos de conhecer um pouco mais sobre essa questão. Por exemplo, ao fazer avaliação, os prêmios que são dados à escola e aos professores, inclusive, pelo que entendi na explanação, parte desses prêmios são prêmios financeiros. Qual o critério de avaliação disso?

Nós aqui estamos também em outro projeto querendo avançar para que a tecnologia seja um instrumento fundamental da educação. E há um projeto nosso, também em andamento nesta Casa, estabelecendo um prazo para que equipamentos semelhantes aos *tablets* possam ser a ferramenta de trabalho ou de aprendizado dos nossos alunos, obviamente com os conteúdos que possam ser transmitidos e praticados através desse equipamento.

Então, em linhas gerais, eram essas as minhas colocações, mais uma vez, parabenizando pela referência que vocês são em nível internacional. Há outro item que, me permita, Presidente, só para fechar...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – ...é quanto ao orçamento. Como é dividido o orçamento da educação? Quando toca no Município, qual o percentual que o orçamento municipal de educação representa no orçamento municipal. E o governo central? Quanto do orçamento do governo central vai para a educação?.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A senhora tem a palavra.

A SRª JAANA PALOJÄRVI *(Tradução por profissional habilitado.)* –Sim, obrigada. Gostaria de parabenizá-los pelo trabalho incrível que têm feito. Eu acho que você usou a palavra correta: dedicação. Dedicação é uma palavra muito importante para nós na Finlândia. É uma força motriz para nós na Finlândia em tantos campos da educação. Realmente, depende dos professores e dos administradores. Se os professores não são dedicados ao seu trabalho, então, está nos faltando um ingrediente muito importante.

Bom, vamos falar acerca dessa questão dos dias completos na escola, da carga horária completa. Bom, na Finlândia nós temos um sistema onde nós dividimos o dia escolar. Então, nós temos o dia escolar em que as aulas são dadas. Isso é muito curto, nossas horas escolares são poucas, mas, em todas as escolas, existem atividades à tarde, das quais a criança participa ou não. Não é obrigatório; é optativo. Temos atividades à tarde, que não são gerenciadas pela escola. Geralmente, são coordenadas por uma ONG ou pela igreja ou por algum outro parceiro dentro da escola. Nós temos um grande número de atividades à tarde que são coordenadas por alguns serviços municipais – por exemplo, nos parques, nos playgrounds, nas praças. São atividades comunitárias que as crianças podem freqüentar. E muitas crianças estão frequentando, passando suas tardes nessas atividades, principalmente as crianças menores, mais jovens.

Talvez aqui tenhamos uma diferença de cultura. Meus colegas da Finlândia que moram aqui no Brasil me dizem... As crianças na Finlândia são muito independentes. Essa é nossa cultura. Essa é uma diferença muito grande. E também o ambiente que as cercam, onde elas vivem, porque a Finlândia é um país muito seguro. Então, nossas crianças vão sozinhas para a escola, com segurança, independentes. Nós não as levamos de carro para a escola. Imagina! Elas podem brincar lá fora com liberdade. Nós encorajamos as crianças a serem independentes muito jovens. Confiamos que elas vão encontrar seu caminho, à tarde também. Então, não fazemos um esforço tão grande. Eu entendo vocês, porque a sociedade aqui é tão diferente. Atividades obrigatórias, nós não estamos tão preocupados com a obrigatoriedade das atividades à tarde.

Também temos que pensar que o município é ativo. Então, nós temos uma cooperação intersetorial. Os municípios oferecem muitas atividades de esporte, muitas possibilidades culturais, muitas atividades culturais para os jovens. Essas atividades não são fornecidas pela escola. São oferecidas pelo município em si, atividades municipais.

O nível de abandono e como mantemos as crianças interessadas no nosso sistema escolar. Nós temos esse apoio individual, que damos a cada aluno, e tentamos reagir o mais rápido possível. Se observarmos problemas sociais, comportamentais ou problemas de família, tentamos intervir o mais rápido possível.

Também é importante compreender a sociedade na Finlândia. Para nós é muito importante que todos os setores municipais tenham que trabalhar com a mes-

ma meta. Por exemplo, toda criança vai para uma escola próxima. Os pais preferem levar as crianças para uma escola próxima em vez de verem quais escolas estão competindo. Os pais estão convencidos de que a criança recebe qualidade de ensino na escola próxima. Então, não há uma competição para saber qual escola oferece melhor qualidade.

Na Finlândia, temos uma questão domiciliar de residências. Por exemplo, na capital da Finlândia – venho da capital –, vivo numa casa linda, numa área linda, mas também, na mesma área, temos um bloco de apartamentos bem pequenos, que são dados pelo Município para questões sociais. Então, temos residências mescladas. Isso garante que, nas escolas, os alunos também são misturados socialmente. Não existe uma divisão social. Eu tenho duas filhas, por exemplo. Na mesma sala de aula das minhas filhas também havia filhos de mães solteiras, que estão vivendo com benefícios sociais, filhos de pessoas de pessoas desempregadas. Então, as crianças da Finlândia estão observando as possibilidades sociais. Isso também as ajuda a serem mais comunitárias, porque não são escolas onde só há crianças excluídas socialmente, como eu vejo no Brasil, onde há essa diferença enorme entre os alunos das escolas.

Talvez isso seja mais possível em vilarejos menores, em cidades menores. Não estou fingindo que isso seja uma solução para cidades grandes, mas isso é uma coisa que afeta, sim, socialmente as crianças.

Como funciona o nosso sistema de benefícios para as escolas depois da avaliação? Como eu disse, não temos avaliações nacionais, não temos provas nacionais. Só depois do ensino médio, temos a primeira avaliação nacional. Então, na educação básica, como temos feito as avaliações para as escolas? As escolas são selecionadas de forma aleatória, e testamos a escola em alguns assuntos.

Geralmente, isso cobre, mais ou menos, de 6% a 7% dos alunos. Então, acabamos recebendo um *feedback* simplesmente para a avaliação, para ter uma ideia do que está ocorrendo. Então, a nossa avaliação é feita de forma aleatória.

Mas elas não são publicadas. As avaliações não são publicadas. Nós damos o resultado para a escola individualmente. Então, como dissemos, confiança é uma palavra muito importante na Finlândia. Nós acreditamos que as escolas fazem autoavaliações, autocorreções; que elas se corrigem, se necessário.

Então, seguindo a mesma lógica, nós também não recompensamos, não damos bônus às boas escolas, porque queremos que a boa *performance* seja escondida, seja... Eu sei que isso parece estranho para vocês, talvez. É um paradoxo na nossa educação. Estamos fazendo bem, estamos indo bem, mas não queremos dar bônus para as escolas que fazem bem.

O que queremos encorajar é a igualdade. Não queremos dar estrelinhas de bom comportamento. Queremos que todos se comportem bem. Então, não trabalhamos com o sistema de recompensa diretamente, mas o que temos feito é dar orçamento e finanças para o município que tem implementado políticas de igualdade na educação.

Então, só damos orçamento extra para municípios que são comprometidos com certas políticas educacionais. Por exemplo, para municípios que querem fazer um esforço para reduzir o tamanho da sala de aula, a quantidade de alunos em sala de aula, damos um esforço financeiro extra.

O que quero deixar claro aqui é que o sistema de educação na Finlândia não está baseado na competição, na concorrência. Queremos igualdade. Queremos todos num nível alto, mas sem competição, sem um espírito que é muito comum nos Estados Unidos, por exemplo. Nos Estados Unidos, trabalha-se muito com o sistema de recompensa. Nós não trabalhamos com isso. Não faz parte da nossa cultura, não queremos encorajar a competição.

Sobre orçamento da educação, por exemplo, sobre a quantidade, a porcentagem do orçamento, primeiramente, os municípios estão atendendo até 60% do orçamento de educação. Na educação superior... Vamos explicar. Isso é complicado, vamos com calma.

Na educação básica e na educação secundária, os municípios carregam 60% da responsabilidade dos custos da educação, e o governo subsidia os outros 40%. Existe uma variação, mas isso seria uma média. Se há um município com muitos imigrantes, com muitos alunos que precisam de atenção especial, o governo talvez forneça mais orçamento.

Mas a educação superior é completamente financiada pelo governo central. As universidades são responsabilidade do orçamento do governo. E a maioria das escolas politécnicas, também.

Então, é muito complexo. É um sistema complexo de compreender, porque não existe um padrão, não é padronizado. Os métodos...

Bem, 6,6 bilhões do orçamento do governo vão para isso – então, mais ou menos, 4%. Poderíamos usar uma relação de 4% do Estado. Quatro por cento do orçamento do Estado é direcionado para a educação. Isso também inclui algumas organizações de pesquisa. Então, eu diria, 3% para a educação como uma rede, e o outro 1% vai para instituições de pesquisa.

Tenho um eslaide com os números exatos. Satu, aqui, há os números exatos. Talvez ela possa trazer isso para vocês também.

Bem, acho que mais ou menos isso dá uma ideia geral.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vamos ouvir aqui o nosso Professor Cristovam Buarque, que já foi devidamente apresentado. Foi nosso Governador do Distrito Federal, Ministro da Educação, Reitor da Universidade de Brasília e, mais que isso, esteve na Finlândia, o que é muito importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Duas vezes.

Srª Ministra, eu dizia que é um grande prazer tê-la aqui, por tudo que a Finlândia hoje no mundo como exemplo de sucesso na educação.

Eu teria diversas perguntas a fazer do ponto de vista da sala de aula, do uso das técnicas e tecnologias de informação como instrumento pedagógico, mas eu vou me limitar a uma pergunta bem rápida e a outra talvez um pouco mais longa, ambas políticas.

A bem rápida é para saber se o seu ministério cuida também da área de ciência, tecnologia e universidades ou se o ministério da educação e cultura se concentra mais na educação de base. Agora, a mais longa, e que é uma curiosidade que eu tenho sobre a qual eu queria ouvir a sua opinião, diz respeito a duas coisas: quando foi e como foi que a Finlândia decidiu usar sua vontade nacional para fazer uma revolução na educação? Eu creio que até os anos 60 não havia diferença entre a educação da Finlândia e a de outros países ou talvez até a Finlândia estivesse atrás de países como Inglaterra e França, para não falar de Canadá e Estados Unidos. O que provocou esse despertar, que, no Brasil, nós tivemos para a indústria nos anos 50 e ainda não tivemos para a educação?

Segundo, como foi isso? Foi um partido que chegou ao poder e decidiu fazer isso? Foi algum grande líder nacional que tentou fazer isso? Foi um acordo nacional, como na Irlanda, no Castelo de Cork, quando sindicatos, partidos e políticos se reuniram para decidir em que investir nos anos seguintes?

Então, primeiro, é isto: é uma lembrança da história do ponto de inflexão que aconteceu na Finlândia. E o segundo é: tomada essa decisão política, quais foram as medidas que levaram a que o quadro educacional finlandês se transformasse ao longo de algumas décadas?

Então, resumindo, são duas perguntas: o lado político, que uniu a vontade nacional pela educação, definiu como prioridade a educação e, segundo, o lado técnico, o que foi feito, quais as medidas principais para que essa mudança de rumo acontecesse na educação finlandesa.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Quero registrar, antes da resposta, que está presente conosco nossa Vice-Presidente da Comissão de Educação, Senadora Ana Amélia, e que a senhora não estranhe, porque aqui os Senadores têm múltiplas jornadas, simultâneas. Então, nós estamos simultaneamente – eu, o Senador Cristovam, a Senadora Ana Amélia e o Senador Cyro Miranda, que acabou de sair da Presidência – acompanhando uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, outros estão na Comissão de Meio Ambiente e ainda está funcionando a Comissão de Assuntos Sociais, simultaneamente as quatro comissões estão reunidas e muitos Senadores delas participam como titulares ou como suplentes.

Intervenho também, não para fazer uma pergunta, porque estou muito satisfeito com as perguntas do Senador Cristovam, mas apenas para dar uma informação: nós vivemos uma época em que a educação no Brasil era restrita, muito restrita, para poucos, mas nós íamos para a aula sem os pais, sem carro, nós íamos a pé. Eu me lembro que minha primeira escola – eu já tinha oito anos de idade quando fui para a primeira escola – ficava a pouco mais de um quilômetro de distância, e nós íamos numa verdadeira festa, aquela criançada toda ia e voltava para a escola numa festa, numa alegria muito grande. Hoje essa realidade mudou completamente, infelizmente, no Brasil. Há muita insegurança e os pais querem levar pela mão o seu filho, querem colocá-lo dentro da escola e depois querem buscá-lo dentro da escola porque têm muito receio de seus filhos ficarem na rua. Quer dizer, a rua, que deveria ser um local prazeroso para todos, virou, no Brasil, um local mais ou menos perigoso, digamos assim.

Passo-lhe a palavra.

A SRª JAANA PALOJÄRVI *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito obrigada pela pergunta excelente. É muito bom ver alguém que visitou a Finlândia e conseguiu refletir sobre esse sistema também.

Vou começar com a pergunta mais técnica, a pergunta mais curta. Você perguntou qual é a função do Ministério. Na educação, o nosso Ministério é responsável por todos os níveis de educação, começando... No início deste ano, nós nos responsabilizamos também pela educação primária, que, antigamente, fazia parte do Ministério de Assuntos Sociais, mas, desde este ano, estamos responsáveis por toda a educação – vocacional, treinamento, politécnica, básica, ensino médio e universidades – e toda pesquisa científica na Finlândia também, ou seja, a pesquisa que é conduzida nas universidades ou em escolas politécnicas ou na Academia da Finlândia. E também somos responsáveis pela educação básica.

Na pesquisa, temos a divisão de trabalho com o Ministério de Economia e Emprego. Eles são responsáveis pelo que nós chamamos de pesquisa aplicada,

a pesquisa mais da área de comércio e de negócios. Então, a pesquisa acadêmica, das universidades, é do nosso Ministério, e o que é mais comercial é do outro Ministério. Mas nós somos responsáveis por todos os níveis de educação e, como Ministério, também somos responsáveis por cultura, assuntos de juventude e esporte, o que faz o nosso portfólio muito amplo. Mas acho que é muito útil que tenhamos políticas de jovens também em mãos. Isso nos dá mais ferramentas para podermos responder às necessidades da juventude.

Agora, a pergunta sobre o que foi o momento histórico da transição na Finlândia. É fácil dizer que foi nos anos 70 ou final dos anos 60, em que as decisões foram feitas para reformar o sistema educacional da Finlândia como um todo. Antes disso, tínhamos um sistema duplo: um que era gratuito e não dava muitas oportunidades para a continuação da educação até o nível superior; e o outro que não era livre, não era gratuito – você podia ir a escolas privadas e também a escolas públicas, mas havia uma cobrança, você tinha que pagar –, e essa era a única forma para se conseguir chegar à universidade ou a estudos acadêmicos.

Antes de falar um pouco sobre os anos 70... Serei breve. Eu diria que é uma resposta simples dizer que tudo aconteceu nos anos 70, mas, quando estamos falando sobre educação e o significado da educação na sociedade da Finlândia, acho que temos que voltar, talvez, até cem anos, para um momento, no século XIX, quando ainda fazíamos parte do Império Russo. Tínhamos sonhos de independência, naquela época. Tínhamos sonhos de criar uma cultura finlandesa e tínhamos sonhos de que a linguagem da Finlândia podia ser a língua oficial, o idioma oficial do país. E, quando fazíamos parte do Império Russo, também éramos parte da Suécia, antes disso. Então, a administração da Finlândia, todas as pessoas rurais falavam a mesma coisa... Então, havia parte da população que falava sueco, outra parte que falava russo, mas tínhamos um sonho de ser independentes, de criarmos uma cultura finlandesa.

E, como aconteceu em muitos outros países, sempre que há insatisfação com o povo, eles acabam tendo uma revolução. Não no caso da Finlândia propriamente. A mudança aconteceu, mas as pessoas chaves eram professores, nas pequenas cidades, que ensinavam a população a ler e a escrever em uma idade muito nova. Eles espalharam esse sonho e tentaram trazer a mudança através da educação. E isso, provavelmente, é a razão por que a educação é tão valorizada na sociedade finlandesa.

Voltando aos anos 70. É claro, a Finlândia não estava indo muito bem nos anos 60 e 70, depois da Segunda Guerra Mundial. A Finlândia era um dos países mais pobres na Europa.

Começamos a oferecer, nos anos 50, alimentação grátis, mais comida para os alunos. A razão não era uma ideia de igualdade sofisticada social. Mas as pessoas estavam com fome, eram pobres mesmo. Então, as primeiras escolas não tinham esse luxo, mas essa ideia cresceu nos anos 60. A economia estava lentamente melhorando, mas ainda éramos um país pobre e ainda estávamos avaliando quais são as forças da Finlândia.

Temos algumas florestas, mas isso não é suficiente. O que tínhamos de melhor era capacidade humana, o cérebro humano. E tínhamos um debate político nos anos 70. Isso aconteceu mais com os democratas sociais e com a parte da esquerda. E eles protestaram muito – naquela época, havia muito debate – com a oposição dizendo que a reforma acabaria, estragaria o sistema de educação finlandês, seria impossível ter esse tipo de mudança e seria muito caro, seria impossível e não se chegaria a lugar nenhum.

Mas a política finlandense – há algumas características na sociedade finlandense – é muito chata. Sei que não deveria estar falando isso, mas é verdade; então, uma vez que conseguimos chegar a esse consenso, depois de um grande debate, tentamos implementar. Depois que a decisão foi tomada, todos os partidos à direita também se comprometeram com isso. Então, uma vez que a reforma acontece, por razões mais práticas, faz mais sentido continuar a conduzir isso no caminho que escolhemos. Isso é basicamente a história de como fizemos isso.

Nos anos 90, fizemos algumas mudanças no sistema também. O mais importante era que o governo decidiu que mais descentralização era necessário. Não tínhamos fiscalização das escolas por mais de 20 anos, na Finlândia.

Acabamos com esse sistema nos anos 90, demos mais autonomia aos municípios e às escolas; decidimos não ter nenhuma pré-fiscalização do material de estudo, do material didático, e isso estava no poder dos professores e dos municípios, então o governo fez algumas decisões difíceis de dar mais confiança para os municípios. Isso não foi fácil! Mas isso seria mais os destaques de todo o processo.

A pergunta que você fez é que, nos últimos anos, temos reformado o nosso sistema de educação superior. Descrevi isso brevemente na minha fala. Agora preciso dizer que acho que esqueci a segunda pergunta. Poderia repetir?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Na verdade, foram apenas duas; mas, a segunda, em duas partes.

A primeira parte é esse histórico que a senhora deu do que aconteceu politicamente. E a outra: tomada a decisão, quais foram as primeiras ações que a Finlândia tomou? Foi valorizar a carreira do professor? Foi construir escolas? Foi aumentar o tempo das crianças na escola? Quais foram os pilares administrativos da decisão política.

A SRª JAANA PALOJARVI *(Tradução por profissional habilitado.)* – – Acho que uma mudança principal é que começamos com a mudança do currículo. Começamos a mudar a estrutura da educação quando fechamos as escolas antigas, tradicionais. Claro, deixamos os prédios, mas o contexto da educação mudamos completamente, o currículo também mudou completamente, toda a estrutura da educação foi mudada também, e isso – a estrutura e o currículo –, na verdade, foi feito simultaneamente. E, claro, o treinamento para os professores também estava sempre mudando com o tempo. E a mudança foi implementada gradualmente: começou no norte e demorou oito, nove anos, para ter todas as escolas na Finlândia, funcionando dessa forma nova nos anos 70. E depois, quando mudamos o treinamento de professores, começamos a mudar o treinamento vocacional também, paralelamente, com o passar dos anos.

Então, a mudança não aconteceu imediatamente, foi gradual. Mas tínhamos que fazer algumas correções durante os anos, então o sistema mudou um pouquinho, e nós procuramos a forma correta de conduzir as nossas ações. Mas posso dizer que começamos com o currículo, com a estrutura, e depois disso o treinamento dos professores seguiu rapidamente.

Eu acho que essa é basicamente a resposta. A administração também mudou o seu papel, e a delegação também aconteceu 15 anos depois da reforma principal. Então, nós vimos que o controle do Governo já bastava, então depois de 15 anos nós vimos que podíamos abrir mão um pouquinho disso e chegamos ao ponto em que já criamos um pouquinho de confiança dentro desse sistema. Espero que tenha respondido à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Há uma vinculação do orçamento da localidade, do Município? Há uma vinculação, um percentual do orçamento municipal vinculado à educação, diretamente?

A SRª JAANA PALOJÄRVI *(Tradução por profissional habilitado.)* –Cada Município é responsável pelo seu próprio orçamento, então isso depende do Município. Quando nós estamos financiando os Municípios, nós demos um valor para o Município e, uma vez que nós confiamos que eles estão usando isso para a educação propriamente, o sistema é um pouquinho solto nesse sentido. E, mais uma vez, não há um valor padronizado que eu possa te dizer, porque isso é completamente do poder do Município, como eles vão alocar os recursos que eles recebem. Eu só consigo falar dos resultados e de recursos médios, mas alguns municípios estão investindo mais na estrutura e renovação da infraestrutura das escolas municipais. Eles estão investindo. Nós não temos uma lei do governo que diz quanto o município deve gastar. Há algumas ações que o município tem que implementar, mas nós estamos falando mais sobre se o ensino está sendo conduzido em prédios velhos ou mais novos. Isso o município decide. Isso também se aplica a material de estudo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Quero registrar a presença, entre nós, do Sr. Agnaldo Menezes Dantas, da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), e também do Prof. Fernando Franco Ferreira, presidente do Centro de Estudos de Atletismo. Agradeço a presença, por acompanharem nossa audiência pública.

Resumidamente, considero muito importante a visita que nós recebemos da delegação da Finlândia. Quero agradecê-las e agradecê-los. Talvez a gente pudesse fazer um resumo do resumo. Primeiro, a independência de uma nação é muito importante no processo de formação educacional, ou o contrário: para ter independência, você precisa ter uma grande qualidade na formação do seu povo, investir na formação. E os professores, digamos assim, foram a base da independência da Finlândia, afinal. Segundo, a perseverança no caminho da igualdade, da busca de igualdade. Fortalecendo esse caminho, oferecendo a todos essa oportunidade, você tem a oportunidade de ter uma educação de alta qualidade. Vamos insistir nisso.

O governo finlandês tem buscado investir pesadamente em que as pessoas cheguem à escola. Elas terão essa oportunidade. As escolas não estão em um processo de competição entre si, mas sim na busca da qualidade, de aumentar a sua qualidade. Acho que esse é um exemplo, um excelente caminho que nós deveríamos buscar. Normalmente, quando se discute igualdade entre nós, muitos identificam a igualdade com dificuldades na qualidade. Nós iríamos perder qualidade: estamos oferecendo oportunidades para todos, então a qualidade vai cair. E a Finlândia está dando a lição de que buscar o caminho da igualdade fortalece a qualidade e fortalece a soberania da sua nação.

Então eu gostaria de agradecer a presença da delegação, da diretora Jaana Palojärvi, Diretora de Relações Internacionais do Ministério da Educação, Ciência e Cultura da Finlândia e toda a sua delegação aqui presente.

E convoco para amanhã, audiência publica, às 10 horas, na nossa sala da Comissão de Educação.

Eu gostaria de agradecer imensamente, e lhe concedo a palavra para as despedidas da nossa Comissão. Por favor.

A SRª JAANA PALOJÄRVI *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito obrigada, tem sido uma honra para todos nós da Finlândia estar aqui hoje. Nós estamos honrados, ao estar aqui e falar com vocês, vendo como os desafios que vocês têm são extremamente difíceis num País tão grande, com tantas variedades e culturas diferentes e condições locais variadas e também com tantos desafios sociais que vocês estão enfrentando no País. Eu sei.

Podemos contar sobre a história da Finlândia, como nós conseguimos fazer no nosso país pequeno do norte, mas educação é um sistema muito conectado à história e à cultura de cada país. E nós sabemos que, se um país quer criar uma história bem-sucedida na educação, é necessário que crie um sistema que caiba bem nas condições históricas e sociais. Então, a educação não pode ser transferida de um país para o outro. Nós sabemos disso. Mas um exemplo lindo também que todos nós nesta sala estamos vendo é que a educação é um aspecto chave para tantos outros aspectos que ajuda o nosso país florescer.

Eu acredito que isso é uma coisa que todos temos que respeitar. E como eu disse, estamos todos honrados de estar aqui, e eu pessoalmente estou muito feliz de poder ter esse diálogo com vocês e ter essa discussão com todos aqui presentes, porque estamos aqui para aprender.

Nós da Finlândia estamos sempre prontos para aprender, por isso que nós estamos aqui no momento também. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito obrigado

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, João Alberto Souza, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 4/2013-CE, de autoria do Senhor Senador João Capiberibe, destinado a "**Instruir o Projeto de Lei do Senado n° 189 de 2012, que 'Estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles', de autoria do Senador Cristovam Buarque**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Clélia Brandão, Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI/MEC; Senhor Professor Célio Cunha, Especialista em Educação e Consultor; Senhor Antonio Oneildo Ferreira, Diretor Tesoureiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e Senhor Cândido Gomes, Integrante do Grupo Justiça pela Qualidade na Educação, do Movimento Todos Pela Educação**. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, passa a presidência dos trabalhos ao Senador João Capiberibe, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação da expositora, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador João Capiberibe, autor do Requerimento, e o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do projeto. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Capiberibe, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **JOÃO CAPIBERIBE**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está provada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 4, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria do Senador João Capiberibe, para a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecem às escolas de seus filhos para o acompanhamento do desempenho deles.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados, para tomarem assento à mesa.

São convidados para esta audiência pública a Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC), Profª Clélia Brandão; o Especialista em Educação e Consultor Prof. Célio Cunha; o Presidente da Comissão Nacional de Educação Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eid Badr; o integrante do Grupo Assessor – Justiça Pela Qualidade na Educação Movimento Todos Pela Educação, Prof. Cândido Gomes.

Todos estão convidados. Estão aqui as indicações.

O representante da OAB teve um problema de saúde e foi substituído pelo Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da OAB, Antonio Oneildo Ferreira. Agradeço à assessoria.

Eu queria agradecer a presença do Senador João Capiberibe, que é o autor do requerimento.

Esse é um tema de grande abrangência, mas a Casa, como sabem todos os senhores, pela experiência que têm aqui, convive com o dilema do tempo e da divisão de responsabilidades em muitas Comissões. Eu mesma, aqui, estou presidindo esta Comissão a pedido do nosso Presidente Cyro Miranda. Eu sou Vice-Presidente. Ali, na Comissão de Assuntos Sociais, está havendo outro debate.

Eu queria pedir à assessoria que fechasse a porta, para evitar a perturbação do barulho, especialmente quando os expositores estiverem falando.

Eu gostaria de contar com o apoio dos senhores expositores, dando-lhes um tempo de dez minutos, prorrogáveis, apenas se necessário, para tratarmos do tema.

Passo a palavra à Drª Clélia Brandão.

Se a senhora preferir não falar agora, passamos para o Prof. Célio Cunha, se for o seu desejo.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – O Prof. Célio é meu professor, então eu vou perguntar se ele quer fazer essa fala primeiro. Se não, eu cumpro o cerimonial, sem nenhum problema.

Agradeço o convite ao Ministério da Educação. É um tema extremamente importante. A gente acompanhou esse debate junto aos Deputados, inclusive as posições. E, nesse momento, a gente traz aqui, não pela primeira vez, não só a opinião, mas como o Ministério da Educação trata esse tema.

É um tema importante. Esse projeto de lei já tem inclusive um relatório. Ele faz referência direta ao Bolsa Família, que é um programa que nós acompanhamos na nossa Diretoria de Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente, da qual eu sou Diretora.

É um programa extremamente importante. Devo, inclusive, deixar aqui o meu testemunho de que, inicialmente, por não conhecer esse programa, eu achava que fosse um programa extremamente assistencialista.

Quem dera se todos nós nos envolvêssemos efetivamente com esses 16 milhões de crianças e jovens que são acompanhados pelo Ministério da Educação no seu desempenho cotidiano. Acho que nós mudaríamos a fisionomia da educação brasileira. E esse é o grande trabalho que o Ministério faz, tendo em vista que é um programa que faz uma conexão direta com a Presidência da República.

Em relação ao programa, nós já temos uma condicionalidade, que é a frequência. Pensar em outras condicionalidades e nessa em especial, entendemos não ser necessário, considerando que nós já temos assegurado na Constituição

Federal que a educação é dever dos pais, que a educação é dever do Estado e da família. Depois passamos para a LDB, que diz a mesma coisa: que a educação é dever dos pais e da família. E vamos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer,

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

Do ponto de vista de marcos legais, nós estamos mais do que assistidos.

Então, o Ministério da Educação desenvolve um trabalho de conscientização das famílias, fazendo um trabalho pedagógico, educativo e cidadão para que as famílias se integrem à escola, não para acompanhar a tarefa de casa, porque a gente sabe que a maioria dos pais desses 17 milhões de crianças são quase todos analfabetos. Então eles não teriam como acompanhar uma tarefa, mas eles têm um trabalho essencial de acompanhamento afetivo e moral dessas crianças e jovens.

Então o Ministério da Educação desenvolve várias atividades nesse sentido, não de criar mais uma condicionalidade, mas criar efetivamente processos de educação pedagógica e cidadã. Esses pais têm situações diversas, e não precisaríamos citar as dificuldades. Além de não ser necessário, por termos tanta legislação para assegurar isso, também há as dificuldades efetivas que os pais teriam, quem tem três, quatro, cinco filhos, para acompanhar cada um deles a cada reunião ou visita que tiverem que fazer à escola.

Nós trabalhamos no sentido de que a escola mude a forma de se relacionar com essas famílias, que essas famílias não sejam convidadas para ir à escola para saber do que o filho não fez, para saber o que o filho não tem na escola, mas para a escola trazer essa família inclusive para uma reeducação. E a gente tem inclusive propostas.

Eu gostaria de passar rapidamente pelas propostas – porque só temos dez minutos – para estabelecer não só esse acompanhamento da escola, mas também um maior empoderamento para as mães, porque 94% dos que recebem os recursos são as mães, para que elas pudessem fazer cursos, matricular-se nos cursos do Pronatec e tudo o mais.

Então há uma política global. Nós não temos uma política pontual, que não cria consciência de processo, não cria consciência da trajetória.

Nesse sentido, cumprimentamos o Senador Cristovam Buarque, porque sabemos que ele é um educador e das preocupações que ele tem com a educação, mas nesse momento nós entendemos que essa legislação vai de encontro a um processo educativo. Estamos cansados de ter na educação processos punitivos. A escola precisa mudar a sua concepção de crescimento. Quer dizer, é preciso sair de um processo punitivo na sociedade como um todo e passarmos por um processo educativo, que, apesar de ser um pouco mais demorado, consegue fincar na realidade novos valores e compromissos.

Acreditamos que nós estamos, seja o Legislativo, seja o sistema, buscando a concretização daqueles direitos que são conquistas dos movimentos sociais. Quando vemos esse programa do Bolsa, é uma conquista do povo brasileiro também. Ela não é apenas um programa de governo, mas passa a ser uma política, porque a própria sociedade, ao entender a necessidade de ter todos os seus direitos garantidos, inclusive os que a Constituição estabelece no art. 6º, ela força, ela faz com que haja uma pressão para que essa situação tenha uma característica diferente.

Esse programa se situa dentro da universalização da educação básica, que é parte do que nós chamamos de qualidade social da educação.

A qualidade social da educação, no sistema nacional, ocorre à medida que todos os estudantes estiverem matriculados, dos quatro anos, conforme a obrigatoriedade estabelecida pela Emenda nº 59, aos 17 anos. Então nós temos aí uma trajetória longa e é preciso que sejam articulados instrumentos de construção de uma prática cidadão, e não instrumentos de construção de mais opressão. Esse é o princípio da construção da qualidade social da educação.

Esse programa é um dos desafios do Ministério da Educação. Aí nós temos o total de acompanhamento dos estudantes que são acompanhados e dos estudantes que cumpriram a frequência.

Nós estamos trabalhando agora para além do cumprimento da frequência, que é uma condicionalidade, mas a qualidade desse processo é a prioridade número zero no Ministério da Educação. Estamos trabalhando no sentido de elaborar – não sei, Prof. Célio, se eu poderia chamar de pedagogia – uma metodologia que dê conta da invisibilidade dessas crianças e desses jovens na escola. Eles precisam ser visíveis. A escola fala sobre eles, mas ela ainda não os reconhece como sujeitos de direito. Então esse é o grande trabalho, a prioridade zero do Ministério da Educação.

Temos aí as condicionalidades e a educação, temos as condicionalidades que são o registro da frequência, o rendimento, nós trabalhamos com o censo escolar, e temos como base de acompanhamento o abandono escolar do ensino fundamental dos alunos do Bolsa, que hoje corresponde a 2,9%. E, no censo, de modo geral, é de 3,2%, o que significa que os alunos do Bolsa têm uma frequência maior do que a dos alunos que não têm o acompanhamento. Talvez o Ministério devesse ampliar esse acompanhamento para todos os 48 milhões de alunos matriculados na educação básica. A gente acompanha um terço do total dos alunos matriculados que são acompanhados pelo Bolsa Família. No ensino médio, o abandono é de 7,1%, enquanto nos demais é de 10,8%.

Esse é um dado que demonstra que o programa está no caminho certo e que as famílias, de uma forma ou de outra, estão se preocupando com esse encaminhamento.

Agora vem a taxa de escolarização, mas acho que não dá para entrarmos nisso agora. Esse é um quadro que nos leva sempre a chamar a atenção para a importância desse programa. Se nós queremos uma sociedade brasileira equânime, é preciso que esteja claro para nós que essa desigualdade ainda é muito grande. Entre pessoas de 15 anos, apenas 20% dos mais pobres têm cinco anos e meio de escolarização, enquanto os mais ricos têm 10,6 anos de escolarização. Das pessoas de 16 anos com o ensino fundamental completo, 20% dos mais pobres, 42% têm o ensino fundamental, enquanto entre os 20% mais ricos são 85%.

Então nós temos uma trajetória que precisa ser rápida para que nós possamos alcançar, com políticas públicas, esse percentual que ainda está fora da sua idade.

Concluo dizendo que a vulnerabilidade não é um fato individual, mas coletivo. Todos nós precisamos nos preocupar com ela. E aqui nós temos uma série de... Aqui é o censo, a diferença da distorção série/idade, que é um quadro muito importante, mas podemos apresentar em outro momento. E aqui são as considerações sobre o plano de trabalho que estamos desenvolvendo.

Quero chamar a atenção para esse segundo item: atuar no sentido de fortalecer o valor social e cultural da educação nas comunidades vulneráveis, junto aos jovens e às famílias; autonomia financeira, capacitação das mães e participação da família.

Quer dizer, em linhas gerais é o que nós estamos fazendo. E, por tudo isso, pelo que as políticas públicas indicam e a própria legislação, entendemos que esse projeto de lei é desnecessário e vai de encontro ou se choca com as políticas de cidadania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito bem. Muito obrigado, Profª. Clélia Brandão, que é Diretora de Políticas de Educação, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC.

O objetivo desta audiência pública na verdade é nos esclarecer ao máximo para tomarmos uma decisão em relação ao projeto do Senador Cristovam. É claro que todos nós gostaríamos de que os pais e os responsáveis pelos alunos estivessem cada vez mais presentes. Este é o objetivo do projeto: trazer pais e responsáveis pelos alunos das escolas públicas para dentro da escola. Resta saber qual é a melhor maneira. A nossa preocupação neste momento é buscar essa maneira. Esse é o objetivo então.

O Senador Cristovam acaba de chegar.

Senador, nós já começamos aqui. A Profª. Clélia já se posicionou.

Agora vamos ouvir o Prof. Célio Cunha, que é especialista em educação e consultor.

O SR. CÉLIO CUNHA – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar inicialmente ao Senador João Capiberibe e agradecer as suas inúmeras contribuições ao País. Quero cumprimentar meus colegas de Mesa. E cumprimentar o Senador Cristovam Buarque.

Fiz algumas anotações em relação ao projeto do Senador Cristovam, já que isso integra a sua tradição de ser permanentemente indignado com a situação da educação brasileira. Ou seja, uma das características de todos os seus projetos é a provocação do *status quo* da educação brasileira e dos governantes. Ele provoca e tira o sono dos governantes e de todos nós.

Então, é nessa linha que vou fazer uma série de observações, cumprimentando-o mais uma vez por esse projeto, que é um projeto que pode ser ampliado. Por que isto? Investigando a própria história da cultura brasileira, peguei ainda ontem o livro do Jacques Lambert, *Os dois Brasis*, e comecei a refletir.

A rigor não são dois Brasis, mas vários Brasis. E os encargos do passado que pesam que sobre esses vários Brasis são enormes, encargos que vêm de uma herança escravocrata, de uma herança de omissões em relação à educação brasileira. Há, inclusive, presente na educação brasileira hoje uma questão ética e moral, porque há um ensino para os pobres e há um ensino para os ricos.

Depois eu peguei o livro de Roger Bastide, *Brasil, terra de contrastes*, contrastes geográficos, econômicos, sociais. O Senador João Capiberibe sabe disso, pois foi governador de um Estado pobre, de um Estado distante dos grandes contrastes. E como diz o próprio Roger Bastide, partindo do litoral para se embrenhar no interior, o viajante assiste ao milagre de remontar o tempo.

São vários tempos no Brasil. São vários tempos culturais. E vai mais além. Chega a uma frase profunda: o sociólogo que quiser compreender o Brasil – não sei se o Cândido concordaria com isso, porque ele é sociólogo – não raro precisa transformar-se em poeta.

Esses contrastes dos diversos Brasis, mais de 70 anos depois da edição dessas duas obras, continuam de pé. Mas recentemente, o André Botelho, da Federal do Rio de Janeiro, junto com a Lilia Moritz, que é uma grande analista do Brasil, escreveu um livro com um título muito interessante: *Um enigma chamado Brasil*. E nesse livro aparece uma frase de um grande com-

positor brasileiro, Antônio Carlos Jobim, onde ele diz: o Brasil não é para principiantes. É uma frase também desafiadora do Brasil.

O que significa isto? A primeira conclusão é que o percurso escolar nos diversos Brasis é diferente. A pesquisa que a Unesco fez e que o Prof. Cândido participou, Repensando a Escola, uma pesquisa realmente bastante abrangente, dá uma ideia dos diversos – usando agora a expressão do Senador Cristovam – berços da desigualdade no Brasil. É impressionante isto.

Ora, aquilo a que a Profª. Clélia se referiu muito bem, a vulnerabilidade da família brasileira, precisa ser posta à mesa na discussão de um projeto dessa natureza. Ela já deu vários exemplos dessa vulnerabilidade. Apenas dando mais um: a renda média brasileira é seis vezes maior que o valor definido como linha de indigência. Esse é outro dado impressionante. Ou seja, temos na escola brasileira, para usar a expressão bem forte de uma dissertação de mestrado defendida lá no Ceará, nós temos na escola brasileira os filhos de ninguém.

Bom, indiscutivelmente, o projeto tem mérito. Ele visa a forçar a presença dos pais na escola com a possibilidade até de aplicação de penalidades aos que não cumprirem; visam ao empoderamento da família como o caminho para melhorar o ensino. Esse empoderamento, então, aparece na justifica do Senador Cristovam Buarque.

O parecer do Senador João Capiberibe, justificando o projeto, coloca que ele pode representar o início da colaboração entre os responsáveis familiares e os educadores. Também está correto, isso também está na fala da Diretora de Políticas em Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC, Profª Clélia.

Mas aí vem uma pergunta que está em uma ideia defendida também pelo Senador Cristovam. Ele defende a lei da responsabilidade educacional; está no último documento que ele elaborou. A primeira pergunta: e os demais responsáveis? Aqui o projeto pega essa responsabilidade para os pais. E os demais responsáveis? Os próprios governos, prefeitos, a própria sociedade brasileira? Seria o caso de ampliar-se o projeto com penas para os demais responsáveis? Seria o caso de aproveitar essa oportunidade? Falei: vamos responsabilizar todos os atores do processo educativo: os pais, os prefeitos, os governantes, os Parlamentares; são vários atores, inclusive a própria sociedade.

Há, na Câmara Federal, alguns projetos de lei sobre a responsabilidade educacional. Mas vem uma pergunta: como punir um pai, uma mãe que não tem como deixar o filho e muitas vezes a escola fica distante? Será que o projeto conseguiria abarcar as diferentes situações dos diferentes brasis? Ou seria o caso de nós aproveitarmos a potencialidade desse projeto, que está em sua ossatura e na ossatura das intenções do Senador Cristovam Buarque, para melhorar a educação e comprometer a família?

Mas aí vem a pergunta: essa punição do título eleitoral seria o melhor caminho ou poderíamos até pensar em alternativas? Por exemplo: como mobilizar a família brasileira hoje para que ela possa estar mais presente à escola? Que estratégia poderíamos usar para transformar essa família brasileira em um enorme capital social e cultural ajudando as políticas de melhoria da qualidade da educação? Poderia também representar uma estratégia.

Por outro lado, é importante , sempre que se pensa em legislar alguma coisa, refletir-se também na grande quantidade de leis que o País possui e que não deram certo. Então, eu tenho a impressão que nós teríamos que criar, em todas as legislações, uma estratégia de acompanhamento, até para rever a grande quantidade de instrumentos que se tornaram inoperantes no Brasil. Realmente são leis que chocam com os diversos brasis; acolhem uma realidade, mas deixam de acolher outras. Então, essa questão do acompanhamento é outra questão fundamental.

Concluindo, acho que é uma iniciativa boa indiscutivelmente a família na escola, a família acompanhando. O simples fato de uma mãe analfabeta perguntar ao filho em casa se ele fez a lição já é um fator positivo no desempenho dessa criança. Portanto, é um projeto que tem de fato uma validade. A pergunta que eu faço é se ele não poderia ser ampliado. Ou seja, em vez de punir com o título eleitoral, pensar quem sabe até num fórum, em reuniões da Comissão, em alternativas de como ampliar a responsabilidade por diversos fracassos da educação brasileira, como mobilizar a família brasileira em torno da escola. Enfim, como ampliar a potencialidade desse projeto. Em síntese talvez nós poderíamos fechar essas observações preliminares com a seguinte proposta: como estabelecer o que é vital na educação brasileira?

Então, o projeto do Senador Cristovam eu acho que remete a isto: como estabelecer uma grande parceria entre a escola e a família brasileira. E essa parceria entre a escola e a família brasileira também vale para todas as políticas de assistência social no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Prof. Célio.

Consulto o Senador Cristovam se... a qualquer momento V. Exª tem..., mas prefere ouvir, não é?

Agora, ouviremos o Sr. Eid Badr, Presidente da Comissão Nacional de Educação Jurídica da OAB. Ele foi substituído pelo Sr. Antonio Oneildo Ferreira,

Diretor Tesoureiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Às 14 horas nós estaremos lá no Conselho Federal da OAB num seminário sobre transparência, sobre a Lei Complementar nº 131, acompanhado do Ministro da Controladoria, do Advogado-Geral da União e do Presidente da OAB.

V. Sª está com a palavra.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, Senador João Capiberibe; na pessoa de quem saúdo os demais integrantes da Mesa; Senador Cristovam Buarque; demais presentes; senhoras e senhores.

O Presidente da Comissão de Educação do Conselho Federal, Prof. Eid Badr, que é também um especialista em educação, estava programado para comparecer a esta audiência pública, mas, por motivos alheios a sua vontade, não foi possível chegar a Brasília. Por considerar que é um evento importante, eu me coloquei à disposição para participar desta audiência, não por especialidade, mas por vocação.

Ouvindo aqui os especialistas e fazendo uma leitura do projeto do Senador, por quem temos grande admiração, fixamos alguns pontos. Quero fazer minha abordagem a partir de uma experiência pessoal. Sou natural do Maranhão; quando criança fui para Roraima; depois retornei para São Luís, onde estudei na Universidade Federal do Maranhão; retornei a Roraima, onde, como advogado, tive a oportunidade de vir a ser Presidente da Seccional; e, hoje, estou na Diretoria do Conselho Federal.

Nesse transitar, como afirmou os dois especialistas, Profª. Clélia Brandão e o Prof. Célio Cunha, tive oportunidade de conhecer e conheço esses vários brasis. Do local onde saímos no Maranhão, o interior do Maranhão, a situação era difícil, não havia escola, não havia uma estrutura – isso na época de criança. Hoje, a situação já é diferente. Roraima – e o Senador João Capiberibe, que é do Amapá, bem conhece a Região Amazônica – é um outro Brasil. E há vários brasis lá.

Digo isso de forma residual ou pontual, mas para subsidiar o debate com o objetivo dessa audiência pública.

Tem vários brasis na Amazônia. Tem o Brasil da capital, da Zona Franca, que é um dos locais mais prósperos do País; temos as capitais do Amapá, de Roraima (Boa Vista), na área urbana, que também têm uma estrutura razoável; e temos, por exemplo, o meio rural, as comunidades indígenas e as populações tradicionais, que são destinatários, uma clientela, por exemplo, para o Bolsa Família. Aí, sim, são outros brasis em circunstâncias extremamente diversas e adversas dessas outras realidades mais conformadas e estruturadas.

Então, esse projeto, na nossa leitura, isso compartilhado com a Diretoria do Conselho Federal... de uma certa forma poderemos dizer assim, conhecemos o... e a gente não pode fazer uma afirmação conhecendo o histórico, o trabalho, o compromisso e a contribuição que o Senador Cristovam Buarque deu para a educação brasileira, como educador, como um pregador dessa matéria. Não só como especialista, mas como pregador.

Não acreditamos no êxito de um projeto que sob o aspecto jurídico seria uma criminalização da educação ou da paternidade. Isso não teria o efeito desejado de fortalecer ou de contribuir para a efetividade desses dados, dessas estatísticas que a Profª. Clélia Brandão expôs aqui, no que tange a evitar o êxodo, a evasão escolar, maus rendimentos, não aprovação, não evolução curricular, na educação.

Esse projeto, que seria uma penalização, uma criminalização, com certeza teria um efeito inverso, de exclusão, porque essas políticas de assistência são destinadas a pessoas, às camadas, aos brasis que estão numa situação de carência. Então, seria criminalizar uma política de apoio, ou condicionar, ou impor penalidades justamente para esses segmentos que são destinatários – e devem ser destinatários – de uma assistência maior, de um olhar diferenciado, de uma presença diferenciada do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, para um desenvolvimento, uma melhoria da qualidade de vida e de IDH nessas regiões.

A gente sabe que a educação é um dos principais fatores, senão o principal fator de melhoria e desenvolvimento humano em comunidades indígenas, em comunidades tradicionais, no meio rural, em assentamentos, principalmente na Região Amazônica, no Nordeste, enfim, nas regiões de difícil acesso, de circunstâncias diferenciadas e de uma carência maior. Penalizar os pais por uma ausência implicaria numa medida que vai na contramão do que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira têm feito de esforço para inclusão desses segmentos, no aspecto social, educacional e de todas as formas. Não veríamos como uma medida afirmativa, de fortalecimento do processo educacional da República. Isso se dá por esses fatores já expostos.

Outra circunstância. Em vez de se penalizar a ausência do pai na escola, acreditamos que uma medida bem mais pedagógica de incentivo e de apoio – sobre isso a Comissão poderia discutir – seria conceder uma licença, pelo menos semestral, para o pai trabalhador, ou a mãe, principalmente, para que ela fosse à escola, não por favor ou diletantismo ou discricionariedade do

empregador. Que ela tivesse uma licença semestral, pelo menos, para ir a uma reunião da escola, pegar uma certidão da escola e comprovar sua presença; e que isso independesse da vontade do empregador. Uma vez por semestre ela teria que apresentar a certidão, não de forma obrigatória, mas teria o direito de justificar. Ela iria à escola, com um documento da escola dizendo que ela compareceu a uma reunião, foi até lá solicitar informações em relação aos filhos e acompanhou algum assunto de interesse dos filhos na escola. Assim, ela pode justificar um dia ou meio dia de ausência no trabalho. Essa seria uma medida, acreditamos, de apoio, uma medida afirmativa, no sentido de fortalecer os objetivos que, acredito, são a motivação do projeto do Senador Cristovam Buarque.

Nós sabemos que a população de baixa renda, como a empregada doméstica, o trabalhador rural, os cortadores de cana, a comunidade indígena, não tem condições de, de forma própria, sem apoio ou licença, faltar ao trabalho. Isso tem impacto, isso tem consequência. Por si só, sem a penalidade, isso teria consequência, uma sobrecarga, uma onerosidade, para esse deslocamento natural, que aqui acontece hoje.

Claramente, esse aspecto foi destacado pela Profª Clélia quanto ao fato de que o acompanhamento faz a diferença. É preciso um apoio maior, uma cobrança, um diálogo, uma presença mais próxima do sistema educacional, da estrutura educacional do País, junto às famílias nesse processo educativo. É preciso que seja dado um apoio aos pais, à mãe analfabeta, ao pai analfabeto. Esse cidadão e essa cidadã têm uma dificuldade enorme de acompanhar, de promover ou de construir o processo educacional dos filhos.

Assim, destaco essas medidas afirmativas, as medidas do Bolsa Família, essa presença. Defendemos mais o desenvolvimento dessas políticas, numa perspectiva de fortalecer o processo educacional. Essa é a sugestão.

Agora mesmo, no Conselho Federal da Ordem, nós aprovamos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em que solicitamos ao Supremo que retirasse o teto do imposto, para que houvesse a dedução de Imposto de Renda de gastos com a educação. Quanto à saúde, não há teto, mas, quanto à educação, há teto. Vai se dizer: “Não, mas os clientes do Bolsa Família não são destinatários”. Não, mas, para os de classe média baixa, poderiam, eventualmente, promover uma assistência, para desafogar, inclusive, a rede pública de ensino, podendo promover ou oferecer condições diferenciadas ou melhores para os seus filhos. Mas eles ficam limitados por força desse teto. Entendemos que, para a educação, não deve haver teto. A educação é um direito fundamental, é a base do desenvolvimento da sociedade e do desenvolvimento humano e não pode estar restrita a esse teto. A relação custo/benefício é favorável para a sociedade, é favorável para o País. Então, com essa medida, nós procuramos contribuir para o fortalecimento do processo educacional do País.

Com essas considerações, gostaríamos de saudar todas as iniciativas do Senador Cristovam Buarque no sentido de fortalecer o processo educacional do País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – E, nesse aspecto, até sugerimos como alternativa essa licença e outros mecanismos que visem a apoiar e a fortalecer a estrutura educacional, criando uma presença dessa estrutura principalmente para atender aos segmentos mais carentes da sociedade, com a não penalização desses segmentos.

Era isso que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Dr. Antonio Oneildo Ferreira, que é Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e que nos apresenta uma sugestão que visa a premiar, ao invés de punir.

O último componente da nossa Mesa é o Prof. Cândido Gomes, a quem concedo a palavra.

O SR. CÂNDIDO GOMES – Sr. Presidente, Sr. Senador Cristovam Buarque, senhora e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes, na qualidade de pesquisador da educação, cabe-me informar o resultado das minhas indagações às pesquisas existentes internacionalmente.

O que nós encontramos imediatamente é um apoio muito grande à cooperação entre a escola e a família. Isso resulta em melhores níveis de aproveitamento, de entrosamento entre a educação da família e a educação da escola, que nós sabemos que é um processo educativo, mas é um processo educativo que assume feições diferentes. Então, não há dúvida disso. E nesse sentido o projeto é bastante interessante, para que a relação entre a família e a escola seja cada vez mais fortalecida. Mas a literatura da pesquisa internacional nos mostra também algumas dificuldades, tanto de um lado quanto do outro.

Do lado da escola, o grande problema se encontra em uma série de visões preconceituosas em relação à educação que os pais proveem, especialmente quando se trata de mães solteiras, de etnias que muitas vezes são alvo de preconceitos e de classes populares de um modo geral, se assim podemos chamar, no sentido de que os educadores entendem do assunto, têm a competência técnica em educação, e de que essas pessoas socialmente menos privilegiadas não sabem

educar e cometem uma série de erros e de enganos, diríamos assim.

Por outro lado, do ponto de vista dos pais, nós temos alguns desencontros muito importantes. Há pesquisas que mostram que as reuniões e os contatos interindividuais entre professores, pais e responsáveis, são uma verdadeira arena de poder, em que se colocam dois mundos: um mundo que é considerado oficial, o mundo institucional da escola, especialmente da escola pública; e, de outro lado, um cidadão que geralmente tem uma escolaridade mais baixa, um nível de escolaridade mais baixo, que tem dificuldades de utilizar a linguagem do educador, a linguagem dos funcionários de um modo geral, das burocracias públicas e particulares. Então, o sentimento de vergonha, de inferioridade, é uma das tônicas que marca o relacionamento entre pais e educadores, de tal maneira que não é por falta de valorização da educação, da escolarização, que os pais, muitas vezes, deixam de ir às reuniões das escolas, mas porque eles se sentem inferiorizados; e, pior ainda, eles são chamados geralmente para tratar de falhas do filho.

Quero dizer que, hoje, o fracasso escolar não é mais tão aceito passivamente por alunos e familiares, como era antigamente. Eu advirto que se multiplicam os casos de agressão de pais a professores, porque eles consideram que a escola se omite e seguem em defesa dos filhos. Nós temos um caso de uma colega, de uma orientanda minha, que está hoje aposentada por invalidez em virtude de um ato de agressão de uma mãe que discordou de uma medida disciplinar que ela aplicou ao filho aqui no Distrito Federal, na rede pública.

Eu me lembro especialmente de uma ex-Secretária de Educação que lembrava aos professores uma tradição muito ruim da nossa educação, que é precisamente a de chamar os pais quando há alguma coisa errada. Então, ela contava – isso aconteceu na Região Amazônica –, que uma professora, querendo reverter essa tendência, chamou um pai para elogiar o desempenho do filho. E o pai, ao chegar à escola – acho que a Profª. Clélia já conhece a história –, disse: "Professora, a surra eu já dei. Agora, a senhora me diga o que o meu filho fez de errado". Então, essa é a tradição que pauta o nosso relacionamento.

Outro obstáculo muito grave que nós temos é a precariedade da vida da maior parte dos domicílios e dos trabalhadores brasileiros. Então, há alguns dados que preocupam. Por exemplo, a família de referência é a mulher, que tende a receber menor renda. Essa pessoa de referência feminina está presente em 38% dos domicílios brasileiros, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, de 2011, a mesma citada pela Profª. Clélia. Três quartos das pessoas ocupadas no Brasil trabalham 40 horas ou mais por semana, às quais nós devemos acrescentar o horário utilizado no transporte predominantemente público e predominantemente ruim. Desse grupo de pessoas ocupadas no Brasil, dois terços recebem, mensalmente, até dois salários mínimos apenas; 42% não contribuem para previdência de qualquer tipo, seja pública, seja privada; e, pior ainda, 83% das pessoas ocupadas não estão associadas a sindicatos. Então, isso traça um quadro de vulnerabilidade, de precariedade, de superexploração da maior parte da população ocupada brasileira.

Eu considero, pelas pesquisas consultadas, que a parte mais fraca é o aluno e a família. Então, se nós consideramos as sanções e os estímulos, penso que o papel maior a ser desempenhado, de acordo com as pesquisas, é exatamente a escola se aproximar dos pais.

Em vez de citar aqui uma porção de pesquisas nacionais e internacionais, eu citaria só um caso que aconteceu ali na Estrutural, que foi retratado numa tese de doutorado na nossa universidade, na Universidade Católica de Brasília. Havia uma escola estigmatizada pela violência, quase sempre nas páginas policiais, até o momento em que os educadores, em crise, verificaram que precisavam fazer alguma coisa que revertesse aquilo. Uma das iniciativas – a escola é fora da Estrutural – foi que um grupo de professores voluntários resolveu ir ao encontro dos pais dos seus alunos, ofereceu-lhes um café da manhã – com dinheiro do próprio bolso, como muitos educadores costumam fazer – e estabeleceu uma grande conversa entre professores e aqueles pais, considerados ignorantes, de baixa escolaridade, e assim por diante. O resultado não foi fantástico, mas foi altamente positivo, no sentido de uma aproximação, de um passo decisivo para que eles trocassem ideias e não houvesse aquela barreira. O educador está lá, ele é diplomado, ele é o representante do Estado; eu sou o pai, eu trabalho precariamente, nem tenho trabalho, eu vivo sabe Deus como, e, no entanto, sou chamado porque o meu filho cometeu faltas disciplinares, está mal em termos de aproveitamento.

Busquei também, na literatura nacional e internacional, algum exemplo de sanções aplicadas aos pais que não se aproximassem da escola. Não encontrei nenhum internacionalmente. Mesmo países que têm uma legislação centralizada e centralizadora evitam utilizar dispositivos legais para convocar os pais e obrigá-los a ir às escolas, mesmo no caso dos conselhos disciplinares.

De modo que uma questão que fica é precisamente como exercer a responsabilidade educacional,

a que se referiu o Prof. Célio Cunha e como puxar o fio da meada dessa responsabilidade educacional não pelas indispensáveis sanções às pessoas e entes que têm a maior responsabilidade. Se nos abordarmos, a meu ver, a responsabilidade educacional pela ótica da sanção, essa lei não vai passar nunca. Então, aí ficam os dois pratos da balança para nós pensarmos à luz do que os pesquisadores têm detectado, e haveria muito a dizer sobre esses encontros e desencontros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Professor.

Antes de passar a palavra, eu gostaria de fazer alguns comentários. Primeiro, quero lembrar que nesta Casa houve um Senador que presidiu esta Comissão por cinco vezes e que trabalhou muito até conseguir vincular recursos à educação, o Senador João Calmon. A gente sabe que o orçamento é um instrumento da política; sem orçamento não há a menor possibilidade de existir política. Com a decisão de vincular uma parcela do Orçamento à educação, o Ministério a Educação passou a formular políticas que culminaram, em 1998, salvo engano, com o Fundef e, mais tarde, com o Fundeb. Isso fez com que se universalizasse a educação no nosso País. A universalização da educação é consequência da vinculação de receita à educação.

Eu sou de uma geração em que a maioria dos meus contemporâneos cresceram analfabetos, porque não havia escola. Hoje, mudou muito essa realidade. Em qualquer região do nosso País, nas regiões mais distantes, nas comunidades mais distantes encontra-se um professor e um grupo de alunos em torno dele. O problema agora é outro: é a qualidade da educação. Reconheço no Senador Cristovam Buarque a busca de todas as iniciativas possíveis para melhorar a qualidade da educação.

Semana passada houve um momento de muita emoção, com a presença de alunos de uma escola do Município de Paulista, do Sertão da Paraíba. Eles foram convidados a virem aqui relatar uma experiência de sucesso. Esses alunos são campeões de Olimpíadas de Matemática e estiveram aqui com seus professores, para que nós pudéssemos entender como, numa escola municipal, numa região do Sertão da Paraíba, consegue-se uma qualidade no ensino da Matemática como esses alunos e professores conseguiram.

O Prof. Cristovam, que também é professor – será sempre professor e Senador Cristovam – corre atrás da qualidade da educação. Eu acho que essa proposta do Senador Cristovam é no sentido de como nós podemos superar esse impasse em que nós vivemos, no País, em relação à qualidade da educação. A verdade é que se fala muito que a educação no passado tinha mais qualidade que a educação do presente. Tinha menos quantidade, mas tinha mais qualidade. É possível. Mas o que nós precisamos é de quantidade, da universalização, mas também de melhorar a qualidade.

A minha preocupação, como Relator, é fazer um relatório em que nós possamos atingir este desejo do Senador Cristovam: garantir melhor qualidade. Levar os pais para a escola, abrir as escolas – eu vivi essa experiência, no meu governo – no final de semana para atrair a comunidade para dentro da escola é algo fantástico. Sabemos que a presença dos pais na escola, a cobrança, a exigência dos pais, mais do que qualquer outra atitude, de uma boa qualidade da educação, porque ele é o contribuinte...

Independentemente de ser escola pública ou privada, neste País, ninguém escapa de pagar imposto. Se há algo universal é a cobrança do imposto. O Fisco vai pegar qualquer um. Independentemente do que ganhe, do seu contracheque, todos, todos, todos pagam imposto.

O pai ir à escola para exigir a qualidade da educação, eu confesso, seria o caminho. Agora, como atrair esses pais para dentro da escola? Esse é o tema da nossa discussão de hoje.

Dito isso, vamos ouvir o autor da proposta, o Senador Cristovam, que, guardada a proporção, João Calmon, nas décadas de 80 e 90, é aqui o homem da qualidade da educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, mas eu acho que não dá para comparar os dois. Também não dá para comparar a luta por uma coisa bem concreta, que é um artigo na Constituição, como seria para Joaquim Nabuco com uma lei, com a ideia de mudar a educação inteira, o que não é uma questão de lei. É uma questão de um imenso conjunto de atitudes e leis.

Mas eu queria, Senador Capiberibe, dizer, primeiro, que se fala muito que a educação já foi melhor que hoje. A educação sempre foi pior do que hoje. Algumas escolas é que eram melhores. Nós fazemos uma confusão entre educação e escola. Educação só é boa quando é para todos. Não existe escola boa para poucos. Para poucos, existe escola boa. Então, nós melhoramos, porque colocamos quase todos na escola. Agora, algumas escolas pioraram, as que não existiam não são boas e as que existiam boas não são tão ruins hoje. O Colégio Pedro II e outras escolas continuam. Então, a educação é péssima no Brasil, mas já foi pior, porque era para poucos. Deve-se fazer diferença entre educação e escola: escola cuida de um grupo de crianças; educação ou cuida de todos ou não cuida.

Dito isso, eu quero fazer algumas perguntas, mas algumas são específicas, outras... Eu quero fazer uma

só para todos. Mas essa uma só vem com algumas antes e para as quais basta dizer "sim" ou "não".

Antes eu queria fazer comentário sobre as falas; primeiro, da Profª. Clélia, a quem peço desculpa, eu não estava presente, mas sei da sua fala, foi no sentido de...

É melhor responderem depois ou cada uma responde logo? Cada um responde logo? (*Pausa.*)

Fazer todas? (*Pausa.*)

Está bom. Há uma para cada um e depois há uma para o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Responde a todos nós.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por exemplo, Profª Clélia, eu estou de acordo. Tem haver incentivos para atrair os pais, tem que haver uma pedagogia da participação dos pais e não uma punição. Mas eu me pergunto por que a gente fracassou.

Nós temos 25 anos de democracia, 20 anos de governos progressistas, que começaram com Itamar. O Itamar é um militante que veio do bloco progressista. Dez anos de Governo revolucionário, porque o PT sempre foi um partido que se apresentou como revolucionário. Onde é que a gente fracassou. E o que o MEC tem feito para que, em vez de punição, se consiga a participação dos pais por meio de incentivos? Para todos! Não para uma escola ali e outra aqui. Aí não serve. Responde?

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Eu vou chamar o senhor de Professor, pode ser?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pode, é o que eu sou.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – É o que você é. Pelo menos foi para o que você fez concurso, não é? Um concurso diferente, não é? Um fez concurso na universidade. Hoje fez um concurso popular, porque foi eleito, não é?

Mas, Professor, é o seguinte: em primeiro lugar, este momento é extremamente importante. Essa preocupação com a qualidade da educação – e precisa ser definido o que é qualidade para a educação, porque esse é um refrão que está na boca de todo mundo....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professora, desculpe interrompê-la, eu não estou querendo saber de qualidade. Eu quero saber é do envolvimento dos pais.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Eu vou chegar lá. A participação dos pais faz parte de um conjunto para se melhorar a educação de um modo geral. Valorização dos professores, piso salarial, isso tudo vai fazer parte.

Então, acho que esta discussão é extremamente importante: como construir ou como se tem construído a qualidade da educação?

O relatório do Senador Capiberibe também, foi muito importante e, quando ele diz aqui no final "induzir o diálogo entre pais e escolas, um ato pedagógico e não uma obrigação burocrática", eu acho que isso vem também ao encontro do que a gente tem encaminhado como política no Ministério da Educação.

Primeiro, sobre os programas que estão vinculados ao Bolsa Família, e eu apresentei isso inicialmente, nós temos uma relação de ações que esses programas desenvolvem no sentido de articular a família e a escola. Por quê? Porque nós estamos construindo novas relações entre família e escola, já que a relação anterior era uma relação, vamos dizer assim, de mando e cobrança. A escola cobrava da família. E a família tinha que responder, inclusive àquilo que ela não tinha nem condições, como, por exemplo, a tarefa de casa. Se a maior parte da família era analfabeta, ela não dá conta de ensinar a criança a resolver o problema que foi para casa do trabalho pedagógico.

Então, nós temos vários programas, cursos de formação, inclusive, nós temos um programa excepcional que é o Programa Nacional de Formação dos Conselhos. Nisso a gente trabalha diretamente com os gestores, porque o Brasil, com os seus mais de cinco mil Municípios, seria impossível ao Ministério, na sua presença física, estar em cada Município.

Então, nós estamos trabalhando com a metodologia de polos, em que nós atendemos um conjunto de polos – quatro, cinco ou seis polos, dependendo do tamanho do Estado –, nós estamos desenvolvendo trabalhos no sentido de estabelecer entre a escola e essa família novas relações, até porque a própria família está passando por uma constituição diferenciada. Nós não temos mais a família nuclear. Às vezes quem responde pela criança é a avó, que acompanha a criança e que muitas vezes é de uma geração quantas vezes mais velha do que essa criança? Então, o Ministério da Educação, no seu trabalho, como eu apresentei aí na última transparência, em relação ao Programa Bolsa, está levando de forma séria, comprometida e qualificada a relação com a família. Não só do ponto de vista de chegar a família até a escola e a escola até a família, porque eu acho que agora – e o Prof. Cândido falou isso de uma forma bem clara – é o momento de a escola conquistar a família, porque a escola também entendeu que, já que a família é analfabeta, vamos tentar resolver o problema sozinhos. Como os problemas são muito complexos hoje, a escola está querendo chamar a família correndo, mas ela vai ter que conquistar essa família, que ela mesma desprezou. Quando a escola passou a ser extremamente cognitivista, tinha que ser só o saber, ou o conhecimento didático, e não o conhecimento sobre o mun-

do, a escola colocou a família fora e, agora, a escola precisa conquistar a família. E o trabalho do Ministério utiliza essa metodologia de polos com esses cursos, no sentido – inclusive, haverá um evento nos dias 6 e 7 de junho com todos os representantes desses pólos – de que cheguemos às famílias de forma pedagógica, construindo novas relações. Não vou chamar de novas, mas de outras relações.

É isso, Senador.

Sei que a sua ajuda seria extremamente importante no sentido de construir essa trajetória pedagógica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso. Mas veja bem; a sua resposta confirma a minha pergunta. Se depois de fazer tantas coisas boas, ainda fracassamos!? Se não tivéssemos fracassado não estaríamos aqui debatendo uma ideia que parece maluca de penalizar o pai que não vai à escola. Se esses projetos de que a senhora fala – tão bons e bonitos –, com essa teoria tão boa, tivessem dado certo, ninguém estava falando aqui em levar os pais à escola; eles já estariam indo!

Vamos reconhecer um primeiro ponto e, depois, a gente discute e a lei é boa ou ruim. Vamos reconhecer, primeiro, que nós fracassamos: no Brasil, só os pais ricos vão às escolas dos filhos, com raras exceções, Prof. Cândido. E aí abrir porta para uma proposta mais maluca do que essa, no imaginário brasileiro: cobrar, na escola pública, R$5,00 por mês, porque, assim, os pais se sentem patrões dos professores e se empodera. Aliás, a Prof. Clélia falou de empoderamento, creio. A maneira de empoderar seria cobrar. Não estou propondo isso. Estou propondo obrigar o pai para que ele não pague.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – O empoderamento seria através da qualificação das mães, que é o nosso projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas isso, Professora... Eu quero educar os filhos.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Tudo bem, reeducando os pais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A gente não vai recuperar todas as mães... Uma das maneiras de educar é levar à escola.

Está respondido. Vou para outra pergunta.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Só vou dar um dado ao senhor: a escola não fracassou. Do Programa Bolsa Família, que estamos debatendo aqui, porque a condicionalidade é para ele, hoje, no ensino fundamental, dos alunos do Bolsa, 2,9% abandonam a escola, enquanto, de modo geral, 3,2% abandonam a escola. Estamos discutindo aqui uma condicionalidade para o Bolsa Família. Pelo menos é o que estou entendendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professora, eu não estou discutindo isso...

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Então, acredito que, pelos dados, a gente não fracassou. Muito pelo contrário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professora, eu fui muito claro: fracasso em relação a levar os pais à escola. Só isso! Não é o fracasso da escola.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Mas qual é o indicativo de que há o fracasso de os pais não irem à escola? Eu, sinceramente, não tenho esse dado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professora, basta ir às escolas e ver, olhar para os professores. Os pais não vão à escola no Brasil. Essa é uma realidade. Aliás, se eles fossem, não se precisaria fazer os programas de que a senhora falou para atraí-los, não precisava falar aqui que é preciso dar incentivos para que compareçam. Não vão. E não vão pelo que o Prof. Cândido disse, eles se sentem intimidados, eles se sentem diminuídos diante dos professores. Os professores dizem isso.

Quando eu fui ao Ministério discutir a minha ideia – essa mesma, só que, em vez de ser para todos os pais, era como condicionante – , uma das coisas que eu ouvi dos assessores da Ministra foi que a gente estaria os pais a conversarem com os professores em relação aos quais eles se sentem diminuídos. O que é verdade. Mas essa diminuição não leva a gente a se acomodar diante dela, mas, sim, para querer superá-la. Eu vou voltar a isso quando falar o Prof. Cândido.

Então, no que se refere a levar pais, ao envolvimento das famílias, estamos fracassando, até mesmo pelo que a senhora disse: a família está em transe, em trânsito, em transição, está mudando. A gente nem sabe mais direito, hoje, o que é família. É por isso que, no projeto, eu ponho um responsável. Não é preciso nem ser família.

Mas veja bem, a pergunta que quero fazer ao Professor é a mesma que quero fazer para todos. Então, vou aguardar o Prof. Célio para fazer a pergunta final.

Ao Dr. Antonio eu queria dizer o seguinte: a Constituinte foi pródiga em direitos; ela foi muito pobre em obrigações de cada cidadão para com o seu País. Basta olhar direitinho. Até o nome dela: Constituição cidadã. Ninguém chamou de Constituição patriótica. Já prestaram atenção a isso? Ninguém diz: “Esta é uma Constituição patriótica” A gente diz que é uma Constituição cidadã, ou seja, é direito do indivíduo, o que é natural, porque a gente estava saindo de uma ditadura, e o fundamental era defender os direitos individuais e não construir uma nação.

Então veja, quanto a esse negócio a punição, de que o senhor falou, a gente não paga pensão quando se separa? A gente, não, porque eu não tenho essa experiência. O senhor acha que isso é penalizar a paternidade? Eu vou continuar um pouco. Pagar pensão não é penalizar a paternidade. Seria também. O cara já prestou um grande serviço ao país de botar um menino no mundo e ainda vai ter que pagar sem querer morar com o menino, nem com a mãe do menino?! A gente paga imposto. A gente vota e, se não votar, paga. E eu sou favorável a isso, porque faz parte das obrigações. E vou dizer mais uma para o senhor: não é por ironia, não, mas, até para exercer atividade de advogado, tem que fazer o exame da Ordem. Ou seja, a OAB obriga. E eu não sou contra, não. Eu sou a favor de que todas as profissões façam, não só de Direito.

Então, veja bem: por que é que tudo isso a gente aceita como obrigação e penaliza? O pai vai preso se não pagar a pensão. E eu estou de acordo com isso. Por que a gente não pode penalizar o pai que não vai à escola do filho? Na verdade, eu vou dizer por quê. Não é a sua resposta. A minha é filosófica. É porque nós tratamos as pessoas como animais e aos animais basta nascer e comer, não precisam de educação. Esta é a verdade, gente. A cultura brasileira é quase nesse sentido e, quando a gente defende educação, é para poder ter salário para comprar mais, não é porque ser educado é uma coisa enriquecedora em si.

Eu estou dizendo isso para provocar qual é a lógica de que estaríamos penalizando os pais. O senhor usou a expressão "penalização da paternidade". Se a gente penaliza a paternidade no caso da pensão – e tem que penalizar mesmo –, a pensão que compra comida é tão importante para um ser humano quanto à ida à escola do filho. É igual! É igual! Só que a comida é mais urgente. A comida, se você não der hoje, você sente hoje que não comeu. A falta do remédio você sente hoje. A escola você se sente daqui a 20 anos.

Finalmente, eu quero dizer que o senhor deu uma sugestão muito boa: cada trabalhador ter direito uma vez por semestre. Por que a gente não casa isso com obrigatoriedade? Porque, se nós apenas dermos o direito, mesmo que ele traga um documento, ele vai usar o direito, não necessariamente vai cumprir a obrigação. Agora, se a gente juntar os dois, seria ótimo. Mas nem precisaria disso na verdade. Bastava ser num domingo. Nós somos obrigados a votar. Ninguém falta ao trabalho para votar, porque é domingo. E essas reuniões podiam ser no domingo. Lá no Ministério, eu vi que os pais moram longe da escola. Nenhum pai mora longe da escola. A escola é que é longe do pai. Não me digam isso. Só acontece isso quando o Estado não colocou a escola perto da casa dele.

Então, não vamos tirar a responsabilidade do Estado de ter escola perto dos pais. Estas são as duas preocupações: primeiro, da penalização e segundo, essa ideia de juntar sua maravilhosa ideia, que eu vou pegar, com a minha, que não é maravilhosa, tanto que a gente está fazendo uma audiência aqui, senão a gente já estaria aprovando, e obrigar. O que o senhor acha de juntar as duas?

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Senador, fazendo uma leitura desses aspectos educacionais, sociológicos, históricos, eu creio que nós temos que separar algumas coisas. No meu sentimento, a pensão alimentícia não é uma pena. Por quê? Faz parte do pátrio poder, que é uma vinculação jurídica e sociopolítica dos pais em relação aos filhos e aos ascendentes e descendentes, de dever mútuo num ciclo mais restrito do parentesco de se manterem, de se sustentarem. Se o casal vive junto, é obrigação dos pais proverem a subsistência, a educação, a saúde, a alimentação dos filhos. Se esse casal se separa, a pensão alimentícia de um ou de outro é simplesmente a continuação daquela obrigação. Separou-se, agora há uma penalidade? Não. É uma continuação daquele processo que era junto e separou. Então, fixa-se um percentual de no mínimo 10% até 40% só – pode ter um ou dez filhos – dos rendimentos da pessoa, destinado à subsistência dos filhos, proporcional a cada capacidade.

Mas essa ideia de que a Constituição coloca poucos deveres e muitos direitos nos remete ao início. Em 1215, quando se criou, no Ocidente, essa figura da constitucionalização, um processo histórico em que temos, hoje, as Constituições atuais, a Constituição surgiu não para criar dever, mas para estabelecer limites ao soberano, com a fixação de direitos aos cidadãos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – No tempo do soberano.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas hoje ele é eleito.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Mas o leviatã está aí.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não!

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Nós temos um Estado policialesco; nós temos um ativismo judicial; nós temos uma série de outras circunstâncias, e o Texto Constitucional limita essa estrutura. O compartilhamento de atividades – como discutíamos ontem e anteontem – de dizer que a Polícia tem um papel, que o Ministério Público tem outro, que o Judiciário tem outro, que o Juiz tem outro, de dizer que o Executivo tem uma função, que o Legislativo tem ou-

tra; essa divisão de poderes serve para criar freios e contrapesos, para limitar o monstro, que é o leviatã, a estrutura do Estado.

Então, a Constituição fixa direitos, mas é essencialmente um documento político para fixar, limitar e controlar a estrutura do Estado; não para fixar os deveres. Há os deveres, mas essencialmente para fixar, definir e formatar as limitações do Estado para fugirmos do absolutismo, ou seja, o Estado democrático de direito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Dado isso, há algumas obrigações, como pagar impostos, fazer o exame da OAB, que está na Constituição.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Está na Constituição!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, como ter diploma de jornalista, que agora está na Constituição.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Mas a questão da educação – e ainda o segundo ponto de que o V. Exª falou; isso, no nosso sentimento – é um direito de todos e dever do Estado e da sociedade.

Então, é um direito. Entendemos que, como um direito fundamental e essencial ao desenvolvimento humano – inclusive, há um artigo de V. Exª que conheço, numa publicação, "A Constituinte de 1988", um artigo longo, que não sei se V. Exª assinou não sei se como Constituinte ou se como Reitor da UnB.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Como Reitor da UnB.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Na época, como Reitor da UnB. Mas é um artigo longo que utilizei até num trabalho de pós-graduação. V. Exª trabalha justamente esse processo de desenvolvimento da educação como pressuposto fundamental de desenvolvimento de fortalecimento da sociedade, de inclusão social, de desenvolvimento da pessoa humana e a necessidade de se desenvolver políticas afirmativas, ações afirmativas, numa perspectiva de se universalizar a educação – naquele momento, era o que se discutia – e com a vinculação de certo percentual do orçamento – e o senhor defendia a ampliação disso – numa perspectiva de se promover o desenvolvimento da sociedade.

E a educação, como um direito fundamental, tem de ser permeada de apoios, de políticas estruturantes e afirmativas que se desenvolvam, e não fazermos uma inversão das coisas e também inserirmos os mecanismos de penalização nessa seara que tem o objetivo de desenvolver.

Então, como um direito fundamental, considero incompatível esse sistema de penalidade com educação, com desenvolvimento. Nessa leitura aí, nessa perspectiva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, Professor. Sabe por quê? É uma obrigação ir à escola. Matricular os filhos é uma obrigação.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – É obrigação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PDT – DF) – Então! Mas escola não é educação! Escola é um pedacinho. A educação, na verdade, está faltando uma coisa nessa lei, é a mídia. A educação, no mundo de hoje, é escola, família e mídia. Alguns podem dizer que é a religião também aqui. É uma questão de opção.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – É um conjunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PDT – DF) – É um conjunto, mas a gente só está fazendo um, que é a escola.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Inclusive, nessas situações colocadas, parece-me que V. Exª está um pouco desiludido.

Não vejo a sociedade brasileira fracassada, nem acho que o processo educacional brasileiro tenha fracassado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vou repetir: não disse que a educação fracassou.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Acho que é um processo de construção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu disse que nós fracassamos em coisas muito específicas: envolver a família. No envolvimento da família, ao contrário, tem é piorado.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Não! Não fracassamos, porque nós temos uma história autoritária. Veja bem, quantas ditaduras não permitiam o diálogo, não permitiam a participação! Então, há pessoas criadas em sistemas que não são habituadas ao diálogo, a participarem, a opinarem, a estarem presentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professor, isso faz um quarto de século!

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Sim, mas isso é um processo de construção. Não significa dizer que, em 20 anos, nós vamos transformar as pessoas, o processo pedagógico, o processo educacional...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vamos dar os passos para fazer isso.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Os passos para se fazer isso começam pela educação.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – A exposição da Profª Célia caminha muito no sentido dessa construção e desse fortalecimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PDT – DF) – Mas de uma maneira lenta demais, porque...

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Inclusive com as impressões digitais de V. Exª em todos esses processos de fortalecimento da educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PDT – DF) – Mas já estava lá a educação, 1988.

Educação é família, escola e mídia. E volto a insistir, para alguns, religião também. E eu respeito e acho que tem até um papel.

Mas esta vai ser a pergunta para todos.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Está bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PDT – DF) – Quanto ao Prof. Cândido, ele deu o exemplo de uma pessoa que bateu num professor. Isso não levaria – o senhor mesmo detalhou – que se proibisse pai de ir à escola, para não atacar professores. Eu diria o contrário: vai ver que ele atacou, porque nunca tinha ido lá, porque nunca conversou com o professor, até porque, se conversasse, o próprio o filho dele talvez não tivesse cometido aquilo, o pai conheceria o professor, sentaria para conversar, em vez de bater naquele professor.

Não é proibindo que pais compareçam à escola; ao contrário, é incentivando que pais compareçam mais à escola, que quebraremos a violência na escola! Mas a pergunta é na mesma linha da sua sugestão: se essa escola que deu um café da manhã, e todo mundo foi. Muito bem. Todo mundo, não. Foi quem gosta de café; foi quem estava com fome; foi quem queria realmente ver os filhos, saber da escola, mas não foi uma quantidade de pessoas para as quais esta lei que estou propondo é dirigida: aqueles que não vão. É para eles que estamos fazendo essa lei.

Então, vou fazer a pergunta geral, mas quero começar, como eu disse, por algumas considerações, porque, se houver dúvida quanto a isso, a minha pergunta não vale.

Primeiro, algum de vocês tem dúvida de que, se os pais frequentassem a escola, diminuiria o consumo de drogas entre os jovens? Acho que ninguém tem dúvida quanto a isso. Alguém duvida que os pais, em frequentando a escola, melhoraria a qualidade da educação? Ninguém tem dúvida. Alguém tem dúvida se melhoraria a estrutura familiar? Acho que ou ninguém, ou poucos teriam dúvida. Alguns têm dúvida de que a frequência dos pais à escola, todos eles, diminuiria a violência juvenil, que é uma praga hoje no Brasil, que estão querendo resolver, não levando os pais à escola, mas diminuindo a maioridade penal? Vejam que País!

Alguém aqui tem dúvida de que melhoraria a alfabetização dos pais, se eles fossem à escola? E não só a alfabetização, mas a própria educação dos pais, cujos filhos, hoje, felizmente, do ponto de vista educacional, têm melhor educação do que os pais. Este talvez seja o maior exemplo de que estamos melhorando: hoje, os menores têm melhor educação que os pais.

Mas será que não melhoraria? Ninguém tem dúvida. Alguém duvidaria que aumentaria a dedicação dos professores à escola se os pais a frequentassem? Alguém duvidaria de que, se os pais frequentassem a escola, aumentaria a força dos professores na hora de fazer as suas greves e reivindicações? Ninguém tem dúvida.

Então, a minha pergunta é uma só: se ninguém tem dúvida disso, o que a gente faz no lugar dessa lei?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/ PSB – AP) – Muito bem. Vamos estabelecer um critério de cinco minutos para cada um responder a esta pergunta específica, cuja resposta também quero ouvir.

O SR. CÂNDIDO GOMES – Bem, tenho algumas dúvidas em relação a essas ligações lineares entre a presença do pai e o professor a uma série de coisas no meio de campo que são pontes secundárias entre uma e outra. Não é, a meu ver, segundo a pesquisa, uma relação simples e linear.

Mas remeto a um livro que V. Exª ajudou a publicar, cooperou na publicação amplamente, quando Ministro da Educação: *Escolas Inovadoras,* um livro coeditado pela Unesco e pelo MEC.

Ali, apresenta-se uma porção de casos de escolas que foram muito bem-sucedidas na superação da violência, até algumas localizadas junto a escolas endemicamente violentas. E o conjunto dessas escolas nos permite extrair algumas lições: em primeiro lugar, elas não fizeram nada de complexo, nem de muito caro ou sofisticado, mas conseguiram tecer uma rede social em torno da liderança do diretor e dos educadores, no sentido de fazer um bom trabalho. E, em se fazendo um bom trabalho, elas atraíram os pais para participarem.

Digamos que aquele café da manhã atraiu quem estava com fome certamente. A fome é muito séria na Estrutural, mas esse é um passo de aproximação. Essa é uma forma de cativar os pais, porque, aí, finalizando, remeto a uma expressão muito importante que o Prof. Bernard Charlot, da Universidade Federal de Sergipe, coloca num dos seus livros:

Aprender.

Mudar atitudes, comportamentos e valores é uma coisa que depende, antes de tudo, da própria vontade.

O aluno não aprende se ele não é convencido e motivado de que precisa aprender e de que aquilo faz sentido e é relevante. Por isso que vivemos em busca da relevância do currículo e do sentido da escola.

Da mesma forma que o menino sai da escola, tira nota baixa, sai da sala de aula – e aí não entra nas estatísticas –, há mil maneiras de resolver os problemas do tédio e do aborrecimento, especialmente do adolescente, que não são estatisticamente mensuráveis.

Da mesma forma que o aluno não aprende se não está convencido, se não está emocionalmente tocado e motivado, da mesma forma, o pai – e o pai, muitas vezes, teve experiências prévias de fracasso escolar – tem uma visão, muitas vezes, negativa da escola. É uma coisa que arrastamos, é uma herança histórica. Vamos superar isso. É óbvio! Mas o pai carrega já uma experiência de, muitas vezes, ter entrado na escola e não ter concluído nem o ensino fundamental.

Então, a meu ver, assim como acontece com a aprendizagem do aluno, o pai só vai confiar na escola e ter a capacidade de trocar ideias com o professor, apesar de universos simbólicos diferentes, se ele for conquistado para isso. Existe a obrigatoriedade escolar. Já está na lei, e isso é bastante rigoroso hoje em dia, mas isso não basta. É necessário, mas não suficiente.

Desculpem-me por me alongar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Prof. Cândido.

Passo a palavra à Profª Clélia Brandão.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO – Eu perguntaria: qual é o papel da família na escola? Que protagonismo se espera da família? Se esse protagonismo está diretamente ligado à qualificação da educação, se esse protagonismo está ligado ao papel da família na construção de uma educação brasileira construída na cidadania e pela cidadania, e essa construção exige a articulação dessa família com a escola. Eu acho que há várias reflexões que antecedem a essa exigência legal. O que nós queremos diretamente com a família na escola? Queremos a reeducação da família. Isso também não compete só à escola, mas ela pode dar a sua colaboração. Porque vejo a educação não como a redentora, mas como um dos direitos sociais que vão construir essa cidadania pensada pela Constituição cidadã.

Nesse sentido, o Ministério trabalha na construção de novas relações entre a família e a escola para uma educação libertadora. E aí o Ministério da Educação desenvolve, sim, programas, porque é impossível chegar a cada família, depois de tantos anos. O Brasil tem quinhentos e quantos anos? Há apenas 50 anos estamos tentando ser um povo brasileiro, acreditando na nossa diversidade cultural. Não é fácil trazer, logicamente, a família, de forma integrada, à escola. Então, o MEC trabalha com o protagonismo da família. E qual é o protagonismo da família? Na qualificação das relações intersociais e intersubjetivas também, a fim de que nós tenhamos, ao final, uma educação de qualidade, que respeite a diversidade cultural deste País, que é tão bonito.

Isso é o que o Ministério da Educação, em especial, é o que a gente faz na Secretaria de Alfabetização e Inclusão, e, diretamente, na Diretoria, que a partir de setembro, logo que eu deixei a presidência no Conselho Nacional de Educação, eu assumi essa diretoria no Ministério da Educação.

Agradeço muito esta oportunidade e agradeço, principalmente, por ter aprendido com meus companheiros desta Mesa.

Muito obrigado, Senador. O senhor é um educador e a sua indignação também nos contamina, porque eu também fico indignada com determinados quadros que nós ainda temos.

Muito obrigada. Sinto-me até emocionada de participar deste plenário. Podia haver mais gente, a gente reconhece que podia estar repleto aqui, porque estamos tratando da centralidade da construção da cidadania brasileira.

Muito obrigada e um bom-dia. Coloco-me à disposição de vocês no Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Profª Clélia Brandão. Esta audiência pública vai ser transmitida pela TV Senado, na íntegra. Também a Rádio Senado e a TV estão acompanhando a audiência.

Passo a palavra ao Prof. Célio Cunha.

O SR. CÉLIO CUNHA – A pergunta do Senador Cristovam é uma pergunta de natureza muito prática. Então, eu faria o seguinte, Senador: primeiramente, eu aproveitaria essa sugestão do representante da Ordem dos Advogados, o Dr. Antonio, que considero uma sugestão muito boa, de liberar a família com atestado da escola para comparecer à escola. Acho que é uma sugestão muito boa e que pode ser aperfeiçoada.

De outro lado, Senador Cristovam, eu aproveitaria a experiência do Oswaldo Cruz, no começo do século. O que Oswaldo Cruz fez para vacinar o Rio de Janeiro, que tinha uma resistência muito grande? Em certo sentido, nós poderíamos até afirmar que o Senador Cristovam, se tivesse ficado mais tempo no Ministério, acabaria fazendo como Oswaldo Cruz: brigando com as famílias.

Então, nós poderemos aproveitar essa experiência, que já está no programa Saúde da Família, e criar na escola – é uma inversão – a figura do visitador educacional. Acho que isso daria um resultado extraordinário. Fazer como a saúde faz hoje – isso vem do Oswaldo Cruz: – ir à família e verificar o que está acontecendo. Então, chamar a família para a escola.

Várias experiências na área do desenvolvimento social atestam que essa visita à família é extremamente importante, sobretudo a experiência desenvolvida no Município de Curitiba, que realmente logrou um sucesso muito grande. Então, eu criaria, se possível, a figura do visitador educacional na escola, para visitar aquelas famílias que não estivessem comparecendo à escola. Eu aliaria essa sugestão com a sugestão do representante da Ordem dos Advogados do Brasil, num novo projeto, que eu acho que poderia ter uma repercussão importante na educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Professor.

Dr. Antonio, para as suas conclusões e responder à pergunta.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Senador Cristovam, o que fazer é um desafio para todos.

Eu queria fazer um registro, Senador: quando eu fazia faculdade, terminando a faculdade, foi editada a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Inclusive a Profª Clélia está com um exemplar dele ali. E essa lei foi um marco para a infância e adolescência no País, até para o processo educacional também. Ele marcou profundamente.

Essa discussão equivocada hoje de redução de maioridade penal é uma situação que não traz absolutamente nenhuma solução; só piora.

O Estatuto foi um marco, uma lei civilizante, inclusiva e que trouxe bastantes avanços para a realidade da infância e da juventude, legitimando e criando cenários diferenciados com o Ministério Público, com o Juizado, com o Judiciário, criando possibilidades de esses segmentos participarem do processo educacional do País também.

Mantendo essa leitura de que a penalização do processo educacional não soluciona, não avança, mas sugerindo, Senador, que fosse criado um processo de fortalecimento na vinculação dos projetos sociais, como exposto pela Profª Clélia, dos projetos, por exemplo, do Ministério dos Esportes, onde se faz um projeto de construção de quadras esportivas, de ginásios, e que isso tivesse condicionantes e vinculações com, por exemplo, o Município, com o Estado na questão de meta, vinculando isso ao processo educacional, e também a esses da saúde, referidos.

Então, acredito que uma formatação mais no sentido de fortalecer os projetos sociais, como o Bolsa Família, o auxílio-maternidade; uma série de circunstâncias que poderiam estar vinculadas ao processo educacional do País. Os projetos esportivos, no Ministério do Esporte; esse, da saúde, de agente de saúde em comunidades carentes, e uma série de outras figuras; nas áreas indígenas, comunidades tradicionais, assentamentos; e também na sociedade como um todo. E que se vinculassem – o senhor, como educador – os mecanismos e se fizesse uma construção, uma vinculação, uma ligação dessas pontes secundárias, como disse o professor, o especialista, no sentido de fortalecer o processo educacional. Esses seriam aspectos de fortalecimento e afirmativos que fortaleceriam o processo educacional, que é uma construção. Seria um dos aspetos para o conjunto do desenvolvimento da sociedade.

Acredito que seria muito mais – seria, não; muito mais, não – seria uma ação de fortalecimento do processo educacional. Vejo, com toda admiração que temos pela figura do educador e também do Senador Cristovam Buarque, que esse processo de penalização não resolveria, não seria um mecanismo ou uma figura de fortalecimento do processo educacional do País, até porque se o pai penalizado, aquele que não por opção, não por alheamento, não por indiferença ou falta de responsabilidade, aquele que por falta de condições materiais, de forma residual, penalizado, é um instrumento que pode ser de exclusão daquele segmento mais carente e já excluído da sociedade e do processo educacional do País. Seria um instrumento não de inclusão, não de apoio, mas de exclusão, de distanciamento desses segmentos que já estão à margem, já estão muito distanciados do processo educacional do País, nesse sentido.

Quero dizer que é uma satisfação, uma alegria participar desta audiência pública. A Ordem dos Advogados do Brasil, o sistema OAB, coloca-se à disposição para contribuir com esses relevantes temas de interesse do País, de interesse da sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente; Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero, em primeiro lugar, dizer ao Dr. Antonio que essa sua ideia é muito boa, tanto que eu só não vou pegar porque a Senadora Lídice já apresentou um projeto nesse sentido, que está andando aqui muito devagar, como em geral são os projetos, mas que a opinião pública toda é favorável; como seria contra se obrigada. Tenho certeza de que, se vieram os dois projetos, a opinião pública não vai ser favorável de casar a obrigatoriedade com a licença; vai ser favorável só à licença. Porque isso tomou conta do País, a ideia de que não temos nenhuma obrigação. Por isso é quase um suicídio político defender a obrigatoriedade do voto, quase um suicídio político quando eu defendo. A imensa maioria hoje é contra isso. Para que obrigar a votar? Eu sou favorável, porque faz parte da educação cívica de um povo votar. Mas a sua ideia é muito boa,

como também é boa a ideia do visitador. Vou analisar se essa do visitador já existe.

Bem, eu quero concluir dizendo o seguinte: essa ideia é uma coisinha tão pequenininha que, às vezes, eu fico com vergonha. Para mim, o projeto mesmo é a federalização da educação de base, em horário integral para todo mundo, com a carreira nacional do professor, ganhando R$9,5 mil por mês, que é um valor que eu acho que dá para atrair os bons quadros da sociedade.

Mas nós temos que lutar por essas coisinhas, da mesma maneira que os abolicionistas lutavam pela Lei do Ventre Livre, pela Lei do Sexagenário, antes pela proibição do tráfico. Eu quero dizer que, nos debates, entre 1871, que é Ventre Livre, e 1888, muitos diziam: "Mas por quê? Nós avançamos muito, filho de escrava já não é escravo. E agora vocês querem abolir a escravidão". Muitos diziam isso.

Depois, mais adiante, em 1885, vem a Lei do Sexagenário, diziam: "Mas a gente já aboliu escravos com mais de 60 anos. Como é que a gente vai fazer a liberdade dos escravos dos outros"?

Até que chegou o dia em que se viu que deveria se votar. E o que aconteceu? Por isso, eu gostei da palavra "indignação" da professora. O que aconteceu, o que levou à abolição foi o sentimento moral de que aquilo era uma imoralidade. Foi isso. Enquanto não houve o sentimento da imoralidade, não tinha. Enquanto era o sentimento da desigualdade, a gente não fez a abolição.

Por isso, o problema sério da educação no Brasil é que o sentimento que nós temos é que a educação é desigual e não que é imoral ter educação desigual. É incrível como a sociedade brasileira – e é uma das últimas do mundo, dos países razoavelmente ricos – não percebe a imoralidade de nós termos... na verdade, são três coisas. Viu, Dr. Antonio? É imoral ser desigual. Eu digo para o senhor, porque a terceira toca em vocês. Uma é a educação. É imoral educação desigual. Não é imoral roupa diferente, desigual, comida mesmo, ir para um restaurante fino ou não, passar férias na Europa ou não. Essas são desigualdades. Não são imoralidades. Imoralidade é morrer antes do tempo por falta de dinheiro. É imoral assistência médica diferente. Eu acho imoral também assistência jurídica desigual. É imoral. Umas pessoas serem presas porque não têm um bom advogado, e outras serem soltas por terem um bom advogado. Tirando essas três, o resto é desigualdade. Esses três são imoralidade.

A gente deve mesmo indignar-se, para tentar criar um sentimento de indignação coletiva com a desigualdade educacional, não só com o atraso educacional. São duas coisas que devem vir juntas e que têm a ver com a ideia de que as escolas eram boas. A qualidade é ruim, pois está atrasando o País. E a desigualdade educacional está dividindo o País em dois tipos de seres humanos.

Mas eu creio que foi bom estar aqui com vocês. Nesses 50 anos em que a gente fala que a gente fez muito, outros países estavam piores do que nós. E hoje são potências. Posso citar diversos. Mas cito dois que todos ouvem mais: Coreia e Finlândia. Os dois estavam saindo de uma guerra. Um, inclusive, uma guerra civil. A outra, uma guerra que tomou um terço do seu território. A Finlândia sobreviveu nos anos 50 recebendo comida enviada pelas Nações Unidas. E deu um salto.

A Samsung era uma produtora de tecido. Hoje, eles produzem essas coisas que a gente usa aqui. Nós temos 250 milhões de telefones desses nas mãos dos brasileiros. Nenhum saiu do cérebro de um brasileiro. Nenhum saiu do cérebro de um brasileiro. Alguns dizem que está até fazendo mal ao cérebro, de tanto usar. Nós demos um passo imenso. Fabricamos 3,5 milhões de automóveis. Nenhum criado no Brasil. Como este microfone não foi. Isso por causa da educação desigual, que permite que milhões de cérebros não se desenvolvam, fiquem restritos. É por esses cérebros pequenos de hoje que eu acho que os pais devem ir lá. O salto dos pais a gente não vai conseguir dar. É claro que a gente não vai dar em educação. É demagogia dizer que vai dar, salvo um ou outro gênio. É como – não digo nem na minha idade – aos 18 anos começar a jogar futebol. É muito difícil que você vire um Pelé. Pelé, não, o Pelé ninguém vai virar nunca. Mas que você vire um bom jogador.

Tudo tem a sua idade, como ser um bom pianista a partir dos 20 anos. Então, o salto é dessas crianças. E eu acho que, se os pais delas não forem, nós estamos prejudicando os cérebros dessas crianças. Não dá para esperar. Dá para esperar a federalização. Mas não dá para esperar.

Mas, Senador, eu quero concluir fazendo uma sugestão. É que não há, aqui nesta Mesa, nenhum aqui representante de pais. Todos são pais e mães, imagino, mas representantes deles não há. Vamos fazer uma audiência com representantes de associações de pais ou até de pais e mestres. Agora, vou lhe alertar para uma coisa: vai ser difícil encontrar uma de escola pública. A maior parte das associações que funcionam bem é de escolas particulares. Por que na escola particular a gente tem os pais participando; e, nas escolas públicas, a gente não tem? Porque pagam, talvez. Então, eu sugiro uma audiência. Não há pressa de aprovar essa lei. Essa lei, de repente, como você mesmo disse, é uma provocação, uma provocação que eu desejo que seja aprovada. De repente mais uma audiência.

Eu também quero que o senhor insista, na Comissão de Constituição e Justiça, a fazer uma audiência do meu outro projeto, que também obriga os filhos de parlamentares a estudarem em escola pública. Está lá parado há cinco anos. Quando eu fiz o projeto, dizia: "Só entra em vigor sete anos depois da lei". Porque, aí, só se candidata quem quiser ter o filho em escola pública. Não vai obrigar para os atuais, o que não é o meu caso, porque desde que eu entrei na política, eu entrei velho na política, quando eu entrei, as minhas filhas já tinham terminado o segundo grau. Então, não exijam coerência disso. E um dia desses, perguntaram se eu tiraria da escola particular para botar na pública. Eu dizia: não, era capaz de eu escolher não ser candidato. Era bem capaz. É um direito que cada cidadão tem. Aí você tem que ver se o seu patriotismo é maior do que o seu "familiarismo".

Pois bem, eu queria que, de repente, fizéssemos juntos aqui uma audiência sobre essa ideia de os filhos dos parlamentares estudarem em escola publica. E eu espero que alguém coloque – eu já tenho brigas demais – que também a gente tenha que ir para o hospital público.

Eu acho que, enquanto a gente não sofre o que o povo sofre, nós não temos o mesmo compromisso e, sobretudo, a mesma urgência. Nós até temos o mesmo compromisso, acredito. Mas a urgência, não. A urgência só vem da pele. A urgência não vem do cérebro. O cérebro se racionaliza e joga para adiante. Agora, a pele, que você sente na fila de um hospital ou no falso ensino ao seu filho em uma escola – se é que os pais percebem – isso é que é importante. Os pais não estão percebendo que a escola dos filhos é ruim, porque eles não tinham nenhuma.

Se fizermos uma pesquisa hoje, os pais vão achar a escola pública do Brasil muito boa. Eles comem! Como é que vão achar ruim um lugar onde se come se em casa não há comida direito? Eles não têm o sentimento. Além disso, eles não tinham nem escola. Além disso, têm onde deixar as crianças durante duas ou três horas por dia, porque eles só ficam até a merenda em muitos lugares e vão embora para casa. Por isso, tem que ser em horário integral. Já pensou em quanto diminuiria a criminalidade juvenil? Eu gostei de ver o senhor defender e eu sabia disso. Se em vez de a gente baixar a maioridade penal, aumentar o número de horas que fica na escola? Como reduziria!

Agora, o problema é que tudo isso exige uma mudança – essa palavra feia, mas que se usa muito hoje – de paradigmas. Exige um paradigma. Um é o paradigma de mais cadeia. O outro é de mais escola. Um paradigma é de mais hospital, inclusive; o outro é de mais saúde preventiva. São paradigmas diferentes. Está aqui um Governador que praticou isso.

Pois bem, eu acho que estas audiências são partes do que é importante para o Senado e eu concluo dizendo que só há uma coisa que eu não me atrevo a colocar, porque nós temos muita coisa para fazer, que é obrigar todo Parlamentar a vir à Comissão de Educação. (*Risos*.)

Isso não dá, porque, de fato, nessa hora, cada um está na sua Comissão. Eu mesmo, muitas vezes, não vou a uma Comissão porque estou em outra. Ontem mesmo, pedi parte de uma bela fala aqui de uma diretora do Ministério da Educação da Finlândia porque eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos e, quando vim para cá ouvi-la, perdi coisas importantes na outra Comissão.

Então, obrigar Senador a vir à Comissão de Educação não dá. Mas, pela vontade dos Senadores, sinceramente, esta não é a Comissão mais prestigiada. Não é. Pode-se ver na hora de escolher o presidente. O presidente de comissão é escolhido pelo tamanho do partido. Eles começam pela Comissão de Constituição e Justiça, que é onde se define o destino do projeto. Depois, eles vêm para a Comissão de Assuntos Econômicos, depois para a Comissão de Infraestrutura, depois vai descendo, descendo...Aqui está em terceiro? Mais do que a Comissão de Assuntos Econômicos? Não! Mais do que Infraestrutura? Está bem, está melhorando. Agora, a última e, aí sim, o Dr. Antonio vai ficar chocado, a última é a Comissão de Direitos Humanos. Acreditem nisso. Direitos Humanos deveria ser a unidade toda.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – É onde sou titular.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É onde você é titular.

Muito obrigado, acho que a ideia da lei, mesmo não sendo aprovada, está cumprindo um certo papel: de quem está assistindo à televisão pensar se está indo à escola ou não. Aí falo para eles que estão assistindo: não esperem a lei, comecem a ir à escola do filho de vocês já.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Cristovam. Gostaria de fazer um comentário muito rápido.

Meus filhos estudaram em escola pública. Na verdade, estudaram debaixo de árvore, em Moçambique. Três anos depois da independência, nós nos mudamos para Moçambique e nossos filhos – meus e de Janete, que é Deputada Federal –, naquela época, não eram obrigados a estudar em escola pública, mas fomos morar lá e só existia escola pública. E não

havia a escola, faltava o prédio, mas havia professor. Então, as aulas eram dadas debaixo de uma árvore.

Mas a importância e a influência da família é tão grande que eles foram alfabetizados na língua portuguesa, com bom sotaque português herdado do colonialismo de Portugal. Ao retornarem ao Brasil, estudaram a vida toda em escola pública. Tenho uma filha que é professora em uma faculdade pública, a Unifesp, e os outros tiveram uma carreira acadêmica até de sucesso.

A outra observação é que acho difícil impor aos Senadores e Deputados, aos agentes públicos, que coloquem seus filhos em escola pública, mas sou 100% favorável ao seu projeto. Pode contar comigo para defendê-lo.

Acho que é necessário fazer novas audiências públicas, porque algumas questões ficaram pendentes. Por exemplo, houve a universalização do ensino fundamental com uma qualidade que pode ter melhorado, mas que não é suficiente para nos satisfazer, para atender à exigência do desenvolvimento do País. No entanto, as universidades públicas continuam com o mesmo padrão: eram boas e continuam boas e disputadíssimas. As melhores universidades, quando se afere a qualidade, são as públicas, que continuam com excelente qualidade. Isto precisa ser analisado: o que foi que aconteceu? Por que as universidades públicas continuam com boa qualidade e o ensino fundamental, que é a base, está com um grave problema de qualidade.

Enfim, vale à pena trazer pais aqui. E acho que não vai ser difícil encontrar algumas associações de pais bem-sucedidas em torno da escola. Vamos correr atrás para trazer aqui, para sentirmos, porque acho que o caminho é este. A família é fundamental, é decisiva na educação, pelo menos assim aconteceu com meus filhos. Tenho até umas fotografias muito bonitas em casa. Essa escola debaixo da árvore não alfabetizava muito, então, em casa, tenho algumas fotografias da Janete alfabetizando nossos filhos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E um virou Governador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – E um virou Governador, a outra é professora. Então, isso mostra que a escola pública, que a educação pública pode ser bem-sucedida. Mas, claro, se os pais estiverem muito presentes.

E, ontem, eu estava conversando com a minha filha Luciana, especialista em comunicação, e ela estava falando com o filho: “Olha, vai cuidar do dever de casa”. E ele é muito bem-sucedido na escola. E eu falei a ela: está vendo? E agora há outro nome quando o aluno tira nota máxima na escola, e não se diz mais 10, como era no nosso tempo; há outra denominação... gabaritou! A expressão que ele usa quando vai bem na escola, chega dizendo que gabaritou em matemática e faz a festa. Mas ele gabarita porque a mãe está no pé dele. Eu acompanho, é meu neto, e a mãe está ali permanentemente cobrando dele para que faça o dever de casa, cobrando leitura, enfim.

Todos nós estamos convencidos de que a família é muito importante. Então, temos que continuar fazendo audiência pública até acharmos uma maneira de atrair novamente os pais para a escola.

Imaginei, quando Governador, a autonomia da escola, mudança curricular. Fizemos isso, dando autonomia à escola para que o dinheiro chegasse a ela, porque acho que o dinheiro tem muita influência nas políticas, em qualquer política, e em educação também. O dinheiro chegando à escola, todas as necessidades da escola sendo supridas pelo entorno da escola, como a merenda escolar ser comprada no entorno. Nós criamos um mecanismo, o famoso Caixa Escolar, que deu uma dor de cabeça danada depois. E a escola, desse modo, passava a comprar no bairro. Então, a escola passou a ser uma grande atração no bairro, porque comprava todos os produtos para a alimentação no bairro, contratava os profissionais, sejam carpinteiros, pedreiros, quem fosse necessário, entre os pais dos alunos. Isso, de fato, teve uma enorme influência na educação dessas crianças. E também a escola passou a ser olhada com grande simpatia por todo mundo no bairro.

Claro que esse processo deveria continuar por muitos anos. Ele foi paralisado. Agora, estamos tentando retomar. Porém, reconstruir é pior do que começar tudo de novo.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de aproveitar para fazer um pedido ao Dr. Antonio, como representante da OAB.

A OAB está defendendo uma decisão que, para mim, é muito perigosa para a escola pública: a ideia de que nós podemos descontar a totalidade dos gastos com educação na hora de pagar o Imposto de Renda.

Isso é uma decisão contra a escola pública, porque vai dizer que quem paga Imposto de Renda, que já não são pobres, terá escolas boas pagas pelo governo, porque o governo quer abrir mão do dinheiro para passar para gente. Então, vai abrir mão de um imposto para financiar escola particular da pessoa. Segundo, vai reduzir dinheiro no Tesouro, que pode sair da educação ou de outro setor, mas vai.

Eu fui falar com o Presidente da OAB e manifestei a minha preocupação. Eu acho que não está sintonizada com o espírito libertário, progressista, democrático da OAB essa defesa de algo para nós que

pagamos Imposto de Renda. Não é só para os advogados, para nós.

Eu até tenho dito que é como se a OAB – o Presidente disse que se tem que ir por partes, mas por parte não extinguem os que pagam Imposto de Renda. Eu até disse para ele: na OAB, a quem a gente deve – se escolhermos alguma entidade – a democracia, ela não disse: "Vamos acabar com a tortura primeiro para quem paga Imposto de Renda, depois a gente cuida dos outros". Não. Lutou para acabar com a tortura que afetava todo mundo.

A OAB tem que entrar numa campanha pela educação universal de qualidade igual para todos. Isso é que tem que ser. E aí não é pelo desconto do Imposto de Renda, aí é pelo investimento público. Tem que lutar para que o filho de advogado não precise pagar escola. É um absurdo que o filho de um rico precise pagar escola. Ele vai estudar para servir ao país, ninguém tem que pagar escola. Eu não sou contra escola particular, pode ter uma escola particular que o Estado financie. Não sou contra a gente ter essa alternativa por razão religiosa ou por outras razões, mas tem de ser pública.

Quero deixar aqui esse apelo ao senhor. Não precisa se comprometer nem responder, mas peço que reflita um pouco mais. A OAB apresentou uma ADI, uma declaração de inconstitucionalidade, ao fato de que se limita em R$3 mil de desconto, por criança. Para se ter uma ideia, o brasileiro pobre... Nós gastamos R$2 mil apenas. Ou seja, o Estado já dá.. Não dá porque não é a totalidade do desconto que é descontado; aquilo é a renda. A devolução, digamos, é menor, mas, mesmo assim, é um desconto 50% maior do que o que a gente gasta.

Se for declarada a inconstitucionalidade, como acredito que terminará acontecendo, pela visão do indivíduo mais do que a do coletivo no Brasil, isso deve ir para R$6 mil, R$ 7mil, ou seja, será três vezes o valor que a gente gasta com o pobre. Vamos abrir mão desse valor e gastar dinheiro público para gastar com os filhos das nossas classes. Não vai ser bom isso, vai ser muito ruim.

Deixo aqui o meu apelo à OAB, mas não estou cobrando resposta nem nada. Fica só a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Senador Cristovam, muito obrigado.

Não havendo mais quem queira se manifestar.

O senhor gostaria de se manifestar?

Pois não, Dr. Antonio.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Sr. Presidente, Senador Cristovam, o debate realizado em torno da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa à retirada do teto da educação não tem o impacto, o efeito dessa ação não irá enfraquecer ou restringir a política educacional do País. Pelo contrário, vai propiciar. Quem já tem um patrimônio grande, que pode se denominar rico, não precisa, não será incomodado e não será afetado por esse tipo de investimento. É claro que seria escalonado ou relacionado o que se entende com gasto em educação e qual o tipo de educação que teria isso aí. Isso vai beneficiar a classe média baixa, que teria interesse em, por exemplo, não só fazer um investimento maior em educação, mas também adquirir livros. Nós não temos uma estrutura... Defendemos que o ideal seja uma estrutura pública universal, integral e ampla para todos, mas não a temos.

Isso possibilitaria adquirir mais livros, possibilitar que uma família de baixa renda invista para que um filho faça curso de inglês, um curso de línguas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas, Dr. Antonio, baixa renda não paga Imposto de Renda!

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Agora, entendemos que deveríamos focar – e o Estado também intensificar – em que, se há impacto orçamentário mínimo com relação a essa restituição, o Estado deveria ser repassado ao cigarro, para as bebidas, para outras áreas que não tenham efeito positivo ou que, pelo contrário, têm efeitos colaterais que oneram a saúde, que acabam impactando outras estruturas públicas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas, Dr. Antonio, por que não pegar essa sua boa ideia de aumentar impostos de bebidas e de cigarro e passar para quem paga imposto de renda e não distribuir para todos?

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Só para os que fumam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, não! Tira dos que fumam. Não, não, não! O senhor não entendeu. Vai tirar dos que fumam, mas, quando entrar no Tesouro, em vez de ir para quem paga Imposto de Renda, ir para todos os brasileiros.

O SR. ANTONIO ONEILDO FERREIRA – Sim, vai compensar se houver um impacto, uma diminuição mínima, que não é um impacto grande, ir para o bolo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Senador Cristovam e Dr. Antonio, nós estamos fugindo um pouco do nosso objetivo.

Eu queria agradecer a todos que compareceram aqui e que nos ajudaram a refletir sobre essa questão fundamental, que é a participação da família na escola e na educação.

Não havendo mais quem queira se manifestar, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2013.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Cássio Cunha Lima e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Ana Rita, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves e José Agripino. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, parabeniza o programa Telecurso, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, pelos trinta e cinco anos de contribuição no aprimoramento da educação brasileira. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 15)**. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior, nos casos que especifica". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Institui a Medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer favorável é aprovado. É aprovado Requerimento de Urgência para a matéria (**ver Extra-Pauta: Item 16**). **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para garantir aos estudantes financiados que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas vincendas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. Na reunião do dia de hoje, a presidência devolve a relatoria da matéria ao relator original, Senador Pedro Simon. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro de Heróis da Pátria". O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 16)**. Neste momento, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 20/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos regimentais, a realização de Colóquio, no âmbito desta Comissão, com o apoio do Superior Tribunal de Justiça e da Universidade do Texas em Austin, destinado a debater 'O Futuro da Educação Superior no Brasil e nos Estados Unidos: Ciência Sem Fronteiras e Democratização do Ensino Superior'. Como expositores, sugiro os seguintes nomes: Professor William C. Powers, Reitor da Universidade do Texas em Austin; Professor William Fisher, Diretor da Faculdade de Geociências da Universidade do Texas em Austin; Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante; Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Herman Benjamin, professor da Universidade Católica de Brasília e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Senhor Doutor Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Senhor Ministro George Torquato Firmeza, Diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 16: Requerimento de Urgência nº 21/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2013, que 'Institui a Medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na

ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988', de autoria do Senador Vital do Rêgo". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2012; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 260,de 2011 e Requerimento, de autoria do Senador Inácio Arruda**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Gostaria de parabenizar o programa Telecurso pelos 35 anos de contribuição no aprimoramento da educação brasileira. O Telecurso, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho e da Fiesp, faz parte do dia a dia de milhares de jovens e adultos que acompanham as teleaulas, todas as manhãs, num sistema de educação a distância, que reforça as disciplinas como as de Matemática, Português e Ciências.

Meus cumprimentos à Rede Globo e aos idealizadores do Telecurso.

Em relação aos cursos a distância, esse foi um dos pontos abordados com o Ministro Aloizio Mercadante, que promete, no PNE, reforçar, ainda mais, esse tópico, porque tem sido de grande importância e também tem trazido resultados extremamente alvissareiros.

Pediria às Srªs e aos Srs. Senadores para votar um requerimento extrapauta, antes de passar a palavra para o Senador Lira.

EXTRAPAUTA

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 20, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Colóquio, no âmbito desta Comissão, com o apoio do Superior Tribunal de Justiça e da Universidade do Texas em Austin, destinado a debater "O Futuro da Educação Superior no Brasil e nos Estados Unidos: Ciência Sem Fronteiras e Democratização do Ensino Superior". Como expositores, sugiro os seguintes nomes: Professor William C. Powers, Reitor da Universidade do Texas em Austin; Professor William Fisher, Diretor da Faculdade de Geociências da Universidade do Texas em Austin; Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante; Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Herman Benjamin, professor da Universidade Católica de Brasília e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Senhor Doutor Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Senhor Ministro George Torquato Firmeza, Diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Em votação o requerimento.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Este Senador que vos fala. Desculpem-me.

Está em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir.

Como é o Senador que nos fala, abro mão da minha fala e já, de pronto, apoio o requerimento.

Na verdade, é uma homenagem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pela deferência.

Em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Estamos todos votando a favor do Senador que nos fala.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. O Senador que vos fala agradece.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – E a minha votação é "sim", em homenagem ao Senador que nos fala.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passemos ao item nº 6, de que o Senador Benedito de Lira fará a leitura:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, de 2012
- Terminativo -

Concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior, nos casos que especifica.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável

Embora seja terminativo, estamos aguardando o quórum que temos, porque temos mais 14 projetos já lidos e discutidos, aguardando só a votação.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Inácio Arruda apresenta o Projeto de Lei do Senado nº 378, que estabelece, sem dúvida nenhuma, anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior nos casos que especifica.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional.

Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 378, de 2012, respeita a competência, regimentalmente atribuída a esta Comissão. Uma vez que este Colegiado é o único a analisar o projeto, tendo poder terminativo sobre a matéria, torna-se imposição regimental o seu pronunciamento também sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

A universidade, por definição, é um centro de produção e difusão do conhecimento. Em seu ambiente, ideias inovadoras afloram naturalmente e, com frequência, entram em colisão com a mentalidade predominante no meio social em que se inserem. Por conseguinte, o conflito com interesses econômicos e políticos torna-se inevitável. Tem sido assim desde a Era Medieval do ocidente europeu, berço da universidade, em uma época na qual o pensamento religioso era hegemônico e membros do clero compunham parte significativa do corpo docente. O conflito entre as ideias e a hierarquia eclesiástica logo se manifestou de forma e intensidade diversas. Com a secularização da universidade, não tardaram a surgir conflitos entre o livre pensar e as razões de Estado.

Desde o nascimento dos primeiros cursos superiores no Brasil, principalmente após a independência do país, emergiram tensões entre o meio acadêmico e o poder do Estado. Os estudantes eram os principais agentes da agitação política, as rebeliões provinciais do Império e o abolicionismo, o movimento republicano, a crítica ao poder oligárquico, o nacionalismo econômico e a radicalização revolucionária, a luta contra as ditaduras, em todos os acontecimentos relevantes da nossa história o ambiente universitário apresentou-se como um centro de contestações e de busca de soluções para os desafios brasileiros.

Dessa forma, é natural que os governos autoritários tenham tradicionalmente focado o seu poder repressivo sobre as universidades. Nos períodos em que a universidade foi objeto desses assaltos, dirigentes e professores foram afastados ou deixaram os seus cargos e funções em protesto contra a situação. Muitos estudantes, por sua vez, foram expulsos ou tiveram os estudos perturbados pelos conflitos decorrentes da militância política.

O presente projeto concede, de forma justa, anistia a alunos excluídos dos quadros discentes de instituições federais de educação superior devido ao abandono, ao jubilamento ou à expulsão por motivos políticos. As normas estabelecidas pelo Projeto nos parecem adequadas e serão complementadas por regulamento que, por certo, deixará claros os critérios para se determinar o conceito de atividade política e em que medida o afastamento do estudante pode dela haver decorrido.

Em suma, no mérito, julgamos válido o acolhimento da proposição.

No que diz respeito à juridicidade e à constitucionalidade, assim como à técnica legislativa, não há reparos a fazer.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2012.

Esses são o meu voto e o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

O Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2012, está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

Primeiro, cumprimento o Senador Inácio Arruda, pela iniciativa, e o Senador Benedito de Lira, pelo brilhante relatório.

Eu tenho aqui uma informação que me chegou do Governo. Passo a ler exatamente como escrito aqui: "Embora seja indiscutível o mérito da matéria – e aqui cumprimentamos tanto o autor quanto o relator –, o Ministério da Educação solicita que se peça vista ou que se retire a matéria de pauta para uma análise mais detida da proposta".

O que eu subentendi é que a votação é tranquila. Eu acho que, se não tirar de pauta hoje, semana que vem a gente pede vista. Então, para nós acelerarmos o processo, peço vista, porque, com certeza, o Ministério dará um parecer favorável – eu tenho esse entendimento –, e nós votaríamos a matéria, por acordo, seguindo a orientação do Relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vistas coletivas, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vistas coletivas então, conforme pedido pelo Senador Paim acompanhando o autor da matéria, Senador Inácio Arruda. Aliás, é uma iniciativa de bom senso, porque, se retirar o projeto, quando ele voltar na semana que vem, alguém pode pedir vistas de novo. Assim, na semana que vem ele volta para a pauta.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon para proferir o seu relatório no Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2013.

ITEM 7
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 7, de 2013
- Não Terminativo -

Institui a Medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Autoria: Senador Vital do Rego

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Favorável

Observações:

1- A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

2- Na reunião do dia de hoje, a Comissão aprovou Requerimento nº 21/2013-CE, que solicita urgência para a matéria (*Extra-Pauta: Item 16*).

Com a palavra o nobre Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, de autoria do Senador Vital do Rêgo, o projeto visa instituir a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso solene dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A proposição está assim vazada:

Em seu artigo 1º, fica instituída, no âmbito do Senado Federal, a Medalha Ulysses Guimarães, destinada a agraciar pessoas naturais ou jurídicas que, no País, tenham se destacado no campo da promoção da cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

O artigo 2º dispõe que a referida medalha será concedida pela Mesa Diretora do Senado Federal e será acompanhada da concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados.

O artigo 3º determina que a cerimônia de entrega da medalha será realizada em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

No artigo 4º está disposto que as despesas com a confecção das medalhas correrão por conta da dotação orçamentária do Senado Federal.

Por fim, o artigo estipula a vigência da Resolução a partir da data de sua publicação.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a CE está legitimada a opinar sobre datas comemorativas e homenagens cívicas, caso específico do mérito desta proposição em exame.

Passando ao mérito, cabe destacar que Ulysses Guimarães seguramente é um dos vultos mais extraordinários da história do Brasil. Não há, em nossa história, nenhum brasileiro que percorreu tanto, e tantas vezes, o Brasil em milhares de quilômetros, em milhares de cidades, como o querido Dr. Ulysses. A minha cidade, Caxias, ele foi umas dez ou quinze vezes, sempre em defesa da democracia.

Uma vida com doze mandatos de Deputados, desde que reabriu a democracia: em 1946, Deputado Estadual, em São Paulo; de 1950 até à morte, Deputado Federal. Além disso, o Dr. Ulysses foi Ministro na época do parlamentarismo, foi Presidente da Câmara, foi muito agitada e brilhante sua participação como Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Esta é a terceira proposição sobre esta matéria que passa pelo Congresso. As duas anteriores, de minha autoria, Sr. Presidente. Uma se perdeu nas gavetas do Senado e não foi adiante; a outra foi aprovada, por unanimidade, no Senado, mas se perdeu em uma das gavetas da Câmara dos Deputados. Espero que esta, de autoria do Líder do Governo, claro, passará tranquilamente aqui e espero que tenha um justo destino, porque é um absurdo que um projeto desta importância o Congresso não tenha dado o respeito que merece.

Por isso, sou inteiramente favorável. Já peço urgência, inclusive, para se votar aqui e que possa ser votado em plenário. Espero que as lideranças do Senado entrem em contato com a Presidência da Câmara, para que, mais uma vez, não fique nas gavetas da Câmara dos Deputados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tem o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O Projeto de Resolução do Senado nº 7 está em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Simon, quero cumprimentar a iniciativa que institui a Medalha Ulysses Guimarães. Eu fui Constituinte, acompanhei a caminhada de Ulysses, a competência de ele estar presidindo, naquela época, a Câmara e a Assembleia Nacional Constituinte.

Sem sombra de dúvida, é uma lembrança que ficará para a história, a Medalha Ulysses Guimarães, e será ofertada àqueles homens e mulheres que efetivamente defendam a democracia e os direitos humanos.

Nós temos diversas medalhas no País. Esta, sem sombra de dúvida, é uma das mais justas, principalmente pela figura emblemática de Ulysses Guimarães.

Por isso, meus cumprimentos à iniciativa e, principalmente, neste momento da história, ao Relator, nosso querido amigo e ícone para todos nós Pedro Simon. Não poderia ser outra pessoa a relatar este projeto: Pedro Simon para Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito bem observado, Senador Paim. Realmente, são dois ícones: Senador Pedro Simon e o falecido e amigo Ulysses Guimarães, que realmente deixou uma marca indelével em sua vida pública.

Passo a palavra, com muito prazer, ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a iniciativa do Senado Federal é meritória. Fazer uma homenagem a Ulysses Guimarães é uma coisa que, na verdade, esta Casa já está a dever há muito tempo, como o Congresso Nacional. Como disse o meu prezado e querido Senador Paim, o relator desta matéria não poderia ser outro senão o Senador Simon. O Senador Simon, que foi companheiro e foi amigo; o Senador Simon, que é uma das reservas morais da política nacional. Nada poderia ser melhor para esta Casa que o relatório de S. Exª.

Eu não tive o privilégio, Senador Paim, de conviver com o Deputado Ulysses Guimarães quando Deputado e quando Presidente da Câmara dos Deputados e da Constituinte, pois eu só cheguei àquela Casa após a promulgação de nossa Constituição, promulgada em 1988. Eu cheguei àquela Casa em 1994. Mas era um grande admirador das ações, da personalidade, das atitudes do homem que era Ulysses Guimarães. Lamentei, profundamente, não só sua trágica morte, mas, ao mesmo tempo, também lamentei que, naquela oportunidade, candidato à Presidência da República, não tivesse tido, por exemplo, os votos necessários para dar continuidade, no Executivo, ao trabalho que ele fizera com muita decência, com muita honradez no Poder Legislativo.

O Poder Legislativo brasileiro era grande, se engrandeceu com a sua presença na Casa e, com especialidade, ao dirigi-la.

Por isso, eu queria cumprimentar o Senador Simon pelo relatório que faz e, ao mesmo tempo, dizer que, se dependesse da gente, poderia aprovar esta matéria aqui, independentemente de ir ao plenário. E digo isso porque eu tenho apenas uma preocupação, Senador: ao sair daqui, se for necessário – e me parece que não é, porque é uma medalha do Senado e só deverá ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal... Como disse o Senador Pedro Simon, pedindo já a urgência, e como a matéria não depende de quórum privilegiado para a aprovação nesta Comissão, seria interessante que V. Exª pudesse adotar essa providência e, ainda hoje, encaminhá-la ao plenário da Casa, a fim de que, ali, possamos discutir e votar a proposta.

Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita que eu diga uma frase apenas.

Como eu fui Constituinte – e ouçam o que eu vou dizer –, posso asseverar que aqui estiveram inúmeros Constituintes que se tornaram Presidentes da República, mas a Constituinte teve dois gigantes: Ulysses Guimarães e Mário Covas. Não falo isso por estar na sua presença e porque eles faleceram, não. Ulysses Guimarães e Mário Covas foram os dois gigantes da Assembleia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito bem lembrado, Senador Paim.

Continua em discussão. (*Pausa*.)

Senador Roberto Requião, para discutir? (*Pausa.*)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Gostaria que se incluísse também o Presidente José Sarney, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sim, também.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Se não fosse o Presidente José Sarney à frente da Presidência da República, nós não teríamos tido a Constituição que nós temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Bem lembrado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – *Ridendo castigat mores*. Eu fico aqui me perguntando se não seria lícito incluir o nosso amigo, o meu amigo pessoal Nelson Jobim, que fez parte da Constituição, sem consultar o Plenário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor pode fazer a proposição. (*Pausa*.)

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero devolver a relatoria do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007, que foi dada ao Relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp, ao Relator original, Senador Pedro Simon, que já se encontra aqui.

V. Exª não precisa ler o relatório, que já foi lido, mas a relatoria continua com V. Exª.

Então, como se trata de item terminativo, apenas aguardaremos a composição do quórum para a votação.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2012
- Terminativo -

Inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro de Heróis da Pátria.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relator A*d Hoc*: Senador Benedito de Lira.
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Senadora Lúcia Vânia, relatora deste projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque, oferece parecer à presente proposição, que, na verdade, pretende inscrever o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no *Livro de Heróis da Pátria*.

A competência desta Comissão, Sr. Presidente, está estabelecida no Regimento Interno do Senado Federal. Assim, a matéria foi distribuída para apreciação exclusiva, em caráter terminativo, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, o Joaquim Nabuco, foi abolicionista, monarquista, deputado, memorialista, historiador, diplomata, escritor talentoso. Protagonizou um período de importantes mudanças no País e no mundo. Radical no absolucionismo, tornou-se conservador depois, na República, mas manteve a paixão pelas belas causas. Viu na libertação dos escravos e, depois, na união das Américas, sob direção norte-americana, duas dessas belas causas e buscou brigar por elas.

De acordo com o sociólogo Marco Aurélio Nogueira, em seu artigo "Nabuco, um diálogo em aberto", a reforma social de Nabuco configurou-se como uma estratégia do desenvolvimento econômico, do progresso do homem, de homens livres. Poderia constituir um dos efetivos mercados de trabalho e de consumidores, sem o que o desenvolvimento ficaria represado e tenderia à deformação.

Um ciclo de crescimento econômico sem reforma social levaria a sociedade a um estado de desigualdade, que, em alguns pontos do futuro, cobraria seu preço.

Nisso, o modo Nabuco de pensar a reforma mostra enorme atualidade no Brasil da primeira década do século XXI, que ingressou de vez no círculo das grandes economias capitalistas, sem ter resolvido, de modo categórico, sua histórica deficiência social. Desse modo, concluiu Marco Aurélio, Joaquim Nabuco "deixou um legado raro de um político intelectual, de formação liberal, que soube descer às catacumbas sociais e visitar a Nação em seu leito de paralisia coerente".

Podem abraçar a questão social ou ao menos não se omitir diante dela. Nabuco certamente tem algo a nos dizer sobre as questões e os dilemas com que nos debatemos hoje, em nossa República consolidada, antes de tudo, sobre o modo como temos praticado a reforma social e buscado construir uma sociedade que inclua todos os seus integrantes.

No que tange aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, os quais compete à Comissão de Educação igualmente analisar, não há reparos a fazer ao PLS nº 383, de 2012.

Contudo, para melhor se adequar à técnica legislativa, é conveniente alterar a expressão "no tempo futuro, será inscrito", constante do art. 1º da proposição para o termo "no presente fica inscrito".

Além disso, também é necessário ter o nome do local em que está depositado o *Livro dos Heróis da Pátria*, no qual se pretende escrever o nome do homenageado, para que seja corretamente identificado.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2012, com a seguinte emenda:

Emenda de Redação à Comissão de Educação.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Esse é o parecer da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, pela gentileza de aceitar ser Relator *ad hoc.*

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Paim e, depois, o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nos 125 anos da abolição da escravatura, esta bela iniciativa do Senador Cristovam Buarque vem coroar, com brilho especial, a história desse homem.

Diz o Senador Cristovam na justificativa do projeto:

A luta política de Joaquim Nabuco para fazer apenas a Lei Áurea justificaria considerá-lo como herói do Parlamento [e da Pátria, naturalmente] *e, talvez, o mais genial dos parlamentares brasileiros em toda a nossa história.*(...)

Joaquim Nabuco teve por aliados e companheiros os afrodescendentes José do Patrocínio e Luís Gama, grandes jornalistas, e por predecessores [é o que aqui se diz também, e lembro eu] *Ganga Zumba e Zumbi, lutadores pela libertação dos escravos.*

Eu só posso cumprimentar, com muito respeito e carinho, o autor da proposta, a Relatora Lúcia Vânia e também o nosso Relator *ad hoc*, que manteve o parecer da Senadora Lúcia Vânia, que, consequentemente, com a emenda de redação, pede a aprovação, na íntegra, desta bela iniciativa.

Mais uma vez, Senador Cristovam, lembro o dia em que estávamos em um evento na biblioteca em comemoração aos 125 anos da abolição. Pediram para que nós dois falássemos. Eu disse: "Eu, negro, falo todos os dias da história do negro". Eu pedi, então, que o Senador Cristovam falasse por todos nós, e ele fez um belo pronunciamento.

Era só um depoimento, cumprimentado o autor, a Relatora e o nosso Benedito, Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Parabéns!

Parabenizando também o autor, o Senador Cristovam Buarque, pela iniciativa, passo-lhe a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero agradecer ao Senador Benedito de Lira pela leitura *ad hoc* do parecer da Senadora Lúcia Vânia.

Quero dizer que aqui estamos realizando algo de que os jovens brasileiros precisam tomar conhecimento: estamos falando da figura de Joaquim Nabuco e de seu esforço heróico.

Senador Paim, depois que a abolição foi conquistada, parece que tudo foi fácil, parece que tudo foi muito simples, mas foi uma luta muito forte, que levou, inclusive, Deputado a perder a eleição na disputa, defendendo uma bandeira que incomodava as elites da época. E o povo ficava alienado.

A verdade é que, no Brasil, a elite defendia explicitamente a escravidão – aqui, estou ao lado de um historiador, o Senador Randolfe –, e a população ou a defendia também ou a tratava como algo tão natural, que ninguém se revoltava, ninguém se manifestava contra. A prova é que, ao longo dos séculos, salvo algumas rebeliões de escravos, não houve grandes manifestações pela abolição. Ao longo de toda a luta abolicionista, nossos cursos superiores ficaram alheios, alienados. A Igreja Católica – muitos não gostam quando se diz isto; não falo da religião em si, mas da estrutura – foi permanentemente conivente com a escravidão.

Joaquim Nabuco enfrentou tudo isso. Ele enfrentou a Igreja, ele enfrentou os latifundiários, ele enfrentou a própria opinião pública e conseguiu, através de uma habilidade maravilhosa que ele tinha, fazer com que a lei fosse enviada pela Princesa e, em dez dias, fosse aprovada aqui. Deve-se isso ao seu mérito.

Quero dizer também que se deve a ele, especialmente ao seu livro *O Abolicionismo*, a indignação com a escravidão. Nós não fazemos mudanças substanciais apenas a partir da lógica; só a partir da ética, da indignação.

Tenho a impressão, Senador Randolfe, de que estão tendo tanto destaque na opinião pública as manifestações do Presidente do Supremo, que, aliás, é descendente de escravo, pelo fato de que ele carrega a indignação. Ele não fala com base em lógica. Ele fala com base em indignação.

A abolição foi fruto da indignação, que, a partir de certo momento, surgiu em relação a esse crime contra a humanidade, que é a escravidão. E essa indignação se deve a Joaquim Nabuco. Ao mesmo tempo, deve-se a ele a habilidade política para transformar a indignação em projeto de lei.

Dito isso, eu quero apenas agradecer o parecer da Senadora, mas dizer, Senador Benedito, que eu discordo de um pontinho do relatório dela, quando ela diz que Joaquim Nabuco, depois, ficou conservador. Não, ele continua monarquista. Mas não é necessário que um monarquista seja conservador. Os países da Europa têm feito transformações sociais com a monarquia,

e longe de mim defender isso, até porque eu acho que é um atraso político, mas não do ponto de vista social.

Joaquim Nabuco continua até o fim, embora tenha moderado um pouco a sua visão monarquista, quando terminou embaixador da República nos Estados Unidos. Mas ele não foi um conservador em nenhum momento. Tanto é que passou o tempo depois da abolição da escravatura, e já antes, defendendo a educação e a terra para os ex-escravos e seus filhos.

Eu fico muito contente pelo fato de o parecer da Senadora Lúcia Vânia ser tão positivo e espero que, em breve, a gente possa ter o nome Joaquim Nabuco no livro dos heróis do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns. Tenho a certeza de que o Senador Benedito de Lira faria esse reparo que salientou em relação à Senadora Lúcia Vânia. Mas ele não quis mexer no relatório, porque estava sendo Relator *ad hoc*, mas eu tenho certeza de que comunga da mesma opinião de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria, pela importância do projeto do Senador Cristovam, que é um projeto simbólico, mas fala da liberdade, da justiça e pelo fim definitivo da escravidão, e tem essa simbologia, pedir que a gente aprovasse que ele vá ao plenário em regime de urgência, se V. Exª concordar e ninguém for contra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Então, vamos colocar extrapauta o requerimento ao Projeto de Lei do Senado nº 383. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador contrário ao requerimento, fica aprovado.

Em seguida, submeto a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei do Senado nº 383, que foi lido há pouco pelo Relator *ad hoc*, Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Perdão, Senador. Cometi uma falha aqui, pois ele é terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É terminativo, já está pronto e não precisa ir a plenário. Estamos tranqüilos. Mais tranquilo ainda fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, melhor ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu pensei que não fosse terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Então, vamos colocar em discussão o Projeto de Lei nº 383, relatoria *ad hoc* do Senador Benedito de Lira.

Terminada a discussão, vamos colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores...

Ah, não! Este é terminativo também. Senador, prazer em tê-lo aqui. Aliás, hoje, passaram 12 Senadores por esta Comissão, apenas não ao mesmo tempo.

Vou interromper aqui para aproveitar para fazer um apelo muito grande. Na semana que vem, na terça-feira, nós vamos realizar a nossa reunião às 9h, quando começarei a ler os requerimentos, e acredito que até às 9h30 nós consigamos obter o quórum. Combinei com o Senador Lindbergh. O horário da Comissão dele é às 10h, mas ele não consegue começar antes de 10h40 ou 11h. Hoje, nem ele obteve quórum, nem nós obtivemos quórum. Então, na semana que vem, vamos mandar um lembrete. Não vamos fazer como fez o Senador Requião, que disse que, na primeira legislatura, mandou um telegrama para os pais dos Senadores, dizendo que estava sentindo falta da presença do Senador na sua Comissão. Nós não vamos chegar a esse ponto, mas faço aqui este apelo e, na semana que vem, vamos fazer um lembrete à assessoria dos gabinetes, porque já estamos com 15 terminativos lidos e discutidos.

Então, sobresto esta discussão do 383 e submeto, extrapauta, o requerimento de urgência do Projeto de Resolução nº 7, que institui a medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

EXTRAPAUTA

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 21, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2013, que "Institui a Medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988", de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Autoria: Senador Cyro Miranda

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sou Relator de dois projetos. Pergunto se já foram lidos. Se não foram lidos, não seria bom que eu os lesse? Daí, com mais tranquilidade, votaríamos na terça.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Já foram lidos os dois projetos de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já foram lidos? Muito bem. Missão cumprida, então.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não só cumprida como longa. Um deles é o item 10.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. E o outro é o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – E o item 12.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ambos já foram lidos?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Os dois projetos foram lidos e foi iniciada a discussão. V. Exª é primoroso nas audiências em nossas Comissões.

Então, repito o apelo para que, na semana que vem, terça-feira, possamos dar o andamento que esta Comissão pretende e tem como meta: vamos liquidar os 15 projetos. Assim, começaremos uma pauta nova. Eu quero entrar no segundo semestre zerado, com a nossa pauta zerada.

Eu quero parabenizar os Srs. Senadores a quem temos mandado as relatorias, pois S. Exªs as têm mandado de volta, praticamente na sua totalidade, em tempo recorde. Isso é muito bom. Agora só falta conseguirmos quórum.

Nada mais havendo a comentar...

Pois não. Antes de encerrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós estamos articulando, e quero cumprimentar V. Exª e a equipe, um seminário que inclusive vai ser realizado pela manhã e à tarde. A data já está assegurada? Não? Estamos ajustando a data, mas esse seminário, para mim, é de suma importância. Cumprimento – já foi aprovado o requerimento – a equipe que está montando o seminário, pela importância do tema, que é sobre educação e investimento inclusive do exterior na educação brasileira. Diversas pessoas já me ligaram cumprimentando a Comissão pela iniciativa. Quero apenas destacar que a data será ajustada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Será agendada.

Cumprimentamos V. Exª pela iniciativa. O requerimento já está aprovado e terá toda prioridade na Casa. É só agendarmos e vamos fazer isso da maneira mais rápida.

Mais uma vez agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, encerramos a presente reunião e convocamos outra para a próxima terça-feira, às 9 horas.

Muito obrigado. Um bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de abril de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Paulo Davim e Magno Malta. Registra-se a presença dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Wellington Dias, e dos Deputados Federais Sarney Filho, Janete Capiberibe, Lincoln Portela, Chico Alencar e Domingos Dutra. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2013, que requerem a realização de audiência pública para discutir a situação dos povos indígenas, e os principais problemas que afetam essas comunidades, por ocasião da semana em que se comemora o Dia Nacional do Índio. **Autoria**: Senadora Ana Rita. **Convidados**: Marcelo Veiga, assessor especial, em representação do Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça; Padre Ton, Deputado Federal do PT/RO, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados; Saulo Feitosa, em representação de Cleber Buzatto, Secretário Geral do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Otoniel Guarani Kaiowá, Representante da Comunidade Aty Guassu Guarani Kaiowá; Suzie Silva Vito, Representante da Comunidade Guarani da Aldeia Jaguapirú da Cidade de Dourados - MS; e Marta do Amaral Azevedo, Presidenta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. A Presidência convida lideranças indígenas para apresentarem ritual típico, que é executado. A Senhora Presidenta convida os palestrantes a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A seguir, a Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados. O Senhor Otoniel Guarani Kaiowá, ao final de sua apresentação, entrega documentos para a Senhora Presidenta, para o representante do Ministro da Justiça e para a Presidenta da FUNAI. A Senhora

Presidenta apela às autoridades públicas presentes, que tomem as providências cabíveis, diante da gravidade das denúncias. A Senhora Suzie Silva Vito, ao final de sua apresentação, entrega carta e dossiê acerca da situação das mulheres indígenas. O Senador Randolfe Rodrigues solicita que os Deputados Federais façam anúncio sobre acordos políticos em andamento. A solicitação é acatada e a Senhora Presidenta passa a palavra para os Deputados Federais Sarney Filho, Lincoln Portela, Chico Alencar, Domingos Dutra, Janete Capiberibe Após as considerações dos Senhores Deputados Federais, a Presidência passa a palavra para a Presidenta da FUNAI. Após a exposição da convidada, a Senhora Presidenta concede a palavra para as seguintes lideranças indígenas presentes no plenário da Comissão: Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Neguinho Truka, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME; Rildo Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL; Lindomar Terena, do Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul; Damião Paridzané – Cacique Xavante – Maraiwatsede; Cacique Júlio Macuxi, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e o Cacique Ninauá, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Cacique Babau, Tupinambá da Terra Indígena Serra do Padeiro - Bahia. A Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e treze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – *Senadora **ANA RITA,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Quero, inicialmente, fazer uma saudação especial a todas as lideranças indígenas aqui presentes, representando todas as etnias, os povos da Nação brasileira. Quero dizer da nossa alegria em recebê-los aqui hoje, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, uma representação bastante significativa, de diversas etnias, por ocasião do Dia Nacional do Índio; dizer que esta Comissão está sempre de portas abertas para recebê-los e recebê-las, sempre que necessário.

Quero, neste momento, prestigiar a cultura dos povos indígenas, chamando lideranças dos povos indígenas para fazer aqui um ritual. (*Pausa.*)

(*Procede-se ao ritual indígena.*)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É um prazer recebê-los. Sejam bem-vindos. A luta de vocês é a nossa luta. É a luta de todos aqueles que acreditam num Brasil melhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Agradece... (*Inaudível.*)... me ajudaram muito também junto do Governo Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada. Felicidades. (*Pausa.*)

(*Procede-se a ritual indígena.*)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu quero agradecer a todas as lideranças indígenas aqui presentes, às mulheres indígenas, aos homens indígenas, a todos os caciques aqui presentes.

Como não é possível identificar todos, gostaria que os caciques e as caciques pudessem ficar de pé, para sabermos quem são. (*Pausa.*)

Muito bem. Muito obrigada.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Quero parabenizar todos vocês, todas as lideranças indígenas pela luta, pelo trabalho que vocês têm desenvolvido para que os direitos indígenas possam ser respeitados no nosso País, e dizer que esta Comissão de Direitos Humanos se solidariza com a luta de vocês, nossa luta e luta de todos aqueles que querem um Brasil justo, um Brasil que seja, de fato, de todos os brasileiros e de todas as brasileiras.

Deveremos cada vez mais fortalecer a luta das populações indígenas, para que possamos ter legislações que assegurem os direitos, já conquistados e os que ainda precisamos conquistar, de todos os povos indígenas.

Parabéns para vocês! Parabéns pela luta! Parabéns pelas mobilizações que têm feito aqui no Congresso Nacional e em todo o Brasil!

Recebi alguns documentos e gostaria de fazer alguns registros.

Neste Abril Indígena 2013, existem várias etnias presentes aqui em Brasília. Ao todo, são mais de 600 representantes de 106 povos, e várias organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, reunidas aqui em Brasília, neste período de 15 a 19 de abril, cumprindo uma agenda muito importante nos vários órgãos federais, inclusive aqui no Congresso Nacional, em função das graves ameaças de regressão a que

estão submetidos os direitos já assegurados dos povos indígenas pela Constituição Federal e também pelos tratados internacionais, como a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e a declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas.

Parabéns a vocês por esta grande mobilização aqui na nossa Capital, Brasília! (*Palmas.*)

Ao todo, são 305 povos indígenas diferentes e 180 línguas indígenas faladas. Mais de 800 mil habitantes existentes aqui no nosso País.

O SR. PADRE TON – Eram 5 milhões no passado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eram 5 milhões, não é, Padre Ton?

Eram 5 milhões, hoje reduzidos a 800 mil habitantes aqui no nosso País. Então, é uma luta de resistência, para garantir que essas comunidades, que esses povos possam manter-se firmes nos seus territórios, nas suas regiões.

Dando continuidade, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 16, da Comissão de Direitos Humanos, de 2013, aprovado em 10 de abril de 2013, de minha autoria, para discutir a situação dos povos indígenas e os principais problemas que afetam essas comunidades por ocasião da semana em que se comemora o Dia Nacional do Índio.

Vamos compor uma Mesa, previamente definida, mas, também teremos a oportunidade de ouvir algumas lideranças indígenas aqui hoje, que também foram previamente indicadas. Nem todos os convidados chegaram ainda. Vou convidar os que já estão presentes. Convido o Sr. Marcelo Veiga, representando o Exmo Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça. (*Pausa.*)

Convido também o Exmo Sr. Deputado Federal Padre Ton, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, da Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Convido também o Ilmo Sr. Saulo Feitosa, representante do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi. (*Pausa.*)

Convido o Ilmo Sr. Otoniel Guarani Kaiowá, representante da Aty Guassu Guarani Kaiowá e Articulação dos Povos Indígenas no Brasil. (*Pausa.*)

Convido também a Srª Suzie Silva Vito, Vice-Presidenta do Conselho Estadual do Direito da Mulher do Mato Grosso do Sul e Presidenta da Associação Indígena Guateka Marçal de Souza de Mato Grosso do Sul e representante indígena na ONU Mulher. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda, Suzie.

Há duas comemorações simbólicas em torno da temática indígena durante este ano. Primeiramente, quero lembrar aqui que a Constituição Federal de 1988 completa, este ano, 25 anos. Ela foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Portanto, no dia 5 de outubro, ela completa 25 anos. É uma Constituição que chamamos de Constituição Cidadã, porque assegura diversos direitos da pessoa humana e também direitos da população indígena. Celebramos ainda o decreto que institui o Dia Nacional do Índio, que completa amanhã, dia 19 de abril, 70 anos. Para nós, também é muito importante celebrar essa data, uma data simbólica, uma data que permite celebrarmos a vida e a luta de todos os povos indígenas.

Esses marcos legais simbolizaram mudanças históricas na compreensão sobre a condição indígena e seus direitos. Nesse sentido, quero aqui lembrar e divulgar que, além de reforçar o cumprimento das normas e o respeito aos direitos dos índios pela sociedade, constituem parte significativa deste momento que estamos vivendo aqui hoje. Então, é a razão de estarmos aqui hoje, de celebrarmos e de fortalecermos a nossa luta em razão desses dois momentos simbólicos da nossa história brasileira.

O Senado Federal tomou uma série de iniciativas concernentes ao tema indígena para marcar a semana em que transcorre o Dia Nacional do Índio. Entre elas, esta audiência pública, convocada por esta Presidência da Comissão de Direitos Humanos, que tem como objetivo contribuir com a valorização da legislação e destacar o papel importante dos representantes políticos na normatização das práticas sociais mais justas e igualitárias. Não podemos mais conviver, em um país como o nosso, um país democrático, com desigualdades, com tratamentos desiguais entre as pessoas, entre os seres humanos. Os povos indígenas devem ter os seus direitos assegurados em lei, com certeza, mas que eles sejam, de fato, implementados, assegurados na prática. A legislação possibilita isso. É importante ter a lei, é importante termos um conjunto de leis, mas elas precisam ser garantidas na prática. Então, esta audiência púbica tem como objetivo chamar a atenção não só dos Congressistas, mas também, e principalmente, do Poder Público, do Executivo brasileiro para que respeite, para que coloque em prática a nossa legislação.

De outra parte, quero aqui também aproveitar esse momento para alertar a todas as pessoas que têm o compromisso com a causa indígena. Sabemos que há um movimento, e um movimento forte, que está sendo operado aqui nos Poderes Públicos do nosso País, em particular, no Congresso Nacional, que constitui um verdadeiro retrocesso constitucional. Com a promulgação da Constituição de 1988, tivemos assegurado o direito indígena, ou seja, a nossa Carta maior, a nossa Carta Magna, passou a garantir o di-

reito à terra aos povos indígenas, o que não constava na Constituição anterior, de 1967. A nova Constituição, além de determinar o respeito às línguas e formas de aprendizagem indígenas, reconhece e protege as especificidades indígenas e dedica o Capítulo VIII a essa questão.

O art. 231 é significativo, pois reconhece legalmente a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas. Garante o direito à terra, estabelece o papel do Congresso Nacional na garantia desse direito bem como as condições de uso dos recursos naturais existentes nos territórios dos índios.

Pois bem, se não bastassem as recorrentes invasões ilegais, clandestinas de diversos setores da sociedade, como madeireiros, latifundiários, garimpeiros em terras indígenas, os seus representantes aqui, no Congresso, defendem uma legislação que subtrai, ou seja, que retira os direitos constitucionais, principalmente o direito de acesso à terra. É o caso da PEC nº 215, que acredito que faz parte do conhecimento de todos vocês que estão aqui durante esta semana, que pretende trazer ao Congresso Nacional a competência da demarcação de terras indígenas. Eu, particularmente, considero isso um absurdo. Mas faz parte do processo democrático.

Quero aqui registrar a Presidenta da Funai, que já está presente: Srª Marta. Convido-a para fazer parte da mesa. (Palmas.) É a Srª Marta do Amaral Azevedo, Presidenta da Fundação Nacional do Índio. Seja bem-vinda. Que bom que a senhora está aqui. Muito obrigada pela presença.

Quero relembrar e destacar as falas do índio Marçal Tupã'i. Se eu falar alguma coisa incorreta me corrijam, por favor, transcrita por D. Pedro Casaldáliga. D. Pedro diz o seguinte:

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos… Dizem que o Brasil foi descoberto; o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre. O Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história que realmente precisa ser contada.

São palavras transcritas pelo nosso querido D. Pedro Casaldáliga, mas são palavras do Marçal Tupã'i, líder guarani-nhandeva no discurso feito ao Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita ao Brasil em 1980.

Ainda D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia diz:

Enquanto o Brasil real não assumir, com a devida lucidez e honestidade, sua trajetória indígena e indigenista anti-indígena secularmente, na política oficial, este país, pluricultural, pluriétnico, plurinacional, não estará em paz com sua consciência, ignorará sua identidade e carregará a maldição de ser oficialmente etnocida, genocida, suicida.

Palavras de D. Pedro Casaldáliga muito sábias.

Da mesma forma, os grandes empresários e seus representantes no Congresso querem subtrair o direito de acesso às riquezas naturais, como é o caso das riquezas minerais. Imensas são as dificuldades para acelerar a aprovação do Conselho Nacional de Políticas indigenistas. É também o caso da manutenção do Estatuto do Índio, que completará 40 anos em 19 de dezembro de 2013, tendo sido instituído em Lei nº 6.001, de 1973, durante a ditadura militar.

Ora, todos e todas aqui presentes. Nós sabemos que o Estatuto contradiz os fundamentos constitucionais ao tentar subtrair os patrimônios materiais – terras, artefatos, casas e outros patrimônios pertencentes às comunidades indígenas – e patrimônios imateriais – tradições, religião e hábitos indígenas – ao pregar a total integração das comunidades indígenas ao mundo civilizatório.

Entendemos que este Estatuto é obsoleto e parcialmente inconstitucional.

Quero aqui registrar a presença do Senador Delcídio do Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul, obrigada pela presença. Convido-o para sentar conosco, se possível, à mesa. Também quero registrar a presença da Srª Silvania Temóteo, Secretária Adjunta da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do GDF, daqui do Governo do Distrito Federal.

Obrigada, Silvania, pela presença.

Também quero registrar a presença do Sr. Leandro Guimarães Guedes, chefe da Assessoria Parlamentar do gabinete do Ministério da Justiça, que também está presente.

Já finalizando a minha fala, nós queremos também discutir as dificuldades vividas pela mulher indígena, que, não raras vezes, é vítima de violência e de abusos. Nós temos uma Mesa também composta por mulheres. Uma das razões de convidá-las também para compor a Mesa é em função disso. Quero destacar aqui as palavras de Maura Titiá Pataxó Hã-Hã-Hãe, terra indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, da Bahia, em que diz:

Nós, mulheres de todos os povos indígenas, temos sofrimentos parecidos. Nós sofremos todo tipo de violência e miséria, morremos de tantas formas e em nome dessa riqueza que está aí, nas mãos de quem? Por isso, precisamos unir nossas forças, buscar caminhos para colaborar na luta pela terra, pela cultura, pelo respeito.

Por fim, ao propor o debate nesta audiência pública, nos valemos da orientação de Aurivan dos Santos Barros, líder truká.

O SR. SAULO FEITOSA – Ele está presente, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Está presente aqui? Por favor, levante-se.

Que bom, seja bem-vindo, Aurivan. Vou repetir aqui as suas palavras, Aurivan.

E vocês, da sociedade dos brancos, também podem ajudar nessa luta. [É uma convocação para todos nós e para todas nós.] *Primeiro, procurando se informar mais sobre a realidade de cada povo. Compreender o povo indígena. Os brancos precisam buscar, lá no fundo do coração deles, a verdade que existe e que tentam esconder.* (*Palmas*.)

Obrigada, Aurivan. Essa é uma chamada profunda da nossa responsabilidade como cidadãos e cidadãs brasileiros, brancos e negros, enfim, para que possamos estar juntos nesta luta.

Então, com esse profundo compromisso, quero dar sequência aos nossos trabalhos.

Ao organizarmos esta audiência pública, pensamos em primeiro compor esta Mesa, conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas, queremos também ouvir as sete lideranças indígenas que falarão em nome dos demais. Não é possível ouvir todos, infelizmente, porque o tempo não nos permite. Portanto, pedimos à Mesa que seja breve também, para que possamos ter oportunidade de escutar as nossas lideranças e, posteriormente, vamos devolver a palavra à Mesa para que possa também fazer a sua fala a partir da escuta das nossas lideranças indígenas.

Podemos trabalhar dessa forma? (*Pausa.*)

Nós pensamos numa ordem aqui, se vocês concordarem vou seguir esse planejamento. Vou passar a palavra, então, ao Sr. Marcelo Veiga, representando o Exmo Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça.

O SR. MARCELO VEIGA – Bom dia, Senadora, bom dia a todos os presentes. Agradeço o convite. Em nome do Ministro, do Ministério da Justiça, cumprimento todos da Mesa, por intermédio da Senadora Ana Rita e, em especial, cada um dos indígenas que aqui estão presentes e que sistematicamente estão na luta.

É uma batalha difícil, sabemos a quantidade de problemas que vocês enfrentam, a gente acompanha de perto essa batalha de vocês. Neste momento, aqui cabe uma saudação especial a cada um de vocês pela luta diária que vocês travam.

Senadora, vou, na verdade, seguir um pouco a sugestão da Mesa, fazer uma fala rápida mesmo. A ideia é de ouvirmos vocês; a grande proposta, acho, desta audiência é ouvir o que essas lideranças têm a dizer. Agora, há algumas palavras que não podem faltar neste momento. Eu vejo nesta plateia diversas lideranças com que a gente fala no dia a dia, visita nas aldeias, como Cacique Damião, o Cacique Babau. Vou acabar me esquecendo de muitos aqui, mas... o pessoal kayabi, da Raposa, os xavantes, enfim, a gente tem um diálogo e uma relação diuturna com essas lideranças, a gente vive o dia a dia desses problemas. Acho que há diversos pontos que a gente ataca, juntamente com a Funai, tenta resolver diversos problemas que a gente enfrenta. Há um específico que acho que é a origem de todos os problemas: a nossa tarefa de garantir a posse da terra indígena, a garantia que o Estado tem que dar para que os povos indígenas permaneçam nas suas terras tradicionalmente ocupadas. Esse é o ponto primordial para a gente, é fundamental que esses povos possam se manter nessas terras, se desenvolver nessas terras, manter a sua cultura. É importante que eles possam explorar as formas do jeito como eles acham que devam ser exploradas essas terras. Aí, é importante que o Estado dê condições para que conjuntamente a gente possa criar mecanismos para essa exploração.

Então, acho que a origem de tudo está no reconhecimento desses povos pelas suas terras originárias, suas terras tradicionais. Há duas semanas tive oportunidade de compor uma comitiva que foi até a terra indígena Marãiwatsédé. Fizemos lá a entrega simbólica da terra indígena. A terra indígena Marãiwatsédé foi homologada 15 anos atrás, o Estado brasileiro demorou 15 anos para devolver oficialmente essas terras. Fizemos um processo de desintrusão difícil, muitas questões foram colocadas, muitos problemas foram levantados no processo de desintrusão dessa terra, mas, graças a Deus, tivemos pouquíssimos problemas e conseguimos fazer a desintrusão. Hoje, a terra indígena Marãiwatsédé está na plena posse dos indígenas. É com muito orgulho e com muita emoção que posso relatar isso e a visita que fizemos lá.

Então, acho que as questões se iniciam pela garantia da terra indígena. Aí, temos diversos outros problemas que são de extrema importância, também a questão da saúde, a questão da educação. Sistematicamente, vocês nos procuram para que consigamos dar cabo a esses problemas. Agora, há outra questão muito importante, que não podemos deixar de ressaltar, que é decorrente também dessa questão fundiária: a questão da violência, que nos preocupa demais. Hoje, os povos – e aí vou me corrigir, não é hoje, é desde sempre – os povos indígenas sofrem com a violência, e, em alguns pontos do nosso País, isso fica bem claro, fica muito nítido. Essa é uma preocupação do Governo Federal, é uma preocupação diária do Ministro. Toda semana conversamos e fazemos avaliações de como andam essas questões relacionadas à seguran-

ça indígena e buscamos algumas alternativas nesse ponto também.

Acho importante dizer que existe hoje em curso, já assinado, um acordo de cooperação técnica para policiamento comunitário com o Estado de Mato Grosso do Sul. Estamos em fase de elaboração dos planos de trabalho, nossa discussão com o Estado da Bahia está bem avançada também, inicialmente para começarmos, em Coroa Vermelha, uma proposta efetiva de capacitação das forças de segurança estaduais para o policiamento comunitário. É importante que as forças de segurança, os agentes de segurança saibam tratar os indígenas, eles entendam a cultura indígena, eles entendam os costumes. E aí o Governo Federal dá a capacitação, se propõe a dar essa capacitação.

E também anuncio que o Estado do Amazonas também está interessado nesse acordo de cooperação técnica. Acho que a gente tem grandes chances de avançar muito nessa área, que é extremamente preocupante.

Vou deixar um pouquinho para a Presidente da Funai e as outras lideranças falarem.

Novamente, agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês. Estive ontem com o pessoal, lá na Funai, os kayabi, uma terra indígena simbólica para nós. Conseguimos fazer a demarcação e, agora, estamos em processo de homologação dessa terra indígena. Temos ainda uma série de terras para serem reconhecidas. Esta é a nossa luta; esta é a nossa batalha.

Eu acho que, assim como, no dia a dia, já conversamos e já dialogamos bastante, este é mais um momento para nós reforçarmos os nossos laços. Assim, quero aqui parabenizar novamente essas lideranças tão ativas e que fortalecem, a cada dia, os canais de diálogo, seja com o Poder Executivo, com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário. Eu acho que é esse o papel de vocês. O papel do movimento é ampliar e fortalecer os canais de diálogo com as instâncias de poder. E acho que é isso que vocês têm feito sistematicamente. É esse o caminho que vocês têm de trilhar.

E eu gostaria de dizer que vocês podem continuar contando com a gente no Ministério da Justiça, não só para recebê-los para falar sobre os avanços, mas também, na grande maioria das vezes, como temos feito, recebê-los para que possam cobrar as ações, as demarcações, as ações de segurança, que é o que vocês fazem com bastante frequência. E o nosso papel é sempre recebê-los e sempre ouvi-los.

Então, Senadora, agradeço a oportunidade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Marcelo Veiga, pela presença. Aproveito a oportunidade para enviar os nossos agradecimentos ao Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, que, com certeza, tem compromisso com essa luta. O Ministério da Justiça está atento às demandas dos povos indígenas.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Deputado Padre Ton, eu quero fazer o registro também de que já estão entre nós os Senadores João Capiberibe, do PSB do Amapá; Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá; e a Deputada Federal Janete Capiberibe, do PSB do Amapá.

Obrigada pela presença, Deputada!

Informo que o Senador João Capiberibe é Vice-Presidente desta Comissão e muito tem nos ajudado. O Senador Randolfe Rodrigues é membro também desta Comissão. Então, juntos, estamos, além de solidários, comprometidos com essa luta.

Passo a palavra agora ao Exmo Sr. Padre Ton, Deputado Federal pelo PT de Rondônia e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Bom dia a todos e a todas! (*Pausa.*)

Parece que vocês não tomaram nem café, hein?

Bom dia a todos e a todas!

(*Manifestação das galerias.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Padre Ton!

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Isso!

Essa Frente Parlamentar é constituída de Deputados Federais e Senadores. Nós temos, aqui, Senadores que também fazem parte da Frente.

Quero saudar a Senadora Ana Rita pela excelente audiência pública; quero saudar também os Senadores Capiberibe e Randolfe Rodrigues, ambos do Estado do Amapá. Saúdo a Deputada Federal Janete Capiberibe, que também faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. Saúdo o Sr. Marcelo Veiga, do Ministério da Justiça. Saúdo a Presidente da Funai, a Srª Marta. Saúdo o Saulo e também todos aquele que fazem parte do Cimi, o Conselho Indigenista Missionário, com 40 anos de caminhada e de luta em defesa dos povos indígenas do Brasil. Quero saudar a Suzie, da ONU Mulher, que está aqui conosco; e, assim, na sua pessoa, saúdo todas as mulheres. Saúdo também o Otoniel, que é guarani, com quem, ontem, na Câmara dos Deputados, estivemos para a inauguração da exposição sobre os guaranis-kaiowás.

Srª Presidente, eu gostaria de iniciar falando da importância da Frente, ou ainda, de por que termos uma Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. Até o Deputado Domingos Dutra diz que, na Câmara, há frentes até de costas, não é? (*Risos.*) São tantas as frentes que há aquelas até de costas. Mas a nossa Frente está de frente e é uma das frentes

mais necessárias no Parlamento brasileiro porque os mais de 800 mil índios, que há 500 anos eram mais de cinco milhões, não têm representatividade nem na Câmara dos Deputados nem no Senado e, no atual sistema político brasileiro, dificilmente terão. E o indígena acredita na palavra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Padre Ton, permita-me interrompê-lo, mas eu quero passar uma informação importante, até para aproveitar a fala do senhor.

Informo aos telespectadores da TV Senado que podem participar desta audiência, encaminhando suas sugestões para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou acessando o *site* do Alô Senado. Considero importante porque as pessoas que estão acompanhando esta audiência pública, se houver alguma pergunta ou sugestão, poderão utilizar este instrumento, que é o Alô Senado.

Obrigada.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Obrigado.

A Frente é necessária e os indígenas acreditam muito na palavra. A gente viu no movimento da terça-feira a insistência de se ter uma resposta concreta do Presidente da Câmara. E nós tivemos um único Deputado Federal, Juruna, índio, que tudo gravava; tudo ele gravava, para ter a certeza de que as suas exigências seriam cumpridas. E, durante essa semana do índio, tivemos, na terça-feira, um ato histórico, um ato político, dentro da Câmara dos Deputados, e os indígenas, as lideranças, depois de muita conversa – e eu gostaria também de ressaltar a importância do nosso Presidente, o Deputado Henrique Eduardo Alves, que eu disse que me surpreendeu... Me surpreendeu porque, diante de mais de 700 lideranças indígenas, se dispôs a ir até a sala nº 1, da CCJ, e participar do debate, da conversa e da negociação com os indígenas.

Num primeiro instante, nós não conseguimos o que queríamos e, historicamente, os indígenas decidiram ocupar o plenário da Câmara dos Deputados. E alguns Deputados... Penso que este momento é importante, Senadora Ana Rita, desta audiência pública, para trabalharmos, como brasileiros, a nossa consciência, para acabar com o nosso preconceito, seja o preconceito de Parlamentares, seja o preconceito de Senadores, seja o preconceito da segurança, seja o preconceito dos funcionários, porque os indígenas são povo brasileiro e são os primeiros habitantes desta terra. Escutei ontem um Deputado Federal, descendente de japonês, que satirizava os indígenas: "Nem falam português ou estão falando em espanhol..." E este é um país de indígenas, de negros, e é um país que acolheu os migrantes, e é um país que tirou os indígenas de suas terras e as deu para os migrantes. Por isso que temos problemas graves no Nordeste do Brasil, para resolver, de demarcações de terras, em Pernambuco, na Bahia; nós temos problemas graves em Santa Catarina; nós temos problemas graves no Rio Grande do Sul; nós temos problemas graves no Mato Grosso do Sul, com os guaranis-kaiowás, porque, a partir de 1929, o Governo brasileiro tirou os guaranis de suas terras, colocou-os em aldeias, porque pensavam que os guaranis iriam morrer ou se integrar, e com a conivência do Governo. Os guaranis cultuam a sua fé, falam até hoje a sua língua e se multiplicaram, são mais de 40 mil indígenas. E os japoneses – seria bom a gente dizer para esse Deputado – sofreram muito para chegarem ao Brasil, como sofreram os poloneses, os alemães, os italianos, para chegarem aqui e viverem livres nesta terra. Diziam que os indígenas violaram o plenário da Câmara. Os indígenas ocuparam o plenário da Câmara, porque o povo tem que estar no poder, e os políticos, como disse o Frei Betto, têm que ser provocados pelo povo porque, muitas vezes, tanto o Governo, com a sua maioria e popularidade, não responde aos anseios do povo, quanto o Parlamento, neste sistema político brasileiro, é claro e evidente que não responde aos anseios do povo porque mais da metade dos Parlamentares é eleita com a força do poder econômico. São eleitos com a força do poder econômico.

E já violaram o painel no passado. Houve políticos que violaram o painel no passado e continuam violando os direitos. São 25 anos desta Constituição, e continuam violando os direitos, e os indígenas estão em Brasília e vão permanecer em Brasília porque nós somos contra a PEC nº 215, que viola direitos, que tira do Executivo o dever de demarcar terras e traz para o Legislativo, para nunca mais demarcar terras indígenas, quilombolas e reservas ambientais. Nunca mais.

Com a ocupação do Parlamento, foi negociada com o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, a suspensão momentânea da criação da comissão especial, e ontem foi criado um grupo de trabalho, que vai ter a presença dos indígenas. E nós só aceitamos o grupo de trabalho com a indicação dos indígenas.

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Nesta semana, os indígenas foram recebidos pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, porque as medidas conservadoras contra os indígenas vêm também do Governo, com a Portaria nº 303, e nós queremos que o Supremo decida pela não validação das 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol, porque nós queremos o cumprimento da Constituição Federal do Brasil. País sério não muda a Constituição na calada da noite. As terras indígenas são do povo brasileiro. Está escrito que as terras indígenas são

do povo brasileiro, e as riquezas minerais das terras indígenas, construções de usinas hidrelétricas, construções de estradas. Os índios querem saúde, e os Ministros da Educação e da Saúde precisam receber os indígenas; os indígenas precisam de educação. São louváveis os dez anos das cotas. Os indígenas querem estudar, querem ser doutores, professores, Senadores, Deputados Federais, governadores, prefeitos. Aqui temos vice-prefeitas, vereadores. Mesmo nesse sistema desigual, conseguiram eleger, no ano passado, mais de cem vereadores e vereadoras, prefeitos e vice-prefeitos pelo País.

Razão por que somos contra a Portaria nº 303. Tem que haver diálogo com o Governo, entre o próprio Governo, entre o Parlamento e diálogo com os povos indígenas.

Existe a pauta positiva, que foi a devolução das terras aos xavantes. Pauta positiva: devolução das terras aos xavantes. Nós queremos a devolução das terras aos guaranis-kaiowás. Houve pauta positiva, que foi a devolução da Raposa Serra do Sol. Nós queremos o cumprimento da devolução da terra aos pataxós hã-hã-hães, que o Supremo Tribunal já decidiu. E nós queremos a discussão e a votação do Estatuto dos Povos Indígenas, porque, senão, os índios ocupam de novo. E aí os índios vieram para ficar, porque ocuparam, por decisão própria, o plenário da Câmara dos Deputados. Isso foi histórico, vai sair na retrospectiva. Isso foi histórico. E os índios voltaram ontem e entraram de novo, fizeram reuniões dentro da Casa, apesar da segurança, por causa de um Deputado, sozinho, que tem tanta segurança, que é o Marcos Feliciano. Vocês viram a bagunça que havia lá ontem. Havia muita segurança. Deputado não precisa de segurança, Senador não precisa de segurança. Senador tem que andar no meio do povo.

Portanto, nós queremos voltar à discussão do PL 2.057, do Estatuto dos Povos Indígenas, que está parado na Câmara dos Deputados desde 1991. E nós queremos que ande nas comissões o PL 3.571, que cria o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, que o Deputado do PT, hoje Vice-Presidente da Câmara, André Vargas, do Paraná, do nosso Partido, sentou em cima, como Relator, e não fez essa matéria andar. Paralisou, mesmo quando o Ministro da Justiça pedia, ou a Presidente da Funai.

Nós precisamos, imediatamente, da indicação de um relator nessa Comissão, para que esse importante projeto de lei possa andar.

Já falei demais, não é?

Quero dizer que foram importantes os atos.

Também o representante da ONU está pedindo a agenda para a semana que vem. A Ministra Maria do Rosário, que estava no ato, na Câmara, também quer uma reunião, na semana que vem – e aí quero saudar a APIB, a Coiab, o Cimi –, para fazer uma relação daqueles que estão ameaçados de morte. Vamos ter essa audiência.

Sobre a questão da Educação, o Ministro Mercadante já sinalizou. Nós precisamos também trazer a pauta da educação e da saúde, que é um grande problema. Apesar das dificuldades, os povos indígenas do Brasil, nos últimos tempos, aumentaram sua população, mas há muitas pessoas sofrendo, morrendo, tendo dificuldades, principalmente no lado da saúde.

Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal por este excelente momento. Amanhã, à tarde, às 14 horas, vamos ter uma audiência pública na Procuradoria Geral da República, onde também vão estar o Governo, o Parlamento, para martelarmos na mesma pauta. Temos que fazer eco para o País sobre os perigos da PEC 215. Nós temos que denunciar e temos que lutar, para enterrar de vez esta PEC, que é danosa para o povo brasileiro e para nossos povos indígenas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Padre Ton, companheiro, lutador, comprometido com os direitos humanos, comprometido com a luta dos povos indígenas. Obrigada pela sua presença.

Quero aproveitar também este momento para dizer a vocês que todos estão recebendo a Constituição Federal, está sobre a mesa. Esta Constituição, vocês devem levar porque é um instrumento importante para vocês. Todos os direitos do povo brasileiro estão aqui. A Constituição é a Carta máxima, a Carta Magna, que deve estar nas mãos de todos vocês.

Quero também informar que vocês estão recebendo esse material, que foi produzido exclusivamente por ocasião do Dia Nacional do Índio, que é o dia 19, amanhã, porque também comemoramos os 25 anos da Constituição Cidadã. Então, é importante que vocês possam levar como uma contribuição do Senado Federal. Esta Comissão de Direitos Humanos está sempre à disposição de vocês.

Quero, mais uma vez, informar aos telespectadores da TV Senado que podem participar desta audiência, encaminhando suas sugestões para o Alô Senado, no telefone 0800-612211.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Saulo Feitosa, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O SR. SAULO FEITOSA – Bom dia. Agradeço à Senadora Ana Rita, em nome do Cimi, este convite. Aproveito também, me dirigindo a ela, para saudar todas as representações do Estado brasileiro aqui presentes. Dirijo-me ao Cacique Damião e à Cacique

Pequena, para me reportar às autoridades dos povos indígenas deste País.

Aproveitando esta oportunidade, trago aqui as apreensões, as preocupações, as análises feitas entre os companheiros e companheiras do Cimi, juntamente com os companheiros e companheiras do movimento indígena.

Nós entendemos que este é um momento muito importante, o espaço aberto nesta Casa, porque os povos indígenas enfrentam, nos últimos anos, uma realidade conjuntural bastante adversa. É discurso corrente entre as lideranças indígenas que, nos últimos anos, há uma orquestração entre os três Poderes para desconstruir direitos já conquistados.

Há uma violência do Estado brasileiro, e essa violência ocorre através do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. É lamentável que este Estado, que deveria se entender como Estado plurinacional, porque no Brasil temos muitas nações indígenas, permaneça, depois de 500 anos, dominado por uma única etnia, que é a etnia branca. Essa etnia é tão perversa que a gente até esquece que ela é uma etnia. O Estado é branco, o Estado é excludente, o Estado é machista, o Estado é opressor, o Estado é monocultural, o Estado é uninacional. Então, que espaço haverá para os povos indígenas dentro desse Estado?

Nós entendemos que, passados esses 500 anos, não há mais como o Estado brasileiro conviver com essa situação. Ou se repensa, ou se refunda, para que, de fato, a identidade plurinacional que existe possa ser contemplada. E a principal forma de contemplá-la é através da legislação do País, é através da Constituição brasileira.

Quando a gente achava que o Texto Constitucional de 1988 tinha representado, como de fato representou, uma virada nessa história perversa do Brasil, porque agora o Estado brasileiro começava a entender os povos indígenas como organizações próprias, como nações autônomas e reconhecidas no seu direito originário à terra, nos últimos anos a gente vivencia uma ofensiva muito grande contra esses direitos assegurados pela Constituição.

O Padre Ton fez referência à PEC 215, tramitando na Câmara, mas há um quadro grande de proposições legislativas, nas duas Casas, que afetam diretamente os interesses dos povos indígenas.

É originário desta Casa o PL 1.610, que trata da mineração, está agora na Câmara Federal, mas é originário daqui, infelizmente.

Os projetos de leis são construídos sem qualquer possibilidade de participação dos povos indígenas. O Estado precisa aprender a ouvir os povos indígenas. Seria muito bom que o Parlamento começasse a fazer esse ensinamento.

A cada dia, os povos indígenas e os seus apoiadores são surpreendidos por mais uma proposição legislativa. Aqui tramita também, Padre Ton, a PEC 38, que é tão danosa quanto a PEC 215, porque a PEC 38 também propõe a transferência da competência do Poder Executivo para o Poder Legislativo dos procedimentos de demarcação de terras indígenas. Aqui não vamos citar porque há muitas proposições. Essas duas são importantes porque estão, atualmente, sempre presentes na conjuntura do momento.

A conquista das negociações, na Câmara, é que se vai tratar de todos os projetos de lei, não só da PEC 215. Então, entendo que é um momento importante também para que os Parlamentares, os povos indígenas e seus apoiadores possam discutir essas proposições.

No Poder Executivo, nós temos nos assustado bastante com o que tem acontecido nos últimos anos. Durante os governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, quando todos nós esperávamos uma mudança substancial no tratamento do Executivo Federal com os povos indígenas, isso não ocorreu. E por que isso não ocorreu? Porque há uma prioridade, que é sistêmica, pelo sistema capitalista, pelo desenvolvimentismo, ou o chamado neodesenvolvimentismo, e, como é prioridade, exclui o que não é prioritário. E os povos indígenas e os seus direitos não são prioritários.

O Governo tem um programa agressivo que prioriza os grandes empreendimentos. Segundo o banco de dados do Cimi, são 452 empreendimentos, muitos deles do Programa de Aceleração do Crescimento, que impactam diretamente as terras indígenas. Impactam, pelo menos, 201 terras indígenas. E este Poder, o Poder Executivo, o Governo brasileiro, também é invasor de terra indígena, também é violador de terra indígena, também pratica violência contra os direitos indígenas. E a violência se dá tanto na agressão ao patrimônio quanto na agressão à pessoa, à comunidade.

O Cimi tem registrado, infelizmente – são dados que não gostaríamos de registrar –, nos últimos dez anos, uma média anual de cinquenta assassinatos de indígenas no Brasil. No Estado de Mato Grosso do Sul, a média é de quatro mortes de índios por mês. Morte violenta, ou por jagunço ou por policial, ou entre os próprios indígenas, que se encontram numa situação de vida em que não se suportam mais e também se autoagridem. É uma situação de autodestruição. Essas mortes de que estou falando são assassinatos. É uma média de quatro assassinatos por mês. A gente identifica isso como uma situação análoga à de genocídio, se considerarmos a quantidade de população indígena daquele Estado.

Nós sempre denunciávamos a violência praticada por particulares – o pistoleiro, o jagunço. Nos últimos anos, a gente se assusta por agressões praticadas por agentes do Poder Público. No ano passado, no mês de outubro, a Polícia Federal, junto com a Força Nacional, em uma operação absurda, inadmissível, injustificada, na terra indígena Munduruku, executou um indígena munduruku. Um delegado da Polícia Federal praticou o crime. Primeiro, tivemos uma versão da Polícia Federal de que os índios teriam recebido esse grupo, essa força, de forma violenta, que os índios estariam armados. Depois nós assistimos às imagens gravadas em um celular por uma liderança indígena, e a gente sente vergonha de ser brasileiro, porque foi uma operação, um ataque aéreo covarde. Os índios não tiveram chance de se defender. Corriam homens, mulheres e crianças. O Governo brasileiro não tomou atitude nenhuma. Esperava-se, de qualquer governo decente, que demitisse o Diretor-Geral da Polícia Federal e que exigisse uma apuração rigorosa dos fatos. O que tivemos, em resposta do Governo, foi uma nota da Polícia Federal com uma versão mentirosa. Então, a versão dos índios – e aproveito este momento aqui – precisa ser trazida para a sociedade. Eu pego esse acontecimento com os mundurukus, mas ele não é, infelizmente, exclusivo.

Nós participamos da Comissão Nacional de Política Indigenista, da qual a Presidente da Funai, Marta, é também Presidente. Já tivemos ocasião de, na Comissão Nacional de Política Indigenista, discutir a violência praticada pela Polícia Federal contra os povos indígenas. O Diretor-Geral da Polícia Federal já foi convidado, vários relatórios foram produzidos, e não houve ainda uma mudança nessa relação.

Mais recentemente, ficamos ainda mais surpresos, como se possível fosse, com a edição de um decreto, pela Presidenta Dilma, o Decreto nº 7.957, que cria o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, que, na verdade, é um grupo repressor da resistência do movimento indígena e das populações tradicionais contra a invasão dos seus territórios, contra a criação da hidrelétrica de Belo Monte, contra a criação da usina hidrelétrica de São Luiz de Tapajós, contra todos esses empreendimentos que afetam a vida dos povos indígenas, dos quilombolas, das comunidades tradicionais, etc.

É uma realidade onde não encontramos sequer espaço para que os povos indígenas possam dizer "basta", porque a Presidenta Dilma se negou, desde o momento que chegou à Presidência, a receber os povos indígenas no Brasil, o que é também uma coisa inexplicável. Enquanto o Presidente Lula chegava a participar de reuniões várias – eu pelo menos assisti a quatro reuniões entre o Presidente Lula e os povos indígenas, inclusive reuniões com a presença de 15 ministros –, a Presidenta Dilma se recusa. A gente entende por quê: porque ela tem compromissos assumidos com o agronegócio, compromissos assumidos com empreiteiras, compromissos assumidos com o capital, que a impedem de dialogar com esses povos.

Então, é um Estado que tem uma opção clara, o Executivo Federal caminhando nessa direção, o Legislativo buscando a desconstrução dos direitos e o Judiciário fazendo decisões como a que ocorreu semana passada no Mato Grosso do Sul, que é uma situação nunca vista: uma juíza federal decidiu que os indígenas deveriam desenterrar o corpo do índio assassinado por um fazendeiro e devolver a terra ao fazendeiro que assassinou aquele indígena.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O que é isso!?

O SR. SAULO FEITOSA – Uma decisão judicial está obrigando os índios a desenterrar um corpo que foi enterrado no rito funerário de despedida há dois meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – A decisão foi adiante?

O SR. SAULO FEITOSA – Então, não é exagero...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Saulo, desculpe interromper, mas apenas para esclarecer de onde foi, qual foi o juiz, qual a vara.

O SR. SAULO FEITOSA – Foi no Mato Grosso do Sul, a Justiça Federal de Dourados. Não lembro o nome da juíza, mas a Presidenta Marta poderá lembrar.

Mas, de fato, se os povos indígenas não têm mais direito de enterrar os seus mortos... Sou da Região Nordeste. Os pistoleiros dos fazendeiros costumavam dizer, quando a gente estava apoiando as lutas de reforma agrária: "Vocês têm direito à terra sim," porque era a luta pela reforma agrária, "têm direito a sete palmos de terra", o correspondente à cova. No Mato Grosso do Sul, nem isso. É um absurdo!

Não quero me estender aqui. Não é pretensão nossa alongar essa fala, mas o que queremos partilhar, socializar, falando como uma organização de apoio, como Cimi, um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que há 40 anos acompanha essa luta – somente eu, há mais de 30 –, é que, de fato, nos assustamos, porque fizemos caminhadas na sociedade brasileira de democratização que nos levaram a acreditar em outras possibilidades, em outros mundos possíveis, como nos pautou o Fórum Social Mundial. E, nesse momento, infelizmente, em vista do 19 de abril, ao invés de estarmos aqui só trazendo as questões positivas, como o caso Marãiwatsédé, como o Raposa Serra do Sol, como o Pataxó Hã-Hã-Hãe, temos de destacar os outros, só os casos negativos, porque,

infelizmente, esses casos positivos são exceções. E o que estamos querendo é sair da exceção e transformar o Estado brasileiro, tornar esse Estado brasileiro um Estado para todos que nele habitam, principalmente dos povos originários. Esse é o desejo de todos nós.

Agradeço esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente Ana Rita...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Só cinco segundos, se V. Exª me permite, apenas para dialogar com o Saulo em relação ao Decreto 7.957, pois concordo perfeitamente com a avaliação feita pelos povos indígenas e pelo Conselho Indigenista Missionário. É um decreto encomendado à surdina, é uma intenção concreta de impedir qualquer movimento de resistência aos direitos dos povos indígenas. Em decorrência disso, protocolizei ontem, aqui no Senado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2013, sustando os efeitos do Decreto nº 7.957. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabéns, Senador Randolfe Rodrigues, pela iniciativa.

Quero agradecer ao nosso querido Saulo Feitosa, representante do Cimi. Sabemos da importância que o Cimi tem para a luta dos povos indígenas, sempre muito presentes e sempre muito comprometidos. Parabéns para vocês.

Quero aqui também destacar – eu já deveria ter feito antes – a presença da nossa querida Telma Taurepang, Secretária-Geral do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima. Obrigada pela presença.

Está também presente a Anato – Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Odontologia, a Srª Filomena Barros, que é Presidente. Ela pede aqui que façamos um registro. Diz que o índio já tem sua conquista na Odontologia; hoje, já se pode qualificar o índio para o mercado de trabalho. Precisamos de apoio na qualificação desses profissionais. Diz que a saúde também começa pela boca, esse é o lema.

Estou passando aqui as informações da Srª Filomena Barros, presidente da Anato.

Obrigada, Filomena, também pela sua presença aqui no meio de nós.

Passo a palavra agora para o Sr. Otoniel Guarani Kaiowá, representante da comunidade Aty Guassu Guarani Kaiowá.

Obrigada pela presença, Otoniel. A palavra está com você.

O SR. OTONIEL GUARANI KAIOWÁ – Bom dia a todos, parentes e Senadora, pela oportunidade. Bom dia ao Marcelo Veiga, representando o Ministro da Justiça; Suzie, representante dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul; Saulo e o companheiro Padre Ton, Deputado Federal; Marta do Amaral Azevedo, presidente da Funai, antes de qualquer coisa, eu gostaria de relembrar e olhar aquele telão, para, em cima disso, fazer um levantamento e falar a todo o Brasil, representado pelos povos indígenas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Só um minutinho, Otoniel. Desculpe interrompê-lo, mas, por esquecimento, também quero registrar aqui a presença do Senador Wellington Dias, do PT do Piauí, membro desta Comissão, que está aqui conosco nos prestigiando e participando desse movimento tão importante da luta indígena. E o nosso querido Senador também é índio, não é isso? Fale um pouquinho, Senador, só rapidamente, antes de o Otoniel começar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Gostaria de ter esse privilégio. Sou descendente, viu?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Descendente de índio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Dizem que, no Piauí, não tem mais índio. Essa é a maior mentira que se conta neste País. Os nossos índios, infelizmente, para fugir do assassinato, porque não aceitaram a escravidão, tiveram que recorrer a fugas, uns para o Maranhão, outros para o Tocantins, para outros Estados e alguns, como os da minha família, da nação Gê da tribo de Jaicó, tiveram que se refugiar, como muitos no Piauí, como fizeram os negros, em quilombos indígenas, em áreas em que se protegiam. Outros negavam sua identidade. Foram as formas que encontraram para sobreviver.

Era isso. Estamos aqui, Srª Presidente, parabenizando V. Exª por esta audiência, como outras.

Eu apenas queria, bem rapidamente, dizer que ontem estivemos aqui discutindo sobre os sem-terra. Qual o tema? Violência. Aqui sobre os índios. Qual o tema? Violência. Sobre as mulheres. Qual o tema? Violência. Acho que esta Comissão e outras comissões desta Casa, meus queridos Senadores Capiberibe, Randolfe, enfim, os que estão presentes, meu querido Deputado Padre Ton, de quem tenho muito orgulho pelo trabalho que faz, precisam ter uma cobrança muito mais séria do que a que estamos fazendo em relação a este tema da violência.

No Brasil, temos, no Judiciário, por exemplo, iniciativas que chamamos de mutirões, para dar conta de processos nessa área das varas de família ou nas áreas relacionadas a pequenas causas. Acho que não há nenhuma causa mais essencial do que aquelas que envolvem assassinatos, que afetam a vida.

Creio que podemos, sim, ter, pelo belo trabalho que V. Exª já faz, uma ação muito mais forte. E me coloco à disposição para trabalhar. É impossível que

vejamos a todo o momento a contabilidade de mais e mais assassinatos de índios e de outros dos setores dos movimentos de luta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Desculpe, Otoniel. A palavra está agora com você.

O SR. OTONIEL GUARANI KAIOWÁ – Gostaria que vocês acompanhassem olhando e observando a situação do povo.

Esse é um exemplo, mas o Brasil todo está assim, quando analisamos.

Eis a situação dos povos indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Essa situação, infelizmente, o País está passando, não só o Mato Grosso do Sul, mas alguns Estados também. Sobre o meio ambiente, essa é a situação, é assim que está.

Próximo.

A população dos povos Guarani, ou seja, o povo indígena Guarani na Bolívia, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Está aí a situação do Tekoha, tradicional povo de Mato Grosso do Sul. Ali uma criança sentada, refletindo na vida.

E aí na frente, o que vocês veem? Só colonião, ou seja, acabou a mata.

Próximo.

E aí tem a leitura, que não vou fazer para não perder muito tempo.

Próximo.

Aí, as nossas lutas pelos nossos direitos, pelo nosso povo. Estão aí os nossos rezadores. Falam tudo o que nós pensamos e o que estamos passando.

Próximo.

Aí a criança mais uma vez. A situação está aí. O que faz essa chamada colonização? Essa tristeza. O nosso povo está vivendo essa situação em Mato Grosso do Sul e, eu diria, em todo Brasil. Olhando essa natureza, as ações acabam afetando e matando todo nosso povo, o direito.

Próximo.

E a situação de violência em números. Você está vendo, em vez de deixar para o nosso povo, nossa liderança, nossa situação, em vez de procurar caçar na mata, está fazendo dessa forma, casca de bala. E aí, dos 560 indígenas assassinados no Brasil, 315 ocorreram em Mato Grosso do Sul, 56,25% das ocorrências. É muito alto. Isso aconteceu no ano passado, mas agora aconteceu mais.

Próximo.

A situação de hoje, como se encontram os números. Acampamentos destruídos pelo fazendeiro, pelo pistoleiro, pelas polícias militar e local, e os políticos no local do Estado.

Um dos líderes se foi. Estava procurando uma oportunidade no interesse do povo, da comunidade e foi atropelado brutalmente pelos carros. Até hoje, está sem investigação, e nós queremos essa punição. Foi de um líder, mas em todo Brasil acontece assim.

Próximo

Aí a situação em que estamos hoje, na saúde, com a desnutrição. Lá embaixo, vê-se a situação: acabou a mata, acabou o remédio. Em consequência, estamos passando assim. A situação hoje.

Próximo.

A primeira denúncia. O nosso líder grande, Guarani Tupã, Marçal de Souza Tupã-i, que denunciou, desde aquela época, a ameaça, desde 1980. E já foi morto. E a nossa voz para outros territórios, e assim por diante.

Próximo.

Recentemente, um dos nossos rezadores e os professores. O corpo de um dos professores, o nosso Nhanderu, até hoje não foi encontrado. E nós queremos o corpo de imediato. A comunidade está pedindo.

E assim aconteceu no Município de Miranda o ataque aos alunos. O ônibus está aí. Até hoje não temos resultado também. Está impune. Nós queremos saber. Em todo o Brasil está acontecendo assim. Estou mostrando um exemplo para vocês, mas isso está acontecendo no Brasil todo.

Próximo.

Aí, a manifestação, a nossa liderança. Recentemente uma criança de 15 anos foi brutalmente morta pelo fazendeiro. Acabamos de falar sobre a Justiça de Dourados. Em vez de favorecer, estudar, ele está mandando tirar esse corpo ali. E esse tekoha é nosso.

Está assim em todo o Brasil. Em qualquer lugar que isso aconteça, a Justiça favorece a quem? Aos produtores rurais. E nós, o povo indígena, sofremos as consequências.

Próximo.

Esse cara, o fazendeiro no local, está falando, mas está fazendo uma guerra contra o nosso povo. E assim por diante. Está aqui a situação da nossa terra, explorada, não é? Na região do Mato Grosso e do Amazonas, em todas está acontecendo isso, esse veneno. Onde tem terra indígena, ele está destruindo.

Estamos pedindo a oportunidade, ou seja, o território do nosso povo do Brasil, que existe hoje e tem dificuldade. Se alguém quiser saber mais está aí o *e-mail*. Aí está a oportunidade que nós gostaríamos de passar para vocês desse pequeno relato.

Esse é um fato. Em cima disso, eu diria, Senadores, Senadoras que estão aqui, Deputados, autoridades, que é por isso que falamos que queremos imediatamente que a PEC nº 215 seja interrompida, matada de vez, para que não venham a acontecer es-

ses ataques lá no Estado Mato Grosso do Sul. Essa PEC está atingindo todo o Brasil, todos os indígenas, o nosso direito. Ele usa e argumenta em cima disso para que não possamos conquistar o nosso território novamente, para ser um povo indígena digno e autônomo, fortalecendo a sustentabilidade.

Eu diria também, em cima disso, que a 169 foi criada, a convenção internacional. Até hoje ainda não está reconhecida pelo brasileiro. É preciso haver isso, porque o art. 2º diz que o governo terá a responsabilidade de desenvolver a participação dos povos interessados, com uma ação coordenada e sistemática para proteger os seus direitos e garantir o respeito a sua integridade. E vemos a violação dos direitos do nosso povo, que não estão sendo respeitados.

Por isso nós retomamos. Queremos refletir junto com os políticos, o Legislativo. Entraram, mas infelizmente não foram bem recebidos. Tinham que entrar na marra.

Essa Constituição foi elaborada não pela boa intenção na época. Tivemos que fazer muita luta pelo nosso povo. Está aqui a liderança que atuou e participou. A nossa liderança não está mais presente, devido à violação do nosso direito, pela perseguição, pela morte.

Por isso nós ficamos muito tristes quando falamos em direito. O direito está sendo violado pelos nossos próprios representantes do Legislativo e do Executivo. Por isso nós exigimos, a partir de hoje, com a retomada na entrada do Congresso: queremos participar de todo o processo de construção quando se fala em direitos do povo indígena, porque nós temos direito, nós temos voz e voto para decidir e encaminhar o que nós queremos.

Por isso nós queremos participar.

Sobre essa comissão, da PEC, que foi construída agora, como foi falado ontem pelo Deputado, exigimos a nossa presença, deste grupo aqui, porque vamos indicar o nome de cada pessoa que vai atuar para refletir. Uma é para nos ouvir sobre o que queremos com essa PEC; segundo, respeitar o nosso direito, a nossa cultura, para que não seja mais violado o direito que nós conquistamos. E nós exigimos também, pela Convenção nº 169, que seja avaliado e produzido aquilo que foi feito junto com o nosso povo.

Para acontecer tudo isso, precisamos construir juntos. Nós, indígenas, temos que atuar, mas também queremos registrar, Senadora, que toda a representatividade que existe aqui no Brasil, aqui em Brasília, tem que sair deste grupo aqui. Esta é a base! (*Palmas*)

Esta é a verdadeira voz do nosso povo! É o que se chama APIB – Articulação do Povo Indígena do Brasil. Está aqui! Não queremos mais que qualquer pessoa venha aqui para falar em nosso nome. Eu sou representante daquilo, com esse grupo que está aqui. Aqui está a verdadeira representante! Aqui está a verdadeira pessoa conhecedora da nossa história, da causa que nos pertence.

Está aqui o documento que vou passar para vocês, que foi feito agora, recentemente, Aty Guassu no Mato Grosso do Sul. Estou passando para a Senadora uma cópia; uma cópia para o Marcelo Veiga, representante do Ministro da Justiça, para a Srª Marta, Presidente da Funai, e para o Deputado Padre Ton.

Essa carta veio do Tekoha Aty Guassu recentemente. Sexta-feira aconteceu o ataque dos policiais. E aqui está a voz da comunidade de lá, esclarecendo como foi, o que aconteceu e por que aconteceu. Um indígena está preso, sem fazerem sequer uma investigação, só porque ele atuou lá, participou. Inclusive ele levou um tiro de raspão no ouvido. Está preso. E nós queremos que o nosso direito seja respeitado.

Está aqui o documento. Estou passando para vocês lerem – Padre Tom e a Marta.

Para finalizar a minha fala, exijo mais uma vez a nossa participação junto com vocês perante o Legislativo, perante o Executivo e juridicamente. Nosso povo quer atuar para defender o nosso interesse, para ter uma qualidade que nós possamos mostrar para o País assim que construirmos. É assim que nós vamos avançar com toda a demarcação de territórios. Principalmente, nós queremos atuar e exigir o nosso direito e participação em qualquer lugar, seja aqui em Brasília, seja em qualquer coisa que se vai construir. Nós queremos participar. Por isso estamos aqui, APIB. Todos são APIB, atualmente a nossa legítima representante.

Muito obrigado pela oportunidade.

Eu diria também, Padre Tom – vou arrumar trabalho para você: nós queremos reconhecer o dia 19 de abril como feriado, em respeito, não como comemoração. Esse 19 de abril será marcado para nós, povo indígena, porque nós morremos muito. Não queremos agradecer a todos, não viemos aqui para festejar com vocês. Nós viemos aqui para reclamar o nosso direito, a nossa voz, porque o nosso povo foi morto. Por isso desejamos que esse 19 de abril seja um feriado, porque não está sendo respeitado pelo País. No Município, no nosso Estado e no Brasil é preciso reconhecer isso. E nós exigimos isso, porque é o único dia para se lembrar da nossa história, do que foi conquistado e da tristeza pelo que nós perdemos: os nossos antepassados.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Otoniel Guarani Kaiowá.

Acho que é importante registrar esse momento da entrega do documento.

Solicito, então, aos que receberam que fiquem em pé para que possamos registrar este momento. (*Pausa*)

Agradecemos ao Sr. Otoniel Guarani Kaiowá, que é representante da comunidade Aty Guasu Guarani Kaiowá. Desculpe pela pronúncia.

Quero resgatar alguns dados que o Otoniel nos passou. Pelo menos, eu pude perceber aqui, já que a apresentação foi muito rápida.

São 560 indígenas assassinados. Desses 560 indígenas assassinados no Brasil, 315 somente em Mato Grosso do Sul. Então, nós podemos considerar que está havendo um extermínio de índios em Mato Grosso do Sul. Isso é muito grave. É uma denúncia que o Otoniel faz aqui, hoje. É preciso realmente ter um olhar atento a isso, que haja punição dos responsáveis. Somente a apresentação aqui já demonstrou a gravidade desse quadro.

O SR. SAULO FEITOSA – Senadora, só para contextualizar, esses dados se referem ao período de 2003 a 2012.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – De 2003 a 2012, portanto, em dez anos? Onze anos.

Então é muito grave. Nós precisamos realmente chamar a atenção das autoridades públicas para que apurem os devidos responsáveis, que possam ser punidos severamente.

Além disso, você traz reivindicações importantes dos povos indígenas: a derrubada da PEC nº 215; que o Governo brasileiro reconheça a Convenção nº 169 e, mais do que isso, que haja participação efetiva em todo o processo que envolve os indígenas. Então, que os indígenas possam participar e construir juntos aquilo que afeta a vida de todos os povos indígenas.

Fica aqui registrado. O documento foi entregue, mas faço questão de fazer esse registro sintético da fala do Otoniel.

Passo agora a palavra para a Srª Suzie Silva Vito, que é Vice-Presidenta do Conselho Estadual do Direito da Mulher do Mato Grosso do Sul e Presidenta da Associação Indígena Guateka Marçal de Souza, do Mato Grosso do Sul, e representante indígena na ONU Mulher.

Eu quero, antes da Suzie falar, dizer rapidamente da nossa satisfação de poder ouvir as mulheres indígenas por ocasião da visita da CPMI que investiga a violência contra a mulher, pela sua passagem em Mato Grosso do Sul, onde nós tivemos a oportunidade de realizar uma reunião com lideranças indígenas mulheres que lá destacaram também a violência contra a mulher, o que fez um grande diferencial na nossa investigação da violência contra as mulheres no Brasil, em particular da violência contra as mulheres indígenas.

Então, quero, em público, agradecer a sua participação e, em seu nome, agradecer a todas as mulheres que naquele momento puderam contribuir com a CPMI que investiga a violência contra as mulheres.

Com a palavra a Srª Suzie Silva Vito.

A SRª SUZIE SILVA VITO – Bom dia a todos os parentes presentes. Quero deixar o meu cumprimento em homenagem ao dia 8 de março, o Dia das Mulheres. Quero agradecer a grande participação que estou vendo aqui das líderes mulheres.

Quero agradecer também à Senadora Ana Rita pelo nosso trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, e por este convite, que me deixa muito feliz, porque é uma pequena semente que a gente está plantando neste Brasil com mais de 180 etnias.

Quero cumprimentar também o Sr. Saulo, do Conselho Indigenista, o Padre Ton. Eu não o conhecia, é um prazer conhecê-lo; o representante da Justiça. Cumprimento o Otoniel, que acho que já saiu, meu companheiro, meu amigo da nossa região.

Quero começar com a fala para nós, mulheres e líderes indígenas. É muito difícil para nós, quando a gente vem para um acesso público nacional, porque nunca chamam a gente para receber as boas coisas, os indígenas. A gente nunca veio para receber as boas coisas neste País. A gente sempre veio para ser inserida, para lutar, para guerrear, porque a sociedade brasileira parece que não enxerga a gente. Eu me sinto muito triste. Sempre que eu encontro o Otoniel, o Lindomar, nossas lideranças lá da nossa região, eu sempre comento como é triste a gente estar sempre batendo na mesma tecla, há quinhentos anos. Eu tenho uma herança que, para mim, às vezes, é boa, às vezes ela não é boa.

Eu sou sobrinha neta do líder Marçal de Souza, e eu vi meu tio lutar pela demarcação de terras e vi-o morrer numa área que não está demarcada até hoje. Eu o vi fazer denúncias e o vi deixar uma herança para minha mãe. Muitas das lideranças que estão aqui participaram com ela na luta por esta Constituição aqui. Muitas das lideranças. Minha mãe veio com muitas lideranças do Estado do Mato Grosso do Sul, que é a finada Marta Guarani. Tenho muito orgulho de falar nela.

Mas, vendo esta Constituição, a nossa luta até hoje – este ano faz trinta anos sem Marçal de Souza – e a soma imensa de lideranças que já foram assassinadas, depois que tio Marçal foi morto, e o Brasil ainda não reconheceu as nossas terras, eu me indigno de a Presidente Dilma não nos receber até hoje. Recebeu os fazendeiros, fez lá os seus projetos de leis, com o agronegócio, com o Governo do Mato Grosso do Sul, e não nos ouviu até hoje. Eu penso que é um descaso.

Eu gostaria que o Estado Brasileiro se retratasse com a gente. Eu gostaria. Principalmente com o povo kaiwoá guarani. Minha avó está viva até hoje, chama-se Júlia Martins, mora na aldeia Jaguapiru, em Dourados. Ela diz que o finado vovô veio do Amazonas. Nós fomos empurrados. Os índios guaranis vieram do Amazonas, empurrados, pelo litoral de São Paulo, foram indo, indo, até parar na fronteira de Mato Grosso do Sul, como o Sr. Saulo colocou aqui e o Padre Ton também.

A nação kalwoá guarani é a segunda maior população do Brasil, e todo dia há notícia de violência na nossa televisão, nos nossos jornais do Estado.

Na última sexta-feira, eu estava na aldeia de Douradina, fazendo uma roda de conversas com mulheres indígenas. O Voninho está por aqui, Otoniel? E as mulheres reclamaram para mim: Suzie, o fazendeiro entra na nossa comunidade, dá tiro, bate nas crianças, bate nos jovens. Não somos só nós que passamos ao lado da fazenda dele. Ele passa ao lado da nossa fazenda, já demos parte, mas o que podemos fazer? Eu estava acompanhada da advogada do Conselho do Direito da Mulher e a coloquei para conversar. Falei: vamos conversar, nós temos direito de reivindicar nossas terras, temos direito de viver em paz num lugar que pensamos ainda ser nosso, sem ter briga, sem ter morte? Eu sofro muito quando um parente morre. Nízio Gomes foi assassinado, não apareceu o corpo dele. Ortiz Lopes, que até hoje não se fez justiça! E outros, e outros.

Então, eu sempre aconselho nossas lideranças: por favor, escondam-se, façam qualquer coisa, mas não morram mais, porque, sempre que temos uma luta pela terra na nossa região, a nossa liderança, que atua naquele lugar, não fica para ver seus filhos e netos crescerem ali. É muito difícil! Sempre são assassinados. Pedi para as meninas: orientem-se com a doutora. Vamos fazer as coisas certinhas. Saindo daqui, vou passar na Funai com as meninas, e a gente vai conversar com o nosso chefe lá. Quando chegamos à Funai, as coisas já estavam acontecendo. Infelizmente, o fazendeiro morreu, mas, para a mídia de Mato Grosso do Sul, o fazendeiro foi assassinado pelos índios. É a mídia que fala.

Aí, estão lá respondendo cinco pessoas pelo processo, porque os índios não se esconderam, como fazem os grandes latifundiários quando assassinam os índios no Estado de Mato Grosso do Sul. Eles foram lá, se identificaram, há uma pessoa presa, mas aí toda a sociedade de latifúndio, de empresários do Estado já se reuniu, no sábado, no domingo, na segunda... Carapó, viu, Otoniel? Está todo mundo reunido.

Mas, agora, é que entendemos, quando estamos aqui ouvindo. É porque tem apoio de muita gente. Os caminhos são políticos. Como citou o Padre Ton, nós só tivemos um representante, em toda a história, que foi o Juruna. Daí, eu fico pensando, quando estamos reunidos, até quando vamos colocar a bandeja servida com bolo, com várias coisas, para outras pessoas fazerem para nós, politicamente falando? Até quando a gente vai colocar outras pessoas na nossa frente para falar por nós, e, às vezes, até para se omitir? Não é porque estou aqui nesta Comissão, convidada pela Senadora, e lá no nosso Estado, são 69 mil índios, que votam, e eu não estou vendo um representante da política do nosso Estado.

Então, é muito grave quando falamos do índio, falamos de uma Constituição, de uma política que não acontece para nós. Esse é o momento político que queria deixar para vocês refletirem. Minha mãe foi, no Estado, duas vezes pré-candidata do partido. Foi bem votada, foi ponto de partida para vários pontos de demarcação de terras no Estado, foi componente do Cimi por muitos anos, e ficou esquecida a sua luta, porque era uma mulher. No Estado, eu sempre estou cobrando: cadê as nossas cotas? Cadê a nossa participação? Esse o ponto político de que queria falar.

Agora quero falar um pouco da minha representação como mulher indígena dentro de um conselho estadual, em que o Governo do Estado não nos dá atenção, mas ali, com muita luta, conseguimos fazer um projeto, que foi apresentado para o Aty Guassu geral. Tiramos propostas para um projeto, junto com o Íbis, de pesquisa de violência com mulheres indígenas e de ações de um trabalho, em parceria com a ONU Mulheres. O Ibis conseguiu fazer conosco esse trabalho, e, com três anos de trabalho na aldeia com pesquisadoras indígenas, coordenação indígena, com muito trabalho, a gente conseguiu detectar muita violência dentro da nossa comunidade, como a Senadora Ana Rita já falou.

Como integrante dessa pesquisa, fiquei muito triste. Nas rodas de conversa, nas ações que temos, levamos também a Lei Maria da Penha para dentro da comunidade, para que as mulheres tenham conhecimento do que temos de direito, mas sempre respeitando também a cultura do nosso povo, o entendimento que temos com os parentes, os homens indígenas, respeitando. Falamos com os parentes, colocamos esse projeto para o Aty Guassu, tivemos apoio de várias lideranças e concluímos uma pesquisa. Distribuí, logo que cheguei, uma revista que foi tirada dessa pesquisa, *Conversação*, que tem falas na nossa língua guarani. Acho que foi um grande resultado do nosso trabalho de divulgação no Estado e no Brasil, o primeiro projeto de violação de direitos com violência de mulheres indígenas no Brasil.

Temos dados efetivos e, por mais que seja difícil estarmos na aldeia falando o que está acontecendo ali, descobrimos também outros processos muito ruins para nós. Pedimos que esta Comissão investigue o grande tráfico de drogas dentro da nossa comunidade, que vem fazendo nossos jovens morrerem, os pais agredirem seus filhos, pais novos. Há muito alcoolismo dentro da nossa comunidade. A polícia vai, mas eu penso que não está muito integrado, porque o índio não planta a droga; quem traz é gente de fora. Então, no cenário de Dourados, mais precisamente na aldeia de Jaguapiru e Bororó e na linha de fronteira, que tenham mais empenho nas investigações e que possam, pelo menos, amenizar a situação das mortes das lideranças de lá e dos jovens que vêm se perdendo com muita droga e muito alcoolismo. Através dessa pesquisa, a gente descobriu o ato de violência e o que ele causa, porque a bebida alcoólica não veio de nós, indígenas. Nós temos nossas bebidas tradicionais, nossa cultura.

A violência doméstica é uma situação grave. Penso que não é só na minha comunidade nem só na linha de fronteira na qual nós fizemos essa pesquisa. Tanto que existem muitas mulheres líderes que têm suas associações, que têm seu desempenho junto ao cacique, na sua comunidade.

E a mulher indígena não se retrata como uma mulher branca, que já tem conhecimento da sua causa, de aonde vai, como faz a sua denúncia. Para nós é mais difícil. E é esse o acesso que estamos levando, com esse projeto, para a comunidade: o conhecimento dos direitos, sem quebrar barreiras, com muitos homens líderes presentes, também querendo saber por que acontece essa violência no lar? E a gente leva psicólogas, doutoras. Então, tem acontecido um trabalho bem bacana.

Nos últimos dias 5 e 6 de março, no momento em que estava acontecendo a Ti-Kuña, em Sombrerito, estava acontecendo também o encontro internacional das mulheres indígenas e do tráfico de mulheres no Brasil, lá em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, do qual também participei. E tenho participação junto com as mulheres indígenas de lá.

E foi tirada uma carta de repúdio à violação de direitos dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul e Paraguai. Juntou-se o povo do Pará e de outras instituições que se juntaram com a gente, e outras organizações internacionais dos povos indígenas do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia. Eles se juntaram com a gente para que se tirasse essa carta de repúdio contra todo tipo de violência com os povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Nós repudiamos a violência contra nosso povo, nossos jovens e nossos líderes de demarcação de terras. Eu sempre falo para o pessoal da Aty Guassu, para os nossos líderes, quando eu vou, que não adianta mais a gente não fazer a sociedade não nos ouvir mais. Se as pessoas não querem nos atender, vamos vir todo mundo. Vamos vir pra cá. Vamos acampar aqui, vamos ficar, vamos fazê-los nos ouvir. Nem que seja pela televisão, porque tenho certeza de que eles vão ouvir a nossa voz.

A gente não pode mais ficar só na nossa comunidade fazendo reunião; fazendo reunião com a associação, sem deixar a nossa voz fluir nesse Brasil e nesse mundo. Então, quero entregar também para a Senadora essa carta. Quero parabenizar a todos por esse momento, por esse ato, e estou disposta também a contribuir e a colaborar com o pouco conhecimento que tenho.

Obrigada. (*Palmas.*)

Ah, o novo dossiê é só das mulheres. Esse aqui, doutora. É diferente daquele que a gente entregou para a senhora lá em Mato Grosso do Sul. O novo relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós agradecemos à Srª Suzie Silva Vito, que também é representante indígena na ONU Mulheres. E muito nos orgulha ter uma mulher representando as mulheres indígenas na ONU – Organização das Nações Unidas.

Eu quero aqui aproveitar o momento também – que eu já deveria ter feito – para fazer o registro da presença do Senador Rodrigo Rollemberg, que é do PSB aqui do Distrito Federal. O Senador Rodrigo Rollemberg teve que sair, porque aqui, no Senado, as Comissões e os trabalhos acontecem simultaneamente. Então, vocês já perceberam que os nossos Parlamentares entram e saem rapidamente, porque a dinâmica do trabalho é muito intensa e de forma simultânea. Mas o Senador me disse que esteve ontem no Supremo Tribunal Federal, esteve também levando algumas condicionantes na área ambiental. Ele não teve tempo de me relatar aqui com detalhes, mas ele falará hoje à tarde, do plenário do Senado Federal, sobre isso. Então, faço esse registro.

Já passaram por aqui alguns Parlamentares. Permanece aqui o Senador João Capiberibe, mas esteve aqui o Senador Delcídio do Amaral; esteve aqui também o Senador Randolfe Rodrigues, que acabou de sair; o Senador Wellington Dias; e permanece conosco a Deputada Federal Janete Capiberibe.

O Otoniel tem um recado e também o Padre Ton tem um recado a dar, antes da fala da representante da Funai.

O SR. OTONIEL GUARANI KAIOWÁ – Eu gostaria de passar o contato da Apib aqui de Brasília: 3043-5064.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Deputado Federal Padre Ton também tem algumas informações a serem feitas.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – É uma informação importante. Depois da ocupação que houve do plenário, foi paralisada a votação naquele momento. Houve um Deputado que estava presidindo e disse: "Padre Ton, se vocês tivessem avisado, eu teria aberto para os índios falarem". Mas a ocupação também foi importante, sabe por quê? Porque abriu para outras lideranças.

Ontem, o Presidente da Câmara abriu para participar da votação as pessoas com necessidades especiais. A condição para votar era que os Deputados deixassem os cadeirantes, as pessoas com necessidades especiais entrarem no plenário. Isso foi um ato importante. (*Palmas.*)

E no acordo que houve com o Presidente da Câmara, o Presidente ficou de criar uma mesa de negociação não somente sobre a PEC 215, mas essa mesa de negociação seria também sobre demarcações de terras, problemas na Bahia, não é, Tupinambá? Problemas na Bahia, as dezenove condicionantes, as relações com o Governo, as políticas de que se falou aqui, de saúde e educação.

Aí, ontem, o Presidente... Houve, realmente, agora até uma reunião com um grupo de Deputados nossos na Comissão de Meio Ambiente, ali, e nós indicamos o Deputado Lincoln Portela, do PR de Minas Gerais, que é o Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, para ser o mediador. Ele é o mediador. E os membros ficaram os seguintes: Bernardo Santana de Vasconcelos, do PR de Minas Gerais; Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro; Domingos Dutra, do PT do Maranhão; Edio Lopes, do PMDB de Roraima; Moreira Mendes, do PSD de Rondônia; Padre Ton, do PT de Rondônia; Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo; Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás e Sarney Filho, do PV do Maranhão.

Depois saiu outro ato, de noite – nós saímos de madrugada ontem, porque as votações foram até as 2h da manhã –, em aditamento a esse ato aqui; vocês reclamaram porque ele não citou os indígenas. E no acordo, nessa mesa de negociação, tem que ter os indígenas. Aí, em aditamento ao ato da Presidência, de 17 de abril de 2013, que cria esse grupo de trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas, esta Presidência resolve incluir, na composição do Colegiado, representantes dos povos indígenas a serem indicados pelo grupo supracitado.

Esse grupo que se reuniu pediu que vocês escolhessem dez nomes, e esses nomes sejam escolhidos hoje! (*Palmas.*)

E é interessante que vocês mesmos usem os meios de comunicação, já que ficou acordada a participação de vocês. Vocês podem usar os meios de comunicação. Aqui está sendo transmitido para o País inteiro, já me ligaram gente de Rondônia, que estão assistindo.

Hoje, eu também vou fazer pronunciamento no plenário. Precisávamos ter esses nomes para passar para o Senado, para que se usem os meios de comunicação da Câmara, usem o plenário do Senado e Câmara dos Deputados, para anunciar esses nomes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. NEGUINHO TRUKÁ – É, relacionado ao que o Padre Ton colocou, ontem, lá em plenária, lá onde a gente está, discutimos, Padre Ton, a possibilidade de V. Exª e dos demais Deputados que participaram com a gente, em uma das entradas da Câmara, hoje à tarde, receberem os dez nomes.

Então, os nomes já foram escolhidos pelos nossos companheiros que estão na chácara em plenária. Aí, nada mais justo do que o senhor e todos aqueles Deputados que estavam com a gente, que nos deram apoio, levar até a Presidência da Casa, os nomes escolhidos por um movimento indígena.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Segundo informações do Deputado Domingos Dutra, que estava nessa reunião agora lá, esses Deputados que estavam reunidos vão vir aqui. Seria interessante, gente, porque aqui as coisas são rápidas... As coisas são rápidas e vocês acreditam – o Juruna até gravava. O Domingos pode dar o informe.

Pode ver um local ali, Domingos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Quero registrar aqui a presença do Deputado Domingos Dutra que, posteriormente, também, deverá passar mais informações para os presentes.

Lembro, novamente, aos nossos telespectadores da TV Senado que podem participar desta audiência pública encaminhando suas opiniões a respeito do debate que está sendo feito aqui, pelo 0800612211.

Agora, eu passo a palavra para a Srª Marta do Amaral Azevedo, que é Presidenta da Fundação Nacional do Índio, a Funai. A Srª Marta é a última a falar, da mesa, hoje. Nós queremos ouvi-la atentamente e, posteriormente à fala da Marta, nós ouviremos as lideranças indígenas inscritas aqui previamente.

Com a palavra, a Srª Marta.

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – Bom dia a todas, bom dia a todos, em primeiro lugar, eu queria me desculpar porque estou quase sem voz. Essa gripe me pegou essa semana, fiquei esses últimos dias sem voz. Hoje é que eu estou com a minha voz um pouco mais forte.

Eu queria agradecer o convite e cumprimentar as autoridades aqui presentes em nome da Senadora Ana Rita. Cumprimento as lideranças indígenas em nome da Suzie e do Otoniel, que estão presentes na mesa. Cumprimento todas as lideranças indígenas que estão presentes neste plenário, as lideranças da APIB, que congregam as demais associações e organizações indígenas no Brasil. Cumprimento o Senador, a Deputada, que estão presentes também no plenário e demais autoridades. Cumprimento o Cimi, que está presente aqui na mesa, parceiro do movimento indígena histórico.

Vou fazer uma fala breve, porque eu acho que é exatamente o que a Senadora falou: devemos falar aqui a partir de uma escuta e não tomar muito o tempo dessa audiência, que é extremamente importante.

Quero reiterar o compromisso da Funai com a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas que estão consagrados aqui nesta Constituição. Então, deixo registrada a minha palavra de que a Funai está comprometida em proteger e promover os direitos que estão nesta Constituição. Eu queria dizer que a Funai tem se preocupado, desde que assumi a Presidência, em atender prioridades de povos que estão em situação de extrema vulnerabilidade exatamente como os povos Guarani Kaiowá.

Temos priorizado as duas, digamos, grandes tarefas fundamentais da Funai que é a regularização fundiária, demarcação das terras indígenas, fiscalização dessas terras, a garantia de posse plena dessas terras pelos povos indígenas, fazendo esses processos de desintrusão de maneira pacífica e dialogada e, também, garantir todos os direitos sociais a partir de elaboração das propostas de planos de gestão ambiental...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Srª Marta.

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – ..e territorial das terras indígenas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Srª Marta, só um minuto, que eu vou pedir um pouquinho de silêncio.

Eu peço aos companheiros e companheiras um pouquinho de silêncio, para que nós possamos ouvir melhor a nossa representante, a Presidenta da Funai, que está aqui com informações importantes

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – Então, acho que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É porque o Deputado está aqui conversando, só um minutinho.

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – É, está tudo certo. Acho que isso é superimportante. Voltando, eu queria parabenizar o Padre Ton, o movimento indígena, pelo que aconteceu na terça-feira. Então, acho que não tem problema nenhum. Acho que é superimportante esse momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Nós estamos com um problema de lugar para sentar, não é? Nós temos uma comissão de Parlamentares que chegou, que tem informações importantes para prestar, temos alguns Senadores. Eu acho que nós poderíamos fazer um ajuste de bancos para

que coubessem todos aqui na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós vamos solicitar que, se for possível, libere algumas cadeiras. Nós não queremos que os índios fiquem deslocados, mas quem não for das comunidades indígenas, dos povos indígenas que estão aqui, libere os lugares para que os nossos Parlamentares possam ocupar.

Sim, Padre Ton.

O SR. PADRE TON (PT – RO – Porque, estrategicamente, se os Parlamentares pudessem sentar e dar a informação, porque a gente precisava desses nomes até com mais rapidez. Se o Deputado Chico Alencar ou o Deputado Sarney Filho pudessem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – ...até explicar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente Ana Rita. Presidente Ana Rita, pela ordem.

Presidente. Presidente, a minha sugestão, com todo respeito à Drª Marta é a seguinte: parece-me que temos um grupo de Parlamentares que estão, como já foi anunciado pelo Deputado Padre Ton, construindo a mediação sobre a pauta de reivindicações dos povos indígenas, que estão aqui presentes e com informes para prestar a essa Comissão e para essa importante audiência pública.

Então, com todo respeito à Drª Marta e com a concordância dela, se nós pudéssemos, neste momento, suspender um minuto a exposição da Drª Marta, e aí ouvirmos os informes que, me parece, seria de interesse do conjunto das nações indígenas aqui presentes e de interesse dessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós acatamos o encaminhamento dado pelo Senador Randolfe Rodrigues, já tenho a concordância aqui da Presidenta da Funai, a Srª Marta.

Para facilitar, então, esse momento de informes, eu vou passar a palavra para o Deputado Padre Ton,

que também acompanho e participa. S. Exª é membro integrante desta Comissão.

Eu solicito aos nossos companheiros Parlamentares que ocupem os espaços para que vocês possam utilizar o microfone. Há um microfone liberado aqui, também, na mesa. Há um microfone aqui com fio, que é possível ser utilizado também.

O Deputado Sarney Filho, só aguarde um minutinho

O SR. PADRE TON (PT – RO – Isso. Eu já tinha explicado que estava havendo outra reunião, que começou às 10h30, com os Parlamentares e, também, eu já tinha explicado os nomes dos Parlamentares que irão fazer parte desse grupo de trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas. Como mediador, temos o Deputado Lincoln Portela, que está aqui, que é do PR de Minas Gerais (*Palmas.*) e preside a Comissão de Legislação Participativa da Câmara. Ele vai ser o mediador.

O outro Parlamentar indicado pelo Presidente – fique de pé, Deputado. Obrigado. Há o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos do PR de Minas Gerais; Deputado Chico Alencar, do PSOL, do Rio de Janeiro (*Palmas*.)

(*intervenção fora do microfone.*)

O SR PADRE TON (PT – RO). –Há o Deputado Domingos Dutra, do Maranhão (*Palmas*.); o Deputado Edio Lopes, do PMDB, de Roraima; Deputado Moreira Mendes, do PSD, de Rondônia; Padre Ton, PT, de Rondônia (*Palmas*.); Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB, de São Paulo; Ronaldo Caiado, do DEM, de Goiás; e Sarney Filho, do PV, do Maranhão (*Palmas*.).

Aqui há Parlamentares que são favoráveis dos indígenas e contra a PEC 215, e há Parlamentares que defendem claramente a PEC 215, questionam a Funai, questionam demarcações de terras.

No acordo com o Presidente da Câmara, ficou acertada a participação de indígenas. Os indígenas vão participar desta mesa de negociação.

No primeiro ato da Mesa, ontem, não entraram os indígenas. E aí fizemos a reunião da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, ontem, às 17 horas, na sala 08. Eu e o Deputado Fernando Ferro falamos com o Deputado Henrique Eduardo Alves, o Presidente, que autorizou a mudança do ato. E, à noite, saiu o novo ato, que diz:

Em aditamento ao ato da Presidência, de 17 de abril de 2013, que cria o grupo de trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas, esta Presidência resolve incluir na composição do colegiado representantes dos povos indígenas a serem indicados pelo grupo supracitado.

Os Parlamentares aqui presentes, os quatro Parlamentares, reuniram-se. E agora eles explicam o porquê de estarem aqui e o porquê da rapidez de instalarmos já esse grupo de trabalho e termos os nomes das lideranças indígenas.

Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Presidente, Senadora Ana Rita; Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas, Padre Ton; senhoras e senhores membros da Mesa; meus amigos, estávamos reunidos majoritariamente, com a presença do nosso coordenador, que é o mediador da Comissão. Entendemos a necessidade premente dessa mesa de negociação ser instalada. A partir dessa instalação, é importante que aproveitemos a presença dos índios aqui em Brasília, porque sabemos das dificuldades que muitos têm de deslocamento, para que se possa formalizar, já hoje, esta Comissão.

Então, o nosso coordenador e mediador, o Deputado Lincoln Portela, com extrema sensibilidade, senso da emergência da causa, acatou a sugestão de que, evidentemente, as lideranças daqui, aquelas que negociaram com o Presidente da Casa, indicassem os seus representantes.

Então, eles têm direito a dez representantes. E eles estão reunidos em assembleia permanente, a 50 quilômetros daqui. E nós esperamos que, o quanto antes, esses nomes venham, para que já instalemos a Comissão formalmente com os nomes dos representantes das comunidades indígenas.

É importante que seja feito logo, Presidente, primeiramente por uma questão material e, segundo, não só pela questão da PEC 215, mas por questões, como mineração, Estatuto do Índio, Portaria 2013, e inúmeras outras. Esta mesa de negociação terá as condições de negociar também, de levar esse compromisso.

E esta Comissão, por se tratar de uma comissão paritária – não é uma comissão especial da Casa, portanto não está sujeita aos percentuais dos grandes partidos – tem as condições, sim, de discutir, sem preconceitos, essa questão tão premente, tão urgente e tão necessária.

Coordenador Lincoln Portela, para que ele possa expressar a sua posição no que diz respeito à representatividade da comunidade indígena.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Eu gostaria somente de lembrar que este momento histórico está sendo transmitido para todo o Brasil através da TV Senado, e que as pessoas nos seus Estados também podem interagir conosco.

É importante ressaltar que o Brasil inteiro está ciente dessa tomada de decisão importante pelo grupo

de trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas no Brasil.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG) – Senadora Ana Rita; Deputado Padre Ton; Deputado Domingos Dutra, que faz parte da Frente Parlamentar pelos Direitos humanos; Srªs e Srs. Senadores presentes aqui; Srªs e Srs. Deputados, comunidades indígenas presentes, é com muita responsabilidade que estamos tratando deste assunto.

Estamos tendo a cobertura de duas comissões. Vamos buscar a cobertura tanto da Comissão de Meio Ambiente quanto da Comissão de Legislação Participativa, para termos, de maneira célere, porém não açodada – precisamos separar isso, usando a velha máxima, separar o urgente do importante... E precisamos trabalhar com o importante de maneira coesa, coerente, de maneira republicana.

Esperamos que, por certo, a metodologia de trabalho seja traçada de maneira conjunta. A participação é igual, paritária, são dez Parlamentares, são dez índios.

As reuniões serão abertas. Nós não teremos reuniões fechadas. Não teremos reuniões em que a imprensa e a sociedade civil organizada, demais Parlamentares, Senadores não possam participar (*Palmas.*). As reuniões serão abertas.

E esperamos que hoje já comecemos a dar, abre aspas, uma "startada" nesse assunto, aproveitando a oportunidade de vocês presentes aqui.

Estamos aguardando agora os dez nomes, que serão entregues. Parece que os nossos companheiros indígenas estão numa chácara e por certo trarão os nomes.

E hoje, já queremos começar essa reunião, talvez até de uma maneira, se necessário for, informal. O ideal seria que fosse formal. Não podendo ser formal, seria informal. Estamos dependendo também de Chico Alencar, de sua passagem também.

E se podermos iniciar às 14 horas na nossa Comissão, Comissão de Legislação participativa, sala 3.

E as duas comissões estão abertas para que ali vocês possam fazer todo o trabalho, as comunidades indígenas. Eu abro a comissão para que vocês estejam ali, como sempre abri o meu gabinete, para que, dali, possam também despachar e ter, na Comissão de Legislação Participativa, um ponto de encontro, um ponto de apoio para que possamos trabalhar juntos.

Muito obrigado.

Muito obrigado por este espaço aberto agora (*Palmas*.).

E que a Nação brasileira ganhe com isso.

E só mais uma coisa que eu quero dizer. Pode parecer um pouco irreverente, mas disse, ontem, à imprensa, em relação àquela, aspas, "invasão" que aconteceu na Câmara dos Deputados: o Brasil foi invadido há mais de 500 anos, as terras dos nossos índios foram tomadas, as mulheres dos nossos índios foram violentadas, nossos índios foram escravizados. E nós não podemos nos esquecer da história que o Brasil tem nesse sentido. Temos uma dívida que precisamos pagar (*Palmas*.).

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Muito obrigado, Deputado Lincoln.

Eu pergunto aos indígenas se já têm os nomes. E se já os têm...

O SR. CACIQUE – A gente quer passar a informação. A gente estava em contato com o pessoal.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Se já têm os nomes, porque nós não podemos abrir. Gostaríamos de priorizar para os Deputados, porque terão que sair...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu sugiro que os Deputados...

O SR. CACIQUE – ... Mas aí, Padre Ton...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Só um minutinho, Cacique, nós não podemos também perder o controle aqui, porque nós temos a Presidenta da Funai que precisa falar e há outra parte.

Então, solicito que os Parlamentares terminem as suas falas para que possam ficar liberados. E, em seguida, o cacique informa os dez nomes...

(*intervenção fora do microfone*)

Então, solicito que os Parlamentares terminem as suas falas, para que possam ficar liberados. Em seguida, o Cacique informará os dez nomes.

O SR. CACIQUE – O que quero colocar, aqui, é o posicionamento da plenária, na chácara, que está pedindo ao Padre Ton e à Comissão até as 14h30 para marcar um ato na Câmara, para trazer os dez nomes, Padre Ton, e entregar a vocês.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL/RJ) – Pode ser às 14h30?

O SR. CACIQUE – É 14h30 da tarde.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – – Às 14h30, o.k.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Combinado e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Padre Ton. Bloco PT/RO) – Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (Bloco/PT – MA) – Deputado Padre Ton, serei bem breve. Senadora Ana Rita, em nome de V. Exª e do Deputado Padre Ton, quero saudar todos da mesa, as lideranças indígenas, o Deputados Sarney Filho, o Deputado Lincoln, o Deputado Chico, o Senador Randolfe, o Senador Capiberibe. Como remanescente de quilombo – nasci num quilombo chamado Saco das Almas, no Maranhão – sinto-me muito orgulhoso de estar aqui, apoiando e nessa comunhão com os povos indígenas.

Os povos indígenas que estão lutando para manter seus territórios, nesta semana, ocuparam também um território que é deles, que é o plenário da Câmara dos Deputados. (*Palmas*.)

Foi muito importante terem ocupado o plenário da Câmara, e aquela ocupação não foi nenhuma agressividade, não houve agressão a nenhum Parlamentar, não se arranhou nenhuma mesa, foi um gesto pacífico! E tivemos uma conquista – portanto, esse grupo de trabalho que está aqui formalizado é uma conquista do povo brasileiro.

E queria, aqui, reconhecer a sensibilidade e a responsabilidade do Presidente da Câmara, o Deputado Henrique Eduardo Alves, que teve a responsabilidade de entender esse momento, embora contrariando, como ele disse, a sua base que sustentou a sua eleição. Ele suspendeu a instalação da Comissão Especial, constituiu esse grupo, aceitou as nossas ponderações! Portanto, o Presidente da Câmara merece uma salva de palmas pela sua postura. (*Palmas*.)

Encerro, agradecendo ao Deputado Lincoln, que preside uma Comissão da Câmara e que se colocou à disposição para ser um mediador. Além da sua experiência, além do espaço que tem de uma Comissão Especial, como bom mineiro, vai conduzir essa Comissão, para termos as vitórias necessárias para o povo brasileiro. Porque, com toda a nossa composição étnica, aqui estamos nas mãos dos mais legítimos brasileiros. Portanto, quero apenas parabenizar todos e convidar a Senadora Ana Rita, convidar os outros Senadores, para estar, às 14h30 – se o Deputado Lincoln me permite o convite –, nessa comunhão que o Brasil se encontra, neste momento, por força dessa ocupação legítima desse território que é o plenário da Câmara Federal. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Padre Ton. Bloco PT/RO) – Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL/RJ) – Em primeiro lugar, peço desculpas à Senadora Ana Rita e a toda a Mesa, à Funai, a todos os presentes, por essa interrupção saudável, digamos, dos trabalhos de vocês.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza!

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL/RJ) – Em segundo, quero manifestar a minha inveja, ciúmes, de uma Comissão de Direitos Humanos do Senado que tenha essa sensibilidade, para promover, com essa representatividade, esse tipo de audiência. Na Câmara dos Deputados, ainda estamos por reconquistar essa normalidade democrática.

Em terceiro lugar, não fosse a mobilização dos povos indígenas, esse processo que é sério, profundo e altamente preocupante de desconstituição da identidade, que é raiz, no Brasil, estaria ainda mais acelerado. Essa presença de vocês aqui, maciça, inclusive no limite da angústia, quebrando o Regimento, que, muitas vezes, é uma arma de dominação das elites, foi absolutamente importante! O nosso mediador, o Deputado Lincoln Portela, disse bem, na nossa reunião, agora, informal, para preparar o grupo de trabalho, que será instalado às 14h30, e, indagado sobre o absurdo de os índios invadirem o plenário, ele falou: "Olha, absurdo muito maior e mais demorado, e secular, foi a invasão, na conquista lusitana do Brasil, movida por interesses econômicos – a fé e o império dilatando, com dizia Camões –, que promoveu um genocídio histórico! Então, na verdade, tudo o que fazemos aqui é para tentar resgatar os direitos dessas nações indígenas, tão importantes e tão constitutivas do Brasil".

Quero, de novo, agradecer a presença de vocês e dizer que, raramente, na lentidão proverbial do Parlamento, conseguimos avançar como se avançou esta semana – de fora para dentro, as coisas andam aqui. Vejam que não só a negociação foi feita, como a Comissão Especial da malfadada PEC nº 215 ficou para o segundo semestre. E a mesa de negociações vai ser instalada, daqui a pouco, graças, inclusive, à sensibilidade do mediador, com representação paritária – isso é raro, embora devesse ser normal, neste País –, e isso se deveu à mobilização, fora da qual, não há salvação para nenhum de nós!

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Padre Ton. Bloco PT/RO) – Obrigado.

Repasso a Presidência para a Senadora Ana Rita e, logo depois, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Antes de passar a palavra para o Senador João Capiberibe, quero agradecer muito a presença dos Deputados Federais presentes, parabenizar a Câmara dos Deputados e o Presidente Henrique Alves, pela sábia decisão de compor esta Comissão – uma Comissão paritária, com a participação dos indígenas, uma Comissão altamente representativa –, para que possamos, realmente, dar os passos necessários para resolver os problemas.

Passo a palavra para o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, V. Exª já saudou a Comissão e, de fato, é um momento histórico necessário, porque estamos vivendo um retrocesso, nas políticas indígenas brasileiras, e precisamos paralisar esse re-

trocesso. Essa Comissão – vou logo falar objetivamente, gostaria que os Srs. Deputados pudessem ouvir o que, na verdade, é uma sugestão – é formada pelas diversas etnias, porque tendemos à generalização de imaginar que todos os índios são iguais e, na verdade, aqui há uma grande representação, uma grande diversidade de representação étnica.

A minha preocupação com essa Comissão é que os Deputados vão estar, permanentemente, em Brasília, mas as lideranças indígenas, daqui a pouco, retornarão aos seus territórios. Então, a minha sugestão é que as lideranças indígenas pudessem formalizar, fazer ou organizar um espaço permanente aqui, no Planalto, seja uma tenda, algum espaço em que pudessem estar, permanentemente, em contato conosco aqui, talvez, no Planalto Central mesmo.

Já que não há Parlamentares os representando, talvez essa Comissão pudesse estar, permanentemente, aqui, acompanhando todo o trabalho e acompanhando tudo aquilo que ocorre no Senado e na Câmara. E também, pelo que observamos aqui, podemos deduzir que há o entrave do Judiciário. Essa decisão de mandar exumar o corpo de um adolescente assassinado em Dourados, em Mato Grosso do Sul, e também a reintegração de posse e retirada do cadáver, realmente é uma coisa chocante e mostra que temos dificuldade no Judiciário, temos dificuldade no Parlamento e temos dificuldade no Executivo.

Portanto, acho que uma Comissão Permanente representativa dos povos indígenas aqui, no palácio, ajudaria a paralisar o retrocesso. Era essa a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe, como sempre, de forma sábia, também contribuindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Somente para saudar a Comissão e saudar o entendimento, como não poderia ser diferente, de uma Comissão com quilate à altura dos Deputados que a integram. É fundamental o acompanhamento dos povos indígenas! Aliás, o ideal seria que uma proposta de emenda à Constituição como essa nem ousasse tramitar, tal o acinte que ela é. Mas, obviamente, que, no Parlamento, espaço da diversidade e da pluralidade de posições, tem que haver um espaço para que se tenha o diálogo. Então, eu gostaria de saudar a Comissão; saudar a conquista dos povos indígenas pela ocupação do que lhes pertence. Este território aqui chamado Brasil já foi invadido há 500 anos, e essa foi a pior e mais cruel invasão do que já ocorreu.

Na verdade, os povos fizeram a ocupação aqui do Parlamento que lhes pertence.

Por fim, Senadora Ana Rita, eu falei aqui ainda ontem que a senhora iria ter muito trabalho, devido, lamentavelmente a, digamos, a Comissão de Direitos Humanos da Casa vizinha ter perdido um pouco o papel que ela deveria cumprir, com o assento ocupado pelo fundamentalismo que não reconhece o que são direitos humanos e o que são humanos direitos.

Então, que fique aqui o bom exemplo de para que serve uma Comissão de Direitos Humanos funcionando. Serve para isto: para dar voz àqueles que historicamente não têm voz.

Que, o quanto antes, possam os colegas Deputados reconquistar esse papel para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Randolfe, conceda-me um aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só queria, aproveitando a sua fala, pedir à Senadora Ana Rita e ao Plenário da Comissão de Direitos Humanos do Senado que nos acolha aqui, porque estamos exilados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Acolha-nos!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Senadora Ana Rita, por todos nós, eu tenho a certeza da posição do Plenário da Comissão: eles serão muito bem acolhidos e com felicidade.

A SRª PRESIDENTE (Senadora Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – E que um dia aquele espaço lá da Câmara seja reconquistado para o papel que deve cumprir, que é este papel: dar voz a quem não tem voz no conjunto do Estado e da sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Senadora Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Deputada Janete.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em nome de quem eu saúdo toda esta Mesa, que realiza esta audiência pública em momento tão oportuno.

O que eu vejo é que, como sequência do que se iniciou no dia 17 na Câmara Federal, com o ato público de apoio aos povos indígenas do Brasil, aconteceu um avanço imensurável.

Eu tenho uma filha que é antropóloga, professora em São Paulo, na Universidade Federal de São Paulo, e ela me falou que, quando soube do resultado de toda aquela jornada do dia 17, que culminou com a entrada, a ocupação pelos indígenas que vieram aqui

debater as suas questões no plenário da Câmara Federal, em seguida já houve a negociação com o Presidente Henrique Alves, que chegou a este momento da maior importância.

Eu quero parabenizar os indígenas. Este é um momento de muito avanço, de vitória nesta luta que mostra, Suzie... Você que declarou há pouco que é uma mulher indígena e que participa da ONU Mulher, o mundo inteiro está voltado acompanhando a sua luta, o que você está fazendo em favor das mulheres indígenas no nosso País.

Os índios vêm no dia 19 de abril aqui falar sobre assassinatos, sobre violência, sobre as demarcações de terras que não acontecem. Enfim, eu quero Suzie, me dirigir a você e dizer que você vai retornar à sua aldeia, depois desse 19 de abril, depois da semana do Abril Indígena, do mês do Abril Indígena, levando essa vitória. Vocês todos! Vocês, mulheres indígenas e os homens indígenas, voltam cada um para a sua casa, levando essa vitória.

Vocês focaram muito bem a PEC nº 215. E o que vocês obtiveram como resultado dessa presença, vocês do Brasil indígena inteiro, aqui no Congresso Nacional, foi um espaço onde paritariamente com os Deputados desta Casa... Eu gostaria de integrar esta Comissão; não integro. Lutei junto com vocês, mas vou estar acompanhando, ali nas reuniões, todo o desenrolar. E ela, paritária: dez Parlamentares, Deputados, e dez índios. Quem sabe venha uma índia, entre os dez que virão.

Então, é um momento de avanço na luta dos povos indígenas do nosso País. Debater-se, buscar-se solução para a PEC nº 215, o PL nº 1.610. Eu integro a comissão especial que trabalha a regulamentação dessa atividade nefasta para a população indígena. E a população indígena na Amazônia sofrerá muito se esse PL for aprovado aqui nesta Casa.

Então, esse PL estará dentro, entre outros. A revogação da Portaria nº 303. E aí também coloque a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que vocês precisam colocar, como sempre, isoladamente... Diz-se no Congresso Nacional que todas as atividades, como mineração, demarcação de terras entre outras, deveriam vir no bojo do Estatuto dos Povos Indígenas, que precisa ser aprovado neste Congresso.

E eu termino minhas palavras, Senadora Ana Rita e demais integrantes da Mesa, dizendo da minha felicidade, que é muito grande mesmo por estar junto com os povos indígenas vivenciando este momento, protagonizando isso. E os protagonistas principais neste momento são vocês, os povos indígenas.

Obrigada (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Senadora Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputada Janete.

Eu quero aqui dizer que esta Comissão de Direitos Humanos pode ser considerada, Deputado Chico Alencar, extra-oficialmente com certeza, a Comissão do Congresso Nacional. (*Pausa.*)

A Câmara dos Deputados, esse conjunto de pessoas, de Parlamentares comprometidos com as causas populares, com a defesa dos direitos humanos, podem ter acesso a esta Comissão no momento em que acharem oportuno, no momento que for necessário, como se fosse também a Comissão de Direitos Humanos também da Câmara dos Deputados Federais.

Vamos trabalhar em conjunto, enquanto essa situação na Câmara perdurar – e esperamos que isso seja resolvido o mais rápido possível. Vocês poderão acessar esta Comissão no momento que for necessário. Enfim, podem considerar esta Comissão uma Comissão do Congresso Nacional. (*Palmas*.)

Este é um espaço aberto, é um espaço da população, é um espaço dos movimentos sociais, é o espaço onde as demandas da sociedade podem chegar; é a porta de entrada para a sociedade brasileira.

Estamos aqui para trabalhar juntos, construir as políticas necessárias para atender os direitos de toda pessoa humana e, neste momento, eu digo os direitos dos povos indígenas, das populações indígenas.

Eu quero agora passar a palavra para a Srª Marta do Amaral Azevedo, que, com certeza, está muito feliz e contente com as notícias aqui colocadas, mas que também terá o seu tempo necessário para fazer a fala como Presidenta da Funai.

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – Obrigada, Senadora.

Eu parabenizo esse momento e concordo com a Deputada Janete. Acho que este é um momento histórico, um momento histórico de conquista dos povos indígenas. Parabenizo todos os Parlamentares envolvidos na criação desse grupo de trabalho paritário.

Essa é uma conquista imensa nesta Casa. Eu acho que esta Casa dá um passo à frente na garantia dos direitos dos povos indígenas nesse sentido.

Eu já fiz um pouco a minha fala, e não quero tomar mais muito tempo, porque acho que temos de dar vez e voz para as lideranças indígenas aqui presentes.

Eu só queria resumir, garantindo que a Funai está comprometida com a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas da Constituição Federal, a Constituição Cidadã. Queria dizer também que vimos acompanhando as situações mais graves como essas do Mato Grosso do Sul, dos guaranis kaiowás. Há essa situação da reintegração de posse, em que a juíza da 3ª Região do TRF, de Dourados deu uma reintegração de posse para o fazendeiro. A gente já entrou com o recurso para suspender essa decisão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Poderia declinar o nome da juíza?

A SRª MARTA DO AMARAL AZEVEDO – É a Drª Raquel Domingues do Amaral Corniglion. Ela é juíza do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de Dourados. E a entramos com recurso nesta mesma Vara e estamos aguardando o Presidente do Tribunal da 3ª Região apreciar o nosso recurso.

Realmente, é uma decisão completamente sem cabimento.

Então, só para resumir é isso: a gente vem priorizando a questão dos guaranis kaiowás, a questão do término dos estudos da identificação das terras indígenas, como a liderança Otoniel falou.

Eu já estive em duas reuniões da organização Aty Guassu, onde eles têm reiterado essa necessidade urgente da garantia da posse plena das terras indígenas. Muitas terras indígenas no Estado já estão homologados, mas estão judicializadas. Então, nós temos tentado esse diálogo junto ao Poder Judiciário, para que julgue de maneira rápida e justa essas questões, a fim de que essas questões não fiquem ausentes das suas terras assistindo à destruição ambiental das suas terras, que é o que tem ocorrido, como o Otoniel mostrou.

Com o Governo Federal priorizando essa região do Cone Sul/Mato Grosso do Sul, criou um plano de segurança preventiva e de segurança com a Força Nacional e a Polícia Federal. Junto com a Secretária Nacional dos Direitos Humanos, temos também priorizado a proteção das lideranças dessa região no programa Defensores dos Direitos Humanos, e temos tentado justamente envidar esforços para dar mais direitos sociais e acesso a benefícios sociais para toda essa população do Estado do Mato Grosso do Sul.

Então, acho que, de maneira geral, era essa a minha fala.

Nós estamos comprometidos com o fortalecimento da instituição Funai. Já fiz inúmeras reuniões com a Apib e com diversas delegações indígenas que estão aqui presentes, que eu já conhecia e outras que fiquei conhecendo depois de assumir a presidência da Funai. Nós temos sempre nos comprometido em fortalecer a Funai nas bases, nas regionais. Isso diz respeito à consolidação da reestruturação da Funai, feita em 2010/2011 Então, temos tentado e, nesse sentido, vamos abrir concurso neste ano; temos tentado melhorar a infraestrutura e, com certeza, vamos melhorar a infraestrutura de quase todas as coordenações regionais no Brasil todo.

E, para esta semana, só queria pedir licença para anunciar que hoje estamos fazendo um evento no memorial dos povos indígenas. Não sei se muitos conhecem ou se sabem que aqui em Brasília existe um espaço indígenas, que é o Memorial dos Povos Indígenas, do Governo do Distrito Federal. Nós estamos atuando – a Funai, em parceria com o GDF – para fazer sempre exposições sobre os povos indígenas e junto com os povos indígenas nesse espaço.

Hoje às 19h, vamos estar lá em um ato conversando, falando com lideranças indígenas sobre a questão indígena. Vamos lançar esse *folder* que fizemos; é uma publicação feita em parceria com o IBGE, resultado do Censo de 2010, já com a tabulação de povos e línguas, por Estado, por região. Há um mapa também, e vamos lançar essa publicação, bem como outras publicações também que temos feito com alguns outros povos.

Então, quero convidar a todos e a todas para esse evento de hoje às 19h no Memorial dos Povos Indígenas aqui em Brasília, e amanhã às 11h, vários ministros estarão presentes para fazer essa escuta e esse diálogo com os povos indígenas no Salão Negro do Ministério da Justiça. Vão estar presentes a Ministra da Cultura, o Ministro da Desenvolvimento Social, o Ministro da Saúde, o Ministro da Educação, o Ministro da Justiça, a Secretaria-Geral da Presidência da República, nós, da Funai. Enfim, a gente convidou a Secretaria-Geral de Direitos Humanos, o Ministro do Meio Ambiente. Não consigo nominar todos, mas vão estar presentes muito ministérios afetos às políticas indigenistas, e faremos essa escuta, esse diálogo, com as lideranças indígenas aqui presentes da Apib e os seus parceiros.

Então, eu acho que era isso. Há várias outras questões que eu queria mencionar e dar parabéns para a Suzie. Essa questão das mulheres indígenas tem de ganhar força. Estamos em contato com a Secretaria de Promoção das Mulheres, formulando – já em fase final – um programa de formação de promotoras dos direitos das mulheres indígenas no Brasil. Então, será um programa conjunto com a Secretaria de Promoção dos Direitos das Mulheres.

E, enfim, desculpar-me, porque nesses últimos dois dias eu fiquei sem voz e não pude dialogar com inúmeras delegações com quem eu tinha marcado. Eu costumo receber todas as delegações indígenas que vão até a Funai, mas eu realmente não tinha voz.

Assim, hoje no final da tarde e amanhã já terei voz para conversar com vocês e, amanhã, estarei também na audiência pública na sexta câmara.

Então, Senadora, agradeço.

Parabenizo o Padre Ton pela Frente de Parlamentar Apoio aos Direitos dos Povos Indígenas. Eu acho que é extremamente importante essa frente. Esse momento histórico que os senhores e as senhoras protagonizaram aqui junto com os senhores e as

senhoras das lideranças indígenas foi absolutamente fundamental para essa retomada, para essa ampliação da visibilidade do diálogo com os povos indígenas.

Então, era isso, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Senadora Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Srª Marta, Presidenta da Funai, eu também vou pedir ao Dr. Marcelo Veiga que passe algumas informações que são importantes para as lideranças indígenas.

O SR. MARCELO VEIGA – Obrigado, Senadora.

Eu quero complementar um pouco, Senador Capiberibe, com relação ao processo de Dourados, lá de Mato Grosso do Sul. Nós temos uma comissão que foi formada por representantes da Funai, MJ e SDH. Estamos tentando uma audiência com a juíza para amanhã a tarde. Ainda não tenho a resposta. O pessoal da Procuradoria da Funai está lá em campo, tentando essa audiência com a juíza, para discutirmos tanto a exumação quando a reintegração da Fazenda Santa Helena.

Eu gostaria de informar também que já combinei aqui com o Otoniel. Nós já fizemos várias reuniões emergenciais, mas, com relação aos últimos acontecimentos de Mato Grosso do Sul, fizemos uma na terça-feira no Ministério da Justiça, composta de vários outros ministérios, para discutirmos especificamente isso. A situação em Mato Grosso do Sul é extremamente dinâmica e muda a todo o momento. Portanto, sempre temos de avaliar e reavaliar as ações da Força Nacional e da Polícia Federal.

Então, o Otoniel vai ficar aqui, e amanhã já temos um audiência marcada para dialogarmos e discutir essa questão específica.

E eu gostaria também de complementar o que a Drª Marta falou e estender o convite a todos os Deputados e Senadores para esse evento amanhã no Ministério da Justiça.

Nós já mandamos para a Frente Parlamentar o convite para todos os Deputados e Senadores, mas fica aqui o convite estendido a todos para poderem participar amanhã às 11h no Salão Negro do Ministério da Justiça.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Marcelo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Em função do que o Dr. Marcelo acaba de informar, eu tenho uma preocupação, porque, no ano passado, uma comissão externa composta de Senadores e Deputados visitou a comunidade Pyelito Kue, em Dourados, Mato Grosso do Sul, e nós tivemos a oportunidade de constatar a situação extremamente desumana em que vive essa comunidade. Para que se tenha uma ideia, para eles chegarem à comunidade, eles têm que atravessar o rio, porque o proprietário da fazenda não permite que eles alcancem seus lares por dentro de suas terras.

Essa área já deveria ter sido desapropriada há algum tempo. Salvo engano, ela já está judicializada. E essa é uma forma de impedir a conquista de direitos: judicializa-se, e a Justiça, por sua lentidão, termina provocando mais injustiça do que fazendo justiça. E não é apenas esse caso; há vários casos.

Aqui no Parlamento, as comunidades e as lideranças indígenas têm o olhar muito voltado para a Funai e esqueceram um pouco o Parlamento – essa é a grande verdade. Iam lá, pressionavam muito a Funai, e a Funai pode pouco – essa é a grande verdade. Sejamos claros: quem pode mais não estava sendo pressionado. Acho que, agora, a orientação das lideranças indígenas está começando a atingir o verdadeiro foco: é o Parlamento, é o Executivo, é o Judiciário. Porque há, de fato, um retrocesso claro nas políticas indígenas brasileiras, e aí depende muito da mobilização das lideranças indígenas.

A minha sugestão é muito clara: acampem aqui no Planalto; façam um parlamento indígena aqui permanente, porque todas as vezes que nós passarmos por vocês – temos que entrar aqui no Senado e na Câmara –, precisamos vê-los. Vocês não podem ser invisíveis; vocês existem. Não podem fazer o que foi feito com a história dos povos indígenas neste País. Eu estudei História e, lá no ensino fundamental, o livro falava que os indígenas receberam os europeus que aqui chegaram em 1500. E, depois, nunca mais se falou. Nos compêndios da educação, os índios desaparecem em 1500 e só reaparecem depois de muita luta, depois de se organizarem. Aí eles começam a aparecer. Mas, nos compêndios escolares, eu ainda tenho dúvida se eles já são caracterizados para a História com seu papel real.

Então, eu acho que essa representação étnica aqui, um parlamento indígena, uma tenda – eu acho que é isso –, uma tenda permanente, para que a gente possa finalmente, os tomadores de decisões do País – Senadores, Deputados, o Poder Executivo, o Judiciário –, enxergar essa comunidade representada aqui no Planalto Central de forma permanente.

Essa sugestão vai para as lideranças indígenas, porque independe da gente. Essa sugestão vai para os líderes indígenas, porque, daqui a pouco, eles vão voltar para suas comunidades, e o dia 19 de abril vai ser substituído pelo dia 20 de abril, pelo dia 21, pelo dia

22, e isso tudo termina caindo no esquecimento. E não dá para essa situação tão dramática continuar invisível para as autoridades que tomam decisão neste País.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada.

Dando sequência, quero apenas informar que nós temos também lideranças indígenas na Sala 9, acompanhando toda esta audiência pública, porque não foi possível acolher todos e todas neste mesmo espaço.

Nós vamos agora ouvir as lideranças. Este é um momento importantíssimo para todos nós.

Nós temos aqui, previamente inscritos, sete lideranças. Vamos convidá-los individualmente, e quem for falar vai utilizar este microfone já disponibilizado aqui à frente.

Então, vou convidar, por enquanto, lideranças que são representantes da mobilização indígena nacional em defesa dos territórios indígenas: Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Sônia, por favor, esteja presente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A assessoria vai conversar com o senhor, só um minutinho.

Sônia Guajajara. Por favor, Sônia. (*Pausa.*)

Quero aqui dizer que nós vamos, Sônia – não para dificultar, de forma alguma, mas em função do nosso tempo, porque nós já avançamos bastante no horário – limitar o tempo em, no máximo, três minutos. Vou solicitar à equipe do som que controle esse tempo de três minutos para cada representante que aqui vai falar.

Sônia, com a palavra.

A SRª SÔNIA GUAJAJARA – Bom, uma saudação especial a toda a plenária, a todos que estão aqui, meus parentes. Saúdo aqui a Mesa e agradeço à Senadora Ana Rita por abrir este espaço para nos receber; e ao Padre Ton também, que merece aí o nosso reconhecimento, que durante esses três dias sempre esteve junto conosco, aguerrido, firme, e continua aqui acompanhando a nossa luta, o nosso trabalho.

Quero dizer, gente, que, durante esses três dias, nós voltamos a despertar o povo brasileiro para que volte a ocupar, volte a exercer o papel de cidadão, volte a exercer a cidadania do Brasil. Toda a sociedade do Brasil está insatisfeita, está desacreditada nesta Casa, neste Congresso Nacional. E nós aqui ocupamos este espaço, em nome não só dos indígenas, mas em nome do povo brasileiro, para mostrar que os representantes, os Parlamentares aqui estão para defender o povo, e não para defender a si mesmos. E nós não vamos permitir que os nossos direitos – essa PEC nº 215 afronta os três poderes – fiquem à mercê dos poderes econômicos...

A conquista da construção desta mesa de diálogos... Acho que nós vamos chamar essa mesa de trabalho de mesa de diálogo, porque, quando se fala em mesa de negociação muita gente pode entender que estamos negociando direitos. E nós reafirmamos aqui que os direitos são inegociáveis.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SÔNIA GUAJAJARA – Assim como nos foi dito, no dia da ocupação, que esta Casa é inviolável, nossos direitos também são invioláveis. (*Palmas.*) Estamos aqui para repetir isso, reafirmando aqui a nossa luta em nome da nossa mobilização, que está aqui há três dias, e vamos permanecer o tempo necessário.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sônia, você tem ainda mais alguns segundos, porque a campainha toca quando se completam dois minutos. Pode fechar.

A SRª SÔNIA GUAJAJARA – Bom, então, gente, eu reafirmo aqui que nós vamos conseguir derrubar a PEC nº 215 com essa mesa de trabalho. E aqui, onde tramita a PEC nº 038, é muito importante que este Senado esteja atento, porque ela tem o mesmo teor da PEC nº 215 e transfere a responsabilidade da demarcação das terras para esta Casa.

Então, vocês que estão aqui à frente, os Senadores que estão aqui nos apoiando precisam também fazer com que a PEC nº 038 não avance. E, assim como fizeram com a PEC nº 215, nós vamos fazer também com a PEC nº 038 e não vamos permitir que os nossos direitos sejam afrontados por pessoas que estão aqui, como diz o próprio parágrafo único do art. 1º da Constituição: o poder emana do povo, sendo exercido por aqueles que estão aqui.

Então, aqui nós estamos mostrando isto: que o povo realmente tem de continuar mostrando a sua força. E os povos indígenas estão aqui neste momento: mostrar a nossa força, mostrar que a nossa voz precisa ser ouvida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sônia. Muito bem, Sônia. Muito obrigada. As mulheres podem se sentir orgulhosas, porque foram muito bem representadas aqui pela Sônia.

Nós vamos convidar, agora, as organizações-membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Convido o Neguinho Truká, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Neguinho, nós vamos fazer o seguinte: são três minutos, quando completarem dois minutos, a campainha toca, e você tem mais um minuto.

O SR. NEGUINHO TRUKÁ – Era melhor ... (*Inaudível.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Seria melhor, não é, Neguinho?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, às vezes corta o raciocínio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É verdade, você tem razão.

O SR. NEGUINHO TRUKÁ – Boa tarde, parentes, boa tarde Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Padre Ton.

O que a gente queria dizer aqui, na realidade a gente já ouviu muito. A nossa vinda até o Congresso Nacional foi um grito de socorro. O que está acontecendo com o País? Nós temos aí uma Bancada ruralista que tem amedrontado o próprio Parlamento brasileiro, e a nossa atitude, o nosso grito de socorro, de entrar no plenário, ele não é inviolável. Lá estão os representantes do povo. Que história é essa de os representantes estarem sentados definindo os caminhos da Nação, e a própria Nação não poder participar dela? Invioláveis são os direitos postos aqui, que a gente viu – as nossas vidas, a nossa história e os nossos valores sendo saqueados, em nome de poucos.

E o povo brasileiro entendeu nosso recado e o nosso pedido de socorro e nos acompanhou nas redes mundo afora, mostrando que a credibilidade hoje do Parlamento brasileiro entre a população é mínima, por causa desses pequenos grupos que vêm para cá para defender madeireiro, que vêm para cá para defender garimpeiro, que vêm para cá defender aqueles que saqueiam o nosso País. O progresso só vai ser pleno neste País quando todo mundo de fato estiver contemplado; quando todo mundo tiver os seus direitos respeitados. E, se a gente, em virtude do que fazem com a gente, exigisse, ao contrário, que se demarcasse terra para Deputado ficar; que se demarcasse terra para os grandes invasores ficarem; que se demarcasse terra, Padre Ton, para esses japoneses que vêm para cá corridos lá do Japão, passando fome, discriminar o nosso povo.

(S*oa a campainha.*)

O SR. NEGUINHO TRUKÁ – Nós estamos falando de um País que perdeu a credibilidade perante não só os povos indígenas, mas as minorias, que têm agido de forma orquestrada. Então, o Legislativo tem somado com o Executivo e com o Judiciário para tirar o direito das pessoas. E nada mais da nossa ida, Padre Ton, até a Câmara e a nossa vinda até aqui ao Senado para pedir socorro a vocês Parlamentares, para pedir que os Parlamentares que ainda a gente acredita que possam promover a mudança do País levantem a cabeça e enfrentem esse povo de igual para igual.

Do contrário, vamos ter que construir um novo País para nós, e aí não são só os índios; são todos aqueles que não têm voz e vez aqui dentro. Vão ter de construir um novo País e deixar o Brasil para esse povo, porque, de norte a sul, de leste a oeste, há a mão desse povo. Os grandes empreendimentos são uma realidade, estão de norte a sul deste País; são do interesse do capital, e quem defende isso é a Bancada ruralista. Quem defende a PEC nº 215 é a Bancada ruralista. A PEC nº 038 é a Bancada ruralista; a Portaria nº 303 é a Bancada ruralista.

Então, chega! Chega! O que a gente vem aqui, Senadora, é agradecer mais uma vez à senhora. Pedimos a todos os Deputados e Senadores que estiveram aqui que vocês nos acudam. E nos acudam promovendo aquilo que é essencial no mandato de vocês: a defesa dos interesses populares.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Neguinho Truká.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Marcos Apurinã, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. (*Pausa.*) Não veio?

Rildo Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas do Sul.

O SR. RILDO KAINGANG – Boa tarde a todos, aos companheiros que estão aí.

Trouxe esta Constituição na mão, para que possamos fazer uma reflexão. Há 25 anos foi promulgada esta Constituição; não sei se algum dos Parlamentares estava presente nessa época do saudoso Ulysses Guimarães.

Temos que mostrar a nossa indignação com o que está acontecendo com a Carta Magna da Nação brasileira, orquestrada por um grupo de pessoas ligadas ao agronegócio. Eu poderia rasgar esta Constituição para dizer o que vai acontecer se a PEC nº 215 for aprovada, mas eu não vou rasgar por respeito a esta Carta Magna, onde os nossos direitos estão garantidos. Os nossos direitos foram aprovados por um Congresso que, quando assume, jura lealdade a esta Constituição, mas que neste momento não o está fazendo.

Poderíamos dizer que tínhamos aliados quando esta Constituição foi aprovada, aliados que nos ajudavam na luta, nos ajudaram a aprovar isso, e hoje estão do lado de lá. Um Governo formado democraticamente, que se diz defensor do povo, em que uma Presidenta não recebe a população brasileira, não recebe os verdadeiros donos desta terra, os índios. E nem vai

receber, porque está em função de um grupo de pessoas ligadas ao agronegócio, dos produtores rurais.

É orquestradamente articulado o que está acontecendo. Vem do Legislativo, vem do Executivo e vem do Judiciário. Estamos nós sendo encurralados.

O que aconteceu anteontem, na ocupação do Congresso Nacional,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RILDO KAINGANG –... foi nada menos do que um grito do que está por acontecer. Aquilo foi o início da nossa guerra. Pode ter certeza que de hoje em diante, cada cidadão que vai voltar para a sua base, cada indígena que está aqui vai reproduzir o acontecimento. E amanhã, nos dias 20 e 22, que serão substituídos por esse dia, voltaremos aqui e, com certeza, conduziremos o grito da nossa vitória, pessoal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Rildo.

Convido agora Lindomar Terena, do Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul.

O SR. LINDOMAR TERENA – Bom dia a todos. Quero saudar aqui o nosso povo guerreiro.

Estamos aqui nesta semana defendendo a vida do nosso povo. Queria dizer aqui que a ação promovida pelo nosso povo no Congresso Nacional se dá em defesa da nossa vida, porque nós, como povo indígena, não podemos ver o Parlamento brasileiro tentando ceifar a vida dos povos indígenas a qualquer custo. Nós, como povo indígena, não vamos admitir nunca que a Casa que faz leis, que busca a melhoria da sociedade brasileira, possa fazer da vida e dos direitos dos povos indígenas moeda de troca nesta Casa.

Queria aqui também pedir que o Governo Federal, o Executivo, assuma de fato o compromisso que tem com os povos indígenas, assim, revogando a Portaria nº 303 e outros mecanismos que ferem a vida do nosso povo.

Queria dizer aqui também que nós, no Mato Grosso do Sul e por esses cinco cantos do País, estamos vendo o nosso povo ser exterminado, a mando até do Poder Executivo, com leis criadas no Ministério da Justiça, legalizando a matança de lideranças que lutam pelo seu direito. Isso nós não podemos aceitar calados. Isso nós temos que denunciar.

A exemplo disso, nós temos hoje no povo Mundurucu 250 homens da Força Nacional para combater a resistência daquele povo que defende as suas terras. Então, nós estamos vendo isso com clareza e nós temos a clareza de que o Executivo também precisa se posicionar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDOMAR TERENA – Precisa se posicionar do lado daqueles que um dia lhe confiaram a chefia deste País.

Queria dizer, finalizando, que nós, povos indígenas, somos contra e nós queremos que a PEC nº 215 seja revogada, arquivada. E que as construções de hidrelétricas, usinas e estradas que cortam terras indígenas parem por aqui.

Da mesma forma como o povo indígena ocupou o Congresso Nacional na defesa da nossa vida, nós poderemos fazer isso com mais delegações ainda, trazendo o nosso povo para cá, porque nós não vamos admitir que aqueles que estão aqui para respeitar os povos brasileiros, que são os povos indígenas, façam o que bem entendam. Uma vez eleitos, eles têm o compromisso de defender o bem-estar da sociedade brasileira. Defender os povos indígenas, respeitar os povos indígenas é respeitar a sociedade brasileira. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Lindomar.

Agora, eu vou passar a palavra para Damião Paridzané, Cacique xavante, de... Eu não vou conseguir falar. Eu vou pedir ao cacique que fale o nome. Cacique, o senhor se apresente, porque eu não consigo falar o nome da tribo.

O SR. DAMIÃO PARIDZANÉ – Cacique Damião Marãiwatsédé, xavante de Mato Grosso.

Eu vim aqui passando a presença de todos... Nossos parentes, agora, estão sabendo... Tantos representantes das ONGs, mas eu nunca soube que nossos parentes... Todos ajudando o povo, lutando junto com o Governo Federal.

Eu sou Cacique Damião. Meus guerreiros estão aqui presentes. Eu quero falar, antes de passar com os Deputados e Deputadas, o seguinte, nossos parentes: eu não sou estudado, eu não sou formado em falar bem português... Eu sou criado antes de contato. Por isso, eu não tenho vergonha de falar. Nós queremos mostrar a sabedoria da nossa cultura e o futuro dos nossos netos, para netos, parentes. Nós, os xavantes também, de várias etnias, que estão esclarecidos, que estão estudando na cidade, trabalhando na cidade, temos culpa. Algumas etnias traíram a nossa também. Tem parente nosso traidor. A minha etnia tem gente que trai o povo xavante também. Isso está acontecendo.

Bom, Srª Senadora Ana Rita, representante do Ministro, Padre Ton e o representante dos conselhos e Srª Presidente da Funai, eu agradeço. A minha colocação vai ser agradecendo quem está me apoiando... É 12, 13 mil... Da nossa ocupação, que me ajudou, é Governo Federal, com Deputado, com a Funai, com Cimi, com o Opan. Isso que eu agradeço. Isso é o último que falo.

Muito obrigado e muito agradecido, Dona Rita. Só isso. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Cacique Damião, cacique xavante, pela presença do senhor aqui. É um prazer muito grande.

Eu convido também, neste momento, o Sr. Júlio Macuxi, de Raposa Serra do Sol, para que também utilize, por três minutos, a palavra. (*Palmas.*)

O SR. JÚLIO MACUXI – Boa tarde, Mesa, Presidente Senadora, Deputado, Saulo, companheiros de guerra, companheiros que aqui estou conhecendo, a Presidente da Funai, que estou vendo pela primeira vez, companheiros dos ministérios, parentes e todos os guerreiros aqui. Aos nossos Senadores que estão aqui quero agradecer.

Acima de tudo, quero direcionar a palavra ao nosso companheiro do Ministério da Justiça e dizer que a Raposa Serra do Sol foi uma coisa afirmativa entregue para os povos indígenas. Eu quero dizer, companheiro, que foram assassinadas 21 lideranças indígenas para essa terra sair. Eu quero lhe dizer que, ontem, denunciamos que tem liderança, testemunha no processo penal, sendo ameaçada pelos jagunços, inclusive Deputado Federal Paulo César Quartiero.

Então, não foi de graça: custou vida, custou sangue. E o Governo, por obrigação desta Constituição aqui, que está escrito, tem de fazer e, por obrigação, tem de proteger, mas, infelizmente...Também o Senado e também a Câmara têm essa obrigação constitucional. É a União, o Governo Federal, o Congresso Nacional, o Ministério Público Federal e a Justiça. Infelizmente, em tudo que foi colocado aqui, nós assinamos embaixo, Senadora.

Hoje, em Raposa Serra do Sol, há quase 5 mil alunos, de 5 a 20 anos, fazendo também protestos, aguardando uma decisão positiva do arquivamento da PEC nº 215. Estão lá. Uma decisão contrária a isso é consequência lá também.

Também estamos no limite da paciência e da bondade. De tanto ser bom, o que está acontecendo? Nós estamos pegando a pior. De tanto ser bom, de tantos Deputados acharem que não ia, Senador... O movimento contra os povos indígenas cresceu, e aí o movimento de defesa dos povos indígenas, tanto no Senado, quanto na Câmara, encolheu.

Então, está na hora de fazer um novo levante na defesa da vida, da dignidade, da saúde e da educação, e não um levante a favor de dinheiro, de capitalismo. Acho que estão colocando o poder econômico, o capitalismo, acima de uma vida. E nós estamos aqui defendendo, companheira, a vida e a dignidade, expondo a nossa própria vida para isso.

Os nossos parentes – Deputado, o companheiro Cleber sofreu um choque para entrar no plenário da Câmara – estão expondo a vida. O nosso parente expôs a vida diante de um segurança, lógico – nós fomos convidados para entrar no plenário. E a gente não invadiu nada: nós fomos convidados para entrar no plenário, porque o Presidente não tinha tomado uma decisão concreta. Então, nós fomos convidados a ir lá receber uma decisão concreta. Recebemos o convite e tínhamos de ir. Como convidados, fomos para dentro, porque é a nossa Casa também.

Também no Senado. Aqui, pela manhã, chegando nesta Casa, Senadora, eu vi uma Senadora, que é presidente da comissão de não sei o que de agronegócio, falando mal dos índios, querendo terras dos índios para explorar, para ganhar dinheiro, massacrando vidas, a Senadora Kátia Abreu. Eu acho que só entende o que é dinheiro no bolso, mas não entende nada de vida, de dignidade, da natureza, da biodiversidade que compõe as terras indígenas.

Então, por que não se unem para que o Brasil, de fato, cumpra o papel constitucional, que é exatamente a demarcação das terras indígenas, a garantia da vida e da proteção e uma qualidade de vida muito mais fraterna?

Para finalizar, quero dizer assim: na Raposa Serra do Sol, houve muitas mortes. Há uma impunidade muito grande neste Brasil.

Acho que estas duas comissões aqui têm de fazer um levante para que os agressores, os assassinos – ouviu, parente! – dos nossos parentes tenham uma condenação exemplar para este Brasil: quem matar índio também vai para a cadeia, pois os ricos matam os pobres e não vão para a cadeia. Infelizmente, essa é a realidade da nossa Justiça brasileira.

E este Congresso tem de combater isso junto com o nosso movimento.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Cacique Júlio Macuxi, de Raposa Serra do Sol.

Vou convidar aqui o Cacique Ninauá, que está aqui representando o Cacique Marcos Apurinã, que não pode vir, e que representa a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

O SR. NINAUÁ – Bom dia a todos e a todas. Eu queria agradecer a atenção da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Cacique Ninauá, por favor, aguarde um minutinho, porque o Cacique Júlio está me entregando um CD – pode permanecer com o microfone – com informações.

O SR. JÚLIO MACUXI – Desses arrozeiros que confessam os crimes contra as comunidades indígenas na Raposa Serra do Sol.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Dos arrozeiros que confessam os crimes contra as comunidades indígenas.

Eu quero fazer esse registro. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do CD*.)

O Cacique Ninauá está com a palavra agora.

Atenciosamente, vamos ouvi-lo.

O SR. NINAUÁ – Então, mais uma vez, eu queria agradecer a esta Casa por fazer, pela primeira vez, de fato, a legítima democracia para os povos indígenas.

Na verdade, os povos indígenas não vieram gritar neste momento. Os povos indígenas do Brasil já vêm, ao longo de anos de massacre e de sofrimento, gritando. Mas nós vimos, neste momento, fazer com que a sociedade brasileira também possa fazer parte do grito de socorro da população indígena.

E também nós vimos socializar com os senhores, com as senhoras, que são representantes da Nação brasileira, principalmente também colocando a população indígena nessas representações, para pedir que os senhores e as senhoras sejam os nossos aliados nessa batalha, porque a vida de muitos anos dos povos indígenas está em jogo. Estão sendo covardemente colocadas propostas nestas Casas para dizimar a história do Brasil, para dizimar a história do Brasil, que é a população indígena brasileira.

Se esta Casa, tanto como o Congresso, permitir que seja dizimada essa população indígena, isso vai acabar com a história do Brasil.

E quando nós vimos, entramos na nossa Casa, e somos mencionados como invasores desrespeitosos, o Congresso Nacional, neste momento, não tem moral para falar de respeito, porque aquela Casa está desrespeitando o direito que está escrito na Carta Magna do nosso País, na Constituição Federal.

Então, nesse sentido, mais uma vez, solicito, faço esse apelo, para que os senhores sejam os nossos aliados nesta luta, porque eu tenho certeza de que, enquanto existir um indígena do Brasil em pé, vai existir luta para defender os nossos direitos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Cacique Ninauá.

Eu quero aqui registrar a presença do Senador Eduardo Suplicy, membro também desta Comissão.

Nós vamos agora passar para as considerações finais da nossa Mesa.

Antes de mais nada, quero informar que toda a audiência pública aqui foi gravada. Ela foi ao vivo pela TV Senado. A Comissão de Direitos Humanos irá depois fazer um relatório minucioso sobre tudo que foi dito aqui e fará os devidos encaminhamentos a partir das falas, das reivindicações e das propostas aqui apresentadas.

Nós vamos, em função do tempo, já passar a palavra, começando pela Presidenta da Funai, e, seguindo essa ordem, até a Suzie, para que possamos concluir os trabalhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só gostaria de falar por três minutos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós já estamos em considerações finais. As representações que aqui falaram foram previamente inscritas.

Nós, em função do tempo, pedimos desculpas, mas já vamos fazer as considerações finais.

A SRª MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO – É só para agradecer mais uma vez, Senadora Ana Rita, e parabenizá-la por essa iniciativa, reiterando o compromisso da Funai com a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Eu só queria dizer que estamos continuamente abertos ao diálogo e à construção de políticas indigenistas mais justas e que façam justiça a este Brasil que é multiétnico.

Então, reitero isso e o nosso compromisso, inclusive junto ao Senado e à Câmara dos Deputados, de lutar pela aprovação do projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, porque hoje já temos uma comissão, mas não temos o conselho, que é um projeto de lei que também está correndo no Congresso.

Então, era isso. Agradeço, mais uma vez, a presença de todas as lideranças indígenas que vêm batalhando pelos seus direitos no Brasil.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Srª Marta.

O Sr. Otoniel Guarani Kaiowá, representante da comunidade guarani kaiowá.

O SR. OTONIEL GUARANI KAIOWÁ – Bom, em primeiro lugar, agradecemos a Deus pelos nossos nhanderus, lideranças que estão aqui, pois é por elas que sobrevivemos, porque o espírito fortalece a nossa guerra, a nossa vida e o nosso futuro. Agradeço à Senadora Rita, ao Padre Ton, à Presidenta Marta, à Suzie, ao Saulo, aos parentes e a todos.

O nosso sonho não foi morto. O nosso sonho sempre está vivo. O sangue foi derramado, a natureza está pedindo socorro. Dessa lei, esperávamos tanto para o nosso futuro, o das nossas crianças e das nossas lideranças aqui, que merecem, respeitam e valorizam. Nós esperamos. Nós vamos ficar calados, mas nós vamos ficar aqui acompanhando todos os processos.

Obrigado pela oportunidade. Realmente, agora eu posso pisar um lado do meu pé neste Congresso, no Senado. Eu vou pisar todo, a partir do momento em que estiver concreta essa realidade, com todos os processos dessa articulação voltados para a questão do povo indígena.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Otoniel.

Convido agora o Marcelo Veiga, que está aqui representando o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

O SR. MARCELO VEIGA – Senadora Ana Rita, eu quero agradecer a oportunidade e aproveitar para parabenizar de novo a iniciativa desta Comissão, dando voz aos povos indígenas. É importante que eles ocupem esses espaços; é importante que eles sejam ouvidos; é importante que isso seja transmitido pela tevê, para que a população brasileira ouça a reivindicação de cada um deles.

Quero aqui parabenizar as lideranças pela batalha e pela luta diária de vocês, pelas conquistas que vocês têm feito, pelas pressões que incidem sobre nós, o Poder Executivo. É assim mesmo. Vocês têm de pressionar, vocês têm de lutar e têm de nos cobrar sistematicamente.

Quero também parabenizar os Deputados da Frente Parlamentar pela iniciativa. A constituição desse grupo vai ser fundamental. Temas extremamente importantes que estão sendo discutidos aqui no Congresso Nacional precisam da voz e precisam ser ouvidos pelas lideranças indígenas. É importante que este momento seja extremamente proveitoso, e desejo muita felicidade nesse trabalho conjunto aqui com os Parlamentares.

Quero, por fim, reiterar o convite para o evento de amanhã, às 11h, no Ministério da Justiça, a todos aqui presentes.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Marcelo.

Em seguida, convido o Saulo Feitosa, representante do Conselho Indigenista Missionário, que é da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Portanto, a CNBB se faz representar aqui hoje, nesta audiência pública por intermédio do Cimi.

O SR. SAULO FEITOSA – Sim, nós agradecemos também em nome do presidente do Cimi, que está participando da assembleia geral da CNBB; por isso a sua impossibilidade de estar aqui hoje.

Quero agradecer a maneira generosa e justa com que a Senadora conduziu esta reunião plenária, agradecer a todos e a todas que estão aqui, os grandes guerreiros e guerreiras indígenas, e fazer aqui a memória ao grande guerreiro que foi muito conhecido nosso, Galdino Pataxó.

Amanhã, estaremos aqui. Amanhã é o dia da memória de seu martírio, e nós sabemos o quanto ele foi importante. Ele foi assassinado, ele foi queimado, quando se encontrava nesta Capital, lutando em defesa da demarcação das terras indígenas dos povos do País.

Então, que viva Galdino! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Saulo Feitosa.

Convido a Srª Suzie Silva Vito, que está aqui representando as mulheres indígenas.

A SRª SUZIE SILVA VITO – Eu gostaria de encerrar a minha fala agradecendo a todas as lideranças, nossos grandes guerreiros e guerreiras nesta plenária; agradecendo à Presidente da Comissão, a Senadora Ana Rita, por ter reconhecido o nosso trabalho tão difícil nas comunidades indígenas de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, convidando-me a vir participar desta audiência pública aqui também, para trazer os nossos documentos que já estão concluídos naquela região.

E eu gostaria de deixar aqui também um pedido a todos vocês, às autoridades presentes na Mesa e na Comissão. O nosso direito à alimentação saudável está sendo violado nas nossas comunidades indígenas. Quando eu vejo nas propagandas um “Brasil sem miséria”, eu fico muito assustada. Como o Otoniel já mostrou aqui, em só um trechinho de uma aldeia – porque lá nós somos mais de 70 aldeias no Estado de Mato Grosso do Sul –, só andando por lá... Gostaria que quando esta Comissão estivesse lá também fizesse um relatório da miséria por que passa nossa população: a falta de moradia, a falta de alimento. O alimento que a gente tem lá, que a gente recebe, muitas vezes vai estragado. O feijão não cozinha.

Eu acho que, quando se está falando de violação de direitos da Constituição, está-se falando de tudo: a saúde das mulheres indígenas, a falta de respeito na hora da assistência com as nossas mulheres e na hora da assistência à saúde indígena.

Eu gostaria de pedir que todas as autoridades dentro desta Comissão que vão tratar do relatório da violação dos direitos dos povos indígenas tivessem um olhar específico para nossa comunidade kaiowá e guarani, porque, dentro de um contexto de latrocínio, de mortes no Brasil, só morrem kaiowás e guaranis.

Até quando nossos líderes e nossas líderes vão morrer naquele Estado?

Eu peço um olhar com toda forma de respeito e de paz para nossas comunidades indígenas, para nossos líderes, para que eles possam criar seus filhos, criar seus netos, dentro do nosso *tekoha*.

É isso que eu queria falar, e deixar um pequeno exemplo para as mulheres de todo o Brasil: que as mulheres e os homens caminhem sempre juntos, e que as lideranças masculinas não ofusquem o nosso trabalho, as lutas das mulheres, também. Do mesmo jeito que a gente faz com eles – porque assim eu fiz com a Aty Guassu, porque minha mãe foi uma das fundadoras do Aty Guassu há 40 anos: caminhar sempre juntos, em parceria, um ajudando o outro, para que haja respeito e responsabilidade de ambas as partes, para que nós possamos ser mais unidos. As mulheres e os homens indígenas costumam falar que nós somos feito aroeira, essa madeira que dura mais de 100 anos. O vento vai e volta, a tempestade tenta derrubar, mas ela não consegue, porque nossas raízes são muito profundas neste Brasil.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu quero, neste momento, fazer um agradecimento a todas as nossas convidadas e convidados, que atenderam ao nosso convite, vieram aqui, falaram, passaram as informações e refletiram conosco.

E, para já ir finalizando, vou passar a palavra para o Padre Ton, que está aqui representando também a Câmara dos Deputados, para que faça sua fala de encerramento, para depois eu fazer o encerramento oficial.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Eu gostaria de saudar o Senador Suplicy, grande parceiro das lutas junto com os movimentos. Que se junte a nós nesta luta.

Quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e convidar esta Comissão para se juntar à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos. Temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, que esteve junto no evento e na audiência pública, no ato político na Câmara na terça-feira, e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas.

Aqui estão a presidente da Funai e o Ministério da Justiça. Nós precisamos construir esse diálogo com o Governo Federal. Está faltando esse diálogo com a Presidenta da República, a Presidente Dilma. Eu sou do PT, sou da Base do Governo.

Eu sei que houve um erro muito grande do Líder do PT na Câmara de ter assinado aquele requerimento de criação da comissão especial da PEC nº 215. Ele teve uma grande oportunidade, naquela terça-feira à noite, de se explicar. Saiu-se tão bem o Presidente Henrique Eduardo Alves, e o PT se saiu mal. Nosso Partido se saiu mal.

E a gente precisa construir esse diálogo com a Presidenta. A Presidente é importante, porque o Poder Executivo está respaldado na Constituição e precisa aproveitar este momento, já que as forças conservadoras querem usurpar esse direito do povo, através da PEC nº 215 e através de outra PEC, a nº 237, que quer arrendar terras indígenas. Arrendar terras indígenas!

Nesta semana de ocupação histórica... porque já houve uma ocupação do regime militar destas Casas, em que o Senador Capiberibe e a Deputada Janete foram cassados e expulsos do nosso País no passado. E a ocupação, na terça-feira, do plenário da Câmara, foi uma ocupação democrática, forçando esse diálogo do Parlamento com o povo e o cumprimento da Carta Magna, que neste ano completa 25 anos.

Nesta semana, nós construímos um diálogo, tivemos uma audiência importantíssima com o Ministro do Supremo Joaquim Barbosa. E aí, na conversa com o Ministro do Supremo ontem... O Presidente do Supremo está do nosso lado, e a gente quer uma decisão do Supremo sobre as 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol. O processo está no gabinete do Ministro. O Ministro está esperando a nomeação do novo Ministro que vai ser relator. Essas 19 condicionantes são as condições criadas pelo Ministro Menezes Direito, que faleceu. Ele criou essas 19 condicionantes. O Governo Federal, através da Portaria nº 303, foi esperto. Criou essa portaria querendo que essas 19 condicionantes possam valer para o País inteiro. Nessas 19 condicionantes, há condicionantes importantes. Por exemplo, há uma condicionante aqui que diz que é inconstitucional o arrendamento de terras indígenas, mas há condicionantes aqui que autorizam a entrada das Forças Armadas, da Polícia Federal, construções de usinas hidrelétricas, estradas.

Os índios querem energia, os índios querem saúde, os índios querem educação, mas a Constituição diz, no art. 231, que, para minerar em terras indígenas, os índios têm que ser consultados.

Os Constituintes... Foi um acordo. O Cimi foi importante, o falecido Dom Luciano, ex-presidente da CNBB, foi importante. Houve também diálogo com esta Casa, e Jarbas Passarinho participou desse diálogo. Isto aqui foi escrito e temos de honrar isto aqui.

Essa audiência foi importante, e o Ministro Joaquim Barbosa disse que temos de dialogar com os outros ministros também para ganhar o apoio deles.

O Ministério da Justiça e a Funai... Também queremos colher os bons frutos. Queremos informações dos grupos de trabalho, principalmente para a região do Mato Grosso do Sul, da terra indígena guarani kaiowá. Também queremos as informações das demarcações de terras propostas, as demarcações futuras. É importante comemorar a devolução da terra aos xavantes.

Nós vamos também ter uma agenda. Nós precisamos de um relatório dessa violência, da perseguição, das ameaças de morte, porque a Ministra Maria

do Rosário quer uma audiência. Nós precisamos de um relatório sobre esses dados concretos dos parentes que estão ameaçados de morte. No Ministério da Educação, o Ministro Mercadante se mostra e nós precisamos agendar para ter a pauta da educação indígena.

Nós queremos uma audiência com o Papa Francisco – a CNBB deve trabalhar essa audiência –, no Rio de Janeiro, para entregar um dossiê ao Papa sobre a vida e a situação dos nossos indígenas, como aconteceu com o Papa João Paulo II, que teve um encontro com o tupã que foi morto. Nós queremos esse encontro com o Papa Francisco, que escolheu esse nome porque Francisco fez a opção preferencial pelos pobres – e esse novo Papa rejeitou todo o luxo do Bento XVI.

Ontem, nós tivemos um encontro com representantes da ONU e vamos agendar, para a semana que vem, o encontro da Frente. E a Senadora Ana Rita mostra que o Senado quer participar desse diálogo. Às 14h30min, nós vamos criar esse grupo de trabalho na Câmara dos Deputados. Nós já temos aqui os Deputados escolhidos pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, e ali vão ser apresentados os nomes dos indígenas que vão participar desse grupo de trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas.

Nós tivemos a grande vitória de suspender a criação da Comissão Especial da PEC nº 215. E, nesse grupo de trabalho, vai ser discutida a questão da Portaria nº 303, as demarcações de terras e a violência. Também nós vamos ter diligências externas para ir até Roraima, como foi um grupo conservador. Ontem aquele grupo conservador nos criticou na Comissão da Amazônia, que construiu um relatório contra os índios. Nós precisamos ter diligência externa para poder construir um relatório que seja verdadeiro sobre a vida dos povos indígenas em suas áreas.

Muito obrigado. Eu agradeço.

Que Deus abençoe a todos e todas! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos ao Padre Ton pela brilhante fala de encaminhamentos.

O SR. BABAU TUPINAMBÁ – Quebrando o protocolo, quero entregar o documento da mobilização dos povos indígenas. É bom que o Eduardo Suplicy, nosso querido Senador, que sempre abraçou nossas causas, esteja ao lado e junto receba o documento da mobilização indígena que está aqui, com mais de 100 povos reunidos.É muito bom que o Eduardo Suplicy esteja na foto com todos nós, por favor.

Vai ser uma mulher indígena quem vai entregar o documento.

É assim que nós queremos o nosso País: um País feliz, um País unido, um País sem preconceito. Espero que essa realidade que está nesta foto hoje seja sempre assim, com todos os brasileiros, os que são governados e os que governam, juntos. É isso aí. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidenta Ana Rita, só vou cumprimentar V. Exª e todos os que participaram desta audiência tão importante para que tenhamos melhor consciência dos direitos dos povos indígenas em nosso País.

Eu queria dizer ao Padre Ton, para o encontro com o Papa Francisco, que acho que será interessante que os povos indígenas escolham, então, os jovens que vão dialogar com o Padre Francisco, porque ele vem aqui para se encontrar com os jovens. Certamente, haverá os jovens que estão aprendendo com os líderes guerreiros mais velhos para, então, transmitir ao Papa Francisco como, a partir dos meios da não violência, vão assegurar todos os direitos dos povos indígenas.

Então, parabéns a vocês e toda a força!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Finalizando, eu quero apenas dizer que passaram por aqui, e alguns ainda permanecem presentes, além do Senador Eduardo Suplicy, o Senador João Capiberibe, a Deputada Federal Janete Capiberibe. Também estiveram aqui o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Wellington Dias, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Delcídio do Amaral.

Agradecemos a todas as lideranças indígenas, a todos os caciques indígenas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Angela Portela, Aníbal Diniz, Lídice da Mata, Pedro Simon, Roberto Requião, Ataídes Oliveira, Wilder Morais e Magno Malta. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião. A Senhora Presidenta faz a leitura dos expedien-

tes da Comissão e tece suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa: Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012** - Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. A Senadora Angela Portela solicita a inversão de pauta para os itens 14 e 15, que é acatada pelo Plenário. **Item 14. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 21, de 2013**, que requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a situação da mulher indígena no Brasil. Indica as seguintes convidadas: Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Suzie Silva Vito, Representante da Comunidade Guarani, Aldeia Jaguapiru, Dourados/MS e Representante da Mulher Indígena na ONU Mulheres/Associação Indígena Kaguateca Marçal de Souza; Telma Marques Taurepang, Membro do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima. Autoria: Senadora Angela Portela. **Resultado**: aprovado. **Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 22, de 2013** que requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por ocasião do Dia Nacional pela RMM - Redução da Mortalidade Materna. Indica a seguinte convidada: Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Autoria: Senadora Angela Portela. **Resultado**: aprovado. **Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 23, de 2013**, que requer a realização, na manhã do dia 06 de maio do corrente ano, de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, com o objetivo de discutir a questão da prevenção do Trabalho Escravo no Brasil e lançar o projeto "*Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo*", de iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT e da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Sugiro que sejam convidados os representantes das seguintes entidades e órgãos: Representante da OIT – Organização Internacional do Trabalho; Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais; Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; Deputado Federal Domingos Dutra – Coordenador da Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Autoria: Senador Paulo Davim. **Resultado**: aprovado. Às nove horas e cinquenta e sete minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para a Senadora Lídice da Mata. **Item 10. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24, de 2013**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o tema *Entraves Legais para a Adoção de Crianças*. Serão convidados e convidadas: Excelentíssima Senhora Maria do Rosário, Ministra de Estado de Direitos Humanos; Mário Volpi, Representante do UNICEF no Brasil; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ); Senhora Maria Bárbara Toledo Andrade e Silva, Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à adoção – ANGAD; Senhor Gabriel da Silveira Matos, Juiz Auxiliar da Corregedoria do CNJ; Representante do Grupo de Apoio à Adoção de Volta Pra Casa. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. Às dez horas e um minuto a Senadora Lídice da Mata devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. **Item 11. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 25, de 2013**, que requer a realização de Audiência Pública para ouvir três dos maiores militantes pela reconstrução da democracia no país durante o período militar: Anita Leocádia Prestes; Dalmo de Abreu Dallari e Antonio Cândido de Mello e Souza. Foi aprovada a inclusão dos seguintes convidados: Mário Magalhães, Jornalista; e Fernando Morais, Jornalista. **Resultado**: aprovado. **Item 12. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 26, de 2013**, que requer a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para ouvir os integrantes da Comissão Nacional da Verdade, obter informações sobre o funcionamento daquele órgão, bem como sobre sua atuação até o momento. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: Aprovado. **Item 13. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 27, de 2013**, que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre "O Assédio Moral e a Discriminação Sofrida pelos Servidores Federais do Brasil e do Exterio". Ademais, como participantes desta referida au-

diência, solicito que sejam convidados os seguintes representantes do Brasil e do exterior: Jones Borges Leal, Presidente da FENAPEF; Leandro Daiello Coimbra, Diretor do Departamento de Policia Federal; Lilian Fidelis Maya, Assessora Jurídica da AFLEX; Claudia Regina Siano Rajecki, Presidente da AFLEX; Luis Henrique G. Aroeira Neves, vítima de assédio moral; Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. **Item 16. Extrapauta. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28, de 2013**, que requer a realização de audiência pública para debater "O Renascimento Africano: Olhar da Juventude Africana". Em comemoração ao mês da África (maio). Os convidados para compor a mesa dos expositores são: Ivair Augusto Alves dos Santos, Professor Dr. Coordenador do Centro de Convivência da Universidade Federal de Brasília - UNB e Assessor do Reitor; Alberto André Carvalho Francisco, Mestrando do Centro de Convivência da UNB e representante da União de Estudantes Africanos; Kathlen Rocheteau Gomes Coutinho, Estudante do Centro de Convivência da UNB e Representante da União de Estudantes Africanos; Gaudêncio Pedro da Costa, Estagiário Técnico do Centro de Convivência Negra da UNB; Martin Fonkova (Camarões), Doutorando de Farmacologia, aluno africano do Centro de Convivência Negra da UNB; e Daniel Artur Mtego, Doutorando, aluno africano do centro de Convivência negra da UNB. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. **Item 4. Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2012** - Terminativo – que acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Autoria: Deputada Rebecca Garcia. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Lido o Relatório, foi iniciada a discussão e adiada a votação. **Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** - Terminativo – que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** adiado. **Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011** - Terminativo – que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS. **Resultado:** adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação, com 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado**: adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Paulo Paim, Lídice da Mata, Aníbal Diniz, João Capiberibe e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e dezessete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das

notas taquigráficas. – *Senadora **ANA RITA,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Há número regimental. Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de darmos início formalmente a nossa pauta, quero aqui passar algumas informações aos colegas Senadores e Senadoras. Portanto, antes de iniciarmos nossa reunião deliberativa, quero informar aos Senadores e Senadoras que não tiveram oportunidade de participar das nossas audiências públicas ocorridas na semana passada acerca de alguns encaminhamentos decorrentes dos debates realizados.

Na quarta-feira passada, realizamos audiência pública com o tema Conflitos Agrários e Impunidade no Campo. Foi-nos apresentado um relatório, que, para quem não teve oportunidade de receber, está à disposição de todos os colegas Senadores e Senadoras. É um relatório importante, que relata todos os conflitos no campo em nível nacional, datado de 2012, da Comissão Pastoral da Terra. Entendemos necessário encaminhar esse relatório aos Ministérios que tratam do tema, às Defensorias Públicas, ao Ministério Público, bem como entregá-lo pessoalmente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem já solicitei audiência.

Da mesma forma, enviaremos aos Governadores dos Estados do Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba, Pará e Alagoas ofícios solicitando a implantação de mais Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, vítimas de violência. São os Estados com maior incidência de crimes contra mulheres. Enviarei também ao Ministro da Justiça ofício solicitando informações sobre empresas de segurança que atuam na repressão contra trabalhadores do campo em nome de empresas que operam na área rural. Por fim, solicitarei informações sobre as perspectivas de assentamento das 180 mil famílias que atualmente se encontram acampadas em beira de estradas, debaixo de lonas.

Sobre a audiência com os índios, realizada no dia 18 de abril, quinta-feira passada, tivemos a presença da Funai e do Ministério da Justiça, que acolheram as reclamações sobre a violência, os assassinatos extrajudiciais, o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, o feminicídio e a exclusão de mulheres jovens e povos indígenas. Da parte do Senado e desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, assumimos o compromisso de envidar esforços para a aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Políticas Indígenas e pela não aprovação das PECs 215, da Câmara dos Deputados, e 38, do Senado Federal, que dispõem sobre a competência da demarcação de terras indígenas. É que, na Câmara dos Deputados, foi instituída uma comissão de Parlamentares com a participação dos índios para rediscutir o tema da demarcação de terras indígenas. Por essa razão, nos comprometemos a lutar pela não aprovação da PEC nº 38, do Senado Federal.

Quero informar ainda que, ontem, recebi de representantes do projeto Monitoramento dos Direitos Humanos e de outras organizações, como a Plataforma de Direitos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Misereor no Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e o Conselho Mundial de Igrejas o terceiro relatório – queria ver se está aqui, para que nós também mostrar aos nossos colegas Senadores. Não está aqui no momento –, recebemos o 3º Relatório Periódico de Direitos Humanos e uma carta do Conselho Mundial de Igrejas sobre a segurança humanitária na América Latina. Esse também é um relatório bastante completo, amplo e que está à disposição também dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que queiram tomar conhecimento do seu conteúdo, que possam buscar junto à Secretaria desta Comissão. O relatório tem a finalidade de contribuir para o monitoramente político da situação concreta dos direitos humanos no Brasil.

Por fim, comunico que recebemos da Sociedade Interamericana de Imprensa resolução por ela emitida durante a Reunião de Meio de Ano, realizada de 8 a 11 de março de 2013, em Puebla, México. Após várias considerações, a Sociedade, nessa reunião, resolveu... Vou apenas ler as informações que considero relevantes desse documento entregue pela Sociedade Interamericana de Imprensa, que faz diversas considerações e, por fim, algumas solicitações, que faço questão de ler. Não é muito longo, mas faço questão de ler para que seja do conhecimento de toda a Comissão.

Na verdade, a Reunião de Meio de Ano resolve:

– solicitar a federalização de crimes cometidos contra os jornalistas no exercício da profissão, para acabar com a impunidade;

– solicitar que o Governo brasileiro atue para que sejam retomadas as investigações sobre o assassinato do jornalista Manoel Leal de Oliveira, de Itabuna, cumprindo, assim, o acordo firmado com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de forma que sejam finalmente punidos os mandantes do crime; e que leve em consideração as denúncias feitas em dezembro de 2011 por Mozart Brasil, condenado pelo crime;

– solicitar que o Ministério Público receba apoio estrutural e técnico para aprofundar as investigações a respeito do assassinato de Wanderley dos Reis, de

forma a que o caso não fique impune, já que a Polícia Civil encerrou o inquérito sem esclarecer sobre os culpados;

– resolve cumprimentar a Secretaria Nacional de Direitos Humanos pela formação do grupo de trabalho sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Jornalismo e solicitar ao Governo Federal as garantias necessárias de forma que esse grupo possa contribuir efetivamente para prevenir agressões e assassinatos, proteger os profissionais de comunicação, bem como monitorar as investigações e punições dos autores das agressões e ameaças;

– também cumprimentar o Governo Federal pela aprovação da Lei de Acesso à Informação e solicitar que a lei seja plenamente cumprida;

– solicitar que sejam adotados critérios rigorosos na concessão do benefício de progressão de regime fechado para regime semiaberto, para evitar fugas;

– demandar a implantação imediata e eficiente de um sistema integrado de informações para prender foragidos dentro do Brasil e que os governos do Brasil e do Paraguai intensifiquem acordos para prender, extraditar foragidos nos dois países;

– solicitar a ampliação dos programas de proteção de testemunhas e apoio financeiro para a sua estruturação;

– solicitar aos governos estaduais melhorias nas condições de trabalho para peritos, delegados, promotores e juízes, especialmente no interior do País e reiterar a urgência da identificação e punição exemplar dos autores intelectuais dos crimes e não apenas dos executores e intermediários.

Portanto, essas são as solicitações encaminhadas pela Sociedade Interamericana de Imprensa, uma resolução emitida durante a Reunião de Meio de Ano, realizada de 8 a 11 de março de 2013, em Puebla, no México.

Passamos, agora, para a nossa pauta, item 1, página 14.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2012
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*)*, para determinar a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável.*
Autoria: Senador Gim
Relatório: Favorável ao projeto.
Relatoria: Senadora Angela Portela

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Srª Presidenta.

Srªs e Srs. Senadores, vou fazer a leitura do relatório do projeto de lei de autoria do Senador Gim Argello.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012, do Senador Gim. A iniciativa visa a alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável de crianças e adolescentes, com vistas a reduzir o consumo de alimentos com elevados teores de gordura saturada, gordura trans, sódio e açúcar e de bebidas de baixo valor nutricional.

Argumenta o autor em sua justificação que, para combater o problema da obesidade, é preciso estimular hábitos nutricionais saudáveis desde a mais tenra idade, quando a criança está em processo de formação e de incorporação de hábitos e comportamentos. Enfatiza ser necessário que "o poder público, na sua missão de garantir o direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, desencadeie ações concretas de combate à obesidade infantil, que devem incluir, entre outras, a restrição da oferta de alimentos não saudáveis no ambiente escolar."

O projeto foi distribuído a este colegiado e, também, à Comissão de Assuntos Sociais, que, sobre ele, deverá deliberar terminativamente.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Análise

O PLS nº 294, de 2012, em exame nesta Comissão, trata de matéria compreendida no âmbito das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com o que estabelece o art. 24, XV, da Constituição Federal. Esse dispositivo traz, entre as competências concorrentes, a proteção à infância e à juventude. Assim, não identificamos, na proposição, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Quanto à regimentalidade, informamos que cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, também, à proteção à infância e à juventude. Por essa razão, a apreciação do PLS nº 294, de 2012, neste colegiado é pertinente.

No mérito, importa mencionar pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009. A pesquisa revelou que, naquele ano, uma em cada três crianças de 5 a 9 anos estava acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Apontou, também, que 80% das crianças brasileiras ingerem açúcar acima do nível recomendado pelos nutricionistas e 89% consomem gordura além dos padrões considerados saudáveis.

Com esses dados, especialistas afirmam que o crescimento da obesidade infantil no País é alarmante. De fato, as estatísticas confirmam que a obesidade tornou-se uma epidemia – isso, devido principalmente às mudanças nos hábitos alimentares das crianças e da população em geral. E, mesmo sendo a genética um fator importante na obesidade das crianças, os especialistas lembram que não existe obesidade se não há desequilíbrio na alimentação. Lembram, também, que, nos dias de hoje, as crianças consomem alimentos pouco nutritivos.

Nesse contexto, é dever do legislador fazer constar explicitamente, em nossa legislação infraconstitucional, o dever do Estado, inscrito em nossa Constituição, de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde e à alimentação. É, também, seu dever inscrever claramente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a obrigatoriedade de promover ações que permitam a oferta de uma alimentação saudável a nossas crianças e adolescentes. Esse é o propósito do projeto de lei que ora analisamos.

Assim, a proposta do Senador Gim é extremamente meritória, pois busca inverter o grave quadro da obesidade infantil no País, por meio do estímulo à redução no consumo de alimentos com elevados teores de gordura saturada, gordura trans, sódio e açúcar e de bebidas de baixo valor nutricional.

Nosso voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012.

Esse é o nosso relatório e o nosso voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, quero primeiro cumprimentar a Senadora Angela Portela, cumprimentar o Senador Gim Argello e V. Exª pelo relatório lido, pelo apoio ao trabalho desta Comissão pela forma como V. Exª vem conduzindo, inclusive, com entidades internacionais. Esse trabalho só veio mostrar a grandeza desta Comissão e a responsabilidade de V. Exª e de todos nós.

Em segundo lugar, quero cumprimentar a Senadora Angela Portela. De fato, o projeto do Senador Gim Argello veio na linha de combater essa verdadeira epidemia, quase, que é hoje a obesidade. Nós todos sabemos o número de doenças, que são resultados da falta de controle de uma alimentação adequada, como diabetes, pressão alta e tantas outras. Vejo pela primeira própria família, que tem a tendência de engordar. Um dos filhos teve que fazer a operação do estômago, já contei essa história, e o resultado foi o pior possível. Só não faleceu mesmo, enfim, está se recuperando. Inclusive já aprovamos projetos aqui no Congresso que vão na linha de proibir as chamadas cantinas a vender esse tipo de alimento. Então, o projeto do Gim Argello veio também nesta linha de reforçar promoções que, de fato, não permitam que ali, na lancheria do colégio... Quando vamos buscar as crianças no colégio a gente vê que lá vende tudo o que não presta em matéria de alimentação saudável.

Por isso, posso cumprimentar tanto o autor como a Relatora. Parabéns pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto segue para a análise da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidenta, eu gostaria de agradecer aos Senadores, ao Colegiado desta Comissão pela aprovação deste projeto de autoria do Senador Gim Argello, que eu considero de fundamental importância para a saúde das crianças e adolescentes do nosso País.

É uma realidade hoje, os dados estatísticos comprovam, no mundo inteiro, a tendência ao crescimento da obesidade nessa faixa etária. A gente tem conhecimento que, em outros governos – no Brasil também já existem iniciativas do Ministério da Saúde para tentar combater a obesidade das nossas crianças e adolescentes –, existe essa prioridade. Por exemplo, no governo dos Estados Unidos, a primeira-dama tem feito um trabalho intenso para tentar diminuir a obesidade entre crianças e adolescentes em seu país, os Estados Unidos.

Então essa iniciativa do Senador Gim Argello vem ao encontro desta necessidade extrema do Estado brasileiro cuidar, fazer iniciações concretas no sentido de deter o aumento da obesidade entre as nossas crianças e adolescentes. E para nós, legisladores, aqui no Congresso Nacional, eu particularmente me sinto honrada de relatar esse projeto e já me coloco à disposição, uma vez que agora aprovado na CDH vai ser apreciado na Comissão de Assuntos Sociais, já me coloco à disposição para também na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, também ser relatora lá, é uma bandeira nossa de trabalho do

Poder Legislativo, também no Executivo, onde já estive, esse cuidado e atenção com o bem-estar das crianças e adolescentes, com a proteção integral das nossas crianças e adolescentes.

Inclusive, Presidenta, Senadora Ana Rita, eu gostaria de parabenizá-la pelo pronunciamento que V. Exª fez ontem no plenário do Senado Federal, mostrando a sua posição contra a redução da maioridade penal.

Apreciei e ouvi o seu pronunciamento e, em breve, também estarei posicionando-me e colocando os argumentos em defesa de que o Estatuto da Criança e do Adolescente não seja alterado no sentido da redução da maioridade penal.

Também gostaria de parabenizá-la e dizer que também penso como V. Exª, no que diz respeito a esse Projeto de Lei que está aí tramitando no Congresso Nacional e à iniciativa de alguns Governadores de tentar reduzir a violência, como se isso fosse possível, colocando crianças e adolescentes num sistema prisional brasileiro, da forma como esse sistema se encontra.

Então, gostaria de parabenizá-la pela iniciativa de, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mostrar claramente o seu posicionamento contrário à redução da maioridade penal.

Parabéns por isso, Senadora.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora. Agradeço as suas palavras. Quero dizer que esse é um debate que vamos fazer aqui, nesta Comissão. Ele faz parte do nosso plano de trabalho. Nós precisamos realmente aprofundar esse assunto. Penso que deveremos convidar especialistas no tema, estudiosos no assunto, mas também convidar famílias de adolescentes que, por uma razão ou outra, já se encontram no mundo das drogas e estão aí cometendo crimes. Ou seja, vamos ouvir a sociedade, ouvir o Governo Federal, ouvir os Governos Estaduais, enfim fazer um debate amplo, envolvendo os diversos setores, inclusive do sistema de Justiça, para que possamos acumular aqui informações.

Mais do que isso, penso que esta Comissão, assim como as demais – mas esta em particular – tem um papel de contribuir para a formação de novos conceitos da sociedade. Penso que a sociedade brasileira, de um modo geral, diante dessa situação de violência, sente-se acuada e com muito medo. A primeira alternativa apresentada é justamente afastar os que cometem esses crimes nas ruas ou que incomodam, porque estão em situação de vulnerabilidade total. A retirada, de qualquer jeito, aos olhos de algumas pessoas ou de boa parte de nossa sociedade, parece que é a única saída, a alternativa mais viável. E não é.

Então, precisamos fazer um aprofundamento, no sentido de fazer um trabalho também educativo, através dos debates que poderemos fazer nesta Comissão de Direitos Humanos.

Assim, obrigada, Senadora Angela Portela pelo seu posicionamento, como sempre, solidário, ativo, prestando aqui a sua grande contribuição, para que esta Casa e esta Comissão possam cumprir de fato o seu papel, em defesa da vida e dos direitos humanos.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, só para não deixar de me posicionar, na mesma linha de V. Exª, da Senadora Angela Portela e, tenho certeza, de todos os Senadores desta Comissão, porque virou moda, neste País, todo mundo se guiar por pesquisa.

Por exemplo, se aconteceu um crime hediondo, e o criminoso for colocado na rua no outro dia, 90% das pessoas vão querer pena de morte, pela forma como é divulgado aquele crime que todos nós condenamos. Disseram-me recentemente que houve uma pesquisa em São Paulo, em que 93% das pessoas são favoráveis à redução da idade para responsabilidade penal.

O que eu teria dito? Aqui, no Parlamento, ninguém diz que é Líder, mas os nossos eleitores nos mandaram para cá, e nós temos responsabilidade de caminhar com o povo, mas, nesta caminhada, temos o compromisso de ter posição e ajudar a dar direção. Não nos podemos guiar por pesquisas para tomar a nossa posição sobre este ou aquele tema. Então, é de nossa responsabilidade, num tema como esse, ter posição muito clara e firme, como a Senadora Ana Rita teve, assim V. Exª que teve agora e os Senadores tiveram, ou seja, radicalmente contra. O último projeto de que ouvi falar é o seguinte: não é mais para 14 anos, ou para 12 anos. Se o indivíduo tiver 3, 4 ou 5 anos, se for culpado da morte, que também seja responsabilizado, com cadeia. Amanhã ou depois, vão querer, como disse o Lula uma vez, que, até no útero da mãe, a criança seja culpada, e pague com a morte. Por isso, todos temos obrigação, independente de qualquer pesquisa, de ter uma posição sobre aquilo que entendemos correto, na linha dos princípios dos direitos humanos, e que aponte principalmente em defesa sempre da vida de todo nosso povo e de toda nossa gente.

Então, não me intimido com pesquisa nenhuma. O nosso ponto de vista é muito claro. Aí, mais uma vez, só posso cumprimentar V. Exª por ter suscitado esse debate e tê-lo colocado, inclusive, aqui no programa da Comissão para ser aprofundado.

Vamos debater! Agora, é um absurdo o que estão propondo de, mais uma vez, pegar um jovem, uma criança, e jogar no fundo de uma cadeia ou até, se

continuar assim, vão jogar, dizendo que tem de matar no outro dia, porque foi culpado do crime acontecido.

Cumprimento as duas Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

A SR. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SR. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Gostaria de pedir inversão de pauta dos Itens nºs 14 e 15.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – RR) – Sim, Senadora. Coloco em discussão a solicitação de inversão de pauta da Senadora Angela Portela.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quanto à inversão de pauta, não há problema, Srª Presidente.

Queria, no entanto, destacar que, sobre esse tema que V. Exª se pronunciou ontem, eu também me havia pronunciado na defesa da permanência da situação atual da manutenção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Estou enviando às Srªs e aos Srs. Senadores o artigo da jornalista Eliane Brum, sob o título "Por uma Maioridade Moral", onde ela denuncia as mortes de crianças e adolescentes do Brasil, em geral, impunes.

Temos, na atuação do Cedeca da Bahia, e tivemos a oportunidade de realizar esse debate aqui, na Presidência do Senador Paulo Paim, com os cedecas nacionais. Os homicídios contra jovens e adolescentes no Brasil, geralmente praticados pelas polícias militares, todos eles, têm um grau de apuração e de punição mínima.

Depois, ela faz a relação disso, ou seja, dos mortos, dos adolescentes e jovens, que vivem um verdadeiro genocídio em nosso País, sem, em geral, a denúncia e a grita tão grande da sociedade brasileira e, do outro lado, os crimes cometidos por jovens e adolescentes, demonstrando também por pesquisa, com base em dados da segurança nacional, da segurança pública, que esses crimes se dirigem principalmente, ou seja, são crimes contra o patrimônio – roubos ou tráfico de drogas.

Nessa discussão, Srª Presidente, dada a intensificação desse debate no Brasil, participei através da minha assessoria, na semana passada, no final de semana, de um debate aqui em Brasília com a Unicef e representantes do Ministério da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Esse debate permanece, pois vamos também amanhã participar dessa discussão, para analisar o quadro atual e verificar que propostas pudemos trazer para o debate no Parlamento nacional, como representante que sou da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional.

Queria dar conhecimento a V. Exª dessas mobilizações. Posteriormente, farei um relato do resultado dessas reuniões, para que possamos inserir esses resultados no debate da nossa Comissão. Considero ser esta uma pauta de primeira ordem para este ano, dado o recrudescimento das medidas e também as ações de pessoas no sentido da diminuição da maioridade penal.

Agora, quero concordar com a inversão de pauta da nossa Senadora, porque que se dá em função das inúmeras atividades que temos aqui no Senado. Eu própria tenho neste mesmo horário mais duas Comissões: a Comissão de Relações Exteriores, de que sou titular – diferentemente desta, de que sou suplente – e da qual tenho, daqui a pouco, de participar.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Então, em discussão a inversão de pauta dos Itens nºs 14 e 15. (*Pausa.*)

Em votação a inversão de pauta. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Gostaria de, dentro do possível, ler um relatório que tenho, porque também devo comparecer à Comissão de Relações Exteriores, e estão 13 Embaixadores aguardando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Está bem. Muito obrigada, Senador.

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 21, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a situação da mulher indígena no Brasil. Indico as convidadas expositoras abaixo: Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Suzie Silva Vito, Representante – Comunidade Guarani – Aldeia Jaguapiru – Dourados/MS e Representante da Mulher Indígena na ONU Mulheres/Associação Indígena Kaguateca Marçal de

Souza. Telma Marques Taurepang, Membro do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima

Autoria do Projeto: Senadora Angela Portela

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para encaminhar.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidenta, o objetivo da realização desta audiência pública, no âmbito da Subcomissão de Defesa da Mulher, que tem nossa Senadora Lídice da Mata como Presidente e eu, como Vice-Presidente, é trazer para a Comissão de Direitos Humanos, para a nossa Subcomissão, a problemática da mulher indígena em nosso País.

Sou uma representante do Estado de Roraima. No meu Estado, nós temos 12% da população indígena. Como conhecedoras da realidade das comunidades indígenas em nosso Estado, percebemos a necessidade de trazer a mulher indígena e seus problemas, que são desconhecidos do Congresso Nacional, das políticas públicas executadas em nosso País.

Sabemos que, depois da criação, pelo Governo do Presidente Lula, da Secretaria Especial da Saúde Indígena, houve toda uma preocupação com a saúde específica da mulher indígena.

Mas, além da saúde da mulher indígena, nós queríamos também debater o problema da violência nas comunidades indígenas, do alcoolismo, que afeta a condição de vida da mulher indígena e de seus filhos.

Então, penso que, convidando essas pessoas que conhecem bem a situação indígena das mulheres em nosso País e a representatividade de regiões diferenciadas, como a Região Norte, a Região Centro-Oeste, vamos poder conhecer melhor e encaminhar procedimentos, sugestões ao Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, para que possamos combater as dificuldades enfrentadas por essas mulheres indígenas em suas comunidades.

Assim, por essa razão, pedimos a aprovação desse requerimento, para que realizemos essa audiência pública na Subcomissão de Defesa da Mulher.

Era isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidente, gostaria de ler o Item nº 15.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) –

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 22, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realização de Audiência Pública por ocasião do Dia Nacional pela RMM - Redução da Mortalidade Materna. Indico a convidada expositora abaixo: Maria Esther de Albuquerque Vilela – Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

Autoria do Projeto: Senadora Angela Portela

Bem, queria aqui ressaltar a necessidade de discutirmos a mortalidade materna, porque todos nós temos conhecimento. Ontem mesmo, o Ministro Alexandre Padilha, da Saúde, esteve na Comissão de Assuntos Sociais, colocando as ações do Ministério da Saúde para conhecimento de toda a Comissão. Um dos temas que vimos com muito cuidado, exposto pelo Ministro, é que a mortalidade infantil, na última década, diminuiu 60%. Agora, há necessidade de um esforço concentrado maior do Poder Público, Ministério da Saúde, estadual e municipal para reduzir os índices de mortalidade materna. Por isso, há necessidade de conhecermos melhor esse tema, que é a redução mortalidade materna em nosso País.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quero cumprimentar V. Exª pela delicadeza do convite formal a todos os Senadores para a reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É uma inovação importante aqui nesse momento de tanto conflito de agenda, mas peço autorização à Srª Presidente para me retirar, porque temos agora também a continuidade da reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e também a Comissão de Relações Exteriores.

Por isso, tenho de retirar-me após ter garantido aqui o quorum também e ter pleno acordo com a condução de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal Diniz. Quero informar que os demais projetos que estão na pauta, todos são terminativos.

Como não temos quórum regimental para que possamos votar os terminativos, solicito inversão de pauta, a fim de votarmos os requerimentos.

Em votação inversão de pauta para votar os demais requerimentos. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9
REQUERIMENTO Nº, DE 2013

Requeiro a realização, na manhã do dia 06 de maio do corrente ano, de audiência pública pela Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de discutir a questão da prevenção do Trabalho Escravo no Brasil e lançar o projeto "Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo", de iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait – e da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Sugiro que sejam convidados os representantes seguintes entidades e órgãos: Representante da OIT – Organização Internacional do Trabalho; Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais; Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; Deputado Federal Domingos Dutra – Coordenador da Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senador Paulo Davim

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com relação ao Item nº 10, como sou autora deste requerimento, passo a Presidência à Senadora Lídice da Mata, para que possa presidir, para que eu possa encaminhar o referido requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Farei isso, Srª Presidente, e farei uma proposta de encaminhamento, em função da pressa em que todos estamos em relação às outras comissões. Após a leitura e votação do seu requerimento, se os outros Senadores concordarem, nós não teremos defesa dos outros requerimentos que estão praticamente autoexplicativos. Então, nós teríamos diretamente a votação, se todos concordarem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho que não teremos nenhuma dificuldade, Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Para usar da palavra, para defesa do requerimento, a Senadora Ana Rita.

Antes, vou ler o requerimento.

ITEM 10
REQUERIMENTO Nº, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o tema "Entraves Legais para a Adoção de Crianças". Serão convidados e convidadas: Exma Sr. Deputada Federal Maria do Rosário, Ministra de Estado de Direitos Humanos; Mário Volpi, Representante do Unicef no Brasil; Exmo Sr. Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL – RJ); Srª Maria Bárbara Toledo Andrade e Silva, Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção – Angad; Sr. Gabriel da Silveira Matos, Juiz Auxiliar da Corregedoria do CNJ; Representante do Grupo de Apoio à Adoção de volta pra Casa.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Conforme V. Exª solicitou para que possamos ser breves, eu quero apenas dizer que esse é um tema que nós precisamos realmente aprofundar. Foi-nos solicitado também por um grupo de diversas pessoas que compõem um movimento pela adoção que fizéssemos este debate aqui no Senado Federal.

Além disso, há uma demanda também por parte de mulheres que desejam fazer adoção e têm muitas dificuldades, em função da burocracia.

Portanto, o debate é necessário para que possamos criar a melhor maneira, para que possamos conhecer como é o processo hoje e fazer com que ele seja menos burocrático, a fim de facilitar o processo de adoção.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, só uma questão de ordem, uma pergunta que eu gostaria de fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como todos são temas importantíssimos – esse do tráfico, aprovado pelo Senador Paulo Davim, e esse da Senadora Ana Rita –, nós temos previsão de data para a gente mais ou menos se agendar, ver como é que faz?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – A Presidente me informa que a Secretaria da Mesa está montando um cronograma, em acordo com o gabinete dos Senadores autores das proposições, e vai anunciar, na próxima reunião, o cronograma já acordado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu também havia feito essa pergunta, ainda há pouco, à assessora da Comissão.

Portanto, parabenizo a Senadora Ana Rita pela iniciativa e ponho em votação o seu requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Retorno a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Item nº 11, p. 115.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes convidados: Anita Leocádia Prestes; Dalmo de Abreu Dallari; e Antonio Cândido de Mello e Souza.

JUSTIFICAÇÃO

A realização dessa audiência tem a finalidade de ouvir três dos maiores militantes pela reconstrução da democracia no País durante o período militar.

O Senador João Capiberibe, autor do requerimento, está com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, na verdade, eu gostaria apenas de incluir mais dois nomes nesse requerimento: o jornalista Mário Magalhães e o também escritor e jornalista Fernando Morais.

É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação a inclusão dos dois nomes sugeridos pelo Senador João Capiberibe. (*Pausa*.)

Como não houve nenhuma intervenção, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Item nº 12, p. 117.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com integrantes da Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de obter informações sobre o funcionamento desse órgão, bem como sobre sua atuação até o momento.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Item nº 13, p. 119.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre "O Assédio Moral e a Discriminação Sofrida pelos Servidores Federais do Brasil e do Exterior".

Ademais, como participantes dessa referida audiência, solicito que sejam convidados os seguintes representantes do Brasil e do exterior: Jones Borges Leal, presidente da Fenapef; Leandro Daiello Coimbra, diretor do Departamento de Polícia Federal; Lilian Fidelis Maya, assessora jurídica da Aflex; Claudia Regina Siano Rajecki, presidente da Aflex; Luis Henrique G. Aroeira Neves, vítima de assédio moral; e Antônio de Aguiar Patriota, representante do Ministério das Relações Exteriores.

Além dos citados acima, solicito ainda, se possível, encaminhar convites para representantes do Núcleo de Base do Inpe, entidade vinculada à Sintrasef, Condsef e CUT.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, estive conversando muito com o Itamaraty sobre o tema, sobre o chamado assédio moral de funcionário no exterior, mas depois vi que a Polícia Federal veio também com a mesma preocupação e resolvi fazer um debate mais amplo – e naturalmente combiná-lo junto com V. Exª –, para que a gente discuta a questão do assédio moral.

Claro que aqui haverá pessoas que vão falar da sua realidade no seu campo de atuação. Mas o assé-

dio moral hoje é uma situação, digamos, é um delito gravíssimo, que agride diretamente a pessoa.

Então, a partir desse debate, poderemos ter outros que vão na mesma linha. Inclusive não me preocupei em colocar nem que seria em nome da Subcomissão; para mim, pode ser na Subcomissão, pode ser na Comissão principal, conforme o entendimento de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, pela ordem: eu iria solicitar uma audiência pública – e me procuraram esta semana, por isso só encaminhei agora –, pois um grupo de estudantes da UnB quer muito fazer uma audiência pública para discutir o renascimento africano, o olhar da juventude africana.

O que eles me dizem – e vieram junto alguns assessores, inclusive alguns professores da UnB – é que a imagem que é passada do continente africano para o resto do mundo é sempre uma imagem negativa, e os estudantes que estão no Brasil querem mostrar o outro lado da África, numa visão positivista, numa visão de que a África tem tudo para ter um futuro promissor, inclusive demonstrando que os países asiáticos investem hoje na África mais do que o Brasil, e eles são – eu poderia dizer aqui – apaixonados pelo Brasil. Então, eles querem mostrar o lado positivo.

O título seria O Renascimento Africano, o Olhar da Juventude Africana, e eles entendem que o mês de maio é o mês adequado para esse evento.

Como nós sabemos aqui do número de solicitações, nós aprovaríamos e discutiríamos com eles e, se for possível, faremos em maio; se não, também vamos nos submeter à regra do jogo.

Seria essa a minha intenção.

Também deixei livre, pode ser na Subcomissão, pode ser na principal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado extrapauta o requerimento.

ITEM 16
EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o Renascimento Africano, Olhar da Juventude Africana, em comemoração ao mês da África, que é o mês de maio.

Os convidados para compor a Mesa dos expositores são: Ivair Augusto Alves dos Santos, Prof. Dr. coordenador do Centro de Convivência da Universidade de Brasília e assessor do reitor; Alberto André Carvalho Francisco, mestrando do Centro de Convivência da UnB e representante da União de Estudantes Africanos; Kathleen Rocheteau Gomes Coutinho, estudante do Centro de Convivência da UnB e representante da União de Estudantes Africanos; Gaudêncio Pedro da Costa, estagiário técnico do Centro de Convivência Negra da UnB; Martin Fonkoua, Camarões, doutorando de Farmacologia, aluno africano do Centro de Convivência Negra da UnB; Daniel Artur, doutorando, aluno africano do Centro de Convivência Negra da UnB.

Autoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Queria registrar, Srª Presidente, que foi o Prof. Ivair Augusto que me procurou, e eu disse a ele que procurasse V. Exª também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Está certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... para ajustar a data.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

Não sei se o Senador gostaria ainda de se pronunciar sobre o assunto, mas eu quero aproveitar o momento para parabenizá-lo pela iniciativa.

A UnB tem uma experiência muito importante do sistema de cotas raciais, e fazer esse debate sobre esse tema em maio é de muita importância.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu havia informado que nós não temos quórum regimental para que nós possamos discutir e aprovar projetos terminativos nesta Casa, mas, como contamos com a ilustre presença do companheiro Senador Pedro Simon, e ele é o Relator de uma das matérias, nós poderemos encaminhar pelo menos a leitura do relatório hoje e aprovar numa próxima reunião.

Então, Item 4, p.44.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2012
- Terminativo -

Acrescenta os §§5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.
Autoria: Deputada Rebecca Garcia.
Relatoria: Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para leitura do relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Em primeiro lugar, meus cumprimentos a V. Exª, que, tenho certeza, fará uma excepcional atuação à frente desta Comissão. Comissão que o Senador Paim levou a um nível que realmente mudou todo este Senado. Eu nunca tinha visto na minha vida algum Senador entrar no Senado antes das 8h30 da manhã. Ele marcou as reuniões desta Comissão para segunda-feira, às 8 horas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – (*Risos*.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade que a TV Senado ajudou muito, mas isto aqui ficava superlotado, e hoje está todo mundo. Até a Comissão de Constituição e Justiça está agora com uma reunião extraordinária marcada só para... A Comissão de Economia a mesma coisa. O ex-Presidente Collor, na Comissão de Relações Exteriores, marca seminário às 7h30 da manhã, para ganhar da dele.

Então, V. Exª vai ter problemas mesmo, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Que bom, Senador Pedro Simon! Para aqueles que dizem que no Senado é um céu, aqui não é céu não; aqui é muito trabalho, não é, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Até que era um céu antes do Paim chegar, porque agora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu incomodo muito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... esse negócio de reunião às 7h30 está atrapalhando a vida da gente.

Mas esse projeto vem de origem da Câmara dos Deputados e possui dois artigos.

O art. 1º objetiva acrescentar os §§5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. O art. 2º determina a vigência imediata após sua publicação.

O §5º veda exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos. O seu inciso I explicita que, quando o interesse do comparecimento for do Poder Público, o agente responsável promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência. O inciso II esclarece que, quando o interesse for do próprio idoso enfermo, este se fará representar por procurador legalmente constituído.

O §6º, acrescido ao art. 15 do Estatuto do Idoso, vai assegurar ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde, ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde (SUS), para expedição de laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e tributários.

A ilustre autora da proposição, Deputada Rebecca Garcia, em sua convincente justificativa, argumenta que o objetivo maior do projeto é "preservar a saúde do idoso, na medida em que proíbe que lhe seja exigido, quando estiver enfermo, que compareça pessoalmente a órgãos públicos, independentemente de quem seja o interessado. Ademais, visa facilitar o exercício dos direitos da pessoa idosa que esteja doente, na medida em que garante atendimento domiciliar para expedição de laudo de saúde".

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi apreciada conclusivamente no âmbito das Comissões de Seguridade Social e Família – Relatora Deputada Rita Camata – e Constituição e Justiça e de Cidadania – Deputado Antonio Bulhões, tendo sido aprovada em ambas.

Aqui no Senado Federal, a matéria foi despachada à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Direitos Humanos, cabendo a esta última a decisão em caráter terminativo. Na Comissão de Justiça, foi aprovado em 28 de novembro de 2012 o relatório do Senador Benedito de Lira. A matéria me foi distribuída em 1º de abril do corrente ano para relatá-la no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Esse é o relatório.

Como é só lido, os Senadores vão receber, sou inteiramente favorável. Acho realmente amargo o fato de a Justiça determinar que um velho amargurado, de cama, tenha que sair para ir se apresentar ou dizer que ele está vivo, que ainda não morreu. Eu acho que o projeto deveria ter vindo há muito tempo, até não entendi por que o Paim ainda não tinha entrado com um projeto dessa natureza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele é professor e Estatuto do Idoso. No Estatuto do Idoso eu dei o caminho. Agora veio o aperfeiçoamento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Na dúvida eu tinha razão, só não sabia do esclarecimento. Mas sou inteiramente favorável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Coloco em discussão, embora não venhamos a concluir a discussão hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só vou fazer uma consideração rápida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Mas acho que é importante fazer a discussão hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, só vou fazer uma consideração rápida, dizendo que o Ministério da Saúde é totalmente favorável. O Ministério da Saúde entende – eu recebi pelo escrito da assessoria da Comissão e do Governo – que este projeto apresentado e relatado pelo Senador Pedro Simon, que veio da Câmara, deverá ser aprovado aqui sem nenhuma emenda, ele está dentro da estratégia da saúde da família, para que o idoso, naturalmente, que não possa se deslocar seja visitado, acompanhado, tenha atendimento até para verificar se está vivo ou não, enfim, está dentro do projeto do Governo. Eu só posso cumprimentar a Deputada Rebecca Garcia, que apresentou o projeto e o brilhante relatório do nosso guru maior, eu diria aqui. Eu não vou chamar de decano, porque ele vai perguntar por que tenho que chamá-lo de decano. Chamo-o de guru, nosso líder, Senador Pedro Simon. Seus relatórios são inatacáveis. A gente discute só para dizer: "Parabéns, Simon. Você, mais uma vez tem toda razão."

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Nós vamos continuar então com a discussão em aberto e, na próxima reunião, vamos retomar esta discussão.

Os relatórios já foram lidos também.

Os demais projetos são terminativos, não temos quórum para votar, já votamos todos os requerimentos.

Então, não havendo mais nada... Há um requerimento? Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Se o Senador Randolfe estivesse aqui. Fica para a próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, deixar para a próxima reunião.

Então, não havendo mais a discutir, encerro a presente reunião.

Obrigada a todos e um bom dia.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia nove de maio de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão e Roberto Requião. Registra-se a presença dos Deputados Federais Nilmário Miranda (PT/MG), Padre João (PT/MG), Domingos Dutra (PT/MA), Padre Ton (PT/RO), Renato Molling (PP/RS). Deixam de comparecer os demais Senadores. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2013, que requer a realização de audiência pública para "Discutir a situação das famílias vítimas do Massacre de Felisburgo, ocorrido na fazenda Nova Alegria, no estado de Minas Gerais." **Autoria**: Senadora Ana Rita. **Convidados**: Maria Gomes Soares, Representante das famílias vitimadas; Felipe Russo Maciel, Dirigente Nacional do MST; Josué Tomazi de Carvalho, Procurador Federal, em representação de Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Aílson Silveira Machado, Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Afonso Henrique de Miranda, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais. A Senhora Presidenta convida os palestrantes a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A seguir, a Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados. Durante a explanação dos senhores convidados são feitas reivindicações acatadas pela senhora Presidenta, na forma dos seguintes encaminhamentos: a) audiência com o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do CNJ, para apresentar pauta de reivindicações da CDH ao Judiciário, acompanhada de comitiva de membros da CDH, entrega de representação, com acompanhamento da TV Senado; b) participação da CDH em ato que reivindica justiça para o massacre de Felisburgo, organizado pelos Deputados Federais, previsto para o

dia 14 de maio corrente, na Câmara dos Deputados, com a presença da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; c) Oficiar o Executivo Federal com a finalidade de pedir a desapropriação das terras ocupadas em Felisburgo, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, *que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação*; d) pedir a TV Senado para acompanhar o julgamento do Caso de Felisburgo; e) comitiva de Senadores e Deputados Federais para acompanhar o julgamento do Caso de Felisburgo; f) apelo para a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República usar o espaço da *Voz do Brasil* para posicionar-se acerca do julgamento do Caso de Felisburgo; g) oficiar o Governo do Estado de Minas Gerais rogando a destinação das terras devolutas do Estado para reforma agrária. A Senhora Presidenta concede a palavra aos Deputados Federais Nilmário Miranda, Padre João, Padre Ton e Domingos Dutra, presentes à Reunião. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita, e os Senhores Senadores Roberto Requião e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – *Senadora* ***ANA RITA,*** *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

(*Texto com revisão*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 14, da Comissão de Direitos Humanos, de 2013, aprovado em 3 de abril de 2013, de autoria da Senadora Ana Rita, para discutir a situação das famílias vítimas do massacre de Felisburgo, ocorrido na fazenda Nova Alegria, no Estado de Minas Gerais.

Convido, para compor a Mesa, Maria Gomes Soares, representante das famílias vitimadas; Felipe Russo Maciel, dirigente nacional do MST; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador do Ministério Publico do Estado de Minas Gerais; Érika Galvani Borges, Vice-Presidenta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – a Érika ainda não chegou, vamos aguardá-la –; Bruno Renato Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representando a Srª Ministra Maria do Rosário – o Bruno ainda não chegou –, e Ailson Silveira Machado, Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero aproveitar para registrar a presença do Deputado Federal pelo PT Nilmário Miranda, do Estado de Minas Gerais.

Também registro a presença de trabalhadores do Acampamento Hugo Chávez, que mais uma vez se encontram aqui. Obrigada pela presença de vocês.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados e convidadas, quero aqui fazer algumas considerações iniciais para que possamos contextualizar um pouco a realização desta audiência pública.

Foi em novembro de 2004. Jagunços armados invadiram o acampamento Terra Prometida, em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, e mataram cinco trabalhadores. Outros vinte ficaram gravemente feridos, barracos e plantações foram queimados. Quase nove anos depois, o acusado de ser o mandante do crime, Adriano Chafik, que confessou publicamente estar presente no dia da chacina, terá seu primeiro júri.

Sílvio Netto, da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ainda não pôde estar presente nesta audiência, ressalta: "São mais de oito anos de espera por justiça, de impunidade para um réu confesso e para um crime de tamanha repercussão." O julgamento, inicialmente previsto para janeiro deste ano, foi finalmente marcado para 15 de maio, em Belo Horizonte.

Esse adiamento de quase cinco meses foi necessário para se transferir o caso da comarca de Jequitinhonha para a capital mineira. O MST sempre defendeu que o julgamento fosse realizado em Belo Horizonte, e não na comarca do caso, em Jequitinhonha, para evitar pressões políticas pela absolvição.

E essa preocupação não é exagerada, diante do poder político e econômico que os latifundiários ainda detêm em nosso País.

Recentemente, o acusado de ser o mandante do assassinato de um casal de extrativistas no Pará, José Rodrigues Moreira, foi inocentado pelo júri, que condenou somente dois pistoleiros.

E não vamos nos esquecer do caso do então líder do MST no Espírito Santo, José Rainha – que tive a oportunidade, inclusive, de conhecer e pude atuar juntamente com ele em diversas atividades do movimento sem terra lá no meu Estado –, acusado do assassinato de um fazendeiro. Ele foi condenado a 19 anos de prisão, porque o primeiro julgamento aconteceu em Pedro Canário, uma cidade do Norte do Espírito

Santo, local dos fatos; quando se fez um novo julgamento, dessa vez em Vitória, a capital do Estado, as provas de sua inocência foram consideradas, e ele foi absolvido por unanimidade.

Em Belo Horizonte, em 15 de maio, além de Chafik, será julgado seu primo, Calixto Luedy, acusado de ser responsável pela contratação dos pistoleiros, por alojá-los na cidade após o crime e por armar o esquema de fuga.

Já os pistoleiros devem ser julgados em Jequitinhonha, isoladamente. Para tentar um julgamento unificado de mandantes e pistoleiros, seria preciso um adiamento ainda maior, e, por isso, o MST avaliou ser melhor ter o julgamento dos principais acusados de imediato.

Chamo a atenção para este trecho da nota do MST sobre o caso – abro aspas:

Temos dito que a Justiça tem lado, e ela demonstra cotidianamente que esse lado não é o dos trabalhadores. Ela nos enfrenta, tanto mantendo um crime impune tanto tempo, como tomando o lado dos fazendeiros, do latifúndio, do agronegócio nos conflitos de terra, e também absolvendo réus que comprovadamente foram responsáveis por crimes contra os trabalhadores. [Fecho aspas.]

[Novamente aspas:] *O que vai garantir a condenação, no caso de Felisburgo, é a capacidade de mobilização da sociedade. Mesmo com todas as provas que Chafik é um assassino e foi o principal responsável pelas mortes, será a capacidade de mobilização e indignação das pessoas que pode pautar a condenação.* [Fecho aspas.]

Esta audiência pública objetiva amplificar o clamor por justiça no crime que vitimou Iraguiar Ferreira da Silva, 23 anos; Miguel José dos Santos, 56 anos; Juvenal Jorge da Silva, 65 anos; Francisco Ferreira Nascimento, 72 anos; e Joaquim José dos Santos, 48 anos, todos trabalhadores do campo, covardemente assassinados por pistoleiros, em Felisburgo, Minas Gerais, na fazenda Nova Alegria – terra devoluta apropriada por Adriano Chafik.

Objetiva também debater a situação das famílias vítimas daquele massacre, diante da notícia de que nenhuma delas foi indenizada e de que ainda não foi cumprido o decreto de desapropriação da fazenda Nova Alegria, assinado pelo então Presidente Lula, em 2009.

Quero dizer que, a exemplo do que estamos fazendo hoje, nesta audiência pública, esta Comissão acompanhará todos os demais casos emblemáticos de violência no campo. E sabemos que, ainda em 2013, deverão ser levados a julgamento e receberão nossa atenção:

- o assassinato de Sebastião Camargo, trabalhador rural, no Paraná;

- o assassinato de Manoel Mattos, advogado, na Paraíba;

- a chacina da fazenda Princesa, que vitimou seis trabalhadores rurais, no Pará;

- o assassinato de José Dutra da Costa (Dezinho), sindicalista, no Pará;

- o assassinato dos fiscais do trabalho, na chacina de Unaí, Minas Gerais – para este caso inclusive realizamos aqui uma audiência pública.

No último dia 17 de abril, realizamos, neste plenário, audiência pública sobre os conflitos agrários e a impunidade no campo para marcar a data do massacre de Eldorado dos Carajás. Os debates deixaram claro que as principais causas da violência no campo são: a grilagem, a ocupação predatória da terra, a falta de regularização fundiária, a não implementação de uma reforma agrária, e também a impunidade pelos crimes cometidos.

No XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, foi apresentado um estudo sobre a impunidade nos casos de assassinatos cometidos no Brasil entre 1985 e 2005, revelando que – aspas:

A violência no campo está predominantemente relacionada à concentração de terra, ao poder e ao modelo predador e excludente de desenvolvimento rural historicamente implantado no Brasil. [...] A impunidade é mais um agravante neste quadro de violência contra a pessoa no campo.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, de 2008, nos últimos 20 anos foram assassinados mais de 1.500 trabalhadores rurais, sendo que lideranças e ativistas ligados aos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil totalizaram mais de 1.000 casos. Contudo, destes casos, somente 77 foram julgados. [Fecho aspas.]

Por tudo isso, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem na agenda o acompanhamento dos casos ainda pendentes de julgamento e a adoção das medidas que possam contribuir na celeridade dos processos, com justiça.

Diante dessa breve introdução, passamos a palavra aos nossos convidados para que os mesmos possam se manifestar.

Faço um convite, então, ao Sr. Josué Tomazi de Carvalho, Procurador Federal junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), representando o Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente do Incra.

Dr. Josué, seja bem-vindo. Obrigada pela presença.

Concedo, então, a palavra a Maria Gomes Soares, representante das famílias vitimadas.

Antes de a Maria iniciar a sua fala, vamos combinar, para que possamos ter o controle do tempo de duração desta audiência pública, um tempo de, no máximo, 15 minutos, para cada um. Passados 10 minutos de fala, vamos sinalizar. Se houver necessidade, até poderemos prorrogar. Então, vocês terão 10 minutos, mais 5 – 15 minutos –, e, se houver necessidade, nós prorrogaremos por mais alguns minutos.

Maria Gomes.

A SRª MARIA GOMES SOARES – Bom dia a todos, companheiros, companheiras, autoridades presentes. Trago aqui um apelo das famílias. Não consigo falar do massacre de Felisburgo sem falar da influência do coronelismo e dos fazendeiros da região. O Vale do Jequitinhonha, em especial, em Joaíma, Felisburgo, foi sempre marcado pela ação do coronelismo. Tanto que eles estão acostumados e acham que são donos de todo aquele território.

Com a chegada do Movimento Sem Terra no Município de Felisburgo, em 2002, muda o quadro. E aí então vem toda a perseguição em cima do acampamento, que foi por dois anos. Nós ocupamos lá em maio de 2002, em 27 de maio, e aí começou a perseguição 15 dias depois. E essa perseguição foi acirrada. Nós tínhamos, na época, no acampamento, 210 famílias; e ninguém dessas famílias podia sair só, porque tinha pistoleiros contratados pelo Adriano Chafik e por seu primo Calixto, nas margens da estrada. A gente, para ir à comunidade e à cidade, tinha que ter os caminhos estratégicos. Eles tentaram, várias vezes, levar companheiros nossos, amarrados, para a sede. As pessoas que eram pegas sozinhas eram humilhadas. Eles faziam ajoelhar, dar a bênção para eles. Atiraram no acampamento várias vezes. Então, foram muitas coisas que aconteceram. De tudo isso que aconteceu, nós passamos dois anos registrando boletim de ocorrência e fazendo as denúncias em todos os espaços que a gente tinha oportunidade. E por parte do Estado, infelizmente, nada foi feito. Por dois anos, vivíamos dizendo que cuidassem, que ia acontecer algo. Até que aconteceu.

No dia 20 de novembro de 2004, às dez e quarenta da manhã, dezoito pistoleiros armados invadiram o acampamento, mataram cinco sem terra, feriram treze. Entre esses treze, tinha uma criança. Colocaram fogo em vinte e sete barracos. Entre esses barracos, queimaram a biblioteca, a casa onde guardávamos a produção. Também eles cortaram a cerca das roças, colocaram o gado na roça, tomaram todas as entradas da fazenda, para que ninguém pudesse nem entrar nem sair.

Várias coisas aconteceram nesse dia. Eu tinha saído. Quando eu fiquei sabendo, já estava acontecendo. Quando eu cheguei ao acampamento, os pistoleiros já tinham saído, mas as famílias que lá estavam foram me contando tudo o que aconteceu.

Eu tenho muitas imagens muito fortes daquilo. Uma delas foi quando eu cheguei ao hospital de Felisburgo, tinha uma multidão de gente. Uma menina, uma das viúvas, que se chama Edilene, que estava grávida de três meses, me abraçou e falou: "Olha, Eni, eu perdi meu pai, meu tio e meu marido." E depois pegou na barriga. Essa viúva, foi uma luta grande que nós tivemos que fazer para ela conseguir colocar o nome do pai no registro do filho que nasceu. E até hoje ela não conseguiu nenhuma pensão para esse filho, que já está com oito anos. Sem contar todas as famílias. Ninguém foi indenizado até hoje. Por parte do Governo, não foi feito nada em prol daquelas famílias.

Eu volto, e mais na frente eu encontrei a minha filha, que na época tinha onze anos, que me abraçou também e falou: "Olha, mãe, como é que eu vou estudar? Queimou meus cadernos, queimou meu barraco, queimou tudo. Eu só estou com essa roupa, não tenho mais nada."

Quando eu cheguei ao acampamento, estavam as famílias na entrada do acampamento. Tinha pessoas que estavam já com as mãos e os pés duros, não conseguiam mais andar porque chovia muito. Eles estavam ali e não tinham condições de sair.

E aí eu chego mais embaixo e encontro os companheiros nossos caídos, o sangue derramando, a chuva levando o sangue deles. Tinha um que estava com um buraco na testa e vazou atrás, o miolo dele estava saindo. Então, essas imagens nunca saem da minha cabeça.

E aí, imaginem vocês, as crianças que tinham dois anos, que presenciaram aquilo lá, como é que, hoje, está a vida dessas crianças e de todas as pessoas que tiveram que passar por isso? Tinha companheiro nosso que estava caído com um bornal de semente, que estava na roça e escutou o tiro e correu para ver, chegou lá foi baleado, foi morto. Tinha companheiro nosso que estava com as ferramentas de trabalho – a foice, a enxada – porque saiu da roça próxima, correndo. Porque eles usaram uma estratégia de soltar um rojão, que a gente soltava quando a gente queria reunir as famílias. Eles soltaram o rojão, as famílias juntaram.

Os companheiros nossos que estavam lá disseram que o Adriano falou que pudesse...

Uma mulher gritou para ter piedade, que tinha criança. O Adriano disse que, então, pudesse matar quem estivesse na hora, crianças, homens e mulheres, e pudesse queimar os barracos porque achavam

que nós estávamos dentro dos barracos. Tem família, inclusive eu, que perdeu tudo. Eu cheguei ao lugar do meu barraco e encontrei os parafusos dos móveis.

E aí, por parte do Estado, essas famílias que perderam tudo receberam, cada uma, uma escova de dente e uma vassoura. E até hoje foi o que conseguimos receber por parte do Governo. Então, as famílias lá estão doentes.

Uma professora, psicóloga, da PUC de Minas Gerais, fez um trabalho que ajudou a aliviar um pouco, mas todas as famílias estão doentes. A maior parte toma remédio controlado. A vida daquelas famílias nunca mais foi a mesma.

E nós estamos lá, e ainda tem uma decisão judicial, que não foi expedida, que aquela área tem que voltar para Adriano Chafik.

O processo de desapropriação dela está parado na Vara Agrária Federal, com a Juíza Rosilene. Ela sentou em cima, depois de um decreto de 2009, do governo Lula. Estava tudo certo para sair a emissão de posse e não saiu. Ela sentou em cima da decisão e até hoje nada foi resolvido.

Então, trago aqui o apelo dessas famílias que, quando souberam que eu vinha para cá, disseram: "Olha, Eni, você fala lá para quem você encontrar, para as autoridades que nós somos gente e que estamos aqui e precisamos ser vistos, e que a Justiça tem que ser feita em prol de nós; que nós acreditamos que neste País ainda há gente honesta e gente que é capaz de lutar para que a Justiça seja feita; e que uma das formas de fazer justiça é colocar o Adriano atrás das grades, é indenizar as famílias e desapropriar essa área para que possamos criar nossos filhos sem ter que migrar para as grandes cidades e sem colocar nossos filhos para fazer parte do tráfico nas favelas." Porque, se não for feita justiça, é isso que vai acontecer. E se não for feito justiça também vai abrir um precedente para que outros massacres aconteçam no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais e em todo o País, porque é isso que vai dizer para os fazendeiros: "Podem matar, porque na há justiça."

Então, nós estamos aqui com esperança de que, dia 15 de novembro, o Adriano seja julgado e condenado. Então queremos trazer esse apelo – 15 de maio, desculpe.

Estamos aqui também dizendo que não estamos dispostos a sair daquela fazenda e que, no dia 15 de maio, com três a quatro mil sem terra, lá em Belo Horizonte, na Praça da Assembleia, vamos acompanhar o julgamento, e esperamos que a Justiça seja feita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Maria Gomes.

Realmente, o depoimento da Maria é muito real, muito verdadeiro, não é, Maria? Você presenciou e também é vítima desse grande massacre que não pode ficar impune. É por isso que estamos aqui, para oferecer a nossa contribuição nesse processo. Sabemos que a luta é longa, você já vem há muito tempo nessa luta, e que, nesse momento, a Comissão de Direitos Humanos também se coloca à disposição para contribuir para que, de fato, a justiça seja feita.

Concedo a palavra ao Felipe Russo Maciel, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Bom dia a todos os companheiros e companheiras. Bom dia! Saúdo a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita e agradeço a esta Casa, ao Deputado Nilmário Miranda também, que conseguiu articular para defender os direitos humanos, ao Deputado Federal Padre João, que está aí junto conosco nas peleias mineiras, e aos demais solidários a esta luta e aos que não são solidários e que estão nesta plateia, que levem o recado para Kátia Abreu e companhia limitada: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por mais que alguns falem que não é mais necessário reforma agrária, está mais vivo do que nunca.

Semeamos a semente do Acampamento Hugo Chávez este ano para mostrar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vai fazer valer a reforma agrária popular na lei ou na marra.

A fala da gente, somada à fala da Eni, é uma fala mais propositiva, no intuito de cobrar e exigir dos três Poderes medidas e encaminhamentos que se arrastam há mais de oito anos; do Poder Executivo, interessante que o Presidente Carlos Guedes de Guedes, nem a Érika Galvani Borges, que dizem, que colocam em todas as audiências para nós que Felisburgo é uma prioridade, não vieram a esta Casa neste dia de hoje. Isso, de certa forma, mostra certo descaso do Poder Executivo.

Gostaríamos de empenhar, solicitar a esta Casa que cobre agilidade do Incra nacional, da Superintendência Regional 06, do Superintendente Danilo, e também, representante do Incra, o nosso procurador Carlos Valadares, lá de Minas Gerais, que também tem sido peça chave, parecer contrário ao desenvolvimento da reforma agrária naquele Estado.

O caso de Felisburgo é um caso emblemático, um caso histórico, que também, se não houver uma medida por parte desta Casa, por parte do Governo, do Poder Executivo e do Judiciário, poderá levar a outros massacres em Minas Gerais.

O companheiro Afonso Henrique vai colocar com mais elementos técnicos, também, como o Poder Ju-

diciário se atrelou ao latifúndio, ao coronelismo. Na Vara Agrária estadual, em Minas Gerais, temos lá um juiz, chamado Dr. Octávio Almeida Neves, totalmente parcial – um juiz que emite reintegração de posse do gabinete, ao contrário do período de Felisburgo, em que o Dr. Renato Dresch e o Dr. Oswaldo iam a campo, visitavam o acampamento, visitavam as famílias. Nesse período, inclusive, conseguiram-se segurar vários despejos e favorecer o desenvolvimento da reforma agrária.

Desde que o Dr. Octávio assumiu a Vara Agrária estadual em Minas Gerais, ele diz que o Incra não é um balcão de negócios. Ele vai aos acampamentos quando há pedido de reintegração de posse e coloca que toda ocupação – na verdade ele não fala ocupação, fala invasão – é ilegal. Que juiz é esse? A quem ele está servindo?

Então, casos como o de Felisburgo, que também tem um pedido de reintegração de posse, mesmo a área sendo decretada em 2009, quando vários trabalhadores estiveram acampados aqui em Brasília, no Acampamento Nacional, em que o Presidente Lula assinou o decreto desapropriando aquela área, em função de crime ambiental, essa área também está com reintegração de posse. Então, com relação à Vara Agrária Federal, na pessoa da Juíza Drª Rosilene e do Dr. Octávio, cobramos desta Casa, o Senado, e do CNJ que nela interfiram, que façam valer a Justiça. Assim como o Lula, lá em Belo Horizonte, colocou que a Justiça fizesse justiça, então, a partir do dia 15 de maio, nós cobrarmos o Senado também que cobre que a Justiça faça justiça.

Outro elemento que comprova a parcialidade, a indisposição desse Juiz Octávio pela reforma agrária é que temos uma área, também no Município de Rio Pardo, terra devoluta, acampamento resistência. Quatro anos atrás também houve um massacre – terra devoluta. E, no dia 24 de abril, esse Juiz Dr. Octávio emitiu uma reintegração de posse arbitrária, com mandato de prevenção preventiva, inclusive para senhores e senhoras de 70 anos de idade, em dezembro de 2012. Essas famílias voltaram para a área, porque depois foi julgado e considerado totalmente arbitrário, e foi suspensa essa reintegração de posse.

Minas Gerais, hoje, vive num cenário de conflito, cenário em que Felisburgo se torna presente todos os dias de nossas vidas. Então, não é à toa que todas as famílias sem terra, acampadas e assentadas de Minas Gerais, a partir do dia 13 de maio, vão chegar em marcha, com várias representações de acampamentos e assentamentos e dos comitês de Felisburgo, os comitês que foram criados em todos os Estados, os comitês que foram criados em todos as regiões de Minas Gerais.

Então, no dia 15 de maio, Presidenta Dilma, se estiver ouvindo, e os outros Senadores, dia 15 de maio, Belo Horizonte vai ficar vermelha – vermelha, sim, do sangue dos trabalhadores, do sangue de Iraguiar, do sangue de Miguel, Francisco, Joaquim e Juvenal, porque tombaram cinco sem terra, mas nós seguimos em frente.

Gostaríamos que esta audiência não ficasse como várias audiências, mas que houvesse encaminhamentos; que o Poder Executivo agilize o processo de desapropriação da área, cobre do Governo estadual, do Governador Antonio Anastasia, que demarque as terras devolutas. Uma grande parte do acampamento Terra Prometida, da fazenda Nova Alegria, é terra pública. Exigimos que essa terra passe para o domínio do Incra. Há vários anos, temos isso tudo protocolado e colocado. Então, está na hora de o Governo de Minas Gerais também se posicionar e repassar essas terras para o Incra.

O segundo elemento é que gostaríamos que o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal agilizasse o processo que se encontra naquela Casa. O processo está parado desde 2009. Então, para que o Incra também possa trabalhar, é preciso que a Justiça faça valer. Assim, uma audiência no Supremo Tribunal Federal é necessária para pressionar nesse caso.

Outro aspecto: gostaríamos que o CNJ encaminhasse uma notificação, uma conversa, seja lá qual o termo, para que esse Octávio seja afastado da Vara Agrária estadual, uma Vara Agrária que tem que estar lá para resolver o problema dos trabalhadores! Nós não podemos ter outro condenador dos trabalhadores.

Recentemente, no Município de Olhos d´Água, região do norte de Minas, que se diz a nova rota do Incra do Brasil Sem Miséria, esse Juiz esteve lá e colocou que o Incra não é balcão de negócios. Colocou também que está ali para resolver o problema dos trabalhadores, mas, quando a gente lê os documentos, não tem nenhuma proposta de resolução.

Aí, representante do Incra, o nosso Procurador, Carlos Valadares, também tem sido um sujeito parcial. Nós temos sete áreas aguardando emissão de posse, fruto da luta. Inclusive, em janeiro, ocupamos o Incra por 18 dias. O Presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, nos recebeu aqui em Brasília colocando: "Vocês começaram as lutas antes da hora? Começaram a luta antes de abril?" E colocamos: "Começamos, Carlos, porque agora chega. Nós queremos resposta." E uma das respostas nós vamos ter hoje, às 14 horas, lá no Incra, sobre o caso de Minas Gerais. Temos sete áreas que só aguardam emissão de posse. Dessas sete áreas do processo, já foram pagas as TDAs, já foram pagas as benfeitorias, e o Procurador Carlos Valadares

ainda não mandou emitir a posse dessas áreas, áreas como Fortaleza de Santana, Fazenda Palermo, Fazenda Limeira, várias propriedades que também correm risco de ter conflito. Temos, também, mais dez áreas que aguardam definição técnica do Incra. Dessas dez áreas, as dez têm pedido de reintegração de posse.

(*Soa a campainha*.)

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Quero socializar aos companheiros que as famílias que estão lá, em Minas Gerais, acampadas, tomaram a definição política de resistir à tropa de choque, resistir ao Gate, e vão resistir porque a reforma agrária... Se for necessário derramar sangue, nós vamos derramar para fazer valer a justiça aos companheiros de Eldorado dos Carajás, aos companheiros de Felisburgo, ao companheiro Cícero, do Rio de Janeiro, e vários outros que tombaram este ano.

Então, Minas Gerais está aqui para denunciar e registrar, nesse espaço, que resistiremos a essa justiça que está tomando lado. Gostaríamos que a Justiça fizesse justiça. Tombaram cinco sem-terra, mas nós seguiremos em frente.

Tombaram cinco sem-terra.

(*Manifestação da plateia: "Mas nós seguimos em frente!"*)

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Tombaram cinco sem-terra.

(*Manifestação da plateia: "Mas nós seguimos em frente!"*)

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Tombaram cinco sem-terra.

(*Manifestação da plateia: "Mas nós seguimos em frente!"*)

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Felipe, pelas informações. É muito bom ter a presença de um dirigente nacional do Movimento Sem Terra aqui hoje, que possa, realmente, trazer essas informações, para que possamos tomar conhecimento desses dados, que, infelizmente, são muito fortes ainda no nosso meio.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, quero aqui anunciar a presença do nosso querido Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais, muito comprometido com esta luta; também do Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. Obrigada, Domingos Dutra, nosso grande companheiro. E o Nilmário Miranda, que é do PT de Minas Gerais. Então, nós contamos aqui com a presença de companheiros Parlamentares da Câmara Federal. Obrigada pela presença de vocês.

Concedo a palavra, agora, ao Josué Tomazi de Carvalho, Procurador Federal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), representando o Presidente, Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes.

O SR. JOSUÉ TOMAZI DE CARVALHO – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite à Exma Senadora Ana Rita. Cumprimento os ilustres participantes desta Mesa e todos aqueles que estão aqui participando desta audiência pública, porque têm um compromisso com o fim da cultura da impunidade.

Eu gostaria de pontuar que esse caso, infelizmente, é sintomático, ele simplesmente revela algo que está subjacente na história e no tecido social do País em que nós vivemos. É um caso que mostra mais uma situação de violência, de covardia e de impunidade. Contra essa situação, contra essa cultura, é um alívio perceber que existem vários líderes políticos, vários líderes sociais e, também, membros do Ministério Público comprometidos com a alteração desse estado de coisas. Isso realmente é algo que nos revigora a nossa motivação e a nossa esperança de uma mudança substancial em relação a isso, e que comece pelo caso de Felisburgo.

Da parte do Incra, o que posso mencionar desse caso, talvez, com um pouco mais de propriedade é em relação à perspectiva jurídico-processual, quanto à desapropriação e ao seu desfecho parcial até o momento. Como já foi mencionado aqui, parte da área dessa fazenda Nova Alegria é uma área devoluta estadual, isso já foi reconhecido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A fazenda tem um total de 1.262 hectares – é a informação que tenho – e pelo menos 515 hectares são área devoluta estadual, isso já foi reconhecido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Com o conflito, com a tensão social existente e, infelizmente, após o massacre de Felisburgo, assim conhecido, o Incra ajuizou uma ação de desapropriação. Os pressupostos dessa ação de desapropriação foram o descumprimento da função social em duas perspectivas, infelizmente, ainda, cujo reconhecimento é inusual: perspectiva ambiental e do bem-estar dos trabalhadores. O próprio massacre serviu para fundamentar a edição de decreto presidencial nesse particular.

Então, essa situação de violência ainda é uma situação simbolicamente muito eloquente, na qual o próprio proprietário é acusado diretamente de ter... Normalmente esses crimes são cometidos através de contratados, de terceiros, normalmente há um mandante oculto na história, mas, esse caso parece que não foi bem assim. Isso torna a situação ainda mais simbólica. Esse é um caso de que o Dr. Sergio, atual Procurador Chefe do Incra, me incumbiu, como Coordenador Nacional do Contencioso Judicial; ele mencionou: "Esse é o caso simbolicamente e factualmente mais impor-

tante que nós temos nesse sentido." A solução dele é de uma relevância, tanto própria, direta, como simbólica, única, e nós estamos comprometidos com isso.

Mas, infelizmente, não temos um terreno tranquilo no campo jurídico-processual, como em tantos outros casos. Os proprietários, ao saberem do processo administrativo que tramitava, entraram com uma ação ordinária, buscando suspender esse processo administrativo de desapropriação e, inclusive, obtiveram uma liminar para tanto. Essa liminar foi questionada pelo Incra, em recurso próprio, mas, infelizmente, foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Por causa de uma medida cautelar em que o Incra teve sucesso, o Incra pôde, enfim, ajuizar ação de desapropriação. Infelizmente, a emissão de posse também foi obstada pelo Judiciário. O Incra também interpôs recurso. Infelizmente, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região confirmou a decisão de primeiro grau, obstando, assim, o prosseguimento da tramitação dessa desapropriação. Essas discussões estão tramitando ainda no Superior Tribunal de Justiça e agora, recentemente, semana passada, um dos nossos recursos, um recurso extraordinário, em face de uma decisão do STJ, foi admitido pela Vice-Presidência do STJ e será encaminhado ao STF.

Enfim, parece que é uma guerra de trincheiras nos tribunais para haver algum avanço nesse tipo de situação. Digo isso porque os tribunais, de alguma forma, refletem uma cultura de máxima garantia do direito de propriedade no Brasil. Isso realmente subjaz a uma situação dessas que, a cada passo, recebe o correspondente obstáculo. Ao invés de termos uma cultura de valorização da vida, de valorização da dignidade humana, da possibilidade do trabalho, temos uma realidade, nos tribunais, de máxima garantia ao direito de propriedade. Infelizmente, é o direito que pauta a relação do homem com a terra no Brasil. É o direito máximo e aquele que se sobrepõe, na prática, a todos os demais, embora não seja essa a vontade política revelada pela nossa Constituição. Temos, infelizmente, uma prática, uma jurisprudência que é reveladora nesse sentido, de que há, sim, um escalonamento culturalmente definido em que direito e propriedade acabam sendo privilegiados, enquanto que o bem vida, o bem dignidade, muito superior ao bem patrimônio, material, muitas vezes é negligenciado ou deixado de lado, quando um concorre com o outro.

Nós estamos monitorando todos esses processos, todos esses recursos diariamente. Faremos, inclusive, um monitoramento da atividade dos colegas que estão na ponta – eu tenho feito esse diálogo constante com eles – e os senhores podem ter o nosso compromisso de que, no plano jurídico-processual, a atenção ao caso não será minimizada. Esse é um caso realmente considerado relevantíssimo e terá, da nossa parte, total atenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ TOMAZI DE CARVALHO – Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSUÉ TOMAZI DE CARVALHO – Mais cinco minutos? O.k.

Como eu falei, a questão do reconhecimento de terra pública, terra devoluta, é uma parte da propriedade. A outra parte, uma fração maior, depende realmente da desapropriação. Essa questão, infelizmente, depende do desfecho da desapropriação para fins de reforma agrária, que está ajuizada e com a tramitação suspensa por essa decisão do juiz de primeiro grau, confirmada pelo tribunal.

Nós temos agora uma perspectiva, com algumas novas decisões dos tribunais, de reverter essa situação. Mas é um futuro incerto. Infelizmente, é uma justiça que corre o risco de não chegar no tempo oportuno que se espera de uma resposta razoável da Justiça.

Agora, da nossa parte, vocês podem ter o meu compromisso pessoal no sentido de que essa será uma questão de prioridade máxima dentro da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra, aqui na sede. Nossa interlocução com os colegas, tanto da Procuradoria Federal, em Minas Gerais, quanto da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra de Minas Gerais, será permanente e muito cuidadosa. Inclusive, quanto a essas questões com o Dr. Valadares, o senhor pode ter a garantia de que entrarei em contato com ele ainda esta semana para tratar do assunto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Josué Tomazi de Carvalho, Procurador Federal do Incra, que está aqui representando o nosso Presidente, Carlos Mário Guedes de Guedes.

Dr. Josué, com certeza, o Incra tem um papel fundamental. Assim, esperamos que, de fato, o seu compromisso com esse movimento, com essa luta, e, particularmente, no encaminhamento dessas questões levantadas hoje, possa ser uma prioridade do próprio Incra.

Quero aproveitar para fazer o registro da presença do Senador Roberto Requião, pelo PMDB do Estado do Paraná.

Obrigado, Senador Roberto Requião, que é membro desta Comissão de Direitos Humanos.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, gostaria de fazer um pedido, porque esta Comissão de Direitos Humanos se propõe, ao final desta audiência pública, a fazer alguns encaminhamentos.

Solicito aos colegas Parlamentares que aqui estão, tanto Deputados quanto Senadores, que nos ajudem a propor os encaminhamentos, pois isso vai facilitar-nos bastante.

Então, concedo a palavra ao Sr. Ailson Silveira Machado, Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Bom dia a todos. Estou aqui representando o nosso Ouvidor da Secretaria de Direitos Humanos, Bruno Teixeira, que está em compromisso com a Ministra Maria do Rosário.

Quero cumprimentar, primeiramente, Maria Gomes Soares, uma vítima do massacre de Felisburgo; Felipe Russo Maciel, Coordenador Nacional do MST; a Senadora Ana Rita; o nosso Procurador incansável, defensor dos direitos humanos, Afonso Henrique de Miranda, aqui presente; o Josué Carvalho, Procurador do Incra; Deputado Nilmário Miranda, o maior defensor de direitos humanos deste País; Deputado Domingos Dutra; Senador Roberto Requião; Padre João.

Primeiramente, Deputados, Senadores, nesse massacre de Felisburgo teve grave violação de direitos humanos. Esse massacre aconteceu na mesma semana em que fui convidado a trabalhar com o então Ministro Nilmário no Direitos Humanos. Houve inicialmente cinco assassinatos, 15 feridos e diversas queimaduras, inclusive em crianças. Houve uma de 7 anos que teve graves queimaduras. Foi de uma gravidade imensa.

Nós acompanhamos esse caso, no julgamento do *habeas corpus* feito aqui, e considero esse caso uma das maiores violações de direitos humanos ocorridas no País, pela gravidade da situação. Foram todos os barracos queimados. O pessoal não teve qualquer direito de defesa, e, infelizmente, a impunidade dos mandantes e dos que executaram essa barbárie continua até hoje.

Inclusive, o Brasil foi denunciado na OEA pela violação desses direitos humanos, e esperamos que agora, no dia 15 de maio, possa fazer-se justiça a esses trabalhadores, condenando os mandantes e executores desse bárbaro crime contra a humanidade.

Gostaria também de salientar que a Ministra Maria do Rosário e o nosso Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Bruno Teixeira, têm feito um trabalho no sentido de conseguir, de pedir e solicitar à Justiça que não haja tanta impunidade no campo.

No Pará, por exemplo, temos em torno de mais de duzentos assassinatos, e somente foram julgados em torno de cinco casos. É muito grave a impunidade que ocorre neste País. Também – estamos vendo aqui o Deputado Domingos Dutra – a parte dos Quilombolas, no Maranhão, e outros casos de violência que têm acontecido neste País. Principalmente no caso de Minas Gerais, as reintegrações de posse, relatadas pelo nosso Coordenador do MST, são muito graves. Nós temos de mediar os conflitos, procurar agir na área social e principalmente evitar a violência no campo.

A Secretaria de Direitos Humanos, através da Ministra Maria do Rosário, vai estar sempre junto aos trabalhadores para evitar que se violem os direitos deles. No dia 15 de maio, estaremos presentes no julgamento do caso do massacre de Felisburgo. Esperamos que a justiça seja feita, que seja feito um julgamento justo e que a justiça possa agilizar os processos de reforma agrária, a fim de que se evite mais violência.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Ailson Silveira Machado, pela sua presença, também representando a Ministra Maria do Rosário. Com certeza, a Secretaria de Direitos Humanos vai acompanhar de perto esse julgamento.

Concedo agora a palavra ao Dr. Afonso Henrique de Miranda, Procurador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar agradeço à Senadora Ana Rita pela oportunidade de estarmos aqui para discutir um tema tão relevante, com tantas vertentes, na área de conflitos agrários no Brasil. Parabenizo esta Comissão pela abertura desse espaço para essa discussão e, em especial, pelos encaminhamentos que, decerto, daqui sairão. Cumprimento todos os trabalhadores rurais que aqui se encontram, especialmente a Eni, que conheço desde que este conflito eclodiu, em 2002. Estivemos, ao longo desta caminhada pela justiça, em Felisburgo, juntos durante esse tempo todo. Cumprimento o dirigente nacional Russo, todos os trabalhadores rurais presentes. Um especial abraço ao Deputado Nilmário Miranda, que, na época, como Ministro de Estado, esteve no dia seguinte a essas bárbaras tentativas de homicídios em Felisburgo – nós estivemos lá –; ao Deputado Padre João, de Minas Gerais, um companheiro incansável na luta pela reforma agrária; ao Deputado Domingos Dutra; e a uma referência nacional de defesa da reforma agrária e dos direitos humanos dos trabalhadores rurais, que é, com certeza, o nosso Senador Roberto Requião; também ao nosso Procurador da AGU, Dr. Tomazi, e ao companheiro da Secretaria de Direitos Humanos, Dr. Ailson Silveira Machado.

Esse caso de Felisburgo é emblemático, porque ele apresenta praticamente todas as vertentes que identificamos nos chamados conflitos agrários fundiários no Brasil, primeiro por se tratar de terra pública. Esta terra pública gera um conflito agrário caracteri-

zado por uma ocupação coletiva, um conflito coletivo pela posse da terra rural, quanto ao qual preconiza o art. 126 da Constituição Federal.

Ele traz uma essência, uma substância, um conteúdo extremo de violência no campo, que foram os assassinatos e as tentativas de homicídios, e também verte duas posições de atuação jurisdicional muito bem demarcadas. Uma ação do Poder Judiciário estadual, uma ação muito importante, muito louvável, por parte da Justiça estadual de Minas Gerais e, infelizmente, uma atuação da Justiça Federal que não deixa com que a aquisição dessa terra via desapropriação para fins de reforma agrária tenha sua continuidade com a emissão de posse do Incra no imóvel.

Em primeiro lugar, terra pública. Essa ocupação ocorreu com trabalhadores rurais, denunciando a ocupação de terras públicas – e aqui a palavra correta não é ocupação, mas invasão de território público – por particulares. Eles denunciam isso e, em razão dessa dos trabalhadores rurais, há uma movimentação do Poder Executivo estadual, com a propositura de uma ação discriminatória; ação esta julgada procedente e com trânsito em julgado. Quinhentos e quinze hectares, pelo menos, dessa área já foram reconhecidos através da decisão da Justiça estadual, confirmada.

Em segundo lugar, esse conflito agrário, na verdade, acaba sendo minimizado por esse reconhecimento da dominialidade pública dessa área, mas, ao mesmo tempo, ele é qualificado por essa terceira vertente, que é terrível, que se coloca no âmbito dos homicídios lá praticados.

Essa barbárie chamada massacre de Felisburgo já era anunciada, diga-se, como é anunciada em todo o Brasil. A violência contra trabalhadores rurais se tornou usual. O trabalhador rural pode morrer, afinal, "esses infames, esses bárbaros precisam até ser mortos e servir de exemplo para que os outros bárbaros não cometam a infâmia de lutar por dignidade, de lutar por moradia, de lutar por trabalho, de denunciar a grilagem".

E essa violência ocorre nos três níveis de Poder, porque não há desapropriação, não há política de reforma agrária. Não há, evidentemente, votação de uma PEC como a que temos aqui, a PEC do trabalho escravo, no âmbito do Legislativo – um exemplo –, e, no âmbito do Judiciário... E aqui vou abrir um parêntese para tratar da questão atual de Minas Gerais, da Vara Agrária de lá.

Muito bem. Quanto à violência de Felisburgo – e eu e o Nilmário estávamos lá naquele mesmo dia –, já partimos para a apuração desse caso, apontando o que os trabalhadores rurais já denunciavam publicamente, que seriam mortos – e foram!

Fizemos toda uma apuração. Acompanhei esse inquérito. Eu sou Procurador de Justiça; não mais Promotor. Trabalhamos toda a fase de procedimento de apuração na área da instrução criminal. Eu, Procurador, pessoalmente, estive lá para ouvir cerca de oitenta testemunhas em Jequitinhonha. Conseguimos a pronúncia, que é a primeira decisão que manda ir a júri. Confirmamos essa pronúncia, lutamos pelo desaforamento, pois sabíamos, tínhamos a certeza de que, se esse caso fosse julgado em Jequitinhonha, eles ganhariam de 7 a 0, sem o advogado falar uma palavra em defesa dos réus.

Finalmente, o julgamento foi desaforado para Belo Horizonte. Aqui, quero também abrir um parêntese, para dizer que a Justiça de Minas Gerais foi tão importante e significativa na área cível, com a discriminatória, com a suspensão das reintegrações, como também no sentido de desaforar esse feito para Belo Horizonte. É um dever que tenho de registrar que esse processo não demorou. É porque são vários os instrumentos de atraso proporcionados por defesa, com divisões e desmembramentos de processos, e a nossa luta toda, no sentido de conduzir esses julgamentos para Belo Horizonte.

E assim teremos o júri de agora, dia 15. Espero que a defesa esteja pronta para enfrentar o Ministério Público e esteja lá, para que este julgamento se dê neste dia. Não esperamos nenhuma espécie de tentativa de inviabilização desse julgamento.

O povo brasileiro precisa julgar esse caso, como precisa julgar outros casos atentatórios de direitos humanos. O Ministério Público vai estar lá, firme. A defesa sabe disso! Estaremos firmes e temos substância para que esse corpo de jurados faça justiça nesse caso. A única justiça que pode ser feita nesse caso é a condenação com todas as qualificadoras inclusive. Não são só cinco mortos; são mais 12 tentativas de homicídio.

Bem, essa Justiça caminha, infelizmente, para uma demora na expedição do decreto de desapropriação. Cobramos isso muito. Ainda, com essa demora, depois vem a Justiça Federal. Através de decisões, elas praticamente inviabilizaram, até o momento, a emissão da posse, como bem colocado aqui pelo nosso Procurador Federal.

Bem, dia 15 é o dia em que nós, que defendemos a reforma agrária, precisamos estar lá, para mostrar o quanto a sociedade brasileira quer e deseja que a justiça se faça neste caso. Estaremos firmes lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Agora, essa questão de violência, de injustiça, evidentemente, não vai ser resolvida apenas nesse caso de Felisburgo.

Por que tivemos uma judicatura boa na esfera estadual, que garantia a esses trabalhadores, inclusive, o reconhecimento por ser terra pública? Por que tivemos essa Justiça propositiva lá? Porque lá tínhamos uma Vara Agrária, um Ministério Público, que foi criado por nós antes mesmo da Vara Agrária, e está lá presente, numa linha de coerência, que se chama função social da propriedade. E nós tivemos, então, essas vitórias, com alteração, inclusive, proporcionada no CPC, com um projeto do Deputado Domingos Dutra, que é a intervenção do Ministério Público nos conflitos coletivos pela posse da terra rural.

Estivemos sempre presentes, trabalhando a função social, com juízes exemplares, fazendo um trabalho constitucional, como foi no caso de Felisburgo.

Atualmente, em Minas Gerais, temos uma judicatura totalmente afastada dos postulados de Direito Agrário, das próprias determinações do próprio Tribunal de Justiça, que determina que o juiz vá ao local, inspecione e esteja presente lá. Isso levou, em razão até de determinadas decisões, uma delas citada aqui pelo Russo, com desocupação de trabalhadores rurais, pobres, frágeis, no dia 24 de dezembro deste ano passado, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, efetivamente por este Procurador e o Promotor de Conflitos Agrários, o Deputado Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o nobre Deputado Durval Ângelo, e a Defensora Pública Ana Cláudia, a ingressarem com uma representação disciplinar no CNJ, em face do atual juiz agrário e da sua judicatura, que, no nosso entendimento, é uma judicatura incompatível com a de um juiz agrário – um juiz que já diz antecipadamente que as ocupações, as invasões são todas ilegais se não precedidas de procedimento do Incra.

Ora, se elas são todas ilegais, se elas são todas violadoras de normas, o que esse juiz está fazendo nessa Vara? Apenas despachando, determinando liminares de lá, retirando trabalhadores rurais que entendemos exercem uma atividade cívica de direitos fundamentais, de luta por direitos fundamentais e, por isso, não podem, inclusive, serem penalizados criminalmente? Se elas são todas ilegais, o que leva um juiz a receber um salário de juiz, a se deslocar com diárias, para apenas chegar, ao final de cada trabalho desse, e emitir uma decisão que vai retirar de lá trabalhadores rurais, determinando, inclusive, que as decisões dele não devem passar por planejamentos?

O grande trabalho que o Governador Requião fez, quando chegou ao Governo do Estado do Paraná foi no sentido de que fossem humanizadas as reintegrações de posse – uma referência para todos nós, Senador, em todo o Brasil.

Ele disse que a decisão dele não é condicionada a nada, a planejamentos... Planejamentos que, inclusive, foram incorporados pelo CNJ.

Então, nestes dois minutos finais, gostaria de encaminhar alguma coisa que poderia se dar no campo das sugestões de encaminhamento por parte desta Comissão.

Em primeiro lugar, o Poder Executivo Federal está sendo obstado de realizar a Justiça social neste caso e afastar o conflito agrário que tem a maior gravidade de consequência hoje no Brasil.

Pela linha da desapropriação, pela linha da Lei nº 8.629, que faça a desapropriação por interesse geral da Lei nº 4.132, de 1962. Essa desapropriação é um ato de império do Poder Executivo e que não vai ficar condicionada a qualquer avaliação de produtividade, de violação de meio ambiente, de maneira que essa desapropriação, por ser um caso emblemático, seja determinada de plano, efetuada de plano pelo Governo Federal.

Não se pode nem pensar em retirar esses trabalhadores dessa terra! E num País em que se constrói essa quantidade de estádios para um evento de uma organização internacional privada de futebol!

Segundo, que esta Comissão se dirija ao CNJ para cobrar posturas firmes desse nobre egrégio Conselho Nacional, para que tenhamos uma judicatura imparcial, uma judicatura agrária como preconiza nossa Constituição Federal, em especial no art. 126, para fazer valer o princípio da função social da propriedade.

Com isso, Senadores e todos os presentes, nós também vamos pegar isso aqui e projetar um futuro para nós. Esse futuro passa necessariamente por um compromisso do Governo de assumir, em cada situação desta, Russo, em cada situação em que está sendo obstado o Governo de atuar numa área social importante, como é a questão da reforma agrária no País, que a desapropriação seja feita pela Lei nº 4.132 – e há julgado já do STF assim possibilitando.

Ao mesmo tempo, possibilitarmos que os senhores, que não são sujeitos de direito de nada, só são os demônios da mídia, tenham acesso e o direito a uma Justiça digna, uma Justiça voltada para os postulados constitucionais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Afonso Henrique de Miranda, Procurador do Ministério Publico do Estado de Minas Gerais.

Eu quero aqui registrar a presença do Deputado Federal Padre Ton, do PT de Rondônia, que está aqui conosco.

Eu vou conceder a palavra aos nossos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores.

O Deputado Nilmário pediu a palavra, primeiro. Depois, em seguida... Pode ser assim, Senador Requião? É possível ou o senhor tem...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sem problemas. É que ele havia pedido há bastante tempo, inclusive já tinha encaminhado uma solicitação por escrito.

Então, eu passo a palavra ao Deputado Nilmário Miranda; em seguida, ao Senador Requião; e, depois, ao Deputado Padre João.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (PT – MG) – Senadora Ana Rita, quero parabenizá-la pela audiência e também agradecer ao Senador Requião. Senador, desculpe-me por eu não ter passado a vez imediatamente ao senhor, mas eu tenho uma viagem logo. Por isso, peço-lhe desculpas por não ter cedido imediatamente, pela natural precedência que o senhor tem.

Quero cumprimentar também os meus colegas Deputados Domingos Dutra, Padre João e Padre Ton e todos os ilustres que estão na Mesa, prestando sua contribuição, especialmente a Eni, Maria Gomes Soares, que é sobrevivente; o Felipe Russo Maciel; o Dr. Afonso Miranda – não somos parentes, mas somos irmãos de compromisso; o Ailson Machado, que é do Vale de Jequitinhonha também, de Berilo; o Dr. Josué, que eu não conhecia; e todos que estão aqui assistindo.

Eu acho que o Dr. Afonso já falou, Senadora Ana Rita, as duas questões centrais. Uma é pedir ao Executivo, ao Carlos Guedes, que faça pela Lei nº 4.132, que é a compra. Aí não tem como ser obstado pela Justiça. E outra é pedir ao CNJ que tome providências em Minas. Não pode a Justiça Federal ser uma Justiça contrária aos trabalhadores, ao seu povo. É muito parcial, é uma forma muito manifesta, reiterada. São as duas questões centrais.

Nós, aqui, somos da Frente Parlamentar de Direitos Humanos. Infelizmente, a nossa Comissão de Direitos Humanos foi usurpada por um grupo de fundamentalistas, numa manobra que esvaziou a Comissão. Ontem, tivemos uma cena esdrúxula. A Comissão de Direitos Humanos, que deveria estar cuidando disso, não pôde sequer se reunir, porque o Presidente da Casa, Deputado Henrique Alves, suspendeu a realização da reunião porque ele ia tratar do tema chamado "Cura Gay", que ia rever uma decisão do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu os profissionais de tratar *gay* como se fosse perversão, doença ou distúrbio. Isso em 1999. Havia um projeto para reverter isso.

E quando suspendeu, no mesmo momento a Frente Parlamentar estava reunida tratando do trabalho infantil, das piores formas do trabalho infantil. Havia muitos Deputados, a Casa estava cheia. Quer dizer, onde deveria estar acontecendo não aconteceu. Por isso, na terça-feira, Senadores, Senador Requião, nós da Frente Parlamentar faremos um ato público, porque, como não temos a Comissão de Direitos Humanos, vamos fazer um ato. Nós convidamos pessoas sobreviventes do massacre, dois para estarem presentes e fazerem o relato, tal como a Eni fez aqui, a companheira Maria Gomes Soares.

A Ministra Maria do Rosário estará presente, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Deputado Pepe Vargas. E a Senadora Ana Rita e o Senador Requião são nossos convidados. É um ato que será na véspera do julgamento. E é importante que seja na véspera. E o de hoje também é muito importante, porque é preciso chegar a Minas Gerais que isso não é um problema local, é um problema nacional, internacional. É um problema universal. A gravidade das violações ali levaram a esse *status*, digamos assim, de universalidade a esse massacre de Felisburgo, por tudo que já foi dito aqui e que não vou repetir.

Nós também, pelo CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, formamos uma delegação para estar presente ao julgamento, no dia 15. E a Frente Parlamentar designou o Deputado Domingos Dutra, que é ex-Presidente da Comissão, quando era Comissão de Direitos Humanos, antes da usurpação, para lá estar; eu também estarei, assim como a Deputada Margarida Salomão, o Deputado Padre João, acompanhando o julgamento.

É importante que estejam presentes aqui o Senador do Paraná, o Deputado de Rondônia, do Maranhão, a Senadora do Espírito Santo, Senadora Ana Rita, que preside esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu estarei presente, estarei representando a Comissão.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (PT – MG) – Para mostrar que é uma questão que afeta o País, que afeta a comunidade internacional, chegou à OEA.

Todos os movimentos de direitos humanos do mundo inteiro acompanham esse julgamento com muito interesse.

O mínimo que pode acontecer agora é a justiça, a condenação dos criminosos assumidos e réu confesso, que comandou pessoalmente o massacre.

Acho que a justiça só se completa se enfrentarmos a questão da posse definitiva da terra pelos que nela moram, produzem.

Há um dado importante, Senadora: quando eles ganharam uma sepultura digna no cemitério local, eu fui ao mercado, e 80%, Senador Requião – é uma pequena cidade do Vale do Jequitinhonha, uma cidade rural –, 80% dos alimentos produzidos no Município saem dos dois acampamentos, assentamentos de re-

forma agrária, os outros 20% vêm da Ceasa, a 300km de distância. Ou seja, só quem produz alimentos no Município é o Movimento dos Sem Terra. Os demais, só gado, de pessoas que não moram no Município e que lá vão de vez em quando. É importante isso também, para mostrar a função social da propriedade de forma concreta.

Juiz que não vê isso é porque não quer ver. Não vê porque não quer ver. Ele quer tomar uma decisão contrária ao espírito da Constituição, que coloca a função social da propriedade acima do seu caráter privado. E o direito à vida devia sempre estar acima do direito de propriedade. Infelizmente, para muitos juízes...

Há um caso que a senhora citou de uma juíza federal que declinou do dever de julgar o caso de Unaí e devolveu para a comarca onde seriam certamente absolvidos os mandantes e assassinos, no caso de Unaí. Juiz que não quer julgar, que declina do seu dever número um, ou juiz que interpreta ao seu modo, parcial, comprometido com interesses econômicos, a Constituição, eu acho que não merece ser juiz. Juiz tem que ter a imparcialidade, tem que examinar todos... E ali isso não acontece, hoje, na Justiça Federal.

Reitero também que a posição do Ministério Público tem sido exemplar, da Justiça mineira também, que cumpriu o seu papel. Hoje o foco está, digamos, na Justiça Federal.

Para concluir, por fim, acho que também a indenização às pessoas. O Dr. Afonso não falou nisso aí. Não vi como realmente... Desculpe-me por perguntar ao senhor, mas gostaria... Mas não ficarei para a resposta, porque tenho uma viagem daqui a pouco. Eu tenho que pegar um voo ao meio-dia; então, tenho que sair.

Mas, Senadora, parabéns!

E aos companheiros que lutam pela terra, pela dignidade, pelos direitos humanos, também um abraço fraterno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Deputado Nilmário Miranda, obrigada pela sua presença. Sabemos da sua luta em defesa dos direitos humanos no País. Eu o conheci alguns anos atrás nessa luta e continua até hoje.

Então, obrigada pela sua presença.

Quero dizer que esta Comissão estará sempre aberta para receber os nossos colegas Parlamentares, Deputados Federais e Deputadas Federais, para participarem aqui dos diversos temas, dos diversos debates.

Então, agradecemos muito a presença de vocês.

Eu concedo agora a palavra ao nosso colega, Senador Requião, do PMDB do Paraná, membro desta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, de uma forma bem objetiva, eu quero consolidar algumas propostas. A primeira, do nosso Procurador: uma representação da Comissão ao CNJ, que deve ser bem elaborada, com auxílio da Consultoria do Senado.

Em segundo lugar, que a Comissão de Direitos Humanos do Senado se faça presente no julgamento do dia 15, com o maior número possível de membros.

Em terceiro lugar, que a televisão do Senado esteja no julgamento, para que se dê a publicidade que a mídia tradicional não dará.

Em quarto lugar, que a Mesa da Comissão de Direitos Humanos redija um texto explicativo do que aconteceu na chacina que nós estamos abordando e que esse texto seja distribuído aos 81 Senadores do Senado da República.

Eu acho que, no momento, é o que nós poderemos fazer. Dar publicidade e, com a presença, de certa forma induzir à seriedade do julgamento e, com a presença da televisão, tornar público o que não será possível de outra forma.

São as propostas que eu pretendia consolidar.

E essa representação ao CNJ deve ser feita com a participação do nosso Procurador, não é? Vamos elaborar um texto e uma proposta bem consequente.

Era isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Requião.

São propostas bastante concretas e viáveis, possíveis de serem feitas com muita tranquilidade. Então, nós vamos encaminhar isso sim.

Concedo agora a palavra ao Deputado Federal...

Sim?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – V. Exª tem a vantagem de que o Plenário dos Senadores na Comissão, hoje, sou eu, e eu já aprovei as propostas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Deputado Federal Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – Primeiro, quero parabenizar a Senadora pela iniciativa; saudar também todos os que compõem a Mesa: o Russo, a Maria Gomes, o Dr. Afonso Henrique, que tem sido esse grande parceiro também lá na Comissão de Direitos Humanos, e também ao Dr. Ailson da Silveira e ao Josué, nossa saudação, externando também a nossa sempre esperança e renovando essa esperança no Incra.

Quero agradecer aqui também o encaminhamento do Senador, que acho foi bem objetivo e preciso mesmo nessas ações agora, próximas. Isso é muito importante. Então, elas serão bem-vindas mesmo – e bem idas – a Minas Gerais nesse momento importante para todo o Brasil.

Acho que, com essa força-tarefa aqui colocada, temos que dar uma guinada nesse processo!

Celebramos, agora, 17 anos, por exemplo, de Carajás – uma impunidade! A situação, até hoje, do assassinato da Irmã Dorothy, também está solto o assassino. Reverter essa situação de impunidade é urgente, é indispensável mesmo! Então, ficamos felizes com esses encaminhamentos feitos aqui pelo Senador.

Um ponto que eu queria também destacar é um apelo à nossa Ministra Maria do Rosário, para que ela faça um pronunciamento oficial, naquela hora de A Voz do Brasil, do Governo, de fato. Acho que, se ela pudesse fazer esse apelo daqui, Senadora, a própria Ministra Maria do Rosário, porque é um espaço importante. Talvez, na véspera do dia 14, poderia haver um pronunciamento, naquele momento do Executivo, que fosse destinado a isso – pelo menos, é este o apelo.

Também, na Câmara, poderíamos fazer uma força-tarefa, na véspera do dia 14, uma vez que, no dia 15, é importante estarmos lá, apesar de que eu gostaria de estar lá também nos dias 13 e 14. Mas, talvez no dia 14, aqui, poderíamos fazer essa força-tarefa, e todos os Deputados que ocupassem a tribuna da Câmara, que estivéssemos subsidiando esses Deputados para que se manifestassem em relação à chacina. Outro ponto é a presença, de fato, que já tínhamos...

Então, agora, já começamos a repetir os encaminhamentos, em relação a esta semana e à semana que vem. Mas outras ações importantes, em relação, Senadora, ao subsídio da parcialidade da Vara Agrária, não faltam. Acho que temos vários relatórios de audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos.

E destaco, aqui, a importância do Deputado Durval Ângelo, também histórico Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que acompanhou também, passo a passo, não só esse caso, mas tantos outros casos, em que se destaca esta total parcialidade dos juízes e da juíza também, que acho que agora também está meio afastada, no Triângulo, são várias situações. Então, essa denúncia junto ao CNJ é muito importante.

E, em relação a um trabalho mais estruturante, acho que são duas coisas: a primeira é a obtenção dessa terra como de interesse social. Isso é muito importante, porque amplia toda a área. Já existe uma área que é garantida, em torno de 500 hectares, por serem terras devolutas, e toma toda essa área pela Lei nº 4.132; então, é reforçar isto.

Mas, quanto ao Incra, é muito importante que o Incra formalize também o interesse por tantas outras áreas, aproveitando o momento para ter um trabalho de prevenção, porque temos tantos outros conflitos em terras devolutas, em que o Governo do Estado está priorizando essas terras devolutas para as empresas mineradoras e as empresas do eucalipto, inclusive mudando a nossa Constituição Federal. Pela Constituição mineira, o Governo só pode repassar num limite de 250 hectares, é o máximo que pode repassar, onde já exista uma família ocupante. Então, não pode repassar essas terras devolutas.

E a PEC que está na Câmara dá um salto de 250 hectares para 2.500 hectares – 2.500 hectares! Ou seja, com clareza, é um desrespeito, muda a Constituição, no aspecto do limite, desrespeitando a Constituição, quando a Constituição Federal é muito clara e prioriza que essas terras devolutas devem ser destinadas para a reforma agrária, e não para as empresas de eucalipto e de mineração. E os trabalhadores dessas áreas, aos milhares e milhares, ficam seis meses longe das suas famílias, porque têm que ir para São Paulo ou para o Triângulo, para o sul de Minas, nas épocas das colheitas, sendo que há terra e que eles já provaram a competência de lidar com a terra, mesmo as que estão no semiárido, e conseguem ter renda.

Então, que o Incra também manifeste formalmente o interesse, apresente ao Governo do Estado o seu interesse por essas terras, para viabilizar a reforma agrária. Então, acho que, quanto a esse aspecto, também é muito importante a manifestação do Incra, como também essa desapropriação pela Lei nº 4.132.

Então, quero agradecer à Senadora. Mais uma vez, digo que o apoio dos movimentos, dos familiares é muito importante, a nossa solidariedade e o empenho, mas não posso deixar, ao concluir, Senadora, de dar o testemunho do trabalho do Afonso Henrique, que tem sido um missionário de fato – um missionário – doando a sua vida dia, noite, fim de semana, muito, muito além do que a lei, do que o próprio compromisso formal. Ele vai muito além. Então, quero dar esse testemunho e agradecer.

Não fosse o seu empenho, não teria acontecido desaforamento, muitas questões ali já estariam no mesmo caminho de Carajás, de tantas outras chacinas que nós tivemos neste País. Estariam no mesmo caminho, não fosse o seu zelo, a sua dedicação integral nesse processo.

Só o seu trabalho, Afonso, é que nos dá agora essa esperança de que este 15 de maio será diferente de tantos outros. Com todo o respeito aos movimentos sociais e tudo, mas o trabalho, o empenho pessoal é de se destacar.

Então, quero agradecer e nós estamos com muita esperança de que este 15 de maio será diferente para nós.

Obrigado, Senadora, e parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputado Padre João.

Eu concedo agora a palavra ao Deputado Padre Ton.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a Senadora e a Comissão de Direitos Humanos do Senado, que pela segunda vez está sendo um espaço, já que nós na Câmara perdemos a Comissão. E perdeu – não é uma questão de que os evangélicos usurparam – porque o PT, o PMDB, o PSDB, grandes partidos acabaram achando que a Comissão não era importante. E é uma Comissão muito importante e muito política, e a gente vê o trabalho importante dela.

E é muito importante a presença do povo aqui dentro, de vocês, porque somos poucos. Nós somos poucos, homens e mulheres em defesa da reforma agrária, contra a impunidade.

Eu faço parte da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas na Câmara dos Deputados, e também a gente faz parte do Núcleo Agrário do PT.

E é muito importante a presença de vocês aqui para pressionar o Senado e a Câmara para que os partidos não se acovardem e também o Governo não se acovarde.

Eu estive em Belo Monte neste final de semana, numa missão da Comissão de Legislação Participativa. Ali a obra está paralisada por causa de condicionantes que não são cumpridas, que não foram cumpridas, tanto para indígenas, tanto também para as pessoas que vão ser removidas, as indenizações. A presença do Estado, Ailson, é muito fraca. E, aí, graças que há a presença da Defensoria Pública estadual, porque não há a Defensoria Pública Federal. Eu visitei os defensores públicos, e eles têm as limitações por serem defensores públicos estaduais. Há uma deficiência ali.

E essa questão da impunidade. Há duas semanas, a Comissão de Direitos Humanos esteve em Rondônia, por dois dias, junto com a Ouvidoria Agrária, ouvindo as denúncias de abusos, de mortes, de impunidades, de assassinatos sem inquéritos. Por exemplo, nosso Estado tem Corumbiara, em que até hoje as pessoas não foram indenizadas e estão sendo assentadas agora, mas sem as políticas públicas necessárias.

E outra coisa aqui dentro da Câmara, agora, é essa questão indígena. Ontem vocês viram aí que se encheu de ruralistas lá. Nós não vamos aceitar o descumprimento da Constituição e o descumprimento de cláusulas pétreas da Constituição.

E aí nós queremos a continuação das demarcações de terras, nós vamos fazer um grande ato aqui dentro para o fortalecimento da Funai. Nós não aceitamos que a Embrapa, que está a serviço do ruralismo – sempre esteve a serviço do ruralismo, nunca esteve a serviço da agricultura familiar – venha dar as cartas de como o governo deve demarcar terras. Que o exemplo deste julgamento seja um exemplo também para outras regiões do Brasil.

O Domingos Dutra vai nos representar, porque no dia 14 nós vamos ter esse ato na Câmara, e dia 14 também... Por isso que é importante a presença constante do movimento social aqui dentro, porque político é quem nem feijão, só pega na pressão. Se os índios não tivessem ocupado o Plenário Ulysses Guimarães, não tinha sido suspensa a famigerada PEC 215, que dificultará a demarcação de terras indígenas, quilombolas e criações de novas reservas florestais no nosso País. Aí nós vamos ter a primeira reunião na terça, dia 14, com os dez Parlamentares e os dez caciques para discutirmos, para que o nosso Governo, o nosso Partido não fique de joelhos, não fique de joelhos à pressão do ruralismo assassino, que mata agricultores como matou os nossos irmãos em Minas Gerais e como continua matando índio todos os dias e avançando sobre as terras que são da Nação, e para que a reforma agrária não se paralise, como ela está paralisada hoje.

Agora, nós vamos participar de uma reunião com o Senador Wellington Dias, que é o Líder do PT, porque estamos pedindo algumas audiências com o Presidente do Senado e com lideranças como vocês, para que acompanhemos a pauta do Senado, para evitarmos que a pauta negativa seja aprovada. E tem algumas lideranças que eu vou acompanhar.

Quero dizer aqui que estou à disposição. Eu gostaria de me deslocar até Minas Gerais, mas a gente vai se juntar ao grupo que vai falar, denunciando do plenário e também na própria audiência pública que vai acontecer no dia 14, terça-feira, na véspera do julgamento.

Obrigado, e parabéns, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigado, Deputado Padre Ton.

Antes de conceder a palavra aos expositores para fazer as suas considerações finais, eu quero aqui já retomar os encaminhamentos que foram colocados aqui. Primeiro, quero dizer que nós participaremos do ato, a Comissão de Direitos Humanos do Senado. Vou conversar também com os demais colegas Senadores e Senadoras membros dessa Comissão para que participem do ato no dia 14. Então, a nossa presença lá já está confirmada porque é importante reforçar esse momento, é importante chamar a atenção da sociedade, das autoridades públicas para o julgamento. Então, esse ato promovido pela Câmara dos Deputados, pela Frente Parlamentar é muito importante, assim como essa audiência pública. Essa audiência pública foi organizada também com esse objetivo, a pedido também

de vocês, no sentido de dar visibilidade a esse fato e de chamar a atenção das autoridades públicas para o julgamento. Então, esse é um primeiro encaminhamento que quero aqui colocar: o nosso compromisso de participar também do ato do dia 14, que terá a presença da Ministra Maria do Rosário e do Ministro Pepe Vargas.

Outro encaminhamento é a nossa presença no julgamento dia 15. Vamos também dialogar com os demais colegas Senadores para que seja possível uma representação maior do Senado no julgamento. De qualquer maneira, há o compromisso da Presidência desta Comissão de nos fazermos presentes também no julgamento.

Alguns encaminhamentos que foram dados aqui pelo Senador Requião, eu quero aqui ratificar, nós não estamos aqui com um quórum de Senadores, mas é possível encaminhar, com a presença já de alguns que já passaram por aqui. Vamos solicitar formalmente à TV Senado que ela se faça presente no julgamento, vamos avaliar essa possibilidade, juntamente com os responsáveis desta Casa pela TV Senado, porque é importante a presença da TV Senado como meio de comunicação altamente visto pela população brasileira, para que realmente dê visibilidade ao processo de julgamento. Sabemos que é difícil nós termos uma transmissão real e uma transmissão fiel por parte, possivelmente, de outros meios. A TV Senado cumpre um papel importante. Vamos avaliar aqui, juntamente com os responsáveis, a possibilidade de a TV Senado se fazer presente.

Também foi solicitado que fizéssemos um relato desse fato, desse acontecimento, desse massacre, faremos esse relato e contaremos com a contribuição também do nosso Procurador, do Ministério Público, para que possamos disponibilizar esse relato para os Senadores e Senadoras, para que tenham um relato fiel do acontecido, com a contribuição também aqui do movimento. Então, é um compromisso que temos.

Também foi colocada aqui a importância de cobrar providências do CNJ. E quero aqui aproveitar para informar que, desde o dia 17 de abril, esta Comissão está solicitando uma audiência com o Ministro Joaquim Barbosa, que é o Presidente do CNJ. Temos uma agenda de reivindicações, de solicitações a serem feitas ao Conselho Nacional de Justiça e vamos aproveitar para incluir também as demandas advindas desta audiência pública, mas até o momento o CNJ não confirmou essa audiência. Então, aproveito a oportunidade para ratificar o nosso pedido, a nossa solicitação, para que tenhamos essa audiência e, agora, com a sugestão de vocês, uma audiência mais ampliada, com a representação maior de Parlamentares, para que possamos levar as nossas reivindicações, entre elas as relacionadas a julgamentos de casos emblemáticos sobre a morosidade da justiça na apreciação de processos judiciais que tratam de desapropriação de terra para fins de reforma agrária, além de outras questões que foram colocadas bem como os pedidos de reintegração de posse no Estado de Minas Gerais.

E, além disso, que vocês disseram aqui, denúncias relacionadas ao Poder Judiciário do Estado de Minas, em particular sobre o Juiz Otávio Meira Neto, da Vara de Reforma Agrária, que tem sido, de certa forma, omisso nessa questão. E não podemos conviver com a omissão do Poder Judiciário.

Só estou finalizando, Deputado, alguns encaminhamentos e passo a palavra a V. Exª.

Também foi sugerido aqui, por parte do Poder Executivo, que a área hoje que está com as famílias de Felisburgo possa ser obtida pelas famílias por meio da Lei 4.132, ou seja, que o Estado adquira essa propriedade para que possamos evitar maiores problemas judiciais e, assim, resolver definitivamente a situação das famílias.

E aqui quero também resgatar uma sugestão, sugestão não, um pedido da companheira Maria porque as famílias, até então, não foram indenizadas, as famílias que tiveram seus entes queridos assassinados não foram indenizadas até hoje, e isso precisa ser visto. Acho que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos possa talvez falar um pouco sobre isso, se é de competência dela ou não, mas também precisamos definir o encaminhamento sobre isso, porque essas famílias merecem uma atenção do Estado e, até então, pelo que percebi, estão completamente abandonadas, porque a única assistência que tiveram foi a entrega de uma vassoura e de uma pasta de dente, uma escova de dente. Então, isso é ridículo e é desumano, não podemos permitir que isso se mantenha dessa forma. É preciso realmente que essas famílias tenham uma atenção por parte do Estado, inclusive com relação à saúde daqueles que tiveram seus entes queridos assassinados.

Acho que pude ser fiel às sugestões que aqui foram colocadas e passo a palavra, então, ao Deputado Domingos Dutra.

Domingos Dutra está concluindo um telefonema.

Mas quero dizer a todos os trabalhadores e trabalhadoras que aqui se fazem presentes que é de competência desta Comissão de Direitos Humanos fazer a defesa dos direitos humanos das pessoas. Então, é mais do que necessário assumirmos esses compromissos para que possamos garantir que os direitos assegurados na Constituição Federal e assegurados em diversos tratados em nosso País sejam de fato respeitados.

Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Senadora Ana Rita, muito obrigado pela oportunidade.

Quero saudar aqui a Maria Gomes; o Felipe, representando o MST; Dr. Afonso, que faz um trabalho cidadão naquele Estado há longas datas; O Dr. Ailson, dos direitos humanos; o Dr. Josué Tomazi.

Eu quero, primeiro, manifestar a nossa solidariedade aos companheiros de Felisburgo e, através deles, ser solidário a todos aqueles que continuam resistindo no campo.

Acho que nós vivemos uma situação de constrangimento do Brasil. Primeiro, há muitos avanços na economia brasileira – eu acabo de vir de uma exposição do Ministro Mantega –, e a gente verifica que, nos últimos dez anos, o Brasil melhorou muito na área urbana. O Ministro Mantega fez uma exposição sobre os R$500 bilhões que o nosso Governo está investindo na infraestrutura brasileira – portos, aeroportos, campos de futebol, hidrelétricas, que são necessários. Os programas de transferência de renda também são importantes, para ajudar a manter a economia com uma certa resistência com relação às crises.

Mas, quando se trata da zona rural, o Brasil continua este Brasil profundo de injustiça. Quando se trata de reforma agrária, a gente parou no tempo.

Como é possível até hoje... Eu tenho um Projeto de Lei de 1995. Esse Projeto de Lei é da mesma época do Projeto de Lei a que o Dr. Afonso fez referência, que permite, que obriga o Ministério Público a participar de todas as fases dos conflitos coletivos pela posse da terra.

E eu me lembro, Senadora Ana Rita, desses dois projetos, esse que foi aprovado e o 490/95, que limita o juiz de conceder liminares em conflitos coletivos pela posse da terra, e o Presidente era o Fernando Henrique Cardoso. Após os massacres de Eldorado de Carajás e de Corumbiara, o Governo Fernando Henrique estava na parede diante do Brasil e do mundo. E eu fui a uma audiência da Bancada do PT – eu era Deputado Federal naquela época – com o Presidente Lula.

E, naquela audiência com FHC, eu disse, "Presidente, eu tenho dois projetos que podem suavizar a violência no campo". E quando eu apresentei os dois projetos, ele disse, "eu banco os dois projetos". E o Fernando Henrique Cardoso honrou a palavra dele.

O projeto do art. 82 do Código de Processo Civil foi aprovado na CCJ, foi direto para o Senado, foi aprovado e foi sancionado pelo Fernando Henrique. O 490, nós ganhamos na CCJ, a bancada ruralista recorreu ao plenário da Câmara, o plenário manteve a decisão da CCJ, foi para o Senado, o Relator Ramez Tebet, que já morreu há mais de oito anos, foi o relator, apresentou um substitutivo, esse substitutivo está há dez anos na Câmara. E, no nosso Governo do PT, nós não conseguimos pautar esse projeto. Não conseguimos.

E, na semana retrasada, eu ameacei fazer greve de fome, como ameaça para tentar colocar na pauta da Câmara um projeto que já foi para o Senado. E agora a Câmara só tem duas alternativas: ou fica com o substitutivo dela, Câmara, ou fica com o substitutivo do Senado. Nós não conseguimos, Senadora Ana Rita, no Governo nosso, do PT, nós não conseguimos botar um projeto que foi reivindicado pelo Presidente Lula, à época Líder do PT.

Ou seja, ainda se convive com essas liminares absurdas de juízes que dão liminares na porta de motel, na cama com a mulher, para atender simplesmente os fazendeiros. E a senhora sabe que são as liminares que desorganizam o conflito agrário. E, enquanto o conflito agrário se dá entre os camponeses e o jagunço, eles se resolvem; mas na hora em que o Estado entra com a liminar do juiz, às vezes de três ou quatro linhas, entra a Polícia. Aí desequilibra o jogo. Essa é uma constatação terrível. Quer dizer, um País que avançou tanto na área urbana, quando se diz respeito aos "lascados" do campo, nosso País para.

Outra constatação: até hoje nosso Governo, em dez anos, não se desapropria a área ocupada, como se neste País tivesse reforma agrária. Não há reforma agrária em nenhum governo, nem no nosso. Só se desapropria depois que há derramamento de sangue. Mesmo nesse caso de Felisburgo, mesmo com sangue derramado de cinco pessoas, mesmo assim não se consegue desapropriar, porque não vale apenas a vontade do Executivo, pois entra o Poder Judiciário, que é o Poder mais conservador do País. É o pior Poder da República, porque a corrupção é endêmica, mas a gente não consegue penetrar para desvendar a corrupção como hoje se desvenda no Poder Executivo e se desvenda no Poder Legislativo.

Portanto, infelizmente, nosso País parou no campo quando se trata de trabalhador rural, quando se trata de quilombola, quando se trata de questões indígenas. E pior: nós temos um retrocesso. A PEC 215, da Bancada Ruralista, está suspensa depois que os índios resolveram ocupar um território que nunca ocuparam, que foi o plenário da Câmara, porque, senão, a Bancada Ruralista já teria aprovado a PEC 215, trazendo do Poder Executivo as competências para homologar a demarcação de terra indígena, território quilombola e área de preservação ambiental. E, ontem, eles fizeram um movimento para constranger o Governo e constranger a Ministra da Casa Civil, a Ministra Gleisi, em uma audiência, durante todo o dia, com a Bancada

Ruralista, em peso, para obrigar o Governo a paralisar toda e qualquer demarcação de terra indígena.

Portanto, a gente vive um momento muito delicado no País. E pior: somos minoria, e muitos Deputados (não falo em Senadores), os que são minoria, hoje estão totalmente desestimulados de continuar aqui. Eu sou um deles. E, a partir do que houve ontem na Câmara, com a denúncia de corrupção na apreciação da Medida Provisória dos Portos, quando o Deputado Garotinho vai à tribuna dizer que o Deputado Eduardo Cunha estava organizando uma emenda aglutinativa porque estava recebendo "grana" de empresários... Então, onde nós estamos?

Eu acabei de falar à imprensa que, depois da CPI dos Sanguessugas, Depois da CPI do Collor e da CPI dos Anões, nós agora vamos ter uma "CPI dos Porcos", para investigar a participação dos homens de bens nas águas turvas ou sujas dos portos brasileiros. Nós vivemos um momento muito ruim e muito negativo no Parlamento brasileiro.

Eu encerro para dizer que espero que a Justiça de Minas faça justiça. Estou disposto a ir dia 15, pelo menos no início da abertura desse julgamento. Tenho acompanhado o sofrimento da população de Minas. É algo pouco estranho, porque a imagem que a gente tem, pelo menos eu que sou do Maranhão, do Nordeste, é que há aquele sangue quente e uma grande violência. E imagino que os mineiros são prudentes, são pacientes e que lá não há violência, apesar de ter havido nosso inconfidente, que foi enforcado. Mas o que vejo é que, em Minas Gerais, a violência é maior do que nos Estados nordestinos.

Eu estive lá no Triângulo Mineiro, Dr. Afonso estava lá, onde executaram três camponeses. Agora, esse caso de Felisberto, me faz crer que o Estado de Minas Gerais e os mineiros não são tão prudentes, tão conciliadores como diz a história. Há muita violência, principalmente contra os mais pobres.

Eu vou tentar instalar no dia 15. Estivemos há dois meses em Unaí, outro caso emblemático, local da execução dos fiscais. Vou tentar dar minha contribuição para que não apenas haja a condenação do mandante, porque, parece-me o julgamento é só do fazendeiro e executores. É um caso interessante, porque os poucos casos de julgamentos são só dos bagrinhos; os tubarões conseguem escapar e não ficam na rede. Nesse caso, parece-me que serão pegos os tubarões e os bagrinhos.

Para encerrar, eu acompanhei o final da fala do Felipe, uma fala dura. Espero que a Presidenta Dilma tenha força para enfrentar o latifúndio. O Presidente Lula fez muitas coisas, mas ficou devendo outras coisas para o campo. A Presidenta Dilma tem popularidade, e o PT não precisa se curvar a esse latifúndio. Não adiantam apenas os avanços na área urbana. Se o nosso Governo do PT passar na história do Brasil e não desmontar o latifúndio, não descentralizar a terra, acho que o que foi ganho na área urbana acaba sendo anulado pelo sangue de brasileiros como esses.

Portanto, obrigado, e, no dia 15, espero estar lá.

Parabenizo o Dr. Afonso. São poucos promotores que têm a disponibilidade, a força, a coragem e o risco de vida que, com certeza, também corre no Estado de Minas Gerais. Portanto, a todos os Ministérios Públicos do Brasil, quero parabenizar na figura do Dr. Afonso, pela postura, pela coerência, pelo compromisso que não é compromisso político, mas de cidadania, porque quem for cidadão, quem quiser defender os direitos humanos deve lutar para haver justiça no campo.

Da mesma forma, parabenizo a Secretaria de Direitos Humanos. A Ministra Maria do Rosário faz um dos mais importantes trabalhos do Governo Federal. Em todas as pesquisas que correm nos corredores da Câmara, quando me perguntam: "Qual é o Ministro mais importante do Governo da Presidenta Dilma"? Respondo: "Maria do Rosário". Porque os outros são importantes, mas não basta só tratar de grana, só tratar de obra; é para tratar o cidadão.

Parabéns!

Parabenizo o Dr. Josuel, porque sei que o Incra faz o que pode. Muitas vezes, a gente descarrega a nossa fúria no Incra, mas sabemos que o Estado é uma engrenagem muito mais complexa do que simplesmente a gente exigir de um órgão. Tenho certeza de que o Incra tem um compromisso muito grande com a reforma agrária, mas é engessado pelo Judiciário, é engessado pela burocracia, é engessado pela falta de recursos e é engessado por um País tão grande, que, entre o conflito que começa lá em um municipiozinho perdido do Amazonas até chegar à assinatura da Presidenta Dilma, vão dez anos, e muito sangue corre neste País.

Obrigado.

E parabenizo V. Exª, Senadora Ana Rita. Acolha-nos, porque estamos meio exilados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Então, nós vamos estar sempre correndo para a Comissão de Direitos Humanos do Senado, principalmente presidida por V. Exª, que, além de ser capixaba, é mulher, e o mundo será dominado, coordenado pelas mulheres.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputado. Esta Comissão, com certeza, estará sempre aberta, à disposição também dos colegas Deputados Estaduais e Deputados Federais.

Obrigada pelas suas palavras, pela força. Você é um Parlamentar exemplar, muito comprometido com a luta do nosso povo.

Antes de conceder a palavra aos expositores, eu quero apenas lembrar um outro encaminhamento que quero fazer: foi a fala do Russo com relação às áreas devolutas. Vou encaminhar um ofício ao Governo do Estado de Minas Gerais com relação a isso também, para que dê uma atenção especial a essas áreas devolutas. É um problema que Minas enfrenta, outros Estados enfrentam, inclusive o Espírito Santo.

Já trabalhei, Procurador Dr. Afonso, na Secretaria de Estado da Agricultura do meu Estado durante alguns anos. Trabalhei num programa chamado Prodaterra (Programa de Democratização do Acesso à Terra) muito antes de a política nacional de reforma agrária ter sido aprovada pelo Governo Federal. E o Estado do Espírito Santo tinha uma política de compras diárias que destinava para assentamentos de trabalhadores rurais. Então, lá, hoje, são vários assentamentos – acho que são mais de 100 –, mas em torno de uns 15 foram realizados naquele momento com aquisição de terras.

Eu tive a oportunidade de participar, de ser uma das integrantes da equipe de coordenação desse programa. Eu coordenava o trabalho social nas áreas de assentamento de trabalhadores rurais. Então, eu tenho um profundo respeito pelos trabalhadores rurais e, em particular, pelo Movimento Sem Terra, porque estar numa terra fruto de um processo de desapropriação é muito difícil. Ficar debaixo da lona preta, no sol quente, durante meses e meses, aguardando a terra, não é tarefa fácil. Quem precisa da terra suporta. Acho que Minas Gerais tem que, de fato, fazer justiça, destinar essa área para que vocês possam... Depois de 14 anos morando na propriedade e depois de ter passado por este massacre, é desumano demais conviver com essa situação.

Então, nós vamos também oficiar o Governador do Estado de Minas, para que dê uma atenção especial para que as áreas devolutas também sejam destinadas para fins de reforma agrária. São áreas públicas. Se não há nenhum problema ambiental, elas poderão, com certeza, ser destinadas para fins sociais e, nesse caso, atender às famílias que não têm onde morar, que querem produzir e que estão alimentando a mesa de todos os brasileiros e brasileiras do nosso País.

É bom lembrar isso, porque aqueles que se alimentam do arroz, do feijão, do milho, das verduras, das frutas... Boa parte disso, com certeza, vem das áreas de assentamentos, vem da agricultura familiar, que precisa ter o apoio efetivo por parte das autoridades públicas de todos os Poderes; e, nesse caso, estão os assentamentos rurais.

Eu concedo agora a palavra à nossa querida convidada Maria Gomes Soares, representante das famílias vitimadas, para que faça as suas considerações finais.

A SRª MARIA GOMES SOARES – Bom, eu fiquei satisfeita. Eu estou satisfeita com as propostas de encaminhamento. Acho que tem que ser por aí. Nós precisamos fazer uma força-tarefa, para que seja feita justiça no campo, não só em Felisburgo, mas em todos os campos brasileiros.

Olhando para as pessoas, quando falavam, eu acreditei na sinceridade de cada um dos senhores, e sabemos que não é fácil, que é bem difícil diante do Estado brasileiro que nós temos, mas não é impossível. Acredito que não vai cair no esquecimento e também que nunca seja preciso que as nossas famílias mineiras, nosso povo mineiro perca a paciência.

Então, se a justiça for feita, a melhor forma de resolvermos as coisas é a justiça ajudar a resolver. Só que pode ser que, se ela não for feita, o nosso povo perca essa paciência, que dura muitos anos. Nós não queremos isso, mas, dependendo do que acontecer a partir do dia 15, talvez vamos ser obrigados. Nós queremos deixar aqui esta mensagem de que a nossa paciência já está chegando ao fim. Nós já vimos pessoas morrerem com a esperança de serem assentadas, e isso não acontecer.

Quando a Senadora falou aqui de meses debaixo da lona, não são meses, são anos debaixo da lona. Então, em que país nós estamos vivendo? Às vezes, fico pensando que, se a gente for refletir sobre tudo o que acontece, temos vergonha de ser brasileiros, por conta de ver tanto dinheiro desperdiçado e pouco investido na reforma agrária, investido na agricultura familiar e investido nos mais pobres.

Mas, então, como eu disse no início, estou satisfeita. Vamos lutar para que a justiça seja feita.

Quero agradecer a cada um de vocês, dos senhores. Quero agradecer à Senadora Ana Rita pela oportunidade e pelo empenho. Quero agradecer ao Dr. Afonso, que sempre tem se empenhado para que a justiça seja feita para Felisburgo.

Muito obrigada. Vamos esperar que a coisa aconteça de verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Maria.

Concedo a palavra ao Felipe Russo, que é Dirigente Nacional do MST.

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Então, na verdade, aproveito os momentos finais. Não é sempre que o povo tem direito de falar neste microfone, não é, gente? Então, quando a gente tem esse microfone, a gente pode falar em nome de várias famílias de Minas Gerais acampadas, que gostariam de estar neste ple-

nário, assim como a Eni que está aqui, alguns há 14 anos; como o caso da Fátima, da Usina Ariadnópolis, no Município de Campo do Meio, onde a Polícia Militar de Minas Gerais já agiu com truculência; das famílias do Acampamento Nova Alegria, no Município de Novo Cruzeiro; das famílias acampadas na fazenda Eldorado I e II, Acampamento Padre Gino; do Acampamento Zé Bandeira, no Município de Pirapora, fazenda Prata; e da companheirada de Felisburgo. Essas são algumas áreas, companheiro Procurador do Incra.

Acho que, como a Eni saiu animada, deu para transmitir também uma certa confiança nas palavras da Procuradoria Federal, diferente de como a gente convive lá no Estado de Minas.

Então, a gente sente o empenho e a necessidade, também, de que este Governo fortaleça o Incra, fortaleça a reforma agrária, mas, para isso também, é necessário ter peito, ter garra, porque está para este Governo do PT ter peito e ter garra, e desapropriar, pela 4.132, a fazenda Nova Alegria, no Município de Felisburgo; desapropriar a fazenda Gravatá, acampamento Nova Alegria, em Novo Cruzeiro; desapropriar a usina Ariadnópolis.

Chega de enrolação. Já foi pela 8.629. Já foi tentativa pela 433. Então, o Incra desgasta essas famílias. Há mais de 14 anos, todas as tentativas jurídicas possíveis e técnicas já foram tentadas.

Na fazenda Prata, no Município de Pirapora, também no norte de Minas, há mais de oito anos essas famílias estão acampadas. Algumas ficaram à beira da estrada, acampamento José Bandeira.

Então, está na hora.

Várias dessas áreas, inclusive, estão com dívidas. Os proprietários estão endividados, e, pela lei de terra falida, a lei de falência, não tem como pagar a TDA para quem está falido.

Então, tem de ter peito, Dilma. Tem de ter peito, Governo do PT. Desapropriar terra pela 4.132.

Hoje, à tarde, Domingos Dutra, Senadora e Afonso Henrique, nós convidamos, também, que, hoje, fruto da luta desses trabalhadores e fruto do acampamento Hugo Chávez, às 14 horas, nós temos uma audiência com o setor de obtenção do Incra. Convidamos e pedimos que os governantes interfiram para que o Presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, e a Érika Galvani estejam nessa audiência, não simplesmente o técnico Marcelo Afonso, e que tragam resposta para nós.

Convidamos vocês também para estarem lá. Vários outros Deputados Federais, Leonardo Monteiro, Margarida Salomão, Paulo Guedes, Líder da bancada estadual do PT vão estar lá presentes, porque Minas Gerais não é problema técnico, não é problema de falta de terra, não é problema de recurso. É um problema de definição política e passa por esta Casa, passa pelo Governo do PT, assim como o Domingos colocou muito bem.

Então, nós estamos aqui, movimento social e movimento social, e estamos fazendo cobrar.

Para concluir, também – eu tenho de repassar isso aqui, porque senão a companheirada de Minas... Eles já estão perdendo a paciência, ouviu? E aquela história de que mineiro come quieto, eu não sei como não vai ser do dia 15 em diante, principalmente se não condenar o Chafik. A companheirada perdeu a paciência e, quando os trabalhadores perdem a paciência, as coisas mudam, já mostrou a História várias vezes.

Para se ter conquista, se for necessário ter sangue dos trabalhadores, nós vamos encarar a Polícia em todos os acampamentos de Minas Gerais, porque, neste Governo do PT, no Governo Dilma, só está sendo desapropriada terra onde tem conflito.

O companheiro Cícero tombou no Rio de Janeiro, e, rapidinho, o Governo desapropriou a área e criou o assentamento.

Agora, vai precisar derramar sangue na Ariadnópolis, derramar sangue na Prata, derramar sangue na Nova Alegria?

Companheira Senadora, para você ter ideia, em Minas Gerais, o acampamento Nova Alegria, no Município de Novo Cruzeiro, toda a articulação da Polícia Militar, o custo da operação do despejo desse acampamento, que tem mais de 14 anos... É um acampamento que mantém, com alimentação, o Município de Novo Cruzeiro. Tem igreja, tem tudo.

Todo o aparato militar que se está construindo para ter despejo no acampamento Nova Vida, no Município de Novo Cruzeiro, todo o aparato militar custa o dobro do valor da área, e o Incra fala que não tem recursos, que só pode ser pelo crédito fundiário, mas a gente sabe que pela 4.132 é a alternativa.

A outra coisa, para concluir, é o encaminhamento, Procurador, porque para as sete áreas a gente quer resposta. Essas famílias dessas sete áreas aguardam a emissão de posse. É compromisso do Guedes de Guedes, compromisso da Érika Galvani que a emissão de posse fosse encaminhada, e isso é uma mentira. Nós estamos sendo enganados em Minas Gerais. Essa emissão de posse ainda não saiu, porque o Carlos Valadares, Procurador de Minas Gerais, não despachou. Ele está fazendo corpo mole, e a gente sabe muito bem que, na vara agrária estadual, na vária agrária federal, se é terra ocupada, eles estão, cada vez que passa, dificultando ainda mais o acesso desses trabalhadores.

Esses trabalhadores não vão ficar mais à beira da estrada. Eles têm de produzir, a chuva vem aí.

Vim aqui agora e estou falando o recado que a companheirada sem terra do Estado de Minas Gerais mandou dizer para o Carlos Guedes de Guedes e para a Dilma: O prazo dessas famílias, para retorno, é dia 15 de maio. No dia 15 de maio, mais de quatro mil famílias... Nós estamos falando que nenhum sem-terra vai ficar no acampamento ou no assentamento. Todos os sem-terra de Minas Gerais e de outros Estados, inclusive da Bahia, onde esse maldito Adriano Chafik tem terras, estão se deslocando para Belo Horizonte, para cobrar que a justiça seja feita.

E queremos também que o Poder Executivo, camarada do Incra, faça valer. Porque, em Minas Gerais, há uma normativa para se concluir todos os processos até julho. E o encaminhamento que o Incra de Minas Gerais está fazendo, principalmente o chefe da obtenção Bruno Cunha, é de arquivar os processos, colocando que não há viabilidade para criar assentamentos, principalmente no Norte, no Jequitinhonha, onde a Presidenta coloca que é prioridade ter Brasil sem miséria.

Então, a gente tem várias propriedades – dentre elas Felisburgo –, para que sejam encaminhadas. E têm viabilidade técnica, têm viabilidade social, têm demanda social justificada, têm tudo o que o Incra apresenta no seu planejamento. O que falta é uma definição política, que tem que sair de Brasília. A gente aguarda que hoje, às 14 horas, pelo menos alguma conquista a gente tem que levar para esses trabalhadores.

É isso. E faço valer todos os encaminhamentos que a Senadora Ana Rita colocou. Na pessoa da Senadora, quero agradecer a todos que estiveram nesta Mesa, e parabenizá-los, porque a gente sabe que todos que estão aqui defendem a reforma agrária, principalmente o Afonso, que várias madrugadas... É para quem a gente pode ligar, para receber orientações a respeito de como fazer para não apanhar, para trabalhadores inclusive passarem o Natal em liberdade. Porque não é isso que a Polícia Militar de Minas Gerais, o Governador Anastasia e o Otávio estão encaminhando para as famílias de Minas Gerais.

Então, é isso. Quero agradecer e pedir desculpas por ter extrapolado o tempo. E valorizar os companheiros que estão aqui do acampamento Hugo Chávez, e colocar aqui no microfone que não vai ser dia 15 de junho, no jogo do Brasil e Japão, que nós estamos saindo daqui, não. Se for necessário, até o Congresso Nacional do MST estaremos acampados. E vários sem-terra de todo o Brasil têm disponibilidade de vir, se necessário, marchando para esta capital do Brasil, para exigir que a Dilma faça valer aquilo que ela prometeu; aquilo que o Lula e o Partido dos Trabalhadores anunciaram.

É ou não é, companheirada?

(*Manifestação da plateia: É!*)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Felipe Russo.

Concedo a palavra agora ao Josué Tomazi de Carvalho, Procurador Federal do Incra.

O SR. JOSUÉ TOMAZI DE CARVALHO – Nossa última palavra aqui é de reconhecimento da honradez e da dignidade das famílias que, a despeito de todas as dificuldades, resistiram até este momento naquela área. Queremos renovar o nosso compromisso de honrar essa atitude digna que elas apresentaram até o momento.

Da parte da Procuradoria do Incra, nós não mediremos esforços para monitorar todos esses processos, acompanhá-los um a um, fazer todos os contatos necessários lá com as nossas unidades de Minas Gerais, para tanto. E o nosso compromisso – o meu também pessoal – é de realmente dar a importância que o caso tem e que ele merece receber.

Eu até gostaria também de registrar aqui o nosso pedido para a Exma Senadora. Nós gostaríamos de receber tanto cópia do material que será enviado aos Senadores da República, como também cópia da representação que será encaminhada ao CNJ.

Esse material é muito importante, para que possamos catalisar esforços entre os colegas que estão nas pontas, nos Tribunais, aqui, militando gabinete a gabinete por decisões. Todo esse material também é importante, para que possamos juntá-lo aos autos dos processos judiciais e contextualizar os Magistrados em relação à repercussão dos casos que eles têm na mesa deles. Isso não pode ser tratado como mais uma questão formal, abstrata, distante de fatos. Nós queremos contextualizá-los.

E também isso não é algo que nós vamos fazer; nós já temos feito, nos últimos dois meses, lembrando sempre aos Magistrados que todos os expedientes judiciais referentes a esse caso enquadram-se perfeitamente na previsão da Resolução nº 22, de 2009, do CNJ. São casos prioritários e devem ser assimitários e devem ser, assim, reconhecidos.

Então, também deixo o meu agradecimento aí à Senadora e a todos aqueles que tiveram a disposição de se deslocar até aqui e participar desta audiência pública.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Josué. Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Senador João Capiberibe, que é Vice-Presidente desta Comissão e que, por questões

de saúde, só pôde chegar agora, mas contamos aqui com a presença dele também.

Concedo a palavra ao Ailson Silveira Machado, que está aqui representando a nossa Ministra Maria do Rosário.

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Senadora Ana Rita, eu queria agradecer em nome da Ministra Maria do Rosário o convite para participar desta audiência pública. Realmente, é de grande importância a presença dos trabalhadores que se deslocaram de longe para solicitar que seja feita justiça.

E a justiça deve ser feita, deve ser encaminhada, e que as violações de direitos humanos sejam evitadas. Que não haja novos massacres em Felisburgo. Que nós possamos encaminhar medidas concretas no sentido de evitar que haja mais mortes no campo.

Então, nós, como Governo, vamos solicitar a todas as autoridades, a todas as pessoas para que possam agilizar a reforma agrária, para evitar mais violência no campo e para que não haja mais violações graves dos direitos humanos. Nesse sentido, a gente vai fazer tudo o que for possível para conseguir atenuar esse sofrimento do povo. E que se leve em conta a defesa da vida e não a defesa somente da propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Ailson.

Passo a palavra, então, ao Dr. Afonso Henrique de Miranda, Procurador do Ministério Público de Minas Gerais.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Prezada Senadora, todos os presentes, eu saí daqui, vamos dizer assim, com a nossa esperança, que já havia, mas essa esperança ainda mais intensificada de que nós vamos ter o nosso trabalho, durante todo esse tempo, trabalho que os trabalhadores desenvolveram na ocupação dessa área e denunciaram que era terra pública e buscam a reforma agrária, que isso vai se efetivar... E que os atos criminosos perpetrados contra eles sejam punidos pelo Tribunal do Júri em Belo Horizonte.

Entro aqui e saio com o dever de chamar a sociedade brasileira para uma reflexão. Por que existem os movimentos de trabalhadores sem terra? Por que os trabalhadores sem terra ocupam imóvel? É porque nós não fizemos a repartição das nossas terras nesses pífios 500 anos de existência.

Um Estado que nasce latifundiário e permanece até hoje. Pelo Estado brasileiro não ter feito reforma agrária é que existem os movimentos sociais. E esses movimentos sociais são obrigados a expor a sua vida, a vida dos seus trabalhadores, a expor a vida das suas crianças, enfrentando quem está do outro lado da cerca, porque o Governo, os sucessivos governos, e a própria sociedade brasileira não assume a importância que se tem de fazer a reforma agrária. Nenhum país do mundo cresceu sem reforma agrária. Nenhum.

De forma que, não fazer reforma agrária é burrice, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social. O Brasil já está importando alimentos como arroz, feijão. À medida que o agronegócio cresce, a agricultura familiar decresce, porque não há um incentivo numa proporção, pelo menos de 10%. Se o agronegócio crescesse 100% e a agricultura familiar, 10%, nós teríamos aí uma esperança de não passarmos o que nós, sociedade brasileira, nós passaremos. Nós passaremos por uma crise de abastecimento alimentar. Nós temos a nossa segurança alimentar e nutricional hoje comprometida pelo modelo de concentração fundiária e pelo modelo de concentração dos investimentos na área daquilo que se chama agronegócio.

E, agora, no caso específico, veja bem, uns dos poucos brasileiros que lutam por transformações sociais e que lutam pelo direito à alimentação, à produção de alimentos, à produção de alimentos sadios, eles também denunciam a existência de terras públicas numa fazenda, lutam por reforma agrária e são assassinados de uma forma brutal, covarde. E não foram só os cinco. Doze foram as tentativas de homicídio, que só não se concretizaram por circunstâncias alheias à nossa vontade, porque seriam muito mais mortos.

Olha, sociedade brasileira, é preciso que nós façamos reforma agrária. Trabalhador sem terra não é demônio. Nós já demonizamos os índios. Continuamos ainda, com essas questões demarcatórias, a demonizar os verdadeiros proprietários das terras brasileiras, que são os índios. Demonizamos os negros. Agora, continuamos a demonizar essas pessoas, notadamente se eles tiverem um bonezinho que fale em reforma agrária ou ostentarem, carregarem, com orgulho, a sua bandeira de luta pela reforma agrária.

Já cometemos tantos pecados. Jogamos negros amarrados em pedra no fundo dos oceanos. O maior crime que pode ter sido cometido contra a humanidade foi o tráfico internacional de escravos. E, hoje, eles, em quilombos, são tratados como quem? Não são contratados como agentes de direito.

Quando se coloca uma luta pela reforma agrária, são demonizados, mais intensamente agora – é isso que quero dizer – pela sociedade brasileira por lutar para que o alimento saudável chegue à sua mesa. Setenta e cinco por cento dos alimentos consumidos no Brasil, seja na mesa de uma pessoa rica, seja na mesa de uma pessoa pobre, vêm e são produzidos pela agricultura familiar. E a reforma agrária é o principal instrumento para que nós tenhamos uma intensificação da agricultura familiar.

Discutiu-se muito a questão da reserva legal, a questão das Áreas de Preservação Permanente nesse, com todo o respeito, desastre que foi o Código Florestal.

No Brasil, não se fala em reserva para a segurança alimentar. Nós precisamos, sim, das reservas legais para que mantenhamos ali a flora e a fauna. Agora, nós precisamos da reserva de segurança alimentar, que, no meu entendimento, já existe na sistemática jurídica brasileira, mas deve ter o empenho de todos nós no sentido até de construção de uma legislação específica. Se as florestas e a fauna brasileira necessitam de proteção, que também a nossa segurança alimentar e nutricional, ou seja, a nossa soberania nacional também sejam garantidas através dos alimentos.

Devemos fazer esse trabalho aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, por iniciativa da Presidência da República. Os trabalhadores lutam por essa reserva de segurança alimentar todos os dias em que enfrentam a violência, em especial do Estado, para fazerem reforma agrária.

Com esse intuito e com essa nossa convicção de que, além de vítimas, esses trabalhadores rurais são fundamentais à existência do nosso País como Pátria é que vamos para esse júri. O Ministério Público está muito certo do que fará lá. Espera a presença de todos. O Ministério Público está convicto de que esses trabalhadores foram assassinados e de que os responsáveis devam ser punidos.

Mais uma vez, obrigado. Acho que todos esses encaminhamentos desta Comissão são todos, todos pertinentes. Agradecemos a presença e felicitamos, mais uma vez, a Presidente desta Comissão, por esse trabalho, e aos trabalhadores rurais, sem os quais isso aqui não estaria acontecendo. Se não fossem os trabalhadores rurais, nós não estaríamos discutindo temas tão relevantes ao nosso País como estamos agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Afonso Henrique de Miranda, Procurador de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Presidente. Saúdo os componentes da Mesa. Estou gratamente surpreso com o discurso do Dr. Afonso. Temos uma enorme identidade na análise deste País. É um país fundamentado na discriminação, no preconceito, na violência, na destruição ambiental. O Brasil está sendo construído com base nesses princípios. Começou lá no século XVI e continua até hoje. Como é possível um país, com as dimensões, com a superfície do Brasil, ter milhares de pessoas acampadas em beira de estrada, em condições difíceis de sobrevivência, aguardando uma reforma agrária que se distancia cada vez mais? Observamos um retrocesso no processo de reforma agrária.

Nós aqui ficamos impotentes diante de um quadro tão desfavorável. Nunca vi, no Congresso Nacional, uma situação tão desvantajosa para os movimentos sociais. A agenda social aqui tem prioridade quase nula.

Há também uma política econômica que valoriza o crescimento da economia, que busca desenvolver, manter o setor industrial a um custo alto para o conjunto da sociedade brasileira. A desoneração de impostos sobre produtos industriais está deixando prefeituras sem condições de pagar o salário de seus servidores, Estados estão inadimplentes. É uma política que... Insiste-se nesse caminho, é evidente que gera empregos. É essa contradição que não consigo entender. Estão preservando os empregos, nunca o Brasil teve uma situação de equilíbrio na oferta de empregos, mas, de outro lado, está causando graves problemas para o equilibro de vários entes federados.

A valorização do crescimento da economia, do consumo, essa questão do consumo é grave no País, porque todo mundo quer consumir, e isso tem acirrado a violência, porque as pessoas são desejosas, oferecem-se coisas maravilhosas nas propagandas de rádio e televisão, e jovens, principalmente, querem ascender a esse poder de consumo.

É tão grave, Srª Presidente, Senadora Ana Rita, que, na República, nós somos Senadores, cada Estado está aqui representado por três Senadores, e aqui conseguimos falar com quase todos os Ministros. Se precisarmos falar com Ministro, ligamos, e alguns nos dão imediatamente atenção. Mas o Ministro da Fazenda é quase impossível. Acho que é mais fácil falar com o Papa, até vou testar isso teoria, do que falar com o Ministro da Fazenda. Até porque me parece que essa área econômica é um caso à parte da sociedade brasileira. A economia é tudo.

Lembro-me de que comecei como governador, em 1995, numa época em que havia a tese da hegemonia dos mercados. Acho que todos lembram que o mercado iria regular nossas vidas. Eu achava aquilo absolutamente inacreditável: como é possível que vamos regular nossas relações culturais, sociais, histórica, pelo simples fato de comprar e vender? Mas, enfim, aquilo foi o que prevaleceu. E estou sentindo que estamos voltando a isto, a uma idolatria da economia, quando o Ministro da Fazenda é o ministro que paga os rentistas, através da Secretaria do Tesouro, que são muitos bilhões de reais.

E há outra contradição, porque sentimos que o Governo da Presidente Dilma se esforça para manter os juros baixos para continuar gerando emprego. Ao mesmo tempo, ela sofre uma oposição ferrenha desses

detentores de capital, que, nos últimos anos, com a queda dos juros, perderam uma pequena fortuna que pode chegar a R$2 bilhões.

É tudo muito contraditório o que se passa no nosso País. E as forças políticas também estão perdidas nesse imbróglio todo.

Eu gostaria de ter acompanhado o caso específico desta audiência pública. Mas, infelizmente, tive um problema, porque sem saúde não poderia nem chegar a esta hora. Então, fui cuidar da minha saúde.

Mas acho que temos que refletir um pouco mais. A reforma agrária é sinônimo de desenvolvimento econômico, é sob esse aspecto que nós temos que tratar a reforma agrária.

Eu vejo que o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social está investindo fortunas, fábulas de recursos, inclusive recursos orçamentários. Talvez fosse o caso de o banco entrar na reforma agrária, de o banco bancar a reforma agrária, financiar a reforma agrária. Vou pensar numa discussão. Talvez pudéssemos convidar o BNDES. Diante do quadro social que temos, acho que não seria o caso de levar para a Comissão de Economia, mas trazer aqui o BNDES. Vou fazer essa sugestão, porque este é um caso de direitos humanos. Nós não podemos deixar milhares de pessoas à margem da estrada, sem lhes dar alternativa. Eu sou muito prático. Eu fui governador, fui prefeito e, então, eu vivo procurando soluções. Vou apresentar um requerimento, Srª Presidente, para convidar o BNDES para discutir aqui financiamento para a reforma agrária.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

Obrigada, Senador João Capiberibe, como sempre muito sábio e nos ajudando nos encaminhamentos.

Antes de encerrar, quero informar que o Sr. Ailson, da Secretaria de Direitos Humanos, nos deixou aqui o material relatando todo o massacre de Felisburgo e também nos deixou o material relacionado aos homicídios na zona rural dos Estados do Pará, de Rondônia e de Mato Grosso. Esse material ficará conosco, na Comissão de Direitos Humanos, e estará disponível também para os membros da Comissão.

Aproveito também para dizer ao Senador João Capiberibe, porque talvez S. Exª não tenha tido oportunidade de tomar conhecimento, que o julgamento de um dos autores dos crimes será na próxima semana, quarta-feira, dia 15, em Belo Horizonte, Minas Gerais. E nós faremos um encaminhamento para que esta Comissão possa estar representada por alguns Parlamentares. Depois nós vamos dialogar com os demais membros desta Comissão para verificar a disponibilidade, para ver quem pode ir representar a Comissão de Direitos Humanos nesse julgamento.

Na terça, véspera do julgamento, haverá um ato na Câmara promovido pelos Deputados Federais, que já passaram por aqui e já se manifestaram. Então, esta Casa também está sendo convidada a participar desse ato. Assim, se V. Exª também puder estar presente, será muito bom.

Quero aqui, então, agradecer a presença de todos os Parlamentares, não só do Senador João Capiberibe, que é do PSB do Amapá, mas também do Senador Requião, do PMDB do Paraná; do Deputado Federal Nilmário Miranda, do PT de Minas; do Deputado Federal Padre João, do PT de Minas; do Deputado Federal Padre Ton, do PT de Rondônia; do Deputado Federal Renato Molling, do PP do Rio Grande do Sul; e do Deputado Federal Domingos Dutra, do PT do Maranhão. Agradeço muito a presença também dos colegas Parlamentares da Câmara Federal.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados e convidadas, da Maria Gomes Soares, representante das famílias vitimadas; do Felipe Russo Maciel, dirigente nacional do MST; do Josué Tomazi de Carvalho, Procurador Federal do Incra; do Sr. Ailson Silveira Machado, que é o Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e que também está aqui representando a Ministra Maria do Rosário; e do Dr. Afonso Henrique de Miranda, Procurador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Também agradeço a presença dos trabalhadores e trabalhadoras do acampamento Hugo Chávez, aqui do Distrito Federal.

Dessa forma, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO DE 2013, QUINTA-FEIRA, APÓS A 11ª REUNIÃO DA CDH, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e treze minutos do dia nove de maio de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana

Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Humberto Costa, João Durval, Lídice da Mata, Pedro Simon, Paulo Davim, Sérgio Petecão e Roberto Requião. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª, 9ª e 10ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta faz a leitura dos expedientes da Comissão e tece suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa: Item 1 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 29, de 2013**, que requer "Nos termos dos arts. 256, I e 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RDH nº 9, de 2013, de minha autoria". Autoria Senadora Lídice da Mata. **Resultado**: aprovado. **Item 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 30, de 2013,** que requer a realização de Audiência Pública para discussão a respeito do recém encontrado "Relatório Figueiredo", que denuncia a ocorrência de violência contra indígenas por agentes públicos e privados nos anos 1960, e seus reflexos na atual situação indígena. Requeiro ainda que para a referida audiência sejam convidados: Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e Coordenador do Projeto Armazém Memória; Maria Rita Khel, integrante da Comissão Nacional da Verdade e responsável pelo Grupo de Trabalho que apura violações dos Direitos Humanos contra indígenas; Representante do Conselho Indigenista Missionário. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: aprovado. Às doze horas e dezenove minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senhor Vice-Presidente, Senador João Capiberibe. **Item 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2013,** que requer a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2011, "que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências" de autoria da ex-Senadora Marinor Brito, bem como discutir o papel da Voz do Brasil como instrumento de concretização do direito à informação. Indicamos os seguintes convidados ou representantes: Senhora Rosane Bertotti, Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC; Senhor Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Senhora Jurema de Sousa Machado, Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Representante da Direção da Voz do Brasil; Senhor Jonas Valente, Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Integrante do Intervozes; Senhor Chico Sant'anna, Representante do Movimento em Defesa da Voz do Brasil. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: aprovado. Às doze horas e vinte cinco minutos, o Senhor Vice-Presidente Senador João Capiberibe devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. **Item 4 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 32, de 2013,** que "Requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, para ouvir os membros da Comissão Nacional da Verdade. Sugerimos que os seguintes grupos de trabalho sejam convidados: Golpe de 1964 - Membros: Rosa Cardoso e Heloísa Starling; Estrutura de Repressão e Ditadura e Sistema de Justiça; Membros: Gilson Dipp e José Paulo Cavalcanti Filho; O Estado Ditadorial-Militar, Membro: Claudio Fontes". Autoria: Senador João Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** aprovado**.** Às doze horas e vinte e seis minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senhor Vice-Presidente, Senador João Capiberibe. **Item 5 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2013,** que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema: "Alienação Parental". Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Dra. Maria Berenice Dias, Advogada especializada em Direito Homoafetivo, Famílias e Sucessões; Dra. Delma Silveira Ibias, Advogada especialista em direito de família; Dr. Elizio Luiz Perez, Juiz Titular da 41ª Vara do Trabalho de São Paulo e responsável pela consolidação do anteprojeto que deu origem à Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010); Dr. Jorge Trindade, Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica; Drª. Fernanda Molinari, Advogada, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica; Sérgio de Moura Rodrigues, fundador e Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz. Autoria: Senador Paulo Paim e Senadora Ana Rita. **Resultado**: aprovado. Às doze horas e vinte e nove minutos, o Senhor Vice-Presidente, Senador João Capiberibe, devolve a Presidência para a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra a Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora*

ANA RITA, *Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 8ª, 9ª e 10ª reuniões.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Nós vamos para o item 1 da nossa pauta, um requerimento.

ITEM 1
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 29, de 2013

Nos termos dos arts. 256, I, e 93, §2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do RDH nº 9, de 2013, de minha autoria.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Em votação, o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 30, de 2013

Requeiro a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública desta Comissão para discussão a respeito do recém encontrado "Relatório Figueiredo", que denuncia a ocorrência de violência contra indígenas por agentes públicos e privados nos anos 1960, e seus reflexos na atual situação indígena. Requeiro ainda que para a referida audiência sejam convidados: Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e Coordenador do Projeto Armazém Memória; Maria Rita Khel, integrante da Comissão Nacional da Verdade e responsável pelo grupo de Direitos Humanos contra indígenas; Representante do Conselho Indigenista Missionário.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Senador João Cabiperibe, eu estou colocando o senhor também como signatário, para que o senhor possa fazer...

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3.

Como sou Relatora desse requerimento, passo a Presidência ao Vice-Presidente, Senador João Capiberibe, para que possa conduzir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Passo a palavra à Senadora Ana Rita, mas antes vou ler o requerimento.

ITEM 3
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 31, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I e II, combinado com o art. 113, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2011, "que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências" de autoria da ex-Senadora Marinor Brito, bem como discutir o papel da Voz do Brasil como instrumento de concretização do direito à informação. Indicamos os seguintes convidados ou representantes: Sra. Rosane Bertotti, Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC; Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Sra. Jurema de Sousa Machado, Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM; Sr. Jonas Valente, Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Integrante do Intervozes; Sr. Chico Sant'anna, Representante do Movimento em Defesa da Voz do Brasil.

Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador João Capiberibe, a solicitação dessa audiência pública se faz necessária considerando que sou relatora do projeto que declara A Voz do Brasil Patrimônio Cultural Imaterial.

Como há uma dificuldade, pelo Legislativo, neste momento, de conceder, de declarar esse Patrimônio Imaterial, achamos por bem construir um caminho para que A Voz do Brasil realmente seja reconhecida nacionalmente como um Patrimônio. Então, o objeti-

vo da audiência pública é fazer um debate sobre este tema para que, conjuntamente com as entidades e com pessoas que defendem A Voz do Brasil, possamos construir um caminho e uma saída para esse projeto.

Portanto, essa audiência pública é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senadora.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – RS) – Item nº 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, para ouvir os membros da Comissão Nacional da Verdade. Sugerimos que os seguintes grupos de trabalho sejam convidados: Golpe de 1964 - Membros: Rosa Cardoso e Heloísa Starling; Estrutura de Repressão e Ditadura e Sistema de Justiça; - Membros: Gilson Dipp e José Paulo Cavalcanti Filho; O Estado Ditadorial-Militar - Membro: Claudio Fontes.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senadora Ana Rita, Srªs e Srs. Senadores, li algumas matérias que apareceram na imprensa escrita falando das enormes dificuldades que a Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça encontra para realizar o seu trabalho e do prazo curto que essa Comissão tem para realizar um trabalho extenso, um levantamento importante para a sociedade brasileira, até porque as novas gerações precisam saber o que aconteceu no País.

Na minha casa, tenho um exemplo. Estávamos conversando sobre o que eu e minha companheira Janete vivemos no período da ditadura – estávamos falando em casa, e o meu neto estava escutando –, e o meu neto Thomas, que tem 10 anos, ficou escutando. Depois, foi conversar com a avó, preocupado, porque nós estávamos comentando sobre as nossas prisões. Para ele, uma pessoa ser presa é algo que desqualifica, e ele ficou muito preocupado, pois eu não podia estar comentando isso.

Então, acho muito importante que possamos trazer à luz pública para essa geração o que aconteceu de 1964 em diante, quais foram as consequências do golpe de Estado e, sobretudo, as perseguições políticas que foram promovidas pelo Estado autoritário brasileiro, como consequência para milhares e milhares de pessoas em todo o País.

Então, nós queremos que a Comissão da Memória nos traga, venha a esta Comissão fazer um relato do trabalho que está desenvolvendo.

É essa, então, a expectativa que nós temos, e, por isso, apresentamos, juntamente com o Senador Randolfe Rodrigues, este requerimento, para o que peço aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como sou relatora também desse requerimento, passo a Presidência ao Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – O requerimento é da Senadora Ana Rita, item 5 desta reunião.

ITEM 5
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 33, de 2013

Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre o tema: "Alienação Parental". Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Dra. Maria Berenice Dias – Advogada especializada em Direito Homoafetivo, Famílias e Sucessões; Dra. Delma Silveira Ibias – Advogada especialista em direito de família, Mestranda em direitos humanos pela UNIRITTER; Dr. Elizio Luiz Perez- Juiz Titular da 41a. Vara do Trabalho de São Paulo, responsável pela consolidação do anteprojeto que deu origem à Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010); Dr. Jorge Trindade – Pósgraduado em Psicologia Forense, Livre Docente em Psicologia Jurídica, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa, Doutor (PhD) em Psicologia Clínica, Mestre em Desenvolvimento Comunitário e Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica; Drª. Fernanda Molinari – Advogada, Doutoranda em Psicologia Forense, Especialista em Direito de Família e Psicologia Jurídica, Mediadora de Conflitos pela CLIP, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica, Diretora da Associação Brasileira Criança Feliz do RS e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família; Sérgio de Moura Rodrigues - Oficial de Polícia Militar da Reserva,

acadêmico de Direito (*concludente*) *pela Universidade Feevale-NH/RS, fundador e Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz, participou ativamente de todos os debates referentes à Lei 12.318/2010, desde os textos iniciais até a sanção da referida lei, estuda o fenômeno da Alienação Parental há cinco* (*cinco anos*).

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Esta audiência pública, Senador João Capiberibe, é para que possamos aprofundar o tema alienação parental, que é um tema que precisa realmente ser debatido, é um tema da atualidade, é um tema do momento. E esta Comissão de Direitos Humanos precisa ouvir um pouco mais profissionais, estudiosos do assunto, para que possamos ter mais elementos sobre o assunto e, assim, poder contribuir melhor com esta temática.

É apenas isto: é uma audiência pública que acreditamos que será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Passamos à votação do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Retorno a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (13ª REUNIÃO) E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (10ª REUNIÃO) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2013, SEXTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, E ÀS 14:50 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e treze, no Plenário três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RICARDO FERRAÇO**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, EDUARDO AMORIM, RODRIGO ROLLEMBERG e LUIZ HENRIQUE**. Deixam de comparecer os demais Senadores Membros. Os Senhores Senadores **CRISTÓVAM BUARQUE, BLAIRO MAGGI** e **Ana Amélia** justificaram ausência. O Presidente declara aberta a Reunião de Audiência Pública que se destina ao Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade: Avaliando "O Futuro que queremos", em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2013-CRE, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e ao Requerimento nº 6, de 2013-CMA, de autoria do Senador Blairo Maggi, e faz pronunciamento. Em seguida, passa a palavra ao Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da CMA, que por sua vez faz o seu pronunciamento. Na **ABERTURA** deste evento, usam da palavra os seguintes expositores: **Desembargador Eladio Lecey**, Diretor da Escola Brasileira de Política e Direito Ambiental; **Desembargador Henrique Nelson Calandra**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; **Nelton Miguel Friedrich** – Diretor de Coordenação da Itaipu Binacional/ITAIPU – **representante do convidado Jorge Miguel Samek**, Presidente da Itaipu Binacional – ITAIPU; e **Ministra Izabella Teixeira**, Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA. Desfaz-se a mesa da abertura e, em seguida, tem início o **1º BLOCO DE PALESTRAS E DEBATES – RIO+20 E BIODIVERSIDADE: PRÓXIMOS PASSOS NA PERSPECTIVA BRASILEIRA E INTERNACIONAL**, presidido pelo Senador Ricardo Ferraço, com os seguintes expositores: **Bráulio Dias**, Secretário Executivo da Convenção da Diversidade Biológica; **Julia Marton-Lefèvre**, Diretora-Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN; **Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado**, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Nicholas Robinson**, Professor da Pace University – PACE; e **Ministra Izabella Teixeira**, Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente – MMA. O Presidente agradece a presença de todos e comunica intervalo de 15 minutos. Usam da palavra para debater os Senhores Carlos Alfredo Joly, Cláudio Maretti e Paulo Protásio. Os expositores respondem aos questionamentos. Às onze horas e cinquenta e dois minutos tem início o **2º BLOCO DE PALESTRAS E DEBATES – BIODIVERSIDADE NA RIO+20: CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E ECONOMIA VERDE**, presidido pelo Senador Rodrigo Rollemberg, com os seguintes expositores: **Ministro Fernando Coimbra**, Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente – MMA;

Marina Grossi, Presidente-Executiva do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS; **Ladislau Martin** – Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA – **representante do convidado Maurício Antônio Lopes**, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Roberto Cavalcanti**, Secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e **Volney Zanardi**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. **MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA:** às doze horas e quarenta e cinco minutos assume a presidência o Senador Aníbal Diniz e às doze horas e cinquenta e sete minutos reassume o Senador Rodrigo Rollemberg. Depois da exposição dos convidados deste bloco, faz uso da palavra o Senhor Bráulio Dias. O Presidente agradece a presença de todos e comunica intervalo para almoço. Informa que o retorno às atividades do colóquio se dará em novo local, o Plenário do Senado Federal, a partir das catorze horas e cinquenta minutos. É suspensa a Reunião às treze horas e vinte e seis minutos. A Reunião é reaberta às quinze horas e cinco minutos, quando, então, tem início o **3º BLOCO DE PALESTRAS E DEBATES – BIODIVERSIDADE NA RIO+20: O PAPEL DA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO**, presidido pelo Senador Aníbal Diniz, com os seguintes expositores: **Carlos Alfredo Joly**, Professor da UNICAMP, Coordenador do BIOTA-Fapesp (Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo), Membro do IPBES (Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas) e se apresenta, também, na condição de representante da Senhora Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; **Ernesto Enkerlin,** Presidente da Comissão de Áreas Protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza; **Fernando Lyrio,** Chefe de Gabinete, da Secretaria de Mudanças Climáticas, do Ministério do Meio Ambiente; **Juliane Zeidler,** Presidente da Comissão de Educação e Comunicação, da União Internacional para Conservação da Natureza; **Nilufer Oral,** Presidente, da Academia de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza; **Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto,** Chefe da Divisão de Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores; e **Roberto Ricardo Vizentin,** Presidente do Instituto Chico Mendes. O Presidente concede a palavra, para debate aos seguintes participantes: Suzana Padua; Bráulio Dias; Roberto Ricardo Vizentin; Nicholas Robinson; Carlos Alfredo Joly; Juliane Zeidler; Ernesto Enkerlin; Nilufer Oral; Claudio Maretti; Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto; e, John E. Scanlon. É encerrado este bloco às dezesseis horas e cinquenta e um minutos e comunicado intervalo. Na sequência, às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, é realizada **HOMENAGEM AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, com a exibição de vídeo, de sete minutos de duração, do Senhor **Achim Steiner**, Diretor Executivo do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP; e concessão da palavra, pelo Presidente Aníbal Diniz, aos seguintes expositores: **Ministro Antonio Herman Benjamin**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; e o homenageado **Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado**, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores – MRE. O Presidente agradece os componentes da mesa, que inclui, ainda, o Senhor **Roberto Cavalcanti**, Secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e, assim, é encerrado este bloco de atividades e convidado o Senador **Luiz Henrique** para presidir o próximo bloco. Inicia-se, por fim, o **4º BLOCO DE PALESTRAS E DEBATES – RIO+20 E BIODIVERSIDADE: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**, presidido pelo Senador Luiz Henrique, com os seguintes expositores: **Ministro Antonio Herman Benjamin,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Professor da Universidade Católica de Brasília; **David Hunter,** Professor da American University (Washington DC); **Fabio Feldmann,** Advogado, Ex-Deputado Federal e Ex-Secretário do Meio Ambiente de São Paulo; e **John Scanlon,** Secretário-Geral do CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção). O Presidente agradece a presença de todos os participantes deste colóquio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

– Senador **RICARDO FERRAÇO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

– Senador **EDUARDO AMORIM**, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bom dia, senhoras e senhores. Sejam todos muito bem-vindos ao Senado da República!

É com muita alegria, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, compartilhando com o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, que nós vamos dar início ao Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade, o primeiro colóquio de alguns que nós pretendemos continuar fazendo no Senado da República, na dimensão e na direção de proporcionar ao Senado Federal um protagonismo, um acompanhamento, um monitoramento no desdobramento, na implementação das ações da Rio+20.

Registro aqui a ausência do Senador Blairo Maggi, representado pelo Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Além do colóquio, este evento também tem outro sentido e outro propósito: homenagear o Exmo Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, que já nos honra com a sua presença, ainda atuando na condição de Subsecretário de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, mas já com sua mala pronta para coordenar a nossa missão diplomática na Organização das Nações Unidas.

Já à mesa, o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a Exma Srª Ministra Izabella Teixeira, o Dr. Nelton Friedrich, Diretor de Coordenação de Itaipu, o Desembargador Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, o Desembargador Eladio Lecey, da Escola Brasileira de Política e Direito Ambiental.

Em junho do ano passado, o Brasil foi anfitrião do maior encontro da comunidade internacional sobre sustentabilidade, a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20. Quase um ano após o evento, é hora de fazermos uma reflexão, uma primeira cuidadosa reflexão sobre as ações já adotadas para o cumprimento dos compromissos firmados pelos 188 países que assinaram o documento final da Rio+20, "O futuro que queremos".

Apesar das críticas pela não definição de prazos e metas mais concretas em nível global, o texto final da conferência teve o grande mérito, a meu juízo, de enfatizar a dimensão social do debate, ao afirmar que não existe desenvolvimento sustentável sem um esforço global pela erradicação da pobreza, além da proteção ambiental, temas complementares, absolutamente indispensáveis e não excludentes.

Ao lado de questões como o manejo adequado dos resíduos sólidos, a necessidade de proteção da biodiversidade, a redução do uso da água e da emissão de gases de efeito estufa, a Rio+20 também cuidou da economia verde e do fortalecimento da estrutura institucional, como forma de alcançar o desejável desenvolvimento sustentável. Ficou acordada a adoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável, para que os governos possam progredir em indicadores sociais, ambientais e econômicos já a partir de 2015, quando acaba o prazo dos objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela ONU.

A conferência deixou clara, acima de tudo, a conscientização e a mobilização da sociedade civil, da iniciativa privada e dos governos locais em torno de soluções para o desenvolvimento sustentável. Esse é felizmente um caminho sem volta.

A "Avaliação Ecossistêmica do Milênio", relatório ambiental das Nações Unidas, indica que pelo menos 60% dos serviços ecológicos prestados pela natureza para nosso sustento e uso estão em declínio. Habitats críticos estão sendo destruídos em velocidade crescente, e o número de espécies ameaçadas de extinção vem se multiplicando a cada dia. A segurança alimentar, a redução de riscos de desastres naturais, agravados com a escalada do aquecimento global, a adoção de uma matriz energética mais limpa e o uso sustentável dos recursos hídricos são desafios crescentes no cenário global, assim como a ocupação territorial mais ordenada, o manejo mais adequado do solo, a melhor mobilidade urbana e a distribuição mais justa da renda e da riqueza.

O documento final da Rio+20, "O futuro que queremos", contém um chamado claro na direção de uma nova ética ambiental. O Planeta Terra e seus ecossistemas, afirma o documento, são nossa casa – e aqui eu complemento: nossa única casa –, e, para alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das presentes e futuras gerações, faz-se necessária a promoção e a harmonia de uma convivência equilibrada com a natureza e com os nossos recursos naturais.

Para garantir a integridade dos diversos ecossistemas, precisamos rumar em direção a uma economia verde, ou seja, a uma produção e consumo sustentáveis, à adoção de energia e tecnologia limpas e uma sociedade mais justa e menos desigual.

Para o futuro que queremos, permanecemos profundamente preocupados, e cito aqui literalmente um trecho do documento, com:

[...] o fato de que uma em cada cinco pessoas do Planeta, ou seja, mais de um bilhão de pessoas, ainda viva em pobreza extrema, e que um em cada sete, ou seja, 14%, seja subnutrido, e que desafios de saúde

pública, como pandemias e epidemias permanecem sendo ameaças onipresentes.

O documento alerta ainda – abro aspas:

"[...] para a gravidade da perda da biodiversidade e a degradação de ecossistemas, que enfraquecem o desenvolvimento global, afetando a segurança alimentar e a nutrição, provisão e acesso à água, saúde do pobre rural e a população mundial, incluindo as presentes e as futuras gerações."

Senhoras e senhores que nos honram aqui com suas presenças, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, este Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e a Biodiversidade é uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com apoio de várias instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil organizada, entre as quais cito e agradeço o empenho do Ministério do Meio Ambiente, tão bem liderado e coordenado por nossa Ministra Izabella, que nos honra aqui com sua presença, mais uma vez, no Senado; pelo PNUMA; pela Embaixada dos Estados Unidos; pela UICN, pela Associação dos Magistrados Brasileiros; pela Ordem dos Advogados do Brasil; pela Itaipu; pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde, para citar apenas alguns que estiveram envolvidos nesse esforço. E eu, sinceramente, agradeço muito o empenho e o comprometimento do nosso queridíssimo Ministro Herman Benjamin, pela forma entusiasta, que criou toda uma motivação para que nós pudéssemos estar reunidos neste primeiro colóquio.

Eu espero continuar contando com V. Exª para que nós possamos fazer outros colóquios, e o Senado da República, através das suas comissões, possa continuar acompanhando o monitoramento e a implementação das medidas.

Temos aqui hoje alguns dos maiores especialistas da ciência e da gestão pública, do mundo empresarial e do direito, todos reunidos em torno de um tema que, mais do que uma paixão ou um capricho, é uma premente e cada vez maior necessidade ética, política e econômica: cuidar do nosso Planeta e da vida que ele abriga.

O objetivo principal, ao analisar os desdobramentos do documento futuro que queremos, é discutir os passos a serem dados nos próximos anos, particularmente em face do papel e da liderança do Brasil nesse debate global, com repercussões na política exterior e na segurança nacional.

Vale aqui destacar que o desenvolvimento sustentável é um caminho sem volta, mas se trata de estrada na qual não se caminha sozinho. Governo, iniciativa privada, Legislativo, Judiciário, institutos de pesquisa e ensino, organizações não-governamentais e comunidades precisam trabalhar juntos na construção de políticas públicas, projetos e iniciativas que incentivem o crescimento econômico, sem degradar ou dilapidar os nossos preciosos recursos naturais e os processos ecológicos essenciais à base da vida.

A construção de parcerias, a troca de ideias e de experiências é não apenas enriquecedora, mas fundamental. E essa é a nossa proposta nesse colóquio.

Fiz toda a minha vida política em torno de parcerias em favor do interesse público e de um Planeta sustentável, com características dos vários anos em que ocupei cargos no Governo do Estado do Espírito Santo, como Vice-Governador; mas foi seguramente como Secretário de Estado da Agricultura que pude, na convivência diária com o meio rural, perceber a necessária e inadiável aliança entre todos aqueles que militam, trabalham e fazem do rural a sua vida, numa convivência harmônica e equilibrada com os nossos recursos naturais, não apenas porque o que está em jogo é a sobrevivência de nossa civilização, mas também por uma produção cada vez mais equilibrada, cada vez mais sustentável.

É por isso que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, festejo a colaboração entre o Governo Brasileiro e a União Internacional para a Conservação da Natureza, a nossa UICN, instituição que, exatamente por ter assento como observadora permanente nas Nações Unidas e reunir milhares de cientistas, juristas e especialistas, é responsável pela redação do texto inicial das principais convenções de proteção da natureza, entre as quais cito a Convenção da Diversidade Biológica.

Esse colóquio deve ser o primeiro – reafirmo – de uma série de eventos com os mesmos parceiros a enfocar os mais importantes aspectos jurídicos e políticos do conteúdo de um futuro que queremos.

Nós, das duas comissões do Senado, pretendemos acompanhar de perto a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil e pela comunidade internacional em junho de 2012.

Estamos efetivamente certos de que as avaliações aqui efetuadas serão uma contribuição importante para a implementação dos compromissos firmados em um futuro que queremos.

Encerro minhas palavras, senhoras e senhores, com duas menções especiais.

Primeiro, ao Desembargador Eladio Lecey, essa figura notável, simpática, do direito ambiental e da conservação da natureza no nosso País, atualmente, Presidente do Comitê Nacional do UICN no Brasil.

Segundo, ressalto a trajetória exemplar do nosso homenageado neste colóquio: S. Exª o Sr. Embaixador

Luiz Alberto Figueiredo Machado, um dos mais destacados e comprometidos diplomatas do Brasil e do mundo, que, nos últimos 20 anos, liderou e participou de inúmeras negociações ambientais em representação do nosso País.

O amplo conhecimento especializado de S. Exª o Embaixador Figueiredo inclui não apenas política e direito ambiental, mas também energia, ciência e tecnologia. Admirado e respeitado entre seus colegas brasileiros e estrangeiros por sua extraordinária habilidade como negociador e diplomata, o Embaixador Figueiredo deixa agora o seu cargo de Subsecretário de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia no Itamaraty para representar nas Nações Unidas, em Nova York, o nosso País.

Ao Sr. Embaixador os nossos cumprimentos, as nossas felicitações por essa jornada exitosa e a certeza e a convicção que, à frente agora de um novo desafio, continuará não apenas como o nosso coordenador nas Nações Unidas, mas continuará comprometido e protagonista essencial e fundamental desse tema tão rico para a civilização humana. Portanto, a todos que nos honram com sua presença, os nossos agradecimentos.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Eduardo Amorim, que compartilha com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional esse primeiro colóquio.

Muito bom dia e um bom trabalho. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC –SE) – Bom dia a todos. É uma honra, um privilégio estar aqui convivendo, vivendo um momento tão especial no Senado Federal, no nosso Congresso, nesta Casa, Casa de todo o povo brasileiro.

Justifico, inicialmente, a ausência do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, colega e amigo, Senador Blairo Maggi, por estar em missão oficial na Ásia, mas especificamente na China e na Índia. Tentaremos, na medida do possível, substituí-lo.

Cumprimento a todos que estão na Mesa na pessoa da Ministra Izabella Teixeira. Seja bem-vinda, Ministra, mais uma vez, a esta Casa, que tenta somar, ajudar na sua missão, porque queremos todos, com certeza, um País muito melhor. Sabemos que, dentro das questões ambientais, o nosso País, o Brasil, é especial, é fundamental não só para nós brasileiros, mas, com certeza, para todo o Planeta. De fato, se Deus não é brasileiro, Ele foi e é extremamente generoso com o povo brasileiro. Temos o privilégio de estar pisando as melhores terras, os melhores solos deste Planeta, e a cada dia mais nós descobrimos novas riquezas.

Inicialmente, vieram os europeus atrás do nosso pau-brasil, e descobrimos depois os nossos minérios, o nosso ouro, a nossa prata e, assim sucessivamente, ao longo dos séculos, novas e novas descobertas. Como se não bastasse, para alguns que pensavam que todas as riquezas já estavam exauridas ou estavam sendo esgotadas, descobrimos aí, ganhamos esse novo presente através do pré-sal e de tantas e tantas outras riquezas. Nenhum canto do mundo, nenhum canto do Planeta tem tanta riqueza, tem tantos recursos minerais e naturais.

Essa é a prova concreta de quem acredita em Deus, como eu acredito, de que Ele foi e é generoso conosco, brasileiros. Se ainda não chegamos ao grau de riqueza econômica, de riqueza intelectual e tecnologia que desejávamos ou que merecemos foi porque Ele não falhou. Fomos nós que falhamos na nossa condução. Então eu acredito nisso e por isso é fundamental e importante, um privilégio estar em um momento como este.

Cumprimento a todos que estão na plateia na pessoa do Ministro, desse entusiasta, o Ministro Antonio Benjamin. Ministro, seja bem-vindo mais uma vez a esta Casa. É fundamental, é importante este convívio, este diálogo entre os Poderes. Entendo assim. Assim, a nossa democracia se fortalece, se qualifica e, com certeza, ganhamos todos nós brasileiros.

Inicio minhas palavras parabenizando a iniciativa deste Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade: Avaliando “O Futuro que Queremos”. E, especialmente, cumprimentar o homenageado, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo – seja bem-vindo, Embaixador! –, por quem temos grande respeito e admiração não apenas pelo vasto conhecimento em política e direito ambiental, ciência, energia e tecnologia, mas também pela sua reconhecida habilidade como negociador e diplomata, e que agora será o nosso representante nas Nações Unidas, em Nova York, uma boa missão. Que Deus o ilumine nessa sua nova missão, nesse novo desafio! Sabemos que capaz e preparado, com certeza, o senhor está. A sua história demonstra isso.

Durante o dia de hoje, teremos aqui reunidos grandes especialistas, que nos trarão um sólido conhecimento científico. Sem dúvida, as avaliações que serão trazidas contribuirão, sobremaneira, para a implementação dos compromissos firmados em “O Futuro que Queremos”. Acredito que são iniciativas como esta, de que agora temos a chance de participar, que direcionarão, com mais objetividade, nossas ações no sentido de trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável e, sobretudo, para a adoção de medidas concretas para a erradicação da pobreza no nosso País, os maiores desafios enfrentados na atualidade.

E nós, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, não pouparemos nenhum esforço nesse sentido e nessa direção.

Queremos, sim, um Brasil muito melhor, um Brasil que respeite, que conserve o meio ambiente, a nossa casa.

Finalizando as nossas palavras, mais uma vez agradeço a presença de todos e o privilégio de estar aqui em um momento como este.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, querido amigo, Senador Eduardo Amorim.

Sem delongas, passo a palavra ao Sr. Desembargador Eladio Lecey, da Escola Brasileira de Política e Direito Ambiental.

O SR. ELADIO LECEY – Senhores componentes da Mesa, a quem saúdo na pessoa da Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente. Esta Mesa, na realidade, está composta por pessoas que representam instituições, a quem nós, que estamos na coordenação deste evento, devemos muito agradecer.

Este evento está sendo coordenado, na parte executiva, pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde, uma organização não governamental brasileira e membro integrante da União Internacional para a Conservação da Natureza.

Nós queremos, inicialmente, saudar o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Eduardo Amorim pelo grande apoio que suas Comissões estão dando à efetividade deste nosso evento. Um agradecimento especial à Itaipu Binacional, que está apoiando, significativamente, a realização deste evento aqui e outro que faremos em Foz do Iguaçu, na sequência. Também agradecemos ao meu querido colega, Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, a minha associação. Queremos também fazer uma saudação muito especial aos integrantes, grandes especialistas internacionais, que aqui estão colaborando conosco – e o faço na pessoa de Julia Marton-Lefèvre, Diretora-Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza. Uma saudação especial ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, o homenageado deste nosso evento.

Eu vou me permitir, sim, aos senhores, fazer uma breve – e sei que teremos expositores da União Internacional de Conservação da Natureza.

Mas eu gostaria de fazer uma breve referência ao programa que a nossa União desenvolverá nos próximos quatro anos. A União Internacional de Conservação da Natureza é, não há dúvida, a maior organização não governamental na proteção do meio ambiente, e reúne especialistas integrantes das várias comissões, pessoas físicas, a quem eu saúdo na pessoa do Ministro Herman Benjamin, Presidente da Comissão Mundial de Direito Ambiental da UICN. A UICN também possui pessoas jurídicas que são membros integrantes. O Instituto O Direito por um Planeta Verde é um dos membros, assim como o Ipê, que a querida Suzana Padua está representando. Hoje, ainda, considerando o tamanho do Brasil, a nossa expressividade em termos geográficos e de biodiversidade, nós temos poucos integrantes. Atualmente, somos 18 membros, todos pessoas jurídicas, mas temos já na fila mais sete que estão preparando documentação para agregarem-se.

Eu gostaria, neste momento, também de homenagear Luiz Merico, que coordena a Associação UICN no Brasil, que está fazendo um grande trabalho de arregimentação de membros.

Srª Ministra, nós tivemos a Rio+20. Todas essas preocupações já foram destacadas pelos Senadores que me antecederam, e podemos afirmar que o programa que a União Internacional de Conservação da Natureza se propõe a desenvolver nos quatro próximos anos tem tudo a ver com a proteção da biodiversidade e o futuro que nós queremos, como a Rio+20 está propondo. No período de 2013 a 2016, a UICN vai trabalhar em áreas centradas na valoração e conservação da biodiversidade, na distribuição de benefícios da natureza de maneira justa e equitativa, e o fará através de áreas temáticas que visam analisar e resolver problemas mais prementes do desenvolvimento sustentável. Pretendemos, em todo o mundo, desenvolver ações na busca de soluções ao câmbio climático, baseadas na natureza, gestão dos ecossistemas para melhorar a segurança alimentar e alcançar uma economia verde.

Então, é com muita alegria que nós recebemos esses integrantes especialistas da União Internacional de Conservação da Natureza e esperamos, querida Ministra, que muito em breve o Brasil volte a ser um membro integrante da União. Agradecemos a todos pelo prestígio da presença, e um bom colóquio para todos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Desembargador Eladio Lecey.

Passo a palavra, para sua saudação, ao Sr. Desembargador Henrique Nelson Calandra.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Muito bom dia a todos e a todas. Em nome da Associação dos Magistrados Brasileiros, que neste ano completa 64 anos de caminhada, e que tem a honra de ter, no panteão dos seus grandes condutores, como Diretor da Escola Nacional da Magistratura, meu colega, amigo e grande mestre Eladio Lecey, quero trazer, em nome dos 20 mil magistrados brasileiros, juízes federais, juízes do trabalho, juízes militares e juízes estaduais, membros das cortes superiores, o abraço carinhoso de boas-vindas a todos aqueles, Ministra Izabella

Teixeira, que visitam o nosso País neste momento e agradecer à Casa do povo, Senador Ricardo Ferraço, que recebe aqueles que, no Brasil e no mundo, protagonizam essa luta incessante pelo meio ambiente. Quero dizer também ao representante da Itaipu Binacional, Dr. Nelton Miguel Friedrich, da nossa alegria de poder também compartilhar com ele esta mesa – a Itaipu, uma empresa também preocupada e voltada à questão do meio ambiente.

Nós magistrados brasileiros podemos também render uma homenagem especial ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, que engalana os quadros da diplomacia brasileira e que agora vai cumprir uma missão mais delicada ainda no seio das Nações Unidas.

Eu queria lhes dizer, meus amigos e minhas amigas, que, ao meu lado, se encontra o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente desta Comissão, que além de tudo é um dos grandes médicos brasileiros, especialista na dor humana. Ele, como protagonista dessa especialidade médica, um dos grandes cientistas brasileiros, que estudou fora do Brasil, inclusive, para aperfeiçoar a sua ciência, sabe que não há dor maior do que ver parte do nosso Planeta morrer por culpa de cada um de nós.

A Magistratura e o Ministério Público Brasileiro, que têm que enfrentar as duas Propostas de Emenda à Constituição nºs 33 e 37, uma delas removendo o poder de investigação do Ministério Público e a outra pretendendo aniquilar a Suprema Corte brasileira, vêm a esse colóquio, primeiro, agradecer a Deus, nós que somos cristãos, por dois seres humanos especiais cujos corações Deus banhou com uma luz invisível, com uma energia extraordinária em prol das grandes causas brasileiras. Eu me refiro e peço permissão aos demais para homenagear esse apaixonado pelo Brasil que é o Ministro Antonio Herman Benjamin, a quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

E também quero homenagear, em nome da Magistratura brasileira, meu irmão, meu amigo, irmão do povo brasileiro e da humanidade, Eladio Lecey. (*Palmas.*)

Finalizo, meu Presidente, Ricardo Ferraço, dizendo o seguinte: Paulo Bomfim, um dos grandes poetas brasileiros, disse, outro dia, num encontro que tivemos: "Calandra, nós vivemos uma época em que os homens se maquinizam e as máquinas se humanizam".

Quando o homem não olha para a sua condição de mortal, de falível, nós podemos assistir, pelo mundo, a revoluções sangrentas em nome de causas que, na verdade, são causas absolutamente supérfluas, disputas pelo poder. Quando nós assistimos à destruição do meio ambiente, a queimadas inúteis, quando nós vemos, na Europa, um exército de jovens desempregados é porque, como diz Paulo Bomfim, "os homens se maquinizam e as máquinas se humanizam". Nós não estamos olhando para nós.

Eu queria concluir rememorando um trecho da história da humanidade. César, um dos homens mais imponentes e importantes do mundo, sempre que entrava em triunfo em Roma, trazia junto de si um escravo que repetia para ele, várias vezes: "Tu és mortal. Tu és mortal".

Que cada um de nós possa saber que, se nós não cuidarmos do meio ambiente, se nós não prestigiarmos iniciativas como essa do Planeta Verde, como a Escola de Política de Direito Ambiental, o nosso Senado de braços dados conosco, para garantir que não falte espaço para o debate democrático e para a correção de rumos da humanidade, toda a humanidade irá buscar remédio para uma dor que não tem cura.

Muito obrigado. Um ótimo dia! Uma ótima jornada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Olhem, o nosso Desembargador Calandra, ao nos provocar com a sua afirmação, também nos motiva a lhe responder de pronto, pelo menos o meu juízo de valor. Essa preliminar e não decisiva decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal em desejar submeter a nossa mais alta e elevada Corte brasileira ao Congresso Nacional é como nos ensinou Caetano Veloso: "é o avesso do avesso do avesso" e não encontrará, seguramente, pelo menos por parte deste Senador, e quero crer que do Senado da República, abrigo. Compartilha comigo dessa opinião o Senador Eduardo Amorim, por tudo o que representa de fragilização da nossa mais alta Corte e da nossa democracia brasileira.

Portanto, eu quero crer que essa tenha sido uma má ideia que já nasce, por assim dizer, morta, portanto, seguramente não encontrará abrigo aqui no Senado. Quero crer também que não encontrará abrigo na Câmara e no plenário dos Deputados, porque essa é uma decisão preliminar.

Portanto, estou absolutamente seguro e tranquilo de que isso não encontrará guarida, por não representar, inclusive, o sentimento da população brasileira. Estamos atentos e na luta, na resistência.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Eu agradeço aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passo a palavra, sem mais delongas, ao representante da nossa Itaipu, Dr. Nelton Friedrich, para sua saudação.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Bom, a saudação que fazemos a esta Mesa extraordinariamente aqui colocada é na pessoa do ilustre Senador Ricardo Ferraço, da nossa Ministra Izabella, a todos os presentes.

Uma mensagem muito rápida. O nosso Diretor-Geral, Jorge Miguel Samek, movido pela necessidade de hoje presidir a reunião do Conselho de Administração da empresa, não pode estar presente.

Portanto, a nossa mensagem, acima de tudo, é fazer referência do quanto foi significativo para todos nós, brasileiros, e também para os outros países, o Brasil sediar a Rio 92 e, vinte anos depois, a Rio+20, numa edição em que houve uma presença tão significativa não só da sociedade civil, mas, ao mesmo tempo, diferente da Rio 92, com a presença também do empresariado, quando tivemos, por exemplo, tanto a empresa pública como a privada, num protagonismo especial nessa edição da Rio+20.

O que tivemos, tanto no Riocentro, como o que aconteceu no Forte de Copacabana, como no Aterro do Flamengo, mostrou uma agenda e um protagonismo extraordinário, capitaneados, evidentemente, por uma causa tão superior.

É claro que muitos esperavam – e assim desejávamos – que pudéssemos avançar mais ainda, mas são passos de uma caminhada, são etapas que estamos vivenciando. Não vamos ter as grandes transformações num único episódio, num epicentro a realizar tudo isso. São movimentos contínuos que estão se agregando num processo de transformação que vem acontecendo.

A nossa palavra, acima de tudo, é de dizer que uma empresa pública binacional, como a Itaipu, tem entendido claramente, e o fez de maneira muito enfática, de 2003 para cá, como nenhuma empresa florescerá, seja pública ou privada, se não agregar na sua missão, portanto, nas suas entranhas e na sua atividade também de envolvimento com o seu entorno, a responsabilidade social ambiental e a sustentabilidade.

A gestão sustentável hoje é imprescindível para a existência, inclusive empresarial. A responsabilidade ou será compartilhada – governos, empresas públicas e privadas, sociedade civil, universidades, instituições e estudos de pesquisa, cidadão ou cidadã – ou nós não alcançaremos o que precisamos: um Planeta saudável e sustentável. E não há outro caminho: ou muda ou muda.

Eu apenas gostaria de fazer referência, neste momento em que vamos sediar essa outra etapa, a partir de segunda-feira, em Foz do Iguaçu, naquela tríplice fronteira: a mais rica demonstração que podemos dar aqui é o quanto... Sem fazer aqui uma exaltação do trabalho, porque não é Itaipu. Temos hoje 2.383 parceiros, representantes dos mais diferentes segmentos da sociedade em 29 Municípios, em que se realiza um trabalho em que já alcançamos, por exemplo, a recuperação de mais de 130 microbacias. Dentro delas, mesmo discutindo o Código Florestal, nós alcançamos, Ministra, 1.322km de mata ciliar recomposta, com cercas construídas, e voltaram 55 espécies da flora e fauna, voltaram as abelhas, voltaram esses serviços dos ecossistemas gratuitos, que não estão quantificados e muitas vezes nem valorizados. Voltando as abelhas, a região voltou a ser um polo produtor de mel, inclusive do mel da abelha jataí.

Isso, para significar um pequeno detalhe da biodiversidade, mas para dizer também que alcançamos já 55% da merenda escolar produzida em cada Município. Isso é inclusão da pequena propriedade, mas significa também compreender o que é esse processo de inclusão econômica, social, produtiva, quando vemos hoje milhares e milhares, especialmente da agricultura familiar, vivenciando experiências ricas, como a da compra direta do pequeno produtor, para se colocar na merenda escolar, e toda a segurança alimentar. São fatos novos que o Brasil protagoniza.

Mas termino com uma observação talvez muito mais importante apenas neste detalhe: que tudo isso se realize com ampla participação. E isso está, inclusive, no futuro que queremos. Ou vamos ter um envolvimento participativo, a democracia direta, a vitalidade comunitária, fazendo com que possamos ter essa nova governança... É evidente que com isso vamos alcançar essas transformações e mudanças.

E aí, estando ao lado da Ministra Izabella e desse homenageado, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, porque tantos que estão aqui são protagonistas desses sonhos e dessas esperanças, preciso falar um pouquinho como brasileiro. Fui Constituinte, ajudamos a construir o nosso capítulo “Do Meio Ambiente” da Constituição brasileira, porque à época instituímos aqui, construímos a Frente Verde. E quero dizer que a Constituição brasileira avançou muito nesse campo, como em vários outros, inclusive no de uma Constituição Cidadã. Mas é claro que o senso de urgência nos pede que sejamos mais efetivos – maior efetividade inclusive num documento como esse, “O futuro, que queremos”. Mas não posso deixar de falar também como brasileiro, rapidamente.

Este País, Ministra, precisa conhecer mais. O que acontece? Participo de uma atividade de mais de 25 anos, inclusive só sobre o programa que Itaipu hoje ajuda a coordenar. Trinta e quatro países nos convidaram para contar como estamos fazendo isso tudo.

Mas o mais importante é que no início, não mais do que há 12 anos, nós éramos o patinho feio em todas as organizações em que estávamos presentes, em todos os colóquios, seminários e congressos. O que se falava do Brasil era a queimada da Amazônia, era ser ele um país com tanta riqueza e uma miséria tão presente. Todos os lugares a que íamos, nosso papel era

muito mais de defesa. E quero dizer orgulhosamente que, de oito anos para cá...

Claro que já tivemos exemplos ricos que aconteceram com a Rio 92, mas, nesses últimos tempos, de ver a inclusão social jamais vista num país no mundo inteiro, em pouco tempo; de ver este País construir como construiu, ao longo de muitos anos, uma matriz energética que tem 47% de energia limpa, quando os países desenvolvidos, os mais ricos, têm apenas 12% de energia renovável, limpa; de ver este País ter na Ministra, capitaneada por ela e por vários outros protagonistas brasileiros, uma presença tão significativa em Nagoya, uma grande e extraordinária presença no que diz respeito à biodiversidade; de ver este meu País poder dizer hoje do trabalho que vem sendo realizado, por exemplo, por ser um dos 17 megadiversos, sendo que oito deles estão na América Latina – com 70% desses megadiversos de toda a biodiversidade do Planeta –; de compreender o que avançamos num País que tem, na verdade, hoje, um contingente extraordinário de unidades de conservação, de áreas indígenas protegidas, por isso, quero, neste momento, dizer que é, acima de tudo, para nós, um desafio.

E esta Casa, exemplarmente, ao fazer um histórico encontro como este, tem, parece-me, a compreensão exata de como esse protagonismo pode avançar; de como o Brasil, com as águas que tem, com a biodiversidade que tem, com o banco biogenético que tem, com a perspectiva que tem de ser, com as suas características, um dos líderes, no mundo inteiro, desse tempo novo que há de surgir, de um mundo, portanto, muito mais equilibrado, de muito mais harmonia, de compreensão da solidariedade entre as pessoas e das pessoas com a natureza – e não há outro caminho.

Por isso, talvez, inspirado um pouco no ensinamento até de Gandhi, temos que ser a mudança de que o Planeta precisa, e talvez Paulo Freire pudesse nos dizer aqui o que estamos fazendo hoje: desenvolver continuamente a prática de pensar a nossa prática, porque o modelo de desenvolvimento, o padrão de produção e consumo são insustentáveis, e não haverá outra mudança sem mudar os corações e as mentes e fazer com que o senso de urgência esteja também nos principais centros de poder político e econômico do planeta, porque batemos à porta da necessidade das grandes transformações.

Muito bem-vindos os que estarão conosco em Foz do Iguaçu, mas, principalmente, os que alimentam a esperança das esperanças renovadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Nelton Friederich, Diretor de Coordenação da Itaipu, pelas palavras afirmativas, fazendo-me lembrar Thomas More, que nos ensinou que devemos mostrar com nossos atos aquilo que professamos por nossas palavras. Essa é a questão, é partir para a construção de um mundo em que estejamos muito mais preocupados com o ser do que com o ter.

Passo a palavra a nossa queridíssima Ministra Izabella Teixeira para a sua saudação inicial.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Gostaria, inicialmente, de saudar os membros da Mesa nas pessoas dos Senadores Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Obrigado, Ministra.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Acabei de saber da sua especialidade sobre dor, vou tê-lo como consultor...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Agora, dor ambiental, Ministra, dor social, dor ambiental.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Na verdade, vou ser muito breve, porque falo em seguida...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Está desligado o som.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Está o.k. agora?

Então, bom dia a todos novamente, porque está sendo televisionado. Quero pedir desculpas pela minha voz, estou gripadíssima, sob medicação, mas não quis deixar de estar aqui com vocês neste primeiro Colóquio Internacional sobre Rio+20 e Biodiversidade, o pós-Rio+20, que, internacionalmente, está movimentando, demasiadamente, a agenda. Nem um ano depois da Conferência, tenho participado de vários processos; os resultados da Rio+20 têm, na realidade, balizado uma agenda internacional absolutamente rica, ampla e que vai ser objeto, parte dessa agenda, de comentários ao longo deste Colóquio.

Quero sinalizar aqui a minha alegria de poder estar nesta homenagem ao meu amigo Embaixador Figueiredo, que tenho a liberdade de chamar de Embaixador Figue, e que, ao longo deste dia, vocês vão, certamente, compreender e entender o alcance dessa homenagem, a importância dele, do seu *staff*, aqui o Ministro Paulino, o Ministro Fernando Coimbra, hoje, meu assessor, mas que também foi responsável por esse caminho em relação a Nagoya e em relação à Convenção da Diversidade Biológica.

E, na minha fala seguinte, vou detalhar as expectativas, como estamos, na realidade, vendo os desafios que teremos pela frente, mas, mais do que isso, entendo, não só a presença da UICN, aqui, a presença da minha amiga Julia Lefèvre, mais do que isso, a importância da insistência de um cavaleiro ambiental, cavaleiro mesmo, porque ele tem a ordem de honra de Chevalier de Honneur da França, meu querido Ministro Herman Benjamin, de, determinando, juntar Legisla-

tivo, Executivo e Judiciário, numa interlocução sobre sustentabilidade e os desafios deste País.

Acho que, aqui, sentados à mesa, neste plenário, tem a síntese deste Brasil, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário de maneira harmônica, junto com a sociedade civil trabalhando por um País mais justo, que possa incluir mais e por um Planeta mais sustentável. Esse é o espírito da nossa democracia e do que deseja a nossa sociedade, em termos de qualidade de vida e de ambições políticas.

Então, agradeço, mais uma vez, a chance de estar aqui nesta Casa. É sempre um prazer enorme retornar ao Senado Federal e me colocar à disposição. A partir deste colóquio, tenho certeza de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deverá se engajar cada vez mais neste debate sobre pós-Rio+20 e os desafios que temos até 2015 e pós-2015, uma agenda absolutamente complexa, em que o Brasil tem um protagonismo não só do ponto de vista ambiental, mas um protagonismo político, e vamos, certamente, agregar muito valor a esse debate global.

Finalmente, agradeço a oportunidade de conhecer, aqui, o desempenho do meu querido Nelton e do Samek – enquanto Itaipu, ele está um verdadeiro ecogestor de hidrelétrica –, e dizer que muito da experiência de Itaipu contribuiu para um debate mais concreto, mais objetivo em torno de soluções sobre o Código Florestal.

A recuperação de 130 microbacias foi com a agricultura familiar, mostrando que é possível recuperar e manter o homem no campo e manter esses produtores dos alimentos, que são responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos no Brasil, e com ajuda, com tecnologia, com investimentos, com parcerias, com soluções que mantêm o meio ambiente, restauram o meio ambiente, mas não tiram o produtor da sua propriedade, que era um dos grandes desafios do debate político no Brasil.

Então, muito obrigada pelo convite. É um prazer imenso rever os amigos e dizer que espero que não só o colóquio, aqui, mas a continuação lá em Iguaçu, e na visita ao parque, certamente – tenho certeza que Itaipu vai proporcionar isso junto com o Instituto Chico Mendes –, permitirá observar... Esta Casa, o meu desejo é que ela sempre debata um Brasil inovador, um Brasil de desafios, um Brasil que coloque o meio ambiente na centralidade dessas políticas de desenvolvimento sustentável. E esta Casa não pode, de maneira alguma, promover retrocessos como o recém-debate sobre a reabertura da Estrada do Colono. Isso não é aceitável, do ponto de vista do Parque do Iguaçu, do ponto de vista das políticas ambientais e de um tema que tem, inclusive, decisão na Justiça, no Supremo Tribunal Federal, sobre a situação da Estrada do Colono.

Peço, aqui, encarecidamente, que, cada vez mais, a democracia compreenda a diversidade das situações-problema em nosso País, mas as soluções não passam com a abertura de estradas que poderão levar a um agravamento e à destruição de uma parte de um parque que é patrimônio da humanidade. Então, nós nos colocamos frontalmente contrários a essa proposta e tenho certeza de que, da mesma maneira que outras questões estão sendo debatidas na Casa, no Congresso Nacional, o Senado terá a sensibilidade de, eventualmente, se essa questão aqui estiver, se aqui chegar, que possamos debater, mas não para promover retrocesso e, sim, promovermos a ampliação do parque numa proteção da tríplice aliança. Isso, sim, conservando e protegendo as sociedades de qualquer invasão e de qualquer degradação.

Agradeço a todos, mais uma vez, a chance de aqui estar e o apoio de Itaipu em várias das nossas iniciativas de recuperação ambiental naquela região do Paraná.

Obrigado a todos e bom debate.

Figueiredo, meus parabéns! É mais do que justa essa homenagem a você, mas vem mais, agora que você vai para a ONU, prepare-se, que a agenda agora vai crescer. Aguarde-me nos próximos capítulos.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Ministra. V. Exª sabe que pode continuar contando conosco para continuar fazendo aquilo que o apóstolo Pedro nos recomendou, guardando sempre a boa-fé e fazendo sempre o bom combate em razão das causas que são essenciais a nossa sociedade.

Muito bem. A Ministra continua comigo. Vamos desfazer a Mesa e gostaria de convidar para esse primeiro bloco, em que estaremos tratando dos próximos passos na perspectiva brasileira e internacional, o Secretário Executivo da Convenção da Diversidade Biológica, Bráulio Dias; a Diretora-Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza, Julia Marton-Lefèvre; o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário de Meio Ambiente e Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, e o Professor da Pace University, Sr. Nicholas Robinson.

Registro, com alegria, a presença, entre nós, do querido Senador Anibal Diniz, honrando-nos, aqui, com sua presença.

Se estivermos todos à mesa, para economia processual e de tempo... (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Secretário Executivo da Convenção da Diversidade Biológica, Bráulio Dias.

Nosso esforço, tendo em vista a longa e diversificada agenda, é que possamos estabelecer, para as nossas intervenções, até dez minutos. Ao final desse primeiro bloco, a nossa queridíssima Ministra fará, naturalmente, um coroamento da nossa primeira intervenção.

A palavra é de V. Sª, Bráulio Dias.

O SR. BRÁULIO DIAS – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui participando deste colóquio, desta audiência no Senado Federal.

Como vocês sabem, desde fevereiro passado, estou à frente da Convenção sobre Diversidade Biológica. É uma grande honra estar nessa posição, e levo para esse posto a experiência adquirida aqui no Brasil.

O Brasil, como já foi mencionado, é o país que tem a maior riqueza de biodiversidade no mundo. Portanto, temos uma grande responsabilidade não só perante os brasileiros, mas perante toda a humanidade com relação ao futuro dessa biodiversidade, como administramos essa biodiversidade de forma a assegurar a sua conservação, a sua recuperação e a manutenção dos recursos genéticos que são fundamentais para a humanidade, para as suas atividades econômicas, em particular, a agricultura, fundamental para a saúde humana, fundamental para o combate à pobreza e fundamental para a manutenção dos chamados serviços ecossistêmicos, serviços ambientais. E aí estamos falando de manutenção do ciclo da água, da questão de regulação e moderação dos eventos extremos – com as mudanças climáticas, cada vez mais, a ocorrência de enchentes e secas se intensifica –, e a relevância da biodiversidade dos ecossistemas é fundamental como resposta para criarmos um mundo mais sustentável e mais resistente e resiliente a todos esses eventos extremos com os quais temos que conviver.

Eu queria dar o meu testemunho do impacto dos resultados da Rio+20. Apesar da frustração de muitos que gostariam de ver acordos ainda mais detalhados alcançados, a Rio+20, como já foi dito aqui, estabeleceu agora toda a nova agenda global de discussão de desenvolvimento sustentável, e isso está causando uma série de desdobramentos no mundo inteiro, com vários processos de discussão liderados pelas Nações Unidas. É uma oportunidade única.

Foram mencionados os avanços que nós alcançamos na área de biodiversidade em Nagoya, em outubro de 2010, na 10ª Conferência das Partes, em que adotamos o Protocolo de Nagoya, que define regras internacionais de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e regras de repartição de benefício, e isso é fundamental para criarmos um mundo mais equitativo de relações entre as nações mais equilibradas, aqueles que são provedores de recursos genéticos e aqueles que são usuários de recursos genéticos e, com isso, valorizar a biodiversidade e a promoção da sua conservação, dando maior importância ao papel das comunidades locais, povos indígenas e outros, responsáveis que são pela manutenção dessa biodiversidade, inclusive os pequenos agricultores em todo o mundo. Se temos biodiversidade, é graças a esses atores, e é preciso valorizar o seu papel e assegurar, dessa forma, a conservação da biodiversidade.

Nós temos uma oportunidade única agora, com os desdobramentos da Rio+20, de inserir finalmente o meio ambiente como um tema central na definição dos processos de desenvolvimento. Infelizmente, o meio ambiente ainda é tratado como uma questão secundária, ainda é visto como uma questão de luxo.

"Ah, depois de resolvermos os problemas de pobreza, emprego, alimentação, saúde, etc., aí nós vamos ver as questões ambientais." Isso é um erro, porque na verdade será impossível alcançarmos os objetivos que queremos de promover a erradicação da pobreza, promover saúde para todos, promover segurança alimentar, promover acesso à água, promover acesso à energia sem biodiversidade. A biodiversidade é a base de tudo isso.

Só que tradicionalmente nós adotamos práticas insustentáveis achando que a natureza sempre se recupera e que nós vamos ter sempre a disponibilidade da biodiversidade e dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos.

No entanto, isso não está mais acontecendo. Devido ao crescimento da população humana, ao crescimento do consumo – que é importante, é necessário, mas não pode ser feito de forma não sustentável –, ao crescimento da poluição, o impacto humano sobre a natureza aumentou de forma excessiva, e nós já estamos sofrendo as consequências.

Nós estamos tendo colapsos de oferta de serviços ambientais, de recursos naturais, colapsos em muitas pescarias do mundo. Por exemplo: a população de bacalhau na costa nordeste da América do Norte, do Canadá e dos Estados Unidos entrou em colapso 20 anos atrás, devido ao excesso de esforço de pesca, e não se recuperou até agora. Apesar de todos os investimentos, dos milhões de dólares que os dois governos têm gastado, não foi possível ainda recuperar a população de bacalhau. E esse é apenas um exemplo do que vem acontecendo em todo o mundo.

A degradação dos ecossistemas leva a uma maior fragilidade em face desses eventos extremos climáticos. Basta mencionar a tragédia que tivemos aqui no Brasil na região serrana do Rio de Janeiro, dois anos atrás.

Nós não conseguimos controlar a natureza, mas nós podemos, sim, fazer melhor sobre o uso da terra, sobre os cuidados necessários de respeitar as vulnerabilidades ambientais e assegurar um equilíbrio entre atividades produtivas e ocupação humana e proteção da natureza.

Então, se quisermos de fato evitar tragédias como essa que ocorreu na região serrana do Rio, com quase mil mortes, temos que ampliar os esforços com a conservação da natureza e promover maior recuperação. O exemplo de Itaipu, que foi mencionado, é digno de nota. Em Nagoya, nós aprovamos todo um plano estratégico global para a biodiversidade para esta década, com 20 metas globais. Então, isso é um grande referencial. Só que esse acordo foi um acordo prioritariamente da área ambiental.

Nós precisamos agora fazer com que esses objetivos alcançados em Nagoya sejam incorporados num planejamento mais amplo do processo de desenvolvimento. E a questão da biodiversidade tem que deixar de ser tratada apenas como um problema. Sim, nós temos um problema: estamos perdendo biodiversidade, e isso não é bom. Mas nós temos que ver quanto nós dependemos da biodiversidade e as oportunidades que a biodiversidade pode nos dar. Então, nós temos que ver natureza, ecossistemas, biodiversidade como solução, e eu acho que temos tremendas oportunidades de desenvolver soluções mais efetivas, mais sustentáveis, a mais baixo custo, se incorporarmos a natureza nessas decisões.

Eu tenho participado de alguns debates já de segmento a Rio+20 e me preocupa que prevalecem ainda nesse debate visões setoriais. Então, nós discutimos a questão da água, discutimos a questão da energia, discutimos a questão da segurança alimentar. E eu acho que nós precisamos evitar a situação que nós temos ainda hoje com os objetivos de desenvolvimento do milênio. Esses objetivos têm propiciado um grande avanço dessas agendas no mundo, mas de forma isolada. Os objetivos de desenvolvimento do milênio estão sendo implementados isoladamente. Não se aproveitam as oportunidades de interação, de apoio mútuo entre essas diferentes áreas. Então, eu espero que nos debates, agora, para definir os novos objetivos de desenvolvimento sustentável, o papel da natureza, o papel da biodiversidade seja realmente entendido e que nós possamos ter objetivos integrados.

Então, sim, queremos prover água para todos. Eu participei de um debate, há um mês, na Holanda, sobre objetivos possíveis e desejáveis na questão da água, mas não se deu muita atenção sobre como alcançar esses objetivos. Não basta fazermos uma declaração "Ah, queremos prover água para todos". Como vamos implementar isso? E a natureza, a biodiversidade é parte dessa resposta, dessa solução.

Então, eu acho que é esse o desafio, de aproveitarmos uma visão mais integrada, mais holística, dos desafios do desenvolvimento e aproveitarmos, de fato, as oportunidades que a natureza, que a biodiversidade oferece como solução. E, conseguindo isso, com certeza, nós vamos conseguir promover soluções ganha-ganha.

Então, vamos promover soluções que interessam ao meio ambiente, mas que interessam à sociedade, para o alcance de metas sociais e metas de desenvolvimento econômico.

Então, eu acho que esse é o desafio, a oportunidade que temos e eu espero que esse debate aqui também ofereça indicações de rumos possíveis nessa direção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradecendo ao nosso Secretário Executivo da Convenção da Diversidade Biológica, Bráulio Dias, concedo a palavra à Srª Julia Marton-Lefèvre, Diretora-Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza. A palavra é de V. Sª.

A SRª JULIA MARTON-LEFÈVRE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom dia. (*Falha na gravação da tradução simultânea.*)... Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço; Srª Ministra Izabella Teixeira, na pessoa de quem saúdo os colegas da Mesa; Srs. Embaixadores de países amigos que aqui estão, senhoras e senhores, é com profundo sentimento de humildade que agradeço, e confesso que não tenho muitas palavras para agradecer as referências que foram feitas a mim. A única coisa que posso prometer em troca é continuar a trabalhar, de modo a continuar merecendo a confiança que me foi depositada.

Eu gostaria de falar um pouco sobre este evento, que é uma iniciativa extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Sem dúvida, não teria sido possível sem o estímulo extremamente ativo do Ministro Herman Benjamin, a quem eu gostaria de agradecer por ter criado a pos-

sibilidade, como eu disse, de termos aqui Executivo, Legislativo e Judiciário juntos, juntamente com a UICN, nessa conversa sobre a Rio+20 e a biodiversidade.

A Rio+20, diferentemente da Rio 92, que foi uma convergência de processos... Temos de nos lembrar que, ao chegarmos à Rio 92, para ela convergiam processos negociadores como o da Convenção da Diversidade Biológica, da Convenção de Mudança do Clima, logo depois o da Convenção de Desertificação, as chamadas Convenções do Rio, e todo um processo negociador ligado aos princípios do Rio, aos princípios de florestas, enfim, uma série de documentos que foram absolutamente seminais para que o tema do desenvolvimento sustentável chegasse à posição que tem hoje. E é inegável que, desde 1992 até hoje, o mundo mudou profundamente em sua visão do valor da sustentabilidade.

Já em 1992, foi muito claramente estabelecido que não existe sustentabilidade se não tivermos desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental ao mesmo tempo. Não há sustentabilidade isolada ambiental. Não há sustentabilidade econômica isolada, nem a social isolada. Se os três elementos, se as três dimensões não estiverem presentes ao mesmo tempo não existe sustentabilidade no longo prazo. Podemos esquecer, não funcionará.

Isso foi estabelecido claramente em 1992, porém, por ser um conceito bastante novo, demorou muito tempo até que todos pudéssemos compreender o alcance disso. E eu ouso dizer que apenas na Rio+20, 20 anos após, é que esse conceito definitivamente penetrou em todos os setores da sociedade, não só nas ONGs, mas nos governos e nas empresas. Enfim, finalmente, hoje temos uma visão moderna, atual e clara de que os três elementos caminham juntos.

E como disse o nosso Presidente, desenvolvimento sustentável é um caminho sem volta, não é, Senador? Mas é um caminho que não se caminha sozinho, como o senhor bem disse. E esse caminhar em parceria é o que possibilitará que o mundo se desenvolva de uma outra maneira no período pós-2015, que é quando convergirão algumas negociações da maior importância. Uma delas, a renovação, um novo olhar para os objetivos do desenvolvimento do milênio.

Um outro elemento, os objetivos de desenvolvimento sustentável que foram lançados pela Rio+20, cuja negociação se conclui em 2015.

Um outro processo de clima, temos uma nova negociação que também se concluirá em 2015. Isso tudo aponta para que uma agenda de desenvolvimento pós-2015 tenha que estar fortemente centrada nesses aspectos.

A minha amiga de muitos anos Julia Marton-Lefèvre citou um trecho do relatório final da Rio+20, "O futuro que queremos", sobre biodiversidade, em que se reafirma o compromisso global nessa área.

Eu acho importante que se entenda a dificuldade que é apenas reafirmar coisas que nos conseguimos ganhar no passado.

A reafirmação que a Rio+20 fez de todas as conquistas de 1992 foi um processo penoso, foi um processo difícil. Muitos países, especialmente aqueles que hoje se encontram em crise, têm grande dificuldade em renovar o seu compromisso com uma visão de mundo que nós tivemos em 1992. Mas a Rio+20 conseguiu, apesar disso, renovar essa visão, porque – e aí eu me permito – é muito fácil criticar um país que está em crise, como nós estivemos na década de 1980. E apesar de estar em profunda crise, "não, vocês estão em crise, mas vocês têm que se preocupar com o meio ambiente". Esse era o discurso.

E esse discurso hoje se volta contra aqueles que hoje estão em crise e que não estão mais interessados em se preocupar com o meio ambiente, estão interessados em se preocupar com a geração de emprego, com a saída das dificuldades econômicas. Então, hoje nós estamos vendo os problemas que batiam à porta dos países em desenvolvimento em 1992 baterem à porta dos países desenvolvidos em 2012. E as reações são muito curiosas. E essas reações curiosas tornaram a negociação da Rio+20 particularmente difícil – particularmente difícil – porque esses mesmos países não estavam mais interessados em reafirmar os seus compromissos de 1992. Mas, enfim, nós conseguimos, depois de um grande esforço.

O Dr. Bráulio, que honra a todos nós aqui, nosso Secretário da Convenção da Biodiversidade, disse muito bem que nessa visão pós-2015, a biodiversidade tem que estar numa posição central. Eu não só concordo, como acho que toda a questão da proteção ambiental deve ser transversal quando se fala no desenvolvimento pós-2015, exatamente por ser uma das três dimensões desse desenvolvimento. Ela tem que permear o desenvolvimento como um todo.

A ideia que nós temos – estamos desenvolvendo internamente uma posição nacional sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável – é que eles tenham sempre as três dimensões – econômica, social e ambiental – de mãos dadas. Nós não queremos jamais esquecer uma das três dimensões em detrimento da outra. Não podemos fazer isso. Temos que velar pela sustentabilidade dessa nova fase do desenvolvimento mundial.

E, portanto, sim, o meio ambiente é um dos centros dessa visão e tem que perpassar a visão como

um todo. Não se pode pensar em exclusão de temas ou "vamos deixar para depois". Não há o depois. O depois não existe. Fazemos agora e fazemos todos eles ao mesmo tempo.

Eu vejo que o tempo a mim atribuído já se esgotou e, portanto, eu quero apenas deixar essa mensagem de que o futuro que queremos, o resultado da Rio+20 tem e vai ter sempre... E essas negociações que estamos tendo para a implementação dos resultados da Rio+20, a dimensão de biodiversidade vai estar sempre lá, e o Brasil, como país megabiodiverso e como país dotado de uma parcela expressiva da biodiversidade mundial, tem sim a obrigação de liderar esse processo, e nós não fugimos e não fugiremos a essa obrigação. Isso cabe a nós e vai ser feito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Passo a palavra ao Sr. Nicholas Robinson, Professor da Pace University.

O SR. NICHOLAS ROBINSON (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom dia a todos. Eu agradeço a todos. Infelizmente, eu não falo português e vou ter de utilizar os nossos excelentes intérpretes para me comunicar.

Então, senhores painelistas, Ministra, é uma grande honra poder estar aqui, em nome da Comissão de Direito Ambiental, para compartilhar esses pensamentos a respeito do futuro que nós queremos, dessa perspectiva da lei.

Eu gostaria de agradecer ao Embaixador Figueiredo pelo seu trabalho maravilhoso na proteção do meio ambiente e assegurar que todos os especialistas, no mundo todo, e a comissão também, de fato, vão receber todo o apoio necessário para o trabalho nas Nações Unidas.

Então, foi um grande privilégio, para mim, estar em 1992 e, depois, na Rio+20. Eu sempre tenho em mente as palavras de abertura da Agenda 21, que foi adotada no ano passado: "A Humanidade está num ponto decisivo na sua história." Essas palavras, que fizeram parte do nosso consenso, em 1992, ressoaram depois, em 2013, e vemos que as tendências que afetam o nosso Planeta, às vezes, não estão sendo aliviadas, apesar do nosso trabalho, e que ainda pioraram.

Quanto ao futuro que nós queremos, temos de redobrar o nosso trabalho para um futuro sustentável. E nós sabemos que, na avaliação do ecossistema do mundo, metade dos ecossistemas está degradado. E o UICN agora está preparando, como foi dito pela Diretora-Geral, uma lista vermelha dos ecossistemas em ameaça, justamente para o manejo do ecossistema.

Então, esse é um dos passos.

Vemos que a fundação para o futuro que nós queremos está no sistema da biodiversidade, para a geração de hoje e para os outros 2 bilhões de seres humanos com os quais vamos compartilhar este Planeta.

Nós, humanos, fazemos parte da natureza e dependemos da flora e da fauna, e também dos sistemas ecológicos e do ciclo hidrológico do Planeta Terra. Essa é a criação de Deus. E sabemos que a Terra está em nossas mãos. Então, eu gostaria de relembrar o símbolo da ECO 92: duas mãos segurando o Planeta.

Agora, as nações precisam cuidar do nosso Planeta. Sabemos que, hoje, 147 dos 196 Estados que são membros das Nações Unidas forneceram, na sua Constituição, o direito ao meio ambiente. Então, é uma transformação muito poderosa desde 1992.

Sabemos que a liderança também pode ser atribuída ao art. 225 da Constituição do Brasil, que é um modelo para todas as outras nações, estabelecendo o dever de assegurar um ambiente ecologicamente equilibrado como um bem para as pessoas, essencial para uma vida saudável. Sabemos que é uma norma também do direito internacional.

Essa norma está refletida em documentos do UICN, desenvolvidos com as Nações Unidas, a Convenção da Biodiversidade Biológica e outros instrumentos.

Então, nos nossos esforços de restaurar a robustez da biodiversidade, temos desafios. E esses podem ser resumidos por um estudo que agora está sendo realizado por geólogos – não por biólogos –, que é a Comissão Internacional de Estratigrafia. Talvez nós não sigamos isso diariamente, mas está considerando a época holocênica e o novo período geológico, a época antropocênica.

A comissão determina, na história deste Planeta, as mudanças geológicas; então, quando começa uma nova era. Por exemplo, como a era do gelo. Então, isso já apareceu na *The Economist*. Até mesmo os economistas acharam que essa era uma ideia interessante. Então, entramos na nova era geológica, descrevendo as mudanças do ciclo do carbono, nitrogênio e também a mudança das paisagens, a erosão dos solos, em escala global, os danos ao ecossistema, e a extinção de espécies... (*Falha de gravação na tradução simultânea.)*. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Encerrando esse nosso primeiro bloco, finalizando os próximos passos na perspectiva brasileira e internacional, encerrando essa primeira fase, nós concedemos a palavra, pelo tempo que julgar necessário, a S. Exª a Ministra Izabella Teixeira.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Novamente, bom dia a todos. Eu ouvi atentamente as considerações não só da primeira Mesa, a de abertura, mas as considera-

ções feitas aqui, e, obviamente, o painel fala exatamente "Rio+20, os próximos passos na perspectiva brasileira e internacional". Estamos falando dos próximos passos, também olhando o legado de 92, e como esse legado acontece ou se traduz, como o próprio Embaixador Figueiredo destacou, no legado da Rio+20. Reafirmar esse legado foi uma das ações mais complexas, do ponto de vista da diplomacia ambiental, nos bastidores da Rio+20, não só pelas dificuldades dos países em crise, mas também pelo tempo que passou, a necessidade de buscar novos caminhos para esse diálogo em torno do legado e em torno da sua implementação.

O olhar sobre o que foi feito nos últimos 20 anos sinaliza ou sinalizou que muito ainda precisa ser feito. E, talvez, um exemplo mais representativo, não só da questão ambiental, mas da questão do desenvolvimento sustentável, tem a ver com o que foi o debate para concluir Nagoya, que é o terceiro objetivo da Convenção, e levou quase 20 anos para ser concretizado, e, ouvindo a minha amiga Julia falando aqui que, quando em 1981 eles sonharam, desejaram ter uma convenção de diversidade biológica, levaram 11 anos para conseguir esse objetivo, em 1992. Então, a discussão sobre o *timing* de negociação política e a perspectiva que cresce, cada vez mais, de uma ansiedade das sociedades no sentido de desejar ações e resultados estarão cada vez mais presente nos fóruns internacionais de diálogo no âmbito do multilateralismo. Essa pressão acontecerá exigindo resultados e, mais do que resultados, exigindo uma inclusão política de outros grupos no diálogo com os Estados, com os países-membros e naquilo que é a visão de um compromisso não só do futuro que queremos, mas do presente que queremos transformar para influenciar o futuro que queremos.

Esse é o quadro internacional que está colocado, e não está colocado só na biodiversidade, quando leva o tempo que levou para Nagoya. Eu vou falar um pouco de Nagoya aqui porque talvez seja, de toda a minha biografia profissional, aquilo que eu vou levar com maior orgulho da minha vida profissional como funcionária pública do Governo brasileiro. Mas, se pegarmos a discussão de clima, o que foi a disputa para viabilizar o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto e olharmos os resultados de implementação do Protocolo de Kyoto por parte dos mesmos países que têm obrigações e se compararmos, na agenda de erradicação da pobreza, que os países em desenvolvimento, nos dados divulgados recentemente pela Cepal, os países da América Latina e Caribe, os esforços para redução da pobreza e eliminação da pobreza extrema, veremos que 95% dos recursos resultantes disso são orçamentos nacionais, não são advindos da cooperação internacional. E se o Brasil é um país campeão na erradicação na pobreza e está se mobilizando, e alcançou antes do prazo os objetivos de desenvolvimento do milênio nacionalmente, o Brasil não os alcançou regionalmente. E esse olhar sobre cooperação internacional, não só sob a perspectiva econômica, mas sob os estágios de desenvolvimento e as convergências de novas agendas de desenvolvimento, é que vai ser determinante em um chapéu – como eu chamo informalmente, o Embaixador Figueiredo olha para mim às vezes – de uma geopolítica sobre o desenvolvimento, que a agenda de desenvolvimento sustentável está acolhendo cada vez mais, do ponto de vista das inter-relações dos vários grupos que fazem parte disso que é a família do multilateralismo.

Então, essa geopolítica chegou à agenda ambiental, ou a agenda ambiental chegou a essa geopolítica. Talvez, o principal resultado da Conferência Rio+20 seja o resultado que mostra que estamos falando de desenvolvimento sustentável. Nós não estamos falando mais dos pilares isoladamente, e não estamos falando – vocês me perdoem, talvez pela minha influência de participação desses fóruns internacionais em que eu estou envolvida, de pensar o pós-2015 – só de uma ética ambiental. Nós estamos falando de uma ética de sustentabilidade. É muito mais abrangente, do ponto de vista de fazer com que todos os países estejam a bordo no compromisso do desenvolvimento sustentável, e não em uma relação em que eu aloco recursos entre países do Norte e países do Sul e espero que vocês cumpram seus compromissos, enquanto eu não altero nada no meu modo de produção – nem de produção nem de consumo. O que nós temos hoje em vários países desenvolvidos é uma crise que afeta essa classe média desses países, e muito possivelmente vai afetar o modo de vida desses países desenvolvidos nos próximos 20 ou 30 anos.

É nesse contexto que nós discutiremos clima, discutiremos a visão estratégica pós-Nagoya, discutiremos a visão estratégica pós-ODM, ou ODM na segunda fase, com o desenvolvimento sustentável, e discutiremos o legado da Rio+20 que, como eu disse, está modelando hoje toda a agenda internacional. Inclusive, deveremos ter uma visita breve do Dr. Steiner, o Diretor-Geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que exatamente virá ao Brasil para fazer uma avaliação do modelo que saiu da Rio+20, do que é o novo sistema de governança ambiental de meio ambiente. Sob a avaliação deles, de todo aquele pessoal, a informação que eu tenho é de que o modelo evoluiu muito bem, e vai possibilitar que essa agenda ambiental possa discutir ou fazer parte dessa nova inserção do diálogo político sobre o desenvolvimento,

no âmbito das Nações Unidas, em bases nunca antes esperadas.

Então, àqueles que disseram que foi um fracasso sugiro que se atualizem na agenda internacional para verem como esse processo evoluiu em um ano e, no debate, o que foi conseguido em fevereiro em Nairóbi, possibilitando, Julia, Professor Robinson, que possamos avançar num diálogo sobre a questão ambiental, também com um novo sistema de governança ambiental, porque não dá mais para ter uma postura reativa, tem que ter uma postura proativa, de inserção e de integração. E, para isso, tem que conhecer o pensamento – ainda que fragmentado – setorial, econômico, ambiental e social para poder formular um pensamento integrado de sustentabilidade.

É fácil dizer que está errado. É muito difícil propor como fazer, colocando mais de 190 países numa base comum de compromissos, em que ainda há países, no mundo, que lutam contra, por exemplo, acesso à energia para lidar com pobreza. Então, é uma questão de assumirmos um pragmatismo político com o compromisso sério dos limites políticos impostos pela necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento no Planeta, nos países e no Brasil.

Nós não estamos falando, exclusivamente, de problemas do Brasil. Estamos falando de problemas globais que se refletem nacionalmente e que se refletem localmente. Nós vivemos num país – eu tenho muito orgulho de ser brasileira e acho que Deus realmente é brasileiro e ambientalista; ainda há essa ambição –, que acho, sinceramente, que tem vários brasis. Conhecer o Brasil detalhadamente determina uma nova postura política não só na negociação internacional, global, mas regional, quando nós falamos dos nossos amigos, países limítrofes, países que compartilham a América do Sul, que compartilham uma agenda, por exemplo, da biodiversidade, em torno dos megabiodiversos.

Esse desafio se coloca, por exemplo, meu caro Senador Ricardo Ferraço, quando nós oferecemos recursos do Fundo Amazônia para viabilizar o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia em todos os países da Bacia Amazônica, nós estamos fazendo um esforço não só de diálogo, de cooperação internacional e de proteção da biodiversidade; nós estamos compartilhando uma experiência e queremos discutir uma visão de desenvolvimento regional que leve à conservação da floresta, mas com inclusão social e com geração de empregos. No meu País, eu faço hoje um programa chamado Bolsa Verde, dentro do Programa de Erradicação da Miséria, em que eu transfiro renda para populações pobres que vivem em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia. E eu tenho que ter soluções, daqui a quatro anos, para tirar essas populações pobres da pobreza, além da transferência de renda, e não é o modelo de gestão de unidade de conservação que está colocado lá que, necessariamente, vai dar essa resposta, senão eles não estariam na pobreza hoje.

É isso que tem que ser visto como soluções locais, e seria ótimo, Julia, que a UICN pudesse nos ajudar nessa reflexão estratégica de fazer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação dialogar com as necessidades de inclusão social, de desenvolvimento e de visibilidade de uma cidadania que não é só ambiental, é uma cidadania da sustentabilidade.

Esse é um desafio que um país como o Brasil tem, como tantos outros. Estamos com as duas faces do desenvolvimento: um país em desenvolvimento, que ainda luta contra a pobreza, e um país com face de desenvolvido, que amplia a sua ambição na inovação tecnológica e no desenvolvimento econômico. Essas duas faces afirmam a trajetória deste País e fazem com que o Nelton possa mostrar a experiência de Itaipu com inovação tecnológica e inclusão social, mas que possa também, com isso, mostrar que a solução de restauração, de recuperação de ecossistemas degradados não é uma solução de fácil resultado ou de baixo custo.

Talvez aí resida um dos maiores problemas da omissão da sociedade brasileira em relação ao Código Florestal, nos últimos 35 anos, porque ninguém restaurou nada, mas se manteve uma reserva legal de 80% na propriedade privada, ou de 20% na propriedade privada em outros biomas. Isso não mudou, mas há a obrigação de restaurar, de recuperar, como foi dito aqui sobre a experiência de 130 microbacias, ou como o novo mapa da Mata Atlântica, que nós vamos divulgar, vai mostrar uma situação de restauração de ecossistemas associados de Floresta Atlântica, no País, numa percentagem muito maior do que as pessoas esperavam. Aguardem os próximos capítulos. Ou a divulgação do novo estudo TerraClass com o Inpe e a Embrapa, que mostra uma restauração de floresta secundária bastante interessante e generosa, vamos dizer assim, na Amazônia, daquilo que foi desmatado. Além de reduzir o desmatamento, há uma restauração acontecendo em termos de floresta secundária e de maneira bastante expressiva.

A discussão que se coloca é como andar com um país que tem fronteira agrícola móvel, que tem um papel estratégico de produção de alimentos em relação ao cenário de segurança alimentar do mundo, e proteger o meio ambiente e valorar, além de valorizar, as funções ecossistêmicas dessa diversidade biológica que este País tem e que não pode ser rifada – desculpe-me a expressão rifada, meu caro Senador – como se fosse algo que qualquer um possa acessar. Ao contrário,

temos de acessar cada vez com mais responsabilidade. Mais do que isso, fazer dentro de um discurso de políticas públicas, em que o Estado brasileiro tenha papel sim – não é só o mercado, o Estado tem papel, sim – de construir soluções em caráter permanente, encontrando e enxergando as diversidades deste País e as soluções que não são únicas. As soluções da Amazônia não são as soluções do Sul do Brasil – sabemos disso –, embora existam inteligências que, juntas, possam buscar esses novos caminhos. E é isso que se está buscando hoje, quando há um debate sobre código florestal e tem-se, a partir de um cadastro ambiental rural, uma experiência que começou com o desmatamento na Amazônia, talvez a primeira visão sobre, de fato, qual é o déficit em relação às necessidades estratégicas de recuperação de ambientes naturais no Brasil.

O cadastro, Julia, é a maior compra de imagens de satélites já feita no Planeta. E entregamos as imagens gratuitamente, na resolução de um para cinco metros, de todo este País. Nunca este País teve isso. Quero ver agora gestor público dizer que não conhece seu país! Vai ser possível estruturar políticas públicas com base em uma informação que está disponível com a compra assegurada nos próximos cinco anos, e que o Ministério do Meio Ambiente compartilhará gratuitamente com os Estados e seus parceiros na construção do cadastro ambiental rural.

Tem gente, Herman, dizendo que estamos cobrando, para atrasar a implementação do cadastro. Está errado. É de graça, estamos ajudando os Estados e os Municípios, porque a lei, votada neste Congresso, dá competência aos Estados e aos Municípios fazerem isso. Mais do que isso, vamos poder conhecer, de fato, quais são os desafios. Se estivermos corretos, teremos que usar as APPs, as áreas de preservação permanente e a reserva legal como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, para criar verdadeiros corredores ecológicos entre unidades de conservação e a área de preservação permanente.

Como isso vai funcionar? Vai exigir muito diálogo, muito conhecimento científico, muita pactuação e um *time* político proativo, não mais um *time* político reativo. Temos que conhecer o Brasil. Esse sinal dos próximos passos, nacional e internacionalmente falando, talvez seja muito bem traduzido na questão da Rio+20, Figueiredo, no que houve esta semana.

Comecei esta semana com o Fórum Nacional de Prefeitos, que estava acontecendo em Brasília até ontem. O tema do Fórum foi desenvolvimento sustentável. Os novos prefeitos fizeram a segunda reunião nacional sobre desenvolvimento sustentável. Ontem, fui a São Paulo, onde fiz uma reunião com bancos privados sobre investimentos no AFCI, é desenvolvimento sustentável pós Rio+20. À tarde, 30 anos da CUT, discussão sobre produção e consumo sustentável, geração de emprego, economia solidária, desenvolvimento sustentável. Quer dizer, a discussão está acontecendo. Ainda tive, nesta semana, a visita da CEO do GEF – Global Environment Facility, devido a um convite nosso, para discutir a nova estratégia *fundraising*, exatamente para tratar dos temas prioritários, entre eles biodiversidade, mudança do clima, como estamos vendo e qual a liderança que o Brasil quer assumir em torno de capitanear novos investimentos, novas estratégias de *fundraising* para os objetivos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente. Essas agendas todas em uma semana e, agora, vocês aqui conosco fazendo este colóquio.

Isso remete à historinha que vou contar. Todo mundo espera que eu conte esta historinha, principalmente o Ministro Herman Benjamin, que adora as minhas historinhas. Vou encerrar minha fala com a conexão que está colocada aqui com o Senador Ricardo Ferraço, com quem já estamos conversando.

O Protocolo de Nagoya está aqui no Congresso Nacional para ratificação e foi, como eu disse, talvez o instrumento mais complexo de negociação do ano da Convenção da Diversidade Biológica. Quanto ao espírito de 2010, quando saímos para a negociação, não havia absolutamente espírito. Acho que para as pessoas era pior que uma ressaca de o Brasil perder uma Copa do Mundo. Vocês não têm noção de como estava a delegação! E me lembro de que me sentei com o Embaixador Figueiredo e falamos: "Essa vamos ter que ganhar. Como não sei ainda!" Foram momentos muito tensos, foram reuniões muito complexas – lembro-me do Ministro Herman Benjamim, perguntando: "Isso vai dar ou isso não vai dar?" Eu passava pelos corredores, as pessoas perguntavam e eu falava: "Vai acontecer, vai acontecer! Calma e esperem!"

E, às reuniões fechadas, o Bráulio comandando o time. Só pedi ao Bráulio: "Segure os negociadores, opere a negociação!" Pegamos a sociedade civil – a sociedade civil brasileira, os índios, etc. foram para as disputas com as populações tradicionais dos outros países – e começamos a trabalhar, bilateralmente, com vários ministros. E faço um reconhecimento público à ex-Ministra do Reino Unido Caroline Spelman, que foi uma parceira nos diálogos bilaterais – como falamos em inglês, *behind the scenes*, atrás dos bastidores.

E, quando achávamos que estávamos indo, veio uma posição de alguns países associados, em desenvolvimento, querendo voltar atrás no acordo. E o Embaixador Figueiredo falou assim: "Agora, você fica quieta, que quem vai entrar sou eu!" E entrou com toda a habilidade de negociação de um negociador

diplomata, um negociador, um bom diplomata, um excelente diplomata, que sabe lidar com a negociação e entende como é que isso funciona! E virou para mim e falou assim: "Não pisca! Quem piscar primeiro perde!" – então, fiquei como uma estátua; olhava aquela sala, vários países sentados, uma reunião fechada.

O *Chair* da Conferência tentava mediar – porque posso usar essa expressão. E, lá para as tantas, olhei para o Comissário Chefe da União Europeia e foi feito um sinal: estava feito o acordo e tínhamos que tirar da sala aqueles que não estavam querendo o acordo. Aí, graças à habilidade do Embaixador – porque, obviamente, esse pacto foi feito de madrugada, às 4 horas da manhã, voltando de uma última reunião. Nós estávamos sentados no rol do hotel e falamos assim: "É tudo ou nada amanhã, não tem jeito!" – às 3h30 da manhã, a delegação brasileira foi aplaudida de pé, na Conferência, com o acordo de Nagoya! Isso é trabalhar com firmeza de propósito, respeitando toda a diversidade política, mas sabendo construir consensos. Por isso, temos o Protocolo de Nagoya!

Agora, temos um debate, neste Congresso, com relação à ratificação. E, Senador, estamos fazendo um esforço enorme, tanto com o Dr. Bráulio, agora na CDB, quanto o (*Inaudível*.) no Tifa, que é a parte da agricultura ligada à FAO. Estive com o Chico na FAO discutindo isso, e estamos com toda uma estratégia. Fizemos um diálogo, dentro da Fies, com o setor de agricultura, sobre a importância de o Brasil ratificar Nagoya, a visão estratégica do Brasil em relação não só à função ímpar que o mundo espera de produção de alimentos, mas à sua função absolutamente essencial de conservação da biodiversidade e de provedor de serviços da biodiversidade para o planeta.

É isto que está na mesa. Espero que, com a sua ajuda, com o incentivo desses colóquios, com a participação de todos, possamos tirar – como vocês usam e expressão que aprendi – todos os bodes da sala e enxergarmos, de fato, o desafio que temos na mesa com a ratificação de Nagoya! Esse é o compromisso político da Presidenta Dilma. A Presidenta o encaminhou, ano passado, para cá, para ratificação.

Mais do que isso, acho que também há uma simbologia pelo reconhecimento da história do Embaixador Figueiredo, que também é um parceiro nas negociações de climas. Vários são os momentos de "vamos bancar", como foi a ratificação do segundo período de Kyoto, como foi a discussão da Plataforma Durban, como foi em Cancún . Vários são os momentos! Por isso que acho que não vou sentir saudade dele, porque ele vai estar nas Nações Unidas, e acho que é uma sinalização. O senhor me corrija, mas acho que é a primeira vez que temos um Embaixador que vem da área ambiental dentro das Nações Unidas, representando o Brasil dentro das Nações Unidas. Isso é um sinal do Governo de como estamos priorizando o pós-Rio+20, olhando o pós-2015 e olhando, mais do nunca, o compromisso de como trataremos desde as Metas de Aichi até um novo acordo global de clima, como andaremos no mundo, a partir de 2020.

Esse é um desafio que requer não só o protagonismo do Governo, mas o protagonismo da sociedade brasileira e da sociedade ambientalista. Então, juntem-se a nós. Temos muito trabalho pela frente.

É aquilo que eu disse, Embaixador Figueiredo: estaremos com o senhor, certamente, com uma agenda intensa em Nova York, mostrando que é preciso negociar, avançar. E eu já digo aos senhores: em setembro de 2013, já teremos essa agenda sobre a mesa, porque, como membro do Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, esse será o primeiro passo. O relatório desse Painel deve ficar pronto agora em 30 de maio. Não é isso Fernando? Esse relatório será trabalhado junto ao Secretário-Geral, e o Secretário-Geral deverá oferecer as principais recomendações do Relatório para o debate com os países a partir de setembro na Assembléia-Geral .

Então, o jogo já começou, como a gente diz, e o Brasil, não só no Fórum de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na liderança da nossa representação, mas também nos painéis convocados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, está trabalhando duramente para que a gente possa avançar nessa nova visão de uma ética da sustentabilidade e numa nova visão em que o mundo se aproxima, em que o mundo se junta não mais de uma maneira entre desenvolvidos e em desenvolvimento, mas em um mundo em que todos terão obrigações – todos! – em que todos terão também os seus direitos.

Teremos de buscar esses novos caminhos.

Obrigada a todos.

Figueiredo, meus parabéns pela homenagem. É mais do que merecida, mas me aguarde que daqui a pouco vem mais.

Obrigada a todos e um bom debate ao longo do dia. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Srª Ministra Izabella Teixeira.

Bem, nós estamos pontualmente no horário. Temos ainda pelo menos 15 minutos para um debate. Se for do interesse de todos, vou abrir a palavra para que nós possamos nos apresentar para o debate.

As senhoras e os senhores que desejarem a palavra peçam-na, identifiquem-se e digam a entidade que representam. Tenham certeza de que todos nos

Mesa teremos interesse e enorme prazer em atender os questionamentos eventuais que possam existir.

O Ministro Herman Benjamim pede a palavra. A palavra é de V. Exª (*Pausa*.)

Dr. Joly, a palavra é de V. Sª.

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Bom dia a todos.

Estou aqui hoje representando a SBPC, além de ser membro do painel multidisciplinar de IPBE+S.

Uma das questões que vêm sendo novamente discutidas no âmbito da SBPC é a questão da Lei de Acesso aos Recursos Genéticos. É uma discussão da qual eu participei ativamente enquanto estive aqui no Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Bráulio, e em que avançamos bastante. Mas eu gostaria de saber da Ministra Izabella exatamente em que ponto estamos com a nova proposta que tornará a questão de usarmos as nossas moléculas da biodiversidade de uma maneira econômica; como está essa discussão da nova proposta da Lei de Acesso.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom, com será? Eu respondo de uma a uma, ou haverá mais pessoas perguntando e respondo em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB - ES) – Bom, pode ir respondendo uma a uma.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Como você sabe Joly, a legislação existente no Brasil é uma legislação de 2001, baseada em um conceito de combate à biopirataria e não, em um conceito de acesso a recursos genéticos e de inovação tecnológica e de biotecnologia.

A fase atual é de consolidar a proposta. Fizemos uma proposta de chamar todos os setores envolvidos: os setores industriais, ciência. E a informação que eu tenho é a de que estamos indo para a reta final de consolidação com o Ministério, não mais de construção, e sim de validação.

Como você trabalhou no governo, sabe muito bem como é essa rotina. Então, quando a pessoa vai para o lado de lá, pergunte, que ela responde do lado de lá. É bom! Eu ainda vou ser isso na vida. É simples assim: você constrói, você discute, você valida antes de levar para apreciação.

Nós estamos na fase da validação, e o nosso compromisso é de que em 2013 isso esteja concluído. É a nossa expectativa pelo menos, assim estamos trabalhando. O assunto já foi inclusive objeto de debate pelo Movimento Empresarial pela Inovação (MEI) em reunião com a própria Presidente a República. Isso porque esta discussão não tem a ver só com o acesso ou com o genético, mas sim com o novo modelo de patentes brasileiras. Então, nós estamos falando de patentes, dessa nova dinâmica de patentes globais e da centralidade do Brasil nesse processo. Então, está indo – acredito – muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – As inscrições continuam abertas. *(Pausa.)*

Dr. Maretti, a palavra é de V. Sª.

O SR. CLAUDIO MARETTI – Bom dia! Muito obrigado.

Meu nome é Claudio Maretti. Eu sou membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas e também líder do Programa Pan-Amazônico da WWF.

Entre os legados da Rio+20, talvez um dos mais importantes seja justamente a ideia de construir metas de desenvolvimento sustentável. E, como foi bem mencionado por vários componentes da Mesa, uma das formas importantes de a gente garantir essa tríplice união dos três eixos é trazendo a biodiversidade para o centro do debate.

O Governo brasileiro, com o apoio da IUCN e de outros parceiros, como o próprio WWF e o IP, liderou um processo de discussão das Metas Aichi brasileiras. Eu gostaria de saber dos colegas da Mesa, talvez do próprio Embaixador Figueiredo e da Ministra, qual a perspectiva de a gente avançar no sentido de usar a discussão do Brasil sobre as metas brasileiras – embora ainda em construção de forma oficial, mas em um processo avançado – como exemplo para o mundo de incorporação da biodiversidade na discussão das metas e desenvolvimento sustentável?

Muito obrigado.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Cláudio, vamos lá. Nosso processo de construção das Metas de Aichi e como isso rebate no Brasil é um processo aberto, construído com a sociedade civil, em que a gente está aí no caminho final, se não me falha a memória, com divergência de dois pontos ou de um único ponto. Enfim, isso faz parte da construção, com a transparência que no Ministério nos colocamos desde Nagoya.

Lembro-me de que, quando nós fomos para a negociação em Nagoya, foi a primeira vez que o Ministério abriu o processo de consultas sobre a pauta de Nagoya, e nós fomos com a manifestação da sociedade civil brasileira, além das orientações, vamos chamar assim, consolidadas de Governo. Isso talvez tenha sido um dos aspectos importantes do processo de negociação, quando a gente considerou os insumos oriundos desse diálogo em relação a Nagoya, em 2010. E assim, temos seguido os debates.

O processo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) começou um diálogo na semana passada, quando tivemos a segunda reunião no Palácio do Planalto exatamente para discutir isso.

A ideia do Governo, como o Figueiredo fez referência, é fazer um processo aberto, construído a partir da sociedade, lembrando que ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável –, por própria decisão da Rio+20, serão construídos pelos países, diferentemente dos ODMs, em que vieram propostas prontas de fora para dentro, a cujo modelo os países recepcionaram ou fizeram críticas. Mas esse tem um modelo diferente: ele vai ser construído pelos países. Isso significa que nós, do Brasil, construiremos isso – pelo menos essa é a nossa orientação – a partir do diálogo com a sociedade, quer sociedade civil organizada, quer setor produtivo, quer setor acadêmico, enfim, todos aqueles setores que estiverem envolvidos na construção da Rio+20. E já fomos para a segunda consulta. Então, acho que esse processo vai se desdobrar, vai ser encaminhado.

O Embaixador André Corrêa do Lago é o nosso representante no fórum, instituído formalmente também como decisão da Rio+20 para a negociação dos ODSs, e nós seguiremos esse processo de diálogo com a sociedade em sua construção. E vocês, por outro lado, a sociedade civil brasileira, que também é parte dos *Major Groups* dentro Nações Unidas, poderão dialogar formalmente no âmbito das Nações Unidas, uma vez que esse processo vai ser construído pelos países. Então, o processo está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Embaixador Figueiredo, a palavra é de V. Exª.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para complementar, rapidamente.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como nós estamos vendo nesse processo, são objetivos que sejam aplicáveis a todos os países indiscriminadamente. O que quer dizer que não mais se olha quais são os problemas mais graves de um grupo de países que vamos tentar resolver, como foi o caso dos ODMs, e, sim, olhamos o que o mundo precisa, o que o Planeta precisa, que é uma outra forma de se colocar isso.

Então, os ODSs serão construídos com esta visão: o que o mundo precisa. E, aí, cada país fará a sua parte, e isso será construído internamente. Como a Ministra disse, nós já estamos num processo de construção interna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Dr. Paulo Protasio, da Associação Comercial do Rio, pede a palavra.

A palavra é de V. Sª.

O SR. PAULO PROTASIO – Eu queria fazer apenas um convite e esse convite é em nome da cidade do Rio de Janeiro.

A Ministra sabe muito bem o trabalho que a sociedade do Rio teve ao realizar a 92.

Eu recebi instruções de sentar e vou fazer isso sentado.

Na verdade, quando as Nações Unidas decidiram fazer a reunião no Brasil, foi determinado apenas o país. A cidade foi só escolhida quando da época, passada a eleição daqueles que tinham governado o País e tomado a posição de trazer a reunião para o País.

As cidades procuraram encontrar o caminho. Nós, no Rio de Janeiro, trouxemos a Rio 92 por uma vontade da expressão da própria sociedade.

Foi uma vivência em separado, de corpo separado, onde nós, cidade, fomos segmentados na área do aterro do Hotel Glória, chamado Glória, porque nós elegemos fazer aquela comemoração de qualquer forma.

O que aconteceu é que grande parte daqueles que foram à reunião oficial acabaram se destinando ao aterro da Glória. Lá é que se conviveu com essa forma.

Nós gostaríamos de convidar o embaixador, ao se despedir, a caminho de Nova York, das Nações Unidas, para fazer com que sua passagem pelo Rio seja comemorada pela corresponsabilidade que a cidadania do Rio faz com todas as cidades importantes do mundo.

Sem esse compromisso, todo esse discurso, que, hoje, é mais urbano que rural, realmente, vai poder prevalecer.

Essa é a minha missão, o que me trouxe aqui, ao parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Embaixador Figueiredo.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Só para falar do meu profundo agradecimento e, desde já, da aceitação desse muito honroso convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Bem, nós estamos concluindo a nossa primeira etapa do nosso bloco.

Vamos encerrar para um breve *coffee break*, um breve café.

Em 15 minutos nós reiniciaremos, ou no automático?

Bem, vamos encerrar e, ato contínuo, reiniciaremos, aqui, o segundo bloco desse debate, que será presidido pelo meu querido colega, Senador Rodrigo Rollemberg, já presente.

Ao encerrar, Srª Ministra, precisamos fazer, de fato, um esforço conjunto com relação ao Protocolo de Nagoya, sobre acesso a recursos genéticos e re-

partição, porque esse Protocolo foi encaminhado ao Congresso Nacional em 25 de junho, à Câmara dos Deputados, e tramita, ainda, na Câmara dos Deputados. Não foi submetido, ainda, à apreciação do Senado, muito menos da Comissão de Relações Exteriores.

Então, precisamos fazer um esforço em conjunto, um esforço de Congresso, porque o Congresso brasileiro precisa fazer esse debate com celeridade, com velocidade, para oferecer uma resposta à sociedade, pela relevância do Protocolo de Nagoya, pelo esforço que foi feito para que essa convergência fosse atendida.

Eu quero me colocar à disposição de V. Exª, para que, juntos, possamos empreender toda a energia necessária para que a Câmara possa deliberar e nós possamos, aqui no Senado, fazê-lo também.

Agradeço muito às senhoras e aos senhores, e voltamos em breve, sob a coordenação do nosso queridíssimo Senador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado por enquanto. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom dia a todos!

Vamos iniciar, agora, o segundo bloco de palestras e debates intitulado Biodiversidade na Rio+20: Conservação da Natureza e Economia Verde.

Cumprimento todos os presentes. Cumprimento os palestrantes e debatedores do painel anterior e cumprimento o Senador Ricardo Ferraço, que presidiu o primeiro debate. Convido, para fazer parte da mesa, o Sr. Fernando Coimbra, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente. A Srª Marina Grossi, que já se encontra na mesa, é Presidente Executiva do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds). Convido meu amigo Ladislau Martins, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, representando o Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa. O Sr. Roberto Cavalcanti, também já aqui na Mesa, é Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e grande defensor do cerrado e de todos os biomas, mas com uma vida muito dedicada ao cerrado, como professor da Universidade de Brasília. Convido também o Sr. Volney Zanardi, Presidente do Ibama, que já está aqui conosco.

Quero agradecer a todos os organizadores deste evento, a todos os apoiadores. Sinto-me muito feliz, como representante da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal de, junto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, está promovendo esse evento, com o apoio de vários parceiros, da União Internacional para a Conservação da Natureza e do Superior Tribunal de Justiça, através do Ministro Herman Benjamim.

Minhas primeiras palavras são para cumprimentar o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, esse grande brasileiro que tem dado uma contribuição enorme a todas as negociações internacionais, especialmente às relativas a questões ambientais. Sem dúvida, desempenhará agora um papel da maior relevância como Embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas, com toda a experiência que tem, com todo o reconhecimento, com todo o espírito público. Fico muito feliz de estar participando de um seminário que tem, também, como um dos objetivos homenagear o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

É importante registrar que esse evento se insere entre as diversas iniciativas que vêm sendo realizadas pela Comissão de Meio Ambiente, neste caso em parceria com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com atividades que buscam trazer especialistas nacionais e internacionais para discutir temas de interesse comum. Foi assim que realizamos o seminário internacional Diálogos sobre o Protocolo de Nagoya. Fizemos outro também para debater a Carta da Terra. Lançamos, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério de Ciência e Tecnologia, um sistema de informações sobre a biodiversidade brasileira, um colóquio sobre o não retrocesso ambiental, além de um colóquio sobre a proteção das espécies ameaçadas de extinção, apenas para citar algumas das atividades desta Comissão. Já dando mais uma vez boas-vindas a todos, faço uma breve fala sobre o tema do nosso debate.

Vou sugerir que cada convidado disponha de dez minutos para fazer as suas apresentações. Se houver necessidade, ampliaremos esse tempo, para dar oportunidade ao debate.

Eu diria que a grande contribuição que devemos dar, Senador Anibal – quero registrar a presença do nobre Senador Anibal Diniz, que tem sido um Senador atuante na defesa das causas ambientais, sempre presente na Comissão de Meio Ambiente –, é buscar construir os objetivos do desenvolvimento sustentável, aprovado no documento O Futuro que Queremos, da Rio+20, perseguindo as metas de Aichi, como já foi referido aqui.

É importante para os telespectadores que estão nos assistindo pela TV Senado resumir, de forma rápida, quais são os cinco objetivos estratégicos dessas metas de Aichi, que, sem dúvida, se alcançadas, farão do nosso Planeta um planeta melhor e garantirão, para as futuras gerações, mais qualidade de vida do que dispomos hoje.

A primeira é tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade, fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e so-

ciedade. É muito importante que haja uma profunda conscientização dos benefícios que a biodiversidade produz para a vida das comunidades. Há um grande debate internacional sobre o desaparecimento de espécies de abelhas, a redução das espécies de abelhas, e o papel que esse precioso inseto tem na polinização e no aumento da produtividade de diversas culturas. Poderíamos falar da possibilidade de controle natural de pragas que a biodiversidade oferece. Eu me referia, esses dias, quando da comemoração do aniversário da Embrapa, à importância da descoberta da pesquisadora Johanna Döbereiner, do ponto de vista econômico e ambiental, sobre uma bactéria fixadora de nitrogênio no solo, que propicia uma economia de bilhões de dólares ao ano com a utilização de nitrogênio e que, além do benefício econômico, reduz o processo de acidificação dos oceanos, provocado pelo nitrogênio, por exemplo.

O segundo objetivo é reduzir as pressões diretas sobre biodiversidade e promover seu uso sustentável. Há necessidade de proteger a biodiversidade, de reduzir a poluição, de reduzir a utilização de agrotóxicos como medidas importantes na preservação da biodiversidade do planeta.

Objetivo C: melhorar a situação de biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética, a importância de termos, de ampliarmos as unidades de conservação em todo o mundo. Neste momento, está em debate no Congresso Nacional brasileiro uma Proposta de Emenda à Constituição que obriga a passar pelo Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas, como instrumento para dificultar a demarcação dessas terras indígenas, quando o País deveria estar garantindo a ampliação dessas demarcações.

Nós temos o exemplo do Parque Nacional do Xingu, quando grandes brasileiros, como os irmãos Villas-Boas, perceberam a importância de demarcar uma grande área de preservação, para que ali as populações indígenas pudessem viver mantendo suas tradições, mantendo sua cultura, vivendo com dignidade.

Foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida poder compartilhar, poder assistir a cerimônia do quarup, e perceber o benefício do que significou a criação do Parque Nacional do Xingu.

Mas também, como o outro objetivo, aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos. Há necessidade de ampliarmos o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira e sobre a biodiversidade mundial, como instrumento de produção de riquezas, utilizando-a de forma sustentável, para gerar benefícios e, a necessidade de fazer a repartição adequada desses benefícios, inclusive beneficiando as populações tradicionais, as populações indígenas, que são verdadeiras guardiãs da biodiversidade brasileira.

Por fim, aumentar a implementação, por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação. Nesse sentido, eu gostaria de parabenizar o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente pela criação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira, que, além de facilitar o acesso para a produção de novos conhecimentos acerca de biodiversidade brasileira, utiliza esses dados, essas informações na elaboração de políticas públicas. Portanto, é um avanço importante.

Registro também, no momento em que se comemoram os 40 anos da Embrapa, a ampliação, a inauguração que será feita, em breve, do novo Banco de Germoplasma da Embrapa, ali guardando verdadeiros tesouros genéticos, mostrando a importância de preservação da nossa biodiversidade.

Enfim, era essa a contribuição que gostaria de fazer ao iniciar este debate, dizendo que me sinto muito honrado de participar desta Mesa, representando a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Agora passo a palavra ao Sr. Fernando Coimbra, Chefe de Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente. (*Palmas*.)

O SR. FERNANDO ESTELITTA LINS DE SALVO COIMBRA – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente Volney Zanardi, do Ibama, Secretário Cavalcanti, Drª Marina Grossi, Dr. Martin, da Embrapa, caros participantes deste importante colóquio, queria agradecer ao Senado Federal, por intermédio do Senador Rodrigo Rollemberg, pela distinção de ter me convidado para participar deste colóquio. Queria também dizer o quanto me sinto satisfeito por participar deste debate no Parlamento brasileiro, em torno do segmento da Conferência Rio+20.

Eu creio que foi dito aqui, na Mesa de inauguração, o quão importante e histórica foi essa conferência e a importância do legado e dos processos que foram iniciados, mediante os acordos alcançados no Rio de Janeiro, há um ano.

O tema do nosso debate é a Conservação da Natureza e a Economia Verde. O tema da Economia Verde foi um dos eixos conceituais e programáticos da Conferência. Portanto, eu gostaria de me deter um pouco sobre como isso acabou se consolidando em termos dos resultados da Conferência.

A ideia de discutir a economia verde esteve na gênese da conferência. Um dos motivos que levou a comunidade internacional a se mobilizar foi precisamente o de procurar um consenso internacional em torno de como tratar do tema economia verde.

O outro grande eixo da conferência foi como avançar, conceitual e programaticamente, em torno da implementação do desenvolvimento sustentável e, por cima disso tudo, uma discussão sobre a erradicação da pobreza. Daí a frase que nos mobilizou na negociação e definição do acordo alcançado no Rio foi: "Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza".

A discussão em torno dessa frase não foi fácil, porque havia, de um lado, um conjunto de países que procurava identificar na discussão em torno da economia verde um caminho para, concretamente, identificar estratégias para promover o desenvolvimento sustentável. Mas havia outro conjunto de países que tinha muita dúvida sobre a ideia de desenvolver um eixo de políticas a respeito de economia verde, porque se percebia que poderia, por trás disso, haver a ideia de se distanciar dos três pilares do desenvolvimento sustentável, favorecendo o aspecto ambiental.

Por outro lado, havia também um conjunto de países, inclusive aqui da nossa região, que percebia, na discussão em torno de economia verde, ou um risco ou um esforço para tentar legitimar um modelo econômico em franca crise: crise econômica e financeira; crise ambiental; crise social. Esses países consideravam que o modelo capitalista tradicional estava em franca crise e que a ideia de se identificar um conjunto de medidas em torno da economia verde poderia ser um esforço de dar uma nova vida a um modelo que já havia mostrado os seus limites.

Portanto, o ambiente de negociação não foi fácil, a ponto de, durante o processo de preparação da Conferência, em uma conferência regional que aconteceu em Santiago, promovida pela Cepal, não foi possível sequer reconhecer o conceito de economia verde nos resultados daquela reunião preparatória.

Caminhamos ao longo do processo de negociação para o resultado que temos diante de nós. E devo dizer que, na minha apreciação, é um resultado bastante positivo, porque ele conseguiu resolver essas diferentes perspectivas em torno, primeiro, da observação de que a economia verde é um dos caminhos para se alcançar o desenvolvimento sustentável; não é o único caminho. E, de certa maneira, com isso, reconhece e leva em conta o grande trabalho que foi realizado durante o processo preparatório, tanto pelo Programa das Nações Unidas sobre meio ambiente, através de um excelente relatório que foi produzido sobre o assunto, quanto por diferentes atores que participaram na construção do consenso da Rio +20. E o que temos no documento final é um conjunto de ações que podem contribuir de maneira significativa para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Estes principais eixos da economia verde são inclusão social, melhoria de bem estar, criação de empregos decentes e manutenção do bom funcionamento dos ecossistemas; portanto, uma estrutura bastante harmônica que leva em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Eu não quero ficar falando de uma forma muito genérica sobre economia verde; vou tentar um pouco aterrissar a minha fala em uma discussão que procure dar um foco maior no tema da biodiversidade que é o tema geral desse nosso colóquio. E aqui eu queria dizer que – isso foi comentado aqui por várias pessoas que me precederam no uso da palavra – a Rio +20, de um lado, permitiu salvaguardar o acervo conceitual e de programas estabelecido desde 1992, com a Agenda 21 e a adoção das convenções, e, sobretudo, a prioridade e a centralidade da noção de desenvolvimento sustentável. Mas a conferência, do ponto de vista conceitual, foi um pouco além, porque ela também deu uma grande importância à dimensão social e à discussão sobre a erradicação da pobreza. Então, o que, na Conferência de 92, estava presente ganhou uma dimensão ainda mais central: a questão da erradicação da pobreza. Mas o que acho que foi um grande ganho conceitual foi o de que, precisamente, você não há como combater a pobreza sem olhar para a dimensão da proteção ambiental e para a questão da inclusão social.

Nessa linha, logo nos primeiros parágrafos do documento final da Rio+20, há um reconhecimento de que a gestão da base de recursos naturais do desenvolvimento socioeconômico é um dos três objetivos abrangentes e condições essenciais para o desenvolvimento sustentável, juntamente com a erradicação da pobreza e a alteração dos padrões insustentáveis e promoção dos padrões sustentáveis de produção e consumo, de modo que o aspecto de conservação da natureza é reconhecido logo no início do documento como um dos eixos centrais dos esforços de promoção do desenvolvimento sustentável e algo que deve ser visto de uma forma indissociável das estratégias e políticas sociais de promoção do desenvolvimento.

Entre os objetivos voltados para a promoção da economia verde que são especialmente relevantes para a biodiversidade, eu destacaria, em primeiro lugar, o reconhecimento da soberania nacional sobre os recursos naturais. Com isso, deu-se destaque a uma das conquistas da Convenção sobre Diversidade Biológica que foi alcançada em 92, quando houve uma transição de uma visão de mundo que olhava para a questão da biodiversidade como um *global common*...

(*Soa a campainha*.)

O SR. FERNANDO ESTELITTA LINS DE SALVO COIMBRA – ... domo algo que estaria por cima das nações, e reconheceu que os recursos naturais são da alçada soberana de cada Estado que detém aquela riqueza biológica. Isso criou toda uma nova arquitetura internacional de cooperação que, hoje, permite-nos ter, além da convenção ou sob o amparo da convenção, uma série de programas internacionais, de estratégias globais. Mais recentemente, tivemos a adoção do Protocolo de Nagoya, que nos permite avançar firmemente com a implementação do terceiro objetivo da convenção, que é o objetivo que está associado à noção fundamental da solidariedade internacional, que é o da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados.

Mas eu queria, também, destacar a importância que é atribuída, na lista de objetivos voltados para a implementação da economia verde, à questão da promoção do bem estar dos povos indígenas o respeito aos conhecimentos tradicionais dessas comunidades. Esse é um eixo extremamente importante e que deve ser levado em consideração nas estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Isso está claramente reconhecido no documento *O Futuro que Queremos* e nos resultados da Rio+20.

Agora, eu queria, muito rapidamente – porque já vi que tocou o primeiro sino – mencionar que a Rio+20, além desses ganhos conceituais que destaquei aqui muito resumidamente, também lança processos muito concretos. Entre esses processos, queria mencionar dois: o primeiro deles é a decisão, tomada na Rio+20, de iniciar até o fim da 69ª Reunião da Assembleia Geral, em 2015, um processo negociador para o estabelecimento de um instrumento internacional, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos do Mar, para tratar da conservação do uso da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional.

Os países, de uma forma não tão clara que o Brasil gostaria, deixaram consignados em documento sua vontade de tomar uma decisão a respeito do lançamento dessas negociações, que têm uma importância estratégica fundamental para o Brasil e para o mundo na medida em que propõe definir uma regulamentação internacional sobre recursos da biodiversidade além da jurisdição nacional.

Lembro que os recursos, dentro da jurisdição nacional, já estão articulados e protegidos por um conjunto de instrumentos internacionais, notadamente a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, mas também a Convenção CITES.

E quero reconhecer aqui a presença dos dois Secretários dessas importantíssimas convenções, mas que tratam de aspectos dentro das jurisdições. Com a convenção que nós esperamos negociar, teremos avanços também nesse importantíssimo componente da biodiversidade do mundo.

Mas eu quero também destacar, por fim, o processo de negociação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A grande inovação – e foi comentado aqui pelo Embaixador Figueiredo e pela Ministra – é o aspecto de que estamos iniciando uma negociação de baixo para cima, uma negociação intergovernamental inclusiva, participativa. Isso é algo extremamente importante e que dará legitimidade a esse conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Outro aspecto fundamental desse objetivo, também mencionados aqui, é a dimensão universal desses objetivos. Enquanto que, nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, o foco era o fim da pobreza, a erradicação da pobreza, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nós, sem deixar de levar em conta a erradicação da pobreza como eixo fundamental e prioritário, vamos agregar elementos voltados para que esses objetivos sejam eixos norteadores de uma transformação econômica em nível global para padrões de produção e consumo mais sustentáveis e que levem em consideração a conservação da natureza e dos recursos da biodiversidade como um dos eixos centrais desse esforço dentro, justamente, do paradigma da sustentabilidade.

Esses objetivos devem olhar de uma forma mais ampla para os desafios associados a acesso e a uso sustentável dos grandes serviços fundamentais que nós precisamos examinar. Então, temos de ter nos ODSs, de um lado, acesso à água, acesso à energia, acesso aos alimentos; e, de outro, como usar de forma sustentável a água, como usar de forma sustentável a energia e como usar de forma sustentável os recursos naturais, de modo a proporcionar alimento e bem-estar para todo o Planeta.

Agradeço, mais uma vez, o convite. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Somos nós quem agradecemos ao Ministro Fernando Coimbra, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

Agora, vamos ouvir à Srª Marina Grossi, Presidente Executiva do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Seja muito bem-vinda, Marina.

A SRª MARINA GROSSI – Obrigada, Senador, Presidente Rodrigo Rollemberg, amigo querido. Obrigada a todos os membros da Mesa. É um prazer estar aqui com vocês, representando o setor empresarial,

num tema tão importante, em que o setor empresarial já tem uma longa tradição, especialmente com o Governo, especialmente, inclusive, com o Embaixador Figueiredo, que o homenageado aqui neste colóquio, com quem eu tive o prazer pessoal, na época em que eu era negociadora, de aprender algumas lições de negociação com ele, como chefe da delegação brasileira. Espero poder aplicar, agora, na posição em que estou, de negociar com o Governo, em prol de uma melhor sinergia entre os dois setores, o governamental e o privado.

Essa correlação, essa participação maior do setor empresarial, que, formalmente, já acontece desde 2006, por exemplo, na CDB, o CEBDS foi convidado para ser o representante do setor empresarial e articular o setor empresarial, porque na área de clima isso já era uma participação antiga, mas a biodiversidade foi um processo que veio em seguida. É um processo mais difícil de mensurar, foi um processo em que o setor empresarial entrou depois, pelo próprio amadurecimento e pela própria dificuldade desse tema, que já esteve muito maior, e ainda existe. Mas, desde 2006, buscamos reunir esforços nesse sentido.

A Rio+20, como disse o Ministro Fernando Coimbra, como destacaram os que nos antecederam, foi um processo importante, um processo mais importante ainda pela responsabilidade que o Brasil teve de, pela segunda vez, ancorar a mais importante discussão sobre a sustentabilidade, num momento em que todo o mundo fala de sustentabilidade. A Ministra estava falando que está indo em reuniões seguidas com os bancos, com os investidores, em todos os lugares, e o tema é sustentabilidade.

Eu acho que há uma forma mais fácil de mensurar como isso está popular. É que quando eu pedi para imprimir dois papeis aqui do lado, no Senado, o cara que estava fazendo a impressão falou assim: "Ah, desenvolvimento sustentável. Isso está muito na moda agora. Você vai falar sobre isso agora." Então, ele já entendeu. Eu acho que isso é um indicador bom de que realmente isso entrou na pauta, e é preciso que esclareçamos inclusive o papel do cidadão e traduzir um pouquinho o que esse nome, que às vezes parece complicado, realmente significa.

Foi frisado aqui, pelo Embaixador Figueiredo, e é uma grande discussão internacional do Brasil, que o tema realmente contemple as três dimensões da sustentabilidade, o econômico, o ambiental e o social. Eu acho que a tentativa de colocar na Rio+20 a economia verde foi buscar um pouquinho a aproximação do setor econômico com as outras dimensões ambiental e social, as outras duas dimensões da sustentabilidade.

É claro, é evidente, para todos, como a gente faz as coisas, no que a gente chama de *business as usual,* o vetor econômico. Sem ele, nenhuma empresa sobrevive; sem ele, as nossas sociedades não sobrevivem. Mas as dificuldades que existem em incorporar, a tensão que é incorporar as outras duas dimensões é que é a questão: como incorporá-las de forma coordenada. O Brasil tem um papel importante nisso, porque a incorporação desses outros dois setores implica necessariamente a valoração, a precificação desses outros ativos.

Representando o setor empresarial, o setor empresarial tem a dificuldade de colocar nos seus custos, na sua planilha Excel, nos seus balanços, uma coisa que não se consegue mensurar. Sem mensurar, não se consegue planejar a sua atividade. Então, você tem que ter a mensuração disso. E não faz muito tempo que a gente viu isso.

Agora o Bráulio está aqui representando o Brasil e mostrando, com isso, a importância que o Brasil está tendo no cenário internacional. E desde já coloco à disposição todos os nossos esforços, também, para unir aos dele lá fora, unir ao Brasil, que tem um papel de destaque. E eu não falo só dos esforços do CEBDS, mas de tentar mobilizar a rede da qual a gente faz parte. É uma rede que está em 33 países. E num assunto como o de biodiversidade, acho que é importante a gente tentar mobilizar a rede.

Quando a gente fala em mudança do clima, que é outra questão que, acho, trouxe a sustentabilidade para a discussão de forma mais fácil para todo mundo, é muito fácil perceber que a gente faz parte de um planeta em que todo mundo tem uma correlação com o outro. Mas, quando a gente fala da biodiversidade, é um pouquinho mais complicado. Você está num local, você está num território específico, e nem sempre essa correlação é fácil para as pessoas entenderem. É quando todo mundo acha que tem o seu problema e não tem o problema do outro, do vizinho, quando, na verdade, existe uma relação muito grande entre esses problemas todos.

Depois do relatório externo, que colocou muito clara a questão de se buscar precificar CO_2, enfim, a agenda da mudança do clima, o Relatório TIB mostrou nessa mesma busca, mas em relação à biodiversidade, o prejuízo de 6,5 trilhões na economia mundial, dizendo que um terço desses prejuízos poderia ser evitado se houvesse pelo menos o investimento de 45 bilhões na conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Isso foi uma primeira tentativa – da qual o Brasil fez parte, ativamente, e a gente participou também – dessa externalidade de precificar uma questão tão

difícil. Como o Senador Rodrigo Rollemberg estava falando há pouco, ela envolve desde os índios, desde a repartição dos benefícios, enfim. E é difícil você falar assim: "Bom, vamos precificar não a água, mas o serviço que a água tem." A gente enfrentou isso quando a gente buscou trazer uma ferramenta para o Brasil, e trouxemos. Mas havia um setor que dizia que a gente não deveria sequer precificar. Então, até essa discussão foi preciso ter quando a gente tratou de biodiversidade.

E é claro que, do ponto de vista das empresas, dos negócios, se você não valora um serviço, se você não precifica o serviço que é disponibilizado, o preço fica zero. Não é que você não precificou. É que ficou zero. Então, é preciso que realmente haja um esforço nesse sentido.

Eu voltei agora de uma reunião mundial de empresas, dentro do World Business Council for Sustainable Development, e foi muito interessante ver o esforço que já tem uma equipe de empresários que se intitulou *B team*, o time B. Eles disseram que o time A não fez sucesso, então colocaram o time B, para ver se ele consegue fazer o que o Time A deveria ter feito.

E o time B veio por inspiração da Puma, essa empresa de calçados desportivos que a gente conhece, que, ao lançar o seu relatório de sustentabilidade, lançou também o impacto que teria a dependência dela, o que ela causa no meio ambiente para fazer o seu serviço, e viu que o impacto era negativo no que hoje não é precificado. E teve a coragem de colocar isso em público, dizendo, é claro, que colocar isso em público é um compromisso, mas é também uma conclamação para que todos os setores participem, cobrem e valorizem quem está considerando essa questão e quem está buscando resolver essa questão. Isso representa também uma maturidade que o setor empresarial teve de não falar apenas na questão negativa do impacto, que é claro que a gente tem que fazer.

A ferramenta, por exemplo, que a gente trouxe para o Brasil, em conjunto com a FGV e com a WRI, é para justamente medir o impacto e a dependência dos negócios na biodiversidade e da biodiversidade nos negócios é fundamental. Mas o termo impacto acoplado, agora, mais recentemente, ao termo dependência que os negócios têm é uma clara visão de que as coisas estão amadurecendo. É preciso que, nos negócios, haja o reconhecimento de que realmente há uma dependência grande da matéria bruta, há uma dependência grande dos recursos naturais para que os negócios continuem prosperando.

Foi esse o sentido de algumas das palestras a que assisti, dizendo das dificuldades. Então, esse time B está fazendo uma junção de dez grandes empresas, buscando uma série de consultores para medir melhor esse impacto e integrar com esforços do relatório TIB e integrar isso a outros esforços também.

É uma amostra de que o setor realmente já está à frente, já está buscando soluções. Quem buscar soluções, a vanguarda empresarial que buscar soluções nesse sentido vai desenvolver outro mercado, vai ter reconhecimento internacional, vai justamente poder auxiliar no marco regulatório, mas é claro que isso não pode ser feito de forma solitária.

Estávamos falando aqui da Rio+20, da Convenção da CDB, de clima etc. e outras convenções internacionais. É preciso também que haja uma maior participação do setor empresarial, de forma proativa, do início ao final dessas discussões. O setor empresarial é grande parte da questão, como é colocado, do problema, mas ele é grande parte da solução também. É preciso que ele esteja mais presente, que haja uma mobilização e um engajamento maior. Que as pontes, que as discussões da CDB sejam feitas de forma mais sinérgicas com o Governo do Brasil.

Eu, como Presidente Executiva do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável, me sinto, antes de mais nada, brasileira, com uma responsabilidade grande dentro de um País megadiverso. Não tenho dúvida de que as empresas brasileiras também têm que se destacar nesse cenário mundial.

Fizemos uma pesquisa interessante para o conhecimento de vocês sobre os fatores que levam às empresas brasileiras a incorporarem essa questão nos seus negócios. O primeiro fator foi que essa é uma oportunidade para os seus negócios, e 90% responderam dessa forma; que é uma dependência, 70% responderam; que é uma melhoria de imagem, 65%; e uma redução de riscos, 65%.

Quando o setor empresarial vislumbra que é uma oportunidade de negócios, a gente consegue estar numa trilha certa. Não é só o risco, não é só melhoria de imagem; mas 90% perceberam o primeiro fator, que 90%, perceberam que era uma oportunidade para os negócios. Isso foi em função também de uma provocação que aconteceu em nível da CDB com suas perguntas da participação do setor empresarial. Nesse processo, a gente tem, no CEBDS, uma câmara que trata de biodiversidade, de biotecnologia. Houve uma mobilização, inclusive, de empresas que não percebiam que tinham esse ativo dentro dela.

Eu só queria dar o recado de que é preciso que a gente some esforços e de que é preciso mensurar. As dificuldades de mensurar continuam e é preciso que a gente some esforços para mensurar, para que possamos planejar junto essa questão.

Muito obrigada. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Cumprimento a amiga Marina Grossi, Presidente Executiva do CEBDS pela apresentação.

Passo a palavra ao Sr. Ladislau Martin, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, representando aqui o Presidente da Embrapa.

O SR. LADISLAU MARTIN – Boa tarde a todos.

É uma satisfação por estar aqui neste Fórum sobre a Rio+20. Gostaria de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, grande amigo da Embrapa, grande amigo pessoal. Parabéns pela sua trajetória. Muito obrigado pelas suas palavras a respeito da nossa empresa. Quero cumprimentar todos os colegas da Mesa. Cumprimento o Embaixador Figueiredo, pelos relevantes serviços prestados e pelo novo desafio que ele assume.

Eu assumi a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, com muita honra, há 90 dias. Ainda com alguns cacoetes de um pesquisador, vou incomodá-los usando o amparo de alguns eslaides.

Em nome do nosso Presidente, Dr. Maurício Lopes, que infelizmente teve uma demanda da Casa Civil e não pôde estar presente, assim me solicitou para representá-lo, vou abordar questão fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

A agricultura é uma vertente extremamente importante e tem parcela importante no nosso PIB, tem parcela importante nas nossas exportações, na geração de emprego e, como todos os setores, tem o desafio da sustentabilidade. Eu gostaria, no discorrer dos meus poucos eslaides, de mostrar o esforço que uma instituição de Estado como a Embrapa tem promovido, logicamente alinhada com o setor produtivo.

Por gentileza, se puder passar o próximo.

Muito brevemente, como foi a nossa participação na Rio+20: um esforço muito grande. Temos aqui a Drª Maria de Lourdes, Chefe da Embrapa Solos, que montou um quartel-general lá para hospedar o Ministério da Agricultura e desenvolver uma série de atividades.

Por gentileza, o próximo.

Logicamente, no documento final, a palavra agricultura, o tema agricultura é relevante, de destaque e, logicamente, num contexto de importantes desafios.

Por gentileza, o próximo.

A questão da economia verde. Acho que todos nós temos consciência de que a agricultura, o espaço agrícola é muito mais que produzir alimentos. O Brasil tem uma trajetória importante na geração de energia renovável. É um orgulho ter quase 50% da sua matriz energética considerados renováveis, em comparação a 14% no mundo desenvolvido ou no Planeta, de modo geral – no mundo desenvolvido é menos ainda.

Por gentileza, o próximo.

Para o nosso futuro; quer dizer, o que estamos tratando aqui, o que queremos, como avançamos na construção de uma agenda com sustentabilidade.

Por gentileza.

O Brasil, todos nós sabemos, é um país de diversos brasis, que vai desde a agricultura familiar, a agricultura empresarial, incorporando a agricultura de precisão. E aí pergunto: a agricultura de precisão é basicamente uma máquina, uma colheitadora com GPS? É muito mais do que isso. É o uso racional de insumos. É evitar impacto ambiental. E a Embrapa dispõe de redes de pesquisa – a maior rede de pesquisa do País é em agricultura e precisão – e está, em setembro próximo, inaugurando um centro voltado à agricultura e precisão, e um dos focos, com certeza, é a questão do uso racional de insumos.

Por gentileza, o próximo.

Este é o grande desafio: como manter funções ambientais e desenvolvimento econômico. Se tivesse uma resposta pronta, estaríamos em bom caminho, mas esse é o desafio que nos persegue desde o sistema natural, com a sua complexidade, com a sua heterogeneidade, e quando você migra para um agrossistema, com uma redução, com uma monocultura muitas vezes, há desafios importantes e impactos consideráveis na questão da biodiversidade.

Por gentileza, o próximo.

Quando fala de Brasil, acho que é muito importante também termos a consciência correta de que metade do nosso País se encontra ainda preservado, com grande desafio, grandes programas do Governo, mas questões como da Amazônia, Pantanal e outros representam mais 50% da nossa área. Não estamos falando, com isso, que teremos que ocupar novos espaços, mas, sim, fazer a conversão, por exemplo, das nossas pastagens, muitas delas degradadas, não efetivamente utilizadas. É essa a mensagem, é esse o lema com que a gente sinaliza.

Por gentileza, o próximo.

É extremamente importante o Programa Agricultura de Baixo Carbono, lançado pelo Ministério da Agricultura, com esforço grande no nível do produtor. É isso o grande valor. Acho que é um programa inédito mundialmente, em que se estimula, no final da linha, programas como plantio direto, integração lavoura-pecuária, fixação biológica de nitrogênio, recuperação de passagens degradas, manejo de resíduos animais, como programas de governo, financiando, estimulando os produtores para a sua adoção.

Por gentileza, o próximo.

Isso não faz muito tempo. Essas fotos nos são muito familiares: a colheita da queima com cana e

hoje, passando para sem queima, com quantidade de palhada, com cobertura do solo. Isso evita uma série de problemas e, mais do que isso, devolve a biodiversidade, devolve a condição, aumentando a matéria orgânica do solo, que é o elemento essencial para o desenvolvimento do microorganismo; aumenta a retenção de água, melhorando para o produtor em eventos de veranico.

Quando você fala em plantio direto, acho que é fundamental para a agricultura nos trópicos usar o plantio direto em vez do manejo convencional, que estava muito mais conveniente a áreas de clima temperado. E as pastagens bem manejadas. Acho que isso são mudanças de impacto extremamente relevantes para o nosso País, e temos que levar adiante a adoção.

Por gentileza, o próximo.

E novidades: fazer mais com menos, ou seja, menos terra, podendo produzir alimentos, podendo produzir pecuária, e também a produção florestal. Esses são programas extremamente importantes em cuja adoção o Brasil avança. São fotos reais. Então, temos que nos orgulhar disso. É um desafio importante. E temos que avaliar o que está se passando com todas as questões ambientais nesses sistemas.

Por favor, o próximo.

Logicamente, como já mencionei, temos o desafio do alimento, mas tem também o desafio da geografia e o da produção. Como vai ser isso no futuro? Quais são as espécies que a gente deve plantar? Quais aquelas que têm maior sustentabilidade, análise de ciclo de vida? Esses são os elementos que a gente tem que usar e tem ferramentas para isso, tem estrutura de pesquisa para isso.

Por gentileza, o próximo.

Novamente lembramos dados que mencionei brevemente. A questão da nossa matriz energética, da qual devemos nos orgulhar.

Por gentileza, o próximo.

Na questão da produção da energia, a Embrapa tem muito orgulho por ter trabalhado no zoneamento da área ecológica da cana e desenvolver aquelas áreas que são adequadas, potencialmente de interesse, em que possa usar com sustentabilidade, evitando qualquer uso de queimada, ou seja, as áreas planas, as áreas com aptidão de solo. Isso se tornou uma política pública. Ali sumiu um proibido, além de usar qualquer questão de cultivo de cana na área amazônica e em outros biomas também. Esse é um trabalho que se tornou política pública desenvolvido pela Embrapa e seus parceiros.

Por favor, o próximo.

A Embrapa vai além e está conseguindo, com um importante apoio governamental, traduzir muitos dos seus interesses em questões concretas. Uma delas é a criação de uma unidade voltada exclusivamente para o tema da agroenergia. Não exclusivamente energia, de que vou falar mais adiante, mas criou um prédio, uma base física, uma estrutura com funcionários aqui em Brasília. Formou um grande *hub* para essa agenda.

Por favor, o próximo.

Dentro do conceito de biorefinaria, as oportunidades são imensas. É uma oportunidade de gerar emprego mais qualificado, ter um desenvolvimento regional, mas com um desafio imenso. Quando a gente fala em vinhaça, as nossas usinas, a cada litro de etanol, produzem mais de 10 litros de vinhaça, uma boa usina. Esse é um desafio. Estamos falando em 30 bilhões de litros de etanol, estamos falando de 300 bilhões de litros de vinhaça. São desafios importantes, com oportunidades grandes para pesquisa, mas com desafio ambiental não desprezível, sendo uma agenda também. O Brasil vem numa linha importante de plástico biodegradável, desenvolvido pela Braskem, um orgulho nacional. Há o próprio bioquerosene como uma agenda de desenvolvimento,

Por favor, o próximo.

Entrando em tópicos. A agricultura brasileira é uma das maiores consumidoras de pesticidas do Planeta. Há razões para isso: altas temperaturas, alta umidade. É muito difícil e não é trivial produzir uma agricultura, mas nos temos alternativa. Temos o manejo integrado de praga, temos a questão do controle biológico. A Embrapa tem orgulho de ter dado algumas contribuições importantes nesse tópico, com imenso espaço para evoluir, é lógico, dentro das nossas possibilidades. Mas esse é um desafio muito importante para o desenvolvimento da agricultura brasileira em que a Embrapa está empenhada.

Por favor, o próximo.

Conforme foi mencionado, integrando a questão da biodiversidade, todos aspectos relacionados a mudança climática têm uma correlação direta, sendo a área do trópico uma área extremamente potencial de ser afetada e vulnerável, para a qual a gente tem que ter um agenda para enfrentar . Quando a gente está falando da produção a céu aberto, os impactos possíveis de uma mudança climática são consideráveis, e, falando que a agenda da agricultura tem uma importância econômica muito grande, há um risco que nos colocamos do ponto de vista de emprego e de renda.

Por favor, o próximo.

Na linha do que estamos fazendo, a gente tem a satisfação de informar a instalação do primeiro sistema Face – Free Air Carbon Dioxide Enrichment da Embrapa, que é fazer, em condições de campo o cenário futuro, a cenário com a atmosfera de CO_2 aumentada

e ver como isso impacta o desenvolvimento na planta, como isso impacta o desenvolvimento de pragas e doenças. Para isso, escolhemos o café, uma planta tropical, para o primeiro Face na América do Sul. Logicamente, os esforços de mitigação, vulnerabilidade e adaptação que fazem parte da nossa agenda.

Por favor, o próximo.

Quando a gente fala em biodiversidade, acho que o potencial é imenso do ponto de vista do aspecto de conservação, número de espécie. A gente significa 22% das espécies existentes no Planeta, somos o País mais rico em plantas, animais e microorganismos. Então, é uma agenda muito importante que a gente tem que saber e fazer uso sustentável e inteligente.

Por gentileza, o próximo.

Pode entrar vários, por gentileza, para preencher toda a página.

Quando a gente olha para o cenário mundial do ponto de vista de consumo de alimentos, a gente vê que, infelizmente, está ancorado em poucos produtos. O Brasil tem uma oportunidade, na medida em que a gente consegue promover o uso de novos produtos, o consumo de novos produtos, mudar esse cenário em que 20 produtos significam 80% do consumo mundial.

Por gentileza, o próximo.

Aqui dou um exemplo da biodiversidade das frutas brasileiras. Acho que a questão de prospecção de compostos bioativos está agregando valor a essa indústria. Seria fundamental, é uma oportunidade concreta.

Por gentileza, o próximo.

A gente também tem a satisfação de informar sobre uma das ações que estamos desenvolvendo, no Laboratório Multiusuário de Química de Produtos Naturais, em Fortaleza, em que toda essa cadeia – desde alimento funcional, plantas medicinais, biopesticidas, fragrâncias, cosméticos, aromas, plantas medicinais, colorantes e moléculas bioativas – está sendo traduzida por nós. Há uma infraestrutura instalada, com laboratórios excelentes que nos propiciarão uma agenda, entendo, portadora de futuro, dentro do conceito de exploração sustentável da nossa biodiversidade. O desafio é importante, mas acho que também temos que usar a ciência, a tecnologia, para a geração desses produtos.

Por gentileza, o próximo.

E, entre as ações recentes da Embrapa, indo para a fase final da minha fala, acho que é importante salientarmos que houve, recentemente, na organização, na gestão da nossa pesquisa, a questão do estabelecimento que propusemos de chamar de Portfólios Prioritários de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. E, dentro deles, totalmente conectado com a preservação e a questão da biodiversidade, queremos citar a questão do controle biológico – estou mencionando pragas recentes, como a helicoverpa, que atacou milho, soja, na Bahia –, como um desafio importante. Teríamos que voltar para o nosso manejo integrado de praga. Muitas vezes, ao deixar o próprio setor fazer a venda do insumo e a recomendação da melhor prática, nem sempre temos o melhor resultado; aí entra o papel do Estado e nós, como uma instituição do Estado, estamos colocando ênfase nessa questão do controle biológico. Essa helicoverpa já explodiu, foi uma questão grave, um prejuízo grande para os produtores neste momento, mas vêm outras, como a mosca branca, de modo que a questão do manejo integrado de pragas se torna extremamente importante.

Dentro da questão do Código Florestal, que está com um desafio importante de implementação, há toda a parte de floresta nativa, disponibilização de muda e de tecnologia para a adoção de plantas nativas em Áreas de Preservação Permanente e em Áreas de Reserva Legal. Também estamos apoiando uma iniciativa na área de silviculturas de nativas.

Já falei da questão da Integração Lavoura Pecuária Floresta e falo também da questão de mudança de uso do solo com uso de geotecnologias. Temos centros de monitoramento por satélite, centros de meio ambiente, centros de informática, centro de solos que, certamente, podem nos auxiliar muito. E a Ministra fez menção a essa iniciativa do TerraClass, cuja segunda versão lançaremos agora em maio, uma parceria importante entre o Ministério da Agricultura, a Embrapa e o Ministério do Meio Ambiente, para cuidar das florestas secundárias na Região Amazônica. Temos muito orgulho disso!

O próprio Senador Rodrigo Rollemberg mencionou – e é também motivo de muita satisfação! – a nova estrutura física, que chamamos de Colbase. É uma estrutura para conservação e uso de recursos genéticos, de germoplasma, em que teremos uma capacidade de 700 mil amostras. Vamos nos tornar, acho, a terceira maior do planeta para conservação *in situ* e *on farm*! Então, essa é uma agenda concreta que, entendemos, vem contribuir num esforço maior de País.

Por gentileza, um minutinho só.

E acho que não menos importante, quando pensamos no futuro, quando falamos de antecipação de cenários, é que a Embrapa está implantando, neste momento – está mencionado nesse *booklet* que tivemos autorização de passar para vocês –, a questão de prospecção, cenários e como isso se transforma em ações antecipatórias. E, logicamente, a Embrapa tem feito um esforço de participar em várias questões e em políticas públicas internacionais. Temos, aqui, a nossa colega Zezé Sampaio, que tem feito um esforço

imenso, junto com outros colegas, para várias convenções de biodiversidade, convenções do clima. Também participo de uma delas; anteriormente essa minha posição dentro da Aliança Global de Gases de Efeito Estufa, em que sou Co-Coordenador de Croplands, o que fazemos junto com os americanos.

Por gentileza, o próximo.

Queríamos deixar, aqui, a nossa mensagem e os parabéns ao Embaixador Luiz Figueiredo, por todas as contribuições que deu. Sucesso nas Nações Unidas, em Nova York! Sabemos que ele vai estar extremamente bem amparado, mas queríamos colocar o nosso Programa Labes nos Estados Unidos.

Tive a honra de coordenar esse programa de 2009 a 2011. Na verdade, o Dr. Maurício Lopes também foi Coordenador desse programa, na Coreia do Sul, e os dois ex-Presidentes da Embrapa também trabalharam nesse programa. Então, é para ele ficar sossegado, que ele vai ter, acredito, um bom representante lá em Washington. Beltsville é na região metropolitana de Washington.

Queríamos nos colocar à disposição e agradecer muito a atenção.

E gostaríamos de falar: pus o 26 na abertura da minha apresentação. Hoje, celebramos, com muito honra, e agradecemos muito o apoio desta Casa, o Senado, e a sessão em nossa homenagem, assim como foi na Câmara, com a Embrapa celebrando na data de hoje 40 anos.

Agradeço muito a atenção dos senhores e das senhoras. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo imediatamente a palavra ao Sr. Roberto Cavalcanti, Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom dia a todos e a todas. Senador, queria agradecer o convite para estar aqui presente e saudar, na pessoa de V. Exª, os Parlamentares e os membros da Mesa.

Estou aqui, na sequência, com certa dificuldade depois dessas excelentes apresentações. Eu trouxe também o Power Point, mas vocês vão ser poupados dele, porque gerei numa versão aparentemente incompatível com a versão que está aqui. Mas não há problema, porque eu sempre tenho um plano B.

Na sequência, queria saudar também o Senador Rollemberg, que fez referência a mim como um defensor do Cerrado, o que funciona a favor e contra. Mas o Senador tem o mesmo problema, porque é autor do PL do Cerrado, que está em tramitação aqui no Legislativo, e também é um apoiador contínuo da área de ciência, tecnologia e conservação e das instituições que fazem isso para o Cerrado.

Estive também no aniversário de 40 anos da Embrapa e queria cumprimentar a Embrapa pelo aniversário. O Presidente Maurício, na ocasião, foi extremamente feliz em minha opinião. Num tempo relativamente curto, ele teve que recapitular quais foram as grandes conquistas da Embrapa nesses últimos 40 anos. Ele citou três: a questão do desenvolvimento de tecnologias para uso dos solos tropicais, inédito no mundo, que permitiu ao Brasil atingir essa posição de produtor agrícola; a tropicalização das culturas, das grandes culturas do mundo; e o terceiro ponto foi justamente a questão das práticas ambientais e o desenvolvimento de tecnologias que permitem a agricultura sustentável nos ambientes tropicais. Essa é uma face menos visível, mas, como já foi apresentado aqui, a Embrapa tem uma contribuição magnífica.

Durante as duras discussões do Código Florestal – vou abrir aqui o jogo –, metade dos trabalhos que nós usamos para apresentar os pontos de vista ambientais foram produzidos por pesquisadores da Embrapa. Daí veio o meu princípio, que é o seguinte: não adianta pressionar a Embrapa politicamente, porque quando a Embrapa é pressionada politicamente você não obtém uma resposta clara, justamente porque a Embrapa é um órgão que olha todos os aspectos das questões relativas à agricultura e à tecnologia. Então, as contribuições da Embrapa na área de conservação, nas práticas, no conhecimento da biodiversidade, são muito consideráveis e muito utilizadas por nós.

Recentemente, na semana passada... Senador, queria colocar para vocês que a missão de seguir a Rio+20, como foi colocado brilhantemente pelos participantes do primeiro painel, é, primeiro, implementar – e o Bráulio Dias, Secretário da CDB, disse quando assumiu que este é o bordão: implementar, implementar, implementar e também trabalhar com uma variedade de setores conjuntamente. Não é uma agenda setorial, é uma agenda muito ampla, e isso tem uma implicação direta sobre nós, que trabalhamos. Eu sou responsável, a convite da Ministra, como Secretário Executivo – justamente o Bráulio Dias ocupava esse cargo; quando ele saiu para a CDB, eu fui convidado por eles com muita honra para ocupar a posição – por fazer a tradução dos desafios técnicos para uma agenda muito mais ampla. Essa é que é a questão da Rio+20.

Além disso, é uma agenda cujo ambiente se caracterizou por metas aspiracionais, a verdade é essa. A CDB elegeu 2010 como o ano da biodiversidade, estabeleceu uma série, um conjunto grande de metas. E, antes, em 2007, já sabíamos que grande parte dessas metas seriam de difícil consecução. Eu participei, na Europa, de uma reunião técnica, e cobrei do pessoal da União Europeia: “O que vocês vão fazer para atin-

gir as metas de 2010?". O pessoal admitiu, Senador, que não seria possível porque, embora os países tivessem assinado essas metas, não havia realmente a internalização das metas.

A CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica) não desistiu. Além da grande conquista do Protocolo de Nagoya, em 2010, instituíram-se as famosas 20 Metas de Aichi. E aí o Brasil realmente saiu na frente, tanto doméstica como internacionalmente. Domesticamente, pela participação da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), de organizações como IPÊ e de vários membros da sociedade civil – foi uma iniciativa que começou ainda na época do Bráulio –, da CNI e do setor da agricultura.

Houve um processo de internalização, de proposta ao Governo brasileiro sobre a internalização das Metas de Aichi. Em relação às 20 Metas de Aichi, há um consenso fácil... Fácil não, mas bem construído sobre a internalização de 18 das 20 metas. Das duas metas de Aichi de que ainda não fechamos a internalização, uma é a famosa Meta11. E foi aí que eu realmente tive de me envolver muito mais diretamente com os representantes do setor agrícola, porque a Meta 11 estabelece a percentagem dos territórios dos países sob proteção integral e sob desenvolvimento sustentável.

Eu queria registrar também, com satisfação, a presença aqui de diretores do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) porque, realmente, no último ano, se essa conversa sobre a implementação das metas e sobre os assuntos relativos ao Protocolo de Nagoya tem evoluído, é resultado de uma aproximação contínua entre os respectivos ministérios: o Mapa e a Embrapa e o Ministério do Meio Ambiente.

Na semana passada, estive em Roma, a convite do próprio Mapa e por designação da Ministra, em uma missão conjunta para negociar, junto à Comissão de Recursos Genéticos da FAO, a criação de novos acordos e tratados referentes ao acesso e à repartição de benefícios da biodiversidade agrícola, de produtos usados para alimentação e agricultura.

Obviamente, o Protocolo de Nagoya está lá em cima, mas, junto com o Protocolo de Nagoya, está a questão do Tirfa, que é o tratado internacional de acesso e repartição de benefícios e de recursos genéticos, de plantas para a agricultura. E há a possibilidade de se abrirem novos acordos referentes a recursos genéticos animais aquáticos e marinhos, como foi assinalado aqui pelo Coimbra, e uma diversidade de pautas. Há o entendimento claro de que os recursos genéticos hoje associados à agricultura têm que ter um tratamento que não coloque em risco a questão da segurança alimentar nem a oportunidade, que foi muito bem colocada pelo representante da Embrapa, de aumento da diversidade e quantidade de elementos da biodiversidade que fazem parte da produção agrícola.

Essa, Senador, não é uma agenda simples, porque envolve enormes interesses econômicos e uma dependência muito grande no dia a dia da população humana. Mas acho que tem sido, pós Rio+20, um dos principais avanços na agenda governamental brasileira, que é a convergência entre os grandes usuários da biodiversidade.

O Embaixador saiu por alguns momentos, mas eu queria registrar a influência que o Figueiredo tem tido internacionalmente.

O que acontece?

Há um grupo de países grandes que faz as pautas nas negociações internacionais. Mas essa não é uma pauta unilateral. Os países interessados têm que fazer as ofertas, e os demais países têm que topar as ofertas apresentadas. Então, o Itamaraty, principalmente nesses assuntos técnicos relacionados à biodiversidade, tem que ter uma capacidade de resposta muito rápida. E o Figueiredo, o Coimbra, o Corrêa do Lago, o Paulino e uma série de pessoas em vários estágios da carreira têm realmente mostrado uma liderança não só para o Brasil, na capacidade de negociação brasileira, mas apresentado para os demais países capacidade, como a Ministra magnificamente colocou, de agregar os grandes países do mundo nessas agendas que não avançariam se não fosse a presença brasileira.

Então, eu queria cumprimentar o Figueiredo e, por tabela, o Itamaraty. Ele sempre é pressionado pelo ministério A, B ou C, que dizem estar seguindo a agenda de um ministério e não de outro, mas eu atesto que realmente o Itamaraty segue os interesses nacionais mesmo, magnificamente.

Eu queria também fazer o registro – o meu tempo já está acabando – do papel do Herman Benjamin, que, junto com o Senado, organizou isso. O Herman é aquela pessoa que... Sabe a síndrome de que a pessoa está disponível para tudo, desde carregar caixa até pegar o microfone no plenário do STJ? O Herman é esse tipo de pessoa. Tem uma carreira brilhante. Eu o conheci primeiro nas reuniões técnicas, carregando os livros do Instituto Planeta Verde, dizendo: "Roberto, pega aí, ajuda!" E é uma das coisas que, realmente... No início da carreira de biólogo, não somos superatentos à questão legal e à importância, como no seminário a que o senhor fez referência, Senador, de evitar retrocessos jurídicos na área ambiental. O Herman realmente cobre todo esse espectro.

Muito bom, queria saudá-lo, e cumprimentar pela grande participação na organização desse tipo de evento.

Eu poderia me alongar muito, mas na reunião da FAO eu também fiquei muito bem impressionado com a credibilidade que países como Estados Unidos, Índia e China deram às posições brasileiras.

Dos Estados Unidos, o pessoal veio me dizer: "Nós também somos um país de megadiversidade". E os Estados Unidos, que, embora tenham sido um dos países mais importantes na assinatura da convenção, até hoje não a ratificaram. Então, há uma visão muito clara, pelo que pude ver, do pessoal do Departamento de Estado lá presente, de fazer avançar essa agenda dentro do seio do governo americano. Eles estão comprometidos em pegar o Tirfa, que também está aguardando ratificação no Senado americano, tirá-lo do fundo da pilha e pôr no alto. Essa foi a posição explícita dos americanos lá.

E eu não perco a esperança de, se a Zezé, o Mapa, a Embrapa derem o apoio, o Protocolo de Nagoya também, que vai passar pelo Senado, pela ratificação aqui, que façamos andar junto... Essa é uma risadinha discreta ou de apoio, Zezé? *(Pausa.)*

Mas eu acho que essa convergência... E quero dizer que contamos muito com a Embrapa nesse papel de mostrar a interface entre os diversos tratados. E inclusive o próprio Protocolo de Nagoya prevê isto: que espécies específicas são objeto de tratados específicos dentro do âmbito da CDB e da... Se eu estiver falando alguma besteira, você me corrija, Bráulio. Mas uma das cláusulas do protocolo diz que pode haver tratados específicos sobre conjuntos específicos de espécies, inclusive da agricultura.

Então, eu vejo muitos boas perspectivas, nesse espírito da Rio+20, de avançar na implementação das Metas de Aichi do Protocolo de Nagoya. Graças ao trabalho, como falei, da sociedade civil, o Brasil está em ótimas condições para internalizar as Metas de Aichi. A CNI, o CBDES (Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) e outros têm sido fundamentais em fazer a tradução desses assuntos para seu próprio grupo de apoio e também trazer claramente para o MMA quais os pontos que pegam e as dificuldades.

E o nosso calendário então é esse. Vai haver, no ano que vem, reunião da CDB. Esperamos, já naquela reunião da CDB, na COP de 2014 – a Secretaria da CDB está confiante – que o Protocolo de Nagoya vá entrar em vigor. Nós temos esse tempo para nos organizar nessa área. Temos que avançar, sim, com o Tirfa e com os protocolos específicos que garantam os direitos agrícolas, para que o Protocolo de Nagoya interaja sinergicamente. E com as Metas de Aichi o nosso objetivo, Senador, é levar à internalização na reunião do Substa, que vai ocorrer em outubro. Esse calendário foi aprovado pela Conabio, ontem, e quem está fazendo a internalização no Governo brasileiro é um grupo do Ministério do Planejamento que está coordenando. E eu queria registrar que a Secretária Esther Bemerguy e sua equipe estão trabalhando com toda a Esplanada para garantir que a internalização das Metas de Aichi seja uma ação de Governo e não uma ação de apenas um ministério.

O espírito da Rio+20 deu, mais uma vez, ao Brasil uma credibilidade internacional muito grande. E eu, tendo estado na Rio+20, acho que o que mais me animou foi o pessoal ambiental – o pessoal ambiental, suspeito de sempre. A UICN é aqui a nossa grande instituição, que existe há praticamente 50 anos e está aí batendo tambor. Mas, realmente, os outros setores... Os eventos no Forte de Copacabana, no Aterro, o envolvimento do Legislativo, Senador, inclusive com a sua presença inclusive. No primeiro dia, eu já encontrei o Senador, e tivemos a honra de dar uma carona a ele, para que ele fizesse o credenciamento. Isso realmente mostra que a Rio+20, para o Brasil, foi um momento de união dos setores e de apresentação internacional.

Então, muito obrigado. Agradeço a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Roberto Cavalcanti. *(Palmas.)*

Só uma questão. O senhor disse que havia dificuldade de internalizar duas metas, a Meta 11 e qual é a outra?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – A outra é a meta que pede – como se diz? – a eliminação dos incentivos perversos para práticas que... É a Meta 3.

E o problema não é a Meta 3. O problema é que nossos colegas querem que estabeleçamos claramente o que é um incentivo perverso. Porque vocês sabem perfeitamente: o incentivo perverso de um é o maná do outro. Então, tem que haver uma qualificação clara.

E, antes que o Bráulio dê uma longa explicação, vou dar uma curta explicação: a meta pede que se faça progresso na eliminação dos incentivos perversos. E esses incentivos perversos têm que ser pactuados, não é? Nós temos que fazer uma análise da árvore de incentivos e trabalhar sistematicamente na transformação dos incentivos perversos em incentivos virtuosos. E a apresentação da Embrapa, entre outras, nos mostra como isso pode ser feito claramente.

Então, são essas duas, Senador. E contamos com o seu apoio e o do Senado, para que possamos avançar na questão dessas duas metas, pois estamos muito próximos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Roberto Caval-

canti. Pode contar conosco. Como sempre, estamos à disposição para avançar no que for possível.

Concedo a palavra ao Sr. Volney Zanardi, Presidente do Ibama.

O SR. VOLNEY ZANARDI – Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de agradecer o convite para participar deste colóquio em homenagem ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Gostaria de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg e nossos colegas de Mesa.

O tema deste painel é justamente a questão da biodiversidade, conservação da natureza e economia verde. A minha fala aqui vai na direção de explorar um pouco como o Ibama, que é um órgão de controle ambiental, dialoga com a questão da conservação e da economia verde. Assim como a economia verde tem uma dimensão que, vamos dizer, olha para o aspecto de preservação e conservação, quando olhamos pela identificação e mensuração dos serviços ambientais, por exemplo, pagamento de serviços ambientais, ela traz muito essa visão de: "Olha, devemos conservar, porque existem serviços que não são considerados e são fundamentais para todos". Ela tem essa dimensão da conservação e preservação.

Ela também traz a dimensão do sustentável. E esse, vamos dizer, paralelo entre a economia verde e o controle eu gostaria de trazer aqui. Porque o controle também traz essas duas visões; traz a visão da preservação e da conservação. Aí, há várias ações, como o combate ao desmatamento, que vem dentro dessa perspectiva, e como nós organizamos esse combate ao desmatamento para que ele faça com que as externalidades sejam incorporadas e não gerem outras externalidades nesse processo, para termos um processo, vamos dizer, mais economicamente adequado.

Por outro lado, há questões também relacionadas ao uso sustentável. Então, quando pega instrumentos da política ambiental, como licenciamento ambiental, ele olha muito para isso. Muitas vezes, todos acham que licenciamento ambiental é para conservação. Não é esse o objetivo.

Há muitas críticas: "Olha, como é que liberam determinado empreendimento?!". Ao contrário, o que o licenciamento ambiental, por exemplo, tem feito hoje é melhorar muito a qualidade dos próprios projetos. Eu tenho vários projetos em que o Ibama tem trabalhado o aperfeiçoamento, e não só temos tido ganhos ambientais como redução do preço dos empreendimentos por todo um processo de aprimoramento do próprio processo de planejamento.

E, com essa dinâmica do controle, na medida em que há boas normas e uma boa visão sobre a sua implementação, sobre uma estratégia de implementação da ação de controle, nós temos uma grande oportunidade de ter uma série de estratégias e de situações em que todos nós podemos ganhar. Mas isso parte de uma perspectiva justamente de como trabalhar de forma mais estratégica a questão ambiental e social – dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável – e de como fazer a implementação principalmente do conceito de uso sustentável, que é muito mais complexo do que simplesmente o do uso da preservação e conservação.

Esse talvez seja um grande dilema e um paradoxo hoje, que a questão do controle estar vivendo. Por quê? Porque passa por uma mudança muito grande de paradigmas. Hoje, quando olhamos por um lado – o Ibama é um órgão executivo, não é um órgão político, mas um órgão técnico –, existem todas as questões que, vamos dizer, chegam ao controle ambiental e que partem de perspectivas integradas, que deveriam estar sendo trabalhadas numa visão de política integrada e de planejamento.

Quando o representante da Embrapa aqui trouxe o caso da helicoverpa, é um exemplo. Uma questão que poderia estar sendo tratada com determinado tipo de práticas acaba tendo que ser tratada, no final do túnel, com uma ação extrema de uso de agrotóxicos. Então, esse tipo de questão está no âmbito do planejamento. O Ibama tem um papel, por exemplo, na questão do registro de agrotóxicos, e nós estamos trabalhando com uma série de órgãos do Governo no sentido de dar uma dinâmica melhor para esse processo do controle do registro.

Hoje, há aspectos, por exemplo, ligados à questão dos neonicotinóides e sua relação com o colapso de colmeias. São questões que estão sendo discutidas no mundo inteiro. E o Brasil é um grande consumidor de neonicotinóides. Então, se essa discussão não é feita dentro de um ambiente de planejamento e de um olhar, de uma normatização que traga espaço para essa visão de compatibilização entre os diversos interesses – e todos são legítimos –, nós acabamos gerando uma série de externalidades nesse processo – para usar o termo mais econômico –, em que, no fim, todos perdem.

Então, a questão do planejamento é uma. Outro aspecto, além do planejamento, é justamente o papel do controle e do diálogo do mercado com a questão da conformidade. A conformidade é fundamental para que todos trabalhem dentro de uma mesma regra. E existem ações.

Hoje, por exemplo, fizemos todo um processo de aprimoramento do *site* de áreas embargadas na Amazônia. Há uma série de áreas em que o uso está proibido, e todos querem acessar para saber qual é a

área, se podem ou não comprar nessa área, quem é o responsável. Hoje, esse processo está transparente na página do Ibama, e todos podem ter acesso a essa base. É uma agenda extremamente produtiva e articulada com o próprio setor empresarial, através da Abiove.

São exemplos que trago aqui do momento que vivemos, numa visão de aperfeiçoamento. Tanto que vem lá da questão do planejamento a visão da inserção da variável ambiental dentro de uma estratégia de desenvolvimento, que é uma coisa muito fácil de falar, mas muito difícil de fazer, mas, por outro lado, nossos instrumentos. E nós trabalhamos com esses instrumentos da área – e é o objeto do Ibama, de controle ambiental, para fazer com que esse processo tenha uma melhor condução tanto para a dinâmica ambiental como social e econômica.

Dentro dessa perspectiva, um dos aspectos fundamentais que nós vemos dentro desse horizonte que temos à frente, é justamente a questão dos sistemas de informação, e os sistemas de informação disponibilizando justamente esses dados de controle para a sociedade poder usá-los tanto para a economia como para seu planejamento e suas estratégias de estruturação de políticas.

Um exemplo que estamos vivendo hoje – talvez seja uma das questões mais relevantes que vamos ter para o gerenciamento e planejamento da nossa agricultura e dos nossos imóveis rurais – é justamente a questão do CAR, o Cadastramento Ambiental Rural, que tem um potencial enorme de organizar – e não é uma coisa trivial – bases nacionais em um país com a diversidade do Brasil, com a complexidade social e a complexidade federativa do Brasil. Isso é uma coisa que agrega uma complexidade enorme a qualquer implementação de política publica neste País, e aí existe toda uma estratégia que tem de ser trabalhada nessa articulação de coordenação, que também foi uma palavra falada, entre a esfera federal, a esfera dos Estados e a dos Municípios, a esfera municipal. Então, esse processo de controle de implementação das políticas e como isso dialoga com essa estratégia de desenvolvimento.

Então, eu chamei atenção aqui para alguns aspectos.

Se nós olharmos para a biodiversidade, pegando especificamente o tema "biodiversidade". Todos sabem que o Brasil é um país megadiverso, e várias dessas ameaças à biodiversidade brasileira, hoje maior, passam justamente por esses aspectos de fragmentação e perdas de *habitats*, introdução de espécies exóticas, exploração excessiva de espécies animais. E aí nós temos o papel, por exemplo, da Cites dentro de toda essa estratégia de controlar a exportação dessas espécies, a poluição...

Então, nós temos todo um processo de ameaças à biodiversidade que dialogam diretamente com a questão do controle. O grande desafio que nós temos é como implementar o controle, e aí a questão desta Casa, de as leis olharem para uma estratégia de implementação e dialogarem com essa perspectiva federativa também do que tem que ser implementado.

É muito importante que se trabalhe a visão dessa transição e desse diálogo que tem de haver nas nossas políticas entre a preservação e conservação e o uso sustentável.

Então, eu acho que a economia verde é um elemento. Acho que nós podemos também exigir demais desse conceito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VOLNEY ZANARDI – Nós vimos o tensionamento que se criou na própria Rio+20, onde vários atores, principalmente alguns países da América Latina, identificaram a questão da economia verde como uma forma de passar uma agenda muito restrita de foco mais econômico, que saiu com o nome de crescimento verde, por exemplo, dentro da discussão da economia verde. O conceito de economia verde é uma coisa muito mais ampla do que simplesmente essa visão, daqui a pouco, que pode ser reduzida a uma transferência de tecnologia de países mais industrializados para países menos industrializados.

Então, nós temos que tomar cuidado com esses conceitos. Acho que é uma questão fundamental, porque não existe estudo, não existe solução de prateleira. Essas são soluções que têm de ser adaptadas à realidade social, à complexidade federativa do Brasil. E a dinâmica do ambiental, social e econômico passa por essa transição, que nós vivemos agora, de aceitar como formas legítimas a discussão de preservação e conservação compatibilizada com a visão de uso sustentável, que são eixos da própria CDB.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui com vocês.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, eu agradeço ao Volney Zanardi, Presidente do Ibama, pela sua apresentação.

Eu estou numa situação difícil aqui. Estou sendo orientado pela secretaria do evento de que há um almoço marcado para as 13 horas e 30 minutos no Anexo IV da Câmara dos Deputados, e já são 13 horas e 21 minutos. E há um tempo de deslocamento até a Câmara. Consulto se alguém quer fazer alguma colocação, se tem alguma...

Nosso querido Secretário Bráulio Dias.

O SR. BRÁULIO DIAS – Obrigado, Senador.

Rapidinho. Duas informações.

Nesta semana, o Secretário-Geral Ban Ki-moon acaba de enviar ofícios a todos os Chefes de Estado do mundo conclamando para a assinatura do Protocolo de Nagoya. Então, ele fez isso a meu pedido para a gente acelerar esse processo. E eu quero confirmar que o Protocolo de Nagoya é totalmente compatível com o Tirfa e eventuais outros acordos internacionais entre nações para temas específicos.

Eu queria também, em particular, chamar a atenção do Ladislau para o fato de que a CDB e a FAO estão num esforço grande de construção de uma agenda comum biodiversidade e agricultura. O Clayton Campanhola, que foi Presidente da Embrapa e, antes, diretor do Centro de Meio Ambiente da Embrapa, está lá agora ajudando o Graziano, justamente com a tarefa de promover maior sustentabilidade no setor da agricultura. Então, eu acho que são agendas que têm uma grande convergência, e a gente está, agora, ampliando esses esforços. E eu fiz o convite ao Presidente Maurício para a gente assinar um acordo de cooperação entre a Convenção e a Embrapa, porque a Embrapa tem muito para contribuir não só aqui no Brasil, mas, no plano internacional, para a implementação da Convenção. Ele aceitou, e eu devo estar enviando proximamente uma correspondência para ele nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Dr. Bráulio, pela informação extremamente relevante.

Consulto se mais alguém quer fazer alguma intervenção.

O SR. LADISLAU MARTIN NETO – Bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo a palavra ao Prof. Ladislau.

O SR. LADISLAU MARTIN NETO – Durante a minha apresentação, sei que o senhor teve que sair, mas eu falei muito da questão da integração lavoura-pecuária-floresta, e eu gostaria de ressaltar aqui o projeto de lei de sua autoria que está sendo encaminhado para se instituir uma política nacional de integração lavoura-pecuária-floresta, extremamente importante. Acho que está dentro do conceito de fazer mais com menos terra, uma política extremamente importante de estímulo ao agricultor brasileiro para ter mais sustentabilidade na agricultura.

Então, eu gostaria de fazer essa referência e parabenizar o Senador pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, amigo Ladislau, pela lembrança. De fato, foi aprovada a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Está com a Presidenta para ser sancionada. Esperamos que o seja em breve, aproveitando as comemorações do aniversário da Embrapa.

E quero aqui fazer um registro de agradecimento ao Ministro Alysson Paulinelli e também ao ex-Presidente da Embrapa Silvio Crestana, que estimularam muito, e, na verdade, introduziram comigo este debate sobre a necessidade de uma política nacional de integração lavoura-pecuária-floresta; e, pela contribuição, à Embrapa, que, na verdade, é a instituição que desenvolveu o conhecimento acerca dessa tecnologia, dessa metodologia, que, sem dúvida, traz benefícios econômicos e ambientais, numa demonstração de como devemos avançar para conquistar uma agricultura efetivamente sustentável.

Agradeço muito a presença do Ministro Fernando Coimbra, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente; da Srª Marina Grossi, Presidente Executiva do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; do Sr. Ladislau Martin, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa; do Prof. Roberto Cavalcanti, Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; do Sr. Volney Zanardi, Presidente do Ibama; e de todos que nos honraram com suas presenças. Não vou nominar todos, pois são muitas as autoridades aqui presentes.

Quero agradecer a todas as instituições que estão colaborando para a realização deste evento e registrar minha honra de ter coordenado uma mesa da maior qualidade, num evento da maior qualidade, agradecendo sempre a colaboração muito prestimosa, entusiasmada, como já foi referido aqui, do querido amigo Ministro Herman Benjamin.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Agora, teremos um intervalo para almoço, que será no restaurante do Sesc, localizado no décimo andar do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

Retornaremos às 14h50min, em novo local, no plenário do Senado Federal, para darmos continuidade a este evento.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – .Iniciamos, agora, o terceiro bloco de palestras e debates intitulado “Biodiversidade na Rio+20: o papel da Ciência e da Educação”.

Convido, agora, os senhores e senhoras expositores, palestrantes que já estão à mesa: Sr. Car-

los Alfredo Joly, professor da Unicamp, coordenador do Biota, programa de Pesquisa em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo e membro da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema. Convido também o Sr. Ernesto Enkerlin, Presidente da Comissão de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza; o Sr. Fernando Lyrio, Chefe de Gabinete da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; a Srª Juliane Zeidler, da União Internacional para a Conservação da Natureza; a Srª Nilufer Oral, Presidente da Academia de Direito Ambiental da União Internacional para a Conservação da Natureza; o Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; e o Sr. Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes, que está aqui à minha esquerda.

Senhoras e senhores que nos honram com suas presenças, neste painel, "Biodiversidade na Rio+20: o papel da Ciência e Educação" inserido neste evento, que faz justa e merecida homenagem ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, cuja carreira e habilidade como negociador e diplomata tanto honram o nosso País, e que agora nos representará na Organização das Nações Unidas.

Dou, primeiramente, as boas-vindas aos nossos expositores, destacando que considero de especial importância a necessidade de interconexão entre a sociedade, educação, ciência, economia e meio ambiente para um desenvolvimento saudável e reafirmo aqui as expressões do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, quando disse que os resultados da Conferência Rio+20 são uma sólida fundação para o bem-estar social, econômico e ambiental.

Nesta abertura do painel "Biodiversidade na Rio+20: o papel da Ciência e Educação", sinto que é oportuno fazer uma visita ao texto da Unesco sobre o assunto, que tem como título "Educar para um futuro sustentável", porque o futuro que queremos passa, necessariamente, pela educação.

Uma sociedade verde é uma sociedade educada em todas as suas dimensões. Investir em educação é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. A educação detém a chave para a produtividade e para o crescimento sustentável, além de melhorar os níveis de saúde e de nutrição, de renda e de meios de subsistência, criando uma condição ideal para que se alcancem os Objetivos do Milênio e as metas do Compromisso Todos pela Educação. Nenhum país jamais elevou seu nível de desenvolvimento humano sem constante investimento em educação. E vale sempre reforçar que investir em educação é investir na universalização do acesso, mas, sobretudo, na garantia de qualidade da educação. A garantia do acesso permanente e o sucesso do aluno na escola, como fez a Secretaria de Educação do Governo do Acre quando tinha como Secretário o ex-Governador Binho Marques, no Governo Jorge Viana, são a chave. Somente anos de escolaridade não são garantia de que os alunos vão receber uma educação relevante para suas vidas e carreiras. A qualidade, ou seja, a combinação do conteúdo da educação fornecida com a excelência dos professores, com a realização real e com o sucesso acadêmico dos estudantes é tão importante quanto a quantidade.

Há um ciclo de *feedback* positivo entre a educação e a inovação como um propulsor de crescimento sustentável em uma economia verde, na qual a inovação, as competências verdes e a capacidade de lidar com a mudança serão condutores significativos de cada setor econômico.

Portanto, a educação é um bom investimento. E a educação de qualidade é um investimento inteligente para a construção de sociedades inclusivas e sustentáveis. A educação para o desenvolvimento sustentável é uma dimensão particularmente importante da educação de qualidade. Ela fornece às pessoas de todos os níveis educacionais, especialmente aos jovens, as habilidades, as competências e os conhecimentos necessários para transmitir valores indispensáveis para o comportamento e para as práticas que conduzem ao desenvolvimento sustentável, bem como para as sociedades multiculturais e multiétnicas que aspiram à cidadania democrática. É fundamental preparar jovens para conseguirem empregos verdes, para se adaptarem a um ambiente físico mutável e para transformarem padrões de produção e de consumo insustentáveis.

A educação para o desenvolvimento sustentável deve ser fortalecida e promovida em todos os níveis e em todos os contextos educativos ao longo da vida. Isso exige a integração da educação para o desenvolvimento sustentável nas políticas educacionais e nas práticas nacionais relevantes de educação; demanda o desenvolvimento de mecanismos eficazes para vincular os objetivos do aumento do mercado de trabalho verde a programas educativos, especialmente por meio da educação técnica e profissional e do treinamento vocacional; e exige a reforma formal e não formal dos sistemas educacionais, a fim de preparar homens e mulheres jovens para o mercado de trabalho verde e retreinar a força de trabalho existente.

Para iniciar este nosso painel, contamos aqui com autoridades reconhecidas no mundo inteiro por seu trabalho e por sua dedicação à educação.

Passamos a palavra, inicialmente, ao Sr. Carlos Alfredo Joly.

Lembro a todos que, depois, faremos um debate. Se pudermos nos manter fiéis aos dez minutos previstos para cada expositor, vamos conseguir fazer um debate produtivo.

Então, concedo a palavra ao Sr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Unicamp.

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Boa tarde a todos!

Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Obrigado, Ministro Herman Benjamin, pelo convite para participar desta Mesa.

Trago a justificativa de ausência da Profª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Tenho também o papel de, aqui, de certa forma, representar a SBPC.

Acho que, quando as Nações Unidas definiram como temática principal da Rio+20 a questão da economia verde como instrumento para a erradicação da pobreza e para a sustentabilidade, pareceu-nos, como pesquisadores e educadores, que a educação, a ciência e a tecnologia para uma transição de um modelo econômico e para uma economia cada vez mais verde seriam instrumentos e áreas que mereceriam grande atenção durante a conferência.

Nesse sentido, a comunidade científica internacional se organizou em alguns eventos. Destaco aqui o Planet Under Pressure, realizado em março de 2012, que produziu um documento nos mesmos moldes do documento produzido pelo Comitê de Alto Nível. O próprio Secretário-Geral das Nações Unidas apontava questões cruciais que deveriam ser abordadas, no sentido de que fosse estabelecida uma agenda e uma métrica para o seu cumprimento durante a Rio+20.

O Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, organizado às vésperas da Rio+20, na PUC do Rio de Janeiro, com a participação de especialistas do mundo inteiro, também produziu um conjunto de documentos indicativos das prioridades que esperávamos fossem tratadas durante a conferência.

A comunidade científica, sem dúvida, saiu bastante decepcionada da conferência. O conjunto de alertas que havia sido emitido e para o qual havia um consenso em relação à situação das mudanças climáticas, às taxas de extinção de espécies e às alterações irreversíveis nos oceanos em termos de acidificação e de salinidade, que são comprometedoras para a produção de boa parte das espécies que economicamente são importantes e que retiramos do mar, seria tratado num capítulo de implementação do documento final. E, para a nossa desagradável surpresa, até a palavra "ciência" desapareceu do capítulo que se chamava "Ciência e Tecnologia" e que passou a ser denominado somente de "Tecnologia" na parte de implementação.

Entendemos que o documento final "O Futuro que Queremos", da Rio+20, é um documento negociado entre um conjunto grande de países, mas o forte consenso científico por trás das posições que estavam sendo apresentadas em relação a esses itens nos levava a acreditar que elas seriam incorporadas de forma mais adequada no documento.

Especificamente sobre a questão da biodiversidade, acho que nós estamos no momento de estabelecer uma nova plataforma intergovernamental de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos. O Brasil foi um dos países que liderou as negociações desde 2007. E, finalmente, em 2012, numa reunião realizada no Panamá, essa plataforma que terá para a biodiversidade um papel assemelhado ao que o IPCC tem para a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas foi estabelecida.

Essa reunião de que, como eu disse, a delegação brasileira... Aqui, aproveito para elogiar o trabalho do Ministro Paulino Carvalho na chefia da delegação, tanto no Panamá quanto na primeira reunião dessa plataforma, realizada no início deste ano na cidade de Bonn, onde está instalado o secretariado da plataforma, não só pela criação da plataforma, como também pelas negociações que levaram à composição do Bureau, do qual participa o Prof. Val, Diretor do Inpa, e do Painel Multidisciplinar de *Experts*, do qual faço parte como um dos representantes da região da América Latina e do Caribe. Isso se deveu graças à capacidade de negociação da delegação encabeçada pelo Ministro Paulino Carvalho.

A Rio+20 poderia ter dado um impulso, inclusive, para essa plataforma, que, naquele momento, acabava de ser criada. Ainda não havia consenso. Alguns países tinham dúvida quanto à legitimidade da criação da plataforma.

Acho que biodiversidade é uma das áreas nas quais o Brasil poderia desenvolver um papel de liderança para uma transição em direção a uma economia mais verde. Nós somos o G1 em termos de biodiversidade. Nós aparecemos no topo da lista de praticamente todos os grupos de vertebrados e de plantas angiospermas, mas nós ainda utilizamos, de forma sustentável, uma percentagem ínfima da nossa biodiversidade. Uma das razões dessa baixa utilização, dessa baixa capitalização desse enorme potencial que nós temos, deve-se a uma legislação que está ultrapassada, razão pela qual eu perguntei, hoje cedo, à Ministra Izabella como andava a tramitação da nova legislação de acesso a

patrimônio genético. O que nós estamos vendo hoje é que as empresas que usam esses recursos para cosméticos ou para medicamentos estão se voltando para a utilização de plantas de outros países da América Latina ou de plantas exóticas do Brasil, portanto fora da rigidez da legislação.

Isso significa uma perda de oportunidade. Acho que nós temos uma capacidade enorme instalada de pesquisa, de centros de excelência, de mão de obra qualificada, de recursos humanos qualificados, e a biodiversidade nos cerca, está praticamente encostada. Ao sairmos daqui, não precisamos andar muitos quilômetros para chegar ao Cerrado, que é um dos *hotspots* de biodiversidade – são consideradas áreas críticas de conservação de biodiversidade –, à Mata Atlântica ou à Floresta Amazônica, que é, então, o grande reservatório de biodiversidade.

Então, acho que teríamos as condições para utilizar, de forma muito mais inteligente, essa riqueza, esse legado que recebemos, para aproveitarmos isso de forma sustentável, gerando, inclusive, recursos para a conservação e para a melhoria de condições, evidentemente respeitando e dividindo equitativamente os benefícios do uso dessa biodiversidade com os detentores de conhecimentos tradicionais que venham a ser utilizados para essa finalidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Então, nós tivemos um avanço. Acho que a Rio+20 estabeleceu, de certa forma, o objetivo de colocar em pauta uma série de discussões que deverão ser encaminhadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e por comitês específicos, mas falhou ao não colocar uma métrica, uma agenda mais objetiva, e ao não explorar as possibilidades da educação. A transformação de modelos econômicos e de hábitos de produção e de consumo passa necessariamente pela educação. E essa área, realmente, é tratada de maneira muito superficial no documento final.

São esses os meus comentários iniciais. Fico à disposição aqui para o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Prof. Carlos Alfredo.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Ernesto Enkerlin.

Se preferir usar da tribuna, fique à vontade.

O SR. ERNESTO CHRISTIAN ENKERLIN HOEFLICH (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado.

Tenho grande prazer em estar aqui. Realmente, é muito importante estar aqui e fazer esta homenagem ao Embaixador Figueiredo.

Espero poder contribuir, hoje, à tarde, com esta visita ao Brasil. É minha sexta visita, o que sempre tem sido muito produtivo, pelo calor do povo brasileiro e pela experiência de compartilhar como podemos fazer as coisas de uma forma melhor e trabalhar para o nosso Planeta.

Há alguns dias, celebramos o Dia do Planeta Terra.

Também gostaria de parabenizar o Carlos Alberto pela sua incorporação. Estamos muito felizes que você estará lá também, o Dr. Joly, e eu gostaria de compartilhar com vocês alguns pensamentos com relação à educação, ciência. Se eu tiver tempo, no final, vou falar um pouco sobre áreas protegidas, que é a minha paixão.

Também, recentemente, como decano de sustentabilidade, numa universidade privada do México, Monterrey Tec, lá, todos os dias, nós enfrentamos esse desafio de ciência e educação em termos do que nós queremos para o futuro.

Muitas pessoas já disseram que nós devemos nos preocupar a respeito do mundo que vamos deixar para os jovens, para a nova geração, mas ciência em educação se trata também do que os jovens farão no futuro. Então, nós temos aqui um papel muito importante, para ter certeza de que essa geração se encaixe para abordar os desafios do futuro, que foram tão bem explicados durante a reunião da manhã.

Eu fiquei bastante impressionado, depois de gastar dez anos da minha vida trabalhando pelo Governo Federal do México, e conversando com os Senadores frequentemente, com o grande nível de entendimento e com essa visão holística que vocês possuem aqui, no Brasil, também nas duas Comissões, em termos do que precisamos para o futuro e como nós transferimos isso para a jovem geração – como educar essa nova geração com relação aos desafios. Acredito que é crucial fornecer um papel para um pensamento sistemático.

Nós já escutamos, hoje de manhã, a respeito da resiliência. Então, resiliência não é apenas resiliência social e econômica. Sem dúvida, resiliência econômica é sempre um ponto importante. É necessário que tenhamos, nessa nova geração, uma nova visão de ciência. Precisamos de uma visão resiliente, ou seja, que tipo de pensamento holístico precisamos para alcançar essa resiliência, para que possamos, então, educar a nova geração?

A minha experiência no trabalho que estamos conduzindo em Monterrey Tec. Primeiro, estávamos muito preocupados com relação à ética. E a ética, sem dúvida, faz parte integral da sustentabilidade. Então, em primeiro lugar, nós tentamos ter certeza de que temos esse componente ético. Ficou bem claro na ECO-92 esse conceito também de responsabilidade

intergeracional. Então, sabemos que é um imperativo muito importante e devemos lutar para que todas as gerações, para que todas as regiões do mundo realmente incluam esse pensamento ético em termos do futuro da vida na Terra. É isso que está em jogo com a sustentabilidade.

A sustentabilidade não é mais uma escolha, porque, se não formos sustentáveis, vamos colapsar, eventualmente, tanto do ponto de vista econômico como do social e do ponto de vista do meio ambiente.

Então, falando agora do colapso econômico e social, nós temos e teremos essa preocupação, e realmente o colapso ambiental é algo que já foi visto várias vezes não apenas no Planeta, mas em ilhas que colapsaram e que nunca voltaram; nunca mais foram produtivas ou um local bonito para os humanos e para o resto da vida.

Então, o nosso Planeta também é uma ilha de vida na galáxia, e essa ilha é a única que nós possuímos.

Também temos algumas notícias sobre algumas estações que vão ser colocadas em alguns planetas, mas imaginem o custo de deixar um ser humano numa estação dessas durante dois anos! Precisamos de muitos recursos para isso. Mas, vejam, nós temos sete bilhões. Então, isso é impossível para todos os seres humanos.

Também um sistema democrático, como é praticado aqui, no Brasil, é muito bom. Precisamos ter essa cidadania. Precisamos ter uma cidadania que possa ir mais além das nossas fronteiras. Podemos ter uma cidadania em termos do Planeta como um todo. Precisamos que os cidadãos do Planeta prestem atenção não apenas na sua família, na sua região, no seu país, mas, ao mesmo tempo, pensem que todos estamos nesta pequena ilha, chamada Planeta Terra. E que essa cidadania tem de se traduzir em ações, em termos de que seja bom para mim e bom para o resto.

E, no final das contas, nós temos o conceito de sustentabilidade, que, para mim, é uma evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim como o desenvolvimento sustentável foi lançado em 1992 e foi reafirmado com muita dificuldade, como o Embaixador Figueiredo Machado nos explicou hoje de manhã, ele foi relançado. Renovamos os nossos votos com o desenvolvimento sustentável, e esperamos que o futuro nos traga uma visão de sustentabilidade, não apenas a questão da sustentabilidade, mas uma nova forma de pensar, uma nova forma de fazer as coisas, para que possamos perdurar aqui, neste Planeta.

Eu acho que o papel da ciência e da educação, sem dúvida, é crucial nesse sentido. Precisamos quebrar esses silos. Precisamos que ciência e educação possam ir mais além de um grupo específico a uma cultura ou a uma disciplina específica. Então, a conservação não pode tratar apenas da biodiversidade. A conservação trata de como podemos contribuir para a sustentabilidade.

E, fechando, eu gostaria de falar um pouco sobre áreas protegidas. O que significa, dentro desse conceito de ética, cidadania e sustentabilidade?

Áreas protegidas é um fato cultural da sociedade humana. Nós as observamos como sendo naturais, mas é algo que a cultura reservou por ser importante e porque a nossa sobrevivência depende parcialmente das áreas protegidas. Então, as áreas protegidas, hoje, sabemos que são as terras mais importantes aqui e sabemos que a agricultura não é tão grande quanto as áreas protegidas.

Então, a área total de agricultura ultrapassou nos últimos anos... Portanto, as áreas protegidas são a grande maioria das terras. E são terras de esperança, para que tenhamos tempo de fazer as mudanças e para inspirar a nova geração com soluções, muitas das quais virão da natureza. E precisamos de ciência e educação para que sejam um mecanismo para que essas soluções sejam possíveis e para que essa nova geração se encaixe, a fim de que possa enfrentar os desafios da sustentação da vida na Terra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo agora a palavra ao Sr. Fernando Lyrio.

O SR. FERNANDO ANTONIO LYRIO SILVA – Obrigado, Senador.

Boa tarde, senhoras e senhores!

É um grande prazer estar aqui para conversar um pouco sobre os resultados da Rio+20, um processo que tive a honra de acompanhar durante todo o seu processo preparatório, durante a reunião, e fazer uma reflexão sobre esses resultados.

Parabéns à iniciativa do Ministro Herman Benjamin, que sempre é um ativo e combativo representante da Justiça e do Direito dentro das causas ambientais. Então, acho que esta é uma oportunidade muito interessante.

O painel que se apresenta agora traz esse debate sobre o papel da ciência e da educação para o desenvolvimento sustentável.

É um debate em que tenho também a honra de ver pessoas muito queridas, pessoas, inclusive, que hoje estão fora do Brasil – minha amiga Julia, meu amigo Bráulio –, pessoas que participam tão ativamente de todo esse processo. Então, é uma chance muito rica de conversarmos sobre essas questões.

No processo da Rio+20, para quem conhece tanto o Parlamento, onde estamos, e para quem conhece o

processo multilateral, há uma diferença muito grande: no Parlamento, trabalhamos com a maioria; no sistema multilateral, trabalhamos pelo consenso. Então, temos uma situação em que tudo que se aprova só se aprova quando todos concordam, o que torna muito difícil, às vezes, os resultados ambiciosos. Então, todos nós que somos ambiciosos – e eu creio que todos que estamos aqui somos ambiciosos – às vezes nos frustramos um pouco com o resultado, porque ele não traduz a ambição que temos. No processo parlamentar, trabalhamos pela maioria; e, no processo de maioria, há um processo político, de convencimento, que torna possível, às vezes, resultados mais ambiciosos.

Falando de Parlamento, eu não poderia deixar de homenagear aqui o Deputado Fábio Feldmann, que, durante tantas legislaturas, foi um dos mais ativos parlamentares na área ambiental, responsável diretamente por termos um capítulo sobre meio ambiente na Constituição brasileira, que é um dos capítulos mais avançados do mundo, senão o mais avançado. A legislação brasileira deve muito ao Fábio Feldmann no seu papel de Deputado durante o tempo em que esteve aqui, nesta Casa. (*Palmas*.)

Então, quando comecei a pensar sobre ciência e educação, eu me lembrei do processo preparatório da Rio+20. Naquele momento, o Governo brasileiro, junto com a sociedade civil, tentava achar um eixo que pudesse traduzir a sua preocupação com a questão do desenvolvimento sustentável. E nós, no Ministério do Meio Ambiente, tínhamos muito a preocupação de não fazer com que esta Conferência Rio+20 fosse vista como ambiental. Ela tinha de ser uma conferência ambiental, sim, porque nós temos elementos muito importantes da questão ambiental dentro da ideia de desenvolvimento sustentável, mas nós tínhamos de incluir elementos da área social e da área econômica que tradicionalmente não eram acolhidos na discussão sobre sustentabilidade. Tentávamos, então, achar qual é esse eixo, qual é o eixo que nos une. Dentro dessa ideia de que o sistema multilateral trabalha por consenso, nós tínhamos de achar esse eixo de consenso para a ideia de sustentabilidade. E trabalhávamos na elaboração do documento que todos os países tiveram que preparar para a Rio+20. Aqueles que se lembram do processo sabem que cada país teve de apresentar um documento com suas visões e perspectivas para a Rio+20.

Naquele momento, houve um longo debate na sociedade brasileira, dentro do Governo, e com vários atores, representantes de todos os setores da sociedade brasileira, para tentar achar esse eixo. E o eixo, que foi uma espécie de tradução daquilo que a gente pensava, era a questão de inovação. Então, quando falo aqui de ciência, quando falo de tecnologia, eu vou traduzir isso um pouco com a ideia de inovação tecnológica para a sustentabilidade.

E a gente percebeu que essa ideia de inovação agregava muitos dos atores que estavam envolvidos no processo. A ideia de inovação agregava indústria, agregava energia, agregava transporte, agregava as áreas econômicas do Governo e agregava, naturalmente, a área ambiental. E agregava a área social, porque aí a gente fala também de tecnologias sociais, uma área em que o Brasil tem-se desenvolvido muito nos últimos anos, pela forma como tem trabalhado a questão da inclusão social, dentro de um processo que contempla a conservação ambiental e que contempla também o desenvolvimento econômico.

Então, a ideia de inovação passou a ser vista como um eixo que poderia agregar os atores da sociedade brasileira e também como um eixo que poderia agregar países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A gente sabe que um dos grandes problemas num processo multilateral – e está aí o Ministro Paulino, que é o nosso negociador, que acompanha esses processos muito mais de perto – é a polarização e a clivagem norte-sul. Nós temos trabalhado nos processos principais da área internacional, como na Convenção da Biodiversidade ou Convenção sobre Mudança do Clima, no sentido de que há uma polarização muito grande entre países do norte e do sul, países desenvolvidos, países em desenvolvimento, como se o Planeta, como se a questão ambiental pudesse ser refém dessa clivagem.

Então, a gente percebeu também que a questão de inovação poderia ser um elemento de agregação, poderia ser um elemento que contemplasse países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Portanto, a contribuição do Brasil para a Rio+20 contemplou muito fortemente essa questão de inovação tecnológica para a sustentabilidade. E o documento brasileiro exemplificou inúmeras áreas onde essa questão da inovação tecnológica para a sustentabilidade poderia ser encontrada, que é na área de energia, na área de segurança nutricional e segurança alimentar, na área de transportes. São todas áreas que têm um componente econômico, um componente social e um componente e um componente ambiental muito fortes.

E o documento brasileiro propôs, de maneira muito clara, que os países devessem assumir compromissos para envidar esforços, investimentos e desenvolvimento tecnológico que propiciassem os avanços para a sustentabilidade de que precisávamos.

Para a nossa satisfação, essas questões foram traduzidas no documento final da Rio+20 "O Futuro que Queremos", mas não foram traduzidas... Como disse

o meu amigo Joly, não houve métricas, não houve prazos que traduzissem a ideia de urgência que essa questão tem.

Então, nós temos um processo em curso, pós Rio+20, em que devemos traduzir algumas das questões que foram aprovadas em questões que possam de fato responder à urgência que temos com relação a elas.

Almoçava hoje com Carlos Joly, que me questionava: "Como é que a comunidade científica pode se aproximar mais do Ministério do Meio Ambiente? Como podemos contribuir com a questão ambiental ou da sustentabilidade, com a produção de conhecimentos, com aquilo que a academia tem?"

Essa é a questão.

Agora, estamos no processo de respostas no nível multilateral e no nacional. Para cientistas da capacidade que o Carlos Joly tem, que têm o poder e a capacidade de não apenas ter o conhecimento acadêmico e científico, mas também de traduzir isso em políticas públicas e influenciar os tomadores de decisão, essa é a grande questão que está em jogo. Não basta ter cientistas produzindo conhecimentos dissociados da realidade. Precisamos de cientistas produzindo conhecimentos que possam responder às nossas premências e urgências.

Depois, por coincidência, ao chegar aqui, conversava com meu amigo Roberto Vizentin, Presidente do Chico Mendes, que vai ter a oportunidade de falar, e ele me dizia da quantidade de demandas que o Instituto Chico Mendes tem na área científica.

Então, existe um espaço grande, da educação, da ciência e da inovação para a sustentabilidade. Esse é o espaço que tem de ser ocupado; é o espaço que está em jogo.

Na sociedade brasileira, nós temos esse desafio; no sistema multilateral, esse desafio também existe. E, novamente, durante o processo da Rio+20, uma das contribuições e reflexões que o Governo brasileiro fez, que está traduzida no documento de submissão do nosso Governo às Nações Unidas, sobre a Rio+20, mencionava o papel dos atores não governamentais no processo multilateral.

O processo do sistema multilateral tem uma influência muito grande dos atores governamentais. Os países é que são representados. A forma como os atores não governamentais participam desse processo multilateral é ainda tímida e muito limitada.

Essa foi uma reflexão que fizemos e uma sinalização sobre a qual o Brasil fez questão de ponderar no processo da Rio+20, no sentido de que o processo multilateral precisa aperfeiçoar-se para incluir, de maneira efetiva e muito concreta, as contribuições dos atores não governamentais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ANTONIO LYRIO SILVA – E não se trata de incluir da maneira como vinha ocorrendo, em que se davam apenas dois ou três minutos para cada um dos representantes não governamentais que apresentavam as suas palavras no final de uma sessão onde todos estavam cansados. E o presidente da sessão fala assim: "Ok, tomaremos nota das suas preocupações". O Paulino sabe que, na linguagem diplomática, *take note*, tomar nota é o nível mais baixo de importância que se atribui a uma declaração.

Este é o desafio: traduzir aquilo que os atores não governamentais estão fazendo dentro do processo multilateral. Nesse sentido, a comunidade científica precisa aproximar-se mais do processo multilateral. Esperamos que as mudanças que houve na governança – os avanços que a Rio+20 trouxe em termos de governança – possam efetivamente acolher essa contribuição dos atores não governamentais.

Se conseguirmos essa aproximação, fazendo com que o sistema multilateral receba, então teremos de fato um processo da Rio+20 que poderá ser considerado vitorioso e efetivo.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Fernando Lyrio.

Agora concedo a palavra à Srª Juliane Zeidler.

Se preferir falar de frente para a tela, pode usar da tribuna.

A SRª JULIANE ZEIDLER *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade.

Prezados colegas e cidadãos, eu gostaria de fazer um rápido comentário sobre as mudanças em prol da conservação. Vou me focar em duas lições que foram aprendidas a partir de pesquisas psicológicas que fazem parte das ciências.

Desde 1992, algumas políticas vêm sendo postas em prática para ajudar o processo de desenvolvimento. E, hoje pela manhã, nós ficamos sabendo de muitos desdobramentos nesse sentido aqui no Brasil. Infelizmente, esses desdobramentos não são exatamente iguais em outros países. E o ritmo de alguns países tem sido mais lento do que o de outros.

Nós estamos trabalhando contra uma visão muito popular, que é justamente o consumo desmedido e um crescimento econômico que não tem fim. Então, como promover a visão de futuro que nós queremos na nossa sociedade enquanto, ao mesmo tempo, mantemos em foco as necessidades dos pobres?

Era justamente a essa pergunta que a Rio+20 gostaria de responder.

Agora, essa visão derrotista não é nem um pouco benéfica, inclusive do ponto de vista da Psicologia. Nós não devemos ficar em estado de negação. As pessoas, afinal de contas, buscam felicidade. Então, quando conseguimos fazer essa conexão com a vontade que as pessoas têm de atingir a felicidade, isso acaba fazendo com que elas fiquem mais abertas à mudança, tornem-se mais colaborativas.

Dessa forma, nós precisamos lançar mão dessas emoções positivas sempre que tentamos instigar uma mudança de comportamento ou engajar pessoas numa nova visão.

As pesquisas psicológicas demonstram que as pessoas são imitadoras naturais. Elas mudam os seus comportamentos para que fiquem parecidos com o dos seus colegas, em seu ambiente. Então, precisamos mudar o que é considerado normal, inclusive utilizar determinados indivíduos e organizações como exemplo.

Por exemplo: como os Senadores podem dar o exemplo a ser imitado pela população? O que seria necessário para que todos os Senadores estivessem por trás dessa iniciativa de desenvolvimento sustentável? O que seria necessário para que os Senadores comprassem essa briga?

Podemos notar, do ponto de vista psicológico, que as pessoas têm vontade de ser boas, pelo menos a maioria. As pessoas gostam de proteger os inocentes, buscam sempre ser o mais equitativas e justas possível; agora, esses comportamentos são muito poderosos.

Quando falamos de questões de biodiversidade e de sustentabilidade, nós sabemos que são questões de justiça social. Elas precisam ser promovidas como tal. Precisamos também fazer com que as pessoas sejam responsáveis e mantenham os seus valores intactos, sejam políticos, empreendedores, agricultores, pessoas da cidade tanto aqui do Brasil quanto do resto do mundo.

Mais uma vez, os Senadores têm conexões, mas será que estão utilizando realmente suas posições para promover aquilo que mais importa para o acesso equitativo aos serviços ecossistêmicos e à biodiversidade?

Existe um aspecto da biodiversidade que nós discutimos sempre, que são as pessoas. Se analisarmos as Ciências Sociais, como Psicologia, *Marketing* e outras ciências, nós sabemos que, ao tentar lidar com desafios de biodiversidade, acabamos não investindo tanto no entendimento de como as pessoas em outros países veem essas mesmas questões, como elas podem ser motivadas para agir e tomar decisões.

Caso resolvêssemos investir mais nessa área, por exemplo, de realização de pesquisas, nós poderíamos desenvolver novas estratégias para alavancar a participação do público; poderíamos criar programas de comunicação específicos e promover mudanças de comportamento, explicando sempre quais são as consequências dos comportamentos atuais e quais serão as consequências dos futuros.

Analisemos a situação atual: quanto é investido em *marketing*, em pesquisas de *marketing*? Se conseguirmos saber exatamente como devemos fazer para fomentar mudanças nos diferentes países, nós percebemos que há muito trabalho pela frente. Nós precisamos mudar nossos investimentos para alavancar nossas iniciativas.

Nós ouvimos, hoje, apresentações por uma série de pessoas que disseram que não fomos exitosos ao tentar alavancar a mudança que de fato é necessária. O foco psicológico nos ajuda a saber como mobilizar ações para que cheguemos de fato ao futuro que almejamos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Srª Juliane, absolutamente concisa, mas não menos profunda.

Concedo, agora, a palavra à Srª Nilufer Oral, Presidente da Academia de Direito Ambiental – União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN

A SRª NILUFER ORAL *(Tradução por profissional habilitado.)* – Agora eu estou me sentindo uma verdadeira política. Obrigada.

Primeiramente, é uma grande honra, para mim, estar aqui com os senhores, principalmente neste prédio tão lindo, no seio da democracia brasileira.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram para preparar este evento, que é tão único e tão singular.

Eu gostaria de agradecer ao Ministro Antonio Benjamin, bem como a seus colegas e também ao Senado como um todo.

Eu devo dizer que fiquei muito satisfeita. Normalmente, falo muito sobre questões oceânicas, mas hoje vou me focar na educação. Já fui professora, inclusive catedrática por muitos anos, e fico muito satisfeita de poder me focar em algo que nós discutimos bastante na minha apresentação. Agora, muito embora nós discutamos bastante essa questão, não investimos o suficiente nela.

Analisando, então, o nosso tema, que é uma variação da Rio+20, passamos a entender muito bem e apreciar o papel desempenhado pelo Brasil, tanto nos bastidores quanto no palco em si. Logicamente, não estou criticando; estou apenas querendo ser construtiva.

Analisando o tema da Rio+20 e também os desdobramentos dessa conferência, eu decidi começar

a minha apresentação fazendo uma pergunta aos senhores: Quando nós analisamos os resultados e desdobramentos da Rio+20, bem como o documento "O Futuro que Queremos", será que esse documento de fato trata da questão da educação de forma apropriada? E também porque eu tenho uma formação jurídica, quero saber como vai andando a educação jurídica aqui no Brasil?

O chefe desse painel, inclusive, também já falou um pouco sobre educação, no começo dessa reunião. E questionou se, de fato, nós demos a importância necessária a essa questão da educação, principalmente a educação para a biodiversidade. Será que dá realmente para a gente falar de proteção da biodiversidade, da natureza, principalmente para as gerações atuais e futuras, sem que tenhamos um arcabouço educacional apropriado?

Então, hoje, na nossa discussão, eu gostaria de falar um pouco sobre o papel da educação dentro da Rio+20 e também dentro desse documento "O Futuro que Queremos".

Um dos compromissos acordados por todos os governos durante a Rio+20 foi justamente a necessidade de fortalecermos a governança ambiental internacional. E, para chegar a esse objetivo, um dos componentes centrais deve ser uma capacidade internacional jurídica de fortalecer esse componente, que é tão importante, de conservação e proteção da biodiversidade.

Nós já falamos um pouco sobre isso hoje mais cedo. Mais uma vez, o Brasil tem uma Constituição muito boa, mas precisamos da legislação apropriada. Nós precisamos de normas, regulamentações apropriadas e pessoas que possam fazer valer essas leis. E também bons juízes como o Sr. Antonio Benjamin e pessoas como o Embaixador Figueiredo, um diplomata com um treinamento, um histórico jurídico, que negociou muito bem em prol do Brasil e do mundo inteiro.

Por essa razão, eu gostaria de analisar justamente essa pergunta. Será que nós, de fato, tratamos corretamente a questão da educação? Da educação jurídica, para assegurar o futuro, para garantir que tenhamos acesso ao futuro que almejamos?

Passando agora para o próximo eslaide, há várias referências...

Perdão. Mais um eslaide, por favor. O.k.

Há muitas referências, aqui, à capacitação, no documento de resultados da Rio+20. E, mais uma vez levando em consideração o meu treinamento histórico na área jurídica, eu gostaria que houvesse mais informações sobre a educação e sobre a educação jurídica mais especificamente, porque esse tema é crucial para assegurarmos e garantirmos um futuro verdadeiramente sustentável para as gerações vindouras.

Outra questão que eu gostaria de mencionar é algo que vem acontecendo no contexto das Nações Unidas.

Podemos passar para o próximo eslaide.

Refiro-me ao trabalho que vem sendo realizado pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon. O Secretário-Geral lançou a iniciativa educacional que tornou a educação uma prioridade pela primeira vez, no sistema da ONU. Então, do ponto de vista de conservação e proteção da biodiversidade, acho que nós temos muito caminho pela frente nesse sentido.

Eu estou aqui hoje representando a Academia de Direito Ambiental. E, falando um pouco sobre o Direito Ambiental, essa organização que represento é única, porque nós conseguimos reunir peritos, professores, pesquisadores do mundo inteiro com um único objetivo: formar ou capacitar pessoas em Direito Ambiental. Então, a Associação de Direito Ambiental encontrou esse nicho, viu que existia essa necessidade de fortalecermos a educação visando à conservação, principalmente da biodiversidade.

Como nós fazemos isso? A academia na realidade foi criada em 2003, mas, no espaço de apenas uma década apenas, já chegou a um total de 167 instituições em 53 países e em 10 regiões do mundo. É um feito bastante impressionante. Trata-se de uma rede de pessoas dedicadas ao ensino do Direito Ambiental no mundo inteiro. É uma rede que congrega alunos dentro de um mesmo arcabouço.

Passando para o próximo eslaide, por favor.

Nós temos vários projetos. Eu não vou entrar em detalhes sobre cada um deles, mas um dos projetos bastante importantes que nós temos é o de treinamento de professores. O objetivo desse projeto é capacitar pessoas, principalmente em países em desenvolvimento, para que essas pessoas conheçam mais o Direito Ambiental, principalmente em países onde o ensino desse assunto é deficiente.

Nós temos ajuda de professores catedráticos dedicados ao Direito Ambiental, que visitam os diferentes países e trabalham com diferentes instituições. Também visitam instituições onde o Direito Ambiental faz parte do currículo principal da instituição. Mas, nesse caso, o objetivo desses professores é disseminar o conhecimento que eles têm sobre o Direito Ambiental.

Próximo eslaide.

Além do projeto de treinamento de professores e, mais uma vez, dentre uma ampla gama de atividades da academia, nós também promovemos a biodiversidade juntamente com o Centro da Biodiversidade, que trabalha conosco nesse sentido.

Outra atividade muito importante, e que é importante inclusive porque reúne professores, alunos

e pesquisadores do Direito Ambiental do mundo inteiro, são os colóquios anuais. E eles são importantes porque reunimos pessoas que detêm conhecimentos em todas as áreas, inclusive biodiversidade; também a minha área, que é Oceanografia. É um fórum onde é possível compartilharmos conhecimentos. E, através desse compartilhamento, vamos contribuir para a criação de um arcabouço de Direito Ambiental capaz de garantir a sustentabilidade da natureza para as gerações futuras.

Resumindo, eu tenho aqui os meus comentários finais. Nós realmente precisamos fortalecer a capacidade jurídica dos países. Isso precisa fazer parte do futuro que nós almejamos. E principalmente precisamos fortalecer o pilar de governança do Direito Ambiental.

(Soa a campainha.)

A SRª NILUFER ORAL (*Tradução por profissional habilitado.)* – As ações das agências que trabalham nesse sentido devem fortalecer os cursos de educação ambiental no mundo inteiro, principalmente em países em desenvolvimento. A Academia de Direito Ambiental da UICN tem todo o conhecimento e a *expertise* para cumprir as metas elencadas no documento final da Rio+20. Afinal de contas, é impossível conseguirmos uma conservação sem que antes haja a educação.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agradeço à Srª Nilufer Oral.

E, agora, concedo a palavra ao Sr. Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Sr. Senador Anibal Diniz.

É uma honra estar aqui no plenário desta Casa, da qual o senhor é um eminente membro, para conversar com os colegas aqui da – se eu posso chamar – comunidade não só do meio ambiente, mas do desenvolvimento sustentável. E falar um pouco da perspectiva não de alguém que é cientista, pois não sou cientista nem educador, mas, sim, de um negociador de temas que têm a ver com desenvolvimento sustentável, mais especificamente com aqueles da biodiversidade.

Eu vejo aqui presente nesta sala, nesta Casa, o Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Dr. Bráulio Dias; e também o nosso colega, Secretário Executivo da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, a chamada Convenção CITES, John Scanlon. É um prazer tê-los aqui para podermos tratar da minha perspectiva, que é a de um negociador, um diplomata que negocia na área de desenvolvimento sustentável.

Eu vou tentar falar muito brevemente, para seguir o tempo que me foi destinado para tratar do documento final da Rio+20, "O Futuro que Queremos", e da conexão que existe entre esse documento e ciência e educação, mais especificamente no que diz respeito à biodiversidade.

Se nós analisarmos o documento da Rio+20, "O Futuro que Queremos", ele trata de modo não excessivamente detalhado, mas trata, sim, dos aspectos de ciência e educação quando diz... E vou brevemente aqui citar a parte em que há uma menção explícita à ciência e à educação, quando tratamos do reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a ambiental, a social e a econômica.

No que diz respeito ao reforço do Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, está dito no documento que nós, os líderes, os chefes de Estado e de Governo assinaram esse documento – mais de 190 países acordaram esse documento por consenso; ou seja, chegaram a um entendimento sobre o que seria o denominador comum das aspirações de todos os países em relação ao desenvolvimento sustentável.

Em relação ao reforço do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, entre outras ações, os líderes indicam que farão esforços para promover o intercâmbio entre cientistas e líderes, envolvendo avaliações científicas inclusivas, fundadas em fatos transparentes, assim como promoverão o acesso a dados confiáveis, pertinentes e atualizados nas áreas relacionadas às três dimensões do desenvolvimento sustentável, com base nos mecanismos existentes, conforme necessário. E também, nesse contexto, reforçarão a participação de todos os países nos processos internacionais de desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da capacitação, principalmente dos países em desenvolvimento, inclusive no que diz respeito ao monitoramento e à avaliação das atividades de conservação da biodiversidade e do seu uso sustentável.

Portanto, o documento da Rio+20 enfatiza a necessidade de troca de informações entre países.

Como todos sabemos, há uma dificuldade grande para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, e essa dificuldade advém das diferenças econômicas e sociais entre os países. Para isso, a difusão da ciência e da tecnologia é fundamental para que os países em desenvolvimento, que, por acaso, são aqueles que têm uma biodiversidade ampla, intensa, maior normalmente do que aquela dos países desenvolvidos, possam, sim, cumprir com suas obrigações em relação ao desenvolvimento sustentável.

Os desafios são imensos nessa área. Temos diferenças regionais entre países que implicam dificuldades, naturalmente, no combate à perda da biodiversidade,

já que muitas vezes as técnicas mais avançadas para conservação e uso sustentável da biodiversidade não estão disponíveis nesses países ou estão a custos muito elevados.

Portanto, há uma necessidade, no nosso entendimento, de se dar uma prioridade ao mesmo tempo para a erradicação da miséria e da pobreza – esse é o aspecto social do desenvolvimento sustentável – e ao crescimento econômico, que tem que ser naturalmente visto sob a luz da conservação da biodiversidade e do seu uso sustentável; ou seja, o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável tem que ser reforçado também.

O estímulo ao desenvolvimento tecnológico e científico na área de biotecnologia. Esse é um aspecto crucial para que os países em desenvolvimento, de modo geral, possam utilizar a sua biodiversidade da maneira mais produtiva possível e, ao mesmo tempo, conservá-la e usá-la sustentavelmente.

Lembro também que – isso já foi mencionado pelo Prof. Carlos Joly – para que possamos ter informações mais precisas, mais atualizadas e mais pertinentes sobre a biodiversidade, quase todos os países que fazem parte da ONU, aderiram a esse processo, a chamada IPBS, que, na sigla, em inglês, é Plataforma Intergovernamental para a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. Ela foi concebida como uma plataforma, guardadas as proporções, semelhante ao IPCC, para mudança do clima, voltada para aperfeiçoar a relação entre ciência e a formulação e execução de políticas públicas sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

A plataforma atuará como mecanismo de apoio à formulação de políticas sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos e, ao mesmo tempo, deixaria, mas indicaria a melhor ciência para que os países, os governos possam produzir orientações políticas com base nessas informações. A atuação prioritária da IPBS, dessa plataforma, será na avaliação, geração de conhecimento, identificação de ferramentas e métodos políticos de apoio a políticas públicas sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

Do ponto de vista governamental, o Brasil entende que a IPBS deve, sim, apoiar a produção de ciência em países em desenvolvimento, por meio da capacitação, reforço e consolidação de redes nacionais de pesquisa científica e tecnológica.

O Brasil, de certa maneira, é um país que tem uma condição, se posso dizer, híbrida: temos alguns centros de excelência na área científica, na área de biodiversidade. É um exemplo claro o trabalho desenvolvido, em São Paulo, pelo Prof. Joly, na Unicamp, no âmbito do programa Biota, que é um programa financiado pela Fapesp. Mas entendemos que é preciso ir além. É preciso que inclusive países como o Brasil possam, na medida do possível, dar apoio e cooperar com os países em desenvolvimento não só da nossa região, como de outras regiões da África, em especial, para que a ciência, a melhor ciência possa ser utilizada na formulação e na implementação de políticas públicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Só queria, a título de conclusão, muito rapidamente, fazer uma menção ao Observatório Amazônico, uma estrutura, ainda em fase de conformação, criada no âmbito da OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que procura justamente incentivar a produção da ciência na região amazônica.

Para se ter uma ideia, hoje, 70% da produção científica sobre a Amazônia não vêm dos países amazônicos; são produzidas em outros países. Dos 30% restantes, 70% são produzidos aqui no Brasil e não pelos países vizinhos. Só esses números indicam a necessidade de que haja uma maior interação e difusão da ciência no âmbito da biodiversidade e também da transferência de tecnologia.

O observatório – e para isso precisamos de recursos financeiros, acadêmicos, científicos – é uma iniciativa justamente voltada para tentar integrar e ampliar a pesquisa nos países da região amazônica. É um fórum permanente que reunirá instituições nacionais de todos os países da OTCA e que precisa contar com o apoio de todos os senhores e as senhoras.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto.

Agora, como último expositor, concedo a palavra ao Sr. Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN – Obrigado, Senador Anibal.

Quero expressar um cumprimento muito respeitoso a todos e a todas e uma referência especialmente ao Senador Anibal, que, como sabemos, embora aqui tenhamos muitos participantes estrangeiros, é Senador pelo Estado do Acre, o mesmo Acre do líder socioambientalista Chico Mendes – muito nos honra tê-lo como nome do nosso instituto, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A propósito, gostaria de começar esclarecendo também, especialmente para o público externo, que o Instituto Chico Mendes é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e tem justamente esse mandato de conservação da biodiversidade e a responsabilidade da gestão das unidades de conservação. Contudo, nossa missão de conservação da biodiversi-

dade extrapola os limites das unidades de conservação para se traduzir em uma responsabilidade nacional.

Quero, sem maiores delongas, fazer apenas duas referências sobre o tema desta Mesa no colóquio internacional: primeiro, justamente apresentar de forma muito modesta a contribuição que o Instituto Chico Mendes presta à produção do conhecimento a respeito da biodiversidade no País; e, segundo, indicar sem maiores pretensões dois ou três pontos que poderiam se constituir em uma plataforma de uma nova agenda de pesquisa, geração de conhecimento, para conservação.

Em relação à contribuição do instituto, no contexto das unidades de conservação, que correspondem a 312 unidades, há todo um esforço de produzir e gerar conhecimento voltado para a gestão dessas unidades. Isso é realizado com uma política voltada precisamente para a pesquisa, mediante o esforço próprio dos pesquisadores que fazem parte do corpo do instituto, mas também em uma relação muito aberta com redes de universidades e outros centros de pesquisa.

Trago aqui – e vou deixar ao Senador e também aos organizadores do evento – uma mostra dessa produção científica, que apresenta, ademais, uma demanda sistematizada de conhecimento a partir da própria experiência da gestão do instituto. Isso dialoga com o que propunha o nosso colega Fernando Lyrio, no sentido de buscar uma integração maior entre a academia, os pesquisadores e a gestão das unidades de conservação.

O instituto também é responsável pelo sistema de autorização e informação em pesquisa. Apenas para que tenham uma ideia da escala, da grandeza do que isso representa em termos de produção do conhecimento, desde 2007, quando esse sistema de autorização entrou em vigência, já foram autorizadas mais de 10 mil pesquisas, e boa parte delas, mais da metade, pesquisas dentro das unidades de conservação. Foram apresentados 8.500 relatórios de pesquisadores ao instituto, uma contribuição tremenda em termos de aporte de conhecimento para a gestão e a conservação da biodiversidade.

Mais recentemente, temos ampliado também a competência do instituto nessa área, a nossa relação com outros órgãos, como já me referi, de pesquisa, especialmente com o CNPq, através de editais abertos à comunidade científica e de pesquisadores. Evidentemente, ao sermos provedores de conhecimento para a gestão e o uso sustentável da biodiversidade, somos muito mais receptores de todo o conhecimento gerado e produzido na escala nacional e internacional. Por isso, a importância de aproveitar um espaço como este, para alinhar, talvez, aquilo que possa ser o nosso futuro imediato em relação à ciência, tecnologia e conhecimento.

Bem, com relação a uma agenda inovadora de pesquisa e geração de conhecimento, quero fazer uma referência: o programa de Governo da Presidenta Dilma incorpora um conceito que considero muito importante, que é o conceito da transição direta para a sustentabilidade, que procuramos fazer com que "vertebre" o modelo de desenvolvimento do País. Essa transição direta para sustentabilidade quer denotar a nossa condição de um País megadiverso e, naturalmente, a urgência de uma transição também dos padrões de produção e consumo. Talvez o País não tenha certamente o tempo histórico que outros países, notadamente os países envolvidos, tiveram para fazer uso dos seus recursos naturais, com certeza, de forma não tão sustentável. Portanto, na condição de um país megadiverso, não temos outra oportunidade histórica. Essa transição terá de ser feita de forma direta. Isso implica, naturalmente, um aporte extraordinário em termos de conhecimento, de produção, de pesquisa e de inovação tecnológica.

Nesse sentido e em termos da conservação da biodiversidade, uma necessidade que sentimos é de ir além das tradicionais abordagens da conservação voltada para a conservação de espécies e ecossistemas. É importante criarmos uma nova abordagem considerando também os processos ecológicos subjacentes aos desafios da conservação das espécies dos ecossistemas; processos esses que estão sendo interceptados pelas próprias transformações econômicas e territoriais do momento de crescimento que o País – e podemos ampliar isso em uma escala continental – a América Latina, a América do Sul atravessam. Quer dizer, não é suficiente apenas a geração de abordagens para a conservação da biodiversidade com o olhar voltado para as espécies e os ecossistemas. Temos que perceber os processos em diferentes escalas, especialmente naqueles que estão sendo afetados por esses vetores que extrapolam inclusive a escala de decisão e de governança dos países. Por isso, temos aqui um espaço aberto para uma agenda mais ampliada de cooperação e integração, em que a UICN, que participa e contribui com esse seminário, pode ser uma plataforma extraordinária para esse processo.

Um segundo ponto é considerar as unidades de conservação. Nosso amigo Ernesto fez referência às áreas protegidas. É importante lembrar também, Senador, especialmente ao senhor que é da Amazônia, que, no caso da Amazônia, que corresponde a 60% do território nacional, mais da metade do território é constituído por áreas protegidas, por unidades de conservação e terras indígenas. Se considerarmos o País, aproximadamente mais de 20% do Território nacional

são constituídos por áreas protegidas. Portanto, não há como pensar o desenvolvimento em bases sustentáveis, essa transição para sustentabilidade, sem levar em consideração o papel das unidades de conservação e das áreas protegidas. Por isso, considerar as unidades de conservação como verdadeiros laboratórios a céu aberto para inovação, não apenas inovação tecnológica, mas de novas relações e organização de dinâmicas produtivas e econômicas nas próprias áreas e no seu entorno, é outro campo de investigação que pode fazer a diferença em uma abordagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN – Finalmente – aqui temos de estar regrados pela campainha do plenário do Senado e do tempo que foi estabelecido também –, uma visão que eu diria de natureza voltada para um pluralismo epistemológico em termos do conhecimento, justamente para incorporar todas as formas de conhecimento e as distintas racionalidades presentes no Território. Em um país como o nosso, somos também socioculturalmente diferenciados, e isso implica ter uma agenda voltada para a pesquisa e geração do conhecimento aberta a essas lógicas associadas a diferentes formas de apropriação e uso do território e dos seus recursos naturais.

Obrigado, então, Sr. Senador.

Vamos ao debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Roberto Vizentin, também pelas carinhosas referências ao Acre e à nossa representação aqui nesta Mesa.

Vamos ao debate. Nós temos, pelo programa, até as 16h50min para debate. Então temos aí, pelo menos, mais uns 20 minutos, meia hora. Alguém inscrito para debater, para perguntar? (*Pausa.*)

Por favor, pode usar o microfone.

Por favor, identifique-se e pode dar a sua contribuição.

A SRª SUZANA PÁDUA – Suzana Pádua, do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, e também da UICN, na Comissão de Educação e Comunicação.

Impressionou-me que todos falaram na importância da educação, apesar de esse tema ser da Mesa, mas eu gostaria de enfatizar essa importância. Eu acho que a gente não chega a grandes avanços – a gente vê isso pelo mundo afora – se não houver um empenho verdadeiro em direcionar todos os nossos esforços e, hoje, mais do que nunca, de uma forma interdisciplinar e holística, como foi falado de manhã. Eu fico feliz de ver que há essa percepção, mas isso tem de ser um pouco mais divulgado para os outros meios. Como a gente está nesta Casa de decisões, eu acho significativo a gente ter isso em mente; levar essa mensagem para outros públicos, que vão fazer diferença na implementação daquilo que a gente quer, no futuro melhor que a gente quer.

Então, eu só queria reforçar essa importância.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Alguém mais? *(Pausa.)*

Por favor, Sr. Bráulio.

O SR. BRÁULIO DIAS – Obrigado, Bráulio Dias, da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Duas observações aos comentários da Juliane. Ela falou do potencial de liderança, como exemplo, dos próprios Senadores.

Eu quero dar um exemplo: na África, no Quênia, houve um projeto desenvolvido para resgatar a tradição de uso de alimentos locais, que era baseado em folhosas. Então, havia uma antiga tradição de uso de dezenas de espécies de folhosas. Isso caiu no desuso, especialmente com a tradição atual de *fast-food*. Eles fizeram um trabalho bonito de resgatar o conhecimento sobre o preparo dessas folhosas com as lideranças políticas do Quênia. Então, o governo do Quênia, o Congresso do Quênia reintroduziu o uso dessas folhosas nos seus restaurantes. E isso foi uma mensagem para a população: "Poxa, se os Senadores, se os nossos governantes estão consumindo essas folhagens, é porque isso deve ser bom." E aí a população voltou a utilizar. E, hoje em dia, você encontra essas folhosas de novo nas feiras das ruas. Acho que esse potencial de liderança, de dar novos exemplos, realmente é muito grande.

Por outro lado, a questão de como trabalhar melhor a nova geração, os jovens. Eu ouvi também uma análise de um jornalista outro dia muito interessante de que o Facebook lançou agora o telefone. E esse analista falou: "isso não vai dar certo, eles vão fracassar".

(*Soa a campainha*.)

O SR. BRÁULIO DIAS – E a lógica dele é de que existe sempre um confronto intergeracional. Ele falou: "Os jovens não vão querer usar o mesmo sistema de comunicação que seus pais utilizam. Eles querem um sistema novo de comunicação, eles querem ser diferentes."

Sobre a questão da Psicologia – e lógico que as grandes companhias utilizam demais esses conhecimentos no *marketing* –, de fato, precisamos aprender a utilizar melhor esse tipo de conhecimento científico da área de comportamento, da área de Psicologia, para trabalhar melhor. Acho que o desafio é como criar iniciativas e mecanismos que atraiam bastante a nova geração. Que eles consigam, talvez, ver como algo diferente deles, que os diferencie dos velhos, dos seus pais. Acho que isso talvez possa ser parte do caminho.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Alguém mais? *(Pausa.)*

A gente está economizando aqui no tempo, e ninguém mais quer participar. Se soubesse disso, manteria a palavra com o Sr. Bráulio.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Eu queria aproveitar o tempo e também a oportunidade. O Dr. Bráulio, ao falar em folhosas, me lembrou que, além de agrônomo, sou militante do campo da agroecologia também. Evidentemente, falamos aqui em biodiversidade no sentido de que incorpora todas as formas, mas é importante se olhar para o papel da agrobiodiversidade. Aqui no Brasil, esse exemplo está na ordem do dia, porque justamente o Governo lançou recentemente uma política nacional de promoção da agroecologia e da produção orgânica. Um dos eixos centrais dessa política e uma comissão nacional também estão voltados precisamente para o resgate desse patrimônio genético extraordinário presente nos sistemas de produção da agricultura familiar, das populações tradicionais dos povos indígenas. Por mais que haja uma vasta pesquisa voltada para esses sistemas de produção, há ainda muito o que fazer, considerando o potencial que isso representa inclusive para a recuperação de áreas degradadas e outras formas de reintrodução de espécies, valendo-se da riqueza genética presente nesses sistemas de produção.

Então, aproveito para registrar e também divulgar que, no País, nós temos pela primeira vez uma política voltada para a promoção de sistemas agroecológicos e orgânicos na agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Maravilha, Dr. Roberto.

O senhor gostaria de usar a palavra? (*Pausa*.)

Nome, por favor.

O SR. NICHOLAS ROBINSON – *(Tradução por profissional habilitado.*) – Gostaria de agradecer ao Painel por uma apresentação muito impressionante, muito empolgante.

Agora, eu gostaria de saber a opinião dos senhores quanto a uma coisa que a Ministra do Meio Ambiente falou hoje pela manhã. Ela disse que precisamos ser proativos para que possamos de fato tratar desse problema ambiental. E se for para sermos proativos, como é que a educação, como é que a ciência pode ajudar a sociedade a criar uma lista de prioridades não somente para o manejo de áreas protegidas, mas também para fins de restauração de ecossistemas danificados? Como faremos para implementar uma educação proativa para a população, para que as pessoas que trabalham na agricultura possam se tornar também conservadoras?

Nós estamos quase sem tempo agora. Não temos mais muito tempo pela frente. Precisamos desenvolver métodos proativos. Eu concordo com a Ministra quando ela disse isso e eu gostaria de saber a opinião dos senhores quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pergunta para a mesa. Respondendo, Drª Juliane?

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Eu acho que a mudança de atitude para que tenhamos uma ação mais propositiva, mais proativa, requer um envolvimento maior da sociedade com as decisões. Eu acho que, no caso de biodiversidade, de certa forma perdemos o espaço para comunicar à sociedade a importância e a situação crítica que vivemos. Eu acho que, de maneira geral, a sociedade reconhece muito mais as questões ligadas às mudanças climáticas do que as questões relacionadas com biodiversidade. Nós perdemos um tempo nesse debate interno dentro da comunidade. Mas eu acho que isso está mudando. Eu acho que algumas ações e algumas atitudes têm permitido uma aproximação com o dia a dia do cidadão. E isso eu acho que vai ser fundamental em termos dessa mudança de cultura. Então, não é só uma atividade da pesquisa e da educação no seu sentido formal, mas é como o *outreach,* como atingir realmente, envolver a sociedade nessas decisões

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT–AC) – Srª Juliane?

A SRª JULIANE ZEIDLER *(Tradução por profissional habilitado.*) – Só um rápido comentário. Nós também falamos muito de educação de qualidade. A educação de qualidade foi muito discutida. Nós precisamos de capacitação, precisamos de conscientização. Isso tudo nós dissemos. Agora, é importante que nós entendamos que, por si só, uma abordagem profissional e uma educação proativa na área ambiental, voltada a determinados atores, a determinados grupos, requer que reunamos diferentes grupos, que detêm diferentes conhecimentos para agir como educadores. Aí, os alvos, os grupos que precisam ser educados devem definir o que buscam e o que querem aprender, e não somente sentarem passivos. É uma nova abordagem educacional e que muitas vezes não é muito bem entendida. As pessoas, muitas vezes, ficam presas num paradigma mais antiquado sobre a educação e como ela deve ser provida.

O SR. ERNESTO ENKERLIN *(Tradução por profissional habilitado.*) – Em termos de psicologia humana, nós sempre tendemos a agir de acordo com os nossos interesses de curto prazo. Muitas vezes, os resultados dessas decisões acabam por afetar a natureza de forma negativa, isso porque as decisões foram mal tomadas. Agora, no âmbito climático, nós vemos de-

sastres ecológicos acontecendo, mas, muitas vezes, nós não atrelamos essas questões à perda de biodiversidade. Nas últimas décadas, vimos percebendo, cada vez mais, os efeitos das mudanças climáticas e vemos que os recursos de biodiversidade, que antes dispúnhamos em abundância, agora estão menores, porque estão tendo que se adaptar, se mitigar e eles têm que ser conservados.

Nós precisamos de mecanismos cooperativos para assegurar sua preservação. Precisamos mudar o sistema como um todo para que as pessoas, ao agir em prol do seu próprio interesse, também estejam agindo no interesse da biodiversidade. Precisamos encontrar uma forma de expressar isso. Por exemplo, no caso de áreas protegidas, nós já revimos estudos de muitas áreas do mundo, inclusive do México, que demonstram que, para cada unidade monetária investida na proteção dessas áreas, o benefício ambiental equivale a 58 unidades monetárias. Então, é 1 para 58, muito embora apenas 41 sejam retornos indiretos, os outros 17 são retornos diretos. Então, mesmo se você não contasse os resultados indiretos, mesmo assim você ainda teria uma proporção de 1 para 17. Mas nem sempre a sociedade dispõe de todas as informações, até mesmo os decisórios não dispõem dessas informações, por isso nós dependemos dos cientistas, para que nos forneçam evidências de que a redução desse risco poderá ser quantificada em termos de milhões de dólares, por exemplo. Porque milhões é uma coisa que as empresas entendem muito bem. Nós precisamos forjar novas alianças com novas pessoas e com parceiros que tenham uma voz muito clara, que conseguem se comunicar com o público de forma mais aceitável para o público, mais racional para o público. Nós também precisamos aprender a falar a linguagem da população.

Lá no México, na Riviera Maya, perto de Cancun, vemos uma série de hotéis construídos sem seguir qualquer tipo de procedimento ambiental. Nesse caso, eles infringiram a lei, receberam uma multa, pagaram a multa e pronto. Agora não, agora se receberem uma multa dessas vão ter que pagar dez vezes a multa de antigamente, isso porque, agora, como houve uma brecha da lei, é como se fosse realmente um seguro de carro. Quando você tem um acidente, se já teve muitos acidentes, o seu prêmio aumenta. A mesma coisa é isso: se você for reincidente nas suas multas, elas serão cada vez mais altas.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. NILUFER ORAL *(Tradução por profissional habilitado.*) – Ótima, excelente pergunta e tem tudo a ver com a discussão que tivemos hoje pela manhã com a Ministra do Meio Ambiente. A educação proativa remete à pergunta “Para que serve a educação?” Acho que a educação serve para criar uma sociedade conhecedora, uma geração que detenha conhecimento, que seja consciente. Nós queremos que os cidadãos sejam ativos em sua cidadania. Quando eles detêm conhecimentos ambientais – isso, com certeza, vocês sabem a partir das suas experiências –, nós sabemos que a visão de meio ambiente dessas pessoas acaba mudando, elas passam a ser proativas também. Então, nós precisamos que a educação e a conservação sejam instituídas. Se não tivermos essa transferência de conhecimento, como é que a gente pode esperar que os cidadãos sigam esses princípios norteadores? A gente precisa que os cidadãos estejam conscientes e façam demandas, realmente exijam respostas de seus líderes, de seus Parlamentares. Acho que somente assim atingiremos a verdadeira proatividade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Por favor, identifique-se e comente.

O SR. CLÁUDIO MARETTI – Muito obrigado. Meu nome é Cláudio Maretti. Sou membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN e também lidero uma iniciativa panamazônica da rede WWF. Eu queria aproveitar a provocação do Professor Nick Robinson e dirigir-me ao Ministro Paulino Carvalho a respeito justamente dessa ainda que relativamente menor do que a produção fora da região, essa posição de liderança que o Brasil tem na produção de ciência sobre a Amazônia.

O Brasil deveria usar essa posição para encontrar soluções integradas e poderia trazê-las para a Amazônia, em conjunto com os demais países para o debate global, uma vez que a Amazônia é um complexo de ecossistemas de interesse global?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Por favor.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Obrigado, Sr. Senador. Agradeço à pergunta do Cláudio Maretti.

Entendo que sim. Quer dizer, a resposta é que o Brasil deve, sim, não só integrar a ciência que já realizamos para tratar dos temas que dizem respeito à Amazônia, mais especificamente na área ambiental de biodiversidade, mas procurar levar esse conhecimento a outros países.

Deve tentar também fazer com que outros países possam juntar-se ao Brasil para termos mais força não só na conservação, no uso sustentável da biodiversidade, servindo como exemplo para o mundo, mas também para que possamos, todos os países da região, agir em conjunto nesses foros multilaterais, como, por exemplo, a Convenção Diversidade Biológica, mas não só nela. Deve tratar dos temas que dizem respeito à

região, inclusive no que tem a ver mais especificamente à sua especialidade na ampliação de áreas protegidas, e não só na ampliação, mas na efetiva implementação dessas áreas, para que elas possam ser estabelecidas e criadas, efetivamente implementadas e utilizadas sustentavelmente.

Sem dúvida, acho que o caminho é esse. Um dos meios políticos é sempre uma negociação entre países soberanos, claro, que se tem dado por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que é um canal adequado, a nosso ver.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Alguém quer dar a última contribuição?

Por favor.

O SR. JOHN SCANLON *(Tradução por profissional habilitado.)* – Obrigado pela oportunidade. Sou John Scanlon, Secretário-Geral da CITES. Há algumas espécies, particularmente algumas espécies bastante carismáticas, que estão sofrendo crimes, como, por exemplo, a importação ilegal, o abate ilegal de elefantes, de alguns tipos de leão. Isso pode levar à extinção desses animais em sua região e até mesmo no mundo inteiro, dentro de uma ou duas gerações.

Agora, essas atividades criminais são embasadas por demandas. Por exemplo, a demanda por marfim é o que leva à morte de tantos elefantes. Isso é feito também por gangues bem organizadas internacionais, que vão lá e matam os animais.

Isso tem muito a ver com a questão dos usos tradicionais. Por exemplo, esses dentes de sabre dos tigres vêm sendo utilizados para princípios medicinais lá na China. Há também uma demanda pelo chifre do rinoceronte, utilizado como símbolo de *status* em alguns lugares. É também utilizado na confecção de vinho de rinoceronte e também, em alguns casos, é usado no tratamento do câncer.

Então, como é que tratamos dessa questão da demanda? Realmente, estamos fazendo valer as leis; estamos tentando aumentar a capacidade de os países e de as agências coibirem esse tipo de crime, mas isso é só um dos lados da equação. O outro lado da equação é como é que fazemos para suprimir essa demanda que leva a essa oferta.

Assim, gostaria de fazer essa pergunta para todo o painel, para todas as pessoas da mesa: Como é que fazemos para atingir, para chegar até o povo e conscientizá-lo sobre o impacto desse tipo de consumo. Muitas vezes, as pessoas com que tratamos são boas, mas, outras vezes, são pessoas ruins, são pessoas más.

Acho que são as pessoas más que fomentam esse tipo de crime, que pode levar à extinção de determinadas espécies através desse tipo de consumo.

Obrigado.

A SRª JULIANE ZEIDLER *(Tradução por profissional habilitado.)* – Esse trabalho com as pessoas continuará sendo um grande desafio. Agora, acho que o primeiro passo, que vem sendo implementado muito bem, é justamente essa pesquisa realizada para identificar quais são essas demandas, quais esses grupos que promovem esse tipo de demanda.

Esse tipo de pesquisa é muito importante se quisermos implementar ações bastante focalizadas. Acho que precisamos ter uma visão dessas mentalidades que existem em países, como a China e outros, essa visão mais empreendedora. Agora, realmente, vêm sendo dados alguns passos nesse sentido de entendermos melhor qual é a demanda.

Quando somos honestos, logicamente, não precisamos fazer nada. Agora, recentemente, tive a oportunidade de visitar a China. Fui até lá e tratei com a comunidade ambiental. Já temos naquele País um nível de conscientização bastante alto também. As pessoas querem tratar dessas questões ambientais, porque elas sabem que são uma mancha no currículo desse país e macula a forma como esse país é visto por outros países do mundo.

Então, acho que a solução é esta: vamos fazer pesquisa e investir para entender quais são essas demandas. Isso talvez requeira alguns tipos de abordagens multifacetadas, como, por exemplo, campanhas regionais e internacionais ao mesmo tempo. (*Pausa*.)

O SR. ERNESTO ENKERLIN *(Tradução por profissional habilitado.)* – A mídia social também vai ter uma grande influência. Tivemos um caso na semana passada. Na minha Universidade do México, uma jovem muito carismática, com uma excelente educação, teve uma ideia de fazer uma campanha com o tigre para ser presidente estudantil, saindo na cidade Monterey, em algumas horas, saiu até na imprensa. Então, vai haver uma grande mudança da sociedade, com a mídia social, e a pressão de grupos, dos pares, para que sejamos contra ideias que não levem adiante o nosso Planeta.

Então, temos esse grande potencial da mudança de atitude. Assim, a medida social, sem dúvida, é muito poderosa e se tornará cada vez mais nos anos futuros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. Carlos Alfredo.

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Queria aproveitar os minutos finais da nossa sessão e fazer um apelo ao Senador Anibal Diniz, como membro da Comissão de Relações Exteriores, que envide todos os esforços aqui no Senado, quando for o momento, também junto à Câmara, na aprovação do Protocolo de Nagoya.

Esse é um instrumento estratégico para o País. De novo, o Brasil pode dar um exemplo, por ser um País megadiverso, e temos muito a ganhar com isso.

Então, quando vier o Senado para a apreciação, peço especial deferência do Senador para agilizar a aprovação e a ratificação do Protocolo de Nagoya.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – CE) – Concedo a palavra o Sr. Bráulio Dias.

O SR. BRÁULIO DIAS – Queria só fazer um comentário, a partir da colocação do John Scanlon, sobre a questão de consumo.

Aqui, no Brasil, compartilhei essa informação com a Juliane há pouco. O Brasil, desde a Rio 92, tem feito pesquisas de opinião pública, de forma sistemática sobre o que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente. Então, isso é feito desde a Rio 92 a cada três, quatro anos.

É muito interessante, quando se analisa essa série de dados, e fica evidente que, apesar do fato de que, através da disponibilização de mais informação – mídia, televisão, etc – e educação, as pessoas estão mais conscientes dos problemas ambientais.

Hoje, o número de pessoas no Brasil que consegue identificar problemas ambientais é muito maior do que nós tínhamos há vinte anos, mas, ao mesmo tempo, fica evidente que a maior parte da população brasileira – e imagino que isso seja verdade em muitos países do mundo – não se sente responsável pelos problemas. Eles acham que o problema é do governo, é das empresas. Quando nós fizemos a pergunta específica: de quem é a responsabilidade para resolver? Eles responderam: Ibama. Ele é que tem de resolver. Ele é o órgão, é a Agência Ambiental Nacional do Brasil. Eles não veem a sua responsabilidade enquanto consumidor.

Por exemplo, todo mundo, no Brasil, nessas enquetes, nessas pesquisas de opinião pública, critica o desmatamento na Amazônia, por exemplo, só que eles não se preocupam, quando eles vão comprar produtos de madeira nas suas cidades, com a origem, se é certificado aquele produto, se aquilo não é resultado de um comércio ilegal.

Então, como poderíamos promover uma maior cidadania ambiental de responsabilidade, para que os cidadãos assumam a sua parte de responsabilidade. Acho que esse é um desafio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – CE) – Com a participação do Sr. Bráulio, damos por encerrada esta reunião.

Vamos fazer um intervalo de 10 a 15 minutos. Daí voltaremos com a outra mesa, onde será homenageado o Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo.

Então, todos estão convidados a, dentro de dez minutos, estar no recinto. Há um cafezinho dentro daquela sala para quem quiser degustá-lo.

(Reaberta às 15 horas e 05 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – CE) – Esta parte da reunião será destinada a uma homenagem ao Exmo Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, repetidas vezes citado, ao longo do dia, em cada um dos painéis, por seus relevantíssimos trabalhos diplomáticos prestados ao Brasil e ao mundo.

Então, convido para compor a Mesa conosco, nesta parte, o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Professor da Universidade Católica de Brasília, o Ministro Antônio Herman Benjamin, o Sr. Roberto Cavalcanti, Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, representando a Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.

Aproveito para fazer uma saudação especial aos oficiais da Marinha mexicana que se fazem presentes nas galerias do Senado Federal. Sejam todos muito bem-vindos. É uma honra para nós tê-los conosco.

Antes de darmos a palavra aos convidados, exibiremos um vídeo do Sr. Achim Steiner, Diretor-Executivo da Unep.

Esse vídeo tem a duração de sete minutos. Passaremos a exibi-lo neste momento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ACHIM STEINER *-(Tradução por profissional habilitado.texto Discurso traduzido do vídeo exibido.*) – Sr^{a}s e Srs. participantes desta mesa redonda, Embaixador Figueiredo, eu gostaria de dizer que este é um evento que funciona como uma despedida porque o senhor está saindo de Brasília e está prestes a assumir sua nova posição em Nova York. Eu também gostaria de falar com meus colegas Jorge Chediek, Izabella Teixeira, Julia Marton, que é Secretária-Geral. Muitos de nós, aqui, vemos esse colóquio como não apenas luma oportunidade de retomar o trabalho que vinha sendo feito na Rio+20, mas, também para reunir muitas daquelas pessoas que são líderes e que conseguiram empurrar para frente a agenda de desenvolvimento sustentável.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o Embaixador Figueiredo. ele jê como se fosse um mentor para mim. Ele agora está se despedindo para assumir sua nova posição em Nova York. No meu trabalho, aqui, no Pnuma, tive várias oportunidades de me beneficiar pelas orientações do Embaixador. Também discutimos

muitas ideias que têm tudo a ver com o cerne do desenvolvimento sustentável.

Tratamos também de como as dimensões social e ambientais podem ser reunidas, isso na nossa preparação para a Rio+20. Nessa preparação, o Embaixador Figueiredo teve uma participação preponderante. Diria que não é um momento muito fácil, globalmente falando, porque há muitos problemas no mundo. Então, é muito difícil conseguir juntar todo mundo e atingir um consenso que culmine em um documento.

Agora, eu acho que essa cúpula, essa conferência foi de grande valia. À medida que a gente avalia o documento resultante da Rio+20, nós vemos que há uma grande inércia e também uma série de oportunidades que foram seguidas pelos líderes dos diferentes países.

O progresso, após o trabalho lá no Rio, começou a ser acelerado, inclusive, começou a ser feita a tradução, lá em Nova York, desse documento, contendo também outras reformas e outras instituições, inclusive o PNUMA. Nós vimos rapidamente que foi trilhado um caminho muito claro que será seguido no futuro.

Houve uma reunião, em fevereiro de 2013, que, pela primeira vez, contou com participação verdadeiramente universal. Isso é inovador, porque realmente é o resultado de 40 anos tentando concentrar e integrar os resultados da Cúpula de Estocolmo, de Joanesburgo e, no final, da Rio+20. E foi concluído que esse tipo de proteção da biodiversidade faz parte intrínseca da biodiversidade e é algo que foi acordado por todos os 193 Estados-membros.

A instituição também foi considerada por todos os Estados-membros como autoridade ambiental da ONU que precisa ser mais fortalecida. Então, do meu ponto de vista, muitos dos delegados que visitaram Nairóbi também compuseram um momento especial na nossa história, porque foi uma sessão muito importante em que, no final das contas, foi decidido que haverá um novo nome que será dado agora à Assembleia Ambiental da ONU, que levará a cabo aquelas instruções que foram acordadas no Rio.

Essa é apenas uma das peças que foram acordadas no Rio. E a gente precisa entender que é preciso levar esse discurso à frente, mas também desenvolver instituições capazes de tomar decisões inclusivas, que refletem a diversidade das realidades de diferentes países no Planeta e que nos ajudarão a progredir juntos.

Em momento algum essa necessidade de trabalho conjunto foi tão clara quanto agora, na área da sustentabilidade. Isso porque nós detemos muitos conhecimentos científicos quanto aos efeitos das mudanças climáticas no nosso Planeta, no meio ambiente. Então, como é um problema global, nós também precisamos trabalhar de forma global e não apenas isoladamente, como países isolados uns dos outros.

Nós temos um grande desafio nos anos vindouros. E eu tenho certeza de que o *input*, a contribuição de todos os peritos que foram a Brasília irão dar conta do recado.

Não tenho mais muito a contribuir à agenda, mas eu gostaria de dizer que estamos sempre aumentando o nosso conhecimento sobre o capital natural das nossas economias. Nós estamos começando a derrubar essas fronteiras que nos faziam tratar das questões ambientais como externalidades.

Nós também estamos tratando da questão de utilização sustentável dos nossos recursos ambientais e seu manejo, e isso do ponto de vista não somente ambiental, mas também jurídico. Essa é uma questão que precisa inclusive permear a legislação e as leis dos diferentes países e também leis internacionais.

Por último, eu gostaria de mencionar que um dos resultados do Rio foi justamente essa discussão que foi travada sobre a justiça e a equitatividade. Houve representantes, desembargadores e juízes que se reuniram para ajudar a promover o Estado de direito para as gerações futuras. A gente focou não somente nos recursos, mas também nas questões de *accountability*, de *enforcement*, ou seja, de fazer valer as leis, etc.

O Brasil vem sendo um grande líder e uma fonte de grande inspiração para todos nós nos últimos anos, porque vem tentando tratar da questão do desflorestamento. À medida que vamos caminhando para o futuro, nós analisamos questões como o comércio ilegal de madeira e de espécies nativas, e à medida que a gente foi progredindo em relação ao futuro essas questões que até então vinham sendo consideradas marginais passaram agora a figurar preeminetemente nas nossas políticas.

Então, Embaixador Figueiredo, eu lhe desejo tudo de bom e lhe prometo que, assim como aconteceu nos últimos anos, eu vou continuar ao seu lado lá em Nova York. E espero que a nossa amizade, a nossa colaboração continue agora em uma proporção ainda maior em Nova York.

Desejo a todos um colóquio muito inspirador. E espero que vocês derivem muita inspiração dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Professor da Universidade Católica de Brasília.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eminente Senador Anibal Diniz, que preside esta reunião e que traz a inspiração da Amazônia brasileira para os trabalhos do nosso encontro hoje, quando discutimos

os resultados da Rio+20; meu querido amigo e colega Roberto Cavalcanti, Secretário Nacional de Biodiversidade, portanto, chefe da agenda que orienta este nosso colóquio em Brasília; meu querido amigo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, homenageado desta tarde, deste evento e, eu diria, homenageado de sempre por todos nós; meus colegas que aqui estão presentes e todos aqueles que nos assistem pela TV Senado em todo o Brasil; é sempre bom fazer eventos em que nós discutimos em profundidade os temas que são importantes para o Brasil, mas creio que é mais importante ainda quando, ao discutir os temas que são relevantes para o Brasil, nós estamos também discutindo a temática que afeta o Planeta como um todo. Quando nós falamos de proteção à biodiversidade é exatamente disso que estamos cuidando. Não estamos cuidando apenas de nós, já seria muito, mas estamos cuidando da sustentabilidade do Planeta como um todo.

Nesta agenda de sustentatibilidade, eu não uso a expressão nesta "agenda ambiental", estamos hoje aqui homenageando uma das figuras mais extraordinárias da diplomacia brasileira, alguém que tem uma história de vida na sua instituição que se confunde com os pontos mais elevados da nossa diplomacia, aí, sim, ambiental nos últimos vinte anos. E é importante ressaltar que, ao homenagear o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, nós o fazemos porque a sua história dos últimos 20 anos corresponde ao momento de transformação do Brasil entre a vitrine ou, se quiserem, o telhado de vidro do mundo como um todo, todos atiravam pedra no Brasil antes de 1992, e com razão, porque o nosso telhado era de vidro e um vidro muito frágil.

Hoje nós caminhamos, pelo esforço coletivo de todo o País, sobretudo de homens públicos como o Embaixador Figueiredo, para nos transformar em vitrine da agenda ambiental no mundo inteiro. Por isso, ao prestarmos esta homenagem ao Embaixador Figueiredo, nós o fazemos não apenas olhando para o homem público, não apenas olhando para os seus méritos pessoais, não apenas para sua capacidade extraordinária de negociação, de negociador duro. E todos nós sabemos disso, pois já assistimos, já vimos, já presenciamos o Embaixador Figueiredo negociando, em nome do Brasil, mas em nome também das gerações futuras.

Mas o que nós estamos homenageando também aqui, Embaixador Figueiredo, com o seu nome e em seu nome, é também esta excelência que é a diplomacia brasileira. E na excelência da diplomacia brasileira, nós temos a excelência dos nossos diplomatas, e entre esses excelentes diplomatas, destaca-se o Embaixador Figueiredo.

Evidentemente, a partir de junho, a sua missão será talvez, apenas no título, outra, até mais ampla, com um ápice na carreira diplomática, que é servir nas Nações Unidas; nem sempre unidas e nem sempre nações, mas que, para um diplomata, é algo não apenas simbólico no plano institucional, como para todos nós, que seguimos apenas pelos jornais os trabalhos das Nações Unidas.

Mas esta mudança, como eu dizia, Senador Anibal Diniz, é apenas de título ou talvez de amplitude geográfica ou temática. Tenho certeza de que as portas da missão do Brasil nas Nações Unidas estarão permanentemente abertas para a temática da biodiversidade e também da sustentabilidade.

E mais do que tudo, meu caro Secretário Executivo da Convenção da Diversidade Biológica, Bráulio Dias, meu caro Secretário da Convenção – Cites – John Scanlon, eu já vislumbro, na parede de entrada desta missão diplomática do Brasil nas Nações Unidas, uma placa que também estará lá: "Missão Diplomática de Representação da Biodiversidade Planetária."

E não haverá nisso nenhum desvio de conduta que mereça uma atenção maior do Judiciário brasileiro; muito ao contrário. Essa representação V. Exª já faz hoje em nome do Planeta e lá estará fazendo, aí em um palco muito maior e de uma forma mais permanente em nome de todos.

Permita-me, Embaixador Figueiredo, neste momento em que estamos aqui reunidos com especialistas de todo o mundo, prestar uma homenagem também a alguém que está aqui para homenageá-lo e que foi um dos maiores Parlamentares da história brasileira, porque foi capaz de identificar na oportunidade de uma nova Constituição, que hoje nós chamamos de Carta Cidadã, a necessidade de incluir um capítulo extremamente detalhado sobre a proteção do meio ambiente.

Mas não satisfeito esse Parlamentar, então muito jovem, impulsivo – continua sendo do mesmo jeito; menos jovem, é verdade –, mas impulsivo, dedicado, combativo, às vezes polêmico, mas profundamente compromissado com a questão da proteção das gerações futuras. Este Parlamentar resolveu que não bastava ter um capítulo sobre a proteção do meio ambiente, mas que era necessário vincular o direito de propriedade a uma função ecológica. E lá está o art. 170, inciso VI, e o art. 186, inciso II, da Constituição Federal.

Então, aqui hoje, veja, meu caro Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que temos a homenageá-lo figuras como o ex-Deputado Fábio Feldmann, que está sentado aqui à frente. (*Palmas.*)

E, por fim, digo que o fato de esta reunião estar sendo televisionada para todo o País bem representa, de um lado, o compromisso desta Casa com a ques-

tão ambiental, especialmente da sua Presidência, o Senador Renan Calheiros, mas também da liderança das duas comissões que organizaram este evento e, muito especialmente, do Senador Ricardo Ferraço e também da equipe do Senador Blairo Maggi.

Então, a eles o agradecimento também, Senador Anibal Diniz, por ter aberto as portas do Senado para que fizéssemos esta solenidade.

Concluo, meu caro Senador Luiz Henrique, que vem de um dos Estados mais bonitos do Brasil. Ele vai discordar e dizer que é o mais bonito, porque é um apaixonado por Santa Catarina. Concluo dizendo que o fato de termos, nesta reunião, um representante à Mesa da Amazônia e outro que simboliza o coração da Mata Atlântica já indica que o Brasil está todo representado neste Plenário.

E o trabalho de V. Exª juntamente com o Senador Jorge Viana, no sentido de viabilizar a sobrevivência dos principais dispositivos do Código Florestal de 1965, esse esforço ficará registrado na história. Nunca este Parlamento, nunca este Senado viu – e vou usar uma expressão vulgar, meu caro Embaixador e homenageado – uma "dobradinha" tão bem sucedida entre duas pessoas que vêm de realidades distintas.

(S*oa a campainha.*)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Exatamente por um estar no bioma Amazônia e outro no bioma Mata Atlântica, é que conseguimos preservar e salvar a Reserva Legal, as áreas de preservação permanente e tudo o que mais importava no Código Florestal.

Eu encerro, mais uma vez, meu caro Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, dizendo que, como brasileiro – e aqui falo apenas como brasileiro –, é um privilégio, é uma enorme honra contar com representantes nossos na diplomacia do Brasil, da capacidade, do preparo e, ao mesmo tempo, da experiência de V. Exª. E que isso sirva de exemplo para os jovens diplomatas que ingressam na carreira e que precisam sempre de nortes; precisam de alguém que desperte as suas vocações.

E o sucesso de V. Exª na carreira diplomática demonstra que quem se preocupa com o meio ambiente tem a possibilidade no Itamaraty de avançar e de progredir e de alcançar os postos mais elevados. Não é uma matéria que fica na periferia da instituição.

Então, mais do que para nós, brasileiros, é para esses jovens diplomatas que a presença de V. Exª nesta reunião e homenagem que fazemos é endereçada. Para que eles vejam em V. Exª a possibilidade de dizer: "Um dia, serei eu, jovem diplomata, que poderei estar ocupando esses cargos elevados". E fazendo nada mais – é tão fácil –, nada mais do que se preocupar com o Planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin.

O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, nascido em julho de 1955 e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, é diplomata de carreira. Atualmente, ocupa a função de Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério de Relações Exteriores, desde 2011. No Itamaraty, foi anteriormente diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, e chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DPAD), bem como da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE). O Embaixador Figueiredo Machado serviu no exterior, em Nova Iorque, na ONU, de 1986 a 1989; em Santiago, de 1989 a 1992; em Washington, de 1996 a 1999; em Ottawa, de 1999 a 2002; Paris/Unesco, de 2003 a 2005. Participou como delegado ou chefe de delegação de diversas reuniões multilaterais desde 1981, nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, desarmamento e segurança internacional, Direito do Mar/Antártida, espaço exterior, saúde e trabalho. Chefiou as delegações negociadoras brasileiras por muitos anos em conferências e reuniões internacionais sobre temas ambientais, especialmente mudança do clima e biodiversidade.

Por um currículo tão extenso e tantos serviços prestados ao Brasil, é que o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado está recebendo essa justa homenagem.

Concedo a palavra ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Senador Anibal Diniz, Senador Luiz Henrique, meu querido amigo e companheiro de tantos anos, Ministro Herman Benjamin, meus colegas, realmente, é uma ocasião única para qualquer um estar no Senado da República, nesta tribuna, sem ter sido eleito para tal e poder conversar com amigos, amigos todos que estão neste plenário.

Eu não teria como responder à generosidade das palavras que foram dirigidas a mim durante o dia de hoje, especialmente nesta tarde. Não tenho como fazê-lo e, portanto, não vou tentar fazê-lo, mas tenho, sim, como homenagear os meus colegas – tenho quatro deles aqui – que representam a minha instituição e que, sem dúvida, são companheiros de uma luta de muitos anos, uma luta que é levada dentro da minha instituição, como em outras pelo Brasil afora, em defesa do interesse nacional, em defesa do interesse maior do povo brasileiro e também, Ministro Herman Benjamin,

em defesa de ideais mais amplos de alcance mundial, ou planetário, como poderíamos dizer.

Fico muito envaidecido que possa estar aqui para, em nome da minha instituição, em nome do Ministério de Relações Exteriores, agradecer por tantas referências que foram feitas à Casa de Rio Branco durante o dia de hoje. Portanto, somos sempre muito gratos quando o trabalho, que é um trabalho muito mais silencioso do que visível, é reconhecido pelo nosso público-alvo, que é o povo, que são os representantes do povo, que são os membros da sociedade brasileira, que estão aqui representados.

Eu não quero deixar de mencionar meu amigo Fábio Feldmann, que se deslocou de São Paulo até aqui, o que me deixa particularmente tocado. Quero também agradecer à generosidade de Achim Steiner, ao gravar um depoimento em Nairóbi; à presença do Dr. Bráulio, do Dr. Scanlon, que muito nos honram a todos nós, aqui.

Mais uma vez, queria dizer que a única coisa que posso prometer a todos é continuar um trabalho, e acho que para os meus colegas que estão aqui, membros todos do Ministério de Relações Exteriores, esta também é a promessa que eles fazem sempre: trabalhar, trabalhar, trabalhar, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, agradecendo imensamente a companhia, na composição desta Mesa, do Sr. Roberto Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade de Florestas (SFB) do Ministério do Meio Ambiente, representando a Ministra Izabela Teixeira; a presença do Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira e a presença do Ministro Antonio Herman Benjamin, a quem devo a honra pelo convite para estar presidindo esta reunião.

Agradeço imensamente a companhia de todos.

Encerramos, assim, este bloco, passando imediatamente a presidência para o Senador Luiz Henrique da Silveira, que vai presidir o próximo painel.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Ao iniciarmos agora esse quarto e último bloco de palestras e debates sobre o tema Rio+20 e Biodiversidade – Implicações Nacionais e Internacionais, convido para tomar assento à mesa – está aqui presente – S. Exª o Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin, que aqui representa duas instituições: Universidade de Brasília e o Superior Tribunal de Justiça.

Convido para integrar a Mesa David Hunter, Professor da American University of Washington DC. Convido igualmente o meu ex-colega, Deputado Federal, ex-Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Professor Fábio Feldmann. Convido igualmente o Sr. John Scanlon, Secretário-Geral da Cites – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagem em Perigo de Extinção.

Consulto os Srs. Convidados quanto ao tempo destinado à sua exposição. Estão de acordo que seja de 15 minutos? Dez minutos? Então, dez minutos para cada um dos convidados.

Iniciando, então, esse último ciclo de palestras, concedo a palavra ao Exmº Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Caro Senador Luiz Henrique, ex-Governador do Estado de Santa Catarina, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de uma grande cidade, meus colegas de mesa, meus colegas de conservação da natureza que se encontram na plateia, a minha intervenção é apenas no sentido de trazer algumas ideias sobre o conteúdo jurídico do documento final da Rio+20, que se chama *O futuro que queremos*.

Em primeiro lugar, é importante ressaltarmos que no Direito Internacional, e há especialistas em Direito Internacional aqui na mesa, que poderão desenvolver mais essa temática, temos dois tipos de textos, que são convencionados, acordados entre as nações que chamamos de estados-parte. Uma primeira categoria, aliás, bem representada aqui, neste evento, é do chamado Direito Internacional duro. São convenções e tratados internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção Cites, cujo Secretário-Geral encontra-se sentado à mesa. Mas há um segundo bloco de acordos internacionais que recebem a denominação de *soft internacional law* ou direito internacional suave, em uma tradução liberal, que incluem aqueles documentos que não têm uma força direta de implementação. Entre esses documentos, podemos citar, por exemplo, naquilo que interessa à temática ambiental, a Declaração de Estocolmo, de 1972; a Declaração do Rio, de 1992; e, no que importa ao nosso tema, o documento final da Rio+20, *O futuro que queremos.*

Por que começo com essa categorização de textos internacionais? Primeiramente, para dizer que nós, juízes, os que têm a última palavra sobre a aplicação dos textos normativos, temos plena clareza de que o nosso mandato principal é na implementação dos textos das convenções e dos tratados, no que se refere à perspectiva internacional, ao lado do Direito nacional ou junto ao Direito nacional. Mas também cada vez mais se desenvolve, sobretudo no Judiciário brasileiro, a noção de que nenhum texto internacional pode ser considerado apenas um pedaço de papel, algo irrelevante. Ou seja: o juiz pode e deve, a partir

de textos de *soft law,* agregar os princípios jurídicos que lá estão, às vezes, reconhecidos de maneira expressa. Pode agregar esses princípios, essas afirmações, esses compromissos, às vezes até obrigações, direitos, à normativa nacional de cunho constitucional e infraconstitucional.

Recentemente, fiz um estudo sobre o número de vezes que os tribunais brasileiros citam a Declaração do Rio e a Declaração de Estocolmo. E me refiro aos tribunais de justiça dos Estados, que são as cortes supremas estaduais; aos tribunais regionais federais, que são os *courts of apealls* – temos cinco; Superior Tribunal de Justiça; o STF, que é nossa corte constitucional. É extraordinário que esse número é maior do que o número de citações do art. 225 da Constituição Federal, o que mostra que, embora esses textos de *soft law* não sejam exatamente vinculantes para o juiz, o juiz brasileiro está atento a esse – usando a expressão do meu querido amigo e professor alemão Erik Jayme – diálogo das fontes: de um lado, olhando para os textos normativos internos duros e, do outro lado, olhando para os textos normativos internacionais duros, mas não esquecendo os textos normativos internacionais suaves, *softs*.

Termino com um exemplo que não é da área ambiental *stricto sensu* ou, pelo menos, não é, Senador Luiz Henrique, da área da biodiversidade, mas de outro campo que está muito próximo da proteção do meio ambiente. Sei que é muito caro a V. Exª a proteção do patrimônio histórico e também do patrimônio natural na perspectiva tanto da legislação brasileira como da convenção do patrimônio da humanidade, conhecida impropriamente como Convenção da Unesco.

Em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, os Ministros aplicaram diretamente esta convenção quando os juristas que a comentaram no plano internacional afirmam que ela é tão vaga que nenhum dos seus dispositivos mereceria aplicação direta. Mas, no Superior Tribunal de Justiça, os eminentes Ministros meus colegas disseram: não.

Aqui temos um texto normativo brasileiro de proteção do patrimônio histórico e natural ainda da década de 30, de 1937. É a lei brasileira que protege o patrimônio histórico e natural. Depois disso, tivemos uma Constituição de 1988, portanto, essa lei tem que ser lida levando em conta o novo Texto Constitucional e pode, sim, ser casada, sobretudo no que se refere às definições, à principiologia, a este texto normativo de caráter internacional.

Esse *leading case* tem a ver exatamente com a proteção de Brasília: Brasília, patrimônio da humanidade, seu plano piloto, E, nesse precedente, o que estava em jogo eram autorizações que o Governo do Distrito Federal estava concedendo, que, aos olhos do nosso Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural, iriam descaracterizar, mesmo que não gravemente, esse patrimônio tombado e também patrimônio da humanidade.

(*Soa a campainha*.)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Refiro-me especificamente às grades que estavam sendo colocadas em volta dos pilotis, dos espaços abertos embaixo dos edifícios de Brasília. e o Superior Tribunal de Justiça disse "não, não não, aqui, com a aceitação do Governo brasileiro de que Brasília ê patrimônio mundial da humanidade, nós vamos aplicar também, em conjunto com a legislação brasileira, a própria convenção e os dispositivos, vamos dizer assim, frouxos do seu texto."

É essa notícia brevíssima, Senador, que eu queria dar no que se refere ás possibilidades efetivas do documento final da Rio+20. Daí a necessidade de o Judiciário brasileiro e da doutrina jurídica brasileira estudar esse documento, porque, ao lado de todas aquelas declarações, às vezes, óbvias; ao lado daqueles compromissos que são estritamente internacionais e que só podem ser cumpridos no plano internacional, podemos encontrar, sim, linguagem, dispositivos, textos que, embora não definam novas realidades normativas no Brasil, podem perfeitamente servir para auxiliar no esclarecimento de lacunas normativas ou mesmo em deficiências normativas do Direito brasileiro. É só.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a S. Exª o Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin e concedo a palavra ao Sr. David Hunter, Professor da American University.

O SR. DAVID HUNTER *(Tradução por profissional habilitado.*) – Obrigado, Senador. Gostaria de agradecer, também, a todos os organizadores deste colóquio extraordinário. Vem sendo um privilégio enorme participar deste colóquio. Eu acompanhei; venho ouvindo as discussões. Sei que são discussões muito proveitosas, em um local tão lindo, que é esse prédio em uma cidade tão linda, que é Brasília, em um País tão importante, que é o Brasil.

Para aqueles que trabalham, eu sou uma pessoa trabalha com direito ambiental há 30 anos, e o Brasil é visto como um grande líder nessa área e em muitas outras áreas tangentes a áreas de direito ambiental.

Eu gostaria de pedir desculpas para vocês, já de antemão, porque talvez eu tenha que sair antes de todo mundo acabar de falar aqui, porque eu tenho um voo marcado daqui a pouco, e é uma pena isso, porque eu, realmente, queria poder me valer desse privilégio de realmente estar aqui. Fico muito humilde na presença de todos os meus colegas tão capacitados

que aqui estão. É muito bom poder conhecer o Fábio Feldmann. Já ouvi falar muito dele nos últimos anos. Inclusive já ouvi falar dele por parte de vários alunos que eu já tive, lá nos Estados Unidos, que foram lá para estudar comigo.

Este painel está discutindo, então, as ramificações da Rio+20, inclusive o documento *O futuro que queremos*. Eu tenho alguns comentários que são até bastante semelhantes aos comentários do Ministro Benjamin. Eu devo dizer, no entanto, que eu já fiz várias pesquisas, inclusive a declaração da ECO-92 já foi mencionada duas vezes pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Em ambos os casos, o Juiz que a mencionou, a mencionou incorretamente. O Judiciário americano tem muito ainda a aprender sobre o *soft low* e a *hard low*, principalmente na interpretação da doutrina ambiental, mas nós continuamos nesse caminho. Agora, eu acho que essa distinção entre o macio ou o *hard* e *soft* é importantíssimo no entendimento das implicações desses últimos processos que vimos passando, inclusive o último deles sendo o Rio+20.

Nós começamos com a ECO-92, e aquela cúpula foi de suma importância para o desenvolvimento da minha área de atuação, que é, mais uma vez, o direito ambiental. Continua sendo a conferência mais importante que já foi feita sobre direito ambiental, e, no momento, o progresso talvez não esteja tão acelerado, mas devo dizer que o Rio+20 ajudou a continuar, a empurrar essa inércia, a manter-nos no caminho certo.

Os três tratados originais, assinados no Rio, inclusive a *hard low*, que foi mencionada pelo Ministro, continua norteando esses princípios, os princípios sobre os quais todas as negociações de direito ambiental internacionais acontecem mesmo 20 anos depois. Até mesmo 20 anos depois é o ponto de partida para qualquer ação diplomática no âmbito ambiental, e irá continuar servindo essa função em negociações futuras. Eu sei que os processos e as cúpulas vêm sendo muito importantes não somente pelo embasamento que fornecem ao direito internacional ambiental, mas também em termos de ajudar a criação de muitos Ministérios de Meio Ambiente, em diferentes países. Na realidade, 40 desses Ministérios já foram criados a partir da promulgação do relatório final da ECO-92.

Agora, o Rio+20, realmente, deixou bastante claro que todo o progresso que foi feito também e um progresso que ainda precisa acontecer. Agora, é muito importante dizer que não foi crida nenhuma nova *hard law* como resultado da Rio+20. Não foram criadas legislações duras, porém, nós nos comprometemos com tratados e leis já existentes. Como a gente ouviu da Ministra do Meio Ambiente, hoje pela manhã, foram feitos compromissos por parte dos países para manter e promover a biodiversidade. Agora, isso é muito importante, porque, 20 anos depois, os governos estão se recomprometendo àqueles tratados e acordos originais que têm tudo a ver com o desenvolvimento sustentável e também o compromisso em promover o desenvolvimento sustentável baseado em um estado de direito.

Em todo o documento *O futuro que queremos*, há referências à importância das leis de direitos humanos, no §9º, no direito dos indígenas, e da centralidade de um Estado de direito e de uma boa governança na obtenção de um Estado de desenvolvimento sustentável, no §9º, e também acesso à justiça, no §43º.

É muito importante continuarmos atrás de um desenvolvimento sustentável através de economias verdes e sempre subjugado ao estado de lei. Essa lei tem tudo a ver com as referências que são feitas no documento sobre a biodiversidade. Inclusive, há vários parágrafos que fazem referência à CDB, às convenções das instituições marítimas. Também é mencionado o comprometimento dos países com esses documentos.

Agora, eu gostaria também de tecer alguns comentários sobre os aspectos mais macios, ou seja, de *soft law*, que existem ou que fizeram parte da Conferência Rio+20.

Remetendo aos comentários do Prof. Robinson sobre a nova era antropocena e também as mudanças trazidas pelos seres humanos que vêm permeando a nossa realidade tão rapidamente, vêm deixando uma marca bastante clara em nosso Planeta, eu devo dizer que, independentemente de estarmos ou não entrando nessa nova época, nós estamos, de toda forma, passando por uma fase de profundas mudanças econômicas, ecológicas. Tudo agora acontece muito mais rápido.

A globalização de diferentes empresas, que agora trabalham globalmente, ajuda ou permite que agentes químicos sejam fabricados em qualquer do mundo e cheguem ao outro lado do mundo muito rapidamente. Essa velocidade dessas interações globais vem tendo um impacto preponderante na habilidade de a economia global atingir todas as pessoas do mundo. Inclusive há uma exploração dos dois polos. Há uma nova situação que irá se desdobrar nos próximos anos através dessa exploração. Agora, tudo isso aí é um desafio para nós na área do Direito Internacional. E nós temos que buscar novos métodos de governança. Não devemos, no entanto, ignorar as formas originais e tradicionais de criação de leis, mas também precisamos reconhecer que é necessário que encontremos novas formas de definir novas leis e normativas para que desfaçamos essa diferença que existe atualmente entre *hard Law* e *soft* Law, para que reconheçamos também que o que a legislação nos oferece é justamente a responsabili-

zação daqueles que são poderosos e que, agora, vão precisar se ater a determinadas normas e padrões de conservação. Isso com o intuito final de promover e preservar a natureza apesar de qualquer decisão que tenhamos tomado. Nós precisamos, então, ser criativos. Nós precisamos refletir sobre como essas normas são criadas e como são postas em prática. E isso é claro nos processos.

O empolgante desses processos reais e tangíveis, muitas vezes, é dinâmico. Por exemplo, nós sabemos que as cúpulas em Johannebsurg e também na Rio+20 têm tudo a ver com aquilo que acontece não somente no Governo, mas também com o que acontece no setor privado. Inclusive têm muito a ver com as PPPs e também com os compromissos que os governos firmam com entidades não governamentais. Esse vem sendo o foco nos últimos anos.

Também há uma definição de objetivos bastante amplos, como, por exemplo, os ODMs e as Metas de Biodiversidade de Aichi. Todas essas metas não são vinculantes, mas nós precisamos deixá-las vinculantes. Precisamos criar um arcabouço estratégico para que sejam postas em vigor.

O Ministro falou que precisamos de inspiração. Também é necessário um plano estratégico de implementar essas normas. Nós precisamos traduzi-las em prioridades de legislação nacional de formas criativas. Nós precisamos vislumbrar esses objetivos, bem como as ramificações que esses objetivos têm em nossas agendas legislativas. Também precisamos levar em consideração todos esses processos com várias partes interessadas, que incluem, por exemplo, o desenvolvimento de padrões. Isso é feito através de organizações privadas e, às vezes, públicas. E o objetivo do Direito é não somente aceitar esse tipo de comprometimento, mas também buscar novas formas criativas de responsabilização, ou seja, assegurar que aquelas pessoas que fizeram os compromissos realmente os cumpram.

Existem alguns exemplos disso. Eu vou falar de um deles, que começou, inclusive, lá no Rio. Talvez seja um exemplo um pouco estranho, mas começou mais ou menos em 1992, na época da primeira cúpula. Foi uma tentativa de criarmos salvaguardas ambientais tanto no âmbito do Banco Mundial como em outras instituições financeiras.

(*Soa a campainha*.)

Eu adoro esse sino. Acho que é ótimo. Todos os lugares em que falo deveria haver um sino como esse, muito embora eu esteja ignorando o sino neste momento.

Então, a criação desses padrões de salvaguarda por parte do Banco Mundial inclui, por exemplo, um padrão muito importante que é empregado pelo banco. O banco, por exemplo, não fornece empréstimos a projetos que possam prejudicar o meio ambiente. E é necessário que seja feita uma avaliação de impacto ambiental antes que o empréstimo seja feito.

Normas como essa valem para o Banco Mundial, mas também são empregadas por outros bancos de desenvolvimento e também outras normas, como, por exemplo, de princípios de empréstimos para os próprios bancos que vêm sendo discutidos aqui no âmbito do BNDES. Faz parte realmente da integração de uma economia verde. Nós precisamos incluir considerações econômicas, sociais e ambientais quando tomamos decisões econômicas.

Agora, a pergunta que foi feita ao banco, em 1993 – e nós já estamos chegando ao 20º aniversário dessas decisões –, é a seguinte: se nós temos essas normas, será que nós as estamos aplicando corretamente? A criação do painel de inspeção do Banco Mundial foi uma das respostas a essa questão. É um painel que busca determinar se as políticas foram seguidas, de acordo como estão especificadas no plano.

Então temos agora uma série de padrões e também de medidas de responsabilização. Não são a *hard law*, mas são quase *hard law* e são muito importantes para responsabilização. Há atualmente nove mecanismos de responsabilização, o *accountability*, incluindo aí o *ombudsman* da corporação internacional de financiamento também do Banco Mundial. E são todas formas criativas de tratarmos a questão do *accountability* e também da padronização. Nós precisamos de padrões claros com temporizações e compromissos claros. Precisamos, então, ser criativos em nossa aplicação desses compromissos. Por exemplo, o uso de cadeias de fornecimento no setor privado. Nós vimos isso sob a égide do direito privado e também o uso da Internet, da Web. Se todos esses compromissos estão sendo realizados, nós agora temos como verificar se estão ou não sendo cumpridos. Isso é possível fazer de uma forma que há 20 anos seria impossível. Atualmente, com a Internet, é possível realmente fazer valer essa transparência e essa responsabilização. Podemos agora desfazer muito dessa diferença entre o *hard* e o *soft law.* Agora, vou concluir dizendo que não digo aqui que a gente deva parar de tentar fortalecer cada vez mais os tratados que já existem e também as ferramentas tradicionais, mas nós também precisamos ser criativos para conseguir sempre estar à frente desses desafios apresentados pelo documento final resultante da Rio+20.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Sr. Prof. David Hunter.

Concedo a palavra ao ex-Deputado e ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo Prof. Fábio Feldmann.

O SR. FÁBIO FELDMANN – Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade de estar aqui, saudar os nossos Senadores, o Senador Anibal Diniz, o Senador Luiz Henrique, que foi meu líder do PMDB na Câmara dos Deputados, hoje Senador, depois ex-governador, foi Ministro de Ciência e Tecnologia; agradecer a liderança do Herman Benjamin, por este evento, inclusive em homenagem ao Figueiredo.

Por que estou começando a falar sobre liderança? Porque acho que o grande desafio em relação aos nossos temas hoje é o desafio da liderança. Quer dizer, o que foi colocado aqui pelo David Hunter é a dificuldade que os governos têm de enfrentar essa agenda e de tomar decisões que muitas vezes signifiquem um grande impacto político. Para que a gente possa resolver esse impasse a que estamos assistindo, acho que há necessidade de liderança.

Eu queria inclusive fazer algumas observações sobre 1972, 1992 e 2012. Quer dizer, em 1972, uma reunião pequena, em Estocolmo, um único chefe de Estado, o fenômeno de sociedade civil praticamente não existia, quem lá esteve foi a ex-Ministra Indira Gandhi. Foi uma reunião importante, que deixou a declaração do Rio, inclusive previa a realização de outra conferência e criou o Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas – e está aqui o seu Presidente Achim Steiner, que, aliás, é brasileiro, do Sul, que fez algumas menções.

Na década de 70, a não ser o grande fenômeno da sociedade civil crescendo, algumas ONGs importantes surgem no mundo, não só na área de meio ambiente, como o Greenpeace, mas você tem a anistia internacional. Mas na década de 80 há um dado que é muito importante, que é a imagem de satélite sobre a Antártida demonstrando o chamado buraco da camada de ozônio, Senador Luiz Henrique.

Quer dizer, até aquele momento, quando se falava em dimensão planetária dos problemas, não passava para a grande opinião pública uma certa noção de que nós estávamos falando de uma figura poética. E é interessante, porque hoje você falar de imagem de satélite mostrando buraco na camada de ozônio para qualquer jovem parece absolutamente trivial, mas, naquela época – não é isso Bráulio? –, o uso de imagem de satélite era basicamente militar.

Aliás, quando o Senador Luiz Henrique foi do MCT, o Inpe produzia algumas imagens; mas o próprio Inpe, que estava vinculado ao MCT, tinha uma estrutura muito específica, não é isso? E quando surge essa imagem de satélite, se retomam algumas discussões que já vinham ocorrendo há alguns anos. Quer dizer, a questão da camada de ozônio, que foi bem resolvida numa convenção, a Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal, e se retomam alguns outros temas. Basicamente o tema da mudança do clima, do aquecimento global; alguns outros temas são colocados, quer dizer, talvez biodiversidade, mudança do clima e desertificação e há uma grande mobilização da sociedade em torno da Rio 92.

E quero registrar que talvez o importante na Rio 92 tenha sido que a opinião pública tomou conta daquela reunião. E o que aconteceu em 2012 ou o que deixou de acontecer em 2012? É que, a partir de 1972, reafirmado por 1992, e a partir daí, quer dizer, a ciência ou a comunidade científica começam a demonstrar, cada vez mais, tentam usar a expressão *boundaries of the planet*, quer dizer, as fronteiras do Planeta, para não usar a expressão limites do Planeta, pela discussão política que envolve a palavra limite, desde o livro *Os Limites do Crescimento*. Mas o fato é que, a partir do final da década passada, começa a ciência a dizer o seguinte: olha, pessoal, nós temos alguns problemas muito sérios em relação ao Planeta. E basicamente se fala em nove limites planetários.

Quer dizer, o aquecimento do clima, que seria o aquecimento global; quanto de carbono já foi lançado na atmosfera; qual seria o orçamento que se teria, inclusive de um cenário de até dois graus Celsius de aumento de temperatura no fim do ano; a questão de água doce do Planeta, que é um tema que também ganhou importância de alguns anos para cá; o tema da camada de ozônio, que eu já mencionei. Dois temas que no Brasil, infelizmente, Senadores, são basicamente esquecidos, que são os impactos relacionados ao uso do nitrogênio e do fósforo com grande impacto nos recursos hídricos, quer dizer, essa é uma grande preocupação fora do Brasil; a questão da biodiversidade, colocada pelo nosso Bráulio aqui, quer dizer, a fragmentação dos *habitats*, o avanço de espécies invasoras.

Antes da realização da conferência Rio+20, o que se começou a colocar é o seguinte: a ciência está, cada dia mais, afirmando que a situação é muito dramática, Paulino, é muito grave – e estou falando olhando para você do Itamaraty porque há uma repercussão política nas negociações. E o que aconteceu na Rio+20? Esse tema, de certa maneira, não foi colocado, Luiz Henrique, na discussão, inclusive o outro tema de que eu quase estava me esquecendo é o tema dos oceanos. Quer dizer, o texto O *futuro que queremos* é um capítulo muito bom sobre oceanos e ele desapareceu.

E qual o problema dos oceanos? Praticamente a destruição do estoque de peixe. Eu sempre cito como exemplo o livro de Hemingway, *O Velho e o Mar.*

Hoje é muito difícil encontrar um marlin daquele tamanho, porque as espécies estão diminuindo. Se eu falar alguma bobagem, você pode corrigir depois, Dr. Bráulio.

A questão de lançamento de carbono nos oceanos, com o aumento da acidificação e o grande impacto na produção de plânctons e fitoplânctons. Eu queria dizer que, talvez, na minha leitura, a maior dificuldade, o maior equívoco que foi causado na conferência do ano passado é não reconhecer institucionalmente que a situação do Planeta é extremamente grave, extremamente dramática e há necessidade de uma arquitetura internacional para tratar disso. E o que é essa arquitetura internacional? Em meados da década de 80, quando surge a questão da camada de ozônio e há toda uma discussão nos Estados Unidos, se cria o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima), que, ao contrário do que muita gente pensa, não produz ciência, ele compila a ciência que está havendo no mundo.

O Joly, que falou aqui antes de mim, faz parte hoje de um grupo de trabalho representando o Brasil, que é o IPCC da biodiversidade. Nós devíamos ter criado lá atrás, não é Bráulio? Foi um grande equívoco nosso! Não sei o que aconteceu que nós não criamos o IPCC da biodiversidade.

Então, o que eu imagino que seja o grande desafio é de que maneira vamos criar mecanismos internacionais que permitam que essa ciência seja produzida com transparência. E com os resultados sejam transmitidos com as recomendações que têm que ser feitas.

E por que eu estou falando isso? Vou citar o tema que eu conheço melhor, que é o tema da mudança do clima. Todos vocês ouviram falar da malsucedida conferência de Copenhague. A Conferência de Copenhague previu um acordo internacional em que o aumento da temperatura média até o fim do século seria 2°C (dois graus Celsius).

Hoje ninguém acredita que será possível até o fim do século um aumento de temperatura de até 2°C. Os cenários vão de 2ºC a 6°C.

Eu estou falando tudo isso para dizer que a nossa geração tem um desafio enorme em relação ao Planeta, a conhecer a situação do Planeta. E eu sempre um estudo do Prof. Rockström, que saiu na *Nature*, cujo mérito é que ele tenta, Luiz Henrique, quantificar o que nós estamos falando.

Por exemplo, eu não conhecia isso, mas ele quantifica quantos metros cúbicos de água a humanidade retira para suas atividades. Ainda que a metodologia seja um pouco precária, porque não temos experiência nisso, eu acho que o Brasil deveria estar liderando esse processo de conhecermos isso.

E estou falando abertamente porque a diplomacia brasileira não concorda com a ideia de *boundaries*; ostensivamente acho que reforçaria a simetria de produção e consumo entre pobres e ricos. Mas eu volto a dizer que o grande desafio hoje da humanidade é enfrentar o problema dos limites do Planeta – chamam limites, *boundaries* – e conhecer inclusive para propor as estratégias de adaptação que têm que ser realizadas.

Aí entra outra coisa: quando a gente pensa em legislação, no mundo ou no Brasil, criar mecanismos para que as legislações sejam, além de "comando e controle", mais inteligentes, inclusive na utilização de instrumentos econômicos.

Eu falo isso olhando para o Senador Luiz Henrique, que é de um Estado que tem uma grande Mata Atlântica e o grande problema da legislação brasileira da Mata Atlântica é que ela diz tudo que não pode fazer, mas não conseguimos criar mecanismos que estimulem claramente, através de uma série de mecanismos, que as atividades que nós queremos possam ser utilizadas. Foi um pouco a tentativa de falar de economia verde no ano passado.

Quero dizer a vocês que não acredito que nós vamos resolver isso nas negociações internacionais apenas. A Conferência do Rio, para mim, não foi uma conferência bem-sucedida. Quero lamentar o fato de a palavra "ciência" ter saído do texto. A questão dos oceanos ter saído do texto eu nunca entendi – alguém, algum dia, vai ter que me explicar.

E acho que, talvez, a oportunidade que nós temos é a discussão dos objetivos do desenvolvimento sustentável em que se tenta colocar, a partir de 2015, uma métrica, porque acho que as métricas são muito importantes para todo mundo saber do que é que nós estamos falando aqui. Quer dizer, quanto de água doce se consome, quanto de biodiversidade se perde. E lembrar que os impactos econômicos de se alcançarem os limites do Planeta são dramáticos.

Eu vou falar do tema que eu conheço mais, que é de mudança do clima.

Com exceção da cana-de-açúcar e da mandioca, todas as principais atividades da agricultura brasileira serão dramaticamente afetadas pelo aumento da temperatura. O café terá de se deslocar ou para áreas mais altas ou para áreas mais ao sul. A soja nós teremos que, eventualmente, como a Embrapa já está fazendo, tentar verificar algumas espécies do Cerrado e da Caatinga, para que ela tenha mais resistência ao que se chama de gradiente de temperatura – a diferença

de temperatura no mesmo dia, que é uma temperatura muito baixa e uma temperatura muito alta.

(*Soa a campainha*.)

O SR. FÁBIO FELDMANN – Então, eu estou colocando isso – e estou encerrando –, para dizer que não é uma questão de ambientalismo, é uma questão de desafio da nossa geração. E aqui quero dizer que, em 1988, quando tive oportunidade de ser constituinte com o Senador Luiz Henrique e com muitos outros, nós não tínhamos noção da importância, que viria a ser reconhecida depois, de toda a área de meio ambiente no texto constitucional, na área de cultura, e assim por diante, porque essas questões que dizem respeito a uma visão de mais médio e longo prazo acabam persistindo, ao contrário das questão que, muitas vezes, são aquelas que chamam a atenção do jogo político no momento, mas que se tornam irrelevantes com o passar do tempo.

Então, eu queria, mais uma vez, agradecer; agradecer ao Herman, que não está aqui porque eu iria falar mal dele, e agora não posso mais falar, porque ele não está aqui. (*Risos*.)

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a S. Exª o Prof. Fábio Feldmann e concedo a palavra ao Sr. John Scanlon, Secretário-Geral da Cites.

O SR. JOHN SCANLON (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de dizer que eu estava crescendo no sul da Austrália e eu nunca imaginei que estaria aqui no Senado deste País, com brilhantes brasileiros.

Eu devo dizer que é uma grande honra fazer parte deste Colóquio Internacional, em homenagem ao Embaixador Figueiredo, que fez uma excelente contribuição ao Brasil, mas também à comunidade internacional com relação às negociações binacionais. De fato, ele teve um papel importantíssimo.

Sem dúvida, Benjamin, grande amigo, poderíamos gastar dez minutos só falando a seu respeito, mas não vou fazer isso. Há outras coisas que preciso dizer.

É muito bom ver o Ministro Paulino Carvalho aqui. O Ministro Paulino também liderou as negociações para o Brasil junto com sua equipe, a negociação da Cites no mês passado, e o Brasil teve grande impacto, um impacto muito positivo nos resultados. Muito obrigado ao senhor e à sua equipe. Eu sei que você está aí com a Larissa.

Eu também gostaria de agradecer ao Bráulio Dias, da Convenção de Biodiversidade.

E, finalmente, Marcos Silva, da Secretaria, também é um brasileiro. O Marcos liderou um esforço que faz parte do nosso trabalho na Cites.

Então, a todos vocês, a todos os brasileiros, eu não estou apenas falando aqui do meu amor com relação ao Brasil, mas também aos brasileiros. É bem merecido. À medida que estou sentado aqui no plenário do Senado, eu gostaria de prestar homenagem.

E, com relação à Cites, tivemos muitas negociações que começaram em 1963, depois de uma decisão da Assembleia Geral em Nairobi, dizendo que era necessário um acordo internacional para abordar o comércio e a vida silvestre.

Depois, em 1972, as negociações não tinham sido concluídas, e, na Conferência das Nações Unidas, houve uma recomendação chamando para a conclusão das negociações dessa Convenção.

Os Estados Unidos da América pegaram essa recomendação e, em 1973, fizeram uma Conferência em Washington D.C., e as negociações foram concluídas. E foram concluídas com o benefício de uma carta que veio do Presidente Nixon para essa Conferência,, chamando os delegados para concluírem as negociações o mais rápido possível, para que essa Convenção entrasse em vigor o mais rápido possível.

O que é interessante com relação às negociações e estratégias das Nações Unidas foi que eles compartilharam os dados que eles tinham coletado com relação a comércio internacional e vida silvestre nos Estados Unidos, tendo em mente que não tínhamos controle do comércio de vida silvestre. Era possível o comércio em qualquer volume, em qualquer momento, sem nenhuma fiscalização regulatória da comunidade internacional.

Os Estados Unidos compartilharam que, em 1969, o País importava peles, um milhão de pássaros vivos, 1,4 milhão de répteis e 99 milhões de peixes vivos. Isso os Estados Unidos da América sozinhos, em 1969.

Então, todos os delegados concordaram, naquela época, que era necessário ter algum tipo de controle com relação ao comércio internacional de vida silvestre, reconhecendo que esse comércio podia levar à extinção de espécies.

Então, há alguns anexos. Quando a espécie já está ameaçada de extinção e pode ser levada à extinção por conta do comércio, é o Apêndice I. Temos mil espécies ali: tigres, elefantes, rinocerontes. Não é possível o comércio.

Outros estão no Apêndice II, para regular o comércio de espécies que ainda não estão ameaçadas, mas poderiam estar se você não controlar o comércio. Então, 97% das espécies estão ali, 34 mil, reconhecendo que são espécies sob controle da Convenção pelas Partes.

E o que foi feito? Temos certa soberania, como foi dito pelo Ministro Fernando. Os Estados controlam

sua vida silvestre, e eles decidiram, com relação às espécies que estão sob controle da Cites: "Nós concordamos em não comercializar ou comercializar apenas em certas condições, observando a conservação dessas espécies, tanto do ponto de vista de importação, quanto de exportação".

O Estado de exportação você não tem obrigação, mas, se você decidiu comercializar, alguns processos regulatórios devem ser seguidos, para assegurar a legalidade e também a rastreabilidade. O Estado importador tem várias obrigações. Você não pode receber, como importador, essas espécies, a menos que tenham sido comercializadas de acordo com a Convenção, que, de fato, estabelece que o comércio deve ser legal, ou seja, legal de acordo com as leis nacionais, as leis do Estado de origem devem ser sustentáveis e rastreáveis.

Quarenta anos depois que a nossa Convenção foi assinada, o Embaixador Figueiredo também fez algumas observações a respeito das mudanças de 1992 até 2012, mas pensando sobre as mudanças de 1973 até 2013, quando a Convenção foi assinada, até os dias de hoje. A nossa população era de 4,073 bilhões, mas agora somos 7 bilhões. Sete bilhões de consumidores, não apenas de pessoas. Somos todos consumidores de biodiversidade. Pensem nas mudanças com relação à tecnologia, nas mudanças com relação ao padrão de consumo; também no aumento do volume de comércio internacional.

Eu visitei a China em várias ocasiões, encontrei-me com autoridades lá, e o número de contêineres que entram em Hong-Kong, apenas no Porto de Hong-Kong, são 66 mil contêineres por dia! Em me encontrei com o chefe de aduana, e ele disse que há 100 milhões de pessoas que chegam todos os anos ali. Então, a quantidade de troca global é enorme, como David Hunter mencionou.

Mas também vimos o novo fenômeno que é o aumento de crimes transfronteiriços. Temos a Convenção para combater o crime transfronteiriço, a Convenção das Nações Unidas, e está afetando o comércio de vida silvestre também. Estávamos vendo o engajamento do crime organizado também no comércio ilegal de vida silvestre, principalmente com relação a elefantes, tigres, etc.

Então, essa Convenção de 40 anos é antiga. Embora ainda seja relevante hoje em dia, o que ocorreu depois da Rio+20 foi o reconhecimento, no §203, da importância da Cites. Então, depois de 40 anos, os líderes reconhecem a importância da Cites e não apenas uma Convenção que está na interseção entre o comércio, o meio ambiente e o desenvolvimento. Mas isso faz com que seja uma Convenção de Sustentabilidade. Então, está nesta intersecção: os líderes reconhecem a importância de boas ciências, a importância de benefícios locais para os proprietários da biodiversidade e também reconhecem os impactos socioambientais e os impactos de desenvolvimento do comércio ilegal da vida silvestre e uma chamada para combatê-lo.

Então, é importante o reconhecimento dessa Convenção e também a Conferência das Partes. No mês passado, o Brasil teve um papel muito importante. Tivemos um número recorde de Governos: 107 dos 178. Tivemos 2.500 participantes e perto de 450 representantes na mídia, ou seja, muito interesse foi manifestado.

Mas o que aconteceu? Eu acho que as pessoas se conscientizaram da importância dessas Convenções, porque demora muito para negociá-las, como a gente sabe com a CDB e também com a nossa Convenção. Nós sabemos que elas demoram muito para ser negociadas. Agora, normalmente, quando elas ficam prontas, já passou muito tempo. E cabe a nós também implementá-las. O Bráulio mencionou isso. Desde que ele entrou na Secretaria-Geral, ele vem trabalhando, trabalhando, trabalhando na implementação. E a gente vem focando na implementação e também no melhor uso dessa Convenção, para conseguirmos atingir as nossas metas que foram acordadas na Rio+20. Existem algumas metas referentes à CDB que já fazem parte daquela agenda.

Agora, o que acontece? Bem, poucas coisas, porque não tem tanto tempo assim, mas as Partes estenderam sua visão estratégica de 2013 para 2020 e disseram também que a Convenção deve prover algum tipo de contribuição à implementação da Rio+20 e também uma grande contribuição em direção ao preenchimento de todas aquelas metas de Aichi que fazem parte da CDB. E também uma maior interação com a Convenção de Biodiversidade e também com o Secretariado-Geral, para que sejam asseguradas também essas resoluções do IPCC, para que as prioridades do IPCC sejam também sejam incluídas nos processos.

Eu também gostaria de mencionar a importância dos diferentes pontos focais que devem existir nos diferentes membros. E também gostaria de falar do Consórcio Internacional de Combate ao Tráfico, e também do Banco Mundial e da União Mundial Aduaneira, que vêm fornecendo uma resposta unificada para fazer frente a crimes ambientais. Também utilizam a Convenção para incluir novas espécies no texto.

Algumas das espécies nunca tinham sido incluídas em algum tipo de Convenção. Nós tínhamos cinco

espécies de tubarão que passaram a fazer parte da Convenção e que são muito visados. É a primeira vez inclusive que esses tubarões foram incluídos na nossa Convenção, e todas as propostas foram patrocinadas pelo Brasil. Então, foi feita uma votação, e todos passaram a fazer parte do controle da Convenção. Houve um entendimento de que a comercialização estava demasiada no caso desses tubarões. Então, foi discutido onde seria a melhor área na Convenção para se incluir essa questão. Foi incluída na Cites, que é uma ferramenta complementar que trata dessa questão dos tubarões.

Também trouxeram 300 novas espécies de madeira que agora fazem parte da Convenção. Toda madeira comercializada lá em Madagascar também já faz parte da Convenção.

Quanto à madeira e aos tubarões, a gente não está tentando aqui coibir a comercialização: a gente está tentando tornar o comércio controlado e deixá-lo mais correto. Eu sou ciente do valor dessa Convenção, nós sabemos do papel importantíssimo que o Brasil teve em sua criação, mas cabe a nós dar continuidade ao trabalho que os negociadores vêm fazendo.

Eu acho que as metas de Aichi e também as metas da Convenção sob Biodiversidade são muito importantes, mas cabe a nós transformá-las em prática. A Cites faz justamente isto: ela pega o trabalho que foi iniciado por outros e dá continuidade no que diz respeito, por exemplo, à comercialização internacional de fauna e flora, para que esses comércios se tornem cada vez mais transparentes e controláveis.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Sr. John Scanlon. Agradeço a presença de todos os participantes, a participação importante de todas as senhoras e de todos os senhores.

Entendo que este Colóquio Internacional, transmitido pela TV Senado e Rádio Senado, que, portanto, atingiu grande parcela da parcela da população brasileira, trará novos parâmetros de conscientização a respeito da ameaça de esgotamento dos limites da terra, como assinalou o meu colega de Assembléia Nacional Constituinte, Professor Fábio Feldman.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrado este Colóquio. Espero que possamos nos rever em outras oportunidades.

Muito obrigado.

(Reaberta às 16 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **João Costa,** Vice-Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Vital do Rêgo** e **Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Requerimento da CISTAC nº 01, de 2013**, de autoria do Senador **Vital do Rêgo,** que *"nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC para incluir, como convidado, o Sr. Wellington Moreira Franco, Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, para participar de audiência pública e, assim, contribuir com o Relatório Final a ser apresentado pela Subcomissão".* Faz uso da palavra o Senador **Vital do Rêgo**. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quinze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **João Costa**

Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Encontra-se sobre a mesa o seguinte requerimento apresentado pelo Senador Vital do Rêgo.

REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – CISTAC

Nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao plano de trabalho da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (*Cistac*)*, para incluir como convidado o Sr. Wellington Moreira Franco, Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, para participar de audiência pública e, assim, contribuir com o relatório final a ser apresentado pela Subcomissão.*

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Em discussão o requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Por favor!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quero só fazer um adendo à palavra inicial proferida na reunião anterior.

Ontem, eu conversava com o Ministro Moreira Franco e dizia do trabalho que foi feito pela Subcomissão e do nosso esforço para fazer todo esse diagnóstico acerca da aviação civil. Ele está entusiasmado com a missão que a Presidente Dilma Rousseff entregou ao seu comando e deseja participar de uma reunião em forma de audiência pública.

Se a Comissão aprovar o requerimento, dentro desse calendário restrito que temos, de acordo com a conveniência da Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura – e tenho a certeza de que conto com a sensibilidade do Presidente Fernando Collor de Mello quanto à flexibilidade do tempo que nós temos para a oitiva do Ministro Moreira Franco –, nós haveremos de trazer aqui S. Exª para contribuir com a conclusão desse trabalho.

É o encaminhamento que faço, para que haja a aprovação por parte dos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Oficie-se ao Sr. Ministro da Secretaria de Aviação Civil, para que marque o melhor horário e data para ser ouvido.

Está encerrada a presente reunião.

Tenham todos um bom-dia!

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinco minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Vital do Rêgo** e **Ivo Cassol**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra-se a presença dos Senadores, não-membros desta Subcomissão, **Fernando Collor e Wellington Dias,** além do Ex-deputado Joaquim Beltrão**.** O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Senador **Vital do Rêgo** faz a leitura do Relatório Final dos trabalhos da Subcomissão. Após a leitura é entregue versão impressa do Relatório ao Ministro Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR). O Ministro Moreira Franco faz sua exposição. O Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador **Ivo Cassol** e o Senador **Vital do Rêgo** fazem uso da palavra. O Ministro Moreira Franco faz suas considerações finais. O Relatório Final é submetido à discussão e votação. O Presidente declara aprovado o Relatório Final. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quinze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Quero, antes de iniciarmos a nossa reunião, convidar o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Fernando Collor, para que tome assento à mesa.

Agradeço ao Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República por ter aceitado o convite da Subcomissão e nos honrar com a sua presença na 3ª Reunião da Subcomissão Temporária em que teremos oportunidade de apreciar o parecer do nosso Relator, Senador Vital do Rêgo.

Esse relatório, Sr. Ministro, é um trabalho muito competente do Senador Vital do Rêgo englobando todas as reuniões que foram feitas ao longo do ano de 2012, quando tivemos oportunidade, aqui na Comissão Temporária sobre Aviação Civil, de fazer uma análise bem aprofundada dos problemas e das necessidades do setor da aviação civil em nosso País.

Antes de passar a palavra a V. Exª, Sr. Ministro, quero convidar o Senador Vital do Rêgo para que traga ao conhecimento dos membros da Subcomissão o seu relatório.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, Relator da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro, minha saudação, meu abraço, meu apreço a V. Exª e igualmente ao Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Collor de Mello, que tem sido, como V. Exª, uma permanente força e estímulo para a conclusão de nossos trabalhos.

Quero prestar duas homenagens antes de iniciar a súmula, o resumo do nosso trabalho, que é um trabalho de fôlego desta Comissão. A primeira ao nosso grande idealizador, ausente por motivo justificado, porque ainda se encontra licenciado, exercendo as suas atividades de Secretário de Governo do Estado de Tocantins, o Senador Vicentinho Alves.

Como um apaixonado pelo setor de aviação civil, como um jovem aviador, ele enveredou por esse caminho desde a sua juventude e procurou, aqui no Senado, abraçar essa causa, idealizando esta Subcomissão. E enfrentou, na presidência dos nossos trabalhos, as 19 reuniões.

Infelizmente, ao final dos nossos trabalhos, por motivo de conveniência do Governador Siqueira Campos, o nosso Senador está exercendo uma função fundamental no equilíbrio político do Estado de Tocantins e encontra-se afastado temporariamente. Deverá voltar ao nosso convívio no dia 24 deste mês. Foi substituído à altura pelo Senador João Costa, que é um companheiro muito querido e compõe conosco a Vice-Presidência desta Comissão.

Em outra homenagem, quero dizer que como meu pai, *in memoriam*, minha eterna bússola e meu guia me ensinou, eu não acredito em coincidências, mas na força do destino operado por Deus. A nossa Comissão encerra os trabalhos com o Ministro Moreira Franco, que nos dá a honra da sua presença.

A Secretaria de Aviação Civil ganha um novo plano de voo com a presença de um homem que associa múltiplas atividades na sua história: a história de um técnico, a história de um homem público, a história de um homem que sabe aliar a competência, a sensibilidade de gestão, o trato e a elegância no tratar com a firmeza na condução da coisa pública.

Por isso o nosso esforço em entregar esse trabalho. E quero também mencionar a flexibilidade com que o Presidente Collor de Mello nos deu um novo prazo para coincidir com a conclusão deste na presença do Ministro Moreira Franco, cujo relatório final deverá ser votado – espero – na sessão de logo mais.

Srªs e Srs. Senadores, é com enorme satisfação e acima de tudo com o sentimento do dever cumprido que venho apresentar o relatório da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, a Cistac.

A Cistac, como é do conhecimento de todos aqui presentes, foi criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal em 9 de fevereiro de 2012, em virtude da aprovação do Requerimento nº 68, de 2011, apresentado pelo plenário da própria Comissão. E quero crer que neste pouco mais de um ano de atuação ela atingiu plenamente os seus objetivos.

A aviação civil, Sr. Presidente, tem passado por transformações profundas nos últimos anos, transformações essas que colocam uma série de novos desafios para os órgãos encarregados de planejar, regular e fiscalizar o setor.

No âmbito institucional, passou-se de um modelo em que toda a gestão era centralizada no DAC – Departamento de Aviação Civil, do Comando da Aeronáutica, para um modelo em que apenas o controle do tráfego aéreo e a investigação de acidentes aeronáuticos permanecem sob responsabilidade militar.

Hoje a Presidência da República é assessorada pelo Conac – Conselho de Aviação Civil, órgão de natureza interministerial.

A formulação de políticas para o setor é feita pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, órgão civil com status de Ministério. Já a regulação e a fiscalização dos serviços aéreos e da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica são realizadas pela Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, autarquia especial dotada de autonomia financeira e independência administrativa.

E se a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, a Infraero, empresa pública subordinada à SAC continua a administrar 66 aeroportos federais, a verdade é que já temos quatro aeroportos – São Gonçalo do Amarante, Guarulhos, Viracopos e Brasília – concedidos à iniciativa privada enquanto outros

dois – Galeão e Confins – tiveram sua concessão autorizada pelo Conselho Nacional de Desestatização.

No campo regulatório, passou-se de um sistema de controle da oferta de serviços aéreos regulares que de certa forma protegia as empresas estabelecidas contra a entrada de novas competidoras para um sistema de livre iniciativa, consagrado pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a mesma que criou a Anac.

Todas essas mudanças no arcabouço institucional e organizacional do setor, Srªs e Srs. Senadores, vieram acompanhadas de um expressivo crescimento da demanda. A ascensão de classes sociais com acesso aos bens de consumo aumentou a frequência nos aeroportos, fazendo com que o número de passageiros transportados cresça na ordem de 12% ao ano desde 2003.

Forjou-se assim um cenário extremamente complexo, desafiador e tanto mais complexo e desafiador na medida em que estamos na iminência de receber em nosso País eventos mundiais de enorme magnitude.

Foram essas as circunstâncias, Sr. Presidente, em que aprovamos nessa Comissão de Serviços de Infraestrutura o Requerimento nº 68, criando a Subcomissão Temporária de Aviação Civil, com a finalidade de "realizar, no prazo de doze meses, ciclo de debates sobre a situação de todos os segmentos da aviação nacional".

Ao longo de doze meses, realizamos 19 audiências públicas. E essas 19 audiências públicas com mais de 60 autoridades representativas do setor ouvidas. Tivemos a oportunidade de ouvir os mais diversos segmentos relacionados com a aviação civil. Foram ouvidas aqui, por exemplo, autoridades da área governamental, representando desde a SAC, da Presidência da República, à Agência Nacional de Aviação Civil, à Infraero e até os Ministros do Turismo, da Fazenda e de Minas e Energia.

Também foram ouvidos representantes das empresas operadoras, da indústria aeronáutica e de diversas associações e sindicatos que congregam aqueles que atuam no ramo da aviação civil e buscou-se ainda opinião de especialistas que contribuíram para o debate com o conhecimento acadêmico e a experiência acumulada em anos e anos de acompanhamento no setor.

Os resultados desse amplo processo de discussão estão condensados nas 260 páginas desse relatório. Nelas estão devidamente sistematizados diagnósticos e recomendações para os seguintes temas: marco regulatório geral, ou seja, Código Brasileiro de Aeronáutica; planejamento e coordenação do sistema de aviação civil; estrutura da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil; infraestrutura aeronáutica e aeroportuária; a articulação entre aeroportos e cidades; a interiorização do acesso à aviação; a investigação e prevenção de acidentes; o abastecimento de combustíveis; a formação de recursos humanos; a indústria aeronáutica e a aviação em geral.

A esse último tema, por sinal, dedicamos bastante atenção, Sr. Ministro, na medida em que o Brasil, embora possua a segunda maior frota de aviação geral do mundo, com aproximadamente 14 mil aeronaves, não tem ainda o que poderíamos chamar de uma política pública voltada para este segmento.

Praticamente toda a reestruturação da aviação civil ocorrida nos últimos anos teve como foco exclusivo a aviação comercial. De modo que optamos por trazer à ribalta a aviação geral, debatendo exaustivamente questões como a interlocução com o setor, o acesso a aeroportos, a regulação e a fiscalização técnica.

Essas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são as considerações iniciais que gostaria de fazer sobre o relatório da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, que submeto ao exame de todos aqui presentes.

É evidente que não esgotamos a discussão. Estamos conscientes também de que todas as propostas aqui apresentadas devem ser objeto de uma acurada análise da SAC e de todos os órgãos congêneres e de uma profunda reflexão.

De qualquer maneira, o que posso afirmar é que o conteúdo dessas 260 páginas é fruto de um intenso trabalho e da dedicação de pessoas – e presto homenagem a todos os técnicos que trabalharam conosco nesta matéria – que se debruçaram sobre o assunto, que colocaram no papel a sua visão sobre o setor, que participaram das 19 audiências públicas promovidas pela Subcomissão e que não se negaram, enfim, a dar sua contribuição num tema de enorme relevância para o País.

A essas pessoas em especial, como já fiz no início desta modesta fala, ao Senador Vicentinho Alves, que hoje se encontra em licença, idealizador e arquiteto desta Subcomissão, que comandou de forma entusiasmada todas as fases do trabalho, presto a minha homenagem e externo a minha admiração e o meu reconhecimento.

Concluo, Sr. Presidente e Sr. Ministro, colocando-me à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Passo às mãos do Presidente Flexa Ribeiro o nosso relatório e tenho a honra de entregar o relatório final ao Ministro Moreira Franco.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Parabenizo o nosso Relator, Senador Vital do Rêgo, pelo competente trabalho ao apresentar aos membros da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil o parecer sobre todos os assuntos, como S.

Exª tão bem colocou na apresentação do seu relatório, que aqui foram discutidos ao longo das 19 audiências públicas que aconteceram ao longo de 2012, com a presença de mais de 60 convidados, Presidente Fernando Collor, que puderam fazer uma avaliação do setor da aviação civil no nosso País.

V. Exª assume a Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República no momento em que o Brasil se prepara para receber convidados de todo o mundo não só para a Marcha da Juventude, que acontecerá agora, mas para a Copa das Confederações, em seguida, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas mais adiante. E se faz necessário, Senador Vital do Rêgo, que se desça a vista sobre a questão da infraestrutura aeroportuária do nosso País.

Na minha região, a Região Amazônica, Sr. Ministro, a aviação é de vital importância, porque lá o modal rodoviário é ainda ineficiente ou inexistente. Muitas vezes, para você poder se deslocar na Amazônia ou o faz de barco ou de avião, salvando vidas.

E há um capítulo como o do Senador Vicentinho Alves, que deve ser festejado por todos pelo seu requerimento, que criou a Subcomissão, a qual ele presidiu até o seu afastamento, a sua licença para assumir uma Secretaria de Estado em Tocantins. Como comandante, conhecedor na prática das dificuldades da aviação civil, em especial da aviação regional, ele pôde, com certeza absoluta, dar a sua contribuição.

Mais à frente, vamos submeter à discussão e votação o relatório do Senador Vital do Rêgo que, depois de discutido e aprovado pelos senhores membros da Subcomissão, será encaminhado ao Presidente Fernando Collor, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que, tenho certeza absoluta, fará o seu encaminhamento a V. Exª, Ministro Moreira Franco, como contribuição do Senado Federal, da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Subcomissão da Aviação Civil para que V. Exª possa, no exercício do seu Ministério, fazer com que o Brasil tenha um serviço de aviação civil da melhor qualidade, equiparável aos melhores do mundo não só na qualidade do atendimento ao usuário, mas também na segurança necessária para que a nossa aviação civil se destaque em relação ao resto do mundo.

Esta reunião se destina à realização de audiência pública com S. Exª o Ministro Chefe de Estado e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da Republica Dr. Wellington Moreira Franco, em atendimento ao Requerimento nº01/2013-CISTAC, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que foi aprovado em 26 de março de 2013.

Antes de colocar, Presidente Fernando Collor, em discussão e votação o parecer do nosso Relator, concedo a palavra ao Ministro Wellington Moreira Franco, para que ele faça a sua exposição.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Exmº Sr. Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, Senador Flexa Ribeiro, meu prezado companheiro Senador Vital do Rêgo, Relator desta Subcomissão, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria, Sr. Presidente, de agradecer o honroso convite que me é feito para receber o fruto do trabalho de várias pessoas, vários técnicos e especialistas que vieram a esta Comissão de Senadores para tratar de um assunto extremamente importante.

Os senhores sabem – eu tenho certeza disso –, pelas palavras introdutórias aqui proferidas pelo Senador Vital do Rêgo, que os trabalhos desta Comissão, permitiram, Presidente Fernando Collor, que os Senadores propiciassem ao Governo uma visão muito clara dos desafios que a aviação civil coloca para todos nós, não só no Executivo e no Legislativo, mas para todos os segmentos da atividade econômica que estão envolvidos em fazer funcionar um aeroporto, fazer funcionar com segurança o sistema de aviação no País, nas suas diversas modalidades.

Esse desafio – nós estamos convencidos disso por orientação da Presidenta Dilma – começa definindo de maneira clara a necessidade de nós promovermos uma mudança de natureza cultural ao tratamento dado ao usuário do sistema, seja ele passageiro, seja ele usuário do sistema aeroviário para fazer as suas atividades econômicas de carga e descarga, importação e exportação, transporte de mercadorias, enfim.

Esses usuários têm que ser tratados como clientes. É fundamental que não só para os operadores dos aeroportos, mas para todos os *players*, todos aqueles segmentos da companhia de aviação, da empresa que cuida da bagagem ao sistema de controle aéreo, do atendimento no balcão às atividades comerciais que estão no aeroporto, a segurança em terra e no ar do usuário seja o objetivo primeiro. Todo esse esforço que do Governo no sentido de melhorar, fazer obras nos aeroportos – e ontem mesmo estive no Galeão para ver as obras que são conduzidas pela Infraero para melhorar as condições operacionais do Galeão, como em vários outros aeroportos –, o esforço que se faz com as concessões, como disse o Presidente Flexa Ribeiro, de alguns aeroportos que já foram concedidos e de dois novos que serão concedidos a partir do mês de setembro deste ano, quando o edital será lançado, com isso nós temos o objetivo de dotar o País de um sistema aeroportuário capaz de garantir ao cliente, ao

usuário tratado como cliente segurança, qualidade de serviço e preço. Nós não temos isso, lamentavelmente.

Essa segurança, a qualidade de serviço e o preço praticado nesses aeroportos visam a atender fundamentalmente ao cidadão brasileiro, porque hoje, no Brasil, o meio importante de transporte, o modal que mais cresce é o transporte aeroviário.

Como disse o nosso Senador, estamos crescendo 12% ao ano. Somos o segundo ou o terceiro país em crescimento do uso do transporte aeroviário. Isso é o retrato de uma mobilidade social que o País viveu nos últimos dez anos que colocou 40 milhões de brasileiros no mercado de consumo. Hoje, andar de avião não é mais um privilégio de rico. Todas as pessoas num país da extensão do nosso veem no transporte aeroviário o transporte mais rápido, mais seguro, mais eficaz. E os preços praticados aqui permitem que essas pessoas se organizem para fazer as suas viagens, algumas em função do trabalho. E aqueles que o fazem para as atividades de turismo, de lazer, por motivos familiares, a maioria desse contingente pertence à classe média brasileira, às vezes está andando de avião pela primeira vez e precisa receber um atendimento, uma compreensão compatível com esse esforço que cada uma daquelas pessoas faz para comprar a sua passagem e entregar o seu destino aos cuidados das empresas e dos operadores aeroportuários.

Além do esforço que está se fazendo para melhorar os aeroportos, a Presidenta Dilma nos convoca para realizar, numa primeira etapa, a melhoria de 270 aeroportos para que possamos ter uma aviação regional, que precisa ter preço também. Não há condições de se garantir um transporte regional adequado, seguro e viável econômica e financeiramente se não tivermos um mercado que o sustente. Então há todo um esforço do Governo no sentido de definir um sistema de subsídio que permita que o cidadão brasileiro localizado em cidades de tamanho médio, com uma distância de aproximadamente 100 quilômetros do aeroporto para a cidade use esse sistema. Tenho certeza de que na Amazônia isso será de grande valia, mas não só lá. Temos, no Brasil inteiro, essa possibilidade. Além dos passageiros, esse modal é extremamente conveniente para que as atividades de carga se desenvolvam.

Para não tomar muito o tempo dos senhores, afinal de contas não é minha função aqui falar, mas sim receber, não é minha função falar, mas ouvir, eu queria deixar duas últimas palavras. A primeira é que todo esse esforço que o Governo faz no sentido de melhorar as condições dos grandes aeroportos e de criar uma estrutura de aeroportos regionais requer companhias aéreas saudáveis. Não há hipótese de nós termos um sistema funcionando se não houver companhias capazes de ter estabilidade econômico-financeira para garantir tranquilidade, preço, conforto e segurança aos seus clientes. E esse problema das companhias aéreas no Brasil é recorrente. Todos aqui já temos cabelos brancos, à exceção do Vital...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Já está chegando.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Pois é, mas deixe chegar.

Todos sabemos, vimos, conhecemos a Varig, conhecemos a Panair, conhecemos várias companhias que sumiram. Agora nós temos duas grandes companhias e duas outras de porte médio. Precisamos ter uma estrutura de companhias para fazer a aviação regional. Podem ser essas grandes, mas devemos estimular o surgimento de outras para que a competição seja um fator relevante no sentido de melhorar a qualidade e de baixar preços.

Nós já tomamos a iniciativa na SAC de solicitar ao BNDES e à Anac que preparassem, cada uma dessas duas casas, um estudo detalhado, cuidadoso, e ambas têm toda a capacidade técnica para fazer isso, para que nós saiamos do achismo, de opiniões que são jogadas ao vento e possamos nos debruçar sobre esse desafio, esse problema, de maneira a permitir que as autoridades econômicas, as empresas e a própria Anac, que é um órgão fiscalizador, tenham condições de fazer um esforço conjunto no sentido de garantir, de maneira transparente, clara, saudável, que tenhamos companhias robustas. Sem companhias robustas nós não teremos serviços adequados.

Finalmente, eu já vi que o relatório cuida do Código Brasileiro de Aeronáutica. É um documento extremamente importante que está sendo votado na Câmara dos Deputados há algum tempo. Já tivemos lá vários relatores. E eu creio que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, ou diretamente ou por intermédio de uma subcomissão, dará uma colaboração complementar extremamente importante ao fazer um debate sobre esse código, trazendo-o para a mesa de discussão e de reflexão.

O Código trata de assuntos importantes, sendo que alguns o tempo já resolveu, como definir percentual para a participação de capital estrangeiro no sonho de ter comando de uma empresa em função do percentual de capital.

Os senhores sabem melhor do que eu que esse problema já está resolvido há muito tempo. Hoje nós temos ações de qualidade que lhe dão o diferencial da maioria das outras ações, têm comando de gestão e governança em função dessas qualificações, independente da quantidade; nós temos acordos de acionistas que definem formas de governança e intervenções de

gestão que dão segurança à composição de capital em relação à governança e à gestão, porque não é necessariamente o volume, o tamanho deles.

Esses instrumentos com os quais nós temos que cuidar dessas questões que estão se modernizando e se transformando têm que ser adequados aos tempos em que vivemos. Não adianta, por uma questão de valor que no passado, política e ideologicamente, tinha significado, ficarmos abraçados a essas questões quando a realidade já mudou. Hoje essas questões já não são problemas, porque há formas criadas que já transformaram essas questões como eram resolvidas no passado em velharias.

Esse é um aspecto de que esse Código trata, mas há vários outros. E todos eles juntos, do ponto de vista de política pública, são questões extremamente relevantes que, tenho certeza, pelo que ouvi do Senador Vital do Rêgo, esta Comissão, o conjunto de Senadores e de técnicos que participaram desse debate terá uma contribuição extremamente relevante para nos dar.

Encerro as minhas palavras agradecendo e dizendo que esse relatório será discutido, avaliado, implementado por nós, da SAC, pois o encaminharei à Anac e à Infraero, para que todos nós juntos possamos dotar o povo brasileiro de um serviço aeroportuário adequado.

Se esse serviço atender de maneira qualificada ao cliente do sistema no dia a dia, ele poderá, por consequência, atender de maneira eficaz àqueles que virão, nos próximos meses, para a Copa das Confederações e o encontro do Papa com os jovens, no ano seguinte, a Copa do Mundo e, dois anos depois, as Olimpíadas.

Muito obrigado. Mais uma vez os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Ministro Moreira Franco.

As palavras que V. Exª proferiu nos tranquilizam a todos, porque V. Exª comentou pontos da maior importância, não só o código aeronáutico, que é importante como arcabouço para todo o sistema de aviação, mas a questão da segurança no modal aeroviário e o atendimento dos usuários como clientes, para que eles tenham, através da reestruturação dos terminais aeroportuários, conforto e qualidade no atendimento. E V. Exª, ao concluir, estimulou o fortalecimento das empresas brasileiras desse setor. No passado não tão distante, perdemos várias empresas da aviação, desde a época da Panair, vindo depois Varig, Transbrasil, Vasp, todas elas. E é necessário que o cidadão brasileiro tenha acesso ao modal aeroviário como um transporte que permite rápido deslocamento. E V. Exª tocou num ponto importante, que é o custo desse transporte, que precisa ser ainda mais acessível para o cidadão brasileiro.

Tenho certeza de que V. Exª fará esse exame detalhado do relatório do Senador Vital do Rêgo à frente da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República, para que possamos ter o setor aeroviário brasileiro fortalecido e acessível a todos os cidadãos.

Consulto o nosso Presidente, Senador Fernando Collor, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que nos honra com a sua presença, prestigiando esta sessão da Subcomissão da Aviação Civil no momento em que o Senador Vital do Rêgo apresenta o seu relatório, que será submetido à apreciação dos senhores membros para a discussão e aprovação, se S. Exª gostaria de fazer uso da palavra.

Com a palavra o nosso Presidente, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão que trata da reformulação do setor aeroviário do nosso País.

Exmº Sr. Relator, Senador Vital do Rêgo, meu muito prezado amigo e Exmº Sr. Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Governador Moreira Franco, é com muita alegria, Ministro, que recebemos V. Exª aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, especificamente na Subcomissão dedicada a fazer esse relatório que hoje foi apresentado por S. Exª o Senador Vital do Rêgo, a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

V. Exª assume essa Secretaria no momento de muita expectativa de toda a sociedade em função dos eventos, como bem disse aqui o Presidente Flexa Ribeiro, que estão se aproximando. Este ano teremos a Jornada da Juventude, depois, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Além disso, o acréscimo extraordinário da demanda que já está ocorrendo por parte daqueles que ascenderam ao mercado de consumo em função das políticas sociais adotadas pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, que demandam hoje serviços aeroviários, enfim, este é um momento de grande expectativa. E a expectativa significa despertar esperanças de que esses problemas com os quais hoje nós nos defrontamos venham a ser solucionados pelo Governo, substantivamente com a participação de V. Exª, Ministro Moreira Franco.

Aqui no Senado da República nós temos várias comissões tratando da questão aeroviária. Temos a Subcomissão de Aviação Civil, que hoje conclui os seus trabalhos com a apresentação do relatório que foi entregue a V. Exª pelo Presidente Flexa Ribeiro e pelo Relator, Senador Vital do Rêgo e teremos agora, às nove e meia da manhã, sendo revisada na Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, uma reunião de trabalho com a participação do Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, Dr. Marcelo Pacheco, o Presidente da TAM, Dr. Marco Antônio Bologna, e o Presidente da Gol Linhas Aéreas, Dr. Paulo Sérgio Kakinoff, atendendo a requerimento de autoria de S. Exª o Senador Jorge Viana em que ele solicita essa audiência pública para debater a suspensão e a extinção dos voos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Acre e Espírito Santo.

Temos também hoje, sob a presidência do Senador Rodrigo Rollemberg, com a relatoria de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço a revisão do Código de Defesa do Consumidor, que completou, ano passado, a sua maioridade, 21 anos de Código de Defesa do Consumidor. As relações comerciais de lá para cá se modificaram bastante, daí a necessidade dessa revisão.

A questão do direito do consumidor a um transporte aéreo, como V. Exª bem colocou, com conforto, com segurança, com pontualidade, isso faz parte dos direitos do consumidor. E nós temos dificuldades. Quando falamos das nossas empresas de aviação, as duas maiores apresentaram resultados que nos intrigam, acredito, porque, no momento em que essa demanda aumenta extraordinariamente, a demanda por serviços aeroviários, em função dos 40 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de consumo, como aqui já foi colocado, as empresas apresentam, uma delas, um enorme prejuízo e a outra com lucro bem reduzido e com passagens relativamente baratas, acessíveis. E o movimento dos aeroportos demonstra isso muito claramente.

Há também a questão da aviação regional, que V. Exª colocou com muita propriedade, que é indispensável em todas as regiões do País, especificamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Aquelas pequenas companhias de aviação que ligavam cidades polo de desenvolvimento do interior dessas regiões para outras cidades deixaram de existir. Para chegarmos a essas cidades hoje é muito mais difícil. Não estamos mais no tempo em que havia uma reserva de mercado do setor aeroviário, quando isso era possível, porque grandes companhias dominavam o mercado e criavam subsidiárias. E essas pequenas companhias faziam o tráfego intrarregional.

De modo, Sr. Ministro, que é um desafio muito grande que V. Exª tem pela frente. Eu gostaria de dizer que nós, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, estaremos sempre atentos, estaremos sempre dispostos a discutir, a debater, a colaborar, enfim, com V. Exª para que os objetivos que o trouxeram a assumir essa pasta possam ser de alguma forma alcançados para o bem-estar da nossa população e para o êxito desses grandes eventos que nós iremos sediar em nosso País.

Muito obrigado, mais uma vez, a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão de Aviação Civil do Senado da República, muito obrigado a S. Exª o Sr. Relator, Senador Vital do Rêgo, pela excelência do trabalho aqui apresentado, obrigado aos senhores integrantes desta Comissão. Temos certeza de que está em boas mãos o relatório preparado por esta Subcomissão, que tem, como já disse, o objetivo de ajudar e colaborar com o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado pela presença de V. Exª aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, Governador Moreira Franco.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Presidente, Senador Fernando Collor.

Ministro Moreira Franco, Senador Fernando Collor, Senador Vital do Rêgo, Senador Ivo Cassol, ontem, no final da tarde, participei de uma reunião com o Presidente da TAM, Dr. Marco Antônio Bologna. Estava acompanhado do Vice-Governador do Pará, Dr. Helenilson Pontes, e nós fomos tratar com o Dr. Bologna da possibilidade de incluir Belém e, evidentemente, o Pará nas rotas internacionais, a possibilidade de a TAM colocar um voo partindo de Belém para os Estados Unidos. E pudemos, Presidente Collor e Ministro Moreira Franco, abrir a conversa também no sentido das dificuldades das empresas aeroviárias brasileiras.

E vem sempre à tona quando discutimos essa dificuldade de se competir no mercado globalizado, como não pode ser diferente no momento atual, o fato de o nosso País ter a necessidade de fazer uma reforma tributária. A nossa carga tributária é insustentável.

O Dr. Bologna dizia que não só por isso, mas que eles competem com as empresas de bandeira de outros países com uma carga tributária... E eu comentava por que você acaba voando com uma empresa estrangeira em função do custo do bilhete aéreo. É que as empresas brasileiras respondem por uma carga tributária de 35%, e as americanas, que foi o exemplo citado, de 7%. Então, no mercado globalizado, já começa a haver uma diferenciação na disputa dos serviços prestados e também dos usuários.

Acredito que esse seja, Ministro, um ponto, não só na aviação, mas em todo o setor produtivo brasileiro, que precisa ganhar competitividade em nível mundial, a diminuição da carga tributária que hoje pesa não só sobre as empresas, mas sobre os cidadãos também, todos nós, brasileiros.

Quero passar a palavra ao Senador Ivo Cassol, membro da Subcomissão de Aviação Civil.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, é uma alegria tê-lo presente especialmente nesta Comissão quando ora se entrega o relatório.

Na verdade o senhor tem pela frente um abacaxi para descascar, quando nós estamos com nossos aeroportos infelizmente num gargalo. O de Brasília então, nem se fala. Tem fila para tudo. Tem fila até no banheiro das mulheres, dos homens, fila para entregar o bilhete para o pessoal cobrar a taxa de embarque. E a infraestrutura, por mais que esteja melhorando, ainda é precária.

Mas o que mais tem prejudicado, Sr. Ministro, é que o Governo Federal tem se preocupado muito com os grandes aeroportos e o seu lucro. Nos pequenos aeroportos, infelizmente, a Infraero não atua, não trabalha, não faz nada, deixa a desejar. Portanto o senhor tem um pepino para descascar pela frente.

Esses gargalos têm que ser eliminados. Um deles é acabar com essa máfia do petróleo que existe dentro dos aeroportos. Um dia eu estava presidindo – não sei se consta desse relatório – e o pessoal das companhias que fornecem o combustível: "Não, porque o nosso combustível é dois e pouco, três e pouco". Eu falei: eu tenho avião e pago quatro e pouco. Isso não é verdade. Eu falei: está aqui a nota fiscal. Eu trouxe a nota fiscal. E falei: isso aqui é conversa fiada.

Então não é só para companhia aérea, mas também para quem tem avião e fica se deslocando de um lugar para outro e pagando um custo caro, que é o custo Brasil. Na verdade, o preço do combustível, se não me engano, é de dois e pouco, três e pouquinho, e o pessoal fornece a quatro, cinco. Tem aeroportos aí a cinco reais quando se viaja pelo Brasil. E com certeza a Anac tem o controle, porque quem autoriza essas empresas a entrar nos aeroportos é o Governo. Portanto isso tem que ser controlado. Qualquer cartel que exista tem que ser banido. Não é porque o cara está sozinho dentro do aeroporto que ele pode abusar. E é diferente de um carro. Se o senhor encosta um carro para abastecer vai colocar 40, 50 litros de combustível. Quando o senhor encosta um avião para abastecer são mil litros de combustível. Isso faz diferença.

Outro caso mais esdrúxulo ainda, que é o pior, é a falta de respeito da Infraero para com o usuário do transporte aéreo. É uma falta de respeito conosco da Região Norte.

Essa noite, minha esposa chegou às cinco horas da manhã de Porto Velho e ficou uma hora no aeroporto esperando a mala porque a Infraero não tem estrutura. E não é de hoje que venho reclamando disso. Dizem: "Ah, mas tem que fiscalizar!" Se a Infraero, o Governo não tiver competência, capacidade para montar uma estrutura, montar raio-x para fiscalizar, então que não o faça ou que faça por amostragem, mas não se pode penalizar 180 passageiros, deixar todo mundo que nem panaca lá, parado, para esperar a mala quando tem que passar por raio-x. Eu considero isso uma falta de respeito para com os voos que vêm da Região Norte. É como se quem está vindo de lá fosse bandido, é como se quem está vindo de lá fosse traficante, contrabandista.

Isso é inaceitável. O pessoal da Anac tem conhecimento disso, o pessoal da Infraero tem conhecimento disso. E o pior de tudo é que quando se fala com o pessoal no aeroporto dizem: "Não, isso é a companhia". E nós não podemos imputar à companhia o que não é erro dela. O erro é do próprio Governo, da própria Infraero, que não tem estrutura, sofre pela falta de pessoal porque o movimento triplicou nos últimos anos, nos aeroportos, e a infraestrutura ainda é a mesma de dez, cinco ou dois anos atrás, quando na verdade nós deveríamos estar adiantados cinco anos à frente.

Então, Sr. Ministro, o senhor está ocupando a pasta para descascar esse abacaxi. Não adianta eu vir aqui com confete e jogar flores, porque o senhor tem essa missão pela frente para viabilizar e dar um pouquinho de dignidade a esse setor aéreo, que infelizmente hoje está um caos. Está difícil mesmo a situação. E há uma disparidade também. Por isso está o Jorge Viana debatendo também.

Nós conversamos esses dias na Comissão sobre a falta de respeito das companhias aéreas. Quando pega a nossa região, o preço vai lá para cima. Quando você se prepara quinze ou trinta dias antes, consegue entrar nas promoções, mas quando você está aqui no Senado e tem uma sessão prolongada para discutir uma medida provisória, você é obrigado a cancelar o voo e pegar outro de madrugada. Se pegar no outro dia, lá se foi a vaca para o brejo, vai ter que pagar uma passagem no topo. Não é mais passagem de R$500, R$600; é passagem de R$2.000, R$3.000, R$4.000. Tem que haver uma mudança nisso, pelo menos para que as pessoas que têm compromissos de última hora tenham um parâmetro das companhias aéreas, para não haver um descontrole. Por isso está sendo debatido o assunto. Especialmente quem está nos Estados do Acre, Rondônia, Amapá e Roraima sofre muito mais. Quando você está no Rio ou em São Paulo, não, aqui está fácil. Você sai de uma companhia e cai na outra. Mas quando se está na Região Norte, infelizmente se cai numa companhia só, não há concorrência. E quando não há concorrência ocorrem esses abusos. Mas o caso mais grave é essa questão da mala, porque o pessoal espera uma hora, 40 minutos para liberar a mala no aeroporto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol.

Antes de passar a palavra ao Ministro Moreira Franco, eu só queria aditar que o que o Senador Ivo Cassol relatou aqui é o retrato da nossa região.

Há pouco, quinta e sexta-feira, estivemos na subcomissão de acompanhamento das obras da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, e, retornando de Altamira para Belém, tive oportunidade de verificar a total incapacidade do terminal de passageiros de Altamira para atender à demanda, que foi aumentada, e muito, pelas obras da usina de Belo Monte. A sala de embarque é tão pequena que os passageiros não podem chegar até lá. Entram alguns e os outros ficam de fora, porque não cabem os passageiros de um avião na sala de embarque de Altamira.

Sobre esse ponto, vou solicitar a V. Exª uma audiência com o Governador do Estado, Simão Jatene, para que possamos discutir com V. Exª o plano de fortalecimento dos aeródromos no nosso Estado.

V. Exª informou que a Presidenta Dilma determinou o fortalecimento de 270 aeroportos, alguns no Estado do Pará, mas deve haver também um entendimento com o governo não só do Pará, mas de vários Estados, porque dentre aqueles que foram aquinhoados com essas obras de fortalecimento alguns ficaram de fora, e são importantes conforme a necessidade do Estado.

Então queria solicitar a V. Exª que agendasse essa reunião para que possamos discutir sobre o setor aeroviário do Estado do Pará com o Governador Simão Jatene.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, antes da intervenção do Ministro, queria fazer uma confidência.

Quando fiz, em nome da Comissão, o convite para que o Ministro viesse à nossa reunião, o Ministro tinha um compromisso exatamente no mesmo horário. Mas firmei um compromisso com ele de liberá-lo às 10 horas da manhã, exatamente porque estaria também pré-agendada uma reunião. E conforme a conveniência de V. Exª nós já temos quórum para a apreciação do relatório.

Quero apenas comunicar ao Ministro que ao final desse relatório nós vamos continuar acompanhando, como membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a execução das 11 recomendações que fizemos sobre os 11 eixos temáticos da Subcomissão que estão postos no relatório. Agora um cabe efetivamente a este Congresso. E o Senado está fazendo a sua parte ao criar seis comissões. E já vem tomando essas providências por intermédio da Presidência do Senador José Sarney e agora com a Presidência do Senador Renan Calheiros, constituindo comissões de juristas para a atualização de códigos e estudos que instrumentalizem o trabalho dos Srs. Senadores.

Com o apoio do Presidente Flexa e do Presidente Collor nós haveremos de encaminhar ainda hoje ao Presidente Renan Calheiros, com base no art. 374 do nosso Regimento Interno, a solicitação para a criação de uma comissão de especialistas para estudar o Código Brasileiro de Aeronáutica, porque, desde a Lei nº 7.565, de dezembro de 1986, quer dizer, anterior à Constituição Federal, nós não temos nenhum tipo de ação senão pontualmente ações administrativas à margem da orientação do Congresso Nacional. Por isso nós vamos tomar essas providências com o apoio do Presidente da Subcomissão Temporária e do Presidente da Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Relator, Senador Vital do Rêgo, e concedo a palavra ao Ministro Moreira Franco.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Eu gostaria, Sr. Presidente, de agradecer mais uma vez a oportunidade de estar nesta reunião e quero me colocar à disposição, porque acredito no diálogo, acredito que a democracia é o dissenso. O consenso é uma utopia autoritária; a democracia é a divergência, é a opinião contrária, é o debate para que nós possamos percorrer os melhores caminhos. E tenho certeza de que para o exercício da minha atividade será muito útil discutir sobre esse assunto quantas vezes eu puder. E a prova é o que nos oferecem as observações do Senador Ivo Cassol.

Esse problema que ele coloca é gravíssimo. E de fato não é enrolação da Infraero quando diz que essa questão da bagagem diz respeito às companhias aéreas.

Do ponto de vista operacional, a responsabilidade de levar a mala à rede, à esteira é da companhia aérea. E, evidentemente, isso gera um problema que hoje é incompatível com o dia a dia do exercício de utilização desse modal.

Por que eu digo isso?

Porque nós aqui – até eu, é uma experiência própria, mas sou atento pela atividade que tenho, sou obrigado a ser atento aos debates, às questões que são postas –, eu nunca tinha ouvido no Brasil uma discussão sobre operador de aeroporto. É sempre a Infraero, que foi e tem sido um grande operador até então. Agora, com as concessões, nós vamos ter um serviço especializado.

Operar um aeroporto hoje é uma especialização altamente sofisticada e com um padrão tecnológico enorme. Para que os senhores tenham uma ideia, hoje a tendência é termos na mala um código que vai

permitir que ela seja acompanhada em qualquer lugar do mundo, para evitar o grande problema da perda de mala. Para que isso seja incorporado, é preciso que haja debate na sociedade sobre essa atividade e qualificar as pessoas para trabalhar nessas atividades. E estamos cuidando disso para ver como vamos qualificar, sobretudo para os aeroportos regionais, porque não vai adiantar nada termos aeroportos regionais, entregar a uma prefeitura e o prefeito indicar o cunhado para tomar conta do aeroporto. Eu já fui prefeito e nós sabemos que se não tivermos um esforço de mudança de cultura o que vai ocorrer é isso.

Além desse fato é necessário que haja recurso financeiro, investimento público e investimento privado.

Não estou querendo com isso justificar, mas não custa relembrar, até porque todos nós temos o privilégio de estar ao lado de um ex-Presidente da República. O Brasil, durante muitos anos, não tinha dinheiro para investir em nada, o poder público federal não tinha condições. Na realidade, sem nenhum *parti pris* de natureza partidária, política, nós só tivemos condições depois que se restabeleceu a moeda. E foi no segundo mandato do Presidente Lula que nós tivemos governo com capacidade de intervir, de investir, de ter programa, de ter PAC, ter isso, aquilo e aquilo outro. Antes havia um combate rigorosíssimo para que nós pudéssemos ter moeda, porque não tínhamos moeda. Está aqui o Presidente, que viveu isso.

Então, hoje, em vários aspectos da infraestrutura, nós estamos correndo atrás com a roda rodando. Nessa questão aeroportuária, nós temos que recuperar o tempo perdido em termos de investimento para trazer o que há de mais contemporâneo nessa atividade e para que nós possamos receber o usuário dos nossos serviços, o cidadão brasileiro, o cliente que paga preços iguais, às vezes até mais altos do que em outros países. Eles também têm o direito de ter acesso a esses bens, a essas inovações, a esse conforto, a essa segurança. E o objetivo é esse.

Então eu gostaria de solicitar a oportunidade de discutir, de conversar com os senhores Senadores sobre essas questões que são extremamente relevantes, o que será útil para nós, da SAC, para o Governo como um todo nessa área aeroportuária e, tenho certeza, para o cidadão brasileiro, para que possamos nos transformar, nesse setor, num ambiente de contemporaneidade, que as coisas sejam postas sem nenhuma dificuldade, como naturais e que sejam adequadas e justas, justas para as companhias, justas para os diversos prestadores de serviços que trabalham no aeroporto e, sobretudo, justas para o cliente, para o usuário, para o cidadão.

Para finalizar, porque estou falando demais, nós temos problemas dos mais comezinhos. Não quero falar de coisas que são vividas nos aeroportos, mas, por exemplo, para quem utiliza o transporte aéreo de cargas nas suas atividades econômicas, ele não funciona 24 horas por dia. O horário de funcionamento obedece ao Estatuto do Servidor Público, como se a atividade econômica fosse regida pela legislação de funcionamento do setor público.

Nós vamos fazer amanhã uma reunião do Governo. Criou-se um comitê que congrega o representante de todos os órgãos do Governo Federal que trabalham no aeroporto – Anvisa, Receita, Polícia Federal, etc. – para que comecem a trabalhar 24 horas por dia, porque a atividade econômica não para. E o usuário também utiliza esse serviço, ele paga por esse serviço. E não tem cabimento onerarmos e prejudicarmos uma atividade econômica importante por causa de problemas que já estão resolvidos em lei. Existe uma legislação que garante o horário de trabalho e como ele funciona quando se dá hora-extra. É só aplicar.

Então as questões que o setor vive têm esse nível de complexidade até conseguirmos colocar o que hoje existe de tecnologia para garantir a segurança no transporte de malas. E esse é um desafio que temos que enfrentar juntos, compartilhar entre todos nós.

Agradeço a oportunidade que me deram de estar aqui e reitero o meu desejo de ter o privilégio de poder usufruir da experiência e do conhecimento dos Senadores e dos técnicos desta Casa que eu conheço e sei da alta qualidade para que juntos nós possamos tocar esse barco na direção que todos queremos: garantir ao usuário do serviço um tratamento de cliente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Ministro Moreira Franco.

Tenho certeza absoluta, Ministro, de que V. Exª terá outras oportunidades de vir aqui, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, para que possamos continuar debatendo esse assunto de tamanha importância para a sociedade brasileira.

Coloco em discussão e votação o relatório final da Subcomissão de Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Vital do Rêgo.*(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero parabenizá-lo, Senador Vital do Rêgo, pelo trabalho que V. Exª apresentou a esta Subcomissão e

agradecer, como já fez V. Exª, aos técnicos que o assessoraram ao longo de todo o período de trabalho desta Subcomissão. Parabenizo V. Exª pelo brilhante relatório aqui apresentado e aprovado há poucos instantes.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Por fim, quero agradecer, como já o fiz, a presença do nosso Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, que honrou a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – Cistac nesta última reunião que aprovou o relatório do Senador Vital do Rêgo.

Agradeço também a presença do Ministro Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Agradeço também a presença das Srªs e dos Srs. Senadores.

Não havendo mais assunto a ser discutido, dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9h06min, a reunião é encerrada às 10h13min.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte três minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Armando Monteiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições: **ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2012 (Não Terminativo)**, que: "possibilita a restituição de tributos federais pagos nas compras de mercadorias feitas no País por estrangeiros, com visto de turistas, durante a sua estada". **Autoria**: Senadora Lídice da Mata. **Relatoria**: Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da autora. **ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2013 (Não Terminativo)***,* que: "vincula a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia Ocidental e às Áreas de Livre Comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus". **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria "ad hoc":** Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Lido o relatório, adiadas a discussão e a votação da Matéria. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2011 (Terminativo)**, que: "altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio". **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas na CI. **Resultado:** Adiado. Após as deliberações contidas na Pauta da Reunião, com a anuência do Plenário, o Presidente submete a inclusão dos segui ntes Requerimentos como itens Extrapauta. **EXTRAPAUTA - ITEM 4 - <u>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 15, de 2013</u> -** *Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongada, bem como de pós-seca, com a presença dos seguintes convidados: o Chefe Geral da Embrapa Semiárido, Senhor Natoniel Franklin de Melo; o Diretor do Instituto Nacional do Semiárido – INSA, Senhor Ignácio Hernán Salcedo; o Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, o Senhor Elmo Vaz Bastos de Matos; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas – DNOCS, Senhor Emerson*

Fernandes Daniel Júnior; e a Professora da Universidade Federal do Pernambuco, Senhora Tânia Barcelar. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 16, de 2013** - *Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à realização e promoção, com o apoio e participação do Governo do Estado de Sergipe, do 'Seminário: Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Regional', a realizar-se na sexta-feira, dia 09 de agosto de 2013 em Aracaju. Requeiro, ainda, que o referido Seminário seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado**.** Durante a reunião usam da palavra os Senadores Ruben Figueiró e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião da Comissão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados e convites.

Na abertura da 9ª Reunião desta Comissão, informamos a realização das duas primeiras visitas técnicas às cidades-sede da Copa das Confederações, ocorridas na cidade de Brasília/DF e Belo Horizonte/MG, estando o relatório lido, na Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Com relação a Belo Horizonte e Brasília, como está aqui, os relatórios foram lidos. Dentro em pouco, faremos a leitura da visita técnica à Arena Pernambuco, em Recife.

Fizemos, na semana passada, no dia 29 de abril, a terceira visita técnica à cidade de Recife/PE**,** da qual apresento o resumo do relatório em conformidade com o Requerimento CDR Nº 8, DE 2013, de minha autoria.

Na visita técnica à cidade de Recife realizada na manhã do dia 29 de abril de 2013, dois locais foram observados: Estádio Arena Pernambuco, que não fica em Recife, fica em São Lourenço da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É porque a cidade-sede...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, mas a cidade-sede não é Recife. É São Lourenço da Mata.

Corrigindo, no Município de São Lourenço da Mata; e também no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre.

A Arena Pernambuco será inaugurada no próximo dia 14 de maio. Está praticamente concluída, como observou a comitiva que fez a visita técnica. Para os eventos, o público máximo será de 44 mil torcedores.

Ainda há a colocação de cadeiras em poucos trechos do anel superior, piso nos vestiários e ajustes técnicos nas áreas internas. Com relação à acessibilidade, o estádio apresenta oito áreas bem definidas e de ótima visibilidade.

Apesar de não ter visitado obras de mobilidade urbana, a comitiva observou que aquelas do entorno do estádio estão em fase de conclusão. O Secretário Extraordinário da Copa do Governo de Pernambuco, Ricardo Leitão, afirmou que todas as previstas devem ser concluídas antes da Copa do Mundo Fifa 2014, conforme cronograma.

Por fim, visitou-se o aeroporto. Apenas uma obra estava prevista na Matriz de Responsabilidade: a construção de uma nova torre de controle. Contudo, o Superintendente Regional do Nordeste da Infraero, Fernando Nicácio da Cunha Filho, afirmou que não será realizada até a Copa do Mundo, por não ter conseguido ser licitada em duas oportunidades. Asseverou que não haverá prejuízos ao funcionamento do aeroporto, pois a torre de controle atual funciona perfeitamente.

Em contrapartida, foram e estão sendo realizadas obras de melhorias no terminal de passageiros e na pista de pouso, não incluídas na matriz de responsabilidade da Copa do Mundo de 2014.

Esta Presidência, juntamente com a Presidência da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, está viabilizando o agendamento das próximas diligências às cidades-sede da Copa das Confederações: Rio de janeiro/RJ, Salvador/BA e Fortaleza/CE.

O Ministro de Estado do Turismo, o Exmo Sr. Gastão Vieira, convida para abertura oficial do Encontro Nacional de Turismo, que acontecerá na próxima quarta-feira, dia 15 de maio, a partir das 19 horas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta Capital.

Convidamos todos os membros para participar do Seminário para o Desenvolvimento Regional da Amazônia, que será realizado no dia 24 de maio próximo, das 8 às 13 horas, em Macapá, Amapá, em atendimento ao Requerimento nº 12/2013-CDR, de iniciativa do Senador João Capiberibe, com apoio do Governo do Estado do Amapá.

Há sobre a mesa os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (*CDR*)*, com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongada, bem como de pós-seca, com a presença dos seguintes convidados: o Chefe-Geral da Embrapa Semiárido, Senhor Natoniel Franklin de Melo; o Diretor do Instituto Nacional do Semiárido* (*Insa*)*, Senhor Ignácio Hernán Salcedo; o Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba* (*Codevasf*)*, o Senhor Elmo Vaz Bastos de Matos; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas* (*DNOCS*)*, Senhor Emerson Fernandes Daniel Júnior; e a Professora da Universidade Federal do Pernambuco, Senhora Tânia Barcelar.*

Autoria: Senadora Lídice da Mata

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, de 2013

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à realização e promoção, com o apoio e participação do Governo do Estado de Sergipe, do 'Seminário: Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Regional', a realizar-se na sexta-feira, dia 09 de agosto de 2013 em Aracaju.

,/Requeiro, ainda, que o referido Seminário seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Indago aos Senadores presentes sobre a inclusão dos mencionados requerimentos.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a inclusão, os requerimentos receberão os números 15 e 16 e serão deliberados ao final desta pauta.

O último requerimento que foi lido é de minha autoria e refere-se à realização de um seminário em Sergipe, Aracaju, com a participação da Secretaria de Turismo do Governo de Sergipe e desta CDR. É o seminário Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Regional, a realizar-se no dia 09 de agosto de 2013, em Aracaju.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a deliberação de proposições**:**

A Senadora Lídice da Mata solicitou, antes do início desta reunião, a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2012, que possibilita a restituição de tributos federais pagos nas compras de mercadorias feitas no País por estrangeiros com visto de turista durante a sua estada.

A matéria realmente é importante. O seu Relator é o Senador Armando Monteiro.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2012
- Não Terminativo -

Possibilita a restituição de tributos federais pagos nas compras de mercadorias feitas no País por estrangeiros, com visto de turista, durante a sua estada.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição da matéria.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.)

Posso pedir ao Senador Ruben Figueiró para fazer a leitura. Em seguida, o Senador Romero Jucá fará a discussão, como Relator.

Para adiantarmos o andamento da matéria, eu gostaria que o Senador Ruben Figueiró fizesse a leitura do item 2,

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2013
- Não Terminativo -

Vincula a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia Ocidental e às Áreas de Livre Comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.
Autoria: Senador José Sarney
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Relatoria: Senador Romero Jucá (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ruben Figueiró

Peço a V. Exª que faça a leitura e, como ainda não há quórum suficiente para a deliberação, eu concedo a palavra a V. Exª, e aguardamos o Relator, Romero Jucá, para que ele em seguida também entre em detalhes sobre a matéria.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Presidente, atendendo à determinação de V. Exª, eu deverei apenas fazer a leitura do relatório e do voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone*.) – Exatamente, do relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Perfeitamente, excelência.

Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 48, de autoria do eminente Senador José Sarney, que propõe a vinculação da vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia Ocidental e às Áreas de Livre Comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta Comissão a decisão terminativa.

O relatório do eminente Senador Romero Jucá, que tenho a honra de substituir neste instante, faz uma apreciação minuciosa a respeito do texto do projeto, entre os quais me permito ressaltar alguns aspectos.

Diz o eminente Relator.

Com relação à Amazônia Ocidental, os benefícios fiscais foram concebidos como extensão dos incentivos previstos para a Zona Franca de Manaus e entendia-se que estariam em vigor enquanto vigentes os benefícios destinados à Zona Franca. No entanto, a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, fixou o prazo de extinção em 1º de janeiro de 2014, que era o prazo para encerramento da ZFM previsto no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Posteriormente, a EC nº 42, de 2003, prorrogou o prazo de vigência para a Zona Franca de Manaus, de modo que, se não tivesse sido publicada a Lei nº 9.532, de 1997, não haveria dúvida de que os benefícios fiscais destinados à Amazônia Ocidental vigorariam até 2023.

Continua o relatório.

A vinculação de prazos com a Zona Franca é justificada pela relação entre os incentivos fiscais e os objetivos propostos para essas áreas. (...) assim como a Zona Franca de Manaus, foram estabelecidas com a finalidade de criar condições econômicas para que os centros que as abrigam se desenvolvessem, compensando, pelo menos em parte, determinadas desvantagens locacionais, como a elevada distância entre a produção e os centros consumidores de seus produtos.

Acrescenta ainda que.

Os incentivos fiscais fazem parte de um conjunto de mecanismos utilizados para estimular a atividade econômica em regiões menos desenvolvidas. Sua utilização representa compensações que se fazem necessárias para que o empresário decida investir nessas regiões. Ao decidir pela instalação em áreas menos desenvolvidas, as empresas abrem mão de benefícios existentes em áreas mais desenvolvidas, como, por exemplo, proximidade com fornecedores de insumos e com os mercados consumidores; a existência de trabalhadores com qualificação adequada; e a facilidade para escoar a produção.

O eminente Relator ainda estende as suas considerações – com as quais estou absolutamente de acordo – e conclui seu parecer dizendo.

O crescimento do consumo familiar não basta para garantir a manutenção de taxas de crescimento maiores nas regiões menos desenvolvidas. Para que haja convergência de renda entre as regiões, é necessário expandir as atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas. Mas, para que empresas sejam atraídas para regiões menos desenvolvidas, são necessários incentivos que compensem as desvantagens locacionais dessas regiões.

E conclui o eminente Relator.

Portanto, quanto ao mérito, acolhemos integralmente os argumentos do Autor e consideramos que a proposição contribui, de maneira importante, para a manutenção de incentivos ainda mais essenciais para a continuidade do crescimento da economia da Região Norte.

Tendo em vista o exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48/2013.

Este é o parecer do eminente Relator, Senador Romero Jucá, que endosso integralmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Ruben Figueiró.

Nós passaremos, então, à votação dos requerimentos já relacionados no início da reunião.

V. Exª, Senadora Lídice da Mata, é autora do primeiro requerimento.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, todos os Senadores de nossa Região temos falado muito da situação da seca no Nordeste. Esta própria Comissão, ano passado, desempenhou grande debate a respeito desse assunto e continua a fazê-lo.

Ontem mesmo, em reunião com a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, foi debatida a dívida dos produtores rurais do Semiárido nordestino, que continua sendo cobrada pelo Banco do Nordeste e por outras instituições, mesmo na situação de grande desespero em que se encontra o produtor de nossa Região. Aliás, o *Globo Rural*, de segunda-feira, trouxe um prefeito baiano que perdeu cinco mil cabeças de gado.

Mas, justamente nessa discussão, para contribuir a respeito do enfrentamento da convivência com a seca no Semiárido nordestino, é que propus este requerimento visando à realização de uma audiência pública no âmbito desta nossa Comissão com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do Semiárido brasileiro.

Nossa ideia é de que, ao mesmo tempo em que discutimos as soluções emergenciais para o atendimento da população sofrida com as dificuldades da seca em nossa Região, precisamos também elaborar planos de ação visando a soluções e ações estruturantes e permanentes que possam amenizar as dificuldades da Região Nordeste do Brasil no período de não seca e no período de pós-seca.

Por isso, Sr. Presidente, é com essa intenção que estamos propondo que, com a presença dos seguintes convidados, Chefe-Geral da Embrapa Semiárido, Sr. Natoniel Franklin de Mello; o Diretor do Instituto Nacional do Semiárido, INSA, Sr. Ignácio Hernán Salcedo; o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco da Parnaíba – Codevasf –, o baiano Elmo Vaz Bastos de Matos, e o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), Sr. Emerson Fernandes Daniel Júnior, e a professora da Universidade Federal de Pernambuco, Srª Tânia Bacelar, possamos debater essa situação de extrema importância para a Região nordestina do nosso País, que é a Região de origem de, pelo menos, 50% a 60% dos Senadores e Senadoras que compõem a nossa Comissão.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Em votação, o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O segundo requerimento é da minha autoria e trata da instalação em Sergipe de um seminário envolvendo o turismo regional. É a discussão de temas que interessam à nossa região e certamente irão repercutir na melhoria das ofertas de emprego e também do atendimento às demandas de pessoas que vêm de outros Estados e procuram o nosso Nordeste, que tem belas praias, tem bons hotéis, uma boa infraestrutura de estradas e rodovias, energia elétrica, água potável, enfim, todo o conforto necessário nas praias do Nordeste do Brasil à disposição dos turistas brasileiros e estrangeiros. É isto que nós vamos discutir nesse seminário: a melhoria dessa infraestrutura, a oferta de mais serviços, a competição que é travada com outras regiões do nosso País. Inclusive, agora, com a construção de novos estádios ou a reforma de novos estádios para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, tudo isso abre um espaço enorme para que o Nordeste brasileiro seja um dos pontos de referência para o turismo brasileiro.

Portanto, é mais do que oportuno que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo venha realizar esse encontro na cidade de Aracaju, capital do menor Estado da Federação, mas que, do ponto de vista que é o Estado do coração...

A Senadora Maria do Carmo está aqui conosco, Senadora brilhante do nosso Estado de Sergipe, cujo esposo é o prefeito da cidade de Aracaju, e naturalmente estará, ao lado de todos nós, nesse encontro que movimentará o turismo nordestino.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam este requerimento...

Com a palavra, antes de colocar em votação, para encaminhá-lo, a Srª Lídice da Mata, nossa vizinha ali do Estado da Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Só para dizer da alegria de poder ir a Sergipe, tendo esse pretexto, para participar desse evento que V. Exª, em muito boa hora, propõe que nós possamos realizar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Agradeço à V. Exª.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da realização do seminário, na cidade de Aracaju, em 9 de agosto deste ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Já disse que o requerimento de V. Exª foi aprovado por unanimidade.

Na próxima quarta-feira, realizaremos uma nova reunião, mas, antes de terminar esta reunião, eu franqueio a palavra a qualquer Senador que ainda queira se pronunciar.

V. Exª quer a palavra, Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, só para dizer que esta nossa Comissão trata de desenvolvimento regional e turismo, e V. Exª acaba de propor uma audiência pública em relação ao turismo, eu queria só dizer que saiu uma nota importante da Brascoa sobre a Anac e a aviação nacional. Considero extremamente interessante que os Srs. Senadores possam ler e, ao mesmo tempo, proponho que possamos trazer o Presidente da Brascoa aqui para explicar essa nota em que faz duras acusações à Anac, no Brasil, e ao funcionamento das empresas aéreas, da Infraero e dos aeroportos brasileiros.

É um tema importante para o turismo no momento inclusive em que nós estamos convivendo com mudanças na Infraero, com a privatização de parte de alguns aeroportos, os principais aeroportos nacionais, e, em todos os nossos Estados, na Bahia, em Sergipe e em muitos dos Estados brasileiros que também vão receber seleções na Copa do Mundo, estamos convivendo com reformas nos aeroportos. Talvez fosse o momento de fazermos um balanço dessas reformas, daqueles aeroportos que foram privatizados, que passaram à gestão privada, como é o caso do aeroporto de Brasília, que usamos semanalmente, e que pudéssemos ter aqui, talvez, as explicações dadas pela Brascoa, pela Anac, pela Infraero, desse balanço de mais de um ano de mudanças que estão sendo realizadas nessa área.

Então, eu queria propor, num requerimento oral, provocada por essa notícia que foi dada pela manhã dessa nota dura, feita ontem pelo Presidente da Brascoa, e eu me comprometo, na próxima reunião, a trazer por escrito o nosso requerimento, apenas para dar conhecimento do tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

Encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 50 minutos.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUINZE DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia quinze de maio do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, e posteriormente, do Vice Presidente, Senador Inácio Arruda, e Ruben Figueiró, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, João Capiberibe, João Alberto Souza e dos Senadores não membros, Blairo Maggi, Delcídio Amaral, Waldemir Moka, e do Deputado Reinaldo Azambuja. Deixam de comparecer os Senadores, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, e Armando Monteiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das 7ª e 10ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. São incluídos quatro itens extrapauta ao tempo em que delibera pela inversão de pauta para suas deliberações, passando a **1ª Parte da Reunião, a deliberação de proposições. - ITEM 1 EXTRAPAUTA - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17, de 2013**, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que requer "Na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 9 de 2013, solicito que sejam também incluídos os nomes dos senhores Pedro Lacerda - Secretário de Produção Rural da Prefeitura Municipal de Corumbá, Ruivaldo Nery de Andrade - Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari e da senhora Cristina Lanza - Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 15 de maio, a respeito da atuação da Embrapa Pantanal no Estado do Mato Grosso do Sul e do desenvolvimento sustentável na região pantaneira". **Resultado**: Aprovado. **ITEM 2 EXTRAPAUTA - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2013**, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "Nos termos dos arts. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do RDR nº 14, de 2013, de minha autoria". **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 EXTRAPAUTA - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19, de 2013**, de autoria dos Senadores Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, e subscrito pelo Senador Rodrigo Rollemberg,

que requer "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre os megaeventos (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Paralimpíadas) como plataforma de promoção do turismo brasileiro, dividido em painéis sobre os seguintes temas: 1) As ações preparatórias do Ministério do Turismo para os megaeventos. Convidado: Ministro do Turismo. 2) Os projetos de promoção do Brasil para os megaeventos esportivos Convidados: Presidente da Embratur; Coordenador do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA); Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur). 3) Impactos econômicos e o legado dos megaeventos para o turismo brasileiro Convidados: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; Confederação Nacional do Comércio (CNC); Confederação Nacional do Turismo (CNTur); Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR); Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar)". **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 EXTRAPAUTA - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20, de 2013**, de autoria do Senador João Capiberibe, que **"**Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar dos leilões a serem realizados pela ANP, de 289 blocos de petróleo, localizados nas bacias sedimentares da foz do Rio Amazonas no Amapá. Estas explanações devem conter esclarecimentos sobre: O dimensionamento e a expectativa de produção, A possibilidade da oferta de trabalho, A qualificação de mão de obra, A utilização de conteúdo local da indústria, As ações preventivas de cuidado ao meio ambiente, Os espaços a serem utilizados para infraestrutura de apoio (portos, aeroportos, instalações gerais, escolas e etc) do Estado do Amapá, A participação dos Estados lindeiros aos blocos, na tributação e lucro das atividades. Solicito que sejam convidados: 1. Diretora geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, Sra. Magda Chambriard; 2. Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás – Sr. José Miranda Formigli Filho; 3. Diretor de Exploração da OGX – Sr. Paulo de Tarso; 4. Secretario de Indústria e Comércio do Governo do Estado do Amapá – Sr. José Reinaldo Picanço; 5. Prefeita do Municípios de Calçoene, - Sra. Maria Lucimar da Silvia; 6. Prefeito do Estado Amapá , Sr. Francisco de Assis Leite Texeira; 7. Prefeito de Oiapoque – Sr. Miguel Caetano de Almeida". **Resultado:** Lido e adiado a votação. **A 2ª Parte da Reunião, após inversão de pauta, destina-se a realização de Audiência Pública.** A Presidência esclarece que conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião **é destinada a realização de Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos nºs 09/2013-CDR e 17/2013-CDR**, de autoria do Senador Ruben Figueiró, com o objetivo de "que sejam prestadas informações a respeito da atuação da Embrapa Pantanal no Estado do Mato Grosso do Sul e do desenvolvimento sustentável na região pantaneira". A audiência pública é realizada com a presença dos seguintes convidados, Sra. Emiko Kawakami de Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal; Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá; Sr. Pedro Lacerda, Secretário de Produção Rural da Prefeitura Municipal de Corumbá; Sr**.** Ruivaldo Nery de Andrade, Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari; e da Sra. Cristina Lanza, Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Blairo Maggi, Waldemir Moka, Delcídio Amaral e, ainda, o Deputado Reinaldo Azambuza. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 7ª e da 10ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados e Convites

Na conformidade com o Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 08, de 2013, de autoria desta Presidência, temos sistematicamente efetuado visitas técnicas às cidades-sedes da Copa das Confederações, as quais ocorreram em 16 de abril na Cidade de Brasília, em 22 de abril na Cidade de Belo Horizonte, em 29 de abril na Cidade de

Recife, Pernambuco, e nesta 2ª feira, dia 13 de maio, visitamos a Cidade do Rio de Janeiro.

Após cada visita técnica, apresentamos, nas aberturas das reuniões desta Comissão, o relatório resumido dessas visitas que se encontram na Secretaria da Comissão, à disposição dos Senadores e das Senadoras.

Como informado, no dia 13 de maio de 2013, fizemos a 4ª visita técnica na Cidade do Rio de Janeiro, da qual apresento o seguinte relatório resumido:

Em visita técnica à Cidade do Rio de Janeiro, realizada nesta 2ª feira, dois locais foram vistoriados: Estádio Mário Filho Maracanã e Aeroporto Internacional do Galeão – Antonio Carlos Jobim.

O novo Maracanã, ainda em obras, transforma o maior e mais conhecido estádio numa moderna arena multiuso. A comitiva pôde verificar a conclusão das obras internas ao Estádio, que deverá ser entregue à Federação Internacional de Futebol no próximo dia 24 de maio.

Segundo o Presidente da Empresa de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ícaro Moreno Júnior, a obra cumprirá todas as exigências da Fifa, tornando o estádio preparado para uso durante os próximos 60 anos. A obra já conta com investimentos de cerca de R$1 bilhão.

Quanto às questões de acessibilidade, verificou-se cumprir todas as exigências das normas nacionais, reservando-se 1% dos assentos a deficientes físicos visuais e auditivos, obesos e pessoas com mobilidade prejudicada. Também foram construídos banheiros em todas as áreas de circulação do estádio.

Destaca-se que o tamanho de campo de jogo foi reduzido, de 110 metros por 75 metros, para 105 metros por 68 metros, adaptando-se assim às dimensões da Fifa. Os telões têm altíssima definição, e a acústica é perfeita.

Na visita às obras do estádio, observou-se que o maior problema é o entorno, orçado em R$271 milhões, que possivelmente não estará concluído até a Copa das Confederações (Fifa-2013). Visitaram-se também as obras do Aeroporto Internacional do Galeão – Antonio Carlos Jobim. As obras estão orçadas em cerca de R$813 milhões, segundo o último balanço do Ministério do Esporte, apesar de os técnicos da Infraero terem passado o valor de R$600 milhões para a obra.

São realizadas a recuperação e a revitalização do sistema de pistas e pátio, assim como a reforma dos terminais de passageiros I e II. Todas estarão concluídas até a Copa do Mundo.

Foram agendadas as próximas diligências às cidades-sedes da Copa das Confederações para 20 de maio, Fortaleza, e 27 de maio, Salvador.

Reiteramos que o Ministro de Estado do Turismo, Exmo Sr. Gastão Vieira convida para a abertura oficial do Encontro Nacional de Turismo que acontecerá no dia de hoje, 4ª feira, 15 de maio, a partir das 19 horas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta Capital.

Convidamos mais uma vez a todos os membros deste Colegiado para participar do Seminário para o Desenvolvimento Regional da Amazônia, que será realizado no dia 24 de maio próximo, das 08 às 13 horas, em Macapá, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2013, CDR, de iniciativa do Senador João Capiberibe, com o apoio do Governo do Estado do Amapá.

Há sobre a mesa três requerimentos. Indago aos Senadores se poderíamos colocar esses requerimentos extrapauta. *(Pausa)*

Como não há contestação, passo a ler os referidos requerimentos

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 17, de 2013

Na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº. 9 de 2013, solicito que sejam também incluídos os nomes dos senhores Pedro Lacerda – Secretário de Produção Rural da Prefeitura Municipal de Corumbá, Ruivaldo Nery de Andrade - Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari e da senhora Cristina Lanza - Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 15 de maio, a respeito da atuação da Embrapa Pantanal no Estado do Mato Grosso do Sul e do desenvolvimento sustentável na região pantaneira.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 18, de 2013

Nos termos dos arts. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do RDR nº 14, de 2013, de minha autoria.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 19, de 2013

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre os megaeventos (Copa das

Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Paralimpíadas) como plataforma de promoção do turismo brasileiro, dividido em painéis sobre os seguintes temas: 1) "As ações preparatórias do Ministério do Turismo para os megaeventos" Convidado: Ministro do Turismo 2) "Os projetos de promoção do Brasil para os megaeventos esportivos" Convidados: Presidente da Embratur; Coordenador do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA); Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) 3) "Impactos econômicos e o legado dos megaeventos para o turismo brasileiro" Convidados: Associação Brasileira da Indústria de Hoteis (ABIH); Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; Confederação Nacional do Comércio (CNC); Confederação Nacional do Turismo (CNTur); Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR); Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar)

Autoria: Senadora Lídice da Mata, com o apoio desta Presidência e do Senador Rodrigo Rollemberg,

Esse último requerimento tem a finalidade de promover um amplo debate sobre as condições do Brasil relativamente à realização desses megaeventos, no que toca ao recebimento dos turistas durante a realização da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

O Brasil está, neste momento, extremamente preocupado, e com muita razão, em acelerar as obras de infraestrutura dos estádios, de mobilidade urbana, enfim, obras importantes para a realização desses megaeventos. Mas uma discussão importante tem que se dar no âmbito desta Comissão, já que ela também trata de turismo, que é uma das suas prioridades: O que fazer durante a realização desses eventos? Como receber os nossos turistas? A discussão e o debate da questão da mobilidade urbana e também dos hotéis, da segurança, dos restaurantes, da oferta de bens e serviços àqueles que vêm de todas as partes do mundo visitar o Brasil durante esses megaeventos.

Portanto, justifica-se a apresentação desse requerimento, tendo em vista o fato de que não só o Brasil, mas outros países que já tiveram a oportunidade da realização da Copa, têm de se preparar para a execução de promoções em âmbito nacional e internacional para mostrar a verdadeira imagem do Brasil.

É sabido que, por exemplo, na África do Sul, existem estádios praticamente fechados, sem nenhuma utilidade. Esse assunto deverá ser discutido aqui: como utilizar um estádio grandioso, um grande monumento em benefício do futebol, numa arena multiuso, para que ela seja utilizada na realização de jogos nacionais e internacionais, como também na realização de *shows* e eventos culturais e na construção de espaços que estão sendo colocados para o funcionamento de *shopping center*.

Esta Presidência recebeu da Federação The Convention & Visitors do Estado de São Paulo, um ofício que toca justamente neste assunto a que estou me referindo. Considerando que, em 2007, a Federação Internacional de Futebol (Fifa) sancionou o Brasil, como País sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, bem como da Copa das Confederações de 2013.

Em 2011, o Gecopa criou o Plano de Promoção do Brasil, a Copa do Mundo como plataforma de promoção do Brasil. Em 2012, o Gecopa lançou um processo seletivo para selecionar os melhores projetos de promoção do Brasil para o mercado interno e externo, em função da Copa do Mundo e de Futebol (Fifa – 2014), concorrendo com outros 200 projetos.

A Federação The Convention tem dois projetos aprovados, chancelados, que passaram a fazer parte do calendário oficial de promoção do Brasil no exterior.

Igualmente, vale lembrar que as campanhas para atrair o turista estrangeiro são indispensáveis, uma vez que os principais emissores de turistas para o Brasil são países que se encontram em profunda crise econômica há cinco anos, que podem comprometer boa parte do retorno dos investimentos brasileiros, caso não recebamos, nos próximos anos, os turistas estrangeiros que o Ministério do Esporte aponta como os principais responsáveis pelos R$135 bilhões, que deverão ser reembolsados pelo Brasil, após seus investimentos, nas obras de ações para o megaevento que se avizinha.

A Federação The Convention do Estado de São Paulo, entidade que coloca toda a sua equipe à disposição desta Comissão para subsidiar com estudos e informações que comprovem o risco que a imagem brasileira está correndo, bem como a possibilidade do custo/benefício em realizar os megaeventos da Fifa e Comitê Olímpico Internacional constituírem uma desvantagem para o Brasil, caso não venhamos a assumir as rédeas da nossa imagem e reputação diante desta superexposição gerada pelos megaeventos para todo o mundo.

Por fim, propomos a realização de uma audiência pública, onde serão apontadas todas as possibilidades e vantagens de uma ação estratégica e coordenada pelos entes governamentais e privados.

Assina Márcio Santiago de Oliveira, Presidente da FCVB/SP.

Na realidade, a realização de uma audiência pública já estava sendo objeto de um requerimento da Senadora Lídice da Mata, que hoje foi transformado num requerimento não de audiência pública, mas de

um ciclo de debate sobre o turismo brasileiro, em face da realização de megaeventos em nosso País.

Indago aos Srs. Senadores presentes se podemos inverter a pauta a fim de apreciarmos os presentes requerimentos, uma vez que o primeiro deles objetiva aditamento ao Requerimento nº 9, para incluir convidados a esta audiência. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Como estão todos de acordo, aprovado.

Invertida a pauta e já tendo sido lido o requerimento, concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró para fazer o encaminhamento do item extra da pauta, de convite às autoridades propostas por V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Srªs Senadoras Lídice da Mata e Maria do Carmo Alves, eu propus esta reunião para que a Nação tivesse conhecimento de uma realidade palpitante em meu Estado, Mato Grosso do Sul.

O Pantanal, como todos sabem, é, talvez, o bioma dos mais importantes da Nação brasileira e tem sido olvidado no curso dos tempos. Fala-se no Pantanal apenas como uma manifestação retórica. Por essa razão, em visita à cidade de Corumbá no mês de março, ouvindo a Drª Emiko Kawakami de Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal, e os integrantes do Sindicato Rural de Corumbá, senti a necessidade de que a voz de Corumbá, por meio da Embrapa e dos produtores rurais, fosse ouvida por esta Comissão, dada a sua importância, não só no contexto do Senado, mas pela repercussão dos assuntos que aqui se debatem para o Executivo, a fim de que este tome a preocupação que se faz necessária em relação àquela região, bem como se faz necessária aos problemas do Nordeste.

Para isso, Sr. Presidente, ofereci dois requerimentos, um deles para que fossem acrescentados à lista de convidados, além da Srª Chefe-Geral da Embrapa, Drª Emiko Kawakami de Resende, os Srs. Pedro Lacerda, Secretário da Produção Rural da Prefeitura Municipal de Corumbá, Ruivaldo Nery de Andrade, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Rio taquari, e da Srª Vereadora Cristina Lanza, da Câmara Municipal de Corumbá.

Sr. Presidente, com as minhas homenagens ao Senador Blairo Maggi, que acaba de chegar, este é o sentido dos requerimentos que fiz à Mesa desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Em votação o Requerimento nº 3.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

E, também, referente aos Requerimentos nºs 18 e 19. O de nº 19 diz respeito à proposta do ciclo de debates; e o de nº 18 diz respeito à retirada de um requerimento da Senadora Lídice da Mata.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2013-CDR, de autoria do Senador Ruben Figueiró, ora aditado pelo Requerimento nº 17, de 2013, do mesmo autor, para que sejam prestadas a esta Comissão informações a respeito da atuação da Embrapa Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, e do desenvolvimento sustentável da região pantaneira.

Encontram-se presentes para esta audiência a Sr. Emiko Kawakami de Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal; o Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá (MS); o Sr. Pedro Lacerda, Secretário de Produção Rural da Prefeitura Municipal de Corumbá (MS); o Sr. Ruivaldo Nery de Andrade, Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari; e a Srª Cristina Lanza, Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 10 minutos, com mais cinco de tolerância...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vinte minutos? Não; nós seremos tolerantes.

Então, vamos estabelecer o seguinte: 15 minutos, com mais cinco de tolerância, para cada expositor. Assim, ninguém se sentirá prejudicado.

Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras, que falarão por ordem de inscrição. Os interpelantes terão três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Então, em homenagem à mulher brasileira, quero convidar, em primeiro lugar, a Srª Emiko Kawakami de Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal, para a sua apresentação.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, até como homenagem aos nossos convidados, de fazer um breve relato biográfico das pessoas que aqui estão presen-

tes para prestarem os seus depoimentos, o que considero histórico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida alguma, tem a palavra V. Exª. A iniciativa ilustrará ainda mais esta reunião, pelo que agradeço a V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, com referência à Drª Emiko Kawakami de Resende, desejo dizer que ela é graduada em Ciências Biológicas pelo Instituto de Ciências da Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo. Realizou cursos de especialização em "Planejamento Ambiental e Monitoramento", na Universidade de Aberdeen, na Escócia, em "Medida de Monitoramente de Biodiversidade", na Smithsonian Institute, e "*Marketing* para a Gestão Empresarial", na Universidade Federal de Santa Catarina. Possui experiência na área de recursos pesqueiros de águas interiores e avaliação de impactos ambientais. Liderou o Projeto AQUABRASIL, de nível nacional, abordando o melhoramento genético, a nutrição, a sanidade e o manejo ambiental dos sistemas de cultivo e aproveitamento agroindustrial de diversas espécies de peixes. A pesquisa teve a participação de quinze unidades da Embrapa, vinte e uma universidades e instituições de pesquisa, cinco empresas estaduais e nove empresas privadas.

Recebeu vários prêmios, dentre os quais o de Ecologia e Ambientalismo, conferido pela Câmara Municipal de Campo Grande; de Mérito Legislativo, conferido pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; de Pesquisadora Destaque da Embrapa. Também recebeu o título de cidadã corumbaense e o prêmio IICA à contribuição da mulher para o desenvolvimento rural.

É autora de capítulos de livros e tem mais de 40 artigos publicados em publicações técnico-científicas. Exerceu atividade de docência nas pós-graduações do Inpa, UCDB, Uniderp e UEMS. Atualmente é docente e orientadora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cursos de pós-graduação em Ecologia e Conservação.

Foi Secretária de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e, atualmente, é Chefe-Geral da Embrapa Pantanal, cargo que ocupa pela segunda vez.

Com relação aos representantes do Sindicato Rural, ressalto a esta Comissão que o Sindicato foi uma ideia para lembrar aos pioneiros a conquista do Pantanal e reuniu seus descendentes para que mantivesse o mesmo espírito de luta.

Surgiu em 1927, com a criação da Sociedade Agropecuária de Corumbá sob a liderança de um autêntico líder rural, Dr. José de Barros Maciel, o Dr. Barrinhos. De sociedade, transformou-se, no ano seguinte, em Centro de Criadores de Nhecolândia, uma das então prósperas sub-regiões do bioma Pantanal, nome que vem de seus primeiros desbravadores, o Sr. Nheco, Joaquim Eugênio Gomes da Silva.

Em 1946, surge em seu lugar a Associação Rural, até que, em 1963, esta entidade obtém investidura de sindicato por decisão do Ministério do Trabalho.

Nesses longos anos, Sr. Presidente, quase 90, pela luta de seus dirigentes e associados, essas entidades, ora substituindo outras com o mesmo espírito bravio, lutaram pelo Pantanal, sempre em atitude de vanguarda, assim entendendo que o faziam em defesa daquele inigualável patrimônio da Nação brasileira, o Pantanal.

Hoje, com o mesmo espírito de luta, é seu presidente o Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, um dos expositores, ao lado dos Srs. Pedro Lacerda, Secretário de Produção Rural da Prefeitura de Corumbá; Sr. Ruivaldo Neri de Andrade, Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari; e da Srª Cristina Lanza, Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá, que eu saúdo com grande calor e solidariedade como sul-mato-grossense.

É a apresentação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Drª Emiko, com a palavra V. Sª.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Bom dia a todos.

Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, muito obrigada pela oportunidade de estar aqui falando sobre Taquari, um dos grandes problemas do Pantanal; nosso Senador Ruben Figueiró, que nos deu esta oportunidade e entendeu a gravidade da situação; demais Senadores presentes que têm relação com o Pantanal.

O Pantanal – está na Constituição – é um patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei e, nesse espaço territorial de quase 140 mil km², vivem os pantaneiros, cujas principais atividades econômicas são a pecuária e a pesca.

E no Rio Taquari, nós já temos, há um bom tempo, um problema muito sério para resolver, porque, por um lado, os pescadores entendem que, se houver mais água, há mais peixe e, por outro lado, os fazendeiros pantaneiros, com toda a sua propriedade tomada por água, não conseguem produzir gado nenhum. Então, é uma questão, uma equação difícil de resolver que, se a ciência não for lá e estudar, também é difícil de intervir para poder resolver os seus problemas.

Então, nós temos aqui um resumo de um livro que muitos de vocês já têm, *Os Pantaneiros*, que fala

sobre os impactos ambientais e socioeconômicos no Rio Taquari.

Próximo.

Ali estão nominados apenas os três pesquisadores da Embrapa Pantanal, mas participaram dessa pesquisa toda três Embrapas: Gado de Corte, nós, Embrapa Florestas e a Idaterra, que é uma instituição estadual. Participaram dois proprietários privados: a Agropecuária Miguel Sérgio, na parte alta, e a Fazenda Santa Cecília do Caronal, na parte baixa; o Instituto Alterra, que é da Holanda; o Instituto de Pesquisas Hidrológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; as prefeituras e o Cointa. Houve o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas e do GEF, da própria Embrapa, do CNPq e do Fundo para Água Sustentável, da Holanda. Então, foram vários anos de pesquisa na região para tentar entender, e eu vou apresentar para vocês um resumo disso.

A primeira coisa que eu digo é que, para entender o Taquari – esta área que vocês estão vendo é uma área inundável, é uma área de 5 mil km² permanentemente inundada; esta é uma foto aérea – e, pelo menos, para entender os peixes, é preciso tomar muito "banho tcheco". O que quer dizer banho tcheco? Muitos de vocês já sabem. Quando a gente vai trabalhar no Pantanal, não existe hotel, não existe pousada. Então, ficamos em retiros de fazenda, em barraquinhas, para trabalhar e pesquisar os peixes. E, na hora de tomar banho, a gente vai para a beira do rio, do corixo, pega um balde, se ensaboa e joga água em cima. Esse é o banho tcheco que a gente toma. Quem quiser entender o Pantanal, se não fizer isso, não o entende e não sabe o que é o Pantanal.

E para entender o Taquari, temos que abandonar certas verdades estabelecidas e abraçar novas verdades. Por exemplo, a de que, onde há água, há peixe. Isso é relativo. Pode haver água e pode haver peixes, mas, dependendo das condições, a abundância é muito reduzida e a diversidade também.

E no Rio Taquari, existe uma polêmica muito grande do fazendeiro rico contra o pobre pescador. Isso não é verdade. Na situação em que estamos hoje, o fazendeiro está pobre e o pescador também, os dois.

E existe a palavra dragagem, que é uma palavra maldita ali na região do Pantanal. Falou em dragagem e falou em caça, todo mundo se arrepia e não quer fazer nada. Mas é preciso que a gente use a dragagem, por exemplo, para recuperar o Taquari, que está aí hoje sofrendo as consequências de toda uma atividade econômica que foi desenvolvida na parte alta, quando houve a ocupação do Centro-Oeste.

Existe uma frase famosa que diz: "plante que o João garante". O pessoal que tem a cabeça mais branca lembra-se disso; o pessoal novo nem sabe que isso aconteceu. Mas o Presidente João Figueiredo disse que plantassem que o João garantiria. Então, toda essa da Bacia Alta do Taquari foi ocupada e houve consequências drásticas para o Pantanal, principalmente porque a Bacia do Rio Taquari é uma bacia como outra qualquer na parte alta. Ou seja, todos os rios correm para um canal principal, para o rio principal, só que, quando ele entra aqui na planície, não recebe água; ele perde água para as outras regiões. E quando ele chega aqui ao Rio Paraguai, tem o mínimo daquela água que entrou aqui na região de Coxim. Então, ela tem uma bacia alta na parte alta confluente e uma bacia na parte alta defluente: perde água. Por que será que isso acontece?

Bem, o grande problema é que, quando a parte alta foi ocupada, houve um índice de desmatamento muito grande, uma ocupação que não teve cuidado suficiente. E também não dá para dizer que os de cima são os responsáveis. Eles são, mas por desconhecimento de que não pode rapar um pasto desse jeito para fazer trilheiros; não pode rapar pasto desse jeito, porque o solo nessa região é altamente arenoso e isso leva a erosão, que leve para o leito do rio e constrói também enormes voçorocas. Então, toda essa erosão no planalto vai entrar na planície e forma esses bancos de areia dentro do leito do rio. Então, o rio perde a capacidade de transportar água e perde, inclusive, a navegabilidade, pois ele é um meio que existe na região para levar e trazer, ou seja, levar gado para a cidade e trazer mantimentos para as fazendas.

Próximo.

E aqui vocês podem ver que parece que aquela água lá atrás está mais baixinha. Aqui está mais alto e lá está mais baixo. Isso não é ilusão de ótica, é verdade. Ele é um rio, e, por causa desse excesso de areia no leito, o rio, procurando um espaço para levar suas águas, arromba as margens.

Então, o pessoal diz que, geologicamente, o nome é avulsão, mas localmente é conhecido como arrombado, porque o rio arromba a margem – aqui está o leito do Rio Taquari – e esparrama água na planície lateral.

Ele começa assim, pequenininho, as pessoas não dão importância, e quando veem, já está desse tamanho e a situação se agrava muito.

E aí esse arrombado do Caronal forma, então...

Desculpe.

Essas extensas áreas inundadas que vocês estão vendo aqui... O canalzinho está aqui, ainda com um pouco de água barrenta do Taquari, que dá para vocês verem. Depois, ele continua esparramando água

à jusante... Aqui são enormes áreas inundadas, com água muito rasa.

Se você fizer uma imagem aérea, é isso aqui: você tem o rio entrando aqui, depois o canal principal, que vem aqui, que vinha aqui, até o Paraguai e hoje não vem mais. Ele vem por aqui, pelo arrombado do Caronal, entra no Rio Negrinho e vem sair aqui no Rio Paraguai Mirim.

Essas áreas em azul escuro são as áreas de inundação permanente. Então, tem fazendas aqui – esses limites aqui são limites de fazenda – que estão totalmente inundadas, o ano inteiro. É impossível criar qualquer gado. Aí, os pescadores acham que, se tem tudo isso de água, vai ter muito peixe. Então, se o fazendeiro fecha um arrombado desse, o pescador vai lá e arromba de novo, achando que onde tem água tem mais peixe.

Mas, por outro lado, os estudos feitos pela Embrapa Pantanal, em parceria com outras universidades, mostram a entrada de sedimento no Rio Taquari. O Taquari é conhecido como um rio que sempre carregou sedimentos para dentro do rio, para a planície pantaneira, mas ele tinha uma velocidade de entrada de sedimento que é isso daqui, da década de 1900 até, mais ou menos, 1970. A partir daí, a quantidade de sedimento que começou a entrar no rio foi esse absurdo aqui. Aumentou cada vez mais, cerca de seis vezes, até o período em que foi estudado, em 2000. Isso significa que, se entravam cem caminhões de areia, passaram a entrar seiscentos. Isso estimando por baixo. Então, não há leito de rio que consiga suportar essa entrada de areia no seu leito. Ele fica totalmente entupido, a água não acha seu caminho, a margem deixa de existir, porque a areia vai atolando, atolando, atolando, arromba e forma, então, aquelas imagens que vocês viram de áreas laterais totalmente inundadas o ano inteiro. Então, aqui existe o fator humano, nos planaltos. O João disse que, se plantasse, ele garantiria, e olha o que aconteceu na planície.

Então, aqui nós temos uma figura mostrando o leito do Rio Taquari na planície.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Permite-me?

Convido o nosso Vice-Presidente, Inácio Arruda, para assumir a Presidência enquanto eu vou a outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vamos dar continuidade. É porque aqui temos funcionando, simultaneamente, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Infraestrutura, e, normalmente os Senadores são membros das quatro.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Então, continuando, aqui vocês estão vendo o leito do Rio Taquari na planície. Ele é um rio, na planície, que, em vez de correr em vale, como é normal em todo rio, corre em cumeeira. Em vez de correr em vale, ele corre como se fosse no telhado de uma casa. Como ele não tem leito e entra uma quantidade de sedimento muito grande, o rio vai arrombar essas margens e vai tentar escoar suas águas.

Quais foram as consequências? Pelo menos no período em que foi estudado, de 1975 a 2003, a pecuária deixou de comercializar 1,2 bilhão de cabeças de gado, deixou de arrecadar quase R$50 milhões de ICMS e quase R$30 milhões de Funrural. Foi um prejuízo econômico muito grande e continua sendo, porque todas essas áreas continuam alagadas. De 2003 até 2013, onde estamos, essas áreas inundadas estão aumentando. Mais água está saindo pelos arrombados e inundando mais áreas, o que impede que haja produção pecuária na região.

Nessa parte aqui embaixo, perto do Rio Paraguai, existe uma colônia de pequenos produtores rurais que foram assentados na época do Rondon, do Marechal Rondon. São cerca de 350 famílias que, no passado, produziam laranja, arroz, farinha de mandioca especial aqui na região e que deixaram de produzir porque foram totalmente inundados, não tinham mais como produzir. Essas famílias foram para programas de reassentamento rural na região do Município de Corumbá. Então, está sendo um problema muito sério para as famílias e para o Município reassentar essas famílias todas que tinham sido assentadas pelo General Rondon.

Mas as consequências não foram só sobre pessoas e sobre a atividade econômica. Sobre a vegetação, dois pesquisadores estimaram que estão em processo de extinção três espécies endêmicas do Pantanal: amendoim bravo, arácea e gramínea, que nascem naquela área que está sendo permanentemente inundada. Muita vegetação tolera inundação temporária, mas não inundação permanente.

Naquela região, existem duas grandes matas que se chamam Cedro e Fuzil, que também foram inundadas – depois vocês vão ver a imagem de parte delas –, que estão morrendo e sendo substituídas por espécies não lenhosas e se transformando em brejos com capões ou apenas brejos e baceiros, que é a parte da vegetação aquática. Então, é uma consequência ecológica muito grande também.

Agora, consequências sobre produção pesqueira. Temos dados de desembarque antes, na década de 83, de 79 a 83, quando o Inamb coletava as informações. Então esse aqui é o Taquari, esse é o Miranda e

esse o Paraguai. A partir de 1994, está funcionando o Sistema de Controle de Pesca, que mostra, então, os dados do Paraguai e do Miranda ainda razoavelmente bons e do Taquari com uma redução de sete vezes em dez anos. Então, caiu drasticamente a produção de peixes, quando o que se esperava era que, onde tem mais água, tivesse mais peixe. Mas isso não acontece.

Por que aconteceu essa redução? De acordo com alguns pescadores, as comunidades dos grandes rios com planície de inundação muito grande, como são o Paraguai e o Alto Paraguai, que são regulados pela hidrodinâmica dos pulsos, que é nada mais, nada menos do que o encher e o secar de cada ano. Por que é que esse encher e secar de cada ano faz com que a gente tenha a produção pesqueira? Aqui vocês veem uma figura da altura do Rio Paraguai em Ladário, registro pela Marinha de mais de cem anos, e vocês veem, no vermelho aqui em cima, que o Rio Paraguai flutuou ao longo desse período todo com picos mais frequentes, em certos períodos, mais altos e, em outros períodos, com uma inundação quase inexistente. A partir de 74, com 25 anos de cheias grandes e, a partir de 98, começou a oscilar mais ou menos, como está aqui: há anos em que enche e outros em que não enche. Este ano está querendo encher. Coitados dos peixes! O que significa encher na cheia e secar na seca. É o que normalmente tem que acontecer para o sistema produzir os peixes, pelo menos. Só que onde há esses arrombados, a inundação é permanente e continua cheio na cheia e cheio na seca.

Como é que isso está relacionado à produção pesqueira? Através do que a gente chama de cadeia alimentar. Então, vocês conhecem aquela história toda de que o maiorzinho come o pequeninho e assim por diante. Essa é a cadeia tradicional de uma cadeia aquática, essa primeira aqui. Os zooplanctos comem os fitoplanctos, os peixes pequenos juvenis comem os zooplanctos, os demais peixes pequenos comem esses pequenos, as aves ictiófagas idem.

Mas quando há inundação na planície, a vegetação terrestre fica alagada, parte, principalmente de capim, morre, se transforma em detrito e esses detritos viram comida de peixe detritívoros, cuja espécie mais conhecida por vocês é o curimbatá. Esses peixes, como o curimbatá, são comidos por peixes carnívoros, são comidos por jacarés. E, então, forma-se uma cadeia que existe em função dessa vegetação terrestre que é alagada na cheia. Dessa própria vegetação, parte não morre, produz flores, frutos e sementes nesse período, que alimentam os peixes herbívoros e os peixes onívoros, que, por sua vez, são comidos pelos peixes carnívoros, pelas aves, pelos jacarés etc.

Há também as próprias macrófitas, a vegetação aquática – as que mais vocês conhecem é o aguapé, lá é chamado de camalote –, que, em suas raízes, retêm uma boa parte desse detrito e alimentam uma comunidade de algas minúsculas, uma comunidade de zooplancto minúsculos e, particularmente, insetos aquáticos. Se levantarmos um camalote desse na época da cheia, a quantidade de insetos aquáticos que encontramos é muito grande, e eles são comida desses peixes pequenos, que, por sua vez, são comida desses peixes carnívoros e demais aves. Aqui ainda não está, mas isso aqui está relacionado à própria onça pintada, porque onça pintada come jacarés. Então, preciso colocar a onça ainda.

Então, quando temos inundação permanente, toda essa parte aqui é perdida. Só fica essa pequena parte funcionando. Quando a gente reduz a fonte alimentar, a gente tem também redução da produção de peixes no Pantanal. Estou mostrando aqui dois exemplos. Esse aqui é o sairu-boi, quem é pescador o conhece. Ele tem o olho totalmente voltado para baixo para poder comer o detrito que se acumula no fundo dos corpos d'água. Já o curimbatá tem o olho mais voltado para cima e come o detrito que é retido na vegetação aquática.

Na cheia, crescem essas leguminosas, que são comida de peixes herbívoros. Olhem aqui, os peixinhos roeram o talo dessas plantas aqui para se alimentar, mostrando, então, que é realmente isso que acontece. A cheia é essencial para que haja produção pesqueira no Pantanal. Quanto maior for a cheia, maior é a produção de peixes. Quanto menor for a cheia, menor é a produção de peixes. Então, quanto mais os pescadores do Rio Taquari arrombam as margens e aumentam a área de inundação, mais cai a produção, porque não existe essa alternância entre seca e cheia. Acaba com uma boa parte da cadeia alimentar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Aí só mostrando, rapidamente, por exemplo: Taquari, dos detritívoros eu coletei 32 exemplares em um período e no Cuiabá, na região do Sesc Pantanal, quase 1.900 exemplares. Dos herbívoros, 90 no Taquari e quase 400 no Cuiabá. Quer dizer, as espécies ocorrem, mas a abundância é muito baixa, por causa dessa falta do pulso de inundação.

Aqui mostrando, então, a rede, no Sesc Pantanal, a diversidade e a abundância de peixes e, aqui, no Taquari, a pobreza. Até esse bicho aqui que comete vegetais, como lá não existe vegetal para comer, ele come só algas; esse herbívoro muda até o seu hábito alimentar.

Isso é verdade? Reduzem os peixes? Houve esses questionamentos. Como nós temos esse sistema

de controle de pesca em Mato Grosso do Sul, então, peguei os dados de 1995 até 2010 e coloquei qual é a captura de peixe em Aquidauana, no Mirante e no Coxim. Vejam que Coxim sempre está menor do que os dois, muito embora a planície inundável nestes dois Rios Miranda e Aquidauana seja de 100 a 200 quilômetros quadrados ao passo que, no Rio Taquari, seja de 5 mil quilômetros quadrados de inundação permanente e 5 mil quilômetros quadrados de área inundável, que está inacessível aos peixes, porque eles teriam que atravessar toda essa área de inundação permanente e rasa que os peixes não conseguem atravessar nem conseguem chegar. Então, por mais que os pescadores arrombem as margens, eles pioram a situação, em vez de melhorar a produção pesqueira deles.

Aqui são algumas imagens dessas áreas permanentemente inundadas. Esta aqui é uma fazenda que está só com a sede fora d'água. Como é que ele vai produzir gado desse jeito o ano inteiro? Não produz. Certamente esse fazendeiro faliu e teve que se mudar.

Aqui são áreas permanentemente inundadas – isso é o ano inteiro –, daqueles 5 mil quilômetros quadrados que eu estou falando.

Aqui outra área inundada, ali outra, com diferentes imagens. Aqui estou mostrando as árvores morrendo por causa da inundação. Aqui tudo vai virar vegetação aquática.

Outra área inundada.

Outra área onde a vegetação está morrendo, inundada. Só o Capão está persistindo, que ainda consegue manter a vegetação arbórea.

Outra imagem.

Aqui são aqueles pequenos produtores rurais. Lá, embaixo, perto do Zé da Costa. Ele está com aquela casinha protegida com folhas de acuri, se não me engano, totalmente tomada pela água, porque aqui o lençol freático é tão raso que, se for plantar mandioca, vai plantar mandioca na água. Então, deixa de produzir. Não consegue produzir.

Aqui é o retiro de um fazendeiro. Vocês podem pensar que aqui ele está bem, mas tudo isso tem água embaixo. Não tem como produzir.

Qual é a situação atual? A pecuária está empobrecida no planalto. Sabemos que a pecuária no planalto está quebrada. A pecuária está inviabilizada na planície. No planalto, os solos são extremamente arenosos. Então, é difícil de produzi, tem que recuperar. A pecuária está inviabilizada na planície pela inundação. Os pescadores e os pequenos colonos estão inviabilizados. A arrecadação de imposto foi reduzida em todos os níveis. Há também problemas sociais nas cidades.

Há solução? A Embrapa e os parceiros que fizeram esse estudo acreditam que sim. Como? Recuperando o pulso de inundação na planície e conservando solo é água no planalto. Como fazer isso? Justamente para mostrar que seria possível recuperar essas áreas de pastagens que estavam totalmente degradadas – aqui é a Agropecuária São Miguel – foram colocadas áreas de experimentação com diferentes formas de pastagens tratadas, com tratamento T1 até T7. O T1 é o tradicional. São pastagens degradadas de *Brachiaria decumbens*, sem terraços e com manejo tradicional, que, geralmente, tem superpastejo. Vão mudando os diferentes modos de tratamento até o T7, que é uma pastagem recuperada com preparo do solo com terraços, com adubação, plantio consorciado de *Brachiaria brizanta* com uma leguminosa que é a *Estilozantes* e com manejo recomendado pela Embrapa. Foi feito esse experimento para mostrar quais resultados seriam obtidos se usassem esses diferentes tratamentos.

Na época das águas, a perda de água é enorme, principalmente no sistema tradicional e naquele outro que tem um pouquinho de tecnologia. No entanto, naqueles que têm terraceamento, conservação de solos, *Brachiarias* menos comidas, que mantêm cobertura de solo ainda, é muito reduzida a perda de solo. Quando fazemos esse tratamento com tudo aquilo de que falei antes, a perda de água e de solo é insignificante. Então, se consegue fazer uma boa conservação de solos.

Isso rende economicamente? No sistema tradicional, que é esse, o pecuarista realmente está morrendo. Ninguém consegue viver com R$20,00 por hectare/ano. Nos demais tratamentos, como este, aumenta muito mais. É viável fazer esse tipo de intervenção do ponto de vista econômico. Então, o fazendeiro consegue obter um lucro bem maior do que se continuasse nessa condição aqui. Então, é possível recuperar, usando tecnologias já existentes, a pecuária na parte alta, fazendo a conservação de solos e água.

Na planície de inundação, que é onde está a maior parte do problema, na planície pantaneira, com inundação permanente, redução da produção pesqueira, como fazer? Recuperando os pontos de inundação na planície, dragando em pontos estratégicos para que alague a planície na cheia e volte ao leito na seca, como era antes de acontecer toda essa entrada de sedimentos no rio.

Recomenda-se, então, que, na planície pantaneira, se façam dragagens para restaurar os padrões de inundação anteriores às erosões decorrentes da ação humana iniciadas a partir dos meados da década de 1970, no planalto, e que se faça a manutenção das barrancas do rio em pontos críticos, na planície, a fim de evitar a formação de novos extravasamentos, novos arrombados. Então, é manter a água no seu curso.

E na parte alta, no planalto? Fazer um programa de conservação de solos com atividades produtivas que aumentem a cobertura dos solos, reduzam a perda de solo e evitem escorrimento superficial de água em áreas de pastagem; a contenção de voçorocas, que ocorrem principalmente em estradas mal planejadas; implantação de programa de preservação e recuperação de mata ciliar na parte alta; implementação de programa de extensão rural no planalto em bases econômicas sustentáveis – muitos produtores precisam de mais conhecimento, precisam de que a tecnologia chegue a eles para que possam fazer essa recuperação, e isso deve ser feito através, então, da extensão rural – e recuperação e manejo adequado das pastagens no planalto, aumentando a cobertura do solo, reduzindo os trilheiros do gado e melhorando, dessa forma, a lucratividade da atividade pecuária.

Necessário também que haja um programa de educação ambiental, envolvendo todos os segmentos da sociedade regional, dos urbanos aos rurais. Muitas vezes os que comem a comida que o produtor rural produz não sabem, não entendem os problemas. Eles também têm que ser esclarecidos a respeito de como funciona o Rio Taquari, para que possam entender e possam apoiar as ações que devem ser feitas para sua recuperação. É preciso também recuperar e manter as estradas para evitar o agravamento e surgimento de erosões, principalmente voçorocas. Tem que se fazer todo um programa de melhoramento das estradas de terra que existem na parte alta. Tecnologia para isso existe.

Foi pedido, por todo pessoal afetado, uma avaliação da viabilidade operacional de construção de barragens para conter os sedimentos no planalto, que é uma das questões mais polêmicas do assunto.

Enfim, em sendo possível, e tem que ser possível, implementar essas ações, particularmente na parte alta... Acho que o programa ABC que está aí, a agricultura de baixo carbono, pode ajudar esse pessoal da pecuária do planalto a recuperar sua atividade, se tornar produtivo e parar de mandar água e areia para a planície.

Trouxe uma imagem porque fiquei curiosa para saber como era o Rio Taquari, em 1985, na época em que estava se iniciando o problema, e em 2011, quando teve a grande cheia. Veja que a água que desce para o leito do Taquari está diminuindo cada vez mais. Só na imagem dá para ver. Então, está uma enorme área de saída de água pelo arrombado do Caronal e por outros arrombados, tanto na margem direita quanto na esquerda. O rio está perdendo água para essa planície e a navegabilidade. Como os fazendeiros que moram na região vão levar o seu gado e receber os insumos necessários? Se nada for feito, o rio vai parar de funcionar.

Tinha aqui, outra imagem, a água chegando pelo corixos dos cavalos ao Porto da Manga. Essa região toda era inundável. Isso em 1985. Hoje, em 2012, o rio mudou seu curso e sai todo pelo arrombado do Caronal. Essa região está seca. No ano passado inclusive, entrou um fogo muito grande. Então, já houve uma mudança do curso do rio na parte baixa e corre o risco de acontecer na parte alta, se nada for feito.

Esses arrombamentos são o que a gente chama de remontante. Se deixar, vai arrombar mais lá em cima, porque o leito entope de areia e, como a água perde a velocidade, a areia vai sendo acumulada cada vez mais à montante. Então vai arrombar mais aqui para cima, vai alagar mais áreas na região principalmente do lado direito, que é o Pantanal do Paiaguás.

Então, é urgente que as medidas sejam tomadas. Na época, houve uma comissão interministerial que se propôs a fazer uma ação, coordenada pela Casa Civil. Isso meio que degringolou. Fomos consultados em uma época, mas deixamos de ser consultados. Então, a proposta que saiu foi feita com a intervenção de pessoas que não entendiam do Pantanal, não tomaram banho tcheco. Então, ficou uma coisa muito ruim, impossível de ser executada. Agora precisamos voltar às bases, consultar pesquisas, as informações, e consultar os pantaneiros que moram na região, para que possamos ter uma ação que seja compatível para manutenção do Pantanal na parte baixa e um programa que seja capaz de reduzir a erosão e a entrada de sedimentos na planície.

Então, temos que atacar duas frentes, tanto na Planície quanto no planalto. Na planície, a situação está mais grave, com a possibilidade do rio parar de correr aqui.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Somos nós que agradecemos

A SRª EMICO KAWAKAMI DE REZENDE – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós já dobramos o tempo.

A SRª EMICO KAWAKAMI DE REZENDE – Um instantinho só.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A senhora é a chefe, então... Porque já foi dobrado.

A SRª EMICO KAWAKAMI DE REZENDE – E também para que a gente possa recuperar...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É em homenagem ao nosso Senador.

A SRª EMICO KAWAKAMI DE REZENDE –... a atividade dos pescadores. Eu me esqueci de falar isso

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem, Drª Emico Kawakami de Rezende.

Obrigado pelas observações.

Ao final, nós vamos fazer uma conclusão, com o nosso Senador, de que medidas também a CDR pode adotar frente às informações que V. Sª nos trouxe.

Com a palavra o Dr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, que é Presidente do Sindicato Rural de Corumbá. O senhor tem dez minutos, mas considerando que nós dobramos o tempo da nossa convidada, vamos fazer uma redução para 9 minutos. (*Risos*.)

O SR. LUCIANO AGUILAR RODRIGUES LEITE – Inácio Arruda, Vice-Presidente da Comissão; Senador Ruben Figueiró.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade de estamos aqui, o Sindicato Rural. E vou ser breve.

O Rio Taquari assistiu e ajudou a escrever a história do Brasil, desde o descobrimento e o desenvolvimento da Região Central do País, pela expansão das fronteiras agrícolas, à consolidação da nacionalidade.

Por esse Rio Taquari passaram as moções que conquistaram o Norte e o Oeste do nosso País, com os paulistas Bandeirantes saindo de São Paulo em verdadeiras caravanas.

Na guerra do Paraguai, esse Rio Taquari foi testemunha da invasão, das batalhas e da expedição que libertou o Sul do Estado, de Miranda a Antônio João, que culminou na gloriosa retirada da Laguna.

A história da ocupação do baixo Taquari mostra toda uma convivência com o rio, na medida em que ao ameaçar romper as suas margens e inundar os campos laterais, os produtores faziam todo um trabalho de manutenção de barrancas e mesmo de fechamento desses arrombados, quando os mesmos aconteciam.

Nesse contexto de erosão acelerada nos planaltos e assoreamento em igual proporção na planície, os produtores tentaram manter os métodos tradicionais de contenção de alagamento, mas foram impedidos pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. Assim, encontram-se hoje 1,5 milhão de hectares alagados permanentemente.

Na planície pantaneira, o assoreamento do leito do rio provocou a mudança do seu curso, fez com que inúmeras propriedades ficassem alagadas, sem a mínima condição de exploração. Outras tiveram suas áreas drasticamente reduzidas, prejudicando sobremaneira o manejo do rebanho e, além disso, reduziu-se em muito o chamado pulso de inundação do Pantanal, que é a alternância entre os períodos de cheias e de vazantes.

O assoreamento da planície contribuiu, então, para quê? Para a expulsão das populações rurais. Consequência: êxodo rural para dentro das cidades de Corumbá e Ladário; perda da área de setores produtivos; redução da arrecadação municipal em decorrência da queda da circulação de mercadorias; perda da água no leito do rio por evaporação dos alagados; redução das espécies, florisca e empobrecimento da biodiversidade.

Considerando-se a taxa média de nascimento e o índice de ocupação por hectare da pecuária pantaneira, estima-se que nos últimos 20 anos deixou-se de produzir 1,8 milhões de bezerros e muitos milhares de toneladas da melhor carne brasileira, com grandes prejuízos para a economia do Estado e dos Municípios regionais. 1,5 milhões de hectares de terras antes produtivas deixaram de gerar riqueza e se desvalorizaram. Seus proprietários as têm apenas para pagar impostos, posto que vendê-las tornou-se impossível.

Essa situação afeta também diretamente o turismo, gerando desemprego nessa área e deixando os pescadores artesanais, organizados em colônias de pesca que sempre exploraram o rio de forma sustentável, sem condições de sobrevivência.

A navegação, o único meio de transporte dessa região, antes bastante ativa, está totalmente inviabilizada, o que a deixa toda afetada e em situação de total abandono.

A perda de produtividade, nas atividades econômicas de pesca, pecuária e agricultura de subsistência, tem provocado um grande êxodo rural nas cidades de Corumbá e Ladário. Foi criada, em 2007, a Comissão Interministerial e estamos até hoje aguardando o que possa ser feito no Rio Taquari.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço.

Você vê que não precisou nem da punição. Ele ficou tão contido que foi mais do que rápido. Meus parabéns, Luciano.

Além da questão da produção, já foi acentuado pela Drª Emiko Kawakami que temos também o problema da navegação, que está sendo inviabilizada no Rio Taquari. Então, eu convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Pedro Lacerda, Secretário Municipal da Produção Rural, do Município de Corumbá.

O SR. PEDRO LACERDA – Bom dia, Sr. Presidente.

Cumprimento os companheiros da Mesa. Todos aqui presentes.

Bom, represento a Prefeitura Municipal de Corumbá e já foi dito pela Drª Emiko e pelo Presidente do Sindicato Rural 90% do que o Município de Corumbá vem passando, com o maior desastre ecológico hoje no Brasil, posso afirmar ao Sr. Presidente. É grave a

situação. Hoje o mundo clama por água e nós temos lá um deserto aquático que está se perdendo.

O Município de Corumbá, com 65 mil quilômetros quadrados, tem mais de 10% do seu território já totalmente comprometido, causando enormes prejuízos ao Município. Nós somos o maior Município fora da Região Norte do Brasil. Ainda temos o segundo maior rebanho do Brasil. Já fomos o primeiro, antes da década de 70; na década de 70. E com o agravamento da situação do Rio Taquari, houve um empobrecimento do Município de Corumbá e da produção de um modo geral, tanto do turismo quanto da pecuária e da agricultura familiar, porque temos assentados aí desde a época do nosso glorioso Marechal Rondon. Foram as primeiras famílias. Miquelina, Cedro, São Domingos e outras mais que temos lá.

Sr. Presidente, todas essas famílias foram retiradas do seu ambiente. Populações tradicionais à época, hoje estão – a palavra é – entulhando realmente a periferia das cidades de Corumbá e de Ladário, por falta de condições, por falta de instrução, acarretando um prejuízo grave e um acréscimo nos gastos da prefeitura municipal.

Dizer que o rio é importante para o Estado seria até gracioso ou enfadonho. É uma extensão muito grande do rio. Percorre e divide duas grandes sub-regiões. É de extrema importância.

Como disse o Presidente do Sindicato Rural, foi criado um grupo de trabalho, quando na época eu presidia o Sindicato Rural da cidade de Corumbá também. À época, foi criado pelo Senador Delcídio, através da Casa Civil. Naquela época, pela nossa hoje atual Presidente Dilma Rousseff, que atendeu ao clamor da população, ao clamor dos produtores, para que realmente se desse um jeito no rio, para que ele voltasse a correr na planície, tendo seu pulso de inundação, cheia e seca.

Nenhum pantaneiro, aqui presente, vai dizer que a cheia não é benéfica, ela o é, só que da forma natural, não como a gente vem vivenciando há mais de 35 anos, com perdas substanciais.

A Prefeitura de Corumbá, muito preocupada com isso, faz uma indagação: O que aconteceu com o grupo de trabalho? O que aconteceu com toda pesquisa que foi realizada, todo o trabalho, o dinheiro que foi gasto na época?

Não só os produtores, não só os pequenos, médios e grandes produtores, os desalojados, os falidos, os desamparados, todos querem saber. Mas a Prefeitura também quer saber, por quê? Nós temos hoje 1,5 milhão de hectares totalmente improdutivo, mais de 11 mil quilômetros quadrados – mais de 10% do território da cidade de Corumbá. Então isso é preocupante.

O que foi feito? Como está esse grupo de trabalho? Acabou? Findou? Encerrou? E o projeto que foi apresentado? Nós temos o projeto que foi apresentado. Por que não foi implantado? Por que não foi executado até hoje?

A Embrapa Pantanal, com todo o seu grupo de pesquisadores, deu uma grande parcela. O conhecimento empírico, Sr. Presidente, dos produtores da região, dos pantaneiros, seja ele o mais humilde morador da beira do rio, aquele mais prejudicado, contribuiu com as informações. Com informações de mais de 200 anos, de famílias residindo naquela região que hoje empobreceram. Temos aqui o nosso companheiro Ruivaldo, que é presidente hoje dos pequenos. Ele já foi grande, hoje ele é pequeno. Está fadado a sumir, mesmo sendo pequeno. Então isso é muito preocupante.

A prefeitura de Corumbá também, por determinação do nosso Prefeito Paulo Duarte, terminantemente, é contra qualquer tentativa de criação de unidade de conservação na área, de qualquer forma que venha deixar como está. O Brasil precisa deixar de usar essa frase: deixe como está. Temos tecnologia, temos informação e temos dinheiro para isso. Vamos recuperar essa grande região. Vamos recuperar este bioma de extrema importância, não só para o Mato Grosso do Sul, para o Brasil, para o mundo.

O nome Pantanal, Sr. Presidente, é extremamente lembrado e usado no mundo todo, até para trazer recurso. Não sabemos para onde, porque para a nossa região, que detém 60% de todo o Pantanal, que engloba o nosso Mato Grosso – o Senador Blairo Maggi não está presente –, precisamos ter uma solução.

E não é falar de produtores rurais, de fazendeiros, não é isso. O mais importante é: vamos salvar o rio, vamos conservá-lo, vamos preservá-lo, vamos trazê-lo ao *status quo ante.* O Rio Piscoso, navegável, que trazia e levava riqueza para aquela região. Isso é o mais importante. Era essa a posição que eu queria deixar aqui.

Sou também, Sr. Presidente, pantaneiro, nascido naquela região, de uma família, como vários outros aqui, muitos, grandes, pequenos e médios, todos, de pantaneiros de verdade, e queremos uma solução.

A Prefeitura de Corumbá, em nome do prefeito, agradece essa oportunidade que o ilustre Senador Ruben Figueiró tem dado para que se divulgue realmente o grande problema, o grande desastre ecológico; se não é o maior, é um dos maiores que o Brasil vem vivenciando há mais de 30 anos. E queremos uma solução para isso. A solução existe, basta os nossos governantes, os nossos dirigentes quererem fazer, executar o que precisa ser feito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Obrigado, Secretário.

Vamos então ouvir o Sr. Ruivaldo Neri de Andrade, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Rio Taquari.

O SR. RUIVALDO NERI DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Tudo que tinha que ser falado já foi dito. Eu fico emocionado porque já estive aqui outra vez, com a professora que me conheceu na luta do meu povo pequeno. Quando me lembro da história do meu bisavô, vejo hoje estou no lugar que meu bisavô fundou. E passou para meu avô, para o meu pai, e quem lá está hoje sou eu. E a gente, que é pantaneiro, aprende no berço a cuidar do Pantanal. Quando eu tinha sete anos, o meu pai me punha no cavalo, me levava ao campo e dizia: "meu filho, essa árvore é tal, meu filho aquele animal é uma ema, é um tamanduá, aquele é um tatu." Hoje, quem tem esse filho sou eu. E ando nos meus campos com meu filho, e ele não conhece uma ema, um tatu. Quanto vale para vocês uma ema, um tatu? Para mim, vale muito.

Estamos vivendo cada situação! As famílias estão indo para a cidade, a cidade está ficando violenta. Amigos meus estão com filho preso, porque os jovens chegam às cidades, o pai não tem profissão, entra para o alcoolismo, as filhas se prostituem, e essa é a nossa situação. Peço a vocês que nos devolvam o Pantanal. Sabemos produzir laranja, banana. Meu pai nunca comprou nada na cidade, a gente ia à cidade uma vez por ano para comprar um café, tudo era produzido lá. Hoje, se quisermos comer uma fruta, temos que vir à cidade comprar. Então, a situação do pequeno é essa.

A Prefeitura de Corumbá tem levado sacolão para nós lá. Eu disse, no jornal, que não é orgulho, mas não queremos sacolão, queremos nossas terras para trabalhar, para ensinarmos nossos filhos a serem pantaneiros. Porque, se recebemos sacolão, como se diz, "se João comer, não precisa fazer nada", e o Pantanal está morrendo, o Pantanal está morrendo! É só isso que tenho para falar para vocês. Obrigado. *(Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda Bloco/PCdoB – CE) – (*Falha na gravação.*) ...por razões óbvias, ele já esteve aqui, e as questões que estão sendo levantadas, evidentemente são as mesmas que já foram levantadas em ocasiões anteriores, e não se vê velocidade, rapidez, eficiência na solução dos problemas. Então, é justo que ele esteja aqui emocionado, sem poder mostrar a ema para o seu filho. Nem o filho dele e nem nós vamos mais poder ver a ema. Então, acho que a emoção dele é compartilhada por todos nós.

Vamos chamar a Srª Cristina Lanza, Exma Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá. V. Exª tem a palavra.

A SRª CRISTINA LANZA – Bom dia, Sr. Presidente, Inácio Arruda, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros que compõem esta mesa, de pronto agradeço ao Senador Ruben Figueiró, que, mais uma vez, nos possibilitou trazer essa discussão do Rio Taquari a Brasília.

Eu sempre disse, Sr. Presidente, que essa discussão que acompanho, porque sou professora da Universidade Federal do *campus* do Pantanal em Corumbá. Como pesquisadora, acompanho a pesquisa da Embrapa e tenho uma pesquisa feita na cidade, em que podemos detectar um número muito grande de famílias, cerca de 400, na média duas mil pessoas que engrossam a marginalidade. Nosso Município hoje está perdendo uma das pilastras econômicas que gerava muito emprego na nossa cidade.

Cada propriedade dessas que os senhores viram embaixo d'água empregava dez, quinze, vinte famílias. Com a entrada da água, essas famílias saíram do Pantanal e foram para a cidade. Assim como o Sr. Ruivaldo disse que tem amigos com filhos presos, hoje há famílias com filhas se prostituindo, filhos entrando na marginalidade, e os pais não têm ação, porque foram criados dentro de fazendas e preparados para a lida do Pantanal, e essa lida foi extinta no Pantanal pela entrada das águas.

Mas o que eu queria dizer, Sr. Presidente – quem fica por último sempre tem que fazer um resumo porque todos já falaram, e muito bem – é que foi destruída a cadeia produtiva da região do Paiaguás no Pantanal. Perdemos a região produtora da pecuária. Éramos a primeira produção no País e hoje estamos em segundo, caindo, quiçá e quem sabe, terceiro ou quarto. Quem sabe, criaremos, nessa região, gafanhotos, como a ONU está incentivando, porque agride menos o meio ambiente que a pecuária.

Temos hoje, pecuaristas, Sr. Presidente, tampando bocas, impedindo a água de entrar; pescadores arrombando porque querem pescar. É uma luta constante de membros da cadeia produtiva, Sr. Presidente, que tentam sobrevivência, porque somos um Município que não tem industrialização para gerar empregos. Somos um Município em que o Pantanal tem que sobreviver gerando empregos através da pecuária, através do turismo de pesca, do turismo contemplativo e da nossa natureza que está lá dento, que são as cadeias de morrarias, gerando minérios.

Então, são poucas as oportunidades, e esse rio, Sr. Presidente, está entrando e acabando com a cadeia produtiva dessa região. Estamos hoje aqui,

clamando, mais uma vez, graças a Deus – agradeço novamente ao Senador Ruben Figueiró – senhoras e senhores, para que essa questão do Rio Taquari seja olhada como uma questão nacional. Foi nos dada uma oportunidade, em 2006, 2007, quando foi montada a comissão interministerial, e uma luz se acendeu no fundo do túnel.

No outro mandato como Vereadora, estive oito vezes aqui em Brasília, muito feliz na ocasião, porque conseguimos tirar dos limites do Estado de Mato Grosso do Sul essa questão e tratá-la como uma questão nacional.

Senhoras e senhores, a questão do Rio Taquari tem que ser vista como um problema nacional, como um problema do País, porque ela está acabando com a cadeia produtiva de uma área que é produtiva e é importante na economia do País, que é o Pantanal, uma área que é produtiva economicamente, uma área que, como bem colocou o Sr. Pedro Lacerda, hoje, busca recursos para o País.

Portanto, estamos aqui clamando por socorro, Sr. Presidente, estamos solicitando socorro. Há cerca de um mês, tivemos uma audiência pública na capital do Estado, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em que um Procurador-Geral da República promoveu a discussão. Causa-nos estranheza e perplexidade quando esse Procurador, que deixou o Estado há cerca de 15 dias, decreta a proibição de se mexer. Hoje, ele engessou a região, os produtores não podem mais impedir a água de entrar como vinham fazendo, mexendo nos arrombados. Enfim, estamos parados. Hoje, chegamos a uma estagnação total, estamos parados.

Com o resultado de uma comissão de seis ministérios que trabalhou por quase um ano em cima das pesquisas da Embrapa, tivemos uma esperança de que já iam ser licitados os primeiros 54 milhões para se começar as primeiras intervenções na região. E estamos esperando há mais de seis anos essa intervenção. E isso já se arrasta por décadas, Sr. Presidente.

Então, eu, como representante do Município, quero clamar aos senhores que estão aqui hoje que tratem esse problema como um problema nacional, que o tratem com a seriedade com que o Governo Federal trata a questão do Rio São Francisco. Que seja, então, olhada a questão do Rio Taquari.

Precisamos voltar a produzir, nós precisamos gerar emprego, nós não podemos mais suportar, na cidade, o caos social que esse rio nos ocasionou. O problema hoje do Rio Taquari é econômico, é ambiental e é social.

Estamos clamando aqui por socorro. A cadeia produtiva daquela região do Paiaguás, que é uma das mais importantes do Pantanal, está destruída. É a navegação, é o emprego da navegação, que não tem mais; é o pequeno produtor que não produz mais; é a marginalidade, que está aumentando; é a pecuária, que está destruindo; são fazendas e fazendas que estão, como os senhores viram nas fotos, embaixo d'água. Nada se produz, é um deserto aquático de cerca de dois milhões de hectares naquela região.

E sabemos que onde há recursos e onde podemos buscá-los é no Governo federal. Então, Sr. Presidente, é nesse sentido que estamos aqui hoje representando aquela região e o Município de Corumbá, clamando para que os senhores olhem com a seriedade que o caso requer. São mais de 30 anos nessa luta, e espero que, agora, a partir deste momento, saiamos daqui com a esperança de que essa situação seja resgatada. Que se resgate o trabalho que foi feito por mais de um ano envolvendo seis ministérios de Brasília. Que se busque e se parta daí a buscar soluções. Que se converse dentro do Ministério Público Federal acerca da atuação desse Procurador há alguns dias, que seja discutida, que se intervenha para que não pare o pouquinho de produção que se tem naquela região, o pouquinho de emprego que se gera naquela região.

Para encerrar, Sr. Presidente, fica aqui, então, essa minha palavra como representante do Município para que vocês, do Senado Federal, olhem por essa região. Estamos morrendo afogados, nós pedimos socorro. Era só, Sr. Presidente. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Cristina.

A questão, portanto, com a audiência promovida pelo Senador Ruben Figueiró já é uma questão nacional, porque o fato de estarmos discutindo nesta Comissão do Senado brasileiro já deu à questão esse conteúdo forte.

Eu, como caatingueiro – eles são pantaneiros, eu sou caatingueiro, da nossa Caatinga, que é um bioma muito rico, mas com suas fragilidades – digo que estamos agora em uma luta em relação ao processo de desertificação, que é da nossa região, mas que avança em outras regiões, no Sul, no Centro-Oeste. Devemos examinar com o máximo de cuidado a nossa capacidade de compreender que quem produz riqueza, sobretudo, seja pequeno, médio ou grande, tem que estar muito unido para manter a capacidade de produzir em uma região, mesmo que isso signifique alterações do nosso modo de produzir. Acho que esse é um problema central que vamos ter que enfrentar.

Antes de passar a palavra ao nosso Senador Ruben Figueiró – é por conta dele que estamos tratando da questão nacionalmente – cito um exemplo da nossa região sobre o problema – eu conversava aqui com a Drª Emiko – da produção de lagosta, que

é uma produção extrativista. Começamos fazendo um defeso de poucos meses, três meses, e houve uma revolta muito grande de quem produzia, do pequeno ao grande. Depois, tivemos que passar para quatro meses, e a revolta aumentou. Depois, passamos para cinco meses, e a revolta aumentou mais ainda. Cinco meses sem poder pescar lagosta. Depois, passamos para seis meses sem produzir, ou melhor, sem apanhar a lagosta o mar. O resultado é que temos mais lagosta. Então, foi muito melhor ter seis meses de defeso e ter mais lagosta do que pescar todos os meses menos lagosta no ano.

Então, é um processo que a Drª Emiko colocou aqui para nós. A riqueza, para ser mantida, vai exigir uma mudança nossa, de comportamento nosso na região.

Por último, antes de passar a palavra ao Ruben, temos o problema das comissões. Quando colocam seis ministérios para estudar, encontrar o caminho... Há o projeto? Então, temos que colocar a responsabilidade nas mãos de um. E vamos examinar aqui, Senador, quem é esse um e vamos acionar esse um, para também não deixar o problema só na audiência. Não queremos encerrar a questão aqui. Queremos dar continuidade através de V. Exª e com o apoio total da nossa Comissão, porque é assim que pensa o nosso Presidente Antonio Carlos Valadares. Não devemos discutir aqui para diletantismo nosso. Não queremos apenas fazer propaganda da nossa causa. Queremos resolver porque já há solução, já foram apresentadas aqui várias questões, e podemos dar respostas positivas a essas questões.

Anuncio também a chegada de mais um filho de Corumbá nesta audiência pública para coroar e abrilhantar a audiência promovida pelo nosso Senador Ruben Figueiró.

Pela ordem, eu vou passar primeiro a palavra ao nosso Ruben Figueiró, que é autor do requerimento.

Então, V. Exª tem a palavra, meu caro Ruben Figueiró.

Senador Delcídio, V. Exª está inscrito imediatamente depois.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É que eu nem faço parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Não precisa. Quem chegou já faz parte.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, antes de iniciar, eu gostaria de destacar a presença aqui do nobre Deputado Federal Reinaldo Azambuja, que representa também Mato Grosso do Sul, também conhece a realidade do Pantanal e veio aqui trazer a sua solidariedade a todos os depoentes, com o compromisso, inclusive, de lutar pelas ideias que estamos defendendo.

Quero também destacar, Sr. Presidente, a presença do nobre Senador do nosso Mato Grosso do Sul Delcídio do Amaral, que, não obstante estar com um problema alérgico, esforçou-se para estar aqui presente. Só o espirro dele já significou que realmente ele está doente. Mas é uma demonstração também do apreço que ele tem pela causa que todos os senhores defendem e com a qual nós nos solidarizamos.

Sr. Presidente, senhores depoentes, eu estou entre a honra e a emoção. Honra por ter tido a oportunidade desta audiência, que foi recebida com grande apoio por parte da nossa Mesa Diretora, por parte de V. Exª como Vice-Presidente, do Senador Valadares também, que compreenderam a importância deste encontro entre os homens do Pantanal e o Senado da República. Emoção por ouvir os depoentes, tanto a Drª Emiko, como os demais.

Eu tenho a impressão de que nós não tivemos aqui nesta Comissão, até o presente momento, nenhuma audiência que atingisse tão profundamente os nossos sentimentos, abordando a situação do Pantanal Mato-Grossense – alguns dizem que é sul-mato-grossense, mas eu acho que é de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul; nada obstante dois terços da área pertencerem a Mato Grosso do Sul, é mato-grossense; esta é uma denominação que nós não podemos deixar à margem.

Mas o que foi dito aqui – tenho absoluta convicção – sensibilizou não somente os parlamentares, os Senadores que aqui estiveram, mas tiveram de sair para atender a outros compromissos, como os assistentes todos. E tenho convicção de que o maior clamor desta Comissão aqui é que a Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado insista em obter resultados dessa Comissão Interministerial que lá esteve ouvindo, sentindo a realidade pantaneira, veio para cá e a olvidou. V. Exª mesmo afirmou que o empenho da Comissão de Desenvolvimento Regional será no sentido de perseguir a verdade. Vamos procurá-la, vamos saber por que essa Comissão não teve sequência nos seus trabalhos.

Eu mesmo pretendo, Sr. Presidente, com o apoio de V. Exª e do Senador Delcídio do Amaral, apresentar um requerimento de informações a quem for competente – parece-me que é a Presidência da República –, para que nos informe em que estágio se encontram os trabalhos dessa Comissão.

Com essas pequenas observações iniciais, Sr. Presidente, eu gostaria de representar o pensamento de algumas pessoas que insistiram comigo para fazê-lo; para tanto, farei alguns questionamentos – e o farei

da forma mais rápida possível –, que basicamente são dirigidos à Drª Emiko Resende.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou apenas fazer as perguntas. Há algumas considerações, mas, para abreviar o tempo, eu só faria as perguntas.

A primeira é a seguinte: o desenvolvimento de um projeto de reversão do assoreamento – V. Sª falou de arrombamento – poderia ser desenvolvido em quanto tempo? E qual seria o custo estimado para tais obras? Que tipo de intervenção, ou seja, dragagem seria mais conveniente? Essa é a primeira.

A segunda: o que tem sido feito para recuperar as áreas e afluentes do Rio Taquari?

A terceira pergunta: há projetos na Embrapa para recompor esse prejuízo econômico, recolocando a região no cenário do desenvolvimento do Estado? Já existe algum plano em andamento de recuperação econômica para os produtores da região?

Quarta pergunta: a senhora acredita que, controlando o leito do rio através do fechamento das bocas e da dragagem, estabelecendo o pulso temporário de inundação, será possível recuperar a população de peixes? Aliás, V. Sª esclareceu muito bem no seu depoimento, mas seria muito importante que V. Sª reiterasse seu ponto de vista a respeito.

A quinta pergunta: preservar o quê, se o 1,5 milhão de hectares debaixo d'água não tem mais peixes, aves, animais, flora? A proposta é defendida por setores ambientalistas. O que a senhora acha da sugestão de se criar essa APA – Área de Preservação Ambiental?

Outra pergunta: diante dessa resposta e da longevidade com a qual os problemas do Taquari vêm se arrastando ao longo dos anos, há esperança de que o problema seja, de fato, resolvido? Ou apenas mitigado, sem uma solução definitiva? Quais são as reais perspectivas?

Isso com relação, Drª Emiko, à questão do Taquari.

Eu me estendo agora para outra questão que é palpitante também, relacionada ao Código Florestal.

Sétima pergunta: o Código Florestal criou o Cadastro Ambiental Rural e determina que os proprietários georreferenciem as áreas de preservação permanente, APPs, e a reserva legal, no prazo de dois anos; a pergunta é a seguinte: na atual definição das APPs, a senhora acredita ser possível identificar APPs em uma região temporariamente inundável? Isso porque as APPs são definidas a partir do leito de um curso d´água permanente ou intermitente; como fazê-lo em uma região que inunda temporariamente, não sendo possível a delimitação dos leitos d'água?

A última pergunta: se esses critérios forem adotados e a maior parte do Pantanal for considerada APP, o que será da produção pecuária e do desenvolvimento econômico da região? Seria possível definir outro conceito de utilização para o Pantanal que pudesse considerar essa situação exclusiva desse ambiente, considerando que a pecuária está instalada na região há mais de 200 anos, e sendo o Pantanal o bioma mais preservado do Brasil?

São essas as perguntas, que naturalmente poderão ser respondidas pelos demais convidados.

Sr. Presidente, eu aguardarei para a observação final.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Está bem.

Antes de passar para a Drª Emiko, eu vou conceder imediatamente a palavra ao convidado especial da nossa Comissão, que não é membro, mas, chegou aqui, tem que ser enquadrado, entendeu, Delcídio?

Então, concedo a palavra ao nosso colega Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Bom, eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Inácio Arruda, nosso velho companheiro de batalhas no Senado Federal, homem que honra seu Estado do Ceará, grande Estado do Nordeste.

Quero cumprimentar o Senador Figueiró pela iniciativa, pela legitima iniciativa.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Eu fiz em nome de V. Exª também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sei que V. Exª é um grande conhecedor do nosso Estado, tem uma história belíssima política e pessoal. Portanto, acho que ninguém melhor do que V. Exª para retomar essa discussão aqui no Senado, no Congresso e no Governo também.

Cumprimento o nosso querido Deputado Reinaldo Azambuja, que nos honra também com sua presença, um homem que também conhece profundamente nosso Estado e a nossa região. Cumprimento nossa querida Emiko, da Embrapa; cumprimento o Pedro Lacerda, Secretário do nosso caro Prefeito Paulo Duarte; cumprimento o Luciano, Presidente do Sindicato Rural; Cristina Lanza, Vereadora da Câmara de Corumbá e o nosso Ruivaldo de Andrade, Presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari.

Sr. Presidente, esse é um assunto recorrente e eu quero dizer a V. Exª que esse assunto arrasta a barriga há um bom tempo. Pedro Lacerda, que está aqui, não me deixa mentir, porque acompanhou muito de perto tudo aquilo que foi feito, aquilo em que avançamos e aquilo em que nos frustramos.

Então, queria só fazer aqui uma retrospectiva muito rápida. Se, infelizmente, vou repetir algumas coisas, peço desculpas, porque hoje não era nem para eu estar aqui, mas fiz questão de vir, porque isso diz respeito à

minha terra e é uma das coisas em que eu mais trabalhei no meu Estado. Infelizmente, ainda não tive êxito.

Só lembrando que em 2007 foi criada uma Comissão Interministerial, da qual vários Ministérios, como o do Meio Ambiente, Casa Civil e Coordenação Política participaram. Essa Comissão fez todo um levantamento, todo um trabalho meticuloso para avaliar os impactos do Taquari. Acho que aqui já devem ter contado o porquê de ter acontecido esse grande acidente, talvez o acidente ambiental mais importante no País nas últimas décadas e, curiosamente, nenhum ministro vai à região do Pantanal, porque parece que o charme é falar da Amazônia e estamos deixando de lado talvez um dos biomas mais espetaculares do Planeta, que é o Pantanal. Só se fala em Amazônia, todos os Ministros do Meio Ambiente só falam em Amazônia. Eu mesmo já convidei n kPa pi vezes ministros e ministras do meio ambiente para visitar o Pantanal para *in loco* avaliar o que o Taquari representa, mas, infelizmente, não consigo encontrar eco para que eles gastem pelo menos um dia da sua gestão para conhecer o Pantanal. Se não fizerem nada, que pelo menos eles conheçam um dos biomas mais importantes do Planeta.

É fundamental registrar – coincidência ou não – que, em 2008, quando esses estudos terminaram, eu fui o Relator do Orçamento Geral da União e coloquei recursos para atacar essa questão do Rio Taquari. Coloquei recursos no Orçamento e aprovamos o Orçamento Geral da União de 2008 para 2009 para fazer essas intervenções. Eu não lembro agora o número, mas o que tínhamos orçado naquela época, 700 ou 800 milhões, não necessariamente chegamos nesse valor, chegamos num valor no sentido de iniciar essas intervenções lá na região do Pantanal, especificamente no Taquari.

Todas as decisões que o Ministério da Integração tem tomado são sempre intervenções pontuais. Eles aproveitam o Cointa, que é o consórcio que cuida daquela região do Taquari. Então, liberam-se alguns recursos, atendem à cidade de Rio Verde, atendem à cidade de Coxim, mas são coisas absolutamente laterais, nós não atacamos o problema em si. Não poderia deixar de registrar que o assoreamento do Taquari não traz só problemas de caráter econômico. Lá nós temos áreas muito produtivas, especialmente voltadas para a pecuária, que hoje estão inviabilizadas. As pessoas que vivem nas regiões ribeirinhas, a cada dia que passa, assistem, decepcionadas, ao fim das suas atividades e da sua vida também. E a fauna e a flora sofrendo diretamente os impactos do assoreamento. Eu vejo várias entidades tão preocupadas com o meio ambiente, com a preservação das espécies, muitas delas até às vezes esquecem as pessoas, mas é engraçado o mutismo com relação a questões que afligem o dia a dia do homem pantaneiro, é engraçado isso.

Há muito tempo – quero aqui registrar, não poderia deixar de destacar – o agora Vereador de Campo Grande, Zeca do PT, era governador, lançou o Programa Pantanal, um programa financiado, inclusive, pelo BID. Pois o Ministério do Meio Ambiente simplesmente enterrou um projeto fundamental para fazer saneamento nos Municípios que impactam diretamente a região pantaneira. E o impediram absolutamente em função de questões dogmáticas, ideológicas. Hoje, graças a Deus, está aí o PAC cumprindo o papel que esse programa já teria cumprido há muitos anos, preservando a fauna, a flora, a saúde das pessoas, mas, aparentemente por razões ideológicas, políticas, o projeto não foi adiante.

Eu queria deixar registrado aqui, Sr. Presidente, que foi feito um estudo detalhado, foi contratada uma consultoria, que fez inclusive uma proposta de plano de ataque à Bacia do Rio Taquari. Faço questão só de citar isso, porque temos isso tudo documentado. Hoje, infelizmente, esse projeto só está nos iPads da vida, esse projeto poderia estar nas mesas e poderia estar nas mãos de quem hoje estivesse intervindo lá na região do Rio Taquari. Nesse levantamento, são interessantes – foi feito um levantamento por avião, por helicóptero e por barco – algumas constatações: o Médio Taquari completamente assoreado, o Baixo Taquari permanentemente inundado. Formação de dois grandes arrombados, Zé da Costa e Caronal. Alguém já deve ter falado aqui sobre isso. A situação complicou-se mais agora pela intervenção de uma cidade próxima, chamada Coxim. Só me permita, Sr. Presidente, não falar quem, porque senão V. Exª vai ficar pasmado com os responsáveis por mais esses problemas que aquela população lamentavelmente sofre em função dessa intervenção irresponsável de alguns predadores que têm como base o Município de Coxim.

Sr. Presidente, neste levantamento que foi feito foram tiradas fotos. O Médio Taquari completamente assoreado. Aqui, a foto fala por si, não há segredo nenhum. Quem é pantaneiro sabe o que estou mostrando. Depois, o Baixo Taquari inundado, está aqui uma foto aérea do Baixo Taquari inundado. Depois, as consequências, que eu já citei aqui: econômicas, que dispensam comentários, porque não é só a questão da pecuária, mas piscicultura e outras atividades também, o movimento turístico, que é um potencial grande daquela região, prejudicado; sociais, êxodo regional, perda de navegabilidade, e ambientais, como eu já disse aqui, fauna e flora nativas degradadas, intensificação de processos erosivos, um ponto crucial em vários Municípios que margeiam o Taquari, com reflexos no Rio

Paraguai. O Rio Paraguai, hoje, é um problema também, e é importante registrar que, em alguns momentos, em algumas épocas do ano, as balsas que levam minérios de Corumbá não conseguem atravessar mais o Rio Paraguai, inviabilizando, portanto, mais uma riqueza daquela região. E, claramente, influência na pulsação, o que é natural naquela região, do Rio Taquari.

Ao estudar isso, nós estabelecemos um plano de ataque. Primeiro, com relação à dragagem a montante do Caronal – alguém deve ter falado já do Caronal –; escavação mecânica do Canal Zé da Costa; escavação e sucção do leito natural do Rio Taquari até o Caronal; fechamento do Arrombado Caronal; escavação e sucção do Médio Taquari; fechamento de arrombados ao longo do Canal Zé da Costa e do Rio Taquari; recuperação da mata ciliar. No plano de ataque, há a contenção da emissão de sólidos do Planalto para a Bacia do Rio Taquari, que é o grande problema, que é o grande causador disso.

Já falamos aqui da dragagem permanente a montante do Caronal – o material dragado seria direcionado para uma baía de decantação, e a água livre de sedimentos redirecionada ao Rio Taquari.

Aqui estão todos os esquetes detalhando isso, e eu vou citar algumas coisas só: dragagem por escavação mecânica – eu já citei; o material escavado será utilizado para configurar as margens do canal, aumentando a sua capacidade e estancando os vertedouros encontrados ao longo do curso; e a configuração das margens do canal poderá ser viabilizada, dependendo da necessidade, através de preenchimento de tubos de geotecido, seguida de recuperação das matas ciliares. O que é isso? Draga-se o rio; o material vai para esses tubos de geotecido – ficam lá dentro –; e ali se recupera a mata ciliar. Tudo isso que eu estou falando já foi testado inclusive em outros cursos d'água no Brasil. Portanto, não é nenhum segredo. São técnicas já desenvolvidas no Brasil, algumas importadas da Holanda e de outros países, mas absolutamente factíveis.

Isto eu não vou detalhar. Há uma recuperação da mata ciliar. O material dragado está dentro dos tubos de geotecido, e aqui ocorre a recuperação da mata ciliar.

Sr. Presidente, eu prefiro não detalhar mais as outras etapas, como a escavação mecânica do Canal Zé da Costa; a escavação e a sucção no leito natural até a montante do Arrombado Caronal.

Vejam aqui o geotecido, as bolsas: vão colocar material escavado aqui dentro, e em cima vai a mata ciliar.

Sr. Presidente, para matar a cobra e mostrar a cobra, está aqui: expedição para coleta de dados – barco andando por toda a Bacia do Paraguai –; fotos aéreas; estudos: há nove pontos de coleta para amostra de água e sedimento; câmara de sedimentação – os técnicos fizeram esse levantamento –; garrafa de van Dorn para analisar a qualidade da água e outras coisas mais; amostras feitas por análises de universidades de São Paulo; levantamento topográfico – se alguém achar que não foi feito, basta verificar os marcos geodésicos colocados em toda a extensão onde se fez esse levantamento – levantamento batimétrico do Taquari – estão aqui os equipamentos –; estudo da dinâmica das águas, da flora nativa.

O que eu quero dizer com isso? Acabou-se o tempo. Não dá mais para ficarmos filosofando em cima do Rio Taquari. As coisas já estão muito bem delineadas. É preciso vontade política para isso. Se não houver vontade política, não sai essa recuperação do Rio Taquari.

Portanto, eu acho que esta audiência pública solicitada pelo Senador Figueiró vem num momento muito importante. Nós precisamos retomar isso politicamente, não só no Congresso, mas também junto ao Governo Federal, para começar a resolver o maior acidente ambiental do Brasil.

Falam em Amazônia. Vão visitar o Rio Taquari para ver o estrago que isso tem causado para a economia, para as pessoas, para a fauna e para a flora.

Curiosamente, alguns ambientalistas, se é que nós podemos chamá-los assim, tratam isso como uma coisa absolutamente natural, quando o Rio Taquari está sofrendo por causa do dedo do homem. Isso nasceu do "Plante que o João garante!", na ditadura militar, quando subiram para aquelas regiões para plantar soja.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nessa época nós usávamos uma frase mais adequada: "Plante, colha e coma, senão o João toma."

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Exª se lembra muito bem dessa época.

Portanto eu acho a iniciativa do Senador Figueiró absolutamente competente, mas nós temos que nos unir, temos que nos juntar. Esse é um desafio de Mato Grosso do Sul, primeiramente, e, depois, de todos os Estados que sofrem diretamente esse impacto.

Como disse muito bem o Senador Figueiró, dois terços do Pantanal estão no nosso Estado de Mato Grosso do Sul, praticamente. Portanto, nós temos que ter um carinho absolutamente especial por essa região, e eu acho que nós não podemos mais perder oportunidades, porque as pessoas estão se frustrando. Nós não desenvolvemos uma ação concreta; as modificações feitas são todas marginais; e está chegando a hora.

Eu vejo que nós vamos ter bons parceiros, não só na Câmara Federal, com o Deputado Reinaldo Azambuja, mas especialmente no Senado, com o Senador Figueiró e o Senador Moka, que conhecem bem essa questão. Acho que, hoje, nós não podemos mais titubear no sentido de começar a implementar um plano

vigoroso de recuperação do Rio Taquari para que as pessoas tenham o direito de produzir, de viver adequadamente. E a nossa fauna e flora, mais do nunca, agradecerão a ação que vem ao encontro de tudo aquilo com que nós pantaneiros sonhamos: desenvolvimento econômico, social e sustentabilidade, porque, sem dúvida nenhuma, somos uma referência.

Muito obrigado, meu caro Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Exª pela brilhante explanação.

Nós vamos voltar à nossa Mesa, mas, antes, eu vou conceder a palavra ao nosso colega, Senador Waldemir Moka. Está completa, digamos assim, a Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul.

Agora, eu gostaria de fazer uma proposição. Antes disso, convido o nosso Senador Figueiró para presidir os trabalhos porque tenho que ir à Comissão de Justiça.

Eu queria propor que o Ceará ajudasse Mato Grosso do Sul, primeiro, estando presente nessas ações, com a nossa Bancada – ou eu ou os nossos colegas. Nós temos na Casa um Líder do Governo que é cearense, da Bancada do Ceará. Eu acho que ele vai poder nos ajudar bastante. E, segundo...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Sim, Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só gostaria de registrar a presença do Luciano de Barros, velho pantaneiro e um batalhador também pelas causas do Rio Taquari, que hoje nos dá a honra da sua presença na Comissão de Desenvolvimento Regional. É um grande companheiro, um grande conhecedor do Pantanal, um sofredor.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Esse é o barro que não causa assoreamento no rio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Esse é o barro que não causa assoreamento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, não causa; muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Barro que ajuda a recuperar, a produzir.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É produção, eficiência e competência.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem, Barros, está registrada a presença de V. Sª.

Eu queria convidar o Figueiró e dizer que o nosso Estado, que conhece bem o dilema por outro lado – não em razão da enchente, mas da estiagem, se soma a esse esforço do Mato Grosso do Sul. E nós, diante do estudo já pronto – isso está pronto... O que a Drª Emiko vai responder é matéria já discutida, debatida e resolvida do ponto de vista do que fazer. Agora, com seis ministérios, não dá para resolver. Não há solução de nada, temos que nos concentrar em um ministério. É o da Integração Nacional? Se o Ministério do Meio Ambiente não vai lá, então vamos nos concentrar no Ministério da Integração. Acho que deveríamos nos concentrar em um Ministério, no da Integração. É a minha opinião. Sair daqui para lá, sair daqui, da nossa Comissão, para lá e transformar a questão em uma questão não apenas dos Senadores do Mato Grosso do Sul, mas da Comissão de Desenvolvimento Regional. E é o Ministro nessa condição. Aqui, somos a Comissão de Desenvolvimento Regional, que tem uma causa que é localizada em um ponto do Brasil, mas que mexe com o Brasil, com vários Estados do Brasil e com outros países, já que a nossa produção não serve apenas ao nosso território; escoamos para outros países, saindo do Mato Grosso e saindo do Mato Grosso do Sul.

Então, eu gostaria de me colocar à disposição, meu caro Senador Figueiró, em nome do nosso Presidente, para irmos até o Ministro da Integração Regional, em nome dos colegas que vieram aqui, de V. Exª, de Waldemir, de Delcídio, com o nosso Presidente encabeçando essa visita ao Ministro da Integração Regional, para que possamos fazer uma visita com ele, o mais rapidamente possível, ao Pantanal. E não é para ele ficar atolado como, por sorte, ficou o Marechal Rondon no cerco que foi feito à Coluna Prestes – por sinal, amanhã vai ser entregue de volta o título de Senador ao Prestes. O Rondon cercou, com sua tropa, o Prestes, mas ele, Rondon, não estava. E a Coluna ocupou a casa do Rondon para levá-lo e, assim, permitir que a fuga fosse mais fácil. Mas o Rondon, por sorte, ficou atolado no Pantanal e não havia chegado ainda em casa. Não foi levado, foi atolado. Foi benfazejo, digamos assim, porque ele não foi capturado.

Acho que deveríamos levar o Ministro ao Pantanal não para ele ficar atolado, mas para ele tirar a proposta do papel. No papel, ela não tem serventia. Já foi muito positivo o passo que foi dado. Mas, de 2007 a 2012, já se foram cinco anos. Estamos em 2013. Então, penso que, antes da próxima eleição, poderíamos levar o Ministro lá para ele resolver esse problema para nós.

Senador Figueiró, por favor, ocupe aqui esse lugar, que é de V. Exª também, para conduzir os trabalhos. Eu agradeço a participação de todos. Coloco-me inteiramente à disposição, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Vejam, senhores debatedores, como a solidariedade é grande.

O Senador Inácio Arruda representa uma região em que falta água e vem solidarizar-se a nós, de uma região que está farta de água. Esse é o Senado da República, perfeitamente sintonizado com a realidade da Nação e os anseios dos habitantes de todas as regiões.

Eu disse, de início, que me sentia honrado e emocionado com o que ouvimos aqui e com a solidariedade que estamos tendo dos Senadores da República. Permito-me agora conceder a palavra ao eminente Senador de nosso Estado, Senador Waldemir Moka. Depois, com a permissão dos Srs. Senadores, ouviremos também a palavra do Deputado Federal Reinaldo Azambuja, que tão bem representa o nosso Estado na Câmara dos Deputados.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Figueiró, eu gostaria de ouvir o Deputado Federal Reinaldo Azambuja até por uma questão de coerência.

Primeiramente, pedindo desculpas, digo que presido a Comissão de Assuntos Sociais aqui, no Senado. Tive que tocar a agenda lá e pedir permissão para vir para cá. Então, não acompanhei a exposição. Até já ouvi parte da fala do Senador Delcídio. Acho que colocar o Deputado Federal Reinaldo Azambuja na minha frente para falar, seria bom. Primeiramente, ele acompanhou o debate. É uma questão de dar prioridade para quem acompanhou o debate. E eu falaria depois, porque o que eu conheço desse tema é uma enrolação que não tem tamanho.

Essa comissão interministerial... Quantas e quantas vezes a Bancada já foi lá. Por isso eu queria ouvir o Senador – já estou fazendo profecia aqui – Reinaldo Azambuja. A sugestão que fez o Senador Inácio Arruda, considerando que o Presidente é o Senador Benedito de Lira, nosso amigo aqui, também da Comissão de Agricultura, da Integração Regional... Então, transformar essa questão interministerial e focar num único Ministério, o da Integração mesmo. Acho que é onde podemos ter os recursos necessários.

Já que existe uma decisão técnica do que fazer, agora eu acho que caberá a nós provocarmos exatamente para que se aporte investimento, recurso. Se há uma decisão, e, pelo que disse o Inácio Arruda e, acredito, a Profª Emiko, esse tema já está esgotado, tecnicamente, quanto ao que fazer e ao como fazer, então, agora é a questão de alocar recurso. E acho que o Ministério da Integração seria realmente o mais indicado.

E, para encerrar o assunto, vamos ter que, na minha avaliação, provocar essa reunião com essa comissão interministerial, para eles entregarem oficialmente o estudo e ver qual é a conclusão deles. A partir dessa conclusão, focar um ministério no sentido de alavancar recursos. Senão, vamos continuar discutindo o assunto, e me parece que a situação é de que precisamos agir e fazer com que essas coisas cheguem para resolver o problema.

Acabei me posicionando. É isso que eu precisava fazer. Eu queria ouvir o Deputado Federal Reinaldo Azambuja.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. PSDB – MS) – Com a palavra, o Deputado Federal Reinaldo Azambuja.

O SR. REINALDO AZAMBUJA (PSDB – MS) – Quero cumprimentar o agora Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Senador Ruben, e autor do requerimento, a Drª Emiko, o Pedro, o Luciano, a Cristina, o Ruivaldo, que foram os expositores das ações, o Senador Delcídio e o Senador Moka, do nosso Estado.

Brevemente, Senador Ruben Figueiró, quero começar por questões ideológicas – e aqui o Senador Delcídio mostrou as ações que teriam que ter sido desenvolvidas para resolver o problema. A causa do problema nós conhecemos. Eu mesmo, em 1979, estava no Distrito de Silviolândia, na beira do Taquari, lá para cima de Coxim, numa pescaria com uns amigos, na época eu tinha 16 anos, e eu vi uma cena de que eu não me esqueço até hoje. Nós estávamos na beira do Rio Taquari, quando vi um trator de esteira jogando a mata ciliar dentro do rio, em 1979. Empurrou para dentro do rio, com as árvores. E agora nós sabemos que essa foi uma das causas do que nós vivemos hoje. As pessoas que estão lá a quilômetros de distância estão pagando por uma irresponsabilidade de alguns – na época o Delcídio falou do Polocentro, o programa de desenvolvimento do Cerrado, que causou isso que nós vivemos hoje.

Precisamos agora resolver esse problema. Aqui foi falado por todos sobre os problemas do homem pantaneiro, que convive tranquilamente, na sua produção, com a proteção ambiental, porque aquele ambiente ali é que lhe dá sustentabilidade. Eu conversei muito com a Drª Emiko sobre isso.

Eu vejo aqui, agora, o art. 10, que está no seu requerimento. Fui chamado de "Deputado motosserra" por defender esse art. 10, que foi escrito pela Embrapa Pantanal. O Moka lembra disso. Nós recebemos, na época do Presidente do Sindicato Raphael Kassar, o texto que os homens pantaneiros, as pessoas, a Embrapa Pantanal – e acho que não tem nenhuma instituição com credibilidade maior para falar com co-

nhecimentos técnicos e científicos do Pantanal – nos trouxeram, exatamente este texto aqui, assinado pela Embrapa Pantanal.

Eu lembro que eu, Moka e alguns outros Deputados fomos ao Aldo Rebelo, Relator do Código Florestal, e entregamos o documento a ele, que disse: "É isso que atende tecnicamente às questões do Pantanal e das pessoas que vivem no Pantanal?" Moka lembra. É isso que nós temos.

Acho que a Embrapa Pantanal é uma instituição respeitada e conhece as realidades da convivência da produção e da proteção ambiental que há séculos vêm aí.

Alguns desses xiitas, referidos aqui pelo Delcídio, que eu entendo que estão não pela causa de proteção ambiental, mas, sim, por interesses outros, nos criticaram e nos chamaram de "Deputado motosserra", por defender o que a Embrapa Pantanal escreveu e que está aqui hoje, aprovado por todos nós, o relatório, que é o Código Florestal vigente no País.

Entendo que o que precisamos – sabemos o que causou o assoreamento, os problemas que vocês vivenciam – é, realmente, nos unir para cobrar solução imediata, sair do discurso e ir para a prática. Não adianta ficar discursando sobre os problemas. Conhecemos os problemas, quais as possíveis soluções, o Delcídio mostrou, e os investimentos. O que precisa é o Governo Federal tomar consciência de que deve fazer os investimentos necessários.

O que precisa ser feito, a Drª Emiko sabe, nós sabemos, vocês sabem. Agora, o Governo Federal precisa também colocar a mão na massa, fazer os investimentos necessários. Não adianta ficar discursando, discursando, se reunindo. Isso é importante, mas agora é uma questão de proteção daquele que é um dos mais importantes biomas do nosso País. Produtores estão pagando, os ribeirinhos, as pessoas, famílias estão sendo desalojadas por esse acidente ambiental, que foi causado por negligência, por n problemas, e que continua. Não sei, eu não ouvi a fala da Drª Emiko, mas, se não estivermos lá em cima, no planalto... Criamos uma subcomissão para discutir a questão do planalto, da planície, dos rios que correm para o Rio Paraguai, de proteção, de terraceamento, de curva de nível. Nós vamos continuar. Não adianta mexer aqui embaixo, lá na planície pantaneira, se o problema começa lá em cima.

Então, essas questões precisam de ações pontuais, Senador Ruben, por parte do Governo. Se é o Ministério da Integração Nacional, Delcídio, vamos centrar fogo nisso, vamos todos nos unir. Não adianta discutir com seis ministérios. Muitas vezes, não se resolve a questão.

Eu acho que a Comissão de Desenvolvimento Regional tem condições de encaminhar essa questão como a questão do País. Bioma pantaneiro é um bioma nacional que precisa ser protegido. Conviviam ali, pacificamente, as questões de produção e proteção ambiental, até os dias de hoje. Ninguém é mais interessado em proteger aquelas belezas naturais do que o homem pantaneiro, as pessoas que ali vivem, que tiram o seu sustento dali. Mas nós não podemos deixar que questões ideológicas, como nós vivemos, na discussão do próprio Código Florestal, que eu relatei, suplantem as ações pontuais que precisam ser feitas.

Eu acho que cabe a todos nós apoiar essa decisão da Comissão de Desenvolvimento Regional, trabalhar no Ministério. E nós, na Câmara Federal, estaremos juntos, tenho certeza, nas comissões de que fazemos parte, que podem, realmente, se solidarizar com essa questão, Senador Ruben, que vocês estão tratando aqui no Senado da República. Acho que é importante sair do discurso e ir para a prática e cobrar do Governo ações de investimento. Não vamos conseguir recuperar esse desastre ambiental que o Delcídio mostrou aqui. Já está mapeado. O que precisa ser feito já temos identificado. Agora, é questão de fazer os investimentos necessários e sair do discurso.

Acho que essa questão se resolve com a boa vontade do Governo Federal. Entendo que, se colocarmos essa questão no Ministério da Integração, talvez possamos ter avanços, se tivermos o apoio político da Casa Civil e do Governo para que seja colocado, como questão de governo, resolver o problema do Rio Taquari, que todos nós já conhecemos, desde as causas até as soluções. Agora, nós precisamos é dos investimentos para resolver esse problema.

Estamos à disposição na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PMDB – MS) – Muito grato a V. Exª, Deputado Reinaldo Azambuja, pela solidariedade que empresta ao Senador Delcídio, ao Senador Moka, a mim e, sobretudo, à Comissão de Desenvolvimento Regional. O apoio da Câmara dos Deputados para esta ação que nós vamos, se Deus quiser, realizar é extremamente importante para nós.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para as suas considerações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Figueiró, apenas para parabenizar a iniciativa de V. Exª, cumprimentar aqui o Pedro Lacerda, que representa a Prefeitura de Corumbá; o Luciano, que é o Presidente do Sindicato Rural de Corumbá; a Vereadora e amiga, Cristina Lanza; e o Nery de Andrade.

Qual a preocupação que eu tenho, Figueiró? As pessoas que vieram, hoje, a esta exposição trouxeram

o encaminhamento. A Profª Emiko conhece isso como ninguém, é uma pessoa por quem tenho um carinho muito grande, sei da sua seriedade.

Eu não tenho assento na Comissão de Desenvolvimento Regional, não faço parte desta Comissão. Faço parte das Comissões de Agricultura, Assuntos Sociais e Infraestrutura. Mas, como disse o Senador Inácio, com o apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional, que tem uma interface com o Ministério da Integração, porque é a ligação que tem, como Assuntos Sociais tem com o Ministério da Saúde, eu acho que o caminho – V. Exª vai conduzir – é os três Senadores do Mato Grosso do Sul e a Bancada Federal, os Deputados, pedirem urgentemente uma reunião desse Conselho Ministerial. Se não for possível juntar – são seis ministérios –, vamos pelo menos ver o que é que eles têm, qual é a conclusão. Feito isso, discutir qual ministério vamos focar, com vista a arrumar recurso, porque é um investimento.

A discussão era: faz a dragagem, faz mata ciliar. Eu sei que há uma iniciativa, lá na Região Norte – e muita coisa já foi feita –, de plantio de mata ciliar. Mas o pessoal de Corumbá, com razão, percebe que aquilo não chega, não resolve o problema, e cada vez mais é inundação, inundação, e os produtores perdendo as suas terras. Então, o pessoal quer uma solução urgente, o problema é agudo, e nós temos que ir atrás do recurso, do investimento.

No meu entendimento, salvo melhor juízo, é melhor focar o Ministério da Integração. Quem sabe, Senador Delcídio, Deputado Reinaldo, Senador Figueiró, convidar o Ministro da Integração para que ele vá lá com a gente, percorrer, mostrar o problema e dizer: esse é o problema, e a solução técnica defendida pela Embrapa e por uma série de técnicos é esta aqui. Qual o montante de recursos de que estamos falando? O Ministério da Integração Nacional, quando você tem uma proposta e um assunto como este, momentoso, agudo e que precisa de solução, eu acho que é um ministério que pode despender um volume grande de recurso. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, a gente sabe que é um ministério que tem dificuldade orçamentária. Não é o caso do Ministério da Integração Nacional, que tem recursos mais fáceis e em volumes maiores. Daí por que eu defendo o Ministério da Integração.

Parabenizo todos aqueles que vieram aqui. Quero dizer da alegria de recebê-los aqui, e, mais uma vez, me penitenciando, me desculpando, mas está acima do que eu poderia fazer. Hoje, para vocês terem ideia, a discussão na Comissão de Assuntos Sociais é a contratação de médicos estrangeiros para o Brasil. Quer dizer, eu não tenho como ficar fora também dessa discussão, porque presidente de comissão não tem como não presidir um debate como esse, que está pegando fogo no País inteiro. É um assunto polêmico, controvertido e eu tinha que estar lá. Na hora em que pude... No primeiro momento, Senador Figueiró, em que pude passar a Presidência para outro Senador, vim aqui para cumprimentar, mostrar o meu respeito e a minha preocupação e me colocar junto. É claro que entre nós temos o Senador Delcídio, cuja cidade é Corumbá e que conhece, tenho certeza, o assunto com mais detalhes, com mais profundidade, imagino eu, do que qualquer um de nós aqui, do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Senador Figueiró.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só fazendo um registro do acerto de se escolher o Ministério da Integração como Ministério líder dessa ação, porque quem tem rubrica orçamentária para atender esse tipo de atividade é o Ministério da Integração. Quando fui relator e colocamos os recursos para começar esse trabalho no Taquari, os recursos para intervenção foram colocados no Ministério da Integração. Portanto, é absolutamente lógica a escolha do Ministério da Integração como comandante dessas ações.

Não poderia também deixar de registrar aqui a presença do Daniel Marinho, Presidente da SOS Taquari, e da Luciene Deová, Secretária de Meio Ambiente de Corumbá, minha cidade. Quero registrar a presença dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Senador Moka, o Presidente eventual, aliás Vice-Presidente desta Comissão, Senador Inácio Arruda, já declarou a sua disposição de liderar, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, uma visita ao Ministro da Integração, inclusive convidando-o para ir *in loco* conhecer a nossa realidade. Claro que não vamos deixá-lo se atolar, como fez o General Rondon naquela ocasião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Primeiro vamos checar a versão do Senador Inácio Arruda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Quem conhece a história da Coluna Prestes sabe que, já fugindo das forças legalistas, passou por Mato Grosso, na região de Mimoso, onde pensava estar o General Rondon. Por isso, não o encontrou lá. Se encontrasse o General Rondon, tenho absoluta convicção de que ele bateria armas contra a

Coluna Prestes, que se refugiou na região boliviana próxima de Cáceres. É o que a história registra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Essa já é a versão do Figueiró. *(Risos.)*

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Figueiró, só vou registrar aqui que meu avô por parte de pai veio fugido da Espanha por causa do Franco. Ele tinha uma fazenda chamada Descalvado. Quando a Coluna Prestes entrou no antigo Mato Grosso, acamparam dentro da Descalvado. À noite, meu avô, que tinha umas ideias um pouco mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Conservadoras, não, avançadas, acho que muito avançadas para a época... Acho que o Pedro Lacerda não conheceu meu avô, Ramon Gómez, mas, com certeza, o pai dele o conheceu. À noite, o Luiz Carlos Prestes ia jantar na casa com ele para conversar no retiro, todas as noites. Então, a gente conhece bem essa história do Senador Inácio Arruda. Com todo o respeito, não concordo com ela. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – A opinião é unânime, mas, nesse instante, queria...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Figueiró, só insisto que, antes da ida ao Ministro da Integração, temos que ter acesso ao relatório dessa comissão interministerial. Acho que isso é fundamental. Temos que ter acesso a esse documento porque, a partir desse documento, vamos poder encaminhar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Senador Moka, ao início da minha explanação, inclusive sugeri fazermos um requerimento de informações a quem de direito para que nos dessem todos os dados necessários do que se fez até agora e o porquê da paralisação dos trabalhos dela. Com base nisso, evidentemente, a Comissão vai promover a reunião, junto ao Ministro da Integração, para agirmos.

O que eu gostaria de deixar bem claro a todos os senhores de Corumbá aqui presentes é que vamos levar a sério isso.

Tenho uma característica na minha vida, até pela minha altura. Não deixo passar nada por alto. *(Risos.)*

Meu compromisso, e eu disse aos senhores, em Corumbá, é que eu iria me associar ao Senador Delcídio e ao Senador Moka na defesa dessa nossa legítima reivindicação, que é a restauração econômica, social, ambiental do Pantanal mato-grossense, sobretudo na região do Taquari.

Passaremos, agora, a ouvir a Srª Drª Emiko Resende para responder os questionamentos que tive oportunidade de fazer.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Senador Figueiró, tentei anotar todos os detalhes aqui.

Começaria minha fala pelo seguinte: esse documento da comissão interministerial – na época, eu o recebi e li – é tão ruim que me esqueci dele. Existem ações incompletas dentro do documento. Quando o Procurador Daniel Fontenele me questionou a respeito do documento, fui recuperar e me lembrei que tinha sido esquecido por causa desse fato.

É um documento que desfigurou totalmente o que havia sido proposto. Passou por n mãos, inclusive por pessoas que não entendiam de Taquari. Aquilo ficou muito ruim, muito ruim mesmo. Então, esqueci. Tirei aquilo da minha memória. Quando o Procurador me perguntou, lembrei de pedir para a biblioteca e achei. Estavam lá as minhas anotações. Me esqueci dele, porque não servia para nada.

O que eu acho que tem que acontecer é o seguinte. Temos agora a SOS Taquari trabalhando. Todas essas propostas que afetam todos os moradores da região devem ser discutidas com todos os moradores que vão ser afetados. Por exemplo, a dragagem, como temos que fazer isso? De repente, dependendo da forma como for feita, vai afetar mais um ou mais outros. Então, acho que tem que ser uma coisa muito bem discutida. Dependendo de como for feita, de repente, as consequências vão ser piores do que a intenção com que foi feita. Tem que se ter muito cuidado para fazer isso, talvez devagar, porque são 30 anos de evolução do sistema. Para se voltar ao que era, tem que ser feito muito devagar, porque, segundo uma lei da física, a toda ação corresponde uma reação de igual intensidade e em sentido oposto. A gente de repente tem que fazer essa intervenção devagar. Certamente, canalizar e direcionar a água vai fazer com que o ambiente tenha mais áreas que sejam recuperadas e que voltem a ser passíveis de uso pela pecuária e com que se direcione a água para os ambientes inundáveis, onde os peixes vão poder se multiplicar e sobreviver em uma taxa maior.

Então, esta é a questão: tem que ser feito com todo cuidado. Acho que nesse ínterim o maior ator que deve estar dentro desse processo é a SOS Taquari – é a minha opinião – para que as intervenções sejam feitas da melhor forma possível.

Voltando à questão, vamos fazer uma enorme área de preservação ambiental, uma APA ou qualquer coisa que seja? Se não houver nenhuma intervenção, vai ser pior a emenda do que o soneto, porque esse assoreamento é remontante e, acima do Caronal, se nada for feito, vão se abrir mais bocas e aumentar mais as áreas inundadas. O leito do rio é em cumeeira e não tem capacidade de transporte de água. Então,

tem que ser feito, de qualquer forma, senão, daqui a pouco, todo o Paiaguás vai ter que virar uma área de preservação, mas isso não vai resolver o problema nem do pescador, nem do fazendeiro, nem do próprio ambiente, porque vai passar a ser outro ambiente: não vai ser um Pantanal inundável, mas um Pantanal inundado, o que é muito diferente.

Deixe-me ver o que mais. *(Pausa.)*

Quanto ao Código Florestal, estamos trabalhando junto com o Imasul para definir o que são essas áreas de uso restrito. Dependendo de como a gente consiga fazer o trabalho no Pantanal, dependendo, então, de como a gente consiga negociar dentro de um sistema que a gente está desenvolvendo de fazenda pantaneira sustentável, que são...

A pesquisa logicamente envolve um monte de coisas que o leigo não vai entender, mas, ao final, vão aparecer indicadores fáceis de o fazendeiro adotar e de acompanhar e que vão dizer a ele o quanto ele está sendo sustentável ou não do ponto de vista econômico e ecológico, porque o social vai ter que ser em boa parte providenciado pelo próprio Governo. Ações sociais são do Governo, principalmente de infraestrutura.

Dependendo de como esses estudos avancem e do tipo de atividade de pecuária que for exercitada no Pantanal, os indicativos são de que não há necessidade de se ter reserva legal, nem APP, dependendo de como se maneje. Como já disse o grande poeta Manoel de Barros, o Pantanal não comporta réguas. Todo ano a fisionomia é diferente, dependendo do nível de inundação. Os fazendeiros, ao longo do tempo, já conviviam com isso, sabiam conviver com isso, mas a tal da globalização colocou, com a intensificação dos processos e uma competitividade maior, todos esses sistemas em xeque. Então vamos ter que aprender a conviver de outra forma com essa globalização.

Aliado a isso e tendo esses indicadores de sustentabilidade definidos dentro das propriedades pantaneiras, também tentar alcançar alguma coisa que seja o que a gente está chamando hoje em dia de multifuncionalidade. O Projeto Biomas, do CNA, está trabalhando conosco para desenvolver inclusive enriquecimento de florestas nas áreas florestadas dentro do Pantanal para poder se ter madeira para uso local e para melhorar essas espécies nativas para que possam ser mais efetivas e, além de madeira, produzir outros benefícios, como é hoje o cumbaru ou baru, que produz uma castanha que é muito melhor, de repente, do que muitas outras castanhas que estão aí.

Então é uma questão de a gente ir trabalhando todos esses conceitos porque, como o Pantanal é único, ímpar no mundo, a legislação que se aplique tem que ser única e ímpar. É por aí que vamos caminhar. A pesquisa está indo nessa direção.

O que mais que eu deixei de falar, Senador? *(Pausa.)*

O Senador Delcídio tem toda razão nas propostas que está fazendo. Tenho quase certeza de que ele fugiu daquele livreto horroroso que tem lá.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com aquele livreto estou na base, Emiko, de não li, não gostei.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Pois é. Li, não gostei e esqueci dele.

Enfim, acho que podemos fazer essa proposta de recuperação conciliando, então, a parte de engenharia com a parte da vivência e da vida dos pantaneiros na região. Certamente, o Ministério da Integração Regional deve ser, então, na minha modesta opinião, onde a gente pode alocar os recursos para fazer isso.

Deixei de responder alguma...

E fazendo todas essas coisas, podemos também recuperar a atividade pesqueira e melhorar a produção pesqueira para a bacia do Taquari.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho fundamental que a gente tenha uma proposta de lá, do pessoal do Pantanal, dos pantaneiros. A Embrapa poderia formatar uma proposta, "achamos que a solução se dá dessa forma", e procurar o recurso para aplicar a proposta que a Embrapa Pantanal defende. Será discutida entre os segmentos envolvidos, seja pescador, produtor rural e, principalmente, o pessoal que está com a área inundada. Chegar ao Ministro com uma proposta e só pedir o recurso é muito mais prático, até porque na Integração Nacional não vamos ter técnicos para propor solução. Percebo que, pelo que a Profª Emiko está falando... Se é a SOS Taquari... Acho que a gente tem que formatar uma proposta.

A solução, no nosso entendimento, se dará dessa forma. Penso assim.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Só esqueci de falar o seguinte. Temos hoje em vigor no País o Programa ABC, que o Senador conhece. É um programa que financia agricultura de baixo carbono para recuperação de áreas degradadas no Brasil inteiro. É uma das oportunidades ímpares que existem, e o juro é baixo, de tentar recuperar todos os pecuaristas que estão no Alto Taquari e que também estão quebrados, para parar de mandar areia e água para baixo, porque também isso é necessário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu entendo. Acho que essa é uma alternativa e um recurso que, teoricamente, está à disposição. Principalmente se, com esse recurso, a gente promover, além da recuperação da área degradada, a recuperação do Pantanal, aí não tenho dúvida de que vamos ter muita facilidade de colocar esse crédito à disposição.

Por isso, estou dizendo, Profª Emiko e Senador Figueiró, que formatássemos: vamos começar com recuperação lá em cima, dragagem dessa forma, com cautela... Temos que ter uma formação de algo para poder dizer que esse é o caminho. Assim, poderíamos até chamar o Ministério do Meio Ambiente para opinar.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – O caminho, na verdade, são todas aqueles propostas que já foram colocadas na apresentação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Senador Moka, em abono ao que está afirmando a Drª Emiko, durante a exposição dela, ao final, ela elencou uma série de medidas que devem ser programadas para execução não somente na região planalto, região, sobretudo, de São Gabriel do Oeste, como na região pantaneira. São n sugestões, que naturalmente vão servir para se preparar o relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional. Não me recordo aqui quantas são, mas creio que são mais de vinte sugestões no sentido de se adequar um programa que possamos levar ao Ministro da Integração.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei, Senador Figueiró. Não estou querendo ser polêmico, absolutamente. Só estou querendo ser prático. Temos que levar para o Ministério da Integração uma proposta formatada, com custo estimado, para poder falar de recurso. Só estou querendo ser prático. Não tenho a condição técnica de dizer entre o que foi elencado, mas o que na avaliação... Isso em algum momento vai ter que ter. É claro que não vamos fazer isto, mas tem que ter algo como "para isso aqui, o orçamento é mais ou menos esse e precisamos desses recursos para implementar essas alternativas de solução".

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Com a palavra o Sr. Pedro Lacerda.

O SR. PEDRO LACERDA – Sr. Presidente, Senador Figueiró, até para corroborar o que disse o Senador Moka, o senhor fez algumas perguntas à Drª Emiko, Chefe da Embrapa Pantanal. Acho que, se o senhor – gostaria de sugerir – fizesse essas perguntas e ela fosse colocando pautadamente o posicionamento dela, o Senador também já vislumbraria uma ideia melhor para fazer a proposta.

Concordo também com isto: não adianta irmos ao Ministério sem uma proposta. As perguntas pautadas à Drª Emiko seriam de extrema importância, até para o posicionamento da Embrapa Pantanal. A gente vai nortear qualquer uma dessas propostas com a Embrapa Pantanal dando o seu aval. Acho que seria importante até para a gente conhecer um posicionamento melhor da Embrapa Pantanal sobre a questão do Taquari.

Então, Senador, me desculpe, não sei se regimentalmente ou de outra forma eu poderia sugerir, mas, se o senhor fizesse as perguntas pautadamente porque foram feitas meio... A Drª Emiko, pelo que percebi, não conseguiu anotar todas. Seria importante até para a gente conhecer um posicionamento melhor da Embrapa Pantanal sobre o assunto. As perguntas que o senhor elencou são pertinentes para o momento inclusive.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Figueiró, vou sugerir uma coisa. Em função até do tempo nosso, poderia passar as perguntas, os questionamentos todos para a Profª Emiko. Vamos marcar... Vou com V. Exª, e convidamos o Senador Delcídio, à Embrapa Pantanal, em Campo Grande...

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Em Corumbá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Em Corumbá?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Em Corumbá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou falando do ponto de vista mais prático, porque, às vezes, a decisão da Embrapa pode estar lá, em Campo...

O que eu estou sugerindo? O que o Pedro está dizendo: nós temos que ter uma proposta com o aval técnico da Embrapa Pantanal, que ouviu os segmentos envolvidos. Aí nós vamos chegar no Ministério da Integração e dizer: "Olha, isso aqui foi discutido por um comitê interministerial, tem proposta de tudo aqui, mas a Embrapa Pantanal tem essa proposta aqui, que é endossada por Mato Grosso do Sul, pelos segmentos envolvidos, com o que fazer, o quanto custa e vamos correr atrás do recurso." Salvo melhor juízo, se nós não tivermos objetividade e praticidade, nós vamos continuar discutindo esse assunto mais um ano, dois anos e não vamos encontrar solução, que é o que eles querem. Só estou querendo ser prático, e não polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Senador Moka, a nossa intenção aqui é levar ao final e ao cabo, para resolver o problema. Nenhum de nós é poeta e respeitamos muito o Manoel de Barros, mas queremos ação, queremos solução. Essa é a intenção de V. Exª, é a intenção do Senador Delcídio do Amaral, é a intenção solidária do Deputado Reinaldo Azambuja. Vamos persegui-la.

Agora, para atender à solicitação do Sr. Pedro Lacerda, eu gostaria de repetir aqui as perguntas que eu tive oportunidade de fazer à Drª Emiko, que se estende também para todos os senhores e senhoras debatedores aqui. Mas, antes, de repetir as perguntas, eu concedo a palavra à Srª Vereadora Cristina Lanza.

A SRª CRISTINA LANZA – É só para contribuir com a discussão. Eu estou entendendo bem o que o Senador Moka está dizendo. Na explanação, parece-me que o Senador Delcídio apresentou algumas sugestões de intervenções inclusive. Então, que nós tirássemos daqui talvez uma reunião para montar uma comissão, porque não se chega no Ministério da Integração dizendo, pelo que estou entendendo: "Precisamos fazer". Não. "Temos que fazer isso aqui. Isso foi discutido, isso é o que foi tecnicamente viabilizado e isso aqui tem um custo. O custo é esse e precisamos viabilizá-lo." Senão, não adianta chegarmos, seja em qual ministério for, o escolhido aqui é o da Integração, sem ter esse subsídio nas mãos. Nós precisamos – eu sei que as coisas funcionam assim, até porque sou de uma universidade federal e sei como é que funciona – ter projeto e custo.

Então, para nós andarmos, devemos tirar daqui, o senhor como Presidente da Comissão, quem é vai ficar responsável por colocar isso aí no papel. A Drª Emiko, como representante técnica da questão, que tem muita competência para isso? A sugestão que o Senador Delcídio deu de intervenções vai se juntar a essas sugestões? Vai levantar custo, fazer um projeto? Eu acredito que este é o caminho que temos que seguir daqui para frente para andar: prático, técnico.

É a minha opinião. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Perfeitamente, Srª Vereadora.

Bom, eu vou repetir os questionamentos para que a Drª Emiko e os senhores também, se quiserem, possam oferecer resposta.

A primeira pergunta...

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Uma de cada vez, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Perfeitamente, vai ser uma de cada vez.

A primeira pergunta é a seguinte: o desenvolvimento de um projeto de reversão do assoreamento poderia ser desenvolvido em quanto tempo e qual seria o custo estimado para tais obras? Que tipo de intervenção, ou seja, de dragagem seria mais conveniente?

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Existe uma proposta que já foi encomendada pelo Senador Delcídio do Amaral que, inclusive, acho que tem custos calculados. Só que eu acho que ela teria que ser discutida junto com a comunidade, porque tem a questão de fazer isso começando pela montante ou começando pela jusante. Então, SOS Taquari, as pessoas que moram ali podem discutir isso e chegar a melhor consenso; não sou nem eu que vou dizer. Mas acho que deveria começar a jusante e depois subir. Acho. Então, teria que discutir com o pessoal do SOS Taquari.

Posso ir lendo e falando?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS.) – Pode ler.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – "O que tem sido feito para recuperar as áreas e afluentes do Rio Taquari?" No planalto, eu sei que existem situações pontuais, um recurso para fazer, viver, outro recurso para não sei o quê. Mas os resultados, no meu entender, ainda tem sido muito tímidos. É preciso ter um programa mais pesado de intervenção. Eu acho que isso poderia ser feito pelo ABC, porque aí vai haver recursos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, eu conheço alguns ali naquela região de Pedro Gomes, de Sonora. Eles fizeram reposição de mata ciliar. Na verdade, é pontual, mas é bem positivo, Profª Emiko. Mostrar a recuperação da mata ciliar ali tem alguma... Agora, o que acontece? A descontinuidade. Não se tem aporte de recurso. Sai um pedaço, faz um plantio e aí para. E aí, vai chegar no... Por isso que eu digo o seguinte: cada um tem um jeito de ver essa intervenção. Essa é a maior dificuldade. Cada um propõe uma coisa. E para você ter uma proposta... Por isso que nós temos que ter uma proposta nossa, sujeita a críticas, é claro, de ecologistas, de não sei quem, de não sei quem, mas uma proposta que, na nossa avaliação, é a que melhor nos atende. Esse é o problema.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Pois é, Senador, o que eu acho é que esse Programa ABC, que é um empréstimo do Banco do Brasil a juros baixos, faz com que o pecuarista do planalto se capitalize, ganhe dinheiro e consiga tocar seus projetos de recuperação, incluindo mata ciliar. É a minha opinião. Nós estamos trabalhando com esse ABC para dentro do Pantanal, que é outra coisa, mas está entrando. Se você pegar um produtor que não tem recurso, que está descapitalizado, ele não consegue fazer mesmo. Enquanto houver o dinheiro que vem de fora, ele faz, depois ele esquece, porque não dá conta. Eu tenho esperança de que esses recursos do ABC sejam capazes de dar essa alavancada e fazer o produtor se recuperar desse tranco, se as conjunturas econômicas mundiais ajudarem, mas é um caminho melhor do que o dinheiro do MMA, do Fundo Nacional do Meio Ambiente, de não sei quê, que não tem continuidade. O senhor tem toda a razão. Acho que sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nessa proposta eu tenho condição de ajudar mui-

to junto ao Ministério da Agricultura. Aqui se discute muita agricultura, mas não se discute ou quase nunca se discute pecuária. Este é o momento oportuno. Vamos juntar as duas coisas: a discussão da pecuária e a preservação do meio ambiente, recuperação de passagens degradadas.

Por isso eu só sugiro, Senador Figueiró, que nós tenhamos uma proposta para a Srª Emiko. Mas vamos colocar um prazo: daqui a 15 dias, um mês, nós vamos nos reunir com a Embrapa e apresentar a proposta formatada. Aí, vamos correr atrás de recursos. Se for esse pelo Programa ABC, nós vamos atrás dele. Agora, temos que ter uma proposta. Ela vai sofrer críticas. Essa discussão eu conheço; um concorda com a dragagem, outro quer não sei quê, o outro não sei mais o quê. Mas vamos fazer uma proposta – é preciso coragem para fazermos uma proposta – e nos sujeitarmos a críticas. O que vamos fazer? A que for a melhor para nós é a que vamos defender. Aí não me cabe, eu não tenho condição técnica de opinar a respeito disso.

O SR. RUIVALDO NERY DE ANDRADE – Como morador ribeirinho, como povo, a solução que é criada lá, a solução que a gente imagina, que a gente não tem estudo, mas é morador nato de lá, é a dragagem. Todo mundo acha que não, mas a gente já tem exemplo, fizeram dragagem em certos pedaços e voltaram as árvores, foram nascendo normalmente. Para nós, pequenos, a solução é a dragagem. Tampar os arrombados e o rio entupido, o que vai acontecer? Ele vai arrombar em algum lugar, todos nós que moramos lá sabemos disso. Era isso que eu queria falar. Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Continua a Drª Emiko.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – "Há projetos na Embrapa para recompor esse prejuízo econômico, recolocando a região no cenário de desenvolvimento de Estado? Já existe algum plano de recuperação econômica para os produtores da região em andamento?" A gente acha que, se a gente puder fazer dragagem em pontos estratégicos e fazer a manutenção das barrancas para não arrombar mais, já é uma atividade que pode estar em andamento e que, devagar, pode recuperar. Começa a canalizar água, começa a direcionar água, tira áreas dessa inundação permanente e começa a recuperar. Então, acho que isso é possível.

"A senhora acredita que controlando o leito do rio, através do fechamento das bocas e da dragagem, restabelecendo o pulso temporário da inundação, será possível recuperar a produção de peixe?" Tem que ser possível, porque do jeito que estão os pescadores em Coxim hoje é triste. Eles não têm peixe. Está que nem a história da lagosta que o Senador estava contando aqui. Então, se a gente consegue fazer com que determinadas áreas tenham o pulso de inundação, isso faz com que os peixes se recuperem, aumente a produção e se recupere inclusive a atividade econômica de pesca de Coxim. É possível. Essa é uma forma estratégica de controlar fechamento de arrombados para levar o rio a ser canalizado e manter as áreas de inundações temporárias para a produção de peixes. É possível.

"Preservar o quê, se o 1,5 milhão de hectare debaixo d'água não tem mais peixe, aves, animas, flora?" Proposta defendida por setores ambientalistas. "O que a senhora acha da sugestão de se criar essa APA?" Já respondi, não é? Se não se fizer nada, toda a Paiaguás vai virar APA.

"Há esperança de que o problema do Taquari seja de fato resolvido ou apenas mitigado sem uma solução definitiva? Quais são as reais perspectivas?" Quem conviveu com o Taquari sabe como é o Taquari. Nós vamos ficar eternamente controlando o Taquari. Os moradores de Taquari têm que ter esta consciência de que vamos estar o tempo todo tentando colocar o rio em seu eixo para a gente poder trabalhar, porque o Rio Taquari é muito diferente de tudo quanto é rio que a gente já viu na vida. Mas é possível. Se eles conviveram por 200 anos, porque nós não poderemos conviver por mais 200?

Sobre o Código Florestal já falei todas as questões. Acho que é só.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Consulto os demais membros da Mesa se desejam se manifestar a respeito dessas perguntas. (*Pausa.*)

Drª Emiko, eu gostaria de dizer à senhora que aquele nosso encontro em Corumbá no mês de março está começando a dar resultado. Nós estamos dando o primeiro passo de uma longa caminhada, que não se resolve absolutamente nesta reunião. Eu me proponho, assim como o Senador Moka, o Senador Delcídio, o Deputado Federal Reinaldo Azambuja, a perseguir nessa luta. É claro, é evidente, que nós não podemos chegar, Senador Moka, ao Ministro da Integração Nacional sem um programa efetivo, que contenha todos os detalhes que sejam necessários para o esclarecimento da questão. Também, como sugeriu o Senador Inácio Arruda, nosso Vice-Presidente, seria interessante que o levássemos lá para verificar *in loco* a realidade que estamos narrando aqui. Esse é o nosso propósito.

Aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional, eu sou o único representante de Mato Grosso do Sul, mas conto com a colaboração dos meus colegas membros desta Comissão. Tenho certeza de que eles me darão forças para que eu persiga esse trabalho. O que estamos conversando hoje, o clamor que vem de

todos os senhores e que tem repercussão em cada um dos representantes sul-mato-grossenses no Senado da República e na Câmara dos Deputados terá, sem dúvida alguma, um eco e um desejo persistente e permanente de encontrarmos uma solução. Eu gostaria de dizer aos senhores, que vieram de tão longe para trazer esse apelo em favor do nosso Pantanal, que essa luta não vem de hoje. Quando eu era Deputado Federal, tive oportunidade, por volta de 1982, de levar uma subcomissão da Comissão do Interior da Câmara dos Deputados para, junto ao Sindicato Rural, que me parece que na época era também o Sr. Kassar, parece-me. Lá, analisamos toda a questão, que já era premente, que já era angustiante. Chegou-se a uma solução – eu não sei se os senhores têm conhecimento dela –, a dragagem do boca do Rio Taquari em um lugar chamado Ilha do Cavalo, que não existe mais; foi totalmente inundado. Para isso, seriam necessárias três dragas. Uma já estava lá, que era da Bacia do Prata; outra, estava a caminho, era da Portobras; precisava-se da terceira. Na época, vim aqui e procurei o Ministro do Interior à época, o atual Prefeito de Aracaju, Ministro João Alves, cuja esposa, inclusive, é membro desta Comissão, que se comprometeu a fornecer a terceira draga. Acontece que, por injunções políticas, ele deixou o Ministério e a ideia feneceu.

Quero contar mais um fato rapidamente. Fiz parte de uma comissão de Parlamentares que foi à União Soviética. Lá, sugeri que o governo soviético se interessasse pela dragagem do Rio Paraguai, de Cáceres a Corumbá, o Cuiabá e o São Lourenço, de Poconé até Corumbá, e de Corumbá, pelo Rio Paraguai, até a Bacia do Prata. É uma história longa, mas eu vou reduzir. Eu lancei essa ideia lá, pensando que eram apenas palavras ao vento, mas não o foram.

Anos depois, talvez uns dois anos depois, vieram a mim, na Câmara dos Deputados, representantes da Embaixada da União Soviética dizer que estavam de acordo com aquela proposta e que o governo soviético tinha recursos para a dragagem de todo o leito do Rio Paraguai e seus principais afluentes, como o Taquari, e que gostariam que eu levasse essa proposta ao Governo. Eu procurei quem? O Presidente do Senado, que, naquela ocasião, era o Senador corumbaense José Fragelli, que todos os senhores conhecem pelos grandes e relevantes serviços que prestou ao País e, sobretudo, ao nosso Estado mato-grossense. Ele concordou com a ideia e convidou um empresário corumbaense, que até foi Deputado Federal, Elísio Curvo, que conhecia bem a realidade. Fomos ao embaixador soviético, que reafirmou o propósito. O governo soviético tinha US$150 milhões, à época, para efetivar o empreendimento e aceitava a nossa sugestão de que nós pagássemos com grãos – soja e milho – e também com minérios, os minérios de Urucum.

Diante dessa manifestação do embaixador, eu fui ao Presidente da República. O Presidente da República credenciou um assessor seu para manter contato com o Ministério das Relações Exteriores, que era, se não me falha a memória, o Ministro Paulo Setubal, para que ele consultasse inicialmente a República do Paraguai. Meses depois, nós recebemos a resposta. Pasmem os senhores qual foi a resposta! O governo paraguaio, na época era o Presidente Stroessner, respondeu que não fazia negócio com comunistas. Diante disso, as coisas não prosseguiram.

Estou citando esses fatos históricos aos senhores para lembrar que essa luta pela preservação do Rio Paraguai e seus afluentes não vem de hoje. Ela se ressalta hoje com a presença dos senhores.

Eu me sinto feliz, já disse, e honrado, com essa oportunidade. Vou lutar e tenho o apoio do Senador Moka, do Senador Delcídio e da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado da República.

Fiquem certos os senhores que essa viagem não foi em vão. Vamos persistir na luta. É claro que a Drª Emiko vai nos oferecer todos os dados que forem necessários, talvez voltando aqui a Brasília, com os representantes que hoje aqui apresentaram as suas sugestões para que isso se torne, amanhã, uma realidade.

Com a palavra o Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vamos estabelecer um prazo desta reunião. Hoje é 15 de maio, vamos marcar para 15 de junho, para que voltemos a conversar com a Emiko. Que a Profª Emiko tente viabilizar – não sei se um mês é pouco, Professora – uma proposta da Embrapa Pantanal. A minha proposta é muito clara: uma proposta da Embrapa Pantanal que ela vai fazer ouvindo os segmentos envolvidos. E, a partir daí, essa será a proposta que a Comissão vai defender em uma ida ao Ministério da Integração.

Essa é uma proposta bem objetiva, com prazo. Aí, se vai haver dragagem ou não, a Emiko tem mais condição... Desculpe chamá-la assim, Emiko, mas você é minha colega professora. Ela vai ter mais condições de dizer o que foi viável nessa discussão e o que foi possível. Porque eu conheço isso, Figueiró, e me lembro do pau que levou a proposta da dragagem! Eu me lembro disso!

Começa vindo um segmento, depois um ambientalista, diz que está errado, que está furado... Há interesses de todos os lados. Então, temos que ter a coragem de ter uma proposta que atenda às necessidades lá, principalmente, de quem? Do produtor que

está vendo a sua serra ser inundada e não consegue sair disso.

Eu acho que, fundamentalmente, se V. Exª concordar com um prazo – não precisa ser o que estou sugerindo –, para que a gente saiba que, daqui a 30 dias, temos a possibilidade de ter uma proposta concreta para apresentar ao Ministério da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Esta Presidência consulta a Drª Emiko se é possível a elaboração de um plano preliminar, que seria analisado por nós dentro de 30 dias.

A SRª EMIKO KAWAKAMI DE RESENDE – Vou me esforçar, porque, quando o prazo é muito longo, todo mundo esquece e larga para lá. Então, o prazo curto faz a gente trabalhar.

Certamente, se me couber essa responsabilidade, vou escutar todos os segmentos para que tenhamos a melhor proposta, principalmente ouvindo os pantaneiros, porque é para eles.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) –Perfeitamente.

Lembro ao Senador Moka que esta reunião poderia ser feita, inclusive, em Campo Grande, para facilitar a presença dos demais membros.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para mim, ir a Corumbá é sempre motivo de alegria, mas acho que a gente tem que ser prático: onde V. Exª resolver eu tomo o compromisso daqui para frente. Para não chocar com nenhum outro compromisso, eu tinha dito a V. Exª, a quarta-feira, para mim, é muito complicado pela audiência que tenho a responsabilidade de presidir.

Mas, "aforante" – usando uma expressão nossa da fronteira –, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Muito bem.

A sugestão do Senador Waldemir Moka será levada na devida consideração e eu manterei contato com a Drª Emiko para, num curto prazo, nós promovermos a reunião, ou aqui em Brasília, ou em Campo Grande, ou em Corumbá, como for melhor para ela e para os demais membros da Comissão.

Antes de concluir, estou sendo solicitado pela Secretária da Comissão a submeter à consideração do Plenário o Requerimento de nº 20, nos seguintes termos.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
Nº 20, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar dos leilões a serem realizados pela ANP, de 289 blocos de petróleo, localizados nas bacias sedimentares da foz do Rio Amazonas no Amapá. Estas explanações devem conter esclarecimentos sobre: • O dimensionamento e a expectativa de produção, • A possibilidade da oferta de trabalho, • A qualificação de mão de obra, • A utilização de conteúdo local da indústria, • As ações preventivas de cuidado ao meio ambiente, • Os espaços a serem utilizados para infraestrutura de apoio (portos, aeroportos, instalações gerais, escolas e etc) do Estado do Amapá, • A participação dos Estados lindeiros aos blocos, na tributação e lucro das atividades. Solicito que sejam convidados: 1. Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP Sra. Magda Chambriard; 2. Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás – Sr. José Miranda Formigli Filho; 3. Diretor de Exploração da OGX – Sr. Paulo de Tarso; 4. Secretario de Indústria e Comércio do Governo do Estado do Amapá – Sr. José Reinaldo Picanço; 5. Prefeita do Município de Calçoene, - Sra. Maria Lucimar da Silvia; 6. Prefeito do Estado Amapá – Sr. Francisco de Assis Leite Teixeira; 7. Prefeito de Oiapoque – Sr. Miguel Caetano de Almeida.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Consulto o Plenário se concorda com o requerimento do eminente Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Ruben Figueiró, eu temo que V. Exª não tenha quórum para isso.

Acho que V. Exª teria que ler...

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – V. Exª tem razão. Eu estava entendendo que V. Exª representava os dez membros da Comissão faltantes. (*Risos.)*

Então, está lido o requerimento, será apreciado na próxima reunião.

Bom, nós já alongamos bastante esta reunião, acho que ela foi extremamente produtiva para todos nós, Senadores, e para os senhores que vêm lá de Corumbá nos prestigiar.

Eu gostaria de agradecer imensamente a participação da Drª Emiko Resende, do Dr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, do Sr. Pedro Lacerda, da Vereadora Cristina Lanza, do Sr. Ruivaldo Nery de Andrade, pelas exposições que fizeram esclarecendo-nos exatamente as condições atuais dessa região que tanto amamos, que é o Pantanal.

Queria também significar o nosso agradecimento aos corumbaenses que aqui vieram também nos prestigiar, como Milton Pereira de Souza, do Sindicato Rural de Rio Verde; Sr. Felipe Ferreira, do Sindicato patronal de Coxim, que estão prestigiando também a nossa

reivindicação; Aldoir Pedro Teló, do Sindicato Rural de Corumbá; Daniel Barros Marinho, do SOS Taquari; Luciano Leite de Barros, pessoa que tanto prezo pela amizade fraternal que tenho com seu ilustre pai, Dr. Abílio Leite de Barros, que vem representando também o Sindicato Rural de Corumbá; Sr. Daniel Martins Filho, do SOS Corumbá; Sr. Bruno Viegas de Barros, do Sindicato Rural de Corumbá; Srª Ana Cecília Freitas Pires Pereira, da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); Srª Luciene Deová de Souza, Diretora-Presidente da Fundação do Meio Ambiente do Pantanal e da Prefeitura de Corumbá; Sr. Ângelo Pacelli Rabelo, da OPC – tenho aqui apenas o *e-mail* dele, mas, seja de onde for, com *e-mail* ou sem *e-mail*, também o nosso respeito –; Srª Andréia Andrigueto, representando a assessoria parlamentar da Embrapa.

Registro também a presença do Srs. Prefeitos de nossos Municípios de Mato Grosso do Sul: Dalton, de Corguinho; e Ivan, de Paraíso das Águas. O nosso respeito.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – O Sr. Vereador Luciano Costa está presente. O nosso respeito também.

Bom, senhoras e senhores, mais uma vez, eu registro os agradecimentos da Comissão de Desenvolvimento Regional por terem vindo de Corumbá e de outras regiões do nosso Estado para nos alertar sobre os graves problemas que nós enfrentamos com relação ao Taquari e ao Pantanal como um todo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e reitero os meus profundos agradecimentos e também da Comissão pela presença das senhoras e dos senhores.

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ciro Nogueira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza e Cícero Lucena; dos Senadores não membros: José Pimentel, Vanessa Grazziotin e Edison Lobão Filho; e da Deputada Federal Alice Portugal. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 19/2013-CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata, do Senador Antonio Carlos Valadares e com apoiamento do Senador Rodrigo Rollemberg, para "realização de um ciclo de debates desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre os Megaeventos (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Paralimpíadas)". A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR; e Sr. Luis Otávio Rocha Neves, Secretário de Turismo do Governo do Distrito Federal e Vice-Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR, representando o Sr. Ronald Abrahão Ázaro, Presidente do FORNATUR. Durante a Reunião usaram da palavra os Senadores Lídice da Mata, Inácio Arruda e Lobão Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião da Comissão.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados e convites.

Na conformidade com o Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 8, de 2013, de autoria desta Presidência, temos, sistematicamente, efetuado visitas técnicas às cidades-sede da Copa das Confederações, as quais ocorreram, em 16 de abril, na cidade de Brasília, Distrito Federal; em 22 de abril, na cidade de Belo Horizonte; em 29 de abril, na cidade de Recife; no dia 13 de maio, na cidade do Rio de Janeiro; e, nesta segunda-feira, na cidade de Fortaleza, Ceará.

Após cada visita técnica, apresentamos, nas aberturas das reuniões desta Comissão, um relatório resumido dessas visitas, que se encontram na Secretaria da Comissão, à disposição dos Senadores e das Senadoras.

Como informado, no dia 20 de maio de 2013, segunda-feira, fizemos a quinta visita técnica na cidade de Fortaleza, da qual apresento relatório resumido.

Foram vistoriados o Estádio Arena Castelão, o Aeroporto Internacional de Fortaleza Pinto Martins e o Porto do Mucuripe, onde está sendo realizada uma grande obra: a construção de um novo terminal de passageiros, para dar maior comodidade aos navios de grande porte que trazem os turistas de outras partes do mundo.

O Arena Castelão foi inaugurado no dia 27 de janeiro de 2013, tendo como investimento um dos menores valores entre todos os estádios prontos para a Copa das Confederações, Fifa, 2013: cerca de R$591 milhões.

O estádio cumpre as exigências de acessibilidade além do que exigem as normas nacionais, reservando 2,5% dos assentos para portadores de necessidades especiais. Os demais estádios, de um modo geral, oferecem 1% de seus assentos para os portadores de deficiência.

Segundo o Secretário Especial da Copa no Município de Fortaleza, Domingos Neto, as obras de mobilidade do entorno do estádio estão sendo concluídas.

Eu queria, daqui, agradecer ao Deputado Federal Domingos Neto, que é Secretário de Obras do entorno de Fortaleza, que recebeu a nossa comitiva, composta por Senadores e Deputados Federais, e ficou o dia inteiro dando assistência à nossa visita a esses três grandes eventos para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

No entanto, devido às obras estarem com 2% de conclusão quando recebidas pela atual gestão, assim como devido a dificuldades e burocracias dos financiamentos com a Caixa Econômica Federal, e, além do mais, mais de 400 desapropriações que a prefeitura foi obrigada a fazer, essas obras só estarão concluídas, para mobilidade urbana, em 2014; mas as principais obras que facilitarão o acesso dos torcedores ao estádio estarão prontas, inclusive com uma grande via de acesso, que será utilizada pelos ônibus, pelos transportes coletivos que serão colocados à disposição de todos aqueles que queiram ir ao Castelão.

Por fim, a comitiva seguiu para a obra do terminal de passageiros do Porto do Mucuripe, que permitirá o atendimento com conforto de passageiros de cruzeiros marítimos já para a Copa do Mundo de 2014.

O terminal atualmente utilizado em Mucuripe é um terminal mais para o transporte comercial, sem dar nenhuma comodidade aos turistas. Entretanto, esse novo terminal, que já se iniciou, dará comodidade a pelo menos 4 mil turistas de uma só vez. A obra está atrasada em dois meses, segundo o cronograma, devido às fortes ressacas que atingiram a cidade de Fortaleza no início do ano.

No dia 27 de maio, faremos a sexta e última diligência na cidade de Salvador, em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2013.

Quando nós falamos em Recife, o Estádio de Recife, o Arena Pernambuco, fica no Município de São Lourenço da Mata, a cerca de 30km da cidade, do centro de Recife. Esse Estádio, realmente, é um dos estádios mais belos entre tantos que estão sendo construídos pelos governos estaduais.

O Seminário para o Desenvolvimento Regional da Amazônia, informado na 11ª Reunião desta Comissão, foi adiado para o dia 13 de junho de 2013, em Macapá, em virtude de ajuste de agenda do Exmo Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que irá comparecer e que nos informou o seu interesse pela realização desse evento.

Por essa razão, convidamos todos os membros deste Colegiado para participar do Seminário para o Desenvolvimento Regional da Amazônia. O Senador Capiberibe será o nosso anfitrião, ao lado do Governador Camilo Capiberibe, que, como eu disse, será realizado no dia 13 de junho próximo, das 8h às 13h, em Macapá, Amapá, em atendimento, portanto, ao Requerimento do Senador João Capiberibe.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 19 – 2013, CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Antonio Carlos Valadares, com o apoiamento do Senador Rodrigo Rollemberg, para a realização de um ciclo de debates desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre megaeventos: Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Paralimpíadas.

Presentes à reunião, o Dr. Flavio Dino de Castro e Costa, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo, a quem convido para ficar ao meu lado. S. Exª foi Deputado Federal dos mais brilhantes. Atualmente, ocupa a Presidência da Embratur, empresa pública do Governo Federal voltada para o incentivo ao turismo nacional e que, sem dúvida alguma, presta relevantes serviços à economia nacional, com sua participação sempre voltada para o fortalecimento desse setor em nosso País.

Bem-vindo, Deputado Flavio Dino de Castro e Costa, e Presidente, a esta reunião da CDR!

Dr. Luís Otávio Rocha Neves, Secretário de Turismo do Governo Federal e Vice-Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, em representação ao Sr. Ronald Abrahão Ázaro, Presidente do Fornatur. S. Exª o Secretário Luís Otávio já está chegando.

Registro a presença de Srª Kátia Cristina Alves Bitencourt, Walter Luiz de Carvalho Ferreira, Deimison Neves dos Santos, Leandro Henrique Cascaldi Garcia, Silvia Regina Pavesi, Daniel Fernandes Merli, Tufi Michreff Neto, Walter Nunes de Vasconcelos Junior, Marco Antonio de Britto Lomanto e Leila Maria Quinhões de Carvalho Holsbach.

Também registro as presenças de Geraldo Lima Bentes, Secretário-Adjunto de Turismo do Distrito Federal; Bruno Giovanni, Assessor da Setur do Distrito Federal; Deniza Gurgel, Assessora de Comunicação da Setur do Distrito Federal; Alessandro Gomes, Diretor de Planejamento da Setur; Sr. Alexandre Nakagawa, Assessor de Eventos da Setur.

Também temos a honra de anunciar a presença do nosso Secretário do Turismo de Sergipe, Elber Batalha. Bem-vindo, grande Secretário, dinâmico e trabalhador pelo Estado de Sergipe no Governo de Marcelo Déda!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, quero saudar a presença da Deputada Federal Alice Portugal nos acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Deputada Alice Portugal, bem-vinda à nossa Comissão! É uma honra recebê-la neste recinto.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá um mínimo de 15 minutos, com tolerância de mais cinco, para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras. Se a Deputada desejar fazer alguma pergunta, vamos abrir espaço.

A palavra será concedida aos Senadores pela ordem de inscrição. Os interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Senadora Lídice da Mata, segunda-feira eu gostaria de encontrar V. Exª em Salvador, quando esta Comissão, com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, visitará o Estado da Bahia e o seu estádio.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Da Fonte Nova.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Da Fonte Nova, que é um monumento ao futebol brasileiro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, estou tentando contato com o Presidente da Comissão, nosso Deputado e correligionário Romário, porque nessa sexta-feira haverá também uma visita de uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado que fiscaliza megaeventos lá na Fonte Nova. Seria importante que nós conseguíssemos juntar todas as iniciativas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Poderia ser na segunda-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... para não fazermos duas visitas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Todo mundo na segunda, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quem é o Presidente?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O Presidente é o Senador Sérgio Souza. Talvez V. Exª pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É subcomissão ou comissão?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eles me procuraram, e eu disse que segunda-feira seria a última visita desta Comissão. Então, quando terminarmos esta reunião, poderemos conversar com o Sérgio Souza...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para segunda-feira próxima.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Talvez seja bom, para não haver dois eventos, duas fiscalizações, duas vistorias no mesmo estádio.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu quero conceder a palavra, em primeiro lugar, ao nosso Presidente Flavio Dino, para as suas considerações a respeito do convite que esta Comissão lhe fez.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Sr. Presidente...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Sª terá 15 minutos, mas haverá a tolerância que for necessária para a sua exposição.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Srªs e Srs. Parlamentares, quero saudar muito especialmente a todos na pessoa de duas Parlamentares baianas de grande qualidade, das quais sou admirador há muitos anos – sou obrigado a dizer: "Há muitos anos"! –: a ilustre Senadora, ex-prefeita e ex-Deputada Lídice da Mata, e a Deputada Alice Portugal, minha companheira de partido e que está presente.

Senador Valadares, nós valorizamos imensamente esta audiência, tanto que aquiesci plena e rapidamente ao convite de V. Exª e, ao mesmo tempo, estamos presentes com a equipe da direção da Embratur. Toda nossa diretoria está presente. A nossa Diretora Leila, de Mercados Internacionais; o Diretor Marco Lomanto, de Produtos e Destinos; o Walter, Diretor de Marketing; o Tufi, que é Diretor de Administração e Finanças; e os assessores da Presidência.

Quero, portanto, nas pessoas da equipe da Embratur e do Ministério do Turismo, das Secretarias de Turismos, do *trade*, dos profissionais, cumprimentar a todos e a todas que aqui estão e fazer uma saudação muito especial aos telespectadores da TV Senado que nos acompanham em todo o País neste instante.

Sr. Presidente, eu queria ir direto ao ponto mais intensamente debatido hoje. Acho que esse deve ser objeto da preocupação principal desta Comissão e desta Casa Parlamentar. Nós temos hoje uma tendência do crescimento do déficit na nossa conta turismo. Acho que esse é o ponto principal que deve merecer a atenção nos debates parlamentares.

Ano passado, já tivemos um déficit superior a US$15 bilhões, ou seja, não obstante o grande crescimento do turismo receptivo internacional, seja no número de turistas, seja no que se refere ao número de divisas, nós tivemos, ainda de modo mais elevado, a saída de brasileiros e, claro, a consequente e natural exportação de divisas por intermédio do turismo emissivo internacional.

Quero frisar, Sr. Presidente, como premissa, que não se trata de ausência do crescimento do turismo receptivo internacional. Ao contrário, o nosso turismo receptivo internacional no ano passado cresceu 4,5%, 20% a mais do que a média do crescimento mundial. Enquanto o turismo no mundo, segundo a Organização Mundial do Turismo, cresceu 3,8%, o turismo receptivo internacional no Brasil cresceu 4,5%.

Quero saudar o Secretário Luis Otávio Neves, nosso companheiro da Secretaria de Turismo do Distrito Federal.

Então, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, senhoras e senhores, esse é o ponto principal sobre o qual acho que temos que deter nossa análise. Qual a razão por que, apesar de o turismo receptivo internacional hoje crescer em todos os indicadores, número de turistas, divisas, número de eventos internacionais, ainda temos a tendência do déficit? Essa tendência vem se confirmando pelo seu fator gerador principal, qual seja o grande número de viagens internacionais dos brasileiros. É evidente que isso não é um fator que deva ser criticado, ao contrário, é um fator que evidencia a pujança da vida econômica no Brasil. Em verdade, houve a melhoria do perfil da distribuição de renda, havia uma demanda represada em torno de viagens internacionais, uma demanda justa, e isso fez com que crescentemente os brasileiros buscassem viagens internacionais.

Minha indagação principal nessa breve exposição é se apenas se cuida disso, ou seja, de uma demanda reprimida, ou se temos outros fatores que vêm alimentando essa tendência do déficit em razão do crescimento do turismo emissivo do Brasil.

Aqui quero, exatamente para sublinhar essa preocupação, trazer o dado relativo a 2013. Se pegarmos, Sr. Presidente, os três primeiros meses de 2011, vamos encontrar despesas de brasileiros no exterior da ordem de US$4,7 bilhões. Se pegarmos, em 2012, idêntico período, ou seja, os três primeiros meses, vamos encontrar despesas de brasileiros no exterior da ordem de US$5,3 bilhões. E se, finalmente, nós pegarmos os três primeiros meses de 2013, vamos encontrar despesas de brasileiros no exterior da ordem de US$6 bilhões. Então, saímos de US$4,7 bilhões em 2011, no primeiro trimestre, para, no primeiro trimestre de 2013, gastos da ordem de US$6 bilhões.

Ora, se essa tendência se confirmar, se perenizar neste ano de 2013, muito seguramente teremos um déficit ainda superior ao déficit que tivemos em 2012. E essa questão é grave não apenas pelos aspectos fiscais aí envolvidos, mas sobretudo porque esse volume de viagens de brasileiros ao exterior significa a

exportação de capitais e a geração de empregos e oportunidade de negócios em outros países.

Evidentemente, no Estado democrático de direito, não se cogita nenhuma medida restritiva à saída de brasileiros, pelo contrário, repito: isso é indicador da pujança, da força da economia nacional. Porém, nós temos que analisar se, num certo sentido, não existe uma espécie de subsídio econômico às viagens internacionais, ou seja, se, pela ausência de competitividade, hoje, muitos brasileiros buscam viagens internacionais porque os preços são melhores. Isso é voz corrente. Isso é um debate que faço questão de fazer com toda franqueza porque não é um debate da Embratur ou do Ministério do Turismo, é um debate da sociedade. Em verdade, quem diz isso é a sociedade brasileira.

Tudo bem, Senador?

Cotidianamente e crescentemente, essa tendência de viagens internacionais pela questão dos preços é registrada pela sociedade brasileira. Como superar isso? Ora, em primeiro lugar, é preciso entender que é necessário superar esses números porque são números que trazem efeitos econômicos e sociais negativos.

Como nós temos uma tendência de crescimento do turismo receptivo internacional, nós temos que aprofundar essa tendência e, ao mesmo tempo, analisar a ponta da saída, ou seja, fortalecer a tendência da entrada de estrangeiros no Brasil e ao mesmo tempo analisar por que tantos milhões de brasileiros estão optando por viagens internacionais em lugar de produtos e serviços turísticos no Brasil.

Para o crescimento do turismo receptivo internacional, nós temos um momento altamente favorável. No ano de 2012, nós já tivemos os melhores números da história do turismo internacional no Brasil. Em 2013, nós teremos novamente, seguramente, os melhores números do turismo internacional na história do Brasil.

A questão é que o turismo emissivo cresce numa velocidade mais alta. Os megaeventos esportivos, como a Jornada Mundial da Juventude, são uma oportunidade de acelerar o crescimento do turismo receptivo internacional, e eu acredito firmemente que isso vai acontecer. Se no ano passado nós crescemos, no que se refere à entrada de estrangeiros, 4,5%, seguramente, neste ano de 2013, nós teremos um crescimento mais robusto do que esse. Para isso, é preciso discutir alguns temas envolvendo o turismo receptivo e o turismo emissivo.

Nesses minutos que ainda restam, eu gostariam exatamente de assinalar o que considero ser uma agenda prioritária de trabalho para esta Comissão, para a Comissão de Turismo da Câmara, para as autoridades governamentais e para o setor de turismo, o setor privado do turismo, aqui tão bem representado por várias entidades de classe do segmento.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, acho importante percorrermos a agenda de promoção, e a agenda de promoção do Brasil é feita com muita intensidade. Nós realizamos, apenas para sublinhar um número, ano passado, um evento internacional por dia útil fora do Brasil, um evento de apresentação de promoção do Brasil para operadores de turismo, agentes de turismo, imprensa especializada, público final representado nas feiras, realizamos 14 eventos chamados “Goal to Brasil”, com muito sucesso, com a participação de mais de 3 mil agentes de viagens, mais de 400 jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Um evento internacional, você falou?

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Por dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por dia?

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Por dia útil, fora do Brasil, no ano passado, nós realizamos aproximadamente 200 eventos internacionais, a Embratur, na sua agenda de promoção, seja eventos próprios, seja participação em eventos de terceiros, *workshops*, *roadshows*, e assim sucessivamente.

Na temática da agenda de promoção, os resultados estão vindo. Se analisarmos o item dos eventos internacionais realizados no Brasil, ranqueados pela ICCA, tivemos um crescimento de 20% no ano passado, para ser mais preciso, 18%. Ou seja, nós saímos de 300 eventos ranqueados, internacionalmente realizados no Brasil, para praticamente 360 eventos, realizados em 60 cidades diferentes do Brasil. Então, nós temos uma agenda de promoção sólida, consistente, duradoura, com método, com ciência, não apenas com intuição, mas com pesquisa. O que precisamos, naturalmente, discutir no Parlamento, que é a Casa das leis e a Casa do Orçamento, é se é adequado para um país da importância do Brasil, a sexta maior economia do mundo, ter, para sua promoção turística internacional, apenas cerca de US$100 milhões. Isso é compatível com o tamanho do Brasil? Isso é compatível com as divisas que o turismo gera? Essa é uma reflexão que faço questão de sublinhar aqui aos senhores e às senhoras Parlamentares e a todos que nos assistem.

Em relação à agenda de promoção, portanto, a indagação principal que faço é se é adequado. E falo isso numa dimensão prospectiva, porque o orçamento de 2014 não será executado integralmente por mim. Não se trata, portanto, de uma questão pessoal, de reivindicar recursos para minha gestão na Embratur. Ao contrário disso, é pensando na importância dessa promoção de imagem do Brasil, que é muito maior, in-

clusive, do que a dimensão concreta, empírica, pragmática, apenas do turismo, da contabilidade da entrada de turistas ou de divisas, é uma questão estratégica do reposicionamento do Brasil, da melhor compreensão do mundo acerca do Brasil, e penso que é importante discutir essa temática acerca da agenda de promoção, muito especialmente acerca do orçamento dedicado a essa função governamental.

O segundo item, Sr. Presidente, que acho importante sublinhar diz respeito a uma agenda de facilitação da entrada de estrangeiros no Brasil, e ela tem duas questões, a meu ver, emergenciais. Os dois principais emissores de turistas para o Brasil são, respectivamente, Argentina e Estados Unidos, e em ambos os casos, vigoram medidas restritivas à entrada dos nacionais desses países no nosso Território, ou da saída do seu território. No caso da Argentina, por razões, claro, de economia interna, da política interna, e, naturalmente, nós respeitamos a soberania de outra nação. A Presidente Cristina Kirchner editou um pacote de aumento da tributação sobre as viagens dos argentinos.

Tivemos, com isso, uma redução do volume do crescimento do turismo argentino no Brasil. No ano de 2011, tivemos um crescimento da ordem de 14% e, no ano de 2012, apenas de 4%, ou seja, a entrada de argentinos continuou a crescer, mas diminuiu, de modo bastante acentuado, o ritmo, exatamente em razão das medidas fiscais e tributárias editadas pelo governo argentino.

O segundo maior emissor de turistas para o Brasil são exatamente os Estado Unidos. E temos uma espécie de congelamento no número de cidadãos norte-americanos, estadunidenses, que nos visitam anualmente. Estamos em torno dos 600 mil cidadãos dos Estados Unidos que nos visitam, enquanto que mais de um milhão e meio de brasileiros visitam os Estados Unidos.

Então, apenas no que se refere a uma nação, somos um grande mercado. Nós somos um grande mercado para eles, em gastos inclusive, porque cada vez os brasileiros gastam mais, e também o somos na presença do número de estrangeiros – reciprocamente isso é verdade. Paradoxalmente, temos a vigência de uma política danosa a ambas as nações, que é a política acerca da concessão de vistos. Muito especialmente, essa política é danosa ao Brasil; muito especialmente, ao Nordeste do Brasil, porque é impossível praticamente competir com o Caribe. Comparando o Caribe com o Nordeste, vemos que o Caribe é mais próximo, é mais barato e não tem exigência de visto. Ora, somos bonitos por natureza, somos a nação mais maravilhosa do mundo, não há dúvidas. Há consenso absoluto acerca disso entre nós aqui. O problema é que precisamos convencer os outros. Não basta estarmos nós convencidos disso, com esse espírito cívico patriótico, às vezes, até indevidamente ufanista. Nós precisamos fazer com que as outras nações compreendam isso.

Acho, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, que é emergencial que o Parlamento brasileiro discuta e delibere sobre a temática dos vistos.

Evidentemente, há outros aspectos que não me cabe comentar, afetos a outras repartições governamentais, muito especialmente ao Ministério das Relações Exteriores, mas quero sublinhar que, do ponto de vista comercial, a exigência de visto de entrada de cidadãos dos Estados Unidos no Brasil é desastrosa. Acho que é emergencial que haja uma deliberação do Parlamento brasileiro acerca dessa temática.

Acho que a soberania nacional é algo muito maior do que a exigência de um visto. Particularmente, acho que é um enfoque equivocado enxergarmos apenas pela ótica da soberania nacional, porque, se fosse verdade que o visto é algo imanente à soberania nacional, teríamos que exigir visto de todas as nações do mundo, de todos os visitantes e de todas as nações do mundo porque, afinal, temos uma relação entre nacionais de dois países soberanos em termos internacionais. Acho, portanto, que há um excessivo dogmatismo no trato dessa questão. Quero sublinhar que não o acho de hoje: em 2007, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, votei a favor de um projeto que pretendia afastar a exigência do visto. Portanto, já se vão praticamente sete anos.

Finalmente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero falar da terceira agenda, que é a agenda da competitividade. Há a agenda de promoção, agenda de facilitação e agenda de competitividade.

Quando falamos de competitividade, temos uma espécie de – desculpem-me a expressão inusual – jogo de empurra ou, dizendo mais sociologicamente, de cultura do repasse. Ou seja: quando falamos de competitividade, o setor privado diz que a culpa é do Governo. E o Governo olha para o setor privado. Precisamos encontrar um termo pactuado, concertado, articulado que, de fato, garantam medidas que possam melhorar a competitividade do produto turístico brasileiro.

Competitividade, naturalmente, envolve qualidade e envolve preços justos. Todos nós aqui e todos os milhares ou milhões de telespectadores que nos assistem agora pela TV Senado, ao efetuarem uma decisão de compra de uma viagem, normalmente perguntam quanto custa, sobretudo quando se refere a viagens familiares. Se é assim nos nosso lares, é assim, evidentemente, nos lares dos alemães...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – ... dos canadenses, dos franceses, dos uruguaios.

Então, acho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que temos que percorrer essa agenda da competitividade com muita franqueza, com muita contundência.

Avançamos um pouco no ano passado. Duas medidas foram editadas pela Presidenta Dilma. A primeira foi relativa à redução das tarifas de energia, que impactou muito positivamente e muito diretamente a cadeia produtiva do turismo, muito especialmente a rede hoteleira. E tivemos, de modo pioneiro, a inclusão da hotelaria e da aviação no chamado Plano Brasil Maior, prevendo, inclusive, desoneração parcial em relação a alguns tributos, sobretudo àqueles incidentes sobre a folha de salários.

Particularmente, acho que precisamos avançar mais, ou seja, é preciso avançar ainda mais em uma agenda regulatória e em uma agenda de desoneração tributária que faça com que o Brasil não perca esse excelente momento que temos à nossa frente. Que potencializemos, que otimizemos esse excelente momento que o turismo vive!

Em segundo lugar, precisamos, do lado privado, ter mais concorrência, ou seja, ampliar a oferta. No que se refere à rede hoteleira, os investimentos privados que estão sendo realizados – aqui quero parabenizar muito especialmente o segmento por acreditar no Brasil, por investir no Brasil – já garantem o crescimento dessa competitividade. Porém, é preciso olhar com muita atenção se não há uma tendência à cartelização, uma tendência a práticas nocivas de mercado e a práticas de margens arbitrárias e abusivas de lucro. Eu nunca encontrei nenhuma razão científica, concreta e objetiva para muitas das tarifas hoteleiras que são cobradas no Brasil. Isso é um erro, isso é um equívoco. Isso significa, em nome do imediato, renunciar ao futuro; em nome de ganhos táticos, renunciar a ganhos estratégicos. E isso compromete a imagem e o destino turístico Brasil de modo duradouro. Ou seja, a exposição mundial que o Brasil tem é, como tudo na vida, uma faca de dois gumes: ela é positiva, mas, ao mesmo tempo, traz exigências adicionais porque, olhando com mais atenção o produto turístico Brasil, é claro que as opiniões que forem emitidas daqui até 2016 ou daqui até 2020 impactarão o destino do turismo brasileiro pelas próximas décadas. Não estamos jogando o destino do turismo brasileiro apenas daqui até o final desta década, mas, sim, a médio prazo para as próximas décadas.

Finalmente, digo que, em relação à rede hoteleira, estamos fazendo a nossa parte, acompanhando a evolução dos preços e discutindo, com muita franqueza, com muita clareza, muito fraternalmente, com o setor privado, às vezes, à custa de incompreensão de entidades representativas do setor que, por vezes, desconsideram a aliança que a Embratur tem historicamente com o setor privado, com o *trade* turístico no Brasil. No entanto, em nome da aliança, não podemos renunciar ao papel governamental de dizer as verdades por mais dolorosas que sejam. Afinal, somos pagos para isso. Então, é nosso dever e nossa obrigação, mais do que um direito, dizer, nesta Casa do Parlamento brasileiro, nesta Casa que representa os Estados brasileiros, que é preciso olhar com muita atenção para os preços da hotelaria, muito especialmente em alguns mercados de grande importância para o Brasil.

Em conclusão, Sr. Presidente, refiro-me à aviação. Em relação à aviação, essa temática da concorrência é ainda mais dramática, porque tivemos drástica redução de oferta, e há uma tendência da prática de preços que não se justificam. Tenho muita tranquilidade de dizer isso porque os Parlamentares viajam toda semana. Então, como viajam toda semana para os seus Estados, conhecem isso e sabem que, apesar de uma série de dados que circulam acerca das tarifas cobradas pelas companhias aéreas, temos hoje também, sobretudo quando a viagem não é planejada com muita antecedência – e não é o que ordinariamente acontece – nós temos tarifas que precisam ser debatidas. Para tanto, penso que duas medidas regulatórias e de políticas públicas são imprescindíveis.

Em primeiro lugar, a rápida e adequada implementação do Plano de Aviação Regional, que foi anunciado no passado pela Presidenta Dilma, e é muito importante que a Comissão de Turismo do Senado, assim como a da Câmara, acompanhem a execução desse plano de expansão dos aeroportos, de incentivo econômico, inclusive de subsidio econômico às companhias aéreas, para que nós possamos ter, mediante a expansão de uma aviação regional, maior concorrência e – acreditamos nós – preços mais justos.

A segunda medida regulatória, além da aviação regional, diz respeito ao debate que foi travado na União Europeia há 20 anos. E acho que é hora de travar no Brasil, até porque uma das maiores empresas brasileiras se fundiu com uma empresa chilena. Se nós temos o Mercosul, se nós temos a Unasul, por que não nós refletirmos em torno de uma política de céus abertos na América do Sul pelo menos? Como fez União Europeia. A União Europeia pratica uma política de céus abertos que produziu excelentes resultados no que se refere à expansão da oferta e no que se refere ao surgimento de novas companhias de baixo custo e, portanto, à prática de preços mais competitivos, que é fundamental para o turismo de lazer, mas também para o turismo de negócios e eventos, à medida que

a captação de um evento internacional depende muito do preço da hotelaria, das tarifas dos voos domésticos que eventualmente sejam necessários, inclusive porque nós queremos que o turista que venha para um evento visite outras cidades.

Nós temos aqui o Estado de V. Exª, que não é sede da Copa do Mundo, mas pretendemos e trabalhamos para que os turistas...

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Estado do Sergipe.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Exatamente. Para que os turistas que estejam na Bahia ou em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte também conheçam o São João de Sergipe, conheçam as praias de Aracaju, conheçam o cânion, possam até andar de balão eventualmente; enfim, conheçam os atrativos turísticos do Estado de V. Exª.

Com isso, concluo esta explanação sublinhando a importância, a meu ver, dessas três agendas, e de o debate prosseguir nesta Comissão de modo conclusivo.

De modo geral, nós temos um caldo de cultura ou nós temos uma massa crítica já muito acumulada. Na verdade, nenhuma ideia genial está para ser tida no que se refere à temática do turismo. Eu estou aqui repetindo temas que já foram debatidos nesta mesma Comissão Parlamentar, no Parlamento há muitos anos. Mas me consolo com o poeta cubano José Martí, que diz que sempre diz uma novidade aquele que repete uma verdade. Então, como estou aqui repetindo verdades, estou, segundo o poeta, dizendo novidades, que são de grande importância não só para o turismo, mas para o desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Presidente Flavio Dino, por essa oportuna palestra, muito esclarecedora, sobre o turismo brasileiro, notadamente no que se refere aos pontos de uma agenda que coloque o Brasil em pé de igualdade ou em condições até melhores no que diz respeito ao turismo receptivo.

Eu indagaria a V. Sª se deseja incluir na sua palestra algum filme ou alguma outra informação adicional.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Está pronto o vídeo, Davis?

Então, vamos passar o vídeo.

Na verdade, Senador, eu confesso que esqueci.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mas ainda está dentro do seu espaço.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Só o vídeo da campanha. Apenas para ilustrar aos presentes, como falei da agenda de promoção – e agradeço o auxílio de V. Exª na lembrança –, apenas para sublinhar uma peça que nós fazemos. Trata-se do filme da nossa campanha publicitária intitulada "O mundo se encontra no Brasil. Venha celebrar a vida".

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu quero registrar a presença do Senador Edison Lobão, que atualmente é o Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Falei muito de V. Exª aqui. Falei de orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço que coloquem uma identificação à frente dele e convido o nosso Vice-Presidente, Senador Inácio, companheiro de partido e de Flavio Dino, a ocupar aqui a nossa Mesa, à direita, ao lado no nosso Presidente.

Está faltando som nesse filme aí?

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Está faltando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não veio com o som?

Então, vamos operar com som.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Grazziotin, V. Exª é bem-vinda a esta CDR.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E tive alegria em receber aqui o nosso Presidente Flavio Dino, ao lado do nosso Secretário, Dr. Otávio, neste debate construtivo, para que possamos construir espaços para fortalecimento do nosso turismo antes e depois da Copa. Como, depois de tanto investimento que o Brasil está realizando, o nosso País pode aproveitar essa infraestrutura para o incremento do turismo nacional?

Agora, eu tenho a alegria e a honra de convidar o Dr. Luís Otávio Rocha Neves, que é Secretário de Turismo do Governo do Distrito Federal e também Vice-Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. S. Exª não está apenas representando a Secretaria de Turismo do Distrito Federal como também a própria Fornatur, que tem como Presidente o Dr. Ronald Abrahão Ázaro.

Com a palavra o Dr. Luís Otávio Rocha Neves.

O SR. LUÍS OTÁVIO ROCHA NEVES – Bom dia, Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes nesta audiência. Presidente da Embratur Flavio Dino, cumprimento-o e todos aqueles ligados ao turismo que aqui se fazem presentes.

Estou aqui, como o senhor mesmo disse, representando o Fornatur, Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Trata-se de um órgão colegiado que representa os secretários e os dirigentes de turismo dos seus Estados.

O Fornatur tem assento no Conselho de Desenvolvimento do Turismo, nos reunimos periodicamente, inclusive hoje está começando a reunião no Espírito Santo, motivo pelo qual o Presidente Ronald não pôde estar aqui presente e solicitou que eu o representasse. Fazemos essas reuniões periódicas para discutirmos as ações do Governo Federal, do Ministério do Turismo, da Embratur, para que a gente possa sempre estar colaborando com a implementação das políticas públicas de turismo e também com as entidades que são promotoras do turismo no Brasil.

Recentemente, fizemos grandes debates com a maior feira de turismo do Brasil, que é a Abav, para que ela mudasse o seu rumo, para que ela mudasse o seu comportamento perante o público final, enfim, obtendo êxito. Essas nossas discussões têm sido muito importantes para o congraçamento de todos os secretários e lógico para o aproveitamento melhor das secretarias e empresas estaduais de turismo.

No Fornatur – muito já falou o Presidente Flavio Dino – nós temos potencializado e promovido a promoção dos Estados, principalmente aqueles que são sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, para que esses Estados possam, junto dos demais, dos seus vizinhos, potencializar os seus turistas.

A gente tem feito esse trabalho junto com o Ministério do Turismo, criando mecanismo de desenvolvimento do turismo regional. Isso está na nossa pauta. A gente tem feito essa discussão há algo em torno de seis meses. Já estamos discutindo com o Ministério do Turismo, com o Secretário Vinícius, para que a gente possa, cada vez mais, unir as regiões em torno desses grandes eventos que virão pela frente.

Também discutimos, Sr. Presidente, questões que são de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo, fora tudo aquilo que o Presidente Dino falou, que é a questão orçamentária, Senador Lobão, porque isso é muito importante. O senhor não estava aqui no momento em que o Presidente falou, mas um país da magnitude do Brasil, com tanta oferta, tem um orçamento tão pequeno em relação aos demais países que, por isso, muitas vezes não pode divulgar tanto o nosso País lá fora. São palavras do nosso Presidente Flavio Dino que eu estou repetindo aqui para o senhor.

Além disso, Senador Valadares, nós precisamos acelerar algumas legislações que são discutidas no Fornatur. Se eu não me engano, a Senadora Lídice da Mata tem um projeto do transporte turístico. Não é isso, Senadora? Isso é de extrema importância e de urgência, eu diria.

Vou dar um exemplo para o senhor: uma van de turismo cadastrada no Cadastur, de uma empresa que paga seus impostos, enfim, toda legalizada, não pode pegar um grupo de turistas, brasileiros ou estrangeiros, e levar para a Bahia – não precisa nem ser Salvador – porque ela não pode atravessar um Estado. O transporte turístico hoje é muito fechado nos ônibus. E hoje o transporte de vans é muito maior, inclusive. Isso é só um exemplo que eu estou dando por ter visto a Senadora Lídice da Mata presente a esta audiência, porque é importante que se acelere esse processo.

Esse processo do transporte turístico é emergencial. Hoje as empresas que trabalham no turismo, principalmente no Nordeste – aqui em Brasília também temos isso, mas principalmente no Nordeste, porque os Estados são faixas menores –, não podem atravessar de um Estado para o outro. Fazendo essa travessia de um Estado para o outro elas se tornam ilegais. Enfim, são coisas que devem ser tratadas com extrema urgência nesta Casa de leis, principalmente nesta Comissão.

Com relação aos projetos de promoção, o Presidente Flavio Dino falou muito bem sobre a promoção que temos feito, em conjunto com a Embratur, de cidades de 14 países, como foi feito agora, recentemente, no Goal to Brasil. Foi uma experiência maravilhosa, com um resultado fantástico. E não fomos só mostrar a beleza do Brasil. E, mais uma vez aqui, de público, quero parabenizar a ação da Embratur, que foi muito importante. Esperamos que continue agora, Presidente Flavio Dino, no segundo semestre. Mas foi muito importante, Presidente, porque, uma cidade como Brasília, com um orçamento pequeno para turismo, jamais poderia participar de tantos eventos internacionais se não fosse a ação promocional do Governo Federal, por meio da Embratur. E essa ação beneficiou não só Brasília, mas todos os Estados brasileiros, principalmente aqueles que serão sede da Copa do Mundo de 2014.

Nesses eventos, tivemos a oportunidade não só de mostrar a beleza dos nossos destinos, mas também de fazer negócios. E fizemos bastante. Como exemplo – e aí já misturando um pouco o Secretário de Turismo de Brasília com o Vice-Presidente da Fornatur –, há um ano, um ano e meio, Brasília não fazia parte dos catálogos de oferta das operadoras de turismo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Hoje, já faz parte. E faz parte por conta das ações que estamos promovendo no exterior, com muito êxito e com a parceria muito importante da Embratur.

O Fornatur, como eu disse, é um órgão com um colegiado de secretários estaduais e dirigentes de turismo.

Com relação às matrizes de responsabilidade, seria a Gecopa, que eu acho que, posteriormente, será convidada a vir aqui e poderá falar sobre esse plano unificado de promoção.

Temos trabalhado em ações promocionais, junto com o Ministério do Turismo e a Embratur, como o Guia Brasil, da Embratur, que contém informações de 124 destinos turísticos no Brasil; revistas e roteiros com informações de 94 itinerários, todos disponíveis no *site* do Ministério do Turismo; está em execução um guia turístico para as 12 cidades-sede, em três idiomas – isso é muito importante –, português, inglês e espanhol; e um *site* da Copa, da Secom, de promoção de destinos e roteiros, com informações sobre o Guia Brasil e os roteiros das 12 cidades-sede.

Como ferramenta de promoção desses grandes eventos, estão sendo produzidos mapas e guias das cidades-sede, disponibilizados pelo Ministério do Turismo, e aplicativos para telefones *smartphones*.

Relações públicas. Essa é uma ferramenta importantíssima, e temos tido muito o apoio, assim como todas as cidades-sede, da Embratur, para que possamos fazer o *press trip*. São de extrema valia essas ações, porque pudemos, com isso, trazer os jornalistas, que conheceram a cidade. Foi uma experiência maravilhosa aqui em Brasília, no ano passado, com o apoio da Embratur. Trouxemos dezenas de jornalistas estrangeiros, que conheceram não só a Brasília que passa todos os dias nos jornais nacionais – às vezes não falando bem –, mas uma Brasília que os brasilienses conhecem e querem que os turistas conheçam. Passaram quatro noites em Brasília e fizeram matérias maravilhosas. Pudemos, no ano passado, com o apoio do Ministério do Turismo e da Embratur, fazer essas relações públicas com jornalistas e com operadores de turismo.

O evento Goal to Brasil é um sucesso absoluto. Foram realizadas 14 edições, e terminou na semana passada, em Nova Iorque, executado pela Embratur...

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Teremos mais três neste ano, Secretário.

O SR. LUÍS OTÁVIO ROCHA NEVES – Teremos mais três?

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – É. A partir de agosto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS OTÁVIO ROCHA NEVES – Não, Brasília está sempre na carona da Embratur.

Foi maravilhosa essa promoção da Embratur, o Goal to Brasil.

Participamos, também como cooperados da Embratur, de feiras internacionais de turismo, promovendo o destino das cidades-sede da Copa e, além disso, sempre fazendo negócios, mostrando um catálogo de oportunidades, com tarifário, enfim, para que possamos, os Estados, fazer negócios. Sempre em parceria com a Embratur, nessas feiras internacionais de turismo, com *workshops* e *roadshows*.

Presidente Flavio Dino, eu não sei se o senhor sabe, mas naquela ação, que teve o grande apoio do senhor e da Embratur, que foi a exposição de Brasília na sede da ONU, em novembro do ano passado, tivemos a grata satisfação de contar com a presença do Senador Antonio Carlos Valadares na abertura do evento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Também da Embaixadora Maria Luisa, que hoje está na Alemanha.

O SR. LUÍS OTÁVIO ROCHA NEVES – Da Embaixadora Maria Luisa, da Regina Dunlop... Foi um evento maravilhoso, que contou com o grande apoio, na sua totalidade, da Embratur. Eventos como aquele fizemos vários outros fora do Brasil, principalmente na América do Sul. Sabemos – falo por Brasília, mas os Estados também pactuam esta ideia – que temos de trabalhar muito os nossos vizinhos, pois eles têm potencial de vinda para o Brasil, para conhecer o Brasil, e temos feito diversos *roadshows* e *workshops* na América do Sul.

Fizemos também um grande banco de imagens, que é muito importante para potencializar cada vez mais a beleza do nosso Brasil.

Como exemplo, eu trouxe algumas cidades que serão sede da Copa do Mundo e de ações que já estão sendo realizadas. Eu trouxe cinco cidades.

Bom, Belo Horizonte, agora, durante a Copa das Confederações, está desenvolvendo atividades para complementar as ações que acontecem durante o evento: corrida de rua, festival de teatro, apresentação cultural, campanhas nos aeroportos, com meio eletrônico digital, aplicativo de informações em cidades com um raio de 150 quilômetros, aplicativos de serviços móveis, e também possui um *hotsite* que pode atender muito bem o nosso turista.

Na região metropolitana de Belo Horizonte, há sete CATs (Centros de Atendimento ao Turista), que dão todas as informação, todas bilíngues, e de forma integrada e presencial. O Estado está muito bem integrado com a Prefeitura, e isso é muito importante. Como material promocional, Belo Horizonte está trazendo guia e mapa de rua especialmente para a Copa das Confederações em três idiomas, *folders* para formadores de opinião, material sobre saúde e mobilidade urbana e haverá brindes a distribuir.

Salvador, também no período da Copa das Confederações, realiza a campanha Bem Receber Copa, a campanha Brasil, Bahia, Sol, Mar e Festa, de janeiro a maio, aplicativos para *smartphone*, totens interativos, um *hotsite* específico para megaeventos, o centro de atendimento, principalmente de Salvador, com atendimento 24 horas, funcionando em três idiomas, CATs e mais dois postos de informação turística. Até o final de 2013, haverá mais 13 CATs e 35 módulos portáteis, e agora, durante a Copa, 600 guias e monitores espalhados por 600 pontos turísticos. Como material promocional específico, mapa, guia *on-line* e *off-line*.

Aqui em Brasília, durante o período da Copa das Confederações, haverá festival de quadrilha junina, festival de inverno de música, festival junino nas regiões administrativas e uma etapa da Copa Brasil de Tiro Esportivo. Como campanha de promoção de Brasília como destino turístico, trabalharemos em jornais, revistas, Internet, *outdoors*, mobiliário urbano e trabalhamos os eventos Goal to Brasil.

No meio digital, totens e informativos, com informações sobre os atrativos que temos, telefones, *carrying code*, aplicativos com informações turísticas e telefones de emergência. Temos o *hotsite* Vem Viver Brasília e, já em funcionamento, sete CATs (Centros de Atendimento ao Turista) móveis, dois centros de atendimento móveis que são uma parceria com o Ministério do Turismo, e um *call tour*, em que também encontraremos informações sobre Brasília.

Como material promocional, *z-card*, mapas e um passaporte. E estamos fazendo uma parceria com a Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste). Como eu disse, é um trabalho que estamos fazendo, a Fornatur vem potencializando isso em todas as regiões, para que aconteça nas cinco regiões do Brasil e para que possamos fazer roteiros integrados; no caso de Brasília, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em Fortaleza, haverá festival junino, quadrilhas juninas, campanha para a promoção do Ceará, utilizando revistas de bordo, plano de mídia, anúncios, VTs, *sites* e aplicativos também em três idiomas, sete CATs (Centos de Atendimento ao Turista), aeroporto internacional, enfim, onde estão situados. E como material promocional, brindes – chapéus de palha, sacolas, *ecobags* –, *folders* e mapas indicando os roteiros turísticos.

É muito importante também salientar, dizer para os senhores que todas essas nossas ações são muito próximas e estão sendo feitas junto com o Ministério do Turismo. O Ministério do Turismo, desde o ano passado, destinou uma verba importante para as cidades-sede da Copa, para centros de atendimento móveis, que são os chamados CATs móveis, para a infraestrutura turística, para a mobilidade urbana, para essa que é uma falha acho que quase no Brasil todo, para não dizer no Brasil todo, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS OTÁVIO ROCHA NEVES – Já estou concluindo, Presidente.

Mas para a maioria das cidades, que é a sinalização turística. A sinalização turística no Brasil é muito falha nas mais diversas cidades e em nossos grandes destinos. O Ministério do Turismo aportou um bom volume de recursos para que todas as cidades façam também a sua sinalização turística.

Por exemplo, aqui em Brasília, haverá 1.090 placas de sinalização, todas bilíngues. Não serão trilíngues porque a cidade foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, assim como suas placas, que não podem ser modificadas. Assim, por conta da velocidade, elas não podem ser trilíngues. Serão bilíngues. Mas em outras cidades haverá placas trilíngues, também com esse investimento do Ministério do Turismo nas cidades-sede da Copa.

Manaus não é sede da Copa das Confederações, mas é uma das cidades-sede da Copa do Mundo. Durante o período, realizará o festival de Parintins. Tentará fazer um *link* com outras cidades-sede, como Fortaleza e Salvador. Promoverá campanhas e anúncios em revistas de bordo, produção de vídeos e também centros de atendimento. Todos investem muito no atendimento ao turista, pois sabemos que esse é o cartão de visita a todo turista que chega, seja no aeroporto, seja via rodoviária, seja na rodoviária interestadual.

Como material promocional, já por conta da Copa do Mundo, está sendo produzido o material Amazonas, o Destino Verde do Brasil, com blocos, impressão de guias turístico, cultural e ecológico do Amazonas, inclusive em japonês. O Amazonas está trabalhando muito com o público asiático. Na semana passada, a Presidente Oreni esteve na China, e tem obtido bons resultados.

E sempre trabalhamos procurando fazer o chamado roteiro integrado. Algumas cidades, como Rio de Janeiro, Salvador e Manaus já têm feito esse tipo de parceria, até no âmbito do Fornatur, nos encontros que temos, de dois em dois meses, para que seja feito esse roteiro integrado, a fim de que o público que vem da Ásia possa conhecer dois, três ou quatro destinos no Brasil.

Bom, era essa a minha apresentação. Como membro do Fornatur, procurei falar um pouco daquilo em que estamos trabalhando, em conjunto com o Governo Federal, por meio da Embratur e do Ministério do Turismo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Secretário Luís Otávio Rocha Neves, do Distrito Federal, Vice-Presidente do Fornatur, por essa contribuição inestimável para o esclarecimento da questão turismo no Brasil.

Antes de conceder a palavra à autora do requerimento, Senadora Lídice da Mata, que assinou comigo a convocação desta audiência pública – requerimento nosso, portanto –, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Lobão Filho, que manifestou interesse em falar, ele que é o Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Com muito prazer, Senador Lobão Filho, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, bom dia a todos, minha Senadora querida, meu amigo Senador Inácio Arruda, Presidente da Embratur e toda a sua equipe, Dr. Luís Otávio.

Peço desculpas pelo atraso porque passei a manhã toda no TCU e acabei não podendo vir, mas gostaria muito de estar presente na exposição do ilustre Presidente da Embratur, Dr. Flavio Dino, maranhense como eu, mas eu não poderia deixar de vir aqui.

Flavio, você precisa dar uma reprimenda nesse seu pessoal, porque eles aplaudiram aqui o Luís Otávio e não aplaudiram você. (*Risos.*)

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Senador, sempre é tempo...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sempre é tempo. (*Palmas.*)

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O Flavio Dino vem num grande desafio, junto com o Ministro Gastão, de inserção do Brasil como ponto turístico no mundo e, agora, com esses grandes eventos internacionais que se aproximam.

Então, eu pedi a palavra justamente para registrar aqui que, dentro da nossa Comissão de Orçamento, Presidente Flavio Dino, há uma preocupação muito grande em relação a capacitar o Brasil e a prepará-lo para esses megaeventos que se avizinham no nosso País. Portanto, V. Exª conte com o meu apoio, na nossa Comissão, no sentido de prover as ações e a infraestrutura necessárias para o nosso País, para que nós possamos fazer bonito dentro do cenário internacional, para que esse seja um ponto de início de uma nova fase do nosso País; tendo a exposição que nós teremos, que nós possamos fazer o nosso trabalho de forma correta, da melhor forma possível, e que isso possa se refletir, principalmente, ao longo dos próximos anos.

Eu diria que nós vamos ter agora a grande oportunidade do nosso País com esses eventos, para que nós possamos definitivamente fazer a nossa inserção no cenário mundial como grande destino turístico, que é o que nós merecemos, que é o que o nosso País tem condições de oferecer ao mundo.

Então, somos parceiros nessa empreitada. Conte conosco, da Comissão de Orçamento, Finanças e Controle do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço, Senador Lobão Filho. V. Exª terá uma grande importância na elaboração do Orçamento da União para o próximo ano.

E como aqui acentuou o nosso Presidente Flavio Dino, é preciso que nós possamos elastecer a aplicação de recursos, fazer uma maior expansão, não só R$100 milhões, mas R$200 ou R$300 milhões, para a promoção do turismo nacional lá fora e, também, internamente.

V. Exª terá, portanto, essa grande missão, essa grande incumbência, de não só atender aos mais variados segmentos da infraestrutura nacional, dos ministérios, como também dar apoio consistente à ação benéfica e positiva que está sendo desencadeada pelo atual Presidente da Embratur, Flavio Dino.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, à autora do requerimento, a primeira signatária, digna representante da Bahia, Senadora do PSB, Lídice da Mata, a quem parabenizo pela iniciativa. O requerimento de V. Exª propunha audiência pública com o objetivo de discutirmos os eventos como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo e também as Olimpíadas. Combinado com V. Exª, nós transformamos esse requerimento num ciclo de debates. E a primeira audiência pública desse ciclo nós estamos realizando hoje, com a presença do Secretário Luís Otávio e também do nosso Presidente Flavio Dino.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Presidente e meu companheiro de muitas iniciativas aqui no Parlamento. O Senador Antonio Carlos Valadares, com sua experiência, tem me ajudado muito no trabalho aqui no Senado, caro companheiro Flavio Dino.

Na verdade, nós tínhamos aqui, no ano passado, uma subcomissão com o intuito de acompanhar as ações desses megaeventos. E nós percebemos, depois, em conversa também com o Senador Antonio Carlos Valadares, que seria muito mais produtivo nós

não termos as subcomissões e trabalharmos a pauta geral da nossa Comissão, incluindo os temas relacionados ao turismo e aos megaeventos que nos estamos preparando para realizar.

Eu, portanto, não sou autora, mas coautora, com a inspiração do nosso Presidente. Como ele preside a reunião, eu vou falar por mim e por ele.

Eu quero falar algumas considerações ao plano apresentado e parabenizar – sempre parabenizar – a Embratur, o seu Presidente, esse grande Parlamentar que marcou sua passagem pela Câmara dos Deputados, pelo Parlamento brasileiro, pela enorme capacidade agregadora, legislativa e política, e que hoje empresta o seu talento à nossa empresa de promoção do turismo do Brasil no exterior.

Eu queria destacar da fala do nosso companheiro Presidente Flavio Dino sua posição sobre a questão dos céus abertos na América do Sul, que acho uma posição importante. Nós estamos enfrentando uma crise na aviação brasileira que precisa ser mais bem discutida pelo Parlamento, que precisa ser mais aprofundada.

Este ano é um ano em que não haverá eleição, mas o debate eleitoral está se antecipando e nós estamos deixando de tratar de assuntos de extrema importância, principalmente na área do turismo frente à realização desses megaeventos e da possibilidade, portanto, de o Congresso Nacional interferir no posicionamento do Governo brasileiro a tempo de nos preparamos melhor.

Acho que a crise na aviação e o plano de aviação regional não têm avançado, e não estão avançando, entre outras coisas, porque o Parlamento, que tem essa função, não os tem acompanhado, mas tem, e deverá ter cada vez mais, interesse em viabilizar isso.

Nós do Nordeste sabemos o que é o fato de não termos uma aviação regional possibilitando que nós tenhamos um impulso no turismo regional no período das “vacas magras” – entre aspas. Ou seja, no período que não é o de alta estação, quando nós poderíamos estar com uma promoção interna de visitação dos nossos Estados. Até porque não há, em nenhum país do mundo com o turismo aquecido, bastante desenvolvido – que não é o caso do Brasil, que temos, apesar dos megaeventos, o desafio de nos tornarmos um destino internacional, que ainda não somos... Se compararmos os nossos números com os números de outros países, inclusive da América do Sul, da América Latina também – essa idealização continental que é a América Latina, que não existe como território, mas que nos une –, veremos que nós não temos números satisfatórios.

E nós precisamos, portanto, e deveríamos estar muito preocupados com investimentos muito claros no sentido não apenas da promoção, mas de uma preparação massiva, vigorosa, para que nós pudéssemos receber esses turistas estrangeiros, mas também movimentar o turismo nacional. E como eu quis dizer, o turismo, em todos os países e nos diversos territórios, ocorre principalmente como turismo interno. É o turismo interno na Bahia, é o turismo interno na Região Nordeste, é o turismo interno no Brasil que nos sustentam durante o ano inteiro.

O turismo internacional no Brasil ainda é um turismo complementar. Deverá ser muito mais atuante se nós realmente cumprirmos as nossas metas e colocarmos isso como prioridade na nossa atuação. E vejo, no Nordeste brasileiro, uma necessidade muito grande de nos debruçarmos sobre a pauta do turismo, porque este pode ser um grande vetor do desenvolvimento da nossa economia. Tem sido provado e comprovado o esforço dos Governos estaduais que vem nessa direção, mas eles não são capazes de dar conta de questões que não se limitam aos Estados. E a questão da aviação não se limita ao Estado.

Nós temos hoje, ou melhor, continuamos a ter uma aviação pautada na necessidade das empresas e não nas necessidades do consumidor. Os nossos aeroportos são usados em dois momentos apenas e com largos períodos de ociosidade, em função da agenda das empresas existentes. A concorrência é pequena, porque nós não temos abertura do céu – essa é a terminologia usada –, para permitir que empresas de outros países possam concorrer com as nossas e, infelizmente – eu já tive até uma posição fechada em relação a isso –, hoje não há alternativa que não seja essa, para que nós possamos realmente estabelecer uma concorrência que nos leve a oferecer um serviço de qualidade ao consumidor do nosso País, que é um consumidor que cresce a cada dia e que precisa da garantia dessa qualidade.

Nós, às vezes, não conseguimos avião nem para chegarmos aqui em horários adequados para o nosso trabalho, nós que usamos as empresas aéreas diariamente, usamos toda semana, em momentos diferenciados.

No Nordeste, a situação é muito grave, Senador nordestino – temos dois na Mesa, três. E, de vez em quando, eu reparo que até o lanche servido nas empresas aéreas de Brasília para o Sul é diferente do que é servido de Brasília para o Nordeste. Mas não vamos nem nos deter a esse...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E nesse caso não é um problema de hábito alimentar diferenciado, não. (*Risos.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, não, não, não.

Os nossos voos do Nordeste vão sempre para a área remota dos aeroportos, para o embarque remoto. Enfim, teríamos aqui muitos e muitos pequenos detalhes a registrar que denotam essa diferenciação de tratamento. As empresas se dirigem àqueles que lhes dão maior lucratividade, portanto, que têm um mercado maior.

Mas eu queria destacar, principalmente, a necessidade de nos concentrarmos numa política e num esforço de retirar da Copa tudo o que ela pode nos dar. E queria destacar a participação e a importância do posicionamento do Senador Lobão. Nós precisamos de recursos e, aqui na nossa Comissão, acho que a Embratur deveria definir uma emenda que esta Comissão pudesse fazer no sentido do reforço do seu orçamento, porque nós vamos precisar. É preciso definir para a Embratur e é preciso definir para o Ministério do Turismo também nas outras áreas, que são áreas indispensáveis à preparação do Brasil para a Copa.

Eu, pessoalmente, tenho, inclusive, uma opinião crítica sobre a coordenação dos trabalhos de promoção turística não estar sob o comando da Embratur, mas do Gecopa. Não por nenhuma razão, gosto muito do Ministro dos Esportes, mas acho que a Embratur é a empresa que, ao longo da média experiência que o Brasil tem em promoção internacional, tem a memória, a prática disso. Promover o Brasil não é fazer propaganda do Brasil. Promover o Brasil necessita de planejamento e estudo técnico. Não é uma coisa que eu possa fazer, que o Senador Inácio possa fazer, como qualquer um de nós faz a propaganda do nosso Estado aonde nós chegamos. É preciso estudar. É preciso absorver a capacidade técnica já acumulada por essa empresa que tantos serviços já prestou ao turismo no Brasil, até porque é a única empresa, o único organismo de turismo existente no Brasil há muitos e muitos anos.

O Ministério do Turismo é um Ministério com oito anos de idade. A Embratur também já foi a empresa que pensou todo o turismo nacional. Hoje, ela tem a sua atribuição voltada só para a promoção e, até por isso, tem mais capacidade ainda de desenvolver esse papel. Não vou tratar desse assunto, porque é apenas uma visão e uma opinião crítica e cabe ao Governo definir como quer organizar sua ação, e assim está fazendo.

Eu quero ressaltar, dentro desse projeto, duas experiências de capacitação, duas experiências positivas, vitoriosas, da Bahia. No carnaval, que é o nosso megaevento anual, como já foi falado aqui pelo nosso Secretário, representante do Fornatur. A experiência dos monitores do carnaval é uma experiência muito bem-sucedida do carnaval baiano, que eu creio que pode ser repetida e deve estar destacada no plano de promoção do turismo. E o *call center* de informação turística em três idiomas, 24 horas, também é uma experiência positiva realizada pela Bahia. Eu acho que essas duas experiências que o nosso Governo baiano acrescentou à nossa experiência longa no turismo brasileiro podem ser experiências repetidas na organização da Copa no Brasil.

Quero também destacar ao meu Presidente – também já se tratou disso aqui – que nós temos o projeto, que é simples, mas que pode ter uma contribuição a dar na dinamização da economia do turismo, da possibilidade de o transporte rodoviário interestadual e até internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos ser realizado por veículos com capacidade mínima para oito passageiros sentados. É a situação de Brasília, o Distrito Federal. Qualquer viagem daqui a Pirenópolis é considerada uma viagem interestadual e só pode ser realizada por ônibus. Não há justificativa para isso, não há lei que determine isso; é uma regra interna da ANTT, que não tem sentido. Por quê? É mais seguro viajar de ônibus do que viajar de *van*, com cinto de segurança, com todos os requisitos de segurança garantidos? Eu ouvi de alguém que é porque transporte de longa distância tem que ter banheiro. Mas nós estamos falando e podemos fazer uma regulamentação para um transporte de pequena distância. Não se justifica que, para uma pequena agência de viagem fazer pequenos grupos turísticos de Recife a João Pessoa, ela tenha que alugar um ônibus, que não possa fazer o transporte de *van*.

Isso fere, claro, o interesse das grandes transportadoras rodoviárias de ônibus. E nós deixamos de desenvolver no Brasil um transporte terrestre importante para o receptivo turístico, que é a *van*.

De Salvador a Aracaju são quatro horas de viagem. Se eu faço no meu carro pessoal essa viagem, se tantos turistas baianos e sergipanos fazem essa viagem num fim de semana para passar... Aliás, certa vez, Sergipe fez uma promoção muito inteligente em Salvador com *outdoors* que diziam: “Passe o melhor fim de semana da Bahia em Aracaju”. E muitos baianos iam, e vão até hoje, a Aracaju, que está com a orla mais organizada que a nossa, bonita, com um caranguejo maravilhoso. Se a Bahia inteira vai a Aracaju no fim de semana com o carro cheio, com quatro ou cinco pessoas no carro, por que não pode um pequeno grupo de turistas que chegam à Bahia conhecer um Estado vizinho numa *van*? Se não houver 20 turistas para preencher o ônibus naquela viagem, não vai poder ir. Senão, vai sair muito caro para uma empresa fretar um ônibus para fazer uma viagem tão curta, que pode ser feita de um Estado para outro, e não há nenhuma regra convincente que diga que não pode ser feita.

Então, esse projeto está aqui na nossa Comissão, meu Presidente, há mais de um ano e eu peço a sua interferência para a gente fazer com que ele ande, para que possamos aprová-lo. Qualquer relator pode modificá-lo, fazer um substitutivo, buscar novas referências, mas nós precisamos contribuir para fazer com que o turismo ande. Não é transporte clandestino que nós queremos; nós queremos uma definição. Ele pode ter que ser autorizado pelo Ministério do Turismo. As empresas se constituem e quem dá a autorização para viagem é a ANTT, assegurando as regras de segurança necessárias, e o Ministério do Turismo, assegurando que se trata de uma empresa e de um transporte voltados para o turismo.

Agora, o que não pode é a continuidade dessa situação, que é impeditiva, sim, que é limitadora do crescimento do turismo em nosso País.

Eu creio, portanto, Presidente e meu caro amigo Flavio Dino, que V. Exª – quem foi excelência, quem foi majestade permanece majestade, como o ditado popular já diz – tem uma das maiores tarefas do Governo brasileiro: fazer a promoção do Brasil no exterior.

As questões de segurança estão demonstrando que nós precisamos pensar outras medidas. Na semana passada, houve um "arrastão" no aeroporto, na saída do aeroporto do Rio de Janeiro. Isso deve fazer com que nós possamos pensar a Copa de maneira diferente. Todos os dias nós temos novos desafios apresentados pela sociedade brasileira no sentido da preparação para a Copa do Mundo, porque a preparação para a Copa do Mundo não significa preparar o Brasil para receber gente do exterior, significa preparar o Brasil para conviver com os brasileiros. Este é o desafio, porque os baianos vão sair da Bahia para o Rio de Janeiro para assistir a um jogo e participar da confusão da Copa do Mundo. Os brasileiros vão estar se movimentando no País inteiro e nós precisamos preparar o Brasil para os brasileiros viverem a Copa do Mundo, para os brasileiros se conhecerem. E também, especialmente no caso da Embratur, para responder ao desafio de fazer com que o Brasil não continue sendo um país com uma potencialidade turística que tem de cinco milhões de turistas/ano, porque isso está muitíssimo aquém das potencialidades do Brasil.

Nós sabemos que as distâncias nos dificultam, mas o que eu vejo de gente indo atualmente à China, tão distante, do outro lado do mundo, para onde se viaja por 24 horas, e aí a gente já começa a pensar que esse limite, que é realmente muito mais confortável fazer uma viagem de 8 horas do que uma de 18 ou 20 horas – sem dúvida nenhuma –, mas nós sabemos também que é possível estimular para que essas viagens ocorram e o Brasil tem muitos atrativos para que nós tenhamos tão poucos turistas internacionais.

Então, eu quero dizer que podem contar comigo e, não tenho dúvida, com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, para que a gente possa responder a esse desafio e pensá-lo de forma cotidiana.

Eu sugeri que nós também incluíssemos aqui uma discussão sobre o balanço dos aeroportos brasileiros, um balanço do dia a dia desses aeroportos. Quem viaja todos os dias de Brasília para fora vê que o aeroporto de Brasília não está bem. Eu sinto muito. foi privatizado, mas não está bem. O aeroporto de Brasília é um dos aeroportos em que há uma área imensa que se dá entre desembarque e embarque. O corredor de desembarque é o mesmo corredor de embarque. É aquela área grande, que, aliás, agora, além de não ter esse limite... Segunda-feira, quando eu vinha chegando, havia uma escada rolante quebrada. Aí, como eu já conheço, eu ia para a outra, mas a moça me perguntou: "A senhora está embarcando ou desembarcando?" Porque, obviamente, naquele ambiente ali não há nenhuma diferença entre o embarque e o desembarque. E, para piorar a confusão, agora colocaram um pequeno comércio de venda de chocolate no meio dessa confusão, um grupo de pessoas compram chocolate numa área de embarque e desembarque. Quer dizer, isso é o caos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E descobriram que o chocolate é baiano. Então, fica aquele tumulto ali.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, aquele é de Gramado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, mas veio da Bahia. Todo chocolate é da Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O cacau é da Bahia, porque nós somos os maiores produtores e, hoje, os produtores dos melhores chocolates do Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Gaúcho querendo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço à nobre Senadora Lídice da Mata por suas palavras, que, efetivamente, vêm contribuir para a elevação deste debate.

Quero aproveitar esta oportunidade, Presidente Flavio Dino e nosso Vice-Presidente da Fornatur, Luís Otávio, para registrar que, há pouco tempo, de acordo com recente levantamento ou pesquisa divulgada pelo *Estadão*, entre 139 países, o Brasil detém o primeiro lugar no quesito "riqueza natural", representada pela diversidade de espécies animais existentes, a fauna mais rica do mundo, número de lugares considerados

patrimônios da humanidade, como o Pelourinho, na Bahia, como a Praça São Francisco, patrimônio da humanidade no Estado de Sergipe, a própria Capital, Brasília, patrimônio cultural da humanidade, Ouro Preto, São Luís – o Maranhão está aí, marcando presença entre os patrimônios culturais da humanidade. Também pela quantidade de áreas protegidas e qualidade do meio ambiente, o Brasil é classificado em primeiro lugar.

E aqui não há desastres naturais de maior monta, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos. Vimos, pela televisão, o que ocorreu em Moore, um lamentável desastre da natureza, um fenômeno conhecido por tornado, que matou pessoas, destruiu patrimônios, enfim, causou enormes prejuízos à economia e à vida normal dos Estados Unidos.

Aqui, não há *tsunamis*, não há erupções vulcânicas, não existem furacões, não há terremotos. Somos beneficiados, portanto, pela natureza, com a não ocorrência de fenômenos catastróficos violentos. Entretanto, essa mesma pesquisa assinala que nós, brasileiros, estamos em 52º lugar em matéria de turismo, porque são apontados alguns defeitos, algumas falhas na infraestrutura; elevados impostos que incidem sobre os transportes; falta de regulamentação de alguns setores, como, por exemplo, o das companhias aéreas – falo da liberdade de as companhias áreas transitarem pela América do Sul sem as amarras hoje existentes; a violência ocorrida no Brasil; a falta de mão de obra qualificada; preços de hotéis e tarifas áreas, alguns dos quais absurdos.

Como falou aqui o Flavio Dino e também como se referiu o nosso Secretário Luís Otávio, o Brasil está perdendo sua competitividade, justamente por esta coisa inadmissível de se colocar um preço altíssimo, fazendo com que o Brasil tenha prejuízos incomensuráveis em comparação com outros países, com outras nações.

É também da maior importância que essa questão do visto seja resolvida o mais rapidamente possível. Como é que se concebe o fato de que se pode ir a qualquer país do Caribe sem passar pela burocracia, sem pagar mais dólares para conseguir o visto, e de que, no Brasil, há uma alta burocracia para alguém que venha de fora conseguir o visto? Além disso, tem de se pagar uma taxa para chegar aqui. Ora, então, o turista prefere ficar por lá mesmo. Daí por que o Brasil tem cinco milhões de turistas receptivos.

Portanto, um trabalho insano, uma grande missão está sendo realizada neste momento pelo Governo brasileiro, para vencer essas dificuldades que se antepõem ao desenvolvimento normal do nosso turismo.

Concedo, então, a palavra ao nosso Presidente. Mas, se o Vice-Presidente da nossa Comissão, Senador Inácio Arruda, do Ceará...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agora! Vamos falar logo, para deixar os convidados livres para fazerem sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Se V. Exª desejar fazer alguma colocação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro, cumprimento nosso Presidente e nossa colega Lídice da Mata pela iniciativa de fazer um ciclo de diálogos, envolvendo esses grandes empreendimentos; nossos convidados; nosso Secretário; nosso Presidente da Embratur, Flavio Dino; nosso Presidente Lobão, da Comissão de Orçamento, cuja presença aqui é muito importante, porque, daqui a pouco, vamos tratar na Comissão Mista de Planos e Orçamento tudo que estamos tratando aqui.

A LDO já está em curso. É hora de patrocinar as emendas necessárias que podem favorecer o Ministério do Turismo, a Embratur e as atividades correlatas, como a dos aeroportos. Tudo está ali, no PAC, e também é discutido no Orçamento. Para haver uma rede de novos aeroportos – nós queremos fazê-la no Brasil –, é preciso que o Orçamento da República sustente efetivamente os investimentos que vamos realizar. Talvez, seja preciso diminuir um pouquinho o superávit primário, para haver mais recursos destinados a essas atividades.

Eu queria, Presidente Valadares, sublinhar que, neste ano – isto está em nossas mãos –, no Brasil, haverá a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, que reúne cristãos católicos. Esse encontro será um grande evento, porque o Brasil é um País cristão, e a religião católica, digamos assim, é dominante entre todas. Então, será um grande evento mundial no Rio de Janeiro, que vai mobilizar fortemente toda a América do Sul. Em seguida, no mesmo período, será realizada a Copa das Confederações. São dois grandes testes para nós acolhermos dois grandes, gigantescos empreendimentos esportivos em 2014 e em 2016, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

As Olimpíadas serão realizadas no Rio de Janeiro, mas vão mobilizar o Brasil inteiro. Haverá atividades praticamente em todo o Brasil. Nas Olimpíadas, haverá o torneio de futebol, que será sediado em vários Estados, que não se realizará somente em um local. Em todas as Olimpíadas, tem sido assim: as partidas de futebol são distribuídas por vários locais no país-sede.

Além disso, no Brasil, está sendo disputada a Exposição Mundial, que não sei a quantas anda. A

Embratur pode nos dar aqui uma informação. Considero esse evento muito importante.

E também há o evento dos jogos estudantis, dos Jogos Universitários Mundiais. Acho que Brasília está se apresentando como candidata. Já disputou uma vez, mas não deu certo. Mas Brasília entra na disputa novamente. Esse também é um grande evento esportivo.

Além disso, dezenas de eventos mundiais ocorrerão aqui, como eventos científicos. Cito que, no próximo ano, haverá aqui um evento de Química. Tudo é química no mundo! Um grande evento de Química vai acontecer no Brasil, em Fortaleza. Em Salvador, há dezenas de grandes eventos, como também em Recife. Dos que vão ocorrer no Rio de Janeiro e em São Paulo nem se fala! Brasília transformou-se em uma capital de eventos na área econômica. As grandes companhias mundiais de automóveis, que têm presença no mundo inteiro, estão realizando eventos no Brasil.

Então, acho que nós temos mais do que a obrigação de buscar vender bem o Brasil, para que aqueles que aqui cheguem possam descobrir as coisas extraordinárias do nosso País. Poucos conhecem as barrancas do Tapajós, em Santarém, no Estado do Pará. Poucos conhecem regiões extraordinariamente bonitas, como a nossa fronteira com a Venezuela, em Roraima, ou mesmo o Amapá. Tudo isso está no Norte do País. Se você vai até Manaus, você já se encanta com aquele mar de floresta e você pode ir para aquelas regiões, para aqueles Estados vizinhos. Estando naquele corredor de Fortaleza, Teresina, São Luís, Natal, você verá não só um Sertão muito bonito, a despeito dos períodos de estiagem que enfrentamos, mas também um litoral belíssimo.

Então, o Brasil apresenta essas vantagens que o Senador Valadares levantou aqui, com essas riquezas da natureza. Aqui, há o ouro do Tocantins, o capim de ouro. Você imagina! Aqui, há a Chapada Diamantina, uma grande região do Brasil. Quer dizer, há muita coisa para se mostrar, mas, às vezes, a nossa presença fica limitada às capitais, onde há uma sofreguidão terrível quanto à mobilidade. Assim, temos de nos expandir mais na apresentação do nosso turismo.

Flavio Dino, há uma passagem entre o Ceará e o Piauí onde há um cânion fantástico. O Rio Poti nasce no Ceará e vai impactar Teresina. Nas grandes enchentes de Teresina, a água desce do Ceará. O Ceará fica sem água, manda água para Teresina. Infelizmente, isso causa transtornos, porque causa enchentes colossais na cidade de Teresina. Vamos fazer ali alguns barramentos, para não haver mais enchentes.

Há um cânion formado na Serra de Ibiapaba. Às vezes, a gente nem sabe que há clima úmido e agradável no interior do Nordeste brasileiro, na Floresta Nacional do Araripe, que reúne Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba e que está bem pertinho da Bahia, para atender à nossa Senadora Lídice da Mata. Qualquer coisa, a gente cai na Bahia. Está certo? Veja que isso está no interior do Nordeste! Você não acredita, pois, ao chegar lá, você vê que a temperatura é de 13ºC. Lá a gente tem de se agasalhar. Aqui, a gente já se agasalha numa temperatura de 13ºC.

É isso o Brasil. Há coisas muito bonitas para serem exploradas, para serem vendidas lá fora. Esse é um papel grandioso da Embratur, que considero uma das nossas instituições mais importantes. A Embratur pode dizer que temos riquezas naturais, a Embratur pode dizer que temos a Embrapa, a Embratur pode dizer que produzimos biocombustíveis em todos os cantos do País. É ela que vende o Brasil, é ela que faz o Brasil ir adiante e que pode mostrar todas essas belezas naturais.

Então, com esses eventos, nós podemos fazer um desenho muito interessante do Brasil e enfrentar os nossos problemas, os problemas internos do Brasil.

Vejam o problema da aviação. Nós vamos fazer cem novos aeroportos. Está bem! Há até uma empresa criada pelo Marechal Montenegro chamada Embraer, que, hoje, está dividida com os franceses e com outros. Nós não conseguimos fazer ainda uma turbina adequada. E há até alguns que acham que a gente nem deve discutir sobre aviônica, que a gente deve só comprar de fora. Mas vamos tratar da nossa empresa Embraer, que fabrica aqui e pode vender aqui. Boa parte, salvo uma ou outra, usa aviões da Embraer no seu setor interno, nas redes comerciais, na nossa rede de aviação comercial.

Há um monopólio brutal, mas não um monopólio em relação às estrangeiras, não! Há um monopólio em relação às pequenas empresas que podem se expandir no nosso território, que são empresas nacionais! Nós montamos um voo Fortaleza-São Luís-Belém-Macapá, saindo de Fortaleza, de uma empresa cearense, mas este foi desmontado pelas duas ou três grandes da época. Agora, são duas. Desmontaram-no, passaram três meses com *dumping*. Fizeram um *dumping* em cima da empresa e desmontaram aquela linha. E era uma linha que favorecia a nossa região, com horários mais adequados.

O nosso relógio, Flavio Dino, é exclusivamente o de São Paulo. O nosso relógio vem de São Paulo. Com todo respeito, São Paulo está cheio de cearenses, mas o nosso relógio é paulista. A novela é produzida no Rio de Janeiro. Então, o calendário nacional tem de ser de acordo com a novela, tem de ser de acordo com São Paulo. O resto do Brasil fica sujeito a esse horário que atende aos interesses de um Estado. É claro que é um

Estado com uma grande população e com grande impacto na economia brasileira, pelo qual temos o maior apreço. Mas não podemos submeter o Brasil inteiro a um único horário no nosso País para realizar negócios, para realizar atividades de qualquer natureza.

Por isso, quebra-se a empresa lá! Destruíram-na. Dezenas de empresários querem montar empresas de aviação no Brasil, querem fazer rede para transporte nessas regiões e não vão competir com as grandes companhias. Mas eles não deixam! E quem não deixa? Quem não deixa é a empresa? Acho que não é, não! Acho que deve haver governo que diga: "Não! Haverá uma empresa no Norte". O Norte já tentou isso por várias vezes, no Amazonas, em Roraima. Nós já tentamos fazer isso por várias vezes no Nordeste. Aqui, no Centro-Oeste, há uma batalha, uma guerra! Eles entram no Governo, eles tentam destruir por dentro, eles tentam impedir, eles fazem horários, eles botam para concorrer, para destruir! É claro que esse é o jogo do mercado, mas o mercado tem de estar de acordo também com os nossos interesses, com os interesses internos.

Então, talvez, a primeira iniciativa devesse ser a de céu aberto no Brasil e, depois, a de céu aberto na América do Sul, onde o céu já está aberto, pois a LAN já domina as empresas. Está fechado como? Então, temos de fazer uma grande campanha de céu aberto dentro do nosso País, porque senão esses aeroportos vão ser feitos, e lá o capim vai tomar conta, os terminais vão ser destruídos por cupins, e não vai haver gente, porque não vai haver redes de aviação locais que sejam apoiadas significativamente, para que exista uma aviação regional, sem essa guerra em que duas ou três grandes companhias monopolizam o mercado. E, daqui a pouco, será apenas uma companhia, pelo que estou vendo por aí.

Então, esse é um grande desafio, que considero ser também da Embratur. É uma batalha da Embratur, porque vendo para fora o meu pacote. E, ao chegar aqui, engesso o cara! Ele só pode sair de Salvador para Recife se for naquele avião que faz a mesma linha de São Paulo. Então, ele tem de estar de acordo com o horário de São Paulo, e acabou!

Essa é uma batalha grandiosa, porque, no País, há grandes e importantes eventos. E nós, ao atrairmos esse turista, esse visitante de negócios, esse visitante esportivo, esse visitante das artes e da cultura, devemos preparar melhor o nosso território, o nosso espaço, para oferecer o que há de melhor. Já há um esforço grande sendo feito, mas nós podemos melhorar, principalmente nessa área da aviação, onde sei que há uma luta grande que o Flavio Dino está enfrentando. Conheço bem essa turma porque vi a nossa empresa ser desmontada no Estado do Ceará por vários meios, o bombardeio foi de todos os lados, envolveram todo mundo, colocaram todo mundo contra para impedir que ela se mantivesse de pé.

Por último, Sr. Presidente, considero que a nossa região está sendo uma atração para os grandes eventos culturais e os grandes festivais, com a presença de grandes ídolos mundiais no nosso País. Há uma crise enorme aí fora e a turma está ganhando muito dinheiro no Brasil. Não sei se isso pode ser uma coisa transversal entre Embratur, Ministério da Cultura e outros de a gente fazer uma turnê... Lembro que o Humberto Teixeira, na década de 50, elegeu-se Deputado Federal e uma de suas principais missões foi pegar a nossa música e fazer uma turnê mundial com músicos brasileiros. Hoje, talvez, não precisemos seguir mais esse modelo, mas talvez fazer um circuito sul-americano.

Aqui no Brasil chega tudo, mas não chega aqui... Não sei quem está fazendo sucesso na Argentina, no Chile, na Bolívia, na Colômbia, no Peru, no Uruguai. Não sei! Na música, no cinema. Esse circuito cultural vizinho... Acho que temos que trazer muitos chineses, muitos australianos, de tudo, e muitos vizinhos também. Essa é uma ideia para você anotar e falar com a nossa Ministra Marta para ver se podemos fazer algo de grande impacto, incluindo os nossos vizinhos numa atividade cultural festiva, artística, em todas as áreas, a fim de que possamos irmanar mais a nossa região, já que estamos tomando tantas iniciativas do ponto de vista econômico.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quem falou foi o Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Presidente da Embratur, nosso sempre Deputado Flavio Dino. Logo após, temos a reunião, que já começou, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde teremos que participar da votação das proposições que ali estão tramitando.

Logo após a palavra do Presidente da Embratur, vamos conceder a oportunidade da palavra ao nosso Secretário e Vice-Presidente da Fornatur, Luís Otávio Neves.

Com a palavra o Presidente da Embratur.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Sr. Presidente, com muita brevidade vou responder às gentis indagações e sugestões que foram aqui apresentadas.

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença ilustre e a colaboração anunciada do Senador maranhense Lobão Filho, Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que nos coloca um

desafio adicional de, muito em breve, retornar à presença de V. Exª, assim como do Presidente Valadares, com as nossas sugestões para o orçamento vindouro de 2014, visando exatamente a uma maior valorização orçamentária de tão importante atividade para a vida nacional e para o desenvolvimento do País.

Agradeço a V. Exª a gentileza e tenho certeza de que, com a sua força política e sob a sua Presidência e sob a sua liderança, o turismo brasileiro, o Ministério do Turismo, a Embratur terão, no próximo ano, um orçamento melhor para poder dar conta de tantos desafios.

Quero agradecer também a nossa companheira, Senadora Lídice da Mata, pela gentileza do requerimento.

Vou fazer apenas dois comentários entre tantas questões levantadas. Uma acerca da problemática da aviação, que faço questão de sublinhar e levantando um cenário hipotético, apenas hipotético. Um cidadão de nacionalidade alemã vem assistir, por hipótese, o jogo da sua seleção em Manaus. E, contrariando as expectativas, em vez de a Alemanha se classificar em primeiro no grupo se classifica em segundo, o que determina que a cidade antes projetada para a segunda fase não será aquela, mas outra. Esse cidadão hipotético resolve acompanhar a sua seleção e se dirige ao guichê de uma companhia aérea para viajar dali a dois dias.

Pode ser que, e acho muito importante, vencido o desafio dos estádios, nós nos debrucemos sobre isto: a logística e o deslocamento das pessoas, porque nós debatemos, durante dois anos, se os estádios iam ficar prontos. Os estádios estão prontos. Os aeroportos estão aí.

Muito bem. As pessoas vão conseguir viajar? Vão encontrar vaga? Ou será que serão cobrados delas R$5 mil? "Não, se você quiser ir para Belo Horizonte... Belo Horizonte, tudo bem. Você quer ir, R$5 mil." Esse cidadão, pode até ser que pague R$5 mil. Pode ser, mas vai se sentir extorquido, lesado e vai ser um arauto de notícias negativas sobre o Brasil no seu mercado de origem.

Então, isso é muito sério, é de grande importância. Acho que esta audiência, Sr. Presidente, teve o mérito de sublinhar essa temática da aviação como, realmente, uma agenda emergencial, tendo em vista sobretudo a Copa, que tem uma logística mais complexa, mas também o conjunto de eventos que são realizados no País.

Tenho, aqui, Senador Inácio, muita tranquilidade, porque tanto eu como V. Exª militamos no mesmo partido, que é, também, a origem da Senadora Lídice, e, muito recentemente, o jornal *Valor Econômico* me perguntou por que eu estava defendendo concorrência. Eu disse: "Olha, porque eu sou comunista, estou defendendo um valor capitalista, porque se ninguém defende o capitalismo, eu defendo."

Então, nós estamos reivindicando capitalismo, ou seja, a concorrência, porque monopólio é a negação da suposta virtude do capitalismo de que a concorrência conduz a um ajuste do mercado. Então, se há práticas que violam a concorrência, nós não temos a plenitude das virtudes do chamado regime de livre mercado.

Então, eu defendo isso com muita ênfase, com muita serenidade, como V. Exª disse, como a Senadora Lídice pontuou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Socialismo moderno. (*Risos.*)

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – V. Exª quer que eu me filie ao seu Partido, Senador?

Então, nós estamos defendendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Seriamente uma honra, sem dúvida.

Nós estamos defendendo isso com muita ênfase.

Como o Senador Inácio disse, em relação ao mercado doméstico, o Plano de Aviação Regional foi lançado pela Presidenta Dilma e é fundamental que ele seja implementado, que haja aviação regional.

Nós sabemos que, hoje, para um cidadão de São Luís ir a Aracaju, é mais fácil ele ir a Porto Alegre, paradoxalmente, contraditoriamente, porque ele vai levar 12 horas para sair de São Luís e chegar a Aracaju, e é claro que não vai.

Do mesmo modo se dá na América do Sul. Se, hoje, um de nós resolver ir a Lima, é mais fácil ir a Paris. É mais fácil ir a Paris do que a Lima, é mais fácil ir a Miami do que a Lima, e nós precisamos do turismo intrarregional.

Quando se fala dos números, eu quero, primeiro, sublinhar que nós já estamos no...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ir a Cuba, nem se fala.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Não, aí é quase uma utopia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É difícil, não é?

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – É quase uma viagem interplanetária, em termos de acesso.

Então, nós temos, Senador Valadares, de olhar também para os nossos vizinhos, porque nós precisamos do turismo intrarregional.

Eu quero sublinhar que nós já estamos na casa dos seis milhões, quer dizer, já saímos um pouco dos cinco milhões. Estamos próximos dos seis e vamos

chegar nos seis neste ano, mas é claro que é muito pouco, e nós precisamos olhar o que acontece ao redor do mundo.

Por que o México recebe muitos turistas? Porque está colado nos Estados Unidos.

Por que, hoje, há evolução do turismo na Tailândia ou nas praias do Oceano Índico? Porque estão próximas de dois grandes centros emissores de turistas, hoje, que são a China e a Rússia.

Por que o Caribe é o Caribe? Porque está próximo dos Estados Unidos e do Canadá.

Então, nós temos de olhar que é um mercado crescente, é um mercado pujante, que cresce, se expande, e nós precisamos dele.

O turismo europeu é forte porque é feito por europeus, acima de tudo. Quase 90% do turismo europeu não são feitos por japoneses. Quase 90% do turismo na Europa são feitos por europeus, que viajam de trem ou viajam em companhias aéreas de baixo custo, quase pelo mesmo preço de uma viagem ferroviária.

Então, a gente tem de aprender com os outros e olhar, também, um pouco, ter um mercado mais amplo aqui na América do Sul. Por isso, eu defendo uma concorrência maior, até como V. Exª apontou. Nós já tivemos uma desnacionalização parcial, então por que novamente? Se se desnacionalizou, eu quero desnacionalização geral.

Eu não quero só de uma empresa, porque isso lesa o direito dos consumidores, na prática.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Presidente, não interrompendo e interrompendo...

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Pois não. É que eu estava correndo com os dez minutos, mas V. Exª vai me dar mais dez.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mas, aí, o senhor tocou num assunto que, de fato, chama a atenção, a questão das tarifas internas. Por que as empresas brasileiras, ao longo do tempo, apesar das tarifas tão generosas para eles e impeditivas para os nossos brasileiros e até para os turistas, apesar dessas tarifas tão altas, as nossas empresas estão quebrando ou atingindo o vermelho todos os anos?

Foi o caso da Transbrasil, da Vasp, da Varig, que saíram do mercado e quebraram. Agora, tivemos conhecimento de que a Gol teve prejuízo no ano passado, e também a TAM. Será que a carga de impostos está contribuindo para isso, o preço do combustível? São perguntas que estão no ar.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Estão no ar literalmente, nesse caso.

Senador Valadares, acho que essa temática da aviação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A propósito disso, eu anotei a carga tributária da Finlândia, em um debate na Comissão de Educação ontem: 50% do PIB, e não tem nenhuma empresa de aviação quebrada.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – As empresas de aviação são um caso a ser estudado na literatura econômica mundial, porque saímos de 40 milhões de passageiros para 100 milhões de passageiros, em uma década, mais do que dobramos o mercado de aviação; as tarifas aumentaram, ano a ano, acima da inflação; e, ainda assim, elas quebram. Então, merece uma análise séria, envolvendo a tributação.

Recentemente, o governo do Distrito Federal, sob a liderança do Governador Agnelo e patrocínio do Secretário Luís Otávio, adotou uma importante medida de redução do ICMS do combustível de aviação. Este é um tema de grande importância também: como se dá a formação do preço do combustível de aviação. E aí as empresas aéreas têm inteira razão, ou seja, de fato há distorção na planilha de preços, na minha modesta avaliação, e há uma tributação excessiva.

É preciso olhar isso também, Senador Inácio, com cuidado, mas, ao mesmo tempo, fazer-se uma análise dessas empresas, do serviço que prestam como concessionárias de serviço público. É importante sempre lembrar isso. Diferente da hotelaria, a empresa de aviação é constitucionalmente, legalmente, um serviço público e, no Brasil, imprescindível. Não existe turismo internacional interno no Brasil, em larga escala, sem avião. Não temos trem e o Brasil é grande. Então, precisamos de avião. Por isso, acho que é uma temática que eu gostaria de sublinhar entre tantas intervenções lúcidas da Senadora Lídice da Mata.

A Senadora Lídice fala sobre segurança. De fato, é um esforço permanente, como V. Exª disse. Assistimos agora a esse episódio lamentável, trágico, em que me solidarizo com as famílias, dos três brasileiros que morreram na Turquia. Morreram em um acidente, em uma atividade turística. Recentemente, tivemos o episódio da maratona de Boston. Essa é uma preocupação de fato mundial e deve também ser a nossa preocupação.

Finalmente, Sr. Presidente, atendo-me ao tempo, o Senador Inácio aponta que, de fato, há um esforço nosso de captar novos eventos. A Embratur apóia a candidatura de Brasília à Universíade de 2019 – apoiamos a de 2017, infelizmente não foi possível. Mas já aprendemos com François Mitterrand, com Salvador Allende e com o Lula que, às vezes, é necessário disputar várias eleições para ganhar. Espero também en-

trar nesse rol em breve, se Deus quiser, para compor tão ilustre panteão.

Acho que Brasília também pode ter grande sucesso na candidatura à Universíade de 2019. Assim como apoiamos, inclusive financeiramente – não apoiamos Brasília porque não precisa –, a cidade de São Paulo, que precisa, e estamos apoiando-a financeiramente, na tentativa de captar a Expo 2020.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente, eu proporia que V. Exª, de forma internacionalista, também propusesse que os jogos de inverno, que acontecem praticamente no Norte, voltassem a se realizar uma vez na América do Sul, em apoio a esse programa internacionalista do Brasil com os países vizinhos, na Argentina, no Chile.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Argentina ou Chile, não é? Ótima ideia. Vamos levar isso adiante.

Finalmente, Presidente, de tantas questões colocadas pelo ilustre Líder Inácio Arruda, a quem cumprimento especialmente pela sessão que o Senado Federal fará hoje de anistia plena ao Senador Luís Carlos Prestes, corrigindo uma injustiça histórica de praticamente 60, 70 anos, numa iniciativa do Senador Inácio, à qual estarei presente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E coincidentemente eu fui o Relator da matéria, com muito prazer e com muita honra.

O SR. FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA – Então, cumprimento V. Exª porque é um ato de justiça histórica e o melhor modo de evitar atos arbitrários no futuro é exatamente combater e reprimir aqueles que o praticaram no passado e ao mesmo tempo fazer justiça àqueles que foram vítimas, como no caso o Senador Luís Carlos Prestes e o seu suplente.

Em conclusão, Sr. Presidente, o Senador Inácio fala da projeção da cultura e nós temos um programa muito intenso hoje. O Clube do Choro de Brasília, aliás, é nosso parceiro frequente, mas não só. Em todos os eventos internacionais que a Embratur faz hoje, temos apresentações culturais de cantores brasileiros. Às vezes muitos baianos, porque o diretor da área é baiano e fica sempre uma disputa; e ele fica querendo puxar o saco da Senadora Lídice. É uma confusão. Mas eu defendo uma posição mais ampla, viu, Senador Inácio?

E nós temos garantido atrações culturais, artísticas e também de gastronomia. Nossos *chefs* de cozinha e essa maravilhosa gastronomia, que é a própria expressão da identidade nacional, têm estado presentes também nos eventos, inclusive com *chefs* cearenses, já que grandes *chefs* paulistas na verdade são cearenses, para homenagear V. Exª.

Então, quero agradecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, muito especialmente ao ilustre e querido Senador Antonio Carlos Valadares. Eu tenho a honra de ser simultaneamente amigo de pai e filho, admirador e companheiro de lutas. E a Embratur tem recebido, tanto de V. Exª como do Deputado Valadares Filho, na Comissão de Turismo da Câmara, total apoio às suas atividades. Então, é realmente uma honra, uma alegria estar aqui.

Muito fraternalmente saúdo a todos, agradecendo especialmente à equipe da Embratur no Ministério do Turismo; mas, claro, evidentemente a todos os presentes. Espero que esta Comissão leve adiante tantas tarefas de grande importância, porque os eventos dependem de estádios, é claro; mas dependem de muito mais. Como nós estamos aqui a ver, é hora de enfrentar essa agenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao nobre Presidente da Embratur, Flavio Dino.

E agora, passo a palavra ao Dr. Luís Otávio Rocha Neves para suas considerações e também alguma outra argumentação adicional que venha a fazer a respeito dos pronunciamentos da nossa Lídice da Mata e do companheiro Inácio Arruda, assim como do próprio Presidente desta Comissão.

O SR. LUÍS OTÁVIO ROCHA NEVES – Bom, eu só tenho aqui a agradecer a oportunidade de os Secretários Estaduais de Turismo estarem presentes nesta tão importante Comissão e colocamo-nos à disposição para sempre estarmos discutindo o destino do Brasil, o turismo como ente de desenvolvimento econômico.

É muito importante, Senador e todos os Parlamentares que estão aqui, saber que o turismo tem que ser visto, porque, como bem colocou a Senadora Lídice da Mata, no Nordeste a gente anda e vê cidades e mais cidades que vivem hoje exclusivamente por conta do turismo. O Ceará, por exemplo. Eu estive agora no Rio de Janeiro e é nítido isso. E o Brasil todo pode viver por conta do turismo.

O turismo será, em poucos anos, por todo o trabalho que está sendo feito, principalmente pelo Governo, o responsável pelo desenvolvimento econômico do Brasil.

Em relação a esses megaeventos que virão pela frente e se avizinham, que são a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas, estamos trabalhando com o apoio da Embratur e faremos, como lembrou o Marco Lomanto, agora em julho, uma Casa Brasil em Kazan, onde acontece, Senador, a Universíade. A Universíade são os jogos universitários esportivos. É igual a uma Olimpíada, do mesmo tamanho, só os tempos são diferentes porque não são profissionais como nas

Olimpíadas; mas há diversos atletas de Olimpíada que participam da Universíade. A entidade é muito grande, dezenas de países participam.

Agora, em julho, vai acontecer em Kazan. Em 2017, nós perdemos para a China e estamos trabalhando, disputando para 2019. E o Presidente da Federação Internacional esteve em Brasília com o Governador Agnelo. À época estivemos com ele, quando fomos candidatos, e ele colocou 2019 como um potencial para o Brasil e, no caso, para Brasília.

Grandes eventos vão acontecer no Brasil, divulgando o País e fazendo com que se torne conhecido mundialmente, por diversas ações que estão acontecendo.

Temos também, como bem disse o Senador Inácio Arruda, diversos e dezenas de grandes eventos científicos acontecendo no Brasil. A nossa posição no ICA, como bem falou o Presidente Dino, no início, está cada vez mais melhorando; e isso mostra como o Brasil se está comportando no cenário mundial desses eventos, principalmente os eventos científicos. Enfim, isso tudo é muito importante para promover e colocar o nosso País no primeiro mundo do turismo.

Agora, precisamos de recursos para infraestrutura, para trabalhar a legislação turística, promover o Brasil e as cidades dentro do Brasil, para que cada vez mais esse turismo interno também se mexa. E precisamos estar muito preocupados; e estamos e precisamos estar.

Estou colocando aqui para o senhor, na Comissão, o legado que esses grandes eventos trarão para o turismo e para o brasileiro. O legado é mais importante do que o evento, na minha opinião. O legado que se dará nos próximos 20, 30 anos, com esses grandes eventos que acontecerão, é com que nós temos de nos preocupar também, além do evento acontecendo, porque essa será a forma de viver, de geração de renda, de emprego de todos os brasileiros que se valerão desses eventos, à época, e posteriormente poderão viver o resto das suas vidas por conta do turismo. Por isso, o legado é muito importante.

Bom, por fim, agradeço mais uma vez por estarmos aqui discutindo, colocando o Fornatur à disposição. E sempre que formos convidados, estaremos presentes aqui no Senado Federal com os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Dr. Luís Otávio.

Eu quero anunciar que no próximo dia 5 de junho estaremos dando continuidade a esse ciclo de debates sobre o tema “Impactos econômicos e legado dos megaeventos para o turismo brasileiro”. Estão convidados: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e Confederação Nacional de Turismo. E mandamos também convidar a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar), como também a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

E no dia 12, encerrando o ciclo, sob o tema “As ações preparatórias do Ministério do Turismo para os megaeventos”, estará presente o Ministro do Turismo, Dr. Gastão Vieira. Amanhã, farei uma visita a ele para convidá-lo pessoalmente, em nome desta Comissão.

Ao encerrar esta audiência pública, eu gostaria de agradecer a iniciativa dessa grande Senadora, dinâmica, ex-Prefeita de Salvador, que fez história pela sua administração lá na capital do Estado da Bahia, Senadora Lídice da Mata. Agradeço a V. Exª pela sua contribuição; ao Senador Inácio Arruda, nosso Vice-Presidente, que participou também do debate; ao Senador Lobão Filho e aos nossos convidados, o Dr. Luís Otávio Rocha Neves e o Dr. Flavio Dino, que deram esclarecimentos importantes a esta Comissão em relação aos projetos de promoção do Brasil para os megaeventos desportivos. Temos um déficit equivalente a US$15 bilhões e o Brasil precisa corrigir esse déficit a fim de que, através do equilíbrio entre o Brasil e as nações estrangeiras, numa nova era.

E é discutindo, através de debates como este sobre a elaboração de projetos visando desconcentrar essa questão da aviação, da infraestrutura, etc., que vamos conseguir os objetivos a que nós estamos nos propondo.

Está encerrada a reunião. Os meus agradecimentos a todos os presentes. (*Palmas*.)

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11horas e 24 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 492 páginas

(OS: 13144/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL